

Documento 1/472

098.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	26/04/2012-09:48
Publ.: DCD - 27/04/2012 - 14322		SUELI VIDIGAL-PDT -ES
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre a inclusão da qualificação profissional entre os direitos do trabalhador.

A SRA. SUELI VIDIGAL (PDT-ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa que apresentei a PEC do Trabalhador, que vai capacitar os trabalhadores brasileiros. Ela encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para aprovação. É uma oportunidade de premiar esses homens e mulheres que constroem o nosso País. Gostaria de conclamar meus pares, principalmente o Deputado Vieira da Cunha, do meu partido, Relator desta PEC, para que possamos, no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, dar oportunidade ao trabalhador de se qualificar em função da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2014.

Nós precisamos, Sr. Presidente, colegas Deputados, olhar com mais atenção essas pessoas que precisam.

Documento 2/472

099.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	26/04/2012-14:12
Publ.: DCD - 27/04/2012 - 14392		RICARDO IZAR-PSD -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta de reforma do Código Florestal brasileiro aprovada pela Casa. Transcurso do Dia do Goleiro. Congratulações ao Relator do projeto sobre a Lei Geral da Copa, Deputado Vicente Candido, pela proposta de concessão de gratificação a campeões do mundo de futebol.

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer ao Deputado Luiz Couto, que falou antes sobre o Código Florestal, que podemos ter tranquilidade e a certeza de que no futuro vamos olhar para os nossos filhos e netos e dizer que não votamos pela licença do desmatamento. Mas, na verdade, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje para lembrar o transcurso do Dia do Goleiro, comemorado hoje, 26 de abril. O goleiro é aquele jogador que sempre escolhe ficar dentro do gol, defendendo a meta, enquanto os outros fazem o gol. Ocupa a posição mais solidária do futebol e é aquele que normalmente leva a culpa.

Portanto, faço uma homenagem a todos os goleiros, principalmente ao Gilmar dos Santos Neves, que foi campeão de 1958 e 1962 e que, para meu grande orgulho, é meu tio.

Parabenizo ainda o Deputado Vicente Candido, que foi o Relator da Lei da Copa, pela justa homenagem feita aos campeões do mundo, aqueles que defenderam e levaram o nome do Brasil para o mundo inteiro, dando um prêmio, uma gratificação a esses homens, que normalmente são esquecidos, enquanto muitos guerrilheiros hoje têm aposentadoria, etc. e tal.

Era o que tinha a declarar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/472

099.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	26/04/2012-14:42
Publ.: DCD - 27/04/2012 - 14401		ÁTILA LINS-PSD -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Encaminhamento de indicação ao Ministério das Relações Exteriores sobre a instalação de consulado norte-americano em Manaus, Estado do Amazonas. Presença do Governador Omar Aziz no Distrito Federal para participação em encontro com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e na solenidade de lançamento do PAC Mobilidade Urbana.

O SR. ÁTILA LINS (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei à Mesa Diretora desta Casa uma indicação, que deverá ser encaminhada ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, no sentido de que S.Exa. apresente gestões junto ao Governo dos Estados Unidos, mais precisamente à Secretária de Estado, Hillary Clinton - aliás, aproveitando a presença da Secretária de Estado aqui em Brasília, mandei uma carta ao Ministro Antonio Patriota -, e a reivindicação do povo do Amazonas e de toda a Região Norte do País.

E agora, Sr. Presidente, estou formalizando essa indicação ao Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, no sentido de que envie esforços para que o Governo norte-americano instale na Região Norte do País, na Região Amazônica, mais precisamente na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, um Consulado dos Estados Unidos.

O Brasil tem hoje Consulado dos Estados Unidos em Brasília - além da Embaixada, que oferece serviço consular -, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Recife, Pernambuco, para atender àqueles que vivem na Região Nordeste. Na visita da Presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, ficou acertado que mais dois consulados seriam implantados no Brasil: um em Belo Horizonte, para atender ao povo mineiro e dos Estados próximos a Minas Gerais, e outro em Porto Alegre, para atender ao povo da Região Sul do País.

Está faltando, Sr. Presidente, um Consulado na Região Norte, um Consulado na Amazônia, um Consulado em Manaus, no Amazonas, que é o centro da Amazônia, para que aqueles que vivem na Região Norte, que vivem na Amazônia não sejam obrigados a se deslocar para Brasília todas as vezes em que precisam obter visto para visitar os Estados Unidos.

E eu apresentei alguns argumentos fortes. Por exemplo: de Manaus sai hoje um voo diário para Miami e, a partir de junho, vão sair dois voos diários. A TAM já

está oferecendo esse voo, e agora a American Airlines vai oferecer esse outro voo, nessa reciprocidade de transporte aéreo.

Manaus é o maior parque industrial da Região Norte e é a sexta economia do nosso País, com um movimento fantástico de importação e exportação com os Estados Unidos e outros países. Além disso, vai ser uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol. Portanto, já tem grande movimento.

Sr. Presidente, estou reiterando essa indicação, para que fique documentada nos Anais da Casa - e essa indicação com certeza será aprovada pela Mesa Diretora - e seja encaminhada ao Chanceler Antonio Patriota, de instalação na Região Norte de um consulado norte-americano para emissão de vistos. A nossa região é a única do País que não tem um consulado. Esperamos obter essa conquista muito brevemente.

Outro assunto, Sr. Presidente: o Governador Omar Aziz esteve em Brasília na terça-feira e na quarta-feira. Na terça-feira, participou da solenidade de lançamento do PAC Mobilidade Urbana, no Palácio do Planalto, sob o comando da Presidente Dilma Rousseff. E o Amazonas foi contemplado com recursos da ordem de 257 milhões, sendo 177 milhões oriundos do Governo Federal e a contrapartida do Estado de 50 milhões, para serviços de integração entre a Avenida das Torres e a Avenida do Turismo.

E ontem o Governador participou de uma audiência com o Ministro da Saúde, na qual reivindicou o aumento do repasse do teto SUS para o Amazonas, que, segundo o Governador - e nós todos sabemos disso -, recebe menos que a média nacional. Hoje, a média nacional *per capita* é de 144 reais, enquanto que para o Amazonas é de apenas 112 reais, o terceiro menor repasse do País.

Portanto, o Governador Omar Aziz, em companhia do Senador Eduardo Braga, Líder do Governo Dilma no Senado Federal, e do Secretário Wilson Alecrim, esteve nessa audiência com o Ministro Alexandre Padilha para reivindicar que o Estado seja recompensado e passe a auferir a média nacional do teto SUS, o que daria ao Amazonas, somente neste ano, 64 milhões a mais, Sr. Presidente. Reitero: o Amazonas é, hoje, o Estado brasileiro que recebe praticamente o menor teto SUS.

Conversou também o Governador a respeito de recursos do Orçamento, DE emendas da bancada, como a emenda da bancada para a construção do Hospital da Zona Norte, a emenda inspirada por mim para a construção de um hospital em Manacapuru, um novo hospital, hospital da Fundação HEMOAM. Enfim, o Governador tratou de vários assuntos de interesse do Estado nessa audiência.

Muito obrigado.

Documento 4/472

099.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	26/04/2012-16:18
Publ.: DCD - 27/04/2012 - 14421	EDUARDO AZEREDO-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de informações sobre o projeto de resolução a respeito da alteração do tempo destinado aos oradores do Grande Expediente. Descaso do Governo Federal com a realização de obras estruturantes no Estado de Minas Gerais. Ineficiência da gestão do Governo Dilma Rousseff no tocante infraestrutura nacional. Perigos

decorrentes da desindustrialização do País. Atraso na implantação do Programa Nacional de Banda Larga. Necessidade de redução da carga tributária no País. Transcurso do centenário de fundação do América Futebol Clube, de Minas Gerais. Reinauguração do Estádio Independência, em Belo Horizonte.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito para perguntar à Presidência sobre um projeto que altera para 15 minutos o tempo de cada orador no Grande Expediente. Assim, três oradores teriam oportunidade de se pronunciar nesse período. Tem V.Exa. notícia a respeito desse projeto de resolução?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Havia uma proposta para começarmos a sessão às 13h30min, o que aumentaria o tempo destinado ao Grande Expediente. Todavia, nos dias em que normalmente há votações - terças, quartas e quintas-feiras -, são apenas dois os oradores no Grande Expediente, para não ultrapassar o horário do início da Ordem do Dia. Como geralmente na quinta-feira só há sessão deliberativa pela manhã, mais Parlamentares se pronunciavam. Na gestão atual, apenas nas sessões de segundas e sextas-feiras há 5 oradores inscritos, mas normalmente não vêm todos eles.

O SR. EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há alguns dias, o Senador Aécio Neves afirmou no Senado Federal que o período de carência do Governo da Presidente Dilma Rousseff havia chegado ao fim e que o PSDB, no seu papel de Oposição responsável, passaria a cobrar resultados de forma mais coerente, frequente e incisiva.

Pois bem. Volto hoje a esta tribuna para cobrar novamente do Governo Federal soluções para a retomada do crescimento da economia brasileira de maneira sustentável, bem como as soluções prometidas ao meu Estado, Minas Gerais, que é também - não custa lembrar - o Estado da Presidente Dilma Rousseff, como ela própria fez questão de ressaltar durante a campanha eleitoral.

Começo falando da questão rodoviária. Esta semana, o jornal *Estado de Minas* trouxe a triste notícia de que todos - todos! - os editais para recuperação de rodovias federais em Minas Gerais foram cancelados. Isso demonstra a pouca importância que o Governo Federal dá à situação das estradas mineiras. E Minas Gerais, pela sua localização central, tem uma quilometragem de estradas federais muito extensa.

Temos em Minas a chamada "Rodovia da Morte", a BR-381 Norte, que liga Belo Horizonte ao leste mineiro e ao Espírito Santo. Essa é uma rodovia que precisa ser urgentemente duplicada, mas cujo projeto de duplicação - segundo informativo do PAC 2 - ainda está em fase de elaboração. Inclusive, não há definição do montante de recursos que serão investidos nessa obra.

Aliás, o Governo Federal chegou a afirmar que faria a duplicação por meio de concessão à iniciativa privada. Desistiu da ideia. Aí, anunciou que faria com recursos próprios. Desistiu da ideia. Voltou a falar em concessão. Desistiu da ideia. E, agora, volta a falar em fazer com recursos próprios. Nove anos já se passaram sem qualquer ação efetiva, nem mesmo no trecho entre Belo Horizonte e João Monlevade, o mais crítico. É realmente uma barbaridade o que acontece nessa estrada de pista simples - embora a duplicação esteja prevista há muito tempo - e que tem um movimento enorme de caminhões. A notícia mais recente é também de cancelamento das obras de restauração, o que, pelo menos, aliviaria um pouco a situação crítica dessa estrada.

Alguns podem perguntar por que nós, no PSDB, estamos agora cobrando, se também já fomos Governo. Eu respondo: fomos Governo e fizemos. Fizemos, sim. A BR-Sul, o trecho da Fernão Dias que liga Belo Horizonte a São Paulo, foi integralmente duplicada no Governo do PSDB. Com 560 quilômetros, é a

principal rodovia duplicada que temos no Estado.

E outros importantes trechos rodoviários, como o que liga Brasília ao Rio de Janeiro, foram duplicados. O trecho entre Belo Horizonte e Sete Lagoas foi duplicado ainda quando eu estava no Governo do Estado. Mais tarde, já no Senado Federal, conseguimos, com a apresentação de emendas ao Orçamento e a cobrança a todo instante efetiva da aplicação dos recursos, a duplicação do trecho entre Sete Lagoas e o trevo de Curvelo. Esse é o trecho duplicado entre Belo Horizonte a Brasília. A metade foi feita ainda no período em que eu estava no Governo e o Presidente era Fernando Henrique; a outra metade com recursos que consegui colocar no Orçamento da União, como Senador.

O que a população cobra agora são as obras no trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora. Trata-se de uma estrada feita ainda na época de Juscelino Kubitschek e que há muito não comporta o crescente movimento de veículos, o que, por sua vez, é um reflexo do crescimento da própria região. Na verdade, é do trevo que vai para Ouro Preto até a cidade de Juiz de Fora, passando por Conselheiro Lafaiete e Barbacena.

A população de Minas também cobra os recursos federais prometidos para as obras do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, onde vidas são perdidas diariamente.

Sr. Presidente, falei rapidamente aqui da BR-381 e da BR-040, trecho Belo Horizonte-Rio de Janeiro, a terceira e a segunda maior cidade do Brasil. E a estrada até hoje não foi duplicada!

Em relação ao Anel Rodoviário de Belo Horizonte, o que temos também são promessas e mais promessas.

Ainda na Grande Belo Horizonte, que tem hoje 4,5 milhões de habitantes, é preciso que se resolva urgentemente a questão do metrô. Em setembro do ano passado, a Presidente Dilma esteve na Capital mineira e anunciou investimento de 3,1 bilhões de reais para as obras de ampliação do metrô. Parte desses recursos viriam do Orçamento da União, parte do BNDES e parte dos Governos Estadual e Municipal, em parceria com a iniciativa privada. Finalmente, aliás, o Governo reconheceu a importância da parceria com a iniciativa privada.

O anúncio da Presidenta gerou evidente expectativa positiva, com a possibilidade de expansão das linhas de metrô na cidade de Belo Horizonte. Entretanto, uma ponta de apreensão permaneceu. Sete meses se passaram. Agora, na última terça-feira, dia 24, a Presidente, finalmente, confirmou os recursos do PAC da Mobilidade para o metrô de Belo Horizonte, além de investimentos na implantação de terminais metropolitanos de integração. A previsão é de que os primeiros editais comecem a ser lançados no ano que vem - e nós estamos em abril -, com atraso em relação ao que foi anunciado em setembro do ano passado, quando foi dito que as melhorias começariam ainda no segundo semestre deste ano.

A confirmação da liberação de recursos, claro, é positiva, mas nós perguntamos: como acreditar que o metrô de Belo Horizonte e também de outras regiões metropolitanas, de fato, receberão esses recursos anunciados? Temos aí o projeto do trem-bala. O dinheiro do trem-bala - é sempre bom repetir - daria para fazer os metrôs de Belo Horizonte, de Curitiba, de Brasília, de Salvador, de Recife e de Fortaleza. Ou seja, das grandes cidades brasileiras!

Não temos condição de continuar com a situação de tráfego urbano hoje existente. Precisamos de uma solução definitiva. Essa solução demora tempo para ser implantada, mas tem de ser posta em prática. E ela se chama metrô. A confirmação da liberação dos recursos, portanto, nos dá essa expectativa positiva.

As últimas intervenções no sentido de ampliar o metrô de Belo Horizonte foram feitas ainda em 2002 e, antes disso, em Governos dos PSDB. Com o PT no

Governo Federal - e apesar de o partido ocupar também a Prefeitura de Belo Horizonte durante 8 dos últimos 9 anos -, nenhum metro de trilho foi construído na Capital mineira. Nenhum! O que existe é de Contagem ao Bairro de Venda Nova, em Belo Horizonte. Nenhum metro foi adicionado. Foi em 2002 a última construção de linhas de metrô em Belo Horizonte. Nós tivemos o hoje Ministro de Indústria como Prefeito e Lula como Presidente durante 8 anos e nada foi feito no metrô de Belo Horizonte.

Agora, é evidente que os belo-horizontinos estão novamente esperançosos. Mas, diante da retrospectiva dos fatos, vamos continuar cobrando. E cobrando como quem já fez quando na condição de Executivo.

Aliás, quando aqui reclamo por investimentos em infraestrutura, não o faço apenas por mera crítica. Faço-o porque esse é o gargalo que o Brasil enfrenta hoje. O gargalo para o seu crescimento sólido está em nossa infraestrutura.

O Brasil vem crescendo desde o fim da alta inflação, com a implantação do Plano Real, com a democracia definitivamente consolidada no País, continuada no período do Presidente Lula. É verdade que tivemos a felicidade de ter dois períodos de Governo em que não foram mudadas as linhas básicas da política econômica, e então pudemos atrair investimentos e crescer.

Ocorre, porém, que os setores da infraestrutura e transporte não estão acompanhando esse crescimento, por falta de investimentos por parte do Governo Federal e, também, por falta de ações alternativas que possam promover, por exemplo, parcerias público-privadas.

Além dessas questões da mobilidade urbana e do transporte rodoviário, estamos deficientes ainda no que diz respeito às ferrovias e ao transporte aeroviário - o que ficou mais evidente agora, na medida em que houve o aumento do poder aquisitivo da população.

É importante destacar que, no caso das ferrovias - e sempre se critica muito o seu processo de privatização, que não foi dos mais exitosos, como foi o das telecomunicações -, os números são impressionantes. Aumentou muito a quantidade de produtos transportados. A participação das ferrovias nos transportes, ao contrário do que se imagina, tem crescido e já passou de 20% do total da carga transportada no Brasil. Portanto, é um setor que, apesar de mais lentamente, também tem avançado muito.

No que diz respeito à questão aeroviária, quero lembrar a posição do PSDB, que sempre apoiou a decisão do Governo Federal de fazer a concessão dos aeroportos nacionais ao setor privado. Entretanto, a privatização feita em quatro deles nunca foi muito bem digerida pelo PT, o partido da Presidente. Aliás, não consigo entender essa dificuldade do PT de assumir que mudou de opinião e que a privatização dos aeroportos seria, sim, a melhor solução. Dizem que é concessão; então, no caso das telecomunicações, também é concessão.

A iniciativa privada não deve ser vista como inimiga, mas como parceira. E esses investimentos serão de grande importância para a ampliação dos terminais de Guarulhos, Viracopos e Brasília, que integram a lista dos que terão obras feitas com recursos privados.

E aí também Minas Gerais, mais uma vez, foi esquecida pelo Governo Federal. É lamentável que o Aeroporto de Confins não esteja na lista dos concedidos à iniciativa privada, pois o Governo pouco fez. Das promessas contidas no PAC 1 e no PAC 2, tivemos apenas o início de algumas obras de reforma do terminal de passageiros e do estacionamento. Faltam a construção de um terminal remoto, a ampliação da pista de pouso e, principalmente, soluções definitivas, como prevê o projeto contratado pelo Governo Estadual.

A propósito de privatizações, o Deputado Padre Ton disse que os tucanos queriam privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Mais uma vez, vou ter que contestá-lo, com todo o respeito. O PSDB nunca teve projeto de

privatização do Banco Brasil ou da Caixa Econômica Federal.

Trago aqui alguns dos apelos de Minas Gerais. Mas o fato é que, como lembrou o Senador Aécio Neves em seu discurso, a realidade não é diferente em outros Estados. Podemos mesmo dizer que, no que se refere às obras estruturantes, o País está realmente parado.

Um exemplo é a tão propagandeada transposição do Rio São Francisco. Essa é uma obra tida como prioritária pelo Governo Federal. Nós, de Minas Gerais, colocamos a cautela desde o primeiro momento. Defendemos que, primeiro, era fundamental o Governo cuidar das nascentes do São Francisco, proteger a Bacia do São Francisco antes de fazer a transposição. Fomos vencidos, e o Governo iniciou o projeto. Mas o que constatamos em recente visita a um dos trechos, a que fui com um grupo de Deputados, no Município de Mauriti, no Ceará, foi um cenário de total paralisia. Ademais, como todos sabem, essa obra está na lista daquelas com suspeitas de superfaturamento, conforme relatório do Tribunal de Contas da União. O projeto da transposição do Rio São Francisco era tido como o principal do Governo. Todavia, não foi feita a obra de proteção e de viabilização das nascentes. A transposição, em si, continua, como podemos ver, numa situação muito crítica, abaixo do necessário.

Outro exemplo de defasagem estrutural está na prestação de alguns serviços, como de telefonia e de Internet banda larga. Esse tem sido um assunto muito discutido na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que tenho a honra de presidir desde o final de fevereiro.

O Governo Federal anunciou que faria o Programa Nacional de Banda Larga, mas o que temos ainda é um serviço caro e que não atinge a grande maioria da população. A telefonia celular - a despeito de no Brasil existirem, hoje, mais aparelhos que habitantes - não chega com qualidade a todas as localidades do País.

E neste caso, Srs. Deputados, também seria uma boa ideia a adoção de parcerias público-privadas. Foi esse modelo que, em Minas, permitiu a cobertura da telefonia celular na totalidade dos seus 853 Municípios. Apenas 400 municipalidades tinham viabilidade econômica. E o que fez o Governo do Estado? Entrou com participação financeira. E onde não era lucrativo para a iniciativa privada, houve a implantação do serviço, através de parceria público-privada. Assim, a metade dos Municípios mineiros pôde contar com esse avanço tecnológico, uma vez que foi garantida a infraestrutura necessária. Não é isso que acontece no restante do Brasil. Centenas de cidades ainda não têm o sinal de telefonia celular. Nas estradas, os usuários carecem de um sinal de qualidade. E em relação aos distritos e localidades do interior não há o que dizer: eles não estão ainda beneficiados por um sistema moderno de telefonia.

Outra questão que preocupa, Srs. Deputados, é a desindustrialização que vem ocorrendo no País. Ou seja, a redução da participação da indústria na economia do País, em virtude do crescimento das importações.

Os dados apontam que, durante o regime militar, a indústria chegou a representar, em termos nominais, 48% do PIB - quase a metade do PIB. Na década de 80 do século passado, com a alta da inflação, esse percentual foi reduzido a 28%. Com o Plano Real e a estabilização da economia, a indústria alcançou a marca de 30% do PIB. A relação agora já caiu, tem caído continuamente. É evidente que a área de serviços cresceu, que o valor das nossas *commodities* - soja, café e minério de ferro - tiveram um aumento de valor e, com isso, a participação dos bens básicos aumentou. Mas o fato é que existe um risco grande para a nossa indústria, e isso significa risco para os empregos.

Como a moeda forte foi apontada como vilã nesse processo, o Governo, num primeiro momento, tentou enfraquecer o real com a compra maciça de dólares.

Mais tarde, passou a cobrar IOF nas operações cambiais. Apesar disso, o real continuou como uma das moedas mais valorizadas dos países em crescimento. Houve ainda aumento do imposto incidente na importação de automóveis. O setor automobilístico foi, portanto, o primeiro alvo da tentativa de evitar a corrida crescente pelos modelos importados, alguns deles mais baratos ao consumidor.

É verdade que o Brasil corre o sério risco de se tornar um País exportador apenas de matéria-prima, voltando ao que era no período pré-Juscelino Kubitschek, podemos dizer assim, importando bens manufaturados que são produzidos a baixo custo em outros países.

Mas adotar apenas medidas para controlar a taxa de câmbio e, assim, proteger a indústria nacional não basta, como também não basta aumentar impostos sobre produtos importados.

Os gastos com infraestrutura e a pesada carga tributária oneram bastante as empresas brasileiras e aumentam o custo da produção. Há também custos sociais, aqueles que incidem diretamente sobre o emprego formal.

Essas são questões de fundo que precisam ser tratadas com seriedade. São questões que vão além do controle cambial ou da imposição de ônus maiores aos produtos importados.

Como bem disse o ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, em recente artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, *"restringir as importações pela imposição de novas barreiras tarifárias é não tratar as causas corretas, além de interromper um caminho de integração de nossas cadeias produtivas"*.

É positivo que as taxas continuem em queda, mas a recuperação da economia exige um arsenal maior de medidas por parte poder público.

Isso quer dizer que o Governo precisa enfrentar, sim, assuntos delicados, como as reformas tributária e trabalhista, melhorando as condições de competitividade da nossa indústria.

Igualmente necessário é atacar os altíssimos gastos públicos e aumentar os investimentos que geram empregos e movimentam a economia de forma saudável.

Costumo dizer que o melhor momento para assuntos polêmicos como esses é evidentemente o primeiro ano de Governo, quando há boa vontade tanto do Congresso Nacional quanto da opinião pública. Apesar das cobranças, a Presidente Dilma não enfrentou esses assuntos no ano passado. O resultado é que o crescimento econômico do Brasil caiu para 2,7%, ficando abaixo de vários países da América Latina, onde a média foi de 4,4% - ficamos na frente apenas de Cuba e de El Salvador.

Agora, como disse o Senador Aécio Neves, é passado o momento de carência. A Presidente está bem avaliada, mas perdeu o ano passado, quando poderia promover reformas efetivas para garantir esse crescimento. Não é mais possível a adoção apenas de medidas paliativas, desconexas ou, algumas delas, voluntaristas.

Ouçõ o Deputado Izalci, com muito prazer.

O Sr. Izalci - Deputado Eduardo Azeredo, em primeiro lugar, quero, também como mineiro, dizer da minha alegria de tê-lo como representante do Estado de Minas Gerais, em razão do belo trabalho que V.Exa. faz nesta Casa em defesa da nossa cidade, do nosso Estado e, em especial, do grande trabalho que vem fazendo frente à Comissão de Ciência e Tecnologia, cuja competência abrange matérias que V.Exa. domina muito bem e acerca das quais tem contribuído muito para o País. Mas o Deputado que o antecedeu na tribuna falou muito bem sobre a questão da PEC nº 10, em tramitação nesta Casa, e que talvez seja a solução para nós. É inadmissível, como eu disse há pouco, o descumprimento das promessas de campanha. Estamos passando no Distrito Federal por uma situação difícil. O atual Governador assumiu, por escrito, diversos compromissos

com praticamente todas as categorias do Distrito Federal. Hoje, estão em greve os professores, os policiais estão com problemas, bem como os metroviários e agentes penitenciários. Tudo isso em virtude de promessas que não foram cumpridas. Então, os políticos - e essa PEC nº 10 viria resolver a questão - criam uma expectativa, e a sociedade toda fica cobrando, principalmente de nós, políticos, como se nós, do Congresso Nacional, tivéssemos a responsabilidade dos atos do Executivo. V.Exa. faz um pronunciamento cobrando as ações em termos do que foi prometido, e acho que o faz em boa hora. Agora é hora não de lançar mais projetos, não de ficar todo dia, toda semana, todo mês a lançar projetos, mas de executar aquilo que foi prometido e aquilo que já foi começado, para que a sociedade possa dar mais credibilidade aos homens públicos. Então, eu parabeno V.Exa. pelo seu pronunciamento e pelo belo trabalho que vem fazendo no Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO AZEREDO - Muito obrigado, Deputado Izalci, mineiro como eu, conterrâneo do oeste mineiro.

Concluindo as minhas palavras, Sr. Presidente, quero dizer que precisamos de medidas concretas. E elas incluem investimentos em infraestrutura, para gerar empregos e acelerar a economia de forma saudável. Vamos utilizar mais as parcerias público-privadas, para que, com recursos tanto do Governo, quanto da iniciativa privada, possamos vencer esses gargalos e o País crescer de maneira mais sólida.

Precisamos reduzir o gasto público. Os gráficos são claros: a arrecadação cresce mais do que a economia - e o gasto com o custeio do Governo cresce muito mais ainda. Vejam, Srs. Deputados, o exemplo da Europa, o sofrimento por que passa a Europa. Ainda hoje recebi um Deputado ao Parlamento Europeu. E ele dizia que o excesso de benesses praticado na Europa foi, na verdade, a causa principal da crise atual. Não vamos entrar nesse caminho. Temos um crescimento que precisa ser sustentado, sem o risco do inchaço do Governo. E nós corremos, sim, esse risco.

Temos que ver concretizadas as sonhadas reformas estruturantes. Nós, da Oposição, vamos continuar cobrando essas ações do Governo Federal. E vamos continuar trabalhando, especialmente nos importantes Estados que administramos, para contribuir com as soluções para a retomada do crescimento econômico.

O Brasil tem uma oportunidade de ouro para definitivamente, entrar no rol dos países desenvolvidos. A normalidade institucional nós temos desde 1985, com a volta efetiva da democracia com a eleição de Tancredo Neves, e com a volta da estabilidade econômica - nosso País, portanto, é jovem do ponto de vista da democracia e jovem do ponto de vista da economia. Esta é a nossa oportunidade. Mas não podemos ficar apenas usando o que foi feito no passado. O PSDB teve coragem de enfrentar os graves problemas que o Brasil tinha. Realizou, por exemplo, a negociação da dívida dos Estados. Agora, é hora de fazer uma nova negociação. Entretanto, o Governo tem muito mais usado os resultados positivos das providências do passado do que por si só preparar o Brasil para novos momentos. É preciso continuar o esforço para que o Brasil realmente seja um país mais próspero para todos.

Reconhecemos avanços que aconteceram, mas não podemos deixar de alertar as autoridades governamentais para o fato que a infraestrutura é um gargalo e de cobrar soluções; que o Governo precisa demorar menos para tomar as decisões; que o Governo precisa gastar menos com o custeio da máquina administrativa. Assim, poderemos ambicionar, sim, um país melhor para todos.

Como ainda tenho 1 minuto, Sr. Presidente, vou usá-lo para rapidamente falar de outro assunto.

Meu time de futebol em Minas Gerais, o América Mineiro, comemorará cem anos

de fundação na próxima segunda-feira, dia 30.

Ainda ontem, houve a inauguração, em Belo Horizonte, do Estádio Independência, primeiro estádio no Brasil construído segundo as exigências da FIFA, para 25 mil torcedores, construído pelo Governo do Estado sob o regime de comodato. O estádio do América passou para Governo do Estado por vinte e poucos anos.

Agora, Belo Horizonte passa a ter um novo estádio, e o Mineirão, já no mês de dezembro, será o primeiro grande estádio a ficar pronto para a Copa de 2012, fruto da decisão do Governador Aécio Neves e do Governador Antonio Anastasia.

Concluo meu discurso de cobrança com os cumprimentos ao meu time de futebol, o América Mineiro, pelos cem anos que completará na próxima segunda-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 5/472

095.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	25/04/2012-11:34
Publ.: DCD - 26/04/2012 - 13768		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do 39º aniversário de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Defesa da aplicação de recursos captados pela Copa do Mundo de Futebol de 2014 na formação de atletas.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Inocêncio. Agradeço aos colegas. É uma data importante, sem dúvida.

Sras. e Srs. Deputados, quero dar como lido discurso contendo duas manifestações. A primeira é o registro do aniversário da nossa EMBRAPA, que comemora 39 anos no dia de hoje.

Os avanços tecnológicos da nossa agricultura se devem muito à capacidade de transferência de tecnologia, do conhecimento tecnológico, do plantio direto, da produção das boas sementes, da boa genética. Os resultados estão aí, tanto dos nossos agricultores familiares quanto do conjunto da agricultura brasileira.

Quero, também, fazer uma manifestação em relação ao tema que abordo no jornal da nossa Comissão de Turismo e Desporto: *Formação de atletas: o legado da Copa no Brasil*.

Temos debatido muito esse tema com o nosso Presidente da Comissão, Deputado José Rocha, e com o nosso parceiro de atuação na legislação, o Deputado Romário. Apresentamos uma emenda, que ficou no art. 29 da Lei Geral da Copa, para que dos lucros da FIFA possamos deixar um legado verdadeiro para o futebol brasileiro: a formação dos atletas. E para isso construiremos os CTs, os Centros de Treinamento. O Deputado Romário agregou ainda a condição

das crianças e jovens com deficiência, de cuja proposta sou coautor. Para comemorar essa iniciativa e o nosso aniversário, estamos fazendo um jogo solidário em favor da APAE e do Caminho da Luz, no Município de Bagé.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, no ano em que o Brasil recebe a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Rio+20), a tônica das comemorações dos 39 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA não poderia deixar de ser a sustentabilidade. Na programação do dia 25 de abril, a Empresa vai mostrar uma visão moderna e coerente para o futuro da agricultura no contexto da economia verde e do desenvolvimento sustentável.

Em exposição na sede da EMBRAPA, em Brasília (DF), a história recente da agricultura brasileira revela como o País superou o quadro de dependência e insegurança alimentar que perdurava até 60 anos atrás com uma trajetória inteligente e planejada que culminou na autossuficiência, na capacidade exportadora e no grande progresso em direção a sistemas integrados e sustentáveis, construindo as bases para a moderna bioindústria brasileira do futuro.

A participação da EMBRAPA começa na década de 1970, quando o Brasil ainda dependia da importação de alimentos básicos. Nos últimos 50 anos, a produtividade média de grãos subiu de 783 quilos por hectare para 3.173 quilos por hectare, um salto de 774%. Com avanços em eficiência, graças à pesquisa, inovação e investimentos, além de políticas macroeconômicas, setoriais, e da crescente organização dos segmentos agroindustrial e agroalimentar, a agricultura brasileira respondeu às demandas de uma população urbana crescente, proporcionando alimentos mais acessíveis e baratos, que contribuíram para reduzir pressões inflacionárias e amenizar as desigualdades sociais. O País se tornou líder em inovação na agropecuária tropical e se consolidou como grande produtor mundial de alimentos.

Os novos tempos trazem desafios ainda maiores. A agricultura do futuro deverá estar balizada por conceitos, métodos e aplicabilidades multifuncionais, muito além da visão convencional de agricultura voltada à produção de alimentos, fibras e energia. Apoiada em modernos padrões tecnológicos mundiais e sintonizada com o modelo de economia verde, a agricultura deverá se pautar por um novo conjunto de funcionalidades e requisitos, como saúde e bem-estar, serviços ecossistêmicos, sistemas integrados e sustentáveis, mercados étnicos e regionais e bioenergia, que deverão conformar o padrão tecnológico do agronegócio do futuro.

É nesse sentido que o 39º aniversário da EMBRAPA focaliza a sustentabilidade e os novos paradigmas de produção e economia verde, temas afins à agenda da Rio+20 e lançando tecnologias inovadoras. Da mesma forma, o Prêmio Frederico de Menezes Veiga 2012, que será entregue na noite do dia 25, tem como temática a agricultura na economia de baixa emissão de carbono. Os agraciados deste ano serão Carlos Clemente Cerri, pesquisador do CENA/ESALQ/USP, que desenvolve estudos sobre emissão e sequestro de carbono na agropecuária, e Mariângela Hungria, pesquisadora da EMBRAPA Soja (Londrina, PR), que trabalha com fixação biológica de nitrogênio (FBN) pelas plantas.

A EMBRAPA também homenageia Paulo de Tarso Alvim (1919-2011), Diretor Técnico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) entre 1963 e 1988. PhD em Fisiologia Vegetal, suas pesquisas contribuíram para aumento da produtividade dos cacaueiros e cafezais do Brasil e de países latino-

americanos.

As comemorações também marcam a reinauguração da Biblioteca Edmundo da Fontoura Gastal, a exposição de soluções agropecuárias sustentáveis, a assinatura de convênios e uma série de lançamentos, como o Portal África, em parceria com a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); a *hotpage* Agro Sustentável; o perfil corporativo da Empresa no Twitter (@Embrapa); além de novas tecnologias e publicações na solenidade do dia 25 de abril.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi criada em 26 de abril de 1973. Tem como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. A EMBRAPA atua por meio de 47 Unidades de Pesquisa e de Serviços e de 14 Unidades Centrais Administrativas, e está presente em quase todos os Estados da Federação, nos mais diferentes biomas brasileiros. Para ajudar a construir a liderança do Brasil em agricultura tropical, a Empresa investiu sobretudo no treinamento de recursos humanos, contando em 2011 com 9.660 empregados, sendo 2.392 pesquisadores - 18% com mestrado, 74% com doutorado e 7% com pós-doutorado. O orçamento da Empresa para 2012 é de R\$ 2,1 bilhões.

Desde a criação da EMBRAPA, a safra de grãos quadruplicou, assim como aumentaram a produção e a produtividade da pecuária bovina, suína, caprina, ovina e avícola. A oferta de leite, couro, pele, embutidos, queijo e ovos seguiu o mesmo caminho, bem como, em maior ou menor grau, as hortaliças, frutas, flores, fibras e essências florestais. Em 2010, para cada R\$1,00 aplicado na EMBRAPA, R\$9,35 retornaram para a sociedade. Esses valores levam em conta apenas a soma dos ganhos relativos à adoção de uma amostra de 110 tecnologias e cerca de 140 cultivares.

A EMBRAPA trabalha em parceria com instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações. Todas estas instituições, juntas e de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico. No âmbito internacional, a Empresa mantém 78 acordos de cooperação técnica com mais de 56 países, 89 instituições estrangeiras, principalmente de pesquisa agrícola, além de acordos multilaterais com organizações internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria e a transferência de tecnologia.

Sr. Presidente, peço divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a manifestar.

Documento 6/472

096.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	25/04/2012-15:18
Publ.: DCD - 26/04/2012 - 13887	EDIVALDO HOLANDA JUNIOR-PTC -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 5.607, de 2009, acerca das penalidades impostas ao condutor de veículo automotor sob o efeito de álcool. Apelo ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e aos Governadores de

proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios por ocasião da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. EDIVALDO HOLANDA JUNIOR (Bloco/PTC-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero expressar a minha mais grata satisfação por esta casa ter aprovado a subemenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 5.607, de 2009, que trata das penalidades impostas aos condutores de veículos automotores que dirigem após ingestão de bebidas alcoólicas.

Quero, portanto, de antemão parabenizar o nobre colega e amigo autor do projeto, o Deputado Hugo Leal, do PSC do Rio de Janeiro, como também todos os que estiveram envolvidos nessa luta tão fundamental para a vida e saúde pública da nossa população.

Quando falo da importância desse trabalho, afirmo isso na convicção de não termos mais condição de tolerar a irresponsabilidade individual, pondo em risco a vida dos outros membros da coletividade. Quando uma nação chega ao nível de sexta economia do mundo, tornando-se, a passos largos, um exemplo a ser seguido, inclusive por países mais desenvolvidos, não podemos mais nos permitir viver sem um mínimo de disciplina pessoal e cidadã.

Nesse quesito, o projeto aprovado por esta casa proporciona uma enorme contribuição para a sociedade, punindo com seriedade e rigor os que colocam em risco a si próprios e aos outros, aliando temerariamente direção e consumo de bebidas alcoólicas.

Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado.

Desta forma, a lei agora é clara e para todos. O art. 277 afirma que:

"Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado".

Já o § 2º desse mesmo artigo estabelece:

"Art. 277....."

§ 2º. A infração prevista no art. 165 deste Código poderá ser caracterizada pelo agente de trânsito mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas, acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor apresentados pelo condutor."

Isso significa que não há brecha para o infrator fugir à responsabilidade de seu crime.

Cabe aos Estados agora ampliar a fiscalização, então poderemos tratar esse assunto com a seriedade que ele nos impõe.

Aproveito a oportunidade para aqui solicitar ao Exmo. Sr. Ministro do Esporte, Sr. Aldo Rebelo, bem como aos Governadores e Parlamentares dos Estados que sediarão a Copa do Mundo de 2014, que não abdicuem dos seus direitos, inclusive legais, de proibir a venda de bebida alcoólica nos estádios.

Não se trata aqui, como andam dizendo, de um ponto polêmico. Não é. Os

dirigentes internacionais do futebol não estão atentando para um fato peculiar no Brasil: quase todo o nosso sistema de transporte urbano se dá por meio rodoviário, diferentemente do europeu, por exemplo, que conta com decente infraestrutura de metrô e trens que servem a contento à população.

Isso significa que a venda de bebida alcoólica em estádios da Europa, por exemplo, certamente não terá o mesmo efeito devastador que apresenta no Brasil. E é por causa de tal efeito que foi proibida a venda de álcool nos estádios brasileiros, o que significa uma conquista e não um retrocesso.

A grande verdade que precisa ser dita é que a proibição de venda de álcool nos estádios durante a Copa é também, e principalmente, uma medida de segurança para os próprios turistas. Ou seja, precisamos agir com firmeza, sob pena de sermos coniventes com uma possível tragédia anunciada. Imaginem uma horda de torcedores de várias nações deixando os estádios de futebol embriagados, retornando todos aos seus respectivos hotéis de automóvel. Com certeza, não será uma cena das mais aprazíveis, isso durante 1 mês inteiro.

É preciso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que não percamos de vista a gravidade das nossas ações nesse caso. As leis do Brasil são elaboradas dentro da necessidade de proteção de nossa gente. Cabe a nós, e somente a nós, sabermos o grau de importância de cada uma delas.

A chamada Lei Seca é, na história recente de nossa nação, um dos grandes avanços da nossa jovem sociedade. Isso é um fato. Veja-se que, apesar de todos os nossos cuidados, ainda assim assistimos estupefatos a cenas de selvageria dentro e fora dos estádios de futebol do Brasil. Não é esse o fruto daninho do maior esporte do mundo (do qual, diga-se de passagem, somos os maiores especialistas do planeta) que queremos deixar para os nossos filhos.

Queremos, sim, os nossos garotos e garotas indo ao campo de futebol, prestigiando e divertindo-se no grande *show* que é esse belíssimo esporte. As leis do Brasil têm esse entendimento, essa compreensão.

Queremos os povos de todo o mundo se divertindo a valer aqui, no chamado país do futebol, mas não podemos abrir mão do quesito segurança. E essa passa ostensivamente pela não liberação de bebidas alcoólicas nos estádios, nem agora, muito menos, quero repetir, muito menos na grande festa da Copa do Mundo de 2014.

Mais uma vez, parabenizo esta casa pela aprovação das alterações trazidas pelo PL 5.607. Foi um gesto soberano de independência e maturidade, mas principalmente de responsabilidade para com a gente brasileira.

Muito obrigado.

Documento 7/472

097.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	25/04/2012-19:32
Publ.: DCD - 26/04/2012 - 13981	PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO
		DISCURSO

Sumário

Propósito do Governo Federal de extensão do Regime Diferenciado de Contratação - RDC às obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Consequências do

atraso na conclusão de obras do PAC.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a imprensa está noticiando, com base em declaração da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que o Governo pretende estender às obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) aprovado em 2011 para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Com a ressalva de que a mudança não atingiria contratos em andamento, as razões dessa ideia de ampliação da abrangência do RDC seriam relacionadas com a busca de mais eficiência, mais economia e menos burocracia.

No fundo, o fundamento não declarado seria o suposto rigorismo da nossa Lei de Licitações. Na verdade, porém, toda a diversidade de atrasos e de irregularidades no andamento e na gestão dessas obras não é devida a qualquer tipo de engessamento de algum modo causado por prescrições legais.

Cinco anos após a criação do Programa de Aceleração do Crescimento, as maiores obras de infraestrutura do País têm atraso de até 54 meses em relação ao cronograma original. É o caso da Ferrovia Norte-Sul e do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco. Os dados são de um estudo recente da ONG Trata Brasil. A Ferrovia Norte-Sul tem um atraso de 4 anos e meio. A transposição do Velho Chico teve seu custo questionado pelo Tribunal de Contas da União várias vezes, levando o Governo a fazer novas licitações de alguns trechos por conta das reclamações do Tribunal e adiar a entrega do Eixo Leste em mais de 4 anos. Com isso, o custo da transposição disparou nos últimos anos, saindo de R\$4,8 bilhões para R\$7,8 bilhões, valor questionado mais uma vez pelo TCU.

Entre obras com orçamento acima de R\$5 bilhões, os atrasos são de pelo menos 1 ano.

Os balanços do PAC mostram que em dez megaobras, que somam R\$171 bilhões, os prazos de construção inicialmente previstos sofreram seguidas revisões. Atrasos consideráveis são comuns também em grandes obras de saneamento, que beneficiariam cidades com mais de 500 mil habitantes. Apenas 7% de 114 obras foram, segundo os balanços, concluídas, e 60% aparecem como atrasadas, paralisadas ou não iniciadas. Grandes obras bilionárias, como as usinas de Jirau e Santo Antônio, tiveram de colocar seus cronogramas sob reavaliação em razão de greves ocorridas em seus canteiros.

Além de greves, ao longo desses 5 anos foram e continuam frequentes alguns poucos motivos de quebra de continuidade em obras de grande porte. São eles: questionamentos no processo de licenciamento ambiental, cujo caso mais notório foi o da Hidrelétrica de Belo Monte; impugnação do Tribunal de Contas da União a gastos não previstos no projeto executivo; atrasos em desapropriações ou falta de interesse da iniciativa privada em tocar ou acelerar obras, como no caso do trem-bala.

A Nova Transnordestina, obra de R\$5,3 bilhões, teve seu cronograma interrompido diversas vezes, sobretudo por problemas de desapropriações. Sua conclusão estava prevista para o último ano de mandato do ex-Presidente Lula. Agora, a entrega está programada para o penúltimo dia de mandato da Presidente Dilma Rousseff, no fim de 2014.

Como se vê, são problemas ambientais, gerenciais e de fiscalização, e não a Lei nº 8.666, que estão causando esse enorme desmantelo no curso da

implementação do PAC. Se a pretensa aceleração do crescimento que inspirou a criação desse programa não encontrou viabilidade, apesar do vulto colossal de recursos federais alocados e da prioridade absoluta a ele atribuída pelo Governo passado e pelo atual, é um problema de gestão, e não de normatização legal, que desafia o discernimento governamental em todo esse episódio.

Todos sabem e até viram quantas objeções relevantes foram levantadas ao projeto de Regime Diferenciado de Contratação para obras da Copa do Mundo, sem respostas plausíveis, em sua discussão e apreciação pelo Congresso Nacional. Isso para um evento mundial que tem dia e hora de começar e terminar.

Imaginem, senhoras e senhores, o que esta Casa e o Senado terão pela frente, em termos de riscos e perigos, se aprovarem um regime de caráter emergencial, protegido da dispensa de várias etapas processuais e exigências outras, à guisa de promover o realinhamento desse gigante desarrumado em que se transformou um programa que é a menina dos olhos do atual e do Governo passado e que está retardando ao invés de acelerando o crescimento, como de início se propunha.

Era o que tinha a dizer.

Documento 8/472

093.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

24/04/2012-15:04

Publ.: DCD - 25/04/2012 - 13425

JOÃO ANANIAS-PCDOB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização de policiais federais contra a terceirização dos serviços de segurança nos aeroportos brasileiros.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 19 deste mês, a Polícia Federal fez uma operação padrão em todos os aeroportos do País, levantando a questão da falta de segurança nesses locais devido a uma relativa e constante substituição, segundo eles, de policiais federais, em suas atividades exclusivas de Estado, por profissionais terceirizados.

Processo de terceirização assistimos, claro, no Brasil todo, mas se trata de trabalhos exclusivos, que têm uma especificidade, meu caro Deputado Eudes, muito grande. Trata-se de segurança pública.

Promover segurança nos aeroportos significa aumentar e garantir o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas, de armas. Isso é fundamental para a sociedade brasileira, que, com certeza, nos últimos anos, tem utilizado cada vez mais os aeroportos, por conta das políticas mais inclusivas, é claro, do Governo Lula para cá, o que possibilitou que mais pessoas fizessem suas viagens utilizando um meio de transporte a que antigamente não tinham acesso.

Essa operação da Polícia Federal foi feita sem causar qualquer transtorno aos passageiros. Não foi realizada para prejudicar embarque e desembarque, mas para chamar a atenção para uma questão que é muito sensível, Deputado Gonzaga Patriota. Estamos diante da preparação de grandes eventos que serão realizados em nosso País, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo,

e precisamos dobrar, triplicar essa segurança. Acredito que não faremos isso substituindo profissionais formados para tal - cursam a academia da Polícia Federal, recebem treinamento, capacitação - por pessoas absolutamente distantes dessa atividade.

Quero fazer um apelo a nossa Presidente Dilma para que busque, por intermédio do Ministério da Justiça, resolver essa situação importante para nós. A segurança nos aeroportos é fundamental nos 365 dias do ano, em todos os anos, e não apenas durante a Copa do Mundo.

Isso pode fragilizar a segurança. É absolutamente temerária essa fragilidade da segurança nos aeroportos, portos e fronteiras. Não é uma questão exclusiva dos aeroportos, afeta também os portos brasileiros e as fronteiras deste nosso imenso Brasil.

Eu estive, Sr. Presidente, com Marcos Wink, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, que se manifestou sobre isso com muita responsabilidade. Eu vi um movimento, em alguns aeroportos, extremamente responsável. Não houve transtorno. Seus realizadores estão é realmente preocupados com a questão da segurança. Isso, sim, é postura de integrante de carreira de Estado, da nossa histórica Polícia Federal, que tantos serviços tem prestado ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/472

093.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/04/2012-14:22
Publ.: DCD - 25/04/2012 - 13409	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Discurso proferido pela oradora por ocasião da abertura da mesa redonda realizada pela Comissão Mista destinada ao debate do tema A Inteligência e os Grandes Eventos. Importância de fiscalização do Serviço de Inteligência Nacional pelo Congresso Nacional.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, peço a palavra para registrar como lido pronunciamento que fiz hoje na abertura da mesa-redonda da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e que teve como pauta, pela manhã, *A Inteligência e os Grandes Eventos*, tais como: Copa do Mundo, Copa das Confederações, Rio+20, Jornada da Juventude, que vai reunir no Brasil mais de 4 milhões de jovens e pelo menos 3 milhões de estrangeiros.

Agora à tarde, Sr. Presidente, a segunda mesa-redonda vai tratar exatamente do que o Serviço Nacional de Inteligência considera ameaça ao povo brasileiro e à soberania nacional.

É de grande importância o debate, pois o Congresso Nacional precisa fiscalizar e acompanhar esse trabalho.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, no âmbito da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), tivemos a oportunidade de discutir dois temas de extrema importância para os interesses nacionais e para a segurança do Estado e da sociedade: o papel da atividade de inteligência nos grandes eventos; e a percepção, por nossos serviços secretos, das ameaças ao Brasil.

Senhoras e senhores, neste mundo cada vez mais conturbado, em que a violência e a desigualdade entre pessoas e entre nações tem aumentando, ninguém se pode dizer completamente seguro. No campo das relações internacionais, é fundamental que os Estados desenvolvam mecanismos que, sempre sob a égide dos princípios democráticos e respeitando os direitos e garantias individuais, possam fazer frente a ameaças tradicionais e às chamadas "novas ameaças", como o crime organizado e o terrorismo. Para isso, o desenvolvimento de um aparato de inteligência eficiente, eficaz e efetivo é fundamental para a revolução do papel de incertezas, possibilitando o acompanhamento permanente de cenários e a antecipação e obtenção de respostas relacionadas aos eventos que possam indicar o emprego da inteligência. Como disse o Deputado Aldo Rebelo: *"A atividade de inteligência sempre esteve associada à luta pela preservação de interesses e de direitos nacionais e pela ampliação dos horizontes científicos e tecnológicos dos países, das nações"*.

Senhoras e senhores, que fique claro que democracia nenhuma pode abrir mão de serviços de inteligência eficientes e eficazes para proteger o Estado e os cidadãos. Importante que fique claro, ainda, que essas agências de inteligência possam operar sob princípios democráticos, de acordo com as leis e a Constituição. Democracia e atividade de inteligência são plenamente compatíveis.

Sr. Presidente, um aspecto fundamental da atividade de inteligência no regime democrático é o controle externo exercido, eminentemente, pelo Poder Legislativo. É o controle que permite ao cidadão, por meio de seus legítimos representantes eleitos, os Deputados e Senadores, fiscalizar e acompanhar a atuação dos órgãos de segurança e inteligência do Estado, criados para proteger esse cidadão, o Estado e os valores democráticos. Controle é, portanto, fundamental.

Senhores, durante muito tempo o Poder Legislativo deu pouca atenção ao controle da atividade de inteligência. Passa da hora de mudarmos esse quadro. Essas transformações passam não somente pela revisão da legislação pertinente, mas também pela efetivação do controle externo exercido pelo Parlamento. E isso já começou a acontecer.

Senhores, as audiências de hoje são o marco inicial para uma série de debates sobre a atividade de inteligência, o controle dos serviços secretos e o papel da inteligência nos regimes democráticos. Como Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, registro minha preocupação com a melhoria da qualidade de nossos serviços secretos e meu compromisso com o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle.

Muito obrigada.

Sumário

Anúncio pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, de liberação de recursos do PAC Mobilidade Urbana para obras de infraestrutura viária no Rio de Janeiro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, anunciou hoje o nome dos Municípios e dos Estados que serão contemplados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento para execução de obras de mobilidade urbana. Só para o Estado do Rio de Janeiro serão destinados 1 bilhão e 63 milhões de reais do PAC da Mobilidade Urbana, para dois grandes projetos de infraestrutura viária. Um deles é a Transbrasil, corredor expresso de ônibus articulados que ligará Deodoro, na Zona Oeste, ao Aeroporto Santos Dumont.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que três projetos fazem parte dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. À Transbrasil o Governo Federal destinará 1 bilhão, 129 milhões de reais, e a Prefeitura, 171 milhões de reais. O Veículo Leve sobre Trilhos do centro terá 500 milhões de reais da União, e o restante será captado através de uma Parceria Público-Privada.

Sr. Presidente, gostaria de pedir a V.Exa. que considerasse o meu pronunciamento como lido na íntegra e autorizasse sua divulgação pelos órgãos de comunicação da Casa.

Entendo ser fundamental para as pessoas que moram longe do trabalho um transporte decente, limpo, rápido e eficiente. O Rio de Janeiro promete uma revolução na mobilidade urbana e, portanto, que também seja exemplo de planejamento para outras cidades do Brasil e para a América Latina. Obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, anunciou hoje os Municípios e Estados que serão contemplados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a execução de obras de mobilidade urbana.

O Governo Federal vai destinar 1,63 bilhão de reais do PAC da Mobilidade Urbana a dois grandes projetos de infraestrutura viária no Rio de Janeiro. São eles a Transbrasil, corredor expresso de ônibus articulados (conhecido como BRT) que ligará Deodoro, na Zona Oeste, ao Aeroporto Santos Dumont, no centro da cidade, e a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no centro do Rio.

A Transcarioca, o corredor expresso que vai ligar a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, entra este mês na segunda etapa da construção.

Os três projetos fazem parte dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. À Transbrasil o Governo Federal destinará 1 bilhão, 129 milhões de reais, e a Prefeitura, 171 milhões de reais. O VLT do Centro terá 500 milhões de reais da União, e o restante será captado através de uma Parceria Público-Privada (PPP).

A Transbrasil terá 32 quilômetros de extensão, ao longo da Avenida Brasil, principal acesso ao Rio de Janeiro. Ligará o Bairro de Deodoro, onde

acontecerão as competições de hipismo e tiro durante as Olimpíadas de 2016, ao Aeroporto Santos Dumont, e deverá transportar 900 mil pessoas por dia. Terá quatro terminais e 28 estações, além de dois terminais intermediários no Trevo das Margaridas e no Trevo das Missões, interligando a via, respectivamente, à Rodovia Presidente Dutra e à Rio-Juiz de Fora.

O VLT do Centro terá vagões com capacidade para 450 passageiros cada. Vai conectar todas as plataformas de transporte da cidade - metrô, trens, barcas, BRT, redes de ônibus convencionais - à Rodoviária Novo Rio e ao Aeroporto Santos Dumont. Terá 42 estações, distantes uma da outra cerca de 400 metros, 6 linhas e 26 quilômetros de extensão.

A primeira etapa, com duas linhas, será inaugurada até a Copa de 2014. As demais, até 2016. Junto com a Transcarioca, a Transoeste (que liga a Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande, na Zona Oeste), e a Transolímpica, que ligará a Barra a Deodoro e ainda está em fase de licitação, os dois projetos aumentam a cobertura de transporte da cidade de 18% para 63%.

Segundo o Ministério das Cidades, o Governo Federal vai investir cerca de R\$22 bilhões em recursos do Orçamento Geral da União e abrir financiamento para as obras de transporte público, como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), as linhas de metrô e os corredores exclusivos para ônibus. Serão beneficiadas as populações de 22 Municípios com mais de 700 mil habitantes, em 19 Estados. Com as contrapartidas estadual e municipal, o investimento total deve chegar R\$32 bilhões.

O Governo Federal já anunciou recursos para obras de mobilidade urbana em Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. Outras 16 cidades e regiões metropolitanas serão incluídas no anúncio desta terça-feira, com projetos de metrô, VLT e corredores de ônibus.

O PAC Mobilidade Grandes Cidades destina recursos para a implantação de sistema de transporte coletivo nas grandes cidades brasileiras. O programa prevê a qualificação da infraestrutura urbana, para garantir acessibilidade, qualidade e conforto aos usuários do transporte público.

O Rio de Janeiro está se preparando também, com fortes investimentos municipais e estaduais. De acordo com o Prefeito Eduardo Paes, o maior legado da Olimpíada para o Rio de Janeiro será o sistema de transporte da cidade. Ele disse que, em 447 anos de história, o Rio de Janeiro chegou a 18% da população transportada em sistema de alta capacidade e que, nessa ação conjunta com o Governo Federal e com o Governo do Estado, a cidade vai sair dos 18% para 63% em 2015.

No âmbito estadual, toda a linha de trens da Supervia está sendo renovada. Os trens do Metrô também.

A Presidenta Dilma disse na cerimônia que as pessoas perdem um tempo enorme no deslocamento e muitas vezes convivem em condições precárias nesses meios de transporte. Eu sei exatamente o que isso significa porque usei muito os transportes coletivos e sei das dificuldades que a população trabalhadora enfrenta. Ela foi muito feliz quando disse que o Brasil se orgulha de ser a sexta economia do mundo e tem que ter um transporte coletivo à altura. É fundamental para as pessoas que moram longe do trabalho que tenham um transporte decente, limpo, rápido e eficiente. O Rio de Janeiro promete uma revolução na mobilidade urbana e que também será um bom exemplo de planejamento para outras cidades do Brasil e da América Latina.

Muito obrigada.

093.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/04/2012-15:26
Publ.: DCD - 25/04/2012 - 13433		JÂNIO NATAL-PRP -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Desinteresse da mídia e de governantes nas comemorações do 512º aniversário de descobrimento do Brasil. Homenagem ao Município de Porto Seguro, Estado da Bahia. Necessidade de investimentos nos setores de infraestrutura, turismo e serviços públicos da municipalidade. Defesa da busca de solução consensual para a retirada de quiosques instalados nas praias de Porto Seguro. Regozijo com a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA. Proficuidade da gestão do Governador Jaques Wagner. Apresentação de projeto de lei sobre a transferência simbólica da Capital Salvador para o Município de Porto Seguro em 22 de abril. Importância da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 para o desenvolvimento socioeconômico na municipalidade.

O SR. JÂNIO NATAL (Bloco/PRP-BA. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, faço questão de iniciar o meu pronunciamento nesta Casa agradecendo a Deus pela proteção e pelo amparo durante toda a minha vida, e pedindo que a sua força continue a me orientar no exercício deste mandato, em defesa do Brasil e da Bahia.

Agradeço ainda aos meus amigos que com o seu voto deram-me a oportunidade de estar nesta Casa representando-os. Não posso deixar de agradecer aos meus amigos e parceiros Ovasco Resende e Jorge Aleluia, respectivamente Presidentes Nacional e Estadual - no nosso caso o Estado da Bahia - do Partido Republicano Progressista.

Srs. Deputados, eu gostaria de lamentar a falha da imprensa falada, escrita e televisada, bem como do Governo Federal e dos Governos Estaduais: nenhum deles sequer mencionou o aniversário do descobrimento do Brasil, transcorrido em 22 de abril. Espero que o Governo e a imprensa valorizem a nossa história, a história do povo brasileiro e a nossa cultura

Srs. Deputados, o sul e o extremo sul baianos são regiões de grande valor histórico, berço do descobrimento do Brasil, com natureza exuberante e belas praias, que consolidaram a sua vocação turística. Há ali uma economia diversificada, que inclui desde a cultura do cacau a um polo industrial de produção de celulose.

Com uma população superior a 1 milhão de habitantes, as regiões sul e extremo sul da Bahia abrangem mais de 30 Municípios, entre os quais se destacam Ilhéus, Itabuna, Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, todas com população superior a 100 mil habitantes.

Não posso deixar de destacar aqui as cidades turísticas da região, como Santa Cruz Cabralia, Belmonte, Porto Seguro, Canavieiras, Prado, Alcobaça, Mucuri, Caravelas, Ilhéus, Itacaré, Maraú, todas importantes para o engrandecimento do turismo da Bahia, em especial do turismo do sul e do extremo sul do Estado. Apesar das singularidades de cada uma, todas se destacam pelas suas belezas naturais, pela cultura e, principalmente, pela hospitalidade dos seus habitantes.

Hoje, particularmente, quero enfocar Porto Seguro, uma cidade com mais de 110 mil habitantes, da qual tive o privilégio de ser gestor, e que recebe, todos os anos, mais de um milhão de visitantes de diversos Estados brasileiros e de diversos países. É uma verdadeira vitrine da Bahia para o Brasil e do Brasil para o mundo.

Com mais de 80 quilômetros de praias de areias alvas e de águas cristalinas, grandes extensões de manguezais, diversas aldeias de índios pataxós, foi a cidade onde nasceram as primeiras construções do Brasil. Porto Seguro encanta e impressiona com sua história e suas belezas naturais. Quem não a conhece precisa conhecer.

Em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália residem mais de 3 mil famílias indígenas pataxós, que engrandecem a nossa cidade e o nosso povo com a sua cultura.

Assim é Porto Seguro: um dos maiores polos turísticos do Brasil, com oferta de 42 mil leitos, a terceira maior de todo o País, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro.

É uma cidade cosmopolita, onde convivem pessoas de várias nações, dos mais diferentes credos, culturas e etnias.

Assim é Porto Seguro: famosa pela sua beleza e pela hospitalidade do seu povo e conhecida por sua natureza exuberante, festas inesquecíveis, praias maravilhosas e uma rica cultura.

Cantada em verso e prosa, em todos os idiomas, e ponto de encontro de celebridades nacionais e internacionais, Porto Seguro é um dos destinos mais procurados do País.

No entanto, Sras. e Srs. Deputados, nem tudo são flores. Apesar de todas as suas belezas e de sua história, Porto Seguro, a terra mãe do Brasil, ainda está muito longe de atender aos anseios da sua população. Não podemos desejar um turismo forte e saudável sem antes pensar em uma boa qualidade de vida para o nosso povo.

Apesar dos seus 512 anos de existência e 121 anos de emancipação, a cidade apenas conheceu a verdadeira explosão do turismo a partir da década de 70.

Com a súbita notoriedade e a crescente chegada de visitantes, suas demandas foram repentinamente intensificadas, sobrecarregando uma infraestrutura insuficiente para atender a tantas pessoas, apesar dos esforços e da dedicação dos políticos e administradores locais que ocuparam a Prefeitura na época áurea do crescimento do turismo. Peço licença para destacar os nomes dos saudosos gestores: nosso querido Manoel Carneiro, nosso querido Valdívio Costa, nosso querido João Carlos Mattos de Paula, conhecido popularmente como João da Sunga, e o meu grande amigo Carlos Alberto Parracho.

Porto Seguro tem muitas carências que entravam o seu desenvolvimento e que não podem ser resolvidas apenas pela Administração Municipal. É preciso que a União e o Estado se unam à Prefeitura, à iniciativa privada e à comunidade de Porto Seguro a fim de viabilizar providências urgentes que precisam ser tomadas para que a cidade possa transformar em realidade todo o seu potencial.

O Sr. Geraldo Simões - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. JÂNIO NATAL - Pois não, Deputado Geraldo Simões.

O Sr. Geraldo Simões - Deputado Jânio Natal, V.Exa. é um dos mais experientes políticos que a Bahia mandou para esta Casa. V.Exa. já foi Vereador em Salvador, Deputado Estadual em legislatura na qual tive oportunidade de conviver com V.Exa., foi Prefeito de uma cidade extraordinária - Belmonte - e depois da cidade mãe do Brasil. E V.Exa. fala tão bem da cidade que dá vontade, depois da votação do Código Florestal, de ir passar uns dias em Porto Seguro.

O SR. JÂNIO NATAL - Será um prazer para todos nós.

O Sr. Geraldo Simões - Eu quero testemunhar aqui o seu esforço em defesa do extremo sul da Bahia. E V.Exa. ainda me comove quando se refere à minha região, o sul. V.Exa. fala tão bem do extremo sul, onde V.Exa. é um líder respeitado, e do sul da Bahia.

E eu quero aqui registrar o seu esforço nesta Casa em defesa do Município de Porto Seguro e do extremo sul do Estado. Acompanhei seu esforço, suas idas ao

Ministério para levar o *campus* da Universidade Federal para lá. Quinhentos e doze anos depois de fundado, o Município de Porto Seguro agora vai ter um *campus* da Universidade Federal - e a informação que eu tenho é de que será o *campus* mais moderno de todas as universidades. De tudo isso, só me fica uma tristeza, porque os comentários vindos de Porto Seguro são no sentido de que o pessoal de lá não quer V.Exa. aqui; quer V.Exa. lá. A informação que eu tenho é de que o V.Exa. lidera todas as pesquisas. É essa a minha tristeza, porque eu gostaria de conviver aqui com V.Exa. ao longo deste mandato. Mas tenho que me curvar à vontade do povo de Porto Seguro. Parabéns pelo pronunciamento, Deputado.

O SR. JÂNIO NATAL - Obrigado, Deputado Geraldo Simões. Tenha certeza de que todos os baianos do sul e do extremo sul baiano também se orgulham de V.Exa. Nós temos um convívio diário nesta Casa e nos encontramos em diversos Ministérios, e eu vejo o amor e o carinho que V.Exa. tem pelo seu povo e por Itabuna.

Muito obrigado, em nome do nosso povo do sul da Bahia e do extremo sul baiano.

Sr. Presidente, para atender a essas demandas do Município de Porto Seguro, faltam muitas coisas, como a construção de um novo aeroporto com instalações adequadas, que atendam aos padrões exigidos para operar voos internacionais. É também urgente a construção de uma nova estação rodoviária que comporte a crescente demanda e atenda aos novos padrões de qualidade exigidos. Faz-se necessária, também, a construção de diversas vias para os ciclistas, que constantemente são pegos de surpresa por ônibus, caminhões e carros particulares, principalmente no Complexo Baianão, na Orla Norte, como também nos Distritos de Trancoso, Arraial d'Ajuda, Vera Cruz, Pindorama, Agrovila e tantos outros.

São também urgentes a duplicação da BR-367 entre o Centro de Convenções e o Trevo do Cabral; a construção de uma marina para o fomento do turismo náutico; a construção de uma estrada paralela à Orla Norte, a famosa Estrada do Telégrafo, evitando, assim, os grandes congestionamentos que ocorrem durante o pico do turismo local. É mais do que importante a pavimentação da estrada entre Arraial d'Ajuda e Trancoso. Porém, Sr. Presidente, demais companheiros Deputados, defendemos a pavimentação dessa estrada de forma diferenciada de todas as outras, em harmonia com o verde e com as belas paisagens.

Defendemos também a duplicação da BR-101 entre Vitória, no Espírito Santo, e Eunápolis, na Bahia, cujo projeto, constante do PAC 2, está emperrado. É necessário que o Ministério dos Transportes seja ágil para atender às demandas da nossa região, principalmente para o nosso turismo. Consideramos essas obras de grande importância para o desenvolvimento econômico e social da região.

Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, jornalistas, não existe turismo forte, rico, saudável e perfeito, em nenhum lugar do mundo, sem que o povo do lugar possua educação exemplar, assistência à saúde decente, boa segurança pública, qualificação de serviços e infraestrutura básica.

No setor da educação, comemoramos hoje a mais recente, e talvez maior, conquista da região junto ao Governo Federal: a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia, cujo projeto tive a honra de apresentar a esta Casa, com total apoio dos meus colegas Deputados. É a realização de um antigo sonho de todos os moradores das classes menos favorecidas do sul e do extremo sul baiano, que agora, possivelmente em 2013, terão a oportunidade de ver seus filhos iniciando um curso superior, podendo construir um futuro melhor para eles e suas famílias.

Sr. Presidente, caros colegas Deputados, há um assunto que me preocupa

bastante: a possível retirada das barracas da praia em Porto Seguro e outros Municípios baianos.

Em Porto Seguro, esses estabelecimentos são muito mais do que simples barracas, são grandes complexos de lazer que empregam milhares de pessoas e constituem uma das maiores atrações turísticas do Município. Os luaus e suas festas, muitas vezes com artistas de renome nacional, reúnem verdadeiras multidões.

Urge, portanto, seja encontrada uma solução para esse impasse. Essa solução precisa, necessariamente, da sensibilidade e do bom senso do Ministério Público Federal e da Justiça Federal. Precisa também de uma negociação entre órgãos federais, empresários, trabalhadores, Governos Estadual e Municipal e comunidade.

Sabemos que o Ministério Público Federal está buscando o cumprimento da lei, mas não devemos fechar os olhos para as consequências sociais que causará a derrubada dessas barracas.

Desejamos que se encontre um meio-termo, uma conciliação que evite grandes prejuízos à cidade e aos empresários, além da descaracterização de Porto Seguro e de uma comoção social, com milhares de trabalhadores desempregados.

Eu acredito em Deus, acredito no Brasil, acredito nos brasileiros. Acredito que nosso País caminha a passos largos em uma trilha de desenvolvimento que começou há alguns anos, graças ao esplêndido trabalho do Presidente Lula, tão bem continuado pela Presidenta Dilma.

Começamos a ocupar uma nova posição na ordem mundial, abandonamos o "berço esplêndido" e marchamos rumo a uma nova realidade.

A expressão "Brasil, país do futuro" começa a ser substituído por "Brasil, país do presente". É a nossa hora. O futuro já começou.

Daqui a 3 anos, em 2014, sediremos a Copa do Mundo e, em 2016, as Olimpíadas.

Surge um novo Brasil. E a Bahia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vive um momento propício e auspicioso pelo fato de sediar um dos grupos da Copa do Mundo, em 2014. É a oportunidade de atrair investimentos e realizar obras que permanecerão para sempre, agregando valor aos Municípios e trazendo mais qualidade de vida para nossa gente.

Nesse cenário, Porto Seguro é uma das cidades brasileiras que se pode preparar para receber e hospedar uma das delegações que participarão da Copa de 2014. Tem renome mundial, parque hoteleiro de grande capacidade e altamente qualificado e comércio diversificado. Precisamos apenas dos investimentos necessários à preparação da cidade para esse grandioso e importante evento.

Tenho mantido contatos com a Confederação Brasileira de Futebol - CBF para solicitar que seja vista com carinho a possibilidade de incluir Porto Seguro como cidade-sede de uma das seleções participantes do Mundial.

Estive também com o Secretário Estadual da Copa, na Bahia, meu amigo, o competente Dr. Ney Campello, que está realizando excelente trabalho e está engajado nessa luta da cidade de Porto Seguro. Ele nos garantiu que não medirá esforços para que sejamos contemplados.

Para isso são necessários investimentos rápidos, principalmente de qualificação do turismo no Município. Na condição de Deputado Federal, destinei 1 milhão de reais, provenientes de emenda parlamentar, para a ampliação do estádio municipal de Porto Seguro.

A parceria entre Ministério do Turismo, SEBRAE e Governo do Estado é de grande importância para a capacitação da mão-de-obra e contribuirá, inclusive, para o combate ao desemprego.

Esta, acredito, é a hora certa para alavancar definitivamente o desenvolvimento de Porto Seguro, para trazer os benefícios de que a cidade necessita, que serão decisivos para transformar em realidade todo o seu potencial, atraindo para a Bahia e para o Brasil um número sempre crescente de turistas e um montante cada vez maior de divisas.

O Governador Jaques Wagner, com o Vice-Governador Otto Alencar e toda a sua equipe de trabalho, na medida do possível, está fazendo muito pela Bahia. Espero que Deus os ilumine, dando-lhes saúde e sabedoria para que o Estado continue trilhando o caminho do desenvolvimento e para que o sul e o extremo sul do Estado possam alcançar seus objetivos.

Trabalharei incansavelmente para ver concretizadas todas as nossas reivindicações. Para isso, preciso do apoio decidido de todos os meus colegas Deputados. Somente com essa união poderemos produzir os melhores resultados, correspondendo à expectativa das milhares de pessoas que nos concederam sua confiança por meio dos votos que recebemos.

Quero aproveitar a oportunidade e fazer um convite a todos que estão nos assistindo pela *TV Câmara*, aos jornalistas e aos nobres colegas Deputados para que visitem Porto Seguro e conheçam a história do Brasil e do povo brasileiro, a cidade onde o Brasil nasceu, exatamente no dia 22 de abril de 1500.

Porto Seguro é a terra-mãe do Brasil, é a cidade de todos os brasileiros. Peço, ainda, que, ao conhecerem Porto Seguro, não deixem de conhecer as lindas cidades praianas, como Santa Cruz Cabralia, Belmonte, Itacaré, Ilhéus, Marau e tantas outras cidades bonitas que existem no sul e no extremo sul da Bahia.

Apresentei a esta Casa projeto de lei visando à transferência simbólica da Capital Federal para Porto Seguro a cada dia 22 de abril, comemorando assim o aniversário do Brasil e do povo brasileiro. Tal projeto já foi aprovado nas Comissões de Educação e Constituição e Justiça, restando apenas a aprovação pelo Plenário da Casa. Tenho certeza de que contarei com o apoio de todos meus colegas Deputados.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos trabalhar juntos pela terra onde nasceu a Pátria amada. O povo brasileiro merece essa homenagem. O Brasil merece todo o nosso esforço para que acabemos com a miséria e o sofrimento do nosso povo, para que tenhamos ainda mais orgulho do nosso País e possamos bater no peito e gritar: "*Orgulho-me de ser brasileiro!*"

Viva o Brasil! Viva a Bahia! Viva Porto Seguro! Viva o povo brasileiro!

Muito obrigado.

Documento 12/472

093.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/04/2012-19:04
Publ.: DCD - 25/04/2012 - 13485	DOMINGOS NETO-PSB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Convite aos Deputados para participação em eventos promovidos pela Comissão de Desenvolvimento Urbano.

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, a Comissão de

Desenvolvimento Urbano terá uma pauta positiva de muito trabalho. Amanhã, por exemplo, teremos dois eventos que quero registrar e para os quais gostaria de convidar os Deputados.

O primeiro ocorrerá durante a manhã, quando o Ministro do Tribunal de Contas da União Valmir Campelo estará na Comissão para discutir a agenda das obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo de 2014. Perante estudo da Comissão, mostramos que 5% estão em execução e apenas 1% das obras foi concluído.

O segundo será às 15 horas e contará com a presença do Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, que apresentará o programa do Ministério das Cidades aos membros da Comissão.

Registro ainda que, na próxima sexta-feira, a Comissão realizará o primeiro seminário estadual preparatório da Conferência das Cidades, tendo como tema central a mobilidade urbana, na cidade de Fortaleza.

Gostaria, portanto, de convidar os membros desta Casa para esses três eventos. E, para concluir, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que a este meu pronunciamento seja dada ampla repercussão nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 13/472

091.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	23/04/2012-14:36
Publ.: DCD - 24/04/2012 - 13288		CHICO LOPES-PCDOB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Visita do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, às obras de reforma do Estádio do Castelão, com vistas à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Fortaleza, Estado do Ceará.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um registro da visita do Ministro do Esporte à Fortaleza. S.Exa. chegou ontem à noite a Fortaleza e foi recebido pelo Vice-Governador, Governador em exercício.

Hoje eles fizeram uma visita às obras de reforma do Estádio do Castelão, a obra que está mais adiantada entre todas as construções que existem no Brasil. É uma obra praticamente pronta, que vai mostrar ao Brasil a fibra e a característica do povo cearense, por intermédio do seu Governador Cid Gomes.

Mesmo com a greve que tivemos, a nossa obra vai terminar no momento exato, para patrocinar e receber a grande Copa que acontecerá em 2014.

Documento 14/472

091.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	23/04/2012-14:39

Publ.: DCD - 24/04/2012 - 13288

MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posse do suplente de Deputado Estadual Nildo Sobral no cargo de Secretário de Esporte e Lazer de Fortaleza, Estado do Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente nobre Deputado Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, senhores e senhoras que prestigiam nas galerias o Poder Legislativo brasileiro, em solenidade programada para as 18 horas de hoje, no Estádio Paulo Sarasate, em nossa metrópole Fortaleza, deverá empossar-se como Secretário de Esporte da Prefeitura o Deputado suplente Nildo Sobral, convidado que foi para a citada função pela Prefeita Luizianne Lins em razão de seus méritos incontáveis, sobretudo da identificação com a nossa cidade num setor de indiscutível importância para a respectiva população.

Dirigente regional do PTN, o escolhido exerce marcante liderança política em áreas populosas da cidade, como Pirambu, Maraponga, Carlito Pamplona e Barra do Ceará, onde recolheu, no pleito passado, apoio significativo, em torno de 20 mil sufrágios, numa prova inquestionável de postura ética irrepreensível.

Na semana anterior, num ato que antecedeu à sua posse, participei de ofício religioso na Matriz de Pirambu, celebrado por Frei Oliveira e seguido de expressiva manifestação popular, quando me congratulei com a Chefe da Edilidade pela acertada escolha do novo titular da Pasta, antes exercida por Evaldo Lima, que ali levou a cabo profícua gestão.

Tenho absoluta certeza de que o desempenho de Nildo corresponderá às expectativas da Prefeita, numa fase que antecede grandes eventos na área, quando nos aprestamos inclusive para a Copa de 2014, bem assim para outras atividades correlatas que a antecedem no calendário local, no âmbito de 10 unidades federadas.

Vale ressaltar que, até o mês anterior, o novo titular da aludida Pasta vinha exercendo cargo de relevo na Diretoria da CAGECE, pondo à prova a sua experiência e tirocínio, já comprovados em outras tarefas que lhe foram cometidas.

Felicitó, pois, a Prefeita Luizianne Lins pelo acerto de sua decisão, ao mesmo tempo em que parabeno aquele seu novo auxiliar direto em uma das maiores Capitais do País.

Falando à imprensa na manhã de hoje, Nildo Sobral alinhou as metas básicas que buscará cumprir, contando, obviamente, com a indispensável chancela também da Câmara de Vereadores, por onde principiei a minha longa trajetória na vida pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Documento 15/472

091.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

23/04/2012-15:03

Publ.: DCD - 24/04/2012 - 13293

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

PEQUENO EXPEDIENTE

Sumário

Apresentação de projeto de lei sobre a criação do Programa Brasileirinhos Amigos do Verde, destinado ao plantio de muda de árvore a cada nascimento de criança nos Municípios brasileiros. Atuação da organização não governamental Movimento Planeta Verde.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, talvez os nobres pares não saibam, mas eu sou um Parlamentar que se preocupa, e muito, com a questão ambiental. Ao longo desta minha estada nesta Casa do Congresso Nacional, tenho procurado pesquisar os problemas e buscado soluções no que diz respeito ao meio ambiente do nosso País.

E foi justamente com o pensamento voltado unicamente para a melhoria do nosso meio ambiente que apresentei, na semana passada, um projeto de lei muito interessante que institui o Programa Brasileirinhos Amigos do Verde. Não se trata de algo inédito, uma vez que, enquanto fui Prefeito da minha cidade, Curitiba, e Deputado Estadual, em Santa Catarina, implantei projeto idêntico. A diferença entre o primeiro, em âmbito municipal, e este é que a abrangência será nacional. Ele visa à implantação de medidas para a promoção da preservação do meio ambiente e da educação ambiental por meio do plantio de uma muda de árvore a cada nascimento de criança.

Algumas informações são básicas: as mudas serão doadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a famosa, a conhecida e espetacular EMBRAPA, após avaliação técnica da região de plantio; para aderir ao programa, o Município deve apresentar um plano de ação que contemple a destinação de áreas para o plantio das mudas; os que aderirem ao programa terão prioridade no recebimento de recursos oriundos do Fundo Nacional do Meio Ambiente e receberão a titulação de Cidade Amiga do Verde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, a preocupação com o meio ambiente deixou há muito de ser uma pauta exclusiva apenas de determinados setores da sociedade e de ativistas mais pessimistas. Nos tempos atuais, é um tema fundamental em qualquer nação que esteja preocupada com o desenvolvimento e com a sustentabilidade.

Os nobres pares não de concordar comigo: não há como pensar em desenvolvimento sem pensar em torná-lo sustentável, sob o risco de não haver estrutura ambiental para suportá-lo. Dentre as preocupações inerentes a este desafio está a de continuar investindo no desenvolvimento das cidades e, ao mesmo tempo, promover proteção e recuperação ambiental, notadamente no que se refere às árvores.

Com o aquecimento da construção civil, que tem sido estimulada diretamente pelos programas de investimento em infraestrutura, as cidades têm realizado desmatamentos um tanto quanto descontrolados e, muitas vezes, desnecessários. O crescimento do desmatamento em diversas áreas do nosso País tem obrigado o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e outras organizações independentes a efetuarem o monitoramento diário. Só para se ter uma ideia, são desmatados aproximadamente 21 mil quilômetros quadrados por ano no Brasil, o que representa o equivalente ao território do Estado de Sergipe de floresta no chão por ano.

Nos tempos atuais, nascem no Brasil 17 crianças para cada grupo de mil habitantes. Em outras palavras, com aproximadamente 195 milhões de

moradores, o Brasil tem 3 milhões e 315 mil nascimentos por ano. Dados coletados pelo INPE, apenas entre 2003 e 2004, Sr. Presidente, mostram que foram destruídas, nesse período, 1,3 bilhão de árvores.

Grosso modo, Sras. e Srs. Deputados, mesmo com o projeto implantado, levaríamos aproximadamente 300 anos para alcançar a destruição desse período que citei anteriormente.

As árvores cumprem as mais diversas funções quando são plantadas e preservadas por razões puramente ecológicas, desde as que são puramente estéticas até as de cunho ecológico. Várias são as influências das árvores para o ambiente de forma geral. Elas removem a poeira das ruas, controlam o clima da região, amortecem as ondas sonoras. A copa das árvores quebra o impacto das gotas de chuva, e, ao mesmo tempo, o solo fica coberto por uma camada de folhas e galhos secos que caem das árvores, formando um excelente adubo orgânico. Filtram a atmosfera, diluem os poluentes gasosos, retêm a umidade nos solos, protegem os solos, filtram e desintoxicam os solos.

Esses exemplos, nobres pares, demonstram que as áreas verdes, como instrumento de melhoria da qualidade do ambiente em que vivemos, têm um potencial muito maior do que aquele que estamos acostumados a perceber. A minha proposta, dessa forma, alia proteção ambiental, reflorestamento e educação e, ao mesmo tempo, propõe incentivos aos Municípios que plantarem uma muda de árvore para cada nascimento.

Sr. Presidente, há um movimento em Brasília, presidido pelo Prof. Henrique Arthur de Souza, o Movimento Planeta Verde, que conta com o apoio da Sra. Roselle Bugarin, Diretora-Geral do HRAS, e que há 15 anos doa mudas de árvores frutíferas, por um mundo melhor, numa parceria com os hospitais da Asa Sul.

Seja você, Sr. Deputado, padrinho de uma vida. Como isso funciona, Sr. Presidente? Nasce uma criança, doa-se uma muda de árvore da região, que é plantada pelos pais no seu terreno, nas praças públicas, ao longo das estradas, enfim, em qualquer lugar. Essa árvore plantada simboliza aquela criança que nasceu. E lhe é dado o nome daquela criança.

Presta-se, portanto, dois serviços primordiais. Primeiro, estamos tentando ajudar o meio ambiente. Existe muita filosofia e muita doutrina em torno da preservação do meio ambiente, Deputada Perpétua Almeida. Fala-se tanto em preservar o meio ambiente, mas são poucas as ações, quer do setor público, quer do setor privado. Há muita conversa, mas pouca prática, pouca ação.

E esse é um projeto bem simples, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que pode ajudar na preservação do meio ambiente. Feliz do país, feliz da cidade ou do Estado que tem um Henrique Arthur de Souza ou uma Roselle para ajudar nesse projeto, para tentarmos melhorar a preservação ambiental.

Vamos ajudar a natureza, vamos plantar uma árvore no dia em que nasce uma criança, vamos batizar essa árvore com o nome da criança. Estamos prestando uma homenagem à criança e preservando o meio ambiente. É um fato concreto de preservação ambiental. Não custa nada a ninguém.

A EMBRAPA, excelente órgão público que tem prestado relevantes serviços ao Brasil, fornece as mudas de árvore, e os pais das crianças que nascem plantam as mudas em terreno público ou particular e recebem a certidão de nascimento da árvore plantada com o nome da criança.

Assim, estaremos efetivamente ajudando na preservação ambiental e fazendo uma boa ação. Por isso, reputo esse projeto de suma importância para o País.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a gentileza de autorizar a divulgação deste discurso no Programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. será atendido, Deputado.

Documento 16/472

088.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	19/04/2012-15:03
Publ.: DCD - 20/04/2012 - 12990	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Realização, pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, de mesas-redondas para debate de temas da atualidade brasileira. Expectativa de aprovação do regimento interno da Comissão.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na próxima terça-feira, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso Nacional realiza duas mesas-redondas com debates que considero da maior importância para o Brasil e para o Parlamento.

Há pouco mais de um mês, assumi a Presidência da Comissão de Relações Exteriores desta Casa. Essa Comissão também acumula a Presidência da Comissão Mista de Inteligência por um ano, que depois é repassada à Presidência da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Portanto, por menos de dois meses vou acumular essas duas Presidências.

Tendo pesquisado nos arquivos da Casa, um fato preocupa-me muito: considero que o Congresso Nacional tem prestigiado muito pouco esse tema. Fico imaginando: no Brasil, com essa imensidão que tem, com a firmeza que tem e com o que nos propomos ser, nós prestigiamos tão pouco o debate sobre a Inteligência nacional. Então, eu quero, pelo menos nesses menos de dois meses em que acumulo a Presidência da Comissão Mista de Inteligência do Congresso, realizar na Casa o debate de dois temas que considero da maior importância.

A primeira mesa-redonda, que acontecerá na próxima terça-feira, no plenário da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, será sobre a Inteligência nacional e os grandes eventos.

O Brasil sediará, a partir de agora, eventos importantes. Daqui a pouco mais de um mês, vamos sediar a Rio+20, um evento importante para o planeta; depois, vamos sediar a Copa do Mundo, a Copa das Confederações e as Olimpíadas.

A pergunta é: como o nosso País está se preparando para realizar e enfrentar grandes eventos, para receber populações gigantescas? Esse é um debate importante porque considero que a sociedade brasileira precisa saber se o Brasil está seguro nesse sentido. Quero conhecer quais são as articulações que estão sendo feitas nesse sentido.

Outro debate que considero tão importante quanto o primeiro, que será uma mesa-redonda no período da tarde, também no plenário da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, é acerca do que o Brasil considera serem ameaças hoje ao País, neste momento em que vivemos. Somos um país de vastidão, com uma população alegre, animada e que considero feliz, porque as pesquisas mostram que o povo brasileiro é um dos que expressam maior nível de felicidade. Então, como este brasileiro se sente, ou o que considera ser uma ameaça? Seriam as nossas florestas? Seria a nossa água doce, de que temos enorme manancial? Seria a alimentação? Seriam as nossas fronteiras? O que

exatamente o nosso País considera ser uma ameaça para nós, hoje?

Então, o que as instituições de Inteligência do País consideram ser uma ameaça à soberania nacional e ao povo brasileiro também vamos debater na próxima terça-feira, no período da tarde.

O Senador Fernando Collor, que acumula a Vice-Presidência dessa Comissão, a quem eu vou transmitir a Presidência na primeira semana de maio, também está nos ajudando a organizar essas duas mesas-redondas de debate.

Eu espero, inclusive, Sr. Presidente, que, na próxima sessão do Congresso Nacional, que deve acontecer na próxima terça-feira, possamos votar o regimento interno dessa Comissão, que há alguns anos dorme na gaveta. Vejam a importância que o Congresso Nacional está dando à política de Inteligência no nosso País: a nossa Comissão Mista sequer tem um regimento votado pelo plenário do Congresso; estamos com um regimento provisório e precisamos da homologação pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, espero que na primeira semana de maio, quando vou transferir a Presidência de uma Comissão tão importante ao Senador Fernando Collor, a Câmara tenha feito a sua parte: pelo menos abrir o debate sobre a Inteligência e votar o regimento interno dessa Comissão.

Acho que um país que se propõe grande e soberano não pode, de forma alguma, menosprezar ou diminuir um tema tão importante como o da Inteligência nacional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 17/472

088.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	19/04/2012-17:00
Publ.: DCD - 20/04/2012 - 13015	ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Encaminhamento de indicação à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para a realização de investimentos nos Estados não participantes da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, ao longo da minha vida, tanto particular quanto política, sempre me pautei por ser frontalmente contrário à desigualdade. Não concordo com esse tipo de situação. Não acho justo que haja disparidade em nenhum segmento, isto é, que uns poucos recebam muito em detrimento da maioria, que recebe tão pouco. A justiça e os benefícios são para todos, de forma igualitária. É por isso mesmo que defendo a chamada justiça social.

Um assunto que me tem deixado preocupado é o repasse de investimentos do Governo Federal para aqueles Estados que não fazem parte de uma pequena classe de privilegiados, isto é, aqueles que não sediarão os jogos do campeonato mundial, previstos para acontecer em 2014.

Nesse sentido, colegas Deputados e povo brasileiro, protocolei no início desta

semana um requerimento de indicação, por intermédio desta Casa, do Congresso Nacional, endereçado à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior. Nesse documento, solicito repasses de recursos mais robustos para beneficiar aqueles Estados que não foram agraciados como sede do campeonato mundial que acontecerá em pouco mais de 2 anos.

Ficou constatado, a partir do momento em que o nosso País foi escolhido para sediar o mundial, que a escolha das cidades-sedes implicou não apenas uma grande alegria para a população das cidades e Estados agraciados, como também um vultoso investimento por parte do Governo Federal, que certamente gerará renda e melhoria na infraestrutura e na mobilidade urbana, disso ninguém tem dúvida.

Neste momento, refletindo sobre a disparidade dos investimentos feitos até agora pelo Governo Federal em benefício dessas Capitais, julgo que esse considerável investimento feito pelo nosso Governo em algumas cidades, em detrimento das demais, não pode ser considerado justo.

É preciso ficar claro que eu, como homem público com assento nesta Casa, nada tenho contra os benefícios que têm sido alocados para Natal, Recife, Fortaleza, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Cuiabá, Manaus, Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Mas, Sras. e Srs. Deputados, é preciso ficar claro também que Acre, Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins são Brasil. Estes também são Estados brasileiros, onde moram brasileiros que estão sendo discriminados.

Não é justo que Estados produtores, que fazem a riqueza do Brasil gerar tributos, que produzem para gerar tributos, vejam esses tributos serem direcionados às cidades-sedes da Copa do Mundo.

Eu não posso me conformar, Sr. Presidente, e me desculpem a franqueza, com o que vejo, por exemplo, em Brasília, a Capital dos brasileiros. Todos os times de futebol de Brasília têm seu campo, tem a sua sede para praticar o esporte. Pois bem, está-se construindo agora o Estádio Nacional. Antigamente se homenageava um dos maiores jogadores do Brasil, que foi Mané Garrincha, mas agora até o nome mudaram! A obra vai custar 1 bilhão de reais, e o estádio só receberá quatro jogos. Povo brasileiro, apenas quatro jogos! Depois vai acabar o Estádio Mané Garrincha, vai acabar o Estádio Nacional. Ele vai ficar jogado às moscas, porque não há governo que consiga manter um estádio sem time de futebol. Isso é um absurdo!

Enquanto isso, lá no meu Estado, Santa Catarina, falta duplicar a BR-101, a BR-282, a BR-470. Estamos enfrentando muitas dificuldades. O ilustre Deputado Pedro Uczai faz parte do fórum pela construção da ferrovia que ligue Santa Catarina ao Brasil, a chamada Ferrovia do Frango, e sabe que não existe dinheiro para isso. Em compensação, há Estados que vão receber verdadeiras fortunas para realizar a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Verdadeiras fortunas! Porque não haverá só construção de estádio, Deputado Izalci, é preciso também reformar aeroportos, rodovias, ferrovias, hotéis, etc.

E os outros Estados? E os outros Estados, o que vão receber? Absolutamente nada! É desleal a forma como está sendo feita essa distribuição de recursos. Nós, os Estados que não fomos contemplados com a possibilidade de ser sede da Copa do Mundo, somos brasileiros também. Nós também geramos tributos. O meu Estado é o sexto maior produtor de alimentos deste País. Nós também colaboramos para o Orçamento da União. Nós merecemos respeito. Os Estados que não são sede da Copa do Mundo merecem respeito, merecem consideração. Os recursos terão que ser distribuídos em igualdade de condições.

Vou repetir: eu não tenho nada contra a Copa do Mundo e os Estados que vão

receber os benefícios dela decorrentes - claro que não -, mas não concordo com a distribuição desigual. Os que sediarão a Copa do Mundo vão receber fortunas! Como eu disse, o Estádio Nacional, de Brasília, vai receber aproximadamente 1 bilhão - é quanto vai custar a obra do estádio -, para quatro partidas. E depois? Quem é que vai manter esse estádio, haja vista que os clubes de futebol de Brasília já têm as suas sedes, já têm os seus campos de futebol? Para que vai servir esse elefante branco? Para quê? Para criar moscas? Para criar bandidos, como tem acontecido ultimamente, Deputado Izalci? Ou para a corrupção, etc.? Não vou entrar nesse mérito porque, como diz o caboclo catarinense, a coisa é mais encardida do que parece.

Não é justo. Eu não acho isso justo.

O Rio de Janeiro merece o meu respeito, é uma baita cidade, tem um povo extraordinário, mas quanto vai se investir no Rio de Janeiro para a Copa do Mundo e as Olimpíadas? O trem bala que vai ligar São Paulo ao Rio de Janeiro, quanto ele vai custar?

E os outros Estados? O meu querido Estado de Santa Catarina, além disso, ainda foi prejudicado agora pelo Senado da República. A Comissão de Economia do Senado aprovou uma resolução que prejudica os Estados do Espírito Santo, de Goiás e de Santa Catarina. É difícil trabalhar assim. Nós somos brasileiros iguais aos brasileiros dos Estados que vão realizar a Copa do Mundo.

Faço este desabafo porque tenho certeza absoluta de que muitos Deputados queriam dizer o que estou dizendo hoje. E o povo brasileiro também. Nós também somos brasileiros, Srs. Deputados. Nosso dinheiro é igual ao dinheiro desses Estados que vão realizar a Copa do Mundo. Nós também produzimos alimentos. Nosso povo também trabalha, por isso merece investimentos iguais aos dos Estados que sediarão a Copa.

Nossas estradas estão abandonadas, queremos as duplicações. E queremos saúde, queremos educação e segurança.

A alegação é que não existe recurso suficiente. Mas como existe para investir nos Estados que vão realizar a Copa?

Srs. Deputados, eu tenho o levantamento, Estado por Estado, dos investimentos para a Copa do Mundo. Em respeito aos Estados não vou citar esses valores, mas podem ter certeza, brasileiros, de que é muito dinheiro, muito suor do povo produtor deste País em favor dos privilegiados que vão realizar a Copa. Eu não aceito isso, e tenho certeza de que os brasileiros também não aceitam.

É claro que esta reclamação é uma gota d'água no oceano, um grão de areia, mas podem ter certeza de que vou dizer ao povo brasileiro que nós, Estados brasileiros que não realizaremos a Copa do Mundo, merecemos o respeito do povo, merecemos o respeito dos governantes, merecemos ser tratados em condições de igualdade.

Brasileiros são todos iguais: pretos, brancos, amarelos ou azuis. Todos merecemos respeito.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, ao longo da minha vida, tanto particular quanto política, sempre me pautei por ser frontalmente contrário à desigualdade. Não concordo com esse tipo de situação. Não acho justo que haja disparidade em nenhum segmento, isto é, que uns poucos recebam muito em detrimento da maioria, que recebe tão pouco. A justiça e os benefícios são para todos, de forma igualitária. É por isso mesmo que defendo a chamada justiça social.

Um assunto que me tem deixado preocupado é o repasse de investimentos do Governo Federal para aqueles Estados que não fazem parte de uma pequena classe de privilegiados, isto é, aqueles que não sediarão os jogos do

campeonato mundial, previstos para acontecer em 2014.

Nesse sentido, nobres pares, protocolei no início desta semana um requerimento de indicação, por intermédio desta Casa, do Congresso Nacional, endereçado à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior. Nesse documento, solicito repasses de recursos mais robustos para beneficiar aqueles Estados que não foram agraciados como sede do mundial que acontecerá em pouco mais de 2 anos.

Ficou constatado, a partir do momento em que o nosso País foi escolhido para sediar o mundial, que a escolha das cidades-sedes implicou não apenas uma grande alegria para a população das cidades e Estados agraciados, como também um vultoso investimento por parte do Governo Federal, que certamente gerará renda e melhoria na infraestrutura e na mobilidade urbana, disso ninguém tem dúvida.

Neste momento, refletindo sobre a disparidade dos investimentos feitos até agora pelo Governo Federal em benefício dessas Capitais, julgo que esse considerável investimento feito pelo nosso Governo em algumas cidades, em detrimento das demais, não pode ser considerado justo.

É preciso ficar claro que eu, como homem público com assento nesta Casa, nada tenho contra os benefícios que têm sido alocados para Natal, Recife, Fortaleza, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Cuiabá, Manaus, Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Só não aceito é que o Governo deixe de enviar ajuda financeira para os demais Estados no mesmo percentual, envolvendo todos os tipos de benefícios. Algumas cidades receberão quantias exorbitantes, superiores a 1 bilhão de reais, do Governo Federal, de acordo com o que está disponibilizado no Portal da Transparência. Não acho isso justo.

Neste momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uma sugestão direcionada principalmente à Sra. Ministra Miriam Belchior. No intuito de sanar tal disparidade entre os Estados membros da Federação, que os investimentos do Governo Federal, no montante referente à divisão do valor total investido pela União nas cidades-sedes do mundial, pelo número de Estados não beneficiados por não sediarem tal evento...

Dessa maneira, nobres pares, a União procuraria garantir que todos os Estados da Federação recebam investimento do Governo, estabelecendo-se, por isso mesmo, um tratamento igualitário e imparcial.

Relembro nesta oportunidade que estão sendo alocados recursos para, prioritariamente, seis itens de melhoria que atingem diretamente as cidades-sedes: aeroportos, estádios, hotelaria, mobilidade urbana, portos e segurança pública.

Para finalizar, reforço a indicação feita à Sra. Ministra do Planejamento: mais igualdade financeira, mais investimentos para os Estados que não tiveram a sorte de sediar jogos da Copa do Mundo.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 18/472

088.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

19/04/2012-18:24

Publ.: DCD - 20/04/2012 - 13026

VANDERLEI SIRAQUE-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre a criação da Força Nacional de Segurança Pública.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãos brasileiros, vou apresentar uma proposta de emenda constitucional para criação de uma polícia nacional denominada Força Nacional de Segurança Pública. Ela já existe por meio de programa do Governo Federal, mas não é hoje uma polícia em que haja cargos efetivos, em relação à qual haja concursos públicos. Não é uma polícia ainda no âmbito da Constituição. Nesse âmbito, há a Polícia Federal, que investiga e combate crimes de competência federal; a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal, que cuidam das estradas e das ferrovias federais, respectivamente; as Polícias Cíveis ou judiciárias, dos Estados, responsáveis pela investigação dos delitos de competência dos Estados, e a Polícia Militar, em cada Estado.

Meu propósito, com a criação da Força Nacional de Segurança Pública, ou Polícia Nacional, é colaborar com as Polícias dos Estados em momentos de crise. Agora, por exemplo, há uma crise no Distrito Federal: a Polícia faz operação padrão, ou motim, o que é denominado de greve, embora não haja previsão constitucional de greve da Polícia.

Os Governadores poderão, existindo a Polícia Nacional, solicitar apoio do Governo Federal, como aconteceu na Bahia, no Rio de Janeiro e, em outras épocas, também no Estado de São Paulo.

A Força Nacional de Segurança Pública, portanto, terá a finalidade de auxiliar os Governos dos Estados em momentos de grave crise com os agentes de segurança pública em suas respectivas Unidades da Federação.

Serão realizadas a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil, e, em havendo chantagem, os Governadores não poderão ficar reféns das suas forças de segurança pública, como ocorreu na véspera do carnaval no Estado da Bahia.

É necessário que o Governo Federal possa imediatamente auxiliar as forças do Estado. Alguém poderia dizer que já existe o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Não, o Exército tem outra finalidade: garantir a segurança do Estado. Para se garantir a segurança do cidadão, é preciso que haja pessoas formadas como policiais, para defenderem os direitos fundamentais das pessoas, os direitos humanos, garantirem a ordem vigente, o direito de ir e vir, de permanecer, o direito das pessoas ao lazer.

Por isso, estou propondo a emenda constitucional que cria a Polícia Nacional, ou a Força Nacional de Segurança Pública.

Muito obrigado.

Documento 19/472

085.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	18/04/2012-14:28
Publ.: DCD - 19/04/2012 - 12652		EDINHO BEZ-PMDB -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apreensão do orador ante a indefinição da Seleção Brasileira de Futebol com vistas à

Copa do Mundo de 2014.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, fiz um levantamento e gostaria que se desse ampla divulgação a um assunto que estamos reiterando na Comissão de Turismo e Desporto sobre a Seleção Brasileira de Futebol. Também sou membro da Subcomissão que trata da Copa do Mundo de 2014.

Sr. Presidente, visitei as obras dos estádios das cidades-sede da Copa e não estou preocupado com o seu andamento, porque sei que serão concluídas a tempo, e sei que haverá mobilidade urbana, capacitação das pessoas, etc.

A minha maior preocupação é com a Seleção Brasileira. Nós não temos Seleção Brasileira! Nós temos craques de futebol. Mas não temos um conjunto.

Já dizia Oswaldo Brandão que assistia aos jogos da arquibancada, porque o time já sabia o que fazer.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tomo a palavra nesta oportunidade para voltar a falar sobre a necessidade da formação de uma boa Seleção Brasileira de Futebol para a Copa de 2014.

Tenho dito nas inúmeras reuniões desta Casa, em especial na Comissão de Turismo e Desporto, que o Brasil tem craques de futebol, mas não tem um time.

O novo Presidente da CBF, José Maria Marin, com quem conversei pessoalmente e a quem relatei minha preocupação, me disse que isso também o preocupa e à CBF.

Tenho dito em diferentes oportunidades, inclusive nas reuniões da Comissão Especial da Copa do Mundo e nas entrevistas que tenho concedido, que a Seleção Brasileira de Futebol precisa ter uma equipe com os mesmos jogadores treinando e jogando juntos até 2014.

Uma de nossas prioridades para o evento que vamos sediar em 2014 é a Seleção Brasileira, além de outros temas relevantes.

Sabemos que a construção dos estádios, a mobilidade urbana, a capacitação de pessoas, entre outras, são essenciais, bem como todas as outras iniciativas. Mas o que mais importa para o cidadão, para o torcedor e admirador do futebol brasileiro é, primeiramente, a formação de uma grande Seleção, com um bom time de futebol.

Insisto: essa deve ser a prioridade do Brasil, sem ignorar as providências no campo de infraestrutura: adequação dos aeroportos, instalação de rede hoteleira e outras já enunciadas. Mas a formação de um time de futebol do Brasil não pode, de maneira nenhuma, ter nossa atenção desviada.

Não vai adiantar construirmos os estádios se não tivermos um time de futebol à altura do futebol brasileiro, para não revivermos a tragédia de 1950, quando o Brasil foi derrotado na final da Copa do Mundo jogando em Casa. O fato tem que servir de lição para não cometermos os mesmos erros. Os brasileiros não vão aceitar não sermos campeões. Não podemos cometer o mesmo deslize.

Apoio o trabalho do técnico da Seleção, Mano Menezes, mas, como tem feito, a cada convocação, chamar novos atletas, fazendo testes com os jogadores, a esta altura do campeonato, não se justifica, até porque a maioria dos brasileiros é apaixonada e entende de futebol.

Precisamos ter um time jogando junto, treinando sempre com os mesmos jogadores. Temos vários craques nos times brasileiros e jogadores que atuam fora do Brasil e na Seleção Brasileira, o que nos dá a oportunidade de

formarmos a melhor seleção do mundo em 2014.

Questionada, a Seleção Brasileira ainda não convenceu e, faltando 2 anos para a Copa do Mundo e apenas 1 ano para a Copa das Confederações, especialistas europeus e ex-jogadores já apontam para as dificuldades que a Seleção terá para vencer um Mundial jogando em casa, se não prepararmos um bom time, com um bom conjunto.

Como já tenho citado, um dos bons exemplos é o time comandado pelo grande técnico Osvaldo Brandão, do Palmeiras, que muitas vezes acompanhou os jogadores da arquibancada porque não tinha nada o que fazer, pois o time sabia como jogar e o que fazer. Tinha conjunto, segundo o ex-craque do Palmeiras Ademir da Guia.

Encerro parafraseando: "quem não sabe o que é e como quer, é igual a navegar, qualquer vento serve".

Era o que tinha a dizer.

Documento 20/472

085.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

18/04/2012-15:04

Publ.: DCD - 19/04/2012 - 12664

MARLLOS SAMPAIO-PMDB -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Assinatura pelo Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, de convênio para a retomada do Programa Segundo Tempo no Estado do Piauí. Visita do orador aos Municípios de Picos e Valença.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de registrar que nesse final de semana estivemos na região de Picos para participar da reunião de abertura de um grande campeonato esportivo que lá foi realizado. Depois, estivemos na Cidade de Valença acompanhando o Prefeito Alcântara em diversas ruas e avenidas. Mais de 1,3 milhão de reais estão sendo destinados para o Município, e as obras de recapeamento asfáltico já estão sendo realizadas beneficiando, assim, milhares de pessoas na cidade de Valença.

Quero publicamente parabenizar o Prefeito de Valença Francisco Alcântara e sua população.

Estivemos, na noite de sábado, no povoado Izidoria, na zona rural. Mais de mil pessoas nos recepcionaram e estão muito satisfeitas com as obras que estão sendo realizadas em Valença.

Um abraço para todos de Valença do Piauí!

Sr. Presidente, hoje vou falar de uma coisa muito boa que aconteceu no meu Estado na semana passada.

Na sexta-feira, o Ministro do Esporte Aldo Rebelo esteve em Teresina, minha capital, e assinou convênio para o retorno do Programa Segundo Tempo, paralisado há mais de 2 anos. Passamos quase um ano para consertar erros nos projetos da gestão anterior, da Fundação dos Esportes do Piauí - FUNDESPI, para que pudéssemos regularizar esse benefício para milhares de jovens e

crianças carentes do meu Estado.

O mais importante é que o Ministro Aldo Rebelo atendeu às nossas reivindicações e agora mais de 18 mil crianças e adolescentes do Piauí vão ter a oportunidade de participar de um projeto de inclusão social que vai deixá-las longe das drogas. Nossos jovens precisam de espaços seguros para a prática do esporte. É uma bandeira minha, aqui em Brasília, onde sempre defendo que a prevenção é a melhor arma contra as drogas. A repressão é importante.

Sou delegado de polícia, sei da repressão, mas não podemos trabalhar o combate às drogas só com policiamento, temos que dar uma ocupação a essas crianças e jovens para que eles não pensem em buscar entorpecentes. O que nossos jovens precisam é de apenas uma oportunidade. Podemos inclusive revelar algum talento que esteja escondido em nosso Estado, podemos ter tantas Saras que vão acontecer no Brasil com a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

No Piauí, o Segundo Tempo terá 180 núcleos com 100 crianças e adolescentes cada, com pelo menos 2 horas de atividade 3 vezes por semana, distribuídas nos turnos manhã, tarde e noite. O Convênio foi assinado com a FUNDESPI e com a Prefeitura. Ao todo, 69 Municípios serão contemplados.

Aproveito para agradecer publicamente o Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, que recebe bem os Parlamentares, que tem atenção para com os Deputados Federais. S.Exa. é um Deputado desta Casa, e muito nos alegra receber um tratamento condigno a um Parlamentar, que representa os anseios da população em cada Estado.

O Piauí, um Estado pobre, como sempre aqui insisto em dizer, não pode ficar fora dos grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e a Olimpíada.

Pedi ao Ministro maior empenho para que possamos ter eventos de alta competitividade, ter equipamentos esportivos à altura do nosso Estado. S.Exa. autorizou recentemente e empenhou 2 milhões de reais para recuperação do maior ginásio poliesportivo da capital, o ginásio Verdão, mas é muito pouco. Nas minhas emendas individuais, destinei mais de 50%, 8 milhões de reais, para a revitalização do esporte no Estado do Piauí. Só em Valença, estamos empenhando agora quase 1 milhão e 200 mil reais para fazer um grande ginásio poliesportivo. A nossa ideia é fazer quadras oficiais, 40 por 20, e não aquelas quadras pequenas, que não servem para o esporte de alto rendimento e acabam prejudicando o desenvolvimento no esporte competitivo.

Queremos, sim, que o Piauí esteja inserido. O esporte é algo prioritário. Com a realização desses eventos, devemos dar espaço a todos os Estados, mesmo os mais pobres, como o Piauí, porque temos valores, talentos, potencial. Não podemos deixar que os Estados mais pobres, como o Piauí, sejam postos à margem desses grandes eventos que vão acontecer no País. Do lado de Fortaleza, vai haver uma sede da Copa do Mundo. Temos possibilidade, já que possuímos equipamentos, de receber seleções para treinamento, até mesmo no caso das Olimpíadas.

Pedimos, mais uma vez, ao Ministro Aldo Rebelo que atenda nossas reivindicações; que nossas emendas, totalizando 8 milhões de reais, sejam liberadas; para que possamos beneficiar diversas cidades, na questão do esporte, no Estado do Piauí.

O esporte é vida, saúde e uma das minhas bandeiras no Congresso Nacional.

Registro esse importante fato, Sr. Presidente, para o Piauí. Às vezes, o que vem para o Piauí é pouco. Mas esse pouco está vindo, agora, com o Segundo Tempo. Mais de 3 milhões de reais já estão depositados na conta do Governo, todo esse dinheiro necessário para a realização do Segundo Tempo, para o pagamento dos coordenadores, dos núcleos, dos monitores, dos professores de educação física. Repito, o dinheiro já está em caixa. Na próxima semana, abrirão

as inscrições para aqueles que desejam participar do Segundo Tempo. Em maio, começará, a todo o vapor, o Projeto Segundo Tempo no Piauí.

Sr. Presidente, peço o registro de meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, para que todos os piauienses tenham conhecimento dessa importante atividade.

Documento 21/472

085.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	18/04/2012-17:38
Publ.: DCD - 19/04/2012 - 12711	CARLOS BEZERRA-PMDB -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Papel determinante exercido pelas pequenas e microempresas no processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Expansão dos pequenos e microempreendimentos no País. Importância da criação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Maior participação do segmento no processo de aquisição de bens e serviços pelo Poder Público.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há consenso, atualmente, no papel determinante das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Os empreendimentos de pequeno porte (mais de 95% no mercado brasileiro) são amplamente reconhecidos e valorizados como mecanismos insubstituíveis de geração de emprego e riqueza, capazes de promover a inclusão e a ascensão social. Por outro lado, e graças à sua imensa variedade e descentralização geográfica, são responsáveis pela inserção regular de trabalhadores no mercado de trabalho, isto é, pela diminuição dos índices de informalidade em todo o País.

Nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número das chamadas MPes no Brasil. De acordo com o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, esse segmento empresarial, que constitui 99% dos estabelecimentos formais em funcionamento, responde por 25% do PIB nacional, emprega cerca de 60% das pessoas economicamente ativas do País, e chega a quase 100% dos empreendimentos criados a cada ano. Aí se incluem advogados, consultores, contadores, costureiras, padeiros, técnicos de informática, e mais uma infinidade de pequenos negócios, mais ou menos especializados, mais ou menos requisitados no cotidiano das pessoas.

Apontam-se diversos fatores para a expansão do modelo no Brasil. Já penetrando, com sucesso, o mercado internacional, tais empresas são o resultado da própria globalização, que gerou uma demanda maior pela terceirização de serviços; por outro lado, tem imenso potencial de absorção da mão de obra dispensada em função dos avanços tecnológicos. Pequenas e ágeis, têm estrutura mais flexível, capaz de responder com mais facilidade e rapidez na eventualidade de crises econômicas; do mesmo modo, mais enxutas e muito produtivas, adaptam-se melhor às exigências contemporâneas.

Correspondem, enfim, ao notável espírito empreendedor do povo brasileiro, que colocou o País no sexto lugar no *ranking* que arrola os países mais empreendedores do mundo, segundo estatísticas de órgão especializado norte-americano.

Até há pouco tempo, Sr. Presidente, constatava-se que boa parte das MPEs era extinta logo que se estabelecia. Para reverter esse quadro, tais empresas têm sido alvo de políticas específicas, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que garante incentivos tributários de grande alcance, a exemplo do SuperSIMPLES. Os resultados já são visíveis. A mortalidade microempresarial vem diminuindo no mesmo passo em que aumenta a natalidade e a saúde por períodos bem mais longos.

Pois bem, Sr. Presidente, a propósito da imensa viabilidade das MPEs na economia brasileira, vimos hoje a esta tribuna para encarecer sua maior participação em negócios com o Poder Público. É fato que só 20% delas vendem para os governos, e que tais negócios representam apenas 4% do respectivo faturamento. Ora, sendo os governos federal, estadual e municipal grandes compradores de bens e contratantes de serviços, seria extremamente importante a facilitação de negócios nessa esfera, a exemplo do já ocorre com grandes empresas, que representam 16% do faturamento das pequenas.

Sabemos que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em vigor desde 2007, ainda não foi regulamentada por pelo menos metade dos Municípios brasileiros, o que vem impedindo as contratações já previstas na Lei. Por causa disso, o Governo Federal procurou aumentar os negócios com o setor e chegou a um incremento de 70% em relação a 2002. É o que ocorre entre as MPEs e os governos estaduais. Em inúmeros casos, tais contratos terminam sendo responsáveis pelo sucesso e mesmo pela sobrevivência de vários pequenos empreendimentos.

Com tais considerações, aproveitamos o ensejo da Copa do Mundo para apoiar a iniciativa do SEBRAE, no sentido de mapear as oportunidades de negócios trazidas pelo megaevento e incentivar financeiramente as possibilidades de intercâmbio.

O SEBRAE pretende ainda promover reuniões regionais entre as MPEs e as grandes empresas das 12 cidades que sediarão a Copa, identificando as necessidades das grandes que possam ser atendidas mediante parcerias com as pequenas. Essa mesma iniciativa, em toda sua amplitude e potencialidade, pode ser adotada para inclusão das MPEs em outras searas, como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, por exemplo.

Acreditamos verdadeiramente, Sr. Presidente, que vivemos um momento muito favorável à expansão desse segmento, que tantos benefícios sociais traz ao País. É extremamente importante que as sugestões apontadas se tornem realidade, para que os pequenos empreendimentos alcancem novos patamares e continuem oferecendo muitas oportunidades de emprego, trabalho e geração de riqueza ao povo brasileiro, com grande repercussão para a qualidade de vida das pessoas, em todas as regiões.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

086.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

18/04/2012-18:04

Publ.: DCD - 19/04/2012 - 12753

JILMAR TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio unânime da bancada do PT à criação da CPMI destinada à investigação do envolvimento de agentes públicos e privados com o crime organizado. Continuidade das votações pela Casa durante o trabalhos do órgão.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, nobres Srs. Deputados, nobres Sras. Deputadas, protocolamos ontem o pedido de criação da CPMI que trata do crime organizado investigado pela Operação Vegas e pela Operação Monte Carlo. Todos os Deputados da bancada do PT assinaram. Houve mais de 300 assinaturas, quase 400, tanto na Câmara quanto no Senado.

A pergunta que se faz é se essa CPMI vai paralisar o País, o Congresso Nacional, coisa que não é verdade. Por que não é verdade? Porque as instituições do Brasil são sólidas. A Bolsa de Valores não vai cair por causa disso; o Brasil não vai deixar de crescer em função dessa CPMI; o Governo não vai deixar de controlar a inflação, nem de investir na área social.

Portanto, não temos o que temer: não é uma CPMI contra o Governo, não é uma CPMI contra a Oposição, não é uma CPMI de caça às bruxas, mas uma comissão parlamentar mista de inquérito que procura aprofundar a investigação do crime organizado que a Polícia Federal investigou com a Operação Vegas e a Operação Monte Carlo, que tem como principal mentor dessa organização criminosa Carlinhos Cachoeira e que acabou pegando o Senador Demóstenes Torres, do DEM.

Eu faço isso porque temos que ter, nessa CPMI, muita serenidade, muita cautela, muita paciência. Ter cautela, serenidade e paciência não significa não investigar a fundo. A CPMI serve, na verdade, para fazer uma investigação mais profunda, principalmente da Operação Monte Carlo, que está sob o sigilo da Justiça. A CPMI nos permite investigar e quebrar os sigilos fiscal, bancário e telefônico das pessoas envolvidas no caso.

Eu disse que o País não vai parar. É verdade, porque o Brasil vai continuar crescendo. Vai continuar crescendo em função de uma ação política do Governo. O Brasil não cresce, se não houver ações políticas. Por isso, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou, na semana retrasada, um pacote de medidas que visa, primeiro, desonerar a folha, principalmente, da indústria, para que se tenha capacidade de investimento, para que se possa alavancar e ser o motor desse crescimento. Segundo, fazer com que a indústria tenha crédito, especialmente por meio do BNDES, para que essa indústria possa investir no seu parque industrial, comprando máquinas e investindo em ciência, tecnologia e inovação. Terceiro, decisão política, fazendo com que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil diminuam o *spread*, os juros, potencializem o crédito consignado, para que o povo brasileiro tenha mais recursos e possa comprar, consumir e aquecer a economia. Além disso, medidas concretas do ponto de vista da valorização do salário mínimo, cuja política determinada é o PIB mais a inflação.

São medidas que o Governo está tomando, para que possamos alcançar uma meta de crescimento no patamar acima de 3%, que é pouco, é verdade, é pouco em relação à necessidade do País. Temos que ter a meta de alcançar o

crescimento de 5%.

Mas se compararmos com o que está acontecendo na comunidade internacional, na Europa e nos Estados Unidos, é evidente que um patamar de crescimento de 4% não é pouca coisa no Brasil. É um crescimento responsável, crescimento sustentável, respeitando meio ambiente, crescimento com controle da inflação, crescimento onde a riqueza deste País está sendo investido cada vez mais no povo brasileiro, na educação, na saúde, na agricultura familiar. É um crescimento que tem base sólida.

É disso que se trata. Isso que é importante.

Por isso, CPMI nenhuma vai atrapalhar este caminho que o Brasil está perseguindo com muita dificuldade, mas uma dificuldade própria de quem quer ser grande, de quem quer crescer, própria daqueles que pensam o País como uma grande nação. Temos que ter muita cautela, muita calma, às vezes, muita paciência, mas sem ser coniventes, sem concordar com o malfeito, sem concordar com a maracutaia, porque aqueles que trabalharam de forma ilegal têm que pagar. É disso que se trata.

Por isso, a bancada do PT apoiou a CPMI. O pessoal diz: *"Mas o PT é Governo. E Governo não tem que ter CPMI"*. Ora, não se trata de uma CPMI para defender ou para acusar o Governo. Na verdade, o seu objetivo é limpar o Estado brasileiro do crime organizado.

Temos de apurar a fundo a verdade, verificar a relação dos agentes públicos - do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público - e dos também privados. Nós temos que atuar e apurar.

Por isso que, no dia de hoje, um dia depois da entrega das assinaturas para se instalar a CPMI, nós vamos... Amanhã, o Congresso Nacional vai ler essa CPMI. Depois, os partidos têm cinco dias para indicar os nomes. Na terça-feira, o PT vai indicar um nome na Câmara Federal para compor essa CPMI e, com muita serenidade, fazer o trabalho que tem de ser feito neste País. É dessa forma que nós vamos construir uma democracia.

É dessa forma que o Brasil vai sendo respeitado no exterior. Não é sem razão que a Secretária Hillary Clinton, ontem, fez um elogio à Presidenta Dilma Rousseff, elogiou a maneira como S.Exa. tem se posicionado no combate à corrupção no Brasil, um combate com muita seriedade, um combate em que aquele que fizer o malfeito tem de pagar, dando direito de defesa, dando direito ao contraditório, fazendo com que o Brasil consolide a sua democracia.

É dessa maneira que vamos construindo uma grande Nação. O País está em crescimento, está melhorando a vida do povo, está gerando emprego e renda, está promovendo melhoria na educação, na saúde, enfim, o País está em crescimento. É dessa maneira que vamos trabalhar na CPMI. É dessa maneira que estamos nos posicionando, para que o Brasil possa potencializar a sua indústria, aumentar a sua exportação para trazer divisas.

É dessa maneira que estamos nos preparando para as Olimpíadas e para a Copa de 2014. O Brasil, ao término deste ano, poderá fazer um balanço e dizer: *"Mais 1 ano se passou, mais 1 ano de crescimento econômico, mais 1 ano de controle da inflação, mais 1 ano de valorização do salário mínimo, mais 1 ano de distribuição de renda, mais 1 ano de investimento na agricultura familiar, mais 1 ano em que o agronegócio e a agricultura fizeram o seu papel e são motivo de orgulho de todos nós"*.

Por isso, a Casa não vai parar; por isso, na semana que vem, vamos votar o Código Florestal; por isso, vamos continuar votando as medidas provisórias; por isso a Câmara vai continuar na sua normalidade. E é assim que tem de ser, o que é motivo de orgulho de todos nós.

Estão de parabéns todos os Deputados e todos os Líderes que têm esse discernimento. É com esse espírito que temos de fazer a investigação, sem parar

o País, sem parar a Câmara dos Deputados, mas, ao mesmo tempo, fazendo com que a CPI cumpra com o seu papel constitucional de apurar o mal feito.

Documento 23/472

084.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/04/2012-15:00
Publ.: DCD - 18/04/2012 - 12380	ÂNGELO AGNOLIN-PDT -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, no Estado do Tocantins. Sinais de aceitação, pelo Governo Federal, de alterações no texto da proposta de criação do novo Código Florestal brasileiro.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uso a tribuna nesta tarde para anunciar, com alegria, que no próximo dia 20 de abril, sexta-feira, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff vai inaugurar, no meu Estado, o Tocantins, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

Esse programa, considerado pelo Palácio do Planalto como xodó da Presidenta Dilma, será visto em meu Estado, sem dúvida, como uma injeção de ânimo e coragem a milhares de pessoas que sonham viver sem limites e com autonomia. O trabalho que a Presidenta Dilma está fazendo no combate às desigualdades, além de representar o cumprimento de um programa de campanha, revela que estamos no caminho certo em favor das oportunidades iguais.

Um Estado como o Tocantins, que passa por profundo processo de transformação, necessita da força e do talento de todos os tocaninenses, sem exceção, para cumprir a sua função histórica de ser um Estado acolhedor e capaz de vencer desafios.

Dados do IBGE revelam que 178.614 tocaninenses possuem algum tipo de deficiência e que são mais de 45 milhões e 600 mil em todo o Brasil.

O Viver sem Limite nos dará oportunidade de conhecer esses brasileiros - muitos deles sequer saem de casa, se excluem, muitas vezes por condição física, preconceito ou acessibilidade - e beneficiará diretamente essas pessoas. Serão investidos mais 7,6 bilhões de reais em áreas como educação, saúde, transporte, inclusão social, moradia, acessibilidade, ciência e tecnologia voltados à pessoa com deficiência.

O primeiro passo já está sendo dado. O PAC da Copa de 2014 cumprirá os requisitos de acessibilidade em seus projetos. Nada mais justo que dar a esses brasileiros o direito de ir e vir, com segurança, no maior evento do mundo e nas obras que estão transformando este País de norte a sul.

Na educação, o Viver sem Limite prevê transporte e arquitetura escolar mais acessíveis. Na saúde, teremos ações voltadas para a prevenção, monitoramento, habilitação e reabilitação. Na habitação, iniciativas para a construção de 1 milhão e 200 mil casas adaptáveis.

Quanta à geração de oportunidades, cinco novos centros tecnológicos formarão instrutores e treinadores de cães guias para cegos.

Quero saudar e destacar, entre tantas instituições, as APAEs, principalmente a APAE-Tocantins, que realiza um trabalho incansável, através do cuidado e da

atenção que dá às crianças com deficiência. Essas instituições eu gostaria muito que continuassem nos auxiliando, pois são verdadeiros embriões desse projeto. Registro os meus sinceros cumprimentos à Presidenta Dilma Rousseff, por sua sensibilidade em inaugurar um programa que direciona os olhos do poder público àqueles que sempre estiveram excluídos do direito à cidadania plena.

Quero ainda aproveitar este minuto que me resta do tempo regimental para também mostrar aqui a minha animação com o noticiário que tem permeado as páginas de jornais nestes últimos dias. Eu me refiro aos sinais de compreensão e de transigência do Palácio do Planalto com o Código Florestal, principalmente no que consiste às áreas consolidadas ocupadas por pequenos produtores rurais. A modificação que o Senado fez, caso permaneça, causará um enorme transtorno.

Quanto à expansão das áreas urbanas, o Relator Paulo Piau já tirou do seu relatório a obrigação de manter 20m² de área verde por habitante, o que, sem dúvida, inviabilizará a expansão das cidades e também torna incompatíveis os recursos disponíveis com o custo de gestão urbana.

Nós esperamos contemplar esses bravos brasileiros que trabalham no setor rural, que contribuem com 70% da produção agrícola, ocupando 40% das áreas plantadas, que são os micro e pequenos produtores rurais brasileiros.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 20 de abril, sexta-feira, o Governo Dilma Rousseff inaugura no meu Estado, o Tocantins, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Trata-se de uma série de estratégias que vão mobilizar 15 Pastas do Governo, sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Esse programa, que é considerado pelo Palácio do Planalto como xodó da Presidenta Dilma, será visto em meu Estado, sem dúvida, como uma injeção de ânimo e coragem para milhares de pessoas que sonham viver sem limites e com autonomia.

O trabalho que a Presidenta Dilma Rousseff está fazendo de combate às desigualdades, além de representar o cumprimento de um programa de campanha, nos revela que estamos no caminho certo em favor das oportunidades iguais.

Um Estado como o Tocantins, que passa por um processo profundo de transformação, necessita da força e do talento de todos os tocantinenses, sem exceção, para cumprir a sua função histórica de ser um Estado acolhedor e capaz de vencer desafios.

Dados do IBGE nos revelam que 178.614 tocantinenses possuem algum tipo de deficiência. Resultados desse mesmo censo dão conta da existência de 45 milhões e 600 mil pessoas com algum tipo de deficiência em todo o País. São pessoas que podem, sem dúvida, realizar plenamente seus sonhos individuais, mas também podem e devem ajudar a concretizar o nosso grande sonho coletivo. Afinal, elas têm dado prova de sua capacidade de viver, de desfrutar a vida, de tecer relações sociais e de contribuir para o bem comum.

O Viver sem Limite dará a oportunidade de conhecermos esses brasileiros, por que muitos deles sequer saem de casa e se excluem muitas vezes por condição física, preconceito ou acessibilidade.

O Viver sem Limite beneficiará diretamente essas pessoas: serão mais 7,6 bilhões de reais - em áreas como educação, saúde, transporte, inclusão social, moradia, acessibilidade, ciência e tecnologia - voltados para a pessoa com deficiência.

O primeiro passo já está sendo dado: o PAC da Copa de 2014 cumprirá os requisitos de acessibilidade em seus projetos. Nada mais justo que dar a esses brasileiros o direito de ir e vir, com segurança, no maior evento do mundo e nas obras que estão transformando esse País de norte a sul.

Na educação, o Viver sem Limite prevê transporte e arquitetura escolar mais acessíveis, com recursos materiais e humanos para deficientes visuais e auditivos. Além da oferta de 150 mil vagas em cursos federais. Na saúde, teremos ações voltadas para a prevenção, monitoramento, habilitação e reabilitação. Serão ampliadas as redes de produção e distribuição de próteses e órteses subsidiadas para a população de baixa renda.

Na habitação, a parceria entre União, Estados e Municípios colaborará em iniciativas como o Minha Casa, Minha Vida, programa que irá construir 1 milhão e 200 mil casas adaptáveis.

Quanta à geração de oportunidades, cinco novos centros tecnológicos formarão instrutores e treinadores de cães guias para cegos, e serão abertas linhas especiais de microcrédito para pessoas portadoras de deficiência.

Quero saudar, entre tantas instituições, as APAES, principalmente a APAE-Tocantins, que realiza um trabalho incansável através do cuidado e atenção que dá às crianças com deficiência. Essas instituições eu gostaria muito que continuassem nos auxiliando, pois são verdadeiros embriões desse projeto.

Registro os meus sinceros cumprimentos à Presidenta Dilma Rousseff, por sua sensibilidade em inaugurar um programa que direciona os olhos do poder público para aqueles que sempre estiveram excluídos do direito a cidadania plena.

Era o que tinha a dizer.

Documento 24/472

084.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/04/2012-17:44
Publ.: DCD - 18/04/2012 - 12460		SANDES JÚNIOR-PP -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Acerto da criação de Unidades Móveis dos Trabalhadores - UMTs pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério do Trabalho e Emprego começa agora em abril o projeto piloto chamado Unidade Móvel dos Trabalhadores, ou UMT. A iniciativa visa beneficiar principalmente os trabalhadores que residem longe dos centros urbanos e que não possuem acesso direto aos postos de atendimento do Ministério.

Para o Ministro interino do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, as Unidades Móveis dos Trabalhadores serão capazes de realizar os mesmos serviços realizados numa agência.

Nesse primeiro momento, serão contemplados cinco Estados: Rondônia,

Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná e o meu Estado de Goiás. Os atendimentos serão focados nas necessidades de cada Município que receber a visita da unidade. Por exemplo, se o Município tem uma grande demanda para emissão de carteira de trabalho, esse tipo de atendimento será priorizado.

Os Estados que receberão as unidades móveis possuem obras em andamento do Programa de Aceleração de Crescimento, ou da Copa de 2014. São Estados que atualmente possuem grandes obras, com grande emprego de mão de obra.

Além do atendimento aos trabalhadores, a Unidade Móvel dos Trabalhadores auxiliará o Ministério do Trabalho e Emprego no acompanhamento das obras. Além de acessibilidade para cadeirantes, as Unidades Móveis dos Trabalhadores possuem uma estrutura de cobertura móvel para os trabalhadores que aguardam atendimento.

Depois dessa rápida explanação, quero aqui hoje parabenizar o Ministro interino e toda a equipe ministerial por essa feliz iniciativa. Com certeza nossos trabalhadores se sentirão mais amparados pela estrutura estatal e terão seus direitos como trabalhadores e cidadãos integralmente garantidos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 25/472

082.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/04/2012-15:09
Publ.: DCD - 17/04/2012 - 12003	ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à inclusão de relevantes proposições na pauta de votações da Casa. Apresentação dos Projetos de Lei de nºs 3.474 e 3.407, de 2012, respectivamente, sobre a proibição da cobrança de contribuição previdenciária de aposentados reinseridos no mercado de trabalho e sobre a permissão da declaração do estado civil de solteiro a divorciados. Expectativa de votação, por Comissão temática da Casa, do Projeto de Lei Complementar nº 38, de 2011, sobre a liquidação de créditos de precatórios. Apelo aos Parlamentares de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, acerca da permissão do trabalho a menores a partir dos 14 anos de idade.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Srs. Deputados, povo brasileiro, ocorre que este Parlamento terá medidas a serem tomadas e aprovadas de muita importância para a sociedade brasileira.

Na Câmara dos Deputados, alguns projetos de lei altamente relevantes estarão em discussão e certamente serão aprovados, com sua redação final, o que resultará em debates políticos envolvendo Governo, Oposição e os grupos sociais mais diretamente interessados.

Nessa categoria, Sr. Presidente, encontram-se, entre outros, os projetos que discutem o Código Florestal, que deverá ser votado no mais tardar na semana que vem; a distribuição dos *royalties* do petróleo.

É nesse contexto de otimismo e responsabilidade que gostaria de mencionar alguns dos projetos que apresentei, cuja aprovação deverá contribuir para aprimorar as relações sociais e econômicas da nossa sociedade.

Na oportunidade, quero destacar o Projeto de Lei nº 3.474, de 2012, que apresentei, propondo o fim das contribuições pagas pelos aposentados que voltam ao trabalho. Mais de 18 milhões de brasileiros são aposentados com salário de 510 reais. Esses se obrigam a voltar para o mercado de trabalho porque não têm renda suficiente para sua subsistência. Não é justo que eles continuem a contribuir, haja vista que a contribuição é para a aposentadoria. É proibido, por lei, qualquer cidadão aposentar-se duas vezes pelo mesmo instituto. Não há razão de contribuir novamente, como eu disse, porque ele já é aposentado.

O trabalhador que contribui uma vida toda, quando volta ao mercado de trabalho, não deveria ter na sua remuneração desconto previdenciário, pois jamais será beneficiado em decorrência dessas contribuições. Não é justo descontar da folha de pagamento desses trabalhadores que já contribuíram a vida inteira para a Previdência. O Governo há de convir que o salário dos aposentados não é lá essas coisas, diante das despesas com médicos, remédios, entre outras necessidades, então, por que descontar para não receber benefício algum?

Também apresentamos, neste ano, o Projeto nº 3.407, de 2012, que permite à pessoa divorciada, Srs. Deputados, sociedade brasileira, declarar-se solteira, se assim o desejar. Durante décadas no Brasil as pessoas desquitadas e/ou divorciadas foram estigmatizadas por tal condição. As mulheres que se desquitam passam por toda sorte de discriminação. Assim, e como forma de possibilitar à pessoa vítima de preconceito uma defesa contra a discriminação, apresentamos esse projeto, facultando a utilização da vida de solteiro novamente aos divorciados.

Outra proposição é o Projeto de Lei Complementar nº 38, de 2011, que garante o pagamento de precatório no valor equivalente ao triplo das obrigações de pequeno valor. Aliás, essa matéria já foi aprovada pelo ilustre Deputado Darcísio Perondi, aqui presente. Ela se encontra numa das Comissões para que seja definitivamente votada.

Srs. Deputados, Parlamentares que me escutam neste momento, eu gostaria de contar com o seu apoio para a aprovação de uma matéria que considero de extrema relevância. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, que altera o inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, para permitir o trabalho de maiores de 14 anos. A medida atende à exigência da realidade brasileira. Hoje, a realidade é diferente de quando da Constituição elaborada em 1988.

No mais, Srs. Deputados, espero que essas medidas - V.Exa. que preside os trabalhos; com muita honra me dirijo ao Deputado Luiz Couto, que foi um dos Parlamentares que requereram a audiência pública - sejam tomadas. Mas a Comissão de Constituição e Justiça não a realiza. Está muito complicado.

Acho, Deputado Luiz Couto, que nós poderíamos votar a admissibilidade da medida e, depois, do mérito, quando for escolhida a Comissão Especial para elaborar o parecer sobre essa PEC - porque eu tenho recebido o clamor do povo para votá-la o quanto antes -, poderíamos trazê-la aqui para discutir em audiência pública.

Eu faço o apelo a V.Exa. para que isso seja permitido, haja vista que até agora a audiência pública - essa foi a primeira matéria a que dei entrada, na condição de Deputado - não se realizou. Compreendo que V.Exa. tenha razão no tocante à audiência requerida, mas é momento de discutirmos essa audiência pública no mérito. Quando essa matéria chegar a esta Casa para discussão do mérito e nomear-se a Comissão Especial, aí, sim, Deputados, poderemos discuti-la.

Eu agradeço pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os trabalhos legislativos ocorrem em contexto de expectativas altamente favoráveis para o País, quando o Parlamento terá a oportunidade de aprovar medidas úteis para a consolidação do desenvolvimento econômico sustentado, que é tão importante para a sociedade brasileira.

Na Câmara dos Deputados, alguns projetos de lei altamente relevantes estarão em discussão e certamente serão aprovados com a redação final que resultar do debate político envolvendo Governo, oposição e os grupos sociais mais diretamente interessados.

Nessa categoria encontram-se, entre outros, os projetos que discutem Código Florestal, a distribuição dos *royalties* do petróleo, a Lei Geral da Copa. É nesse contexto de otimismo e responsabilidade que eu gostaria de mencionar alguns dos projetos que apresentei e cuja aprovação deverá contribuir para aprimorar as relações sociais e econômicas em nossa sociedade.

Na oportunidade, quero destacar o Projeto de Lei nº 3.474, de 2012 que apresentei que propõe o fim das contribuições pagas pelos aposentados que voltam ao trabalho, ou continuam trabalhando após a aposentadoria. Essa é a atual situação. O trabalhador que contribui uma vida toda, quando volta ao mercado de trabalho, não deveria ver sua remuneração sofrendo desconto previdenciário, pois, jamais será beneficiado em decorrência dessas contribuições.

Não é justo descontar da folha de pagamento desses trabalhadores que já contribuíram a vida inteira para a previdência. O Governo há de convir que os salários dos aposentados não sejam lá essas coisas, diante das despesas com médicos, remédios, entre outras necessidades, e ainda descontar algo que não será transformado em seu benefício.

Apresentei neste ano o Projeto de Lei nº 3.407, de 2012, que permite a pessoa divorciada declarar-se solteira, se assim o desejar. Durante décadas, no Brasil, as pessoas desquitadas e ou divorciadas foram estigmatizadas por tal condição. As mulheres que se desquitavam passavam por toda sorte de discriminação. Assim, e como forma de possibilitar à pessoa vítima de preconceito uma defesa contra a discriminação, apresentei esse projeto, facultando a utilização do estado civil de solteiro aos divorciados.

Outra proposição de minha autoria é o Projeto de Lei nº 38, de 2011, que garante o pagamento de precatórios de valor equivalente ao triplo das obrigações de pequeno valor, ampliando os limites para 120 salários mínimos, no caso de Estados e Distrito Federal, e 90 salários mínimos, no caso de Municípios. A medida vai beneficiar cidadãos que têm créditos de pequeno valor a receber e que atualmente permanecem tempo demais na fila de espera.

Na oportunidade, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de contar com o apoio de nossos ilustres pares desta Casa, para a aprovação de uma matéria que considero de extrema relevância trata-se da Proposta de Emenda Constitucional nº 35, de 2011, altera o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, para permitir o trabalho de adolescentes maiores de 14 anos. A medida atende à exigência da realidade brasileira, na qual cabe perfeitamente o trabalho devidamente acompanhado desses menores, que, com isso, podem complementar a renda familiar. A atual proibição apenas estimula o trabalho informal, quando não empurra o jovem para as drogas e para o crime. Atualmente os adolescentes proibidos de trabalhar acabam atraídos pelo

mercado informal, para a prática de mendicância, até mesmo se envolvendo em atividades ilícitas. Quero destacar que o emprego ajuda na formação moral e educacional do jovem, além de gerar mais renda para família. Entendo que, havendo acompanhamento, estando o adolescente regularmente matriculado e frequentando a escola, o trabalho só trará benefícios.

No mais, espero, Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiros que estão nos assistindo pela *TV Câmara*, que essa legislatura satisfaça as boas expectativas com que foi iniciada, confirmando as amplas possibilidades que se descortinam para o Brasil neste momento.

Obrigado.

Documento 26/472

082.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/04/2012-15:33
Publ.: DCD - 17/04/2012 - 12008		DOMINGOS DUTRA-PT -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Desenvolvimento socioeconômico do País nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Conveniência de criação do PAC da Cidadania para resgate da dívida social brasileira.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da Casa, senhoras e senhores presentes nas galerias, telespectadores da *TV Câmara*, aqueles que nos acompanham pela Internet, inicialmente, agradeço à Deputada Alice Portugal, que, gentilmente, cedeu-me o espaço do Grande Expediente nesta tarde.

Venho à tribuna defender uma ideia para os colegas e para o povo brasileiro. Inegavelmente, nos últimos 9 anos, o nosso País avançou com o Programa Bolsa Família, que tirou cerca de 20 milhões de brasileiros da miséria absoluta, colocando-os no mercado de consumo.

O País avançou, nos últimos anos, no que tange aos recursos para a agricultura familiar, por meio do PRONAF, levando oportunidade de financiamento aos agricultores, o que também ajuda a aquecer o mercado interno.

O País avançou, na gestão do Presidente Lula e, agora, na da Presidenta Dilma, com as escolas técnicas. Basta ver que o Presidente Lula deixou mais de 300 escolas técnicas, Deputado Mauro Benevides. No Maranhão, meu Estado - e aqui está o Deputado Simplício -, durante um século, houve apenas uma escola técnica. Um século, 100 anos. E o Presidente Lula deixou 17 escolas técnicas. Essas escolas são importantes para se qualificar a juventude, dar-lhe oportunidade e evitar que os maranhenses saiam de Timbiras, de Lago da Pedra, de Presidente Dutra, para serem trabalhadores escravos, cortando cana em São Paulo, catando feijão em Minas Gerais ou trabalhando nas fazendas do Norte. O Presidente Lula também avançou muito na expansão das escolas técnicas e das universidades.

Portanto, é inegável que o País avançou. Avançou na forma institucional. O

Presidente Lula criou a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Pesca, a Secretaria para cuidar das mulheres e uma Secretaria com *status* de Ministério para cuidar dos negros. São estruturas que vieram para ficar, independente de quem governe. São estruturas fundamentais para a cidadania. A pesca, Deputado Mauro Benevides, era um departamento do Ministério da Agricultura. Mulher, do mesmo jeito. Falar de negros era algo de que se tinha medo. Hoje, nós temos estruturas para cuidar desses segmentos.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DOMINGOS DUTRA - Concedo um aparte a V.Exa.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa., neste pronunciamento, mencionou, há poucos instantes, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as iniciativas direcionadas para expandir as escolas técnicas e as universidades. Eu me permito, então, lembrar especificamente, neste instante, a grande experiência integracionista da gestão Lula, que foi a criação da universidade de língua portuguesa, congruando, portanto, os países lusófonos no Município cearense de Redenção, a primeira cidade em todo o País a abolir os escravos. Então, foi uma iniciativa exitosa. A UNILAB já está funcionando. Recebeu, recentemente, 70 alunos do Timor Leste.

Terão direito a participar, além dos portugueses, os filhos de Moçambique, Angola, Timor Leste, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe. Enfim, todos os países que usam o nosso mesmo idioma serão agrupados nesta universidade, que o ex-Presidente, com lucidez, teve a iniciativa de propor ao Congresso. E nós aprovamos com aplausos aquela iniciativa do antecessor da Presidenta Dilma Rousseff. Era a referência que me senti no dever de fazer para identificar, neste momento, com o meu testemunho, aquilo que foi decisivo para congregar e naturalmente permitir que o nosso País assumisse uma postura de identificação ainda maior com os países de idioma português. Cumprimento V.Exa.

O SR. DOMINGOS DUTRA - Agradeço, Deputado Mauro Benevides, pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Quero, ainda, Sr. Presidente, falar um pouco sobre os avanços do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento -, em que quase 1 trilhão de reais estão sendo investidos para a construção de aeroportos, portos e principalmente produção de energia, em que se destaca a energia elétrica.

Destacamos também o trem bala, no qual se estima a aplicação de 70 bilhões de reais no trecho Rio-São Paulo, para melhorar o transporte entre esses dois grandes Estados da Federação brasileira. Destaco ainda a Copa, em que os estádios de futebol estão sendo construídos, gerando oportunidade de lazer e, nesta fase de construção, gerando emprego e renda.

Venho, ainda, Sr. Presidente, trazer uma ideia. É preciso avançar. A Presidenta Dilma tem introduzido novas políticas, como a educação do campo, e acabou de anunciar recursos para a construção de moradias, mas é preciso avançar. É preciso que os estudiosos, os políticos, as entidades da sociedade civil se reúnam para discutir um outro PAC, o Programa de Aceleração da Cidadania. Precisamos criar esse PAC. O Programa de Aceleração e Crescimento, bem ou mal, está indo.

Estive em Rondônia observando e acompanhando a construção da Usina Hidrelétrica de Jirau no Rio Madeira. Estive também acompanhando a construção da Hidrelétrica Santo Antônio. No Maranhão, há a Hidrelétrica de Estreito.

Tenho visto na televisão que os estádios, embora com problemas, estão andando.

Há ainda muita pobreza no Brasil, muita miséria, muita gente excluída. O Governo, Deputado Amauri Teixeira, precisa ter o Programa de Aceleração da Cidadania, com recursos dirigidos, metas, prazos e, sobretudo, uma

coordenação do Governo Federal diante das emergências.

Neste momento, os índios pataxós, no Estado da Bahia, depois de 28 anos de espera, de assassinatos, de prisões, de humilhações, resolveram ocupar fazendas. E aí a grande mídia, a direita, quer polícia.

Eu sou do Maranhão, mas estive em Pau Brasil, onde o Brasil começou, no Estado da Bahia. Lá, vi o sofrimento dos pataxós. Já vieram aqui não sei quantas vezes. Já estivemos com a Ministra Cármen Lúcia, que, diga-se de passagem, é nota mil. S.Exa., sensível, já estive na área três vezes. Como a situação é delicada, a Ministra está esperando o melhor momento para tomar uma decisão diante da situação explosiva.

Nós temos o caso dos Guaranis, em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Estive em Dourados. É uma vergonha para o nosso País, quinta economia do mundo, vemos os índios Guaranis, donos daquele território, morando debaixo de nesga de terra, sem direito à água, sem direito à comida, sem direito à educação, sem direito a nada. E os índios Guaranis estão se matando. Já são mais de 176 índios que se matam, a chamada "morte matada", porque a "morte morrida" ocorre quase todos os dias, quando os fazendeiros matam e escondem os corpos para evitar a identificação.

Portanto, nesse Programa de Aceleração da Cidadania, o primeiro item é a nossa dívida em favor dos índios. No Maranhão, há índios isolados que estão sendo mortos. É uma situação vergonhosa.

A FUNAI está praticamente sem direção. Não há antropólogo. Conseguir os laudos é como pedir uma esmola. Ou se acaba com a FUNAI ou se dá vida a ela. Esse é o primeiro ponto.

Concedo o aparte ao Deputado Amauri Teixeira, do Estado da Bahia.

O Sr. Amauri Teixeira - Primeiro, quero parabenizá-lo pela sua constante defesa dos direitos humanos. V.Exa. é Presidente da Comissão Especial que trata dos povos e comunidades tradicionais, dos ribeirinhos, dos afetados por barragens, ou seja, tem sido um tribuno, que, constante e insistentemente, defende esses povos. E V.Exa. falou algo interessante: precisamos de vários PACs no Brasil. Venho defendendo há algum tempo o PAC da Saúde; V.Exa, hoje lançou, estou ouvindo pela primeira vez, o PAC da Cidadania. E quando V.Exa. falou do PAC da Cidadania, veio à minha mente imediatamente algo que me vem atormentando nesta atuação como Parlamentar: a fragilidade de algumas instituições do Estado brasileiro, como a Defensoria Pública. V.Exa., que convive com população carcerária, com quilombolas, que vive em defesa dos povos indígenas, sabe que não existe a possibilidade de ter cidadania e ser colocado na prática o que está previsto na Constituição sem termos uma Defensoria Pública forte nos Estados. A Bahia precisa contratar os 150 defensores concursados; Santa Catarina precisa criar a sua Defensoria; e a Defensoria Pública da União é ridícula em termos de musculatura, precisa ser fortalecida tanto do ponto de vista de defensores como de agentes administrativos. Também outros órgãos devem ser fortalecidos. Como V.Exa. falou, o IBAMA precisa ser fortalecido para garantir a preservação ambiental; o INCRA precisa ser fortalecido, inclusive em número de antropólogos e de outros funcionários, para garantir agilidade na demarcação das terras, não só da reforma agrária, como também de quilombolas e de indígenas. Então, V.Exa. tem razão. Avançamos muito no Brasil com Lula e Dilma, mas precisamos, além do PAC da Saúde, do PAC da Cidadania. Parabéns!

O SR. DOMINGOS DUTRA - Eu agradeço ao Deputado Amauri o aparte, que incorporo com todo prazer ao meu pronunciamento. Convido V.Exa. para pensarmos juntos esse Programa de Aceleração da Cidadania, porque estaremos ajudando avançar a justiça no Brasil, ajudando o Governo.

Antes de conceder um aparte ao Deputado Simplício, com todo prazer, quero

referir-me ao sistema carcerário, de que o Deputado Amauri Teixeira falou. Fui Relator da CPI, que vai completar 5 anos, e o Deputado Luiz Couto também fez parte dela. São 500 mil brasileiros e brasileiras que estão encarcerados.

Nós aprovamos nesta Casa que, a cada 3 dias de trabalho, o preso terá reduzido 1 dia da pena, ou que, a cada 3 dias de estudo, será reduzido 1 dia da pena. Eu andei por 82 presídios e não sofri nenhuma ameaça. Aonde fui, vi os presos esperançosos, querendo trabalhar, produzir e estudar, mas o Estado não lhes dá oportunidade.

Se quisermos resolver parte da questão do sistema carcerário, basta garantirmos, Deputado Simplício Araújo, o direito ao trabalho e ao estudo. Nós aprovamos leis nessa esfera, mas o poder público, infelizmente, não oferece essa oportunidade. O resultado é que a pessoa passa 20 anos presa, sai mais velha da cadeia, com "atestado de presidiário", sem capacitação e, não tendo oportunidade no mercado de trabalho, volta a delinquir.

Já falei desta tribuna várias vezes que temos obras públicas em todo o Brasil, mas não vemos nenhum preso trabalhando em obras do PAC, nem nas obras dos Governos de Estado, à exceção do Ceará, onde os presos estão trabalhando na construção do estádio. O resultado é que a população fica com raiva do preso, e com razão, porque o ele come e se veste, gera custos para o poder público, mas além disso sofre e apanha. O cidadão, aqui fora, continua desempregado. A culpa não é do preso, mas do Governo de modo geral.

Por isso, nesse PAC, Deputado Luiz Couto, temos de estabelecer metas. Se a Presidente Dilma Rousseff determinar aos seus Ministros que absorvam mão de obra carcerária nas obras do PAC, eu tenho certeza de que reduziremos a superlotação carcerária, acabando com parte dos problemas carcerários.

Portanto, nesse PAC, o sistema carcerário é fundamental - e aí entra o papel da Defensoria.

Concedo aparte ao Deputado Simplício Araújo.

O Sr. Simplício Araújo - Deputado Domingos Dutra, mais uma vez, quero parabenizá-lo pelo seu desempenho nesta Casa e pela altivez do tema que traz à tribuna. Somando-me ao colega Amauri Teixeira, creio que temos de dar uma satisfação à sociedade brasileira. Um dos mais graves problemas que nós temos é justamente a saúde pública. O PAC da Cidadania, que V.Exa. propõe, pode começar exatamente por esse tema, que a imprensa traz à tona, a todo momento, com escândalos e mais escândalos que envergonham o setor de saúde pública deste País, que tem no SUS uma grande riqueza. Meus parabéns a V.Exa. pela relevância do tema. Orgulha-nos muito ter no Maranhão um Deputado do seu quilate.

O SR. DOMINGOS DUTRA - Muito obrigado, Deputado Simplício Araújo.

No Programa de Aceleração da Cidadania, a saúde é fundamental. O Deputado Darcísio Perondi acabou de usar a tribuna para defender a Emenda nº 29 e recursos para o PAC. Mas não é só de recursos que precisamos. Nós necessitamos, além de honestidade, de gestores no sistema de saúde.

Acabamos de ver, horrorizados, a vergonha que ocorreu em Brasília. As desgraças que acontecem todos os dias no meu Maranhão, ninguém sabe, mas o que acontece aqui em Brasília, todo o Brasil fica sabendo. No Hospital de Santa Maria deixaram morrer 19 pessoas porque colocaram uma mangueira de forma errada! Na semana passada, eu estive com a Deputada Erika Kokay e o Deputado Arnaldo Jordy, no Pronto-Socorro do Hospital de Base: é um campo de concentração, uma vergonha!

Por que os hospitais de urgência e emergência são um campo de concentração? Por que as cadeias são um campo de concentração? Por uma razão muito simples, mas verdadeira: porque só tem pobre! Nas cadeias e nos hospitais públicos de emergência, só tem lascado!

Quando obrigarem a Presidente da República, os Deputados Federais, os Senadores e os Governadores a irem para os hospitais públicos, estes vão melhorar. Na hora em que colocarem na cadeia Deputados, Prefeitos, advogados e médicos, melhora! Mas, enquanto só tiver lascado, pobre e preto nas cadeias e nos hospitais, vai continuar essa miséria. Todo mundo sabe disso. Se um Governador ou um Prefeito de uma grande capital fosse uma vez por mês a um hospital ou uma delegacia, talvez as medidas saíssem do papel. Mas ninguém visita esses lugares, ou só visita no dia da inauguração, para levar a mídia, porque já levaram 20%, 30% ou 40% de propina.

A saúde tem de ser inserida no Programa de Aceleração da Cidadania. É preciso definir metas, recursos. É necessário haver uma fiscalização rígida, com políticas direcionadas. Do contrário, Deputado Simplício Araújo, continuaremos vendo apenas pobres nessa situação.

Há pouco recebi um telefonema do meu companheiro Avelino, de Araiões. Ele está com o filho em cima da pedra, num hospital de Brasília, e não tem como levar o corpo, por causa da pobreza e da miséria absolutas. Estão mandando a assessoria para ajudar a liberar o corpo, porque ele não tem como se locomover. Outro item, Deputado Simplício Araújo, a ser destacado no Programa de Aceleração da Cidadania é a reforma agrária. Há pouco, vi um companheiro do Rio Grande do Sul, do PT, falar dos acampamentos. Mais uma vez, o INCRA está ocupado! São 250 mil famílias acampadas. Quem já visitou um acampamento sabe que é o fim do mundo. As pessoas estão acampadas há 3 anos. Moram ou fingem que moram ali, sem água, sem saúde, sem comida, sem luz, à beira da estrada, entre a estrada e o arame farpado. São 250 mil famílias.

De acordo com os dados atuais, com 30 mil reais é possível assentar uma família. Se multiplicarmos os 30 mil pelas 250 mil famílias, o Brasil vai gastar 7 bilhões de reais. Sete bilhões de reais correspondem a 6% dos 117 bilhões que nós pagamos de juros da dívida pública no nosso País. Não é justo?

No ano passado, foram assentadas apenas 20 mil famílias, o que corresponde a menos de 10% das famílias acampadas, exceto os conflitos de terra.

Neste ano, já foram assassinados 12 trabalhadores rurais. O último - voltando mais uma vez ao Maranhão -, executado no Município de Buriticupu, no sábado, foi o líder camponês Raimundo Alves Borges, conhecido como Cabeça, do PT, ligado ao SINTRAF. No mês passado, mataram dois em Pernambuco e três no Triângulo Mineiro.

Onde vamos parar? Que modernidade é essa? Que quinta economia é esta, em que pessoas ainda são mortas como no Triângulo Mineiro, onde foram assassinadas duas lideranças e a mulher de um dos líderes, executada dentro do seu carro?

Portanto, é preciso que o nosso Governo desenvolva, imediatamente, um plano para a reforma agrária. Não é justo o que está acontecendo no País com a violência no campo.

No Programa de Aceleração da Cidadania, temos de pagar a dívida que temos com os negros e, especialmente, com os quilombolas. Há mais de 60 lideranças quilombolas do Maranhão - volto ao Maranhão mais uma vez. Infelizmente o Maranhão não está no mapa do Brasil, Deputado Osmar Terra. O Maranhão não está no mapa do Brasil! É o único Estado brasileiro em que não houve transição democrática. Em todos os Estados, o velho MDB, do qual V.Exa. fazia parte, realizou a transição: fez no Piauí, com Mão Santa, por isso deu Wellington, do PT, no Governo; fez no Pará, com o Jader, por isso o PT deu Ana Júlia. Mas no Maranhão não houve transição. Cafeteira, Deputado da época, fez acordo com o fute, com o José "Saddam Mubarak", e acabou sendo Governador, com o apoio de Sarney.

A nossa transição atrasada - 20 anos - seria com Jackson Lago. Mas Jackson foi

cassado e acabou morrendo de angústia. E o Maranhão está lá. Portanto, neste Grande Expediente, lamentavelmente tenho que citar o Maranhão três vezes. A última são os quilombolas, que estão na frente do Palácio do Planalto pedindo socorro. Nós temos 24 anos da Constituição Cidadã. Ulysses Guimarães, do lugar em que está sentado o Deputado Luiz Couto, a exibiu dizendo: "*Esta é a Constituição Cidadã*".

Há 24 anos não se demarca terra de quilombo no País. O processo é burocrático, é um inferno, não há recursos. Não há antropólogo para fazer os laudos. Até o decreto chegar às mãos da Presidente para ela assinar, muita gente já terá morrido, como morreu no povoado de Charco, no Município de São Vicente de Férrer.

Depois de 3 ou 4 anos que se assina o decreto, volta tudo para o Estado, para avaliar as benfeitorias e a terra, e para emitir o TDA. Volta de novo para cá, e lá se vão mais 10 anos.

O que quero, como Deputado do Governo e do PT há 32 anos, é que a Presidente Dilma chame os seus Ministros e técnicos e nos convide para elaborar o Programa de Aceleração da Cidadania, voltado para os mais pobres.

Na semana passada, o Governo, acertadamente, anunciou um pacote de 60 bilhões de reais para gerar emprego na indústria brasileira. Não tenho nada contra, sou a favor, mas é preciso que haja também recursos e agilidade para atender aos mais pobres.

Portanto, quero fazer um apelo desta tribuna, somando-me à voz dos Deputados Luiz Couto e Amauri Teixeira. Infelizmente, depois de amanhã, no dia 18, o Supremo Tribunal Federal vai votar a ADIN do "demo", dos ruralistas. Porque o "demo" está morrendo. "Demo" no Maranhão é o cão, é Lúcifer. Está morrendo, mas está com a ADIN lá para tentar anular o marco legal sobre a questão territorial dos quilombolas.

Além dos temas sistema de saúde, sistema carcerário, reforma agrária, quilombos, temos que discutir atingidos por barragens. Não dá para continuar produzindo energia elétrica no nosso País com massacre aos pescadores, aos ribeirinhos, aos extrativistas, aos agricultores familiares.

Deputado Luiz Couto, agradecendo a tolerância a V.Exa. e agradecendo à Deputada Alice Portugal, quero deixar aqui para todos os homens e as mulheres de boa vontade a ideia de organizarmos, construirmos o Programa de Aceleração da Cidadania, para andar passo a passo com o Programa de Aceleração do Crescimento.

Espero que essa ideia vingue. Só assim estaremos cumprindo nosso mandato, até porque todos aqui foram eleitos com o voto do pobre, do lascado. Durante a campanha, ninguém diz que vai, no exercício do mandato, fazer nada contra o pobre, todo mundo só fala em coisa boa para o pobre - é casa para o pobre, terra para o pobre, emprego para o pobre, saúde para o pobre -, mas, na prática, na maioria dos casos, os eleitos viram as costas para os mais humildes e vão lá para o leito natural da elite brasileira, que está aí mamando há 510 anos.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a minha ideia. Convido a todos os senhores e as senhoras para, num esforço conjugado, melhorarmos a vida da nossa população. Eu me sinto incomodado por ver índios se matando, porque não têm terra; por ver trabalhadores rurais sendo eliminados; por ver pessoas pobres sendo mortas todos os dias nos hospitais do nosso País. Eu estive no Rio de Janeiro, e lá a média é de 12 mil mortos por ano, só nesses hospitais de urgência e emergência.

Obrigado.

Documento 27/472

080.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

13/04/2012-10:45

Publ.: DCD - 14/04/2012 - 11897

IZALCI-PR -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Repúdio à nota de apoio ao Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, assinada pela maioria dos Deputados Distritais. Reiteração do apelo a Ministro do Superior Tribunal de Justiça de imediato acatamento de ação a favor do afastamento do Governador de Brasília.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos atravessando um momento muito complicado no Distrito Federal, comprometedor. Hoje fui surpreendido por uma entrevista do Governador Agnelo Queiroz no *Correio Braziliense*, em que afirma "*crise não é de Brasília nem do PT*". Eu acho que esse Governador não mora em Brasília, não é daqui, ou não tem visto ou acompanhado o que está acontecendo. Viaja muito. Pode ser isso.

E o que me estranha bastante, Sr. Presidente, é a nota assinada por 19 Deputados da base governista na Câmara Legislativa. Dos 24 Deputados, 19 assinaram o documento publicamente, uma nota oficial de apoio ao Governo Agnelo Queiroz. Não dá para entender, sinceramente, Sr. Presidente, como esses Deputados assinam uma nota oficial como essa. E faço questão de falar um pouquinho sobre isso:

Item 1. O Distrito Federal passou por problemas profundos, bem conhecidos, e o Governo Agnelo representa a ruptura com esse passado.

Mentira. Como ruptura? O próprio Vice-Governador fez parte do Governo passado e dos Governos anteriores, do Governo Arruda, dos quatro Governos de Roriz, o Vice-Governador. Grande parte da base da Câmara participou dos Governos anteriores. Então, não tem ruptura nenhuma.

Todos os contratos do Governo anterior continuam normalmente. O estádio, que é a única obra neste País para a Copa nesse estado, é um Governo de uma obra só, foi licitado no Governo passado, e continuam as mesmas empresas, da mesma forma. Apenas mudou uma coisa, Sr. Presidente: tem mais onze aditivos, onze aditivos. Uma obra que teve no início orçamento de 470 milhões já vai chegar a 1 bilhão. E, o mais grave, tem 400 milhões disponíveis no BNDES, mas o Governo sequer foi ao BNDES buscar esses 400 milhões. Por quê? Porque tem de prestar contas ao Tribunal de Contas da União, e o GDF não quer fazer isso. Qual é o Governo que não aceitaria 400 milhões de empréstimo do BNDES com juros subsidiados?

Item 2. O poderio econômico de grupos criminosos que beneficiaram a situação anterior não aceitou essa ruptura, busca de todos os modos o enfraquecimento do Governo.

Grupos criminosos! Quem é esse Governador para falar em grupos criminosos? Um Governo que participou do Segundo Tempo, do Ministério do Esporte. Eu fiz auditoria, e das 18 auditorias que fiz está lá qualificada a quadrilha. Está lá. Eu estou esperando o Governador me processar, porque eu quero levar as provas para a Justiça.

Participou da ANVISA, está lá no meu documento, no meu gabinete. Coisas que foram feitas por 80 mil reais a CGU faria por 2.700. A CGU questionou a ANVISA: por que fizeram isso por 80 mil reais? A Diretora disse que não queria fazer, mas o diretor autorizou, e há o documento assinado por Agnelo Queiroz mandando fazer.

Depois vem a questão de Minas, está lá, a empresa de Minas que foi beneficiada pela ANVISA também. Está lá um bilhetezinho na agenda do Diretor da ANVISA: "50 mil Agnelo, 50 Agnelo".

João Dias joga 200 mil reais em cima da mesa de Secretário de Governo, e ninguém explica isso. Cadê o João Dias? Abram a página do *blog* dele, não tem nada, apagaram tudo, está tudo em branco. Cadê o Daniel, da ANVISA, que deu o dinheiro, depositou na conta do Governador? E vem esse Governador dizer que são grupos criminosos? Criminoso é quem está hoje no Governo!

Item 3. Diariamente, numa trama sórdida, plantam notícias fantasiosas, articulando mentiras, veiculando fofocas, fazendo calúnias; propagam boatos com o intuito claro de confundir a opinião pública.

Pelo amor de Deus! A sorte, graças a Deus, é que quem lê esse jornal, essa reportagem do Governador, são pessoas de classes A e B, pessoas que têm entendimento político e que nunca vão acreditar nisso.

Agora, pelo que está saindo na televisão, *Jornal Nacional*, *Jornal da Globo*, em todas as televisões, Record, Bandeirantes, fica muito claro. Qualquer um, por mais humilde que seja, já entendeu. Está aí, as pesquisas provam, um Governo que não chega a 9% de aprovação entre ótimo e bom. O pior Governo de toda a história do País.

Então, essa nota, apoiada por 19 Deputados, me preocupa muito:

Item 4: as práticas criminosas não têm vez no Governo Agnelo, por isso defendemos a CPI no Congresso.

Ontem estava em todos os *blogs*: o Governador tentou, através da bancada do Senado, que não houvesse a CPI.

Por que não se abre a CPI na Câmara Legislativa, se ele não tem nada com isso? Que se abra uma CPI lá na Câmara Legislativa, uma vez que ele tem uma base de 19 Deputados. Se não deve nada, abra, autorize a abrir a CPI. Isso é a diferença da prática e do discurso.

Item 5. Queremos lisura e transparência de todos os atos da gestão pública na nossa capital. Estivemos com Agnelo nas eleições de 2010 e continuamos com ele nessa difícil tarefa de reconstruir o Distrito Federal.

Reconstruir o Distrito Federal? Quem esteve com ele foi o Senador Cristovam, o Senador Rollemberg, que foram os responsáveis, hoje eu digo até culpados por terem eleito este Governo corrupto. O Senador Cristovam, está aí a propaganda nos jornais, e agora o Senador Rollemberg também, dizendo que tudo o que foi prometido não foi cumprido. Está lá no programa oficial do PDT.

Item 6. Confiamos plenamente na capacidade de liderança do nosso Governador, sua capacidade política de levar a cidade para o caminho da prosperidade econômica.

Que liderança é essa? Três pontos básicos, educação, saúde e segurança, estão um caos, os professores em greve, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros praticamente em greve. Onde estava o Governador com a sua liderança? Na Argentina. Passou a Semana Santa na Argentina, com todo o mundo aqui em greve, com as pessoas morrendo.

Está aí, o Hospital de Santa Maria em todos os jornais do Brasil, no *Jornal Nacional*, no jornal hoje de manhã. Na UTI de Santa Maria trocaram o oxigênio, o gás, e sei lá quantos morreram por isso. Falta remédio para pessoas que estão na UTI, fazendo cirurgia. Não há gerador, não há energia, não há médico. Que Governo é esse que não consegue garantir educação, saúde e segurança?

Brasília tinha de ser referência em todos esses pontos para o País, mas não tem liderança nenhuma. Além de incompetente, de insensível, como é que chama a classe dos professores? Teve a cara de pau de dizer que a greve dos professores era imoral, era indecente. Quem é esse Governador para dizer que os professores estão fazendo uma greve imoral? Está lá o documento.

Durante a campanha, no mês de outubro, há treze promessas assinadas pelo Governador. Se acessarmos o Youtube, veremos que há dez promessas, discursos de campanha que até hoje não foram cumpridos.

Em abril de 2011, o Secretário de Educação assina um documento pelo Governo dizendo que iria assumir os compromissos, e nada do que lá está escrito foi cumprido por ele, nada teve valor. Em setembro de 2011, o Secretário de Administração assina outro documento se comprometendo a implantar o plano de saúde até janeiro de 2012, a assumir a reestruturação da carreira, e o que aconteceu? Nada. Até hoje nada do que foi escrito vale para este Governo.

E, agora, a questão da PM e do Corpo de Bombeiros não foi conversada com o Governador, foi passada para o Secretário, e este fez a mesma promessa. Ora, se não cumpriram a promessa com os professores, vão cumprir a promessa com a Polícia Militar? Não. Este Governo não tem palavra, não tem competência. Ele deveria ser, no mínimo, honesto de chamar a categoria e mostrar números, por que não pode cumprir aquilo que prometeu e pedir perdão pela promessa.

Eu faço aqui mais um apelo para o Ministro do STJ, a fim de que não deixe parado esse processo e de que afaste imediatamente o Governador. Brasília está sendo saqueada! Brasília está sendo governada por uma quadrilha! Estou dizendo isso há 1 ano. Nós precisamos reverter isso imediatamente, para o bem da nossa cidade.

E digo a todos os Deputados desta Casa: Brasília é a capital de todos. Esta preocupação não é apenas dos Deputados de Brasília, e, sim, de cada um dos senhores, que também têm Brasília como a Capital da República.

Nós não podemos aceitar o que está acontecendo aqui. E eu tenho certeza de que agora, com a instalação da CPI Mista, vamos descobrir muita coisa. Eu já pedi ao meu partido para participar dela, eu quero participar, mas digo à população de Brasília, que se não me for dada essa oportunidade, vou acompanhá-la passo a passo, vírgula por vírgula, mesmo não sendo da Comissão. Há tendência muito forte de abafarem essas questões. Não vou deixar isso barato, porque a nossa cidade não merece isso. Brasília é a capital de todos os brasileiros.

No dia 23, faremos uma sessão solene nesta Casa em homenagem ao 52º aniversário de Brasília, e o presente que os brasilienses querem é a renúncia do Governador Agnelo Queiroz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 28/472

080.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/04/2012-09:05
Publ.: DCD - 14/04/2012 - 11882	ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Participação na solenidade de concessão do Prêmio Mérito Lojista pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL. Homenagem à Rádio Coroadó, do Município de

Curitibanos, Estado de Santa Catarina. Excelência da gestão do Prefeito Municipal Wanderley Teodoro Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro, de modo muito especial quero me dirigir, neste momento, à minha cidade, Curitibanos, no Estado de Santa Catarina, particularmente à nossa querida *Rádio Coroado*, que, neste momento, através de seu jornalista e repórter Lucas, está transmitindo esta nossa manifestação a toda a região de Curitibanos e do Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero iniciar comunicando que, inclusive, o ilustre Deputado Mauro Benevides participou, juntamente com outros Deputados, Senadores e Ministros, de uma grande solenidade realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, entidade cujo Presidente é o Dr. Roque Pellizzaro Júnior, que eu tenho o privilégio e o prazer de dizer que é meu conterrâneo, é da minha cidade, da minha terra, Curitibanos, onde ele preside essa entidade muito importante da economia do Brasil.

Nós participamos da solenidade - como eu disse, junto com o ilustre Deputado Mauro Benevides - que é considerada, com toda a justiça, o Oscar do varejo brasileiro. A celebração do destaque do comércio faz o reconhecimento e o conagração dos fornecedores, distribuidores, prestadores de serviço de todo o País. O mérito lojista é o momento de reconhecer a todos os que se dedicam com determinação à inovação, à qualidade para movimentar o comércio de todo o País.

Lá estiveram representantes de todas as CDLs do Brasil; todos os Estados estavam presentes. Solenidade muito bonita, em que foi entregue um troféu que simboliza a Deusa da Fortuna, que se tornou conhecido e cobiçado por todos os empreendedores, todos os comércios, os *marketings*, enfim, todos, das CDLs do Brasil. Esse troféu é entregue desde 1980 pelas CDLs do Brasil; é o Prêmio do Mérito Lojista, entregue a todas as pessoas do comércio do Brasil.

Nós participamos, primeiro, para valorizar esse setor, que é muito importante, Deputado Izalci; V.Exa. conhece a importância do comércio na economia do Brasil. E as CDLs do Brasil fazem um trabalho extraordinário.

Como eu disse, é um orgulho para nós, catarinenses, principalmente da minha terra, Curitibanos, que o Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas é da minha terra: é meu amigo, neto do meu padrinho de batismo, Faustino Costa. Roque Pellizzaro Júnior, que exerce essa profissão, conhecemos desde criança, Deputado. Tanto é verdade, que ele é neto de Faustino Costa, meu padrinho de batismo. Então, para mim, é um orgulho muito grande. Pode ter certeza de que Curitibanos, neste momento, sente-se envaidecida; o Estado de Santa Catarina encontra-se envaidecido, e também o comércio brasileiro. Vamos fazer justiça, porque o comércio presta relevantes serviços; naturalmente, nem preciso falar, não sou comerciante, mas todo brasileiro sabe disso.

Por isso, estamos aqui para fazer essa manifestação de alegria, de satisfação, pela festa de ontem, muito bonita, muito concorrida: estavam presentes Ministros de Estado, Senadores da República, Deputados Federais - como eu já disse, o nosso grande amigo, Deputado Mauro Benevides, que é uma referência nacional, um dos maiores Parlamentares que o Brasil já teve, lá estava, valorizando esse evento. Estava presente também a minha querida *Rádio Coroado*, de Curitibanos, uma rádio extraordinária, que tem uma aceitação fora do comum em toda a nossa região - não sou sócio dela, sou apenas amigo - e pertence a uma fundação religiosa, a Fundação Frei Rogério.

Essa rádio está aqui, neste momento, transmitindo ao vivo esta nossa manifestação, por isso faço este importante registro. A *Rádio Coroado*, de

Curitibanos, aqui representada pelo nosso repórter Lucas, está fazendo essa cobertura. E isso é muito importante.

A *Rádio Coroadó* é muito importante na nossa história, Deputado. Naqueles idos difíceis, quando eu era criança, vi surgir a rádio, pequenininha, que transmitia futebol, colocava o serviço de som na praça. Eu me recordo: na Copa do Mundo de 1950, Srs. Deputados, não existia rádio. Era difícil. Na triste Copa do Mundo de 1950, quando perdemos a última partida, gol de Friaça, do ponta-direita Friaça, do Vasco da Gama, nessa partida foi transmitido o som nas praças. Nós tínhamos uma praça, então, o serviço de som, de alto-falante, transmitia para o povo, porque eram poucas as rádios que existiam.

Lá, no decorrer da história, a *Rádio Coroadó* surgiu e foi muito importante no nosso desenvolvimento e nosso crescimento. Por isso, quero fazer essa referência. Ao prestar a homenagem à Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, quero também prestar a minha homenagem à *Rádio Coroadó*, de Curitibanos, primeiro, porque é uma rádio séria, não tem facção política, simpatia por isso ou por aquilo. Ela transmite a verdade, é uma rádio que leva as informações para o povo de forma correta, justa, sem dúvida nenhuma, esclarecendo à sociedade.

Sabem, Srs. Deputados, a imprensa tem um papel fundamental na democracia, no nosso crescimento. Quem sou para ensinar, para dizer isso ao ilustre Deputado Mauro Benevides? Quem sou eu? Sou um aluno, um aprendiz desse grande Deputado e de V.Exas. todos que neste momento me honram escutando-me.

Mas a imprensa tem um papel fundamental quando ela fala a verdade. Quando eu me encontro no segredo do meu coração e vou dirigir minha oração ao Criador, sempre rezo pela imprensa, sempre peço por ela, porque ela tem um papel fundamental, ela pode destruir lideranças, pode acabar com famílias se não falar a verdade, deturpar, ou se omitir em dizer o que dever ser dito.

Por isso, acho que a imprensa tem um papel fundamental na nossa democracia e no desenvolvimento do ser humano. Eis uma das razões por que presto essa homenagem à minha querida *Rádio Coroadó*, de Curitibanos, que transmite ao vivo este momento aqui. Para mim é histórico porque é uma rádio que eu vi nascer, por que tenho muito respeito, principalmente por toda sua equipe.

Portanto, este é um momento importante. Eu até tinha preparado um discurso, eu ia falar sobre outro assunto, sobre o Projeto de Lei nº 3.527, de minha autoria, mas vou deixar para fazer isso na próxima semana, para continuar fazendo essa referência, haja vista, Srs. Deputados, que a minha cidade de Curitibanos tem mais ou menos 40 mil habitantes, 150 anos de existência, é muito importante na economia do nosso Estado, porque somos os maiores produtores de alho do Brasil, temos uma agroindústria excepcional. Instalou-se lá e já está funcionando a maior empresa de MDF da América do Sul, a mais moderna do mundo, Srs. Deputados, e circulam dentro dessa empresa 500 caminhões por dia. A empresa tem um faturamento de 60 milhões por ano, é a empresa Berneck, de Madeira, que produz MDF, a mais moderna, e já está funcionando.

Portanto, Curitibanos é uma cidade importante, está sendo muito bem administrada pelo atual Prefeito - e vou deixar aqui a modéstia de lado, é meu sobrinho, filho do meu irmão, Dr. Wanderley Teodoro Agostini, um Engenheiro, que faz um trabalho extraordinário, um dos maiores administradores. Tem recebido troféus, inclusive do Chile, como dos melhores administradores do Brasil. Jovem, moderno, inteligente, um trabalhador.

A minha cidade é pujante. Claro que tem dificuldades também. Temos *campus* da universidade federal que se instalou agora, curso de Veterinária, entre outros, uma das melhores suinoculturas do Estado, representada pela empresa Master, e assim por diante. Eu poderia ficar falando aqui por horas e horas sobre minha

terra, a cidade de Curitibanos, que no primeiro domingo de maio realiza uma grande festa que chamamos de EXPOCENTRO, que reúne todo o setor produtivo, tudo o que produzimos. Vem gente do Brasil inteiro, até do exterior, para essa festa que, sem dúvida alguma, enaltece todo o Estado catarinense e, de modo muito especial a minha terra, onde tive o privilégio, Deputado Mauro Benevides, de ser Prefeito em 1972. Era jovem e, como diziam: *"Um piá desse vai administrar a cidade"*. Graças a Deus fizemos um bom trabalho, conseguimos nos eleger por 5 vezes Deputado Estadual, fui por duas vezes Presidente da Assembleia e Secretário de Estado e hoje estou aqui representando essa terra com amor, com carinho, porque é uma terra que merece o nosso respeito, uma terra de gente boa, trabalhadora e que faz parte da história do Brasil. Foi lá que surgiu o triste episódio da Guerra do Contestado, quando os fanáticos, os revolucionários incendiaram Curitibanos e mais de 10 mil catarinenses tombaram, pagaram com a própria vida para ver Santa Catarina, aquela região que era discriminada, que era sofrida, isso nos idos de 1910 a 1914, período que durou essa guerra, na qual muitos brasileiros, catarinenses curitibanenses, padeceram no cumprimento do seu dever.

Por isso, Curitibanos merece respeito, a nossa gente merece consideração. Merece sim, porque é uma terra sofrida, mas de gente trabalhadora, honesta e que cumpre o seu dever.

Daqui quero parabenizar o Roque Pellizzaro Júnior, mais um curitibanense que honra Santa Catarina. Quero também enaltecer o Dr. Wanderley Teodoro Agostini, que faz esse trabalho extraordinário, e também todos aqueles que lutam, os nossos antepassados, que padeceram, que não estão mais no nosso meio por circunstância ou por desígnio de Deus, mas estão presentes por intermédio da transmissão da sua energia positiva, dizendo aos filhos de Curitibanos: *"Muito obrigado porque deram continuidade à luta daqueles que tombaram no cumprimento do seu dever."*

Por isso, minha homenagem a Curitibanos, ao Dr. Wanderley, à Prefeitura, ao povo de Curitibanos e à minha querida Rádio Coroadó, da minha terra.

Muito obrigado.

Documento 29/472

079.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/04/2012-18:54
Publ.: DCD - 13/04/2012 - 11686		FELIPE BORNIER-PSD -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil. Realização, no Rio de Janeiro, dos Jogos Olímpicos de 2016; da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - a Rio+20 e da Jornal Mundial da Juventude. Importância da realização de investimentos no setor educacional. Apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 15, de 2011, sobre o estabelecimento de normas de cooperação entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com relação à responsabilidade na gestão pública da educação escolar brasileira, e do Projeto de Lei nº 2.607, de 2011, acerca de extinção da incidência do Imposto de Renda sobre os salários de professores. Não aceitação, pela bancada federal do Estado do Rio de Janeiro, da alteração de

contratos de exploração de petróleo licitados. Maior rigor na fiscalização da embriaguez ao volante para a redução dos índices alarmantes de acidentes de trânsito no País. Edição excessiva de medidas provisórias em detrimento da apreciação de proposições de iniciativa parlamentar.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. FELIPE BORNIER (PSD-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo hoje nesta tribuna para falar sobre os grandes eventos que o meu Estado e o Brasil vão sediar nos próximos anos: a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas.

São esses os maiores eventos esportivos do mundo e sem dúvida deixarão um enorme legado para o nosso País, como a construção de 12 novos estádios, reforma nos principais aeroportos do Brasil, investimentos na mobilidade urbana e também na segurança pública que atenderão ao nosso dia a dia e o setor hoteleiro.

No Rio Janeiro, um grande exemplo é a construção da Transoeste, que será um corredor expresso que ligará a Barra da Tijuca a Santa Cruz, atendendo 220 mil passageiros por dia.

Como pontos principais a serem atendidos, citamos: a recuperação do que está degradado e transformação do que está ruim; transformações duradouras para cidade; a realização de grandes eventos com segurança; os corredores expressos de ônibus; a melhora do transporte público.

Hoje, 18% da população usa o sistema de transporte de alta capacidade e, em 2015, o índice vai subir para 63%.

Ressalto que a Rio+20 é uma conferência da ONU, o maior evento sobre o desenvolvimento sustentável do mundo que acontecerá agora nos dias 13 a 22 de junho.

Os principais temas serão os relacionados à economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

Faço parte da Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente criada para contribuir com a Conferência Rio+20, cuja função é acompanhar o que acontecerá antes e após a conferência, além de debater projetos de interesse do Brasil, como a seguir exposto.

Estamos fechando, por exemplo, o lixão de Gramacho, em Duque de Caxias, que atormenta há 36 anos e se tornou um símbolo da degradação; será fechado no próximo dia 23. É importante destacar que isso vai acontecer na véspera da Rio+20.

O Brasil tem um dos melhores locais para geração de energia elétrica por fonte solar. Por isso criei o projeto de lei que tem como objetivo fazer a sustentabilidade sair do discurso e virar realidade, dando incentivos para a produção de energia limpa e renovável, gerando muitos empregos na maior parte do País.

A ANEEL comprometeu-se a liberar a regulamentação da geração de energia solar, e até agora nada. Devemos aumentar a pressão. Essa entidade não está trabalhando na velocidade que deveria e não está comprometida da forma correta.

Ademais, ressalto que a Jornada Mundial da Juventude consiste numa reunião de milhões de pessoas católicas, sobretudo jovens de todo o mundo. Tal evento conta com a presença do Papa e vai acontecer, no Rio, no dia 23 de julho.

Para a Jornada Mundial da Juventude, que aconteceu em 2013, é necessário que os cariocas recebam em suas casas e que se candidatem a voluntários para

o evento. Sem duvida todos vão perceber o quanto o Rio é acolhedor.

A esperança de um mundo melhor está numa juventude sadia, com valores, responsável e, acima de tudo, voltada para Deus e para o povo.

A esperança por dias melhores será a nossa aspiração. Não podemos sufocar a esperança que jorra sem cessar do coração dos jovens.

Quero falar da importância de se investir em educação. Nós avançamos, mas precisamos mais do que os 7,5% de investimento do PIB para educação; precisamos principalmente do envolvimento do Ministério da Fazenda, que tem a chave do cofre para avançarmos ainda mais.

Projeto de Lei Complementar nº 15, de 2011, de minha autoria, visa aumentar a qualidade da educação escolar brasileira. Trata-se, sem dúvida, de um grande projeto, um grande avanço para a educação brasileira.

A Finlândia tem um dos melhores sistemas de educação do mundo, e um dos principais motivos é a valorização do professor, que tem um alto prestígio social.

Aproveito para falar do Projeto de Lei nº 2.607, de 2011, que isenta de Imposto de Renda os salários dos professores. Percebemos o quanto o professor tem sido sacrificado na fixação do salário. Educar é uma arte, mas também é um trabalho de grande impacto social, com repercussão no desenvolvimento do País. Seria impensável uma nação sem escolas, sem estudos e sem professores.

No Japão, o único profissional que não precisa se curvar diante do Imperador é o professor, pois, segundo os japoneses, numa terra que não há professores não pode haver imperadores.

Quanto aos *royalties*, a bancada do Rio de Janeiro não vai aceitar mudanças na legislação que incida sobre os contratos já licitados. Sobre o futuro não temos nenhum problema em discutir e estamos dispostos a encontrar uma nova forma de redistribuição, mas sobre o que já foi licitado não há razão para aceitarmos até porque é inconstitucional.

Um dos maiores problemas ligados aos acidentes de trânsito é o uso do álcool. Somos o quinto país com o maior número de acidentes. Só em 2011, foram registradas 155 mil internações no SUS.

As capitais que enfrentaram o problema com fiscalização rigorosa por meio da Lei Seca foram justamente aquelas que tiveram o menor índice de acidentes de carros e motos. O número de pessoas que bebem antes de dirigir diminuiu após a Lei Seca, mas acredito que, aumentando o rigor da fiscalização, conseguiremos diminuir ainda mais as estatísticas negativas no trânsito.

Sr. Presidente, estamos sendo massacrados pelo excesso de medidas provisórias. Com a aprovação da Medida Provisória nº 550, há 3 semanas, a União pode emprestar, com juros mais baixos, R\$25 milhões por ano a pessoas com deficiência que comprarem bens e serviços de tecnologia assistiva. Busca-se, assim, levar autonomia a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida - cadeiras de roda e carros adaptados. Por seu grande alcance social, ninguém poderia ficar contra uma medida assim. Nem eu fiquei. O que me dói é saber que tenho um projeto no mesmo teor, o Projeto de Lei nº 6.091, de 2009, que estabelece normas gerais para portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, que trata, portanto, do mesmo assunto. Por isso a necessidade de um colegiado para debater essas MPs.

Agora, mais uma vez, fui atropelado pelo Governo. É de minha autoria o Projeto de Lei nº 7.722, de 2010, que estabelece critérios para os jogos da Copa do Mundo de Futebol.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 30/472

079.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

12/04/2012-18:06

Publ.: DCD - 13/04/2012 - 11676

ROBERTO DE LUCENA-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Seguridade Social e Família, do Projeto de Lei nº 7.377, de 2010, do Poder Executivo, sobre a concessão de prêmio e de auxílio pecuniário especial mensal aos jogadores participantes nas Copas do Mundo de Futebol de 1958, 1962 e 1970.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, a Comissão de Seguridade Social e Família aprovou por unanimidade o nosso relatório e substitutivo do PL nº 7.377, de 2010, originário do Poder Executivo, que propunha o prêmio de 100 mil reais e uma pensão vitalícia aos jogadores de futebol campeões mundiais que defenderam a Seleção Brasileira nas Copas de 1958, 1962 e 1970.

Estamos concedendo não o prêmio, mas uma aposentadoria especial, no valor do teto do benefício concedido pelo INSS, que é de R\$3.467,40, àqueles ex-jogadores que estiverem dentro dessas especificações e que comprovarem a necessidade de percebê-la, através da declaração do Imposto de Renda.

A realidade daqueles jogadores não pode ser comparada, Deputado Lincoln Portela, à realidade dos atletas de hoje, que são respaldados por uma estrutura mais profissional e que gozam, em muitos casos, de elevados salários ou contratos milionários.

Há, dentre esses heróis que contribuíram tanto para a construção de uma história de glórias para o esporte brasileiro, aqueles que vivem em situação de absoluta penúria. É justo que o Brasil reconheça esses homens e que a eles oportunize a condição de viverem os seus dias com dignidade e sentindo-se respeitados.

Muitos outros há que eu gostaria de ver assim, também justificados, anônimos que fizeram, com a sua estrela, que a estrela nacional brilhasse ainda mais internacionalmente. Há muitos anônimos, Sr. Presidente, que ajudaram a construir o Brasil de hoje, o Brasil que nós vemos no *ranking* mundial como a quinta economia e que também convivem com essas mesmas condições precárias e merecem ser, de igual forma, contemplados.

Hoje, no entanto, tivemos a oportunidade de corrigir esse caso, essa situação. Quero reconhecer a sensibilidade do Presidente Lula, que enviou para esta Casa a referida proposta, num de seus últimos movimentos no exercício da Presidência, e aplaudi-lo.

Quero que as minhas palavras tenham agora o poder de um abraço, para, com esse abraço, homenagear a todos esses ex-jogadores de futebol campeões das Copas de 1958, 1962 e 1970 e seus familiares - aqueles que precisam desse auxílio e aqueles que não precisam e não o receberão, mas juntamente com eles se sentem reconhecidos e valorizados.

Que o Brasil seja mesmo campeão a cada dia, independentemente do resultado da Copa de 2014 - que sediremos -, vencendo a miséria, a fome, a violência, as

drogas, a injustiça social e a corrupção.
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Que Deus abençoe o Brasil!

Documento 31/472

079.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/04/2012-17:57
Publ.: DCD - 13/04/2012 - 11675		DANILO FORTE-PMDB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Transcurso do 286º aniversário de fundação de Fortaleza, Estado do Ceará. Dificuldades enfrentadas pela Capital cearense, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública. Urbanização do Rio Maranguapinho com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Fortaleza completa amanhã, dia 13 de abril, 286 anos. Na poesia do jornalista Lustosa da Costa, Fortaleza é cidade de dois amores: *"É desposada do sol e do mar. O sol a aquece, a ilumina, lhe garante o ar saudável e o moreno de suas mulheres. O mar, em Fortaleza, é de paz, manso, sem arroubos"*.

Asseguro não tratar-se aqui de louvação de um cearense apaixonado pela cidade. Fortaleza em suas belezas naturais é tudo isso.

Em seu aniversário, gostaria de render-lhe somente homenagens. Infelizmente, isso não seria verdadeiro, pois a cidade de Fortaleza hoje tem muito mais a lamentar do que a comemorar. São índices que entristecem e envergonham a todos, de descaso com a saúde, com a educação, de crescimento da violência; são obras prometidas em campanha pela atual administração e que não foram concluídas em quase 8 anos da má gestão que infelicitou a cidade.

Como é ano eleitoral, tem início o festival de demagogias. Os jornais de Fortaleza noticiaram ontem a distribuição de *notebooks* nas escolas municipais pela Prefeita. A ação seria muito louvável se não embutisse o interesse eleitoral, devidamente comprovado pela presença, a tiracolo da Sra. Prefeita, do candidato a sucedê-la, o Sr. Elmano Freitas.

A inclusão digital é uma das metas que todos nós almejamos, antes, porém, há muito ainda a ser feito.

Fortaleza ocupa a quarta posição entre os 184 Municípios do Ceará com o pior rendimento educacional, segundo pesquisa da Secretaria de Educação do Estado. Na educação infantil, há uma lista de 1.020 crianças aguardando vaga. No ensino fundamental, responsabilidade do Município, segundo a LDB, a Prefeitura de Fortaleza está fechando turmas do 6º ao 9º ano em várias escolas, segundo denúncias dos próprios professores.

Na saúde, a situação é tão grave que já virou caso de polícia, literalmente. O médico José Maria Pontes, que é também Presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará, após seu plantão no Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira - o Frotinha da Parangaba -, registrou no 5º Distrito Policial boletim de ocorrência

denunciando as deficiências no atendimento prestado pela unidade de saúde. Com muito senso de responsabilidade, o médico denunciou os problemas estruturais do hospital, como paredes mofadas, ralos abertos, infiltrações nos aparelhos de ar-condicionado, material cirúrgico sucateado e falta de sabão até para assepsia das mãos dos profissionais. Segundo o próprio médico, pessoas em estado grave esperam atendimento em cadeiras nos corredores, por falta de maca, ferindo a condição humana.

A pesquisa do IDSUS 2011, do Ministério da Saúde, que mediu o acesso do usuário e a qualidade dos serviços prestados nos hospitais públicos, coloca Fortaleza como a quinta cidade do País a oferecer o pior atendimento de saúde pública. Nos postos de saúde a situação é bem pior, e alguns até foram fechados. Há comunidades esperando há mais de 6 anos por unidade de saúde incluída no Orçamento Participativo, que, sabemos, é a menina dos olhos do partido da Prefeita. O descabimento é de tal monta que o Governador Cid Gomes não confiou a administração de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA ao Município, como prevê a Lei 8.080.

No Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fortaleza é a quarta capital do Nordeste que mais mata jovens entre 12 e 29 anos de idade, figurando entre as 50 cidades mais violentas do mundo. Com todos esses problemas, a administração atual se dá ao luxo de desprezar investimentos capazes de gerar renda e emprego como aconteceu com o estaleiro capaz de gerar 3 mil empregos diretos e 10 mil empregos indiretos que se transferiu para o Estado de Pernambuco.

A mobilidade urbana em Fortaleza é caótica. Não houve, em quase 8 anos de mandato da atual Prefeita, uma só intervenção nas vias da quinta capital do País. As últimas grandes avenidas em Fortaleza foram construídas ou ampliadas pelo ex-Prefeito Juraci Magalhães, de quem a cidade sente muita falta. Foi do Dr. Juraci, nosso companheiro de partido, a construção ou ampliação das avenidas Desembargador Gonzaga, Maestro Lisboa, Domingos Olímpio, Raul Barbosa, Pe. Antônio Tomaz, Via Expressa, Sebastião de Abreu e centenas de calçamentos de pequenas e médias ruas em todos os bairros, retirando a lama da porta das casas, conferindo maior dignidade às famílias fortalezenses.

Observe que Fortaleza será subsede da Copa do Mundo, e a situação não é nada condizente com o que se espera para um evento dessa magnitude. Recentemente, um jornal de Fortaleza, testando a mobilidade urbana, colocou uma equipe circulando pelas principais vias da cidade munida do Google Maps, constatando o tempo de 40 minutos de deslocamento em trajetos que poderiam ser feitos em apenas 6 minutos.

A grande obra que Fortaleza tem hoje é a urbanização do Rio Maranguapinho, um projeto feito por nós à frente da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, para retirar 21 mil famílias das áreas de risco. Em execução pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado, a urbanização da área tem o objetivo de melhorar as condições de vida das famílias que atualmente residem na faixa de alagamento em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao rio. Destaco que cerca de 9 mil famílias já receberam sua nova moradia. Com investimentos de 705 milhões de reais do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, o conjunto de intervenções do projeto beneficiará cerca de 350 mil pessoas que moram nas Bacias dos Rios Maranguapinho, Ceará e Cocó.

Não se administra uma cidade do porte de Fortaleza com demagogia. A quinta capital do País tem grandes desafios pela frente. Com saúde e educação precárias, sem políticas de desenvolvimento e expansão urbana, a cidade hoje sofre com problemas de trânsito, transporte público, moradia, degradação ambiental, uso e ocupação irregulares dos espaços que deveriam ser públicos.

Este ano, teremos a oportunidade de dar um basta à incompetência e à incúria

administrativa. Com o olhar no futuro, queremos a Fortaleza do passado, a Fortaleza do ciclo virtuoso do desenvolvimento, quando administrada pelo PMDB.

No seu aniversário, reafirmo meu compromisso com Fortaleza e sua gente e manifesto meu amor à cidade da minha feliz infância no Parque Araxá, de minha juventude entre o Pici e o Benfica. Não importa onde eu esteja, será sempre a minha cidade querida, cantada no verso de Gustavo Barroso que finaliza o Hino de Fortaleza.

"Onde quer que teus filhos estejam

Na pobreza ou riqueza sem par

Com amor e saudade desejam

Ao teu seio o mais breve voltar.

Porque o verde do mar que retrata

O teu clima de eterno verão

E o luar nas areias de prata

Não se apagam no seu coração."

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

Viva Fortaleza! Viva a esperança do povo fortalezense!

Vamos comemorar o aniversário de Fortaleza pensando no futuro da nossa cidade!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Danilo Forte.

O pedido de V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

Documento 32/472

079.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/04/2012-17:06
Publ.: DCD - 13/04/2012 - 11666	AUGUSTO COUTINHO-DEM -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Escalada da violência no País. Contingenciamento de recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (DEM-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é consternado que subo a esta tribuna para registrar dados divulgados recentemente pelo Instituto Sangari de São Paulo sobre o crescimento da violência em nosso País. Com apenas 3% da população mundial, o Brasil é responsável - attem bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados - pela incrível marca de 12% dos homicídios no mundo.

Tomando esses dados como base, qualquer brasileiro ficará completamente estarrecido. São 1,1 milhão, ou seja, 1 milhão e 100 mil homicídios nos últimos 30 anos. Isso é uma verdadeira guerra civil, muito pior do que os países do Oriente Médio que vivem em guerra constante.

Os índices de violência no Brasil têm crescido assustadoramente nos últimos 30 anos: eram 11,7 homicídios por 100 mil habitantes até 1980; de lá para cá, em

2011, esse número aumentou para 26,2, um índice que é terrivelmente preocupante para nós que pretendemos sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2106.

Ao fazermos uma comparação com os países da América do Sul, chegaremos à conclusão de que só somos superados pela Venezuela, com índices de 70 homicídios para cada 100 mil habitantes, e pela Colômbia, que traz um número de 40 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Essa violência é mais gritante ainda nos Estados pobres do Nordeste, região que, com muito orgulho, represento nesta Casa. Tomo como exemplo o Estado da Bahia, onde o índice de violência cresceu 303%. Isso é incrível, Sr. Presidente. Nos Estados da região Sul, também aumentou muito, como é o caso Paraná, que tem índices de 252%.

Sr. Presidente, meus caros pares, essa situação do Brasil me incomoda muito, tendo em vista que o Presidente Lula, no ano de 2007, lançou com pompa e circunstância o que ficou conhecido como PAC da Segurança Pública, cujo nome oficial é Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, que tinha como promessa investimentos alarmantes, na ordem de R\$6,6 bilhões, até o ano de 2012. Investimentos que seriam aplicados na redução dos altos índices de criminalidade, principalmente os homicídios, que deveriam ser reduzidos de 26 mortes por 100 mil habitantes, no ano de 2006, para se chegar a um número de 12 mortes a cada 100 mil habitantes até 2011, metas que não foram cumpridas, não foram alcançadas, tendo em vista que a taxa atual, como disse há pouco, é de cerca de 25 mortes a cada 100 mil habitantes. Para citar um exemplo, nos Estados Unidos, a taxa de homicídios é de 6 para cada 100 mil americanos.

As promessas não pararam por aí. O Governo petista foi aos palanques dizer à população brasileira que, com os recursos e os investimentos do PRONASCI, seriam criados nos Países, no mínimo, 160 presídios financiados em 4 anos, sendo que cada um deles teria 400 vagas para os detentos. Que os estabelecimentos penais receberiam um aporte de quase R\$500 milhões para sua modernização e para a construção de novas unidades. E, ainda, que haveria também implementação de políticas de segurança cidadã e sociais com alocação de R\$1,2 bilhão para este fim.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este discurso pode ser qualificado como meramente "espumante", como muitos outros que os governos petistas têm feito por aí afora.

Para comprovarmos o que eu estou dizendo, vejamos o que tem acontecido com a segurança pública e o PRONASCI. O referido programa já deixou de receber R\$1,7 bilhão no período de 5 anos; os cortes chegaram a um terço dos recursos previstos. No Governo Dilma, o contingenciamento tem sido maior ainda, cerca de R\$1,2 bilhão só em 2011. O programa é uma das principais vitrines deste Governo, e não apresenta resultados convincentes.

O policiamento comunitário, aquele que coloca a polícia atuando dentro de áreas vulneráveis para garantir prestação de serviços públicos, a exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP, entre outras, foi ignorado pelo Governo no ano passado. Dos R\$350 milhões que seriam aplicados para a construção dos postos de Polícia Comunitária nos bairros, nada foi investido. Alegaram, à época, que o Governo precisava concentrar os recursos em áreas específicas de atuação, como a manutenção e a construção de presídios, bem como o combate ao *crack* e o patrulhamento de fronteiras.

No entanto, ao analisarmos os números, constatamos que nem os R\$20 milhões que seriam destinados à modernização de estabelecimentos prisionais foram desembolsados.

Sr. Presidente, as críticas à política de segurança pública não são feitas apenas

pela Oposição. Em 2011, o hoje Líder do Governo no Senado, Senador Eduardo Braga, fez duras críticas a esses contingenciamentos. Na época, o Senador falou na qualidade de Presidente da Comissão Temporária de Segurança Pública e classificou de "muito elevado" o grau de contingenciamento dos recursos do PRONASCI, como uma contradição, uma vez que, em pesquisas feitas, a população brasileira sempre coloca a segurança pública entre os principais problemas a serem enfrentados no País. S.Exa. citou como exemplo o problema de segurança nas fronteiras brasileiras, que tiveram recursos contingenciados, chegando-se a uma execução ínfima de 3%. Uma zona em que deveríamos ter uma preocupação ainda maior, pois é por lá que se concentram os países com altos índices de produção de drogas.

Já o Tribunal de Contas da União, em julho de 2011, analisando vários convênios relacionados ao PAC da Segurança, constatou a existência de várias falhas em 33 deles, que envolvem a quantia de R\$88 milhões.

Segundo relatório daquele Tribunal, convênios de 2008 a 2010, que foram analisados, confirmam que o PRONASCI é ineficiente, não cumpre metas, tem falhas de fiscalização e planejamento, além de fazer uso irregular do dinheiro público.

Observem bem, Sr. Presidente, caros colegas presentes, não estou aqui para dizer que sou especialista em segurança pública, mas acredito que a concentração de esforços dos Governo Federal, Estadual e Municipal poderão, sobremodo, desenvolver um planejamento melhor, para que os recursos orçamentários desta área possam ser rigorosamente executados.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero assegurar a minha certeza de que iremos conseguir vencer o crescimento da violência em nosso País. Mas precisamos do engajamento definitivos dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Que o Governo da Presidenta Dilma cumpra, de fato, o que prometeu à população, que foi às ruas, e ao povo brasileiro, pois afirmou que haveria uma atuação eficaz na segurança pública. Que deixe de lado os discursos cheios de verborragia, que só trava o crescimento do Brasil.

Esses números que nós trazemos aqui ao plenário na tarde de hoje deixam claro e inequívoco que essa não é a prática do que o Governo vem fazendo frente ao comando do Brasil. No Brasil, em qualquer pesquisa que se faça, a população reputa a segurança pública como o maior problema, que atinge o dia a dia do cidadão brasileiro.

Lamentavelmente, com alguns sucessos esporádicos em algumas cidades e em alguns Estados, assistimos em todo o País a um crescimento da violência. Hoje, na verdade, infelizmente, temos ainda outro grave problema, que seria assunto para outro pronunciamento. No meu entender, a nossa legislação penal beneficia muito mais o bandido do que o cidadão de bem, que trabalha e que paga os seus impostos.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado pela Casa. Muito obrigado.

Documento 33/472

079.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/04/2012-16:09
Publ.: DCD - 13/04/2012 - 11656		FELIPE BORNIER-PSD -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Sucesso de inovações na área de segurança pública implantadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Defesa de manutenção do pagamento de royalties de petróleo aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Riscos ambientais da atividade petrolífera comprovados com o vazamento de óleo na Bacia de Campos. Contentamento com a aprovação pela Casa de projeto de lei sobre a ampliação de provas para comprovação da embriaguez ao volante e a elevação da multa aplicada ao motorista infrator. Necessidade de acesso da população ao transporte público no horário noturno. Criação, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de subcomissão especial destinada ao acompanhamento da organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 2.952, de 2011, sobre a instituição do Programa de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar - PROSOLAR. Necessidade de regulamentação da produção de energias alternativas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Importância de realização da Jornada Mundial da Juventude em 2013, no Rio de Janeiro. Participação do Papa Bento XVI no evento. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro à educação. Importância da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Solidariedade às vítimas das enchentes ocorridas na região serrana fluminense. Lançamento pela Presidenta Dilma Rousseff da 2ª etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinada a Municípios com até 50 mil habitantes.

O SR. FELIPE BORNIER (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem pela TV Câmara neste momento, gostaria de destacar primeiramente o grande debate e principalmente a oportunidade do grande assunto que o Líder Lincoln Portela abordou nesta Casa a respeito da segurança pública no Brasil.

Eu acho de suma importância, certamente, que esta Casa, principalmente o Plenário da Câmara dos Deputados, faça, através de uma assembleia, o debate da segurança pública no País, que vem aumentando muito.

Aproveito o momento principalmente para trazer as boas iniciativas que estão sendo testadas em alguns Estados, a exemplo do nosso...

(O microfone é desligado.)

O SR. FELIPE BORNIER - Peço, por favor, que seja colocado o tempo de 25 minutos, para evitar que meu discurso seja cortado a todo momento. *(Pausa.)*

Dando continuidade ao nosso discurso, elogio a iniciativa do Líder do PR, o Deputado Lincoln Portela, pela grande e honrosa oportunidade de trazer a esta Casa o debate sobre a questão da segurança pública em nosso País.

O assunto é de fato relevante, principalmente no momento em que estamos trazendo para nosso País grandes eventos, talvez os maiores eventos mundiais - Copa do Mundo, Olimpíadas, Rio+20, Jogos Militares e Jornada Mundial da Juventude, que vai acontecer, em 2013, no Estado do Rio de Janeiro.

No momento em que transformarmos este plenário em uma Comissão Geral, debatendo com os representantes de todos os Estados do País, haverá a oportunidade de também trazermos boas ideias e sugestões, a exemplo do que está acontecendo hoje no Estado do Rio de Janeiro, o enfrentamento da violência nas comunidades carentes, como a Rocinha e o Complexo do Alemão, onde serão instaladas Unidades de Polícia Pacificadora. É um grande exemplo de política a ser seguido, uma política nova e difícil. O nosso Governador Sérgio Cabral, através de seu Secretário de Segurança Pública, tem dado um grande exemplo, uma grande contribuição de coragem para nosso País.

Preparei meu discurso, mas, anteriormente, ouvi um Deputado falar da importância de discutir a questão dos *royalties* e do veto, de se estabelecer um prazo para que de fato façamos esse debate. Aproveito esta oportunidade para lembrar que hoje, pela manhã, a Comissão de Meio Ambiente, da qual sou

membro, e a Comissão de Minas e Energia tiveram a oportunidade de debater, mais uma vez, o vazamento de óleo que aconteceu na Bacia de Campos, no Campo de Frade, localizado no Estado do Rio de Janeiro.

Acho que certamente este é o momento de fazermos uma grande reflexão, no momento em que somos minoria, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, nesse debate difícil, que não deveria estar nesta Casa. Criou-se um grande debate e uma briga interna de Federação.

Aproveito este momento para fazermos uma grande reflexão. Lá se encontravam representantes da Chevron, do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional de Petróleo, da Marinha. Realmente temos que olhar para o futuro, principalmente para a necessidade de criarmos um plano nacional de contingência para o País, lembrando que o Brasil hoje tem um grande futuro na área de petróleo. Precisamos, de fato, nos preparar para que, no futuro - tomara que isso não aconteça -, não haja, mais uma vez, esse impacto ambiental.

Muito se discute hoje sobre os *royalties* do petróleo. Todos os querem, mas na hora em que acontece um desastre, está lá o Rio de Janeiro com seu desastre ambiental e nenhum Estados está participando em termos de colaboração, de ajuda. Os *royalties*, ou seja, a compensação serve para isso.

Então, gostaria que houvesse, nesta Casa, um debate positivo. Essa situação é um grande exemplo. Os produtores de petróleo não podem ser prejudicados e precisam dessa compensação para tratar dos danos ambientais, dos prejuízos ocorridos na costa do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Aproveito para falar, mais uma vez, desta injustiça da questão dos *royalties*, que, certamente, é assunto para um grande debate, mas foi um grande erro por parte do Governo Federal ter trazido para esta Casa. O Governo precisa reduzir o percentual da receita dos Estados, destinando o pagamento da dívida com a União.

A bancada do Rio de Janeiro, de uma certa forma, não vai permitir, juntamente com a bancada do Estado Espírito Santo, que se quebre a nossa legislação, que se rasque a Constituição e, acima de tudo, mexam com os contratos que já foram licitados.

Então, queremos propor neste momento que realmente nos preparemos para o futuro. Não temos nenhum tipo de problema em debater a questão do pré-sal. Temos de discutir isso, e estamos dispostos, de certa forma, a encontrar uma nova forma de redistribuição. Mas sobre o que já foi licitado, não há razão para aceitarmos, até porque isso está na nossa Constituição e certamente é inconstitucional. Buscaremos o nosso direito no Supremo Tribunal Federal.

Em relação a esta semana, gostaria de dizer que foi uma semana de trabalho muito positiva, a exemplo do que aconteceu ontem aqui no plenário. A sessão terminou quase às 11h30min. Nós conseguimos aprovar projeto que confere maior rigor à Lei Seca, com mais fiscalização, aumentando a penalidade, dobrando o valor da multa, que hoje é 950 reais e vai atingir, nos próximos dias, 1.915 reais. Esse projeto foi para o Senado.

Quero dizer que nós precisamos realmente ter a consciência de que bebida e direção não é algo positivo para ninguém. Isso vem ocasionando uma série de vítimas nas estradas, vítimas fatais, principalmente de famílias que muitas das vezes nada têm a ver com esse problema de pessoas irresponsáveis que assumem a direção sob efeito dessas drogas, o que é uma coisa muito negativa. Eu, que sou jovem, faço questão de sempre passar para a juventude a importância de não dirigir após beber, ir de táxi, procurar um transporte alternativo.

Este é um momento positivo no sentido de debatermos a importância do transporte de massa também no horário noturno, e por 24 horas. Cito, como exemplos, o metrô e o ônibus. Existe hoje grande dificuldade.

Temos que fazer esse debate de uma forma muito séria, para que venhamos realmente minimizar as estatísticas, que continuam a nos assustar e a nos entristecer diante da fatalidade de perder muitas e muitas vidas diariamente devido a essas drogas.

Eu quero dizer que estou muito feliz de participar da Comissão de Meio Ambiente, em que tivemos a oportunidade de criar uma subcomissão especial para acompanhar a organização da Rio+20, que vai acontecer de 13 a 22 de junho, no Estado do Rio de Janeiro. Essa é a maior conferência da ONU, no mundo, sobre o desenvolvimento sustentável, sobre a nova economia verde, sobre a erradicação da pobreza.

Essa Comissão tem o papel muito importante de se debruçar sobre este grande debate hoje que é a economia verde, envolvendo todos os poderes, Governo Federal, Estados e Municípios, para quebrar e realmente modificar esse paradigma que temos em relação à produção e ao consumo.

Certamente a sociedade brasileira não pode deixar de participar desse grande debate, uma vez que vamos receber em nosso País diversos líderes mundiais. Acho que será a melhor oportunidade, depois da Eco-92, 20 anos depois, na Rio+20, de debater o assunto no nosso País, no Estado ao qual eu tenho orgulho de pertencer e de por ele ter sido eleito, que é o Rio de Janeiro.

Faço questão de acompanhar a pré-preparação desse grande evento que nos vai dar um enorme orgulho. Muitos não acreditam na força, no preparo e na potência desse evento no Estado do Rio de Janeiro, mas tenho certeza de que ele vai representar algo muito importante. Vamos deixar um grande legado pós Rio+20.

Precisamos trazer para o centro do debate a questão ambiental, que é de suma importância, visando um novo paradigma e novos tempos; buscando um planeta, um País cada vez mais sustentável; um País no qual possamos olhar para o futuro e termos orgulho das leis que estamos criando nesta Casa; um País que olhe acima de tudo para o futuro dos nossos filhos, e com consciência. Essa oportunidade surge agora com este grande debate.

Na minha cidade, nos próximos dias, será fechado o lixão de Gramacho, em Duque de Caxias, que existe há mais de 36 anos e se tornou um símbolo da degradação. Ele será fechado no próximo dia 23. É muito importante destacar-se isso. Isso vai acontecer meses antes da Rio+20, momento para o qual o Rio de Janeiro está-se preparando e mostrando que se preocupa com o desenvolvimento, principalmente daquelas pessoas que lá estão, os catadores de lixo. Há também a consciência da preparação daquelas pessoas que ali se encontravam para fazer sua reinserção no mercado de trabalho. Isso é muito importante, que não deixemos de olhar para eles, que tinham ali no lixão o seu meio de vida.

Aproveitando que estamos falando sobre desenvolvimento com consciência, desenvolvimento sustentável, não poderia deixar de falar sobre o Projeto de Lei nº 2.952, de 2011, de minha autoria, que trata da questão de energias renováveis no nosso País, da substituição de outras energias. Estamos criando cada vez mais impactos em nosso País, a exemplo da energia solar. O Brasil hoje tem uma das melhores condições para a geração desse tipo de energia e nós pouco olhamos para o futuro em relação a isso. Então, apresentei esse projeto nesta Casa de forma a diversificar a matriz energética do Brasil.

Eu não entendo o motivo pelo qual ainda não introduzimos essa prática da energia solar no nosso País. Então, acima de tudo, eu pressiono o Governo Federal e a ANEEL para que venhamos a regulamentar esse compromisso. O mês de março era o prazo limite para que isso acontecesse e até hoje não tivemos nenhum tipo de respaldo e de retorno em relação a isso.

Já tenho um projeto tramitando nesta Casa que trata do incentivo à produção de

energia limpa, de energia renovável, gerando, acima de tudo - é o nosso ponto de vista principal -, oportunidades no mercado de trabalho, oportunidades para novas gerações de emprego no nosso País.

A pergunta que aqui deixo é: por que isso ainda não foi regulamentado, dando oportunidade para as empresas que se programaram, para as empresas privadas se organizarem e se planejarem? Elas querem realmente investir no País e hoje o Brasil não está abrindo suas portas de forma rápida, como este momento globalizado necessita. Estamos próximos de um grande debate em relação à questão ambiental e estamos praticamente paralisados quanto a esta questão.

Mais uma vez, gostaria de chamar a atenção do Governo, através da ANEEL, que se comprometeu a liberar a regulamentação da geração de energia solar e até agora nada fez. Temos que ter rapidez. Não podemos ficar parados, esperando sei lá quem para nos ajudar. Acho que o nosso País tem que ter compromisso, acima de tudo.

É esse o exemplo que queremos dar hoje, porque realmente é uma coisa muito negativa. Vimos o debate do que aconteceu em relação a Belo Monte. Temos que identificar outros tipos de energias alternativas no nosso País. E essa é a oportunidade. Peço essa aceleração e que tenhamos um olhar em relação à sustentabilidade em nosso País.

Gostaria de falar aqui sobre outro evento que, mais uma vez, o nosso Estado do Rio de Janeiro terá a oportunidade de sediar, a Jornada Mundial da Juventude, que vai acontecer em 2013 e para a qual já estamos nos preparando. É um evento que vai contar com a presença do Papa e que consiste na reunião de milhões e milhões de jovens de todas as religiões, principalmente católicos. Vai acontecer a partir do dia 23 de julho de 2013. Há uma expectativa muito grande. Acho que é outro momento positivo.

O Rio de Janeiro vem demonstrando capacidade de organizar grandes eventos e se prepara em termos de segurança para receber grande número de pessoas.

Quero aproveitar esta oportunidade para somar esforços a essa organização, principalmente para divulgar a questão do voluntariado, que vai ser fundamental, sem dúvida, porque o Rio, que sempre demonstrou ser uma cidade muito acolhedora, mais uma vez terá a oportunidade de demonstrá-lo, mas é preciso, acima de tudo, que as pessoas se abram a todos aqueles que querem visitar os seus lares, dando oportunidade de debater coisas positivas a essa nossa juventude sadia, com valores positivos, responsável e acima tudo voltada para Deus e para o povo. Temos esperança em dias melhores. Nós, que somos jovens, temos em nossos corações sonhos, sentimentos, aspirações, e não podemos perder essa esperança. Será um momento muito positivo, quando vamos ter oportunidade de juntar milhões e milhões de jovens no Estado Rio de Janeiro em evento que contará com a presença do Papa. Esse é um outro momento que aqui temos oportunidade de destacar.

Também gostaria de aproveitar esta oportunidade para divulgar a existência de um *site*, já que estou falando da questão de ser voluntário, que é o www.rio2013.com/pt/voluntarios. É muito importante que as pessoas se cadastrem nesse *site*, manifestando a vontade de receber pessoas em suas residências.

Quero aproveitar a oportunidade, como estamos construindo, falando, debatendo questões deste País, para dizer que não existe um país se não investirmos em educação. Não se pode falar de juventude no país se não falarmos de educação. Temos que dar para a juventude brasileira a oportunidade de estar na escola, de estar na universidade, olhando nosso futuro de uma forma diferenciada.

Falando da importância da educação, quero falar que avançamos, e muito, em termos de oportunidade, a exemplo do FIES, que deu oportunidade para a

juventude entrar na universidade, mas 7% do PIB para investir em educação ainda considero ser muito pouco; 7,5%, talvez; mas o nosso sonho, o sonho da juventude brasileira é o de que se chegue a 10% do PIB, realmente chamando à responsabilidade o Ministério da Fazenda, o Ministro Guido Mantega, que é o homem que tem a chave do cofre para trazer para esta Casa ideias, no momento em que estamos debatendo um plano nacional de educação, e fazer uma grande transformação em nosso País.

Na semana passada, eu tive a oportunidade de ver aprovado, na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar nº 15, de 2011, de minha autoria, que visa envolver todos os elos do Governo - Federal, Estadual e Municipal -, criando uma lei de responsabilidade educacional no País, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esta semana houve uma grande audiência pública no Senado Federal em que foram dados exemplos de países que estão muito avançados, servindo de exemplo para o Brasil. É o caso da Finlândia. O meu projeto envolve todos os elos de Governo, e a Finlândia fez diferente, mas, do meu ponto de vista, é igual, porque envolveu um compromisso de todos os partidos políticos - sejam de esquerda, sejam de centro, sejam de direita - no sentido de que é preciso investir mais na educação para que se possa construir um país melhor.

Hoje o Brasil faz parte do BRICS e tem a oportunidade de ser uma grande potência nos próximos anos. Para isso tem que valorizar sua juventude, principalmente na área da educação. E não podemos falar em oportunidade para a educação se não focarmos os professores, que hoje continuam sendo muito sacrificados neste País. Nós precisamos respeitar esses profissionais. É impensável a forma como os professores estão sendo tratados.

Tenho um outro projeto que trata da isenção do Imposto de Renda incidente sobre o salário do professor. O objetivo é valorizar esse profissional e trazer a ele, no final do ano, um rendimento um pouco maior, um acréscimo ao seu salário.

Há exemplos de outros países. Citei aqui a Finlândia, que é um grande exemplo de educação no mundo. No Japão, o único profissional que não precisa curvar-se diante do imperador é o professor.

Por que a nossa Presidente da República, uma pessoa que vem realmente fazendo um trabalho muito sério, uma mulher em cujo potencial eu acredito muito, não faz um debate positivo, que traga mais respeito a esses profissionais de suma importância para a criação da juventude? A juventude será responsável pela construção do País, amanhã ela estará em nosso lugar na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, fazendo um Brasil cada vez melhor e cada vez mais justo.

Falando ainda de eventos de grandes proporções, eu não poderia deixar de falar das Olimpíadas de 2016. O Estado do Rio de Janeiro vem-se desenvolvendo, planejando e trabalhando de forma muito árdua e consciente na preparação dos jogos.

Quando falamos em grandes eventos, citamos também a Copa do Mundo, que vai acontecer em 2014. Teremos um grande legado em termos de aeroportos, de transporte e várias outras questões. Mas ainda há muito a desejar na organização, principalmente no que se refere à mobilidade e aos estádios, pois muitos estão atrasados.

Mas eu diria que hoje o Rio de Janeiro se encontra muito equilibrado no que concerne à organização das Olimpíadas de 2016. Tenho certeza de que essa, sim, vai deixar um grande legado. É isso o que buscamos nesta pré-organização, visando obras duradouras, que ficarão para sempre, e não obras somente para o evento. Isso principalmente em relação às obras de mobilidade urbana, um dos maiores problemas hoje nas grandes metrópoles. Estamos trabalhando no

Corredor BRT, que são corredores expressos para ônibus. Trabalhamos também na Transoeste. O Prefeito Eduardo Paes tem trabalhado de forma muito consciente e dedicada para ligar a Barra da Tijuca a Santa Cruz.

Eu acho que vai ser um grande momento, realmente. Hoje, 18% da população usa o sistema de transporte de alta capacidade e em 2015 esse índice certamente vai subir para mais de 60%. Então, eu acho que estamos acompanhando uma grande mudança. E o ponto fundamental desse debate que estamos trazendo aqui para a Casa é, além da preparação, o legado, o que vai ficar de fato para o País, para a nossa cidade. Em que vai mudar na vida das pessoas a realização desses grandes eventos?

Estou muito confiante e otimista com este momento que o País está vivendo, que talvez seja único. É um momento em que não podemos olhar para trás, e sim para frente. Precisamos somar esforços junto com todos os elos de Governo; não ter oposição e olhar para frente, acreditando que podemos, sim, através de muito trabalho, da realização de muitas audiências públicas, de muito debate, de muita organização e acima de tudo de planejamento, construir, desenvolver essa cidade, a exemplo de outras cidades que sediaram esses jogos e são cidades desenvolvidas.

Tenho muito orgulho de ser Deputado Federal da cidade do Rio de Janeiro, e sinto muita tristeza quando debatemos a questão dos *royalties* do petróleo. É uma coisa que eu acho que não se deveria debater aqui.

Outra coisa que eu não poderia deixar de fazer, terminando agora o discurso, é prestar solidariedade diante do que ocorreu mais uma vez, nos últimos dias, na região serrana, em Teresópolis. Lembro que todos os anos acontece a mesma coisa. Nós e os governantes temos que ter essa preocupação, ter essa responsabilidade com essas vidas que estamos perdendo. É preciso haver uma melhor organização em relação ao Governo Federal diante dos Governos Estaduais e Municipais. Não podemos mais aceitar isso. Aconteceu também no ano passado e vai acontecer no final do ano - tomara que não. Mas no norte e noroeste fluminense, todo ano é a mesma coisa: são vítimas, enchentes.

Por exemplo, no noroeste do nosso Estado, há os rios Pomba e Muriaé, que são rios federais, portanto, o Governo Federal tem também responsabilidade no sentido de olhar por aquela população. Neste momento fazemos aqui esta reivindicação quanto a essa responsabilidade.

Sr. Presidente, quero falar também de uma coisa positiva: hoje a Presidenta Dilma lançou a segunda etapa do Minha Casa, Minha Vida, um programa muito positivo, para Municípios que tenham até 50 mil habitantes. Eu acho que é uma coisa muito positiva, porque vamos dar oportunidade de moradia para essas pessoas que tanto precisam. É um projeto que não é para Municípios de grande porte, mas, sim, para aqueles que necessitam do seu lar, que é o bem mais precioso de que precisamos para acolher nossas famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 34/472

079.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/04/2012-14:45
Publ.: DCD - 13/04/2012 - 11637	JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agenda do Governador do Estado do Amapá Camilo Capiberibe por ocasião de sua visita a Brasília, Distrito Federal.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro a agenda do Governador Camilo Capiberibe nesta quarta-feira, em Brasília, junto com a bancada federal, fortalecendo a presença positiva do Amapá no cenário brasileiro. O Governador participou da instalação da Comissão Especial da PEC nº 111/11, que vai resgatar os direitos dos servidores dos ex-Territórios. Com o Ministro dos Esportes Aldo Rebelo, tratou da captação de recursos para os Jogos do Meio do Mundo, em junho, com as Guianas, e reivindicou que o Estado seja a sede dos Jogos Indígenas Nacionais de 2013 e centro de aclimação para uma seleção estrangeira na Copa do Mundo de 2014. Junto ao Ministro Padilha, da Saúde, buscou a liberação de recursos para os Hospitais Alberto Lima, Estadual de Santana, de Oiapoque e de Laranjal do Jari. Muito obrigada, Sr. Presidente. Peço a divulgação desta minha fala em *A Voz do Brasil*.

Documento 35/472

075.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	11/04/2012-16:50
Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11225		OTAVIO LEITE-PSDB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da implantação do visto eletrônico para o ingresso de turistas norte-americanos no País.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos acompanham a ida da Presidenta Dilma aos Estados Unidos. Um dos temas que, finalmente, o Governo veio a tratar com o governo americano foi a questão dos vistos para brasileiros que vão aos Estados Unidos e de americanos que vêm ao Brasil. Finalmente, essa questão foi abordada. Mas, vejam bem: quem tomou efetivamente uma iniciativa para atrair mais turistas para si foi o Presidente Obama, ao anunciar dois novos consulados no Brasil e, ao ter anunciado, anteriormente, um número maior de servidores americanos nas repartições no nosso País. Com isso, 1 milhão e 200 mil brasileiros já foram aos Estados Unidos, ao passo que tão somente 600 mil americanos vieram ao Brasil. O déficit nessa conta de pagamento, nessa balança, é terrível contra o Brasil. O Governo precisa tomar alguma iniciativa. Nós aprovamos, na Lei Geral da Copa, o visto eletrônico. Na verdade, com o visto eletrônico, os americanos que queiram vir ao Brasil poderão fazê-lo de maneira muito mais inteligente, racional, rápida. Com isso, a demanda para vir ao Brasil vai se ampliar, o que trará grandes divisas para o nosso País. Não tenho dúvidas de que, uma vez o Senado aprovando na Lei Geral da Copa a possibilidade do visto eletrônico, estaremos, aí sim, oferecendo concretamente

uma medida que vai atrair mais turistas americanos para o Brasil, porque essa via, de mão e contramão, está sendo muito mais favorável ao governo americano, à economia americana, porque os brasileiros, quando lá vão, gastam e deixam muitas divisas para eles. Nós temos que trazer também mais divisas para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 36/472

075.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

11/04/2012-15:32

Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11212

MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Excelência da gestão da Presidenta Dilma Rousseff na área econômica.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o meu pronunciamento apenas menciona a atuação da Presidente Dilma Rousseff na área econômica, com a constatação de que, no primeiro trimestre deste ano, a inflação baixou para 1,22%.

É o discurso que peço a V.Exa. que acolha como lido neste instante da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - De acordo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é indispensável dizer que a Presidente Dilma Rousseff passou a incursionar, com redobrado empenho, na área da economia, adotando medidas de largo alcance, em condições de reabilitar, ao final do exercício, o patamar do nosso Produto Interno Bruto, impulsionando para algo próximo ou até superior a 4%.

Com uma inflação em baixa no primeiro trimestre, situada em apenas 1,22%, ao lado da redução das taxas de juros no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, a Primeira Mandatária espera incrementar, com êxito, políticas públicas relevantes, como o Brasil Melhor, o que lhe garantirá o permanente apoio da opinião pública, já espelhado nos recentes 77% de aceitação entre os nossos compatriotas.

Se o Governo alcançou 56%, é previsível que haja um esforço de ascendê-lo a número mais impactante, superando a atuação proficiente de seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva, privilegiado, nos dois últimos anos de sua missão, com inquestionável apoio, que lhe assegurou enorme projeção, até no campo internacional.

Diante de tudo isso, ela chegou aos Estados Unidos em meio a uma auréola de maior credibilidade, o que lhe permitirá um diálogo mais franco com o Presidente Barack Obama, também em alta junto aos americanos, pela flagrante redução dos níveis de desemprego, até bem pouco tempo inquietadores, para quem pleiteia, ainda este ano, a reeleição, no confronto com os republicanos, numa

disputa acirrada, acompanhada pelas correntes de opinião de todo o mundo.

Com um Legislativo articulado para novas deliberações importantes, reprisando o êxito do FUNPRESP e da Lei Geral da Copa, a Primeira Mandatária desponta numa moldura de maior prestígio, o que tornará mais fácil o diálogo com as grandes potências.

E todos nós nos regozijaremos por esse período alvissareiro, com uma gestão refletindo o ânimo empreendedor de quem vem comprovando o seu desejo de corresponder ao apoio do povo que a elegeu.

Documento 37/472

075.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	11/04/2012-14:38
Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11197		CHICO LOPES-PCDOB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 286º aniversário de fundação de Fortaleza, Estado do Ceará. Expectativa quanto à realização de jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 na Capital do Estado.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar os 286 anos de Fortaleza, que está diante de grandes desafios. Daqui a 2 anos, durante 1 mês, será uma das 12 cidades que atrairão a atenção do mundo, pelo menos dos que gostam de futebol. O que pode parecer apenas uma competição esportiva é na verdade uma oportunidade para que a cidade e sua população conquistem grande melhorias, sejam beneficiadas por melhorias no transporte, na saúde, na geração de emprego e distribuição de renda, nos serviços e na infraestrutura. O que servirá aos visitantes, torcedores de seleções estrangeiras, deverá ficar como legado permanente para a população fortalezense.

A cidade, portanto, precisa entrar em sintonia com o impulso que vivem o Ceará e o Brasil. Daqui a pouco mais de uma década, Fortaleza completará 300 anos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço-lhes licença para falar um pouco sobre aquela que me adotou quando eu era ainda muito jovem, praticamente um recém-nascido, vindo com Dona Chiquinha, minha mãe, de Teresina, no Piauí, onde nasci por certo acaso.

Na época em que fui adotado, minha adotante tinha pouco mais de 200 anos. Sem dúvida uma idade bastante avançada para uma mulher, mas, em se tratando de uma cidade, pode-se dizer que era quase uma recém-nascida como aquela criança adotada.

A Fortaleza que me adotou no final dos anos 30 já era a capital cearense desde antes de se tornar cidade, mas era ainda muito pequena. A cidade tinha cerca de sete por cento da sua população atual, sua área ocupada ia pouco além do que hoje é o centro, e seus meios de subsistência ainda eram muito precários, sustentava-se basicamente do comércio e de uma indústria muito incipiente, baseada no beneficiamento de produtos agrícolas.

Talvez por conta de tanta fragilidade, Fortaleza, mesmo tendo me adotado, preferiu me deixar sob a guarda de Dona Chiquinha, uma lavadeira de roupas que não dava sossego ao seu trabalho, mas tinha um zelo grande por seu filho, exercendo com certo rigor suas prerrogativas maternas. E assim, vivendo aos cuidados de duas mães, pude ver a cidade se desenvolver, ganhar milhões de novos moradores, entre nativos e adotados, grande parte fugida da seca, como os que praticamente duplicaram a população na década de 1950.

Comecei a trabalhar ainda garoto, circulando pelas ruas de Fortaleza, conhecendo de perto o cotidiano de seu povo, com quem me acostumei a conversar, entender bem seus sentimentos, compartilhar suas agruras, assim como suas alegrias e prazeres. Creio que foi por isso que fui um dos seus eleitos, há quase 30 anos, quando ocupei pela primeira vez a tribuna da Câmara de Vereadores para falar da vida de nossa gente, da cidade que me adotou, mas também para clamar por democracia, por liberdade, por justiça e bem-estar para os brasileiros que viviam sob uma ditadura.

Passados tantos anos, tantas décadas, a cidade se agigantou, tornou-se uma metrópole de 2 milhões e meio de moradores, a quinta maior cidade brasileira, espalhada por cerca de 300 quilômetros quadrados, margeando 34 quilômetros de praia. Em torno da capital, somam-se outras 14 cidades para compor sua Região Metropolitana e abrigar quase a metade da população cearense e movimentar mais de dois terços da economia do Estado.

Ao completar 286 anos, Fortaleza está diante de grandes desafios. Daqui a 2 anos, durante 1 mês, será uma das 12 cidades que atrairão a atenção do mundo, pelo menos dos que gostam de futebol. O que pode parecer apenas uma competição esportiva é na verdade uma oportunidade para que a cidade e sua população conquistem grandes melhorias, sejam beneficiadas por melhorias no transporte, na saúde, na geração de emprego e distribuição de renda, nos serviços e na infraestrutura. O que servirá aos visitantes, torcedores de seleções estrangeiras, deverá ficar como legado permanente para a população fortalezense.

A cidade, portanto, precisa entrar em sintonia com o impulso que vivem o Ceará e o Brasil. Daqui a pouco mais de uma década, Fortaleza completará 300 anos, e é pensando também em que cidade teremos lá, nas necessidades de sua população, que devemos refletir e decidir o que fazer no presente. Os problemas atuais da capital do Ceará refletem, em sua maioria, a falta de planejamento, o abandono de um olhar estratégico, capaz de antecipar soluções. Fortaleza precisa de governantes capazes de ter essa visão, de unir amplos segmentos interessados em desenvolver a cidade, em gerar benefícios aos seus filhos, nativos ou adotivos, em permitir que os avanços se antecipem à chegada das gerações futuras.

Gostaria, assim, Sras. e Srs. Parlamentares, representantes deste magnífico povo brasileiro, de cumprimentar aquela que me acolheu como seu filho, de lhe agradecer por tudo que ela me permitiu fazer e sonhar. Mas quero também que ela me permita lhe ajudar, e até aconselhar, a encontrar o melhor caminho a seguir num futuro breve.

Parabéns, Fortaleza! Muito obrigado.

Sumário

Realização, pela Comissão de Turismo e Desporto, de reunião destinada ao debate da organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, com a presença do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, José Maria Marin e comitiva.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um rápido comunicado.

Acabamos de encerrar a reunião da Comissão de Turismo e Desporto, que contou com a presença do Presidente da CBF, José Maria Marin, e de sua comitiva, numa atividade ampla ao longo de praticamente 4 horas, em que debatemos a organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e estabelecemos os pontos prioritários.

Debatemos a estruturação dos clubes de futebol, a reestruturação dos clubes profissionais e os meios de, aproveitando a oportunidade da Copa, estabelecer um legado efetivo na área social e também na formação dos atletas, como consta do art. 30 da Lei Geral da Copa, em que propomos a construção de Centros de Treinamento, para atuar na formação dos atletas, um tema muito importante.

Naturalmente, debatemos também a preocupação com a estruturação do futebol. De início, tratamos da estruturação do futebol feminino no Brasil, uma competição importante que, no que se refere a sua promoção, deve receber o apoio de organizações.

Faço esse comunicado, junto, com o Presidente José Rocha, na condição de Primeiro Vice-Presidente da Comissão, e peço que seja esta intervenção divulgada pelos meios de comunicações da Casa e, principalmente, no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Presidente Marco Maia.

Documento 39/472

075.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

11/04/2012-17:40

Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11242

ARTHUR OLIVEIRA MAIA-PMDB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PARECER
DISCURSO

Sumário

Parecer, pela Comissão Mista, à Medida Provisória 551 de 2011 (Altera dispositivos das Leis 7.920 de 1989, 9.825 de 1999, 8.399 de 1992, 6.009 de 1973, 5.862 de 1972, 12.462 de 2011 e dá outras providências).

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

"Parecer apresentado em plenário pelo Relator designado para manifestar-se pela Comissão Mista incumbida da apreciação da matéria.

Medida Provisória nº 551, de 2011.

'Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências'.

Autor: Poder Executivo.

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 62 da Constituição da República, a Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 551, de 23 de novembro de 2011, que *'Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências'.*

Das alterações à Lei nº 7.920, de 1989

Trata-se da lei que criou o Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO.

A medida provisória altera-lhe o art. 1º, reduzindo o valor do citado adicional de 50% para 35,9% do valor das tarifas aeroportuárias sobre as quais incide. No mesmo artigo, exclui a rede de telecomunicações e auxílio à navegação aérea do rol de instalações para as quais é possível destinar recursos oriundos da arrecadação do ATAERO. Ainda, acrescenta que o ATAERO não incide sobre a tarifa de conexão, criada por força da própria MP 551/11. Por fim, assenta que os recursos do ATAERO constituirão receita do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.

Das alterações à Lei nº 8.399, de 1992

Trata-se da lei que especifica a destinação dos recursos advindos da arrecadação do ATAERO.

A MP altera-lhe o art. 1º, reduzindo de 80% para 74,76% a parcela do produto da arrecadação do ATAERO a ser empregada diretamente pelo Governo Federal"...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Arthur, gostaria de fazer uma consulta ao Plenário. Como o relatório de V.Exa. é muito extenso, pergunto ao Plenário se podemos sugerir ao Deputado Arthur Lira..., perdão, Arthur Maia - Arthur Lira é o nosso Líder do...

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA - É sempre uma honra ser confundido com o Deputado Arthur Lira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É que nesta Casa há muito Arthur, muito Lira e muito Maia. Então, é uma confusão.

Enfim, consulto sobre se é possível que S.Exa. faça uma leitura mais concisa de seu relatório. Pode ser?

O SR. O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o problema é que o Deputado Arthur Maia fez alterações no seu parecer, e nós gostaríamos de saber exatamente quais são elas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - S.Exa. vai fazer a leitura das alterações.

Então, Deputado Maia, V.Exa. pode encurtar e fazer apenas a leitura pormenorizada das alterações produzidas no relatório que V.Exa. apresentou por escrito aos Líderes.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, estou solicitando a relação das emendas, para que eu possa fazer uma leitura realmente mais objetiva.

Pretendia eu ler todo o relatório, mas eu concordo com V.Exa. em que fica mais produtivo, na linha do que também sugeriu o Deputado Pauderney, se fizermos referência apenas ao que foi modificado. Assim, eu pediria apenas uma breve tolerância, para que eu pegue a relação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Marco Maia, se V.Exa. me permite dialogar com o Relator, quero dizer que temos emendas que suprimem o custo adicional do pagamento para que o passageiro que está fazendo conexão em determinado aeroporto não seja tarifado.

É óbvio que, da forma como está no parecer de V.Exa., pelo menos no que nós recebemos, será gerado um custo adicional para a passagem, e quem vai pagar é o usuário. Esse é um dos aspectos que gostaríamos que V.Exa. levasse em consideração.

Outro aspecto: nós também estamos ampliando o ATAERO, em vez do percentual de 25% para os Estados, 30%, e, para a União, 70%.

Esses são dois pontos fundamentais para darmos sequência a esta votação.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Perfeitamente, Deputado.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Relator, Sr. Presidente, quero aproveitar essa oportunidade, no prenúncio do trabalho do eminente Relator, Deputado Arthur Maia e fazer...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Otavio Leite, vamos deixar o Deputado fazer a leitura de seu relatório; depois, V.Exa. poderá fazer sua pergunta.

Está pronto para ler, Deputado?

O SR. OTAVIO LEITE - Se é assim, por que o Deputado Pauderney Avelino fez uma ponderação? Eu queria adicionar, um segundo...

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não.

O SR. OTAVIO LEITE - Em relação à Emenda nº 9. Já votamos a criação de uma Secretaria de Aviação Civil, que, por sua vez, para funcionar e para levar adiante os programas de ampliação dos aeródromos brasileiros, necessita de um fundo sólido, o Fundo Nacional de Aviação Civil. V.Exa. deferiu a emenda, mas, *a posteriori*, não a acolheu. Não sei se houve um lapso, porque a emenda diz o seguinte... Na verdade, esse fundo só faz sentido se as verbas ali postas durante o exercício migrarem, uma vez não utilizadas, para o exercício seguinte. Do contrário, vai tudo para a vala comum do Tesouro, e nós vamos ficar, não a ver navios...

(O microfone é desligado.)

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA - É a Emenda nº 9 a que V.Exa. se refere.

Sr. Presidente, vou fazer a leitura referente às emendas e, em seguida, do meu voto.

A Emenda de nº 1, apresentada pelo nobre Deputado Ricardo Izar, "altera a redação do art. 1º da MP para salientar que todos os recursos do adicional tarifário, inclusive aqueles gerados nos aeroportos concedidos, constituirão receitas do Fundo Nacional de Aviação Civil".

Nós acatamos essa Emenda.

A Emenda de nº 2, do Deputado Rubens Bueno, "modifica o art. 5º da MP para acrescentar parágrafo único ao inciso IV do art. 3º da Lei nº 6.009, de 26 de setembro de 1973, com o objetivo de estabelecer que os recursos arrecadados com a cobrança da tarifa de conexão sejam aplicados na manutenção, recuperação, construção, melhoramento, instalação de equipamentos e de tecnologia, elaboração de estudos e projetos técnicos e de engenharia nas áreas destinadas aos passageiros em conexão".

Também foi deferida por nós essa emenda.

A Emenda de nº 3, proposta pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, "modifica o art. 5º da MP para acrescentar parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 6.009, de 26 de setembro de 1973, estabelecendo que os voos originados e destinados a aeroportos instalados em território nacional estão isentos da tarifa

de conexão".

Essa Emenda também foi deferida - e acho que isso atende o Deputado Pauderney Avelino.

A Emenda nº 4, do Deputado Sandro Mabel, "pretende acrescentar o art. 5º ao texto da MP, alterando a Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, para determinar que os hangares existentes nos aeroportos não possam ser licitados sem que as áreas disponíveis para a construção de novos hangares sejam licitadas".

Essa emenda foi indeferida, mas o foi, Sr. Presidente, sem entrar no mérito, porque a Mesa Diretora da Câmara indeferiu várias emendas com fundamento no art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002. Foram indeferidas, com fundamento nessa resolução, as Emendas de nºs 4, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30.

Portanto, a Emenda nº 4, do Deputado Sandro Mabel, foi indeferida com fundamento nessa Resolução nº 1.

"As Emendas nºs 6 e 7, de autoria do ilustre Senador Blairo Maggi e do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, respectivamente, modificam o art. 2º da MP, que trata da Lei nº 8.339, de 7 de janeiro de 1992, para definir que os recursos da ATAERO serão distribuídos da seguinte forma: 70% para o sistema aeroviário de interesse federal e 30% aos aeroportos de interesse estadual". Foram deferidas.

"A Emenda nº 8, do Deputado Arthur Lira, também modifica o art. 2º da MP que trata da Lei nº 8.339, de 7 de janeiro de 1992, para definir que 50% dos recursos do ATAERO serão destinados para o sistema aeroviário de interesse federal"...

Estamos aqui falando das emendas - apenas para ressaltar - que foram admitidas pela Presidência da Casa. E vamos entrar no mérito de cada uma delas mais adiante.

As emendas do Senador Blairo Maggi, de nºs 6 e 7, propõem a distribuição de 70% para o sistema aeroviário de interesse federal e 30% para aplicação de interesses regionais.

A Emenda de nº 8, do Deputado Arthur Lira, também modifica o art. 2º, para definir que 50% dos recursos do ATAERO serão destinados ao sistema aeroviário de interesse federal e 50% serão aplicados em aeroportos de interesse regional.

"A Emenda de nº 9, do Deputado Otávio Leite, altera o art. 2º da Medida Provisória para determinar que as receitas arrecadadas com o ATAERO não poderão ser retidas no Tesouro Nacional para constituição de superávit primário, devendo ser integralmente transferidas para o Fundo Nacional de Aviação Civil.

A Emenda nº 10, cujo autor é o Deputado Rubens Bueno, modifica o art. 3º da medida provisória, que altera a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para determinar que os recursos do FNAC, referentes ao adicional sobre a tarifa de embarque internacional, sejam aplicados na manutenção, recuperação, construção, melhoramento, instalação de equipamentos e de tecnologia, elaboração de estudos e projetos técnicos e de engenharia que dizem respeito a melhorias nos terminais aeroportuários, pistas de pouso, pátios de manobra e estacionamento, vias de acesso e estacionamento de veículos, bem como em equipamentos de segurança e proteção da aviação nacional. Foi deferida também.

A Emenda nº 11, do Deputado Guilherme Campos, modifica o art. 4º da Medida Provisória, que altera a Lei nº 12.462, para determinar que os recursos do FNAC sejam aplicados exclusivamente no desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil". Ela também foi deferida.

A Emenda de nº 12, do Deputado Otavio Leite, exclui a tarifa de conexão. Ela também foi deferida.

A Emenda nº 13, da Deputada Perpétua Almeida, isenta aeronaves que operam em aviação regional do pagamento da tarifa de conexão. Também foi deferida.

A Emenda nº 14, também da Deputada Perpétua Almeida, modifica o art. 5º, isentando as aeronaves que operam em aviação regional do pagamento de tarifa do uso das comunicações. Também foi deferida.

"A Emenda nº 15, do nobre Deputado Guilherme Campos, modifica o art. 8º da MP, para definir que os serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea poderão, a critério do comando da aeronáutica e após a aprovação do Ministério da Defesa, ser prestados por outros órgãos e entidades públicos e privados". Também foi deferida.

A Emenda nº 16, do Deputado Guilherme Campos, modifica a MP, para determinar que o produto da arrecadação das tarifas previstas no art. 8º constituirá, em sua totalidade, receita do fundo aeronáutico. Também foi deferida.

As emendas, Sr. Presidente, a seguir, de nºs 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, todas elas foram indeferidas, como já dito aqui anteriormente, com fundamento no art. 1º da Resolução nº 1 de 2002 desta Casa. De sorte que é desnecessária a leitura destas emendas.

Passamos agora para a premissa da admissibilidade dos requisitos de urgência e relevância.

"Acolhemos os termos da exposição de motivos que acompanha a Medida Provisória. De fato, o crescimento da economia brasileira e o aumento da renda resultaram no incremento das viagens de negócios e de turismo, trazendo para a aviação civil brasileira milhares de novos usuários. Esse crescimento, aliado ao déficit histórico de investimentos, resultaram em uma visível saturação do sistema aeroportuário brasileiro. Com efeito, o requisito constitucional da relevância é atendido pelo fato de a medida provisória trazer alterações importantes no mecanismo de financiamento de um setor com significativo impacto econômico e social.

A matéria também é urgente, uma vez que a crítica situação dos aeroportos tende a se agravar com o esperado acréscimo de passageiros em decorrência da realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016. Por esse motivo, algumas ações precisavam ser adotadas, entre elas a mudança nos mecanismos de arrecadação e distribuição dos recursos para os setores aeroportuário e aeronáutico e a alteração da lei de criação da INFRAERO, para que se pudesse levar a termo a concessão da administração de alguns aeroportos à iniciativa privada, efetivada no dia 6 de fevereiro deste ano.

Consideramos, por esses motivos, que a medida provisória satisfaz os pressupostos de relevância e urgência exigidos para sua edição, tendo sido também observados os requisitos formais para o seu envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 do Congresso Nacional.

Dos demais requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

A Medida Provisória nº 551/11 trata de matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Carta Magna, e não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do art. 62 da Constituição. Inexistem também objeções a levantar quanto aos requisitos de juridicidade e de técnica legislativa.

Da adequação orçamentária e financeira.

O exame de adequação orçamentária e financeira da MP nº 551/11a orienta-se subsidiariamente pela Nota Técnica nº 18, de 2011, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, que atende ao disposto no art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Da análise da medida provisória, verifica-se que houve preocupação com a adequação e compatibilidade financeira e orçamentária, tendo sido apurados os montantes da renúncia fiscal, bem como apresentadas as formas de compensação. Portanto, a medida provisória em questão atende aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.

Diante disso, não vislumbramos entraves em relação à adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 551, de 2011, considerando atendidas as exigências legais pertinentes.

Do mérito

A Medida Provisória 551, de 2011, veio para alterar a sistemática de distribuição de recursos arrecadados com tarifas aeroportuárias e tarifas aeronáuticas. Grande ênfase foi dada ao financiamento do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, gerido pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. De fato, as receitas provenientes da arrecadação do Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO, do recolhimento da parcela correspondente ao aumento da Tarifa de Embarque Internacional concedido pela Portaria 861, de 1997, e do pagamento por concessões aeroportuárias constituem, agora, recurso à disposição do FNAC. Tal aporte é, sem dúvida, necessário, em face dos largos desafios que a Secretaria de Aviação Civil - SAC, criada há pouco tempo, tem de enfrentar no cumprimento das políticas de Estado relativas à aviação civil e à infraestrutura aeroportuária.

Importa notar que a absorção dos recursos do ATAERO - que teve seu percentual reduzido de 50% para 35,9% - pela SAC não compromete a estabilidade financeira das administrações aeroportuárias e do Comando da Aeronáutica, uma vez que se determinou a correção das tarifas aeroportuárias. Vale ressaltar ainda, como aspecto positivo em relação à assunção de recursos pela SAC, que parte da receita obtida com a cobrança de tarifa de embarque internacional, hoje direcionada para o Tesouro Nacional, passará a financiar atividades e ações no próprio sistema de transporte aéreo, o que restitui, nesse caso, a lógica da cobrança de natureza tarifária.

Outra determinação prevista na medida provisória que merece elogio, por sua racionalidade, é a criação da tarifa de conexão, única forma capaz de financiar as atividades de aeroportos que se deparam com grande movimento de passageiros em conexão, fruto do modelo de exploração de serviços de transporte aéreo *hub and spoke*, adotado pelas empresas de aviação comercial. Essa nova remuneração, diga-se, é de especial importância no caso dos aeroportos concedidos, e dos que ainda se pretende conceder, à iniciativa privada, de vez que são custosas as intervenções que se reclamam dos concessionários.

Vale também destacar a modificação produzida na lei de criação da Infraero, para permitir a formação de subsidiárias e a sua participação em outras sociedades públicas ou privadas, visando ao processo de desestatização da administração aeroportuária. Embora se considere que a INFRAERO já estava autorizada a constituir subsidiárias, nos termos do § 1º do art. 1º da Lei nº 5.862, de 1972, em combinação com o art. 36 do Código Brasileiro de Aeronáutica, o texto da medida provisória deixa claro que tanto a empresa como subsidiárias eventualmente criadas por ela poderão tomar parte, minoritária ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas, medida essencial

para o modelo de concessão de aeroportos proposto pelo Governo federal, o qual contempla a participação da INFRAERO nas sociedades de propósito específico que administrarão os aeroportos de Brasília, Campinas (Viracopos) e Guarulhos.

Essas eram as observações que se tinha a fazer com relação ao texto da medida provisória originalmente encaminhado pelo Poder Executivo. No entanto, cabem, ainda, considerações acerca de dispositivos que se pretende acrescentar ao texto em discussão.

O primeiro deles é o que permite a aplicação de recursos do FNAC em ações que contribuam para o desenvolvimento de aeroportos concedidos à iniciativa privada, desde que, evidentemente, tais ações já não façam parte do rol de investimentos e obrigações assumidos pela entidade responsável pela exploração aeroportuária. Por meio dessa medida, está-se permitindo que o Poder Público federal, independentemente da participação da INFRAERO nas sociedades de propósito específico, atue para compatibilizar a infraestrutura aeroportuária concedida com as demandas ainda não percebidas ou que se revelem de difícil previsão.

O segundo é o que autoriza desapropriações de imóveis lindeiros aos sítios aeroportuários, com o fito de desenvolver as atividades próprias do aeroporto ou de atividades conexas a ele. Deixa-se claro que tanto o poder público federal quanto o concessionário de aeroporto têm competência para promover a desapropriação, a qual pode vir a ser indispensável para a ampliação da capacidade operacional ou para a ampliação de atividades que permitam, por exemplo, a constituição dos chamados aeroportos-indústria, tipo de complexo logístico cada vez mais importante para o fortalecimento e a diversificação de economias regionais.

O terceiro é o que deixa patente a possibilidade do uso de recursos do FNAC na promoção de ações que visem à redução do tempo de viagem do passageiro do transporte aéreo. Muito embora quase todo o investimento em infraestrutura aeroportuária tenha repercussão na eficiência com que são prestados os serviços e, em última instância, no tempo total de viagem, é conveniente registrar que investimentos específicos, não exatamente classificados daquela forma, também podem ser feitos mediante o apoio do FNAC. Esse dispositivo dá uma perfeita dimensão da relevância que têm ações cujo foco seja a redução de procedimentos burocráticos ou a modernização de processos relacionados à movimentação de passageiros.

O quarto, e último, é o que inclui o querosene de aviação - QAV - na relação de cargas isentas do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM. Considerando-se que os percentuais que se aplicam sobre o frete das cargas sujeitas ao AFRMM são significativos - 25% na navegação de longo curso; 10% na cabotagem; e 40% na navegação fluvial e lacustre, no transporte de grãos líquidos nas regiões Norte e Nordeste -, a isenção proposta é capaz de efetivamente reduzir o preço do querosene de aviação cobrado das empresas de transporte aéreo, em especial nas praças mais longínquas de portos importadores e de refinarias. Tendo em conta que o combustível é parte expressiva dos custos diretos operacionais de uma empresa de aviação, 20% a 40%, e que o mercado de transporte aéreo apresenta concorrência, é de se presumir que a medida contribua para a redução de tarifas aéreas para os usuários, com destaque para aqueles que se valem da chamada aviação regional, mais afetada pelo alto custo do querosene de aviação - QAV.

Quanto ao mérito da matéria, era o que se queria dizer. (...)

Conclusão.

Em face de todo o exposto, voto pela admissibilidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 551, de 2011. Voto, ainda, pela

adequação financeira e orçamentária da iniciativa. Voto, por fim, pela aprovação, no mérito, da referida proposição, na forma do projeto de lei de conversão anexo. Com relação às emendas, voto pela aprovação das Emendas nºs 1, 11 e 16; voto, ainda, pela rejeição, no mérito, das Emendas nº 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15.

É o voto.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2012.

Deputado Arthur Oliveira Maia, Relator".

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA)

Documento 40/472

075.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	11/04/2012-17:40
Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11261		RUBENS BUENO-PPS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória 551 de 2011 (Altera dispositivos das Leis 7.920 de 1989, 9.825 de 1999, 8.399 de 1992, 6.009 de 1973, 5.862 de 1972, 12.462 de 2011 e dá outras providências). Críticas à incoerência do PT com relação às privatizações.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 551 traz no seu bojo aquilo que poderíamos falar do Governo petista: ausência de honestidade intelectual.

Aqui sempre se combateram privatizações, sempre se combateram concessões, ou qualquer nome que se queira dar a esse processo. O fato que chama a atenção é que caiu a máscara do Governo petista. As privatizações estão acontecendo, como aconteceram e vão continuar acontecendo. No poder, não há aquele discurso incendiário, radical, em busca do voto pelo voto; no poder, o exercício tem que se dar em busca da modernização e dos avanços. Foi o que aconteceu ao longo do tempo. Quando era para organizar a economia, buscar fundamentos da macroeconomia para o País crescer e se desenvolver, o PT foi radicalmente contra, porque não queria o País modernizado e crescendo. Chega ao poder e não só obtém os frutos daquilo que era contra, como também faz agora um processo de privatizações. Quanto aos aeroportos, não é diferente.

O que chama a atenção nesta medida - nós do PPS vamos votar a favor dela, pela honestidade intelectual do processo que vivemos ao longo do tempo -, é bom destacar, é que aqui está embutido aquilo que chamamos de "botar o jabuti na árvore". Nesta medida há essa situação. Trata-se da cobrança, em aeroportos públicos, de um adicional, que vai para as empresas que assumiram a privatização. Vejam a que ponto chegaram!

A privatização não é só para modernizar os aeroportos brasileiros, que estão caindo aos pedaços. A situação dos aeroportos do Brasil é algo que chama a atenção de qualquer pessoa que, objetivando rapidez, conforto, usa o avião como meio de transporte. Ela está pagando um valor e quer, precisa receber em

troca bom serviço. E isso não está acontecendo, porque é um Governo incompetente, despreparado, que não tem planejamento, e suas obras não tem começo, meio e fim. Estão lá para provar isso as obras de transposição de águas do São Francisco. Tanto isso é verdade que previram uns 4 bilhões para as obras, e hoje estão em mais de 8 bilhões. E estão paralisadas.

Então, precisamos discutir aquilo que deve ser levado, evidentemente, ao bom debate, que é a honestidade intelectual daqueles que defendem a modernização e os avanços de que o País precisa, dada a situação de penúria, de descaso e de descalabro nos aeroportos brasileiros. Basta ver o de São Luís. É um puxadinho. O de Brasília não é diferente. O Aeroporto de Viracopos, com todo o movimento, está na mesma situação.

O Brasil não merece este Governo que temos. Não há projetos que efetivamente contribuam para o avanço. Levaram mais de 4 anos para tirar do papel as obras da Copa do Mundo. Em prazo equivalente a esse, Juscelino Kubitschek construiu Brasília. E eles não conseguem construir nada a não ser o discurso fácil que faz promoção por meio de *marketing*, à custa de bilhões de reais do imposto sagrado e suado do povo brasileiro.

Por isso, Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar favoravelmente à matéria, com destaque do PPS para eliminar a cobrança de dinheiro em aeroportos públicos para atender as empresas que receberam recursos em decorrência da privatização promovida pelo Governo do PT.

Documento 41/472

075.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	11/04/2012-17:40
Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11264		VICENTINHO-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória 551 de 2011 (Altera dispositivos das Leis 7.920 de 1989, 9.825 de 1999, 8.399 de 1992, 6.009 de 1973, 5.862 de 1972, 12.462 de 2011 e dá outras providências). Críticas ao comportamento dos partidos de Oposição.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero parabenizar o nobre Relator, Deputado Arthur Maia, por ter feito um diálogo construtivo - apesar de termos dois destaques a apresentar -, por ter ouvido a comunidade e ter elaborado esse importante relatório.

Parabéns, querido Deputado Arthur Maia. Sei que V.Exa., na condição de Relator do projeto que discutirá a terceirização em nosso País, não vai permitir que os trabalhadores tenham os seus direitos precarizados. Acredito muito em V.Exa.

Em segundo lugar, Sra. Presidenta, medida provisória está dentro do escopo da lei, do escopo do Regimento e da Constituição brasileira. Não se está fazendo nada errado neste Parlamento. Muito pelo contrário. É um Governo que tem iniciativa. Agora, culpa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fez com que o povo tivesse melhores condições de vida, ocupasse mais os aeroportos. Estamos aqui discutindo como melhorar os aeroportos brasileiros porque o povo

os está utilizando. Até um tempo atrás, era a elite que andava de avião; agora, é nossa classe média; agora, é o povo trabalhador. Tanto é assim que as empresas até fazem promoções. Há dias em que a passagem custa 100 reais. O que se está propondo aqui deveria ser apoiado, por unanimidade, no caso da Medida Provisória nº 551, que é redução de impostos, redução do ATAERO, para garantir que as empresas invistam no melhor atendimento da rede aeroportuária do nosso País.

Ora, não estavam reclamando até um dia desses que a Copa não ia dar certo? Se a Copa não vai dar certo, vamos ajudar os aeroportos a funcionarem, para que atendam bem o povo. Vamos garantir a melhor infraestrutura, dignidade para os passageiros. Há muita contradição nesta Casa.

Não se pode ser Oposição apenas por ser Oposição. Vamos olhar o conteúdo da proposta. Se houver contradição, se ferir algum princípio, o.k. Mas, apenas por ser Oposição, não. Em minha opinião, os nossos Parlamentares que têm visão contrária, com todo respeito, estão equivocados.

Vamos votar a medida provisória, vamos investir nos aeroportos do País, vamos dar condição para isso e vamos fazer com que, cada vez mais, a rede aeroportuária seja a melhor rede para atender hoje à demanda do povo pobre brasileiro, dos turistas e daqueles que participarão da melhor Copa de todos os tempos, que será a Copa realizada em nosso País.

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 42/472

075.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	11/04/2012-17:40
Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11274		BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da expressão, "provenientes de infraestrutura explorada no regime público", contaste do § 3º do art. 1º da Lei 7.920, constante do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 551 de 2011 (Altera dispositivos das Leis 7.920 de 1989, 9.825 de 1999, 8.399 de 1992, 6.009 de 1973, 5.862 de 1972, 12.462 de 2011 e dá outras providências), que trata de adicional sobre tarifas aeroportuárias, objeto de DVS.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Deputados e Deputadas, primeiro é importante registrar por que o Governo mandou esse projeto.

Nós estamos vendo, no Brasil, o poder aquisitivo das pessoas e uma mudança fundamental: as pessoas passaram a viajar de avião, as pessoas começam a ocupar mais os aeroportos.

O Brasil está crescendo, o Brasil está se desenvolvendo. E, para isso, precisa de estímulos para que o sistema aeroportuário possa efetivamente se desenvolver e oferecer um serviço de qualidade para o cidadão.

Nada, portanto, do discurso totalmente superado de alguém que à época quis privatizar e, frente ao fracasso do seu projeto, tenta agora dizer que parceria público-privada é a mesma coisa que privatização. Chega a ser risível esse fracassado argumento.

De qualquer forma, privatização é se desfazer de uma atividade que é pública - e não é isso o que está acontecendo. Nós estamos num Brasil que cresce, num Brasil que vai ter a Copa do Mundo, com um povo que passa a viajar, que faz turismo, que faz seus negócios. É preciso um sistema aeroportuário cada vez mais modernizado, cada vez mais equipado.

E o que o Governo propõe é exatamente a diminuição de tarifas para oferecer um sistema mais ágil e um melhor serviço para a população.

Eu quero dar aqui um exemplo concreto, Presidenta, do que acontece hoje com as conexões. Eu vou agora para Porto Alegre. Não tem avião direto para Porto Alegre porque as empresas fazem o avião passar por São Paulo ou pelo Rio de Janeiro.

O que nós estamos colocando aqui? Que para que haja essa conexão em algum lugar, no aeroporto, a empresa vai ter que pagar. Esse é o debate que temos que fazer, porque eu tenho o direito de viajar direto a Porto Alegre. E a alteração na alíquota permite estimular os voos nos aeroportos regionais, para que os aeroportos regionais possam ter melhor estrutura, para que as pessoas possam ter o voo direto, sem tantas conexões.

Então, o projeto precisa ser aprovado. Estamos apenas alterando, com a emenda, a parte inserida pelo Relator, proveniente de infraestrutura espelhada no regime público, porque todas elas pertencem ao regime público. Por isso queremos retirar essa parte.

É essa a defesa que faço do nosso requerimento de destaque.

Documento 43/472

077.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	11/04/2012-21:22
Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11383		CARMEN ZANOTTO-PPS -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.788 de 2011 (Altera o art. 306 da Lei 9.503 de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - , para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de álcool ou substância psicoativa) e apensos.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que constatamos na noite de hoje o avanço na política de combate ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, para que efetivamente vejamos as nossas emergências menos sobrecarregadas, menos famílias sofrendo, menos vítimas, menos cidadãos sequelados por acidentes de trânsito causados pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, menos famílias esfaceladas porque seus entes queridos morreram.

Só preciso lamentar, Sr. Presidente, porque, neste momento em que vencemos mais uma etapa de uma grande política pública, quando se discute que se quer ver neste País um menor índice de violência, e sabemos que o álcool está diretamente ligado à violência, eu queria que tivéssemos votado favoravelmente

à proibição do consumo de álcool quando discutíamos a Lei da Copa.

Mas perdemos uma batalha, não perdemos a guerra. E hoje estamos aqui, novamente votando o mesmo tema, só que num momento diferente; naquele o tema era o consumo dentro dos estádios durante os jogos da Copa, agora é a alteração da lei para que efetivamente tenhamos menos acidentes de trânsito e menos discussões jurídicas sobre acidentes causados por condutores e condutoras alcoolizados.

Essa vitória é de grande importância para o serviço de saúde. E aqui quero saudar toda a bancada da saúde na pessoa do Deputado Perondi, e dizer a S.Exa. que aqui, junto ao Deputado Macris, também vimos o nosso Ministro da Saúde, que também defendeu na Comissão Especial da Copa que nós não comercializássemos álcool durante o evento. Perdemos ali, mas com certeza na noite de hoje, Presidente Marco Maia, esta Casa deve votar esse projeto de lei por unanimidade, em nome da saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputada Carmen.

Documento 44/472

077.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

11/04/2012-21:22

Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11384

RUBENS BUENO-PPS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Deputado Darcísio Perondi por sua manifestação em plenário. Apresentação de emenda à proposta de fortalecimento da Lei Seca, com vistas à ampliação do valor da multa criminal imposta ao condutor de veículo automotor sob a influência de álcool.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria apenas de registrar, como fez o Deputado Osmar Terra, a minha solidariedade ao Deputado Darcísio Perondi pela sua manifestação em plenário. Nós votamos recentemente a Lei Geral da Copa, e ao votá-la permitimos a venda de bebidas alcoólicas nos estádios; a partir daí, nós estamos agora discutindo a Lei Seca, essa proposta que indica, pela própria denominação, a restrição ao consumo de álcool, para redução uma série de dados apresentados não só aqui no plenário, na tribuna, como também pelo Relator.

E nós estamos apresentando uma proposta no sentido de que, além da multa administrativa, aplique-se, ampliada, uma multa criminal. Se a administrativa é de quase R\$ 200,00 e pode chegar a R\$ 1.900,00, portanto, dez vezes mais, nós estamos estipulando que no caso de crime essa multa chegue a até 50 vezes mais no mínimo, ou seja, 50 vezes R\$ 190,00.

Por que isso? Porque nós recebemos vários comunicados, várias manifestações, inclusive de um médico muito preocupado com o que está acontecendo, com essa violência no trânsito. Ele disse que não é admissível fixar-se uma multa estabelecendo-se como teto R\$ 1.900,00. É claro que ninguém quer fazer o confisco de um bem, ninguém quer aqui fazer com que a pessoa tenha de

entregar o que possui para pagar uma multa, não. Mas a multa tem de ser efetivamente aplicada de forma adequada. E quem é que pode aplicar a multa criminal? O juiz, que é quem vai comandar o processo, quem vai ter as condições materiais para poder julgar e, a partir dos R\$ 1.900,00, que é o teto da multa administrativa, chegar pelo menos a esse valor, a um montante que possa justificar-se plenamente como multa adequada, naquele processo, ao crime cometido.

Por isso nós estamos apresentando essa emenda para ser votada no plenário. Muito obrigado.

Documento 45/472

077.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

11/04/2012-21:22

Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11385

ANDRÉ MOURA-PSC -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Hugo Leal pela autoria de projeto de lei sobre a ampliação do leque de provas para comprovação da embriaguez ao volante.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero pedir o entendimento de todos, mesmo porque o projeto original é de autoria do Deputado Hugo Leal, do PSC, e nós da bancada do PSC gostaríamos de parabenizar o Deputado Hugo, que é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro e o autor da proposta que deu origem à Lei Seca.

O PSC, que já cumpriu o seu papel na questão da Lei Geral da Copa do Mundo, quando apresentou as emendas para que não fosse permitida a comercialização de bebidas alcóolicas nos estádios de futebol, agora dá outro exemplo, por intermédio do Deputado Hugo Leal. E eu tenho certeza de que este Parlamento como um todo também cumpre o seu papel. Eu não tenho dúvida de que com o aprimoramento da Lei Seca, com a ampliação das provas, nós vamos acima de tudo preservar vidas humanas, garantir maior segurança no trânsito, garantir que as famílias no nosso País possam transitar numa condição bem melhor, graças à iniciativa deste Parlamento por intermédio do Deputado Hugo Leal, que é do PSC.

Então, nosso partido mais uma vez vem aqui cumprir o seu papel, cumprir a sua ideologia, cumprir o compromisso de colocar o ser humano acima de tudo, sempre em primeiro lugar. Eu não tenho dúvida de que o álcool está diretamente relacionado à violência e traz sérios problemas, principalmente no trânsito. Nós temos a convicção de que a partir de agora, com essas novas provas, com a ampliação das provas que, como está sendo proposto no projeto, podem ser obtidas, mediante teste de exame clínico, perícia, imagem, vídeo, prova testemunhal ou outros meios que permitam aferir o estado de embriaguez, vamos somar-nos, fazendo aquilo que já deveria ter sido feito anteriormente, ampliando, melhorando ainda mais a Lei Seca, para garantir maior tranquilidade, maior segurança, e para preservar vidas humanas.

Então, o PSC sente-se muito feliz, na certeza de que está cumprindo com o seu

papel. Ao aprovar a proposta do Deputado Hugo Leal, este Parlamento soma-se à sociedade e entra para a história do nosso País.

Queremos mais uma vez dizer que toda a bancada do PSC, Sr. Presidente, está satisfeita. Queremos também agradecer a V.Exa. por ter-nos dado condição de trazer esse projeto para a pauta de votação no dia de hoje, mediante o entendimento de todos os demais Líderes partidários. Esse projeto é de fundamental importância. Eu sei que o Brasil a partir de hoje fica mais satisfeito ainda, na certeza de que a Câmara Federal está cumprindo o seu papel, de que nós Deputados e Deputadas Federais estamos cumprindo o nosso dever, acima de tudo o de preservar vidas humanas, porque o álcool está diretamente relacionado à violência. Então, o PSC fica realmente satisfeito por cumprir seu papel.

Documento 46/472

077.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	11/04/2012-21:22
Publ.: DCD - 12/04/2012 - 11390	EDUARDO CUNHA-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Elogio ao Relator Edinho Araújo diante da celebração de acordo para a votação do Projeto de Lei 5.607 de 2009 (Altera a Lei 9.503 de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", estabelecendo que também a concentração de álcool por litro de ar alveolar pulmonar sujeita o condutor às penalidades do art.165 e outras providências), na forma da Subemenda Substitutiva Global de Plenário.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB, na mesma linha, tem orgulho de ter o Deputado Edinho Araújo como seu Relator. É uma matéria extremamente importante. Entendemos que a sociedade precisa desse aprimoramento. Nós, principalmente, que votamos contra a bebida na Copa do Mundo de Futebol, sabemos efetivamente quanta prejudicialidade a bebida pode causar.

Em nome do entendimento, pelo acolhimento do Relator a emendas que foram apresentadas, o PMDB retira o seu destaque, o seu DVS, permitindo que a votação se dê de forma mais célere, até porque já foi acolhida a emenda pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

Documento 47/472

073.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/04/2012-14:40
Publ.: DCD - 11/04/2012 - 10846	VALDIR COLATTO-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Celebração de acordo para a votação da proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro. Apelo ao Governo Federal para prorrogação do Decreto nº 7.029, de 2009, a respeito da averbação de Reservas Legais.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Deputado Gonzaga Patriota, que preside a Mesa Diretora dos trabalhos, Sras. e Srs. Deputados, fizemos um acordo com o Presidente da Casa, Deputado Marco Maia, e com todos os partidos, para votar neste mês de abril o projeto do novo Código Florestal. Foi votada a Lei Geral da Copa, e agora precisamos votar o Código Florestal. Nesta semana ele tem que entrar na pauta. Se não entrar na pauta desta semana, no máximo, até o dia 17, semana que vem, queremos na pauta o Código Florestal. Esse foi o acordo.

E também quero pedir ao Governo que prorogue a vigência do decreto que fixa prazo para a averbação de Reserva Legal. O Decreto nº 7.029 vence amanhã, e os agricultores ficarão a descoberto, por causa da não votação do Código Florestal.

É importante que façamos um esforço tremendo nesta Casa. Confiamos na palavra do Presidente da Casa e no acordo feito com os partidos para votarmos o Código Florestal. Se não for possível nesta semana - e vamos tentar votá-lo ainda hoje ou amanhã -, na semana que vem, impreterivelmente, teremos que votar o Código Florestal.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 48/472

073.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/04/2012-17:18
Publ.: DCD - 11/04/2012 - 10921	IRACEMA PORTELLA-PP -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Instauração pela Casa de CPI destinada à apuração de denúncias de turismo sexual e de exploração sexual de crianças e adolescentes no País. Despropósito das razões alegadas pelo Superior Tribunal de Justiça para a absolvição do acusado de estupro de menores de 12 anos de idade.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. IRACEMA PORTELLA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi instalada, nesta Casa, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar denúncias de turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa, da qual faço parte dos trabalhos.

Trata-se de uma medida de extrema importância. A exploração sexual de crianças e adolescentes é um gravíssimo crime de direitos humanos.

Nos últimos anos, no Brasil, avançamos bastante no combate a esse tipo de violência, que deixa profundas marcas no corpo e na alma de meninos e meninas.

Em 2003, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o País.

Aquela CPMI, que trabalhou durante um ano, deu um importante passo nessa luta, pedindo, no final do processo, o indiciamento de mais de 250 pessoas, entre políticos, líderes religiosos e empresários.

Também foram apresentados e aprovados projetos de lei que fizeram modificações substanciais no Código Penal brasileiro, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Processo Penal para punir, com maior rigor, os envolvidos nos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, assim como propostas para aprimorar as políticas públicas de prevenção e combate do problema.

A sociedade brasileira começou a acordar para a importância de se combater, com firmeza, essa violência. O silêncio foi sendo quebrado aos poucos. E as pessoas passaram a denunciar esses crimes.

No entanto, passados oito anos daquela CPMI, ainda temos gigantescos desafios pela frente no combate à violência sexual contra meninos e meninas.

Infelizmente, esses crimes continuam acontecendo em todo o Brasil e, muitas vezes, são considerados normais. Não é raro vermos crianças de 10, 12 ou 14 anos, vítimas de exploração sexual, serem consideradas culpadas, numa total e covarde inversão de valores.

Foi o que aconteceu recentemente com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, o STJ, que inocentou um homem acusado de estuprar três meninas de 12 anos sob a alegação de que elas já "se prostituíam". Um absurdo e uma afronta aos direitos de nossas crianças e adolescentes.

É importante destacar que o Código Penal, modificado por uma proposta da CPMI da Exploração Sexual que trabalhou entre os anos de 2003 e 2004, estabelece que as relações sexuais com menores de 14 anos são consideradas "estupro de vulnerável".

Precisamos, portanto, promover uma verdadeira mudança na mentalidade de alguns magistrados brasileiros e também na própria sociedade.

Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e estão em processo de desenvolvimento. Por isso, merecem toda a atenção e a proteção do Estado, da família e da sociedade, como diz nossa Constituição no seu artigo 227.

Precisamos coibir todo e qualquer tipo de violência praticado contra nossas crianças e adolescentes. E precisamos agora estar mais atentos à prática da exploração sexual nas grandes obras de infraestrutura, espalhadas por todo o Brasil, e nos megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Essas grandes obras e eventos são situações e cenários em que geralmente ocorre um aumento drástico dos crimes sexuais praticados contra meninos e meninas, que se encontram em condições de extrema vulnerabilidade.

Apesar dos avanços obtidos na última década, o enfrentamento da exploração sexual ainda esbarra em muitos obstáculos. Um deles é a falta de uma rede consistente de responsabilização dos agressores.

As instituições de responsabilização, tais como Defensoria Pública, Ministério Público, varas e delegacias especializadas em casos de violência sexual, ainda estão pouco presentes nos municípios brasileiros, com cobertura inferior a 20%, segundo um estudo divulgado pelo governo federal em 2011.

No que diz respeito às políticas públicas, há um entendimento geral entre os especialistas de que é preciso avançar mais na elaboração e construção de estratégias que realmente sejam capazes de oferecer a esses meninos e meninas chances concretas de se desenvolver plenamente longe das redes de violência sexual.

O que deve incluir, necessariamente, políticas inovadoras, que possam aliar iniciativas de transferência de renda com ações específicas, voltadas para o desenvolvimento das habilidades e competências dessas crianças e adolescentes, levando em conta as demandas de cada localidade e questões como gênero, raça/etnia e condições pessoais.

Além disso, é fundamental implantar ações capazes de não só promover a inclusão desses meninos e meninas na escola, mas também de viabilizar a sua permanência e de construir um caminho para que possam ingressar no mercado de trabalho de forma adequada e no tempo certo, sem violações de seus direitos.

Esta nova CPI, portanto, tem muito a contribuir para que o Brasil avance, cada vez mais, no enfrentamento desse grave problema.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Documento 49/472

073.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/04/2012-17:18
Publ.: DCD - 11/04/2012 - 10930		VALADARES FILHO-PSB -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Governo Federal, especialmente ao Ministério do Turismo, pela criação do programa Pronatec Copa destinado à qualificação profissional de trabalhadores com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014. Apreensão do orador ante a morosidade na sua execução. Apelo aos órgãos competentes de ampliação do número de vagas do Pronatec Copa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para parabenizar o governo federal, especialmente o Ministério do Turismo, pela criação do "Pronatec Copa". O programa, que visa treinar profissionais nas mais diversas áreas de serviços para Copa de 2014; trata-se de uma ampliação do atual Pronatec. Serão oferecidas 40 mil vagas por semestre para quem já trabalha com turismo e quer se qualificar melhor; ou para quem deseja iniciar uma carreira nesse segmento. Os cursos oferecidos vão desde cursos de línguas - inglês, espanhol - até a formação de profissionais para atuar na área de hotelaria.

O programa faz parte dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Entendo que a qualificação dos profissionais que estarão envolvidos com a recepção dos visitantes por ocasião dos eventos esportivos é tão importante quanto a realização das obras de infraestrutura.

Mas, ao mesmo tempo, quero também manifestar minha preocupação com a demora para dar início a esses programas, pois foi lançado no início do ano passado e está com o cronograma atrasado.

Outra preocupação que temos, é em relação ao montante de vagas oferecidas. O programa, feito em parceria do Ministério do Turismo com o Ministério da Educação e com o Sistema S, particularmente com o Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial (SENAC), em apenas três dias e sem divulgação, recebeu, em um dos cursos, mais de 12 mil inscrições de trabalhadores do setor de hotelaria.

O Valor Econômico do último fim de semana informa que, mesmo sem divulgação, nos três primeiros dias, foram solicitadas doze mil inscrições. Imaginem, então, quando vier a publicidade, a ser protagonizada pelo jogador Cafu, capitão da Seleção Brasileira de Futebol em 2002, escolhido por sua origem humilde e por sua capacidade de superação.

Como disse no início, desejo dar os parabéns pela iniciativa. Mas temo que estejamos subestimando o potencial desse programa, que deverá capacitar apenas 40 mil pessoas por semestre.

Sempre gosto de lembrar que a Copa do Mundo de Futebol passará, mas seus resultados devem ser permanentes. Por isso, quero deixar meu apelo ao Ministério do Turismo, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Educação e aos dirigentes do Sistema S, particularmente do Senac, que avaliem a possibilidade de ampliar esse número de vagas para qualificar os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado.

Documento 50/472

071.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

09/04/2012-17:18

Publ.: DCD - 10/04/2012 - 10593

JÚNIOR COIMBRA-PMDB -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de conclusão pela Casa das votações da proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro.

O SR. JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, quero reiterar o tema do Código Florestal.

Foi pactuado que só votaríamos a Lei Geral da Copa depois de votarmos o Código Florestal, mas, diante do novo acordo que foi feito, votamos a Lei Geral da Copa, e parece que o Código Florestal caiu no esquecimento.

Com a previsão de ser votado ainda neste mês, neste plenário, o Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, que institui o Código Florestal brasileiro, terá grande impacto na vida de milhões de brasileiros, na medida em que porá fim ao impasse que tanto prejudica esta Nação e possibilitará aos agricultores e pecuaristas que desenvolvem suas atividades com sustentabilidade ambiental o direito de orgulhosamente dizerem que são brasileiros cumpridores das leis, que produzem alimentos para seus concidadãos e que promovem o desenvolvimento nacional.

O Brasil precisa, Sr. Presidente, de uma legislação em consonância com a nossa moderna agropecuária, principal responsável pelo dinamismo da economia brasileira, uma legislação que garanta a compatibilização das atividades produtivas no meio rural à conservação das nossas florestas, nossos rios, nossos biomas.

Com essa responsabilidade em mente, temos, com muita lucidez, que apreciar as modificações realizadas pelo Senado Federal no projeto aprovado nesta Casa e aprovar, no menor prazo possível, o novo Código Florestal brasileiro.

Sabemos que o Código Florestal de 1965 caducou, por isso não atende mais à realidade dos nossos dias. É paradoxal que em plena democracia ele tenha sido completamente alterado por decretos, portarias, resoluções, instituições normativas e até por uma medida provisória. É verdade, também, que o próprio Estado foi o primeiro a negar a aplicação da lei, fomentando o seu descumprimento.

Em razão disso, 80% dos proprietários de imóveis nas zonas rurais e outros nas zonas urbanas estão infringindo dispositivos da lei, ficando sujeitos a multas, embargos, restrições de acesso ao crédito rural e outras penalidades. São trabalhadores honrados, que contribuem diariamente, por meio do seu suor, para o desenvolvimento do País, mas que foram colocados à margem da lei em razão dessa situação.

Portanto, nós, representantes do povo brasileiro, temos a consciência da dimensão da nossa responsabilidade em garantir a preservação do nosso invejável patrimônio natural, consentânea com a atividade agropecuária brasileira, riqueza maior do nosso povo.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, para cobrar desta Casa a análise e a votação do nosso Código Florestal brasileiro.

Documento 51/472

071.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	09/04/2012-16:57
Publ.: DCD - 10/04/2012 - 10588	LAERCIO OLIVEIRA-PR -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contribuição do setor de prestação de serviços para a geração de empregos formais. Apoio à terceirização.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nobres pares, telespectadores que assistem aos nossos trabalhos pela *TV Câmara*, quero, inicialmente, parabenizar a *TV Câmara* pelo programa que realizou na semana passada sobre terceirização. Quero também homenagear um líder empresarial chamado Paulo Lofreta, Presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços, que escreveu um artigo esta semana para o jornal *Folha de S.Paulo* sobre esse tema. E quero usar suas palavras neste pronunciamento que farei agora.

Sr. Presidente, pode o setor que mais gera emprego e renda ser agente da "precarização" do trabalho? Certamente não. O que precariza as relações de trabalho são empresas inidôneas que campeiam na informalidade, prestam serviços de baixa qualidade a preço inexequível e descumprem as leis trabalhistas.

A Presidente Dilma Rousseff classificou como "excelente" o desempenho do mercado de trabalho em 2011. Lembramos que, no período, a prestação de serviços foi novamente a campeã na geração de empregos formais: quase 926 mil vagas, ou seja, 52% dos quase 2 milhões de novos empregos gerados no País.

Nas empresas prestadoras de serviços, representadas pelos parceiros da

Central Brasileira do Setor de Serviços - CEBRASSE, a menor média salarial oscila entre 800 reais e 2 mil reais.

Na escolaridade, os funcionários têm os níveis básico e médio completos. Fica claro, então, que essa atividade é agente formal e legal dos movimentos de ascensão e mobilidade social das classes de menor renda, as que respondem por boa parte do incremento da atividade econômica no País. Outro ponto tão importante para o Governo brasileiro.

Empregos terceirizados são criados em muitas áreas. Alguns exemplos: trabalho temporário, asseio e conservação, segurança privada, educação, transporte de valores, escolta, administração, mercado de limpeza profissional, limpeza urbana, combate a pragas, benefícios, refeições coletivas, televisões a cabo, informática, *franchising*, *marketing* e eventos, gestão de negócios, distribuição, logística, manutenção e muitos outros.

Os dados do SINDEPRESTEM - Sindicato das Empresas de Serviços Terceirizáveis e Trabalho Temporário do Brasil, que representa mais de 34 mil empresas, apontam que o País tem hoje cerca de 10,5 milhões de trabalhadores terceirizados, que são 24% dos 44 milhões dos formalmente empregados. Somos o quarto País do mundo nessa forma de empregabilidade.

Assim, apontar a "precarização" do trabalho como resultado da terceirização é ter uma visão curta, com um alto grau de miopia distorcendo a realidade.

Os serviços têm na mão de obra o seu maior insumo e na terceirização a sua via de acesso à cadeia produtiva da indústria, do comércio, dos governos, do setor financeiro, das telecomunicações e dos próprios prestadores.

Os empresários que dignamente promovem a terceirização no Brasil, portanto, não podem aceitar ataques, como se suas atividades fossem estupidamente surdas às leis trabalhistas, despidas de ética e de moralidade e operassem esgueiradas por todo o País.

Assim, observamos a relevância da terceirização como modalidade de trabalho, emprego e renda. Notadamente no Brasil da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, oferecer trabalhos decentes é o melhor serviço do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, pode o setor que mais gera emprego e renda ser agente da "precarização" do trabalho? Certamente não. Quando se fala em terceirização, o que provoca isso são empresas inidôneas que campeiam na informalidade, prestam serviços de baixa qualidade a preço inexequível e descumprem as leis trabalhistas.

A Presidente Dilma Rousseff classificou como "excelente" o desempenho do mercado de trabalho em 2011. Lembramos que, no período, a prestação de serviços foi novamente a campeã na geração de empregos formais: quase 926 mil vagas, ou seja, 52% dos quase 2 milhões de novos empregos gerados no País.

Nas empresas prestadoras de serviços, representadas pelos parceiros da Central Brasileira do Setor de Serviços - CEBRASSE, a menor média salarial oscila entre 800 reais e 2 mil reais.

Na escolaridade, os funcionários têm os níveis básico e médio completos. Fica claro, então, que essa atividade é agente formal e legal dos movimentos de ascensão e mobilidade social das classes de menor renda e que respondem por boa parte do incremento da atividade econômica no País. Outro ponto tão importante para o Governo brasileiro.

Empregos são criados em muitas áreas. Alguns exemplos: trabalho temporário, asseio e conservação, segurança privada, educação, transporte de valores, escolta, administração, mercado de limpeza profissional, limpeza urbana,

combate a pragas, benefícios, refeições coletivas, televisões a cabo, informática, *franchising*, *marketing* e eventos, gestão de negócios, distribuição, logística, manutenção e muitos outros.

Os dados do SINDEPRESTEM - Sindicato das Empresas de Serviços Terceirizáveis e Trabalho Temporário do Brasil, que representa mais de 34 mil empresas, apontam que o País tem hoje cerca de 10,5 milhões de trabalhadores terceirizados, que são 24% dos 44 milhões dos formalmente empregados. Somos o quarto País do mundo nessa forma de empregabilidade.

Assim, apontar a "precarização" do trabalho como resultado da terceirização é ter uma visão curta, com um alto grau de miopia distorcendo a realidade.

Os serviços têm na mão de obra o seu maior insumo e na terceirização a sua via de acesso à cadeia produtiva da indústria, do comércio, dos governos, do setor financeiro, das telecomunicações e dos próprios prestadores.

Nossos empresários, portanto, não podem aceitar ataques, como se suas atividades fossem estupidamente surdas às leis trabalhistas, despidas de ética e de moralidade e operassem esgueiradas por todo o País.

Assim, observamos a relevância da terceirização como modalidade de trabalho, emprego e renda. Notadamente no Brasil da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, oferecer trabalhos decentes é o melhor serviço do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 52/472

071.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

09/04/2012-15:39

Publ.: DCD - 10/04/2012 - 10574

MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Repúdio às declarações do Presidente da Federação Internacional de Futebol - FIFA, Joseph Blatter, a respeito do andamento das obras nos estádios brasileiros que receberão os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Cumprimento do cronograma da reforma do Estádio Governador Plácido Castelo, o Castelão, em Fortaleza, Estado do Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a anuência da Deputada Andreia Zito, antes que S.Exa. assome à tribuna, solicito a V.Exa. que acolha como lido o meu pronunciamento, uma resposta ao Presidente da FIFA, que desconsiderou a capacidade empreendedora dos brasileiros de cumprir os prazos para a construção dos estádios.

Obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Acolho o seu pronunciamento como lido, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já foi objeto de comentários, das tribunas

do Congresso Nacional, a declaração do Presidente da FIFA, Joseph Blatter, segundo o qual *"os brasileiros falam muito e fazem pouco"*, referindo-se ao andamento das obras relacionadas com a Copa do Mundo, a realizar-se em 2014.

Se, anteriormente, o Secretário-Geral daquele Organismo Internacional, que comanda os grande eventos do esporte em caráter continental, já havia sido descortês em relação ao nosso posicionamento, o que ensejou enérgica reação na mídia nacional e neste plenário, agora a ofensa partida do dirigente máximo encontrou também repúdio de todos nós, pela inconsistência de que a mesma se reveste.

Numa implícita retorsão à aleivosia cometida, a imprensa incumbiu-se de enumerar o estágio do andamento dos trabalhos efetuados nos estádios em que serão efetivadas as grandes competições do megaevento.

Para regozijo dos nossos coestaduanos, o Castelão, em Fortaleza, é aquele que tem o seu cronograma mais bem executado, conforme se infere do quadro abaixo indicado:

Castelão (Ceará) - 60,5%;
 Mineirão (Minas Gerais) - 55,0%;
 Fonte Nova (Salvador) - 55,0%;
 Mané Garrincha (Brasília) - 54,0%;
 Arena da Baixada (Curitiba) - 52,0%;
 Arena Pantanal (Cuiabá) - 43,0%;
 Maracanã (Rio de Janeiro) - 39,0%.

Ressalte-se, por oportuno, que, na condição também de engenheiro, o Governador Cid Ferreira Gomes tem-se empenhado pessoalmente no direto acompanhamento das tarefas programadas, deslocando-se todas as semanas para avaliar *in loco* as etapas cronologicamente delineadas para a execução, inadmitindo retardamentos, sob quaisquer pretextos.

Constata-se, pelo detalhamento ora exposto, que o calendário, no Ceará, caminha para evitar quaisquer delongas, com a conclusão projetada para bem antes da data pactuada.

Talvez por isso a reação do Senador Roberto Requião, naturalmente ofendido, da mesma forma como de toda a opinião pública brasileira, não permitiu que, em nome da FIFA, fosse recebido pela Comissão de Educação do Senado o Sr. Jérôme Valcke, em face de insultuosa descortesia pelo mesmo, cometida em relação ao Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, estamos honrando os nossos compromissos, a começar pelo Ceará, graças à responsabilidade de toda a equipe ali estimulada pelo ostensivo apoio do Governador Cid Ferreira Gomes.

O Castelão, idealizado pelo saudoso Governador Plácido Aderaldo Castelo, tornar-se-á em breve palco de memoráveis competições, assistidas por milhares de desportistas disseminados por todos os continentes.

Documento 53/472

071.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

09/04/2012-16:21

Publ.: DCD - 10/04/2012 - 10583

ROSANE FERREIRA-PV -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Manifestação de boas-vindas aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN. Ocorrência de enchentes na região serrana do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Morosidade do processo de reformulação do Código Florestal brasileiro. Ocorrência de deslizamentos de terra na Serra do Mar, Estado do Paraná. Protesto contra a liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Sugestão à Federação Internacional de Futebol - FIFA de desconsideração do tempo de bola parada durante os jogos de futebol. Lançamento pela Presidenta Dilma Rousseff de pacote de medidas de estímulo à indústria nacional. Financiamento da indústria automobilística pelo Governo brasileiro. Luta da oradora para a melhora do trânsito no Estado do Paraná. Deficiência do sistema de transporte coletivo urbano no País. Relato da visita da oradora a São Paulo, Estado de São Paulo. Responsabilidade do Parlamento brasileiro pelo sucesso de programas sociais do Governo Federal.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Deputado Amauri Teixeira, é uma honra falar para tão seletto grupo que visita esta Casa. Sejam bem-vindos! A Agulhas Negras é motivo de orgulho. Acho que toda mãe sonha ter um filho nessa instituição, não é, Deputado Amauri Teixeira? O Brasil precisa muito do trabalho de V.Sas. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

É a segunda vez que me pronuncio no Grande Expediente desta Casa. É importante que as pessoas que nos estão vendo e ouvindo pela *TV Câmara* saibam disto:

existe uma organização; nos dias de grandes debates nesta Casa, esses microfones muitas vezes são reservados aos Líderes e Vice-Líderes, e não poderia ser diferente. É impossível facultar os microfones aos 513 Deputados e Deputadas. Mas nós temos o direito de usar do Grande Expediente, e isso acontece mediante sorteio.

Coube-me um espaço no dia de hoje, por ter sido sorteada, e preparei um discurso, Deputado Amauri Teixeira, para que ler pausadamente, a fim de facilitar o entendimento pelas pessoas que nos acompanham neste momento; mas, em vez disso, vou fazer alguns comentários que eu queria ter feito em diversos momentos e não tive oportunidade por não ser ainda Líder ou Vice-Líder do meu partido.

Começo falando do Código Florestal.

Como Deputada do Partido Verde, não poderia deixar de registrar que o feriado da Páscoa trouxe aos brasileiros as mesmas cenas de sempre: chuvas torrenciais, enchentes, deslizamentos, mortes, além dos já tradicionais engarrafamentos nas estradas, no retorno do tão merecido descanso. No final de semana, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, choveu em 3 horas a metade do volume esperado para todo o mês de abril. Em 3 horas! E, 1 ano após a tragédia que matou quase 900 pessoas, os moradores dispõem agora de um sistema de alerta por sirenes. Em vez de terem sido retirados dali e alojados em locais seguros, houve apenas a instalação de um sistema de alarme por sirenes...

Alojados em escolas, os desabrigados do ano passado e de agora contam que nenhuma casa foi entregue. Apesar de terem sido feitos o cadastro e a promessa de 6 mil novas moradias, nenhuma casa foi entregue. Poucos tiveram condições de sair por conta própria das áreas de risco. O aluguel social é bom, mas não resolve o problema.

A cada morte, a cada tragédia pergunto-me em que nós erramos para não conseguirmos demonstrar a relação entre as atuais mudanças climáticas, Deputado Amauri Teixeira, e o Código Florestal em votação nesta Casa de forma

tão temerária. Lá no meu Paraná, também há 1 ano, houve deslizamentos na Serra do Mar. Até hoje, quando descemos para o nosso litoral, a paisagem ainda é chocante: os morros, as serras carecas de vegetação. Eu nunca tinha visto uma chuva como aquela, e nunca tínhamos presenciado um desastre como aquele no Estado. Choveu em 3 dias o que choveria em 40 dias na mesma época. E a tragédia está lá, anunciada. Então, temos de repensar isso. Temos de pensar no tipo de relação que temos com a natureza.

Quero alertar para isso porque temos a promessa do nosso Presidente Marco Maia de votarmos até o final de abril o Código Florestal, referenciando as mudanças feitas no Senado ou - quem sabe? - radicalizando e aprovando as propostas que saíram desta Casa. Fiquemos todos atentos, e que Deus nos dê sabedoria para que possamos fazer as escolhas certas, para que não tratemos a natureza com tanto descaso.

Quero concluir, com relação a esse item, dizendo o seguinte: se os seres humanos forem suprimidos da face da Terra, a natureza seguirá seu curso da mesma forma e o planeta vai encher-se de vida. Tudo será muito diferente se continuarmos agredindo a natureza. Que destino terão os seres humanos se agirmos de forma irresponsável no cuidado dessa riqueza de Deus?

Outro tema que quero comentar é a Lei Geral da Copa, que também votamos nesta Casa. Eu sempre digo, Deputado Sibá Machado, que sou campeã de perder voto aqui. Não acerto uma! Ou estou na contramão da história, ou alguma coisa está errada comigo. Não é possível! No Código Florestal fui voto vencido em todas as votações que houve nesta Casa. Com relação à Lei Geral da Copa também. Defendi, sim, a manutenção da proibição do uso de álcool nos estádios onde se darão os jogos da Copa do Mundo. Perdemos! Hoje está parcialmente delegada às cidades que sediarão a Copa do Mundo a competência de deliberar sobre a liberação ou não do álcool. Perdemos! O poder econômico falou mais alto.

Eu temo muito isso. Eu acho que será muito difícil defender essa proibição novamente num estádio, por exemplo, como a Arena da Baixada, do Atlético Paranaense, onde hoje é proibido o uso de álcool. Se durante a Copa liberarmos o uso de álcool, com que coerência defenderemos a proibição depois? E o álcool é um dos maiores problemas que nós temos na sociedade. Está ligado à violência, aos acidentes de trânsito, ao uso de recursos do Sistema Único de Saúde de forma descabida.

Mas, já que nós estamos aqui, quero chamar a atenção da FIFA para uma outra questão, ela que exige tanto de nós. Um dia desses, lendo o jornal, um artigo chamou-me a atenção. Versava sobre o fato de que nas últimas duas Copas do Mundo o tempo de bola rolando durante o jogo de futebol não chegou a 60 minutos, em média. Para ser mais exata, a média foi precisamente de 54 minutos. Então, em cada jogo de futebol, que deveria ser de 90 minutos, 2 tempos de 45 minutos, houve apenas 54 minutos de bola rolando. Por que a FIFA não adota uma atitude sobre isso? Isso também não é uma afronta a nós que somos consumidores do espetáculo de futebol? Será que nós não teríamos de examinar essa questão também? Se alguém vai ao campo de futebol, compra um ingresso caríssimo para assistir aos 90 minutos de futebol, é justo que só veja 50 minutos, 54 minutos? É justo? É justo que jogadores simulem, façam cena, desempenhem papéis, ajam como se estivessem absolutamente machucados, enquanto o cronômetro corre? É justo? Está na hora de a FIFA adotar uma atitude sobre isso. É justo delegar ao juiz de futebol que no final reponha 2, ou 3, ou 4 minutos, a seu bel-prazer?

Eu acho que há muitas outras coisas que a FIFA tem de fazer para que o futebol continue sendo o espetáculo que é. E eu gosto de futebol, Deputado Amauri Teixeira. Eu gosto de futebol. Meu marido e meus filhos são malucos por futebol,

e eu aprendi com eles a gostar também. Mas gosto do bom futebol, o futebol que prega a harmonia, a paz, o futebol que não estimula o uso do álcool, porque sei que o álcool leva ao consumo de outras drogas; é só a porta de entrada. É outro o futebol que quero. A FIFA tem de começar a cuidar dessas outras questões também.

E, dando continuidade ao meu discurso, quero falar agora sobre uma situação que também vem chamando-me bastante atenção. Trata-se das medidas anunciadas pela nossa Presidente Dilma Rousseff na semana passada para estimular a indústria. Entre as medidas para estimular a nossa economia, a Presidente mais uma vez citou as medidas de estímulo à indústria automotiva.

Fico impressionada ao ver como a indústria de carros avança no mundo, especialmente no que se refere à tecnologia. É só comparar como eram os primeiros modelos com os dos dias atuais para constatarmos que com certeza houve muito investimento da própria indústria, e também investimento público. E não erra quem afirma que o Estado brasileiro é um dos principais financiadores das multinacionais de carros.

No momento em que, segundo o *Valor Econômico*, a indústria automotiva, os fabricantes de veículos e componentes preparam-se para fazer investimentos que podem passar de R\$ 65 bilhões nos próximos 5 anos, seria o caso de se perguntar: de onde virá todo esse capital? As empresas dizem que parte virá do próprio caixa e de bancos internacionais - provavelmente a menor das partes, dado o cenário internacional adverso. O que as corporações envolvidas não gostam de comentar é que o maior volume, com raríssimas exceções, virá de fontes públicas, seja por meio de financiamentos de bancos públicos, como o BNDES, seja pela oferta de generosos incentivos orçamentários e tributários dos Governos Estaduais e Federal.

Vale uma reflexão. O peso relativo da cadeia produtiva automobilística na economia brasileira é descomunal, e eu sei disso; além do volume de investimentos para ela canalizados e da riqueza por ela gerada, especialmente significativo é o número de empregos que dela dependem. Eles vão muito além daqueles diretamente pertencentes ao setor industrial, incluindo montadoras, fornecedores, produção de combustíveis minerais e vegetais, espalhando-se por todo o setor terciário, tanto nas áreas formais quanto nas informais - financeiras, agências de publicidade, seguradoras, revendas, centros de assistência técnica e acessórios, estacionamento, postos de serviços, serviços de vigilância, desmanches, despachantes, "flanelinhas", controle e fiscalização, trânsito, e por aí afora. Isso tem sido citado como justificativa para tantos investimentos no setor automobilístico. Mas, se partirmos desse pressuposto, também não poderíamos acabar com a criminalidade, que, infelizmente, também é um fator de imensa geração de emprego neste País. Infelizmente, a criminalidade sustenta a indústria da segurança, que começa nos cadeados dos portões, grades, muros, passa pelos sistemas de alarmes, pelos agentes de segurança, pelas seguradoras etc. Portanto, a criminalidade fomenta o crescimento de uma indústria, a da segurança. Não é uma indústria? E isso passa pela vigilância, pela Polícia Civil, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal, passa pela indústria das viaturas, e assim sucessivamente. Esta pergunta é para pensarmos: se acabarem com os ladrões, que segmento da indústria de segurança vai parar?

Nós temos, na verdade, de repensar o que queremos com a nossa vida. O que queremos? Hoje, nas cidades, constrói-se em função dos carros. Eu tenho visto coisas estaremcedoras. Tempos atrás eu conversei com um pastor que estava abrindo uma igreja, não dessas igrejas que pregam a prosperidade a qualquer custo, à custa do investimento dos seus fiéis, mas uma igreja evangélica séria, que faz um trabalho maravilhoso. Eu conversei com o pastor dessa igreja e ele disse-me que para abrir uma determinada igreja em uma região do Paraná era

preciso comprar dois terrenos a mais, além do da sede, porque o plano diretor daquela cidade exigia mais dois ou três terrenos para estacionamento, e aquilo inviabilizava a proposta de construção daquela igreja, inviabilizava erguer-se aquele templo. E eu fiquei pensando nisso.

É verdade, qualquer empreendimento hoje, Deputado Amauri Teixeira, está vinculado à existência de vagas para carros. Li tempos atrás um outro artigo sobre um empreendimento cujo realizador, entre todos os seus investimentos, ressaltava a garagem. Determinado apartamento tinha 4 vagas de garagem, e - pasmem! - sem pilares. Ele ainda brincava: pilar é o terror das mulheres. Eu dirijo muito bem, ainda não acertei nenhum pilar. Mas ele brincava dessa forma, e o artigo ressaltava a garagem sem pilares. E no mesmo empreendimento em que se fez esse grande investimento na garagem reservava-se para as dependências de empregada, da pessoa que cuida do lar, um espaço mínimo, com um banheiro em que é necessário dividir o espaço do chuveiro com o vaso sanitário! Que relação é essa? Um superinvestimento que transforma a garagem em um espaço grandioso, confortável, e deixa para a secretária do lar, para a empregada doméstica, para a pessoa que vai ajudar a família a viver em harmonia, um espaço reduzidíssimo!

Que relação é essa que temos com o mundo? Nós Deputados muitas vezes somos levados a essa reflexão. Como Deputada da bancada do Paraná, vi-me defendendo investimentos grandiosos do DNIT da minha região para acabar com os engarrafamentos no contorno da nossa Capital, Curitiba. Vi-me de repente arrebanhada por aquela questão. Tínhamos de brigar por emendas para investir mais uma vez em estradas, para desafogar o trânsito, para melhorar a circulação de automóveis... Mas, esperem aí! Eu, uma Deputada do Partido Verde, deveria estar defendendo aqui canaletas exclusivas para ônibus, de preferência ônibus que rodam com biocombustível! Eu deveria estar defendendo o transporte coletivo, em detrimento do transporte individual dos carros!

Infelizmente, essa relação não acontece. Por isso, está na hora de nós pensarmos um pouco: que situação nós teremos no futuro?

Tenho um filho adolescente que desde os 13 anos sonha ter seu carro. Como é isso? Eu vivi a mesma história com meu pai, com a pessoa que eu chamava de pai, embora eu seja sua filha ilegítima, e que passou a vida pensando em adquirir seu carro. Acho que todas as pessoas têm esse direito, assim como meu pai e meu filho, mas temos de pensar nas cidades congestionadas, no trânsito parado, no ar poluído, nas toneladas de monóxido de carbono, em tudo isso que já existe nas nossas cidades. Talvez possamos ter um carro, sim; mas que o deixemos na garagem, Deputado Sibá, e usemos o transporte coletivo!

Eu gostaria de poder dispor em Brasília, para vir lá do nosso apartamento funcional, de transporte coletivo. Gostaria que o transporte coletivo fosse eficiente, ágil, rápido, porque eu não posso, custando o que eu custo, o que o meu mandato custa para todos os brasileiros, dar-me ao direito de ficar horas esperando o ônibus em alguma parada. Mas ainda sonho com o dia em que o transporte coletivo possa ser a nossa primeira escolha.

Quero usar os meus últimos 4 minutos para chamar a atenção para outra situação, ainda falando de cidades. No final de semana, aproveitando o feriado, tomei a decisão de sair da minha cidade, porque, diferentemente do que a imprensa divulga, quando vamos para as nossas bases trabalhamos, e muito. Trabalhamos muito quando estamos nas nossas cidades, graças a Deus. Mas aproveitei para viajar, da quinta-feira à tarde até o sábado, e escolhi São Paulo, para fazer um pouquinho de turismo.

Meu Deus, Deputada, mas que falta de criatividade, ir a São Paulo! Ora, São Paulo é a locomotiva deste País. Eu queria mostrar a cidade aos meus filhos e aproveitar a companhia do meu esposo para conhecê-la um pouquinho mais.

Fiz, Deputado Dutra, aquele *tour* característico, fiquei em um bom hotel, na área nobre da cidade, mas não deixei de conhecer a área sofrida de São Paulo. Assisti a uma peça de teatro muito boa, *A Família Addams*. Os paulistas estão de parabéns. Mas também fui à Praça da Sé, à Catedral da Sé, ouvir as pessoas tocarem acordeão - que lá no Sul chamamos de gaita -, passei pela Oscar Freire e fui à 25 de Março, porque quis mostrar aos meus filhos os dois lados da mesma moeda: na Oscar Freire, o comércio de marcas; na 25 de Março, o comércio popular.

É impressionante este País! São Paulo é o retrato do nosso Brasil. Há 11 milhões de pessoas vivendo naquela cidade. Há mais gente vivendo em São Paulo do que em todo o Estado do Paraná! O Estado do Paraná tem hoje 10,7 milhões de habitantes. É uma cidade que corre, a cidade de todos os brasileiros, onde encontramos todo tipo de gente. E, dizendo isso, eu quero chamar a atenção para a situação do nosso País quanto à desigualdade social. Lá, numa determinada loja, vende-se um cinto por R\$ 3.400,00, e a vendedora ainda pergunta: "Vai querer a fivela ou o cinto propriamente dito?" Isso porque a parte de couro do cinto custa R\$ 1.400,00, e a fivela com a logomarca R\$ 1.800,00! E essa cidade em que em uma loja se vende um cinto por mais de R\$ 3 mil também é a cidade onde algumas pessoas se alimentam de sopa de papelão. Como convivemos com isso? O grande desafio do Governo Dilma é diminuir essa desigualdade social!

Eu acho que estamos no caminho certo. Eu estive no lançamento do Brasil sem Miséria, eu estive no lançamento do PRONATEC, eu estive no lançamento, agora, do Programa Brasil Melhor. Eu acredito em todos esses programas. Agora, nós Deputados e Deputadas desta Casa temos a grande obrigação de fazer com que todos esses planos se concretizem e mudem a vida das pessoas, principalmente daquelas pessoas que estão na Praça da Sé, aquelas que ainda fazem sopa de papelão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Parabéns, Deputada Rosane Ferreira, pela abordagem de diversos temas importantes.

Documento 54/472

069.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	04/04/2012-09:06
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10338	MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO-PP -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero mais uma vez registrar desta tribuna que votei contrariamente à liberação de bebidas alcóolicas nos estádios e no entorno, porque sabemos que bebida e torcedor não combinam.

Quero condenar qualquer manobra que possa haver para liberar a venda de bebidas alcóolicas nos estádios. Apoiamos a realização da Copa do Mundo no Brasil, mas condenamos a venda de bebidas alcóolicas nos estádios. Faço esse registro e manifesto a todo o País minha posição autêntica e clara contra a venda de bebidas alcóolicas nos estádios. Era só, Sr. Presidente.

Documento 55/472

069.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	04/04/2012-10:26
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10365	MARCELO MATOS-PDT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Balanço da atuação parlamentar do orador.

O SR. MARCELO MATOS (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna para fazer uma breve prestação de contas do meu mandato até agora. Fui eleito em 2010 com 80.862 votos em 87 dos 92 Municípios do Rio de Janeiro, sendo essa a minha primeira eleição.

No ano passado pude participar de Comissões importantes como as de Minas e Energia e de Desenvolvimento Urbano, além de Comissões Especiais e Externas, como as que trataram de medidas preventivas diante de catástrofes climáticas, da Copa do Mundo e das Confederações, do legado da Copa e dos Jogos Olímpicos para o Rio de Janeiro e a do vazamento de óleo ocorrido na Bacia de Campos.

Também votei em plenário temas relevantes para nosso País, como a Emenda 29, o novo salário-mínimo, a DRU e o Código Florestal, entre outros pontos, sempre debatendo questões importantes para o País, na linha de apoiar o Governo da Presidente Dilma Rousseff, em consonância com as orientações do partido.

Visitei vários Ministérios, e tive a oportunidade de realizar audiências diretas com os Ministros para levar os pleitos das cidades do Rio de Janeiro, como, por exemplo, a audiência com o então Ministro do Trabalho e Emprego, meu caro amigo Carlos Lupi, a quem solicitei recursos para alguns Municípios.

Considero que a qualificação profissional é fundamental para o desenvolvimento de nossas cidades e do Estado. Precisamos incentivar nossos trabalhadores, principalmente os jovens, a buscarem maior qualificação no mercado de trabalho, ainda mais se levarmos em conta os grandes eventos esportivos que estão por vir, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Em outros Ministérios, como o do Esporte, pedi a ampliação do Programa Segundo Tempo no Rio de Janeiro, atendendo a solicitações de diversos Vereadores. Já aos Ministros Ideli Salvatti e Luiz Sérgio, no Ministério da Pesca, entreguei estudo sobre a pesca predatória na Baía de Guanabara.

Quando estive com a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, surgiu a oportunidade de pleitear a construção de um Centro de Referência em Direitos Humanos para São João de Meriti, antiga necessidade,

para atender aos munícipes da Baixada Fluminense, região para a qual apresentei emenda ao Orçamento Geral da União para este ano, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1 milhão, juntamente com o nobre Deputado Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro.

No Ministério do Turismo, com o Ministro Gastão Vieira, tratei dos pagamentos de convênios do ano de 2009 e de recursos para as cidades de Angra dos Reis, Mangaratiba e Saquarema.

No Ministério da Educação, acompanhado do Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, apresentei a necessidade de uma escola técnica para São João de Meriti, pleito que tivemos a grata satisfação de ver atendido quando do anúncio da expansão da rede de escolas técnicas pelo Governo Federal, que contemplou o Município de São João de Meriti. Quero aqui agradecer ao Senador Lindbergh Farias o apoio e a atuação, que foram fundamentais para que essa necessidade fosse atendida.

Estive algumas vezes, quase sempre acompanhado da minha chefe de gabinete, no Ministério da Saúde, onde participei de audiências para tratar de assuntos relevantes para o Município de São João de Meriti e o Estado do Rio de Janeiro. Especificamente nesse Ministério, estive com o Ministro Alexandre Padilha no dia 7 de março, juntamente com Deputados da bancada do Rio, para tratar de possíveis melhorias para a nossa região. Posteriormente, no dia 14 de março, estive com o Assessor Especial Sr. José Evaldo, reiterando esses pedidos.

Quero dizer que nunca falei sobre nomeações. Falei sobre programas e ações do Ministério. Por isso, peço que sejam apurados e esclarecidos os fatos divulgados pela imprensa, em prol do bom mandato que venho desenvolvendo, com a certeza de estar cumprindo meu dever para com os Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Termino, aqui agradecendo à minha família, aos amigos e principalmente a Deus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Espero que V.Exa. tenha tido a oportunidade de explicar as denúncias da revista *Veja*.

Documento 56/472

069.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	04/04/2012-10:54
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10373		WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Balanço da atuação do orador na presidência da Comissão de Defesa do Consumidor.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Inocência.

Quero apresentar, para que conste na ata dos trabalhos de hoje, a nossa prestação de contas dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Defesa do Consumidor no ano de 2011. Temos a satisfação e a honra de ter presidido aquela Comissão no período do ano passado, sucedendo o Deputado Roberto Santiago.

Trazemos então a prestação de contas de tudo o que foi realizado pela Comissão no exercício de 2011.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao apresentar o Relatório das Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Defesa do Consumidor em 2011, permito-me assegurar que foi um período de intensa atividade por parte dos seus membros, resultando em considerável produtividade, tanto no que se refere à legiferação em si, quanto à fiscalização dos atos governamentais, por meio de eventos em que foram ouvidas diversas autoridades, tanto representantes de setores produtivos do País, quanto entidades da sociedade civil organizada de defesa do consumidor, e, também, por meio de Propostas de Fiscalização e Controle. Certo é que fato inusitado houve durante esse ano, mas que, pelo entendimento e atuação dos Deputados e, principalmente, das Lideranças partidárias, isso não prejudicou o bom cumprimento das atribuições desse órgão técnico.

Já próximo ao fim da Sessão Legislativa, houve o afastamento, por mudança de partido e imposição regimental, dos Deputados Roberto Santiago, César Halum e Ricardo Izar dos cargos de Presidente e de 1º e 2º Vice-Presidentes, respectivamente, cabendo-me, na condição de 3º Vice-Presidente, assumir a direção da Comissão e favorecer a continuidade de seus trabalhos.

Por justiça, destaco o brilhantismo com que o Deputado Roberto Santiago desempenhou suas competências durante o período compreendido entre sua posse em, 2 de março, e seu afastamento, em 9 de novembro. Foi de se notar, conforme compromisso assumido por aquele Presidente em sua posse, a rapidez possível na busca por soluções para os entraves que os consumidores enfrentam no dia a dia nas relações consumeristas, os quais, não raro, são ludibriados pelos fornecedores de bens e serviços, principalmente, pela nova modalidade do comércio eletrônico. Outro ponto a destacar na atuação desse Parlamentar diz respeito à preocupação com os hipossuficientes, que, com o crescimento econômico do País, estão tendo a oportunidade de se transferirem para faixa de renda superior, significando, desta forma, aumento considerável do dinamismo do mercado de consumo, situação que acarreta a necessidade de maior atenção do poder público e, em particular, dos membros desta Casa, com vistas à observação do respeito aos direitos desses novos consumidores.

Em 2011, o Colegiado, visando a maior amplitude de ação, dirigiu seu foco a diversos setores da economia, dentre os quais se destacaram aqueles que demandam maior atenção dos órgãos de defesa do consumidor, pelo número considerável de queixas que lhes são encaminhadas, e que mereceram desse órgão técnico maior atenção, notadamente por meio de audiências públicas. A saber: telefonia - móvel e fixa; energia elétrica, que contou, ainda, com uma mesa redonda sobre metodologia de cobrança das tarifas de energia elétrica; sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2011, com a aprovação das Propostas de Fiscalização e Controle nºs 56/2008, do Sr. Ciro Nogueira, e 52/08, do Sr. Vital do Rêgo Filho, que tratam dos reajustes tarifários das Companhias Energéticas; aviação civil e infraestrutura aeroportuária, inclusive com a discussão do planejamento para a Copa Mundial de Futebol de 2014; e, por fim; o sistema financeiro, inclusive com a realização do Seminário *Proposta para Um Sistema Financeiro Cidadão*.

Ainda foi dispensada atenção especial às Agências Reguladoras, com a efetivação do Seminário *O papel das Agências Reguladoras*.

Já nos inícios dos trabalhos da Comissão, os Deputados manifestaram preocupação quanto à criação de comissão no âmbito do Senado Federal que

dera início ao debate de alteração do Código de Defesa do Consumidor. Entendiam os Parlamentares que a modificação do Código poderia descaracterizar uma das mais completas e consistentes leis consumeristas e que seria pertinente a atualização da Lei, incluindo-se em seu arcabouço modalidades de relação de consumo criadas após a elaboração do Código e questões relacionadas ao superendividamento. Diante disso, para aprofundamento do tema e afirmação da posição da Comissão sobre o assunto, foi realizada audiência pública, com a participação das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor.

Outra preocupação da Comissão foi com a inclusão social dos portadores de necessidade especial, que, embora um nicho de consumo, merecem toda a atenção e respeito por parte do setor público e das empresas da cadeia consumerista. Neste sentido, foi promovida audiência pública sobre deficiência auditiva, com ampla repercussão junto às entidades assistencialistas, da qual resultou a participação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) na agilização da instalação de equipamentos de comunicação adaptados às necessidades desses cidadãos.

Houve ainda a aprovação do Projeto de Lei nº 2.385/07, da Sra. Ana Arraes, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas produtoras de medicamentos, alimentos e material de limpeza a utilizar a escrita "Braille" nas embalagens de seus produtos".

Como ressaltai anteriormente, ao assumir o exercício da Presidência de tão importante órgão desta Casa Legislativa, obriguei-me a dar prosseguimento aos seus trabalhos e contribuir para o bom andamento das suas atribuições. Com espírito democrático e transparência nos meus atos, sentimentos que sempre marcaram minha vida pública, tenho a consciência plena de ter cumprido com êxito as responsabilidades a mim conferidas. Assim, procurei pautar todas as matérias em condições de serem deliberadas e as audiências públicas pendentes, observados os limites da agenda e exíguo tempo que restava.

Com o compromisso e dedicação de todos os membros desta Comissão, obtivemos um ano proveitoso, com a efetivação de 46 reuniões, sendo 17 de audiências públicas, 4 de audiências públicas conjuntas com outros órgãos do Parlamento e 25 deliberativas. Ainda levamos a efeito dois seminários e uma mesa redonda. Quanto às Proposições, foram aprovadas 48, rejeitadas 13 e arquivadas 3, perfazendo um total de 64 proposições apreciadas. Tenho certeza de que alcançamos o objetivo maior dos homens públicos, detentores dos anseios dos cidadãos brasileiros, qual seja: minorar os efeitos desagradáveis dos problemas que lhes são apresentados no conflito consumerista.

Não poderia me furtar em agradecer à equipe de servidores da Secretaria da Comissão, que, com dedicação e experiência, contribuíram com o sucesso dos trabalhos desse órgão técnico. Os mesmos agradecimentos estendo aos Consultores da Casa, que tanto nos auxiliaram em nosso mister, aos integrantes dos órgãos de comunicação da Casa, aos assessores dos partidos e a todos que, respeitosamente, acompanharam as nossas atividades.

Era só isso. Muito obrigado, Presidente.

Sumário

Preocupação de agricultores mineiros com o texto do novo Código Florestal. Declarações do orador à mídia sobre as causas da demora, na Casa, da aprovação definitiva do Código.

O SR. ZÉ SILVA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui registrar que estive, neste final de semana, numa região importante de Minas Gerais, o leste de Minas, especialmente no Município de Itabirinha, onde os agricultores da Comunidade do Córrego do Ipanema estão apavorados com a protelação da votação do Código Florestal. E essa é uma região com muita topografia inclinada e muitos cursos d'água.

Então, quero registrar a preocupação desses agricultores, e, mais uma vez, conclamar para que tenhamos rapidamente um novo Código Florestal, para dar segurança aos nossos agricultores. Todos os agricultores familiares, com área média de 5 hectares, possuem casa ou em morro ou à margem de córrego, onde há anos e anos criam suas famílias e produzem alimentos.

Muito obrigado.

MATÉRIA ENCAMINHADA PELO ORADOR

O impasse na aprovação do novo Código Florestal, cuja votação se arrasta há meses na Câmara dos Deputados, deixa o setor produtivo em situação de insegurança jurídica, tendo em vista a ausência de regras para regulamentarem o uso da terra, e afasta os investimentos ao longo da cadeia da agropecuária. O alerta foi feito nessa terça-feira (27) pelo Deputado Zé Silva (PDT-MG), ao cobrar urgência na apreciação da matéria. *"Não há razão alguma que justifique a demora, ainda mais por se tratar do setor que responde por 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 36% dos empregos no País."*

No entender do Deputado, não é justo o Executivo priorizar a votação da Lei Geral da Copa em detrimento da votação do Código Florestal: *"Afim, este evento esportivo será promovido apenas por um mês, em junho de 2014, enquanto a legislação ambiental será muito mais duradoura e muito mais importante tendo em vista a produção de frutas, verduras, proteínas e carboidratos, alimentos que vão deixar nossos atletas e turistas muito mais nutridos. Para tanto, nossos produtores precisam de paz e segurança jurídica no campo"*.

De acordo com o Parlamentar, o Governo e suas lideranças no Congresso Nacional são os responsáveis pelo atraso na votação do Código Florestal Brasileiro (CFB) na Câmara Federal. *"O Palácio do Planalto e seus Líderes no Parlamento estão sendo cobrados por esse impasse e podem ser apontados como culpados por quaisquer impactos negativos que a insegurança jurídica venha a trazer ao homem do campo."*

Zé Silva ressalta que o novo Código Florestal já foi debatido à exaustão no Congresso, na sociedade e no Governo, resultando em uma proposta que contempla a produção agrícola com sustentabilidade ambiental. *"Agora, quando estamos prontos para votá-lo, o Governo quer impor no texto uma norma que obriga os proprietários rurais recuperar a vegetação nativa nas Áreas de Preservação Permanente, nas APP."*

Segundo Zé Silva, a proposta do governo é impraticável pois não se deve jogar nas costas do agricultor uma atribuição que representará mais sacrifícios, com

impacto nos custos de produção. *"Não bastassem as intempéries, que ora provocam enchentes, ora, estiagens, e a exagerada carga tributária, ainda temos que enfrentar a inabilidade do Governo em relação a um texto sobre o qual muito já se discutiu no Congresso e na sociedade."*

Exportações: O Deputado destaca ainda a importância do setor para a economia do Brasil. *"Hoje, a nossa agropecuária exporta para mais de 200 países. No ano passado, as exportações brasileiras do agronegócio registraram recorde histórico, somando US\$94,59 bilhões, valor 24% superior ao alcançado em 2010 (US\$76,4 bilhões). O bom desempenho fez de 2011 o melhor ano para a balança comercial do setor desde 1997. A meta para 2012 é ultrapassar US\$100 bilhões, com estimativa de 5,7% de crescimento."*

Conforme o Deputado, o Brasil é hoje o maior exportador e produtor mundial de açúcar, café e suco de laranja. *"Além disso, somos o segundo maior produtor e exportador do complexo soja. No setor de carne bovina, somos o segundo produtor mundial e o primeiro em exportações. Ocupamos o primeiro lugar nas exportações de frango e o quarto, nas de suínos."*

"Na cadeia do álcool", acrescentou, "somos o segundo em produção e o primeiro em exportação."

Por isso, alerta o Deputado, o Governo não pode ignorar nem menosprezar o homem do campo. *"O agricultor garante, com seu trabalho, do amanhecer ao anoitecer, faça chuva ou faça sol, os alimentos na mesa da população brasileira e a produção de excedentes exportáveis. O agronegócio também impulsiona o crescimento do cooperativismo e associativismo, setores fundamentais para a geração de emprego e renda no País."*

Incompreensível: *"O agricultor brasileiro é o maior interessado na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável, porque depende da terra e de outros recursos naturais, como água, para produzir", observa o Deputado. "Portanto, é incompreensível que o Governo tente prejudicar justamente o setor mais bem-sucedido da economia brasileira. Setor, diga-se de passagem, que sempre apoia o Governo por intermédio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), formada em grande parte por integrantes da base aliada."*

Documento 58/472

069.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	04/04/2012-11:12
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10389	WELLINGTON FAGUNDES-PR -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do 293º aniversário de fundação do Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. Desenvolvimento socioeconômico da Capital mato-grossense.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Capital de Mato Grosso completa, no próximo domingo, 293 anos de fundação e vive um momento de acelerado crescimento econômico - acima do registrado em outras regiões do País: um crescimento que tem se dado de forma ordenada, para garantir uma

vida agradável a todos os seus moradores.

Por todos os lados, o que se vê é a incorporação de novas áreas ao adensamento urbano. Novos bairros vão surgindo. Os terrenos baldios hoje dão lugar a novos prédios residenciais, novas indústrias e empresas comerciais.

Contribuem para essa realidade o aumento do poder aquisitivo da população, a facilidade de crédito e os juros baixos. Hoje, alcançar o sonho da casa própria está mais fácil para famílias das mais diferentes faixas de renda, desde as menores, que têm acesso às casas do programa Minha Casa, Minha Vida, até as mais altas, que podem comprar imóveis de edifícios ou condomínios de alto padrão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para se ter uma idéia, o Sindicato da Habitação (Secovi-MT) realizou estudo que indica que, no período de 2010 a 2015, a cidade deve ganhar 189 novas torres de apartamentos, o que corresponde a aproximadamente 11 mil novas unidades.

Os investimentos se multiplicam em ritmo acelerado. Hoje, existem no Estado 2.900 construtoras. O aumento da mão-de-obra empregada no setor sofreu um crescimento de 156% entre 2006 e 2011. A participação da construção civil no PIB subiu de 1,63 bilhão em 2005 para 3 bilhões em 2011.

Mas o setor da construção é apenas uma das várias vertentes que mostram o crescimento da capital de Mato Grosso. A perspectivas positivas atraem novas empresas. Nos próximos anos, elas devem investir 24 bilhões de reais em Mato Grosso, muitas delas na capital. No Distrito Industrial de Cuiabá, existem hoje 185 empresas, mas muitas outras esperam pela aprovação do projeto para se instalarem.

Isso gera emprego e renda, movimenta a economia e impulsiona ainda mais o desenvolvimento. O dinheiro circulante possibilita um comércio aquecido, onde as vendas superam as mais otimistas expectativas. Desde os produtos mais populares, aos mais caros, como roupas, jóias e carros de luxo. Tem consumidor disposto a gastar muito dinheiro para comprar produtos de luxo.

Já o Poder Público, seja o governo do Estado ou a Prefeitura Municipal, vem fazendo o seu papel ao garantir que o adensamento urbano não resulte no colapso do abastecimento de água e do sistema de tratamento de esgoto, nem em um trânsito caótico. Hoje, o Poder Público atua para definir áreas estratégicas de crescimento urbano e planeja com antecedência a ampliação da infraestrutura necessária para que o bem-estar da população esteja garantida. Afinal, ninguém investe na construção de um conjunto habitacional, uma indústria ou uma empresa se não tiver a garantia do fornecimento de água e capacidade para o esgotamento sanitário.

Novas avenidas, viadutos e meios de transporte estão programados para facilitar a vida de quem precisa sair de casa. A cidade, que se prepara para a Copa do Mundo em 2014, investe em infraestrutura hoteleira, em qualificação de sua mão-de-obra, na ampliação de seu aeroporto e na construção de um novo estádio, mais bonito e moderno.

Hoje, o programa de investimento está levando asfalto a 100% dos bairros. Já outras ruas recebem o recapeamento asfáltico e em três anos, a previsão é da universalização do sistema de água tratada, ou seja, água de qualidade para 100% das residências de Cuiabá. O esgoto deverá estar 100% tratado nos próximos 10 anos, evitando o que acontece hoje, quando 487 toneladas de resíduos são despejados no rio Cuiabá sem nenhum tratamento - uma ação que compromete a vida em um dos santuários ecológicos da humanidade - o pantanal mato-grossense.

Enfim, não há o que reclamar. Crescimento no comércio, na indústria, no setor de serviços, gente ganhando mais e vivendo melhor. Essa é a Cuiabá que se orgulha de chegar aos seus 293 anos como uma das melhores cidades para se

viver.

Parabéns à capital de todos nós, mato-grossenses!
Era o que tinha a dizer.

Documento 59/472

069.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

04/04/2012-11:12

Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10392

AFONSO HAMM-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Importância do Programa Bolsa-Atleta. Frustração do orador com o arquivamento do Projeto de Lei nº 6.586, de 2009, acerca da ampliação do rol de beneficiários do programa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para destacar sobre o programa Bolsa Atleta selecionou neste ano 4.243 esportistas de modalidades olímpicas e paraolímpicas. A lista dos atletas já divulgada na segunda quinzena de março representa um aumento de mais de 30%, em relação a 2011, no número de atletas que contarão com o apoio direto do governo. Os investimentos são importantes nessa área esportiva, uma vez que o país será cenário, da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Portanto, trata-se de um estímulo ao desenvolvimento do esporte brasileiro e um investimento no Brasil. Além disso, contribui para a profissionalização dos atletas.

A bolsa é o investimento do governo federal nos atletas brasileiros que neste ano, ampliou em mais de 30% o número de beneficiados do programa. No total serão concedidas 4.243 bolsas a atletas de 53 modalidades olímpicas e paraolímpicas.

A Bolsa Atleta tem cinco categorias: a estudantil, a de base, a nacional, a internacional e a olímpica ou paraolímpica. O valor da bolsa mensal depende da categoria em que o atleta se enquadra, variando de R\$ 370,00 até R\$ 3.100,00. Neste ano, serão investidos R\$ 60 milhões para apoiar tanto os atletas que já estão no topo do alto rendimento quanto os que estão começando a construir suas carreiras.

O programa Bolsa Atleta também apoiará os principais esportistas brasileiros que até o ano passado, quem tivesse patrocínio individual não poderia receber o Bolsa Atleta. No entanto, a partir de agora podem receber o incentivo porque muitas vezes o patrocínio é temporário e somente para um campeonato.

A seleção dos atletas beneficiados depende do desempenho do esportista. São selecionados os três primeiros colocados nas competições oficiais do ano anterior, e aqueles que participaram dos últimos Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos.

Os atletas que estão em formação também serão contemplados. Em 2012, serão beneficiados 439 jovens atletas, de 14 a 20 anos.

Em julho de 2011, fui relator na Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 6586/2009, de autoria Senado Federal, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 9 de

julho de 2004 e institui a Bolsa-Atleta e visa estender o benefício da bolsa-atleta aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12. O projeto institui a bolsa atleta para permitir a concessão de benefício aos atletas-guias que dão suporte aos para-atletas da categoria T11, que são as pessoas que não tem visão e T12, são os que possuem grandes dificuldades visuais.

Apresentei duas emendas com o propósito de dar visibilidade aos atletas-guias e assim, terem a garantia da bolsa-atleta para estimular, fazer a inclusão dos deficientes visuais e terem grandes conquistas com os medalhistas paraolímpicos. No entanto, lamento que esse importante projeto que tramitava nesta Casa encontra-se arquivado na Mesa Diretora. Trata-se de importante proposta de inclusão de atletas com deficiência visual através do reconhecimento dos atletas-guia. Assim, é uma conquista efetiva para valorizar a todos que precisam desse apoio por ter uma condição de deficiência e fundamentalmente para apoiar o esporte, inclusão social e o reconhecimento ao esporte paraolímpico brasileiro.

Sr. Presidente, finalizo observando sobre a importância de efetivar apoio ao esporte e na construção de uma estrutura de qualidade para o país ser palco da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Era o que tinha a manifestar.

Documento 60/472

070.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

04/04/2012-15:36

Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10423

EDINHO BEZ-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apresentação, à Comissão de Turismo e Desporto, de requerimento de realização pelo órgão de visita técnica a Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com vistas à sua escolha para subsede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, apresentei requerimento na Comissão de Turismo e Desporto desta Casa para que a Comissão e os responsáveis da CBF e da FIFA façam uma visita técnica a Florianópolis para que a nossa capital, a capital dos catarinenses venha a ser uma das subseções das seleções que virão ao Brasil em 2014.

Portanto, a Comissão irá a Florianópolis. Peço que seja dada ampla divulgação ao assunto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de membro da Comissão de Turismo e Desporto desta Casa há 8 anos, tomo a palavra para dizer que protocolei na referida Comissão um requerimento para a realização de visita técnica desta Comissão à cidade de Florianópolis, Santa Catarina, com o objetivo de verificar a viabilidade dos centros de treinamento indicados pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo 2014.

Solicitei a realização de visita técnica desta Comissão à cidade de Florianópolis,

em Santa Catarina, com o objetivo de verificar a viabilidade dos Centros de Treinamento de Seleções (CTS) indicados pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, para Florianópolis ser uma das subsedes para uma das seleções de futebol que disputarão a Copa do Mundo de 2014. São eles: Campo do Costão do Santinho Resort Golf & Spa; Centro de Treinamento do Avaí; Estádio Orlando Scarpelli, entre outros.

Com 450 mil habitantes, Florianópolis e região são um centro de turismo internacional, que une conforto e luxo com muita natureza e belas praias. Por tudo o que a cidade tem a oferecer, o número de turistas que visitam a capital catarinense vem crescendo a cada ano.

Com uma rede hoteleira totalizando 535 hotéis e 38.500 leitos, Florianópolis está localizada a 476 km de Porto Alegre e 300 km de Curitiba, cidades estas que sediarão a Copa do mundo de 2014.

Geograficamente com uma localização privilegiada e atendida por pistas de mão dupla ligando aos principais centros no Brasil, isso possibilitará o transporte de torcedores e seleções que disputarão o mundial de seleções.

Tínhamos dois times, Avaí e Figueirense, na primeira divisão da principal competição do futebol brasileiro até dezembro de 2011. Hoje temos o Figueirense na 1ª, e Criciúma, Avaí e Joinville na 2ª divisão do Brasileirão, com quatro centros de treinamento de seleções indicados pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014. Isso só vem mostrar que o povo catarinense prestigia bastante o futebol e que dispõe de uma infraestrutura satisfatória, recebendo turistas, visitantes, empresários, entre outros de todo o mundo.

Vale lembrar que este Deputado já havia apresentado este mesmo requerimento em setembro de 2011 e ele havia sido aprovado por esta Comissão. Estamos retomando essa discussão para irmos à Santa Catarina com os responsáveis pela visita técnica enunciada.

Encerro dizendo que a cidade de Florianópolis reúne condições excepcionais para ser uma das subsedes para receber uma das seleções que disputarão a Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Documento 61/472

070.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/04/2012-16:03
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10430		SIBÁ MACHADO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Decadência do modelo econômico adotado pelo PSDB. Relevância do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Construção de usinas hidrelétricas pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Documento O Círculo Virtuoso do Desenvolvimento, de autoria do Comitê Gestor do PAC. Artigo Carvalho vê ação em Jirau como vandalismo e banditismo, a respeito do posicionamento do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, sobre os atos de vandalismo ocorridos no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Estado de Rondônia, publicado pelo jornal Estado de S. Paulo. Acerto da decisão do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de encaminhamento de contingente da Força Nacional de Segurança Pública ao Estado de Rondônia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é natural do Parlamento bons e acalorados debates que ocorrem entre Situação - Governo - e Oposição.

Quero trazer dois assuntos na tarde de hoje: uma avaliação que quero fazer sobre o perfil e o paradigma da economia conduzida pelo Governo da Presidenta Dilma e, claro, os episódios que ocorreram recentemente na Hidrelétrica de Jirau.

Sr. Presidente, o paradigma da economia, traçado, pensado, elaborado e conduzido pelos Líderes do tucanato no Brasil, pelos pensadores do PSDB e por todos os partidos que compõem essa linha de pensamento, ficou perdido no tempo; caíram por terra e ficaram no passado todas as suas razões e teorias.

Uma delas, Sr. Presidente, está escrita nos Anais do que foi o grupo de pensar a economia dos anos 60 e 70, conduzido pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e por outras pessoas, como Sérgio Motta, o ex-Governador de São Paulo, Mário Covas, e outros pensadores, no sentido de que a teoria das vantagens comparativas pensadas por David Ricardo, um chamado neoclássico, da economia neoclássica, é que os países devem trilhar seu desenvolvimento a partir da razão daquilo que têm de melhor. Portanto, os países com alta industrialização continuariam sendo países que dominam a economia e a política mundial; já os países que não contam com a industrialização deveriam se agarrar apenas à venda e exportação de matéria-prima.

Pois muito bem: durante muitos anos, no século XIX e entrada do século XX, o grande debate que se fazia era que a Inglaterra, para dominar o mundo, aplicava muito bem essa regra. Então, os países não industrializados deveriam estar vendendo matéria-prima quase de graça para a Inglaterra.

Isso cai por terra, Sr. Presidente, a partir da eleição do Presidente Lula. Cai por terra porque, resgatando um pensamento de Keynes, o Estado brasileiro passa de novo a ser o indutor, o líder, o coordenador da capacidade de desenvolvimento do País. Como tal, criou o Plano de Aceleração do Crescimento - esse foi o grande salto de qualidade da retomada, e não só para o Brasil.

Mas vejam como mudou a geopolítica do mundo inteiro: só existia o tal do G7, que depois virou G8; depois se criaram o G20, o G21, o G22, o G23 e tantos outros blocos econômicos. E, é claro, mais recentemente, confirma-se o chamado BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Dado isso, o PAC arrasta o Brasil para uma capacidade muito forte de liderar a economia e a política, e chama agora a atenção para a cooperação chamada Sul-Sul. Mudaram os paradigmas dentro da OMC, muda a discussão dentro da ONU, e em todos os grandes fóruns mundiais os mais pobres do mundo hoje têm um assento, ainda que minimamente reservado, nesses grandes debates, Sr. Presidente.

Então, o Plano de Aceleração do Crescimento do Brasil veio para marcar história, para levar infraestrutura pesada a todos os lugares, para elevar a capacidade produtiva do País, para investir em conhecimento, para elevar o padrão de renda dos mais pobres, para abrir quase 15 milhões de postos de trabalho com carteira assinada no Brasil.

Porém, Sr. Presidente, algumas pessoas parecem ter parado no tempo. Nesse caso, as principais obras do PAC, neste momento, na Amazônia, estão voltadas ao setor de energia, à produção de energia hidráulica a partir dos rios. As principais são no Rio Madeira, que tem duas: Santo Antônio e Jirau; e no Rio Xingu, no Pará, a Hidrelétrica de Belo Monte.

Eu acompanhei de perto o debate nos anos 80. Estava começando a minha vida pública como sindicalista, lá na Transamazônica, no Estado do Pará. E a forma, o modelo utilizado pelo governo militar daquela época para a construção de

hidrelétricas, eu também concordo plenamente que aquilo não servia absolutamente em nada para um amazônida. Esse modelo ficou ultrapassado. E o pior da engenharia do Brasil é a Hidrelétrica de Balbina, no Estado no Amazonas. Até hoje eles dizem que um engenheiro que quer pensar em energia elétrica não deve fazer como a Hidrelétrica de Balbina.

Mas isso tudo muda a partir do Governo do Presidente Lula. Muda, e muito, porque o novo conceito, com novas tecnologias, redução do tamanho dos lagos, capacidade de discussão com a comunidade, deixar energia na comunidade, capacidade de investir no Estado que está produzindo energia elétrica, que vai além dos chamados planos de compensação social, isso tudo está posto nas matrizes das construções dessas hidrelétricas.

Eu tive a oportunidade de participar, por quase 2 anos, do Conselho de Administração da Hidrelétrica de Jirau. Acompanhei de perto os primeiros passos da implantação das usinas do Rio Madeira. O que ocorreu? No ano passado, houve um alto índice de vandalismo, que destruiu 100% dos alojamentos do canteiro de obras de Jirau. Anteontem repetiram-se os fatos.

Eu tenho aqui uma nota do Secretário-Geral da Presidência da República, Dr. Gilberto Carvalho, condenando - e eu concordo com ele - o ato de vandalismo que lá ocorreu, porque os trabalhadores, reunidos em assembleia, apresentaram uma pauta de reivindicação que foi totalmente aceita pelas empresas que contratam esses operários. Elas atenderam a 95% de tudo o que foi colocado naquela pauta: aumento da capacidade de pagamento do percentual aos que ganham até 1 mil e 500 reais; 220 reais para aqueles que ganham menos de 1 mil e 500 reais; 200 reais para aqueles que ganham mais de 1 mil e 500 reais; a garantia de não cortar o ponto dos grevistas, e por aí vai.

Mas há um grupo de pessoas que se está atribuindo a um partido chamado de ultraesquerda, que elegeu as obras do PAC para fazer ondas de terrorismo e chegar a 2014 com as obras, tanto dos estádios de futebol da Copa do Mundo como também dessas hidrelétricas, paralisadas. Esse grupo não aceitou, de jeito nenhum, que 90% da categoria tenham dado "sim" à proposta de negociação. Eles entraram nos alojamentos fechados, onde as pessoas estavam trabalhando, e começaram uma nova onda de incêndios. Dos 57 alojamentos, 36 foram queimados. Mas ao chegarem aos alojamentos onde outros trabalhadores estavam descansando, estes não os deixaram consumir o incêndio.

Isso mostra que é preciso tomar uma atitude. Como disse o Ministro Gilberto Carvalho, não pode ficar desse jeito. Se a causa fosse trabalhista, estaríamos discutindo no âmbito das centrais e dos sindicatos que representam essas categorias, mas não é o que ocorreu lá e não é o que está ocorrendo em outras onze obras do Plano de Aceleração do Crescimento.

Como o debate é dessa natureza, parabenizo o Ministro José Eduardo Cardozo por tomar a atitude de mandar a Força Nacional para o local. Já foram presas onze pessoas envolvidas nesse vandalismo.

Posso afirmar a V.Exas. que acompanhei de perto as negociações. Todas as centrais sindicais e os sindicatos que têm presença lá delas participaram, e 90% da categoria disse "sim".

Assim sendo, é muito preocupante esse tipo de sindicalismo, que eu desconheço. Fui sindicalista durante muitos anos de minha vida. O embate que fazíamos era no sentido de sermos duros na condução política e na capacidade de argumentação. Não arredávamos o pé naquilo que era direito do trabalhador, mas nunca fizemos esse tipo de atividade, que vai além da luta e da capacidade de organização sindical, um direito do trabalhador.

Fica registrada a minha solidariedade ao Governo e à direção dos sindicatos que conduziu a negociação em Rondônia. Espero que, a partir de agora, se possa operar com um serviço de inteligência, porque se não colocarmos esse tipo de

serviço, corremos o risco de ver essas obras, que têm prazos exíguos de execução e de entrega, serem atrasadas e perdermos o prazo, inclusive, nas obras da Copa.

Sr. Presidente, queria deixar como lidos um texto que trata dos efeitos do PAC, da sua capacidade de execução, e uma matéria a respeito da nota apresentada pelo Ministro Gilberto Carvalho.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 62/472

070.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/04/2012-16:15
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10433	CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Instalação pela Casa da CPI destinada à apuração de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. Indignação da oradora com a decisão do Superior Tribunal de Justiça a favor da absolvição de acusado de estupro de menores. Compromisso de atuação parlamentar contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, solicito seja dado como lido e divulgado nos meios de comunicação da Casa pronunciamento sobre a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Aproveito para lamentar o resultado do julgamento de um homem acusado de estupro contra três menores de 12 anos. Uma das decisões foi baseada no fato de as crianças já terem tido prática de atividade sexual por longa data. A violência sexual não se justifica, independente da faixa etária, muito menos num caso tão grave envolvendo crianças. Essas crianças foram para a atividade sexual em função da falta de estrutura do País para a proteção das nossas crianças e adolescentes.

Esse caso é emblemático. Com certeza, nossa Comissão irá se pronunciar, porque não dá para ver um homem sendo inocentado quando violou os direitos de três crianças com apenas 12 anos.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Líderes presentes, venho a esta tribuna para destacar a instalação, nesta terça-feira, aqui nesta Casa, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Essa é uma triste realidade que, infelizmente, ainda enfrentamos aqui no Brasil e que voltou ao noticiário após a absolvição, pelo Superior Tribunal de Justiça, de um homem acusado de ter praticado estupro contra três meninas de 12 anos que se prostituíam, em São Paulo.

O processo foi distribuído para a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, onde a relatora, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, especificou que não se pode considerar crime o ato que não viola o bem jurídico tutelado, no caso, a "liberdade sexual". Isso porque, na visão da relatora, as menores a que se referia o processo julgado se prostituíam havia tempos quando do suposto crime, apesar de as meninas terem 12 anos e de o dispositivo, à época, dizer que *"presume-se a violência se a vítima não é maior de 14 anos"*.

No caso analisado, o réu era acusado de ter praticado estupro contra três menores, todas de 12 anos. Mas o Tribunal o inocentou sob a alegação de que as garotas *"já se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data"*.

Tal decisão obriga a um raciocínio lógico. É possível, para uma criança de apenas 12 anos, ter exercido a prostituição desde "longa data"?

A Ministra entendeu que apesar de buscar a proteção do ente mais desfavorecido, o magistrado não pode ignorar situações nas quais o caso concreto não se insere no tipo penal.

Entretanto, a 5ª Turma do STJ reverteu o entendimento local, decidindo pelo *"caráter absoluto da presunção da violência"* no estupro praticado contra menor de 14 anos.

A decisão levou a defesa a apresentar embargos de divergência à 3ª Seção, que alterou a jurisprudência anterior do Tribunal para reconhecer a *"relatividade da presunção de violência"* na hipótese dos autos.

Procuradores da República e Parlamentares divulgaram nota em repúdio à decisão do STJ. Para eles, a absolvição abre perigosos precedentes e *"é uma afronta ao princípio da proteção absoluta de crianças e adolescentes"*, garantidas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República vai pedir a revisão da decisão do STJ, segundo informou a secretária, Ministra Maria do Rosário.

Na visão da Associação Nacional dos Procuradores da República, a decisão é uma afronta ao princípio da proteção absoluta, garantido pela Constituição a crianças e adolescentes, e sinaliza tolerância a essa prática. Dizem ainda que *"imaginar que uma menina de 12 anos - notadamente em situação de exclusão social e vulnerabilidade - estaria consciente de sua liberdade sexual ao optar pela prostituição é ultrajante"*.

Ainda conforme a nota, *"num momento em que as instituições públicas e privadas preparam-se para combater a exploração sexual infantil durante grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, é lamentável que prevaleça tal entendimento"*.

Para a Procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga, de São Paulo, a partir da edição da Lei nº 12.015, de 2009, a relação sexual com pessoa menor de 14 anos tornou-se expressamente proibida e considerada como uma das hipóteses de estupro de vulnerável. Antes da lei, existia a chamada presunção de violência e se discutia se essa presunção era apenas relativa, ou seja, se prova em sentido contrário seria admitida ou não. Hoje não existe qualquer discussão sobre prova da violência.

Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Goiás, na Apelação Criminal nº 19965-0/21322 (199902136681), na Comarca de Uruaçu, não absolveu o apelante. A Desembargadora Juraci Costa disse que não há que se falar em absolvição com base no consentimento da menor de 14 anos para a conjunção carnal.

Também no Recurso Especial nº 783.684-GO (2005/0151204-9), especificou-se que a presunção de violência pela idade mínima, prevista no art. 224 do Código Penal, tem caráter absoluto, não podendo ser afastada em razão de seu comportamento pessoal.

No *habeas corpus* HC 72575/PE, o Relator, Ministro Néri da Fonseca, em 4 de

agosto de 1995, disse que o estupro ocorrido sequer elide a presunção de violência; a violência ficta, prevista no art. 224 do Código Penal, é absoluta e não relativa, conforme iterativa jurisprudência do STF. O *habeas corpus* foi indeferido.

São dados que reforçam o sentimento de indignação e de injustiça em relação à decisão do STJ, um ato que avaliza práticas sórdidas que devem ser eliminadas do cotidiano de um país civilizado.

Quero reafirmar não só meu repúdio a essa absolvição, mas principalmente minha disposição, meu compromisso em trabalhar dentro da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes pela mudança desta triste realidade vivida diariamente por milhares de crianças brasileiras.

Obrigada.

Documento 63/472

070.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/04/2012-18:30
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10459		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Casa, da proposta de regulamentação da profissão de motorista. Defesa de concessão da aposentadoria especial, do adicional de penosidade e da jornada de trabalho de 6 horas diárias aos rodoviários. Instalação da CPI destinada à investigação da prática de turismo sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes no País. Elevado número de homicídios ocorridos no Distrito Federal. Votos de feliz Páscoa no povo brasileiro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro sobre votação muito importante que se deu nesta Casa ontem e que diz respeito à regulamentação da profissão de motorista.

O motorista carrega a condição de ser condutor de vidas. Portanto, nada mais justo do que este País reconhecer essa profissão para fazer justiça à categoria.

Digo isso, Sras. e Srs. Deputados, com a clara convicção de que avançamos na perspectiva do reconhecimento da profissão de motorista, mas também de que é preciso avançar mais.

O projeto que saiu desta Casa e foi para o Senado sofreu modificações que ensejam, penso eu, a necessidade de reapresentarmos os aspectos que foram suprimidos, para que não volte sem direitos absolutamente fundamentais.

Os motoristas - e não apenas os motoristas, mas também os rodoviários e rodoviárias, cobradores e cobradoras - precisam resgatar o direito à aposentadoria especial. E eles tinham aposentadoria especial em razão do caráter absolutamente penoso da atividade que exercem, uma atividade que acarreta um profundo estresse que se vai expressar, inclusive, em doenças, sem nenhuma dúvida, decorrentes do exercício e do desenvolvimento daquele trabalho.

A profissão dos motoristas e cobradores se dá em um universo extremamente violento. Os acidentes de trânsito provocam milhares de vítimas todos os anos: cerca de 35 mil pessoas morrem em consequência da violência no trânsito.

Os rodoviários e rodoviárias, motoristas, cobradores e cobradoras vivenciam esse universo de extrema violência. Exercem uma profissão absolutamente fundamental, porque assegura um dos direitos básicos para que possamos reconhecer o Brasil como Estado Democrático de Direito: o direito de ir e vir - e são eles que conduzem vidas para atividades de lazer, para o trabalho, para onde as pessoas serão atendidas por políticas públicas absolutamente fundamentais.

Portanto, é preciso que façamos um esforço na Casa no sentido de resgatar uma conquista que essa categoria tinha e que foi retirada na lógica em que foi mergulhado o País, a lógica do Estado mínimo, segundo a qual os trabalhadores são desprovidos de direitos. A aposentadoria especial é absolutamente fundamental.

Outro aspecto, Sr. Presidente, diz respeito à jornada de trabalho. Foi assegurado ontem o intervalo necessário para recuperar as condições de trabalho adequadas a esses trabalhadores, que exercem sua profissão em nível elevado de estresse e de penosidade que precisa ser reconhecido. É importante assegurarmos a jornada de 6 horas para a categoria, em razão da penosidade intrínseca ao exercício dessa profissão, que leva os trabalhadores a um adoecimento prematuro e a sofrer doenças acarretadas pelo estresse, como patologias cardiológicas e circulatórias.

É preciso que façamos um grande esforço na Casa para aprovar a aposentadoria especial, o adicional de penosidade e a jornada de 6 horas para os rodoviários de todo o País.

Aliado a isso, é necessário reconhecermos que existe um risco no exercício dessa atividade. Inúmeras vezes, abrimos as páginas dos jornais e ali vemos um cheiro de pólvora. Rodoviários, cobradores e motoristas são vítimas da violência urbana, em uma sociedade em que está havendo uma coisificação absolutamente temerária e perigosa da pessoa, do ser humano. Temos a mão invisível do mercado, penso eu, invadindo a cidadania e nossas intimidades e, a partir daí, capturando nossos sonhos, nossa forma de ser, capturando nossa alma, diria eu.

Nesta sociedade, em que todos os dias é derramada, em todas as casas, a concepção de que as pessoas valem não pelo que são, mas pelo que possuem; em que é derramada a concepção de que as pessoas têm de consumir para serem validadas socialmente; uma sociedade que diz: "*consume, para ser alguém*", mas que não dá o direito de consumir, vamos viver relações extremamente violentas, relações que vão atingir esses trabalhadores e trabalhadoras que estão em todos os lugares do nosso País, em todos os cantos, nos locais mais escuros, mais perigosos, mais violentos, desempenhando a nobre função de transportar vidas. Por isso, queremos também discutir o adicional de risco para rodoviários e rodoviárias.

Sr. Presidente, se partirmos do patamar do reconhecimento da profissão e, a partir daí, assegurarmos essas conquistas para o desempenho adequado dessa função nobre de conduzir vidas, faremos justiça não apenas para a brava categoria de rodoviários e rodoviárias, mas também faremos justiça para o conjunto da sociedade. É preciso que possamos fazer, nos locais de trabalho, um recorte da pessoa, do ser humano. Não nos cabe mais analisar os trabalhadores apenas como detentores de contracheques ou detentores de direitos difusos. São eles pessoas que estão no local de trabalho, pessoas que sentem, pessoas que têm cara, que têm perfil e que precisam ser consideradas como tal.

É preciso que superemos o desafio que está dado para cada um de nós de dar

visibilidade ao conjunto das pessoas, ao conjunto dos seres humanos, para que possamos tirar dos escombros da discriminação, da desigualdade, da exclusão simbólica, da exclusão social as pessoas, independentemente das condições que elas enfrentem no seu dia a dia, independentemente de como sejam. São pessoas.

Estamos na antevéspera da Páscoa, quando comemoraremos a ressurreição, a vida. Lembraremos, nesta sexta-feira, a morte de Cristo. E temos absoluta certeza de que Ele morreu deixando um dos exemplos mais nobres e mais profundos de solidariedade e de fraternidade, porque morreu sofrendo como ser humano; sendo o Filho de Deus, *"morreu para que todos tenham vida, e vida em abundância"*.

Sr. Presidente, ontem instalamos a CPI da qual V.Exa. faz parte, a CPI que vai discutir e enfrentar o turismo sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes. E, hoje, tivemos uma audiência pública para discutir a situação dos moradores e moradoras de rua aqui no Distrito Federal, pessoas que têm sido vítimas de uma série de violências. Há denúncias de que são vítimas de violência moral, de violência psicológica e de violência física - maus-tratos, tortura, violência sexual. Em depoimento, uma adolescente de 16 anos disse, com muita dor, que foi estuprada, no centro de Brasília, por dois policiais militares.

O que exigimos na audiência pública foi que o Estado dê respostas à sociedade. O Estado, que foi ausente para com essa população em situação de rua, que não a considerou como pessoas, que a transformou em seres invisíveis, precisa responder às denúncias de arbitrariedade, às denúncias de violência perpetrada por policiais militares a moradores e moradoras de rua, inclusive a moradores e moradoras de rua adolescentes.

Para ironia, para ferir a nossa lógica e a nossa defesa da dignidade humana, foi apontado que, no centro de Brasília, existe um espaço onde acontecem verdadeiras sessões de tortura de crianças e adolescentes, moradores e moradoras de rua e que os policiais chamam esse espaço, segundo as denúncias, que precisam ser apuradas, de "casa de massagem".

É preciso que não haja qualquer tipo ou cheiro de impunidade, para que possamos dizer que existe um Estado - e não o Estado opressor. Que esse Estado, que esteve ausente da realidade e do sofrimento dessa população, possa se fazer presente por meio de políticas públicas intersetoriais que valorizem a dignidade humana, que esse Estado não se torne presente como um dos maiores violadores dos direitos de uma população que já é vitimada, porque foi empurrada pelo desamor, pela drogadição e pela exclusão social para as ruas e precisa, portanto, de políticas públicas que possam assegurar os seus direitos.

Sr. Presidente, queremos discutir essas denúncias que surgem de crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal, que apontam para o fato de que, nas madrugadas, enquanto dormimos, existe muita dor sendo construída por uma relação absolutamente autoritária e de desumanização real de segmentos da população que deveriam estar sendo protegidos pela sociedade, pelo Estado e pelas famílias, que são as crianças e adolescentes. Esse é um tema que será discutido na CPI que tenho a honra de presidir.

Além disso, queremos discutir o impacto da Copa no turismo sexual. Queremos discutir os impactos que podem vir com os grandes eventos que serão abrigados por este País - a exploração sexual de crianças e adolescentes -, porque queremos preparar o Brasil para a Copa. E preparar o Brasil para a Copa não é apenas construir aeroportos para acolher os milhares de turistas que virão de todo o mundo. Preparar o Brasil para a Copa não é apenas construir estádios milionários. Preparar o Brasil para a Copa não é apenas assegurar a infraestrutura necessária para que possamos realizar a contento esse evento. Preparar o Brasil para a Copa é proteger os direitos da nossa população,

proteger a condição humana de crianças e adolescentes, é impedir que eles sejam vítimas do turismo sexual e da exploração sexual comercial. Isso, sim, significa preparar este País para a Copa. Que o rastro que ficar da Copa seja um rastro de cidadania e de dignidade humana, não o rastro de dor, atingindo as nossas crianças e nossos adolescentes.

Queremos, na CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, discutir a Copa, para que não tenhamos um impacto de destruição ou de ferimento de direitos das crianças e adolescentes. É o que o País exige de nós, é o que a dignidade humana exige de nós, numa discussão absolutamente central neste momento. Central neste momento é considerar que valores de solidariedade e de fraternidade, que vivenciamos neste período de quaresma e que vamos vivenciar de forma absolutamente concreta na Páscoa e durante toda esta semana, sejam parte da nossa sociedade.

Não podemos mais permitir com naturalidade que haja 88 homicídios no Distrito Federal em apenas um mês. Não podemos mais permitir que moradores de rua sejam queimados ou assassinados. Não podemos mais permitir tantos casos, de acordo com denúncias, de crianças e adolescentes estuprados por agentes públicos aqui na nossa cidade. Que todos os seres humanos sejam vistos como ser humano igual em direitos, que possamos ver no outro um semelhante em direitos. Que possamos ver no outro um ser humano na sua globalidade, na sua profundidade.

Não basta apenas tirar o Brasil da fome. Não temos fome só de pão, mas também de vida e de justiça. Temos fome de beleza neste País. Isso precisa ser contemplado, dando centralidade às discussões relativas à defesa dos direitos humanos na nossa cidade e no nosso País.

Encerro, Sr. Presidente, desejando feliz Páscoa a todos. Que possamos vivenciar a vida, compartilhá-la e dizer, enfim, que somos uma democracia, porque todos temos vida em abundância.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay. Quero parabenizá-la, primeiro, pelo pronunciamento. Fiz questão de dar um tempo maior a V.Exa., que fala de sinais de morte e de vida. Fala não apenas como lamentação, mas também com a esperança de que é possível mudar.

A Páscoa representa a mudança de vida, o colocar-se totalmente como pessoa que quer viver de forma digna e com toda a liberdade, mas que também pretende ajudar aqueles que ainda não vivem essa plenitude.

V.Exa. citou uma série de situações que precisamos enfrentar.

Em segundo lugar, parabeno V.Exa. por ter sido escolhida para presidir a CPI. Com certeza, devemos não apenas ouvir essas pessoas, mas também fazer diligências nos locais, porque, muitas vezes, por trás da hipocrisia e do farisaísmo de muitos, inclusive com a complacência e a conivência de setores do próprio Executivo, do Legislativo e do Judiciário, em nome do desenvolvimento, ocorrem a exploração o chamado turismo sexual.

O Ministério do Turismo encaminhou uma relação de diversos sites que oferecem noites com duas meninas para aquele que vier ao Brasil. Quando se contrata o serviço, já está condicionada essa situação.

Quero também desejar a todos os Parlamentares e aos servidores desta Casa uma feliz Páscoa.

Como V.Exa. disse, Deputada Erika Kokay, o Cristo veio para que *"todos tenham vida, e vida em abundância"*. E Ele deu o testemunho disso, porque a prova maior do amor Dele para conosco foi doar a Sua vida pelos irmãos.

Devemos aprender a partilhar, a perdoar, a buscar a construção de uma sociedade onde reine a paz, a justiça, a bondade, eliminando sinais de violência, de guerras, de divisões.

Feliz Páscoa para todos. É o que nós desejamos nesta quarta-feira que é conhecida, em alguns lugares, como Quarta-Feira do Fogaréu, quando são realizadas as procissões do fogo, que representa a entrega de Cristo para ser crucificado.

Para nós, nesta quarta-feira, buscar a presença Dele é fazer com que este mundo seja iluminado, as trevas desapareçam e que possam reinar entre nós os sinais de luz. É o que todos nós queremos.

Documento 64/472

070.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/04/2012-18:48
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10463	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Apoio às Medidas Provisórias de nºs 549 e 550, de 2011, relativas ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite. Importância da emenda apresentada pelo Deputado Romário acerca da extensão de linha de crédito especial a cadeirantes.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de declarar aqui meu apoio às medidas provisórias que se referem ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, lançado pela Presidenta Dilma Rousseff. O objetivo do Plano Viver sem Limite é promover a inclusão social e a autonomia da pessoa com deficiência. De acordo com o Governo Federal, serão R\$ 7,6 bilhões aplicados até 2014.

Segundo o IBGE, 23% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. É um percentual significativo e a maioria desses cidadãos é pobre.

A Medida Provisória nº 549, de 2011, reduz a zero as alíquotas de contribuições sociais incidentes sobre a importação e a comercialização de produtos como próteses oculares, *scanners* equipados com sintetizador de voz, impressoras e máquinas Braille. A relatoria analisa também emendas que ampliam a lista de produtos, incluindo, por exemplo, *softwares* de leitores de tela, outros tipos de prótese, cadeiras de rodas motorizadas etc.

A Medida Provisória nº 550, de 2011, prevê uma linha de crédito para compra de produtos de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Apoio também a emenda apresentada pelo Deputado Romário, do PSB do Rio de Janeiro, que estende a linha de crédito especial para vítimas de acidentes que passam a depender de cadeiras de rodas.

Todas essas medidas são importantes para o processo de inclusão. O acesso à tecnologia assistiva é fator indispensável para a inclusão das pessoas com deficiência.

Recentemente, houve grandes avanços nessa temática com uma das mudanças aprovadas na Lei Geral da Copa que reserva 1% dos ingressos para venda às pessoas com deficiência.

No Brasil, a maior parte das pessoas com deficiência física, auditiva, visual e mental está alijada do mercado de trabalho. Precisamos mudar esse cenário. Acredito que o Plano Viver Sem Limite é um marco na história das iniciativas governamentais de inclusão.

Documento 65/472

070.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/04/2012-18:48
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10463	MIRIQUINHO BATISTA-PT -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, da Indicação nº 2.728, de 2012, para a inscrição em placas de inauguração de estádios de futebol dos nomes dos trabalhadores na construção das respectivas obras.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. MIRIQUINHO BATISTA (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da Mesa e demais presentes a este Plenário, boa tarde! Boa tarde aos que nos assistem pela tevê ou pela Internet e a todos aqueles que nos escutam.

Quero informar que apresentei ao nosso Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, a Indicação nº 2.728, de 2012, que sugere a inscrição, nas placas comemorativas de inauguração dos estádios de futebol, dos nomes dos trabalhadores da construção civil que contribuíram para sua edificação ou reforma.

Uma importante questão social se refere à separação entre o trabalho e o produto do trabalho. Em uma sociedade cujos fundamentos econômicos pressupõem a venda da força do trabalho como elemento básico da produção e de geração do valor, uma ruptura se estabelece entre o trabalhador e o fruto de seu trabalho. Como regra geral, o trabalhador não se apropria do produto a que se empenhou, empregando seu tempo, fruto do seu trabalho.

Em alguns segmentos da atividade econômica, esta separação é particularmente perceptível. É o caso da construção civil, na qual a larga maioria dos trabalhadores contribui para edificação de prédios destinados à propriedade ou uso de outros, normalmente de camadas economicamente superiores.

Esta situação se reproduz na construção de grandes obras destinadas ao público, como os estádios de futebol, ora em fase de preparação para a Copa do Mundo de 2016. Nos marcos comemorativos de sua inauguração, normalmente se encontram os nomes das autoridades gestoras, das empresas construtoras e dos engenheiros responsáveis. Nenhuma alusão, porém, se faz a todo o contingente de trabalhadores que deu materialidade aos planos e projetos arquitetônicos.

A referida Indicação tem por objetivo sugerir ao Ministério do Esporte que,

acompanhando o andamento dessas obras monumentais, recomende às entidades mantenedoras dos estádios, novos e renovados, que inscrevam, nas placas alusivas aos eventos construtivos, os nomes de todos os que contribuíram para sua realização, desde o engenheiro de obras até o responsável pelo mais simples trabalho manual.

Se a homenagem aqui proposta não resolve o dilema da separação entre trabalhador e fruto do trabalho, ao menos assegura o reconhecimento público ao esforço coletivo de inúmeros brasileiros cuja participação é essencial para o bem-estar da sociedade.

Sr. Presidente, peço seja dada publicidade a este registro no jornal impresso, no rádio, no site da Câmara e principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

Documento 66/472

070.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	04/04/2012-18:48
Publ.: DCD - 05/04/2012 - 10465		WALTER FELDMAN-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Importância socioeconômica para o País da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Necessidade de realização de maiores investimentos na educação, na qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros e no ensino da língua inglesa para a integração do País no contexto mundial. Valorização dos docentes brasileiros. Defesa da destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. WALTER FELDMAN (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil está deixando de ser o país do futuro, um país em desenvolvimento. Hoje já somos considerados um país desenvolvido, embora saibamos que ainda há muito há fazer para garantir as conquistas desde o Plano Real.

Os dois grandes eventos que vamos sediar vão ser primordiais para crescermos economicamente e na área social. A Copa do Mundo e as Olimpíadas são os dois maiores eventos do mundo. Será um teste que nos proporcionará o resultado de que somos capazes ou não de realizar os grandes eventos com competência.

Provar que podemos realizar eventos como esses significa muita coisa. Mostraremos ao mundo se realmente somos uma nação séria ou não. Ainda iremos nos qualificar para disputar grandes eventos mundiais, um dos negócios mais lucrativos da década. Apenas 50 eventos mundiais nos próximos 10 anos vão gerar mais de 200 bilhões de dólares de lucro. Além disso, vão gerar outros tantos bilhões de negócios paralelos que são fechados durante os eventos. Isso significa investimentos vultosos.

Todo mundo ganha - o governo, os empresários, a cidade, a população como um todo - com a geração de milhares de empregos e a melhoria de qualidade de

vida que os investimentos trazem para as cidades e o país.

Essa transformação que poderia acontecer no Brasil corre o risco de não acontecer na medida em que esperamos que temos condições de fazer. Infelizmente, a direção dos eventos está sendo desenrolada por interesses e apoios políticos inconfessáveis, quando na verdade deveria reformar e reconstruir o nosso País, ofertando melhores oportunidades a todos os brasileiros.

Acompanhando a desenvoltura dos Jogos Olímpicos de Londres, pude perceber a distância que ainda separa o chamado Primeiro Mundo de nós. Ainda temos muitas deficiências que devemos e podemos superar se tivermos o cuidado de aprender os acertos e os erros dos outros.

Ainda temos, por exemplo, grande deficiência no setor de serviços. Estamos engatinhando na capacidade de receber bem o turista. Países menores do que o Brasil e com atrações pequenas diante das belezas que temos a oferecer são mais visitados e faturam bilhões de dólares a mais. São inúmeros exemplos, mas não vou me estender aqui.

Podemos reverter esse quadro com algumas alterações no rumo tomado até agora. Em primeiro lugar, devemos concentrar o investimento na educação e a qualificação profissional deve ser o alicerce para melhorar o desempenho nas diversas áreas.

Outra mudança é essencial para o Brasil se integrar melhor com o mundo. Temos que adotar a língua inglesa como a segunda língua do nosso País. Estamos nos tornando um país de presença e importância internacional e já não é possível sermos monoglotas. Isso não nos diminui, pelo contrário; a riqueza da nossa língua é única e o inglês é uma língua fácil de aprender para os padrões sofisticados da língua portuguesa.

Outra peculiaridade que temos é a generosidade e alegria encantadora do povo brasileiro, que não se encontra igual no mundo. Portanto, só nos resta nos comunicarmos melhor com o mundo. Para isso, a língua inglesa deve ser inclusa na grade escolar e praticada por professores e alunos nas salas de aula do Brasil.

Também precisamos nos ater para a preparação dos atletas que representarão o Brasil nos grandes eventos esportivos mundiais. Eles são descobertos e orientados por professores de educação física que fazem de tudo para dar o treinamento apropriado a eles. Independentemente de esses jovens se tornarem, amanhã, atletas, com certeza eles serão cidadãos melhores e mais conscientes.

Ainda falta muita infraestrutura para a prática de esportes no Brasil. Falta também um melhor reconhecimento do professor de educação física. E há tantos outros erros que devemos e precisamos corrigir.

Em primeiro lugar, precisamos valorizar o professor, que é aquele que é capaz de educar e não deve haver diferenças por área de ensino.

Fico triste quando vejo os professores deixarem as salas de aula para exigir um mínimo de condições de trabalho e dignidade, como ocorreu na recente paralisação nacional de 3 dias. Isso não deveria acontecer. O professor é o profissional que deveria ser o mais valorizado e respeitado de nossa sociedade e não precisava estar passando por isso.

Muita coisa precisa ser mudada. As estruturas e o material didático precisam ser modernizados. Precisamos oferecer uma educação de qualidade de um canto ao outro, recuperando o ensino público no Brasil.

Não adianta distribuir computador aos alunos, como se cogita agora, se os salários continuam ruins. O piso salarial de R\$1.451,00 por 40 horas trabalhadas é uma vergonha! Quem pode sustentar uma família com esse salário? E como exigir deles melhor preparação e disposição para enfrentar escolas sem segurança e com alunos agressivos?

O pior é que muitos Estados não pagam o mínimo estabelecido. Do pouco que é feito pela educação, quase nada é cumprido e fiscalizado. Ao dormirmos, não merecemos ouvir a historinha do Governo do faz de conta que acontece... Sonhamos todos com reconhecimentos de cientistas brasileiros, com o ensino exemplar. E para isso acontecer precisa haver uma avalanche de investimentos na educação.

Os que conseguem ter um preparo melhor deixam o País e nunca mais voltam a trabalhar aqui - uma pena, um desperdício. Os que ficam sofrem com as condições desfavoráveis e não são reconhecidos pelo sacrifício que fazem em prol da sociedade.

Os professores precisam ser reconhecidos pelo Governo, assim, não precisariam trabalhar três turnos para manter a família e pagar o ensino particular dos próprios filhos, pois os nossos mestres reconhecem que o ensino público no Brasil está sucateado.

Um país que é considerado emergente e busca ser respeitado não pode deixar de investir na educação. Não tem lógica. Assim, nunca vamos chegar a lugar nenhum. Vamos perder tudo o que conquistamos até agora se não investirmos pra valer na educação.

Da ciência e da tecnologia, então, nem se fala. O fiasco do Brasil nessas áreas é resultado da falta de investimento na educação, salvo poucas áreas - pouquíssimas - que conseguiram superar as dificuldades.

Lanço aqui um desafio aos nobres colegas: vamos destinar 10% do PIB brasileiro à educação, pois os índices de educação no País são alarmantes, se comparados a outros países.

Países que perderam tudo na guerra, como Japão e Alemanha, se levantaram por causa da educação, e não só por causa dos incentivos. Quantos incentivos "de fora" nós recebemos, foram desperdiçados e sumiram pelo ralo da corrupção?

Já está mais do que comprovado que a transformação de uma sociedade se dá através da qualidade na educação.

O brasileiro está cada vez mais exigente, mas o Governo não cresceu junto com o povo, ainda pensa em apenas continuar com distribuição de renda ao maior número possível de pessoas. Sou totalmente a favor da distribuição de renda, mas precisamos ir além, avançar mais.

O brasileiro quer oportunidade, crescimento, lazer, e não apenas ser tratado como um indigente. A liberdade de escolha na profissionalização deve ser proporcionada a todos os brasileiros. As oportunidades precisam ser oferecidas a todos. Quem quiser ir mais além, terá opção de ir em frente.

Com tantas dificuldades enfrentadas pelo professor, está claro que o cidadão que exerce essa profissão no Brasil a escolheu porque acredita na transformação da sociedade. Multiplicar e qualificar o conhecimento hoje significa diminuir os grandes problemas enfrentados por todas as famílias brasileiras. Menos drogas! Menos violência! Menos problemas de saúde! Menos diferenças sociais! Educação é a palavra da mudança!

Só nos resta saber se o Governo vai trabalhar para a tal transformação ou continuar a gestão do faz de conta que tudo acontece.

Portanto, senhores, vamos à ação. Vamos trabalhar para destinar 10% do PIB para a educação. Só uma verdadeira educação vai garantir prosperidade e felicidade a nossa Nação.

Obrigado.

Documento 67/472

067.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/04/2012-15:44
Publ.: DCD - 04/04/2012 - 10071		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Alerta sobre a gravidade da direção de veículo automotor após a ingestão de bebida alcoólica. Excepcionalidade da permissão da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna neste momento para dizer que a bebida alcóolica associada à condução de veículos é algo que nós desabonamos. Cada vez mais, temos de responsabilizar os nossos motoristas por essas atitudes, em especial os jovens, que devem tomar todos os cuidados e receber orientações.

Mas quero lembrar que, em relação à Copa do Mundo, nós estamos abrindo uma excepcionalidade para uma competição que ocorre no Brasil. A partir das deliberações nos Estados, cada cidade-sede, através da sua orientação, é que vai fazer a...

(O microfone é desligado.)

O SR. AFONSO HAMM - Presidente, eu gostaria que este meu discurso fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 68/472

067.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/04/2012-15:32
Publ.: DCD - 04/04/2012 - 10068		GERALDO RESENDE-PMDB -MS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Recomendações contidas no relatório final da Comissão Especial destinada ao estudo sobre as causas e consequências do consumo abusivo de álcool entre cidadãos brasileiros. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.788, de 2011, sobre a tipificação da condução de veículos automotores sob a influência de álcool ou de substâncias psicoativas como crime. Contrariedade à liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Congratulações à TV Bandeirantes pela divulgação de série de reportagens sobre o tema e pelo lançamento da Campanha Contra Bebida no Trânsito.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi aprovado na última terça-feira, dia 27 de março, o relatório final dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial que presidi, destinada a efetuar estudos sobre as causas e as consequências do

consumo abusivo de álcool entre cidadãos brasileiros, a chamada CEÁLCOOL. O relatório é de autoria do Deputado Vanderlei Macris, do PSDB de São Paulo, e evidencia a riqueza dos encontros técnicos e das palestras realizados em 2011, bem como os malefícios causados pelo aumento exponencial do consumo de bebidas alcoólicas nos últimos 5 anos.

Acredito que a CEÁLCOOL tem que continuar os estudos e os debates sobre o tema, como também deve cumprir o papel importante de encaminhar a votação do PL nº 2.788, de 2011, que altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar crime a condução de veículos automotores sob a influência de álcool e de substâncias psicoativas, possibilitando outras formas de prova e corrigindo a distorção proporcionada pela possibilidade de o condutor alcoolizado se recusar a realizar o teste de alcoolemia.

As recomendações propostas no relatório identificam que estamos indo na contramão do interesse público quando flexibilizamos o Estatuto do Torcedor, no que tange à proibição da venda de bebidas alcoólicas nas imediações dos estádios, para atender a exigências da Federação Internacional de Futebol, a FIFA.

Agora mesmo foi aprovada aqui no plenário a Lei Geral da Copa, baseada no relatório do Deputado Federal Vicente Candido, do PT de São Paulo, elaborado com base no Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, encaminhado pelo Poder Executivo.

Alguns pontos polêmicos foram separados para votação nominal e os principais se referiam à questão das bebidas alcoólicas, uma tentativa de evitar a suspensão do artigo do Estatuto do Torcedor que *"proíbe a permanência nos estádios de bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência"*.

Para o Governo, a suspensão desse artigo subordina qualquer legislação estadual que proíba a venda de bebidas alcoólicas e resolve a questão, o que acaba cumprindo as garantias dadas pelo Poder Executivo à FIFA, mas, pela nossa compreensão, a redação exigirá uma negociação com os Governos Estaduais e o Ministério Público.

Infelizmente, apesar de ter votado "sim", pelo destaque que propunha o voto em separado, apresentado pelo Partido Social Cristão (PSC), que tinha o mesmo teor do apresentado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o nosso enfrentamento não foi suficiente.

Os dois destaques foram rejeitados aqui no plenário, e a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios em que serão realizados os jogos da Copa do Mundo de 2014 foi aprovada.

O Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, já chegou ao Senado, onde será analisado e onde certamente serão corrigidos os erros, as omissões, as imperfeições e as alterações feitas de afogadilho, para atender ao Executivo.

Estudo recente do Coronel Milton Corrêa da Costa, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, dá uma ideia da importância da medida de proibição adotada, sobre a venda de bebidas alcoólicas no interior de estádios de futebol, inclusive em suas cercanias, horas antes da realização das partidas. Houve uma queda substancial nos registros de ocorrências e flagrantes delitos na circunscrição da área de jurisdição da delegacia policial e na própria sede do Juizado de Instrução montado no Estádio do Maracanã, relativamente a conflitos entre torcedores no interior do estádio e em suas proximidades e a ocorrências que envolvem rixas e lesões corporais, além de redução do número de infrações.

O que recomendamos é que o Governo Federal implemente políticas públicas para enfrentar o alcoolismo, suas causas e consequências. É imperativa a ampliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial voltados para

dependentes de álcool e drogas, os chamados CAPS-AD.

Também acreditamos que deve haver maior dotação orçamentária no Ministério da Saúde para o tratamento de dependentes, bem como devem ser disponibilizados leitos especializados, semelhante ao que foi feito com o Programa *Crack*, é Possível Vencer.

Outra recomendação que fazemos, agora para os Governos Estaduais, é a de adoção de leis aos moldes da Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011, do Estado de São Paulo, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos e responsabiliza os estabelecimentos, punindo-os com multas e a possibilidade de fechamento.

Segundo estudos apresentados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, realizados em 2007, 11% da população brasileira bebe todos os dias e 28% bebem até quatro vezes por semana.

Os maiores consumidores são os jovens de 18 a 24 anos de idade. Dentre estes, 25% são universitários e, quando questionados, responderam que beberam "pesado" pelo menos uma vez nos últimos 30 dias. No ensino fundamental e médio, 42,4% dos entrevistados confirmaram o uso de bebidas alcoólicas.

Outro levantamento, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, demonstrou que 22,4% dos entrevistados confirmaram já ter ingerido bebida alcoólica antes de dirigir.

Segundo a Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, nas capitais, 71% de nossos adolescentes com até 15 anos de idade já experimentaram bebidas alcoólicas.

O número de vítimas de acidentes de trânsito nas vias federais, associados ao consumo de álcool, quadruplicou de 2004 para 2007, passando para 1.909. Só em São Paulo, de acordo com uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), 55,8% dos 907 motoristas mortos no ano de 2005 conduziam seus veículos alcoolizados.

Dados do Ministério da Saúde apontam para um número alarmante. Em 2010, pela primeira vez foram registrados mais de 40 mil óbitos, uma verdadeira epidemia de acidentes, lesões e mortes relacionados ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar os veículos de comunicação do Grupo Bandeirantes, que, numa série de reportagens na semana que passou, deu início à campanha *Contra Bebida no Trânsito*, que exige o aumento do rigor nas punições a motoristas que dirigem após o consumo de bebidas alcoólicas.

O objetivo da campanha do Grupo Bandeirantes é o de reunir 1,3 milhão de assinaturas em todo Brasil para a proposição de um projeto de lei de iniciativa popular que vai alterar a Lei nº 9.503/97. Mais de 200 mil pessoas já aderiram à campanha.

O Sr. Onofre Santo Agostini - Permite-me V.Exa. um aparte, Deputado?

O SR. GERALDO RESENDE - Concedo o aparte a V.Exa.

O Sr. Onofre Santo Agostini - Quero cumprimentá-lo, Deputado Geraldo Resende, pela preocupação. Agora, cabe a este Parlamento - e há pouco eu conversava com o Presidente - tomar providência. Chegou o grande momento de votarmos a lei, oriunda do Senado - e há um projeto de lei, de nossa autoria, semelhante nesta Casa -, que pede maior rigor na punição aos motoristas que dirigem alcoolizados. V.Exa. tem toda a razão, Deputado. Essa preocupação não é só de V.Exa., mas também de todo o Brasil, ainda mais depois da decisão do Superior Tribunal de Justiça, que modificou tudo, com a votação dessa lei que pede maior rigor na punição a motoristas que dirigem alcoolizados. Então, acho que chegou a grande oportunidade, o grande momento de esta Casa tomar providências e votar a lei oriunda do Senado e os projetos de lei apensos, não só deste Deputado mas também de outros Deputados, tornando mais rigorosa a lei

para quem dirigir alcoolizado. Parabéns! O assunto é, no momento, de suma importância. A sociedade brasileira está a conchamar este Parlamento para que tome essa responsabilidade, para melhorarmos a situação dos motoristas brasileiros.

O SR. GERALDO RESENDE - Muito obrigado, Deputado Onofre Santo Agostini. Certamente o aparte de V.Exa. torna mais rico o meu pronunciamento.

Defendemos que o montante do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) referente a bebidas alcoólicas sirva para custear internações médicas por causas ligadas a patologias provocadas por esse consumo. Outra destinação para esse valor seria para campanhas pela diminuição da ingestão de bebidas alcoólicas nas aldeias indígenas. Como exemplo, diante da gravidade da situação, foram citados os casos das Aldeias Jaguapirú e Bororó, que ficam na cidade de Dourados, que tenho o orgulho de aqui representar, no sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com dados divulgados recentemente pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde, em apenas um bimestre, dez indígenas morreram no Município, e todos os crimes estão associados ao consumo de álcool. O que chama a atenção é que esse alto índice de mortes em 2 meses já representa um terço das ocorrências em todo o País no ano passado. Em 2011, foram 30 mortes, e todas associadas ao consumo de álcool. As Aldeias Jaguapirú e Bororó são tidas como umas das mais perigosas do mundo, se os dados estatísticos de violência, assassinatos e suicídios forem isolados.

Para as lideranças indígenas, a falta de controle na entrada das aldeias e o consumo de produtos nas reservas indígenas têm levado os mais jovens ao contato precoce com as drogas e o álcool. A evasão escolar já atinge a marca de 25% entre crianças com idade a partir dos 12 anos.

Representantes da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e da Secretaria Especial de Saúde Indígena foram categóricos em responsabilizar, dentre outras variáveis, o consumo do álcool por índices tão alarmantes.

No que tange à saúde da mulher, o aumento do consumo do álcool se caracteriza como uma tragédia futura. O fenômeno do aumento do número de mulheres alcoólatras é recente, mas o efeito será ainda mais devastador do que para os homens. Por especificidades orgânicas, por terem quatro vezes mais gordura que os homens, as mulheres dissolvem o álcool de maneira mais lenta, expondo-se aos mais nocivos perigos inerentes à bebida.

Foram doze reuniões deliberativas, sete audiências públicas, dentre elas três regionais, e a construção de um arcabouço de experiências, dados técnicos, histórias tristes. A conclusão: um aumento preocupante no consumo de bebidas alcoólicas e de doenças correlatas a essa dependência.

Estamos encaminhando a formulação de um projeto de lei que proíba as propagandas de álcool na televisão em horários anteriores às 23 horas, bem como a venda de bebidas em postos de gasolina e em locais distantes até 100 metros de instituições de ensino.

Realizados esses apontamentos e parabenizando os trabalhos da CEÁLCOOL, reiteramos que somos contra qualquer tipo de manobra que libere a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol.

A bebida alcoólica vem vitimando pessoas, estraçalhando famílias e já pode ser considerada uma epidemia a ser tratada imediatamente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

067.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

03/04/2012-14:16

Publ.: DCD - 04/04/2012 - 10048

MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Cumprimento, pelo Governo do Estado do Ceará, do cronograma de obras de infraestrutura com vistas à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, após a votação, na última quarta-feira, da chamada Lei da Copa, numa demonstração positiva do cabal atendimento do compromisso alusivo a obrigações fundamentais para o êxito da histórica competição prevista para 2014, o Estado do Ceará caminha para executar um cronograma de obras relevantes, evidenciadoras do propósito de não cogitar quaisquer protelações na agenda de trabalho estabelecida pelo Governador Cid Ferreira Gomes e sua equipe de colaboradores diretos.

A imprensa local, na enunciação dos empreendimentos listados como básicos para o magno evento, aponta itens de extraordinária significação para situar a nossa unidade federativa nas exigências de projetos inadiáveis, em resposta implícita ao dirigente da FIFA, que alegou: *"os brasileiros apenas falam e não promovem a aceleração das obras"*.

O desabafo do presidente daquela entidade não tem nenhuma razão de enquadrar - se essa fosse também a sua intenção -, uma vez que o nosso Estado longe está do rol dos que subestimam obrigações essenciais, destinadas a transformar a histórica promoção como um instante inesquecível para todos nós.

Dentro de tal raciocínio, a imprensa alencarina realça as obras de maior repercussão, cujo andamento classifica-se dentro da rígida programação, acompanhada de perto pelo próprio Chefe do Executivo, atento à cronologia fixada para a ultimização dos serviços.

Dentro de tal listagem, figuram os seguintes pontos, todos de ressonância vital para o completo êxito da megapromoção mundial:

- Obras do Castelão - mais de 60% concluídas, com inspeção semanal do Chefe do Executivo e de seus principais assessores;
- VLT/Parangaba/Mucuripe, cujas obras iniciam-se amanhã e têm como data limite, para conclusão, o ano de 2013;
- Linha Sul do Metrô de Fortaleza - mais de 80% dos serviços já foram concluídos, estando o término previsto para o mês de março do ano de 2013;
- Aeroporto Internacional Pinto Martins - as obras da primeira etapa devem iniciar-se neste mês, com o fim fixado para dezembro de 2013.

Ninguém pode duvidar mais de que, em termos de Ceará, todos os desafios serão honrados em tempo hábil, sem procrastinações injustificáveis.

Documento 70/472

067.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

03/04/2012-16:46

Publ.: DCD - 04/04/2012 - 10114

CARLOS BEZERRA-PMDB -MT

Sumário

Posicionamento do orador contrário aos critérios de gestão dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao lado da Consolidação das Leis do Trabalho e da Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) compõe o trio das grandes conquistas dos trabalhadores brasileiros, desde o Governo Vargas. Consistindo, como se sabe, na arrecadação de percentuais salariais por parte do patronato em favor dos próprios trabalhadores, o conjunto desses recursos e respectivo investimento é administrado pelo Governo Federal, mais exatamente pela Caixa Econômica Federal.

Não será demais lembrar que o FGTS foi criado para compensar a extinção da estabilidade no emprego, que, em vigor na década de 1960, apresentava-se como entrave importante ao desenvolvimento econômico do País. Com o efeito de verdadeiro passivo trabalhista, a garantia da estabilidade inviabilizava os novos investimentos e prejudicava de modo incontestável as finanças empresariais.

Para garantir o trabalhador na hipótese de demissão, portanto, criou-se o FGTS. Depositado em conta vinculada no nome do titular, o valor pode ser sacado ao fim do contrato de trabalho e em demais casos previstos em lei. O imenso volume recursos dele originado foi desde sempre destinado ao financiamento da construção de imóveis residenciais, por determinação legal. Mais recentemente, a partir de 1989, admitiu-se que os recursos do Fundo fossem aplicados também em saneamento e infraestrutura básica, até para viabilizar a construção dos conjuntos habitacionais, cuja destinação são os próprios trabalhadores.

Pois bem, Senhor Presidente, vem ocorrendo, nos últimos anos, séria inversão dos mecanismos de investimento do Fundo, com prejuízo evidente do trabalhador. Senão vejamos:

Gerido pelo Governo Federal, de acordo com as normas estabelecidas por um conselho curador, do qual fazem parte representantes do governo, dos empregadores e dos trabalhadores, o Fundo tem gerado lucro bilionário, como resultado da combinação de fatores crescimento econômico, aumento do emprego formal, juros elevados e captação de recursos a baixo custo.

De acordo com matéria veiculada no jornal "A Folha de São Paulo", apurou-se que, em 2009, o superávit do Fundo foi de 11,4 bilhões de reais, um valor extraordinário, superior ao lucro mesmo do Banco do Brasil ou do Bradesco. Em 2010, chegou a 13 bilhões, o que situou o Fundo em segundo lugar, abaixo apenas do Itaú Unibanco. Mas não foram esses os números divulgados oficialmente. Por que não? Porque o Governo faz outra conta, uma vez que se vem apropriando substancialmente dessa receita para subsidiar, a fundo perdido, o Programa Minha Casa Minha Vida. Assim é que, no ano passado, para todos os efeitos, os lucros do FGTS ficaram apenas em torno de 5,4 bilhões.

Vale lembrar que a mesma temática foi abordada, muito recentemente, e com o mesmo viés, na publicação "Sumário Econômico", em matéria assinada pelo Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos.

Finalmente, Senhor Presidente, e agora de acordo com publicação do jornal "O Globo", ficamos sabendo que pelo menos quatro bilhões de reais oriundos do FGTS serão destinados às obras de transporte de massa nas cidades que

sediarão a Copa de 2014, em outra evidente distorção da finalidade própria do Fundo.

Mas não ficamos por aí.

Apurou-se, ainda, que os recursos do Fundo aplicados pelo Governo em títulos públicos federais foram corrigidos com base na taxa Selic, a mais alta taxa referencial de juros de todo o mundo. A rentabilidade de tal aplicação, porém, não foi repassada aos trabalhadores, como seria de direito em favor de qualquer investidor; ao contrário, tornou-se objeto de pretensões dentro do próprio Governo, até mesmo para financiamentos de projetos e programas que sempre foram custeados pelo BNDES ou por parcerias público-privadas.

Desse modo, os prejuízos causados ao trabalhador vêm tanto da mudança de destinação quanto da não apropriação dos lucros de recursos que indiscutivelmente lhe pertencem. Dito de outro modo, o que se vem praticando é uma espécie de confisco, ainda que involuntário, do patrimônio da classe trabalhadora.

Senhor Presidente, estamos convictos de que essa tese seria facilmente endossada pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público Federal ou pela Controladoria-Geral da União. É simples demonstrar que os recursos do FGTS estão sendo desviados de suas finalidades legais e constitucionais, e que tais manobras redundam em prejuízos expressivos para os trabalhadores.

Esperamos, muito sinceramente, que as denúncias sobre o assunto apressem a decisão do Governo Federal no sentido de apresentar projeto de lei obrigando o depósito de pelo menos 50% dos excedentes nas contas vinculadas dos trabalhadores, a justo título de distribuição de resultados. À iniciativa, restaria acrescentar que os 50% restantes permanecem restritos à destinação legal ou deverão integrar, também, o repasse legal.

É indispensável que esta Casa fique vigilante a respeito.

Era o que tínhamos a dizer para o momento, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

Documento 71/472

068.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

03/04/2012-17:22

Publ.: DCD - 04/04/2012 - 10175

EDINHO BEZ-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Sugestão para a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 2014 pelo Brasil. Realização, pela Comissão de Turismo e Desporto, de audiência pública destinada ao debate do projeto sobre a Lei Geral da Copa e da organização do evento, com a presença do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, uso a tribuna para falar sobre a Lei Geral da Copa e a audiência pública ocorrida, semana passada, com a presença do Ministro.

Na reunião, tive oportunidade de falar e recorri inclusive ao Deputado Romário, ao Vice Presidente da CBF, Weber Magalhães e ao Ministro Aldo Rebelo que deveríamos cobrar providências da CBF para que fizéssemos da seleção

brasileira um time de futebol. Hoje não temos.

Trocamos jogadores constantemente. Sugiro que se convoquem 30 jogadores. Nós temos verdadeiros craques, mas não temos time. Então, que fiquem esses mesmos jogadores treinando, jogando 2 anos até a Copa do Mundo, que o Brasil será campeão. Caso contrário, teremos dificuldades para provar aos brasileiros, jogando em casa, que o Brasil tem o melhor futebol do mundo. E nós não vamos sequer nos classificar porque não temos time de futebol, temos jogadores. Precisamos selecionar trinta jogadores para jogarem durante dois anos, até a Copa do Mundo, para sermos campeões.

Somos os melhores e estaremos jogando em casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, o meu discurso versa sobre a votação da Lei Geral da Copa (PL 2330/2011).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre a Audiência Pública ocorrida semana passada na Comissão de Turismo e Desporto com a presença do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, para discutir a organização da Copa do Mundo de 2014 e o projeto da Lei Geral da Copa (PL 2330/11).

Almocei com o Ministro Aldo Rebelo, juntamente com parte dos membros da Comissão e, em seguida iniciamos a Audiência Pública no Plenário 5, oportunidade em que me manifestei alegando que as providências foram tomadas quanto à mobilidade urbana, a construção dos estádios, a capacitação de mão de obra, tais como: aeroportuários, taxistas, hotéis, etc.

Vale lembrar que, se porventura, alguns itens do planejamento não estiverem 100% concluídos não será por isso que não haverá Copa no Brasil em 2014, até porque estamos acompanhando com o Governo Federal, Tribunal de Contas da União, entre outros.

No entanto, na reunião, falei e fiz um apelo ao Deputado Romário, ao Vice Presidente da CBF, Weber Magalhães e ao Ministro Aldo Rebelo que deveríamos cobrar providências da CBF para que tivéssemos da Seleção Brasileira um time de futebol. Hoje não temos.

Há muito tempo não temos a mesma seleção, com os mesmos jogadores. Sugiro que a CBF, juntamente com a Comissão Técnica convoque cerca de 30 jogadores e que estes jogadores joguem juntos até a Copa de 2014 porque temos grandes jogadores, verdadeiros craques, mas não temos uma verdadeira Seleção, e sim um agrupamento de bons jogadores.

Sendo o Brasil considerado o melhor futebol do mundo e sendo a nossa segunda Copa realizada no Brasil, todos nós teremos dificuldades em explicar para os brasileiros, caso não sejamos campeões, até no futebol, o Brasil é considerado o melhor e quem joga em casa leva ligeira vantagem. Ainda dá tempo de prepararmos uma Seleção/ Time convincente.

Reitero, o Brasil é considerado o melhor do mundo em termos de futebol, aumentando a nossa responsabilidade perante o povo brasileiro e o mundo.

Em acordo com os líderes fechado semana passada foi colocado fim ao impasse que impediu as votações nas últimas semanas, e, com o nosso apoio, ocorreu a votação da Lei Geral da Copa no Plenário desta casa.

Aprovamos a Lei Geral da Copa (PL 2330/11), que disciplina os direitos comerciais da Federação Internacional de Futebol (Fifa) na realização da Copa do Mundo de 2014 e que estabelece alguns privilégios temporários para a entidade e seus associados durante o evento esportivo. As regras do projeto valem também para a Copa das Confederações, que o Brasil sediará em 2013.

Um dos pontos mais polêmicos foi a liberação da venda de bebidas alcoólicas (somente cerveja) nos estádios durante as partidas e terá de ser negociada pela Fifa com cada estado.

Nos Estados onde as leis estaduais apenas se referem ao artigo suspenso, a bebida alcoólica está liberada durante a Copa. Naqueles em que existir um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público, que tem força de lei, a liberação terá de ser negociada com o Ministério Público local.

Vale lembrar que o Presidente Lula e reiterado pela Presidente Dilma, concordaram com as exigências da FIFA, entre os itens a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos Estádios de Futebol durante a Copa de 2014.

Lembro que a Presidência da República fala em nome do País e que a nossa desautorização não ficaria bem para o Brasil, com repercussão nos Acordos Internacionais.

Em votação nominal, o Plenário rejeitou dois destaques sobre o tema. Um do PSDB e outro do PSC. Ambos pretendiam proibir a venda de bebida alcoólica nos estádios durante os jogos.

Outro artigo do estatuto que será suspenso durante a Copa do Mundo proíbe a prática de preços abusivos dos produtos alimentícios vendidos nos estádios.

Outro artigo aprovado foi o da cláusula que atribui à União a responsabilidade por danos causados à FIFA por ação ou omissão, inclusive os decorrentes de incidentes ou acidentes de segurança relacionados aos eventos.

Se os danos forem causados por terceiros, a União indenizará a FIFA e ficará sub-rogada dos direitos contra quem causou os danos.

Não estamos medindo esforços para não prejudicar a viabilidade do maior evento do mundo.

Era o que tinha a dizer.

Documento 72/472

068.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

03/04/2012-17:22

Publ.: DCD - 04/04/2012 - 10179

IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Não participação do PSOL em acordo para a votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Posicionamento do partido contrário à proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, comunico à Casa que o Partido Socialismo e Liberdade não participou do acordo de votações que liberou a votação da Lei da Copa em troca da votação do Código Florestal no mês de abril. Ao contrário, somos contra votar esse Código Florestal e éramos contra também a Lei da Copa, porque entendíamos que não é necessária uma lei para tal evento entre o Estado brasileiro e uma empresa privada suíça como a FIFA.

Em relação ao Código Florestal, queremos dizer que o PSOL está preparado para o debate. O PSOL é contra este projeto, que é extremamente nocivo aos interesses nacionais. Aliás, o projeto que vem do Senado e que esta Casa quer modificar para voltar a Emenda nº 164 permanece com uma anistia ampla e

irrestrita ao desmatamento no nosso País, continua liberando, para efeito de recuperação das Reservas Legais, 94% das propriedades, até 4 módulos fiscais, que é isso o que representa, a invasão das Áreas de Proteção Ambiental, que são as beiras de rio, as matas ciliares, as nascentes, os topos de morro, para qualquer atividade agrosilvopastoril, o que representa um atentado contra o meio ambiente, a invasão das várzeas e dos manguezais.

Por isso, nosso partido fará oposição ferrenha a isso. No momento em que a Rio+20 acontece no Brasil, o País não pode se envergonhar de contribuir ainda mais para a elevação dos gases do efeito estufa e trabalhar contra a sua própria vantagem comparativa, que tem a maior biodiversidade, a maior reserva de água doce do mundo.

Muito obrigado.

Documento 73/472

066.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

02/04/2012-18:12

Publ.: DCD - 03/04/2012 -
9858

ROBERTO DE LUCENA-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Inconformismo com a absolvição de acusado de crime de estupro pelo Superior Tribunal de Justiça. Escalada de casos de abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes no País.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustre Deputado Luiz Couto, Sra. e Srs. Parlamentares, semana passada, fomos surpreendidos por uma decisão da 3ª Seção do STJ, que julgava o caso de um senhor acusado de estuprar, de violentar, uma menina. Aliás, não se trata simplesmente de uma menina, mais do que uma menina, de 12 anos de idade. A Ministra Maria Thereza de Assis Moura apresentou seu voto numa direção e foi acompanhada por unanimidade pelos demais membros daquela Corte. Entendeu a Ministra que esse senhor, que cometeu aquela atrocidade, não podia ser condenado por estupro de vulnerável, pelo motivo de aquela criança de 12 anos de idade já ter uma vida sexual ativa.

Ora, Sr. Presidente, isso quer dizer que se aquela criança de 12 anos de idade tivera uma vida sexual ativa, então, ela pode ser estuprada, pode ser usada sexualmente, pode sofrer agressão, pode sofrer abuso. Ela pode. É uma brasileira de segunda categoria, de terceira classe. Causou-nos estranheza e estupefação essa decisão de uma Corte da maior qualidade, abalizada, que fez uma interpretação muito perigosa e ofereceu um precedente, ofereceu a construção de uma jurisprudência que, a partir de agora, poderá ser utilizada no Brasil.

Todas as vezes em que alguém, movido pelas suas distorções, pelas suas sombras, quando um tarado, um perturbado, um enlouquecido, um transtornado agredir sexualmente uma criança, um adolescente, se tiver condições, no nosso País, de pagar bons advogados, esses poderão construir um argumento forte de defesa, com base nessa jurisprudência, e livrar esse monstro da acusação.

Essa decisão, Deputado Luiz Couto - V.Exa. que é, neste Parlamento, um

defensor dos direitos humanos, um defensor da vida, um defensor da criança, um defensor dos vulneráveis -, é uma péssima notícia para o Brasil, é uma péssima notícia para o mundo. Está em tramitação no Senado Federal uma minuta do relatório da reforma do Código Penal, que, entre outras coisas, descriminaliza o aborto, descriminaliza a maconha, descriminaliza a eutanásia e também reduz a idade de estupro de vulneráveis de 14 para 12 anos.

Mas, naquela reunião em que proposta foi entregue por um grupo de juristas, mencionou-se inclusive a possibilidade de se chegar a 10 anos, numa movimentação clara e absurda, na tentativa da legalização da pedofilia no Brasil.

Sr. Presidente, vale a pena destacarmos que isso acontece de maneira muito suspeita e estranha, às vésperas de dois importantes eventos internacionais, que são a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que aqui ocorrerão em 2014 e 2016.

Ora, que movimento estranho é esse que parece sinalizar que estão abertas e escancaradas as portas para o turismo sexual, o abuso, a exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País?

Aí, dados alarmantes e chocantes nos saltam aos olhos. Dados oficiais dão conta de que a cada 4 segundos uma criança é vítima de abuso sexual no planeta. A cada 1 hora, Sr. Presidente, a cada 60 minutos, sete crianças e adolescentes são vítimas de abuso sexual no nosso País.

No meu Estado de São Paulo, dados recentemente publicados pela Secretaria da Saúde dão conta de que, entre os anos 2001 e 2011, as ocorrências de agressão, de atentado, de abuso sexual a crianças e adolescentes simplesmente triplicaram.

Felizmente, uma posição do Presidente do STJ, neste final de semana, trouxe a nós algum conforto, quando entendeu que a própria Corte, o próprio STJ deveria reagir a essa decisão da 3ª Seção, que foi relatada e acompanhada, no voto, pela Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Mais uma vez, ocupo esta tribuna para fazer um apelo a V.Exas. Se houver um pouco, o mínimo de decência e de dignidade neste Parlamento, certamente, iniciativas como essa que chegaram ao Senado haverão de morrer no seu nascedouro.

É uma condição absoluta, uma tarefa, uma responsabilidade e uma missão deste Parlamento se levantar em defesa das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Nós não podemos cercear às nossas crianças o direito a uma infância saudável, a uma adolescência sadia, de receberem a proteção do Estado e da sociedade.

Sr. Presidente, vejo com grande preocupação esse tipo de movimento que começa a ocorrer na sociedade brasileira e chega a esta Casa. Apelo a V.Exas. para que nós nos levantemos, como mulheres dignas e homens dignos, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, e façamos com que morra no nascedouro esse tipo de iniciativa.

E mais, Deputada Professora Dorinha, que nos unamos para que essa decisão do STJ seja anulada. Vamos entrar com os expedientes legais previstos no Regimento desta Casa. Vamos fazer uso dos instrumentos legais, Deputado Luiz Couto, para que essa decisão do STJ caia por terra e nós tenhamos esse tipo de iniciativa rechaçada e lançada por terra em nosso País e mandemos um recado, uma mensagem clara para aqueles que se levantam e tocam e mexem nas nossas crianças: neste País, essa atitude, esse tipo de comportamento é descabido, inaceitável e será punido da forma mais rigorosa, na forma da lei.

Sr. Presidente, muito obrigado. Sras. e Srs. Parlamentares, que Deus abençoe esta Nação, Deus abençoe o Brasil e tenha misericórdia das nossas crianças!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Roberto de Lucena, quero me associar ao seu pronunciamento e dizer que, com certeza, essa nossa indignação deve se transformar numa ação de mobilização, na perspectiva de

que possamos cuidar das nossas crianças. O cuidado que temos de ter com as crianças significa que elas devem ter educação, saúde, lazer, brincadeira, enfim, devem viver plenamente a fase da infância. E depois, estudar para que possam colocar toda a energia que têm a serviço da construção de um país livre, soberano, onde haja dignidade para toda a população.

Parabéns a V.Exa. e que essa indignação que demonstrou em seu pronunciamento seja também de todo o povo brasileiro, porque nós não podemos aceitar que crianças sejam violentadas, estupradas, e depois digam que aquele que estuprou não cometeu qualquer tipo de ação criminosa, porque segundo a Justiça aquelas três meninas já estavam se prostituindo. Na realidade, a violência é um elemento do nosso ECA, que considera violentar, estuprar alguém uma violência que não podemos aceitar de modo algum.

Parabéns pelo pronunciamento.

Documento 74/472

066.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	02/04/2012-15:39
Publ.: DCD - 03/04/2012 - 9834	ANTONIO CARLOS MENDES THAME-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Atraso nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no País.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *O Globo* de hoje apresenta, na página 3, ampla reportagem sobre grandes obras do PAC atrasadas. Mais uma vez, a palavra PAC é relacionada ao Governo Federal, ao Governo Lula e ao Governo Dilma.

Na realidade, a sigla que deveria ser usada não é PAC, mas DQP, que é a sigla que verdadeiramente caracteriza o Governo do PT. O que é isso, DQP? DQP é: "Devagar, Quase Parando". Essa sigla, sim, bem caracteriza a impressionante incapacidade de gestão do Governo Federal, que não consegue dar andamento às obras públicas de sua responsabilidade, obras relacionadas ou não ao tão divulgado PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. Suas obras não andam. Estão paradas, empacadas, paralisadas ou inacabadas.

O jornal *O Globo* relaciona as mais vistosas, mas vou citar apenas algumas daquelas que já deveriam estar prontas. Por exemplo, a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, com custo de 26,6 bilhões de reais, deveria iniciar sua operação em janeiro do ano passado. Agora seu cronograma foi revisto, para ficar pronta em junho do ano que vem - 30 meses de atraso.

O COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, com capacidade para processar 165 mil barris de óleo por dia, exigindo investimentos de 22 bilhões de reais, deveria ficar pronto em março, mês que se encerrou. Com o atraso de 31 meses, está reprogramado para outubro de 2014.

A Ferrovia Norte-Sul, passando por Tocantins, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, ferrovia programada para custar 6,8 bilhões de reais, ficaria pronta em dezembro de 2009 e foi reprogramada agora para junho de 2014. Um atraso de 54 meses.

A Ferrovia Oeste-Leste, na Bahia, com investimentos de 6 bilhões de reais, programada para ficar pronta em dezembro deste ano, já foi reprogramada para dezembro de 2015.

A nova Transnordestina, passando pelos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, programada para ficar pronta em dezembro de 2010, ao custo de 5,3 bilhões de reais, já foi reprogramada para 2014. Serão 48 meses de atraso.

O prejuízo causado por essas obras inacabadas não consiste apenas no descumprimento do cronograma. Se a obra empacada é indispensável para melhorar a infraestrutura, para estimular a economia do País, para facilitar a mobilidade urbana e interurbana, para melhorar o atendimento de saúde e educação, para criar empregos e renda, é claro que o atraso significa um brutal prejuízo.

O que vem gerando esses atrasos sistemáticos, que deixaram de ser casos de exceção e viraram regra? Depois vamos voltar sobre os demais prejuízos.

Deputado e Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, nesse relato de obras programadas e que não foram executadas até agora, V.Exa. dá um enfoque particularizado em relação à Transnordestina. Quero dizer a V.Exa. que, talvez há uns 20 dias, me ocupei desse tema na tribuna, preocupado com uma procrastinação injustificável na construção do trecho que vai de Missão Velha, no Ceará, até Eliseu Martins, no Piauí. Então, a estrada concluída permitiria que a produção daquela faixa territorial do Nordeste pudesse ser escoada tanto pelo Porto do Pecém quanto pelo Porto do Suape, em Pernambuco. Mas, na visita que a Presidente Dilma Rousseff fez ao Nordeste - e um dos itens programados era a visita à Transnordestina -, frustrou-se a expectativa da própria Presidente, porque o andamento se faz modorrentamente, sem que se vislumbre uma alternativa capaz de trazer um maior alento àquela obra que já foi até percorrida de Pernambuco até Missão Velha pelo Presidente Lula. E, nesse prolongamento até o Piauí, isso vem se fazendo lentamente, gerando, portanto, uma expectativa que desfavorece aqueles anseios de desenvolvimento da região que tenho a honra de representar no Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Deputado Mauro Benevides, aproveitando e incorporando as suas observações ao nosso pronunciamento, quero dizer que a Presidente Dilma esteve no semiárido nordestino há pouco mais de 1 mês.

Na ocasião, afirmou que havia ido lá para garantir que as obras de transposição do São Francisco não continuariam paradas, que andariam. Foram palavras ao vento. De lá para cá nada foi feito. A situação continua tão ruim quanto estava, com o agravante de que, nesse meio tempo, o Governo comprometeu mais 2,65 bilhões de reais na conta do empreendimento, na forma de aditivos, novos contratos e realinhamentos de preços.

As obras de transposição das águas do São Francisco constituem um dos mais didáticos exemplos de equívocos gritantes: um modelo de desperdício de dinheiro público; péssimo exemplo de elevação desproporcional de custos das obras licitadas, mostrando, com uma clareza cristalina, como essas obras paradas se transformam em sangria desatada nas contas públicas, trazendo impressionantes prejuízos à população brasileira.

A transposição do Rio São Francisco começou custando 4,8 bilhões de reais; passou a 6,8 bilhões de reais em julho do ano passado; e agora chega a 8,2 bilhões de reais. Ou seja, quase 80% mais cara. Como isso é possível, sem levar uma única gota de água ao semiárido? Como isso é possível, se a legislação limita o valor total dos aditivos em 25%? Está na Lei 8.666, a Lei de Licitações. Como é que se aceita um acréscimo de preços tão vultoso, tão gritante? Como conseguem contornar a legislação?

Os artifícios são muitos. Em diversos contratos referentes a trechos da obra de transposição, esse limite previsto na legislação simplesmente foi ignorado, ou seja, utilizaram-se justificativas técnicas para alegar imprevisibilidade, como dizer que o tipo de solo era diferente daquele que as empreiteiras imaginavam que lá iriam encontrar.

Em outros casos, foram criados seis novos contratos, perfazendo 2,65 bilhões de reais adicionais, que serão gastos em obras que já deveriam estar sendo cobertas pelas contratações atuais.

Por que essas alterações nas obras não foram previstas? Porque, no afã eleitoral, as obras foram iniciadas apenas com base em projetos básicos. Esse é um ponto que merece de todos nós do Parlamento brasileiro a mais profunda reflexão. A transposição das águas do São Francisco é uma obra de porte, de grande vulto, envolve bilhões de reais. Prevê a construção de 600 quilômetros de calhas de concreto nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte; prevê a construção de nove estações de bombeamento de água. Com essa envergadura, como iniciar uma obra desse porte sob orientação de um projeto básico, sem o detalhamento de um projeto executivo, previsto e exigido pela legislação em vigor?

Ainda assim, se é verdade que o Governo dispunha de, pelo menos, um projeto básico em que pudesse se sustentar, conforme vem alegando, é inadmissível que as obras iniciadas apresentem problemas em razão do desconhecimento sobre as características do solo. Essa é uma das caracterizações absolutamente indispensáveis num projeto básico. A lei descreve, em detalhes, o que deve conter um projeto básico. Entre outros itens, especifica: projeto básico deve conter um conjunto de "elementos necessários e suficientes", com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço que está sendo licitado, com base em estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica da obra. Esse conjunto de elementos e exigências técnicas, capazes e suficientes, é que permite ao órgão público dimensionar os custos e definir os serviços necessários, as melhores soluções técnicas a serem utilizadas, como também os dimensionamentos de cada etapa, para assegurar a qualidade requerida, ao menor preço possível.

O projeto básico é fundamental, necessário, mas não é suficiente. É inconcebível que o Governo Federal autorize o início de uma obra desse porte sem o projeto executivo, sem o qual ele não consegue fazer sequer o cronograma da obra. Sem o projeto executivo não se tem condições de visualizar a execução completa da obra.

Por isso, fica claro, para todos nós, de onde advêm os problemas dessa vultosa obra, a transposição do São Francisco. Hoje em dia, aliás, são raríssimas as obras públicas no âmbito do Governo Federal que não apresentam alegações de emergência para a celebração de aditivos, ou de imprevisibilidade, para pedir que esses aditivos suplantem os limites legais.

O Sr. Augusto Coutinho - Deputado...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Por favor, com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O Sr. Augusto Coutinho - Prezado Deputado Mendes Thame, quero só ilustrar o pronunciamento de V.Exa., muito oportuno inclusive no que vem colocando quanto às obras do PAC, em face do que é apresentado à população brasileira e do que de fato acontece. Sou Deputado por Pernambuco e me recordo muito bem quando, em maio de 2010, o Presidente Lula foi a Pernambuco, ao Porto de Suape, e fez descer o petroleiro João Cândido - quebrou inclusive champanha em cima do petroleiro. Pois bem, Deputado Mendes Thame, mal o Presidente Lula saiu, acabaram as comemorações do primeiro petroleiro construído no Porto de Suape e todo mundo foi embora, para que o petroleiro voltasse, fosse

iado novamente. Só agora, 2 anos depois, no sábado passado, o petroleiro João Cândido foi ao mar, e com muitas dificuldades de fabricação. Essa é a forma petista de agir e de se conduzir. V.Exa. fala das obras do PAC, do saneamento básico, e os números a que assistimos são estarrecedores. Vemos que, na Região Norte do País, 100% das obras de saneamento estão paralisadas ou não começaram. Essa é a verdade do modo petista de governar: apresenta para a população brasileira uma realidade, e basta a gente assistir aos números que são obtidos nas transparências pelo Brasil afora para vermos o que acontece na realidade do Governo. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento!

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Muito obrigado. Agradeço suas observações, lúcidas e oportunas, sobre a questão do saneamento.

A repetição faz o hábito, e o hábito foi transformado em lei. Vejam: aqui repetimos que fazer sempre a mesma coisa vira hábito. E, de repente, o hábito se transforma em lei! Sim, o que é isso, o hábito transformado em lei? Essa história de realizar obras sem o projeto básico foi consagrada aqui, nesta Casa, que aprovou, contra o nosso voto, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, por meio da Medida Provisória nº 521. Com o RDC, a situação ficou ainda pior.

Foi substituída a exigência dos projetos básico e executivo por algo mais singelo: meros anteprojetos de engenharia. Quando se tratar de uma obra da Copa, das Olimpíadas, uma obra que não pode parar, pode-se contratar com apenas um anteprojeto de engenharia!

Todos os contratos de obras de transposição do Rio São Francisco, como a maioria dos contratos do DNIT, nos quais foram constatados mais de 3 mil aditivos, foram celebrados antes da aprovação do Regime Diferenciado de Contratações - RDC.

Ou seja, essas contratações, que foram realizadas sem projeto básico e sem projeto executivo, devem ser consideradas irregulares, como também são questionáveis e passíveis de contestação todos os aditivos concedidos, reajustando os orçamentos.

Em suma, essas obras paralisadas causam muitos danos. Não é só o atraso no cronograma, é o atraso também no custo, nos aditivos. São danos que se medem também de uma forma física, mostrando que elas recebem a ação do tempo, que lhes causa erosões, acomodações imprevistas do solo, comprometimento do concreto. As obras não são retomadas a partir daquele ponto em que tinham parado. Elas exigem um custo imenso para serem readequadas, para se refazer aquilo que já havia sido contratado e muitas vezes até já havia sido pago, para que só então, a partir daí, elas possam continuar sendo feitas e posteriormente concluídas.

Por último, aproveito para ressaltar que das 114 obras de saneamento contempladas pelo PAC nas cidades com mais de 500 mil habitantes, apenas 8 serão concluídas até dezembro de 2011.

Levantamento do Instituto Trata Brasil, feito a partir de dados fornecidos pelo Ministério das Cidades, pela Caixa Econômica Federal, pelo SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e pelo BNDES, mostra que 60% das obras de saneamento estão paralisadas, atrasadas ou nem foram iniciadas.

As 114 obras de saneamento totalizam 4,4 bilhões de reais. O PAC foi lançado em 2007, e hoje nem 10% das obras estão concluídas. Para elas também vale a sigla DQP - Devagar, Quase Parando.

A Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Cacilda Carvalho, afirmou: "*Nesse ritmo, vamos precisar de 50 anos para universalizar o saneamento*". Isso tudo é um crime. A falta de universalização do saneamento significa ausência de condições de saúde para a população.

Hoje, os dados do DATASUS, do Ministério da Saúde, mostram que mais de 50% dos leitos dos hospitais brasileiros são ocupados por pessoas que contraíram doenças de veiculação hídrica, ou seja, transmitidas através da água. Esse contágio pode se dar por via cutânea - uma pessoa com ferimento no pé pisa em água contaminada e contrai leptospirose ou esquistossomose, doenças gravíssimas - ou por via oral, por beber água contaminada. A maior causa da mortalidade infantil é a ingestão de água contaminada: o recém-nascido ou uma criança que não tem ainda o sistema imunológico desenvolvido para resistir a essa multidão de patógenos que vêm com a água contaminada muitas vezes não resistem. E a terceira forma de contaminação: insetos colocam suas larvas sobre as águas contaminadas para que aí se multipliquem.

Como se enfrentam os problemas de saúde? A melhor forma é com investimentos em saúde preventiva. Se 50% dos leitos dos hospitais brasileiros são ocupados por pessoas que contraíram doenças de veiculação hídrica, não há a menor dúvida de que o melhor investimento em saúde preventiva é a aplicação de recursos em saneamento básico.

Na verdade, nós estamos vendo um atraso criminoso que afeta cruelmente a saúde da população.

Por tudo isso, obras paradas não significam apenas descumprimento do cronograma, não significam apenas acréscimos nos custos, com aditivos, não significam somente lesão ao Erário. Obras paradas significam incapacidade de atender àquilo de que mais necessita a população brasileira. Obras paradas são o fiel retrato de uma incapacidade criminosa de gestão.

Nós brasileiros, precisamos com veemência mostrar nossa revolta e indignação, para que o Governo abra os olhos e procure, no mínimo, preocupar-se mais em cumprir melhor suas responsabilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 75/472

066.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	02/04/2012-15:12
Publ.: DCD - 03/04/2012 - 9828	AUGUSTO COUTINHO-DEM -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Queda da produção industrial brasileira. Adoção de medidas de proteção ao setor pelo Governo Dilma Rousseff.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo brasileiro tem dito uma frase que se tornou rotineira nos noticiários da imprensa do País: *"Nunca antes no Brasil a economia viveu um momento tão importante"*.

É bem verdade, Sr. Presidente, caros Parlamentares, que a economia brasileira ainda vive um momento bom, mas ninguém pode adivinhar até quando isso irá durar. Precisamos começar a nos precaver, pois no mês de janeiro passado a economia brasileira deu uma encolhida. Os números negativos se devem, em grande medida, ao mergulho da produção industrial, com uma queda que chegou a 2,1% em janeiro, o pior registrado nos últimos 3 anos.

O curioso dessa história é que as compras no varejo cresceram 2,6%. Ou seja, o consumidor tem gastado cada vez mais, porém faz opção por produtos importados, em vez de manufaturados nacionais, que, com certeza, apresentam sempre um preço maior.

Essa distorção, sem sombra de dúvida, é o principal problema econômico do Brasil atualmente. Até onde a economia brasileira irá aguentar sustentar o crescimento das vendas enquanto o setor responsável pela produção vem apresentando queda?

A Presidente Dilma Rousseff recebeu, na semana passada, vários empresários, que lhe apresentaram suas demandas: menos impostos, desoneração da folha de pagamento, financiamentos mais baratos, melhor infraestrutura e reformas estruturais para desprendimento da economia.

Aí eu faço a seguinte pergunta, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: o que o Governo Dilma tem feito, de fato, para atender a essas reivindicações justas do setor produtivo? Na prática, a única arma que o Governo petista tem usado são ações protecionistas, como o aumento de impostos para produtos importados, reserva de mercado e barreiras de todo tipo. Isso cheira a *lobby*, muito Lobby, Sr. Presidente!

Desde o início de 2008, ainda no Governo Lula, foram baixadas 40 medidas protecionistas, nas quais foram incluídas maior fiscalização nos portos, preferência pelos produtos nacionais em licitações, sobretaxas para produtos específicos, elevação de impostos para importados, renegociação do acordo automotivo com o México - nesta semana estamos ouvindo nos noticiários que haverá mais um aumento de imposto, desta vez para os vinhos importados.

Sr. Presidente, tudo isso causa grande curiosidade para nós que acompanhamos atentamente essa administração petista, pois foi a própria Presidente Dilma Rousseff quem disse, na semana passada, em entrevista à revista *Veja*, o seguinte:

"O protecionismo é uma maneira permanente de ver o mundo exterior como hostil, o que leva ao fechamento da economia. Isso não faremos."

É fundamental que o Governo incentive o Brasil a produzir mais. Isso tem sido muito discutido nesta Casa. Ações protecionistas são perigosas. Não tenho dúvida de que enfraquecem a economia brasileira e de que quem mais vai pagar a conta será o consumidor, o povo brasileiro.

E foi mais além a Presidente: afirmou que a reserva de mercado para computadores, nos anos 80, arrasou a modernização do parque industrial brasileiro, privando-nos de tecnologias essenciais. Ela disse que jamais iria cometer o mesmo erro, que não iria fechar o País, muito pelo contrário, iria atrair mais investimentos estrangeiros.

O mais absurdo, Sr. Presidente, meus caros colegas, é que, segundo a nossa Presidente, as medidas protecionistas adotadas em sua gestão são apenas pontuais e servem para equilibrar distorções localizadas.

Dizer que as medidas protecionistas adotadas são para equilibrar distorções é subestimar a capacidade e a inteligência da sociedade e da opinião pública brasileiras.

O que observamos nisso tudo é uma tremenda contradição entre o discurso e a prática. Nessa total incoerência, quem sai sempre perdendo é o consumidor, pois, não existindo competição, as empresas aumentam os preços dos seus produtos e deixam de investir em inovação, tendo em vista que já têm o mercado garantido, e sob proteção governamental.

O pior de tudo é que o Governo não tem feito a sua parte. O Estado, a cada ano, aplica um percentual menor do PIB em investimentos públicos em rodovias, portos e aeroportos.

A intenção do Governo Federal neste momento é de não fazer esforço nenhum

para aprovar as reformas estruturais no Congresso, deixá-las em banho maria, com o que o País despenca no índice de infraestrutura mundial - atualmente deixamos o 84º posto e formos para o 104º. Ou seja, em comparação com o resto do mundo, nossas estradas e aeroportos estão cada vez piores, e isso porque estamos em ritmo de preparação para sediarmos a Copa do Mundo de 2014.

Não dá, Sr. Presidente, para ficar calado, sem protestar e sem chamar a atenção da opinião pública brasileira para tanta negligência com as nossas condições de produção.

Sr. Presidente, ocupei a tribuna nesta tarde para demonstrar a minha apreensão e a minha indignação com a total insensatez do Governo Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 76/472

066.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	02/04/2012-14:48
Publ.: DCD - 03/04/2012 - 9824	LAERCIO OLIVEIRA-PR -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Redução dos índices de gravidez na adolescência no País. Relevância do Programa Saúde na Escola. Apresentação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público de requerimento de realização de audiência pública destinada ao debate da geração de novos empregos com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014. Posicionamento do orador contrário à criação de vagas para serviços voluntários pela Federação Internacional de Futebol - FIFA por ocasião do evento.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores que nos assistem pela TV Câmara, servidores da Casa, ocupo a tribuna neste momento para falar sobre um problema de saúde pública que muito nos preocupa: a gravidez na adolescência. A notícia é positiva. Segundo dados do Ministério da Saúde, o problema foi reduzido em 26% em 10 anos: de 615 mil casos, em 2002, para 459 mil casos em 2011.

O tema faz parte do cotidiano dos estudantes de todo o Brasil por meio do Programa Saúde na Escola, que chega a 53 mil estabelecimentos de ensino e a 14.439 equipes do Saúde da Família em 2.495 Municípios, com benefícios para mais de 11 milhões de estudantes.

Além da gravidez na adolescência, há outros objetivos, como o de reduzir vulnerabilidades de adolescentes e jovens em relação a doenças sexualmente transmissíveis - HIV/AIDS e hepatites virais -, ao uso de álcool e outras drogas. Portanto, Sr. Presidente, apesar de tudo o que precisamos fazer pela saúde do povo brasileiro, essa é uma notícia de que nesse campo o País avança positivamente.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para informar aos meus pares que apresentei, na Comissão de Trabalho, requerimento para a realização de

audiência pública, em data a ser definida, para discutir a geração de empregos durante a Copa do Mundo.

Segundo estudo do Ministério do Esporte, a Copa do Mundo vai gerar 330 mil empregos permanentes e 380 mil empregos temporários. Pela estimativa do estudo, somente o Governo investirá cerca de 25 bilhões de reais em mobilidade urbana, construção de estádios, aeroportos e portos, como vem fazendo.

Na verdade, Sr. Presidente, no requerimento que apresentei para a realização de audiência pública questiono a previsão da Federação Internacional de Futebol - FIFA de abrir 18 mil vagas para serviços voluntários. Pessoas irão trabalhar cerca de 10 horas diárias recebendo apenas uniforme e alimentação.

Ora, Sr. Presidente e nobres colegas, o serviço voluntário tem nexos causal com o bem comum, em que instituições, normalmente do terceiro setor e sem fins lucrativos, são levadas principalmente pela motivação pessoal. Não me parece que os interesses em jogo em uma Copa do Mundo, que movimenta bilhões de dólares, possam ser enquadrados no serviço voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, de 1998.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso apurar se o recrutamento de voluntários pela FIFA configura ou não artifício para evitar o pagamento de mão de obra e de direitos trabalhistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 77/472

063.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	30/03/2012-09:09
Publ.: DCD - 31/03/2012 - 9735	MAURO BENEVIDES-PMDB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Temas abordados pela Presidenta Dilma Rousseff ao ensejo da reunião de cúpula do chamado Grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em Nova Délhi, Índia. Concessão do título de Doutora Honoris Causa à Presidenta da República pela Universidade de Nova Délhi.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, nobre Deputado Izalci, que neste momento dirige os trabalhos desta sessão matutina. Sras. e Srs. Deputados, senhores telespectadores da TV Câmara, retorna, neste final de semana, a Brasília a Presidenta Dilma Rousseff, após exitosa participação no Encontro dos Países Emergentes, levado a efeito em Nova Délhi, quando ali estiveram dirigentes dos chamados BRICS, cujos integrantes, na condição de emergentes, passaram a compor também o poderoso G-20, cujas expressões maiores são a Primeira-Ministra da Alemanha, Angela Merkel, o Presidente francês, Nicolay Sarkozy, e, obviamente, o dirigente máximo dos Estados Unidos, Barack Obama, já em plena campanha pela reeleição, em confronto com os republicanos.

Mencione-se, por oportuno, que a nossa Primeira Magistrada alcançou extraordinária evidência, sendo, inclusive, galardoada com o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Nova Délhi, ocasião em que proferiu oportuna oração de agradecimentos, com enfoques sobre a própria conjuntura

mundial, numa linha de raciocínio que conglobava aspectos socioeconômicos, conclamando a Índia a continuar palmilhando, como vem fazendo, a trilha do crescimento, com a busca da redução dos desníveis sociais.

Ontem a mídia nacional destacou pontos principais dos diversos discursos da Chefe da Nação brasileira, notadamente o daquela universidade, quando realçou em determinado trecho o seguinte: *"Ela, a crise, não será superada por meio de meras medidas de austeridade, consolidação fiscal e desvalorização da força de trabalho, muito menos por meio de políticas expansionistas que ensejem uma guerra cambial e introduzam no mundo novas e perversas normas de protecionismo."*

Para evitar uma verbalização de maior contundência, a titular do Planalto teria ultrapassado a expressão "tsunami monetário", suavizando dessa forma as críticas que teceu sobre o comportamento de alguns países, prejudicando os demais de forma desleal e incorreta.

Reportando-se aos grandes desafios com que se defrontam a Índia e o Brasil, asseverou com ênfase redobrada: *"Lograr altas taxas de crescimento, mas, ao mesmo tempo, eliminar a pobreza e, sobretudo, reduzir a desigualdade social em um marco de expansão e de aprofundamento da democracia, passa a ser imperativo a que todos nós devemos corresponder, numa conjugação de esforços permanentes"*.

Na sequência de seu lustrado raciocínio, a Chefe do Poder Executivo alinhou, com firmeza, que *"a política de inclusão social no Brasil incorporou 40 milhões de homens e mulheres na produção e no consumo entre nós, garantindo um grande dinamismo à economia brasileira"*.

Ingressando na linha da diplomacia cumprida pelo Itamaraty, rejeitou com redobrada firmeza *"o uso da força, as atitudes preconceituosas e a desaceleração do crescimento global"*.

Durante cerca de 50 minutos, Dilma Rousseff abordou, com o Presidente Zuma, a possibilidade de criação de um banco do bloco em opção ao Fundo Monetário Internacional e ao BIRD, tema que passou a ser visto com extrema simpatia pelos representantes das nações componentes do BRICS.

Aliás, hoje, numa matéria inserida em um dos jornais de circulação nacional, há informação de que, embora a ideia tenha sido acolhida com extrema simpatia pelos cinco países ali reunidos, a decisão final foi remetida para 2014, quando, naturalmente, ao final do mandato dos atuais dirigentes, essa providência de amplitude e abrangência consideráveis poderia ser adotada com a implantação de um estabelecimento de crédito e investimentos que, a longo prazo, ajudariam todos esses países na expansão do seu crescimento e na busca do equilíbrio social.

No seu retorno a Brasília, naturalmente serão conhecidas com maior aprofundamento as soluções alvitadas no importante encontro, registrado pelos veículos de comunicação de maior relevo, como o *Financial Times*, de Londres, e o tradicional *Washington Post*, dos Estados Unidos.

O Congresso não poderia deixar de avaliar, como ora faço no diminuto espaço regimental que me é conferido, embora entenda que o Presidente Izalci teria a sensibilidade de alongar...

(O microfone é desligado.)

O SR. MAURO BENEVIDES - O apelo chegou na hora. *(Risos.)* Peço 1 ou 2 minutos ainda para a conclusão dessas linhas que, como discurso, apresento nesta sessão matutina para a reflexão dos nossos representantes que neste momento já se acham no plenário da Casa.

O Congresso, digo eu, não poderia deixar de avaliar, como ora faço neste diminuto espaço regimental agora ampliado, assunto de tamanha relevância, que põe em evidência a nossa mais alta dignitária, hoje defensora de inovações

socioeconômicas e lhe garante incomensurável projeção internacional.

Saúdo, assim, desta tribuna, na manhã de hoje, a reassunção da nossa dirigente máxima numa semana em que o Parlamento nacional também trabalhou afanosamente. É prova bastante a votação da Lei da Copa, que adentrou a noite, numa linha de respeito aos compromissos assumidos com a FIFA, na conformidade de protocolo firmado ainda na gestão do ex-Presidente Lula da Silva, agora já restabelecido na plenitude de sua vitalidade para continuar exercitando sua liderança na campanha municipal deste ano, ajudando o seu partido, os partidos coligados e, sobretudo, continuar pregando a democracia e sua consolidação no território nacional.

Portanto, Sr. Presidente, é indubitosa a projeção que, com acentuada celeridade, atingiu a Presidente Dilma Rousseff já no primeiro ano de sua proficiente gestão à frente dos destinos nacionais.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações. E, sentindo-me no dever de partilhar este momento, como forma de saudar o retorno da Presidente, quero apontar aqui a atuação do Parlamento brasileiro. Mesmo na ausência da titular do Executivo, aqui não deixamos de trabalhar. No cotidiano das nossas responsabilidades institucionais, como fizemos naquela quarta-feira, votamos a Lei da Copa, votamos, no dia anterior, uma proposta de emenda à Constituição e outras proposições que estão intrinsecamente vinculadas às nossas atribuições legais, constitucionais e regimentais.

Era a comunicação que desejava fazer desta tribuna para saudar a volta da Presidente e defender, sobretudo, uma integração perfeita entre Executivo e Legislativo, porque dessa forma estaremos, sem dúvida, avigorando os nossos rumos institucionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes e ausentes.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retorna, neste final de semana, a Brasília a Presidente Dilma Rousseff, após exitosa participação no Encontro dos Países Emergentes, levado a efeito em Nova Délhi, quando ali estiveram dirigentes dos chamados BRICS, cujos integrantes, na condição de emergentes, passaram a compor também o poderoso G-20, cujas expressões maiores são a Primeira Ministra da Alemanha, Ângela Merkel, o Presidente francês Nicolai Sarkozy e, logicamente, o dirigente máximo dos Estados Unidos, Barack Obama, já em plena campanha pela reeleição, em confronto com os republicanos.

Mencione-se, por oportuno, que a nossa Primeira Mandatária alcançou extraordinária evidência, sendo, inclusive, galardoada com o título de Doutora Honoris Causa, pela Universidade de Nova Délhi, ocasião em que proferiu oportuna oração de agradecimento, com enfoques sobre a própria conjuntura mundial, numa linha de raciocínio que conglobava aspectos socioeconômicos, conclamando a Índia a continuar palmilhando, como o vem fazendo, a trilha do crescimento, com a busca de redução dos desníveis sociais.

Ontem, a mídia nacional destacou pontos principais dos diversos discursos da Chefe da Nação brasileira, notadamente o daquela Universidade, quando realçou, em determinado trecho, o seguinte: *"Ela (a crise) não será superada por meio de meras medidas de austeridade, consolidação fiscal e desvalorização da força de trabalho, muito menos por meio de políticas expansionistas que ensejam uma guerra cambial e introduzem no mundo novas e perversas normas de protecionismo"*.

Para evitar uma verbalização de maior contundência, a titular do Planalto teria ultrapassado a expressão "tsunami monetário", suavizando, desta forma, as críticas que teceu sobre o comportamento de alguns países, prejudicando os demais, de forma desleal e incorreta.

Reportando-se aos grandes desafios com que se defrontam a Índia e o Brasil, asseverou, com ênfase redobrada: *"Lograr altas taxas de crescimento, mas, ao mesmo tempo, eliminar a pobreza e, sobretudo, reduzir a desigualdade social em um marco de expansão e de aprofundamento da democracia, passa a ser imperativo a que todos devem corresponder, numa conjugação de esforços permanentes"*.

Na sequência de seu lúcido raciocínio, a Chefe do Poder Executivo alinhou, com firmeza, que *"a política de inclusão social no Brasil incorporou 40 milhões de homens e mulheres na produção e no consumo, entre nós, garantindo um grande dinamismo à economia brasileira"*.

Ingressando na linha da diplomacia cumprida pelo Itamaraty, rejeitou, com redobrada firmeza, *"o uso da força, as atitudes preconceituosas e a desaceleração do crescimento global"*.

Durante cerca de 50 minutos, Dilma Rousseff abordou com o Presidente Zuma a possibilidade de criação de um banco do bloco em opção ao Fundo Monetário Internacional e ao BIRD, tema que passou a ser visto com extrema simpatia pelos representantes das Nações competentes do BRICS.

No seu retorno a Brasília, naturalmente serão conhecidas, com maior aprofundamento, as soluções alvitadas no importante encontro, registrado pelos veículos de comunicação de maior relevo, como o *Financial Times* de Londres e o tradicional *Washington Post*, dos Estados Unidos.

O Congresso não poderia deixar de avaliar, como ora o faço, no diminuto espaço regimental que ora me é conferido, um assunto de tamanha relevância, que põe em evidência a nossa mais alta dignitária, hoje, como defensora de inovações socioeconômicas, que lhe garantem incomensurável projeção internacional.

Saúdo, assim, desta tribuna, a reassunção da nossa dirigente máxima, numa semana em que o Parlamento Nacional também trabalhou afanosamente, de que é prova bastante a Lei da Copa, que adentrou a noite, numa linha de respeito aos compromissos assumidos com a FIFA, na conformidade de protocolo firmado ainda na gestão do ex-Presidente Lula da Silva.

É indubitosa a projeção que, com acentuada celeridade, atingiu a Presidenta já no primeiro ano de sua proficiente gestão à frente dos destinos nacionais.

Era o que tinha a dizer.

Documento 78/472

063.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	30/03/2012-10:06
Publ.: DCD - 31/03/2012 - 9744		IZALCI-PR -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Instalação Senado Federal de Comissão Especial destinada ao debate da revisão do pacto federativo. Defesa de destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro para o setor educacional. Realização da reforma política. Aprovação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Apelo aos Deputados Distritais de não liberação da venda de

bebidas alcoólicas nos estádios do Distrito Federal. Necessidade de adaptação do calendário escolar para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Desempenho do Governo do Distrito Federal.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. fez aqui uma colocação importante com relação à reforma política, mas fiquei muito satisfeito, quando vi que o Senado está constituindo uma Comissão para estudar a questão do pacto federativo.

Sei que a reforma tributária é uma das prioridades para a Nação. Precisamos disso. A própria Presidente Dilma deve estar chegando agora com novas mudanças na área tributária, mas, antes da reforma tributária, nós precisamos votar o pacto federativo. Nós precisamos definir claramente quem paga a conta. Não adianta criarmos novas contribuições, novos impostos ou determinar recursos para a saúde, a educação, a segurança, sem estabelecer quem paga a conta.

Estamos diante de um impasse em relação ao Plano Nacional de Educação. Nós sabemos que, no Plano Nacional de Educação, não basta aprovar as 21 metas que estamos aprovando. Nós precisamos colocar, muito claramente, quem paga a conta. A nossa luta é que seja 10% do PIB. Mas, hoje, não se chega a 5% e, mesmo assim, a União contribui com menos de 1%, cabendo aos Estados e aos Municípios a diferença, 2% do Estado, 2% do Município.

Ora, se não deixarmos claro quem vai pagar essa conta de 5% para 10%, não adianta nada aprovar esse Plano, porque vai acontecer exatamente o que aconteceu com o Plano anterior, ou seja, menos de 30% foi efetivado daquilo que foi proposto no Plano Nacional anterior.

Então, a questão do valor, do percentual do PIB, tenho que deixar muito claro. E só está pendente, Deputado, a questão da convocação do Ministro. O Ministro Guido Mantega ainda não definiu a sua presença na Comissão, e nós só vamos dar continuidade à votação do relatório do Plano Nacional de Educação após a presença do Ministro Guido Mantega, explicando para nós o porquê não é possível chegar nos 10%. Se ele nos convencer, tudo bem. Nós faremos de tudo para convencer o Ministro de que é possível e temos como resolver essa questão, seja por meio do pré-sal, do Orçamento, seja por meio da definição de atribuições de Estados e Municípios, porque, também, não adianta aprovar e achar que os Municípios e os Estados têm recursos, como aconteceu agora no salário mínimo.

Os Estados e os Municípios não conseguem pagar o salário mínimo do piso nacional dos professores. Por quê? Porque nos últimos anos só se ampliou a arrecadação de contribuições, que por sua vez não é repassada aos Municípios e aos Estados. Por isso, digo que o pacto federativo é fundamental como reforma que precede a reforma tributária. Evidentemente, a principal, a que já deveríamos ter votado nesta Casa, é a reforma política, não a reforma eleitoral.

Sr. Presidente, na quarta-feira passada votamos a Lei Geral da Copa. Evidentemente, já tinha me posicionado com relação à questão das bebidas nos estádios. Sou totalmente contra, votei contra. Acabou que a Casa transferiu essa responsabilidade da definição para os Estados. Acho que nós deveríamos ter decidido isso aqui, mas de qualquer forma aprovamos, jogando para os Governadores essa responsabilidade.

Quero aqui fazer um apelo para que os meus colegas da Câmara Legislativa do Distrito Federal não deixem aprovar no DF a bebida alcoólica nos estádios. O retorno das famílias aos estádios foi uma conquista muito grande. Durante muito tempo, com brigas nas torcidas, com muita bebida alcoólica, as famílias se afastaram dos estádios -- principalmente as crianças e as mulheres.

Recuperamos o retorno durante algum tempo, em função do que aprovamos em relação à questão do Estatuto do Torcedor. Agora, não podemos, pela questão da Copa, que durará um mês, quebrar tudo o que foi construído durante todo esse período.

Dessa forma, faço um apelo para que os nobres Deputados Distritais não deixem aprovar essa lei, permitindo a bebida alcoólica nos estádios.

Aproveitando essa matéria, quero dizer que temos que fazer um planejamento para 2014, porque a lei prevê, inclusive, a mudança do calendário escolar. A abertura da Copa vai acontecer no dia 12 de junho e o seu encerramento será no dia 13 de julho. Portanto, com duração de um mês.

A Lei que aprovamos define que os sistemas educacionais, os sistemas de ensino precisarão adaptar o calendário escolar de 2014, feito em 2013, portanto, ano que vem, antecipando parte das férias de julho para junho. Vamos ter dificuldades, porque as escolas de ensino médio não dão férias de 30 dias no mês de julho, mas, sim, recesso de 10 ou 15 dias. Então, haverá mudança significativa com relação ao calendário escolar. Portanto, pais e escolas preparem-se para fazer essa adaptação, a fim de permitir que o recesso do mês de julho em 2014 coincida exatamente, como determina a lei, com o período da Copa do Mundo, que será do dia 12 de junho a 13 de julho.

Evidentemente, isso causará algum transtorno, porque temos uma legislação maior que trata dos 200 dias letivos, das 800 horas/aula. Talvez essa orientação comprometa um pouco a configuração atual, mas basta fazer compensação nos meses de novembro e dezembro, para que todos possam aproveitar a Copa do Mundo com muita tranquilidade. Esperamos realmente ter um evento organizado e também que não só o País, mas de uma forma muito especial cada Estado, principalmente os das cidades-sede, invistam em obras significativas que possam melhorar a qualidade de vida da população.

Sinceramente não sei o porquê - e até gostaria de obter uma resposta para essa questão -, mesmo tendo sido disponibilizados para o Distrito Federal 400 milhões de reais pelo BNDES, com juros subsidiados, o GDF abriu mão desses recursos. O custo inicial da obra do estádio de Brasília era de 770 milhões, mas vai chegar a 1 bilhão de reais, exatamente como eu disse aqui já há algum tempo. Nós teremos um custo de 1 bilhão de reais e, por incrível que pareça, o GDF não quis os recursos do BNDES.

Isso me preocupa, porque quando os recursos vêm do BNDES - e estão disponíveis para Brasília 400 milhões de reais -, ou seja, quando um Estado se submete a isso, ele também se submete ao controle do Tribunal de Contas da União. Penso que esse pode ser o motivo da recusa. Por isso, eu pergunto: será que o GDF teme uma fiscalização mais profunda do Tribunal de Contas da União? Talvez seja por isso. Acho que nenhum governante deixaria de pegar recursos do BNDES com juros subsidiados, para investir recursos próprios, tendo em vista as diversas dificuldades por que estamos passando no Distrito Federal. Estão aí os professores em greve, está aí o caos na saúde. V.Exa. não estava aqui quando eu disse - o Deputado Jhonatan de Jesus, que está fazendo Medicina, estava aqui. Estava no hospital da Ceilândia, ele estava na sala de cirurgia, as pessoas já entubadas, anestesiadas. Acabou a energia e não havia nem gerador para subsidiar isso. Tiveram que retirar os pacientes. Quando a comunidade foi entrevistada - o que mais nos preocupa é exatamente isso -, não foi a primeira vez, já tinha acontecido. Esses recursos deveriam ser destinados à reforma das escolas e dos hospitais. Mas, não, está gastando um bilhão no estádio e dispensando valores na ordem de 400 milhões do Governo, do BNDES, exatamente para não ter que prestar contas.

O reflexo disso é muito claro. Saiu ontem pelo Instituto OIP Brasil, um instituto de pesquisas, Sr. Presidente, que apenas 16,3% aprovam o Governo. Olha só o

que diz a pesquisa feita agora em março, de 22 a 25 de março, portanto semana passada. Ótimo o Governo: 1,1%. Bom: 8,1%. Na prática, se você considerar apenas o ótimo e o bom, não chega a 10%, são 9,2%. Se considerar aqueles que não aprovam nem reprovam, dá essa margem de 16%. É o pior Governo já pela quarta avaliação seguida. Isso demonstra realmente a ineficiência, a incapacidade e a falta de projetos desse Governo. Infelizmente esse é o novo caminho que se diz, sem rumo.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta o nobre Deputado Izalci pelo seu pronunciamento envolvendo os dispêndios que estão sendo feitos aqui em Brasília e que, naturalmente, envolvem somas apreciáveis. Cumprimento V.Exa., que usou a palavra agora pela Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB dentro do período destinado ao Grande Expediente.

Documento 79/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-10:38
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9516	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a transferência para os Estados da decisão sobre a venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustre Deputado Laercio Oliveira, a quem cumprimento efusivamente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Deputado Antonio Bulhões, ocupo a tribuna nesta oportunidade para fazer um lamento. É isso o que, na verdade, nos cabe neste momento.

Depois de termos passado ontem, neste Plenário, pela apreciação, discussão e votação da Lei Geral da Copa, transferimos para os Estados que sediarão os jogos da Copa a decisão sobre a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante competição tão importante.

Uma vez que os nossos argumentos contrários e os nossos insistentes apelos não foram ouvidos, não foram suficientes para convencer este Plenário, cabe-nos apenas este lamento.

Sr. Presidente, nós cometemos um erro, nós cometemos um equívoco, nós cometemos um lapso quando nos curvamos aos interesses da FIFA e aos interesses da poderosa indústria da bebida alcoólica. A questão não é o ato; a questão é o gesto. Não é questão de fé. Não se passa nem de longe pela implicância da bancada evangélica, absolutamente. A questão é de saúde pública. Não podemos, definitivamente, retroceder no enfrentamento que temos feito ao alcoolismo neste País. Aliás, o alcoolismo é um dos grandes males sociais do Brasil. Estamos falando de algo mais grave, mais danoso inclusive do que a maconha, a cocaína, o *crack*, porque a bebida alcoólica entra nos lares, está no seio das famílias e é um componente quase sempre presente quando se tem uma ocorrência de violência doméstica, de desastres e de tragédias.

Quero, portanto, Sr. Presidente, lamentar que tenhamos retrocedido quando

negligenciamos o fato de que uma legislação específica para isso já havia sido aprovada neste Plenário, no Congresso Nacional. Deixo aqui o meu repúdio, o meu lamento e o desafio para que haja, cada vez mais, engajamento e envolvimento dos nossos colegas nesta luta, neste enfrentamento que deve ser feito, Dr. Ubiali, ao alcoolismo neste País.

V.Exa., que é um Parlamentar com brilhante mandato, é um médico, milita na área da saúde, faz parte de maneira atuante da bancada da saúde nesta Casa, sabe perfeitamente o que o alcoolismo representa para a saúde pública em nosso País, os custos que o Sistema Único de Saúde tem com o alcoolismo e como isso representa um desafio. E cada vez mais este Parlamento, este Congresso deve se envolver com essa questão.

Deputado Antonio Bulhões, muito obrigado pela concessão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Que Deus abençoe o Brasil!

Documento 80/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-10:32
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9515	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pavimentação do acesso ao Museu Entomológico Fritz Plaumann, no Distrito de Nova Teutônia, Município de Seara, Estado de Santa Catarina. Regozijo com a aprovação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Expectativa de votação do projeto de lei referente à reformulação do Código Florestal brasileiro. Necessidade de apoio do Governo Federal à suinocultura catarinense.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo sábado, vamos inaugurar em Santa Catarina mais uma importante obra de pavimentação asfáltica. Refiro-me ao acesso ao Distrito de Nova Teutônia, no Município de Seara, onde está localizado o Museu Entomológico Fritz Plaumann, que abriga o acervo criado pelo entomólogo alemão Fritz Plaumann. Inaugurado em 23 de outubro de 1988, o Museu foi construído em frente à residência de Fritz Plaumann pela Prefeitura de Seara e pela Fundação Catarinense de Cultura, com o apoio do Banco do Brasil. Atualmente, é administrado através de um convênio entre a Prefeitura da cidade, detentora do acervo, e a Universidade Federal de Santa Catarina.

O Museu contém cerca de 80 mil exemplares de 17 mil espécies diferentes de insetos, das quais 1.500 foram descobertas pelo próprio Fritz Plaumann. A maioria foi coletada durante as incursões de Plaumann pela região do Alto Uruguai. Além do material biológico, o Museu expõe os equipamentos, objetos pessoais, cartas, comendas, condecorações, fotos e vários objetos pessoais do entomólogo.

Falecido em 1994, o professor foi considerado pela Academia de Ciências da Califórnia, nos Estados Unidos da América, o maior colecionador de insetos da América Latina no século XX.

Mais do que o acesso à localidade, promovendo qualidade de vida para as pessoas que vivem na comunidade, a pavimentação facilita o acesso a um acervo da fauna, histórico e cultural muito rico da região. Os recursos para o asfaltamento do trecho são provenientes do Programa de Pavimentação de Estradas Rurais -- PROPAV Rural, programa implantado em 2009 pelo Governo do Estado de Santa Catarina. O trajeto de 11,1 quilômetros recebeu investimentos no valor de R\$ 7 milhões.

Sr. Presidente, gostaria de destacar que votamos a Lei da Copa esta semana, graças a Deus. Com a palavra do Presidente, Deputado Marco Maia, vamos votar ainda no mês de abril o Código Florestal brasileiro, um grande anseio de todos os produtores deste País. Com certeza, vamos chegar a um bom senso, e com isso ganhará a agricultura brasileira.

Estamos com 112 Municípios em situação de emergência em Santa Catarina. Queremos destacar também que a suinocultura passa por momentos muito difíceis e precisamos da interferência do Governo nesse setor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 81/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-10:22
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9512	MARCUS PESTANA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Distanciamento entre o Congresso Nacional e a população brasileira. Prática do fisiologismo pela Presidenta Dilma Rousseff. Pauta prioritária da Oposição em defesa da autonomia do Parlamento brasileiro.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a semana de trabalho no Congresso é emblemática e significativa para que entendamos a conjuntura política.

O centro da democracia, a casa que representa a população é o Congresso Nacional. É preciso que nós estejamos atentos à realidade que envolve a formação de maioria e minoria e as relações com o poder, com o Governo, com o Palácio e com a opinião pública. Portanto, gostaria de deixar aqui registrado pronunciamento sob o título *Maioria, minoria e o impasse no Congresso*.

A maioria da população não entende o papel e a importância do Congresso Nacional para a vida do País e da democracia brasileira. A avaliação das pessoas sobre a imagem do Parlamento brasileiro é, em geral, sempre muito ruim. Sucessivas pesquisas demonstram que 75% do eleitorado não lembra, 1 ano depois das eleições, sequer o nome do Deputado em quem votou, quanto mais acompanhar e controlar a atuação dos Parlamentares.

Nossa cultura política tem claros traços de um exacerbado personalismo, um viés marcado pela forte concentração de poderes nas mãos do Presidente da República, uma incompreensão sobre a função fiscalizadora e legislativa do Congresso. Nosso sistema político, partidário e eleitoral retroalimenta essa realidade ao promover um radical distanciamento entre sociedade e

representação política e produzir um quadro partidário pulverizado, artificial, frágil e, na maior parte das vezes, sem nenhum conteúdo ideológico e programático.

Hoje vivemos um verdadeiro "presidencialismo de cooptação" - uma deturpação do conceito do presidencialismo de coalizão, de Sérgio Abranches. A governabilidade é obtida pela gestão de verbas orçamentárias e cargos, com graves consequências em termos de perda de eficiência, dado o loteamento partidário de espaços e o descompromisso com a profissionalização da máquina pública. A negociação é feita no varejo, sem dimensão estratégica, sendo objeto da tensão permanente entre chantagem, concessões e impasses.

Nas últimas semanas vivemos um impasse, e o Congresso pouco avançou nas votações. É preciso que toda a sociedade saiba que a paralisia não se instala a partir das oposições. Somos amplamente minoritários. Somos, quando muito, 90 Deputados Federais, num total de 513. Somos 18 Senadores, num conjunto de 81. Portanto, o impasse nasce na relação do Governo Dilma com sua base de apoio, uma Presidente sem história, experiência e habilidade para liderar um projeto nacional; uma base voraz, alimentada pelo fisiologismo e pelo patrimonialismo; Ministros aliados entregues às feras, enquanto Ministros do PT são blindados; a hipocrisia de uma suposta faxina sobre a sujeira produzida em casa pelas próprias opções de Dilma e do PT, quando, em verdade, os malfeitos são desfeitos pela pressão da imprensa, das oposições e da sociedade organizada; grosserias e indelicadezas como estilo de comando; incapacidade para o diálogo e a negociação. Este é o caldo de cultura sobre o qual se formou o atual clima no Congresso.

O PSDB e as oposições querem votar. Votamos a Lei da Copa e queremos votar o Código Florestal, a reforma política, os *royalties* do petróleo, as medidas contra a guerra fiscal, o veto que tirou dinheiro da saúde, a renegociação da dívida dos Estados. Não nos confundimos com as pressões ou chantagens por obtenção de cargos e verbas. Mas não queremos um retrocesso à "monarquia absoluta", onde as prerrogativas, o papel e a autonomia do Congresso não são respeitados. Não é passando o "trator" que iremos destravar as discussões. Um pouco de humildade e capacidade de diálogo não fariam mal à Presidente Dilma. A semana provou que talvez tenhamos que adensar a agenda internacional, para que o Presidente Marco Maia possa assumir mais vezes a Presidência e possamos, através do diálogo, que é típico do Parlamento, do entendimento e da promoção de consensos, avançar na agenda que interessa ao País.

É preciso que o Congresso tenha consciência plena do seu papel e que trabalhe por sua autonomia.

Documento 82/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-10:12
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9510		MÁRCIO MACÊDO-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Cura do câncer do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem o Brasil deu um passo importante com a aprovação da Lei da Copa nesta Casa, que, com certeza, trará um legado muito consistente às futuras gerações.

Solicito a V.Exa. que dê como lido meu pronunciamento acerca da aprovação da Lei Geral da Copa e que o mesmo seja divulgado pelos meios de comunicação e publicado nos Anais desta Casa.

Aproveito para abraçar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ontem, Lula venceu mais uma batalha na sua vida, derrotando um câncer. Sabemos como é essa situação. Desejamos que o Presidente Lula em breve esteja de volta às atividades políticas, servindo os brasileiros, operário que é do nosso povo, na consolidação da democracia, com distribuição de renda e por um país mais justo e solidário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que estou aqui hoje para participar de um momento tão único e importante para o nosso País: a votação da Lei Geral da Copa.

Tenho certeza de que todos nós concordamos que o horizonte de transformar-se no centro das atenções com a organização dos dois maiores eventos do mundo coloca o Brasil numa situação de responsabilidade crescente no que se refere ao principal objetivo de sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016: os legados que deixaremos ao País. Todas as decisões dos próximos anos devem se pautar por essa preocupação.

Nessa trajetória, há excelentes oportunidades e alguns riscos e nosso sucesso será medido pela capacidade de explorar as oportunidades e de contornar os riscos.

Inegavelmente, o momento brasileiro é singular, e temos na Copa de 2014 uma chance ímpar de nos apresentarmos ao mundo para além de nossas qualidades no futebol, ou seja, de um lado valorizando nosso potencial turístico, gastronômico, artístico e cultural, e de outro reafirmando nossa condição de ator emergente no cenário internacional.

De fato, somos uma nação em desenvolvimento diferente das demais, combinando valores ocidentais e democráticos com economia estruturada. O desafio no plano externo também é provar nossa vocação para sediar eventos de grande porte.

No plano interno, o momento é de aprendizado e de inovação. Não se pode falar em legado sem pensar no novo arcabouço jurídico que está sendo gestado no Congresso Nacional com a votação da Lei Geral. O Brasil herdará outro patamar de condições econômicas e jurídicas para realizar grandes eventos.

O debate sobre o que será dos estádios após a Copa com frequência deixa de lado o conjunto de melhorias urbanas decorrente das novas arenas. Contudo, o risco de haver elefantes brancos não resistirá a soluções criativas do espaço multiuso e à capacidade de empreendedorismo dos governos, que considerem sempre a função social como elemento central. Digo isso porque se o objetivo for o uso dos estádios só para futebol, ampliamos os riscos de ociosidade. Por isso faço a defesa de que os espaços construídos, reformados, ampliados ou reestruturados em razão da Copa do Mundo sejam para multieventos, que possam ser utilizados posteriormente como centros de convenções, palcos de *shows*, feiras, entre outros.

Há também um enorme potencial de aprimoramento como um todo das políticas públicas ligadas ao esporte em particular. Esperamos que o Congresso, junto

com a sociedade, os dirigentes esportivos e os governos dos três níveis se debruçam na confecção de políticas públicas para o esporte brasileiro.

Cito algumas que considero relevantes:

Primeiro, a imunidade tributária a entidades esportivas, para fortalecer os clubes e inverter o fluxo de capital humano que deixa o Brasil rumo ao exterior;

Segundo, instituir uma previdência privada complementar à pública para atletas;

Terceiro, e com a mesma importância, criar um fundo de ajuda a campeões olímpicos e vencedores de Copas, para preservar a memória esportiva nacional e ofertar exemplos às futuras gerações;

Quarto, formatar um novo patrimônio de políticas públicas para esporte de grande rendimento;

Quinto, estruturar um amplo programa articulando esporte e educação, pois a democracia e convivência entre diferentes fazem das escolas ideais para implantação de políticas públicas de base.

Eu poderia aqui citar outros vários exemplos de políticas públicas para os colegas desta Casa. Todos com o objetivo de seguir avançando no campo social e econômico do nosso País usando como mote o esporte.

Desde o ano passado, tenho conversado com personalidades ligadas ao esporte e ao futebol, colhendo ideias e debatendo saídas. Os debates têm sido muito saudáveis. Quero deixar claro aqui também que sempre fui ouvido e tive liberdade para tratar o tema com o Relator da Lei Geral da Copa, nosso companheiro e colega Deputado Vicente Candido.

O intuito tanto dele quanto de toda esta Casa, tenho certeza, é de colaborar para uma agenda estratégica que nos permita construir o caminho até o legado que buscamos na Copa de 2014.

Há muito trabalho a fazer, mas estou confiante em nossa capacidade, afinal, essa é uma conquista do País inteiro.

Muito obrigado.

Documento 83/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-10:08
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9507	VALDIR COLATTO-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Imediata inclusão na pauta do projeto de lei sobre a reformulação do Código Florestal brasileiro.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que ontem foi votada a Lei da Copa por acordo da bancada da Frente da Agricultura e de todos aqueles que querem votar o Código Florestal. Foi cumprida nossa parte, e queremos que o Presidente Marco Maia, pelo acordo que foi feito, coloque em pauta o Código Florestal.

Sr. Presidente, a dúvida - se vai votar agora ou mais tarde, mas no mês de abril, certamente - é porque nós precisamos verificar o vencimento do Decreto nº 7.497, no dia 11, que trata da prorrogação da não exigência de averbação da reserva legal. Isso está trazendo grande intranquilidade ao campo.

Nós precisamos votar o quanto antes esse Código para trazer tranquilidade para onde nem poço artesiano mais é licenciado. Em Santa Catarina, suínos e aves não são mais alojados por falta de licença ambiental. Precisamos trabalhar isso urgentemente.

Documento 84/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-10:06
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9507	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza vultosa dos gastos governamentais com os preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há uma discussão que precisa ser feita nesta Casa, passada a Lei Geral da Copa: os gastos com a Copa do Mundo.

Quero reiterar que só de aditamentos, em um ano e pouco, a soma de 2 bilhões e 500 milhões apenas para estádios de futebol seria suficiente para pagar 3.500 Bolsas-Atleta - olímpicos e paraolímpicos; construir 46 mil casas populares; 700 grandes escolas; 3 mil creches e cobrir todas as unidades educacionais brasileiras de quadra poliesportiva - 80% delas não a têm. Isso é derrame irresponsável de dinheiro público!

Nós não podemos assistir a isso passivamente. A Copa do Mundo está sendo objeto de negociações espúrias e lucros extraordinários, que não interessam à sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 85/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-09:50
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9498	JUTAHY JUNIOR-PSDB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a rejeição pela Casa da proposta proibitiva da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem encerrou-se o ciclo de votações sobre a Copa do Mundo. Foi extremamente negativo para o País. O Governo impôs a sua maioria

ontem e conseguiu 237 votos, impedindo a proibição de bebidas alcoólicas nos estádios. Risco para a população, risco para o torcedor que estará presente! Esse ciclo perverso começou com a aprovação do regime diferenciado para a legislação das obras da Copa: projetos preliminares de engenharia, sem projetos básicos, obras caríssimas, sem fiscalização e com a obrigação de serem concluídas antes da Copa. E todos os serviços que serão permanentes não estão sendo executados.

Documento 86/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-09:24
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9491		JOSÉ AIRTON-PT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Concessão pelo Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, de audiência ao orador destinada à discussão da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu, particularmente, tive uma audiência com nosso companheiro e amigo, Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, uma figura extraordinária, um homem com capacidade de articulação e, sobretudo, com um compromisso público voltado para o nosso País.

Quero ressaltar a contribuição do Aldo no Ministério do Esporte, sobretudo, para a viabilização de dois grandes eixos: a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Foi um debate muito enriquecedor, uma contribuição muito importante da Comissão de Turismo e Desporto, com o objetivo de que possamos juntos, Executivo e Legislativo, contribuir para que a Copa e as Olimpíadas sejam um grande sucesso.

Documento 87/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-09:16
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9488		GERALDO SIMÕES-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. considerasse como lido e divulgasse nos meios de comunicação da Casa pronunciamento que faço comemorando decisão importante de ontem da Câmara dos Deputados, qual seja a aprovação da Lei

Geral da Copa.

A Oposição cumpriu seu papel, questionou diversos pontos, mas como todos nós esperávamos, Sr. Presidente, a matéria foi aprovada. Cinquenta e quatro anos depois vamos sediar novamente a Copa do Mundo, um feito certamente muito importante para o Brasil.

E qual legado vai ficar, Sr. Presidente? Os investimentos na construção dos estádios de futebol, em aeroportos, portos, estradas. Isso é importante, no momento em que o Brasil precisa realizar esses investimentos internos para enfrentar a crise.

Quero parabenizar a Câmara dos Deputados pela decisão de ontem e aguardo que o Senado faça como nós: vote o mais rápido possível.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero comemorar que, finalmente, ontem, já avançada a hora, aprovamos a chamada Lei Geral da Copa. Houve polêmica, e a Oposição cumpriu seu papel questionando a fundo vários pontos do projeto e mesmo a realização da Copa do Mundo no Brasil. Para vários deles, seria um atraso que o Brasil sediasse um evento de tal magnitude do esporte mundial. Ainda mais esse evento sendo organizado e realizado por um Governo petista com ampla base aliada.

Pergunto-me: será que estes senhores, esses colegas Parlamentares, estão sendo sinceros? Penso que não. Seguramente, se estivessem no Governo, aí, sim, organizariam uma Copa submissa e arrastada aos interesses dos cartolas internacionais.

A população brasileira sabe, assim como a mídia popular, a grande mídia e até nossos colegas da Oposição estão cansados de saber, que o PT e seus Governos sempre se pautaram pelos interesses populares e nacionais. Foi no Governo do PT que o Brasil ganhou dimensão respeitável no cenário político internacional. Foi com Governos do PT - os dois do LULA e agora com Dilma - que o Brasil avançou como nunca em termos econômicos e sociais, passando a figurar como a economia mundial construída democraticamente. Ouso dizer: talvez a mais democrática existente entre os grandes países hoje em todo o mundo.

Senhoras e senhores, essas vitórias e popularidade de nossos Governos não são por acaso. São derivadas da melhoria das condições de vida da população, da melhoria do nível salarial dos brasileiros, da recuperação do emprego para os trabalhadores e do crescimento e desenvolvimento brasileiro verificados nos últimos anos, em um cenário internacional de crise e recessão.

Resumindo, Sr. Presidente, nesse contexto, a Copa do Mundo, mais que um evento popular e que mantém elevada a autoestima dos brasileiros e sua projeção em todo o mundo, é parte de uma estratégia de fomento à economia que injetará significativos recursos, com forte efeito multiplicador em todas as áreas produtivas, unindo-se aos investimentos do PAC e aos investimentos sociais, estimulando este novo ciclo desenvolvimentista que vivemos.

É isso que queremos, Foi isso que aprovamos ontem. Manter o crescimento e o desenvolvimento brasileiro com mais emprego e justiça social.

É isso o que queremos para o Brasil!

Parabéns aos Deputados que votaram democraticamente a favor da Copa!

Parabéns ao povo brasileiro por manter essa perspectiva otimista de desenvolvimento!

Parabéns à Presidenta Dilma, por sua firmeza e o respeito que tem conquistado, tanto internamente como nos fóruns internacionais, como agora na reunião dos

chamados BRICs - reunião dos novos países que passam a se destacar no cenário econômico internacional.
Muito obrigado.

Documento 88/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-09:10
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9485	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do 464º aniversário de fundação de Salvador, Estado da Bahia. Situação de abandono da capital do Estado. Ineficiência da gestão do Prefeito Municipal de Salvador. Elaboração de proposta de governo pela candidata do PCdoB à Prefeitura Municipal de Salvador, Deputada Alice Portugal. Ocupação de cargo na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Estado da Bahia, pela ativista do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis - LGBTT, Paulette Furacão.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é feriado em Salvador. A capital de todos os baianos comemora 464 anos de fundação.

Os soteropolitanos comemoram o evento com a alegria de costume, com sua criatividade, com seu trabalho, com sua presença na vida cultural, na música, e também com alguma tristeza, porque se sentem abandonados pela gestão atual, que cuida muito mal da nossa querida Salvador.

Mas, em ano eleitoral, as expectativas sempre se renovam para que as saídas positivas, afirmativas, que preparam Salvador para a vocação que ela tem, possam ocorrer.

Então, gostaria de fazer este registro.

Também, Sr. Presidente, quero registrar, com alegria, a ocupação do primeiro cargo público pela ativista do Movimento LGBTT Paulette Furacão. Ela é a primeira ativista que ocupa um espaço na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, indicada que foi pelo PRB, partido parceiro do Governador Jaques Wagner.

Portanto, faço esse registro, saudando os que lutam por uma sociedade sem discriminação e contra a homofobia, que ainda vitima tantas pessoas no Brasil, particularmente na Bahia.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, festa de aniversário é normalmente um momento de manifestação de felicidades, de votos de congratulações e de muita comemoração.

Nesta quinta-feira, dia 29 de março, Salvador, capital da Bahia, completa 464 anos de fundação. Quis o cruel destino que, dirigida de forma vil e irresponsável, nossa cidade passasse por mais um aniversário sob o jugo da tristeza e do abandono. A cidade que era orgulho dos baianos, cantada em prosa e verso,

menina dos olhos de turistas do País e do exterior, hoje está relegada ao caos e ao espaço dos comuns. A cidade da simbologia e da magia enferrujou sua beleza, o que lhe faz perder o encanto de outrora.

Salvador é vítima de desastrosas administrações, que ao longo dos últimos 16 anos pensaram a cidade ou sob a ótica dos interesses de grandes grupos econômicos ou dos grupos políticos que a dirigiram. Esse é um prejuízo que vai demorar muito tempo para ser minimizado ou resolvido - em alguns casos, nunca poderá ser recuperado.

A miopia e a irresponsabilidade são o padrão de apresentação de quem foi escolhido para dirigir a capital baiana. Sem projeto político, administrativo ou de desenvolvimento, a atual gestão vai inventando ações a serem aplicadas ao humor do grupo ou força a que o Prefeito esteja aliado.

Hoje, no lugar da cidade, quem aparece é seu Prefeito. Completamente desnordeado no ambiente de gestão e desmoralizado no espectro político, restou-lhe, nos últimos meses de mandato, trabalhar apenas para melhorar sua imagem. Após pular de aventura em aventura, acomodou-se ao conforto efêmero de preservar algum patrimônio eleitoral que lhe possa garantir, futuramente, algum cargo público.

Para o atual Prefeito, Salvador, a cadeira de gestor da terceira capital do Brasil é apenas um lugar onde se sentar. Na brincadeira que se tornou seu ocaso, o atual gestor assiste, inerte, à perda de turistas e de prestígio, enquanto o lixo, os buracos, os engarrafamentos, o abandono da Orla, entre outras tantas mazelas, são visíveis a olho nu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Salvador, definitivamente, precisa sofrer um choque de gestão. E essa mudança passa pela implementação de um novo projeto que pense a capital sob uma ótica estruturante, inclusiva, educadora, social e ambientalmente sustentável, atrativa ao investimento produtivo e desenvolvimentista. Tais parâmetros, que devem ser pensados sem ordem de prioridade, mas em seu conjunto, são a base de uma proposta de cidade que o PCdoB, meu partido, vem elaborando para apresentar aos soteropolitanos nas eleições de outubro.

O PCdoB apresentará a Salvador, pela primeira vez em sua história, uma candidatura a Prefeito. Coube à nossa camarada Alice Portugal, também Deputada Federal, a tarefa de apresentar nossas ideias à cidade. Alice será candidata a Prefeita de Salvador para comandar a reconstrução de nossa cidade, desse patrimônio da humanidade, dilapidado e maltratado pelas últimas gestões.

Queremos recuperar Salvador, sua multiplicidade e riqueza cultural; sua vasta e inexplorada riqueza ambiental; seu enorme e degradado patrimônio histórico; seu povo alegre, forte, mas pobre de oportunidades; sua vocação de criatividade e inventividade; seu potencial de geração de mentes brilhantes na política, na música, na arquitetura, na educação e em tantas outras áreas nas quais a nossa cidade plantou sementes e colheu figuras nacionalmente conhecidas, mundialmente reconhecidas por suas ações, criações e feitos.

Salvador sediará a Copa do Mundo de 2014 e será uma das sedes do futebol das Olimpíadas de 2016. Quando a atual gestão finalmente findar, restarão apenas 17 meses para que possamos requalificar a cidade para receber os jogos da Copa. Sem dúvida, foi uma oportunidade que está quase perdida, porque, apesar dos enormes investimentos que os Governos Federal e Estadual farão em mobilidade e na construção do novo estádio da Fonte Nova, isso foi muito pouco diante do potencial que nossa capital teria para atrair investimentos e legar às novas gerações os ganhos que competições como essas deixam por onde passam.

Recentemente falecido, o nosso grande geógrafo e professor Aziz Ab'Saber dizia

que a situação geográfica e topográfica de Salvador era uma restrição permanente ao seu desenvolvimento. Cidade de dois andares - a Cidade Alta e a Cidade Baixa -, o seu desenvolvimento viu-se sempre condicionado por um território de difícil aproveitamento. A escarpa da falha de Salvador desde o início estabeleceu a necessidade de transpor a diferença de cotas entre o porto, no bairro da praia, e a parte alta da cidade onde se mantinham todas as atividades administrativas.

Se hoje a tecnologia e a visão de sustentabilidade nos permitiram vencer certos fatores que considerávamos prejudiciais, hoje temos novas barreiras a transpor. E, sem dúvida, vencer a barreira da miopia política, da incompetência administrativa e da irresponsabilidade para com as futuras gerações é o desafio deste ano de 2012. O Brasil avançou com Lula e Dilma. A Bahia seguiu seu caminho com Jaques Wagner. Vamos colocar Salvador em novo rumo. E o PCdoB se apresenta ao povo soteropolitano para propor um modelo de gestão democrático, que represente o consenso, com prioridade aos mais pobres. Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a líder Paulette Furacão, ativista do movimento LGBTT da Bahia, a primeira transexual a ocupar um cargo público na esfera do Governo do Estado. Paulette, como é conhecida, assumirá um cargo de articulação na Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia - SJCDH. Aproveito a nomeação da nova gestora para trazer à luz e à avaliação desta Casa o aumento dos índices de violência contra homossexuais em todo o Brasil, especialmente na Bahia.

Faço referências ao antropólogo Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, para dizer que Salvador é uma cidade colorida por natureza, com uma das maiores paradas *gay* do País, mas profundamente contraditória, com um lado vermelho sangue, representado pela homofobia.

Em 2011, segundo o Grupo Gay da Bahia, foi registrado um total de 282 ocorrências motivadas por homofobia em todo o Brasil. O índice coloca o País na alarmante posição de líder mundial de assassinatos à população LGBT, com média de uma morte a cada um dia e meio.

São Paulo ocupa o primeiro lugar em crimes homofóbicos, com 72 registros, o equivalente a 25% do total. O Rio de Janeiro vem em segundo lugar, com 35 casos, 12%; Minas Gerais, com 22, 8%; Paraná, com 11, 6%; e Goiás, com 10 registros, 3%.

Quando se compara o índice de crimes letais, a Bahia, lastimavelmente, ocupa o topo do *ranking* pelo terceiro ano consecutivo, com o mais alto índice de homicídios contra homossexuais, travestis e transexuais no País. O Estado assume a liderança como o local onde mais homossexuais foram assassinados nos últimos 6 anos.

No caso da violência urbana não letal, aquela em que o agredido não chega à morte, apesar de tanta diversidade, São Paulo lidera as agressões nesse quesito. Em segundo lugar vem o Rio de Janeiro e Salvador assume a terceira posição. Belo Horizonte, Goiânia, Recife, Belém e Curitiba completam o *ranking*. Salvador permanece no vergonhoso pódio das capitais, quando o assunto é assassinato de homossexuais. Só em 2012, 28 *gays* foram assassinados na cidade, e este ano, de janeiro até março, já são 11 casos.

No início deste mês, dois jovens homossexuais foram roubados e espancados na Estação Pirajá, na periferia de Salvador. As vítimas andavam de mãos dadas, quando um grupo formado por seis homens abordou a dupla e a espancou até o limite da violência.

Em fevereiro do ano passado, um policial militar foi encontrado morto na sua casa, no bairro de Alto de Coutos, subúrbio ferroviário de Salvador. A vítima,

lotada na 10ª Companhia, também era homossexual.

No segundo semestre do mesmo ano, um homem de 73 anos foi encontrado morto no apartamento em que morava em uma rua próxima à Avenida Joana Angélica, no bairro de Nazaré, centro de Salvador. O homem, que também era homossexual, estava com um lençol amarrado ao pescoço e provavelmente morreu por asfixia.

Em novembro do ano passado, dois homens foram presos em flagrante, na cidade de Barreiras, no oeste baiano, após matar a pedradas um funcionário da Câmara Municipal da cidade. A vítima, conhecida como Nego Eliano, era homossexual e pretendia candidatar-se a Vereador nas eleições municipais deste ano. As histórias se repetem e as descrições da barbárie e da violência de que são acometidas essas pessoas são as mesmas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos aprofundar as discussões das proposições que tratam da criminalização da homofobia, a exemplo do PLC nº 122, de 2006, em tramitação no Senado Federal. A proposta é oriunda do seio do movimento GLBT, e torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando essa situação à discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero, ficando o autor do crime sujeito a pena de reclusão e multa.

De acordo com o GGB da Bahia, a cada 20 horas um *gay*, travesti ou lésbica é violentada, agredida ou mesmo barbaramente assassinada vítima de crime homofóbico.

Diante desses fatos, não podemos continuar alheios e indiferentes aos números. Precisamos buscar formas eficazes de fazer prevalecer no País o princípio da igualdade garantida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em nossa Carta Magna, que assegura como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, com a garantia de que todos os brasileiros são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 89/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-09:08
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9484		DELEY-PSC -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Apreensão ante o legado da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. DELEY (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós aprovamos o texto do projeto da Lei Geral da Copa, mas vou continuar insistindo

numa tese: todos nós queremos a Copa, todos nós queremos uma grande festa, mas, sinceramente, venho, de novo, trazer aqui a nossa preocupação: mais do que o futebol, o mais importante da Copa do Mundo é aquilo que se vai poder construir e deixar como herança para a população brasileira.

Eu tenho dito isso porque o futebol jogado em umas cinco Copas tem sido horroroso, então, particularmente para mim, não interessa o futebol, mas a infraestrutura e a herança que vamos poder deixar para a população e para o turista que vem nos visitar. É preciso colocar o Brasil definitivamente na rota turística do mundo.

Presidente, se perdermos essa oportunidade, confesso que vou ficar extremamente decepcionado.

Obrigado.

Documento 90/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-11:12
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9536		BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Líder do Governo na Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, pela votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Razões da não votação do requerimento de tramitação em regime de urgência do projeto de lei sobre a criação de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, meus caros colegas, Deputado Miro Teixeira e Deputado Lincoln Portela, eu só queria dizer o seguinte: o que aconteceu nas últimas horas, aqui na Casa?

Houve a reunião e há o compromisso do nosso Líder. Aliás, eu quero parabenizar o Deputado Arlindo Chinaglia, que está sendo extraordinário Líder do Governo. Nós tivemos tanto a votação aprovada - foi isso o que nós fizemos ontem - quanto a Casa foi valorizada. Votamos a Lei da Copa ontem, com grandes articulações e conversações que foram feitas aqui.

E há o compromisso do Deputado e Líder Arlindo Chinaglia - é sobre isso que eu tenho feito contato agora - de fazer esse debate. Ele está se debruçando sobre isso, tanto esse projeto quanto o tema das mulheres em relação aos entorpecentes, das doenças. Só que é óbvio que, nas últimas horas aqui, o tema principal que envolveu todos nós e principalmente o Líder foi a votação exitosa que nós tivemos em relação à Copa.

Então, eu quero fazer este registro e parabenizar, inclusive, o trabalho do Deputado Arlindo Chinaglia e o esforço que todos os Deputados fizeram, os Líderes fizeram, fizemos juntos para poder votar no dia de ontem. Eu acho que foi uma afirmação para o País votarmos a Lei da Copa no dia de ontem.

Quero exatamente reafirmar esse compromisso do Deputado Arlindo Chinaglia.. Há esse esforço, ele está se debruçando e, na votação, no momento em que houver o acordo - porque isso passa por um acordo com o Governo em relação ao conjunto das varas, inclusive o período de entrada, porque pode haver um processo de construção do conjunto das varas que estão sendo debatidas - há o

compromisso do Deputado Arlindo Chinaglia de levantar a urgência da votação. Então, é apenas essa solicitação que eu gostaria de fazer aos colegas Deputados. Existe esse compromisso, e só não votaremos no dia de hoje porque há essa construção. A partir do momento em que a construção estiver fechada, obviamente haverá todo o empenho para a votação.

Então, eu só solicitaria a compreensão. Nós não temos a presença do Líder aqui, mas eu faço isso pelo contato que nós tivemos com ele, para reafirmar esse compromisso e homenagear a Casa, homenagear o trabalho, Deputada Rose de Freitas, e todo o esforço que está sendo feito aqui.

Com certeza, teremos muito em breve essa votação, sem, no entanto, termos a votação da preferência no dia de hoje.

Era esse o entendimento que eu solicitaria aos colegas Líderes.

Documento 91/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-11:12
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9540	PASTOR MARCO FELICIANO-PSC -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, eu faço uso deste microfone, neste momento, para fazer *quorum* aos quase 200 Deputados que ontem, nesta Casa, num ato de pensamento livre e de liberdade de expressão, votaram contra o projeto, que infelizmente foi aprovado, de liberação da bebida alcoólica nos estádios durante a Copa do Mundo.

Faço coro também com as mais de cinco milhões de famílias brasileiras que sofrem diretamente com o vício do álcool. O nosso País conta hoje com cerca de 10% da sua população viciada nessa droga. E infelizmente tem o apoio da mídia e de tantas coisas mais.

Espero que o Senado Federal tenha um pouco mais de consciência do que nós aqui na Câmara dos Deputados tivemos, até porque a opinião pública já questiona como é que um projeto como esse, que vem por informação e opinião de um órgão que infelizmente não traz nenhum tipo de benefício para a sociedade, que é a FIFA, pode ter passado nesta Casa.

Então, deixo aqui o meu registro de repúdio, somando-me ao meu partido, Partido Social Cristão, que também votou contra, e à bancada evangélica, que tem atuado de forma unânime para trabalharmos para a família e para a população brasileira.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 92/472

061.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/03/2012-11:12

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9541

SEVERINO NINHO-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO**Sumário**

Repúdio à acusação contra os partidos governistas por suposta prática de fisiologismo para aprovação do projeto sobre a Lei Geral da Copa.

O SR. SEVERINO NINHO (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, ontem esta Casa votou a Lei Geral da Copa. Eu vi hoje pela manhã um Deputado da Oposição acusando a base do Governo de fisiologismo. Quero repudiar essa acusação. Não sou partidário desse tipo de conduta e sei que esta Casa se comporta como deve se comportar: votando de acordo com a consciência de cada um.

A Presidenta Dilma tem de ter autonomia para escolher os seus Ministros. Também discordo dessa opinião de que partido deve indicar Ministro. O partido pode sugerir nomes. Eu fui Prefeito e não aceitei imposição de Secretários, por parte de Vereadores ou de partidos, porque se a Presidenta aceita Ministro indicado por partido, este Ministro vai dever obediência ou hierarquia a quem o indicou.

Então, esse tipo de pronunciamento não tem sustentação e a Oposição precisa ter outros tipos de argumentos para lamentar as derrotas. Tem Minoria, não consegue aprovar suas proposições. Isso é democracia.

A democracia é a vontade da maioria. E o povo brasileiro, nas eleições de 2010, fez com que a Presidenta Dilma tivesse ampla maioria nesta Casa. E o projeto votado ontem foi amplamente debatido, discutido, e a Casa votou como entendeu que deveria votar. E não se pode acusar o resultado de fisiologismo, acusar a base de fisiologista, acusar a todos de um modo geral.

Eu não tenho essa prática. Já fui Vereador, nunca tive essa prática, e não aceito esse tipo de acusação sobre a minha pessoa e sobre a base do Governo. Então, é preciso ter provas de que houve troca de favores, de que houve fisiologismo.

A Presidenta Dilma é uma mulher honrada, de muita personalidade, de muito caráter e não iria passar por isso. E também não concordo com essa acusação de que a Presidenta Dilma abandonou o País, fugiu da raia. A Presidente foi cumprir uma missão de Estado: discutir com os outros países dos BRICS a economia mundial, os interesses dos países que fazem parte dessa roda de negociação. Ela não abandonou o País. O Presidente Marco Maia assumiu porque é isso que manda a Constituição. E ele cumpriu a sua função de, estando na Presidência da República, conversar com os líderes partidários e chegar ao consenso para votação da Lei Geral da Copa.

Finalizando, não aceito a acusação de prática de fisiologismo.

Muito obrigado.

Documento 93/472

061.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

29/03/2012-11:12

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9544

BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei complementar acerca da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP. Regozijo com a recuperação da saúde do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Excelência da política externa adotada pela Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Rose de Freitas, colegas Deputadas e Deputados, quero destacar minha satisfação por duas importantes legislações aprovadas: a Lei Geral da Copa aprovada ontem por esta Casa e, no Senado, um tema que já havíamos votado, a FUNPRESP.

Soubemos também da recuperação da saúde do nosso ex-Presidente Lula. Ontem aplaudimos essa notícia conjuntamente, todos os partidos. Todo o Brasil aplaude a recuperação da saúde do Presidente Lula.

Também quero comemorar aqui essa afirmação do País. A Presidenta Dilma tem acertado nas suas manifestações, tanto com a chanceler Angela Merkel, há poucos dias, na Europa, na Alemanha, como também na reunião em que está participando na Índia, além de receber o prêmio de Doutora Honoris Causa na universidade indiana de Nova Délhi.

Os países do BRICS, que é essa nova união entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes, detêm 45% da população do mundo e 25% do PIB do planeta. Nós fomos prejudicados por causa de uma política econômica oriunda dos países desenvolvidos, com políticas fiscais, com emissões de moeda e diminuição das suas moedas, que promoveram uma concorrência desleal dos seus produtos com os nossos.

A Presidente Dilma, com os outros países, tem trabalhado essa articulação e denunciado externamente o que os países desenvolvidos fazem contra os países emergentes. Tem atuado para constituir - já que o Banco Mundial e o FMI não respondem mais aos anseios de crescimento que nós precisamos, com sustentabilidade - nessa reunião do BRICS, a proposta de um banco de desenvolvimento específico para o BRICS. Uma comissão técnica foi formada para dar andamento a essa decisão política da constituição desse banco, para financiar suas atividades.

E, ao mesmo tempo, nessa ação muito forte da Presidenta, aproveitando esse ensejo da sua viagem internacional, gostaria de destacar um tema. A preocupação do Brasil em relação às nossas exportações agrícolas. Ela se referiu a vários outros temas, mas eu queria destacar aqui o tema da agricultura e, de forma especial, à suinocultura, a produção de suínos.

No ano passado, quando estive na China, a Presidenta Dilma fez reunião solicitando que aquele país comprasse a carne suína brasileira. E agora, por estes dias, está aqui uma comitiva chinesa, na região noroeste do Rio Grande do Sul, visitando um dos frigoríficos para vender ao mercado chinês. A Presidenta Dilma se envolveu diretamente com essa questão, e eu quero destacar esse importante valor.

Ontem ela se reuniu com o Presidente russo, porque há um embargo da Rússia em relação às nossas carnes.

Além dos esforços que os nossos Ministros, que as nossas comissões técnicas haviam feito, a Presidenta Dilma se envolveu pessoalmente ao falar com o Presidente russo na reunião do BRICS.

Quero destacar este momento importante que o Brasil vive, com a afirmação de políticas internas, inclusive para manutenção do emprego. Trabalhamos para o

desenvolvimento da indústria nacional, investimos fortemente em pesquisa; temos esse trabalho no País, mas, de forma especial, o esforço da Presidenta para solucionar o impasse da suinocultura no exterior.

Documento 94/472

061.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

29/03/2012-11:12

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9549

ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Líderes da base governista pela aprovação do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Contestação à declaração da Presidência sobre o apoio do Líder do Governo à votação, na presente sessão, do requerimento de regime de urgência para Projeto de Lei nº 1.597, de 2011.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Primeiro, eu gostaria de agradecer a todos os Líderes da base do Governo pela importante votação que tivemos ontem no que diz respeito à Lei Geral da Copa, que, em nossa opinião, criou, em primeiro lugar, as condições de um evento de amplitude mundial em nosso País.

Após 64 anos, o Brasil vai, mais uma vez, sediar a Copa do Mundo, e esperamos que, desta vez, com um resultado futebolístico melhor. Mas faço essa referência para chamar a atenção de V.Exa., porque, segundo relato de assessoria, a senhora, da cadeira da Presidência, deveria ter dito - em vez de cobrar liderança do Governo - que este Líder não estava na reunião do Colégio de Líderes ontem, exatamente porque estávamos organizando a votação da Lei Geral da Copa.

Segundo, V.Exa. ou insinuou ou afirmou que havia um acordo. V.Exa. sabe que não havia o acordo.

Terceiro, a senhora pode ter o método que quiser, mas não queira usar da sua régua para dar a metragem para outros Parlamentares. Desta cadeira V.Exa. só tem o direito de respeitar o Regimento. Se quiser entrar no debate, V.Exa. tem que descer dessa cadeira, que a senhora ocupa na condição de Vice-Presidente da Câmara, para fazermos o debate aqui. É esse o convite que quero fazer para a senhora.

Absurdo uma Liderança impedir! É um absurdo maior querer forçar uma Liderança a trilhar o caminho que ainda não decidiu! Eu primo pela verdade. E disse anteontem, na reunião do Colégio de Líderes, que nós iríamos analisar. V.Exa. divulgou que o Vice-Líder do Governo, que estava lá, teria concordado. A informação que tenho é que ele falou contrariamente. Mas ele terá oportunidade de explicar para a senhora, em outra oportunidade, por isso que eu estou falando em tese. Só estou dizendo que não atribua genericamente à Liderança do Governo supostos absurdos.

Eu queria que V.Exa., inclusive, sobre as matérias que V.Exa. tanto defendeu aqui hoje para um público específico, dissesse quanto é que custa para o País - indago de V.Exa. - a criação de novas varas, porque eu tenho que agir com responsabilidade. Necessidades o Brasil tem várias, a começar pelos desempregados, seguindo pelo Bolsa Família, geração de empregos... Então, se V.Exa. se pauta por pontos específicos, não é o caso da Liderança do Governo.

Somos sensíveis aos pleitos, notadamente no que diz respeito a uma possibilidade de melhorar o atendimento, por exemplo, para as mulheres, ainda que a saúde seja algo, digamos, para todos os seres humanos.

Então, eu peço cautela, porque, desta cadeira, V.Exa. sabe que tem muito poder, mas aqui embaixo somos todos iguais.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Bom, eu fico feliz que V.Exa. tenha se lembrado da última frase que V.Exa. pronunciou. Não é aqui nesta cadeira ou aí que nós somos todos iguais, mas em qualquer lugar que nós estejamos. V.Exa. começou o seu pronunciamento, e eu não vou responder V.Exa. desta cadeira.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Da próxima vez...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - V.Exa. falou e eu ouvi. Eu vou responder V.Exa. no plenário, em sessão, porque V.Exa. faltou com respeito à sua colega, não à Presidente que está sentada aqui em exercício. Cargos são passageiros, cargos são passageiros. A honra não é, a dignidade não é. E eu já apostei em V.Exa., na sua honra, na sua dignidade, tive a oportunidade de sair por esses corredores pedindo aos colegas que apostassem no trabalho de V.Exa.

V.Exa. chegou aqui um tanto exaltado, mas, ainda sobre a reunião, onde havia um representante de V.Exa. que disse "estou representando o Líder Arlindo Chinaglia", a reunião aconteceu com todos os líderes, e, porque aconteceu com eles, eu darei a resposta que V.Exa. tanto quer aqui em plenário, com todos eles. E quero ressaltar a V.Exa. que tenho em mãos aqui o papel, o requerimento assinado por todos os líderes que pediram urgência. Foi com base...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Tem a minha assinatura? Tem a minha assinatura?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - V.Exa. não era líder na época.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Então, está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu quero dizer aqui - estava me dirigindo a outro assunto - a V.Exa. que essa matéria, sobre o gasto efetivado... Consta do Orçamento aprovado, o gasto a respeito dessas varas. V.Exa. deve saber.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - De quanto?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Não, se V.Exa. foi o Relator do Orçamento não se lembra, como eu vou lembrar aqui?

Era isso, Deputado Arlindo. Eu não tenho a intenção de ofendê-lo, quero dizer, de magoá-lo em nada. Apenas quero dizer que, como Parlamentar, vou defender matérias de interesse em qualquer posição que esteja. E o que eu disse em nada desonra V.Exa.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Apenas os líderes votaram pela matéria, tanto a matéria de autoria da Deputada Carmen Zanotto, com quem eu tive a oportunidade de conversar sobre V.Exa., ontem à noite, da importância... Comemoraram todos a vitória, a saúde do nosso ex-Presidente querido Lula e tanto a saúde das mulheres.

Eu lamento profundamente o tom que V.Exa. falou sobre isso, mas eu quero responder com as pessoas que estavam presentes na reunião.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Eu agradeço essa disposição de V.Exa. Eu não estou magoado, nem tampouco exaltado. É que eu estava ausente e eu acho de bom tom, quando a gente quer fazer uma observação nesse nível, quando V.Exa. estava no exercício da Presidência naquela reunião e usando da cadeira de Presidente, eu não acho uma atitude, digamos, compatível com a função. Por isso que eu acho oportuno a senhora vir para plenário como eu estou respeitando sempre.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Arlindo, permita-me fazer

uma observação?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Pois não..

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Quem quer que seja que chegou a V.Exa., se for seu assessor, se for seu amigo, quero dizer que aqui ocorreu hoje um debate provocado pelos líderes, porque não estava na pauta a matéria, o Projeto de Lei nº 1.597. Essa foi a grande indagação. Dirigi-me ao Presidente Marco Maia... Acabei a votação e todos perguntaram a mesma coisa, porque havia se decidido isso. E ontem V.Exa. pediu que essa pauta não viesse. Caberia a mim ou a qualquer outro que estivesse aqui responder que a pauta não foi invenção minha, não foi invenção da Deputada Carmen, da Janete, do Deputado Fernando, de quem quer que seja, não foi a pauta a pedido de V.Exa.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não, eu falei...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Foi isso que o Presidente colocou.

Agora, eu quero só perguntar mais uma vez se isso é uma questão que mereça V.Exa. invadir o plenário com tanta rigidez, com tanta... É apenas, espero que não seja, jamais - já disse isso, já fui sua eleitora - que seja pelo fato de eu ser mulher, porque não é possível que V.Exa. venha a este plenário com tradução de palavras, sem se quer me perguntar o que aconteceu na sessão.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Então, deixe-me informar a V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - V.Exa. me permita, vou dar a fita para que V.Exa. ouça.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Eu vou pegar as notas taquigráficas, não se preocupe.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Melhor.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu falei com o Presidente Marco Maia antes de vir à tribuna e ele me informou...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Como?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Quero que a senhora...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Estou tentando ouvir.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - ... que a senhora preste a atenção

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - O senhor me chamou a atenção por três vezes. Vou prestar a atenção.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Ele me afirmou que orientou a senhora, pediu à senhora para que não colocasse.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - E não foi, não foi...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Então veja, o esforço de V.Exa. em prol do que acredita eu respeito. Eu só estou pedindo para que, quando for para, no exercício da Presidência, se referir àquilo que supostamente qualquer líder, qualquer Parlamentar teria encaminhado, acho de bom tom, acho elegante falar na frente. Só isso.

Segundo, perdoe-me, acho um tanto apelativo dizer que "é porque a senhora é mulher".

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Retiro. Retiro, para que V.Exa. não tenha esse argumento.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Então, está bem. Mas está esclarecido.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Mas gostaria que V.Exa. soubesse, se V.Exa. vai recolher a fita, que eu tenho o prazer também de lhe ofertar...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou pegar as notas.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - ... para saber, V.Exa. presidiu esta Casa. V.Exa. sabe que os líderes representam suas bancadas. E os líderes cobraram aquilo que nós votamos. Todos os líderes votaram na reunião.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - É. Eu vou ver quais foram os líderes que pediram ou se foram alguns Parlamentares que, pela ausência do líder, pediram. Mas eu vou me informar melhor. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu passo às mãos de V.Exa. também a cópia com a assinatura de todos os líderes que pediram a urgência.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas essa não tem a minha assinatura e acho que não tem a assinatura do Líder do Governo anterior.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Só vale quando tem a assinatura do...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não. É que eu perguntei... Quando a senhora fala, e para quem está nos assistindo, parece que eu assinei. Então, primeira coisa: eu não assinei.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Não, não. Se V.Exa. não assinou...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. disse: não era Líder do Governo ainda. Então, a segunda pergunta: o Líder anterior do Governo assinou?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu vou passar às mãos de V.Exa...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Assinou ou não? Para que outros vejam.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Vou passar às mãos de V.Exa... Desculpe, eu não estou rindo de V.Exa. Eu estou rindo do açodamento de V.Exa. V.Exa. não fez isso, eu tenho certeza, com qualquer outro Parlamentar nesta Casa.

Eu quero dizer o seguinte: vou passar às mãos de V.Exa. V.Exa. terá capacidade mais do que eu de interpretar essas assinaturas todas e reconhecer se, por acaso, havia algum Parlamentar... V.Exa. sabe que quando o Líder Arlindo Chinaglia, o Líder Fernando Ferro, o Líder Henrique Alves não está, muitas vezes o Vice-Líder assina. E eu não tenho a capacidade de reconhecer todas.

Vou passar, porque aqui tem um documento interessante para V.Exa.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Mas sempre se identifica a Liderança do Governo. Se a senhora puder me esclarecer, agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Só... V.Exa. vai ver que tem um...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Mas tem Liderança do Governo?

É que a senhora falou que todos os líderes assinaram. Eu só quero saber.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Se V.Exa. identificar, aqui tem uns líderes que assinaram e não...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Então, não há certeza de que todos assinaram. Por causa dessa dúvida, eu...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Olha, Deputado Arlindo, eu só brigo por grandes causas e essa não é uma grande causa. A grande causa é aprovar o 1.597.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Para mim, é uma grande causa a verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - A verdade é o senhor ver, ouvir a fita e saber o que está escrito.

Realmente, eu quero registrar a minha insatisfação com este fato ocorrido aqui na Casa, por defender os acordos que foram feitos pelos líderes desta Casa.

(A Presidenta entrega documentos ao Deputado Arlindo Chinaglia.)

Documento 95/472

061.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

29/03/2012-11:12

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9556

INOCÊNCIO OLIVEIRA-PR -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Início da dragagem do Porto do Recife, Estado de Pernambuco.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi dada a largada para os trabalhos de dragagem do Porto do Recife, no canal de acesso, na bacia de manobras e nos berços de atracação dos navios, do cais 0 ao cais 9. O aumento de profundidade dos berços de atracação, de 9,5 metros para 11,5 metros e 12,8 metros, no fluxo e refluxo das marés, permitirá a entrada de embarcações de maior porte e assim será ampliada a movimentação marítima no terminal.

As obras foram contratadas pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a um custo de R\$ 21,5 milhões. Os trabalhos serão tocados por duas dragas de uma empresa holandesa vencedora da licitação pública. Com as melhorias, a estimativa é de que o Porto do Recife terá capacidade para receber até quatro navios de contêiner por dia, sem mais depender do sobe e desce da maré para a movimentação das embarcações.

A receita do Porto deverá crescer de 30% a 40% em relação ao ano passado, com a movimentação de 3 milhões de toneladas de carga, entre navegação de cabotagem, importação e exportação, contra 2 milhões de toneladas no ano passado. Outro fator positivo é que, além da quantidade, haverá a diversificação de cargas no terminal. Durante mais de uma década, a movimentação estava restrita a grãos sólidos, açúcar, cevada e trigo. Desde o ano passado, o Porto do Recife voltou a movimentar contêineres e veículos.

Em 2009 o Porto do Recife havia passado por um processo de desassoreamento, com a sucção de resíduos. Na época os técnicos constataram a existência de uma grande pedra no fundo do canal de acesso e dos berços de atracação, além do que o solo era muito consistente. Daí os novos procedimentos adotados agora consistem na sucção dos resíduos e a dragagem mecânica, com a utilização de um equipamento que quebra as pedras duras do solo. As máquinas irão retirar, a cada dia, cerca de 30 mil metros cúbicos de sedimentos em várias incursões ao fundo do mar. A empresa holandesa contratada já realizou o mesmo trabalho no Porto de Suape.

Vale salientar também a modernização do Porto do Recife, com construção de estação de passageiros, Centro de Artesanato, hotel com 230 quartos de 4 e 3 estrelas, Museu de Luiz Gonzaga, etc.

O histórico Porto do Recife também se prepara para ter uma destinação turística. O Governo do Estado de Pernambuco recebeu propostas de companhias marítimas do México para atracar seus navios em nossa orla durante os jogos da Copa do Mundo de 2014. A hospedagem de turistas estrangeiros no mar é uma alternativa, caso haja superlotação na rede hoteleira local. Os mexicanos pretendem atracar três navios com turistas que irão assistir à Copa.

Modernizar é preciso para melhor navegar. Pernambuco segue a rota do desenvolvimento sustentável, dos investimentos em infraestrutura e dos empreendimentos estruturadores, para gerar prosperidade e redimir as exclusões econômicas e sociais.

Muito obrigado.

061.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

29/03/2012-11:12

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9561

PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa do projeto de lei sobre a regulamentação das profissões de garçom e maitre.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os dias de alguma forma somos servidos e servimos. Nós Parlamentares estamos servindo ao povo, os anseios do povo, e a nossa Pátria, fortalecendo assim a democracia. Somos Garçons dos desejos do povo.

Servir é uma arte e ser servido é um pressuposto dessa arte. Isto é, não basta para aquele que serve realizar seu trabalho com perfeição, dedicação, para o serviço ser completo, o atendimento cumpre seu papel final quando o servido ajuda e se satisfaz.

Sr. Presidente, dezenas de companheiros desta casa nos servem todos os dias. Os garçons, as garçonetes os maitre. Nos restaurantes, nos bares, não importa o lugar, importa a digna profissão que precisamos regulamentar, votando o Projeto de Lei que tramita nesta casa, assim, estaremos realizando a função social desta profissão.

Senhores Parlamentares, com a regulamentação da profissão dos garçons e maitres estaremos buscando a qualificação, criando requisitos, aperfeiçoamos e trazemos grandes benefícios para o setor do turismo. Estamos com a copa batendo em nossa porta, o turismo cresce em números exorbitantes.

Sr. Presidente, Servir é uma arte, criamos vínculos com os garçons, ficamos familiarizados tornando o servir em uma amizade, artistas compõem musicas, atores protagonizam na arte de servir.

Portanto, nada mais justo que esta casa cumpra seu papel legislativo e vote a regulamentação desta profissão tão difícil, mas gratificante para quem ganha à vida satisfazendo o ego de outras pessoas.

Obrigada!

Documento 97/472

061.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

29/03/2012-11:12

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9561

CARLOS EDUARDO CADOCA-PSC -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Apoio à proposta de instituição de visto eletrônico para turistas estrangeiros. Desafios impostos à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. CARLOS EDUARDO CADOCA (PSC-PE. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil brigou e conseguiu. Conquistou o direito de sediar a cobiçada Copa do Mundo de 2014. As atenções do mundo agora estão voltadas para nós, mas, infelizmente, ainda minadas com expectativas que colocam em dúvida a capacidade que o país terá de organizar e realizar o evento dentro dos padrões exigidos. Estou otimista. Tenho certeza de que o Brasil fará uma grande Copa do Mundo, mas é preciso ser ágil. Objetivo. Eficiente. E, sobretudo, cumprir responsabilidades.

O Congresso Nacional também tem a sua responsabilidade. A Lei Geral da Copa foi aprovada ontem por esta Casa. Incluiu o embrião de uma das minhas bandeiras pró-turismo: a criação de um modelo alternativo para a concessão de vistos. Em outras palavras, proponho a criação do visto eletrônico como forma de facilitar a vinda de turistas para o Brasil.

Falta a revisão pelo Senado Federal, o que pode demandar mais um bom tempo. Nessa etapa provavelmente questões polêmicas voltarão à tona - como a venda das bebidas alcoólicas nos estádios ou a abragência da meia entrada.

Os adiamentos das decisões não nos favorecem. Não podemos ficar gerando fatos negativos ao demonstrar incapacidade de solucionar os problemas com agilidade. Estamos transformando, sem nenhuma necessidade, fatos episódicos em uma novela chata. Pior: em marketing negativo.

Ora. Se foi assinado um termo de compromisso entre o Brasil e a Fifa para que o país fosse a sede da Copa, que o acordo seja honrado. O calendário não espera. Não para de correr e temos muito a fazer para que a Copa do Mundo transforme-se, enfim, na grande vitrine mundial para o Brasil.

O legado de uma Copa é inestimável em todos os aspectos. As cidades ganham. A economia ganha. Todos ganham. A Copa passa. Os benefícios ficam. É preciso, portanto, olhar o horizonte além de 2014.

O Brasil tem, por exemplo, a chance de reverter estatísticas que nos perseguem há pelo menos dez anos no setor de turismo. O país está congelado no número de 5 milhões de turistas estrangeiros por ano. Um número pífio. Temos capacidade para muito mais e a Copa nos dará condições de mostrar isso ao mundo. Somos a estrela de 2014.

A organização de uma Copa do Mundo, sabemos, não é uma tarefa fácil. Temos problemas. Problemas estruturais. E graves, como a questão da mobilidade urbana. A violência. A falta de estrutura nos nossos aeroportos. São muitos os desafios, mas temos condições de enfrentá-los.

Em Pernambuco, o governo do estado trabalha para solucionar as pendências e está caminhando para realizar transformações importantes. A cidade da Copa e obras viárias estão sendo tocadas. Em Pernambuco e no Brasil, a hora é de trabalho e determinação. De entrar em campo para ganhar. O Brasil não pode e não deve fazer este gol contra.

Parabéns pelo passo que a Câmara dos Deputados deu ontem! Espero que as etapas seguintes sejam mais céleres.

Muito obrigado!

Documento 98/472

062.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/03/2012-14:09
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9573	NELSON MARQUEZELLI-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Defesa da manutenção de áreas consolidadas de propriedades rurais no processo de reformulação do Código Florestal brasileiro.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tivemos uma semana produtiva não só porque votamos a Lei Geral da Copa, mas porque ocorreu algo mais importante: finalmente, o Governo e aqueles que tentam fazer uma reforma no Código Florestal um pouco mais próxima da filosofia dos ambientalistas internacionais compreenderam que é necessário fazer um Código Florestal mais próximo da área produtiva brasileira, para continuarmos mantendo a produção nacional, incentivando a exportação e a manutenção do homem no campo.

Na votação do Código Florestal, em abril, se nós permitirmos a permanência das áreas já consolidadas para uso agrícola, com plantios em curvas de nível há mais de 200 anos, tenho a impressão de que vamos dar uma solução para o Código Florestal brasileiro.

É necessária a manutenção do direito adquirido de todos aqueles que atuam na agricultura brasileira para que eles tenham segurança jurídica e possam produzir alimentos de qualidade, ter paz no campo e condições de dar ao País saldo na balança de exportação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 99/472

062.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/03/2012-16:48
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9607	ROSANE FERREIRA-PV -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do 319º aniversário de fundação de Curitiba, Estado do Paraná. Dificuldades enfrentadas pela Capital do Estado. Posicionamento da oradora contrário à liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna por dois motivos. Primeiro, para comunicar que, hoje, Curitiba está completando 319 anos.

Curitiba, Capital do Paraná e de todos os paranaenses, é uma cidade maravilhosa, Deputado Luiz Couto. E V.Exa., que já esteve por lá e a conhece, sabe que é uma cidade maravilhosa e de um povo fantástico. Mas, infelizmente - e, neste momento, não pretendo fazer um pronunciamento para buscar os culpados -, ela não deixa de ter as mazelas registradas nas demais cidades deste País.

Curitiba tem hoje um problema seriíssimo de segurança pública - seriíssimo! A Região Metropolitana registra altos índices de violência e taxas de homicídios superiores aos da cidade de São Paulo. Portanto, não podemos deixar de cuidar da segurança pública.

Ainda temos problemas no que se refere à adequada destinação do lixo e à mobilidade urbana. O transporte de Curitiba tão decantado, na hora em que o trabalhador precisa de transporte público eficiente, quando vai e volta do trabalho, também tem problemas, para os quais, juntos, podemos buscar soluções.

A bancada federal do Paraná nesta Casa e na Casa ao lado, o Governador, os Deputados Estaduais, os Vereadores da nossa Capital, enfim, todos, temos de fazer um grande esforço para, num trabalho conjunto, solucionar esses problemas e, assim, homenagear Curitiba. E não me furtarei de fazer a minha parte.

Sr. Presidente, nesse último minuto que me cabe, quero registrar a minha tristeza por não termos conseguido, ontem, barrar a liberação da venda de bebida alcoólica nos estádios durante a Copa do Mundo.

Eu quero só dizer uma coisa, meu Presidente, Deputado Luiz Couto: eu não sei com que coerência, depois da Copa do Mundo, quando o comércio de bebida alcoólica se organizar e vier nos pedir para manter essa liberação nos estádios, nós vamos dizer "não, não pode". Durante a Copa do Mundo, pode, mas, depois, não pode mais? O álcool é um problema antes e depois da Copa do Mundo. Ou será que durante os jogos da Copa ele deixa de ser um problema?

Eu quero buscar essa coerência. Se formos hoje aos hospitais de traumatologia e ortopedia do nosso País, veremos que muitos dos seus leitos estão ocupados por pessoas que sofreram acidentes de trânsito, acidentes de trabalho ou acidentes decorrentes da violência urbana em razão do uso abusivo do álcool.

Sr. Presidente, finalizo agradecendo a V.Exa. a benevolência e aos Deputados que me cederam a vez a oportunidade para que eu aqui falasse.

Muito obrigada e sigamos em frente!

Documento 100/472

062.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

29/03/2012-16:21

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9602

AUGUSTO COUTINHO-DEM -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Atraso na liberação, pela Caixa Econômica Federal, de recursos para a execução de obras de mobilidade urbana nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (DEM-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na noite de ontem esta Casa e todo o Brasil puderam acompanhar um feito importante: a aprovação da Lei Geral da Copa.

No entanto, o que me traz na tarde de hoje a esta tribuna, Deputado Amauri Teixeira, é, para com um enorme pesar e tristeza, registrar os dados divulgados no relatório do Tribunal de Contas da União, que nos deixa bastante preocupados, tendo em vista o baixo fluxo de recursos liberados pela Caixa Econômica Federal para financiamento de obras de mobilidade urbana nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Sr. Presidente, meus caros pares, essa situação me incomoda muito, pois foram liberados por aquela entidade financeira federal pouco mais de 4% de um total de 66% que a instituição tem a responsabilidade de financiar.

O Ministro do Tribunal de Contas da União Valmir Campelo disse que a demora na liberação da verba preocupa e que o tribunal tem alertado para o baixo fluxo dos recursos. Ele destacou, porém, que parte do atraso também deve ser atribuída aos projetos elaborados por Prefeituras e Estados.

As obras de mobilidade urbana são importantíssimas para a Copa de 2014, pois são obras destinadas a preparar as cidades para receber os turistas. São obras como ampliação e construção de vias e transportes coletivos como metrô e veículo leve sobre trilhos - VLT. Esses empreendimentos são considerados os grandes legados que a Copa do Mundo de 2014 poderá deixar para as cidades-sedes no Brasil.

A expectativa de investimento em obras de mobilidade urbana nas 12 cidades-sede é de 11,48 bilhões de reais, sendo que 66% serão financiados pela Caixa Econômica Federal, o que corresponde a 7,6 bilhões de reais. Fora disso, há ainda 1,2 bilhão a ser financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e a contrapartida de Estados e Municípios, de 2,68 bilhões de reais.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço este registro nesta tarde, já que nossa preocupação é a de que o legado da Copa venha corresponder às necessidades da população ao término dos jogos, pois são essas obras que vão trazer extraordinários melhoramentos àquelas cidades, além de facilitar a livre circulação dos turistas, devendo ser vinculadas às verdadeiras necessidades da população.

Sr. Presidente, uma coisa a que precisamos ficar alerta é que essa demora vai fazer com o custo das obras aumente a cada prazo que vai vencendo. E é importante ficar alerta, pois, muitas vezes, pode haver interesses escusos por trás dos atrasos que vêm ocorrendo.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com enorme pesar e tristeza que venho a esta tribuna para registrar dados divulgados no Relatório do Tribunal de Contas da União, que nos deixa com uma imensa preocupação, tendo em vista o baixo fluxo de recursos liberados pela Caixa Econômica Federal para financiamento de obras de mobilidade urbana nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Sr. Presidente, meus caros pares, esta situação me incomoda muito, pois foram liberados por aquela entidade financeira federal pouco mais de 4% e um total de 66% que a instituição tem a responsabilidade de financiar.

O Ministro do TCU, Valmir Campelo, disse que a demora na liberação da verba "preocupa" e que o tribunal tem alertado para o "baixo fluxo" dos recursos. Ele destacou, porém, que parte do atraso também deve ser atribuído aos projetos elaborados por Prefeituras e Estados.

Sr. Presidente, as obras de mobilidade urbana são importantíssimas para a Copa de 2014, pois são obras destinadas a preparar as cidades para receber os turistas, como ampliação e construção de vias e transportes coletivos, como metrô e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Esses empreendimentos são considerados os grandes legados deixados pelo mundial nas cidades-sedes.

A expectativa de investimento em obras de mobilidade urbana nas 12 cidades-sede é de R\$11,48 bilhões, sendo que 66% serão financiados pela Caixa Econômica, o que corresponde a R\$7,6 bilhões. Além da Caixa, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai disponibilizar

R\$1,2 bilhão. A contrapartida de Estados e Municípios soma R\$2,68 bilhões. Ainda de acordo com o TCU, há 5 empreendimentos sem contrato de financiamento. Em outubro de 2011, esse número era 14.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer este registro nesta tarde, já que a nossa grande preocupação é a de que o legado da Copa venha corresponder às necessidades da população ao término dos jogos, pois são essas obras que irão trazer extraordinários melhoramentos àquelas cidades, além de facilitar a livre circulação dos turistas, devendo ser vinculadas às verdadeiras necessidades da população, que com certeza é quem mais sairá ganhando, principalmente a mais carente, que necessita do transporte coletivo.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Documento 101/472

062.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/03/2012-15:27
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9589	ALBERTO MOURÃO-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao projeto sobre a Lei Geral da Copa, aprovado pela Casa, especialmente no tocante a prêmio em dinheiro para jogadores participantes nas Copas do Mundo de Futebol de 1958, 1962 e 1970. Indignação com o processo de votação de matérias pela Casa. Não inclusão na pauta de proposições de relevante interesse do País. Realização da reforma tributária. Necessidade de concessão de reajuste salarial aos agentes do Programa Saúde da Família. Caos do sistema de transporte urbano no Município de Santos, Estado de São Paulo.

O SR. ALBERTO MOURÃO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Deputado Oziel Oliveira a gentileza de ter permutado o horário comigo, uma vez que tenho um compromisso agendado para as 16 horas.

Ocupo esta tribuna no Grande Expediente, o que a Casa me permite, para justificar o que aconteceu ontem.

Votamos ontem a Lei Geral da Copa. Eu, nos últimos minutos da votação, quis registrar o meu voto contrário, não aos destaques mas ao projeto no geral, e hoje aproveito esta manifestação para explicar a minha indignação.

Acho que o fato de a Copa do Mundo de Futebol vir a ser realizada no País criou uma polêmica discussão a respeito da Lei Geral da Copa. Houve um pouco de *marketing* por parte de alguns Parlamentares e de figuras públicas. Talvez a imprensa devesse ter um olhar mais crítico a respeito da pressão feita pela FIFA

para abriremos mão da nossa soberania e dos nossos direitos, ao sugerir a criação de um tribunal especial para mandar nos arredores dos estádios.

Enfim, é uma lei absurda. E sentimos uma crítica forte da imprensa contra o Congresso Nacional. Parecia que o Congresso não queria a Lei Geral da Copa.

A Copa do Mundo vai acontecer no Brasil. Ótimo. Tudo bem. Mas, Sr. Presidente, não podemos continuar fazendo o que estamos fazendo nesta Casa. Todas as vezes em que vamos votar uma medida provisória ou um projeto de lei polêmico, em que se nomeia o Relator de uma Comissão Especial, ao que assistimos? Minutos antes de o Relator adentrar esta Casa e assumir a tribuna, tomamos conhecimento do conteúdo do seu relatório, do seu texto, do seu projeto alternativo, o que leva os Parlamentares a votarem cegamente. E temos que ser legisladores responsáveis.

Ontem fui pego de surpresa ao notar que, no texto da Lei Geral da Copa, estava previsto o pagamento de um prêmio de 100 mil reais a todos os jogadores e reservas que participaram das Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, bem como aos seus familiares, se porventura não mais estiverem vivos. E não parou por aí: ainda havia no texto a previsão de que os esportistas que não tiverem renda suficiente terão direito a receber dez salários mínimos, que ficarão por conta da viúva, no caso de seu falecimento. É uma previdência.

Essa é a Lei Geral da Copa? Esse é o respeito que se tem pelo povo brasileiro? Um cidadão que governou o Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo - e me permito citar o seu nome: Deputado Paulo Maluf - foi condenado a devolver dinheiro por ter dado um Fusca a cada jogador da Copa de 1970. Ontem, nesta Casa, nós autorizamos doação equivalente a três fusquinhas aos jogadores e aos reservas de todas as Copas do Mundo que o Brasil ganhou. Isso é uma condenação ou o reconhecimento de que ele estava certo? É isso. Não estou defendendo ninguém. Não consigo mais legislar desse jeito.

E mais: fui falar com o Relator. Argumentei que, para cada despesa, tem que estar prevista a fonte. Se olharmos o texto, veremos que não há previsão de fonte para pagar a despesa. Só diz que o Ministério da Previdência Social e o Ministério do Esporte vão arcar com essas despesas.

Há 20 dias, quando votamos a proposta de regulamentação do Sistema Nacional de Defesa Civil, qual foi a polêmica levantada pelos Líderes do PT e do Governo? Que o Relator não podia colocar no texto os recursos do fundo, porque era inconstitucional, porque não podia conter a origem daqueles recursos. O que mudou, 20 dias depois? Nada mudou. A Constituição continua a mesma. Se não pode para um projeto, não pode para outro.

Quero ver a Presidente da República nessa saia justa. S.Exa. não é culpada. Não foi S.Exa. que mandou o texto para esta Casa. Foi o Relator que apresentou esse texto, e nós o votamos, com a conivência de todos. Aceitamos que ele subisse à tribuna no último minuto e lesse um relatório de mais de 50 páginas sobre uma lei com 60 artigos, sem termos conhecimento prévio. Sr. Presidente, andei pelo plenário e fiquei pasmo ao ver que os Líderes não sabiam que isso constava do texto do projeto.

Cabe a esta Casa legislar com responsabilidade. Afinal de contas, estamos falando sempre que não há dinheiro. Os aposentados não receberam os seus recursos; não há dinheiro para transferir pessoas que vivem em situação precária desde a primeira calamidade pública no Rio de Janeiro. *"Existem recursos. Mas isso é simbólico!"* De simbolismo em simbolismo, em cada projeto de lei que passa por esta Casa, não conseguimos poupar os recursos públicos para efetivamente priorizar a pequena poupança que temos.

Meus senhores, temas importantes não são colocados na pauta - aliás, há omissão de todos da sociedade -, como reforma tributária, saúde, transporte e segurança. Esses temas parecem não ser tão importantes para a pauta das

Lideranças desta Casa. Parece-me que o Líder faz o acordo nesta Casa, e o que sobra para nós é o passivo da cobrança da sociedade, que, quando vê isso acontecer pelos jornais, cobra do Parlamentar, na rua, pelo que fez.

É a reforma tributária que vai desonerar. Não adianta Governador, Confederação Nacional da Indústria e empresários se reunirem com a Presidente da República. O Deputado, que está em todos os cantos deste País, é cobrado pela falta de emprego, pelo fato de empresas estarem fechando.

Aliás, o jornal *Valor Econômico* de ontem trouxe a notícia de que uma empresa que faturava 700 milhões por mês está faturando 40 milhões por mês, porque está transferindo suas atividades para o exterior, por causa de alguns problemas: burocracia do Sistema Tributário Nacional, excessiva carga tributária e questão cambial.

Não temos feito nada para discutir isso. Ficamos meses e meses numa polêmica, discutindo a Lei Geral da Copa.

A reforma tributária vai permitir o fim da guerra fiscal, a reforma tributária vai acabar com a guerra dos portos, a reforma tributária vai desonerar a folha de pagamentos, a reforma tributária vai tornar o País competitivo no mercado internacional. Essa é a única resposta que esta Casa tem que dar à sociedade, para que sejam gerados e preservados os empregos em solo brasileiro. A reforma tributária vai permitir que a rede pública de saúde entre nos eixos - com a nova reforma tributária, vamos efetivamente fazer um novo pacto federativo. Não queremos tirar dinheiro da União, queremos reforçar os Estados e os Municípios, para que eles não entrem nessa guerra fiscal, predatória, ruim para a sociedade e que não os leva a lugar nenhum.

Votamos a proposta de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Disse desta tribuna que era uma falácia, que era uma mentira, que não traria novos recursos. Não vai trazer porque ela foi feita de forma a não forçar o caixa do Governo Central. O que nós precisamos fazer é melhorar a remuneração dos profissionais do Programa Saúde da Família, implantado e defendido nesta Casa durante anos e anos pelo Governo que está aí.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. ALBERTO MOURÃO - Vou permitir mais à frente, Excelência.

Esse é um programa excelente. Hoje estão nos corredores desta Casa os agentes de saúde, reivindicando melhor remuneração. Mas os Prefeitos não conseguem pagar, porque o Governo repassa aos Municípios 64 mil reais por ano ou 5 mil reais por mês, para que remunerem um médico, uma enfermeira com curso superior, duas auxiliares e cinco agentes de saúde. Esse valor não é suficiente para pagar o salário de um médico, nem os encargos. Hoje, quem fica com o ônus da saúde e com as reclamações é Prefeito do Município, que acaba pagando.

Na realidade, precisamos melhorar a rede de atendimento à saúde. Mas me parece que resolvemos, aprovando a Lei Geral da Copa, melhorar a saúde de algumas pessoas e não efetivamente a da sociedade.

Precisamos dar resposta sobre a questão da segurança pública. Não existem recursos? Não existem recursos porque não se faz a reformulação do Sistema Tributário Nacional, para efetivamente dar mais dinheiro aos Estados para que possam cumprir aquilo que determina a PEC nº 300, que temos que votar. Não se vota a PEC 300 por causa da pressão dos governadores, porque os governadores não terão condições de pagar o piso salarial nacional. Sabemos que realmente não têm condições e que precisamos dar mais recursos aos Estados para que melhorem os serviços de segurança pública.

Melhoraremos a segurança pública investindo nas clínicas especializadas de reabilitação de dependentes químicos. Hoje, 4 milhões de dependentes químicos do País saem às ruas todos os dias para cometer pequenos furtos. E chegam às

vias de fato, aos homicídios, porque precisam consumir droga, porque precisam de 50 reais por dia para consumir droga. São 4 milhões de ocorrências por dia, infelizmente provocadas por essas pessoas que são prisioneiras da bandidagem, do tráfico de entorpecentes que entram pelas fronteiras brasileiras, as quais não são fiscalizadas por falta de condições.

Precisamos realmente reduzir o estresse urbano. Se a saúde vai mal, vemos crescer também o número de casos de depressão e estresse na população, que vai ser cliente efetiva e definitiva do sistema de saúde. Não há mobilidade urbana no País. As cidades que vão sediar os jogos da Copa do Mundo, segundo dizem, vão ficar com o legado da Copa. Nas 12 cidades-sedes há obras, mas percebemos que o seu entorno foi esquecido pelo resto do País. São as cidades de 200 mil, de 300 mil habitantes, as periferias das regiões metropolitanas, que não terão o impacto do evento.

Nós estamos falando de um país que levou 30 anos para construir 100 quilômetros de metrô, em que se destinam 25 bilhões para a instalação de um trem-bala que não vai resolver o problema de transporte de lugar nenhum, de um país que está invertendo as prioridades.

Precisamos dar resposta à sociedade, precisamos integrar nas regiões metropolitanas o transporte coletivo de massa, o que é fundamental. Emprego, saúde, segurança e transporte são bens essenciais do cidadão. Se não os garantirmos, discutindo-os como pauta desta Casa, estaremos nos omitindo. Quando fizemos campanha nas ruas, conversamos com a sociedade e prometemos melhorias, prometemos que iríamos cuidar disso. E o que fizemos? Fizemos e estamos fazendo uma pauta equivocada nesta Casa. Estamos debatendo na Casa se vamos permitir que se venda bebida alcoólica em estádios, se vamos abrir mão da nossa soberania e ficar à mercê de órgãos ligados a indústrias neste País. Queremos dizer desta tribuna que temos soberania e que temos que ser respeitados? Para sermos respeitados, temos que respeitar o povo, temos que pautar efetivamente aquilo que é de interesse do povo!

Ouçõ com prazer o Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Alberto Mourão, eu quero exatamente externar a minha solidariedade a V.Exa., quando proclama no seu discurso a necessidade imperiosa de se promover, sem mais procrastinações, uma reforma tributária que atenda às necessidades de Estados e Municípios brasileiros. Posso testemunhar a V.Exa., porque cheguei a esta Casa com mais anterioridade, o que ocorreu em duas legislaturas passadas. Na primeira legislatura a que aludo, coube ao então Deputado Germano Rigotto preparar um projeto perfeito e acabado. Na Comissão, com aquelas emendas normais a um processo dessa magnitude, apresentamos o projeto. Na legislatura passada, o nosso colega Sandro Mabel, de Goiás, fez idêntico trabalho, com a colaboração de todas as bancadas. E confesso que, apesar de nós nos termos manifestado positivamente, em favor da necessidade de uma nova estrutura tributária para o Brasil, até hoje, nobre Deputado, continuamos à espera de que as Lideranças se mobilizem no sentido de garantir a aprovação da reforma tributária de todos nós. Há um empenho decidido, e V.Exa. agora traz uma contribuição inestimável, com a veemência do seu discurso. E, com este aparte, deslusto o discurso que V.Exa. profere na tarde de hoje. Muito obrigado.

O SR. ALBERTO MOURÃO - Obrigado. Eu diria a V.Exa. que participei da Comissão Especial da Reforma Tributária, presidida pelo Deputado Germano Rigotto, junto com V.Exa. Entregamos ao então Presidente Michel Temer um projeto. Aliás, Fernando Henrique Cardoso, do partido a que pertenço, disse publicamente que o Congresso não queria votar a reforma tributária. E nós na Comissão resolvemos. V.Exa. deve estar lembrado de que, na época, o pessoal

de ACM queria destituir os membros da Comissão - àquela época era PFL - porque resolvemos votar o relatório e colocar no colo do Governo o projeto. E o projeto foi finalizado depois de amplo debate com a sociedade.

Esta é a realidade: sempre que não se quer fazer alguma coisa, joga-se a responsabilidade sobre o Congresso Nacional, alegando-se que o Congresso é omissso porque não faz a pauta, porque não provoca a pauta.

Nobre Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa., que tem uma influência muito forte neste Parlamento, que é homem muito respeitado, que tem vivência parlamentar e coerência parlamentar, que converse com o nosso Presidente, para que tenhamos com pelo menos 4 ou 5 horas de antecedência os relatórios em mão, antes de os Relatores os apresentarem em plenário. Não é mais possível que, ao ser lido da tribuna, no relatório ou no texto da lei sejam incluídas outras coisas. Como nós Parlamentares comuns não podemos efetivamente usar a tribuna na hora para falar, porque isso é permitido somente aos Líderes, não conseguimos expressar a nossa indignação com o projeto e alertar sobre coisas que estão acontecendo.

O nobre Presidente Marco Maia disse muitas vezes ontem que ninguém convence ninguém dentro do plenário. Talvez não. Mas, se essas pessoas tivessem dito que acabamos de dar mais de 500 fusquinhas por aí, talvez tivéssemos acordado para a realidade de que era preciso retirar isso do texto. Esta é a realidade. A sociedade não acordou para isso, mas vamos sentir as polêmicas ao longo desse período.

Sr. Presidente, a minha região, a Baixada Santista, a região do pré-sal, vai crescer muito. É lógico, porque a Bacia de Santos vai do Rio de Janeiro até o Paraná. Faço este discurso em homenagem àquela região, até porque a minha cidade, Praia Grande, que faz parte da Região Metropolitana da Baixada Santista, sofre com a ausência de bom atendimento público à saúde, sofre com a ausência de mobilidade urbana, de interligação rodoviária e ferroviária que torne eficiente o transporte coletivo de massa, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Na cidade de Santos, hoje, a proporção é de quase um carro para cada habitante. Está ficando impossível transitar naquela cidade, conciliar o tráfego de carros e de transporte coletivo de massa.

Moramos numa região com 140 quilômetros de comprimento, e o cidadão, para ir de um extremo ao centro da cidade e voltar, gasta quase 30 reais. Às vezes, custa mais do que uma consulta médica particular ou um serviço privado. Isso porque não se consegue ser um cidadão metropolitano, por falta de mobilidade.

Essas demandas vão acontecer em Salvador, em Porto Alegre, em todas as regiões. Setenta e cinco por cento da população brasileira mora em região metropolitana. Esse estresse tem tornado avassalador o índice de violência. Mais de 1 milhão de pessoas morreram nos últimos 15 anos no País, vítimas de homicídio. Só nós não acordamos para isso.

Muito obrigado, Presidente, pela concessão do tempo.

Documento 102/472

062.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

29/03/2012-14:51

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9581

EDINHO BEZ-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização da 2ª Maratona Cultural de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. Defesa da escolha da Capital catarinense para subsede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, uso a palavra nesta oportunidade para falar sobre a Maratona Cultural realizada nesse último fim de semana em Florianópolis, Capital de Santa Catarina, que teve repercussão em grande parte do nosso Estado.

Foram 3 dias de atrações diversas em 30 pontos de atuação, chegando ao norte da ilha. Ocorreram exposições de arte, peças de teatro, filmes, *shows* e apresentações circenses, entre outros. Seiscentos e oitenta artistas diferentes foram envolvidos em todas as atividades. Uma das grandes atrações da programação foi a apresentação do sambista carioca Neguinho da Beija-Flor.

A maratona do fim de semana serviu para mostrar que a população de Florianópolis abraçou a realização do evento. O centro da cidade ficou cheio de atrações, que podiam ser visitadas caminhando pelos arredores. Foram apresentações na Praça XV, peças teatrais, filmes e exposições no Palácio Cruz e Sousa.

Florianópolis merece estas maratonas culturais, pois soma-se como um dos melhores pontos turísticos do mundo. A ampliação do acesso à cultura é muito importante, e devemos enaltecer estas iniciativas nesta Casa Legislativa e divulgá-las para todo o Brasil.

Por isso, quero parabenizar o Prefeito Dário Berger, a Câmara Municipal, a representatividade de Florianópolis, em nome de toda a população florianopolitana e catarinense, pois é também a nossa Capital.

Gostaria também de lembrar que na próxima semana, na Comissão de Turismo e Desporto, iremos relembrar o requerimento que aprovamos no ano passado para que a FIFA, a CBF e a própria Comissão de Turismo e Desporto encaminhem a Florianópolis uma comissão técnica para avaliar a possibilidade de Florianópolis ser subsede da Copa do Mundo.

Temos todas as condições para isso, como estádios de futebol excelentes - Avaí, Ressacada, Orlando Scarpelli Figueirense e Costão do Santinho - e inúmeros hotéis que podem oferecer boas condições aos países que visitarem o Brasil na Copa do Mundo. Nós podemos apresentar Florianópolis, que, além de ter estrutura, é um dos melhores pontos turísticos do mundo, com todo o respeito a Salvador.

Muito obrigado.

Documento 103/472

062.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/03/2012-14:21
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9574	MARLLOS SAMPAIO-PMDB -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Declaração de voto contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Solicitação ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, de realização de investimentos nos Estados menos favorecidos.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passada a euforia e as controvérsias da Lei Geral da Copa, esperamos agora que o caminho para a realização desses grandes eventos seja mais tranquilo.

Particularmente, votei contra a inclusão de bebidas nos estádios, porque afronta uma lei nacional, que é o Estatuto do Torcedor. Passado isso, vamos agora caminhar para a realização da Copa do Mundo.

O Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, esteve na Comissão de Cultura e Esporte, da qual faço parte. Fiz um apelo a S.Exa. e continuo fazendo: não vamos priorizar somente os estádios e as capitais que vão sediar os jogos, vamos também olhar para os Municípios e Estados pobres, como o Piauí, o Maranhão e Estados do Norte do Brasil. Muitas vezes, esses Estados não têm nada a oferecer à juventude no que tange a equipamentos esportivos.

O Estado do Piauí é pobre, mas com grande perspectiva e potencial para revelar talentos no esporte. Precisamos de investimentos. Esperamos que o Piauí não fique fora desses grandes eventos e somente as capitais que irão sediar os jogos tenham o desenvolvimento satisfatório.

Esperamos que a Presidente Dilma e o Ministro Aldo Rebelo olhem com atenção para os Estados mais carentes e não nos deixem de fora no que diz respeito à aquisição de equipamentos e participação de investimentos na área esportiva com relação aos grandes eventos que irão acontecer no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 104/472

062.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

29/03/2012-14:15

Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9574

MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Inconformidade com o adiamento da discussão e votação da proposta de reforma política.
Apelo ao Presidente Marco Maia de inclusão da matéria na pauta.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar da expectativa generalizada, não ocorreu ontem o início concreto de discussões e votações da reforma política, quando se esperava que o Parecer Henrique Fontana pudesse ser objeto de deliberação em seu primeiro item, exatamente o que trata de financiamento público de campanha, a ser assegurado sem a participação de pessoa física, como chegara a ser alvitado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, dirigente máximo da Justiça Eleitoral.

Embora discussões acirradas possam ter ocorrido, a questão é que nada se efetivou concretamente, transferindo-se, para após a Semana Santa, a continuação dos trabalhos, conforme acertado na ocasião.

Há quem preveja, Sr. Presidente, que a lista preordenada passará a ser o item mais polêmico, diante de controvérsias habitualmente mencionadas, sem que, até agora, haja um ponto comum de convergência entre as várias bancadas que ali tomam assento, cujos integrantes se posicionam diversificadamente em torno da aludida temática.

Espera-se que, igualmente, a vedação de coligações partidárias para o voto proporcional faça despontar debates acalorados, diante da reação das pequenas siglas que se sentirão inviabilizadas na representatividade legislativa, tanto no plano federal, quanto estadual e municipal.

Houve, aliás, uma previsão de que, ainda neste semestre, a tarefa pudesse ser concluída, com a interlocução entre as lideranças partidárias, pressionadas pela opinião pública, que reclama a revisão do sistema eleitoral e da estrutura partidária.

Acredito que os partidos, Sr. Presidente, deveriam ouvir as suas respectivas bancadas nesta Casa, a fim de que não se procrastine uma definição, imposta pela conjuntura, sabido que os segmentos sociais mais conscientizados anseiam por uma decisão, sem os sucessivos adiamentos até aqui registrados.

Diante disso, volto a esta tribuna para encarecer a intercessão do Presidente Marco Maia a fim de que assuma a articulação, depois da votação, ontem ultimada, da chamada Lei Geral da Copa, pendente que estava do assentimento de todos os nossos Parlamentares.

A reforma política não comporta mais adiamentos, sob pena de o Congresso ser considerado omissor e desidioso no cumprimento de tão nobilitante encargo institucional.

É o apelo que faço, Sr. Presidente.

Documento 105/472

062.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	29/03/2012-14:12
Publ.: DCD - 30/03/2012 - 9573		LUCI CHOINACKI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Realização pela Comissão de Turismo e Desporto de audiência pública com a presença do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo. Regozijo com o retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à vida política.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero dizer que ontem foi um dia muito importante para o Brasil, pois votamos neste plenário a Lei Geral da Copa e fizemos, na Comissão de Turismo e Desporto, um grande debate, com a presença do Ministro Aldo Rebelo, no qual discutimos a importância do esporte

no Brasil, a importância da contribuição do Ministro.

Lembro que sempre tivemos o otimismo de que a Copa vai ser um evento importante para o Brasil, e a primeira pessoa, o primeiro homem público a manifestar esse grande otimismo e coragem e ousadia para trazer a Copa e as Olimpíadas para Brasil foi o ex-Presidente Lula, que mereceu a homenagem de ter sido votada, ontem, nesta Casa, a Lei Geral da Copa.

E a maior homenagem é saber que ele está voltando à vida política com toda sua garra, sua energia, quando o Brasil se prepara para um momento tão especial, tão importante, pois o nome do Brasil será levado para o mundo inteiro. E o mundo virá conhecer que, além da festa no Brasil, temos a nossa cultura, a nossa riqueza, o povo brasileiro, a sua potencialidade, a alegria, a capacidade que temos para nos organizar.

E graças a esse projeto a que a Presidente Dilma deu continuidade, vamos poder comemorar, discutir, divergir, mas sempre olhando para o horizonte, pois o Brasil com o Presidente Lula e, agora, com a Presidente Dilma não é mais o mesmo, é outro País.

Documento 106/472

058.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/03/2012-15:38
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9028		FÁTIMA BEZERRA-PT -RN
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Nota da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN contra o descaso do Governo do Estado Rio Grande do Norte com as reivindicações dos participantes locais do movimento Grito da Terra Brasil.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, depois dos servidores públicos, agora são os trabalhadores e trabalhadoras rurais do meu Estado que vêm a público manifestar o seu repúdio, o seu descontentamento com o tratamento dispensado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte às reivindicações da categoria consignadas na pauta do Grito da Terra de 2011, apresentadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN.

Quero aqui ressaltar, Sr. Presidente, que até a presente data o Governo do Rio Grande do Norte não apresentou nenhuma resposta para os problemas e solicitações apresentados, bem como não se tem colocado aberto ao diálogo.

Portanto, aqui, a minha solidariedade e, mais do que a minha solidariedade, o meu apelo para que a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte abra o canal de diálogo com tão importante categoria, a dos trabalhadores rurais e das trabalhadoras rurais.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui mostrar minha solidariedade aos trabalhadores rurais do meu Estado junto a Federação dos Trabalhadores na

Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, a FETARN, entidade que representa 163 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais filiados e que vem a público manifestar o seu repúdio contra o tratamento dispensado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte às reivindicações da categoria dos trabalhadores rurais consignadas na pauta do Grito da Terra de 2011, porque, até a presente data, o Governo não apresentou nenhuma resposta para os problemas e solicitações ali apresentados e pela falta de diálogo com o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O mandato federal do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte se soma à luta dos trabalhadores rurais e pede que o Governo do Estado abra um canal de diálogo com essa importante federação do nosso Estado.

Segue na íntegra a nota de repúdio:

"A FETARN - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, entidade que representa 163 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR filiados, em reunião do Conselho Deliberativo com a maioria desses Sindicatos, nos dias 21 e 22 de março do corrente ano, vem a público, manifestar o seu repúdio contra o tratamento dispensado pelo governo do Estado do Rio Grande do Norte às reivindicações da categoria dos trabalhadores rurais consignadas na Pauta do Grito da Terra RN - 2011, onde até a presente data não apresentou nenhuma resposta para os problemas e solicitações ali apresentadas e pela falta de diálogo com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Expressamos, ainda, a nossa indignação contra o descaso do Governo Estadual no gerenciamento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e abandono dos órgãos governamentais que atuam no setor agrícola do Estado, principalmente, o desmantelamento da estrutura da EMATER-SAPE-SEARA, a descontinuidade do Programa de Aquisição de Alimentos - Modalidade Compra Direta e Programa do Leite, a omissão e falta de providências concretas para o devido funcionamento da Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAFES, que está ameaçada de demolição pelas obras municipais de mobilidade para a Copa, ameaça de retorno da Febre Aftosa, a falta de dotação orçamentária de contrapartidas em projetos do Governo Federal, a exemplo do PRONAF Infraestrutura, a falta de participação social no processo de elaboração e gestão do Programa de Combate a Pobreza Rural/RN Sustentável dentre outras e a dificuldade na condução dos conselhos, comitês e comissões, no qual destaca-se o CEDRUS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que até o momento não realizou nenhuma reunião no ano de 2012, em que ressalta o completo descaso deste Governo para com a agricultura familiar potiguar.

Portanto repudiamos veementemente o descaso e a forma pelo qual o Governo do Estado vem se comportando no tratamento aos agricultores e agricultoras familiares, que produzem alimentos, geram renda e ocupação no campo, bem como contribuem para garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade.

Reivindicaremos e lutaremos por um tratamento digno para os trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso Estado.

Natal, 22 de março de 2012."

Obrigada.

058.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

28/03/2012-16:08

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9034

GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Retrospectiva dos avanços sociais e econômicos no País. Apoio à instalação de Faculdade de Medicina no Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco. Regozijo com a plena recuperação da saúde pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Maior apoio do Governo Federal à renegociação de dívidas dos produtores rurais do Nordeste brasileiro. Saudação às mulheres brasileiras por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ações do Governador Eduardo Campos em prol do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Pernambuco.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava prestando atenção ao pronunciamento do Deputado Edivaldo Holanda, que faz parte dos "menudos" desta Casa, sobre o pacto federativo.

Para este Grande Expediente, Sr. Presidente, eu tive, juntamente com a minha assessoria, o cuidado de escrever um discurso sobre economia, a economia do Brasil, o Brasil de hoje e o Brasil de ontem. Mas eu preferi, Sr. Presidente, fazer um discurso de improviso e me referir aqui ao Gonzaga Patriota de 1982, lá das bases do sertão de Pernambuco, agricultor, advogado, militante e advogado da igreja.

Quando cheguei ao Parlamento brasileiro, o que era o Brasil? Aí, Santo Agostini, o discurso vai ser sobre o que era o Brasil de 1982, para não voltar mais, que era pior ainda, e o que é o Brasil de hoje, em todos os sentidos. Por isso, deixei essa parte da economia de lado. Obviamente, no final, vou falar também um pouco sobre o que era e o que é hoje Pernambuco, meu Estado.

Quando assumi como Deputado, no Brasil da nuvem negra da ditadura, neste Brasil das escravas negras - negras brancas -, trabalhando em frentes de emergência, este Brasil do atraso na educação, a meninada de coragem ia às portas das fábricas gritar por empregos, e não havia empregos; ou ia perto da Assembleia Legislativa ou do Congresso Nacional, e aquele General no cavalo branco e os tanques de guerra estavam ao lado também; ia reclamar de um salário mínimo de 40 dólares, e queríamos o salário mínimo de 100 dólares - se fosse de 100 dólares, hoje, seriam 182 reais. Acho que não estávamos certos em pedir 100 dólares. Chegamos a 300 e, se Deus quiser, vamos, até o final do Governo da Presidenta Dilma, para 400 dólares.

Era o Brasil do FMI; o Brasil que estava devendo ao FMI; o Brasil da dívida externa; o Brasil da inflação, que chegou a 84% ao mês; o Brasil da violência. O Brasil da Universidade Federal de Pernambuco, no litoral, há mais de 100 anos; o Brasil onde o filho do agricultor, do trabalhador, do jovem da classe média nem sonhavam ir à Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Dois Irmãos, no litoral; o Brasil onde não tínhamos sequer o direito de pensar e de sonhar com a interiorização dessa universidade.

Neste instante eu estava conversando com uma amiga de Garanhuns, e ela me cobrou: "*Cadê a FAMEG?*" É a Faculdade de Medicina, e nós vamos chegar com ela a Garanhuns. Já conversamos hoje com o Ministro da Saúde, vamos conversar com o Ministro da Educação sobre a Faculdade de Medicina em Garanhuns e sobre a Universidade de Medicina de Pernambuco - UPE chegando a Serra Talhada; a Universidade Federal, a Petrolina; a Universidade Federal

Rural de Pernambuco, que chegou a Garanhuns, a Caruaru, a Serra Talhada, e vai para o alto sertão.

Então, avançamos nessa diferença que existia entre o período da escuridão, o período da ditadura, o período em que ninguém falava e o período de 1988 para cá. Foi o período em que desmancharam as ferrovias de Santa Catarina, de Pernambuco, do Espírito Santo, da Bahia, da terra de João Luiz - que é o Luiz Gonzaga, completando 100 anos. E estamos vendo isso de volta.

Então, antes de falarmos da economia do Brasil, do Brasil de hoje, do Brasil bem, eu quero ouvir os apartes dos oradores que estão nos microfones. Vou falar depois, nos últimos 10 minutos, do Brasil redemocratizado; do Brasil que avançou, que cresceu; do Brasil que é olhado; do Brasil cujo agricultor e sua família - esposa e filhos - não tinham direito à aposentadoria, à terra, à universidade, e hoje têm; do Brasil das bolsas, alvo de crítica ao Presidente Lula - graças a Deus, tive há pouco a notícia, ouvindo a CBN, de que o ex-Presidente está totalmente curado do câncer -, que nasceu em Garanhuns, Município do qual já falei três vezes. Tudo isso fez com que "*sem ter o cabo de tatu no dedo*", como se diz na Bahia e em Pernambuco, interiorizássemos a universidade, criássemos as escolas técnicas e melhorássemos este País.

Ouçó, pela ordem, o Deputado João Luiz Argôlo, o Menudo da Casa; e depois o meu companheiro socialista.

O Sr. Luiz Argôlo - Caro amigo, Deputado Gonzaga Patriota, contrerrâneo nordestino, V.Exa. traz neste momento, em seu discurso no Grande Expediente, o tema da economia. Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento, que versa sobre um tema muito importante para a sociedade brasileira. Se existe a aprovação e a aceitação do Governo da Presidente Dilma, é por causa da inclusão das classes sociais, porque grande fatia da população saiu da miséria e da pobreza. Tudo isso se dá pelo fato de a economia vir crescendo. Eu venho me unir ao seu discurso e falar das ações, principalmente das que dizem respeito ao nosso Estado da Bahia e ao nosso Nordeste, porque estamos vivendo hoje o grande problema da seca, da falta de água. Estamos passando por uma grande dificuldade no Nordeste, mas está havendo um grande esforço coletivo de todos os Governadores do Nordeste e do Governo Federal. Quero, em particular, falar da Bahia. Na segunda-feira, tivemos a visita do Ministro Fernando Bezerra, junto com o Governador Jaques Wagner, ocasião em que ocorreu a assinatura de vários convênios, que totalizam 200 milhões de reais. São iniciativas justamente para diminuir as dificuldades do homem do campo, principalmente do agricultor familiar. A Bahia é o Estado que mais tem agricultores familiares. Hoje são mais de 81 mil agricultores familiares batendo às portas de todas as entidades do Governo para resgatar o seu Seguro Safra. Trata-se de um problema climático que vem afetando não só a Bahia, mas Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Quero me unir ao povo baiano, ao povo nordestino, porque não tenho dúvida de que a grande expectativa que ocorreu no passado, por meio de uma figura que representava o novo e todo esse desejo da sociedade mais simples, se deu com o Presidente da República, esse que nasceu em Garanhuns. Também tenho o prazer de dizer que sou baiano, mas que minha mãe é pernambucana. O meu sangue é pernambucano. Quero deixar registrado, meu amigo Deputado Gonzaga Patriota, que esta Casa, feita para legislar, para discutir, para debater, é composta por Parlamentares escolhidos pelo povo. Aqui é a Casa do povo, aqui está o retrato da sociedade brasileira, dos ribeirinhos, dos agricultores familiares, da sociedade civil organizada, das entidades organizadas em todos os setores. É claro que dessa união vamos, sem dúvida, construir o consenso para a votação de assuntos importantes, no intuito de ajudar a economia, ajudar o Governo da Presidente Dilma Rousseff. Aqui não estamos colocando acima o interesse partidário, o fisiologismo, mas o interesse daqueles que aqui nos

colocaram, que nos elegeram, que é a sociedade brasileira, e, no meu caso especial, a sociedade baiana. Parabéns a V.Exa.

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Agradeço ao Deputado João Luiz o aparte de 6 minutos, que enriqueceu muito o nosso pronunciamento.

Agora vou ouvir os Deputados Paulo Foletto, Heleno Silva e Onofre Santo Agostini.

O Sr. Paulo Foletto - Deputado Gonzaga, é uma satisfação vê-lo refletindo, no seu discurso, sobre a mudança do Brasil. Eu sou da região noroeste do Espírito Santo. Assim como o novo Pernambuco, o novo Brasil, nós estamos trilhando um novo caminho no nosso Estado. A minha região foi incluída na área de atuação da SUDENE, porque nós vivemos problemas de seca, de desertificação no norte do Espírito Santo, especificamente no noroeste, assim como V.Exa. vive lá no seu Pernambuco. Lá, também, no Espírito Santo, a partir do Governo Lula, nós vemos esse novo Brasil. Na minha região, um volume enorme de capixabas de Barra de São Francisco e de Colatina estavam morando nos Estados Unidos. Hoje temos uma migração inversa: todo o mundo está voltando para casa, porque este novo Brasil - V.Exa. lembra que é para continuarmos nesse caminho - traz de volta seus filhos que, em algum momento, achavam que aqui não haveria um bom destino para eles mesmos e para suas famílias. Parabéns a V.Exa. pela reflexão que faz deste novo Brasil e de cada um dos nossos Estados, que trilham bons caminhos.

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Agradeço a V.Exa. o aparte, eminente Deputado capixaba Paulo Foletto.

Quero falar da esperança dos agricultores brasileiros em V.Exa., que é Relator da medida provisória. Eles, por motivos adversos, têm dívida com os bancos. Com certeza, com a flexibilidade e o conhecimento que V.Exa. tem do sofrimento desses agricultores, vamos encontrar uma saída para aqueles que estão perdendo suas terrinhas, que vieram de avós e bisavós. Hoje, lamentavelmente, ações executivas e leilões estão levando essas terras.

Ouçó o Deputado Heleno Silva.

O Sr. Heleno Silva - Muito obrigado, Deputado Gonzaga Patriota. Este novo Brasil passa por resolvermos o problema em que vivem os agricultores do Nordeste brasileiro, pais de família que geram emprego e renda. Não podemos aceitar que o caos social e econômico se instale na Região Nordeste. V.Exa., que fala do novo Brasil, e eu, como Relator da Medida Provisória nº 554, haveremos de discutir essa questão. Quero parabenizar V.Exa. por ter levado à Ministra Gleisi Hoffmann a assinatura de todos os Deputados Federais do Nordeste que pedem ao Governo que discuta as dívidas dos produtores rurais. Não são os grandes agricultores que estão endividados, mas os pequenos, prestes a perder suas propriedades. Portanto, quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento e dizer que este novo Brasil trouxe esperança para nós nordestinos, a esperança de que amanhã será melhor do que hoje, porque hoje tem sido melhor do que ontem. Muito obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Eminente Deputado Heleno Silva, fico feliz com a disposição de V.Exa. em atender a este pleito.

Com certeza, a Presidente Dilma Rousseff nos receberá agora em abril - a Ministra Gleisi Hoffmann já fez esse encaminhamento -, e teremos condições de resolver a parte das dívidas dos agricultores e fruticultores do Nordeste, inclusive do Estado de V.Exa., do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Submédio São Francisco, de Pernambuco e da Bahia.

Sr. Presidente, eu falei do Brasil ruim, do Brasil do atraso, do Brasil da ditadura, do Brasil dos desrespeitos e vejo na plateia mulheres. Fico tão feliz ao ver, com o passar dos anos, uma mulher governando o Chile; uma mulher governando a Argentina; uma mulher governando a Alemanha; e agora uma mulher

governando o Brasil. Como é sensível, como é competente, como agrega valores, em todos os sentidos.

Por isso, cumprimentamos as mulheres que se encontram nas galerias, as mulheres brasileiras, pelo dia 8 de março, que já se passou. Mas o dia da mulher são todos os dias, não apenas o dia 8 de março.

Nestes 5 minutos que me restam, vou falar, Sr. Presidente, sobre o Nordeste, que tenho a honra de representar nesta Casa como Coordenador da bancada.

O que era o Nordeste, o Norte, o Centro-Oeste, meu querido Presidente? Na Constituinte, criamos fundos: o Fundo Constitucional do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste. Em poucos anos, o Centro-Oeste já se livrou. Ainda temos, lamentavelmente, 10 milhões de pessoas no Nordeste em situação um pouco difícil, assim como na Região Norte.

O que é o Nordeste hoje? Qual foi o crescimento do PIB do Brasil em 2010? Foi de 1,7%. Qual foi a taxa de crescimento do Nordeste? Mais de 8%. O Estado de Pernambuco, por exemplo, cresceu em 2010 mais de 9%. Quais os investimentos que se faziam no Nordeste?

O Porto de Suape, até 2006, tinha 9 mil empregados. Entre 2007 e 2010, são mais de 20 mil pessoas empregadas. Ainda criança, eu já ouvia falar na refinaria de petróleo do Nordeste, na refinaria de petróleo para o Estado de Pernambuco. A refinaria de petróleo é uma realidade e está praticamente concluída. Falar em montadora de veículos no Nordeste era coisa do outro mundo. Agora está sendo instalada uma montadora da Fiat no Município de Goiana.

O Governador Eduardo Campos tem cuidado do Estado de Pernambuco, como cuida da sua meninada, dos seus filhos. O Governador Eduardo Campos cuida da educação, a começar pela infraestrutura da escola, com professores capacitados e computadores. Agora, distribuirá 170 mil computadores a estudantes de 1º e 2º graus. Há mais ainda: o estudante que alcançar média acima de 7 fica com o computador.

Em se tratando da área da saúde, o Governador inaugurou grandes hospitais no Entorno para desobstruir o Hospital de Trauma de Recife, o Hospital Agamenon Magalhães e outros da capital. Além disso, está criando UPAs nas grandes e médias cidades, para tratamento fora do domicílio, com outro caráter. Voltou os olhos para o problema da segurança pública no Estado, coisa que não víamos. Hoje, a segurança pública do Estado tem sido beneficiada com a quase duplicação de pessoal, principalmente em se tratando de recursos.

O Governador se preocupou também em levar à universidade do Estado o curso de Medicina, chegando a Serra Talhada, com extensão a Salgueiro, ao Município de Afogados da Ingazeira, trabalhando em parceria com a UNIVASF. Há também a parceria do Governo do Estado com o Governo Federal na infraestrutura para o saneamento básico, na integração do Rio São Francisco com outros rios, a exemplo dos rios do Estado do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, transformando Municípios como Cabrobó, Parnamirim, Salgueiro, até mesmo Petrolina e Sertânia - Município onde nasci -, em Municípios progressistas, que são beneficiados não só com a integração da Bacia do Rio São Francisco, mas também com a passagem da Ferrovia Transnordestina.

Sr. Presidente, concluo para não tomar o tempo dos outros oradores. Falo da minha alegria de ser Parlamentar há 30 anos, da minha alegria de ver o País mudar: um País que era pobre, que vivia na escuridão, abandonado. Hoje o Brasil vive bem, graças a Deus; tem a sua população feliz; possui educação, saúde, segurança pública, em todos os setores.

Muito obrigado.

Parabéns ao Brasil, que pode se orgulhar de ser o País que é.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os brasileiros, em geral, e os pernambucanos, especialmente, estão sendo beneficiados por uma sequência de bons governos, que promovem o desenvolvimento econômico sem se descuidar das melhorias sociais.

Hoje, enquanto o Brasil vive um momento único em sua história, respeitado no cenário internacional e atraindo cada vez mais investimentos estrangeiros, Pernambuco deixa para trás antigos períodos de marasmo, obtendo crescimento superior à média nacional e conseguindo captar um número impressionante de novos projetos industriais.

Vários fatores contribuem para isso, mas não resta dúvida de que os 8 anos de Governo Lula, mais 1 ano de Governo Dilma, fizeram - e estão fazendo - muita diferença para todo o País, assim como os 4 anos do primeiro mandato do Governador Eduardo Campos, mais 1 ano do segundo mandato, representaram - e continuam representando - um grande impulso para o meu Estado.

No início do mês de março, um importante centro de pesquisas da Inglaterra confirmou a ascensão do Brasil ao posto de sexta economia mundial. Ultrapassamos o Reino Unido, e à nossa frente estão apenas os Estados Unidos, a China, o Japão, a Alemanha e a França. Além disso, projeções de organismos internacionais indicam que poderemos alcançar, em breve, o quinto lugar.

É um feito extraordinário para um país que ainda há pouco, nos anos 90, necessitava, periodicamente, do socorro do Fundo Monetário Internacional! Agora, ao contrário, o Brasil é um dos credores do FMI, o que comprova o acerto do projeto de desenvolvimento respaldado em incentivo ao mercado interno, geração de empregos, distribuição de renda e forte investimento.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional na reabertura dos trabalhos legislativos, em fevereiro passado, a Presidenta Dilma Rousseff fez questão de reafirmar a disposição de aprofundar esse modelo, que nos impele no rumo do pleno desenvolvimento. Como destaca a Presidenta, enquanto algumas potências mundiais até retrocederam, o Brasil continuou em crescimento em 2011, com a inflação sob controle, juros em queda e aumento das reservas internacionais, conseguindo, paralelamente, gerar quase 2 milhões de empregos. As tristes filas de desempregados na busca por uma vaga, que eram comuns em todas as cidades brasileiras, ficaram no passado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A taxa de desemprego atualmente é das menores que já tivemos, e vários setores da economia vivem um fenômeno inverso, com muitos postos de trabalho disponíveis e pouca gente para empregar. A renda do trabalhador cresceu, a informalidade no mercado de trabalho diminuiu, e mais da metade da população brasileira já pertence às classes média e alta.

Entramos em 2012 com o salário mínimo reajustado bem acima da inflação do ano passado, o que significa um ganho real para milhões de pessoas. Por outro lado, a correção das faixas de enquadramento do Super-SIMPLES reduz a tributação para as micro e pequenas empresas e os empreendedores individuais, estimulando um importante segmento produtivo.

Outro setor de destaque, o da construção civil, já vinha apresentando forte crescimento pela melhoria da renda da população, e ganhou novo impulso com o lançamento, ainda no Governo Lula, do Programa Minha Casa, Minha Vida. Mantido pela Presidenta Dilma, que - ainda como Ministra - fora uma de suas idealizadoras, o programa contratou, até dezembro passado, 1 milhão de moradias da primeira fase e 457 mil moradias da segunda fase. Dessas, 540 mil já foram entregues.

Para 2012, está prevista a contratação de mais 600 mil unidades, e 500 mil deverão ser entregues até o fim do ano às famílias beneficiadas.

O Minha Casa, Minha Vida faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que os críticos teimam em tentar desqualificar, mas que, na verdade, está mudando a infraestrutura do País. No ano passado, foram concluídas 18% das obras da segunda etapa do PAC, que vai até 2014. Os investimentos totais superaram os R\$204 bilhões, e dos recursos do Orçamento Geral da União foram pagos, até 31 de dezembro, R\$28 bilhões. Para este ano, os recursos orçamentários devem ultrapassar R\$42 bilhões, e serão ampliadas as parcerias com Estados e Municípios visando obras de saneamento, mobilidade urbana e prevenção a desastres naturais.

O crescimento da renda das famílias permitiu gastos antes impensáveis e, em alguns casos, suscitou novas questões.

O Brasil tornou-se, por exemplo, o terceiro mercado mundial de computadores, atrás somente dos Estados Unidos e da China. É uma boa notícia, mas o aumento da demanda nos faz perceber o quanto ainda são deficientes nossos serviços de acesso à Internet. A ascendente classe média passou a viajar muito mais, e isso logo expôs os problemas existentes na maioria dos nossos aeroportos.

Em relação a esse aspecto, porém, o Governo iniciou, no ano passado, uma profunda reformulação do setor, que será acelerada, a partir de agora, com o aumento dos investimentos e a concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília à iniciativa privada. Isso trará, certamente, uma melhoria significativa num setor essencial para o sucesso da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016. Aliás, todos os estádios da Copa estão em obras, e a ampliação da rede hoteleira, apoiada por financiamentos do BNDES, avança de acordo com o previsto.

O conjunto desses investimentos atinge tal porte, que hoje Brasil e China são os dois países que apresentam os maiores projetos de infraestrutura do mundo nos setores elétrico, aeroportuário, ferroviário e naval.

A modernização do País se estende também ao setor agrícola, por meio do qual nos aproximamos, cada vez mais, da condição de celeiro do mundo. Somos líderes mundiais em diversos produtos, como soja, suco de laranja e carne bovina, e temos ainda um enorme potencial de crescimento.

O mais recente levantamento de safra, divulgado neste mês de março pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), indica aumento da área cultivada com grãos, para 51,68 milhões de hectares, e uma produção total de 157,81 milhões de toneladas.

O Brasil também assume posição de destaque no setor petrolífero. Em 2011, a produção nacional bateu novo recorde, alcançando 768 milhões de barris de petróleo e 24 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Assim, em apenas 10 anos, a produção brasileira de petróleo cresceu 45%, e a de gás natural, 55%.

Com a economia em ordem - e mais do que isso, oferecendo perspectivas muito boas para um futuro próximo -, o primeiro ano do governo Dilma permitiu também realizações em diversas outras áreas, acentuando o seu enfoque social. Comprometida com a erradicação da extrema pobreza, que ainda atinge 16 milhões de pessoas, a Presidenta lançou o Programa Brasil Sem Miséria, e em apenas 6 meses os resultados positivos começaram a aparecer.

O Programa Bolsa Família incluiu nesse período mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes. O sistema de busca ativa localizou 407 mil famílias que tinham direito à Bolsa Família, mas, por desconhecimento, ainda não a recebiam. Cerca de 37 mil famílias de agricultores passaram a contar com assistência técnica, para produzir mais e melhor. Foi iniciada a construção de 315 mil cisternas em regiões com abastecimento de água precário, e 16 mil famílias se habilitaram para receber a Bolsa Verde, que compatibiliza o combate à pobreza extrema com a conservação ambiental.

Outra justa demanda da população, a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, também está sendo enfrentada. Lançado em fevereiro do ano passado, o Programa Saúde não tem Preço distribuiu remédios gratuitamente, até dezembro, para 2,7 milhões de pacientes em tratamento de hipertensão e para 990 mil em tratamento de diabetes. Um programa inovador, o Rede Cegonha, já registra 600 mil gestantes atendidas, com a adesão de 9 Estados e 800 Municípios. O Plano Nacional de Fortalecimento de Ações de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Câncer de Colo de Útero e de Mama terá, até 2014, investimentos totais de R\$4,5 bilhões. Só no ano passado, foram realizados quase 12 milhões de exames preventivos dessas doenças.

A superlotação dos hospitais públicos começa a ser enfrentada com várias iniciativas: reforma e expansão das Unidades de Pronto Atendimento e das Unidades Básicas de Saúde, Programa Melhor em Casa, para oferecer atenção domiciliar aos pacientes do SUS, e o SOS Emergências, que pretende mudar a realidade dos prontos-socorros das grandes cidades.

Também na área de Educação, o Governo empreende grandes esforços, tendo como principal objetivo assegurar ensino de qualidade para todos, da creche à pós-graduação. No ano passado, foi aprovada a construção de quase 1.500 creches e pré-escolas por todo o Brasil, e até o final de 2012 a meta é dobrar esse número. Até 2014, serão criadas mais 208 unidades de educação profissional e tecnológica, quatro universidades e 47 *campi* universitários. O ENEM, o SISU, o PROUNI e o FIES continuam democratizando o acesso ao ensino superior, e um novo programa, o Ciência sem Fronteiras, oferecerá, até 2014, mais de 100 mil bolsas de estudos em universidades do exterior. O PRONATEC, que conseguimos aprovar rapidamente nesta Casa, vai oferecer, em 3 anos, 8 milhões de vagas em ensino profissionalizante e qualificação profissional.

Convém assinalar, nobres colegas, a garantia dada pela Presidenta Dilma Rousseff, em sua mensagem ao Congresso Nacional, de que não faltarão recursos orçamentários para as políticas sociais, nem para o Programa de Aceleração do Crescimento e o Minha Casa, Minha Vida.

O panorama traçado até aqui evidencia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o País vive um bom momento na economia, está investindo e se atualizando nos mais variados campos, e procura resolver seus problemas - que sem dúvida existem - com planejamento e trabalho.

Isso beneficia todos os brasileiros, como afirmei de início. Porém, com inteligência, criatividade e esforços próprios, determinados Estados e Municípios podem tirar ainda mais proveito de um momento tão favorável.

É o que ocorre, felizmente, em Pernambuco, que há muitos anos tenho a honra de representar nesta Casa. Reeleito com votação recorde em outubro de 2010, o Governador Eduardo Campos realiza um trabalho incansável, transformando o Estado e impulsionando a melhoria da qualidade de vida da população.

Nos últimos anos, Pernambuco tem crescido acima da média nacional. Em 2010, a variação do PIB do Estado foi de 9,3%, contra os 7,5% registrados pelo País; no ano passado, o Brasil cresceu 2,7%, e o Estado, 4,5%.

A par disso, a atração de investimentos bate recordes: em 4 anos e meio, 397 projetos industriais foram captados para instalação no Estado. Recentemente, grandes investidores norte-americanos, do ramo imobiliário, estiveram em Recife para prospectar novas oportunidades, considerando a provável expansão desse mercado.

O Complexo Portuário de Suape, alvo de grandes investimentos de infraestrutura realizados pelo Governo do Estado, tornou-se o principal polo de atração de negócios do Nordeste. Numa área total de 13,5 mil hectares, já se instalaram 120 empresas, 30 estão em construção e mais 20 devem chegar até 2014.

Localizado a 40 quilômetros de Recife, Suape conta com um estaleiro em operação, outro em implantação, e um terceiro iniciando as obras. Cada um deles representa investimento em torno de R\$700 milhões a R\$800 milhões.

Para o próximo ano, em Suape, está previsto o início da operação da Refinaria Abreu e Lima, da PETROBRAS. As obras ainda prosseguirão até 2016, com a entrada em funcionamento por etapas; quando estiver totalmente pronta, a refinaria terá capacidade para processar 230 mil barris de petróleo/dia.

Mas o desenvolvimento acelerado não se limita a Suape. Espalha-se, de fato, por todo o Estado, pois a interiorização é, justamente, uma das marcas do Governo Eduardo Campos. Entre 2007 e 2010, 1.049 novas empresas, de diversos ramos, instalaram-se em Municípios do interior.

Goiana, na Zona da Mata Norte, está recebendo a mais moderna fábrica da Fiat Automóveis. A nova unidade começará a lançar os primeiros modelos a partir de 2014, e em torno dela se instalarão cerca de 80 empresas sistematizadas, criando milhares de empregos.

Salgueiro, que fica no Sertão Central, a 500 km do Recife e a distância semelhante de cinco outras capitais nordestinas, sedia obras importantes da Ferrovia Transnordestina e de um trecho da transposição do Rio São Francisco. Antes tristemente conhecida como "capital do Polígono da Maconha", agora a cidade ocupa posição estratégica na rota do desenvolvimento. Por isso, junto com Jaboatão dos Guararapes, Município integrante da Região Metropolitana, foi apontada pela revista inglesa *The Economist* como suporte do atual *boom* econômico do Nordeste.

O Município de Araripina, no Sertão do Araripe, participou, desde 2003, de um projeto do SEBRAE para capacitação de produtores de mel, atividade que era desenvolvida ali há muitos anos. Com características naturais favoráveis e passando a utilizar melhores técnicas, já em 2010 assumiu a liderança do *ranking* nacional de produção, com 655 toneladas.

Petrolina, às margens do Rio São Francisco, ocupa, desde 2006, o primeiro lugar nacional na produção de uvas. Em 2010, foram colhidas no Município 141 mil toneladas, correspondendo a 10,5% da safra nacional. Hoje, a uva é o segundo produto agrícola do Estado, ficando atrás apenas da cana-de-açúcar.

Os investimentos federais e estaduais em infraestrutura também tiveram forte impacto na classificação do Índice FIRJAN de Municípios, que avalia o desenvolvimento municipal.

Petrolândia, no sertão do São Francisco, pulou do 30º para o 3º lugar no Estado. O Município sedia um canteiro de obras da transposição do rio, além de contar com projetos de piscicultura e de ter começado a operar, há 3 anos, um perímetro irrigado para a agricultura.

Minha cidade, Sertânia, no Sertão do Moxotó, saltou do 93º lugar no Índice FIRJAN para a 10ª colocação. É que a geração de empregos lá se multiplicou por cem desde a instalação dos canteiros de obras da Ferrovia Transnordestina e da transposição do São Francisco, e o crescimento da arrecadação permitiu investimentos em Educação e Saúde.

Tudo isso aponta para um futuro melhor em meu Estado, mas alguns resultados são visíveis desde agora.

No ano passado, apesar da desaceleração da economia brasileira em função da crise internacional, foram criados quase 90 mil postos de trabalho com carteira assinada. Nos 5 anos do Governo Eduardo Campos, já são mais de 383 mil empregos formais gerados.

Mais uma vez se verifica que a combinação de grandes investimentos com administração competente traz melhorias efetivas para todos.

Em Pernambuco estão sendo investidos mais de R\$20 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento, e o Estado faz sua parte, aplicando também

recursos pesados para estimular o desenvolvimento.

Aliás, a Ministra Miriam Belchior afirmou, recentemente, que Pernambuco é "um exemplo clássico" do que representa o PAC, pois tem tudo o que o programa tem: ferrovias, rodovias, o Porto de Suape, refinaria e petroquímica, e ainda obras de urbanização no Recife.

Além do desenvolvimento econômico, os outros "focos estratégicos" do Governo Eduardo Campos igualmente merecem grande atenção.

Na Saúde, a meta é ampliar a oferta de leitos da rede pública e desafogar as grandes emergências. Para isso, a Região Metropolitana ganhou três novos hospitais, construídos nos acessos à capital. A Grande Recife e o interior estão recebendo, também, uma rede de Unidades de Pronto Atendimento.

Na Segurança, os quadros foram reestruturados, com a contratação de quase 7 mil novos policiais militares, 2.300 policiais civis e 900 bombeiros em 4 anos. Conforme os dados disponíveis até 2010, o Estado viveu 4 anos consecutivos de redução da taxa de crimes violentos letais intencionais, e a criminalidade no Recife diminuiu em 40%.

O rápido crescimento da economia pernambucana aumenta a demanda por mão de obra mais preparada. Para atendê-la, o Governo do Estado fez da qualificação profissional outro dos seus focos estratégicos.

No ano passado, mais de 12 mil estudantes estavam matriculados em 14 escolas técnicas, em todas as regiões. São oferecidos 40 cursos profissionalizantes, 29 deles presenciais, e os restantes na modalidade de educação a distância. Até 2014, deverão funcionar 60 unidades de ensino técnico.

O Programa Qualifica Pernambuco está capacitando 30 mil pessoas por ano, e os Centros de Inclusão Produtiva atendem centenas de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, além de indígenas e quilombolas.

Copa do Mundo, Olimpíadas, pré-sal, economia aquecida e intenso investimento estrangeiro. Estes são alguns dos motivos que colocam a economia brasileira entre uma das mais fortes e estáveis do mundo atualmente. A geração de estudantes de hoje - que não viu ou não sentiu os reflexos da inflação nos anos 1980, que no ano de 1982 chegou a 110,2% - vive um Brasil com economia e moeda fortes, empregabilidade com os melhores níveis da história e um promissor futuro.

A escolha do País como sede dos maiores eventos esportivos do mundo e a aposta das principais empresas estrangeiras na economia nacional criaram muitas expectativas em torno da economia brasileira. Mas será que toda esta expectativa será refletida em oportunidades e salários no mercado de trabalho?

O Brasil vive um momento único. De acordo com o Governo, a taxa de crescimento do País pode chegar a 5,5% ao ano sem resultar em problemas para a economia. Para se ter ideia, só o setor do petróleo, ligado diretamente à descoberta do pré-sal, pretende criar nos próximos 10 anos cerca de 2 milhões de empregos. Já o Governo estima que nos próximos 5 anos deva gerar cerca de 80 mil postos de trabalhos ligados à esfera federal.

Só a Copa do Mundo, segundo o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, será responsável por cerca de 700 mil novos empregos diretos e indiretos. Somam-se a isso a inauguração de fábricas de empresas multinacionais no País e ainda as Olimpíadas.

De nada adianta a criação de postos de trabalho, se não houver mão de obra qualificada. Setores como a informática e engenharia são os que mais demandam mão de obra qualificada para os eventos que estão por vir. Independente do setor, ter um segundo idioma no currículo será importante como nunca. Turistas de todo o mundo visitarão o País nos próximos anos. Diante disso, até prestadores de serviços como taxistas e garçons podem

aproveitar estas oportunidades.

Tão altas como era a inflação do passado são as expectativas para o futuro. Para torná-las realidade e tirar o maior proveito das oportunidades que estão por vir, é preciso se qualificar. Com profissionais qualificados, geração de empregos e estabilidade, o Brasil pode deixar de ser o País do futuro e se tornar o País do presente, o País que fez o futuro sua realidade.

As economias brasileira e pernambucana, mesmo sentindo reflexos da crise internacional, continuam em crescimento. Resultados do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 apontaram altas de 2,7% e 4,5%, respectivamente. São resultados inferiores aos registrados em 2010 (de 7,5% e 9,3%), mostram uma desaceleração (não uma queda), mas também a continuidade desse movimento positivo da economia nacional, principalmente para os setores da construção civil e serviços.

O conceito de PIB é simples: trata-se da soma de todas as riquezas produzidas por um país ou Estado em determinado período de tempo. É através dele que o Governo mensura o desempenho econômico. *"PIB em alta significa maior arrecadação de impostos, que retornam para a economia. Indica que, naquele ano, o país gerou mais emprego, por exemplo"*, explica o coordenador do curso de Economia da Faculdade Boa Viagem (FBV), Antônio Pessoa. Por outro lado, ele diz, PIB em baixa significa também *"menos empregos, mais pobreza"*. Pessoa ensina: para calcular o PIB, os gestores do Governo levam em conta a soma do consumo das famílias, os investimentos das empresas e dos gastos públicos com a diferença entre importações e exportações.

Para o setor privado, por exemplo, este é um indicativo também do consumo, como analisa o professor. *"Consequência do aumento das riquezas, que aumentam a renda, que aumentam os rendimentos das empresas"*, enumera. Por outro lado, acusa também momentos de instabilidade econômica. Tanto que vários países europeus, como Portugal e Espanha, registram índices negativos devido à crise que atravessam hoje.

O Professor de Economia da FBV Luiz Henrique Romani comenta que o PIB brasileiro, em 2,7%, ficou abaixo das expectativas do Governo e de especialistas. *"A previsão era 3,5%, mas o quarto trimestre teve um resultado ruim. A indústria cresceu bem menos que o previsto. E não creio que seja diferente este ano"*, analisa.

Na soma que resulta o PIB, cada setor da economia tem um peso diferente, explica Romani. *"Aqueles que vêm crescendo, ganham mais peso. Já segmentos como a indústria de plásticos, têxtil, manufaturados em geral, vêm perdendo peso na economia brasileira. Têm tido resultados inferiores ao PIB, por causa da concorrência internacional"*.

Romani lembra que, em 2009, o País sentiu a crise do ano anterior e fechou com PIB negativo, -0,3%. *"O Governo Federal tomou medidas macroeconômicas para acelerar a economia, mas não conseguiu. Claro, evitou que o PIB caísse muito, mas muitas não têm resultados em curto prazo"*, pontua. As medidas às quais Romani se refere acabaram resultando no excelente resultado do PIB de 2010 (os 7,5%), mas também fizeram a inflação dar sinais de vida. Foi a hora de mudar as estratégias. Em 2011, lembra, o País teve problemas de produção também pelo fato do Governo estar preocupado em controlar a elevação de preços.

Há cerca de 20 anos, a economia de Pernambuco emitia sinais de estagnação. O Leão do Norte perdia espaço e importância regional. Em 2009, o Estado teve o quarto maior crescimento do PIB no mundo, com 3,8%, apesar da crise financeira. No primeiro trimestre deste ano, o PIB azul e branco aumentou 7,8% em relação ao mesmo período de 2009, e as projeções para os próximos anos são muito positivas.

Toda essa mudança levou os Diários Associados e a Sociedade Pernambucana

de Planejamento Empresarial (SPPE) a convidar líderes empresariais e representantes do poder público para debater a nova agenda do desenvolvimento de Pernambuco. Com a realização do seminário *A Revolução Pernambucana na Economia*, foram analisados os períodos de 20 anos atrás, o momento atual e as expectativas para o futuro nos próximos 20 anos. E as projeções não são apenas especulações, são dados fundamentados em números reais da economia local.

O Diretor-Executivo do Banco Gerador, Paulo Dalla Nora, fez um resgate dos fatores que levaram à desaceleração da economia do Estado no passado recente, que atingiu até a autoestima do pernambucano. Mostrou como o Complexo Portuário de Suape se tornou indutor da retomada do crescimento que resgatou o orgulho e a esperança do povo pernambucano.

O Diretor-Presidente da AD Diper, Jenner Guimarães, destacou o momento de oportunidades que o Estado vive com um crescimento maior que o brasileiro e a preocupação do Governo de Pernambuco em assegurar que esse desenvolvimento chegue a todas as regiões do Estado. E reconheceu que o grande desafio é levar infraestrutura e qualificação da mão de obra para todos.

As expectativas para os próximos 20 anos são para lá de animadoras. E para o sócio da TGI Consultoria Francisco Cunha, o Estaleiro Atlântico Sul é a imagem desse novo Pernambuco. Ele destacou que não existe país que se desenvolva sem a participação da indústria, que no Estado saltará de 20,6% para 26,4%.

Confira a cobertura completa do seminário que aconteceu no dia 22 de junho. Fatores macroeconômicos contribuem para a reestruturação do perfil econômico do Estado.

Entender o passado para aproveitar melhor as oportunidades do presente e planejar o futuro com mais segurança. Essa foi a proposta do seminário *A Revolução Pernambucana na Economia*, realizado numa parceria entre os Diários Associados e a Sociedade Pernambucana de Planejamento Empresarial (SPPE), no último dia 22. E para aproveitar melhor essas oportunidades, é preciso perceber esse cenário dentro de um contexto macroeconômico. Essa foi a compreensão do economista e Diretor-Executivo do Banco Gerador, Paulo Dalla Nora, palestrante do evento que fez uma retrospectiva sobre os últimos 20 anos da economia do Estado.

Para Dalla Nora, o grande indutor do crescimento nesse período foi o Complexo Portuário de Suape, localizado em Ipojuca e fruto do esforço de vários governos. Um ativo não só para a economia, mas para a autoestima do pernambucano. *"O Estado sentia o fato de não ser mais a 'locomotiva do Nordeste' e de ter perdido importância para outros estados da região, como Bahia e Ceará. A grande mudança foi entender o Porto de Suape como nosso diferencial competitivo, para que Pernambuco voltasse a ter uma posição de liderança, alinhado com as mudanças que estavam ocorrendo no mundo"*, destacou o economista.

O palestrante lembrou ainda o posicionamento estratégico de Suape em relação a outros portos nacionais, aos principais aeroportos do Nordeste e ao PIB (Produto Interno Bruto) da região, configurando-se numa verdadeira âncora para o desenvolvimento do Estado. O cenário macroeconômico também apontava para o surgimento de mercados emergentes, com oportunidades de comércio com novos mercados. *"Havia uma conjunção de fatores. Uma mudança internacional da transferência do poder do mundo para a Ásia e a necessidade de mais comércio internacional. O Brasil também se apresentando como país emergente e, para tudo isso, o porto é um ativo importantíssimo, porque significa dialogar com outros países"*, avaliou Dalla Nora.

Sobre o Brasil, o executivo destacou que num passado recente a taxa de juros do País era inconcebível, chegando em 1989 a 103,484% ao ano. Isso comprometia a oferta de crédito e, conseqüentemente, o crescimento do País. Mas de 1994 para cá, com o controle da inflação, o PIB começou a se alinhar positivamente, a

taxa de juros caiu e a oferta de crédito modificou o consumo no País.

Com a queda da taxa de juros, acontece uma explosão do crédito. Mesmo assim, o Brasil ainda tem um espaço para o crescimento muito grande, no entendimento do economista. Com a redução da taxa SELIC, houve uma expansão do crédito, e entre os anos de 1999 e 2009 ele praticamente se multiplicou por dez. Isso fez com que o país crescesse mais e as pessoas consumissem mais.

"Nesse período, o Brasil começa a se normalizar como país. O Plano Real tem um efeito expressivo e entramos numa fase de PIB positivo, a taxa de juros convergindo para patamares racionais. E você tendo um porto como Suape, tudo isso começa a fazer sentido. Esse nosso crescimento não é uma coisa que caiu de pára-quedas, tem um sentido macroeconômico mundial e nacional", explicou.

Mas o dado que o economista considerou mais importante para o Estado nesse período não diz respeito ao crescimento econômico, mas à mudança de perfil. Dalla Nora chama a atenção para o aumento da escolaridade do pernambucano: em 20 anos, dobrou o número de pessoas com mais de 9 anos de estudo, passando de 14% em 1990 para 31% atualmente.

"Isso é excepcional do ponto de vista de formação de uma base econômica que é a mão de obra qualificada. Para mim, é o dado mais animador que tenho de Pernambuco. Ao mesmo tempo, diminui de 40% para 27% o número de pessoas que só tem um ano de instrução. Esse é um fator que vai fazer a diferença e talvez seja tão importante no futuro quanto o Porto de Suape está sendo, por ser um novo ativo para alavancar a produtividade e o crescimento", avaliou.

Durante sua apresentação, Dalla Nora destacou que o grande paradigma é ter mão de obra qualificada para assegurar maior competitividade. Na sua avaliação, não adianta só ter porto ou só ter indústria. É preciso ter competitividade, e isso só se tem com mão de obra qualificada. *"Não estamos competindo com o passado da gente, estamos competindo com a China que há 25 anos cresce em média 9% ao ano, e as taxas de produtividade lá são assustadoras. Mesmo quando se desconta o fator do custo da mão de obra, que é mais baixo, as taxas de produtividade são enormes, e é com eles que a gente está competindo. Temos que investir na geração de desempenho e competitividade para termos uma escala realmente global"*, concluiu.

Qual o principal legado desses últimos 20 anos para que retomássemos esse processo de crescimento industrial e, em particular, Suape? Sem dúvida, o principal legado foi do ponto de vista estratégico e de entendimento. Sendo mais objetivo, foi esquecer o passado. Deixar de chorar a posição de perda de importância do passado e centrar no futuro. Agora temos um ativo que é muito importante no mundo, que é o porto. Porque o mundo está crescendo, o comércio está aumentando, então vamos cuidar desse ativo e ver como podemos agregar um maior valor para ele, e vamos deixar de discutir o passado. Acharmos um ativo que pode substituir ou ser tão importante quanto foi a industrialização no passado. Então vamos nos concentrar nesse negócio para o futuro. Vamos deixar de gastar tempo escrevendo sobre o passado. As energias atualmente estão muito mais voltadas para o futuro do que para a discussão do passado.

Os EUA ainda não se livraram da crise, a Europa continua enfrentando problemas. Até que ponto essa crise mundial afeta o desenvolvimento de Pernambuco? Afeta, sim, profundamente. Todo aquele discurso que ouvimos de descolamento da economia dos países emergentes e do Brasil é um desejo muito grande de todo o mundo - meu também, obviamente -, mas a aderência com a realidade é pequena. Claro que o impacto da crise é muito menor nos países que estão crescendo mais, porém é só vermos as taxas de crescimento dos países no mundo em 2009; todos sofreram. Uns um pouco mais, outros menos, mas todos sofreram. A interconectividade das economias não dá para discutir.

Agora, paradoxalmente, isso pode ser positivo para essas economias, porque

você não está competindo com você mesmo, mas com o mundo. Na hora em que você está melhor posicionado, a crise impacta menos. É ruim para você também, mas lá na frente os países que sofreram mais vão ter uma dificuldade maior para retomar os investimentos.

Se o passado é aprendizado, o presente é ação. Foi o que mostrou o Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper), Jenner Guimarães, durante sua apresentação no seminário *A Revolução Pernambucana na Economia*, realizado em parceria entre os Diários Associados e a Sociedade Pernambucana de Planejamento Empresarial (SPPE), onde destacou o panorama atual da economia do Estado. E o momento econômico não poderia ser melhor. Pernambuco teve um crescimento em 2009 maior que o do Brasil, que está sendo considerado a bola da vez entre os países emergentes.

Os números são tão animadores, que, se Pernambuco fosse um país, estaria entre os quatro melhores desempenhos do PIBs (Produto Interno Bruto) no mundo em 2009, com 3,8%, ficando atrás apenas da China (8,7%), da Índia (6,8%) e da Indonésia (4,5%). E a tendência de crescimento se mantém. Os dados revelam que no primeiro trimestre de 2010, o PIB estadual cresceu 7,8%, em relação ao mesmo período de 2009, acumulando um crescimento de 5,3% nos últimos 12 meses. *"Pernambuco vive um momento ímpar na sua história. Algumas expectativas apontam que ele deverá crescer até 2011 na casa dos dois dígitos. Se não tivermos o receio de acreditar no crescimento da economia do Estado, sem sombra de dúvidas, esse número será ainda mais representativo"*, acredita o Diretor-Presidente da AD Diper, Jenner Guimarães.

Segundo o gestor, esse otimismo é fruto da capacidade de consumo do Estado e da Região Nordeste, que teve um aumento do poder de compra em função de programas do Governo Federal como o Bolsa Família, que em 2009 injetou R\$1,1 bilhão na economia. *"O nosso grande diferencial diz respeito ao consumo, porque, se a gente observar, os países que estão puxando esse crescimento são altamente populosos. No Brasil, particularmente, o Bolsa Família injetou - sobretudo de baixa renda - uma receita que não se tinha anteriormente. Eram pessoas que não tinham direito a um biscoito recheado ou a um eletrodoméstico mais sofisticado. Isso ajudou a aquecer a economia"*, explica Jenner Guimarães.

Dentre os Estados com maior potencial de consumo, Pernambuco está em segundo lugar na região, perdendo apenas para a Bahia. E os números do Estado continuam positivos quando o assunto é geração de empregos. Segundo estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), divulgado em março deste ano, Pernambuco abrirá 70,6 mil vagas de trabalho este ano, o que nos coloca na oitava posição nacional. Novamente, dentre os Estados do Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia, que gerará 83,1 mil novos postos.

O Presidente da Agência de Desenvolvimento também destacou o investimento público que vem sendo feito no Estado como indutor desse crescimento. *"É importante destacar que no momento de dificuldade econômica os investimentos públicos não poderiam ser freados, sob pena do agravamento da crise. E o Governo do Estado continua acreditando e, a exemplo do Governo Federal, continuou injetando dinheiro. Isso fortalece o meio empresarial, pois Pernambuco manteve os investimentos em infraestrutura. Ela será determinante, no futuro, para que o Estado se consolide como uma das economias mais importantes do País"*, avalia.

Segundo o Diretor da AD Diper, Suape é considerada hoje pelo Governo do Estado como a "joia da coroa". *"É através do porto que os investidores passam a olhar Pernambuco com outros olhos. Mas é preciso que a gente tenha cuidado em não replicar no Estado a distorção que aconteceu na economia brasileira ao longo dos últimos anos, com a concentração dos investimentos numa só região. Se a gente não o induzir os investimentos a irem para o interior, a gente poderá*

ter uma grande concentração dos investimentos na Região Metropolitana do Recife".

Para atrair esses investimentos para outras regiões, o PRODEPE (Programa de Desenvolvimento de Pernambuco) modificou a política de incentivos fiscais do Estado, de acordo com a localização do empreendimento. Com isso, o incentivo passou de 75% de crédito presumido do ICMS em todo o território para 75% na Região Metropolitana, 85% na Zona da Mata, 90% no Agreste e 95% no Sertão, concedido por 12 anos e renovável por igual período.

"Essa modificação foi feita ainda no início do Governo, para que os incentivos fiscais fossem diferenciados em função da região onde os empreendimentos poderão se localizar. Se a gente não fizer um trabalho no restante do Estado, não levaremos os investimentos industriais fora dos muros de Suape".

Os investimentos entre 2007 e 2009 que não se instalaram necessariamente fora de Suape, mas que requereram os benefícios do PRODEPE tiveram um crescimento significativo na quantidade de indústrias. *"Foram 226 empreendimentos industriais com projetos aprovados até 2009. Fora o que já foi concedido no primeiro semestre de 2010. Esses investimentos no interior mostram que estamos no caminho certo. Foram gerados mais de 28 mil empregos, com destaque para a indústria de alimentos, eletrometal-mecânica e têxtil, comemora o Presidente"*, esclarece Jenner Guimarães.

Outro fator que contribui para o momento de expansão é o planejamento. O Governo dividiu o Estado em 12 regiões, e foram levantadas as potencialidades desses locais e as suas respectivas prioridades. Essas ações foram debatidas pelo Governador e seus secretários nas próprias regiões, para que o orçamento de cada projeto fosse definido e ancorado pela Secretaria de Planejamento. Cada etapa do processo é monitorada pelo próprio Governador, e o descumprimento de uma única fase é suficiente para que se identifique qual foi o "gargalo", para que o trabalho planejado efetivamente aconteça.

Para se garantir a competitividade na atração de novos empreendimentos, o Governo vem investindo maciçamente em infraestrutura. *"Sem água, sem energia, sem estradas, sem uma logística adequada e sem uma mão de obra qualificada, dificilmente a gente conseguiria trazer qualquer empresa para se instalar em território pernambucano"*, ressalta Guimarães.

Para se ter ideia da preocupação com a descentralização do desenvolvimento, Pernambuco tinha 10 distritos industriais. Desses, apenas três localizados fora da RMR, sendo um em Garanhuns, outro em Araripina e um terceiro em Petrolina. *"Estamos num trabalho intenso para implantar mais 10 distritos industriais"*.

Desses, apenas dois serão na RMR, que é um em São Lourenço da Mata e outro em Moreno. Os demais serão todos no interior do Estado. Procuramos identificar empresas com vocação para o interior. Setores como o calçadista, têxtil/confeções e madeireiro no Brasil estão em cidades do interior. *"E temos trabalhado nesse sentido, porque, além de tudo, são setores intensivos de contratação de mão de obra, evitando que os filhos dessas cidades tenham que se deslocar até a região metropolitana em busca de trabalho"*, esclarece o gestor.

O Estado também vem investindo no sentido de fortalecer a educação, principalmente no nível técnico. As escolas técnicas que estão sendo abertas também estão priorizando o interior. E é exigido que os projetos que chegam ao PRODEPE especifiquem melhor o tipo de mão de obra que o investimento vai requerer, detalhando a formação técnica. Com base nessas informações, os cursos oferecidos são direcionados para atender à nova demanda, para que as carreiras e arranjos produtivos locais se insiram na cadeia produtiva desses grandes empreendimentos.

"Pernambuco está preparado para esse novo momento. Suape não é obra de um único Governo. Acho que a gente superou aquela fase em projetos de governos

anteriores não deveriam ter continuidade. E isso era uma coisa que precisava mudar na cultura do pernambucano. O que é bom tem que ter continuidade, e o que é bom ainda pode ser melhorado", enfatiza Jenner Guimarães.

Investimentos públicos em Suape:

Entre 1995 e 1998: R\$ 155 milhões; entre 1999 e 2002: R\$ 136,1 milhões; entre 2003 e 2006: 147,6 milhões; entre 2007 e 2010: R\$ 1,4 bilhão.

Evolução por período:

Empresas instaladas em Suape até 2006: 81 empreendimentos; soma desses investimentos: US\$ 2,2 bilhões.

Empregos em Suape.

Empregos diretos gerados por período:

Até 2006: 6,6 mil; até dezembro de 2009: 15 mil; 10 mil vagas diretas e 150 mil indiretas. Mão de obra no pico das obras: 30 mil pessoas.

A infraestrutura de Pernambuco está pronta para receber tudo isso (investimentos), principalmente o interior do Estado? O Governo vem tomando precauções com incentivos fiscais, distritos industriais, mas precisa dar condições para essas empresas se instalarem no Sertão. Importantes as suas considerações. O que posso dizer é que as ações estão sendo desenvolvidas. Obviamente que não são ações de rápida resposta, porque basicamente quase todos os Municípios carecem de acesso rodoviário. E essas obras não são feitas da noite para o dia. Mas se abrirmos o mapa que mostrei anteriormente (sobre o planejamento do Estado), existem diversas obras de acesso viário sendo realizadas.

A questão da água está sendo tratada pelas diversas adutoras que estão em andamento, a questão educacional com a recuperação das escolas também está melhorando a qualidade do ensino, mas também não se muda isso da noite para o dia. E houve um abandono da educação pública no Estado de Pernambuco e no Brasil como um todo.

Agora, isso leva tempo, mas as ações estão sendo desenvolvidas, e o trabalho vem sendo feito. Mas até a indústria chegar lá, é preciso ter alguma condição pronta. É comum um investidor chegar, olhar o local e perguntar: e os filhos dos meus executivos vão estudar onde? E nós perguntamos por que os executivos precisam vir de fora. O que falta? Então precisamos trabalhar muito fortemente a qualificação da mão de obra. Num primeiro momento, é natural que tragam as peças-chaves, pessoas de sua confiança. Mas, à medida que o tempo avança, precisamos preparar essa mão de obra, porque as empresas vêm com a intenção de se expandir e não ficar com o mesmo tamanho.

O senhor começou fazendo uma colocação muito pertinente sobre a descentralização de Suape. E colocou as modificações em relação ao PRODEPE para empresas que se instalarem no sertão, cujos incentivos chegam a 95%. Essa isenção também atinge a região do São Francisco? Também atinge a região do São Francisco. Podemos dizer que existem três grandes centros que concentram a renda no Estado. A Região Metropolitana do Recife, o Agreste, ali de Caruaru e Toritama, e o Vale do São Francisco. Mas o que percebemos é que a economia do Município de Petrolina ainda é extremamente dependente da fruticultura e basicamente de dois produtos: manga e uva.

Quando a exportação oferece uma boa oportunidade e os produtores conseguem vender bem, a economia do Município circula, e tudo funciona muito bem. Mas quando essa janela é curta e coincide com a safra da Índia ou do México e o mercado se retrai, ela cria um problema grave para o Município e para a região.

Então estamos trabalhando para aproveitar esse potencial do São Francisco junto ao processo de industrialização. E aí entram empresas do setor vinícola e de suco. Nós não empurramos as empresas para o interior. Esse é um trabalho que a AD Diper faz com muito cuidado.

Procuramos entender o negócio, percebendo as características dele, e, com base no mapeamento que o Governo fez, identificando as potencialidades de cada região, conseguimos enxergar com mais clareza onde aquela indústria poderia ser melhor acomodada, com alguma compensação que o Estado venha a dar no investimento que vai ser realizado.

Que Pernambuco se transformou num celeiro de oportunidades, todos já sabem. Que a conjugação dos investimentos públicos e privados em infraestrutura e qualificação da mão de obra vai mudar o panorama da economia do Estado, também já é do conhecimento geral. Francisco Cunha: haverá uma mudança na estrutura de produção com o aumento do peso da indústria de transformação.

Mas como esta expansão se materializará e quais os pontos que merecem atenção para evitar surpresas que entrem no desenvolvimento, foi o que procurou esclarecer a palestra do sócio da TGI Consultoria em Gestão, Francisco Cunha. Para destacar as perspectivas de Pernambuco para os próximos 20 anos, o consultor lembrou que, apesar da crise financeira mundial, o Estado vive a melhor oportunidade dos últimos 50 anos.

Citando a economista Tânia Bacelar, afirmou que não por acaso esta revolução econômica que tem bases fincadas na tradição e história produtiva do Estado.

"Quando a gente examina esse novo bloco de investimentos que vem para cá, observa-se que tem a ver com as velhas estruturas: a petroquímica, a nova têxtil e a metal-mecânica (estaleiro), de velha tradição do antigo tecido industrial de Pernambuco. O que parece é que o futuro do Estado está atrelado ao nosso passado (...) As antigas estruturas vão renascer", afirmou, recordando frase de Bacelar.

Francisco Cunha analisou que a recuperação se dá muito impulsionada pela reestruturação da indústria, o que contribuiu para que o desempenho do PIB do Estado fosse maior do que o do País no primeiro trimestre deste ano e nas projeções para os próximos anos. *"Entre 2010 e 2020, o nosso PIB vai dobrar, passando de R\$72,4 bilhões para R\$146,8 bilhões"*, afirmou, referindo-se a estudo feito pela Multivisão em parceria com o SEBRAE. Projetou que o PIB *per capita* também vai praticamente dobrar com a moderação do crescimento demográfico.

Haverá uma mudança da estrutura produtiva do Estado, com o aumento da participação da indústria de transformação, redução da presença do comércio e serviços no PIB e a modernização dos serviços avançados e dos serviços industriais. Também são previstos forte expansão dos segmentos de transporte (logística), da saúde, da educação e da prestação de serviço à indústria.

"O setor agropecuário vai encolher sua participação na economia, a construção civil chegará com força nos grandes investimentos e para atender às novas demandas residenciais e será observado um forte efeito no aumento da demanda por bens de consumo finais (principalmente habitação e alimentação), com a ampliação do comércio atacadista e, principalmente, do varejista", completou Cunha.

Para o consultor, o Estaleiro Atlântico Sul inaugura a nova imagem de Pernambuco, que segundo ele é um Estado de muita sapiência e poucas unanimidades. Característica da nossa formação cultural e histórica. *"Suape talvez tenha sido a única delas. Lá foram feitos todos os investimentos relevantes. De fato, foi uma poupança feita em 30 anos. O porto está sendo um verdadeiro trampolim, promovendo esta revolução para este futuro que está vindo"*, destacou.

Francisco Cunha lembrou que, além de estar diante da melhor oportunidade de desenvolvimento, o Estado tem tradição de empreendedorismo e acúmulo de *know-how* técnico para a condução dos negócios (capital intelectual). Advertiu, no entanto, que as ameaças e fraquezas precisam ser enfrentadas. *"O acirramento*

da concorrência, o ambiente empresarial adverso com alta carga tributária, financiamento caro e raro, infraestrutura deficiente, baixa capacitação da mão de obra e a burocracia constituem ameaças", alertou. Já no quesito fraqueza, o palestrante destacou o baixo índice de "empresariamento" e o forte conservadorismo na gestão com apego às formas tradicionais de administração. Nas perspectivas para as próximas décadas, Cunha lembrou que avaliação do economista Jorge Jatobá indica que "o tamanho da economia estadual será triplicado em 25 anos", resultado de um crescimento do PIB de Pernambuco de pelo menos 5% ao ano até a década de 2030. Também advertiu que o perfil da escolaridade do Estado está mudando e é preciso avançar mais para garantir mão de obra especializada. "São necessários cuidados para evitar a concentração espacial da economia na região metropolitana e uma eventual dependência do setor do petróleo, além das preocupações com aquecimento global e sobrecarga na infraestrutura do Recife".

Como mudar a mentalidade do empresariado pernambucano, como enfrentar este desafio? Não existe solução mágica. Este cenário é uma oportunidade de mudanças, ajustes, adequação da forma de pensar, de atuar, de desenvolver. Nós vivemos muito tempo protegidos, e agora este processo de globalização tirou a referência. Ela chegou e vai exigir mais atenção das pessoas na forma de gerenciar os seus recursos humanos. O patamar salarial destas empresas que chegam é muito superior ao daqui. A diferença entre os dois é de 50%, 60% e até 100%. O camarada está numa empresa e recebe uma proposta de dobrar o salário, o que faz ele ficar.

É um caso de responsabilidade empresarial que mantém a pessoa ali. Claro que não dá para fazer leilão, porque senão acabou-se a empresa. Já vi a pessoa não ir, mesmo com a proposta de aumento de 50% no salário, porque achava que no lugar onde estava tinha mais perspectivas de futuro de possibilidade de carreira; estava envolvida no processo das decisões sobre o futuro. Ouvir as pessoas para alinhar a perspectiva delas com as das empresas é muito importante. A pessoa não sai só por dinheiro, sai por expectativas, por necessidade de melhorar de vida. De poder ter sua voz ouvida, principalmente quem tem responsabilidade gerencial.

O que está sendo feito na área de tecnologia da informação e para ampliar a capacidade de nossos aeroportos? A pressão das estruturas do Recife é o caso mais emblemático, mas ela se dá no Brasil todo. Coincidiu a estagnação do desenvolvimento do Estado com a do Brasil, que cresceu em torno de 2% ao longo de 25 anos, e isto pressionou a infraestrutura. Com a retomada do crescimento, o Brasil tem perspectivas muito boas, porque arrumou a casa no sentido macroeconômico e da gestão para poder avançar. É um absurdo o tempo que se espera por um taxi no Aeroporto de Guarulhos (SP). Isso é a falência da infraestrutura, exigência que dobra a preocupação do setor público, que tem a responsabilidade de projetar mais à frente.

A infraestrutura está completamente pressionada, as estradas estão esburacadas. Nesse cenário, há duas coisas boas. Nós temos o principal equipamento logístico do Nordeste, que é Suape, que se integra no contexto mundial, e a carência de infraestrutura gera oportunidades de investimentos. É mais um campo aberto para a atração de investimento externo. Pernambuco tem a felicidade de ter um polo de desenvolvimento de tecnologia da informação, e temos a conexão internacional para atender a estas empresas na área de produção de *software*.

Uma sugestiva oportunidade de debater a retomada do crescimento da economia do Estado foi uma das conclusões do seminário. A busca das razões desta guinada produtiva está na determinação do povo e das suas lideranças em todos os setores, como lembrou o Presidente da Sociedade Pernambucana de

Planejamento Empresarial (SPPE), economista Márcio Borba.

"Pernambuco caminhou sobre brasas, enfrenta tempestades e olha para o futuro com a convicção dos determinados, desta feita a vitória. O desenvolvimento percorreu os caminhos mostrados neste evento pelo Dr. Paulo Dalla Nora, teve sua radiografia atual muito bem detalhada pelo Dr. Jenner Guimarães, e podemos antever os possíveis caminhos que percorreremos apontados pelo Dr. Francisco Cunha. Em tudo percebemos que parece que começamos a colher os frutos de um planejamento feito com competência, amadurecimento político, participação de todos e cercado de trabalho por todos os lados", ressaltou Borba. Como exemplo da convergência de atitudes e continuidade, o Presidente da SPPE citou a política de incentivos fiscais do Estado, iniciada no Governo Joaquim Francisco, com o Fundo Cresce Pernambuco, transformada em Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE) na terceira gestão de Miguel Arraes, e mantida e melhorada nos Governos de Jarbas Vasconcelos, com a criação do conceito de cadeia produtiva e benefícios ao comércio atacadista importador e centrais de distribuição. Na administração de Eduardo Campos, foi novamente melhorada, com a introdução do conceito de interiorização, dentre outros avanços, recordou Borba.

"Pernambuco avança com responsabilidade no desenvolvimento econômico e social, com compromisso com investimento, emprego, renda e geração de riquezas para todos. Pernambuco não aceita mais política sem resultados, governos sem princípios e políticos sem compromissos. Para atingir o objetivo que almejamos e pelo qual trabalhamos, precisamos acreditar e trabalhar e não nos impor limites", concluiu Borba.

A contribuição dos meios de comunicação para a disseminação de ideias e estruturação de programas que levem à construção de políticas de desenvolvimento duradouras foi um dos pontos destacados no seminário pelo Diretor-Geral dos Associados no Nordeste, Guilherme Machado.

Machado lembrou que todo processo de mudanças *"exige compromissos e determinação de todos"*, o que vem ocorrendo, como mostram os resultados do crescimento do PIB de Pernambuco no primeiro trimestre de 2010, com aumento de 7,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

"Os investimentos do setor imobiliário e da construção civil alavancaram o PIB, com crescimento de 17,6% de janeiro a março de 2010, em comparação ao mesmo período de 2009", destacou. O executivo sugeriu que se deve interpretar corretamente o que está acontecendo no presente, para que se possa planejar com mais segurança o futuro. *"Esse excelente desempenho dos principais indicadores econômicos do Estado sinaliza, sem dúvida, para a continuidade do processo de crescimento"*, completou, acrescentando que o termo "revolução econômica" não era apenas retórica, por se amparar em fatos, dados e números de crescimento maiores do que os do Brasil.

Recordou que Suape se transformou no catalisador de investimentos. *"São quase duas dezenas de empresas que investiram US\$15 bilhões nos últimos 2 anos, gerando mais de 160 mil empregos"*, com destaque para a consolidação de um polo naval e outro petroquímico, capitaneado pela Refinaria Abreu e Lima. Os bons ventos estão soprando muito além de Suape, com obras como a Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco, que já induzem novos investimentos para o interior.

Não resolvemos todos os problemas, Sr. Presidente, mas inegavelmente, o Brasil e Pernambuco apresentam agora muito mais condições de desenvolvimento do que há 10 ou 15 anos. Ou, para dizer de outra forma, que até realça a importância de tudo o que foi mostrado aqui, hoje os pernambucanos e os brasileiros estão vivendo melhor.

E, como melhorar a qualidade de vida da população, em harmonia e com

desenvolvimento sustentável, é o principal projeto de todos os bons governos, estão de parabéns a Presidenta Dilma Rousseff e o Governador Eduardo Campos.

Documento 108/472

058.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/03/2012-14:14
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 8990		JESUS RODRIGUES-PT -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Acatamento pelo orador da decisão do PT, favorável à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas declarar minha posição a respeito da votação de hoje da Lei Geral da Copa.

O primeiro projeto que apresentei aqui trata da aquisição de bebida alcóolica com recursos públicos. Recomendava, no meu projeto, a proibição de recursos públicos para a compra de bebida alcóolica.

Recomendava também a quem causasse acidente de trânsito, sob efeito de bebida alcóolica, o ressarcimento aos cofres públicos das despesas com sua recuperação.

No que diz respeito à utilização de bebida alcóolica durante os jogos da Copa, é claro que, pela coerência da minha atuação, das minhas propostas, eu deveria ser contra. Mas o meu partido decidiu votar a favor. Portanto, acatarei a decisão. Prefiro errar com o partido do que acertar sozinho. Por isso votarei a Lei Geral da Copa.

Muito obrigado.

Documento 109/472

058.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/03/2012-14:42
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9004		LUIZ NISHIMORI-PSDB -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Descaso do Governo Federal com o setor de infraestrutura.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sempre tenho dito que acredito no potencial do Brasil,

no seu potencial econômico, energético e também na brilhante agricultura que temos no País. Nós estamos entre os países do G-20 e somos a sexta maior economia do mundo.

Mas todos sabemos que a realidade não é bem assim. Há anos, o Governo não tem investido na infraestrutura, principalmente em rodovias, aeroportos e portos. É interessante registrar o que a revista *Veja* publicou: no *ranking* global de competitividade do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa o 104º lugar no quesito infraestrutura; e, entre todas as áreas, nossos portos ocupam a pior posição, o 130º lugar.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em quase todos os meus discursos, sempre digo que acredito no potencial brasileiro e que sei da nossa capacidade em progredir e nos desenvolver. Entretanto, nosso País ainda precisa melhorar muito. A infraestrutura brasileira é um dos grandes problemas que precisamos enfrentar.

Há anos nosso Governo não tem novas construções de estradas, portos e aeroportos. Estamos no G-20, mas nossa realidade não é assim tão animadora. Visitando outros países, é notável a diferença dos aeroportos e das rodovias, assim como a rapidez e eficiência dos processos de construção de novas obras. Ano passado a revista *Veja* publicou o *ranking* global de competitividade do Fórum Econômico Mundial. No quesito infraestrutura, pelo segundo ano consecutivo o Brasil piorou em relação ao resto do mundo, caindo 20 posições, de 84º lugar para o 104º lugar. Em 2010, o Brasil já havia perdido três colocações por causa da lentidão do Governo em tirar projetos importantes do papel.

No *ranking* mundial, elaborado com base na opinião de cerca de 200 empresários nacionais e estrangeiros, a qualidade das estradas brasileiras caiu treze posições e está entre as vinte e cinco piores estruturas dos 142 países analisados. A qualidade dos portos brasileiros caiu sete posições e está entre os treze piores sistemas avaliados pelo Fórum Econômico Mundial. Entre todas as áreas, os portos ocupam a pior posição, 130º lugar.

A nossa economia está em destaque e crescendo, mas a infraestrutura brasileira está estagnada, se deteriorando e cada vez pior. Não somente as malhas rodoviárias, aeroportos e portos, nossos prédios e construções já não são confiáveis. Com o desabamento que ocorreu no Rio de Janeiro, no início deste ano, muitos veículos de comunicação dos Estados Unidos passaram a questionar a infraestrutura brasileira e nossa capacidade em sediar a Copa e os Jogos Olímpicos. Os próprios americanos dizem que o atraso das obras, a falta de dinheiro e o caos no transporte público são os principais problemas do nosso Governo.

O mundo inteiro está olhando para o Brasil, e essa visão pode não ser das melhores. Todos estão enxergando essas falhas, mas nosso próprio Governo ainda não se manifestou em ações para começarmos com mudanças significativas. É preciso realmente investir em nossa infraestrutura, não somente para mostrar do que o Brasil é capaz, mas também para melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros.

Documento 110/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9071		EFRAIM FILHO-DEM -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retirada de requerimentos atinentes ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), apresentados pelo DEM, tendo em vista acordo firmado para votação da matéria.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, de acordo com o entendimento que foi obtido pelas Lideranças desta Casa, e em consonância com a convergência que houve, capitaneada pelo hoje Presidente em exercício, Deputado Marco Maia, o Democratas retira os seus requerimentos, dentro dos limites do acordo que foi conduzido pelo Deputado Marco Maia e traçado pelos Líderes desta Casa, que hoje tem V.Exa., na condição de Presidente, na condução dos trabalhos.

Então, o Democratas requer a retirada dos requerimentos que se encontram sobre a mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu pergunto a V.Exa., visto que os outros requerimentos são diferentes - um requer que a discussão seja feita por grupo de artigos; outro requer também adiamento de votação; outro requer a votação das emendas uma a uma; e outro requer que a votação seja feita artigo por artigo -, se V.Exa. está retirando todos, porque são todos assinados pelo Líder Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. EFRAIM FILHO - Reafirmo a V.Exa. essa disposição. Enquanto for mantida a adimplência das condições compactuadas pela Mesa, pelo Democratas, também da mesma forma, não procederemos à obstrução da votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu gostaria também de consultar os Líderes, não em função de nenhuma pressa, de nenhum, vamos dizer assim, impedimento de que falem todos os Deputados. Há pouco, o Deputado Onofre Santo Agostini registrou aqui que gostaria de discutir a matéria.

Deputado Onofre, eu gostaria de dizer a V.Exa. que há sobre a mesa uma lista de oradores inscritos a favor e contra a matéria. V.Exa. pode se inscrever. (Pausa.) Já está inscrito?

Portanto, vamos passar à folha de inscrição dos oradores a favor da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Estamos no processo de discussão do Projeto de Lei nº 2.330-A.

Documento 111/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9072		PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Conveniência da redução do número de parlamentares inscritos para discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), tendo em vista acordo para votação da matéria.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Essa lista foi feita numa hora, na semana passada, em que iria haver certamente um embate muito maior do que haverá hoje. Portanto, não há, acredito, mais a necessidade da discussão tão extensa, porque os Srs. Deputados já têm pleno conhecimento a respeito dessa matéria. E aqueles assuntos que ainda não estão de acordo, vão para votação nominal como destaque.

Por isso é que eu entendo que nós poderíamos e deveríamos avançar nessa etapa.

Documento 112/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9072		SIBÁ MACHADO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Proposta de procedimento para discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), visando à agilização da votação da matéria.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu vou nessa mesma direção, fazendo apenas uma ressalva. O Deputado Santo Agostini gostaria de se expressar, na tribuna, sobre a matéria. Então, a gente concederia, se V.Exa. permitir, um a favor e um contra, sem nenhum prejuízo. E em seguida a gente poderia seguir o procedimento que foi feito no acordo com todos os Líderes, com o Presidente em exercício, Marco Maia, e com V.Exa.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Eu sugeriria, em vez de um, três, Deputado, em vez de um, três oradores a favor e três contra.

O SR. SIBÁ MACHADO - Três a favor e três contra, nós somos a favor.

Documento 113/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9072		VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Discordância do PSDB com a proposta de redução do número de parlamentares inscritos para discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, gostaria de me manifestar como Vice-Líder da bancada do PSDB e dizer que não concordamos com esse procedimento. Esperamos que seja mantida a lista.

Eu, inclusive, tenho a minha assinatura para me manifestar contrariamente e gostaria que fosse mantida a lista do ponto de vista regimental para a discussão desse projeto, até porque, Sra. Presidente, essa lista foi feita na abertura da discussão do projeto, portanto, ela está plenamente respaldada pelo Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. está inscrito para falar contrário e pela sugestão do Plenário são três. V.Exa. seria um deles. Como V.Exa. contesta - e é o único a contestar - poderia ficar entre os que falariam contra.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - O segundo para falar a favor, um é o senhor, o segundo a falar a favor... São três inscritos a favor, três contra. O segundo a falar a favor, por favor.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, eu gostaria de manifestar a minha posição contrária a esse entendimento e de saber se V.Exa. vai manter essa sua opinião apesar da discordância de uma Liderança na Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu estou ouvindo as Lideranças que estão no plenário, Deputado Macris. V.Exa. foi o único que discordou.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Eu estou falando pela bancada do PSDB. A manutenção da lista do ponto de vista regimental deve ser mantida.

Documento 114/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9072

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de redução do número de parlamentares inscritos para discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sra. Presidente, claro que não sou o Líder aqui, mas até concordo com a opinião dos Deputados Sibá Machado e Pauderney Avelino de que se falem três a favor e três contra, só permita que fale o baixo clero também, porque só o alto clero fala aqui, então que se coloque um do baixo clero para falar.

O SR. SIBÁ MACHADO - Sra. Presidente, nós não queremos...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Gostaria que fosse encaminhado um requerimento à Mesa para que eu pudesse colocar em votação.

Documento 115/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9073

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiz uma indagação da tribuna - e quero agradecer à ilustre Presidente - para que, enfim, o baixo clero pudesse manifestar sua opinião, porque até agora, Deputados, só tem falado o alto clero. Para o baixo clero conseguir externar sua opinião é a coisa mais difícil do mundo.

Por isso, quero cumprimentar V.Exa. por ter dado oportunidade para o baixo clero também falar.

Eu quero dizer que eu sou a favor da Lei da Copa do Mundo. Acho-a muito importante para o Brasil.

Embora discorde de muita coisa da Lei da Copa, Sra. Presidente, o povo brasileiro precisa saber que se investe uma verdadeira fortuna nos Estados que vão sediar a Copa do Mundo. E os Estados que não vão sediá-la ficam chupando dedo. Os recursos são brasileiros!

Vou citar um exemplo fácil para o povo brasileiro entender. Como é que vai ficar o Estádio Nacional Mané Garrincha, cujo valor é de aproximadamente 1 bilhão de reais? Agora mudaram o nome do estádio. Eu acho uma afronta, um desrespeito a um grande jogador futebol. Eu não sou do Botafogo, mas, na minha opinião, temos de reconhecer que ele foi o maior jogador que o Brasil já teve. Prestaram-lhe uma homenagem, dando o nome de Mané Garrincha a um estádio e agora simplesmente retiram o nome dele.

Eu acho isso uma afronta, uma vergonha! Com muito custo, depois de haver um movimento contra da população, Srs. Deputados, para que o estádio voltasse a ter o nome de Mané Garrincha, parece-me que esse Governador vai colocar o nome do estádio de Estádio Nacional Mané Garrincha. Na condição de torcedor de futebol, sinto-me ofendido por tirarem o nome do maior jogador de futebol do Brasil de um estádio.

Mas o que eu não concordo, Deputado Inocência, é que nos Estados em que se realiza a Copa do Mundo se invista uma fortuna. Esse estádio, Deputado Avelino, vai custar o investimento da ordem de 1 bilhão e, depois da Copa do

Mundo, vai servir para quê?

Agora, os pequenos Estados, como o meu Estado de Santa Catarina, que precisa de duplicação das rodovias 470, da 282, conclusão da BR-101, recebe banana para o povo catarinense. Em compensação, investe-se verdadeiras fortunas nos estádios dos Estados que realizam a Copa do Mundo.

Vou votar a favor da lei, mas vou votar a favor da emenda que exclui a venda de bebida alcoólica nos estádios. Sou autor de uma emenda, e voto favorável ao projeto da Lei da Copa, todavia, voto pela emenda que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros.

A UEFA, há duas semanas, proibiu a venda de bebidas alcoólicas nos estádios europeus. Por que nós aqui somos obrigados a aceitar? Vai-se vender bebidas nos estádios, e os jovens e menores de idade vão beber, por que como se vai proibi-los de beber?

Por via de consequência, somos favoráveis à Lei da Copa, temos de votá-la urgentemente, mas sou favorável à eliminação da autorização da venda de bebida alcoólica.

Obrigado, Sra. Presidente, pela gentileza de V.Exa.

Documento 116/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9074		FELIPE BORNIER-PSD -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei 2.330 de 2011, a respeito da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, e 7.722, de 2010, acerca da decretação de feriado nacional nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol.

O SR. FELIPE BORNIER (PSD-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.)
- Nos termos do art. 95 do Regimento Interno, levanto questão de ordem a respeito do art. 142 que versa sobre a possibilidade de tramitação conjunta de proposições.

O parágrafo único do citado artigo dispõe que a tramitação conjunta só será deferida se solicitada antes de a matéria entrar na Ordem do Dia.

Pois bem, apresentei em 13 de março do corrente ano o Requerimento nº 4.589, de 2012, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, Lei Geral da Copa, ao Projeto de Lei nº 7.722, de 2010, de minha autoria, que altera a Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, para determinar que, durante as edições da Copa de Mundo de Futebol organizadas pela Fédération Internationale de Football Association - FIFA, serão feriados nacionais os dias em que houver jogo da Seleção Brasileira masculina de futebol.

Nota-se claramente, Sra. Presidente Rose de Freitas, que o requerimento em questão foi tempestivamente apresentado, ou seja, antes de a matéria ingressar na Ordem do Dia do plenário desta Casa. Cumpre a V.Exa., antes de o Plenário iniciar a discussão da Lei Geral da Copa, decidir sobre o requerimento de apensação apresentado.

O mérito da apensação é tão flagrante, Sra. Presidenta, que o próprio Relator da

matéria, o nobre Deputado Vicente Candido, apresentou Requerimento nº 4.034, de 2011, solicitando a tramitação conjunta das proposições.

Assim, Sra. Presidenta, requeiro a V.Exa. o deferimento imediato da presente questão de ordem para apensar o Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, ao Projeto de Lei nº 7.722, de 2010.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Felipe Bornier, a questão que V.Exa. levanta poderia ser tratada antes da Ordem do Dia. Infelizmente, agora não posso fazê-lo. E explico a V.Exa. que o Presidente Marco Maia não o fez por entender que se tratava de uma questão pontual, diferentemente da Lei Geral da Copa. Foi esse o entendimento. Ele não indeferiu, nem deferiu. Ele simplesmente não despachou. E, neste momento, em que V.Exa. faz esse requerimento, eu não posso atendê-lo porque já estamos em plena Ordem do Dia.

O SR. FELIPE BORNIER - Mas não é questão de Ordem do Dia. Primeiro, que essa apresentação é tempestiva, porque ela foi datada no dia 13 de março de 2012. E também esse projeto foi o primeiro projeto do Congresso Nacional que trata sobre as regras de realização de uma Copa do Mundo. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Entendo o que V.Exa. está colocando. Ela não era intempestiva antes e o Presidente não a respondeu por entender que era uma questão pontual.

Agora ela é intempestiva. Neste momento o é e eu não posso, infelizmente, deferir o pleito de V.Exa.

Documento 117/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9075	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos iniciando agora o processo de discussão da Lei Geral da Copa. Nesse processo o grande debate que se faz em âmbito nacional é sobre se devemos ou não liberar a bebida alcoólica nos estádios durante a Copa.

Esse é o grande debate, e precisamos nos conscientizar de que estamos tratando de uma questão das mais importantes neste País, que é o movimento que se faz de utilização ou de uso cada vez maior, da excessiva presença do uso do álcool na sociedade brasileira.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, a par de toda preocupação que este Plenário começa a ter em relação a isso, convergente com o interesse

da sociedade brasileira, está aqui, nessas quase 400 páginas de um trabalho que este Congresso Nacional fez, que precisa e deve ser conhecido detalhadamente por todos os Srs. Deputados, uma vez que já o foi pelos Deputados que participaram da Comissão Especial que estudou as causas e consequências do consumo abusivo de álcool no nosso País, mais de 25 Deputados de vários partidos. E é necessário ser conhecido, porque é dramática a situação que nós vivemos no País hoje em relação ao excesso do uso do álcool.

Temos consequências sérias. Em mais de 30 audiências públicas - foi apresentado ainda ontem o relatório final, aprovado pela Comissão - falamos sobre as causas do aumento do uso do álcool, sobre o impacto na sociedade, sobre a comercialização, sobre a propaganda, sobre as consequências de violência contra mulher, criança e idoso, sobre as consequências no trânsito, sobre a prevenção e também sobre o tratamento.

Temos dados e estatísticas nesse calhamaço de informações que trouxemos. Em 10 meses de discussão nessa Comissão, andamos pelo Brasil ouvindo especialistas, médicos, psiquiatras, ONGs, Governos, e chegamos a uma conclusão dramática: há necessidade, tal qual ocorre com o tabaco e o fumo, de estabelecermos algumas restrições para o uso da bebida alcoólica em nosso País.

O País está ficando doente. Hoje, 10% da população está num nível elevadíssimo do uso de álcool. Temos crianças e adolescentes - por pesquisas trazidas na nossa Comissão, informações levantadas pelo próprio Governo - que começam a partir dos 11 de idade a consumir bebida alcoólica.

Temos dados e informações sobre a questão da Previdência. No ano de 2010, 13 mil pessoas tiveram transtornos mentais e comportamentais por uso de álcool e foram afastadas, criando um sério problema para a sociedade brasileira, criando um gasto e um peso extraordinário para a sociedade. Os poderes públicos dão muito mais razão às drogas ilícitas, como o *crack* e a cocaína, do que à droga lícita, que é o álcool, que é a porta de entrada de todas as outras drogas no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, é o momento de não darmos um recado de retrocesso para a sociedade. Já temos uma legislação que proíbe o uso do álcool nos estádios. Queremos manter essa legislação. Estamos apresentando uma emenda para manter no texto a proibição expressa do uso do álcool, mantendo a legislação que já temos no País.

Muito obrigado.

Documento 118/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9075	ROSE DE FREITAS (PRESIDENTE)-PMDB -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Indefere, por intempestiva, a questão de ordem do Deputado Felipe Bornier em que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei 2.330 de 2011, a respeito da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, e 7.722, de 2010,

acerca da decretação de feriado nacional nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Felipe Bornier, a questão que V.Exa. levanta poderia ser tratada antes da Ordem do Dia. Infelizmente, agora não posso fazê-lo. E explico a V.Exa. que o Presidente Marco Maia não o fez por entender que se tratava de uma questão pontual, diferentemente da Lei Geral da Copa. Foi esse o entendimento. Ele não indeferiu, nem deferiu. Ele simplesmente não despachou. E, neste momento, em que V.Exa. faz esse requerimento, eu não posso atendê-lo porque já estamos em plena Ordem do Dia.

O SR. FELIPE BORNIER - Mas não é questão de Ordem do Dia. Primeiro, que essa apresentação é tempestiva, porque ela foi datada no dia 13 de março de 2012. E também esse projeto foi o primeiro projeto do Congresso Nacional que trata sobre as regras de realização de uma Copa do Mundo. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Entendo o que V.Exa. está colocando. Ela não era intempestiva antes e o Presidente não a respondeu por entender que era uma questão pontual.

Agora ela é intempestiva. Neste momento o é e eu não posso, infelizmente, deferir o pleito de V.Exa.

Documento 119/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9076		SIBÁ MACHADO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, tenho acompanhado de perto todo esse debate sobre a Lei da Copa. Em primeiro lugar, eu quero parabenizar o Relator dessa matéria, o Deputado Vicente Candido, que tem sido uma pessoa bastante atenciosa sobre o assunto, que ouviu todas as partes: as pessoas que estão discutindo esse assunto por convicção religiosa, por outras convicções e aquelas que estão debatendo este assunto por puro propósito político.

Assim sendo, quando o Presidente Lula debateu a vinda da Copa do Mundo de 2014 para o nosso País, foi dado um "sim" do Presidente.

Quando, no nosso relatório, segundo o Deputado Vicente Candido, coloca-se o assunto de se ter a bebida alcoólica nos estádios durante os jogos da Copa, em primeiro lugar, são 30 dias de evento entre o primeiro e o último jogo; em segundo lugar, é de interesse da Presidente da República, de toda a nossa bancada, da base do Governo e principalmente do Relator, mas foram colocadas

coisas no texto que a FIFA não queria. Foi colocada a obrigatoriedade de haver, no mínimo, 300 mil ingressos para serem vendidos pela metade do preço para as pessoas que jamais teriam oportunidade de assistir a um jogo de Copa do Mundo. São os estudantes, principalmente aqueles que são beneficiados pelos programas PROUNI, Melhor Idade, ou seja, as pessoas vinculadas aos programas sociais do Governo, especialmente o programa Bolsa Família, e tantas outras situações que jamais a FIFA pretendeu. Como tal, não é esse o nosso entendimento.

Eu quero lembrar que acabo de conversar com o Deputado Paulo Pimenta, que está disposto a colocar um assunto importante e provocativo neste debate - então, vamos avançar na discussão -, que é retirar, doravante, a propaganda, o comercial dos meios de comunicação sobre bebidas alcoólicas.

Se é para avançar, para radicalizar, então, vamos à raiz do problema, como foi feito com o tabagismo e com outras situações. Assim sendo, parabenizo agora também o Deputado Paulo Pimenta.

Sra. Presidente, parabenizo mais uma vez o Relator, parabenizo o entendimento que foi tido ontem com V.Exa. e com o atual Vice-Presidente da República em exercício, Deputado Marco Maia, de votarmos hoje a Lei da Copa. Assim, respeitamos os destaques da Oposição. Estamos prontos para votar o texto integral apresentado pelo Deputado Vicente Candido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 120/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9076	RONALDO CAIADO-DEM -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, conseguimos, através do entendimento, produzir uma pauta para esta Casa, exatamente com o objetivo de mostrar que esta Casa sabe administrar seus problemas e definir o que é prioritário sem cumprir nenhuma imposição vinda do Executivo.

Num gesto do Presidente da Casa, da atual Presidenta Rose e dos demais Líderes, chegamos a uma pauta produtiva. Hoje vamos discutir um assunto importante, que é exatamente a Lei Geral da Copa, mas, no mês de abril, vamos concluir talvez o projeto mais importante desta Legislatura que tramita na Casa há 7 anos: o Código Florestal.

Objetivamente, sobre a pauta de hoje, quero deixar clara nossa posição em relação a um tema apaixonante, sem dúvida alguma, que é o futebol. Nos próximos anos, haverá o acontecimento, em 2014, da Copa do Mundo.

Já sabíamos do retardo do Governo no atendimento a todas as questões ligadas à infraestrutura, à mobilidade urbana, à infraestrutura dos estádios, tudo isso

sendo deixado de lado, procrastinado, empurrado com a barriga e relatórios da FIFA, a cada momento, dizendo o quanto o Brasil estava deixando de cumprir um cronograma. Depois de vários incidentes e da ameaça do Secretário-Geral, que, de uma maneira grosseira, ameaçou um chute no traseiro do Governo brasileiro, resolveram priorizar o tema.

Quando falamos que somos contrários ao projeto, não somos contrários à Copa, mas a um projeto que, sem dúvida nenhuma, vai dar margem para muita discussão, que é o que estamos fazendo aqui hoje. A nossa posição será contrária e com destaques em vários pontos, mas principalmente em relação à nossa posição contrária à liberação da bebida alcoólica nos estádios.

Nós já votamos aqui o Estatuto do Torcedor. Já definimos essa matéria. O Ministério Público Federal já mostrou a esta Casa, com estatísticas, com todos os levantamentos feitos em vários estádios, que realmente diminuimos a violência não só nos estádios, mas também no entorno dos estádios. Não há como recuarmos dessa posição por uma imposição de uma cervejaria ou da FIFA num País que sabe apreciar o futebol, mas não quer ver aqui um retrocesso para a violência.

Concluo colocando a nossa posição contrária a vários itens.

Documento 121/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9077

BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, colegas Deputados e Deputadas, o Brasil, além das Olimpíadas, da afirmação histórica de ter sua participação nas Copas, vai sediar a Copa, um esforço do Governo brasileiro.

Lembro muito bem das manchetes à época, quando o Presidente Lula, o Ministro, todas as organizações no Brasil que admiram, que estimulam o esporte, que queriam que o Brasil pudesse se preparar, aquilo que vem junto com o esporte, solicitaram, em âmbito internacional, que a Copa fosse realizada no Brasil.

Quando falamos do esporte, estamos falando dessa grande integração que existe e movimenta as pessoas, para o lazer, para a boa prática esportiva, mas, também, outras atividades que acontecerão no Brasil em função da vinda da Copa.

Quero destacar dois elementos importantes. Precisamos dotar de infraestrutura o nosso País no que se refere aos aeroportos, às rodovias, às cidades, ao setor de gastronomia, ao setor hoteleiro. O fato de tomarmos a feliz decisão, em âmbito internacional, para que o Brasil pudesse abarcar a realização da Copa, um conjunto de atividades econômicas passaram a se desenvolver, para trazermos essa infraestrutura, que ficará como benefício para a Nação brasileira e o seu

povo.

Além disso, a segunda atividade que passará a receber estímulo extraordinário é o turismo. Com a Copa, estaremos trazendo turistas, dando oportunidade de visitação, rentabilidade e desenvolvimento.

Nós demos condições de, nessas negociações com a FIFA, ter a meia-entrada - essa foi a negociação que o Brasil fez - para os nossos estudantes. Esse elemento fundamental não estava posto no início das negociações. As pessoas da melhor idade, os idosos, também passarão a ter, nesses acordos, nessas negociações, presença nos estádios, para assistir a esse grande espetáculo que é a Copa do Mundo.

Portanto, esse elemento que aqui passou a ser o entrave para votarmos, apreciarmos isso que a Nação brasileira quer está reduzido a apenas um aspecto: o tema da liberação da bebida durante a realização dos jogos. O que vamos apreciar aqui não ferirá em nada o Estatuto do Torcedor, não ferirá em nada o tema da Lei Seca.

O rigor que será feito em relação àqueles que cometerem qualquer abuso, estamos abrindo a excepcionalidade, apenas essa questão, a excepcionalidade durante a realização dos jogos da Copa.

É esse exatamente o encaminhamento que estamos fazendo, favorável, para que tenhamos a Copa, tenhamos toda essa possibilidade da afirmação do Brasil num esporte amado pela população.

Que possamos aprovar a matéria, exatamente para dar essa tranquilidade à realização da Copa no Brasil, por todo significado que ela vem trazer para a economia, o lazer, a integração, porque todos nós lutamos para que ela fosse no Brasil.

Muito obrigado, Presidenta.

Documento 122/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9077		PAULO PIMENTA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de apoio à Emenda Aditiva 61 ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), acerca da proibição de propagandas de bebidas alcoólicas .

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, enquanto a Deputada se dirige à tribuna, eu só queria fazer um registro e pedir aos Líderes apoio para a Emenda Aditiva nº 61, de minha autoria, que trata desse tema não de forma conjuntural, mas de forma estrutural. É uma emenda que resgata o projeto original que chegou nesta Casa quando foi proibida a publicidade do cigarro no Brasil e que proibia também a propaganda da bebida. Naquela época esta Casa optou por colocar uma vírgula no projeto e permitir que a publicidade, especialmente da cerveja, continuasse até hoje na tevê brasileira.

A Organização Mundial da Saúde apontou recentemente que a principal causa

de morte de jovens no mundo é o trânsito e que a restrição da publicidade é a principal medida para reduzir o número de morte de jovens no trânsito.

A Emenda nº 61 trata disso e propõe aprovarmos aqui uma emenda que proíbe a publicidade da cerveja, da bebida no Brasil, não como uma medida conjuntural em 30 dias, mas como uma ação definitiva.

E peço apoio a todos os Líderes para que possamos aprovar hoje, aqui, a Emenda nº 61, proibindo a publicidade e propaganda da bebida na televisão brasileira.

Documento 123/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9078

CARMEN ZANOTTO-PPS -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Deputada Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, meu Líder Deputado Rubens Bueno, em nome de quem quero agradecer a oportunidade que a bancada do PPS, o meu partido, está me dando na condição de Vice-Líder do PPS nesta Casa durante essas discussões.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a matéria que hoje vamos votar é relevante, sim, para o Brasil. Não somos contra a realização dos jogos da Copa do Mundo nem da Copa das Confederações, porém, senhoras e senhores, não podemos e não devemos, sob pena de a população brasileira não conseguir entender o porquê de o Estatuto do Torcedor, no art. 13-A, estar sendo liberado durante o período desses jogos... Por que estará sendo liberado? Porque o art. 13-A é muito claro quando diz portar ou consumir bebidas que possam gerar a violência.

O Ministério Público e a Polícia Militar mostram para nós a sua avaliação como positiva à proibição de bebidas durante os jogos.

A violência nos estádios reduziu. Alguns estudos apontam uma redução de 70% a 90%. Isso é fruto da proibição do comércio e do consumo de bebidas alcoólicas dentro dos estádios.

Por que então esta Casa vai retroceder? Retroceder, quando a Organização Mundial da Saúde mostra que o álcool mata mais do que a AIDS e a tuberculose; retroceder, quando nós sabemos que a violência doméstica está associada ao consumo do álcool; mais ainda, senhoras e senhores, quando o Governo Federal, o Governo do então Presidente Lula, encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 2.733, de 2008, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que trata das restrições ao uso e à propaganda de produtos, entre eles a bebida alcoólica.

Os Srs. Ministros da época - entre eles José Gomes Temporão, a quem eu muito respeito, que não pensa diferente do atual Ministro da Saúde - colocam na exposição de motivos o seguinte teor: "*São de extrema relevância, também, os*

dados do Ministério da Saúde apontando que no Brasil, triênio 1995-97, o alcoolismo ocupava o quarto lugar no grupo das doenças incapacitantes".

"Incapacitantes", senhores! Quantas pessoas chegam às emergências dos hospitais vítimas de acidentes causados pelo consumo de bebidas alcoólicas?

Então, como profissional da área da saúde, como enfermeira, quero fazer um apelo: que o poder econômico e a soberania nacional sejam respeitados, não se alterando o Estatuto do Torcedor. Que esta Casa respeite isso, em nome da qualidade de vida da população brasileira e da segurança.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 124/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9078		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Presidenta Rose de Freitas, colegas Deputados, estou no sexto ano de atividade parlamentar no Congresso e há 5 anos venho me dedicando à Comissão de Turismo e Desporto. Tive oportunidade de presidir a Comissão ao longo desse tempo. No atual momento, na condição de Primeiro Vice-Presidente,, ao lado do Presidente José Rocha e de toda a formação desta Comissão. Quero falar sobre a importância e a oportunidade para o Brasil que é a realização da Copa do Mundo de futebol, em 2014. Não podemos desperdiçar. Atrevi-me a escrever um artigo dizendo que a Copa do Mundo no Brasil é o pênalti que o Brasil não pode errar. Nesse sentido, trabalhamos há muito tempo, inclusive como membro Comissão que elaborou a Lei Geral da Copa.

Ocupamos a tribuna para nos manifestar a favor, porque os avanços que conseguimos, ao longo do debate, são expressivos: 300 mil ingressos populares para Copa do Mundo de 2014; 50 mil ingressos para a Copa das Confederações. São ingressos da ordem de 25 dólares, próximos de 45 reais. Não chegam a 50 reais. É uma conquista.

Quem tem acesso a esses ingressos? As pessoas com idade acima de 60 anos, respeitando o Estatuto de Idoso.

Quem tem, também, acesso? Os nossos estudantes, com suas carteiras devidamente habilitados, também terão acesso para a obtenção desses ingressos.

Vejo aqui o meu Líder do Partido Progressista, Deputado Arthur Lira. Nós discutimos no Partido Progressista e estamos contribuindo para melhorar a Lei Geral da Copa.

Também as pessoas em condições sociais desfavorecidas, como da Bolsa Família, estão incluídas nesse acesso.

No que se refere ao turismo, o texto que vinha do Governo não o contemplava de forma identificada. Estamos aí aprovando os vistos eletrônicos para facilitar

não só o turismo na época da Copa do Mundo, mas também viabilizar para que tenhamos, cada vez mais, turistas estrangeiros no Brasil.

Portanto, a Lei Geral da Copa está melhorando, dando uma excelente contribuição para alavancarmos o turismo brasileiro. São 12 cidades-sedes, 12 estádios. Mas também queremos deixar um legado para o futebol.

Quero cumprimentar o Relator Vicente Candido e também o Presidente Renan Filho desta Comissão e os demais membros. É de minha iniciativa o que consta no art. 30. Lá foi incluído que dos lucros da FIFA no Brasil tenhamos investimento na formação dos atletas. Estamos buscando, quem sabe, de 5 a 10% do lucro com a venda dos ingressos, dos direitos de imagem e de transmissão, porque precisamos construir os Centros de Treinamento - CTs e aí formarmos os nossos jovens e não deixá-los ir para o descaminho das drogas, a exemplo da pedra do *crack*.

Precisamos realizar uma Copa com competência, melhorando, buscando também, com esses rendimentos, viabilizar a construção dos centros de treinamento para os pequenos e médios clubes do Brasil, estruturando o futebol. Aprovamos aqui a reformulação da Lei Pelé, que reconhece os clubes formadores. Portanto, existe lei âncora.

Antes de finalizar, gostaria de mostrar o relatório do Tribunal de Contas da União, que está fazendo o acompanhamento. É importante essa fiscalização em tempo real.

Portanto, vamos realizar uma grande Copa. Há necessidade de aprovarmos, sim, esse texto que,, consequentemente, dá garantias da realização de uma grande Copa do Mundo no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 125/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9079	ROSE DE FREITAS (PRESIDENTE)-PMDB -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Indeferimento do Requerimento 4.589 de 2012 de tramitação conjunta dos Projetos de Lei 2.330 de 2011, a respeito da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, e 7.722, de 2010, acerca da decretação de feriado nacional nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu gostaria que usassem apenas um minuto, porque o Deputado Felipe Bornier fez o seguinte requerimento à Mesa: *"Requeiro, nos termos do art. 114, § 4º, que haja observância ao dispositivo regimental quanto ao silêncio da Presidência da Câmara dos Deputados ao não respeitar o Requerimento nº 4.589, de 20/12, de sua autoria. Sala das sessões, 28 de março, de 2012"*.

O Deputado Felipe Bornier assina o requerimento.

Eu esclareci ao Deputado que não estava em tempo, por ter começado a Ordem do Dia, e o Presidente, por achar que era uma matéria restrita e pontual, não a

deferiu. Mas agora, face ao requerimento de V.Exa., eu tenho que deferir ou indeferir, e vou indeferir-lo, dizendo que, em função da urgência dessa matéria que estamos em votação e o de V.Exa. não ter urgência, eu faço o indeferimento nesta presente sessão.

Documento 126/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9079		SILVIO COSTA-PTB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de verificação da veracidade de matéria veiculada pela Internet, a respeito da intervenção no Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de Futebol de 2014 pela Federação Internacional de Futebol - FIFA.

O SR. SILVIO COSTA (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, está circulando aí uma notícia nos *blogs* de que a FIFA acaba de fazer uma intervenção no Comitê Organizador da Copa em nosso País. Eu nunca me meti muito nessa história de Copa, porque acho que um negócio que tem Ricardo Teixeira e Blater no meio, não pode dar certo. Esse negócio não é limpo.

Então, antes de votar a Lei Geral da Copa, esta Presidência deveria se informar se é verdade que a FIFA fez esse tipo de intervenção, para que esta Casa possa dar uma resposta. É uma questão de altivez do País.

Documento 127/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9080		JOSÉ ROCHA-PR -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inconsistência de matéria sobre a intervenção da Federação Internacional de Futebol - FIFA no Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, não é verdade. Não há intervenção alguma da FIFA no COL. Não há nenhuma intervenção. É que a FIFA ampliou os membros do Poder Executivo, mas nada referente ao COL.

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9080	ANTONIO CARLOS MENDES THAME-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Alteração do manual de segurança da Federação Internacional de Futebol - FIFA, após o compromisso assinado pelo Brasil no tocante à venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros. Posicionamento do orador favorável ao cumprimento da legislação brasileira a respeito do assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador) - Sra. Presidenta, Sras e Srs. Deputados, nós temos conhecimentos de inúmeras pesquisas científicas, todas elas, 100%, indicando que há uma correlação entre ingestão de bebida alcoólica, beber bebida alcoólica, e uma distorção conectiva.

Que história é essa de distorção conectiva? Distorção conectiva é uma queda de percepção. É uma distorção na percepção. É uma incapacidade de reação ou uma reação lenta; a pessoa não consegue reagir normalmente, não consegue ter o raciocínio rápido. É um déficit de atenção. Distorção conectiva é dificuldade para tomar decisões. É uma série de erros de julgamento. Tudo isso causando uma dificuldade de entrosamento social e gerando violência, aumentando a violência; um estímulo claro à violência.

Portanto, está na gênese, no embrião de homicídios, de suicídios, da violência doméstica, da violência contra as crianças, da violência contra as mulheres, de inúmeros acidentes de trânsito.

Como enfrentar este trágico problema? Com dois pacotes de medidas, dois tipos de políticas públicas: algumas políticas voltadas para o indivíduo, outras voltadas para o ambiente.

Aquelas políticas voltadas para o indivíduo se concentram em educação nas escolas, reeducação das pessoas que bebem, realimentação. Em suma, todas as medidas para que aquela pessoa que era propensa ao álcool deixe de sê-lo.

O que são políticas voltadas para o ambiente? São aquelas voltadas para o local, que proíbem, que dificultam o fornecimento, a disposição de bebidas ao longo das rodovias e nos locais de aglomerações, em *shows*, em estádios, entre os quais os estádios de futebol - estádios de futebol.

Pois bem, as proibições de bebidas em estádios de futebol têm funcionado muito bem. O Estado de Pernambuco, quando instituiu lei estadual proibindo bebida, teve uma queda de 78% nos incidentes lá registrados. Em Minas Gerais, mais ainda: os incidentes registrados nos ambulatórios montados dentro do Estado caíram a quase zero depois que foi instituída lei estadual impedindo a venda de bebidas alcoólicas nos jogos.

São Paulo foi um dos pioneiros em instituir essa lei, e uma lei mais ampla ainda: na hora do jogo, não se pode vender bebida nos botecos, nos bares, naqueles locais no entorno dos estádios.

Mas aí vem a pergunta: o Brasil não assinou acordo com a FIFA, autorizando na hora da assinatura que, para existir a Copa aqui no Brasil, houvesse a permissão da bebida? Não foi isso o que o Brasil, o que o Poder Executivo, em nome do País, assinou com a FIFA? Não é verdade. Mentira! O Brasil não assinou esse compromisso. Por quê? Porque a FIFA, naquela época, proibia bebida, de

acordo com o seu manual de segurança, no art. 19.

Dizia esse artigo que estavam proibidas a venda e a distribuição de bebidas alcoólicas antes e durante a partida, em todas as imediações de estádios. Mais ainda: dizia que uma pessoa sob influência de álcool, uma pessoa alcoolizada, um dipsomaníaco ou, como se diz no popular, um bêbado ou um bebum que fosse encontrado dentro do estádio deveria ser expulso de lá pelas forças da ordem e da segurança. E dizia mais esse art. 19: que as bebidas seriam vendidas somente em copos de plástico. Bebidas... Que bebidas? As não alcoólicas, porque as bebidas alcoólicas estão proibidas. Pois bem, isso é o que dizia o manual de segurança da FIFA no dia 15 de junho de 2007, quando o Brasil assinou o compromisso com ela.

O que diz o compromisso? Diz que não será impedida a venda de produtos das afiliadas comerciais, inclusive alimentos e bebidas. Não diz que são bebidas alcoólicas porque àquela época não era permitido vendê-las. A FIFA as proibia nos estádios - proibia!

Portanto, nós aqui não temos nenhuma preocupação em votar a proibição da bebida. Não há nada que possa ser motivo de constrangimento para nós, uma razão para dizer: *"Ora, estamos desacreditando, estamos desautorizando o Presidente da República"*. De forma nenhuma!

Só dois anos depois, em 2009, é que a FIFA alterou seu manual de segurança para permitir bebidas alcoólicas e, com isso, aumentar o seu patrocínio. Por razões puramente econômicas, mercadológicas, facilitou a venda da bebida alcoólica.

Portanto, hoje nesta Casa não podemos ficar de joelhos e rasgar a nossa legislação para autorizar, sem nenhuma necessidade, a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Vamos colocar em primeiro lugar a saúde e a segurança do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 129/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9081		ROMÁRIO-PSB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Divulgação, pela Agência Reuters, de matéria sobre a participação do Comitê Executivo da Federação Internacional de Futebol - FIFA no Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Necessidade de discussão do assunto pela Casa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco/PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, nobre colega.

Sra. Presidente, gostaria de saudar, primeiramente, todos os meus nobres colegas e de fazer aqui uma colocação bem interessante. Acabou de sair na Internet uma notícia que acompanha a ideia do nobre colega Deputado Silvio Costa. A agência *Reuters* anunciou que a FIFA incluiu seu Comitê Executivo inteiro no órgão organizador da Copa do Mundo, ou seja, no COL.

"No intuito de sublinhar a importância do Mundial para a entidade máxima do futebol, o Comitê Executivo da Fifa agora fará parte, pela primeira vez, do fórum

deliberativo que é responsável por monitorar e organizar cada edição do principal torneio da Fifa', disse a entidade em comunicado nesta quarta-feira."

Eu, particularmente, não só como brasileiro, mas como Parlamentar, acho que esta Casa poderia se inteirar melhor do que representa essa notícia.

Muito obrigado.

Documento 130/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9081

LINCOLN PORTELA-PR -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Deputada Rose de Freitas por cartão encaminhado ao orador por discurso proferido por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Repúdio a interferências externas na legislação brasileira. Protesto contra a não liberação, pela Caixa Econômica Federal, de recursos de emendas orçamentárias do Parlamentar em benefício do Município de Corinto, Estado de Minas Gerais. Gerais. Posicionamento do orador favorável à proibição de venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, em primeiro lugar, quero agradecer publicamente o cartão que V.Exa. me enviou por um pronunciamento em relação ao Dia Internacional da Mulher. Sempre gentil, competente, são coisas assim que a fazem crescer. V.Exa. estreita o relacionamento da Casa com a própria Mesa e com sua pessoa também. Parabéns. Muito obrigado.

Em segundo lugar, Sra. Presidenta, quero me manifestar aqui como Líder, pela última vez falando nesse assunto, porque quem vai fazer a defesa dessa matéria é o Deputado Anthony Garotinho e o Deputado Ronaldo Fonseca. Mas eu precisava me expressar para dizer que vamos liberar a bancada no destaque das bebidas, apesar de ser signatário do requerimento em que falarão seis Parlamentares a favor e seis contra, já que seis partidos estão trabalhando nesse contexto.

A minha questão não é tão somente a da bebida em si, mas a do mérito. No mérito, como já disse - e não posso deixar de repetir -, o Brasil não é colônia de organização internacional. Não podemos ferir leis brasileiras em detrimento de outros acordos. Em hipótese alguma, poderei eu me conformar com alguma coisa que, na minha avaliação, fere a nossa soberania.

Sra. Presidente, quero aproveitar para deixar clara a minha posição de ontem, quando falei da questão da chantagem e do respeito mútuo desta Casa para com o Governo e do Governo para com esta Casa.

Para se ter uma ideia - e eu citei a questão do pagamento, do cumprimento da Lei Orçamentária -, estão nas galerias representantes da Câmara Municipal de Corinto: são nove Vereadores, mais o Prefeito Niltinho, mais Secretários Municipais. Toda a representatividade da cidade de Corinto, onde tive 1.600 votos, está presente, Sr. Presidente. Estão presentes por quê? Vieram buscar recursos para o seu Município. A Câmara completa se encontra aqui: a Oposição e a Situação, juntamente com o Prefeito.

Mas por que eles vieram aqui e, publicamente, estou fazendo esta menção, Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares? Porque temos emendas ali desde o ano de 2009, cujas obras já foram feitas, no valor que ultrapassa 1,5 milhão de reais. Vejam bem, 1,5 milhão de reais. As obras foram realizadas, e as empresas que as executaram não podem ser pagas pela Prefeitura porque o dinheiro não é liberado. Está na Caixa Econômica Federal fazendo lá não sei o quê e não é liberado. Um milhão e meio.

Agora, como fica a situação desse Prefeito diante da sua cidade? Como é que fica a situação desses Vereadores que vêm buscar recurso aqui? Calote? Ora, é isso que estamos propondo? Que as nossas cidades tomem calote? Em hipótese alguma, Sr. Presidente.

É por essa razão que ontem fiz um pronunciamento referindo-me à questão da chantagem e o faço agora como Parlamentar independente. É o meu posicionamento. Não me chamem de chantagista porque eu dou o troco da mesma forma.

Eu aprendi a fazer oposição há 9 anos. Estou aqui há 12 anos e não quero fazer isso. Eu estou me mantendo numa posição de independência. Assim como querem respeito, respeitem também cada Parlamentar individualmente.

Agora, propor calote, deixar que o Prefeito seja visto como uma pessoa que não usa de seriedade para pagar seus compromissos com as empresas porque o dinheiro está preso na Caixa Econômica Federal, isso sim é chantagem conosco. Isso sim é desrespeito. Já não falo pelo partido, mas por mim mesmo, como Parlamentar individual e livre que sou, e contra a bebida alcoólica.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 131/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9082

DEVANIR RIBEIRO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Ponderações sobre a polêmica criada com relação à liberação da comercialização e consumo de bebida alcoólica nos estádios.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que aqui, em sã consciência, nenhum Deputado, nenhuma Deputada gostaria de aprovar qualquer coisa que se relacionasse ao álcool, ao tabagismo, à fome, à fumaça, aos carros que poluem. Devíamos andar todos a pé, porque eles poluem e matam também - matam em acidentes e matam poluindo. Porém, a realidade é outra. Primeiro, o Governo brasileiro concorreu num concurso com outros países do mundo que pretendiam trazer para o seu país esse grande espetáculo. E principalmente o Brasil, como ocorreu em 1950, que agora se empenhou novamente para a Copa do Mundo aqui em 2014.

Ganhamos a parada. Agora, tem as regras do jogo. Por que não olhamos isso antes e não concorremos? Se nós compramos qualquer objeto, temos que prestar atenção antes no que estamos fazendo. Se eu contratar um *show* de

qualquer artista famoso, eu tenho que saber o que ele quer. No caso aqui, os artistas são os jogadores. Aqui no Brasil, em sã consciência, quem não gosta de futebol? Agora, o que eles querem é a propaganda da bebida, não é vender a bebida no estádio. Se falarem que, se não liberarem o álcool, não vai haver Copa, quero ver quem sobe aqui e diz que no Brasil não vai haver Copa em 2014 porque os nobres Deputados e Deputadas acham que a venda de bebida não deve ser liberada. Eu queria ver onde nós iríamos parar. Agora, ficam aqui os contra e os a favor. Gente, nós temos que honrar os nossos acordos. Nós fizemos um acordo com a FIFA. Por que então concorreremos?

Eu fico abismado. Nós temos tantas outras coisas importantíssimas para discutir. Nós estamos aqui com o viário, estamos discutindo São Vicente, estamos discutindo o metrô em nosso Estado, se é monotrilho, o que é, para dar conforto. E agora nós ficamos discutindo isso?

Estou vendo aqui o pessoal do Rio de Janeiro. Vai alguém dizer que no Carnaval não pode vender bebida no Rio de Janeiro. Eu quero ver. Vai dizer que em Salvador não pode vender bebida.

Aqui estão dizendo que as brigas terminaram nos estádios. No último domingo, no jogo entre Corinthians e Palmeira, a briga foi dentro do estádio - mataram a pessoa fora do estádio, mas a briga foi dentro. E lá não tinha bebida. A questão não é essa, da violência para cá e violência para lá.

Todos nós somos contra a violência. E há vários tipos de violência: a fome é uma violência; a pessoa morar na rua é uma violência; a pessoa se embriagar é uma violência contra si mesmo e, muitas vezes, contra o seu próximo; uma pessoa fumar também é violência. Tudo é violência!

A propósito, quero parabenizar o Presidente Marco Maia, que assumiu a Presidência da República e retorna hoje à Presidência da nossa Casa, o que nos orgulha muito.

Eu fico abismado com essa discussão. Nós deveríamos estar seguindo em frente, já poderíamos estar aqui discutindo o Código Florestal, porque esse sim mexe com o Brasil agora, durante e por muitos e muitos anos. Era isso que nós deveríamos estar discutindo.

Agora, dizer que lá não pode vender bebida, gente! As pessoas bebem na entrada do Pacaembu, na entrada do Morumbi, na entrada do Maracanã. Que restrição deve ser feita?

Se nós formos lúcidos, aprovamos aquilo que foi acordado pelo Governo brasileiro com a FIFA. Se não quisermos, devemos dizer: *não vai ter Copa no Brasil, porque nós, do Parlamento, não queremos haja propaganda nem venda de bebida alcoólica nos estádios.*

Documento 132/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9083		RUI PALMEIRA-PSDB -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Defesa da supressão de dispositivo que libera a comercialização e o consumo de bebida alcoólica nos estádios.

O SR. RUI PALMEIRA (PSDB-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente queremos lamentar que daqui a pouco iremos começar a votação da Lei Geral da Copa, sem termos ainda o texto apresentado pelo Relator.

Aliás, o Relator, Deputado Vicente Candido, fez um grande trabalho. Porque se dependêssemos da mensagem original encaminhada pelo Governo Federal, chancelada por vários Ministros, nós teríamos, aí sim, uma verdadeira afronta ao Código de Defesa do Consumidor, à Constituição Federal e à soberania brasileira.

Teríamos, por exemplo, um tribunal de exceção, exclusivo para casos envolvendo a FIFA. O Relator retirou essa mazela do texto. Teríamos aí desrespeito incomensuráveis ao Código de Defesa do Consumidor e à Constituição Federal.

Em relação, Sras. e Srs. Deputados, à bebida alcóolica, o Governo, ao que parece, não tem posição. Ora firmou compromisso com a FIFA para liberar a venda de bebida alcóolica, ora não firmou compromisso, o que mostra a posição confusa e vacilante por parte do Governo em relação a esse tema tão sensível. Daqui a pouco o Governo vai querer obrigar: só assiste jogo quem estiver bebendo e embriagado, tamanha a confusão feita pelo Governo em relação a esse tema.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, nós, do PSDB, apresentamos uma emenda para proibir expressamente a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo. Ou seja, vamos respeitar a legislação vigente em nosso País, vamos respeitar o Estatuto do Torcedor.

A confusão é tamanha que o Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, disse muito bem que o Governo assumiu a posição de avestruz em relação à bebida alcóolica: escondia a cabeça quando a confusão começava a aflorar. Eu vou mais longe: em relação à bebida alcóolica, o Governo não parece tanto um avestruz, parece mais um peru em véspera de Natal. Não é um avestruz, como disse o Governador Cid Gomes, é um peru em véspera de Natal: completamente bêbado.

Muito obrigado.

Documento 133/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9084		CLAUDIO CAJADO-DEM -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Referências elogiosas ao Presidente Marco Maia pela condução do acordo para votação da matéria.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero fazer uma premissa, qual seja parabenizar V.Exa. pelo acordo feito com as lideranças partidárias desta Casa para que pudéssemos discutir

esta matéria no dia de hoje.

Esta é a demonstração de que política se faz com diálogo, cedendo, conversando e, acima de tudo, ajustando os pontos divergentes para que convirjam numa mesma posição. Por isso nós vamos fazer aqui uma lei que pode não ser a melhor, mas, com certeza, é a lei possível neste momento.

Parabéns, Presidente Marco Maia! Acho que V.Exa. poderá na próxima vez não ser convidado, mas convocado a assumir a Presidência se outras crises efluírem no nosso País.

Em relação à Lei da Copa e à utilização de bebida alcoólica, acho que a discussão está mais ou menos equacionada, posto que o Relator deverá colocar no seu parecer que os Estados decidirão sobre esta matéria.

Portanto, eu não vou aqui me deter sobre este ponto.

Quero neste momento ressaltar alguns pontos que considero muito mais importantes, como, por exemplo, a questão do preço.

Não estamos aqui discutindo qual será o preço a ser praticado nos jogos da Copa. Se levarmos em consideração que em nosso País o preço varia de 20 a 30 reais nos jogos de seleção, o menor preço que se está pressupondo para o C4 - as últimas cadeiras, as de pior visibilidade - é de 25 dólares, hoje em torno de 45 a 50 reais, ou seja, quase o dobro do que já se pratica aqui.

Não podemos permitir que a FIFA, isoladamente, de maneira exclusiva, defina os preços dos ingressos. Precisamos também que o Poder Público haja, em parceria com a FIFA, e defina essa questão. Espero que o relatório contemple a nossa sugestão.

Outro ponto seria em relação a danos. A responsabilidade social em qualquer acidente que ocorra com o cidadão, dentro dos estádios, das arenas, não pode ser responsabilidade do Estado. A excepcionalidade é se o cidadão deu causa ao acidente.

Ora, querer imputar ao Estado a responsabilidade de indenizar quem quer que tenha tido algum problema, algum acidente, é inaceitável, até porque esse assunto terá de ser discutido via indenização. Como o Estado pagará isso, se não existe hoje lei específica? Vai ter de ser feito um processo licitatório com seguradoras para assumirem esses riscos e danos? É uma questão que não está clara.

Quero também ressaltar a acessibilidade. Os deficientes não têm hoje condições de presenciar todos os jogos. Foram disponibilizados 300 mil ingressos, mas não se diz se são para todos os jogos, para a primeira fase, para as quartas-de-final ou para a final.

O número de deficientes, de idosos e de estudantes tem de ser definido nas fases. No nosso entendimento, deve ser em todas as fases. Em todos os jogos deverá haver um percentual a fim de que os deficientes, os jovens e os idosos possam ter acesso aos jogos.

É importante também discutir os sorteios. Como serão feitos os sorteios dos ingressos gratuitos que serão distribuídos? Temos que fazer com que haja publicidade, transparência e ampla divulgação em todos os jogos, não apenas nos iniciais e nos de menos importância.

Muito obrigado.

Documento 134/472

059.2.54.O

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9084

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

WALTER FELDMAN-PSDB -SP

ORDEM DO DIA

28/03/2012-16:36

DISCUSSÃO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Críticas ao comportamento arrogante da FIFA.

O SR. WALTER FELDMAN (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, aproveitando a oportunidade, finalmente, do debate que ora realizamos sobre a Lei Geral da Copa, eu não poderia deixar de dar um depoimento testemunhal da experiência que tivemos quando o Secretário de Esportes da cidade de São Paulo, na gestão do Prefeito Gilberto Kassab, constituímos uma Comissão de representantes da Prefeitura da cidade de São Paulo, representantes do Governo do Estado, que se transformou, posteriormente, no Comitê Gestor da Copa, que fez a ponte permanente com a comissão técnica da FIFA, para que pudéssemos avaliar, dentro do caderno de encargos, aquilo que era necessário para que a cidade de São Paulo, o Estado de São Paulo, se adaptasse para receber, de forma adequada e conveniente, se possível, a abertura da Copa do Mundo de 2014.

Quero revelar que foi um período extremamente difícil, do ponto de vista da compreensão de como a FIFA pretendia ver estabelecido em São Paulo, na escolha que fizemos, em primeira instância, do estádio do Morumbi. Levou 2 anos para que a comissão técnica posteriormente se definisse contra a escolha daquele estádio como um estádio que pudesse ser escolhido como em condições adequadas, modernas, de segurança, recepção para a imprensa e os torcedores, para que os jogos até então, não os de abertura, pudessem lá se realizar.

Percebemos desde o início dificuldades na transparência das informações, arrogância na postura do Comitê da FIFA, que se revelou depois no debate que hoje aqui realizamos. Há, quando da disputa de um país para ser uma cidade sede, muita oportunidade para que possamos estabelecer uma relação adequada entre a FIFA e o país que disputa naquela oportunidade. Muitas vezes o país se coloca de maneira muito aberta, sem discutir previamente com aqueles que representam o futebol do seu país, com os governos, os Estados, os Municípios, levando à contradição que neste momento enfrentamos.

Portanto, quero fazer, em primeiro lugar, a revelação dessa postura de arrogância de uma instituição internacional que não compreende a realidade, a cultura, as dificuldades e as barreiras que um determinado país tem para poder se colocar como em condições de fazer aquilo que hoje se revela o maior evento esportivo do mundo.

É evidente que, com a paixão do futebol, todo país gostaria de sediar, porque sabe terá uma visibilidade internacional, espontânea, através da mídia, que o coloca como a grande vitrine. Portanto, revela as suas qualidades, as suas características, a sua cultura e a sua potencialidade, inclusive, para entrar no cenário econômico global.

Neste momento, o PSDB, particularmente nas intervenções feitas pelo Deputado Mendes Thame, pelo Deputado Bruno Araújo e pelo Deputado Vanderlei Macris, manterá a sua posição que foi admitida em 2007: é necessário não levarmos bebidas alcoólicas para dentro dos estádios. Nós manteremos a decisão anterior da FIFA e a manteremos, neste momento, como necessária para se combater aquilo que tem sido um dos maiores problemas do futebol brasileiro, que é a violência nos estádios.

Documento 135/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9085		SANDRO ALEX-PPS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Defesa da supressão de dispositivo relativo à liberação da comercialização e do consumo de bebida alcoólica nos estádios.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. e Sras. Parlamentares, Copa 2014: *"Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo"* - esse é o lema social proposto para este grande evento que o Brasil vai sediar, sem dúvida nenhuma, em 2014, ao qual todos nós somos favoráveis.

Sr. Presidente, permitir a venda de bebidas alcóolicas durante o evento é inaceitável. Na legislação Estatuto do Torcedor consta: *"Não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência"*.

Ouçó muito algumas pessoas justificarem que não podemos prejudicar a Copa, não podemos prejudicar a FIFA. Aqui eu pergunto: será que, com essa inclusão, quem não está sendo prejudicado é o Brasil, que ficará com a responsabilidade da segurança do evento?

Por isso, estamos propondo essa emenda, para que continue prevalecendo no País a nossa legislação, até porque, quando o Brasil assinou o protocolo da Copa, a FIFA proibia a venda de bebida alcóolica em estádios, no ano de 2007. Portanto, este Parlamento tem a obrigação de manter a legislação.

Sr. Presidente, o que também me assusta nessa lei é o INPI adotar um regime especial para os procedimentos relativos a pedidos da FIFA. Isso é inaceitável. Mas acontecerá um evento em 2014. Portanto, eles pedem que esse regime especial seja adotado. Agora a FIFA ficar dispensada do pagamento do INPI? Qual é o brasileiro, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, que tem essa facilidade de, além de ter um regime especial, não pagar o INPI? Também temos uma emenda supressiva nesse caso.

O que me assusta ainda mais é a FIFA ficar isenta de custas e despesas processuais em qualquer instância da Justiça e nos Tribunais Superiores. Nós queremos ver realizada a Copa do Mundo dando alegria aos brasileiros, mas seguindo a legislação brasileira. E aqui eu valorizo muito o Parlamento brasileiro, que dará essa decisão.

Muito obrigado, senhores.

Documento 136/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9085

MÁRCIO MACÊDO-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO**Sumário**

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento único na história recente do País, de poder sediar um dos maiores eventos do Planeta. Consigo ver os investimentos em infraestrutura que servirão para os espetáculos, mas também para o pós-Copa, num processo de redefinição da infraestrutura do País. Esse é um dos momentos que todos os brasileiros devem se orgulhar. E não há nenhum atentado contra a legislação, nenhum arcabouço jurídico do País, é uma lei que vai confirmar a importância desse evento para o Brasil. É fundamental para o País que tenhamos esta votação da Lei da Copa, para que esse evento possa acontecer na plenitude, que possamos mostrar que temos a capacidade de organizar eventos planetários que propiciem desenvolvimento para o País com a realização desse grande espetáculo e mais cidadania aos brasileiros e brasileiras.

Com todo o respeito a quem defende a venda de bebida alcoólica, do fundo do meu coração, mas acho que isso não impede nem incentiva a violência. Nós sabemos que a cultura da bebida alcoólica - eu vou a estádios, sou um desportista - faz parte do divertimento, e não é ela que gera violência ou contratempos, dentro ou fora dos estádios.

Todos sabemos que as pessoas, muitas vezes, ficam bebendo antes e depois do jogo, elas saem para beber. E não é isso que gera violência, nem provoca brigas ou enfrentamentos entre torcidas ou cidadãos.

Portanto, é fundamental que o Brasil aprove hoje a Lei Geral da Copa, para que possamos realizar o maior espetáculo da Terra neste País e, assim, este evento que faz parte da cultura brasileira seja bem-sucedido, deixando um patrimônio e uma infraestrutura para brasileiros e brasileiras.

Por fim, conclamo os colegas Deputados e Deputadas a dizermos "sim" ao Brasil e à Lei Geral da Copa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 137/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9086

OTAVIO LEITE-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO**Sumário**

Discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, farei breves reflexões sobre nossas discussões travadas ao tempo da Comissão Especial, com vitórias e derrotas, mas alguns avanços e impasses cuja partida final há de ser decidida neste plenário, especialmente no que diz respeito à bebida.

A crise nos aeroportos, um drama federal, todos sabem, e há muito se chama a atenção do Governo para a incapacidade de atender à demanda hoje existente, quanto mais à demanda vindoura da Copa do Mundo. A solução a Oposição ofereceu, apresentamos a emenda para que se utilizem também os aeroportos militares, e houve por bem S.Exa. o Relator em acolhê-la. Isso será muito importante.

Outro ponto diz respeito ao sorteio público. Quando houver demanda maior que a oferta de disponibilidade de ingressos, isso não pode ficar dentro de sete chaves ou entre quatro paredes da FIFA, do COI, seja o que for, tem que ser publicamente decidido quem poderá comprar ou não, havendo demanda maior que a oferta, como é o caso, sim, das decisões. Por aí vai.

Vitória fundamental, que vem de uma discussão antiga desta Casa, aproveitando-se de uma ideia do eminente Deputado Carlos Eduardo Cadoca, que tive o privilégio de apresentar e o Relator acolheu, é a instituição do visto eletrônico, que pode permitir que muito mais estrangeiros venham ao Brasil contribuir, consumir e gastar mais recursos, gerando empregos no Brasil. Trata-se de uma vitória fundamental.

O Sr. Relator também acolheu a implantação de regras relativas a visto e a trabalho temporário, aplicando-as também à Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, em 2013. Uma vitória!

Ainda falta um ponto fundamental, para guardar coerência com o ordenamento jurídico em relação às pessoas com deficiência. Faço o seguinte apelo ao Relator. É indispensável que, pelo menos, 2% ou 3% dos ingressos sejam disponibilizados para aquisição - não se trata de gratuidade - por pessoas com deficiência. De nada adianta garantir acessibilidade se elas não puderem ir aos jogos, quaisquer que sejam as faixas de remuneração, as faixas econômicas. Isso é indispensável. Tal qual está, no § 5º do art. 26, não atende às pessoas com deficiência.

Finalmente, no que diz respeito à bebida, como eu disse, travaremos aqui uma discussão, ao final do debate. Mas é preciso compreender o que aconteceu recentemente, mais uma vez lamentavelmente, nos palcos das imediações dos campos de futebol em São Paulo: a morte de um torcedor do Palmeiras. Eu fico imaginando, caso isso tivesse ocorrido dentro do estádio e caso fosse permitida a entrada de bebida, a potencialização da violência e do conflito. Quantas mortes já houve no Brasil em relação a isso?

Há mais. A receita líquida com a venda de bebida alcoólica é ridícula, em se tratando do montante, diante da dimensão de um evento econômico como a Copa do Mundo.

Estas são algumas observações, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer aos colegas.

Muito obrigado.

Sumário

Defesa de continuação da discussão da Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta discussão é importantíssima. Já foi aprovada a urgência, mas não há pressa. Fazer um processo legislativo capenga não dá.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Mas é regimental o requerimento de encerramento da discussão. Eu estou propondo, inclusive, acrescentar um orador a favor e um contra.

O SR. CHICO ALENCAR - O Relator não está aqui. Nós somos contra que se encerre a discussão. Estamos presentes, sem fazer obstrução, para discutir a matéria. Mas cortar o debate, reduzi-lo ou restringi-lo não é bom.

Documento 139/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9087		IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Críticas ao comportamento da FIFA.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSOL se coloca contra o encerramento da discussão. Vejam os senhores. Nós não íamos votar a Lei da Copa, nem o Código Florestal. De repente, foi feito um "acordinho" no escuro, ninguém sabe qual é, inclusive o do Código Florestal, que eu quero saber, para votar de qualquer jeito. Eu ainda não vi o relatório final do Relator. Cadê o relatório final? Cadê o Relator? Não está nem aqui no plenário, e se quer encerrar a discussão sem ter relatório. Nós queremos ler o relatório.

Ora, é direito de todos os Parlamentares verem qual foi o relatório final que será apresentado e submetido a voto. Do ponto de vista regimental, acho que não se coloca o encerramento da discussão.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, nós sabemos perfeitamente - esta foi a nossa posição, desde o início - que não é necessária uma nova lei, não uma lei específica, entre o Estado brasileiro e uma instituição, uma entidade, uma

associação privada suíça. É disso que se trata. Para se fazer a Copa do Mundo aqui, deve manter-se a legislação brasileira. Temos o Estatuto do Torcedor, o Estatuto do Idoso, o Código de Processo Civil. Não é preciso mudar as leis comerciais, as leis de radiodifusão, e assim por diante.

Nós não precisamos de uma nova lei. O que existe é uma grande imposição de uma instituição de caráter privado que nos leva a uma submissão em diversas questões que são realmente absurdas, particularmente aquelas que limitam o direito de ir e vir; o direito de o ambulante brasileiro, que é um trabalhador brasileiro, vender qualquer produto ou *souvenir* perto do estádio; locomover-se ou expor produtos; suspender férias escolares, ou antecipar as férias escolares, segundo um calendário. Parece-me algo demais.

O fato é que se mexe com o País de uma forma tal, que a submissão é total. No caso do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, é brincadeira submeter uma instituição séria como essa a marcas da FIFA. Ficamos sujeitos a essas questões.

Essa questão precisa de um debate que passa por soberania nacional, passa por discutir qual o papel de um evento internacional e a alocação de recursos que foram feitos. Nós temos que discutir o que está sendo gasto nesta Copa do Mundo, comparando o que se faz com o que foi feito na África do Sul, inclusive com relação à presença real de turistas, à entrada de divisas, ao que foi gasto com verdadeiros elefantes brancos que não têm sequência posterior de utilização para a sociedade civil e às promessas de obras de mobilidade urbana que não se concretizam.

Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que este debate passa por soberania. Finalmente, não podemos deixar de registrar que uma empresa como a FIFA, que é uma instituição privada, queira impor a venda de bebidas alcoólicas, nos estádios, de uma única marca, associada à FIFA.

É isto que tem que ser dito: falta de soberania na venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Documento 140/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9087	PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do DEM ao Requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Críticas ao comportamento da FIFA.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, entendendo que, nesse texto, mesmo não concordando com a retirada do texto em que nós iríamos votar contra a questão da bebida, nós entendemos que o texto foi bastante melhorado.

O Relator acatou algumas emendas de nossa autoria, como a garantia da venda mínima de 10% dos ingressos de cada partida para a categoria 4 - aqueles

ingressos mais baratos - e os sorteios públicos também referentes, nesse parágrafo, por órgão federal competente. Além do mais, os portadores de deficiência terão pelo menos 1%.

Portanto, podemos encerrar a discussão e ir ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

Documento 141/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9087		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PSOL ao Requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Subserviência do Brasil à FIFA.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Repito: quem tem que andar rápido é o time de futebol do Brasil. Talvez não tanto quanto o técnico da seleção que, esta noite, lamentavelmente foi flagrado em libações alcólicas e teve a sua carteira de motorista apreendida - isso acontece por uma lei que votamos aqui, que é correta.

Agora, a lei em si atinge uma legislação brasileira, que está sendo expulsa de campo, provavelmente como o nosso voto. A Lei de Patentes, o direito de ir e vir, os Estatutos do Idoso, da Pessoa Portadora de Deficiência e do Torcedor, a Lei da Livre Concorrência, a Lei de Regulamentação Publicitária, tudo isso - e não só a questão do copo na Copa, do copo de bebida alcoólica - está sendo esmagado por essa Lei Geral da Copa, assim como o regime de... *(O microfone é desligado.)*

O SR. CHICO ALENCAR - Assim seja. O Presidente está com pressa.

Mas, eu queria dizer que essa Lei Geral da Copa tem muitos elementos no seu texto integral ofensivos à legislação brasileira, que seria perfeitamente adequada para a realização desse certame.

Então, estamos numa posição de subserviência, para estabelecer aqui um protetorado da FIFA. Vamos no tempo limitado agora, que nos foi concedido, fazer essa discussão.

Parece que a FIFA já sabe o que vai acontecer aqui. Nós brasileiros precisamos saber.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Obrigado, Deputado Chico Alencar.

Documento 142/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9088		OTAVIO LEITE-PSDB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PSDB ao Requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós não temos a intenção de obstruir, em absoluto, mas a pressa é inimiga da perfeição.

Acaba de chegar a emenda substitutiva global, e sobre ela nós estamos deitando olhos, estudando um pouco mais amiúde.

Já é certo, por exemplo, que o Sr. Relator sugeriu a não aplicação do art. 13-A do Estatuto do Torcedor, o que significará que todos aqueles que quiserem adentrar aos estádios portando bebida, tomando seu chopinho, sua cachaça ou coisa do gênero, poderá fazê-lo.

Ora, essa é uma questão que nós estamos estudando. E queremos apor algum tipo de mecanismo para que o Plenário possa retirar esse tema do projeto. E há outras questões.

Portanto, eu queria encaminhar contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

Documento 143/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9088		DR. PAULO CÉSAR-PSD -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSD ao Requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, o PSD avalia que a Lei Geral da Copa já foi bastante debatida, bastante discutida. Foram ouvidas diversas opiniões de diversos Líderes partidários e da sociedade brasileira.

Nós encaminhamos o voto "sim" pelo encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

Documento 144/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9088		RUBENS BUENO-PPS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do Bloco PV/PPS ao Requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador) - O Bloco Parlamentar PV/PPS entende que deveria, no caso, a Mesa convocar o Relator, para que o Relator apresente o seu relatório sobre as emendas. São mais de 60 emendas apresentadas.

Então, eu estou pedindo a V.Exa que convoque o Relator para apresentar o seu relatório. Convocado, e apresentado o relatório, votemos o requerimento.

Por isso, neste momento, nós votamos "não".

Documento 145/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9123		BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de concessão de tempo para que o Plenário tome conhecimento das alterações procedidas pelo Relator do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentar V.Exa. pela brilhante condução do entendimento da agenda própria do Parlamento brasileiro. Mas, no tocante... Eu ia pedir a V.Exa. que nós pudéssemos, para um bom entendimento dos trabalhos - aí nós não verificamos agora esse requerimento-, no sentido de apenas com a leitura a ser feita pelo Relator, com os eventuais novos dispositivos trazidos.

Uma vez feita a leitura, que nos dê um tempo estipulado por V.Exa., apenas para que haja o devido entendimento do texto para o ajuste.

É isso que nós queremos deixar combinado com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Daremos, com certeza.

Essa Presidência espera que o Relator tenha feito um texto o mais equilibrado possível e próximo da média aqui da nossa Casa.

Documento 146/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9124		HENRIQUE EDUARDO ALVES-PMDB -RN

Sumário

Repúdio às críticas da mídia contra o PMDB e a Câmara dos Deputados. Direito dos Parlamentares de apresentação de emendas ao Orçamento Geral da União. Defesa da implantação do orçamento impositivo. Apoio à Presidenta Dilma Rousseff. Legitimidade da ocupação de cargos no Governo Federal pelo PMDB. Elogio ao Presidente Marco Maia e à bancada federal petista.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu pensei muito se viria, ou não, assomar a esta tribuna nesta oportunidade. Afinal de contas, seria uma exposição a mais, dentro de tudo aquilo a que este Líder, a minha bancada, o meu partido e esta Casa vêm sendo expostos de maneira injusta, grosseira, descabida e inaceitável.

E eu pensei - um Deputado com 42 anos nesta Casa, com 11 mandatos, conhecendo todas as suas entranhas como eu conheço, seus corredores, seus plenários, este Plenário, suas Comissões, seus gabinetes. Eu conheço esta Casa e a vida do Parlamentar brasileiro.

Então eu pensei: eu tenho que me expor, eu tenho esse dever, porque não posso aceitar calado, ao abrir jornais, revistas e redes sociais, ver, todos os dias, uma tentativa irresponsável de silenciar esta Casa, emparedá-la, criticá-la de forma contundente, até porque esse filme eu já vi no passado.

Eu já assisti a esta Casa sem essa alegria, sem essa pujança; eu já assisti a esta Casa pequena, de um Plenário que não se ouvia, de uma voz que não se libertava, de uma imprensa que não se escrevia nem se falava.

Àquele filme, Presidente Marco Maia, eu não quero nunca mais assistir, mas pressinto que de repente, não sei por quê, nem para quê, nem de onde vem, nem para onde vai, esta Casa passou a ser criticada todos os dias.

Não importa se o Parlamentar é maior, se é menor, se é baixo clero, se é alto clero, se é de uma bancada grande ou de uma bancada pequena. Não importa. Todos nós conhecemos a vida de um Parlamentar, as dificuldades, as carências, os compromissos, a doação, a verdade, a transparência. É lógico que não somos todos perfeitos. Temos qualidades e defeitos. Acertos e erros todos nós cometemos, mas não é só aqui. É ali, é acolá. É no Judiciário, é no Executivo, é na vida privada. Todos!

Mas se há um poder que é o mais legítimo no censurar, no punir, no colocar para fora, é o nosso poder. Aqui todos estão pelo voto popular. Aqui não há ninguém nomeado por quem quer que seja. Todos os que estão aqui estão abençoados pelo voto popular, e este é o único poder em que o povo, querendo, bota e tira, elege e deselege.

Portanto, eu quero em nome desta Casa fazer este desabafo.

As questões das emendas, eu confesso que eu não aguento mais ouvir falar nisso. Toda votação que se vai ter aqui, lá vem aquela história surrada de que Deputado está chantageando emenda tal, emenda qual, para votar tal e qual. Não é verdade! Emenda não é concessão de governo nenhum, nem deste, nem dos outros, nem do futuro. Emenda é uma lei orçamentária, é direito nosso, que nós trazemos das nossas bases, que nós trazemos dos nossos rincões, pequenas obras, um córrego, uma pequena barragem, uma escola, uma passagem molhada. Isso não chega aos grandes gabinetes dos Ministérios importantes. Chega, porque nós trazemos das nossas bases, através de uma emenda.

Deputado, no Brasil, não é apenas votar lei, que faz, e faz bem. Deputado é também interlocutor das suas bases, das suas comunidades, dos seus assentamentos, das suas cidades, para fazer chegar aqui um pleito, uma carência, uma angústia, um grito. E, de repente, fica esse jogo surrado, repito, como se fosse um toma lá, dá cá. Não! Emenda é direito nosso. Aliás, esse orçamento já era para ser impositivo há muito tempo, para se acabar com essa história.

(Manifestações no plenário. Palmas.)

A questão de cargos, Deputados, eu sou Governo, sou Governo e respeito muito o meu Governo. Ajudei a elegê-lo. E se depender da minha palavra, dentro da minha bancada, vou buscar a reeleição deste Governo pelo que está fazendo, pelo já feito e porque poderá fazer muito mais.

Isso é, portanto, uma palavra, para que não venham amanhã numa tentativa menor de intrigar o Líder do PMDB com a minha querida Presidente Dilma, que está honrando todos nós como a primeira mulher Presidente da República deste País. Está claro isso!

Então, a questão dos cargos eu não aguento mais responder. Os colegas da imprensa, que respeito tanto, que respeito tanto porque eles hoje escrevem, falam, porque nós aqui no tempo lutamos para destroçar, derrubar, acabar com a censura e respeitar esse poder que é fundamental para a democracia brasileira, que é o poder da nossa imprensa e da comunicação, mas toda hora é a pergunta: *E os cargos?* Como se fosse um absurdo.

Eu queria saber, Deputados, nas cadeiras que são ocupadas nos Ministérios e nos órgãos quem vai se sentar? É algum fantasma, algum ET que vem de algum lugar não sei por que ou vai ter alguém sentado sim, de carne e osso, indicado por quem? Será que é melhor, mais democrático, mais justo, que seja por uma pessoa só, ou por duas ou três, ou por um conjunto de partidos responsáveis e competentes que foram buscar a vitória suando a camisa e conquistando a consciência do povo brasileiro?

Quando lutamos por cargos não é essa palavra pejorativa do "toma lá, dá cá", não. É, queremos ser sócios da gestão, queremos trazer pessoas competentes. Que se imponham critérios, aplausos. Que se fiscalize condutas, aplausos. Mas o indicar, sim, dos partidos que lutaram, enfrentaram, venceram, ganharam eleição é, portanto, legítimo aqui, nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, em qualquer lugar, mas, de repente, em relação a esta Casa, virou a Casa do fisiologismo.

Eu apareci, neste último fim de semana, como líder do fisiologismo desta Casa. Pelo amor de Deus, quem está falando aqui é um Deputado com 11 mandatos. Não foram cargos que me trouxeram aqui. Não foi toma lá, dá cá que me colocou aqui. Foram 11 mandatos, 42 anos de vida pública.

E eu aqui não quero só falar por mim, não. Eu não preciso dessa autodefesa, porque o meu Estado me conhece e esta Casa me conhece também. Eu falo de cada um de vocês, pelo respeito que a gente tem de ter. Temos de exigir. Não é possível uma Casa ser vilipendiada desse jeito.

E mais, é importante que se diga para todo Brasil ouvir que os IBOPes que se conquistam, os aplausos que se ganham pelo Governo que aí está - merecidamente aprovado com meus aplausos, com a minha alegria e com a minha satisfação - têm grande parte dos homens e mulheres que estão aqui. E começo logo a citar a Oposição aguerrida, respeitosa, competente. Quanto melhor for a Oposição, melhor será o Governo, que vai errar menos e procurar acertar mais. Portanto, meu cumprimento público à Oposição brasileira, que honra esta Casa e este Parlamento. *(Palmas.)*

E a nossa base? Qual é o projeto que chega a esta Casa, qual é a medida provisória que entra por estes corredores e não sai daqui 30%, 40%, 60%

aperfeiçoada? Parece até que as coisas caem aqui de paraquedas para esta Casa carimbar, até envergonhada ou sei lá o quê, e caminham mal as coisas que chegam aqui para beneficiar o povo brasileiro, como a criação da Comissão da Verdade, que foi um pleito da sociedade livre, o Super SIMPLES, o Ficha Limpa, a PEC da Cultura, o Programa Minha Casa, Minha Vida, do qual fui Relator. O Governo só queria para Municípios com mais de 50 mil habitantes. Foi a nossa luta que disse: *"Não, vamos incluir todos para evitar a migração dos pequenos e inchar as cidades e as regiões metropolitanas"*. E nós aprovamos o projeto.

A DRU, que deu ao Governo uma necessária capacidade orçamentária de planejar, assim como a política nacional do salário mínimo. O PMDB eu cito como exemplo, essa bancada que me orgulha. Mais de 20 Deputados, Presidente Marco Maia, não votaram na minha candidata Presidenta Dilma. Mas quando chegou a hora de pensar no Brasil, política de valorização do salário mínimo, essa bancada, eu enunciei antes do painel, deu 100% dos votos para aprovar uma questão de interesse nacional. *(Palmas.)* A DRU, o PRONATEC, a reforma do Código de Processo Penal, o Estatuto da Juventude, o FUNPRESP, enfrentando corporativismo que respeitamos. E nós assim nos comportamos.

Na hora que nós votamos e ganhamos, os elogios foram assim: Henrique, um grande Líder, a bancada deu 100%, 90%, 80%. Se eu não tivesse a experiência para receber isso e saber guardar, eu poderia até me deslumbrar. Mas não! Eu sei que isso é hoje, mas, de repente, pode não ser amanhã.

O que se quer é passar esta Casa com uma imagem de fisiológica, de toma lá, dá cá. Essa carapuça eu não assumo, eu não aceito, nem é do Plenário desta Casa. *(Palmas.)*

Eu quero deixar nesta hora este desabafo para dizer a esta Casa, Presidente Marco Maia, que no dia de ontem... E parabéns à Presidenta Rose, que começou, se faça justiça, a dialogar com todos os segmentos da bancada ruralista desta Casa e terminou com um gesto de V.Exa.

Aliás, eu quero dizer à bancada do PT: meu partido, o PMDB, quando teve Michel sentado ali, se orgulhou muito dele, mas a bancada do PT pode bater no peito e se orgulhar do Presidente Marco Maia e de sua bancada à frente desta Casa, que estava quase emparedada.

E a Lei da Copa quarta-feira passada não votamos. De repente, as manchetes eram uma só: *"O Líder do PMDB obstruiu, derrotou o Governo. Vamos perder a Copa"*. Que irresponsabilidade!

Quarta-feira passada, Presidente Marco Maia, nós, o Líder Arlindo Chinaglia, competente Líder, e o ex-Líder Vaccarezza, tão competente quanto, não deixamos votar. Nós não deixamos votar, porque certamente não havia entendimento e consenso, mas V.Exa., Presidente Marco Maia, nos chamou ontem aos gabinetes como Presidente da República e compôs esta Casa na sua residência, uma coisa digna, e disse: *"Vamos votar a Lei da Copa e vamos votar o Código Florestal no mês de abril, como esta Casa quer"*. *(Palmas.)*

Parabéns, Presidente Marco Maia, pela sua sensibilidade, porque V.Exa. sabe que está aí eleito por todos nós e, nas suas funções primordiais e constitucionais, não é de afrontar este Plenário, não é de agredir este Plenário. Pelo contrário, é de respeitá-lo. Parabênz V.Exa. pelo gesto que uniu esta Casa, o que este Plenário hoje retrata para o Brasil todo ver e para o Brasil todo ouvir. Esta é a Casa do povo brasileiro! Este é o Parlamento, que é o canal mais legítimo da manifestação popular.

Eu peço aos que concordam e aos que discordam - e isso faz parte da controvérsia democrática -: não agridam tanto um Poder que é o fiador da democracia *(palmas)*, não agridam tanto um Poder que é o responsável maior pelas liberdades públicas, não agridam tanto um Poder que é o maior responsável pela representatividade popular.

E, ao encerrar estas palavras, eu quero pedir a este Plenário que me perdoe, talvez, a emoção, ou esse sentimento. Porque tudo que eu faço hoje, se eu falo uma palavra de agrado à Oposição, lá vem no dia seguinte a intriga: está fazendo isso para conquistar o voto da Oposição, pensando que vai ser Presidente. Se eu agrado o Governo, dando os votos que o Governo merece, precisa e conquista, é para agradar ao Governo, pensando em ter o apoio do Governo para ser candidato a não sei o quê. Se eu voto com a bancada ruralista... E voto mesmo, e apoio mesmo (*palmas*), porque é o Brasil real, do dia a dia da nossa agricultura, não é contra o meio ambiente, pelo contrário, é a soma de esforços em prol deste País ambientalista e ruralista. Se nós fazemos tudo isso, é porque nós queremos apenas isso. Não é toma lá, dá cá. Vou encerrar com esta frase: não é toma lá, dá cá, é respeito cá e respeito em todo o lugar.

Muito obrigado às companheiras Deputados e aos companheiros Deputados do Brasil. (*Palmas.*)

Documento 147/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9126

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Diferenciação entre o tempo concedido ao orador e ao Líder do PMDB para o uso da palavra. Razões do posicionamento do PSOL, contrário à aprovação do projeto sobre a Lei Geral da Copa.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é natural que a fala do Líder do PMDB, o segundo maior partido da Casa e um partido do Governo, tenha eletrizado este Plenário. Não é natural, porém, que haja diferenciação entre qualquer um dos 513 Deputados. V.Exa. exigiu com muito rigor que eu me ativesse a 1 minuto da orientação, concedeu mais 30 segundos. E, agora, o Líder do PMDB, para fazer essa fala que expressa a profunda crise na base do Governo, tentando superá-la - é legítimo -, usou o dobro do tempo dele, com 9 minutos a mais. Não vou querer tanto, não, e nem vou entrar nessa discussão que diz respeito aos intestinos do Governo, que eu espero que não passem pelo intestino grosso da pequena política e do fisiologismo, que o Líder do PMDB contestou aqui com veemência: estamos na política dos projetos, das propostas, da ideologia, repúdio unânime - aí nos somamos - ao toma lá, dá cá. Nenhum Deputado aqui - e nós vamos acreditar - é movido a mesquinhas, cargos ou liberação de emendas, que são justas, que objetivam os interesses públicos, mas ninguém condiciona o seu voto a isso.

Por isso, Sr. Presidente, a matéria que este Plenário não quis aprofundar na discussão é absolutamente importante. A Lei Geral da Copa, para além do texto que vamos votar aqui, quem sabe o Relator acolha muitas das nossas emendas, mas para além dela propriamente dita, a lei, o projeto, o que está acontecendo é o seguinte: transparência zero. Eu desafio qualquer Parlamentar aqui a dizer, com a inteireza que eles devem ter, o acerto do Governo brasileiro com a FIFA

em 2007.

Em janeiro fiz um ofício pedindo à Casa Civil a integridade desses documentos. E depois um requerimento de informações que não foi respondido. Portanto, quando se fala aqui que a FIFA exigiu isso, que o Governo se comprometeu com aquilo, nós Parlamento estamos tendo essas informações sonegadas. E é um acocoramento inaceitável operar com ouvi dizer ou com que o Governo assinou à revelia do Parlamento.

Um segundo aspecto, nós estamos desconhecendo aqui a trágica experiência da África do Sul. Hoje, para além dos elefantes da sua savana, está cheia de elefantes brancos, com prejuízos imensos ao erário a cada ano.

Nós estamos também desconhecendo um fato muito importante, que a Lei Geral da Copa não toca, mas o Deputado Romário sempre destaca, com a sensibilidade de quem veio da pobreza, como muitos outros aqui, as remoções.

Segundo relatório da ONU, elas não estão sendo feitas de acordo com o princípio do chave a chave, com respeito às 170 mil famílias atingidas no Brasil inteiro. Algum Deputado - não o identifiquei, porque eu estava lá fora ouvindo, bem antes de a sessão entrar na Ordem do Dia - falou que era uma discriminação em relação a muitas cidades e capitais o que as 12 cidades-sede estão recebendo de dinheiro público. Pois é, isso é verdade, mas pelo menos as cidades não contempladas não estão enfrentando o drama das remoções sem critério, sem sensibilidade social e sem o oferecimento, muitas vezes, de alternativa correta, como o Estatuto das Cidades - que também esquecemos aqui - determina: chave a chave, remoção para lugar próximo e habitação melhor. Não! Quem está removido que se dane, porque a Copa da FIFA é tudo, é o valor absoluto.

Gastos. Também espero que os Deputados tenham lido o relatório do TCU, entregue aqui nesta Casa há uma semana, "publicizado" há 15 dias, março de 2012. Nele está dito simplesmente o seguinte: de janeiro de 2010 até agora, os aditamentos para estádios, reforma ou construção de arenas chegaram a 47%, o que equivale, nos seus 2 bilhões e 500 milhões, a um terço do que a Alemanha gastou para os estádios na sua Copa. Esses aditamentos são absurdos, porque não estavam previstos originalmente. Depois, ao longo do debate, nas orientações de 1 minuto, vai dar para levantar tudo o que, do ponto de vista esportivo, esses recursos poderiam fazer para massificar esportes no Brasil, País que tem 80% das suas escolas sem uma quadra esportiva, mas o dinheiro para os estádios vai embora, parceria público-privada, depois entrega-se para a iniciativa privada esses estádios. Os recursos públicos - Caixa Econômica Federal, BNDES, INFRAERO para os aeroportos - são de 71% do montante que o TCU, de novo, estima em 33 bilhões de reais para gastos com a Copa, superando a Alemanha e a África do Sul juntas. É o país do desperdício, do dinheiro farto, com educação, saúde e mobilidade urbana decente?

Por falar em mobilidade urbana, de novo, o TCU nos disse - acho que ninguém prestou atenção - que, do ponto de vista do legado mais efetivo, pode ficar para a população, ainda que só das 12 cidades-sede, população que goste ou não de futebol, que é a mobilidade urbana, os transportes viários de massa, até agora só 4% do destinado a essas obras foram empenhados. Isso é um absurdo! Qualquer um sabe que o legado, desse ponto de vista, será próximo do zero.

Por fim, Sr. Presidente, quero falar especificamente da Lei Geral da Copa, que, na verdade, é a Lei de Exceção. Ela não apenas autorizaria privilegiadamente o uso de bebida alcoólica nos estádios. Isso, sinceramente, em relação ao derrame de dinheiro público que se está produzindo no Brasil, sem controle social, sem transparência... Tentem acessar os portais da CGU, dos Municípios onde há obra, dos Estados, da Presidência da República, do Ministério dos Esportes. Os dados não batem, são incompletos, insuficientes e, muitas vezes,

falsos.

Ainda assim, essa Lei Geral da Copa propriamente tem os seus problemas, não apenas esses da liberação da bebida para especificamente esses jogos ou atribuir aos Estados essa suposta autoridade, ferindo o Estatuto do Torcedor. Ela estabelece, por exemplo, um privilégio para os produtos da FIFA, que serão mais de mil, que nenhum produto brasileiro tem, com isenções totais até o fim de 2014. Isso é um perfeito absurdo!

Como eu já disse aqui, o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Torcedor, os direitos das pessoas portadoras de deficiência não devem aceitar essa migalha da meia-entrada condicionada, não como a lei diz, mas 300 mil ao todo. Meia-entrada para um ingresso de R\$ 300,00 é R\$ 150,00.

De qualquer forma, esses diplomas jurídicos que o Brasil já tem, num processo democrático derivado da Constituinte de 1988, estão sendo derrubados pela Lei Geral da Copa, se a aprovarmos aqui. A regulamentação publicitária, o direito de ir e vir, o direito do pequeno comércio... A FIFA quer ser dona imperialista do entorno dos estádios num raio de 2 mil quilômetros.

A posição do PSOL, além de disputar cada uma das 12 emendas que fizemos aqui, é contra o sentido geral da Lei da Copa e tudo o que se está fazendo em nome da Copa, da FIFA, contra os interesses da população brasileira.

Isso está parecendo a gestão do nosso futebol: salários milionários para craques que os clubes não podem pagar, pouca informação, corrupção, sonegação dos direitos das maiorias, que tanto gostam de futebol.

A nossa legislação está sendo expulsa de campo. Esse jogo já tem um resultado combinado, com um árbitro de tudo, que é a FIFA, um árbitro que merece o que a torcida fala com os árbitros de futebol quando eles entram em campo, ou seja, não são elogiados.

Documento 148/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9128	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da realização de amplo debate acerca do projeto sobre a Lei Geral da Copa.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para registrar como lidos nos Anais da Casa todos os dados que trouxe aqui, inclusive com os complementos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todo(a)s o(a)s que assistem a esta sessão ou nela trabalham:

O debate da Lei Geral da Copa tem que ser feito à luz de uma visão mais ampla sobre os interesses envolvidos neste evento e os impactos que ele já está provocando. É o que procuro fazer aqui com esta análise:

1. O alerta sul-africano

A África do Sul - que ainda tem o "apartheid" da desigualdade social - gastou US\$ 4,9 bilhões (R\$ 8,8 bilhões) em estádios e infraestruturas para realizar a Copa do Mundo de 2010. Ao todo, US\$ 2 bilhões (R\$ 3,6 bilhões) foram consumidos na construção ou reforma das dez arenas do torneio. Hoje, o Soccer City, de Johannesburgo, é usado para rúgbi e shows. O Green Point, da cidade do Cabo, tem manutenção de US\$ 4,5 milhões (R\$ 8,1 milhões) por ano e só foi usado 12 vezes desde então. Vários outros são, na terra dos safáris, desinteressantes e dispendiosos "elefantes brancos".

Alegava-se à época que todo esse investimento geraria rendas imediatas de US\$ 930 milhões (R\$ 1,69 bilhões), derivadas do afluxo de 450 mil turistas. Valores superestimados: o país só arrecadou US\$ 527 milhões (R\$ 961 milhões) dos 309 mil turistas que de fato lá entraram. Já as rendas de radiofusão e marketing da FIFA ultrapassaram os US\$ 4 bilhões (R\$ 7,2 bilhões), no ciclo quadrienal encerrado com a Copa da África do Sul. Seus dirigentes sabem fazer negócios.

Há, no país, um local chamado Blikkiesdorp, que quer dizer Cidade de Lata. Lá, em 1.600 containers, colocaram os removidos da Cidade do Cabo, a 30 quilômetros de onde foi construído um dos estádios mais bonitos do mundo, vendido internacionalmente como um "estádio ecológico". No país, cerca de 100 mil ambulantes perderam sua renda durante a Copa. Após o evento, o emprego anual diminuiu 4,7% no país, com perda de 627 mil postos formais de trabalho.

Nem seria preciso pegar o exemplo sul-africano. Bastaria o nosso Panamericano de 2007, no Rio de Janeiro, cujos protagonistas continuam sendo os mesmos hoje (até o antigo Secretário de Esportes é, agora, o prefeito). O orçamento do evento foi multiplicado por dez. Houve remoções até mesmo depois do evento, no Canal do Anil. Os monumentos ociosos estão lá, para todo mundo ver. Só em serviços sem execução comprovada teriam sido gastos R\$ 6,8 milhões. Em pagamentos com duplicidade, outros R\$ 4,1 milhões.

É recorrente o argumento de que uma Copa estimula a realização de obras de mobilidade urbana, que ficariam como utilíssimo 'legado social'. Um mínimo de inteligência e sensibilidade social questionará esse 'êmulos'. Quem vive em sociedade tem o direito irrenunciável de, com ou sem megaevento, receber transporte coletivo (aí incluídos seus terminais) e moradia dignas! Só incompetência ou interesses escusos vinculam políticas públicas necessárias e urgentes com a viabilização de investimentos que um acontecimento episódico possa criar. Mas, pelo andar da carruagem no Brasil, nem com o atrativo da Copa haverá melhoria efetiva e duradoura na vida cotidiana das populações das cidades-sede.

2. Remoções arbitrárias

Segundo levantamento da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa há, em todo o Brasil, 170 mil pessoas ameaçadas de remoção forçada por causa das obras ligadas à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016: megaviolação de direitos. O cálculo tomou por base os projetos divulgados pelos próprios governos, nem sempre claros.

O Poder Público garante que os reassentamentos estão sendo feitos dentro dos limites da lei. Mas não divulga relação completa de todas as comunidades ameaçadas de remoção. Nem os nomes, os valores de avaliação de cada imóvel e os locais de reassentamento de todas as famílias que já foram removidas, desde 2009. Isso devia estar disponibilizado para a Defensoria Pública e para a sociedade, nos portais de transparência. Há sonegação de informações e esbulho do direito à moradia.

No Rio, o padrão tem sido "derrubar primeiro, definir o reassentamento depois". O "aluguel social" de R\$ 400 não é suficiente para a manutenção das famílias até que outra opção seja encontrada. Por sinal, é intolerável esse interregno. A

relatora da ONU para o Direito à Habitação, Raquel Rolnik, relembra o princípio universal do reassentamento "chave por chave": nenhuma família pode ser despejada de sua casa antes de ter participado (e concordado) com a realocação e receber seu novo imóvel. As remoções também causam problemas indiretos, como o agravamento do gargalo no transporte público - uma vez que muitos estão sendo reassentados em regiões distantes dos bairros centrais - e limitações ao acesso precário a serviços, como hospitais e escolas.

As remoções são realizadas em total dissonância com a legislação nacional e com os acordos internacionais assinados pelo Brasil. A Constituição estabelece a moradia como direito fundamental, e cria a função social da propriedade. O Estatuto das Cidades de 2001 torna obrigatórios os Planos Diretores que, entre outras atribuições, regulamenta a questão habitacional. A Lei 11.124 e a Constituição do Estado do Rio determinam a utilização prioritária de terrenos públicos para a implantação de projetos habitacionais de interesse social.

Remoções forçadas fazem parte desse novo modelo de gestão das cidades pelo mercado via megaeventos. Têm ocorrido em todos os países ditos "emergentes". Na China, onde foram realizadas as Olimpíadas de Pequim (2008), teriam sido transferidas 1,2 milhão de pessoas. Embora, por enquanto, sejam pouco abordadas pela imprensa nacional, as remoções no Brasil já foram motivo de denúncias em veículos de diversos países (New York Times, The Guardian, The Huffington Post, Al-Jazeera e El País, entre outros).

3. Desperdício de dinheiro público

O valor inicial previsto para a reforma ou construção dos 12 estádios que serão usados para a Copa do Mundo de 2014, de R\$ 5,3 bilhões, subiu 47%, desde janeiro de 2010. As mudanças de estádios e o aumento dos preços finais contratados fizeram com que o valor subisse para 7,8 bilhões, dos quais R\$ 4,8 bilhões são de responsabilidade do BNDES e dos governos estaduais.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), algumas cidades-sedes como Natal, Manaus, Cuiabá e Brasília correm o risco de ficarem com "elefantes brancos" após a competição. A média de público nas competições esportivas nessas cidades é dezenas de vezes menor que a capacidade das 'modernas' arenas que ali estão sendo erguidas.

A falta de pessoal qualificado do BNDES para análise técnica dos projetos de engenharia das obras foi outro problema apontado pelo TCU, o que pode fazer com que sejam aprovados aditamentos que não condizem com a realidade da empreitada.

Segundo o TCU, em cinco meses, entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012, o custo do conjunto de obras para a Copa - não só de arenas esportivas - subiu de R\$ 23,3 bilhões para R\$ 25 bilhões. Calcula-se que chegue a R\$ 33 bilhões, com 2/3 bancados pelo Estado: megaindvidamento público.

No Rio de Janeiro, o orçamento total está R\$ 683 milhões mais caro que o verificado no levantamento anterior do TCU. Agora, alcança R\$ 3,89 bilhões em obras no Maracanã, aeroportos, portos e mobilidade urbana. Os custos estimados para o governo do estado e para a prefeitura do Rio praticamente dobraram, na comparação com setembro de 2011. O governo estadual deve bancar R\$ 483,5 milhões, contra uma previsão anterior de R\$ 200 milhões. Já o custo para a Prefeitura da capital subiu de R\$ 420 milhões para R\$ 704 milhões.

A princípio, os maiores investidores na Copa do Mundo do Brasil seriam, na ordem, Caixa Econômica Federal (28,43%, ou R\$ 6,65 bilhões), a Infraero (22%, ou R\$ 5,15 bilhões) e BNDES (20,8%, ou R\$ 4,8 bilhões). Logo, financiamento público. Na prática, o dispêndio do BNDES é bem maior. Inclui a participação do banco no financiamento à expansão dos portos, aos preparativos dos governos estaduais e municipais, e até na recente privatização de três aeroportos brasileiros.

A Copa da FIFA 2014 está produzindo no Brasil um derrame de dinheiro público inédito em nossa história. E sem transparência: os propalados compromissos assinados pelo governo com a FIFA em 2007 têm sido mantidos sob sigilo, gerando constante controvérsia. Um ofício que fiz à Casa Civil solicitando cópia desses supostos acordos, em 18 de janeiro de 2012, não mereceu qualquer resposta!

4. Legado Social

José Roberto Bernasconi, coordenador para assuntos da Copa do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), é objetivo: *"não houve planejamento consistente para a Copa. Hoje o País sai correndo, faz contratações sem licitação, tem obras com gente trabalhando 24 horas por dia, contra o relógio. Fizeram vários discursos, mas não uma lista imediata de prioridades (...) o legado de infraestrutura será muito pequeno perto do que poderia ter sido"*, diz, o insuspeito técnico (Carta Capital, 29/2/2012).

Dos R\$ 27 bilhões totais previstos em investimentos e financiamento pela Matriz de Responsabilidade do governo federal com estados e municípios, até aqui somente 9,8 bilhões foram contratados e 1,4 bilhão foi executado, segundo o Portal Transparência da Presidência. A pouco mais de dois anos para o início dos jogos, apenas 2,14% dos investimentos em mobilidade urbana saíram do papel. Dos 50 projetos listados na Matriz, somente 18 tiveram avanço até o fim de janeiro. Estão previstos investimentos de R\$ 12,36 bilhões de reais em sistemas de transporte como BRT e monotrilhos. Mas só R\$ 265 milhões se transformaram em obras. O programa Mobilidade Urbana, do governo federal, ficou praticamente parado em 2011.

Cogita-se, inclusive, que esse atraso seja, em parte, proposital. O discurso da emergência, da pressa, faz com que projetos tomem corpo sem passar pelos processos tradicionais de licitação. Não é acaso que tenha sido aprovado no Congresso Nacional, em 2011, o Regime Diferenciado (ou desesperado?) de Contratações (RDC), na contramão da Lei 8666. Esse tipo de "legislação de exceção" dá margem a aditivos contratuais que certamente vão gerar superfaturamento. Segundo o Ministro do TCU Valmir Campelo, em audiência pública na Câmara dos Deputados, em 21/3/2012, "o atraso pode resultar numa Copa mais cara, porque enseja aditamentos". Há pouco mais de 2 anos do evento, apenas 3 dos 12 estádios em reformas ou construção têm metade das obras realizadas (Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte).

Para legitimar esse processo escandaloso, os governantes utilizam o chamado "patriotismo de cidade", ou seja, a ideia de que "o Brasil não pode fazer feio." É a utilização do natural orgulho nacional das pessoas para justificar a cobiça e a irresponsabilidade com o Erário.

5. Um gasto socialmente útil

Apenas com os R\$ 2,5 bilhões do 'reajuste' dos preços das obras em estádios - valor que corresponde a 37% de todo o gasto na Copa da Alemanha, em 2006! - seria possível:

- garantir 806,5 mil bolsas atleta para esportistas olímpicos ou paraolímpicos (R\$ 3.100 por mês) ou...
- construir 3.125 quadras poliesportivas cobertas (R\$ 800 mil a unidade) ou...
- construir 46,3 mil casas ou apartamentos do programa 'Minha Casa, Minha Vida' (média de R\$ 54 mil a unidade) ou...
- construir 2,9 mil creches ou pré-escolas (R\$ 854 mil a unidade) ou...
- construir 16,7 mil escolas rurais (R\$ 150 mil a unidade) ou...
- 3,6 mil escolas de educação infantil (R\$ 691 mil a unidade) ou ainda...
- 700 escolas de grande porte (R\$ 3,57 milhões a unidade)

É uma questão de visão de desenvolvimento integral, com legado de educação e justiça social, para o país. O afã capitalista do ganho rápido, que orienta a Copa e

os Jogos Olímpicos, choca-se com isso. O gerenciamento de negócios vai na contramão do interesse público e mesmo da massificação dos esportes.

Copa de futebol e Jogos Olímpicos já produzem no Rio não um legado social, mas a primazia de um 'torneio de especulação imobiliária' que o está transformando em um dos lugares mais caros do mundo para se morar. Nas outras sedes a especulação e o vale-tudo do oportunismo mercantil também oprimem o direito à cidade e a qualidade de vida de amplos setores.

6. Legislação de exceção

Além do já aprovado RDC - contra o nosso voto -, facilitando a contratação de obras e serviços, flexibilizando licitações, agora temos a LEI GERAL DA COPA, como se já não tivéssemos arcabouço legal para abrigar eventos desse tipo. Nossa legislação ordinária vai para o banco de reservas...

O Projeto de Lei assegura megaprivilégios à FIFA. O reconhecimento dos produtos FIFA no art.3º como "marca de alto renome" é mais uma garantia de boa-fé do governo brasileiro (desnecessária, aliás, de acordo com a própria lei 9279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial).

O INPI é transformado em "cartório particular" para adotar regime especial relativo a pedidos de registro de marcas - estima-se em mais de mil! - apresentadas pela FIFA, que fica dispensada do pagamento de retribuições a todos os procedimentos no âmbito das patentes até 31/12/2014 (art.4 a 7). O Projeto de Lei libera uma Associação Suíça de Direito Privado do pagamento de custos e emolumentos imposto a todos que requerem registro de marca no Brasil. Renúncia fiscal longa e onerosa!

O art.11 deste Projeto de Lei é uma afronta a um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, tão defendida pelos ditos liberais de todos os matizes: a livre iniciativa (art.1º IV da Constituição Federal). Isto é evidenciado ao se "assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso".

De acordo com essa norma, ambulantes serão proibidos de vender suvenires, mesmo que nada tenham a ver com os símbolos da Copa do Mundo. Outdoors deverão ser retirados das vias de acesso e mesmo placas de lojas ou faixas deverão ser removidas.

O art.16 prevê que será ilícita e objeto de sanções (inclusive prisão de 3 meses a 1 ano!), a "oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário (inclusive em automóveis), nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles". E até a "exibição pública das partidas, por qualquer meio de comunicação, em local público ou privado de acesso público, associada à promoção comercial de produto, marca ou serviço ou em que seja cobrado ingresso".

A União fica obrigada a disponibilizar, sem quaisquer custos para a FIFA, "a segurança, serviços de saúde, vigilância sanitária e alfândega e imigração". Além de disponibilizar gratuitamente todos esses serviços para um evento privado, o Brasil também se responsabiliza por quaisquer acidentes (art. 22, 23 e 24).

A garantia de meia entrada existe apenas para a categoria 4 (a pior e mais barata), num total de 300 mil ingressos (art. 26). As outras três categorias não poderão ser compradas com a meia entrada, o que ofende todas as leis que dispõem sobre esse direito de estudantes e idosos.

Pode ser autorizada a venda e consumo de bebidas alcoólicas nos bares e

restaurantes nos locais dos eventos (art. 29). O art.13-A da Lei 10671/2003 (Estatuto do Torcedor), dispõe como "condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo (...) não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência". Há muitas leis estaduais que prevêm expressamente a proibição de bebida alcoólica em estádios. Nenhuma de inspiração religiosa, por óbvio, mas vinculada à redução da violência entre torcedores. Detalhe: no torneio das seleções europeias (Eurocopa) a FIFA não faz esta "exigência ética".

O Projeto de Lei cria novos tipos penais como o Marketing de emboscada (associar uma marca à de outrem sem autorização) e o Marketing de emboscada por intrusão (expor marca em evento ou espetáculo sem autorização). E também a utilização indevida de símbolos oficiais de titularidade da FIFA. Nossa legislação penal já contempla proteção às marcas (art.189 e 190 da Lei 9279/96). E a indenização por dano material ou moral já seria suficiente para coibir as referidas práticas.

A previsão de pagamento de um "bicho" retardatário de R\$ 100 mil reais aos jogadores da seleção brasileira de futebol, vitoriosos nas Copas de 1958, 1962 e 1970, é questionável: há diversas outras modalidades esportivas que não gozam de quaisquer benefícios do Estado. Além disso, vários desses ex-futebolistas têm boa ou ótima situação financeira. O dispêndio não será incluído na L.R.F., diz o Projeto, pois é 'inclusão social'! Inclusão seria cuidar efetivamente das famílias afetadas pelas obras. Ou ampliar o desprestigiado bolsa-esporte.

Quanto às férias escolares durante todo o período da Copa (art. 63), de 12 junho a 13 de julho, perde-se oportunidade pedagógica de grande motivação para conhecimento do mundo, que o ambiente das salas de aula e do cotidiano nas escolas possibilita. Os jogos, comentados em sala de aula, a partir da história e cultura dos países que os disputam, teriam imenso valor informativo e educativo. E continuaremos com cerca de 80% das escolas brasileiras sem quadra esportiva, porque o Poder Público considera prioritária a construção de grandes estádios...

Em 'Nota de Repúdio' à aprovação deste Projeto, lançada em 7/3/2012, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) lembra que *"em cada cidade já foram emitidas 'leis de segurança', 'leis de isenção fiscal', 'leis de restrição territorial', 'leis de transferência de potencial construtivo', etc. No Senado, ainda, para onde seguirá, caso os deputados aceitem a submissão à FIFA, a Lei Geral se associará a pelo menos outros dois PLs (394/09 e 728/11) que, entre outras propostas, restringem o direito à greve a partir de três meses antes da Copa, abrem a possibilidade de proibição administrativa de ingresso de torcedores em estádios por até 120 dias, inventam o tipo penal de 'terrorismo' - hoje inexistente no Brasil - e estabelecem justiça e procedimentos de urgência para julgá-lo. Criam, ainda, as chamadas 'Zonas Limpas', de exclusividade da FIFA nas cidades e privatizam o hino, símbolos, expressões e nomes para a Confederação Brasileira de Futebol - a tão 'idônea' CBF"*.

Por fim, um aspecto revelador da dinâmica pouco democrática que preside o empreendimento da FIFA no Brasil: a escolha do símbolo da Copa, o simpático tatu-bola, não derivou de ampla consulta ao povo brasileiro, que conhece e curte seus bens naturais. A aferição foi restrita e a decisão vertical. A onça pintada, a arara, o jacaré e o Saci Pererê, derrotados, não sabem nem a quem recorrer... Agradeço a atenção.

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9132

VICENTE CANDIDO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PARECER
DISCURSO

Sumário

Parecer, pela Comissão Especial, às Emenda de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Ponderações sobre o aperfeiçoamento da matéria. Agradecimentos a todos que contrubuíram.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de iniciar a leitura do relatório em forma de subemenda, quero usar alguns minutos para registrar meus profundos agradecimentos à Câmara dos Deputados, a todos os membros que fizeram parte da Comissão Especial que durante aproximadamente 5 meses fizemos aqui um dos debates mais calorosos registrados nos Anais desta Casa.

Quero agradecer inicialmente a meus Líderes Paulo Teixeira, Jilmar Tatto, Cândido Vaccarezza e Arlindo Chinaglia, Líder do Governo. Queria agradecer a V.Exa., Presidente Marco Maia, a confiança, porque, pelo Regimento, cabe a V.Exa. designar o Relator de todas as matérias.

Não posso deixar de registrar a colaboração de todos os Líderes, da Base e da Oposição, da sociedade civil, que intensamente participou conosco nesses 5 meses de debate.

Venho aqui neste dia com a consciência tranquila, com a sensação de dever cumprido, trazendo, neste relatório, a média do sentimento de todos os atores que participaram desse processo. Aqui nós vamos votar um relatório que não é a vontade plena do Governo, não é a vontade plena da FIFA, do Congresso, das entidades da sociedade civil, mas, sim, o que foi possível construir, sintetizando a média desses pensamentos e de todas essas colaborações.

Por último, procurei dialogar intensamente nesses dias, especialmente hoje, com as 63 emendas que estão condensadas e sistematizadas em minhas mãos. Procurei acatar aquilo que eu achava razoável, justo, para que pudéssemos enriquecer o texto que ora vou ler e sobre o qual, daqui a pouquinho, esta Casa vai deliberar.

Durante esse período, procuramos destacar dentro deste texto - um texto que chegou nesta Casa com 38 artigos...

Nós o estamos devolvendo com aproximadamente 70 artigos.

Aqui procuramos responder a indagações de juristas, de advogados, de economistas, dúvidas que pairavam sobre a sociedade brasileira e sobre esta Casa. A primeira delas, uma das mais contundentes, era a tese de que esse acordo com a FIFA estava agredindo a soberania nacional.

Dedicamo-nos a essa tese com detalhes e verificamos, junto com os nossos pares, na Comissão, com os Líderes, que não havia nenhuma agressão à norma recorrente no Brasil, ao Código do Consumidor, à Lei Pelé, ao Estatuto do Torcedor, à Lei de Proteção de Marcas. Pelo contrário, estamos aqui aprimorando a nossa legislação, preparando o Brasil não só para receber a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, mas para inserir-se, cada vez mais, cada vez melhor, cada vez com mais segurança jurídica, na economia globalizada, o que o mundo espera hoje deste novo Brasil.

Procuramos introduzir neste texto algumas conquistas sociais, objeto até de

reclamação da FIFA, dizendo que o Brasil estava pedindo muito. Houve uma resposta pronta do Ministro do Esporte naquele momento, indagando da FIFA o que seria da FIFA se não fosse o futebol brasileiro, os nossos ícones, na construção do futebol do mundo.

Podemos dizer que esse relatório não se resume apenas à bebida, como muitos entenderam nesse período, que é o que, talvez, deu mais destaque, mais polêmica. Aqui estamos corrigindo uma injustiça, por exemplo, com os campeões das Copas de 58, 62 e 70, criando uma indenização, uma premiação para aqueles heróis, seus familiares e sucessores. Aqui estamos trazendo também algumas campanhas sociais, potencializando, por exemplo, a campanha das armas no Governo brasileiro, a campanha do desarmamento, em que serão trocados ingressos, bolas, camisetas por armas de fogo.

Temos aqui emendas, por exemplo, do Deputado Afonso Hamm e Deputado Romário - combinado com a FIFA -, para que uma parte do lucro da Copa seja destinada para a formação de atletas no Brasil, conforme diz a Lei Pelé. Temos aqui as campanhas sociais, também, por um trabalho decente, contribuição da CUT, expressa nas emendas do Deputado Vicentinho. Temos aqui também emenda da CUT, compromisso da FIFA, das Centrais Sindicais, de que os trabalhadores dos estádios terão o direito de receber ingresso para pelo menos uma partida de futebol. Isso deve servir de exemplo para os empresários e empreendedores brasileiros.

Carregamos aqui neste texto também um aprendizado grande na Lei de Proteção de Marcas. O próprio INPI disse nesta Casa que mandará para cá uma reformulação daquele órgão dando mais competências àquele órgão, poder de fiscalização, para que possamos responder ao crescimento da economia brasileira, nessas modalidades econômicas, nos eventos culturais e esportivos.

Sr. Presidente, quero nominar aqui as emendas com que eu dialoguei e que eu pude introduzir no texto a partir da leitura de hoje das 63 emendas aqui analisadas por nós.

Uma emenda do PDT, assinada pelo Líder, Deputado André Figueiredo, que traz uma preocupação na chamada área de exclusividade em torno dos estádios, que as garantias, assinadas pelo Governo brasileiro, determinam um limite de até 2 quilômetros. O Deputado André Figueiredo, durante todo o debate na Comissão e hoje em especial, trouxe essa contribuição. Estamos acatando aqui parcialmente a sua emenda neste relatório.

Temos aqui no art. 15 uma emenda que causou polêmica, mas conseguimos produzir um acordo entre o PRB, o PR e as televisões brasileiras, acrescentando aqui uma nova redação para o § 3º do art. 15 do projeto.

Dialogamos muito no dia de hoje, principalmente com o Líder Antonio Carlos Magalhães Neto, e acatamos várias sugestões e preocupações de suas emendas no tocante à lisura, à transparência e à impessoalidade na venda dos ingressos. Estamos garantindo aqui, Deputado, o sorteio público, a divulgação ampla e um prazo razoável para que a FIFA termine a venda e a distribuição dos ingressos. Está aqui contemplado no texto final.

Estamos garantindo aqui, nessa emenda do Deputado também, que nos jogos da seleção brasileira serão garantidos no mínimo 10% dos ingressos populares para que os brasileiros estudantes e idosos e a população usuária do Bolsa Família tenham acesso aos jogos importantes, sobretudo aos da seleção brasileira.

Estamos garantindo aqui, a pedido também do Deputado, nessa emenda, que esse sorteio será acompanhado de um agente credenciado pelo Governo brasileiro.

Nesta emenda aqui, ainda sobre os ingressos e o acesso dos portadores de deficiência, assinada pelo Deputado Rui Palmeira, pelo Deputado Otavio Leite,

também com a contribuição grande do DEM, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, será reservado pelo menos 1% dos ingressos aos portadores de deficiência e será garantido - Deputado Ruy Carneiro, corrigindo aqui os Ruis - também a esses portadores de deficiência os melhores locais nos estádios brasileiros nos jogos da Copa. Esse convênio será assinado entre a FIFA e os organizadores dos eventos, poder local, Prefeituras, Estados e Governo Federal, para que organizem a demanda e melhor façamos a inclusão dos deficientes nesses eventos esportivos.

Estamos garantindo aqui, na íntegra, a aplicação do Estatuto do Idoso. O idoso terá acesso a todas as categorias de ingresso, pedido feito pessoalmente pela Presidenta Dilma à organizadora do evento, a FIFA.

Estamos garantindo também mais uma emenda, Deputado Vicentinho, encaminhada pela CUT. Não haverá nenhuma restrição à manifestação da liberdade de expressão em defesa da dignidade humana.

Mais uma emenda do Deputado Vicentinho também, assinada pelo PT, encaminhada a pedido da CUT, no sentido de que não haverá nenhuma confusão entre o trabalho voluntário e o trabalhador comum nas obras dos eventos dos estádios da Copa do Mundo. Garante também que esses serviços dos trabalhadores voluntários não colocarão em risco a segurança e o bem-estar público dos usuários desses serviços.

Por último, Sr. Presidente, concluindo a leitura desse relatório em forma de subemenda no plenário, quero fazer a conclusão pela aprovação das Emendas nºs 3, 4, 6, 7, 10, 21, 27, 28, 35, 36, 37, 38, 42, 51 e 63 e pela rejeição das demais emendas na forma da subemenda substitutiva global de plenário apresentado à Mesa.

Está aqui, Sr. Presidente, a versão lida e assinada por mim, entregue a V.Exa.

Documento 150/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9144		RUY CARNEIRO-PSDB -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Relator do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), Deputado Vicente Candido pelo acatamento de emenda sobre a destinação de 1% das vagas nos estádios para deficientes. Sugestão ao Relator para destinação de vagas nos estádios para os acompanhantes de portadores de necessidades especiais.

O SR. RUY CARNEIRO (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Vicente Candido, antes de tudo, eu gostaria de agradecer a sensibilidade de V.Exa. que acatou a nossa emenda, destinando 1% das vagas nos estádios para as pessoas com deficiência. Mas ainda temos uma preocupação que gostaríamos que V.Exa. acatasse no texto final, que é a questão do acompanhante da pessoa com deficiência - um cadeirante, por exemplo, um deficiente visual.

Então, gostaríamos que V.Exa. resguardasse esse 1% para a pessoa com deficiência e colocasse à parte o acompanhante.

Era essa a sugestão gostaria de dar a V.Exa.

O SR. VICENTE CANDIDO - A preocupação de V.Exa. é no sentido de que, no caso de o deficiente precisar de acompanhante, não seja vedado o acesso a esse acompanhante ao estádio. É isso?

O SR. RUY CARNEIRO - Isso. Que seja desconsiderado nesse percentual de 1%.

O SR. VICENTE CANDIDO - Que não entre no percentual de 1%.

O SR. RUY CARNEIRO - Porque senão... Por exemplo: se todas as pessoas com deficiência fossem com acompanhante, cairiam as vagas de 1% para 0,5%.

O SR. VICENTE CANDIDO - Acho que é razoável a preocupação de V.Exa. Vou procurar introduzir no texto, até o final dos trabalhos, excetuando o acompanhante.

O SR. RUY CARNEIRO - Eu agradeço mais uma vez por V.Exa. ter acatado a nossa emenda.

Documento 151/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9145		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Indagação ao Relator do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), sobre o acatamento da Emenda nº 51, de autoria do Deputado Romário.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, é exatamente. Eu quero perguntar ao Relator se a Emenda nº 51, de autoria do Deputado Romário, da qual sou o coautor, que buscava uma modificação, transformando o inciso e tendo duas alíneas: alínea "a", que é o meu texto de origem em relação à formação dos atletas, à construção dos CTs; a letra "b" e "c", que passa a ter a condição de incentivo à prática esportiva às pessoas com deficiência; e o artigo "c", que é o apoio à pesquisa específica de tratamento de doenças raras.

Eu quero saber se entrou no texto, se a emenda foi acatada. Essa é a pergunta.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - As alíneas "b" e "c". Estamos acatando parcialmente a emenda de V.Exa. junto com o Deputado Romário, e o novo texto já está contemplado, Deputado.

O SR. AFONSO HAMM - Muito obrigado.

Documento 152/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 -
9145

LILIAM SÁ-PSD -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de votação em globo dos destaques simples à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Ponderações sobre a questão dos gramados dos estádios.

A SRA. LILIAM SÁ (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marco Maia, Sr. Relator, Deputado Vicente Candido, demais Deputados e Deputadas, a minha questão e o meu voto contra é porque os especialistas têm olhado com estranheza algumas exigências da FIFA.

Eu faço parte da comissão do legado que vai deixar o legado da Copa.

Em relação aos Estados que receberam a Copa do Mundo no Brasil, a empresa indicada pela FIFA, segundo informações divulgadas pela imprensa, carrega um histórico de problemas, na Europa. Além de utilizar um método de curta durabilidade, ela também foi responsável pelos gramados na Copa da África do Sul, com resultado abaixo da crítica.

A FIFA determina que o gramado da Copa deverá ser plantado nos estádios, o que pode interferir no cronograma das reformas.

A Copa de 2014 é um grande evento e, com certeza, deixará um grande legado para o País, mas devemos estar atentos a alguns pontos, Sr. Relator.

Os gramados da Copa de 2014 serão plantados no próprio solo dos estádios. Não poderão ser utilizados placas ou módulos de grama, como ocorreu na África do Sul.

A decisão de só aceitar gramas enraizadas foi tomada pela FIFA no final de 2011, o que pode acarretar atrasos. Mas, para isso não acontecer, a FIFA vai permitir que as cidades utilizem gramas em placas durante a Copa das Confederações, em 2013. Depois que terminar, os gramados serão retirados. E o dinheiro público vai para o ralo.

A troca de grama representará um gasto extra de quatro milhões.

Neste aspecto, não é possível entender a especificação fornecida pelo COL, onde está proibindo, sem justificar as razões da utilização, visto que o sistema de gramados modulares existentes no mercado permite a incorporação das especificações definidas e possibilitam também a utilização das duas soluções de fibra sintética preconizadas pelo COL. Precisamos esclarecer alguns pontos.

Quanto ao legado deixado, Sr. Relator,

A mistura de fibra sintética ao solo tem vida útil e curta e dura de 2 a 3 anos, e a mistura com a aplicação de fibra ao solo se decanta, elevando o custo da manutenção.

Outra preocupação é que as cidades, em 2014, receberão até quatro jogos ao seu término e os estádios vão ficar sem utilização permanente.

Para terminar, Sr. Presidente, eu sou do Rio de Janeiro e estou muito preocupada pelo legado deixado pela FIFA e pelo COL ao Maracanã. A minha emenda visa frustrar e evitar fraudes nos procedimentos licitatórios.

Era essa a minha questão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado à Deputada Líliam Sá.

Documento 153/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9146	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Avaliação crítica da matéria.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez estamos às voltas de uma decisão da maior importância.

Eu quero ressaltar aqui uma manifestação feita pelo Deputado Chico Alencar, do PSOL, que falou muito sobre as dificuldades que nós tivemos nas obras e, mais do que isso, a demora dos investimentos nas obras, ficando tudo para última hora.

Nós tivemos um exemplo dos mais dramáticos no Pan-Americano, que tinha uma previsão de gastos de 800 milhões de reais, e, deixando para última hora, gastou-se simplesmente 3 bilhões de reais. Não sei se é uma decisão pensada - porque há 4 anos sabemos que vamos realizar a Copa do Mundo no Brasil - ou se é uma decisão de incompetência de gestão deste Governo.

Costumo dar um exemplo muito simples. Se temos um filho que vai fazer aniversário e temos uma obra na casa a deixar pronta para essa festa, o que vai acontecer? Chegando a 10 dias do aniversário, ainda não estando pronta a obra, o que fazemos? Colocamos mais pedreiros, mais pintores, pagamos horas extras. Vai ficar muito mais caro, duas, três vezes mais caro.

É evidente que, fazendo-se na última hora essas obras que teremos para a Copa, vamos pagar duas, três vezes mais. Mas não são 1.000 reais, 2.000 reais, 3.000 reais; são bilhões de reais que a sociedade vai pagar. É isto que precisa ficar claro: a incompetência de gestão, a incompetência pela qual está se tratando essa questão das obras para a Copa do Mundo.

Há outro ponto também, Sr. Presidente, que é fundamental, com o qual estamos trabalhando. É a questão da bebida alcoólica nos estádios. Tenho aqui um relatório de quase 400 páginas que apresentei ontem, depois de mais de 10 meses de aprofundamento sobre os malefícios que o álcool está causando à sociedade brasileira.

Nós precisamos alertar que a liberação da bebida alcoólica nos estádios hoje é um péssimo exemplo que o Congresso Nacional vai dar para a sociedade brasileira. Temos dados, estatísticas que mostram as dificuldades as quais o País está enfrentando, como o problema da Previdência, com os mais de 15 mil

afastamentos, de acordo com uma pesquisa que foi feita em 2010 na Previdência Social, e o problema do SUS, que está pagando uma enorme quantidade de recursos, dando um prejuízo enorme à sociedade brasileira. Então, a questão do álcool é, sim, um problema sério, que precisa ser levado em consideração por este Plenário.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que a votação desta emenda é fundamental para que proibamos definitivamente a bebida alcoólica nos estádios, até porque nós estaremos dando um mau exemplo ao País. A legislação brasileira já existe nesse sentido e é proibitiva. Por que abri-la simplesmente para a Copa do Mundo? Vamos dar um péssimo exemplo. Do ponto de vista pedagógico, é dramático isso. Nós não o podemos permitir.

Este Plenário tem que dar uma resposta a essa questão e manter a soberania do Brasil. Não é por conta do interesse da FIFA ou daqueles que vão patrocinar a Copa que nós vamos nos voltar contra o direito que temos que ter de decidir essa questão. O Congresso Nacional é soberano e haverá de dar uma resposta nesse caso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 154/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 -
9147

AFONSO HAMM-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Defesa da aprovação a matéria.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marco Maia, colegas Deputados e Deputadas, quero agradecer a incumbência da nossa participação nesta Comissão Especial ao meu partido, o Partido Progressista; ao nosso Líder, Deputado Arthur Lira; aos nossos 39 Parlamentares.

Quem não lembra, aliás, quem esqueceu que a relação com a FIFA era uma relação absolutamente impositiva? E nós, através da Comissão da Lei Geral da Copa, passamos a chamar a FIFA para estabelecer um debate. Chamamos o Presidente Joseph Blatter e o Secretário-Geral, que inclusive incorreu num erro grave e foi corrigido pelo nosso Ministro Aldo Rebelo, que fez estabelecer uma relação de respeito e de consideração à Nação brasileira, ao povo brasileiro, ao torcedor brasileiro.

Quero cumprimentar o nosso Presidente da Comissão, Deputado Renan Filho, e todos os seus membros. Cumprimento o Relator Vicente Candido pela condição de receber emendas e incorporar ao texto melhorias significativas, significativas na oportunidade: os idosos foram contemplados em todas as categorias de

ingresso; foi criada a categoria popular, com ingressos a 25 dólares, menos de 50 reais para assistir a um jogo da Copa do Mundo; inserimos o turismo, inclusive buscando 25% dos investimentos para divulgação e promoção das 12 cidades-sede da Copa.

Inserimos também, de nossa autoria - e quero mais uma vez cumprimentá-los e por isso estamos encaminhando a favor, porque o Deputado Romário junto com a nossa bancada participou da Comissão -, um legado para o futebol, que é trabalhar nas categorias de base, buscar a construção de CTs, dos Centros de Treinamento, estruturar os nossos clubes de futebol que precisarem, pequenos, médios e os grandes. Mais do que isso, trabalhar com as crianças e jovens com deficiência e com aqueles que têm doenças diferenciadas.

Portanto, este é um relatório positivo. A Lei Geral da Copa é absolutamente um documento que nos dá condições de realizar uma grande Copa, colocando o Brasil no cenário do mundo, no cenário da oportunidade, e não só econômico, não só nas exportações, mas valorizando o futebol e a população brasileira.

Portanto, somos a favor e encaminhamos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Obrigado, Deputado.

Documento 155/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9147		PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Razões do seu posicionamento contrário à matéria.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaríamos de ter uma Copa em 2014 que tivesse, em primeiro lugar, com suas obras finalizadas no tempo adequado. Não há nenhuma obra encaminhada, sejam as de destaque, sejam as obras complementares - que em tese ficarão como legado -, sejam as de mobilidade urbana, de portos e aeroportos. Lamentavelmente, o Brasil está muito aquém do que deveria estar.

Lamento isso porque esta Copa do Mundo deveria ser um marco. Já que não temos no nosso Governo a competência para fazer as obras necessárias de infraestrutura do País, imaginava que, pelo menos, com a vinda da Copa do Mundo, teríamos essas obras: transporte urbano, portos, aeroportos. Enfim, tudo aquilo de que precisamos para melhorar as nossas cidades.

No entanto, estamos aqui ainda patinando com os temas da Lei Geral da Copa. Nem fazemos as obras de infraestrutura, nem fazemos a lei que vai regulá-las. E, quando a matéria vem ao plenário desta Casa, traz um tema que já foi banido há muito tempo pelo Estatuto do Torcedor: a bebida nos estádios.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, temos muita preocupação com esse tema, porque

quem não se lembra das brigas que havia nos estádios. Ainda nesse final de semana, vimos duas grandes torcidas de times de São Paulo se enfrentarem, causando dois óbitos. Sinto muito que o Relator não tenha tido a coragem de trazer aqui aquilo que o Estatuto do Torcedor já prevê, que é a banição de uma vez por todas de bebida nos estádios de futebol.

Somos contra, portanto, esta matéria, porque entendemos que ela não trará os benefícios que queremos para as nossas cidades, para o nosso futebol e para o nosso Brasil.

Queremos a Copa, mas também queremos... *(O microfone é desligado.)*

Documento 156/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9148		ANDRÉ MOURA-PSC -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Eleição do orador para Líder do PSC na Casa. Competência do ex-Líder do partido, Deputado Ratinho Junior. Atuação do PSC junto à Comissão Especial destinada ao exame do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Empenho da Presidenta Dilma Rousseff na realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Apresentação pelo PSC de emenda ao projeto sobre a Lei Geral da Copa, destinada à proibição do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante o evento.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero registrar que, por escolha da bancada do PSC, hoje assumimos a Liderança do nosso partido. Quero enaltecer o trabalho do nosso antecessor, Deputado Ratinho Junior, que conduziu com muita competência nossa bancada até o dia de hoje.

Então, quero inicialmente agradecer a todos os nossos pares pela confiança, a todos os nossos colegas de bancada, e também - volto a repetir -ao Deputado Ratinho Junior, que conduziu com muita maestria a nossa bancada.

O nosso partido, Sr. Presidente, o PSC atuou, durante toda a Comissão Especial da Lei Geral da Copa, defendendo pontos importantes, indo ao entendimento dos anseios da população, como, por exemplo, a questão da meia entrada para os estudantes e para os idosos, que foi uma bandeira de luta do PSC, e outros temas importantes.

Queremos aqui reconhecer o esforço que tem feito o Governo Federal, que tem feito a Presidente Dilma, para oferecer todas as condições necessárias de maneira que o País realize a maior Copa do Mundo de todos os tempos. E não tenho dúvida disso. Primeiro, pelo trabalho do Governo, segundo, pela contribuição deste Parlamento e, terceiro, porque sei que a população brasileira, verdadeira amante do futebol, vai contribuir muito para a Copa do Mundo.

Mas, Sr. Presidente, gostaria aqui de deixar uma decisão do nosso partido. Todos sabem que o PSC defende o ser humano e tem como prioridade a família. O PSC apresentou três emendas, e vamos destacar uma delas, que é a Emenda Substitutiva nº 46, já que o art. 29, pela subemenda apresentada pelo Relator, foi retirado. Mas nossa emenda diz que se suprima o art. 67, que agora é art. 66, do substitutivo adotado pela Comissão Especial do Projeto de Lei nº 2.330, a

referência ao art. 13-A da Lei nº 10.671, que é a Lei do Estatuto do Torcedor.

A posição do PSC é exatamente em defesa da família e contra a comercialização e venda de bebidas alcoólicas dentro das arenas e dos estádios durante a Copa das Confederações e também durante a Copa do Mundo.

Volto a repetir: a família sempre foi e continuará sendo uma posição firme e ideológica do PSC. Exatamente em respeito à família e àquilo que conquistamos, a proibição da venda de bebida alcoólica, que já faz parte do Estatuto do Torcedor desde 2003 e foi mantida na revisão de 2010, não podemos retroceder. Temos que avançar para preservar as famílias que, tenho certeza, vão estar nos estádios e vão fazer grande a Copa do Mundo no Brasil.

Então, esta é a posição do partido: o PSC é a favor da Copa do Mundo. O PSC está ao lado daqueles que, tenho certeza, vão contribuir muito para que a Copa em nosso País seja a maior de todos os tempos.

Logicamente, não podemos ir de encontro àquela que é uma das nossas principais bandeiras de luta: a família, o seu bem-estar e segurança, bem como aquilo que conquistamos com a formulação do Estatuto do Torcedor.

Por isso, encaminhamos, Sr. Presidente, aqui a votação contrária. O PSC encaminha o voto "não" à Lei Geral da Copa do Mundo, mas não contra a Copa do Mundo, e sim contra a comercialização e a venda de bebida alcóolica nos estádios de futebol, por respeito à família.

É só, Sr. Presidente.

Documento 157/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9148	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO-DEM -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Estabelecimento de consenso entre a Oposição e o Governo para a votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Elogio ao Líder do Governo na Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, pela postura adotada na votação da matéria. Contribuição do DEM para o aperfeiçoamento do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Declaração de voto a favor da aprovação da proposição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a votação de hoje tem dois significados muito importantes. O primeiro é mostrar que esta Casa tem absoluta consciência do seu dever, das suas prerrogativas e das suas responsabilidades. Afinal de contas, se estamos votando hoje a Lei Geral da Copa é porque houve uma construção ampla, com apoio de diversos líderes partidários, conduzidos que fomos pelo Presidente Marco Maia e, com isso, viabilizamos um entendimento em que a Casa sai ganhando, a Câmara dos Deputados se reafirma como Poder e o Brasil nos aplaude e nos aplaudirá por estarmos no dia de hoje votando a Lei Geral da Copa.

Vejam V.Exas. que, na semana passada, quando a Presidente da República quis impor a esta Casa a votação da Lei Geral da Copa, a Câmara reagiu. O Governo, que tem uma base de mais de 400 Deputados nesta Casa, só conseguiu o apoio de 135 Deputados e Deputadas deste Plenário,

exatamente porque a Câmara soube mostrar ao Poder Executivo que quem constrói sua pauta, quem define seu cronograma de votações, quem estabelece suas prioridades somos nós. O Governo deve dialogar, deve buscar uma construção na base exatamente do entendimento e respeitar a Câmara dos Deputados. Na semana passada, o Governo não respeitou a Câmara.

Aí vem, portanto, o segundo significado importante da votação do dia de hoje.

Esperamos que essa votação sirva de ensinamento. Esperamos que ela seja pedagógica para a Presidente da República, que, a partir de agora, deve procurar o caminho do consenso, da construção na base do diálogo, da negociação, da concessão na discussão das matérias, e não o caminho da imposição.

Estamos hoje votando a Lei da Copa, inclusive surpreendendo a muitos que apostavam que esta semana seria de paralisia total e completa na Câmara dos Deputados. É evidente que a posição do Presidente Marco Maia para garantir a votação do Código Florestal ainda no mês de abril foi decisiva e fundamental. Por isso, chegamos à conclusão de que a crise viajou com a Presidente, que a crise se foi com ela. Espero que, quando a Presidente voltar ao Brasil, a crise não volte com ela, porque, como brasileiro e como Parlamentar, eu não quero ver esta Casa paralisada por conta dos desacertos da base do Governo.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou obrigado a fazer um registro da postura correta do Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia, na votação desse tema. Hoje, o Líder Arlindo me convidou para uma reunião com o Relator da matéria, o Deputado Vicente Cândido. O Democratas iria apresentar três destaques exatamente com emendas que gostaríamos alterar o texto.

O Líder Arlindo Chinaglia teve a sensibilidade de nos convidar para uma negociação, e conjuntamente, com a concordância - diria mais -, com a liderança do Relator conseguimos alterar o texto. Existem três mudanças significativas que estarão sendo aprovadas no dia de hoje graças a uma contribuição do Democratas. Quero destacar três pedindo a tolerância do Presidente.

A primeira é que estamos assegurando, em todos os jogos da seleção brasileira, que pelo menos 10% dos ingressos sejam oferecidos à Categoria 4. Categoria 4 é aquela que garante ingressos mais baratos a estudante, a idoso, a beneficiário do Bolsa Família e a portador de deficiência. Portanto, em todos os jogos do Brasil pelo menos 10% dos ingressos estarão assegurados àqueles que não podem pagar ingressos caros.

Assim como, Sr. Presidente, asseguramos que, em todos os jogos da Copa do Mundo, em todos os estádios que irão sediar a Copa do Mundo, ingressos serão destinados a portadores de deficiência, independente da categoria, que é o mais importante. Eles terão essa garantia. Se não puder garantir na Categoria 4, vai ser garantido em outras Categorias, de acordo com a adequação de cada estádio de futebol.

Sr. Presidente Marco Maia, contribuímos também com outra sugestão importante que exatamente disciplina a forma como será feito o sorteio desses ingressos da Categoria 4, ou seja, dos ingressos mais baratos. Não havia nenhum ordenamento. Agora, não, estamos mostrando que o sorteio tem que respeitar os princípios da publicidade e da impessoalidade, que o Governo vai ter que acompanhar o sorteio, que terá que ser realizado com uma antecedência mínima, de tal forma que não haja confusão, e que aquele que vai ser beneficiado com o pagamento do ingresso mais barato possa se organizar e efetivamente participar dos jogos da Copa do Mundo.

Dessa forma, Sr. Presidente - já concluindo -, quero dizer a V.Exa. que hoje é um dia de afirmação da Câmara dos Deputados. Nós - e faço o registro das palavras do Líder Henrique Eduardo Alves -, que muitas vezes somos condenados injustamente, nós, que muitas vezes somos vistos pela sociedade e pela opinião

pública de forma negativa, estamos aqui por iniciativa própria, por decisão dos Deputados e Deputadas do País, e por uma articulação competente do Presidente e dos líderes partidários, garantindo a aprovação da Lei Geral da Copa. Se não é a lei perfeita, foi a lei possível, que traduz a ampla negociação, que deve ser o espírito permanente da construção do Legislativo. Espero que isso seja compreendido pelo Poder Executivo e pela Presidente Dilma Rousseff. Agradeço, Sr. Presidente Marco Maia. Depois faremos o encaminhamento de cada um dos destaques. Votaremos a favor da Lei Geral da Copa do Mundo.

Documento 158/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9150

ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Líderes partidários e aos Deputados pelas manifestações de apoio recebidas por ocasião da indicação do orador para o exercício do cargo de Líder do Governo na Casa. Contradições do discurso do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Transferência para os Estados da responsabilidade pela liberação do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria, em primeiro lugar, agradecer as manifestações dos líderes - Deputadas e Deputados - no momento em que eu fui indicado Líder do Governo. Agradeço aos líderes da base, mas, nessas circunstâncias, especialmente aos da Oposição.

E é com este diálogo que eu quero dizer que o Líder Neto foi preciso, e até generoso, quando relatou, por livre e espontânea vontade, a conversa que tivemos, com a participação do Relator, e onde, a partir do mérito das emendas e eventuais destaques que o Democratas iria apresentar, nós ajustamos a redação e o Relator e nós, do Governo, acatamos todas as emendas e/ou destaques.

O motivo de eu ter vindo aqui, tendo provocado inclusive o comentário do Presidente Marco Maia, não é porque estejamos assim tão animados para fazer o debate menor. Da mesma maneira que reconheci a justiça com que o Líder Neto fez referência a mim, quero dizer que ele foi injusto e até quero apontar uma contradição nas suas palavras. Quando ele disse que, na semana passada, a Presidenta Dilma Rousseff tentou impor a votação da Lei Geral da Copa e que o Parlamento teria reagido e dado uma lição no Executivo, não corresponde aos fatos. Primeiro, seria, acatando a tese, que em nossa opinião é equivocada, uma completa - usando uma palavra forte - desmoralização do Presidente da Câmara, elogiado pelos Líderes da Oposição e por nós também pelo seu papel de coordenar, por quê? Se fosse a Presidente Dilma Rousseff que tivesse tentado, o que estaria fazendo o Presidente Marco Maia? Seria apenas um estafeta, pautando apenas o que a Presidenta teria estipulado.

Não, o Presidente Marco Maia, com o mesmo intuito que coordenou junto com todos os Líderes e com o Líder do Governo a possibilidade de votarmos a Lei Geral da Copa sem obstrução, fez uma tentativa para ver se seria possível votar a Lei Geral da Copa. Teria sido bem sucedida, mas não foi porque a questão do

Código Florestal ainda contaminava as preocupações, aí sim, de uma maioria que se consolidou naquele momento no plenário.

A segunda observação que eu gostaria de fazer é quando diz: *"Espero que na volta da Presidenta Dilma não volte a crise"*. Mas, qual crise? Aí ele falou que a base aliada está batendo cabeça. Primeiro ele faz uma crítica dura, sem perceber, naturalmente, ao Presidente da Câmara, depois critica toda a base aliada, aquela que ele ressaltou que tinha reagido à Presidente Dilma, fazendo aqui, digamos, a alforria do Legislativo.

Estou, naturalmente, aqui restabelecendo dessa maneira um diálogo franco com o Líder Neto, capaz, arguto, mas que precisamos então, nesses debates - sempre bem-vindos, sem perder o objetivo maior, que é o de defender os interesses do País -, fazer a disputa política dentro dos limites daquilo que são os fatos. Mas eu o provoquei até para mostrar que não procedia.

Finalizo, porque tem uma faixa ali do PSDB. Quero dizer que o Governador Alckmin, há poucos dias, reclamou que nós aqui, o Governo, não estaria resolvendo a parada da venda de bebidas e estava deixando para os Estados. É verdade que fizemos uma mudança, com a concordância do Relator Vicente Candido, através dessa subemenda que ele apresentou. Ele foi sensível, foi um Relator competente, eu o cumprimento e agradeço pela sensibilidade, mas o fato é o seguinte:

nós encontramos o melhor caminho para aprovar neste plenário a Lei Geral da Copa. E por que essa é a nossa responsabilidade principal? Futebol talvez seja no Brasil - e lamentamos - a única oportunidade, às vezes cara, de diversão do povo brasileiro. É só perguntar para cada brasileiro e brasileira se está a favor ou contra realizar a Copa.

Ouvi comentários de que o Brasil está perdendo, está cedendo na sua soberania. Não! O Brasil escolheu disputar, trazer a Copa para cá. Portanto, não há quebra de soberania, quando o país quer e concorda em cumprir com as regras.

A pergunta que fica é a seguinte: o Governador Geraldo Alckmin, que assinou um contrato semelhante e deverá inclusive negociar, se necessário, com a própria Assembleia Legislativa, vai propor ao PSDB romper o contrato que, em nome do Estado de São Paulo, o Governador Serra ou o Governador Alckmin tem plena responsabilidade? Não creio.

Chamo a atenção de forma carinhosa, porque não podemos fazer um discurso aqui no plenário da Câmara e, depois, em um ambiente menor, com menor repercussão, mudar de opinião. Não! O que estamos defendendo - e o povo brasileiro com certeza apoia isso -, primeiro, é que a soberania nunca esteve em questão. A África do Sul teve que aceitar 16 exigências; a Alemanha, 14; o Brasil, 11. Como disse o Relator, o Brasil conseguiu, inclusive por orientação e convicção do Governo, preservar integralmente o Estatuto do Idoso. São 300 mil ingressos para os de baixa renda. Portanto, assim como se faz momentaneamente a suspensão de uma boa e rigorosa legislação do cigarro para que o Brasil mantenha aqui a corrida de Fórmula 1, é bom que se reflita que 1 hora, 2 horas, 3 horas num estádio é que vão transformar um abstinente num doente alcoólico. Não é nada disso.

Agradeço, Presidente. Cumprimento todos os Parlamentares. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado.

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9151

JILMAR TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PT à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprindo este acordo do Governo brasileiro com a FIFA, para que nós tenhamos uma Copa à altura do Brasil, depois de várias alterações que o Relator permitiu no seu relatório, o texto está pronto para se votar. Nós estamos cumprindo o acordo do Governo brasileiro com a FIFA, vamos fazer a melhor Copa do Mundo que já existiu.

Portanto, o PT é favorável à subemenda que o Relator apresentou.

Documento 160/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9151

RENAN CALHEIROS-PMDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PMDB à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB discutiu bastante a Lei Geral da Copa, acompanhou de perto o relatório do Deputado Vicente Candido. A Lei Geral da Copa é importante para o Brasil para, por um lado, permitir que a FIFA faça aqui a maior de todas as Copas do Mundo, e, por outro lado, garantir os direitos sociais do povo brasileiro. Isso foi feito no relatório do Deputado Vicente Candido, garantindo o Estatuto do Idoso, garantindo o Código de Defesa do Consumidor, garantindo o Estatuto do Torcedor, garantindo ingressos a preços populares a estudantes e a beneficiários do Programa Bolsa Família. De forma que a gente acredita que o relatório apresentado hoje atende às expectativas do povo brasileiro.

Portanto, o PMDB vota "sim", Sr. Presidente. *(Palmas.)*

Documento 161/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9151

CESAR COLNAGO-PSDB -ES

Sumário

Posicionamento favorável do PSDB à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vai encaminhar favoravelmente, tendo em vista a importância da Copa do Mundo. Fizemos algumas emendas, que foram contempladas. Faremos destaques, principalmente no que diz respeito à questão da venda de bebidas alcóolicas nos estádios, que somos contrários. Entendemos da importância desse evento, dos ajustes que o Relator fez na apresentação de temas caros para os idosos, os estudantes, aqueles que têm a garantia da lei brasileira.

Por isso, vamos votar favoravelmente.

Documento 162/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9151		GUILHERME CAMPOS-PSD -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSD à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota favoravelmente à Lei da Copa, fruto dessa ampla negociação, realizada na tarde ontem, em que os Deputados do PSD, que são os Deputados responsáveis pela condução do processo dentro do Código Florestal, chegaram a um acordo. O partido deliberou, em reunião de bancada, ser favorável à aprovação da Lei da Copa, deixando livres aqueles Deputados, especificamente no assunto álcool nos estádios, para que possam votar conforme sua convicção. Mas entendemos que é importante e devemos votar. Encaminhamos "sim", Sr. Presidente.

Documento 163/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9151		GORETE PEREIRA-PR -CE

Sumário

Posicionamento favorável do PR à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

A SRA. GORETE PEREIRA (Bloco/PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PR vai votar "sim", para que o Brasil possa cumprir o acordo com a FIFA. Assim, não vamos perder a nossa credibilidade.

Documento 164/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9151		LUCIANA SANTOS-PCDOB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do Bloco PSB/PCdoB à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

A SRA. LUCIANA SANTOS (Bloco/PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós votamos a favor do relatório. Queremos agradecer ao Relator Vicente Candido, do Partido dos Trabalhadores, e ao Presidente da Comissão Especial, o Deputado Renan Filho, que fizeram um esforço tremendo para garantir a autonomia da legislação brasileira e, ao mesmo tempo, cumprir os acordos que o Estado brasileiro fez quando da assinatura do caderno de encargos para a candidatura do Brasil à Copa do Mundo.

Quero destacar o papel da Deputada Jô Moraes e do Deputado Delegado Protógenes, da minha bancada, que vêm acompanhando de perto todos os avanços e conquistas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputada Luciana Santos. O PSB e o PCdoB votam "sim".

Documento 165/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9152		ARTHUR LIRA-PP -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PP à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto

de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ARTHUR LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na noite de hoje, temos a oportunidade de votar nesta Casa, por unanimidade, não tenho dúvida, a Lei Geral da Copa. Quero parabenizar V.Exa. pelo esforço para a construção deste momento e a condução dos processos da Casa.

A Lei Geral da Copa resgata e traz benefícios para a sociedade brasileira, como já foi dito pelo Relator e pelo Presidente da Comissão, o Deputado Renan Filho. Portanto, o PP, sintonizado com as garantias e com os avanços que a Lei Geral da Copa traz e ciente da importância da realização deste evento para o Brasil, vota "sim".

Documento 166/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9152	PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do DEM à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. por ter resolvido o impasse entre esta Casa legislativa e o Palácio do Planalto. Estamos votando hoje o projeto referente à Lei Geral da Copa.

Com a interferência de V.Exa. e do Líder do Governo, o Deputado Arlindo Chinaglia, diante do acolhimento das emendas, ressalvados os destaques que serão votados nominalmente, nós vamos votar "sim", para que efetivamente tenhamos uma Copa que faça história no nosso Brasil. Teremos a melhor Copa do Mundo dos últimos tempos.

Gostaria também que as obras estivessem prontas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O Democratas vota "sim".

Documento 167/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9152	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PDT à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, corroborando as palavras dos demais colegas, queremos ressaltar o esforço de V.Exa. para que pudéssemos não apenas aprovar hoje a Lei Geral da Copa e discutir pontos ainda duvidosos, mas também ressaltar a receptividade que o Relator Vicente Candido teve para com todos, independentemente de ser da base ou da Oposição, na perspectiva de que pudéssemos aprimorar, o quanto possível, a Lei Geral da Copa. Portanto, o PDT se sente honrado de ter tido acolhidas algumas emendas que foram apresentadas pelo Relator. Depois explicitaremos quais são. O PDT orienta o voto "sim".

Documento 168/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9152		CARMEN ZANOTTO-PPS -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do Bloco PV/PPS à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Bloco PV/PPS orienta "sim". Quero destacar o trabalho realizado pela Comissão, na pessoa do nosso Presidente, o Deputado Renan Filho, e do nosso Relator, o Deputado Vicente Candido, lembrando que o PPS foi o primeiro partido a apresentar uma emenda para que não se permita a venda de bebidas alcóolicas durante os jogos da Copa do Mundo e da Copa das Confederações. Por quê, Sr. Presidente? Repito, mais uma vez: porque já temos uma lei que trata desse assunto. Trata-se de um caso de saúde pública, que é o bem maior da população brasileira. Portanto, o PPS e o PV concordam com a realização, concordam com o substitutivo, ressaltando, é claro, os destaques que vamos votar em seguida.

Documento 169/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9152		ANDRÉ MOURA-PSC -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSC à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como já dissemos, a posição do PSC é contrária à comercialização e à venda de bebidas alcóolicas nos estádios, mas o PSC quer dizer que é a favor da Lei Geral da Copa, é a favor da Copa do Mundo, na certeza de que vamos fazer a maior Copa do Mundo de todos os tempos.

Queremos enaltecer a dedicação do Governo Federal em oferecer as condições necessárias para que a Copa ocorra.

Parabenizamos V.Exa., Sr. Presidente, pela participação e pelo trabalho desenvolvido para chegarmos a esta votação na noite de hoje, conduzida com muita competência. Parabenizamos, igualmente, o Presidente da Comissão Especial, o Deputado Renan Filho, que se dedicou ao máximo para votarmos a Lei Geral da Copa hoje.

No entanto, o PSC deixa clara a posição de que é contrário à venda de bebidas alcóolicas. Vamos encaminhar o voto "sim", ressaltando o destaque, em especial o destaque apresentado pela nossa bancada, que suprime o disposto no art. 13-A, oferecido no art. 68 pelo Relator, o Deputado Vicente Candido.

O PSC encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado André Moura.

Documento 170/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9153

ACELINO POPÓ-PRB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PRB à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ACELINO POPÓ (PRB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como grande representante do esporte brasileiro, como Presidente da Frente Parlamentar do Esporte, como Presidente do PRB Esporte, registro que o PRB vota "sim".

Documento 171/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9153

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO**Sumário**

Razões do posicionamento contrário do PSOL à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL, que é a favor da realização da Copa do Mundo no Brasil, diz "não" ao estado futebolístico de exceção que se está criando no Brasil.

Nós já temos o sobrepreço, o superfaturamento das obras com atrasos dirigidos, intencionais. Só três estádios têm 50% das suas obras tocadas até agora, o que significa sobrepreço, aditamento e roubo do dinheiro público. O TCU apontou isso.

Nós somos contra a Lei Geral da Copa que o Relator nos traz, porque ela abre as patentes privilegiadas para a FIFA - mais de mil produtos com isenção fiscal até o fim de 2014 -, e mesmo a meia-entrada, de que se fala aqui, é contra a nossa legislação. É um número limitado de ingressos, e o pior tipo deles, o tipo 4.

Nós vemos que até o calendário escolar, que é estimulado pelos jogos da Copa, vai ser alterado inteiramente. Isso é um desrespeito.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Chico Alencar.

Documento 172/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9153

ANTONIO CARLOS MENDES THAME-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO**Sumário**

Posicionamento favorável da Minoria Parlamentar à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Apreensão com o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, aplicável às licitações e contratos necessários à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Como líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje estamos aprovando a Lei Geral da Copa, tendo em vista a sua relevância e a necessidade de cumprir a legislação, permitindo, assim, a realização da Copa do Mundo no País, desejo de todos nós.

Mas não há como deixar de registrar dois...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Só um minuto, Deputado Mendes Thame. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Não há como deixar de registrar dois fatos extremamente relevantes. O primeiro foi muito bem colocado pelo Líder do Governo, o Deputado Arlindo Chinaglia. A fórmula encontrada para se chegar a uma metodologia que permitisse a aprovação foi jogar para os Estados a resolução da questão da bebida. Se isso, por um lado, facilita a aprovação hoje, por outro lado, não deixa de ser um jogo de empurra, empurrando a solução para ser resolvida em cada uma das Assembleias Legislativas dos Estados onde haverá jogos.

Portanto, trata-se de um precedente perigoso, em que nós nos abstermos de exercer nosso papel de enfrentar os problemas e chegar, ao final de cada uma das votações, discutindo, tentando convencer, notadamente no caso em que o Governo tem uma maioria tão folgada.

Mas, há uma outra herança muito pior do que essa, muito mais grave, que não está aqui na Lei Geral da Copa, mas é uma herança em função da Copa do Mundo, que é a questão do regime diferenciado de contratações.

Nós estamos abrindo um precedente. Abrimos um precedente gravíssimo com relação à aplicação da Lei das Licitações, a 8.666: nós estamos permitindo obras que se iniciam com menos do que um projeto básico, com um anteprojeto de engenharia.

Junto com o Líder do PSDB, Bruno Araújo, com o Líder do PPS, Rubens Bueno, com o Vice-Líder do DEM, Felipe Maia, e muitos outros Deputados, visitando as obras de transposição das águas do Rio São Francisco no Ceará, nós percebemos a gravidade do que é começar uma obra apenas com o projeto básico e sem o projeto executivo, quanto mais iniciar uma obra com apenas um anteprojeto de engenharia.

O resultado é o superfaturamento, é a indução aos aditivos. E é exatamente isso que nós estamos vendo nas obras da Copa do Mundo.

Por um lado, há o caso aqui do estádio de Brasília, que já teve 11 aditivos. Inacreditável, pasmemos todos nós: 11 aditivos! Aquilo que estava planejado para custar um determinado valor já aumentou mais de 200 milhões de reais, chegando a 900 milhões de reais. E não será surpresa se ultrapassar 1 bilhão de reais.

Por outro lado, esse regime diferenciado de contratações só ajuda exatamente isso - o superfaturamento, os aditivos, a delinquência -, porque não facilita de fato a conclusão das obras. O que nós estamos vendo são obras paradas em todo o Brasil, ou com uma imensa dificuldade de serem construídas.

As conclusões dos aeroportos, é o próprio Governo, o próprio IPEA, órgão do Governo, que diz que não ficarão prontos 9 dos 13 aeroportos em obras para ampliar a sua capacidade de oferecer acomodações, oferecer pouso e decolagem aos aviões para a Copa. Nove dos treze não ficarão prontos!

Por outro lado, na questão da construção dos 12 estádios, nós constatamos também que o custo das obras quase dobrou. Estava previsto inicialmente o valor de 5,3 bilhões. Hoje, com os aumentos, com os auditivos, com os realinhamentos de preços, esse valor já passa de 7,8 bilhões.

E mais um último detalhe, de que muita gente não tem falado e que sistematicamente vem sendo levantado pelo Deputado Nilson Leitão: os empréstimos do BNDES para a construção de estádios são arcados pelos Estados e até pelas municipalidades, ou seja, o povo desses Estados e o povo dessas cidades é que vão arcar, por muitos anos, com o custo desses imensos elefantes brancos.

Não é o Governo Federal que está arcando totalmente com essas obras.

Por tudo isso, com esses dois alertas, nós imaginamos que possamos ter um

grande espetáculo, mas a um custo imenso para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 173/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9154		VICENTE CANDIDO-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO RELATOR DISCURSO

Sumário

Esclarecimentos ao Plenário sobre alteração procedida na redação do art. 26 da Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me fazer um esclarecimento ao Plenário, devido ao acatamento das emendas e também da contribuição do Deputado Ruy Carneiro no art. 26, § 5º.

Quero fazer a leitura aqui, rapidamente, da nova redação que vai fazer parte do texto que vai ser distribuído daqui a pouco. Seria o seguinte:

"Os entes federados e a FIFA poderão celebrar acordos para viabilizar o acesso e a venda de ingressos em locais de boa visibilidade para as pessoas com deficiência e seus acompanhantes, sendo assegurado, na forma do regulamento, pelo menos 1% do número de ingressos ofertados (...)" Estou incluindo aqui a observação do Deputado Ruy Carneiro: "excetuados os acompanhantes". E segue o texto: "(...) observada a existência de instalações adequadas e específicas dos locais oficiais da competição."

Por último, Sr. Presidente, vai haver toda uma renumeração aqui das remissões, o que também está acertado no texto que será distribuído daqui a pouco.

Muito obrigado.

Documento 174/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9154		BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de votação nominal dos dois destaques à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que versam sobre bebida alcoólica

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, V.Exa vai abrir destaques. Nós estamos só fazendo questão de recompor o que foi tratado ao longo dessa tarde, sobretudo também com os Líderes do Governo, no sentido de nós garantirmos a votação nominal de dois destaques: um, com a Emenda nº 1 de Plenário; e o terceiro destaque ao 13-A. Há entendimento no sentido de consolidar essa posição, referendando de forma pública, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O tema do Destaque 13-A está também na Emenda de nº 1. Então, se for aprovado, está resolvido e não precisa votar o segundo destaque; se for rejeitado, está resolvido também, porque o Plenário já tomou uma decisão sobre o tema.

Então, está prejudicado esse destaque pela votação do Destaque nº 1.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, no nosso entendimento, não.

O primeiro trata especificamente da terminologia de "vedação à bebida", e o segundo faz menção a "não permitir a suspensão do Estatuto do Torcedor". São posições diferentes. Podem, na prática, significar a mesma coisa, mas com procedimentos diferentes.

Portanto, eu apelo para sensibilidade de V.Exa., para deixar claro que são matérias em que cabem discussões diferentes. Primeiramente, Sr. Presidente, porque o primeiro item pode vetar a bebida alcoólica; e o segundo pode não permitir que haja a transferência da decisão para os Estados.

Então, no final, o objetivo pode ser o mesmo, mas por meios diferentes, dado que o segundo é mais amplo do que o primeiro, porque retira tudo do 13-A.

Esse é o nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu pergunto se é o entendimento de todos os Líderes em relação a esta matéria. *(Pausa.)*

Nós teremos duas votações de destaque de duas matérias que são...

O SR. LINCOLN PORTELA - Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO CUNHA - Está correto. Precisa haver duas votações.

Documento 175/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9155	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Proposta de procedimento para votação dos dois destaques à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa),que versam sobre bebida alcoólica.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Um esclarecimento, Sr. Presidente.

Nós tínhamos acordados seis encaminhamentos a favor e seis

encaminhamentos contrários à questão das bebidas alcoólicas. Como nós vamos ter 2 destaques que versam praticamente sobre o mesmo assunto, uma sugestão que nós fazemos é que sejam três e três em cada um dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Isso. Vamos trabalhar com essa proposta porque ela é melhor, até porque, se nós fizermos seis em cada uma delas, contra e a favor, volto a dizer que nós saímos daqui depois da meia-noite de hoje, para a votação desse destaque.

Então, quais são os destaques que serão votados nominalmente? É o de nº 1?

(Não identificado) - Não, são os de nºs 2 e 3.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Os de nºs 2 e 3.

Documento 176/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9155		AROLDE DE OLIVEIRA-PSD -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Capítulo IV da Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que trata da Responsabilidade Civil da União.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a Emenda nº 1, que estou defendendo neste momento, propõe a supressão do Capítulo IV da Lei Geral do substitutivo proposto pelo Relator.

Esse Capítulo IV, no art. 22, estatui:

"A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à FIFA, seus respectivos representantes legais, empregados ou consultores, na forma do art. 37, § 6º, da Constituição."

O art. 23 estatui:

"A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos."

O art. 24 diz:

"A União poderá constituir garantias ou contratar seguro privado, ainda que internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura de riscos relacionados aos Eventos."

Essa é uma responsabilidade onerosa e desnecessária atribuída à União.

A proposição impõe responsabilidade à União sem necessidade de provar que tenha agido de forma culposa, bastando comprovar o dano existente e o nexo causal, e ainda impede que a União alegue as excludentes de responsabilidade, caso fortuito e força maior.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, não há necessidade, porque a legislação, tanto a Constituição quanto a legislação infraconstitucional, já tem a definição e todo o estabelecimento do regime de responsabilidade civil. Por que dar esse privilégio à FIFA, aos seus representantes e empregados? Não há nenhuma

necessidade. Este capítulo pode ser totalmente suprimido. Esta é a nossa posição, é a posição do PSD.

Além do mais, todos os outros casos de segurança serão regidos por essa legislação infraconstitucional nos processos administrativos, o que é injusto, se os casos são os mesmos. Por que o Brasil vai ter de pagar esses seguros, ou internamente ou externamente, mas vai ter de pagar esses seguros para garantia de...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Deputado, nós temos seis destaques para serem votados. Então, pediria que cumprisse rigorosamente o tempo, senão, nós vamos sair daqui mais de meia-noite.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Obrigado, Presidente. Apenas para encerrar.

Então, nós pedimos aos companheiros, aos colegas, às colegas que reflitam sobre isso e nos acompanhem na defesa desta emenda do Partido Social Democrático.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 177/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9156		SIBÁ MACHADO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Capítulo IV da Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que trata da Responsabilidade Civil da União.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos terminantemente contra a emenda. O texto é claro, o Relator está claro, a proposição diz que a União fica responsável por qualquer tipo de incidente que venha a ocorrer e, na sequência, a União vai responsabilizar a quem for de direito.

Neste caso recomendamos a manutenção do texto e contra o destaque apresentado.

Documento 178/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9156		JILMAR TATTO-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO

Sumário

Encaminhamento da votação do Capítulo IV da Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que trata da Responsabilidade Civil da União.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade há uma consulta que a FIFA está fazendo à Advocacia Geral da União a respeito deste Capítulo IV, que é bastante polêmico, mas que foi muito discutido na Comissão Especial.

Eu entendo as preocupações do PSD em relação a esse item, mas isso está na Constituição, que, em seu art. 37, § 6º, trata exatamente desse artigo, garante a nossa soberania, as garantias de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, e garante, depois, o ressarcimento.

Então, por segurança jurídica e respeitando todo o processo que está acontecendo de diálogo com a FIFA, considero mais prudente mantermos o texto, até porque ele não agride em nenhum momento a Constituição, mesmo respeitando as preocupações do PSD.

Portanto, pela manutenção do texto do Relator, Sr. Presidente.

Documento 179/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9157		BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Como líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Senhores, vimos hoje uma autoridade argentina, vice-presidente da FIFA, amanhecer nos principais sites do Brasil com a seguinte fala: *"A Copa do Mundo é da FIFA. Ela apenas ocorre no Brasil"*.

Será que não seria a Copa do Mundo é da FIFA e a conta é do Brasil? Será, Sras. e Senhores, que um País que vai investir mais de 6 bilhões de reais não tem o direito de impor e dividir posições fundamentais em relação à Copa do Mundo?

O que vamos votar aqui, agora, é mais do que uma posição de cunho religioso, é mais do que o respeito à cultura da não bebida nos estádios. É, sobretudo, respeitarmos o compromisso que assumimos no dia 15 de junho de 2007. Nessa data, o Presidente Lula acertou com a FIFA que iria cumprir, inclusive, os dispositivos comerciais de alimentos e bebidas sem a expressão alcoólica nos estádios.

Mais ainda, senhoras e senhores, aqueles Deputados que quiserem e souberem sobretudo votar com a posição do conhecimento e da informação vão ler o

testemunho do Promotor de Justiça, o Sr. Baeta, de Minas Gerais, que disse: "O delegado de segurança dos estádios da FIFA, em 7 de março de 2007, o Sr. Walter Gagg, durante visita aos estádios que receberiam jogos da Copa do Mundo, afirmou: 'A FIFA não permite. Desde que adotamos a medida de não haver álcool nos estádios, houve redução significativa da violência em torno e dentro dos estádios do mundo todo'." O regulamento da FIFA, na data do compromisso firmado pelo Estado brasileiro, não permitia bebida nos estádios. A FIFA mudou a sua política 2 anos após o tratado acertado de forma unilateral, sem ouvir as autoridades brasileiras.

O que aqui tem sido dito não é verdade, tem-se falseado a verdade.

Por isso, aqueles que têm posição de cunho religioso e aqueles que acreditam que culturalmente nós já fixamos um número de jovens que não conhecem o que é bebida nos estádios assumam e adotem a crença de que é mentira! Não assumimos compromisso com a FIFA, e os documentos não nos deixam mentir.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Peço licença a V.Exa. para prorrogar a sessão por mais uma hora.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Mais ainda, Sr. Presidente: é covardia deste Congresso Nacional não ter coragem de decidir sobre este tema! É covardia desta Casa remeter aos Deputados Estaduais decisão que é nossa!

O Governo, no Código Florestal, diz que os Estados não têm competência para legislar sobre matéria ambiental e diz que em relação às biritas a responsabilidade é dos Estados federados. É essa a posição que nós vamos votar! É essa a decisão que os senhores vão tomar!

Mais do que ter ou não ter bebida, o que os senhores vão decidir? O AI-5 suspendeu direitos e garantias individuais e, de lá para cá, nós não conhecemos uma única lei que tenha suspenso por 30 dias uma lei decidida pelo Congresso Nacional. É isto que está em jogo: a autoridade institucional do Congresso brasileiro.

Aqueles que acreditam que a bebida é um instrumento para não levar as famílias aos estádios votem contra! Aqueles que acreditam que o Governo brasileiro teve as regras do jogo mudadas no meio do caminho, como é típico do futebol, votem contra esse dispositivo. Aqueles que acreditarem que o seu mandato lhes dá autoridade para decidir não transfiram aos Deputados Estaduais a missão de legislar sobre algo que é de competência da Câmara dos Deputados.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, deixamos de lado Governo e Oposição, todos votamos juntos com a Lei Geral da Copa. Mas não vai deixar de haver Copa do Mundo por causa da birita, porque nossos compromissos são maiores que o Estado brasileiro. Vamos falar com força, com altivez, com o tamanho que temos no cenário nacional, dizendo que nossos compromissos são maiores do que aceitar a birita nos estádios, nossos compromissos são maiores do que delegar aos Estados aquilo que pode ser decidido na entidade federal.

Era isso, Sr. Presidente. (Palmas.)

Documento 180/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 -
9158

VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições. Críticas ao comportamento da FIFA.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus caros colegas do Congresso Nacional brasileiro, nós estamos diante de uma decisão da maior importância. Este é o momento de dizer se o Congresso Nacional brasileiro está ou não de cócoras para a FIFA e para os patrocinadores da Copa do Mundo. É o chamamento que a sociedade brasileira faz contra a possibilidade de o Congresso Nacional dar um péssimo exemplo, um mau exemplo sobre essa trajetória cada vez maior do aumento do consumo de álcool em nosso País.

Nós vamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com essa decisão, mostrar a independência do Congresso Nacional. Não é independência em relação ao Governo, porque o Governo fez compromissos - dizem aqueles que se defendem - que foram aqui desmontados e desmentidos pelo meu Líder, que meu antecedeu, porque, quando foi feito o acordo da Copa, a FIFA exigia que os estádios onde os jogos da Copa seriam realizados não tivessem bebida alcoólica.

Nós precisamos mostrar que o Congresso Nacional é independente em relação à pressão que faz a FIFA, à pressão que fazem aqueles que hoje patrocinam a Copa do mundo.

Nós precisamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que nós não daremos um mau exemplo à sociedade, que nós manteremos a soberania nacional. Porque existe uma lei hoje neste País que proíbe a venda de bebidas alcólicas nos estádios. E há 6 anos essa proibição está presente. E as crianças que tinham 11, 12 anos quando houve essa proibição estão hoje com seus 18, 19 anos e livres da pressão da bebida alcóolica. Elas estão nos estádios, da paixão pelo futebol e pela bebida, que não combinam. Será um exemplo mal feito que dá o Congresso Nacional se isso for aprovado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de 10 meses de estudos, não há hipótese de desconhecer os malefícios que o álcool hoje inflige à sociedade brasileira. É impressionante como temos uma conta alta para pagar em função do alcoolismo. Hoje, 10% da população brasileira consome álcool no seu mais alto nível, precisando do Estado brasileiro para cuidar da saúde desses doentes. A Previdência, no ano de 2010, gastou 13 bilhões de reais com aqueles que, em função da bebida alcóolica, tiveram que se afastar do trabalho.

Esse é o resultado de um trabalho sério feito por uma Comissão de 25 Deputados no Congresso Nacional. Que exemplo vamos dar agora para a sociedade? Temos que dar um exemplo de altivez e soberania, de independência deste Congresso.

Eu peço aos meus colegas que votem nessa emenda que expressamente proíbe a venda de bebida alcóolica nos estádios durante a Copa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

059.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 -
9158

SARNEY FILHO-PV -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições. Razões do seu posicionamento contrário à emenda.

O SR. SARNEY FILHO (Bloco/PV-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo a esta tribuna para defender a não aprovação do destaque, porque, ao longo do último ano - eu gostaria muito de chamar atenção dos meus pares da Casa -, tive a oportunidade de, como Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, participar de reuniões preparatórias para a Rio+20 e ter ido a Manaus, onde discutimos biomas, ter ido a Recife, onde discutimos energia, ter ido a São Paulo, onde discutimos cidades sustentáveis, ter ido a Cuiabá, onde discutimos recursos hídricos, e ido a Porto Alegre, onde discutimos segurança alimentar. Por coincidência, todas essas capitais às quais eu fui são sede da Copa. O que se fala nessas capitais é somente da Copa. A população está altamente empolgada. Esta Copa está motivando, está mobilizando pessoas, está aquecendo a economia dessas capitais.

Agora, o Brasil, queiram ou não, assinou um compromisso formal com a FIFA. Se esse compromisso não for cumprido, é provável, existe uma possibilidade real de a Copa não vir mesmo para o Brasil. E por quê? Porque, numa excepcionalidade, quer se proibir que durante a Copa se venda bebidas alcoólicas nos estádios.

Ora, a Copa não é um campeonato regional, não é um campeonato nacional. A Copa é como se fosse um espetáculo. Eu já fui ao Maracanã ver *shows* de cantores internacionais. Durante esses *shows*, nesses estádios, a bebida é permitida.

A Copa é um *show*, minhas amigas e meus amigos. Não vai se instalar a venda de bebida alcoólica nos campeonatos estaduais nem nos campeonatos nacionais. Vai apenas se fazer uma excepcionalidade. Essa excepcionalidade deveria até ser questionada, porque hoje o que se vê nos estádios é que antes do jogo é que acontece a violência e não durante ou depois. As pessoas bebem antes e chegam lá embriagadas. Aí promovem a bagunça.

Eu fui da época em que no Maracanã era permitida a bebida alcoólica e não existia violência.

Então, eu quero chamar a atenção dos meus pares: não vamos decepcionar o povo brasileiro por causa de uma excepcionalidade de *shows*. As partidas da Copa não são, na realidade, partidas de futebol, são *shows* que estão sendo dados para a população brasileira.

Eu gostaria que cada um dos senhores e das senhoras levassem em consideração esses argumentos que, acredito, sejam bastante pertinentes.

Documento 182/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 -
5159

ANTHONY GAROTINHO-PR -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições. Defesa da aprovação a emenda.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Líder do Governo, não acreditem em mim. Acreditem na FIFA. Quem afirma que bebida alcoólica não é bom com futebol é a FIFA.

No ano de 2010, o delegado de segurança em estádios da FIFA, durante vistoria dos estádios dos jogos das eliminatórias da Copa do Mundo na África do Sul, afirmou: *"Desde que adotamos essa medida - proibir venda de bebida alcoólica nos estádios -, houve redução significativa da violência em torno e dentro dos estádios pelo mundo todo"*. Quem diz isso é a FIFA.

Além disso, Sr. Líder do Governo, não entendo como o Ministro Aldo Rebelo, no dia de hoje, declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo*: *"FIFA nunca reclamou de textos sobre bebidas na Lei da Copa"*.

Se não é a FIFA a interessada, quem é o interessado? Quem está por trás de tanto interesse na comercialização, na venda de bebidas alcoólicas?

Faço um apelo sincero aos meus colegas, agora como pai. Eu tenho filhos que vão a estádios de futebol; os senhores também têm. Nós, Deputados, vamos para as tribunas especiais, mas os filhos dos trabalhadores vão para as arquibancadas. Os senhores não querem seus filhos no meio de bêbados nos estádios. Não sejam hipócritas! Não desejem aos outros aquilo que não querem aos seus filhos. Duvido que um de vocês diga: *"Meu filho, encha a cara e vá ao estádio."* Não sejam hipócritas.

Por último, Sr. Presidente, a UEFA acabou de proibir a comercialização de bebida nos jogos por ela organizados. A FIFA também não faz questão. A UEFA proibiu. Líder do Governo, suba a esta tribuna e diga quem quer a venda de bebida alcoólica nos estádios durante a copa. A FIFA - dito pelo Ministro, nosso colega honrado, Aldo Rebelo - nunca reclamou de texto sobre bebida na Lei da Copa.

Meus colegas, não vamos retroceder. Amanhã, quando um filho de um trabalhador estiver ensanguentado num estádio de futebol, ou quem sabe até morto, como aconteceu há poucos dias, de quem será a culpa? Da FIFA? A FIFA dirá: *"Eu nunca exigi isso."* A culpa será nossa.

Peço, do fundo do coração: não transfiramos a responsabilidade para os Estados. Vamos aqui vetar a venda de bebida alcoólica nos Estados.

Eu conto com o apoio do povo brasileiro e todo o povo consciente...(É desligado

O microfone.) (Palmas.)

Documento 183/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 -
9159

RENAN FILHO-PMDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições. Defesa da rejeição da emenda.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu tive a honra de, indicado pelo meu partido, o PMDB, presidir a Comissão Especial da Lei Geral da Copa e, ao lado do Deputado Vicente Candido, Relator da matéria, percorrer o País, discutir com várias entidades representativas de classe a importância de uma boa Lei Geral da Copa para o Brasil, que, por um lado, desse possibilidade à FIFA de realizar aqui uma grande Copa do Mundo e, por outro lado, garantisse os direitos do povo brasileiro, garantisse a nossa soberania, como foi tão discutido.

Mantivemos o Estatuto do Idoso, mantivemos o Estatuto do Torcedor, mantivemos o Código de Defesa do Consumidor na sua integralidade, garantimos acesso a ingressos populares aos estudantes e também aos beneficiários do programa Bolsa Família. Tivemos a oportunidade de fazer, sim, um amplo debate, e é muito triste nós estarmos hoje, num dia em que a Lei Geral da Copa foi aprovada praticamente por unanimidade, apequenando a discussão para somente sair desta Casa a discussão sobre a questão das bebidas alcoólicas, que não é e não será o mais importante na Copa do Mundo para o nosso País e muito menos para a FIFA, como disse agora o Deputado Anthony Garotinho.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados não tem por prática digerir pratos feitos. Nós temos, por costume, debater, iluminar os pontos obscuros dos projetos. É isso que estamos fazendo neste momento.

A bebida alcóolica, a cerveja, foi vendida em todas as Copas do Mundo. Até no Catar, Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, país islâmico, de religião fundamentalista, onde é proibido beber nas esquinas, onde não existem bares para vender cerveja, na Copa do Mundo, a bebida alcóolica será liberada, porque aquele país, assim como o Brasil, o Presidente Lula, os Ministros que assinaram as garantias para realizar aqui um grande evento entenderam. Estão pensando é no progresso da sua nação, nas divisas que a Copa do Mundo trará, nos empregos que a Copa do Mundo vai gerar, na exposição que a Copa do Mundo levará, as potencialidades do nosso Brasil para todo o planeta, e não somente apequenando a discussão e colocando o nosso País em uma situação

difícil, delicada, de que estamos defendendo a liberação da bebida alcoólica, que vai incitar a violência. Não é esse o caso.

Estava-se discutindo, no início, a alteração do Estatuto do Torcedor, para, de forma permanente, permitir a venda de bebida alcoólica no Brasil. Eu próprio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui contra, porque não tivemos a possibilidade de fazer um amplo debate. Na hora em que o Estatuto do Torcedor foi aprovado, isso, sim, foi feito. Portanto, essa é uma mudança transitória, que suspenderá, por 1 mês, um dos artigos do Estatuto do Torcedor, para garantir ao Brasil a maior Copa do Mundo de todos os tempos.

Por isso, peço o apoio aos Deputados do meu PMDB e aos Deputados da base do Governo, para sinalizarmos positivamente para o mundo que o Brasil é um país que cumpre, sim, compromissos e acordos. *(Palmas.)*

Documento 184/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9160		RUBENS BUENO-PPS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições. Defesa da aprovação da emenda. Críticas ao comportamento da FIFA.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, deu para perceber que o Líder do PV tem uma posição diferente da do Líder do PPS, o que é bom, até porque o nosso bloco é muito democrático e respeita a posição de cada um dos seus membros.

Mas o que vale destacar é que quando vem uma proposta dessa é de se perguntar o que é que está por trás disso. E o que está por trás disso não é ninguém probo, não é ninguém digno, não é uma instituição que seja respeitada, a começar da FIFA. Ela hoje vem sendo denunciada em todos os tribunais, tamanho é o desmando que lá acontece no dia a dia. A FIFA tornou-se um grande negócio para poucos.

E no Brasil, quem é que tem interesse? A CBF. Ela não é uma instituição proba, não é respeitada. Os seus diretores não são respeitados. O Presidente da FIFA acabou de sair da Presidência porque não suportava mais a pressão de tamanha e grandes denúncias da sua gestão.

O Presidente Lula, em 2008, apresentou uma proposta mostrando os estudos com relação à bebida alcoólica, não só o que gasta o Governo, que, entre 2006 e 2010, chegou a gastar mais de 4 bilhões de reais, tamanho é o descaso com que é tratado.

De outro lado, o que falta? A presença do Governo para defender a sociedade da violência que aí está. E está em todos os cantos. Aí cabe ao Congresso votar

medidas restritivas para tirar direitos, porque o Governo é incompetente em enfrentar a violência no País. Essa é a discussão, Sr. Presidente.

Nós temos agora, há 15 dias: a UEFA proibiu na Europa a bebida alcoólica nos estádios. Quando aqui no Brasil isso foi colocado no Estatuto do Torcedor, a CBF elogiou, a FIFA elogiou.

O que está por trás disso? Está por trás disso a nossa acomodação em aceitar uma imposição dessas. É imposição de uma empresa que por acaso tem a indústria na sua mão. E, ao controlar isso, tem os meios econômicos para poder calar muita gente, seja no Governo, seja na sociedade, seja em qualquer parte do Mundo, porque move bilhões e bilhões de reais o negócio.

Não podemos transformar este Congresso apenas na questão econômica e muito menos pelo negócio, até porque quem entende de negócio no Brasil hoje é o Governo. É o negócio do trem bala, é o negócio dos estádios, é o negócio de uma emendinha daqui para o BNDES usar lá o Fundo de Garantia do Trabalhador. É isso que nós temos que enfrentar.

Por isso, Sr. Presidente, nós votamos pelo destaque, reconhecendo que ele pelo menos restabelece a vontade do Brasil de enfrentar a violência com medidas restritivas, lamentavelmente, porque o Governo é incompetente em combater a violência.

Documento 185/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 -
9160

VICENTE CANDIDO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições. Ponderações sobre a conveniência da rejeição da emenda.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos a este Plenário para que possamos ter uma votação desse item bastante tranquila. Primeiro, vou começar a dialogar com as colocações do Líder do PSDB, Deputado Bruno Araújo, a quem respeito muito, grande Líder e grande contribuição a este Congresso.

Deputado Bruno Araújo, é verdade que a FIFA, até 2004, tinha uma recomendação, quando se falava de segurança em estádios, contra a bebida alcóolica. Assim, 10, 12 anos atrás, o mundo debatia essa questão. E daí saíram várias decisões e resoluções, como foi com a CBF aqui no Brasil, como foi na Europa em vários países, com medidas para conter a violência nos estádios, eliminando o consumo de bebida alcóolica nesses equipamentos.

Na Copa de 2006, na Alemanha, a FIFA começou a rever esse procedimento, porque na Alemanha já havia uma legislação própria que não só permite o consumo de bebida alcoólica, como também incentiva o consumo de bebida alcoólica em eventos esportivos.

Em 2007, o Brasil assina o acordo com a FIFA. A FIFA já havia assinado o acordo com a África do Sul, dando outro tratamento a essa questão. E a FIFA revê seu regulamento, sua regulamentação para todas as entidades associadas, dizendo o seguinte: *"Poderão vender bebida alcoólica, desde que haja esse e esse regulamento; é de responsabilidade do organizador do evento tomar as medidas necessárias para a segurança; e que não haja transgressão à norma"*. É dentro desse contexto que o Brasil assina essas garantias com a FIFA. A África do Sul também.

É dentro desse contexto também que a CBF está revendo sua resolução, invertendo, passando de "proibição" para "permissão".

Mas quero dialogar com o Deputado Vanderlei Macris e a Deputada Carmen Zanotto, que muito contribuíram no debate na Comissão, fazendo a seguinte conclamação a este Plenário. Não podemos achar, Deputado Vanderlei Macris, que proibir bebida alcoólica nos estádios na época da Copa do Mundo seja panaceia para todos os males por ela causados. Eu concordo com V.Exa. em vários pontos e acredito que este Plenário também. Não somos defensores do uso da bebida alcoólica de maneira exagerada, mas não podemos também penalizar esse ou aquele comerciante, esse ou aquele evento e achar que isso resolverá os males que a bebida alcoólica faz às pessoas que, porventura, venham a consumi-la. Fosse assim, deveríamos tomar aqui medidas mais drásticas: no Carnaval da Bahia, no Carnaval de rua pelo Brasil a fora - Recife, Rio de Janeiro, São Paulo.

Conclamo o Plenário para cumprir esse acordo internacional assinado pelo Governo brasileiro, derrubando esse destaque.

Documento 186/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9161	HENRIQUE EDUARDO ALVES-PMDB -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PMDB à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PMDB "não", Sr. Presidente. Faço um apelo à bancada. Esse é um voto importante para unir nossa bancada em favor da Copa do Mundo e de suas regras estabelecidas. Voto "não", Sr. Presidente.

Documento 187/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9161	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSDB à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PSDB vai votar "sim" ao destaque. Nós esperamos que no texto desta lei fique expressa a proibição do uso de bebida alcoólica nos estádios. Até porque nós temos pesquisas de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, em que, a partir do momento em que se proibiu a venda de bebida alcoólica, as ocorrências desabaram. Portanto, o nível de violência diminuiu muito, como já está mais do que provado nas pesquisas e nas informações que temos em nossas mãos. Portanto, nossa posição é favorável ao destaque, para colocar de maneira expressa na lei que fica proibida a venda de bebida alcoólica durante a Copa do Mundo. Obrigado.

Documento 188/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9161	GUILHERME CAMPOS-PSD -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PSD à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse tema foi amplamente discutido na bancada. O encaminhamento dado pela bancada é pela manutenção do texto original, entendendo posições individuais de Deputados que sejam contrários a essa redação.
O nosso encaminhamento é "não".

Documento 189/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9161		SANDRA ROSADO-PSB -RN
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do Bloco PSB/PCdoB à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB e PCdoB, que formam o Bloco nesta Casa, votam "não".

E nós queremos convidar todos os nossos companheiros e companheiras para estarem aqui, para garantir uma excelente Copa do Mundo ao nosso Brasil. Muito obrigada.

Documento 190/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9162		ARTHUR LIRA-PP -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PP à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. ARTHUR LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em cima de tudo que foi dito e comentado na noite de hoje, no plenário desta Casa, por todos os compromissos que fez o Governo em cima da proposta original da Lei Geral da Copa, o PP vota pelo texto original, encaminhando esta Liderança e pedindo o apoio dos seus Deputados para o voto "não".

Documento 191/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9162		ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO-DEM -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA

Sumário

Posicionamento favorável do DEM à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu procurei ouvir a minha bancada e debatemos o assunto amplamente.

Não há uma unanimidade na bancada. A maioria dos Deputados do Democratas votará contra permitir a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo.

Por isso, a orientação do partido vai ser "sim", respeitando essa decisão da maioria de se posicionar contra a venda de bebidas. Porém, na nossa opinião, essa não é uma questão partidária. E, por não ser uma questão partidária, nós não vamos fechar em torno da orientação do partido. Eu, portanto, revelo que vou compreender o voto de alguns Parlamentares que são a favor da comercialização de bebidas alcoólicas durante a Copa do Mundo.

O partido, majoritariamente, é contra, mas alguns votarão a favor. Ainda assim, a nossa orientação...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É o voto "não".

Voto "sim".

Documento 192/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9162	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PDT à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT compreende que cabe a este Parlamento também ratificar acordos internacionais que o Chefe de Estado do nosso País, o ex-Presidente Lula, assinou em 2007.

Este Parlamento aprovou uma lei que contraria isso em 2010. Cabe a este Parlamento suspender temporariamente esse artigo, para que possamos ser respeitados lá fora e o Brasil honre todos os seus compromissos.

Por isso, o PDT encaminha "não" a esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não. Aliás, V.Exa. falou no ex-

Presidente Lula. Hoje, nós recebemos a boa notícia de que o câncer de que o Presidente Lula estava acometido foi completamente extirpado com o tratamento. Ele está perfeitamente recuperado em suas condições físicas. Vai aqui o carinho e o abraço do Parlamento brasileiro ao Presidente Lula por este resultado.
Muito obrigado a V.Exa. (Palmas.)

Documento 193/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9162		CARMEN ZANOTTO-PPS -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do Bloco PV/PPS à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições. Recuperação da saúde do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PV/PPS orienta "sim", respeitando inclusive as diferenças que existem dentro do próprio PV. Alguns Parlamentares são favoráveis e outros não.

Quero ressaltar que não é um pequeno detalhe a proibição do comércio de bebidas. É um grande detalhe no conjunto das políticas públicas, para que tenhamos um País menos violento e que percamos menos jovens no nosso trânsito. É uma questão de educação e de manter as leis.

Aproveitando, Sr. Presidente, com certeza, todos os brasileiros ficam extremamente felizes com a recuperação do Presidente Lula. E quero lhe pedir, por favor, como já foi discutido na reunião dos Líderes, que o projeto de lei de minha autoria e da Deputada Flávia que trata das políticas públicas com relação ao câncer tenha efetivamente votado o seu regime de urgência na semana que vem e também o seu mérito.

Acredito que o Plenário, assim como aplaudiu a recuperação do ex-Presidente Lula, vai aplaudir e votar na sua grande maioria esmagadora...(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PPS/PV vota "sim". Muito obrigado, Deputada.

Documento 194/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9163		ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP
		ORIENTAÇÃO DE BANCADA

Sumário

Posicionamento contrário do PTB à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, precisamos aprender a respeitar compromissos internacionais. E, sem dúvida nenhuma, a Copa do Mundo, depois de 64 anos, no Brasil, representa um grande evento para o nosso País. Não podemos tentar atrapalhar a realização de um evento como esse utilizando esses argumentos.

Apenas adendo o episódio que aconteceu domingo em São Paulo, no jogo Palmeiras e Corinthians. Não havia bebida nos estádios, e nós vimos a selvageria que foi, independentemente de haver ou não bebida. O Estatuto do Torcedor proíbe a bebida, e assim mesmo aqueles vândalos, parte da torcida dos Corinthians e parte da torcida do Palmeiras, mostraram que, independentemente da bebida, quando eles querem extrapolar, eles extrapolam. Não será a bebida, de um acordo internacional, num movimento dessa ordem, que irá turvar o acordo do Brasil.

Portanto, o PTB vota "não", respeitando o acordo internacional.

Documento 195/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9163

ANDRÉ MOURA-PSC -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSC à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr.

Presidente, o PSC reafirma a sua posição e vota "sim" ao destaque, por entender a importância de principalmente preservar vidas, de dar o tratamento que as famílias merecem, como é logicamente a ideologia do nosso partido.

Entendemos que é necessário respeitar e cumprir os compromissos internacionais assumidos, desde que, para cumprir esses compromissos, nós não coloquemos em risco a vida das pessoas de nosso País e não retrocedamos nos avanços que nós conquistamos.

Fatos isolados vão continuar existindo, com certeza, com bebidas ou sem bebidas alcólicas, mas uma coisa é certa, e a estatística está aí para demonstrar que, depois do Estatuto do Torcedor, que proibiu a venda de bebidas

alcoólicas nos estádios de futebol, a verdade tem que ser dita: a diminuição da violência diminuiu, e muito, principalmente nas torcidas organizadas.

Então, por uma questão de preservar as famílias do nosso País, a vida das nossas crianças, dos nossos jovens, dos nossos adolescentes e dos nossos idosos, o PSC vai continuar mantendo firme a sua posição de toda a nossa bancada, que de forma unânime...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 196/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9163		HELENO SILVA-PRB -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PRB à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. HELENO SILVA (PRB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na opinião do PRB, o esporte e a bebida não combinam. Nós votamos "sim". Entendermos que temos que nos posicionar como Nação e votar nesta Casa mantendo o texto e proibindo a venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Então, nós do PRB votamos "sim" e conclamamos a nossa bancada e toda esta Casa: vamos dizer não à bebida alcoólica nos estádios.

Muito obrigado.

Documento 197/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9163		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSOL à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL tem a expectativa de que este acalorado debate sobre a bebida não nos embriague a ponto de esquecer o essencial, o que o TCU apontou. O problema da Copa, muito mais do que bebida alcoólica ou não nos jogos, é superfaturamento, ausência de informações em processos licitatórios e total precariedade nas obras de mobilidade urbana.

Por outro lado, nós desconhecemos e solicitamos isto: esses tais compromissos de 2007 do Executivo com a FIFA, com a Budweiser, com a Ambev. Isso é interesse meramente empresarial. Se é verdade que a bebida nos estádios pode ser tolerada, é também igualmente verdadeiro que no Rio de Janeiro, em São Paulo, que nós conhecemos, não se beber durante os jogos não alterou em nada a animação, inclusive a atratividade do espetáculo.

Então, vamos diminuir um pouco esses argumentos dramáticos, falaciosos e fazer com que o espetáculo não se...

(O microfone é desligado.)

Documento 198/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9163

NILSON LEITÃO-PSDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável da Minoria Parlamentar à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Minoria quer se posicionar com o voto "sim" e também dizer aqui que, na nossa opinião, essa é a disputa da sensatez com o *lobby*.

A Presidente Dilma não poderia deixar essa responsabilidade para os Estados. Deveria ter uma opinião própria, entender que os brasileiros são iguais, e não deixar esse abacaxi na mão de cada Governador. Como ficará cada Governo, cada Assembleia Legislativa? Vão recomeçar todo este debate, vão debater novamente em todos os Estados?

Realmente, não queremos que isso ocorra em cada Estado novamente. O *lobby* poderá acontecer lá também e, aí sim, em um âmbito bem menor. Nós queremos aqui, de Brasília, assumir essa responsabilidade. Entendemos que o álcool não faz parte e não anda bem com o esporte.

Neste momento, o Brasil precisa ter autonomia, autoridade, soberania e, acima de tudo, sensatez.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 199/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9164	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do Governo à Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais pares, primeiro, a luta pela saúde no Brasil não começou agora e não se encerra agora. A luta para prevenir uma doença como o alcoolismo tem vários atores; entre eles, nós próprios.

Neste momento em que estamos decidindo, após 64 anos, vamos realizar novamente a Copa do Mundo no Brasil, exatamente porque o Brasil teve a capacidade de, soberanamente, se candidatar e escolher se queria ou não. O povo brasileiro quer.

Por isso, votamos "não".

Documento 200/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9164	RONALDO FONSECA-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Liberação da Bancada do PR para votação da Emenda de Plenário 1, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios que sediarão partidas das competições.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos a Copa do Mundo no Brasil, mas queremos que a FIFA respeite as leis brasileiras. Nós queremos a Copa do Mundo no Brasil, mas queremos que a FIFA respeite as famílias brasileiras, em homenagem às famílias, inclusive as que perderam seus entes por causa da bebida alcoólica. Nós não queremos a violência no Brasil. Pela cultura da paz, nós queremos a Copa do Mundo no Brasil, mas sem a bebida alcoólica nos estádios.

O PR, Sr. Presidente, está liberando a sua bancada, mas quero deixar claro aqui o meu voto. O meu voto é "sim", a favor do destaque. E quero convidar os Parlamentares evangélicos desta Casa a votarem "sim", contra a bebida

alcoólica nos estádios. Copa, sim! Álcool, não!

Portanto, nós votamos "sim" - eu conclamo os evangélicos -, mas o PR está liberando a sua bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Obrigado.

Documento 201/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9164

JILMAR TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Excepcionalidade da liberação da venda de bebida alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em face de acordo firmado entre o Governo brasileiro e a Federação Internacional de Futebol - FIFA. Cura do câncer do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, meus respeitos a todas as Deputadas e Deputados pelo alto nível do debate em relação a esta matéria, em relação à lei que nós estamos aprovando hoje e também em relação ao tema bebida alcoólica.

Ninguém aqui neste Plenário, ninguém, em sã consciência, pode afirmar que o álcool não faz mal para a saúde. Todos nós sabemos isso. Tanto é verdade que nós, no Brasil, colocamos na Constituição de 1988 a saúde como questão essencial. Por isso é que o Brasil tem o SUS, o Sistema Único de Saúde. E a questão da bebida alcoólica é vital do ponto de vista de preservar vidas.

Ouso dizer, inclusive, que o próprio Líder do Governo do meu partido, Deputado Arlindo Chinaglia, tem um projeto de lei que, para diminuir a violência nos estádios, proíbe a venda de bebida alcoólica.

Agora, por que nós estamos votando esta matéria? Qual é o sentido dela? Por que essa excepcionalidade? Não é para rebaixar o debate em relação à problemática do uso do álcool. Todos nós sabemos que faz mal para a saúde.

Todos nós sabemos que faz mal à saúde. Trata-se, na verdade, de uma excepcionalidade.

Quero me dirigir ao povo brasileiro dizendo-lhe que o Presidente Lula tomou uma decisão monocrática e disse à FIFA "*eu quero*" - o Presidente Lula como representante desta Nação e, como todos sabem, S.Exa. é apaixonado por futebol, assim como o povo brasileiro -, tendo então recebido uma precondição para que o Brasil sediasse a Copa do Mundo, a de que assinasse um tratado aceitando as exigências da FIFA.

Estão aqui assinadas as garantias governamentais do Brasil rumo a 2014. (*Deputado mostra o documento.*) O Presidente Lula assinou esse tratado, junto com o representante máximo da FIFA, Joseph Blatter.

Quero, em homenagem ao Presidente Lula, dizer que S.Exa. hoje recebeu a notícia dos seus médicos de que está curado do câncer, depois de 6 meses de tratamento. Imaginem a felicidade desse homem ao saber dessa notícia! Imaginem a felicidade de ouvir e ver nos olhos de cada um as palmas demoradas em relação ao Presidente Lula!

É esse o sentimento do povo brasileiro hoje, porque sabe da importância que

teve o Presidente Lula na Presidência da República e pela garantia que deu à democracia do País, porque não aceitou mudar a Constituição para tentar a reeleição mais uma vez. Todos sabíamos que, se ele ousasse fazer isso, iria de novo ter o voto do povo.

É um Presidente que apostou na democracia. É um Presidente que resolveu a vida de milhões de brasileiros, gerando empregos e os tirando da miséria. É um Presidente de que nos orgulhamos e, quando viajamos ao exterior, dizemos que mudou a cara do Brasil e que a Presidente Dilma está dando continuidade a essa mudança.

Então, trata-se de mais uma homenagem ao Presidente Lula, pelas garantias que assinou, que temos de cumprir esse tratado, esse acordo com a FIFA, mantendo a excepcionalidade só durante os jogos da Copa do Mundo.

Imagino que, se o Brasil não aceitasse essas garantias, não iríamos ter em 2014 a Copa do Mundo aqui no Brasil. E, mais do que uma paixão nacional, mais do que a possibilidade de vermos as cores verde e amarela e todas as melhores seleções do mundo jogando nos gramados do território brasileiro, mais do que isso, a Copa traz divisas, gera emprego, potencializa o turismo aqui no Brasil, permite a criação de uma infraestrutura do ponto de vista de arenas modernas, que não vão servir só para os jogos de futebol, mas também para *shows*, outras atividades esportivas, culturais. É disso que se trata, além de construirmos infraestrutura na área da mobilidade, da segurança. É um legado que fica para esta geração e para as próximas.

Sediar a Copa do Mundo é algo que, além de nos orgulhar, também faz com que o Brasil se sinta competente para sediar um evento dessa magnitude. É disso que se trata.

Nós não queremos rebaixar o discurso do uso ou não do álcool, porque, do ponto de vista da saúde pública, todos aqui concordam que álcool faz mal à saúde. Nós sabemos disso. Por isso, temos uma legislação rígida em relação a essa matéria e temos que aperfeiçoá-la cada vez mais. Mas também é verdade que o álcool faz mal à saúde não apenas durante os jogos - que é do que se trata aqui -, nas arenas, nos estádios. O álcool faz mal à saúde também no botequim, também dentro de casa, também quando se está dirigindo, também na cidade, enfim, em todos os lugares.

Não vamos estreitar o debate, vamos ampliá-lo, esse debate é necessário. E há o compromisso da bancada do PT de aperfeiçoarmos a legislação e que cada vez mais diminua a quantidade de mortes relacionadas ao uso da bebida alcoólica.

Mas não é disso que se trata neste momento. O importante é que o Brasil vai cumprir o acordo, vai cumprir esse tratado. Nós queremos a Copa do Mundo aqui. Foi feito um acordo com a FIFA, assinado pelo Presidente Lula, e a Presidente Dilma vai honrá-lo. Se há algo que este Governo faz é honrar seus compromissos, é assumir compromissos e honrá-los. E se tem algo que vamos fazer aqui hoje é votar esse acordo e essas garantias dadas à FIFA.

É uma excepcionalidade! É um período curto - um período curto - e é uma exigência! Agora, isso não tem nada a ver com soberania! Nós tínhamos a prerrogativa de aceitar essa condição ou não. Foi nos dada esta prerrogativa: *"Aceitem essas normas da FIFA. Se aceitarem, podem concorrer para sediar a Copa do Mundo. Se não aceitarem, não tem problema!"*

Está aí a Inglaterra pronta para sediar a Copa do Mundo, está disputando, e ganhamos da Inglaterra e de outros países que queriam sediar a Copa do Mundo. A França queria sediar a Copa do Mundo. Nós disputamos e cumprimos as condições para essa disputa.

O nosso desafio agora é organizar uma excelente Copa do Mundo, construir grandes estádios, grandes gramados, belas arenas que possam ser de multiuso, fazendo com que o Brasil tenha visibilidade lá fora, para que o mundo conheça a

alegria do nosso povo, um povo alegre, a beleza do nosso País e o seu compromisso com o meio ambiente, com a competência e com a segurança. É disso que se trata.

Podem ter certeza de que o turista vai vir ao Brasil em 2014 e se sentir seguro. O turista vai vir aqui assistir a um grande espetáculo. O turista vai vir ao Brasil e vai gastar, porque nós temos condições de lhe oferecer produtos e serviços de boa qualidade. O turista, quando voltar ao seu país, principalmente os nórdicos e os da Ásia, e vai dizer para aqueles que não vieram que fiquem com inveja, porque *"valeu a pena. O Brasil é maravilhoso! Que coisa maravilhosa que é aquele país! Nós temos que voltar para lá"*. E eles têm que voltar para gerar riqueza aqui dentro. Vamos torcer para que o Brasil faça um grande espetáculo fora e também dentro de campo. (Palmas.)

Documento 202/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9166

ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PDT favorável à manutenção de acordo firmado entre o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Federação Internacional de Futebol - FIFA, para liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna primeiramente para lamentar que o grande tema que estamos pautando é essa questão menor de ter ou não bebida alcoólica dentro dos estádios no período de um mês.

A Comissão Especial, que foi criada e que teve a brilhante Presidência do Deputado Renan Filho e a excelente e democrática Relatoria do Deputado Vicente Candido, pautou vários assuntos extremamente caros ao País. Nós queremos esta Copa pelo legado que vai nos trazer, pelo legado que vai deixar ao povo brasileiro em termos de obras de infraestrutura e, principalmente, pela questão da qualificação profissional, pelo retorno em geração de emprego e renda e pela promoção das belezas e da hospitalidade do nosso povo lá fora.

Estarmos pautando as discussões num debate acalorado apenas por uma questão de um mês de suspensão de bebidas alcoólicas em estádios, como se esse fosse o grande problema da violência nos estádios de nosso País. Isso é minimizar a importância do evento, é minimizar a questão do alcoolismo no Brasil. Se estivéssemos aqui discutindo que, para acabar com o alcoolismo no Brasil, tínhamos de suspender a bebida alcoólica nos estádios durante o período da Copa, este Parlamento com certeza votaria em peso a favor disso.

Mas estamos discutindo aqui algo muito pequeno, porque conseguimos muito mais do que isso.

Quero, inclusive, em nome do PDT, mais uma vez agradecer a excelente acolhida que o Deputado Vicente Cândido deu às nossas emendas, ao permitir que tivéssemos comércio ambulante, tivéssemos a possibilidade de pequenos comerciantes terem acesso a gerar a sua própria renda nas vias de acesso até

os estádios e até os locais de competição. Isso foi importante, e essa emenda foi bem acolhida pelo Deputado Vicente Cândido.

Por isso, senhoras e senhores, queremos mais uma vez deixar extremamente claro: a posição do PDT é a de todos que majoritariamente participaram da Comissão Especial que tratou da Lei da Copa.

Estamos votando para honrar um acordo internacional que o Presidente Lula, em 2007, assinou com a FIFA. Temos, neste Parlamento, a obrigação de honrar esses acordos, porque, tanto como nós, Lula foi eleito para representar o povo brasileiro na gestão do Poder Executivo e assinar acordos pelo nosso País. Foi isso que garantiu ao nosso País ser sede, nesta década, de três dos maiores eventos esportivos mundiais: a Copa do Mundo, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado André Figueiredo.

Documento 203/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9181

PASTOR MARCO FELICIANO-PSC -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios de futebol.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso desta tribuna para expor os motivos que fazem com que me coloque contra a venda de bebidas alcoólicas nos Estádios. Um jogo de futebol altera o estado de ânimo do cidadão, fazendo com que nesse momento seja suscetível a ingerir bebidas alcoólicas. Se não houver disponibilidade, evitar-se-á muitos dissabores, não ocorrendo brigas e muitas vezes a perda de vidas de jovens enlutando famílias e tirando o brilho do espetáculo que é o esporte, prática saudável de convívio social.

Nessas ocasiões aparecem sugestões simplórias com alegações de que o torcedor já vem ao estádio alcoolizado, o que não é verdade, pois sabemos que a pessoa já alcoolizada não se desloca a grandes distâncias em que se localizam os Estádios. Não devemos abrir exceção com o argumento de que a copa do mundo se dá num curto espaço de tempo, pois se ocorrer, algum conflito, ocasionado por ingestão de bebidas alcoólicas nos Estádios, e, apenas uma vida for perdida já é motivo para enodoar todo o evento.

Organismos internacionais, que agregam federações nacionais, como a FIFA, devem respeito às Leis e tradições locais no que se referem a venda de bebidas alcoólicas a fim de não caracterizar intromissão nos assuntos internos do País. Se conseguirmos evitar um conflito, apenas entre frequentadores dos Estádios, já terá valido a pena. Façamos isso pela tranquilidade da família e dos torcedores que irão aos Estádios, com a única finalidade de se divertirem de forma sadia.

Muito obrigado!

Documento 204/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9182

LEONARDO QUINTÃO-PMDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Acerto da concessão de aeroportos brasileiros à iniciativa privada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a concessão dos aeroportos, como a maioria dos atos de concessão já realizados neste País, vem sendo motivo de intenso debate no meio político.

Não é minha intenção aumentar a temperatura dessa discussão. Na verdade, o que eu quero é destacar alguns aspectos que acabam ficando em segundo plano quando o enfoque ideológico toma a frente dos debates.

Em primeiro lugar: qualquer usuário ou especialista reconhece que os três aeroportos - Guarulhos, Viracopos e Brasília - estavam operando aquém do padrão desejado. A própria INFRAERO reconhece!

Já em 2010, a taxa de ocupação em Brasília era de 142%, ou seja, a capacidade projetada do aeroporto estava totalmente superada. Em Viracopos, o quadro era um pouco pior: taxa de ocupação de 144%. A situação mais confortável, para que se tenha uma ideia da gravidade do diagnóstico, era a do aeroporto de Guarulhos, cuja taxa de ocupação chegava a inaceitáveis 131%!

E lembrem-se: estamos falando de dados de 2010. Houve todo o ano de 2011 para piorar a situação, uma vez que só a demanda por transporte aéreo doméstico, nesse ano, cresceu inacreditáveis 14%!

Em face de todo esse quadro, Senhor Presidente, é ocioso perguntar se a concessão pode dar conta do aumento da demanda que se avizinha, especialmente nos períodos de realização da Copa do Mundo e da Olimpíada.

É ocioso porque dela já se espera que resolva os diversos problemas que, aqui e agora, afligem Guarulhos, Viracopos e Brasília.

De fato, Sras. e Srs. Deputados, nos três aeroportos é muito fácil constatar ineficiências que atazanam a vida do usuário: áreas de *check-in* e de embarque que não comportam o movimento; poucas esteiras e procedimentos de entrega de bagagem lentos e inseguros; falta de vagas para estacionar os veículos; insuficiência de *fingers* e de posições para a permanência de aeronaves junto aos terminais; lentidão dos processos de controle aduaneiro e de imigração; retardo nos pousos e decolagens.

Menciono essas deficiências, mas posso acrescentar outras, que não estão diretamente à vista do usuário: por exemplo, o excesso de funcionários por passageiro, o que encarece as operações dos aeroportos; e a participação relativamente pequena de receitas não-aeronáuticas, as chamadas "receitas comerciais", que são responsáveis nos grandes aeroportos, mundo afora, por parte expressiva dos ganhos aeroportuários e, naturalmente, por grande parcela dos investimentos.

Tudo isso, Senhor Presidente, volto a repetir, não é coisa que o futuro nos reserva. É fato.

Então eu lhes pergunto: o que poderia fazer a Infraero diante disso?

Pouco, Sras. e Srs. Deputados. Pouco, se levarmos em conta o tamanho do desafio e as diversas atribuições da empresa.

Vamos falar de alguns números, para que se tenha uma ideia do que a Infraero deveria fazer, se não fossem realizadas as concessões.

Vejam bem: em vinte anos, o concessionário de Guarulhos terá de investir mais de quatro bilhões e meio de reais; o concessionário de Brasília, em 25 anos, deverá colocar no aeroporto quase três bilhões de reais; por fim, o concessionário de Viracopos, em trinta anos, suportará mais de oito bilhões e meio de reais em investimentos, capazes de levar o número de passageiros de cinco milhões/ano para estratosféricos setenta milhões/ano, ao final do contrato.

Estamos falando, os senhores já perceberam, de uma quantia que supera quinze bilhões de reais. Agora notem: em 2010, a Infraero investiu pouco mais de seiscentos milhões de reais. Seiscentos milhões de reais em sessenta e sete aeroportos, oitenta unidades de apoio à navegação aérea e trinta e dois terminais de logística de carga.

Senhor Presidente, não é preciso ter muito intimidade com finanças e orçamentos pra presumir que a empresa não daria conta do recado. Conceder Guarulhos, Viracopos e Brasília não foi questão de gosto: foi de necessidade!

Diria mais: foi questão de urgência.

Para levar adiante as várias obras de ampliação e de modernização nos três aeroportos, indispensáveis para a Copa do Mundo e para a Olimpíada, eventos que estão logo aí, muito dinheiro deve ser gasto.

No Aeroporto de Brasília, estão previstos nessa fase mais de seiscentos milhões de reais em investimentos, incluindo um novo terminal para, no mínimo, dois milhões de passageiros por ano.

Para Viracopos, os investimentos até a Copa somarão quase novecentos milhões de reais. Está prevista ali a construção de um novo terminal para, no mínimo, cinco milhões de passageiros por ano.

No caso do aeroporto de Guarulhos, os aportes até a Copa atingirão quase um bilhão e meio de reais, recursos necessários para erguer o novo terminal, com capacidade para sete milhões de passageiros por ano.

Mas não é só isso. Além dos terminais, serão feitas obras que melhoram pistas, pátios, estacionamentos e vias de acesso.

Pensando bem, Sras. e Srs. Deputados, o que chega a impressionar não é o fato de que tenhamos concedido aeroportos. O que causa espanto é a demora com que tomamos essa decisão.

Senhor Presidente, conceder foi uma solução lógica, pragmática.

Uma solução testada em outros países. Uma solução que tem o aval da OACI - Organização de Aviação Civil Internacional, órgão da ONU que tem apoiado a criação de administrações individualizadas para os aeroportos.

Enfim: era conceder ou o caos.

Muito obrigado.

Documento 205/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9183

ALEX CANZIANI-PTB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Carência de mão de obra especializada no País. Realização pelo Governo Federal de investimentos no ensino técnico profissionalizante.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje ao Plenário trazer à reflexão dois problemas relacionados à demanda por educação e qualificação técnica e tecnológica, colocados no contexto atual, bastante favorável no tocante à oferta dessa modalidade de ensino. Como veremos, estes problemas estão tendo impacto sobre a busca de primeiro emprego pelos jovens brasileiros. O *Correio Braziliense* publicou no dia 11 de março último a reportagem "Procuram-se 515 mil trabalhadores". Destacava-se o "apagão de mão de obra" que hoje afeta especialmente 12 setores do mercado, entre os quais a indústria, a construção civil, os serviços de infraestrutura e logística e de tecnologias de comunicação e informação. Faltam profissionais com formação técnica básica e especializada em áreas estratégicas para o Brasil. Essa carência de profissionais qualificados tem levado a um desperdício de investimentos, à perda de qualidade e de produtividade, ocasionando um aumento geral de custos. Por outro lado, há milhões de desempregados em busca de emprego e, entre estes, ressaltamos o grande contingente de jovens em busca de sua primeira oportunidade de trabalho. Portanto, em princípio, poderíamos pensar que o atual ambiente do mercado, ávido por contratar mão de obra é favorável aos nossos jovens desempregados. Ainda mais considerando o aquecimento da economia e a proximidade da realização de eventos com impacto nacional, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Acontece que, especialmente para os mais jovens, a qualificação profissional é condição imprescindível para se conseguir uma colocação, pois permite ultrapassar o obstáculo da falta de experiência. Escolaridade e boa formação, regular e técnica, são, em toda parte, os grandes aliados dos jovens em início de carreira. Mas é preciso examinar com mais detalhe a questão educacional por trás do "apagão de mão de obra". E o cenário não é bom. A nossa educação básica não tem primado pela qualidade. Ao contrário, o aprendizado das nossas crianças há décadas tem se demonstrado muito aquém dos padrões requeridos para as séries que estão cursando. As matrículas no ensino médio revelam que só a metade dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola e, destes, a metade está atrasada nos estudos. A procura por cursos técnicos está crescendo, mas ainda não o suficiente para as necessidades do País. No ensino superior, o último Censo de 2009 mostra que no Brasil há nove universitários nas graduações tradicionais para cada estudante de curso superior tecnológico. Nos países desenvolvidos, a proporção é de três para um. Além disso, muitas de nossas graduações tradicionais não respondem mais às demandas do mercado. O desafio, aqui, é promover a escolaridade de bom nível e ampliar, em curto prazo, o acesso ao ensino técnico profissionalizante para os quase 13 milhões de brasileiros que têm apenas o ensino médio e, principalmente, para os 75 milhões de brasileiros que ainda não têm nem a educação básica. A boa notícia é que, nos últimos anos, o número de escolas técnicas de nível médio e de matrículas nos cursos profissionalizantes vem crescendo de modo expressivo. De 2005 para 2009, centenas de novas escolas entraram em funcionamento, a maioria públicas, registrando um crescimento de quase 154 mil matrículas. No nível superior, os resultados também surpreendem: os cursos de graduação tecnológicos presenciais e a

distância se multiplicaram, tanto quanto as matrículas. Mas estamos ainda longe da situação desejável. Senhores, é preciso reconhecer que está em curso um enorme esforço nacional para superar esses problemas. O Governo desenvolve um bem-sucedido plano de expansão da rede pública de educação profissional e tecnológica, que desde 2007 apresenta resultados positivos em termos de matrículas, número de estabelecimentos e de cursos oferecidos. Tem feito parcerias com o setor privado, com destaque para o sistema S, que, a partir de 2008, oferece milhares de matrículas gratuitas no Senac e Senai para a formação técnica dos jovens de baixa renda.

Com o programa Brasil Alfabetizado, o governo também vem apoiando os estados na oferta de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio. E, mediante a Rede CERTIFIC de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada, que envolve os quase 40 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e uma parceria do MEC com o Ministério do Trabalho e Emprego, desenvolve política inclusiva que reconhece e certifica os saberes, práticas e habilidades dos trabalhadores, adquiridos em processos formais e não formais de ensino. Vale também mencionar o recém-aprovado PRONATEC - o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que tive a honra de relatar, como representante da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. O PRONATEC assegurou, para esse segmento educacional, o investimento de R\$ 24 bilhões até 2014, para gerar 5,6 milhões de vagas para cursos de curta duração e 2,4 milhões de vagas para cursos técnicos com duração de pelo menos um ano, para estudantes do ensino médio e trabalhadores. Em resumo, do lado da oferta, estamos felizmente trilhando o caminho certo do desenvolvimento e da abertura de oportunidades de formação e qualificação técnica e tecnológica para quem delas mais necessita. No entanto, outro problema empana o brilho dessas conquistas. Pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o SENAI, divulgada em fevereiro de 2012, revelou que 77,5% da população economicamente ativa (PEA) brasileira não frequenta nem nunca frequentou cursos técnicos profissionalizantes. Mas por que isso ainda acontece, se a oferta de vagas em cursos técnicos e tecnológicos está aí à vista de todos? Se bons empregos estão à disposição das pessoas que queiram se qualificar? A resposta encontrada surpreende: quase 70% desse contingente que não se qualificou declarou que não o fez por falta de interesse. É verdade que a pesquisa evidenciou também um salto de 83%, entre 2002 e 2010, no número de pessoas que buscou qualificar-se. Quem seriam estes que se distinguiram, num contexto geral de baixa qualificação e de desinteresse por aprender e por qualificar-se? Segundo o estudo, foram principalmente os trabalhadores da chamada classe C - da "nova classe média" -, com idade entre 15 e 30 anos e moradores da periferia de grandes cidades. Nela se encontra a maior proporção de trabalhadores com cursos técnicos (20% deles), atentos ao fato de que a conclusão do ensino médio técnico representa aumento em média de 15% na remuneração e na produtividade. Eis aí novamente o desafio: aumentar a escolaridade das crianças e jovens, melhorar a qualidade da educação básica, focalizar melhor o ensino médio e estimular a qualificação profissional por meio de cursos técnicos e tecnológicos, para combater o desinteresse pelos estudos que hoje afasta praticamente a metade dos nossos jovens das salas de aula. Afinal, esses jovens precisam trabalhar, muitos buscando o primeiro emprego e sem qualquer experiência e qualificação. Senhor Presidente, meus colegas Deputados, prestemos atenção ao que dizem os enormes contingentes de jovens brasileiros que hoje buscam um lugar ao sol e que não estão frequentando a escola como deveriam. Ou que entram e logo a abandonam, antes de completarem sua formação. Eles estão nos dizendo que o grande e

custoso esforço nacional de expansão da oferta de ensino profissional não está indo ao encontro de suas expectativas e necessidades. Talvez já seja a hora de se fazer uma correção de rumos para superar os problemas apontados. Muito obrigado.

Documento 206/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9184	ANTONIO BULHÕES-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Juventude. Realização de maiores investimentos na qualificação da juventude brasileira.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Mundial da Juventude, comemorado em 30 de março, é oportunidade para destacarmos a importância dos jovens para as mudanças comportamentais, políticas e ambientais, e também para a sustentabilidade econômica.

A disposição, coragem e rebeldia juvenil, quando encontram uma causa justa, são produtivas. Os jovens são a força que luta contra costumes opressivos, preconceitos absurdos, leis ultrapassadas. São os jovens que mais arriscam suas vidas contra os ditadores: foi assim no Brasil, foi assim no Egito e na Líbia, está sendo assim na Síria. Os jovens também são os primeiros a se sintonizar com as possibilidades das novas tecnologias, que graças a eles expandem suas aplicações: está sendo assim com as redes sociais, os telefones celulares, os aplicativos de informática em geral.

Países como o Japão, onde nos próximos cinquenta anos a quantidade de pessoas vai se reduzir em mais de um terço, terão grandes problemas para equilibrar suas contas. Na Europa, a situação é parecida: idosos e aposentados não fazem uma economia sustentável, e será preciso abrir as fronteiras para os imigrantes. Por isso, não faz sentido o preconceito contra os que vieram de fora daquele continente, já que o trabalho dessas pessoas, geralmente jovens, paga as aposentadorias da Zona do Euro.

A importância da juventude para a construção de sociedades menos preconceituosas e mais justas é evidente: as novas gerações regeneram a sociedade, especialmente se a sociedade estiver atenta a esse poder regenerador. O Brasil, infelizmente, não está tratando a educação da juventude como assunto estratégico.

Deveríamos estar investindo mais na qualificação de nossos jovens, inclusive por meio do incentivo ao esporte. Precisamos investir em um sistema educacional de qualidade, pois boas escolas públicas são a forma mais eficiente de combate aos problemas que atingem os jovens, como as drogas, as doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez precoce e o desemprego.

Orientar e preparar nossa juventude, Senhor Presidente, é orientar e preparar o Brasil para os desafios do futuro. Mas o futuro já começou, e ainda vemos muitos jovens brasileiros morando nas ruas. Ora, nosso futuro nunca será promissor

enquanto houver jovens, e até crianças, se drogando e esmolando, em vez de estar na escola.

Grande parte do mais de um bilhão de jovens no mundo está sendo devidamente escolarizada. O Brasil é campeão mundial quando o assunto é futebol, mas fica quase em centésimo lugar na qualidade de sua educação. A falta de capacitação dos brasileiros, Senhoras e Senhores, não nos permite nem mesmo organizar uma Copa do Mundo dentro do cronograma.

Se não canalizarmos as energias de nossos jovens para o estudo, elas serão canalizadas para o vandalismo, o crime ou a autodestruição, por meio das drogas legais e ilegais. Para evitarmos o desperdício da força de nossa juventude, as instituições brasileiras devem trabalhar em conjunto para expandir as oportunidades de educação, lazer, esporte e emprego para essa faixa de idade.

Economizar dinheiro com a juventude, Senhor Presidente, é uma tolice, um erro econômico que cobrará seu custo, com juros, no futuro.

Documento 207/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9186

BRUNA FURLAN-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Classificação do Município de Barueri, Estado de São Paulo, em 1º lugar junto ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o município de Barueri nasceu há 63 anos, dentro da região metropolitana da capital paulista. Desde então, sucessivas administrações tiveram competência para permitir que a cidade aproveitasse da melhor forma possível sua vocação para o setor de serviços e indústrias. Hoje, Barueri é simplesmente o município brasileiro mais desenvolvido, de acordo com índice calculado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a FIRJAN, com base nos últimos dados disponíveis, de 2009.

Desde a primeira edição do Índice, Barueri figura entre os dez primeiros lugares do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, que monitora todos os 5.564 municípios brasileiros nas áreas de Emprego e Renda, Educação e Saúde. O índice é calculado a partir das estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Na última edição desse índice, Barueri alcançou 0,93 pontos em escala que vai até um, à frente, portanto, da maioria das capitais brasileiras.

Apenas nove capitais brasileiras estão presentes na lista dos cem municípios brasileiros mais desenvolvidos: São Paulo, Vitória, Curitiba, Florianópolis, Campo Grande, Belo Horizonte, Palmas, Rio de Janeiro e Goiânia. Palmas, capital do Tocantins, foi a primeira cidade da Região Norte a ficar entre as cem primeiras do Índice FIRJAN.

Apenas 235 municípios brasileiros, menos de 5% do total, tiveram pontuação acima de 0,80. Dentre os Estados, apenas São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro

estão no patamar de alto desenvolvimento. A média brasileira foi de 0,76 no último levantamento, 0,6% menor do que a anterior - refletindo os impactos da crise econômica mundial, já que o último Índice Firjan disponibilizado refere-se ao ano de 2009.

Em 2009, Barueri tinha 35 mil habitantes a mais do que hoje; sua população, antecipando-se à tendência brasileira, vem diminuindo. Isso significa que a cada ano a cidade precisará de menos investimentos em infraestrutura. Barueri, desde a década passada, não precisa aumentar o número de escolas existentes, nem sua rede de saneamento, iluminação ou transportes; daqui para a frente, a tendência é o ganho qualitativo.

O fim da explosão populacional, também chamado de bônus demográfico, tende a melhorar a qualidade de vida do município, que continuará a ser um dos principais centros financeiros do Estado, polo empresarial importante no panorama nacional.

Onze bibliotecas públicas em excelente estado de conservação, escolas e institutos técnicos, ampla rede de atendimento à saúde, esportes disponibilizados gratuitamente em todos os bairros para mais de doze mil crianças e adolescentes, e a Arena Barueri, cotada para ser a sede de uma das seleções que virão para a Copa: não falta infraestrutura em Barueri, Senhoras e Senhores.

Proximidade da capital paulista, disponibilidade de mão de obra qualificada e infraestrutura cada vez mais eficiente permitem-nos prever que Barueri continuará a ser a cidade mais desenvolvida do Brasil, porto seguro para investimentos no futuro.

Por ocasião do aniversário da cidade, congratulo-me, portanto, com os pouco mais de duzentos e quarenta mil cidadãos de Barueri, cidade que apostou na redução de impostos como forma de gerar riqueza e, hoje, colhe os frutos de várias decisões acertadas de seus administradores.

Obrigada.

Documento 208/472

059.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-16:36

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9189

ROGÉRIO CARVALHO-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Votação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Foco exagerado sobre a liberação do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante o evento. Criação de Comitês Populares da Copa. Reexame do papel exercido pelo Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF. Reformulação do modelo de gestão dos clubes de futebol brasileiros.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje iremos votar a Lei Geral da Copa, peça essencial para a realização do campeonato mundial no Brasil. Esta votação fecha o trabalho árduo do presidente, do relator e dos demais membros da Comissão Especial desta Casa que se debruçaram sobre o assunto.

Parabenizo-os.

Nada obstante, percebo um foco exagerado sobre a questão da venda de bebidas alcoólicas nos estádios ou a proibição, tal como já previsto no nosso Estatuto do Torcedor. Este assunto foi apontado como motivo de crise entre governo e Câmara dos Deputados.

Paralelo a esse falso foco, há restrição a certos temas, como por exemplo: a construção e a interlocução dos Comitês Populares da Copa, iniciativas nas cidades-sede dos jogos, compostas das mais diversas entidades da sociedade civil, desde ONGs até associações de moradores, centrais sindicais e movimentos sociais comprometidos em defender os direitos dos cidadãos brasileiros. Esses Comitês propiciam uma importante articulação entre tais setores organizados, desqualificando a lenda de que os megaeventos trariam apenas benefícios.

Como nos mais diversos aspectos da vida moderna, o fator ser humano é colocado abaixo do fator dinheiro. Milhares de famílias são obrigadas a mudar para regiões periféricas das grandes cidades em nome de duplicações de avenidas, ampliação de linhas de metrô, construção de estacionamentos, dentre outras obras que só existem, no fim das contas, para valorizar o espaço urbano onde se localizarão as grandes redes hoteleiras, pontos turísticos e condomínios de luxo. Os Comitês Populares revelam-se uma manifestação do governar com, enquanto moderna e democrática gestão pública.

Aliás, não menos importante, mas não entrou na pauta a democratização do futebol brasileiro. O valor democracia não é exclusividade do Poder Público, mas um valor fundante que deve permear toda a sociedade brasileira. E isso se faz mediante a prática, os incentivos e a abertura de espaços públicos, não necessariamente espaços estatais.

Ora, é assim que pergunto qual a legitimidade que o presidente da CBF tem hoje no grosso dos torcedores brasileiros? Eleito por uma parcela mínima de dirigentes de federações estaduais, comumente agraciados com regalos pessoais, dentro de uma estrutura antidemocrática de eleições, tais cargos são quase vitalícios. No Brasil, o jogo de poder que envolve essas entidades, hoje burocratizadas e distantes das reais necessidades do jogo, coloca-as como mero instrumento de barganha diante dos interesses econômicos que envolvem o futebol.

Senhoras e senhores Deputados, não é possível permitir que um único indivíduo e seus asseclas possam controlar os caminhos do esporte mais amado pelos brasileiros. O mesmo deve-se dizer dos clubes.

Lembro aqui, senhor Presidente, tais entidades, por mais que se configurem entidades privadas, elas lidam com o patrimônio público e cultural do povo brasileiro - que é o futebol.

Senhoras e senhores Deputados, o futebol ingressou no Brasil por meio das classes mais abastadas e se tornou um jogo de rua. Explodiu em popularidade e viu clubes sendo formados em cada bairro das grandes cidades. Sofreu um processo forçado de profissionalização, tendo que se adequar a esse modelo às duras penas. Foi usado como instrumento político por uma ditadura, rodou pela mão dos mais perversos corruptos e oportunistas, até virar um gigante e lucrativo negócio, atraindo grupos financeiros dos mais variados e forçando os clubes a se tornarem verdadeiras empresas. Em cada momento desses, viu a sua magia ser apropriada e violada por interesses privados e políticos das velhas classes dominantes.

É verdade que durante muitas décadas o futebol, como qualquer outro esporte que atraísse as massas, sofreu críticas de diversos setores combativos da sociedade. Sua relevância só entrava em cheque na medida em que se pontuava a sua instrumentalização alienante pelas mãos do Estado e das

classes dominantes. Demorou-se um longo tempo até se compreender que, como os diversos outros aspectos da vida humana, o futebol, essa "religião leiga da classe operária", já diria Eric Hobsbawn, pode ser apropriado das mais diversas formas, para os mais diversos fins.

Então, senhoras e senhores Deputados, por que não criar as condições mínimas para que o futebol possa ser apropriado por quem realmente se interessa por ele? Por que não torná-lo um instrumento de interesse popular e com poder transformador?

Não creio que essa Casa possa perder a oportunidade de repensar e transformar o nosso próprio campeonato de futebol. Temos uma ótima oportunidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 209/472

059.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-16:36
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9123	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido de verificação de votação do Requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ.) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - V.Exa. sozinho não tem condições de encaminhar verificação, Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR - Condições eu tenho, a minha voz foi manifesta. Posso não ter direito regimental. Então, é uma voz que diz que o PSOL é contra essa pressa a serviço dos interesses da FIFA, que não são os nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Condições regimentais, então, V.Exa. não tem. Então, passa-se à votação.

Documento 210/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9208	ZEQUINHA MARINHO-PSC -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa

das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem. Defesa da aprovação da emenda.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nosso partido, levando em conta sua origem, seu pensamento e aquilo que ele defende para a sociedade brasileira, não podia recuar nessa batalha.

Reconhecemos que este é um espaço democrático, onde se tem que conviver com situações diferentes, mas precisamos fazer com que a nossa sociedade continue melhorando e avançando. Andar para trás, recuar daquilo que já conquistamos, suspender o efeito de leis que estão dando certo no Brasil, como o Estatuto do Torcedor, para nós é um retrocesso para a sociedade. Reconhecemos que a Copa do Mundo é um evento extra, um evento à parte, um espetáculo à parte; mas a sociedade é a mesma, o País é o mesmo, e a ordem que deve ser mantida é a mesma também.

No ano que vem tem Copa das Confederações; em 2014, Copa do Mundo; em 2016, Olimpíadas. Aí, começam-se as exceções. Aquilo que conquistamos vai ficar jogado na estrada. Vamos passar por cima, não se valoriza aquilo que esta Casa já conquistou com muita luta e a duras penas, uma luta da nossa sociedade.

Por isso, o Partido Social Cristão vem em busca do bom senso, vem de acordo com tantos outros partidos que pensam, que defendem bons princípios, princípios que zelam e prezam a vida.

Todo mundo sabe que onde há bebida alcoólica, não há como se manter a ordem: as pessoas se excedem, as pessoas não conseguem se controlar. Por que não se permite tomar alguma dose de álcool e dirigir? Porque a pessoa com qualquer percentual de álcool no sangue perde o controle e os reflexos como teria numa situação normal. Por que não se permite entrar em estádio de futebol portando qualquer objeto, como uma arma, que possa representar uma agressão a alguém? Porque lá, com os ânimos exacerbados, torcendo para um lado ou para outro, o cidadão corre o risco de se expor além da medida. Se o um cidadão estiver com álcool no sangue, certamente não terá controle sobre suas ações.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Social Cristão vem aqui defender sua posição: somos contra e votaremos até o último instante para que se evite qualquer tipo de tragédia em nossos estádios, estragando a maior festa esportiva que possa fazer este País.

Muito obrigado.

Documento 211/472

060.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

28/03/2012-21:32

Publ.: DCD - 29/03/2012 -
9209

ANDRÉ MOURA-PSC -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem. Posicionamento do PSC contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reafirmamos o que foi dito aqui pelo autor da matéria, Deputado Zequinha Marinho, em relação ao Partido Social Cristão. Entendemos e respeitamos a opinião e a posição de outros partidos que se mostraram contrários aos destaques apresentados em relação às bebidas alcoólicas.

Acima de tudo, estamos trabalhando para continuar na luta que tem a família sempre como prioridade, a família em primeiro lugar.

O PSC tem como uma de suas principais bandeiras de luta exatamente o fortalecimento da família. E nós não podemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retroceder naquilo, como eu já disse anteriormente, que foi uma conquista deste Parlamento, quando da resolução do Estatuto do Torcedor, que proibiu a comercialização, a venda de bebidas alcóolicas.

Nós sabemos que o nosso País tem tudo para fazer, e vai fazer, a maior Copa do Mundo de todos os tempos; que o Governo Federal tem dado todas as condições para que isso venha a ocorrer, e não é, Sras. e Srs. Deputados, a comercialização, a venda das bebidas alcóolicas dentro dos estádios de futebol que vai tirar o brilho e a grandeza da Copa do Mundo, que tenho certeza que o nosso País vai realizar.

Então, que na Copa do Mundo possamos, sim, ter a certeza de que as famílias vão ter acesso aos estádios de futebol; de que não teremos problema de violência nem nos estádios nem em torno deles, porque assim vamos realizar não só uma grande Copa do Mundo, mas também uma grande Copa das Confederações, como também uma grande Olimpíada.

Então, o PSC reafirma sua posição de que é a favor da Copa do Mundo. O PSC lutou na Comissão da Lei Geral da Copa, como eu já disse aqui anteriormente, pela questão da meia-entrada para os estudantes, da meia-entrada para os idosos, para que a mobilidade possa existir, oferecida pelo Governo Federal. De todas essas conquistas, não tenho dúvida, colheremos os frutos, na realização desta que será a maior Copa do Mundo de todos os tempos.

Agora, não podemos permitir colocar em risco vidas humanas, porque, como eu já disse aqui anteriormente, está comprovado, pelas estatísticas, pelos números - e contra os números não podemos ter argumentos -, de que depois do Estatuto do Torcedor, que proibiu a comercialização, a venda de bebidas nos estádios de futebol, o índice de violência diminuiu muito, principalmente das torcidas organizadas.

Então, viva a Copa do Mundo! Não ao copo! Viva aquela que será a maior Copa do Mundo de todos os tempos, que é a Copa do Mundo do Brasil!

Temos responsabilidade para com as famílias deste País e para com quem vem nos visitar, a quem realmente precisamos oferecer condições para que ...

(O microfone é desligado.)

Documento 212/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9210	ANTHONY GAROTINHO-PR -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PR à Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "sim" e chama à consciência os Srs. Deputados: toda vez que alguém, durante a Copa do Mundo, for atingido por garrafa de bebida alcoólica, machucar-se, for vítima de briga, ponham a mão na consciência.

Documento 213/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9210	BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSDB à Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço tempo como Líder.

Nós tínhamos um acordo para que no destaque seguinte, com matéria semelhante, fizéssemos votação nominal. Vamos liberar o Plenário para que V.Exa. possa fazê-lo agora, de ofício - ou nós verificamos -, para, eventualmente, se for o caso, encerrarmos com essa votação.

O que nós vamos votar agora, Sras. e Srs. Deputados? Os Deputados do PSB, votando "não", vão dizer a Eduardo Campos e a Cid Gomes que eles vão

resolver sobre as bebidas nos estádios; os Deputados do PSDB que votarem "não" vão dizer a Geraldo Alckmin e Anastasia que eles vão resolver sobre as bebidas nos estádios; os Deputados do PMDB que votarem "não" vão dizer ao Governador Sérgio Cabral e ao Governador do Mato Grosso que eles vão resolver sobre as bebidas nos estádios; os Deputados do PT que votarem "não" vão dizer a Tarso Genro e a Marcelo Déda que eles vão ter que resolver sobre as bebidas nos estádios; os Deputados do Democratas que votarem "não" vão ter que dizer à Governadora Rosalba que ela é quem vai ter que resolver sobre as bebidas nos estádios. E os Deputados que votarem "sim" estarão dizendo que é o Governo central, que foi a Sra. Dilma quem viajou e deixou os Governadores para resolver o problema da bebida.

É essa votação agora a que o Brasil vai assistir; é essa votação agora que demonstrará se os nossos compromissos são, antes de tudo, com a nossa terra, com o nosso local, com os nossos Governadores, com os nossos Estados, com o ente Federativo ou com o Governo central. É esse o voto de cada Deputado, de cada partido.

Nós do PSDB vamos poder dizer ao Governador Geraldo Alckmin e ao Governador Anastasia: *"Governador, tentamos assumir nossa responsabilidade. A Presidente se mandou para a Índia. Ficou para os senhores"*. Vai ficar para o PMDB, para o PSD, para o Democratas, para os Estados que governam as 12 capitais que terão esse grande evento.

Senhores, assumamos nossas responsabilidades. Senhores, digamos que o Congresso Nacional tem autoridade para resolver essa questão. Senhores, digam que a lei que aqui aprovamos não tem assenso para valer por 10 dias ou por 20 dias. Senhores, assumamos nossas prerrogativas, votemos; assumamos o poder que temos, sem deixar para o poder central, que viaja e entrega a decisão no colo dos Governadores. Em Pernambuco, meu partido é Oposição, mas eu não quero gerar isso a um Governador que, de uma forma ou de outra, tem ajudado meus cidadãos, os pernambucanos. Por que o PMDB vai fazer isso com os seus Governadores? Por que o PSD vai fazer isso com o seu Governador? Por que vamos fazer isso com os Governadores que sustentam a onda de dificuldades na Federação, que não têm dinheiro para gerir, estando com os cofres carregados o Governo Federal?

Senhoras e senhores, mostramos há pouco que temos tamanho. Vimos a votação daqueles que eram contra a bebida. Vamos juntar os que eram contra a bebida àqueles que acham que não é legítimo ir embora e deixar na conta dos Governadores estaduais, ter a falta de coragem para discutir.

Sabem os senhores o que estão fazendo? O PT não teve coragem de votar "não", contra a bebida, e arrumou esse dispositivo para jogar na conta dos Governadores. Os senhores vão pagar essa conta política nos seus Estados! É essa a questão que efetivamente está em jogo. Assumamos as nossas responsabilidades! Digamos ao País que a lei que aqui votamos não tem essa ação. E, se ela não vale, somos nós que a revogamos, somos nós que a mudamos, mas não tem assenso, acordo para proteger o Palácio do Planalto e jogar a conta para os Governadores que carregam a saúde pública, que carregam a segurança pública, que carregam a educação. Mais essa conta?!

Nós do PSDB vamos ficar em paz com nós mesmos e com a Federação Brasileira. Vamos votar para que o Governo central assuma a responsabilidade sobre a liberação da bebida na Copa.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Só um minuto, Deputado.

Deputado Bruno Araújo, eu confesso que não entendi o encaminhamento de V.Exa. V.Exa. está retirando o próximo destaque, propondo que...

O SR. BRUNO ARAÚJO - Estou propondo votarmos o destaque seguinte, que

tem o mérito exatamente igual a esse, de forma nominal. (*Palmas.*) O seguinte trata da mesma matéria. Assim nós cumprimos o nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Ficaria prejudicado o outro destaque?

O SR. BRUNO ARAÚJO - Não, Presidente. Nós nos comprometemos a não fazer a discussão do segundo e V.Exa. formalmente o mantém e o coloca em votação. Vamos ver qual é o compromisso da Câmara dos Deputados para com a Federação brasileira e para com os seus Governadores votando "sim".

Documento 214/472

060.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-21:32

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9211

ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Assunção, por Governadores, do compromisso de venda de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Como líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. o discurso de boas-vindas.

Quero cumprimentar os Parlamentares, até porque eu acho que a verdade precisa ser dita claramente. Agora, caiu por terra, meu prezado amigo Bruno Araújo, aquela história de que a luta aqui é pela saúde, é pela família, é pela não venda de bebida alcoólica. Não, a questão é outra: tentar tirar castanha do fogo com a mão do gato.

Se os Governadores assinaram - e assinaram -, foi porque era uma precondição para que os jogos da Copa acontecessem nos 12 Estados escolhidos, por que esses Governadores gostariam de escapar de fazer o debate como nós estamos fazendo aqui? Não é vergonha cumprir com a palavra. É um dever, principalmente quando assinam um compromisso, como o Brasil assinou e como os Estados também assinaram.

Dito isso, o que temos que recolocar, no sentido do interesse nacional, porque ficou confirmado pelas palavras do Líder que era uma precondição assinar, porque, se era para acatar a posição de que não se pode vender bebida, por que veio pedir à Câmara dos Deputados, agora, autorizar aquilo que cada Governador que assinou, de repente, não quer encarar a sociedade?

Não há o que temer. O povo brasileiro apoia a realização da Copa! Aqui, perdoem-me, eu acho que é julgar, a menor, o povo brasileiro, imaginando que alguém que vai ao estádio e vê alguém beber, mesmo não querendo, vai se influenciar e vai se embriagar. Nós sabemos que não é assim, até porque no plenário nós fazemos brincadeiras com quem está com esse manifesto no peito e, de maneira honesta, falamos: *"Vamos comemorar depois, em casa, com um vinho"*.

A nossa responsabilidade, como membros do Congresso Nacional, é fazer com que seja respeitada inclusive a institucionalidade. De repente, alguns dizem que o Brasil abdicou de sua soberania. Não, o Brasil escolheu sediar a Copa. E há aqui quem talvez nunca tenha dirigido uma greve e se sente no dinheiro de imaginar - imaginar pode! - que teria mais experiência e mais firmeza do que teve o maior

líder de massas, inclusive em greve, o Presidente Lula.

Portanto, quero fazer um apelo a todos os Deputados que votaram "não" antes que repitam o voto "não" agora, até porque queremos acabar com essa atitude de fazer um discurso aqui e depois fazer outro discurso lá. É isso que vamos conferir.

Apelo aos Parlamentares do PSDB para que ajudem o Governador Alckmin a cumprir aquilo que os seus governos assinaram. Eu parablenizo esses governos, porque agiram com responsabilidade e vão cumprir, como o Governo Federal, com autorização e apoio do Congresso Nacional, aquilo que representa a palavra e o empenho do nosso País. *(Palmas.)*

Documento 215/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9212	ANTONIO CARLOS MENDES THAME-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Protesto contra a transferência para os Estados da responsabilidade por decisão de assunto relacionado à Copa do Mundo de Futebol de 2014. Orientação da respectiva bancada.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, não somos nós que estamos com dois discursos. Não somos nós do PSDB ou dos partidos da Oposição que estamos com dois discursos. Nós votamos aqui da mesma forma como votamos nos Estados. Foi assim com relação aos fundos de previdência dos funcionários, enquanto Deputados do PT votaram aqui de uma forma e nos Estados, de outra.

Em segundo lugar, nós não conseguimos entender qual a diferença entre um Estado, que assina subsidiariamente para que o seu estádio, na sua Capital, possa sediar um jogo, e um Presidente da República.

Portanto, causa-nos estranheza que critiquemos o Judiciário quando começa a legislar, fazendo o nosso papel. Nós criticamos o Executivo quando manda medidas provisórias demais para cá e quer fazer o papel de legislador. Quando chega a nossa vez de legislar, nada, nós tiramos com a barriga e jogamos para os Estados. É lamentável que isso venha a ocorrer.

Por isso, o nosso encaminhamento pela Minoria, já aproveitando o tempo, é o voto "sim" nesta e na próxima votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Mendes Thame.

Documento 216/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9212	PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do DEM à Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fomos eleitos para legislar. Esta matéria é federal. Nós não podemos transferir essa responsabilidade para as Assembleias Legislativas e para os Governadores. Acabo de lembrar ao Líder Arlindo Chinaglia, que apresentou um projeto de lei, em 1995 - éramos colegas. O projeto de lei de S.Exa. o Líder do Governo pretendia coibir a violência nos estádios, e o principal item era a proibição de bebida alcoólica nos estádios.

Sr. Presidente, nós queremos coerência. Nós queremos legislar sobre esta matéria. Somos contra a bebida alcoólica nos estádios e somos contra transferir para as Assembleias Legislativas essa responsabilidade.

Para finalizar, Sr. Presidente, somos contra transferir ou delegar às Assembleias Legislativas uma responsabilidade que é nossa.

Nós encaminhamos o voto "sim", para que esta Casa possa legislar e cumprir a sua responsabilidade.

Documento 217/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9212		SILVIO COSTA-PTB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PTB à Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para esclarecer aos desavisados do PSDB e do DEM que a segurança pública é de responsabilidade dos Estados e não da União. Na Copa do Mundo, é evidente que vamos precisar de segurança pública. Nada mais natural do que delegar aos Governadores essa prerrogativa.

Nós não estamos abrindo mão de legislar em nada. Pelo contrário. Estamos respeitando a Constituição do Brasil, que diz que a segurança pública é dever do Estado. Essa é a questão.

O voto é "não".

Documento 218/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9213		FILIPPE PEREIRA-PSC -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSC à Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha o voto "sim".

Quero fazer uso da palavra rapidamente, para ressaltar que sou um jovem Parlamentar, em segundo mandato, com 28 anos de idade, eleito pelo meu Estado do Rio de Janeiro, mas para legislar para o Brasil.

É um absurdo, Sr. Presidente, que essa tal de FIFA - que, para mim, como brasileiro, não representa nada - venha ao nosso País impor ao nosso Governo que nós temos de vender bebida alcoólica nos nossos estádios. É um absurdo, Sr. Presidente!

Ver esta Casa e os Deputados aqui se rendendo a uma situação que o Estatuto do Torcedor brasileiro já recrimina, é uma vergonha e uma humilhação para o Parlamento brasileiro e para o povo brasileiro, que nós representamos.

"Não" a essa tal de FIFA que vem aqui tentar impor ao nosso País e ao nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 219/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9213		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSOL à Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde

que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós defendemos a manutenção do Estatuto do Torcedor, votado nesta Casa. Portanto, o nosso voto é "sim".

Nós queremos alertar que outras alterações ou revogações que a Lei Geral da Copa promove por determinação da FIFA são muito mais graves. Nós estamos aqui, com a aprovação do projeto final, simplesmente revogando aspectos da livre concorrência, do direito de ir e vir; acrescentando itens no Código Penal, como o *marketing* de emboscada; ferindo o Estatuto das Cidades, o direito de moradia, o Estatuto do Idoso, os direitos de transmissão esportiva.

Enfim, é um achincalhe com a legislação brasileira, que já acolheria muito bem a Copa do Mundo. O problema é que a FIFA quer dinheiro. Ela ganhou mais de 7 bilhões de dólares na África e aqui quer ganhar o dobro. Nós pagamos a conta.

Voto "sim".

Documento 220/472

060.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/03/2012-21:32

Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9213

ARNALDO JARDIM-PPS -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do Bloco PV/PPS à Emenda 46, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), que determina que a venda e o consumo de bebidas, excetuadas as de teor alcoólico, nos Locais Oficiais de Competição, são admitidas desde que o produto esteja acondicionado ou seja consumido em material plástico, vedado o uso de qualquer outro tipo de embalagem.

O SR. ARNALDO JORDY (Bloco/PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, respeitando a posição divergente do PV, o Bloco Parlamentar PV/PPS encaminha o voto "sim".

Queremos apenas alertar que, após o Estatuto do Torcedor, todas as estatísticas de registro de violência em estádios de futebol - todas, não há uma exceção -, segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID, foram reduzidas.

Por outro lado, dizer que não há implicação o consumo e a venda, a comercialização de bebida alcoólica em estádios... Por que fazer isso apenas para o episódio da Copa do Mundo? Por que não estender isso e revogar todas as iniciativas que este País construiu, inclusive nesta Casa?

Vou ler aqui um texto de um projeto de lei de 1995, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão em fenômenos de violência.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado. Um minuto só, foi o que nós havíamos combinado, em respeito inclusive aos Deputados que aqui estão e querem votar. *(Muito bem. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Arnaldo Jordy com a palavra, para concluir o seu raciocínio. (*Pausa.*)
Deputado Jordy, com a palavra, por favor.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, apenas para concluir sobre as iniciativas.

Esse projeto de lei dizia que:

"É proibida, nos dias dos jogos ou de competições esportivas, a venda e a comercialização de bebida alcoólica dentro dos recintos onde eles estejam ocorrendo, bem como na imediação da distância de mil metros."

Esse projeto de 1995 é simplesmente do Líder Arlindo Chinaglia. Foi apresentado nesta Casa, para ser aprovado como projeto de lei.

Portanto, nós estamos vendo uma mudança completa de posições, de convicções que eram válidas até ontem e, em função das imposições da FIFA, estão sendo revogadas de forma muito estranha, nesta Casa.

Por isso nós encaminhamos "sim" ao destaque.

Documento 221/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9214		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo do povo do Estado do Pará com o pleno restabelecimento da saúde do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comemorar o restabelecimento da saúde do Presidente Lula, que trouxe a Copa do Mundo para o Brasil. Se não fosse a coragem do Presidente Lula, se não fossem as suas articulações internacionais, talvez o Brasil não tivesse oportunidade de sediar esse evento muito importante.

O Presidente Lula recebeu hoje, deste Plenário, uma homenagem, no momento do anúncio do restabelecimento de sua saúde pelo nosso Líder Jilmar Tatto.

Também quero dizer que o povo do Estado do Pará vive essa felicidade, porque Lula foi o Presidente que mais ajudou aquele Estado. O Pará conseguiu grandes obras do PAC, como o asfaltamento da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica, as eclusas de Tucuruí, a Usina de Belo Monte, o Minha Casa, Minha Vida e obras de saneamento.

O Estado do Pará está feliz, até porque lá o Presidente Lula ganhou todas as eleições em primeiro turno.

Parabéns ao nosso Presidente. Que Deus o proteja e ele possa estar ativo para ajudar, cada vez mais, na política deste Brasil.

Documento 222/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9215	VALDIR COLATTO-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Compromisso da Presidência de inclusão na pauta do mês de abril da proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar a V.Exa. que estamos cumprindo o acordo de votar a Lei Geral da Copa. Agora resta que votemos o Código Florestal o mais rapidamente possível. Nós confiamos na sua palavra de que colocará em pauta no mês de abril o Código Florestal, já que estamos votando nesta noite a Lei da Copa. Parabéns a V.Exa. pela condução dos trabalhos. Com certeza V.Exa. está com crédito na nossa bancada. Obrigado.

Documento 223/472

060.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	28/03/2012-21:32
Publ.: DCD - 29/03/2012 - 9229	CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do Bloco PV/PPS à Emenda 66, destacada, à Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa), relativa à definição de bebida alcoólica para todos os efeitos legais.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, por que votamos "sim" a este destaque? Porque ele define o que são bebidas alcólicas para todos os efeitos da lei - inclusive, citei isso quando fiz uso da tribuna -, para que efetivamente consigamos não só limitar o consumo, mas também a publicidade, para todos os efeitos, das bebidas potáveis que contêm na sua composição teor alcóolico igual ou superior a meio grau. Senhores, se queremos políticas públicas fortes, mais uma vez, podemos perder no voto, mas devemos manter a postura naquilo que acreditamos ser saúde pública, o bem maior do nosso País.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 224/472

056.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	27/03/2012-15:00
Publ.: DCD - 28/03/2012 - 8653		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Imediata votação pela Casa do projeto de lei sobre a criação do novo Código Florestal brasileiro.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, gostaria de iniciar a minha manifestação neste Pequeno Expediente fazendo um apanhado de informações e compartilhando alguns conhecimentos importantes, para darmos ciência à Nação brasileira, pela TV Câmara, utilizando esta tribuna, e para o debate no Congresso Nacional.

O tema a que me refiro diz respeito à necessidade de votarmos o Código Florestal. Há uma necessidade absoluta de estabelecermos a data de votação e procedermos a uma votação imediata, porque já se passaram mais de 2 anos de debates, de audiências públicas, de busca de informações, de avanços no equilíbrio.

No equilíbrio que o novo Código Florestal brasileiro tem que ter, e já tem, há um primeiro ponto fundamental: não é permitida a expansão de áreas de desmatamento. Portanto, já se estabelece um ponto: a partir do novo Código, não há mais desmatamento.

Outro ponto fundamental é buscarmos consolidar e reconhecer as áreas de agricultura e de pecuária do nosso País, dando enfoque principalmente ao pequeno e médio agricultor.

Esse é hoje o tema de discussão nas mudanças feitas pelo Senado. Inclusive, se aprovarmos o texto do art. 62 do Código Florestal, como vem do Senado, haverá uma redução da ordem de 87 milhões de hectares, perdas anuais da ordem de 300 bilhões em faturamento e receitas da nossa agricultura.

Pode o País sofrer tamanha redução de impacto? Claro que não.

Vejo aqui o meu colega Ronaldo, Deputado do Rio Grande do Sul, Estado que possui agricultura e pecuária fortes, da mesma forma, todas as Unidades da Federação. Graças à nossa agricultura e à pecuária, obtivemos um desempenho percentual, no último quadrimestre, da ordem de 8,4%, e apenas 1,4% em âmbito nacional.

Portanto, os nossos agricultores é que têm sustentado e dado guarida, suporte para as condições de segurança alimentar, para a produção de alimentos e preservação ambiental. São usadas técnicas como a do plantio direto e a do cultivo mínimo, e há a utilização de uma pecuária racional e de pastagens.

Há o Programa de Agricultura de Baixo Carbono, o Programa ABC, que faz a retenção, através do nosso cultivo, do CO₂ fixado no ar pela poluição dos nossos veículos ou das nossas indústrias. Esse é o papel da agricultura.

É oportuno debatermos a necessidade de um Código Florestal que traga tranquilidade ao nosso agricultor.

Por isso, eu volto ao tema das áreas consolidadas. Nós precisamos votar aqui o Código Florestal, nos próximos dias, junto com a Lei Geral da Copa, de cuja Comissão Especial eu faço parte. Estamos tratando de dois temas nacionais. Precisamos fazer um debate político com o País de forma responsável. Não se trata apenas de questão de Governo. O Governo tem de debater, ter suas posições e responsabilidades, mas o Código Florestal precisa, sim, trazer esse indicativo de tranquilidade ao nosso produtor rural.

Ao encerra a minha fala, queria dizer que precisamos, sim, votar esse código. E pode e deve ser antes da Rio+20. Por que não? O País é responsável. Hoje, 51% do território nacional é constituído de reservas - reservas feitas pelos próprios produtores, reservas de parques. Portanto, não há país que possa questionar a condição ambiental e de preservação associada a nossa agricultura.

Precisamos, definitivamente, fazer o nosso dever de casa e finalizar essa discussão. Quem não concorda, que vote contra. Estamos, sim, diante de um projeto que consolida as ações e a responsabilidade do Brasil, sob o ponto de vista ambiental, com os seus agricultores, com os seus pecuaristas e com a sua população.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o debate sobre o novo Código Florestal (Projeto de Lei nº 1.876, de 1999) tem-se intensificado nos últimos meses. Há mais de 2 anos essa matéria tramita no Congresso Nacional e os produtores rurais aguardam, ansiosos, que seja estabelecida a segurança jurídica.

O diálogo que o projeto de lei estabelece com o desenvolvimento sustentável, em especial quando prevê a recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs), não deve estar dissociado da realidade de pequenos, médios e grandes produtores rurais.

De fato, o novo Código Florestal, caracterizado por forte abrangência temática, prevê disposições transitórias, de forma a contemplar as chamadas áreas consolidadas, em que há atividades agrossilvopastoris em Áreas de Preservação Permanente (APPs), e disposições permanentes, com critérios a serem seguidos a partir de 22 de julho de 2008, data da publicação do Decreto nº 6.514, de 2008, responsável por definir penas previstas na Lei de Crimes Ambientais.

Enfatizo que o núcleo do debate reside na proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa, e isso em perfeita harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico, desenvolvimento que tem ligação com o firme progresso do nosso setor agropecuário, conforme amplamente demonstrado em levantamentos estatísticos.

Pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que, na comparação do quarto trimestre de 2011 com o quarto trimestre de 2010, o PIB cresceu 1,4%. O grau de detalhamento da pesquisa é ainda maior ao destacar o crescimento da agropecuária, com percentual de 8,4%, entre as atividades que contribuíram para a geração do Valor Adicionado a Preços Básicos. Esse índice pode ser explicado pelo aumento da produtividade e pelo desempenho de alguns produtos da lavoura que possuíam relevante safra no trimestre, como fumo, mandioca, feijão e laranja.

Nobres Parlamentares, tais valores confirmam a centralidade da agropecuária no crescimento econômico do País!

Quero também salientar, com enfoque em atividade agrícola cada vez mais

moderna, o papel desempenhado pela fruticultura nacional nesse cenário de desenvolvimento. O potencial produtivo da fruticultura brasileira assume grandes proporções, o que justifica, em plenitude, os avanços científicos gerados pela pesquisa agrícola.

Além do mais, o ganho qualitativo e quantitativo desse segmento econômico, tantas vezes realçado pela Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira, também se insere na discussão sobre os parâmetros normativos traçados no novo Código Florestal.

Dados todos esses fatores e a importância do setor agrícola e pecuário para o País, ressalto a urgência do Presidente desta Casa Legislativa em estabelecer uma data para aprovação do projeto e, assim, viabilizar a regularização da situação de nossos produtores rurais.

Sras. e Srs. Deputados, precisamos de um Código Florestal que, no permanente diálogo estabelecido com padrões de desenvolvimento sustentável, garanta condições efetivas para a ampliação de nossa produtividade agrícola. No equilíbrio buscado entre meio ambiente e agricultura, desejamos a reafirmação maior de nosso progresso socioeconômico.

Era o que eu tinha a manifestar.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado!

Documento 225/472

056.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

27/03/2012-15:16

Publ.: DCD - 28/03/2012 - 8657

SIMÃO SESSIM-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Aumento dos investimentos no Estado do Rio de Janeiro, segundo o estudo Decisão Rio, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que, após anos de estagnação, o Estado do Rio de Janeiro começa a viver um momento áureo, neste ano de 2012, entrando com o pé direito no acelerador da economia, alimentada que está sendo pelo combustível de recursos públicos e privados, que já somam R\$ 181 bilhões para o período 2012/2013. Pelo menos é o que nos indica o estudo Decisão Rio, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN.

Esse quadro da economia fluminense, bastante animador, representa um aumento de 44%. São investimentos que vão desde Angra dos Reis, no sul do Estado, até o norte, particularmente Campos. Falamos da usina nuclear, da reativação do porto e da indústria naval em Angra dos Reis, da indústria do petróleo e do Superporto do Açú, no norte fluminense, dos terminais portuários, dos estaleiros e da siderurgia em Itaguaí, do Arco Rodoviário, beneficiando a Baixada, e do Complexo Petroquímico de Itaboraí.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é gratificante para o povo carioca e fluminense saber que, após anos de estagnação, o Estado do Rio de Janeiro começa a viver um momento áureo, neste ano de 2012, entrando com o pé direito no acelerador da economia, alimentada que está sendo pelo combustível de recursos públicos e privados, que já somam R\$ 181 bilhões, para o período 201/2013.

Pelo menos é o que nos indica o estudo Decisão Rio, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, divulgado recentemente no caderno *Negócios & Carreiras* do jornal *O Dia*, para o qual a posição geográfica do Estado - refletindo na proximidade logística com os outros três maiores Estados brasileiros - e a sua produção de petróleo fizeram com que diversas empresas nacionais e multinacionais se instalassem no nosso Estado.

Esse quadro da economia fluminense, bastante animador, representa, Sr. Presidente e nobres Deputados, um aumento de 44% em relação ao mesmo estudo projetado para o período 2010/2012. São, na verdade, investimentos industriais, de infraestrutura, de logística, que estão fortalecendo, como podemos observar, a economia do Estado do Rio de Janeiro.

São investimentos, Sr. Presidente e nobres Deputados, que começam no sul do Estado, em Angra dos Reis, e estendem-se até o Norte, passando por Campos e São João de Barra, pela minha querida e amada Baixada Fluminense e pelas Regiões Serrana e dos Lagos, além, é claro, da Capital fluminense, a cidade maravilhosa do Rio de Janeiro.

Falamos da usina nuclear, da reativação do porto e da indústria naval em Angra dos Reis, da indústria do petróleo e do Superporto do Açú no norte fluminense, dos terminais portuários, dos estaleiros e da siderurgia em Itaguaí, do Arco Rodoviário, beneficiando a Baixada Fluminense, e do Complexo Petroquímico de Itaboraí.

Temos ainda, Sr. Presidente, o polo automotivo e metal-mecânico no sul do Estado, bem como as obras viárias para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, como também o Porto Maravilha, todos esses empreendimentos na cidade do Rio de Janeiro.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, esse leque de investimentos reflete a confiança que os empresários nacionais e estrangeiros estão depositando nas políticas do Governo Sérgio Cabral, que começou com o ex-Presidente Lula, em uma parceria jamais vista entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, e está tendo continuidade com a Presidente Dilma Rousseff.

Era o que eu tinha para dizer no momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 226/472

056.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	27/03/2012-15:32
Publ.: DCD - 28/03/2012 - 8662	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Defesa da duplicação da BR-470 no Estado de Santa Catarina. Apoio à construção de

ferrovia entre os Municípios de Itajaí e Dionísio Cerqueira, a chamada Ferrovia do Frango. Defesa de ampliação do Aeroporto Internacional de Navegantes - Ministro Victor Konder. Importância da realização de obras infraestruturais para o escoamento da produção agroindustrial catarinense. Realização da 21ª Expofeira Nacional da Cebola, no Município de Ituporanga.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, poucos temas têm despertado tanto interesse e tanta expectativa da população do Estado de Santa Catarina quanto a duplicação da BR-470, que corta o Estado catarinense no sentido leste-oeste, transportando boa parte de sua produção agrícola até o litoral, para os portos e para a BR-101.

A BR-470 é uma rodovia de pista simples e de histórica relevância para a ligação do planalto e do oeste catarinense ao litoral. É a principal artéria do Vale do Itajaí e uma das principais vias de acesso ao Porto de Itajaí e ao Aeroporto de Navegantes. Apresenta diversos trechos sinuosos e mal sinalizados e é excessivamente movimentada, registrando-se a ocorrência diária de acidentes, muitos deles fatais.

Em 2012, 25 pessoas já perderam a vida nessa rodovia, que é conhecida como a "Rodovia da Morte". Desde 2000, Deputado Onofre Agostini, já são 1.312 óbitos. O fluxo intenso e as centenas de mortes que se acumulam ano após ano têm mobilizado as lideranças regionais a protestar, com justiça, pela demora na duplicação da rodovia. Essa é inclusive a principal bandeira do meu mandato aqui em Brasília. E o nosso trabalho tem surtido efeito, sim, embora num ritmo mais lento do que aquele que nós gostaríamos.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, foram concluídas recentemente obras no valor de 230 milhões de reais para a melhoria das rodovias de tráfego. E o projeto de duplicação dos 74 quilômetros que separam Navegantes até o Município de Indaial já está em fase adiantada de elaboração por este órgão.

Dos 230 milhões de reais investidos na BR-470 pelo Governo Federal, 160 milhões de reais foram aplicados em manutenção, conservação e restauração de pista e acostamento; 37 milhões de reais em obras emergenciais e de contenção; 13 milhões de reais na restauração da ponte sobre o Rio Hercílio, em Ibirama; 7 milhões de reais na construção do viaduto principal, no entroncamento entre a BR-470 e a SC-474; 6 milhões de reais na construção do trevo Timbó-Indaial; e 7 milhões de reais na via expressa de Blumenau.

Embora esses investimentos não resolvam a questão premente do enorme fluxo de caminhões e de automóveis na estrada, responsável pelo dramático número de acidentes que custam centenas de vidas todos os anos, é um passo importante para amenizar o sofrimento de muitas famílias.

Para V.Exas. terem ideia de como a BR-470 está congestionada, basta dizer que, planejada para escoar tráfego de 6 mil veículos diários, a rodovia recebe atualmente 35 mil veículos por dia, incluindo o fluxo de turistas que visitam o Estado a cada verão. Na última temporada, Santa Catarina recebeu 4 milhões de turistas, e temos que nos preparar para o previsível aumento do tráfego que acontecerá durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

O Sr. Onofre Santo Agostini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Pois, não, Deputado Onofre, que conhece bem a nossa região, conhece o Vale do Itajaí. Tenho certeza de que também é uma das grandes bandeiras do seu mandato a duplicação desta rodovia.

O Sr. Onofre Santo Agostini - Sr. Deputado, eu quero cumprimentar V.Exa.

neste Grande Expediente, em que V.Exa. teve o privilégio de ser sorteado, por trazer um assunto relevante para Santa Catarina. Estão aqui os Deputados Jorginho Mello, Esperidião Amin, Luci Choinacki. Tenho certeza de que todos nós, juntos com V.Exa., vamos trabalhar nessa obra, que liga a região produtora de Santa Catarina aos portos. Hoje, está quase inviável o transporte das mercadorias da região produtora, que V.Exa. tão bem conhece: há produção de frangos, de suínos etc. Como disse, esse transporte está-se tornando inviável. Ainda hoje V.Exa. e eu recebemos a visita da Prefeita de Lontras, que vem pleitear o famoso trevo de Lontras. Temos lutado, já houve licitação, mas infelizmente voltou-se à estaca zero. Quero cumprimentar V.Exa. Estou solidário ao seu projeto. Conte comigo. Hoje, vamos ter reunião da bancada catarinense e naturalmente vamos levantar esse assunto. Recentemente, aprovamos aqui um requerimento para incentivar o Governo Federal a realizar essa obra, que é o sonho de todos os catarinenses. A BR-101 é importante, a BR-282 é importante, mas a BR-470 traz, sem dúvida nenhuma, uma grande esperança à região produtora do Estado. Cumprimento V.Exa. pela feliz ideia de levantar esse assunto, para que o Brasil tome conhecimento dele, e as autoridades, as devidas providências.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Obrigado, Deputado Onofre. Inclusive, além da duplicação, algumas opções para solucionar essa questão com mais rapidez já foram levantadas. Um exemplo é o que propuseram empresários da região e até a FETRANDESC, a Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina. Defensores de uma solução talvez mais rápida para o gargalo dessa rodovia, eles sugeriram a construção de outra rodovia ligando o oeste catarinense ao litoral do Estado - portanto, uma rodovia alternativa -, paralela à BR-470.

Essa proposta surgiu há 6 anos. Antes disso, inclusive, havia uma ideia em discussão que previa a delegação da rodovia federal ao Governo do Estado para posterior concessão à iniciativa privada em troca da cobrança de pedágio. Eu continuo acreditando que a duplicação da BR-470 é a melhor alternativa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Mas continuo acreditando, Deputado Esperidião Amin, que a duplicação da BR-470 ainda é a melhor opção.

Permito um aparte, sim, ao Deputado Esperidião Amin, que foi Governador de Santa Catarina e conhece essa realidade. S.Exa. inclusive esteve comigo recentemente no DNIT, quando discutimos esse assunto.

O Sr. Esperidião Amin - Em primeiro lugar, quero oferecer e também deixar registrado o meu testemunho da dedicação de V.Exa. a esse tema, o seu empenho e as suas diligências junto ao DNIT, ao Ministério dos Transportes, ao fórum da nossa bancada federal, que, por sinal, terá hoje a primeira reunião sob a coordenação do Deputado Décio Lima. Quero fazer dois comentários adicionais. No seio da nossa representação, quer no Senado, quer na Câmara, eu concordo com V.Exa. e também com o Governador do Estado que devemos colocar como prioridade para esta década, digamos assim, em termos de transporte rodoviário em Santa Catarina, a duplicação da BR-470, de Navegantes até a interseção com a BR-282, e da BR-282 até o extremo oeste. Por quê? Porque é a melhor maneira de atender aos nossos portos e de dar mais segurança para o transporte rodoviário no oeste de Santa Catarina. O segundo ponto é - expectativa de V.Exa. e minha também - que a Presidenta da República cumpra com o compromisso que assumiu, no final do ano passado, quando estabeleceu como prioridade do seu Governo a duplicação da BR-470. Eu acredito também que S.Exa. vai cumprir com a sua palavra dada em Blumenau. E nós temos que trabalhar para que toda a BR-470 seja duplicada, pelo menos de Navegantes até a intersecção com a BR-282 e, depois, com a

BR-116, o que todos nós, catarinenses, devemos respaldar e procurar contribuir para que se transforme em realidade. Meus cumprimentos a V.Exa. pelo trabalho e pelo pronunciamento.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Obrigado pelo aparte, Deputado Esperidião Amin.

Na verdade, nós estivemos juntos, há menos de 1 mês, com o Diretor-Geral do DNIT, o General Jorge Fraxe, para falar sobre esse assunto e cobrar agilidade na elaboração desse projeto, e foi quando V.Exa. nos falou sobre isso. Mas ele nos confidenciou que é ordem expressa da Presidenta Dilma a concentração de esforços para a duplicação dessa rodovia. O General Fraxe confirmou o que a Presidenta já havia dito em Blumenau - V.Exa. fez referência a isso -, 9 meses atrás: o alargamento, a duplicação da BR-470 é a prioridade número um do seu Governo, entre todas as obras que estão sendo executadas em solo catarinense. Também estivemos com o Superintendente do DNIT, João José. Vi de perto o trabalho que está sendo desenvolvido pela equipe de engenheiros, não só na duplicação que será feita entre Navegantes e Indaial, como também no trecho que fica serra acima. Contudo, para dar mais velocidade aos estudos, falta também - é importante que se diga - agilidade e bom senso do IBAMA, órgão de preservação ambiental, eficiente, indispensável, mas que tem criado dificuldades muitas vezes dispensáveis para o avanço desse projeto. Então, faço questão de citar, também, o entrave que nós estamos tendo nas questões ambientais.

A partir de Indaial, o DNIT elaborou o termo de referência e o estudo de viabilidade, a fim de obter recursos para projetos e obras de ampliação de capacidade nas travessias urbanas de Rio do Sul, Pouso Redondo e Trombudo Central, além da execução das terceiras faixas até a BR-116. Ainda é necessária, no entanto, autorização para contratação do projeto executivo dessas obras, outro motivo que nos fez ir ao DNIT.

A travessia urbana de Rio do Sul é um dos temas que nos tem levado frequentemente ao DNIT e ao Ministério dos Transportes, em Brasília. Nossa reivindicação é para que o DNIT se encarregue de fazer o projeto, que hoje tem um custo aproximado de 5 milhões de reais.

Quanto aos recursos para a execução da obra, depois de termos o projeto pronto, tenho certeza de que conseguiremos levá-los através de uma emenda coletiva da bancada catarinense. Tenho certeza, repito, de que o Deputado Esperidião Amin, o Deputado Jorginho, o Deputado Onofre e outros Deputados e Senadores de Santa Catarina serão sensíveis a esse nosso pedido, e não teremos dificuldades para encontrar um consenso entre a bancada.

Essa travessia urbana é uma obra de cerca de 12 quilômetros que vai tirar da rodovia federal o tráfego urbano de Rio do Sul e de cidades vizinhas, diminuindo os congestionamentos, os acidentes e as mortes nessa rodovia.

E por falar em investimentos significativos, não podemos deixar de citar também o Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder, de Navegantes, um aeroporto importante e que frequento usualmente, por estar situado em uma posição estratégica, no Vale do Itajaí. Já estive lá com o Presidente da INFRAERO, Gustavo do Vale, juntamente com o ex-Deputado João Matos, e o Prefeito de Navegantes, Roberto Carlos, pedindo que o Governo antecipe as obras de ampliação no complexo aeroportuário. Além de um volume grande de passageiros diários, o aeroporto possui um importante terminal de cargas que, juntamente com os portos de Navegantes e Itajaí, torna a região uma referência no transporte nacional e internacional.

Voltando à BR-470, o Ministério dos Transportes prevê para os próximos meses a construção de 10 interseções. Serão oito rótulas e duas esperas centrais que, quando concluídas, facilitarão muito o acesso a Blumenau, Pomerode, Rodeio, Agronômica, Taió e Campos Novos.

São medidas pequenas, talvez, frente à duplicação que se faz urgente e necessária, mas elas evitarão as catástrofes que ocorrem diariamente nesses trechos. Por isso, continuarei cobrando rapidez no trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, eu me sinto feliz por ver nosso esforço se transformando em obras que estão melhorando o dia a dia de quem vive ou passa pela região.

Outra iniciativa que também contribuirá e muito para a redução do fluxo de veículos pesados na BR-470 será a construção da Ferrovia do Frango, causa há muito defendida por todos nós. Com cerca de 700 quilômetros de extensão, a estrada de ferro ligará o Porto de Itajaí à cidade de Dionísio Cerqueira, na divisa com a Argentina. O Governo argentino, inclusive, já se comprometeu a prolongar a ferrovia por mais 120 quilômetros, criando assim um corredor bioceânico, unindo o Atlântico ao Pacífico.

A ferrovia foi dividida em dois trechos para a execução: Itajaí-Chapecó e Chapecó-Dionísio Cerqueira. Segundo o DNIT, o Governo Federal vai investir este ano 31 milhões de reais na elaboração do projeto básico de engenharia do trecho que liga Itajaí a Chapecó. O edital para a elaboração desse projeto já se encontra em análise no DNIT aqui em Brasília. A segunda parte da obra ainda está em estágio inicial, na fase de elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica.

Recentemente, obtivemos duas importantes vitórias em relação à Ferrovia do Frango. A primeira foi a extensão do traçado, de Itajaí a Dionísio Cerqueira, sendo que inicialmente estava previsto até Chapecó. A segunda é referente à próxima licitação - já que a primeira foi suspensa -, que contemplará o projeto de engenharia e de execução no mesmo estudo, portanto, otimizando o tempo.

Nas audiências de que temos participado no Ministério dos Transportes, vejo que existe boa vontade do Governo Federal em acelerar os estudos para que as obras comecem o quanto antes. Acreditamos que os trabalhos deverão ser iniciados em até 3 anos e que, em 10 anos, a região já estará com a ferrovia funcionando.

Embora leve o nome de um dos principais produtos que Santa Catarina exporta, que é o frango, essa ferrovia é fundamental para o escoamento de toda a produção do Estado. Quando concluída, será um corredor de grande importância no transporte da produção agropecuária e industrial de Municípios como São Miguel do Oeste, Chapecó, Xaxim, Xanxerê, Concórdia, Seara, Joaçaba, Rio do Sul, Taió, Pouso Redondo, Ituporanga, Apiúna, Indaial e Blumenau.

O setor de agroindústria é um dos mais importantes no Estado e um forte exportador. Estudos indicam que mais de mil contêineres são carregados diariamente na região que será cortada pela Ferrovia do Frango. Segundo o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas da Região de Chapecó, mais de mil cargas partem ou voltam para o Município todos os dias.

É por todos conhecido o grave descompasso que existe no País entre o ritmo acelerado de crescimento econômico e o investimento em infraestrutura. Para nos tornarmos competitivos no mercado global, precisamos, com urgência, começar a investir fortemente no transporte de cargas, de modo que seja possível escoar com eficiência, segurança e custos adequados a nossa produção e tudo aquilo que nós temos na nossa região. Sem dúvida alguma, o nosso Estado é um dos mais ricos da Federação. A Rússia, para que se tenha ideia, tem 60% de seu transporte de cargas realizado por meio de ferrovias; os Estados Unidos, 44%; e a China, 37%.

No Brasil, no entanto, o que há é uma estrutura de transporte concentrada de forma perversa no modal rodoviário. Para concretizar nossas aspirações de crescimento econômico, faz-se necessário investir o quanto antes em outros modais de transporte.

Sem dúvida, o transporte ferroviário é mais barato, mais seguro e

ambientalmente sustentável. Além disso, as ferrovias mantêm as empresas nas regiões onde estão e atraem novos investimentos para as cidades por onde passam os trilhos.

A ferrovia é a melhor alternativa para interromper o perverso processo de litoralização de Santa Catarina que tem acontecido nas últimas décadas. O que se percebe, no decorrer dos anos, é que as pessoas e as empresas do interior do Estado estão indo "serra abaixo", concentrando a riqueza catarinense em uma única região.

Com base nesses argumentos irrefutáveis é que faço parte da Frente Parlamentar Mista das Ferrovias, presidida pelo Deputado catarinense Pedro Uçai, que foi meu colega na Assembleia Legislativa, divide comigo este espaço na Câmara dos Deputados e tem feito um bellissimo trabalho nessa Frente Parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a população catarinense anseia por providências que melhorem sua infraestrutura de transporte. São mais de 20 anos de expectativas em relação à duplicação da BR-470 e à construção de uma ferrovia no Estado.

Os prejuízos provocados pela precária malha viária de Santa Catarina já atingiram o limite do insuportável. Eu, como representante do povo catarinense nesta Casa, tenho envidado meus melhores esforços no sentido de cobrar das autoridades competentes que realizem os seus compromissos.

No ano passado, como já disse, a Presidenta Dilma esteve em Blumenau e garantiu que a duplicação da BR-470 é obra prioritária em Santa Catarina. Tenho certeza de que a Presidenta Dilma, que faz um grande trabalho à frente da nossa Nação, administrando o nosso País, haverá de cumprir com a sua palavra e duplicar a BR-470, com prioridade, como a grande obra de Santa Catarina. Não só a população catarinense será beneficiada, mas também o País inteiro, que ganha sempre que algum setor de sua economia se torna mais competitivo, e suas rodovias, mais seguras.

Quanto a mim, tenham a certeza de que não descansarei enquanto a duplicação da BR-470 e a construção da Ferrovia do Frango não saírem do papel.

Antes de encerrar, gostaria de mandar um abraço ao meu amigo, Dr. Jorge Monteiro, de Vitor Meireles, que fez aniversário no domingo, e também de parabenizar Ituporanga e todos os que participaram de mais uma Festa Nacional da Cebola. Com certeza foi uma das melhores de todos os tempos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Parabenizo o ilustre Deputado Rogério Peninha Mendonça pelo brilhante pronunciamento.

Documento 227/472

057.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

27/03/2012-17:44

Publ.: DCD - 28/03/2012 - 8710

JILMAR TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Elogio à Presidenta Rose de Freitas. Votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 153, de 2003, acerca da regulamentação da carreira de Procurador Municipal. Urgência na votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a Presidenta Rose de Freitas pela condução dos trabalhos. V.Exa. abrilhanta esta Casa com muita competência. Parabéns, Deputada Rose de Freitas!

Quero dizer que a Proposta de Emenda à Constituição nº 153, de 2003, que vamos votar hoje, é de fundamental importância do ponto de vista da estruturação da carreira dos procuradores municipais.

O Município de São Paulo, onde resido, já tem a carreira de Procurador Municipal, cargo concursado, cuja dinâmica é feita de maneira muito tranquila e transparente. Os Procuradores têm isenção para defender o Município.

Essa PEC, que procura estender isso para todo o Brasil, é uma iniciativa do Ministro José Eduardo Martins Cardozo e do Secretário do Estado de Pernambuco, Maurício Hands, na época Deputados Federais, e de outros Deputados.

Agora, nós temos a oportunidade, graças a um acordo de lideranças, de votar essa PEC para que os Procuradores Municipais do Brasil todo tenham a sua carreira normatizada. Assim, os Prefeitos não mais indicarão os Procuradores, que passarão a ser de carreira, por mérito e por sua competência, o que torna mais transparente a administração pública nos Municípios.

Sra. Presidente, a Casa volta à sua normalidade. Vamos votar essa PEC hoje e há muitas conversas no sentido de procurarmos um entendimento para votarmos projetos de interesse do País, de interesse do Governo e também de interesse dos Deputados. É evidente que a matéria mais urgente é a que trata da Lei Geral da Copa. Por quê? Porque foi instalada uma Comissão Especial que debateu com muita profundidade esse tema e elaborou um relatório, que agora está pronto para ser votado no plenário.

Além disso tudo, o próprio Presidente da FIFA, Blatter, veio ao Brasil e conversou com a Presidenta Dilma Rousseff. Há a expectativa de que o nosso Governo possa cumprir o mais rápido possível esse acordo feito com a FIFA. Digo o mais rápido possível porque não existe a mínima possibilidade de nós não cumprirmos esse acordo. O Brasil honra seus acordos. O Brasil cumpre seus contratos. Hoje, o Brasil tem respeitabilidade lá fora pelas coisas que vêm sendo feitas aqui, antes com o Lula e agora com a Presidenta Dilma Rousseff, do ponto de vista do crescimento econômico, da distribuição de renda, da geração de empregos, da valorização do salário mínimo, da potencialização do consumo interno e do controle da inflação.

Tem imagem boa lá fora porque o assinado é cumprido, o acordado é honrado, e vamos fazer o mesmo em relação à FIFA. Para nós é muito importante o Brasil sediar a Copa do Mundo de 2014. É importante não só porque o futebol brasileiro é a paixão nacional, não só porque somos pentacampeões, não só porque temos o melhor futebol do mundo. É importante porque traz turistas, porque divulga o Brasil lá fora. Os turistas estrangeiros vêm para cá e aquecem a nossa economia. Dessa maneira, podemos investir em infraestrutura; podemos construir arenas de multiuso, que poderão ser usadas não só em jogos de futebol, mas também em espetáculos e outras atividades...

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Vamos votar, Presidenta? Vamos votar?

O SR. JILMAR TATTO - ... como acontece lá fora, principalmente na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia..

A Lei Geral da Copa é importante para que o Brasil possa realizar uma Copa do Mundo à altura do País. E foi exatamente isso o que o Governo brasileiro acordou. Por isso, temos que votá-la o mais rápido possível, para que esta Casa ganhe, para que o Brasil ganhe, para que possamos fazer uma Copa digna do

País - é exatamente o que estamos perseguindo.

Tenho certeza de que o Brasil vai honrar seu compromisso. Para isso, a Câmara Federal tem que fazer a sua parte - e vai fazer a sua parte, com o acordo de todos os partidos, de todos os Deputados e Deputadas - no que diz respeito à Copa de 2014.

Sra. Presidenta, hoje vamos votar apenas a PEC dos Procuradores. Mas o debate da Lei Geral da Copa já foi feito à exaustão, e estamos preparados para votar a matéria. Se não a votarmos hoje, nós a votaremos amanhã; se não a votarmos amanhã, faremos isso na semana que vem. Ainda temos tempo. Mas, quanto mais rápido votarmos a matéria, mais ganha o Brasil, na medida em que sinaliza que está preparado para cumprir o acordo e estruturado para oferecer uma arena multiuso e um futebol à altura do que sempre foi o futebol brasileiro.

Vamos rumo a 2014! Vamos fazer a nossa parte! Se não podemos estar dentro de campo, pelo menos fora de campo vamos torcer e votar projetos que interessam ao País.

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 228/472

057.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	27/03/2012-17:52
Publ.: DCD - 28/03/2012 - 8716	ROSE DE FREITAS (PRESIDENTE)-PMDB -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Consulta ao Plenário sobre a proposta de procedimento para agilização da votação, em primeiro turno, da PEC 153 de 2003 (Altera o art. 132 da Constituição Federal, para organizar a carreira de Procurador Municipal), feita pelo Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Como vota o PT?

Eu gostaria que os Srs. Parlamentares se manifestassem porque, aqui na Mesa, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, nós já tentamos conversar com vários Líderes para mostrar a importância de votar a matéria, até porque neste momento delicado todos os Líderes conversarão com seus partidos para tentar encontrar um entendimento sobre a Lei Geral da Copa, como também sobre o Código Florestal. É um momento muito importante para a Casa. Portanto, eu gostaria que fosse respondida a proposta do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, sem prejuízo do orador que está na tribuna.

Como vota o PT, lembrando que durante a votação os oradores podem se manifestar?

Documento 229/472

057.2.54.O

Sessão Extraordinária
- CD

27/03/2012-17:52

Publ.: DCD - 28/03/2012
- 8744

ROSE DE FREITAS (PRESIDENTE)-PMDB -ES

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO
DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 153, de 2003, sobre a regulamentação da carreira de Procurador Municipal. Avanço no debate da proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu gostaria de, ao encerrar esta sessão, fazer dois esclarecimentos que eu considero fundamentais, inclusive na presença do Deputado Mendonça Filho.

Essa matéria que nós votamos, a PEC 153, foi objeto de um entendimento de todos os Líderes desta Casa. Não houve a prevalência de nenhum sobre o outro, apenas foi feita uma sugestão de pauta pela Mesa Diretora. Não houve um Líder sobrepondo o outro, absolutamente.

Nós trabalhamos atrasados nesta Casa. Nós estamos aprovando hoje, Deputado, em 2012, uma PEC de 2003. Mas eu quero ressaltar que todos os Deputados consideraram importante, inclusive V.Exa., que essa fosse a pauta prioritária para o dia de hoje.

Eu gostaria de apresentar a cada gabinete, não nesta interinidade, mas na próxima, a pauta que tem esta Casa de projetos que são, desde 1994, merecedores da mesma atenção. E por isto a opinião pública se rebela contra os Parlamentares, porque não consegue entender por que projetos que definem a importância de segmentos profissionais, de parte da sociedade orgânica não sejam considerados da mesma forma como o que foi considerado no dia de hoje. Parabenizo todos os Líderes que, sensíveis, votaram pela prioridade dessa matéria. Aquilo que pregamos nas semanas passada e retrasada ficou comprovado hoje, que somente com entendimento é que se consegue resolver os assuntos. Hoje, sentados à mesa, democraticamente, os Líderes avançaram muito no entendimento de construir um texto de consenso para a votação do Código Florestal. Por quê? Porque um falava do lado de cá, o outro falava do lado de lá, mas, na hora em que sentaram para conversar, viram que, conversando, chega-se a um entendimento democrático, o que é fundamental, e que a Lei Geral da Copa nada tem a ver com o Código Florestal.

O Brasil precisa dar sinais da sua maturidade política, da sua eficiência. Não se trata apenas de colocar estádios em pé, mas também de dar sinais de que estamos preparados para receber uma Copa, em todos os sentidos, até na votação de uma lei que equivale ao acordo e entendimento daqueles que estão organizando, internacionalmente, esse evento no Brasil.

Fiquei muito feliz com o que aconteceu hoje. Nós não desaprendemos, mas estamos voltando a aprender que o caminho da democracia é sempre esse, não é diferente.

Agradeço a todos pela presença na votação de hoje.

Sumário

Defesa da distribuição de royalties de petróleo aos Estados e Municípios produtores.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. FERNANDO JORDÃO (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o debate sobre os royalties, na nossa opinião, deve ser um tema permanente nesta casa e em todas as instâncias de poder e governo, até que os estados e municípios produtores tenham a sinalização de que não serão prejudicados.

O anúncio recente da suspensão, ainda que temporária, das atividades da gigante americana Chevron no Brasil é uma demonstração clara do quão complexa é a atividade petrolífera. E do quão necessário é ter uma política de compensação e de investimentos para municípios produtores, para estados produtores. Hoje em dia, os investimentos em infra-estrutura, principalmente na área ambiental, são urgentes e necessários nas áreas produtoras. Os royalties são a grande solução para que estes estados e municípios não acabem, em vez de gerando riqueza por causa da exploração petrolífera, sendo punidos financeiramente por ela!

Vejam bem, senhor presidente, senhores deputados: toda a produção da Chevron estava concentrada em Campos, no Rio de Janeiro. Foi lá que houve um grande vazamento em novembro do ano passado, causando um impacto ambiental de proporções incalculáveis, de forma direta e indireta. Foi lá que, no início deste mês, houve outro vazamento, de proporções menores, mas que não deixa de ser grave por causa disto. Por mínimo que tenha sido o vazamento, não se pode desprezar a possibilidade de novos prejuízos. Pela primeira vez uma empresa petrolífera atuando no Brasil suspende sua produção, e uma medida extrema como esta é a prova cabal de que a situação requer cuidados. Há parecer do IBAMA informando que este pequeno vazamento decorre do anterior. E se houvesse uma repetição dos fatos? O que faríamos? Continuaríamos aqui em plenário discutindo a divisão dos royalties entre estados não-produtores? Estaríamos a votar aqui alguma medida para tirar do povo de Campos os recursos de que dispõe graças aos royalties?

Hoje, no entanto, eu posso ser mais otimista e dizer que, não, não estaríamos aqui discutindo a retirada dos recursos do povo de Campos. Não. Estaríamos, como estamos hoje, discutindo com a nova Comissão Paritária da Câmara, um novo projeto para os royalties, uma nova visão, que chega para unir o país, e não para criar um abismo entre produtores e não-produtores. É chegada a hora dessa palavra "União" ter seu significado invocado por casa um de nós. E é a União, sim que vai abrir o caminho, dando aos estados não-produtores uma espécie de antecipação pela exploração do pré-sal. E é importante que este projeto novo tenha o compromisso de não alterar contratos anteriores, o compromisso de manter o Rio de Janeiro com a perspectiva de não sofrer perdas por demais injustas. O momento que vive o Rio de Janeiro hoje é de uma prosperidade que vai se espalhar por todo o Brasil - mas não é preciso que seja na forma dos royalties. Esta prosperidade está na pacificação. No investimento. Na geração de empregos. Na projeção internacional pelos eventos que

acontecem hoje e pelos supereventos que acontecerão em breve, como jogos da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e a competição olímpica de 2016. As negociações têm, sim, que continuar. Precisamos rever a questão do congelamento da receita dos produtores. Se temos hoje como proposta abrir mão de parte das receitas nos próximos oito anos, é justo que os estados não-produtores entendam este sacrifício. Volto a dizer: a atividade petrolífera é desgastante, é muitas vezes agressiva ao meio-ambiente, é arriscada, e os estados produtores fazem, sim, um esforço monumental pela autonomia brasileira no setor. O Rio de Janeiro já dá a sua parcela de sacrifício, há muitos anos. Hoje, o que o Rio quer dar ao resto do Brasil não é apenas sacrifício, e sim perspectivas de, juntos com a União, ver um futuro cada vez mais próspero. Muito obrigado, senhor presidente.

Documento 231/472

057.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	27/03/2012-17:52
Publ.: DCD - 28/03/2012 - 8748	PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Estratégia do Governo Federal para desvio da atenção da crise com a sua base de apoio parlamentar. Urgência na votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Apreciação da proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro. Oportunidade de administração, pela Presidenta Dilma Rousseff, de política interna com visão de Estado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a recente entrevista da presidente Dilma Rousseff à revista Veja deixa subentendido que, neste momento de maior tensão entre o governo e sua base de apoio parlamentar, a estratégia do Planalto é a de endurecer as negociações com velhos caciques da política e apostar na comunicação, através da mídia, com a classe média e as camadas menos favorecidas, que é uma forma de desviar a atenção da crise e de mostrar que o governo não está paralisado com os impasses políticos.

Em outras palavras, essa postura teria o objetivo de ignorar o Congresso, dirigir-se em linha direta com a opinião pública, confiando num retorno positivo daquele contingente que tem aprovado sua gestão em percentuais até expressivos nas pesquisas de opinião. Nesse meio tempo, um eventual desgaste do Legislativo, imagina a presidente, a levaria a obter apoio popular, mais do que providencial para um confronto desse tipo.

É bom lembrar que a estratégia guarda muita semelhança com certas manobras, fáceis de serem identificadas em um populismo pouco ou nada confiável de país vizinho do nosso.

A presidente, segundo consta, estaria informada por assessores de que o conflito com o Congresso lhe rende mais popularidade. Mas esse é um dado volátil. O povo aplaude ou critica o líder ao sabor das circunstâncias e estas se modificam com incrível rapidez, até porque não há como prever a mudança de direção do vento. O povo que pedia a renúncia de Getúlio Vargas chorou no seu

enterro. É, portanto, bastante discutível a eficácia da disposição presidencial de usar uma popularidade indicada nas pesquisas como escudo para enfrentar pressões do Congresso.

Melhor proveito terá Sua Excelência em estar passando uma semana inteira fora do país, em viagem à Índia, longe dos problemas domésticos. É que o intervalo nas tensões políticas pode resultar em bom momento de reflexão geral dos protagonistas da crise nacional. Aliás, é preciso considerar que não se trata apenas de um conflito entre dois poderes, pois a confusão é bem mais relevante. Por trás de tudo está a prática política do fisiologismo, fruto deste nosso presidencialismo de coalizão, coisas que ganham amplitude neste ano de eleições municipais. A escolha dos prefeitos vai gerar a base para eleger os governadores, que, por sua vez, darão respaldo ao futuro candidato à eleição presidencial de 2014.

A Lei Geral da Copa é urgente, porque dela derivam obrigações e responsabilidades do Brasil durante o evento, mas os apoiadores do governo têm lá também suas urgências, nem sempre carimbadas pelo governo que defendem e que, depois de quinze meses sem uma clara definição de planos de trabalho e de prioridades, já exhibe um generalizado atraso nos investimentos federais mais importantes, sobretudo em obras de infraestrutura. Tudo isso sem falar na enorme perda de tempo no enfrentamento de crises pontuais e localizadas, até mesmo na própria equipe de governo, que não se sustenta, pois em quinze meses, a presidente já trocou, em média, um ministro por mês.

O Código Florestal, que é outro pomo de discórdia, é assunto técnico, mas envolve paixões ambientalistas e a força do agronegócio, que, aliás, tem sustentado os bons resultados da economia nacional. Trata-se, portanto, de algo mais profundo, quase estrutural, que precisa ser politicamente reconhecido e competentemente contornado, até porque envolve e abrange escolha de governantes e a ascensão de nova geração ao poder, coisa de ganhar o espaço que tiveram até agora os remanescentes da Constituinte de 1988. Está tudo isso em mudança e o poder do mundo também. A reunião dos líderes do Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul, da qual a presidente foi participar, é muito importante, mas não teria qualquer importância 20 anos atrás. Lá o Brasil foi tentar, com os demais parceiros do grupo, o estabelecimento de áreas comuns de ação para se defenderem da expansão monetária promovida pelos países centrais, com o objetivo de sair da crise financeira que devasta a Europa. Seu retorno é um bom momento de administrar soluções de política interna com visão de Estado e de Brasil grande, o que é mais importante que sua eventual negociação com a base parlamentar aliada. E o que mais importa para o sucesso de sua gestão é o estado da economia, o crescimento do PIB e inflação baixa. A meta a ser atingida é o conjunto desses objetivos.

Era o que tinha a dizer.

Documento 232/472

057.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

27/03/2012-17:52

Publ.: DCD - 28/03/2012 - 8750

AUGUSTO CARVALHO-PPS -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil. Importância do controle dos gastos com a promoção do evento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS-DF. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada quatro anos a FIFA se reúne para decidir e o faz com 8 anos de antecedência - em que país se realizará a Copa do Mundo de Futebol.

Desde muito antes dessa reunião, já os governos dos mais diversos países se apresentam para conseguir o direito de sediar aquele que é, sem dúvida, o mais importante evento esportivo do mundo. E o fazem não apenas para atender ao amor de seus povos pelo conhecido esporte, mas, ainda, pela oportunidade ímpar de se exibir ao mundo, tão difundidas que serão, as qualidades de sua seleção esportiva, da administração dos bens públicos ou privados de que se irão valer aqueles que, do próprio país e de todo o mundo, se entusiasmam para ver jogar a sua e as demais seleções. E, último, mas, claro, não menos importante, a oportunidade excepcional de exibir as belezas naturais de cada região, garantindo, com isso, uma clientela segura para a indústria local de turismo.

Aos interesses oficiais se somam os empresariais, que preveem e disputam concorrências milionárias para as obras imobiliárias e de infraestrutura que deverão atender ao certame.

Daí não ficar difícil entender que, em qualquer hipótese, a diretoria da FIFA se reúne e decide, por si, onde será realizada uma próxima Copa do Mundo. Ao contrário, são sopesadas, ao mesmo tempo, as condições de cada país em sediar o torneio e levar a bom termo compromissos então assumidos pelos governos locais.

É por isso que me parece fora de foco o debate sobre aquilo que se chama de atender a esta ou àquela exigência da FIFA, quando o cerne da questão está não apenas nos gastos públicos a serem realizados, mas, acima de tudo, na forma de controlar a exatidão desses gastos.

Quanto às tão discutidas exigências da FIFA, seria mais transparente que, simplesmente, o Senhor Ministro dos Esportes desse a público quantos e quais foram os compromissos assumidos pelo governo brasileiro quando se candidatou a sediar a Copa. Debater, agora, um assunto já previamente resolvido seria desnecessário, ao que entendo. Ou, então, se está pretendendo, ao fazê-lo, esconder o que de fato ocorre - ou ainda pode ocorrer - com os gastos a realizar para que a Copa seja nossa.

Grato pela atenção.

Documento 233/472

054.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

26/03/2012-14:15

Publ.: DCD - 27/03/2012 - 8500

CHICO LOPES-PCDOB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Apreensão com imagem do Brasil no exterior, especialmente quanto à realização da Copa do Mundo no País, após confronto entre membros de torcidas organizadas na Capital paulista, Estado de São Paulo.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou um dos brasileiros que gostam de futebol e que torcem por um time, mas estou preocupado, porque vamos sediar a Copa e não estamos tendo condições de resolver problemas relacionados a brigas de torcidas organizadas nos estádios.

Não quero dizer que todas essas torcidas sejam integradas por marginais ou pessoas que não são capazes de participar de um evento público, mas esse problema está se tornando uma preocupação para quem vai sediar uma Copa. Questões como essa prejudicam a imagem deste País lá fora e preocupam aqueles que querem vir ao Brasil para assistir aos jogos, para participar de um grande evento mundial, a Copa do Mundo de Futebol.

A imprensa hoje noticia as mortes resultantes do confronto entre torcidas em São Paulo. Em lugar de os torcedores aproveitarem esse esporte para se alegrarem, para descarregarem tensões, terminam causando tristeza e preocupação para suas famílias.

A Polícia não pode ser responsabilizada, como disse o próprio Comandante de São Paulo, que vinha acompanhando o caso. Eles anteciparam o confronto campal, que traz prejuízo para a vida dos torcedores.

Não podemos continuar com esse tipo de comportamento em nosso País. É necessária, antes de tudo, uma solução. Lamento o ocorrido.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 234/472

003.2.54.N

Sessão Solene - CN

26/03/2012-19:00

Publ.: DCN - 27/03/2012 - 568

RENATO RABELO- PRESIDENTE DO PC DO B.--

CONGRESSO NACIONAL

HOMENAGEM

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Comemoração dos 90 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

O SR. RENATO RABELO - Exmo. Sr. Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional; Exma. Sra. Senadora Vanessa Grazziotin, nossa companheira; Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Deputada Luciana Santos, nossa Vice-Presidente Nacional; Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que teve de se retirar; Líder do PT na Câmara dos Deputados, Deputado Jilmar Tatto; Líder do PSB na Câmara dos Deputados, Sra. Deputada Sandra Rosado; Exmo. Sr. Ministro de Estado, nosso companheiro, camarada Aldo Rebelo; Governador do Estado de Pernambuco, nosso companheiro, grande amigo do nosso partido, Eduardo Campos; Ministros - alguns tiveram de se retirar-; Deputados; Senadores; camaradas e amigos, nós celebramos no dia de ontem a data da fundação do Partido Comunista do Brasil, 25 de março de 1922.

Fizemos no sábado, no Rio de Janeiro, um grande evento comemorativo, um evento político e cultural que muito nos emocionou, com a presença de muitos amigos e com um vídeo em que aparece pela primeira vez, publicamente, celebrando os 90 anos do nosso partido o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e um vídeo com a nossa Presidenta Dilma Rousseff, que se

dirigia a uma missão internacional, também numa homenagem calorosa ao nosso partido.

Hoje estamos nesta sessão solene do Congresso Nacional que homenageia os 90 anos do partido, por ocasião de um requerimento que teve como primeiros signatários o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, o Senador José Sarney, a quem muito agradecemos; o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Marco Maia; os Líderes do PCdoB no Senado, o Senador Inácio Arruda, e na Câmara, a Deputada Luciana Santos; os membros da bancada do PCdoB no Congresso Nacional; e, é bom assinalar, todos os Líderes de partidos políticos com representação nesta Casa. *(Palmas.)*

Nesse sentido, gostaria de agradecer, em nome dos militantes e dirigentes do nosso partido, esta homenagem que, para nós, é uma honra e um reconhecimento muito especial.

Sr. Presidente José Sarney, transcorreram 9 décadas ininterruptas, vincadas por muitas gerações que lutaram bravamente sustentando a bandeira da liberdade, da democracia, da soberania nacional e do socialismo. Pudemos, assim, ver com maior nitidez a dimensão histórica desta data, 25 de março de 1922. A fundação do Partido Comunista do Brasil, por 9 delegados representando 73 camaradas, foi o vestíbulo na cena política brasileira de um partido da classe trabalhadora, com organização própria e uma causa definida: a luta pelo socialismo. Foi um acontecimento que demonstrou a visão histórica e o ato de coragem dessa semente de comunistas, que germinou para enfrentar a exclusão das massas trabalhadoras do curso político.

O PCdoB tem sido uma força protagonista deste novo e promissor ciclo político que vive a Nação brasileira e os trabalhadores, aberto com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e continuado por Dilma Rousseff. Batalhamos por isso, juntos com Lula, desde 1989.

Mas, não percamos de vista: vale mais o que ainda temos a percorrer e conquistar, assim pensa o PCdoB. Por isso as celebrações de 25 de março têm a força de comemorar festivamente e, ao mesmo tempo, renovar seu apelo de luta à Nação e ao povo, para continuarmos na senda da transformação para um País soberano, democrático e solidário.

Ao cabo desses 90 anos, a trajetória do Partido Comunista do Brasil se insere na história republicana brasileira.

A dimensão de um partido é medida por seu papel e sua ascendência na história do país. Em nossa história, apesar da discriminação dos comunistas pelas classes dominantes, a atividade do partido esteve vinculada, em várias ocasiões, à contribuição para a determinação e o desfecho de episódios importantes da história do Brasil.

À guisa de ilustração, podemos destacar essa participação importante do Partido Comunista do Brasil na história republicana brasileira. O Partido Comunista do Brasil é o único partido dos atuais que participou de três Constituintes do período republicano - 1934; 1946, 1988 -, contribuindo para a aprovação de temas fundamentais nos terrenos da soberania nacional; dos direitos e igualdades sociais; da democracia política; da defesa da economia nacional.

Na sua existência, o Partido Comunista do Brasil tem a marca da luta pelos direitos e pelas novas conquistas para os trabalhadores e as camadas populares, na luta persistente pela liberdade política de expressão, de organização e pela igualdade de gênero, raça e religião, na defesa resoluta da independência nacional, da integridade territorial do País e da indústria nacional.

Nos seus 63 primeiros anos, as classes dominantes negaram ao Partido o direito à vida legal, exceto em momentos efêmeros. Durante a ditadura do Estado Novo e ditadura militar de 1964, os comunistas se transformaram no objetivo central da repressão. Durante a ditadura militar, o PCdoB foi uma força intrépida na

resistência e para consumir o fim do regime. Com a derrota das eleições diretas - esse é um episódio sempre citado por nós -, no Congresso Nacional, na época, o PCdoB teve um papel destacado, através de seu Presidente Nacional, nosso camarada João Amazonas, para o convencimento de Tancredo Neves, então Governador de Minas Gerais, a fim de derrotar a ditadura no próprio Colégio Eleitoral, instituição imposta pelo regime. A chapa Tancredo-Sarney, vencedora, continuada por José Sarney, depois da morte de Tancredo Neves, enterrou o Colégio Eleitoral e retomou a democratização do País. (*Palmas.*)

Gostaria de aproveitar para salientar, nessa transição, o papel que tiveram essas forças de esquerda, o Partido Comunista do Brasil, e agradecer ao Presidente José Sarney o seu papel na história política nacional para a legalização desses partidos (*palmas*), para suspender a ação que ainda existia sobre os mais de 500 sindicatos que estavam, na cena da política sindical brasileira, na ilegalidade. E o Presidente José Sarney cassou, digamos assim, essa realidade, permitindo que os sindicatos pudessem vir à luz do dia lutar por seus direitos, etc. Então, esse é um fato histórico significativo.

O PCdoB sempre valoriza seus aliados, seus amigos. E nessas horas importantes nós valorizamos o papel de dirigentes, de Lideranças que contribuem para o avanço democrático da nossa história e do nosso País. Portanto, Presidente José Sarney, o nosso agradecimento. (*Palmas.*)

O PCdoB teve papel protagonista para a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, e sua reeleição, em 2006, e a eleição de sua sucessora, a Presidenta Dilma Rousseff, em 2012.

A assunção do Partido a responsabilidades no novo Governo teve como destaque principalmente a sua participação proeminente para a solução da aguda crise de 2005. É bom lembrar. Refiro-me à eleição do nosso camarada Aldo Rebelo à Presidência da Câmara dos Deputados, quando esteve em jogo o próprio destino do Governo Lula.

Na fase atual, contribuiu no Governo para a definição do importante marco regulatório na exploração do pré-sal e contribuiu para trazer para o Brasil a realização dos dois maiores eventos esportivos mundiais: a Copa do Mundo, de 2014, e a Olimpíada Mundial, de 2016, além de outras participações de relevo nas formulações de políticas públicas, nas áreas da ciência e tecnologia, cultura, saúde e educação. Esses e outros significativos feitos fazem parte do vasto legado do Partido Comunista do Brasil à Nação e aos trabalhadores.

Nesses 90 anos transcorridos, em 122 anos de República, com ideais, lutas e realizações, através de uma variedade de batalhas e grandes confrontos, os comunistas deram grande contribuição na construção do Brasil, construíram, sim, o Brasil. O Partido Comunista do Brasil em toda a sua trajetória sempre defendeu a paz e a solidariedade entre os povos e refutou a guerra e a espoliação imperialista.

Tal acervo é resultado da militância revolucionária e generosa de várias gerações de comunistas. Nessas gerações estão presentes muitos heróis do povo brasileiro e inúmeros mártires, cuja memória é respeitada e fornece a energia transformadora profunda à luta contemporânea.

A síntese que fazemos hoje, olhando do alto desses 90 anos, é a da existência histórica do nosso partido. Consideramos que nesses 90 anos percorreram três gerações encabeçadas por núcleos de dirigentes, cada um a seu tempo, que conduziram o Partido Comunista do Brasil ao longo de sua caminhada. E a geração atual, evidentemente em curso, é a quarta que ocupa as trincheiras da nossa luta, a luta do nosso povo no nosso tempo.

A primeira geração, a dos fundadores, nasce na República Velha, no bojo da rebeldia crescente da década de 1920, que conduzia à situação de declínio a República proclamada em 1889. O seu legado fundamental e notável é a própria

fundação do Partido Comunista do Brasil. Eles são os pioneiros que começam a vincar a corrente marxista no Brasil. Deles pode-se destacar, nessa primeira geração, Astorjildo Pereira, pelo seu talento e militância persistentes, e Otávio Brandão pelo desbravador estudo do marxismo no Brasil.

A segunda geração tem no seu tempo o começo da Revolução de 1930, que derrubou a República Velha e abriu uma nova etapa na vida do País. Vai até meados da década de 50, atravessa importante período do Brasil moderno, luta contra o fascismo, expande e eleva a influência do Partido entre os trabalhadores, intelectuais, artistas e estudantes.

Desde 1935 vai se formando o segundo grupo de dirigentes, destacando-se aí o papel de Luiz Carlos Prestes, que projetou o Partido, grande liderança popular, cujo heroísmo da Coluna Invicta, grande feito do tenentismo, lhe deu o título de Cavaleiro da Esperança. Prestes foi o nosso primeiro Senador nesta Casa.

A terceira geração compreende o período decisivo da história do Partido Comunista do Brasil, que tem começo no início da década de 60 e vai até 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Nesse período ocorreram dois momentos em que estiveram em xeque a continuidade e a existência do Partido Comunista do Brasil. No primeiro, o partido é reorganizado em 1962, reflexo no Brasil do cisma vivido pelo movimento comunista depois do XX Congresso da União Soviética. Os reorganizadores, tendo à frente João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, é que vão liderar essa terceira geração. Mantiveram o nome do Partido Comunista do Brasil e os princípios do Partido fundado em 1922, adotando a sigla PCdoB. Portanto, reorganizaram o Partido Comunista do Brasil. Esse sempre foi o nome do Partido fundado em 1922. O Partido Comunista do Brasil surge a partir de 1960, é um outro partido que é organizado a partir daí.

O segundo momento crucial para a existência do Partido Comunista do Brasil acontece com a derrota final da experiência socialista soviética em 1991. Mais uma vez, o PCdoB sustentou os princípios, a sua identidade, procurando tirar lições das experiências revolucionárias do século passado, atualizando e renovando a sua linha básica.

A vida, pensamos assim, senhores e senhoras, deu razão aos reorganizadores do PCdoB, porque o Partido cresceu e se fortaleceu, ampliando o seu contingente. A maioria da ação popular, a maior organização de esquerda de época da ditadura militar, se integrou ao PCdoB, permitindo o restabelecimento da composição da terceira geração desfalcada pelos assassinatos da ditadura. João Amazonas é o líder e o ideólogo que se destaca nessa fase do Partido.

A quarta geração do Partido Comunista do Brasil é a que está em curso atualmente. É a continuadora do legado revolucionário das três gerações anteriores de comunistas. Hoje, presidido o PCdoB apoiado num grande núcleo de quadros e lideranças que se destacam nas bancadas do PCdoB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o que foi citado por várias pessoas que me antecederam nesta tribuna, destacando o papel importante das mulheres no Partido.

A nossa bancada é a que tem proporcionalmente a maior quantidade de mulheres. Elegemos 15 Deputados Federais, mas temos 6 mulheres na nossa bancada. (*Palmas.*) E o Partido tem um grande contingente de jovens. Ou seja, o PCdoB tem essa característica de ser um Partido de jovens e de mulheres, portanto, um Partido que expressa essa modernidade, essa renovação.

O PCdoB, mais ainda, está empenhado em dar a sua contribuição. Neste tempo presente é primordial distinguir nova oportunidade histórica e seguir caminho próprio, de mudança estrutural, com a concretização de um novo projeto nacional de desenvolvimento que não se limite a remediar o impasse gerado pela grande crise do capitalismo.

O PCdoB tem sido leal na sua relação com o Governo, mas não renuncia à sua independência, mantém uma relação de convivência democrática e respeito mútuo com os seus aliados. Nosso Partido defende e respeita a autonomia dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil.

O grande empreendimento para alcançar um Brasil soberano, próspero, democrático e solidário não pode ser obra de um só partido ou grupo, mas de uma coalizão de partidos, das forças vivas da Nação, da ampla participação do nosso povo.

Essa é a nossa convicção e o nosso empenho.

Muito obrigado.

Viva o Partido Comunista do Brasil! (*Palmas.*)

(*Manifestação no plenário. Um, dois, três, quatro, cinco mil e viva o Partido Comunista do Brasil!*)

Documento 235/472

053.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

23/03/2012-09:30

Publ.: DCD - 24/03/2012 - 8385

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Presença no plenário do assessor do Governador do Estado de Santa Catarina, André Agostini Moreno. Votos de plena recuperação da saúde ao advogado Márcio Poletto, no Município de Curitiba. Apresentação de emenda ao projeto sobre a Lei Geral da Copa, destinada à proibição do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante o evento. Imediata votação do projeto de lei sobre a criação do novo Código Florestal brasileiro. Transcurso do Dia Mundial da Água. Comemoração do aniversário de fundação de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero, com muita alegria, registrar a presença neste plenário do Dr. André Agostini Moreno, assessor do Governador do Estado de Santa Catarina, que vem hoje prestigiar este Parlamento com sua presença. É uma honra muito grande para esta Casa, Dr. André, recebê-lo no Parlamento brasileiro.

Quero também registrar que meu amigo, Dr. Márcio Poletto, brilhante advogado da minha cidade de Curitiba, está nos assistindo e se recuperando de uma delicada cirurgia. Graças a Deus ele está se sentindo melhor. Ficamos muito felizes e daqui transmitimos nossa energia positiva ao Dr. Márcio Poletto.

Srs. Deputados, muito embora o tempo seja curto, quero tratar do Código Florestal. Esta semana se debateu muito aqui sobre o problema da Lei da Copa. Estão vinculando a Lei da Copa com a votação do Código Florestal. Eu já disse ontem e vou repetir aqui: vou votar a favor da Lei da Copa e - já apresentei uma emenda - vou votar a favor da emenda que proíbe a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol, principalmente no período da Copa.

Vem gente do mundo inteiro. Se liberarem as bebidas nos estádios, vai ser menor tomando bebida alcoólica, vai ser - como se diz na gíria - uma bagunça generalizada, e as consequências serão desastrosas. A FIFA exige que o

Governo brasileiro seja responsável pela segurança da Copa, mas exige a liberação da bebida. Como vamos dar segurança, se a bebida vai correr generalizada? Assim mesmo, eu, pessoalmente, meu partido vai votar a favor da Lei da Copa. Vamos votar, de preferência semana que vem, sem vincular ao Código Florestal.

Queremos que o Código Florestal seja votado urgente. O setor produtivo no Brasil exige, precisa da votação do Código Florestal com uma certa urgência. Muitos são contrários, vemos várias manifestações. Inclusive, aqui verificamos alguma manifestação contrária ao Código Florestal, porque vai trazer dissabores para o País, para o meio ambiente. Não é verdade, nada disso é verdade. O Código Florestal que esta Casa já votou, que o Senado já modificou em parte e volta para esta Casa traz avanço, sim, para o setor produtivo.

Eu tenho dito isto e vou repetir: há mais bocas para comer, há mais gente no mundo inteiro para comer. A população cresce e, por consequência, precisa de mais terra para produzir comida, porque comida não se produz no ar. Nós precisamos dar condições ao setor produtivo para que produza cada vez mais.

Não podemos mais ter o atual Código Florestal brasileiro, que é de 1965 e está mais atrasado do que coice de porco. Não há como se produzir com um código de 1965. De 1965 até hoje, quantos anos já se passaram, e o código continua o mesmo. Nós precisamos de um código moderno para dar condições ao setor produtivo, ao agricultor para produzirem cada vez mais, com garantias jurídicas, para que não venham a se preocupar amanhã ou depois.

Por tudo isso, nós somos favoráveis à votação urgente urgentíssima do novo Código Florestal. O Brasil, os brasileiros, os agricultores, os pecuaristas, a agroindústria, o setor produtivo estão a pedir a esta Casa para ter responsabilidade e votar o quanto antes o Código Florestal. Santo Deus do Céu, quanto tempo vai precisar?

Há horas em que a gente fica numa certa dúvida. Há movimentos brasileiros de vários setores, inclusive desta Casa, para que se vote depois do Rio+20. Eles querem esperar a manifestação, para depois votar. O Brasil não pode esperar isso. Nós temos que votar. A agricultura brasileira e o setor produtivo precisam que o código seja votado urgentemente, para terem condições de trabalhar com garantias jurídicas, para que não sofram ameaças na sua produção.

O Código Florestal brasileiro é urgente, como é a Lei da Copa. É urgente? Claro que é. Vamos votá-la? Vamos votar, mas vamos votar também o Código Florestal, que é muito urgente, Deputado Izalci. V.Exa., que é um conhecedor da matéria, ajude; ajudem o Brasil, Srs. Deputados, ajudem o setor produtivo a produzir, ajudem para que haja mais comida na mesa, para que a nossa agricultura realmente encontre o seu desenvolvimento.

Nós fazemos este apelo nesta sexta-feira, haja vista que ontem se comemorou o Dia Mundial da Água. Dia lindo, bonito, dia 22 de março é um dia muito bonito, é o Dia Mundial da Água! Nós também queremos preservá-la, esse líquido precioso. Estão agora descobrindo que há água no planeta Tal. Se houver água no planeta Tal, há vida. E, se há vida, naturalmente, ela depende da água.

Por isso, nesta sexta-feira, queremos reforçar a urgência na votação do novo Código Florestal, o código que vai trazer o desenvolvimento para o Brasil.

Sr. Presidente, antes de encerrar, permita que faça um registro muito importante. Hoje é o aniversário da minha querida cidade de Florianópolis, a Capital do meu Estado. Então, queria fazer esse registro com muita alegria, com a permissão do próximo orador.

Muito obrigado.

Documento 236/472

051.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	22/03/2012-10:12
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8026	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Água. Deficiência do sistema de abastecimento de água no País. Necessidade de realização de investimentos governamentais no setor. Defesa de aprovação da proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro. Expectativa de votação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia Mundial da Água, tema sobre o qual farei agora um pronunciamento.

Apesar de o Brasil ter 12% de toda a água superficial doce do planeta, segundo estudo divulgado pela ONU, a maioria dela está concentrada na Amazônia. Porém, vimos no programa *Bom Dia Brasil* que há cidades na Amazônia com problemas de abastecimento de água.

Em março de 2011, a Agência Nacional de Águas lançou o *Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água*, baseado em um estudo realizado entre 2006 e 2009. Para que tenhamos uma ideia, o estudo revela, no entanto, que o Brasil vai precisar investir cerca de 22 bilhões de reais em sistemas de produção e mananciais para melhorar a produção e garantir o atendimento a uma população de cerca de 139 milhões de pessoas, até 2025.

Em Santa Catarina, na nossa região, onde a agricultura familiar é significativa, há 108 Municípios em situação de emergência por falta de água, que já é cíclica. A economia de nossa região baseia-se na bovinocultura de leite, na suinocultura, na avicultura, na fruticultura, e temos enfrentado dificuldades com a falta de água. Venho então apelar para esta Casa por um alto grau de racionalidade. Esta Casa está meio que contaminada com a discussão do Código Florestal brasileiro. Acho muito importante também discutir a agricultura familiar. Em Santa Catarina, 96% dos agricultores familiares têm até quatro módulos fiscais, onde será dispensada a Reserva Legal, mas a maioria das pequenas propriedades têm os 20% da APP. Então, quem tiver os 20% de APP sequer precisará reconstituir os 15 metros de mata ciliar.

Pelo que o Senado aprovou - áreas de baixo impacto, de interesse social, de utilidade pública -, acredito que nenhuma família, nenhum pequeno agricultor, nenhum ribeirinho será retirado de sua propriedade. Ouvi discursos aqui sobre o pequeno produtor, que ele será prejudicado, mas o Senado melhorou muito o projeto em relação à agricultura familiar.

É claro que o ideal seria consolidar tudo. Espera-se um alto grau de diálogo entre Executivo e Legislativo. Se cada Estado pudesse fazer a inclusão no programa de regulação ambiental de acordo com sua realidade, seria o ideal. Daí é preciso ter muita racionalidade para ter também sustentabilidade, e a agricultura familiar será a grande beneficiada com o Código Florestal brasileiro.

Esperamos, na próxima semana, com muita conversa, chegar a um consenso e votar a Lei da Copa e também o Código Florestal brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta quinta-feira, 22 de março, é o Dia Mundial da Água, e o planeta aproveita para fazer uma reflexão.

No Brasil somos privilegiados. As reservas são muitas e de qualidade, mas o abastecimento ainda não é para todos. O Brasil tem 12% de toda a água superficial doce do planeta, segundo estudo divulgado pela ONU, só que a maioria está concentrada na Amazônia. E a maior parte da população fica nas Regiões Sudeste e Nordeste. Mesmo com o problema da localização, a água existente nos mananciais espalhados País afora dá conta de atender ao consumo.

Em março de 2011, a Agência Nacional de Águas lançou o *Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água*, baseado em um estudo realizado entre 2006 e 2009. O trabalho revela a situação dos sistemas de produção de água dos 5.565 Municípios brasileiros e a capacidade dessas cidades de prover água tratada para suas populações urbanas até 2025.

Os sistemas de produção, desde a captação de água até o tratamento, sem considerar a distribuição, foram analisados considerando dois aspectos: a garantia de fontes hidrológicas para o fornecimento de água e a necessidade de melhorar as unidades de produção. Além de fazer um diagnóstico do atual estado do fornecimento de água, a Agência ainda identificou infraestruturas que necessitam de investimentos para atender as demandas até 2025. Municípios menores, com população entre 250 e 10.000 habitantes, têm situação semelhante em 48% dos casos.

De acordo com o estudo, 45% de todos os Municípios brasileiros têm abastecimento satisfatório, e 46%, com população até 20.000 habitantes, já atingiram um nível satisfatório e vão atender as demandas projetadas para 2025. O estudo revela, no entanto, que o Brasil vai precisar investir cerca de R\$ 22 bilhões, em sistemas de produção e mananciais, para melhorar a produção e garantir o atendimento a uma população de cerca de 139 milhões de pessoas até 2025. A água é um bem precioso, indispensável à vida, e por isso faço esta lembrança, convidando a todos para uma reflexão neste dia sobre meios de preservação que cada um pode oferecer individual e coletivamente.

Muito obrigado.

Documento 237/472

051.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	22/03/2012-10:00
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8022	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza heterogênea da composição da base de sustentação do Governo como causa do impasse reinante na Câmara dos Deputados.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar nos Anais da Casa uma análise sobre o impasse - eu não chamaria

de crise e, muito menos, de crise institucional - que a Câmara vive.

Ele tem sua raiz na coalizão política vitoriosa nas eleições que junta pessoas e partidos com visões diametralmente opostas. Uns da prática mais tradicional, o padrão dominante da política brasileira hoje, o clientelismo; outros com defesa exclusivamente das suas corporações de classes ou segmentos de classe - o toma lá, dá cá continua vigorando no País.

Tudo isso gera pontos de atritos. E a Presidente Dilma, agora, parece um pouco um comandante de avião que quer mudar - com a melhor das intenções, reconheço - o plano de navegação aérea em pleno voo. Como a tripulação não foi informada, está dando toda essa confusão.

Esperamos avançar na pauta com discussão de conteúdo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, para nós, do PSOL, o que está acontecendo na Câmara dos Deputados tem origem na heterogênea composição da base de sustentação do Governo, bem mais clientelista e fisiológica do que ideológica. O amálgama são os interesses corporativos e/ou fisiológicos que só o aparelho de Estado pode viabilizar. É o padrão medíocre da política no Brasil que quem chega ao poder alimenta, ao invés de tentar mudar, no embalo do querer manifesto das urnas. Assim, facilmente, o "presidencialismo de coalização" transforma-se em colisão. A Câmara vive hoje uma crise conjuntural de hegemonia - a Maioria não consegue sê-lo - e, assim, é inevitável a paralisia.

O jogo Lei da Copa *versus* Código Florestal deu o esperado zero a zero. E não porque a posição de mérito quanto às duas matérias seja tão polarizada assim: tanto a Lei "de exceção" da Copa será aprovada - contra o voto de pouquíssimos, como nós do PSOL - quanto o novo Código, com os decepamentos que a Câmara fará, vai acabar vigorando, também contra a resistência de poucos. O toma lá dá cá em vigor impõe demandas que extrapolam as reservas de atendimento, e quando o Governo tenta contê-lo não contém mais sua própria base, "engordada" nesse regime da pequena política - base de rebeldes sem causas públicas e publicáveis.

O impasse está criado, e dele o Governo só sai com as costumeiras concessões. Sem mobilização social, por falta de projeto político que a estimule, e por renúncia à sua força mudancista originária, o Governo cederá. Na sociedade, quase ninguém está preocupado com isso. Os partidos da esquerda oficial, cevados, não têm capacidade e interesse de levar às ruas suas propostas transformadoras. Trocaram sua 'insolência' frente ao sistema por uma acomodada indolência.

Paradoxo: há maioria folgada para aprovar a Lei da Copa (praticamente só o PSOL tem divergência de fundo com o projeto) e para o seu "oponente" de hoje, o Código Florestal (só PSOL e PV questionam).

Com a Rio+20 à vista, o Governo, corretamente, não quer arriscar a ter o Código que veio do Senado, que já é ruim, ainda pior, como quer parte de sua base.

Dilma nunca teve "cintura política", o que, em muitos aspectos, é uma virtude; porém, com aliados desse tipo, isso é fonte permanente de crise. Só com forte mobilização de opinião pública o Governo poderia criar novo padrão de relacionamento no Parlamento. Mas, desde a Era Lula, isso jamais foi estimulado, até pelos compromissos na coalizão eleitoral ambígua, de viés conservador.

O Governo Federal não tem projeto de cidadania participativa. Não está no seu horizonte a entrada em cena de um protagonismo popular que venha alterar a correlação de forças.

Estamos diante de uma crise política grave, ou institucional, entre os poderes a República? Não. Há um impasse em função de métodos, que Dilma dá sinais de querer modificar, como um piloto que quisesse alterar a carta de navegação aérea em pleno voo. Só que não combinou com a tripulação... Então, sua base bem mais fisiológica do que ideológica reage. Como no Governo Lula, o exemplo mais acabado da "colisão" é a posição antagônica do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura em relação ao Código Florestal. Os ruralistas aproveitam o descontentamento com o Governo dos seus apoiadores - movidos a cargos e emendas - e radicalizam, para restabelecer o projeto devastador da Câmara. Eles, nesse cenário, podem ter maioria. O Executivo, até aqui, resolveu não ceder em demasia. Mas, até quando? Assim vamos, às tontas. Talvez por isso bebida alcoólica na Copa ganhe tanta relevância... O mais grave: na vida real, pouca gente está preocupada com tudo isso, o que deveria preocupar muito a nós, representantes políticos da população.

Documento 238/472

051.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	22/03/2012-09:40
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8018	LINCOLN PORTELA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	LÍDER DISCURSO

Sumário

Definição pelo PR da lista de proposições prioritárias para inclusão na pauta de votações da Casa. Posicionamento de independência do partido em relação ao Governo Federal. Importância da relação respeitosa entre os Poderes Executivo e Legislativo.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Amauri, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui, em nome da Liderança do partido, relatar a nossa reunião da terça-feira, quando o partido, democraticamente, pôde ouvir todos os seus Parlamentares numa reunião que durou 4 horas. Nessa reunião, os Parlamentares do Partido da República discutiram muito sobre votações aqui no Congresso, particularmente a renegociação da dívida dos Estados e Municípios. Trata-se de um grupo de trabalho ao qual fui indicado para participar.

Também se discutiu a questão do Código Florestal, que está sendo muito bem conduzido pelo nosso Vice-Líder, Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, e da Lei Geral da Copa. Nessa questão, liberei a bancada para que votasse de acordo com a sua consciência, pensando, claro, no bem do Brasil, inclusive com relação ao uso das bebidas alcoólicas.

O partido discutiu, claro, de forma acalorada, democrática, regimental, constitucional. Fiquei um tanto quanto preocupado com posicionamentos de muitos Parlamentares, porque grande parte da bancada queria fazer oposição ao Governo. Passamos isso para a imprensa, que já noticiou, mas eu não poderia deixar de trazer para o plenário.

Fiquei até surpreso de ver que talvez a maior parte da bancada tenha buscado o caminho da Oposição. Conversamos muito com todos os Parlamentares que democraticamente desejavam isso e achamos por bem aguardar. O Partido da

República resolveu, aqui na Câmara dos Deputados, manter a posição de independência.

Às vezes, alguns órgãos de imprensa ainda nos colocam na base do Governo. Deixo bem claro que respeitamos o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, mas não estamos na base do Governo. Temos todo o respeito para com a Presidenta e acreditamos no seu trabalho.

Esses sinais são importantes porque estão acontecendo não apenas no Partido da República. Não posso falar por outros partidos, nem tampouco nominá-los. Seria indelicado e antiético. Não posso entrar na vida pessoal de outros partidos. Enfim, precisamos-nos orientar por sinais. Este Governo, no qual acreditamos, apesar de estarmos na independência, precisa entender os sinais que esta Câmara está dando.

O Parlamento e o Governo precisam sempre ser respeitados. Este Parlamento precisa respeitar o Governo, que precisa também respeitar este Parlamento. Fomos eleitos por vontade popular. Não somos Deputados biônicos, indicados. Somos Deputados eleitos. Os 513 que aqui estão representam o pensamento da população brasileira; democrática, regimental e constitucionalmente desempenham os seus papéis aqui na Câmara e executam o seu trabalho representando seus Estados e Municípios. Eu sempre disse que é preciso melhorar o relacionamento, a hermenêutica.

Quero também parabenizar esta Casa e os Deputados Federais que têm entendido com responsabilidade o que é o seu mandato, a sua participação, o seu posicionamento aqui Casa. Não podemos chantagear o Governo em hipótese alguma. Esta Casa nunca pode chantagear o Governo, como o Governo não pode, em hipótese alguma, chantagear esta Casa. Precisamos de um relacionamento republicano, democrático, ético e constitucional para o bom andamento desta Casa, do Governo e do nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 239/472

051.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	22/03/2012-09:28
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8011	VALDIR COLATTO-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Marco Maia de votação dos projetos sobre a Lei Geral da Copa e o Código Florestal brasileiro.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Deputada Pietá, V.Exa. já comeu hoje? Então, agradeça a um agricultor.

Eu venho aqui para dizer que o Deputado Tatto realmente nos chamou de predadores. Não, nós somos aqueles que produzem a comida que chega à mesa, inclusive a do Deputado Amauri, que está bem nutrido, graças aos nossos agricultores, à comida farta que há no Brasil.

Esta Casa tomou a decisão ontem de votar o Código Florestal. Não foi a questão da bola. Foi a comida contra a bola, a bola contra a comida. Qual é o mais importante? Se não se come, não se joga bola. Então, com isso, a Casa decidiu

votar o Código Florestal.

Faço um apelo aqui ao Presidente Marco Maia, para que coloque em pauta a Lei da Copa e também o Código Florestal. Convoque uma extraordinária, põe em votação, deixa a Casa se manifestar. O Brasil quer isso, esta Casa quer. Nós precisamos desta lei, Sr. Presidente.

Obrigado.

Documento 240/472

051.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

22/03/2012-10:30

Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8047

RUBENS BUENO-PPS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Adiamento da votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Atraso nas obras de infraestrutura destinadas à realização do evento. Restrição ao consumo de bebidas alcoólicas em estádios de futebol. Inexistência de políticas efetivas de segurança pública no País.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem nós vivemos na Casa um momento quase único dado o rolo compressor do número não muito significativo de mais de 400 Deputados da base do Governo: a base adiou a votação da Lei Geral da Copa, que deveria ter sido aprovada há muito tempo. Há muito tempo!

Vejam que em 30 de outubro de 2007 o Brasil foi escolhido como país sede da Copa do Mundo. E era o único candidato! Quatro anos se passaram e nada aconteceu. Só para lembrar aos goianos, aos brasileiros: em 4 anos, Juscelino Kubitschek construiu Brasília. Mas o Governo ficou parado 4 anos para aqui implantar leis, implantar projetos que digam respeito à Copa do Mundo. Vimos aqui ontem a Lei Geral da Copa mais uma vez ser adiada, misturada com a votação do Código Florestal. Chegou a esse ponto.

O que temos a dizer? Estava aqui o Ministro do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, falando exatamente da morosidade, da burocracia, das obras que não acontecem, da licitação que não vem. Votou-se aqui uma medida provisória, que era a de médico residente, transformou-se num regime diferenciado de concorrência. Foi a famosa RDC. De três artigos passaram para quase 50 artigos. São remendos daqui e de lá.

Felizmente, o Supremo Tribunal Federal disse: "não é assim que se vota". Ou seja, é a hegemonia do poder pelo poder, sem valor algum das instituições, dos seus regimentos ou da própria Constituição. Atropelada a Constituição da República, todos os brasileiros estão sendo atropelados por aqueles que não têm respeito algum à convivência, à lei, sabendo que é possível construir um País cada vez mais democrático. Mas não é isso que querem. E não é essa a forma de atuar do Governo, seja no Congresso ou nas suas próprias ações.

Não há mobilidade urbana, não há projetos que digam respeito à Copa do Mundo. Quatro anos se passaram. Juscelino Kubitschek não fez só Brasília em 4 anos. Juscelino Kubitschek redemocratizou o País, fez obras importantes no Brasil todo. Aqui estamos vendo um Governo da propaganda e do *marketing*

sem nenhuma preocupação com a realidade.

Aí vai votar se autoriza ou não a bebida nos estádios do Brasil. O Estatuto do Torcedor foi assinado e sancionado pelo Presidente Lula, agora eles rasgam e o jogam fora. Em 2008, o próprio Presidente Lula mandou uma proposta para a Casa diminuindo o teor alcoólico, para considerar bebida alcoólica para a venda, de 13% para 0,5%, alguma coisa assim.

Pois bem, mandando lá, fazendo o Estatuto do Torcedor, agora voltam atrás novamente. Depois, lavam as mãos. Estão dando até uma de tucano, não é? Lavam as mãos, ficam em cima do muro, agora os Estados que resolvam. Mas no compromisso assumido em 2007 já havia um projeto que tratava efetivamente disso, do próprio Deputado Arlindo Chinaglia, projeto contra venda de bebida. Por quê? Porque o Governo é incapaz de combater a violência. Daí a restrição à venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Se é incapaz de combater a violência, vai restringir até o direito de tomar uma cerveja no estádio. Por quê? Porque chegou a este ponto.

Nós não temos políticas para valer de segurança pública no Brasil. É só propaganda, é só *marketing*, é só dinheiro. Enquanto a nossa Estação Comandante Ferraz sofreu como sofreu, vimos o Governo gastar mais de 300% a mais com mordomias e festas durante 2011.

Por isso, aqui fica o registro daquilo o que aconteceu ontem, o registro de algo que deve ser melhor articulado e que está preocupado com o País, e não preocupado com o poder pelo poder.

Documento 241/472

051.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	22/03/2012-10:30
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8051	SEBASTIÃO BALA ROCHA-PDT -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Prioridade da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público na elaboração de agenda positiva destinada à geração de novos empregos no País.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta.

Sras. e Srs. Deputados, no momento em que o Brasil aparenta retomar a criação de novos empregos, a escalada que vinha havendo de crescimento de postos de empregos, nós estamos priorizando, na Comissão de Trabalho, uma agenda positiva exatamente pela geração de mais empregos no País.

No ano passado, havia uma estimativa de gerarmos aproximadamente 3 milhões de empregos no Brasil. Infelizmente, a crise mundial, iniciada na Europa impediu que o Brasil ofertasse essas vagas previstas na estratégia de desenvolvimento do País e do Ministério do Trabalho, tendo à frente o Ministro Carlos Lupi. Geramos pouco mais de dois milhões de emprego no ano passado.

É importante essa retomada. Por isso a Comissão do Trabalho está envolvida atualmente numa agenda positiva, que contribui com o Governo e com as empresas no sentido de ofertar o máximo de emprego no Brasil. Precisamos chegar à marca dos três milhões de empregos no Brasil. Este ano ainda não vai ser possível. O País precisa trabalhar. O Governo precisa priorizar para que de

fato, a partir do ano que vem, tenhamos essa média anual de pelo menos três milhões de empregos no Brasil.

Essa agenda positiva trata do trabalho decente no País. Na semana passada, discutimos a questão da mulher. Na semana que vem, na terça-feira, debateremos sobre o trabalho doméstico, depois sobre o trabalho infantil, o trabalho da pessoa com deficiência e o trabalho escravo, que ainda é uma chaga no nosso País que precisa ser extirpada da relação entre empresas e trabalhadores.

Existe a agenda positiva para tratar da desindustrialização no País. Esse tema tem sido recorrente aqui na Casa. Vamos também realizar audiências públicas para tratar da desindustrialização.

Estamos inserindo a Comissão em dois grandes eventos que teremos nos próximos meses no Brasil.

No caso da Rio+20, precisamos debater o que é empresa verde, o que é emprego verde, quanto de emprego verde podemos gerar no País, o que o desenvolvimento sustentável pode ofertar em termos de novos empregos no País e com relação à qualidade desses novos empregos.

Com relação à Copa do Mundo, é importante que possamos gerar empregos permanentes a partir desse evento, não somente transitórios, não somente voluntários. Vamos ter uma gama importante de voluntários trabalhando na Copa do Mundo, mas é preciso que o Governo brasileiro estabeleça um grande programa de qualificação profissional, para que aqueles que vão trabalhar na Copa do Mundo estejam preparados para enfrentar o mercado de trabalho no futuro.

Muito obrigado.

Documento 242/472

051.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

22/03/2012-10:30

Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8061

HEULER CRUVINEL-PSD -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância de discussão dos projetos sobre a Lei Geral da Copa e o Código Florestal brasileiro. Defesa de aprovação da proposta de divisão igualitária de royalties de petróleo da camada pré-sal entre os Estados e Municípios brasileiros. Importância da conciliação entre o desenvolvimento econômico gerado pelo setor petrolífero e a preservação ambiental.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, subo a esta tribuna hoje para falar de um assunto importante, relevante para o País. Vamos discutir aqui por alguns meses o assunto da Lei Geral da Copa, o Código Florestal, de vital importância para o desenvolvimento do País, com o qual o produtor rural quer apenas a consolidação das áreas que hoje já estão em produção.

Outro assunto importante são os *royalties* do pré-sal, essa nova descoberta, essa nova riqueza do nosso País. Mas a importância da descoberta é proporcional ao tamanho da polêmica que se criou entre os Estados, que desejam participar dos *royalties*, da exploração do nosso ouro negro. A

discussão sobre quem deve ser o maior beneficiado com essa riqueza parece ainda longe do final.

Sabe-se que no Brasil o valor dos recursos arrecadados pelos *royalties* do petróleo é dividido entre Governo Federal, Estados e Municípios produtores ou que tenham instalações para refinamento e auxílio à produção de derivados do petróleo.

Se o petróleo é um patrimônio nacional, ele deve beneficiar todos os brasileiros, residindo ou não em um Estado ou Município produtor. Foi com esse pensamento que o nobre colega Ibsen Pinheiro, do PMDB do Rio Grande do Sul, propôs um projeto de lei que determina uma nova distribuição dos *royalties*, baseada inclusive no princípio constitucional da isonomia entre os cidadãos brasileiros.

Essa nova distribuição ficaria da seguinte forma: 30% para os Estados, 30% para os Municípios e 40% para a União. E mais, dentro dessa nova divisão incluem-se jazidas e campos já explorados, como a conhecida Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. Isso porque projeções técnicas de especialistas apontam que o pré-sal só começa a produzir em larga escala daqui a oito ou dez anos.

Não é nada agradável presenciar ou participar de disputas por "heranças" entre membros de uma família, mas nesse caso precisamos lutar com todas as forças para se fazer justiça e promover uma divisão igualitária dessa riqueza que a mãe natureza reservou para a imensa família Brasil. Afinal, o petróleo pertence a todo o País, o que justificaria uma distribuição igualitária dos *royalties*.

Outro ponto dessa palpitante discussão, não menos importante, é a preocupação com a exploração do pré-sal em relação ao meio ambiente, ou seja, a necessidade de se aliar o desenvolvimento econômico a ser gerado pela exploração das reservas petrolíferas em nossas águas profundas, a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental que devem ser mantidos, observando os riscos de acidentes e vazamentos que podem causar desequilíbrios sem precedentes em nossos ecossistemas marinhos, a exemplo do que ocorreu recentemente no Golfo do México e do que estamos enfrentando hoje na Bacia de Campos, onde cremos que o impacto seja menor que o dos americanos. Quem nos informará isso? Que nossa Justiça não nos confisque passaportes de executivos, mas efetivamente cobre a fatura do prejuízo e exija as urgentes medidas reparatórias.

Sra. Presidente, é isso. Muito obrigada pelo espaço.

Documento 243/472

051.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	22/03/2012-10:30
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8065	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial da Água. Preservação do meio ambiente pelo setor agrícola. Posicionamento do PMDB favorável à aprovação do projeto de lei sobre a reformulação do Código Florestal brasileiro.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, brilhante Deputada Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados,

hoje é o Dia Mundial da Água. Vamos preservar a nossa água.

O Brasil é um dos países que mais tem água. Por incrível que pareça, ainda 25% da população não tem água potável, principalmente no interior e nas favelas dos grandes centros brasileiros e até em pequenas cidades. Isso é triste.

O Padre João conhece. Eu só quero lembrá-lo que a agricultura brasileira, nos últimos 20 anos, avançou na preservação do meio ambiente. Primeiro - depois o Deputado Heinze vai falar, que sabe muito mais do que eu -, com o plantio direto, houve uma diminuição de erosão, que avançava em nossos rios, impressionante. Com a Lei da Biotecnologia e células-troncos embrionárias, que o PT foi contra, houve uma diminuição importante, substancial de agrotóxicos em nossas lavouras. Numa plantação de algodão Bt - b o PT foi contra na votação -, os agricultores colocavam 10 vezes veneno. Agora estão colocando, no máximo, duas vezes. Era agrotóxico pesado, a terra absorvia e ia para a água.

Então, a agricultura brasileira, tanto a familiar como a de agronegócio, está olhando para o meio ambiente.

Sra. Presidenta, quero cumprimentar o meu partido, o Líder Henrique Eduardo Alves, a bancada federal do PMDB, que ontem ouviu os outros partidos e tomou uma decisão: que a bancada do PMDB quer votar o Código Florestal que a Câmara votou, que é o melhor. Noventa e cinco por cento do que o Senado votou é igual ao projeto da Câmara. Há divergência em 5%, e agora está apenas na área consolidada. E Henrique Eduardo Alves, sereno, tranquilo, ouviu todos os partidos e tomou uma decisão. O PMDB sempre defendeu a agricultura familiar, sempre defendeu a agricultura brasileira, sempre defendeu a biotecnologia e o emprego no campo, defendeu os pequenos, e não vai ficar de fora dessa luta.

A bancada federal do PMDB quer dar uma oportunidade de novo ao Palácio do Planalto para ser vitorioso. Na primeira votação do Código, adiamos a votação por cinco vezes para o Palácio do Planalto entender - e não entendeu. Agora, de novo, nós, o segundo partido, queremos que o Palácio do Planalto entenda, ouça mais, converse mais.

A Câmara quer votar o Código Florestal da Câmara, com as observações e modificações construtivas do Senado. Foi posição do PMDB, da bancada federal. Nós queremos primeiro votar a comida, votar a segurança dos pequenos agricultores, dos ribeirinhos do Amazonas e do São Francisco, dos pequenos agricultores do meu Estado, Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Primeiro a comida, depois a bola. Primeiro o Código Florestal, que é importante para o País, depois a Lei da Copa, ou que haja o compromisso de se votar imediatamente.

O Brasil depende da agricultura. A balança corrente, as exportações brasileiras mais da metade são mantidas pela agricultura brasileira. Eu não sei quem está orientando a Presidenta Dilma, a Dra. Ideli, a Dra. Gleisi, a Dra. Miriam, o Dr. Gilberto. Não sei, não sei. Querem atravancar, querem trancar a área que está produzindo: a agricultura.

Esta Casa vai ser ativa, independente, Presidente Rose, e vai votar o Código que não vai expulsar os agricultores da terra, o Código que a Câmara votou, aproveitando as boas modificações do Senado, mas fundamentalmente com área consolidada, não expulsando o pequeno agricultor.

Eu convido o PT para ser vitorioso conosco. Vou repetir: quero o PT vitorioso conosco, votando o Código Florestal.

(O microfone é desligado.)

052.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

22/03/2012-16:00

Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8108

ROBERTO DE LUCENA-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Posicionamento do orador contrário à liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos do evento.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustre Deputado Padre Luiz Couto, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, mais uma vez neste plenário, foi adiada a votação da Lei Geral da Copa. É evidente que nós estamos agora com o cronograma bastante comprometido.

E este Plenário precisa apreciar, discutir e votar a Lei Geral da Copa nos próximos dias, sob pena de nós colocarmos em risco esta importante competição mundial que estaremos sediando aqui o Brasil. No entanto, é muito saudável que este Parlamento, Deputado Izalci, possa fazê-lo como vimos nesta semana: com isenção, com autonomia.

E a este texto que nós estamos apreciando do relatório da Lei Geral da Copa eu quero apresentar, mais uma vez, um destaque, devido a uma preocupação que não é só minha, é de um número importante de Parlamentares. Quero apresentar um destaque ao texto que trata da liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa, o que é temerário. O que é, Deputado Izalci, um retrocesso num processo que o Brasil tem construído de enfrentamento a um dos maiores males deste País, que é exatamente o alcoolismo.

O alcoolismo é um mal maior do que o *crack*, do que a cocaína, do que a maconha e outros tipos de drogas, porque a bebida alcoólica entra dentro do lar, no seio da família e é um componente quase sempre presente nas ocorrências de violência doméstica, nas ocorrências de acidentes de trânsito, por exemplo. Em grande parte, as ocorrências de violência neste País estão relacionadas a este componente, que é o álcool.

Muito mais do que o ato em si, o que nos preocupa é o gesto, porque economicamente a inviabilidade, a não permissão para a comercialização de bebidas alcoólicas dentro dos estádios de futebol não haverá de afetar absolutamente em nada o faturamento desses gigantes da indústria das bebidas alcoólicas. Não é essa a questão. A questão não é o ato, a questão é o gesto. É nós nos associarmos no País - numa competição dessa importância, dessa magnitude, o esporte, que deve ser por si só o prenúncio da saúde, anúncio de boa saúde - contra a prática do alcoolismo, do uso da bebida alcoólica.

Neste tema, em especial, não somente eu como a bancada evangélica, a bancada católica, a bancada da saúde, a Frente Parlamentar da Família estamos totalmente articulados e comprometidos para debatermos esse assunto e aqui manifestarmos a nossa posição contrária.

Nós temos hoje uma legislação que na maioria dos Estados do Brasil proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. E há uma legislação em andamento no País, em vários Estados, que deve ser ratificada pela União através de uma legislação federal, que desconstrói este mal, este processo do alcoolismo, da venda de bebidas alcoólicas, que tem causado estragos e prejuízos tão grandes em nosso País.

Deixo aqui, portanto, Sr. Presidente, esse registro.

Precisamos discutir a Lei Geral da Copa, apreciar, votar, mas, nesse ponto específico, Deputado Renan Filho, nós estaremos aqui nos posicionando. E a nossa posição é contrária, por entendermos que, mais do que o ato, conta o gesto. Nós precisamos nos levantar e enfrentar esse mal, que é o alcoolismo no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Obrigado, Deputado Roberto de Lucena.

Documento 245/472

052.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2012-16:12
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8110		SIBÁ MACHADO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Balanco do primeiro ano do Governo Dilma Rousseff.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja dado como lido o pronunciamento que eu iria fazer no Grande Expediente. Trata-se de um balanço do primeiro ano do Governo da Presidenta Dilma. Gostaria, inclusive, que este discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna apresentar algumas informações que mostram o grande trabalho realizado no primeiro ano de mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

Depois de 8 anos de mandato, o torneiro mecânico e retirante nordestino Luis Inácio Lula da Silva encerrou o seu governo em 2010 com altos índices de aprovação popular, como indicado em todas as pesquisas de opinião. O Brasil vivia, à época, a expectativa de ter, pela primeira vez, uma mulher no comando dos seus destinos.

Dilma assumiu o Governo em meio a maior crise da economia mundial, desde 1929. Os problemas econômicos enfrentados pelos países desenvolvidos em 2008, se arrastaram sem solução até o início de 2011 - e ainda não se vislumbra, até os dias atuais, o seu final.

O desafio da nova Presidenta era manter o ritmo de crescimento do País de forma sustentável, como vinha ocorrendo no Governo Lula. Em 2011, as grandes potências mundiais cresceram pouco ou, em alguns casos, retrocederam. O Brasil, porém, manteve-se em crescimento, com a inflação sob controle, os juros em rota descendente e com aumento das reservas internacionais.

Além disso, tomando medidas acertadas de combate à crise, o Governo conseguiu manter aquecida a economia, gerando quase 2 milhões de empregos, o segundo melhor resultado da nossa história.

Os números revelam o novo modelo de desenvolvimento que estamos consolidando, centrado no fortalecimento do mercado interno, na geração de emprego, com distribuição de renda e investimentos. Com responsabilidade

fiscal e monetária, a Presidenta Dilma determinou a adoção de uma combinação de políticas macroeconômicas - fiscal e monetária - que vem se mostrando capaz de manter um crescimento vigoroso e continuado e de garantir a transformação do Brasil em um país de classe média.

Todos os indicadores mostram que a economia brasileira apresenta fundamentos sólidos e possui instrumentos para manter uma trajetória de crescimento sustentável, sem desequilíbrios fiscais, inflacionários ou externos. Hoje, mais da metade da população brasileira já pertence aos estratos médios de renda. O motor de nosso crescimento tem sido o fortalecimento de nosso mercado interno e o combate à pobreza.

Determinada a erradicar da extrema pobreza no Brasil, a Presidenta da República, já nos primeiros meses de governo, lançou o Programa Brasil Sem Miséria, que mobiliza instrumentos e parcerias para tirar 16 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza.

Em 2011, mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes foram incluídos no Programa Bolsa Família. Por meio da Busca Ativa, o governo localizou 407 mil famílias que tinham direito ao Bolsa Família e ainda não o recebiam. A assistência técnica chegou a 37 mil famílias de agricultores familiares, e foram distribuídas 375 toneladas de sementes. Também foi iniciada a construção de 315 mil cisternas, e 16 mil famílias já se habilitaram ao recebimento do Bolsa Verde, que será pago, até o final de 2012, a 100% das famílias extremamente pobres que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas extrativistas ou áreas de desenvolvimento sustentável federal, que ajudam a preservar o ativo ambiental.

Em fevereiro de 2011, foi lançado o Programa Saúde não tem Preço, que, até dezembro, já havia distribuído gratuitamente remédios para 2,7 milhões de pacientes em tratamento da hipertensão e para 990 mil em tratamento de diabetes, nas mais de 20 mil unidades do Aqui tem Farmácia Popular.

Em seguida, veio o Programa Rede Cegonha, que oferece assistência às mulheres desde a confirmação da gravidez até os 2 anos de vida do bebê e que já conta com a adesão de 9 Estados, 800 municípios e 600 mil gestantes atendidas.

Tivemos também o Plano Nacional de Fortalecimento das Ações de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Câncer de Colo de Útero e de Mama, que envolverá, até 2014, investimentos de R\$4,5 bilhões.

Em 2011, foram realizados 8,9 milhões de exames citopatológicos preventivos de câncer de colo de útero e 2,8 milhões de mamografias de rastreamento, fundamentais para a prevenção e o tratamento precoce dessas doenças.

A rede de atendimento da saúde também recebeu especial atenção. Teve início a reforma e a expansão das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs e das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, para desafogar os hospitais e conferir maior racionalidade à gestão da rede.

Com o Programa Melhor em Casa, será oferecido atenção domiciliar a pacientes dos SUS. Até 2014, mil equipes de atenção domiciliar e 400 de apoio estarão atuando em todo o Brasil, para levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Em parceria com Municípios, em 2012, serão implantadas 250 equipes de atenção domiciliar e 100 equipes de apoio em todas as regiões do País.

Em 2011, começamos, com o Programa SOS Emergências, a enfrentar o desafio de melhorar a gestão e o atendimento em urgências e emergências. Em parceria com hospitais de excelência, foram iniciadas ações para mudar a realidade dos prontos socorros brasileiros de 11 grandes hospitais de referência em 9 Capitais. Até 2014, essas ações serão implantadas em 40 hospitais.

Na área da educação, a meta do Governo Dilma é assegurar acesso ao ensino de qualidade para todos, da creche à pós-graduação, como um dos eixos do projeto de desenvolvimento que queremos para o Brasil.

No ano passado, foi dada a largada para a construção de 1.484 creches e pré-escolas por todo o Brasil e, em 2012, serão contratadas mais 1.500. Teve início uma nova etapa de expansão da rede federal de ensino superior e tecnológico, que prevê, até 2014, a criação de mais 208 unidades de educação profissional e tecnológica e quatro novas universidades federais, além de 47 *campi* universitários. Em 2012, 88 unidades de educação profissional e tecnológica e 20 *campi* universitários serão concluídos.

Tiveram continuidade iniciativas importantes como o ENEM, o SISU, o PROUNI e o FIES, que foi aprimorado - iniciativas fundamentais para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Com o Programa Ciência sem Fronteiras, o Governo Federal oferecerá até 2014, 101 mil bolsas de estudo para que os melhores estudantes tenham oportunidade de formação nas melhores universidades do exterior.

Com o apoio que recebeu nesta Casa, entrou em vigor, em outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego - PRONATEC. Com ele, serão oferecidas, até 2014, 8 milhões de vagas no ensino profissionalizante e qualificação profissional a jovens e trabalhadores, para que ocupem os bons empregos que estão sendo criados com o crescimento econômico do Brasil. Em 2012, somente na modalidade de Bolsa Formação, oferecida pelas redes públicas e pelas escolas do Sistema S, serão ofertadas 550 mil vagas em curso de formação inicial e continuada, e 130 mil vagas em cursos técnicos para estudantes do ensino médio, trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego e pessoas beneficiadas pelos programas de inclusão produtiva.

Neste ano de 2012, o Governo Federal completará as ações previstas para a implementação do Programa Viver sem Limite. Serão investidos R\$7,6 bilhões até 2014 em ações de apoio e estímulo às pessoas com deficiência. O Governo atuará na garantia de acesso à escola e de atendimento à saúde, no apoio à inserção profissional e na proteção, para reduzir os obstáculos que excluem ou limitam o seu convívio social.

Outra área que receberá atenção especial em 2012 será a primeira infância. A Presidenta Dilma determinou a avaliação das ações já em curso, para aprimorá-las, desenhar novas políticas e integrar as já existentes, com o objetivo de dar mais eficácia ao atendimento às crianças de zero a 5 anos. Afinal, se formos capazes de garantir mais e melhor atenção e proteção a essa faixa etária, estaremos atuando sobre uma das origens da desigualdade em nosso País.

O Programa Crack, é possível vencer também figura entre as prioridades de 2012. Em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil, será implantada uma rede integrada de serviços e ações para garantir cuidado e tratamento a dependentes químicos, reprimir o tráfico de drogas e o crime organizado e aprofundar o trabalho de prevenção e educação para evitar o consumo de drogas.

As políticas sociais vêm sendo tratadas como prioridade desde 2003, quando o Presidente Lula iniciou o seu primeiro mandato. Desde então, os recursos do Orçamento da União para essa área nunca foram contingenciados. Seguindo a mesma linha, o Governo Dilma não deixará faltar dinheiro para ações que visem à melhoria das condições de vida dos brasileiros.

O mesmo tratamento está garantido aos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e ao Minha Casa, Minha Vida, ambos fundamentais para propiciar a ampliação do investimento no País. Mais emprego, desenvolvimento e infraestrutura continuarão sendo gerados pelo

amplo e articulado conjunto de obras do PAC, que, em 2012, ganharão ímpeto ainda maior, em todo o território nacional, com investimentos de R\$42,6 bilhões.

A segunda fase do Minha Casa, Minha Vida já está em curso. São mais 2 milhões de moradias destinadas à população de renda baixa, com ênfase nas famílias com renda de até R\$1.600,00, às quais serão destinados 1,2 milhão de moradias. O investimento total no Minha Casa, Minha Vida 2 será de R\$125,7 bilhões, dos quais R\$72,6 bilhões se destinarão a subsidiar a construção das moradias para as famílias de mais baixa renda.

Até dezembro de 2011, já haviam sido contratadas 457 mil moradias do Minha Casa, Minha Vida 2, além das 1,005 milhão de unidades do Minha Casa, Minha Vida 1. E, o mais importante: 540 mil moradias construídas nas duas fases do programa já foram entregues às famílias.

Como ocorreu em 2011, Estados e Municípios serão chamados para estabelecer parcerias em obras de saneamento, de mobilidade urbana e de prevenção a desastres naturais. A melhoria e expansão da malha rodoviária, a expansão da malha ferroviária, os investimentos em hidrovias e intervenções em portos permitirão dar sequência aos esforços de melhoria da logística de escoamento de bens e serviços, com ganhos para a competitividade brasileira.

Em 2011, foram adotadas ações para aprimorar a capacidade de resposta a desastres naturais e para diminuir seus efeitos sobre a população. Foi criado o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, a Força Nacional de Resgate do SUS e a Força Nacional de Apoio Técnico, com geólogos e hidrólogos. O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD foi ampliado e modernizado. 2012 será o ano de avançarmos na implementação de projetos estruturantes, que equacionem o risco em áreas que têm sido as mais afetadas pelos desastres naturais. Esse trabalho já começou em 2011, com investimentos em contenção de encostas e drenagens.

Outra grande ação do Governo em 2011 foi referente aos preparativos para a Copa de 2014. Todos os estádios estão sendo construídos, apoiados por financiamento de R\$3,4 bilhões do Governo Federal, por meio do BNDES. De acordo com as estimativas, oito deles estarão prontos ao final deste ano e os demais, em 2013. A rede hoteleira está em expansão, também apoiada por financiamento do BNDES e dos fundos constitucionais.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, os preparativos também já foram iniciados, inclusive a formação de nossos atletas, cujo principal mecanismo de apoio, o Bolsa Atleta, foi aprimorado em 2011 e continuará sendo fortalecido em 2012.

No ano passado, o Governo lançou o Plano Estratégico de Fronteiras para fortalecer nossas fronteiras, prevenir e reprimir a criminalidade e intensificar a cooperação com os países vizinhos. O plano integra de maneira inédita as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública e está assentado em duas operações: a Sentinela, de fiscalização ostensiva e permanente, com ênfase em operações de inteligência, sob coordenação do Ministério da Justiça; e a Ágata, com intervenções concentradas e de caráter temporário, para ampliar a presença em pontos focais de nossas fronteiras, sob coordenação do Ministério da Defesa. Em 2011, foram realizadas duas Operações Ágata - na região dos municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e na região da Tríplice Fronteira.

A estratégia acertada do Governo Lula para vencer a crise em 2008, promovendo investimentos e aumentando o poder aquisitivo dos brasileiros para fortalecer o mercado interno, está sendo seguida pela Presidenta Dilma. Uma dessas medidas é a valorização do salário mínimo. O reajuste para R\$622,00

permitirá ganhos salariais a parcela importante de nossos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas da Previdência Social. Também já está em vigor a correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas.

Desde janeiro, estão em vigor as novas faixas para enquadramento nos benefícios tributários para as micro e pequenas empresas, corrigidas em 50%. No caso das microempresas, passou de R\$240 mil para R\$360 mil; para as pequenas empresas, de R\$2,4 milhões para R\$3,6 milhões. Para os microempreendedores individuais, a faixa de enquadramento foi corrigida em 67%, passando de R\$36 mil para R\$60 mil.

A política externa do Governo Dilma deu continuidade ao exitoso trabalho realizado nos 8 anos da gestão Lula. O entorno regional seguiu tendo prioridade. Os países do continente são valiosos parceiros políticos e econômicos do Brasil. Com o MERCOSUL e a UNASUL, estamos avançando na coordenação nas esferas, política, energética, de infraestrutura, de defesa, tecnológica, de saúde e de combate ao narcotráfico, o que revela o desejo da região de enfrentar de forma conjunta os desafios da globalização. Com a criação da Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe - CELAC, o Brasil reafirma nosso desejo de atuar juntos sem tutela externa, com base em uma agenda traçada pela própria região.

Nossas relações diplomáticas abriram novos canais de diálogo político e de cooperação com os continentes africano e asiático e com o Oriente Médio. Com o grupo BRIC reforçamos a concertação entre os principais países emergentes.

Sr. Presidente, esse levantamento resumido das ações do Governo da Presidenta Dilma Rousseff em 2011 mostra uma gestão dedicada a fazer a vida das famílias brasileiras melhorar. Por mais um ano, o Brasil apresentou queda nos níveis de desigualdade social. O Índice de GINI - taxa medida entre zero e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade do país - chegou a 0,5190 em janeiro de 2012 ante 0,5377 em 2010. Em 2001, a taxa era de 0,5957. Estamos no menor nível de nossa história em termos de desigualdade.

Dados da pesquisa mensal de emprego do IBGE compilados pela FGV em fevereiro desse ano, mostram que o crescimento da renda *per capita* foi de 2,7% entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012. A taxa média entre 2002 e 2008 também havia sido de 2,7%. Entre maio de 2010 e maio de 2011, a alta foi de 6,1%.

Após o ingresso de 40 milhões de pessoas na classe C, no período entre 2003 e 2011, outros 13 milhões de brasileiros devem fazer parte da classe média brasileira até 2014, de acordo com estimativa da Fundação Getúlio Vargas. Já as classes A e B, que ganharam 9,2 milhões de pessoas entre 2003 e 2011, devem ter um aumento de mais 7,7 milhões de brasileiros entre 2012 e 2014.

Sras. e Srs. Deputados, 2012 será o ano que consolidará o Governo Dilma e ampliará as conquistas de nosso País. Tenho certeza que a maioria dos Parlamentares desta Casa estarão unidos nessa tarefa, ajudando o Governo na construção de um país mais justo, fraterno e solidário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 246/472

052.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

22/03/2012-16:21

Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8115

REGUFFE-PDT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador favorável à retirada do projeto sobre a Lei Geral da Copa da pauta de votações da Casa.

O SR. REGUFFE (PDT-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu votei contrário ao requerimento de urgência para votar a Lei Geral da Copa e, depois, votei favorável ao requerimento de retirada da pauta pelo motivo a seguir. É bom para o País que tenha a Copa. Agora, a Copa não pode servir de desculpa para uma série de coisas erradas que estão acontecendo nesse processo.

Eu não considero correto que se crie uma lei simplesmente para um evento. Dentro do conceito que eu conheço de segurança jurídica, as leis têm que ser permanentes. Não se pode criar uma lei simplesmente para um evento. E a Copa agora é desculpa para tudo; para todo tipo de coisa a culpa é da Copa.

Eu votei nesta Casa contra a MP nº 527, que flexibilizou a Lei de Licitações para a Copa, por considerar que a Lei de Licitações tinha que ser mais rígida e não flexibilizada.

Eu sou favorável à realização da Copa do Mundo no Brasil, mas penso que não se justifica a quantidade de dinheiro público que está sendo colocada para esse evento, por mais importante que ele seja. Na minha opinião, é uma corrupção das prioridades no uso de recursos que deveriam ser destinados, principalmente, à educação, à saúde e à segurança pública.

Documento 247/472

052.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2012-16:24
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8116		SIBÁ MACHADO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contestação ao discurso do Líder do PSDB na Casa, a respeito das relações entre o Governo petista e o Congresso Nacional. Inconsistência de declarações acerca do recebimento por Parlamentares de benesses para aprovação de matérias de interesse do Governo Federal. Legitimidade da formação de alianças partidárias. Redução do endividamento, fortalecimento da democracia e desenvolvimento econômico do País na administração federal petista. Avanço nas relações do Brasil com os países da América do Sul. Congratulações aos Líderes do PT na Casa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o dia de ontem foi interessante para o Congresso Nacional e especialmente para esta Casa.

Hoje venho à tribuna para rebater o que disse ainda há pouco o representante da Liderança do PSDB. Não é da natureza da Oposição, principalmente de um dos partidos que é o protagonista do diálogo e do enfrentamento com o nosso Governo, com o nosso partido e com a nossa bancada, expressar-se daquela maneira. Até parece que o mundo vai acabar amanhã de manhã, Sr. Presidente.

O que acontece na relação entre o Governo e este Congresso Nacional é inerente às relações de qualquer Governo, tanto nos Estados e nos Municípios, quanto em qualquer lugar do mundo.

O debate de ontem se deu em torno de dois projetos importantes que temos nesta Casa: um, sobre a Lei Geral da Copa, e o outro, sobre o Código Florestal.

Diante disso, sabe-se que alguns temas debatidos nesta Casa são transversais às bancadas, encontrando-se aliados ou discordantes dentro de quase todas as bancadas. Alguns temas dificilmente vão encontrar unidade.

Um dos temas, o Código Florestal, desde o momento em que entrou em discussão neste Congresso Nacional, cada vez que vai a debate em uma Comissão ou mesmo neste plenário, sofre, inevitavelmente, um duelo de argumentos de ambas as partes.

O segundo é a Lei Geral da Copa. Há pontos de vista sobre os mais diferentes aspectos, e nós estamos fazendo a defesa, em primeiro lugar, da decisão tomada pelo Presidente Lula, quando o Brasil se credenciou para sediar a Copa de 2014. Naquele momento, houve um pedido da FIFA em relação à possibilidade de vender bebidas nos estádios. Nós entendemos que essa era uma causa menor, muito simples, já que tem dia para começar e dia para terminar. Entre o primeiro e o último jogo, o evento dura 30 dias. Nesses 30 dias, quem gosta de cerveja vai tomá-la de alguma forma.

Portanto, nós entendemos que não há nenhum problema. Trata-se de algo menor. Não é isso que vai enaltecer ou deixar de enaltecer a Copa do Mundo em nosso País. Nós queremos deixar claro que, contra os interesses da FIFA, nós enfiamos goela abaixo uma série de outras questões que ela não queria.

Vou citar algumas, porque não estou lembrando todas de memória, Sr. Presidente. Uma delas foi obrigar que, no mínimo, 300 mil ingressos deverão ser vendidos com 50% do seu valor às classes que jamais iriam assistir a um jogo da Copa do Mundo: pessoas oriundas de programas de assistência social do Governo, como o Programa Bolsa Família; jovens que estudam em uma escola ou em uma faculdade por meio do PROUNI; pessoas da melhor idade; e uma série de grupos sociais do Brasil que jamais teriam a oportunidade de assistir aos jogos da Copa do Mundo. Isso a FIFA não queria. Isso não é dito.

Gostaria de falar da imprensa e das pessoas que olham para o Governo não apenas para fazer oposição, pessoas que chamo de aves de mau agouro, que torcem pelo pior, pela desgraça. Nós não podemos politizar um aspecto de uma lei como esta diante do que vimos ontem.

Outro assunto, Sr. Presidente. A imprensa puxa, e alguns a seguem. Foi divulgado que o Governo estava enviando matéria para esta Casa e que havia alguns Parlamentares que não estavam recebendo algum tipo de benefício.

Eu estou pensando seriamente em pegar, para a próxima semana, a relação dos 513 Deputados e Deputadas desta Casa para ver o que conseguiram na negociação para a elaboração de emendas, porque, segundo informações que eu recebi, para referências da Oposição nesta Casa liberaram muito mais recursos do que mesmo para a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Por este pecado a Presidenta Dilma Rousseff não pode pagar.

Por fim, alguns dizem que o Governo estaria trocando cargo pela aprovação de qualquer matéria nesta Casa. Sr. Presidente, em primeiro lugar, a democracia do nosso País permite a formação de alianças políticas para a disputa eleitoral. Nós não temos nenhum constrangimento, e acredito que ninguém terá, quando se ganha um governo, em formar um bloco para governabilidade com os partidos que participaram do primeiro turno, com os partidos que participaram do segundo turno e com os partidos que irão compor uma coalizão após a montagem do Governo, após uma eleição.

Onde está o problema? Isso é da natureza do nosso Brasil, que é uma criança

engatinhando, em se tratando de democracia.

Gosto de fazer a seguinte conta rápida, Sr. Presidente. Se considerarmos que foram 308 anos de Brasil dependente de Portugal, 43 anos de Brasil sob o jugo da política do café com leite, 15 anos da ditadura civil de Getúlio Vargas, 20 anos da ditadura militar, enfim, uma série de problemas da economia em que o País era o quintal do mundo, nós começamos tudo, podem ter certeza, começamos tudo, em algum momento, ainda do Governo Getúlio Vargas, no seu segundo mandato; em algum momento quando do Governo de JK; e agora a partir do Presidente Lula.

Conciliar a democracia do País com o desenvolvimento e o equilíbrio de contas é a primeira vez que está acontecendo, porque, mesmo na época de Getúlio Vargas, cometeu-se um pecado em relação à democracia; e mesmo na época de JK houve uma falha no equilíbrio das contas do País, um crescimento brutal do endividamento. E agora nós reduzimos o endividamento, garantimos a democracia do País e estamos desenvolvendo o Brasil, principalmente com distribuição de renda.

Assim, o debate de ontem não pode ser contaminado pela disputa, nem pela disputa de 2012, nem por qualquer outra eleição que vier.

É da natureza dos partidos fazer suas alianças para cada processo eleitoral. O importante é que cada processo eleitoral é como uma criança que nasce, pois ela precisará ter o próprio enxoval. Nós não podemos copiar nada de uma eleição para outra. O que temos é o diálogo. O diálogo entre o Congresso e o Governo da Presidenta Dilma se faz com palavras, e não com história de cabo de guerra. Não há nenhum cabo de guerra, mas o entendimento de que havia dois projetos polêmicos contaminados desde o primeiro momento.

Sr. Presidente, aquela votação aqui na Câmara, antes de chegar ao Senado, V.Exa. a acompanhou muito bem. Em algum momento, os nervos que envolveram o Relator e outros Deputados foram ao ápice. Nós não podemos nos guiar por esse caminho. Eu entendi que era um momento de cansaço, em que as cabeças estavam quentes e, nesse caso, temos de relevar.

O fato é que tanto este Congresso quanto o Governo têm soberania.

Há, ademais, um debate que de vez em quando alguns teimam em fazer: o de que a Presidenta Dilma está copiando algum modelo do Presidente Lula. Sr. Presidente, cada um tem sua personalidade. Eu até brinco dizendo que é como escova de dente: cada um tem de ter a sua. A Presidenta Dilma é a Presidenta Dilma e o Presidente Lula é o Presidente Lula. São duas pessoas completamente distintas, mas com o mesmo propósito para a política, para os rumos do País e para o Governo. É para isso que temos de voltar a nossa atenção.

O nosso Brasil, que vivia de costas para os países da América do Sul, como a Bolívia e o Paraguai, tem que avançar. Temos na criação do MERCOSUL um legado do Governo Sarney. Quando o País participa da construção de um bloco econômico, a relação com os Estados Unidos é de medo e intimidação? Temos que ter uma relação de soberania com a Europa ou com quem quer que seja. Nossas relações comerciais, políticas e culturais têm de ser de solidariedade. E assim a nossa bancada.

Quero parabenizar, mais uma vez, os nossos Líderes: o Deputado Paulo Teixeira, da nossa bancada, desde o ano passado; o companheiro Deputado Cândido Vaccarezza, na Liderança do Governo; o nosso companheiro Deputado Jilmar Tatto, na Liderança da bancada; e o Deputado Arlindo Chinaglia, na Liderança do Governo.

Nós estamos abertos ao diálogo. Não há, absolutamente, nenhum problema nesta Casa com o Governo. O que há são pontos de vista e, em alguns momentos, devido à cabeça quente, alguns se exaltam demais. Entendo que é

da natureza do Parlamento expressar suas vontades em alguns momentos. Não vejo nenhum problema e nenhuma contradição brutal em relação a isso.

Portanto, rogo que tanto a Lei Geral da Copa quanto o Código Florestal sejam descontaminados de outros tipos de disputas, que não cabem, que não valem para este momento. As posições serão defendidas. Se não houver o convencimento, Sr. Presidente, com certeza partiremos para a votação, a última instância do processo democrático.

Assim sendo, se o PSDB quiser vir para o debate, iremos para o debate. Digo isso, porque o PSDB insiste em nacionalizar as eleições de São Paulo. Tanto é que José Serra esteve em meu Estado, no Acre, semana passada. Pergunto: foi só passear, tomar um tacacá com os acrianos? Hoje, Aécio Neves está em Rio Branco. Até brinquei no Twitter: ele foi tomar um açaí de Feijó conosco? É para nacionalizar as eleições de São Paulo?

O problema é de outra natureza. Não é apenas a disputa em relação aos aspectos internos da Lei Geral da Copa ou mesmo do Código Florestal.

Assim, Sr. Presidente, nossa bancada está unida - gosto de brincar lá no Acre, dizendo: está mais grudada do que carrapato em pescoço de cavalo -, para qualquer desafio que houver nesta Casa.

Documento 248/472

052.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

22/03/2012-17:21

Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8126

LIRA MAIA-DEM -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Movimentação no Congresso Nacional com vistas à votação e aprovação da Lei Geral da Copa e do novo Código Florestal. Reflexões sobre a urgência de nova lei florestal e as peculiaridades do produtor rural brasileiro.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA e como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, no ano passado vim pouco a esta tribuna porque presidi a Comissão de Agricultura - a atividade da Comissão me consumiu muito o tempo -, e no segundo semestre, fiquei basicamente envolvido com o plebiscito que realizamos no Pará, coordenando a campanha de criação do Estado do Tapajós.

Este é um ano mais normal. Com muita honra, sou titular na Comissão de Agricultura, e suplente na Comissão da Amazônia, na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Orçamento.

Hoje, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reflexão sobre o funcionamento desta Casa nos últimos dias.

A imprensa nacional divulgou ontem, com muito alarde, que a base aliada está rebelada e que o motivo é a não liberação de emendas ou nomeação de aliados.

Sr. Presidente, a nossa República, a nossa Pátria, o nosso País tem Três Poderes distintos, independentes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. A boa prática democrática mostra que deve haver harmonia entre eles. O que não pode é um Poder mandar em outro.

Eu não vejo nada de anormal no que ocorreu ontem nesta Casa: o fato de a maioria dos Deputados rejeitarem votar matéria importante para o País, em função de outra matéria que reputo mais importante ainda, o Código Florestal.

Vejam bem, sou Deputado da Oposição, do Democratas, e estou disposto a discutir e votar as duas matérias. Acho que a Lei Geral da Copa é importante para o País. Estamos numa fase de organização desse grande evento mundial que mexe com todos, e acho que temos que demonstrar competência na organização da Copa. Mas, como Deputado do interior, engenheiro agrônomo, agente de extensão rural, funcionário do meu Estado, ex-Secretário de Estado de Agricultura, ex-Presidente da Comissão de Agricultura, não posso me furtar a vir defender o Código Florestal. E eu acho oportuno, até porque os nossos Líderes não estão chegando a um consenso. Acho que falta tato nessa história. É importante que o Parlamento, aqui no plenário, decida, e foi o que aconteceu ontem.

Vejam bem. Quanto ao Código Florestal, eu gostaria de explicar, didaticamente, para os meus colegas e para o todo o País, que 95% do texto estão conciliados. É o mesmo texto, da Câmara e do Senado. Nós estamos divergindo em apenas 5%. E, nesses 5%, o Senado fez grandes avanços. Está pacificado; e nós estamos aceitando porque o texto realmente foi melhorado.

Mas nós não podemos ser irresponsáveis, Sr. Presidente. E, dentro daquilo que o Regimento estabelece e permite, nós temos aqui que lutar pela produção brasileira. É só fazer uma grande reflexão. Acho que o que está faltando é interlocução com a Presidenta da República. Parece-me que a Presidenta Dilma não está a par, de fato, do que está escrito no Código Florestal.

Será uma aberração, uma irresponsabilidade nossa aprovar esse Código sem consolidar área aberta. Só para que o País entenda, áreas de preservação permanente, as APPs, são aquelas áreas próximas a rios, igarapés, lagos, olhos d'água, topo de morro. Enfim, existe uma série de conceitos de áreas de APP. Mas nós, que conhecemos a realidade deste País, não podemos, de forma alguma, votar uma lei que vá dar oportunidade de o Ministério Público, a Polícia Federal, chegar junto a famílias. Eu vou dar um exemplo. Na beira do Tapajós, do Amazonas, do Xingu, do próprio Rio São Francisco, existem famílias produzindo ali há mais de 300 anos. Não são pessoas; são famílias produzindo ao longo de séculos. E nós estamos para vamos votar uma lei que autoriza o Ministério Público pedir à Polícia Federal que tire o produtor dali. Por quê? Porque nós não estamos consolidando área aberta.

Existem pessoas, ou mal intencionadas ou mal informadas, dizendo que nós estamos liberando e perdoando os desmatadores. Vejam bem. Recentemente, o Governo Federal publicou o PIB nacional, um PIB baixo, modesto, de 2,7%. E olhem que só dois setores aparecem superavitários neste País: o setor da agropecuária e o setor da mineração. A agropecuária chegou ao PIB com 4%, graças a Deus; do contrário, o País teria corrido o risco de ter tido um crescimento zero ou abaixo de zero.

O Brasil tem 851 milhões de hectares de terra, dos quais 236 milhões produzem. Ora, nós não temos um estudo definido sobre o prejuízo que este País vai ter se parar de plantar em APP aberta. O Ministério da Agricultura calcula em torno de 85 milhões de hectares; o Ministério do Meio Ambiente, em 33 milhões. Enfim, há vários cálculos. Mais de 30% das áreas produtivas vão deixar de produzir. Aí, nós vamos pagar um preço alto, porque a agricultura brasileira é quem salva, hoje, o superávit primário da economia brasileira. Esta é uma reflexão.

Eu acho que, ontem, foi dado um exemplo de que os Deputados estão atentos ao País, estão defendendo os produtores rurais. Às vezes, eu fico preocupado, pois colegas aqui na tribuna dizem que estão aqui para defender o pequeno produtor rural brasileiro.

Sr. Presidente, só quem resiste a esse Código Florestal da forma como está são os grandes produtores; os médios sobrevivem, os pequenos quebram, acabam. Temos que deixá-los produzir. Imaginem um produtor de hortaliças que tem 2 hectares ou 5 hectares, com 2 igarapés dentro. Acabou! Além de nós estarmos extinguindo as áreas produtivas ou a produzir, nós estaremos obrigando os produtores rurais a recompor.

Então, é preciso que se faça uma reflexão. E aqueles que fazem interlocução com a Presidenta da República devem levar a S.Exa. a informação real, exata. Nós não temos o direito de nesta Casa extinguir o pequeno produtor rural, sobretudo aquele que trabalha nas APPs.

Aprovando esse Código Florestal, daqui para a frente não é preciso derrubar mais nenhuma árvore; deixem como está. Quem já trabalha em APP, que continue trabalhando; quem não trabalha, não trabalhará mais. O País fica como está.

Se nós formos fazer um comparativo com os outros países do mundo, Sr. Presidente, veja bem, o Brasil ainda tem 61% de área nativa. O País está fazendo seu dever de casa. A Amazônia ainda tem mais de 80% da sua área nativa. Os Estados Unidos têm menos de 1%; a Europa, menos de 1%.

Eu, particularmente, no ano passado, aprovei um projeto de indicação, na Comissão de Agricultura, para que a Presidenta Dilma leve para a reunião do Rio+20 a sugestão de que os países-membros da ONU adotem o mesmo Código Florestal brasileiro. Isso foi aprovado, e está com S.Exa.

Eu tenho certeza de que o que está havendo hoje não é uma disputa pela preservação ambiental, mas uma briga e uma disputa de mercado. Nós somos os maiores produtores do mundo em muitos produtos: suco de laranja, carne de frango, açúcar e muitos outros produtos. Existem muitos países que não têm mais para onde crescer, pois já ocupam todas as suas áreas. Nós estamos crescendo não apenas em área. Para se ter uma ideia, nos últimos 30 anos o Brasil duplicou sua produção e cresceu apenas 25% nas suas áreas. E 75% desse crescimento foi na base da produtividade, do emprego de tecnologia. O País cuidou disso. Temos uma empresa de respeito, gerando tecnologia, chamada EMBRAPA, empresa que o mundo todo está copiando. Temos hoje a melhor produtividade em muitos produtos, e o Brasil tem que se convencer disso. Vamos, sim, votar um código florestal, porque o último é de 1965, com mais de 16 mil penduricalhos - resoluções, decretos, não sei mais o quê. Ninguém mais sabe interpretar o Código Florestal brasileiro. Precisamos ter um novo código, mas um código responsável.

Acho oportuno que o Governo, a Oposição, os colegas Deputados estejam conscientes de que o País precisa desta Casa para normatizar, para dar as regras. Acho muito interessante que as Lideranças, com muito tato, cheguem a um consenso e, na próxima semana, coloquem uma pauta que contemple a Lei Geral da Copa e o Código Florestal brasileiro. Vamos votar essas duas matérias num dia só. Não tem problema; a Casa já se manifestou sobre isso.

Nós não podemos, nesta Casa, brincar, dando um trança-pé no outro, querendo se colocar na frente do outro. Temos que ser responsáveis, sobretudo com o País. Não é o que eu acho ou o que o meu partido acha; é aquilo que nós sabemos, conhecemos e defendemos nesta Casa.

O produtor rural brasileiro tem que continuar produzindo sem ser molestado. Ele tem que ter a proteção das leis.

O produtor rural brasileiro exerce uma função nobríssima, que é produzir alimento. Lembro-me de quando o produtor brasileiro era chamado de herói da Pátria. Hoje, muitos dos produtores estão sendo denominados de bandidos da Pátria. Vejam a nossa responsabilidade!

Portanto, deixando de lado a disputa partidária, Oposição e Situação, esta Casa

tem realmente de levar a sério este setor, precisa ter a certeza de que o Código Florestal brasileiro trará tranquilidade ao setor ambiental, à agricultura, à governabilidade do País, e a todos nós, para que o Brasil continue produzindo. Vejam bem, nós, que temos origem na agricultura, que defendemos aqui o produtor rural e também somos responsáveis pelo meio ambiente, vamos lutar a cada dia, não na tribuna, mas nos bastidores, fazendo o que for possível e o que for preciso para concluir a votação dessa lei. Que os nossos Líderes tenham discernimento para chegar a um acordo e que os responsáveis por esta Casa coloquem em pauta a matéria. Que venha na próxima semana!

Documento 249/472

052.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

22/03/2012-15:36

Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8105

ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Apoio à Ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Defesa da votação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Posicionamento contrário à liberação da venda e do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o noticiário do momento dá ênfase à Lei Geral da Copa, que, ontem, mais uma vez, teve sua votação transferida para a próxima semana.

Prestei muita atenção ao pronunciamento do ilustre Deputado Delegado Protógenes. Comungo do seu pensamento. Vou votar a favor da Lei Geral da Copa, mas sou autor de uma das emendas que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Enquanto a FIFA pressiona o Congresso Nacional para permitir a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de 2014, a entidade europeia de futebol, UEFA, segue o caminho oposto: proíbe a comercialização de álcool em seus eventos. É uma decisão diferente, adotada pelos organizadores da EUROCOPA deste ano, que será realizada na Ucrânia e na Polônia.

A proibição da venda de bebida alcoólica está no estatuto de segurança adotado em 2006 pela UEFA. E há mais outros comentários de escritores. Na Escócia, a polícia pediu que a venda e o consumo de álcool fossem proibidos nos estádios, sinal de que a proibição pode ajudar a reduzir a violência.

O Comitê Organizador da Copa e as autoridades brasileiras são os responsáveis pela segurança nos estádios, não a FIFA, disse na *BBC Brasil* especialista que já trabalhou como consultor de segurança da UEFA. Como pode, assim, a FIFA exigir que o Brasil assegure a segurança nos estádios, mas permitir a venda de bebida alcoólica?

Faço esse breve comentário para dizer que sou a favor da Lei Geral da Copa.

Em reunião da bancada, pedi que o partido pressionasse a sua votação, e assim

o fiz porque minha prezada amiga e Ministra Ideli Salvatti me pediu ajuda para votarmos essa lei. Disse-lhe que iria ajudar, mas disse também que votaria a favor da emenda que proíbe a venda de bebida alcoólica nos estádios, pois não concordo com tal liberação, ainda mais com a FIFA metendo o dedo aqui e dizendo que temos de fazer isso e aquilo. Ao contrário, se é obrigação do Brasil - e a própria FIFA diz que é obrigação do Brasil - garantir a segurança nos estádios, não podemos de forma alguma aceitar que ela venha interferir e dizer se podemos ou não vender bebida. Eu acho que a decisão sobre venda de bebida alcoólica deveria ficar a critério de cada Estado. Cada Estado que assuma sua responsabilidade.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, fiz este breve comentário para ser solidário a minha amiga, haja vista que a imprensa tem comentado que a Ministra estaria sendo fritada no Governo. Ideli Salvatti não é do meu partido - eu não sou do PT -, mas tenho grande admiração por sua competência. Posso dizer isso porque fui, por dois mandatos, Deputado Estadual, em Santa Catarina, junto com S.Exa. Fui Presidente da Assembleia Legislativa, período em a ilustre Ministra era Líder da Oposição. Então, eu a conheço bem e tenho certeza de que está fazendo um trabalho bom para o Governo Federal, sem dúvida nenhuma, e tem a minha solidariedade.

Vi a manifestação da Assembleia Legislativa do meu Estado, na qual todos os partidos foram solidários à Ministra Ideli Salvatti. Quero também, deste Parlamento, dizer que S.Exa. tem a minha solidariedade e a minha torcida para que continue a fazer o trabalho que tem feito no Governo Federal, ajudando a Presidenta da República a governar este País.

Por isso, Deputado Luiz Couto, quero que V.Exa., que é um grande Deputado pelo PT, transmita à Ministra Ideli Salvatti minha solidariedade e torcida para que fique no Governo.

Finalmente, nestes 30 segundos que me restam, quero agradecer ao meu prezado amigo que ora preside esta sessão a manifestação de alegria pelo transcurso meu aniversário. Eu até brinquei dizendo que pobre não faz aniversário, fica mais velho. Mas como é uma data histórica, hoje é o Dia Mundial da Água, neste 22 de março agradeço a V.Exa. a manifestação, Sr. Presidente, e rogo a Deus que proteja a todos, de modo especial aqueles que trabalham em favor dos outros.

Muito obrigado pela felicitação.

Documento 250/472

052.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2012-15:24
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8103	LEONARDO GADELHA-PSC -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Imediata votação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.279, de 2009, acerca do estabelecimento de normas para as eleições dos representantes brasileiros no Parlamento do Mercado Comum do Sul - PARLASUL.

O SR. LEONARDO GADELHA (PSC-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana que ora se finda duas matérias galvanizaram a atenção dos Parlamentares e da sociedade brasileira. Ambas têm profundo impacto político e podem causar situação de embaraço junto ao concerto das Nações. No entanto, Sr. Presidente, uma matéria que julgo também extremamente pertinente passou praticamente despercebida, ante a comoção que a Lei Geral da Copa e o Código Florestal suscitaram nesta Casa. Trata-se do Projeto de Lei nº 5.279, de 2009, que versa sobre a representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

Tal como se dá com as duas matérias que citei, a Lei Geral da Copa e o Código Florestal, a não votação do projeto de lei que normatiza a eleição dos representantes brasileiros junto ao PARLASUL também pode colocar-nos em uma situação vexatória, haja vista que um dos membros do PARLASUL, o Paraguai, já envia ao Parlamento em Montevideu seus representantes legitimamente eleitos, enquanto nós brasileiros ainda enviamos representantes escolhidos indiretamente pelo Congresso Nacional.

Além de dar uma marca, além de institucionalizar um conceito que é muito importante, o de que tudo se deve fazer pela via democrática, a eleição desses Parlamentares, com a aprovação desse projeto de lei, terá talvez o condão de iniciar outra discussão tão ou mais importante para esta Casa e para o Brasil, a discussão acerca da reforma política. Isso porque, Sr. Presidente, nos moldes como estamos propondo, nos moldes como o projeto veio da Comissão de Relações Exteriores, vamos instituir pela primeira vez no Brasil a votação em lista e valer-nos do instituto do financiamento público exclusivo das campanhas. Trata-se, portanto, de um interessante laboratório, talvez um grande embrião, para que nós possamos promover de uma vez por todas a reforma política no seio desta Casa e instituí-la junto à sociedade brasileira.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, de como estamos atrasados, o Paraguai já fez suas primeiras eleições para o MERCOSUL no ano de 2008, 4 anos atrás. Estamos, portanto, uma legislatura atrasados em relação aos nossos sucedâneos guaranis.

Mas, repito, além da possibilidade de democraticamente enviarmos nossos representantes ao Parlamento do MERCOSUL, se aprovamos o Projeto de Lei nº 5.279/09 estaremos pela primeira vez tangenciando a reforma política, porque nós adotaremos um modelo que a meu ver, no meu juízo de valor, é o adequado para utilizarmos em todas as eleições parlamentares do País.

O Projeto de Lei nº 5.279/09 prevê a eleição de 74 Parlamentares representantes das cinco Regiões do País. Cada um dos partidos que desejam concorrer às vagas no Parlamento do MERCOSUL deverá colocar na lista um representante de cada uma das cinco grandes Regiões geopolíticas deste País. Portanto, haverá um representante do Sudeste, um do Sul, um do Centro-Oeste, um do Norte e um do Nordeste, necessariamente, nos cinco primeiros lugares da lista de cada um dos partidos, o que também demonstra a preocupação de promover a pluralidade da representação brasileira junto ao MERCOSUL, de não reduzi-la a representantes dos Estados mais populosos. Não fosse assim, provavelmente só elegeríamos candidatos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Estados que possuem os maiores colégios eleitorais.

Deixo, portanto, meu apelo a esta Casa no sentido de que se debruce sobre essa matéria. Na última terça-feira ela foi retirada de pauta por acordo das Lideranças. Mas é necessário, mais do que isso, é urgente que nos debrucemos sobre essa matéria, que possamos dar uma lição de democracia aos nossos pares que compõem o MERCOSUL e que possamos dar uma resposta à sociedade brasileira, que nos cobra há tanto tempo a possibilidade votar e escolher seus representantes.

Não podemos mais é coadunar-nos com a eleição indireta de representantes; afinal de contas, vivemos na democracia há mais de 2 décadas, e ainda convivemos com esse anacronismo de enviar ao Parlamento do MERCOSUL representantes escolhidos indiretamente, sem a participação sacrossanta da população do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Leonardo Gadelha, quero associar-me a V.Exa. em seu pronunciamento. Não podemos de modo algum deixar de votar esse projeto, para que possamos ter representantes eleitos diretamente e já possamos implementar a lista preordenada, bem como o financiamento público de campanha. Parabéns pelo pronunciamento que V.Exa. faz nesta tarde.

Documento 251/472

052.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2012-15:18
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8102	DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da votação pela Casa da Lei Geral da Copa e do Código Florestal brasileiro. Críticas ao tratamento dispensado pela mídia ao Congresso Nacional.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é oportuno que eu possa falar na sequência do Deputado Delegado Protógenes, porque podemos deixar claro para o Brasil a nossa visão do que se passou aqui ontem e de como encaramos assuntos como a votação da Lei Geral da Copa e a do Código Florestal.

Primeiro, é bom deixar claro que o meu partido, o PSDB, tem-se empenhado em dar ao Brasil todas as condições para sediar a Copa do Mundo, tem-se empenhado em aprovar a Lei Geral da Copa, mas quer aprová-la respeitando os valores do nosso País, respeitando a soberania nacional, respeitando o nosso povo, para, aí sim, receber bem todos os que aqui virão, dando uma clara demonstração de que somos um País onde prevalecem o Estado de Direito e a democracia, e não o casuísmo e a conveniência, a ponto de termos uma legislação que proíbe os brasileiros de ingerirem bebida alcoólica nos estádios, com o propósito de diminuir a violência, mas fazemos uma lei específica para dizer aos estrangeiros: "Olhem, na Copa do Mundo pode..." Ou seja, nós vamos dizer ao mundo inteiro que o brasileiro não tem permissão para fazer uso da bebida alcoólica nos estádios, mas os estrangeiros que virão aqui são melhores do que nós, são mais educados, e que na Copa do Mundo os brasileiros também podem? É preciso ter coerência, bom senso, respeito com o povo brasileiro!

Mas não é só isso. Nós do PSDB temos senso crítico, temos responsabilidade com o País. Copa do Mundo é importante? É. E a produção agrícola nacional não é importante? O meio ambiente não é importante? Nós podemos priorizar algo que vai ocorrer durante 1 mês e esquecer tudo que ocorre durante toda a nossa vida, todos os dias? Podemos esquecer o Código Florestal, que está tramitando há vários anos nesta Casa, que no ano passado, depois de uma

enorme luta, foi aprovado aqui, em seguida foi ao Senado, onde foi aprovado, e agora volta a esta Casa? Já está pronto o relatório, já está em pauta, mas vamos dizer: não, não vamos votar o Código Florestal, isso não é importante; vamos deixar isso para depois, para quando o Governo quiser, talvez depois da Rio+20? Vamos esconder as nossas mazelas, fazer a Rio+20 e depois vamos discutir a realidade brasileira? Não!

É preciso ter responsabilidade com os produtores e com o meio ambiente. Quando defendemos a aprovação de um novo Código Florestal, nós defendemos o meio ambiente. Do jeito como está redigido hoje, o Código deixa de ter efeito prático, pleno, na defesa das APPs e das reservas legais. Por quê? Porque o decreto que estabelece a exigência de registro em cartório das APPs e das reservas legais é sempre prorrogado, porque ainda não votamos um novo Código Florestal, e o prazo de vigência dele terminará agora também, antes da Copa. E se nós não votarmos o novo Código Florestal mais uma vez vamos prorrogar esse decreto, permitir desmatamentos irregulares, invasões. Mais do que isso, o produtor, aquele pequeno, principalmente o microprodutor, continuará sendo vítima constantemente de processos, de multas, por não haver uma legislação adequada que possa cumprir.

Nesta reflexão, eu quero chamar à responsabilidade não só esta Casa, para que nós possamos votar o Código Florestal e a Lei Geral da Copa, mas também todos os brasileiros, em especial a área de comunicação, a mídia. É um pecado mortal um homem público questionar a mídia. Em alguns momentos vivemos sob a ditadura da mídia. Dizem: olhe, não questione, senão eles vão bater em você. Eu estou à vontade para fazer isso, porque eu me submeto à crítica da mídia sem nenhum medo, mas assustou-me ver grande parte da mídia simplesmente acusar o Congresso Nacional, como se fosse quem estivesse travando o Brasil, de não querer votar a Lei Geral da Copa.

Por acaso agora a mídia é contra a democracia? Por acaso a mídia acha que foi somente a Oposição que não quis votar? Vem a mídia dizer que é uma parte da base que quer cargos. Eu não sou da base. Esse é um jogo que é contra a democracia e contra o Congresso. Ontem eu vi o PMDB trabalhar para obstruir a votação, e até Deputados do PT, do PP, do PTB, do PDT, e a mídia vem dizer que está todo o mundo querendo cargo, mais de 400 Deputados?! O Governo tem mais de 400 Deputados na sua base de apoio e não conseguiu mais de 100 votos!

É preciso que haja um mínimo de humildade por parte do Governo e da Presidenta Dilma também. Eu não sou da base de apoio, mas se fosse diria: Presidenta, V.Exa. está ouvindo meia dúzia de pessoas que não querem contar-lhe a verdade sobre o Brasil, que afirmam que V.Exa. está absolutamente certa e que não precisa discutir com o Congresso, nem ouvi-lo, que V.Exa. pode passar o rolo compressor e aprovar do jeito como quiser.

Na verdade, nem é o que a Presidenta Dilma quer. Não acredito que a Presidenta Dilma queira tirar dos pequenos agricultores as condições de trabalhar e produzir. Não acredito que a Presidenta Dilma queira inviabilizar a produção nacional da agricultura. Parece até que eu estou fazendo a defesa dela, mas o que eu estou dizendo é que um erro ela está cometendo: o de não estar tendo competência para analisar de forma plena a dimensão desse Código Florestal, entendendo que basta simplesmente ter a maioria aqui para aprovar o que quiser. Isso não é democracia!

Os Deputados que se insurgiram tiveram uma atitude corajosa. Não quiseram, como parte da mídia acusa, vender-se, trocar votações por cargos. Foram mais de 400 Deputados; dizer que todos estão trocando-se por cargos é falta de respeito ao princípio democrático, é análise curta e míope por parte de quem está tirando esse tipo de conclusão. O Congresso deu, isto sim, uma

demonstração de soberania, e deu uma contribuição à Presidenta, fazendo-lhe um alerta: é preciso votar um Código Florestal que preserve o meio ambiente, mas que respeite também a consolidação das terras usadas por milhões de brasileiros que nelas já trabalham e plantam há muitos anos.

E vamos, na sequência, Sr. Presidente, votar também a Lei da Copa sem permitir o uso do álcool nos estádios, porque isso já é lei no País, uma lei decidida e votada aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 252/472

052.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2012-15:12
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8101	DELEGADO PROTÓGENES-PCDOB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Imediata aprovação pela Casa da Lei Geral da Copa. Apresentação de requerimento de criação de CPI destinada à investigação de denúncias do envolvimento de Parlamentares com contraventores. Visita do novo Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, José Maria Marin, ao Distrito Federal.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta foi uma semana histórica para o Parlamento brasileiro. Reafirmamos que o nosso compromisso com a Câmara dos Deputados é um compromisso com a ética, com a moral, contra a corrupção, contra o crime organizado.

Este Parlamento deu essa demonstração, principalmente para o povo brasileiro, para a população que nos assiste, de que aqui não compactuamos com a corrupção, ao propormos a criação da CPI do Cachoeira para investigar o sistema comandado pelo Sr. Carlinhos Cachoeira. Aliás, estão aqui presentes os signatários desse pedido - o Deputado Paes Landim, o Deputado Luiz Couto, que preside esta sessão, o Deputado Chico Lopes, o Deputado Onofre Santo Agostini, que está fazendo aniversário hoje, e outros.

Nesta semana reafirmamos também este novo Brasil que está surgindo. Compareceu aqui na Câmara dos Deputados o novo Presidente da CBF, o Dr. José Maria Marin, que foi Governador de São Paulo, Prefeito, Vereador, Presidente do São Paulo Futebol Clube, Presidente da Federação Paulista de Futebol, um homem com um grande histórico de lutas pelo futebol brasileiro.

O Dr. José Maria deu um tom diferente ao debate, ao comparecer humildemente a esta Casa, acompanhado do Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, o Sr. Weber Magalhães, do Vice-Presidente Dr. Wandemberg, e de presidentes de federações, como o Presidente da Federação Paulista de Futebol, o Sr. Marco Polo Del Nero, o Presidente da Federação Goiana de Futebol, o Sr. André Pitta, e o Presidente da Federação Tocantinense de Futebol, o ex-Senador Leomar Quintanilha.

Iniciamos com um café da manhã na Casa do Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, que nos recebeu de maneira acolhedora e ouviu atentamente o pleito do futebol brasileiro, esse novo futebol que está surgindo e que muito vai

abrilhantar-nos na Copa do Mundo de 2014. De lá fomos ao Tribunal de Contas da União, onde fomos muito bem recebidos pelo Ministro Valmir Campelo, que tem um histórico na política nacional e vem destacando-se por ser um operador do Direito naquela instituição e o Relator de todas as obras da Copa do Mundo de 2014. Falamos da nossa preocupação de avançarmos nas obras de infraestrutura necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014. E também fomos à Comissão de Turismo e Desporto, onde fomos recebido pelo Presidente da Comissão, o colega Deputado José Rocha, ocasião em que demonstramos preocupação com a aprovação urgente da Lei Geral da Copa.

É necessária a aprovação dessa lei, colegas Deputados. Não podemos ficar nesse cabo de guerra, nesse jogo de negócios entre as votações da Lei Geral da Copa e do Código Florestal. São duas matérias importantes para o povo brasileiro, mas completamente distintas, na essência e na tramitação nesta Casa. Existe um calendário determinado, ou seja, consignado pela Federação Internacional de Futebol - FIFA. O Brasil foi signatário desse caderno de encargos. Temos que atender a esse calendário, senão vamos atrasar esse grande evento do maior esporte internacional, que é o futebol.

Faço um apelo à Casa no sentido de tratar com respeito, com responsabilidade e sobretudo com compromisso o futebol brasileiro. É isso que queremos dos Deputados e das Deputadas que fazem parte desta Casa, todos honrados, preocupados com o Brasil de hoje e de amanhã: que nos debruçemos sobre essa questão com urgência para, semana que vem, aprovarmos a Lei Geral da Copa. Isso é necessário, Srs. Deputados, para que façamos desse grande evento internacional a maior Copa do Mundo jamais realizada pela Federação Internacional de Futebol.

Encerro dizendo que ficamos muito felizes com a presença do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol José Maria Marins nesta Casa, demonstrando sua humildade preocupação de fazer um futebol limpo, aquele que o Brasil deseja, o futebol que combateu a corrupção. Eu mesmo fui coordenador de uma operação em que limpamos a corrupção no futebol brasileiro. O Brasil destacou-se em 2006, na Copa da Alemanha, principalmente por combater a corrupção no futebol. Efetivamos até a prisão do segundo melhor juiz da FIFA, Edílson Pereira de Carvalho. Ele foi preso porque combinava resultados no futebol.

Este é o Brasil que se apresenta. O Deputado Mendonça Prado está chegando. Agradeço a V.Exa., que também é um dos signatários da CPI de Carlinhos Cachoeira. Também está presente o nosso querido Deputado Garcia. Agradecemos a V.Exas. E queremos firmar o compromisso de aprovar a Lei Geral da Copa o mais urgentemente possível, já na semana que vem, para realizarmos a melhor Copa do Mundo jamais vista na história.

Documento 253/472

052.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2012-14:45
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8095		ELIENE LIMA-PSD -MT
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso dos aniversários natalícios dos Deputados Mauro Benevides e Onofre Santo Agostini. Apresentação de projeto de lei acerca do estabelecimento de medidas de

proteção aos funcionários do serviço postal em atividade sob condições climáticas adversas. Liberação de recursos do PAC para realização de obras de saneamento básico na bacia do pantanal e em rodovias do Estado do Mato Grosso. Transcurso do 1º aniversário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, instalado no Município de Rondonópolis.

O SR. ELIENE LIMA (PSD-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, parabênizo o valoroso Deputado Mauro Benevides pelo aniversário transcorrido ontem, bem como o companheiro do PSD que aniversaria hoje, o Deputado Onofre Santo Agostini, que se encontra à Mesa.

Parabéns, Deputados Onofre Santo Agostini e Mauro Benevides.

Agradeço à Liderança do PDS a cessão deste espaço para que eu faça alguns registros.

Estou apresentando à Casa projeto de lei que acrescenta o art. 177-A à Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. De acordo com a proposta, a CLT passará a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"

"Art. 177-A. Nas localidades onde a umidade relativa do ar registrar índice inferior a vinte por cento, enquanto perdurar essa condição, serão suspensas, no período de 12 às 16 horas, as atividades executadas a céu aberto, como a de entrega de correspondências por empregados de empresas de serviço postal."

Entre outras atividades que essa medida visa atingir, está a entrega de correspondências por empregados de empresas de serviço postal.

Em algumas regiões do País, como o meu Estado, Mato Grosso, em determinadas épocas do ano, são bastante acentuadas as dificuldades de trabalho e há maior incidência de doenças respiratórias e de câncer de pele.

A apresentação desse projeto de lei é fruto de sugestão da grande maioria dos carteiros do meu Estado, e o Vereador Antônio Fernandes já fez a mesma proposta na Câmara de Vereadores.

O outro registro que faço, Sr. Presidente, é relativo ao fato de que o Ministério do Planejamento assegurou ao Governador Silval Barbosa e à bancada federal de Mato Grosso a liberação dos R\$300 milhões previstos no PAC 1 para investimentos em saneamento na Bacia do Pantanal.

Essa conquista resulta da articulação conjunta da bancada federal e do Governador Silval Barbosa, que esteve aqui em Brasília quase toda a semana buscando solucionar a problemática ligada ao PAC 1 e ao PAC 2. Na semana passada, o governador já havia assegurado R\$ 88,7 milhões do PAC 2 para obras de saneamento em 35 Municípios do Estado.

Nós, que estamos no Portal do Pantanal e que sediremos a Copa de 2014, temos de contar com a compreensão do Governo Federal e do Ministério do Planejamento.

Há poucos dias, o Ministério do Planejamento havia "segurado" recursos do PAC 1 e do PAC 2, após a decisão da Prefeitura de Cuiabá de conceder a Companhia de Saneamento da Capital à iniciativa privada. Houve, então, essa mudança de decisão por parte do Ministério. Portanto, desta tribuna, agradeço à Presidenta Dilma Rousseff e à Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que tiveram entendimento favorável ao Estado de Mato Grosso.

A Ministra também se comprometeu a liberar recursos do PAC para obras em rodovias do Estado e aceitou a mudança no traçado da BR-158, que passará no entorno da reserva indígena Maraiwatsede. Entre as rodovias que serão beneficiadas estão a BR-163, a BR-242, conhecida como 'Rodovia da

Integração', e a BR-080, que ligará Mato Grosso a Goiás.

Quero também registrar, Sr. Presidente, que durante a semana passada, houve um evento em comemoração ao aniversário de 1 ano do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da cidade de Rondonópolis, terceira maior cidade do meu Estado.

Tive oportunidade, com muito orgulho, de ser professor do Instituto Federal - aliás, dos 513 Deputados em atividade, sou o único professor de Instituto Federal - e de participar dessa comemoração de 1 ano da instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Município de Rondonópolis.

O instituto conta com quatro cursos em funcionamento: Secretariado, Química, Alimentação e Informática.

Conheço de perto a importância da formação de técnicos, a responsabilidade e o papel do Instituto Federal não só no Estado de Mato Grosso, mas no Brasil.

O Presidente Lula foi muito feliz, juntamente com o ex-Ministro Fernando Haddad, ao fazer essa expansão extraordinária dos institutos no País. Tínhamos apenas 140 unidades autônomas no Brasil. Hoje, já ultrapassamos 350 Institutos Federais e poderemos chegar a mais de 500 escolas até o ano de 2014.

Sabemos que a relação entre técnicos e formados em nível superior tem de ser de três para um. Hoje, há uma inversão nesse sentido.

O Instituto Federal, além de formar técnicos, forma também tecnólogos. Com a última remodelação, o instituto passou também à formação de professores, de engenheiros.

Parabenizo todas as unidades do Instituto Federal do Estado de Mato Grosso, que serão 15 nos próximos 2 anos. Este ano será implantada uma unidade em Várzea Grande, Alta Floresta.

Não tenho dúvida de que é esta a estratégia do Governo Federal, do MEC: cada vez mais levar Institutos Federais para as diversas regiões do País, para formar a sociedade inclusive nas regiões mais distantes, preparando o desenvolvimento harmônico do Brasil.

Faço este registro ao tempo em que parabenizo o Sr. Pedro Barros, Diretor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Município de Rondonópolis - que completou, na última sexta-feira, seu primeiro ano de atividade -, o Sr. Moreira, Diretor de Ensino, e toda a comunidade.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 254/472

052.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2012-14:36
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8092	WANDENKOLK GONÇALVES-PSDB -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Participação em ciclo de reuniões destinadas ao debate da gestão do Governador do Estado do Pará, Simão Jatene.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Sr. Presidente. É sempre uma honra e um privilégio, quando

assumo a tribuna, ser presidido por V.Exa., um ícone neste Congresso Nacional. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para falar das coisas boas que acontecem no meu Estado do Pará. Tivemos 3 dias de reuniões com o Governador do Estado, Simão Jatene, que aproveitou para fazer um balanço do seu primeiro ano de governo para todos os Parlamentares e diferentes segmentos sociais do Estado do Pará, representados em algumas reuniões.

Foi muito interessante verificarmos, acima de tudo como paraense, que o Governador, que recebeu o Estado sucateado, com uma infraestrutura precária e uma série de mazelas - não me compete aproveitar esta oportunidade para ficar olhando para trás, porque quem olha para trás vira estátua de sal; nós temos que olhar é para frente -, aproveitou o primeiro ano de mandato, 1 ano apenas, para, como um dos maiores conhecedores dos problemas administrativos do nosso País, colocar o Estado novamente nos trilhos e fazer o que o povo do Pará esperava e ainda espera dele: melhorar as condições de vida da nossa gente.

Foi assim que o Governador determinou, a partir desta semana, os editais para a construção e reconstrução da rodovia PA-279, que liga Xinguara a São Félix do Xingu; da PA-287, que liga Redenção a Conceição do Araguaia; e da BR-155, antiga PA-150, trecho de Redenção a Marabá, que, embora tenha sido federalizada, não teve no Orçamento a contrapartida necessária para seu asfaltamento. O Governador briga por isso e começa a fazer gestões no DNIT para que, ainda este ano, possamos iniciar o tão propalado e sonhado asfaltamento da região.

Além dessas, Sras. e Srs. Deputados, trago outra notícia boa. Foi em seu primeiro governo que Simão Jatene conseguiu implantar a Faculdade de Medicina de Santarém. Neste ano, a primeira turma deverá receber o diploma, e o Governador será o brilhante homenageado do evento.

Simão Jatene também instalou o curso de Medicina em Marabá, na Universidade Federal do Estado do Pará, e ampliou hospitais regionais de média e alta complexidade, como o Hospital de Marabá, que deverá atender na área de Cardiologia, necessidade ímpar e urgente no segmento da saúde.

Em se tratando das reivindicações salariais, Srs. Deputados, o Governador atendeu à pauta dos policiais bombeiros e militares da Polícia Civil. É por isso que no Pará não houve greve da Polícia Militar. O Governador, reconhecendo prontamente a importância da segurança pública, priorizou as reivindicações dos policiais. Esperamos que este Congresso também honre o compromisso de votar em segundo turno a PEC 300, que já foi aprovada nesta Casa em primeiro turno. Outro compromisso do Governador são os investimentos na área social. Simão Jatene estabeleceu o programa que ele chama de Pro Paz Cidadania, referência não só no Pará, mas em todo o Brasil, com demanda muito grande. Para V.Exas. terem uma ideia, o programa vem atendendo a toda a Ilha de Marajó, onde a caravana passou mais de 70 dias prestando atendimento social.

É também da lavra do Governador o atendimento do piso nacional de salário dos professores, que votamos nesta Casa. O Governo, apesar das dificuldades que se apresentam, honrou os compromissos com o magistério do nosso Estado, fazendo com que fosse cumprido o piso salarial. Outros Estados, que tiveram Ministro da Educação e Ministro da Justiça, como o Rio Grande do Sul, nem por isso pagam o piso nacional do magistério.

Foram tantas as conquistas e investimentos, que o povo paraense resgatou sua esperança.

Fazemos um apelo para que o Governo Federal nos ajude a realizar alguns projetos estruturantes para a nossa região, como a hidrovia Araguaia-Tocantins, cujas obras estão paralisadas; o asfaltamento da Transamazônica, promessa há mais de 20 anos; a conclusão da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém; o Porto

de Marabá; o Código Florestal; enfim, questões que dizem respeito diretamente ao desenvolvimento da Amazônia e, particularmente, do Estado do Pará.

Nós vivemos um dilema, Sr. Presidente: não sabemos se temos que preservar produzindo ou se temos que produzir preservando. Mas acho que, com o entendimento que se está buscando em torno do Código Florestal, poderemos, sim, concretizar essa possibilidade.

Meu Estado não foi contemplado como sede da Copa do Mundo, mas afaio que votarei a favor dos projetos que forem necessários para firmarmos nosso compromisso com a FIFA e realizarmos a Copa do Mundo de 2014 a contento. Espero que, diferentemente da Copa de 1950, que terminou em tragédia, esta próxima também não termine em comédia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 255/472

052.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	22/03/2012-14:33
Publ.: DCD - 23/03/2012 - 8091		PAULO FEIJÓ-PR -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Razões do adiamento da votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Desarticulação política do Governo Federal. Reiteração do posicionamento do orador a favor do desligamento do PR da base governista.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, espero que na próxima semana o Governo consiga votar a Lei Geral da Copa. Compromissos têm que ser assumidos e cumpridos. Nós estamos aqui com o espírito de colaborar para os bons projetos, os projetos de interesse do País. Este é o meu posicionamento, independentemente do clima tenso que o Palácio do Planalto vive com o Congresso Nacional. Espero que na próxima semana seja votada a Lei Geral da Copa. É o pronunciamento que quero dar como lido nesta tarde de quinta-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes; crianças, jovens, senhoras senhores e pessoas com deficiência que me ouvem, veem e leem pela *Rádio Câmara* e pela *TV Câmara*, Internet, redes sociais e inclusive pela Língua Brasileira de Sinais - Libras, em particular os ilustres cidadãos do meu Estado, Rio de Janeiro, a quem tenho o orgulho de aqui representar.

A nau sem rumo da desarticulação política do Governo Federal mostrou toda a fragilidade de sua arrogância nesta quarta-feira, quando a maioria dos partidos da base aliada se recusou a votar a Lei Geral da Copa aqui no plenário desta insigne Casa de Leis.

Esta nova derrota do Governo no Congresso, na Câmara dos Deputados, é fruto da arrogância com a qual, infelizmente, os articuladores e interlocutores políticos

da Presidente Dilma Rousseff têm conduzido o diálogo do Poder Executivo com o Poder Legislativo.

Onde não há respeito de uma das partes envolvidas em um processo de relações institucionais não pode haver expectativa de cooperação da outra parte. É inadmissível que o Governo Federal continue a tratar com o Congresso Nacional desconsiderando sua importância, seu peso decisório e a até mesmo sua missão e seu papel de atuar pela construção das bases para um País socialmente mais justo e com desenvolvimento para todos.

A aprovação do texto sobre as regras do Mundial de 2014 é uma das prioridades para o Governo Federal na Câmara dos Deputados, mas, até o momento, o comportamento adotado para tratar essa prioridade tem sido menos de abertura de diálogo e bem mais de imposição de uma opinião única e centralizadora.

Será que a Presidente Dilma Rousseff não consegue ler os sinais claros de insatisfação de sua base de sustentação no Congresso Nacional? Será que a prepotência do Governo Federal o impede até mesmo de identificar os motivos e as razões que o têm levado a seguidas derrotas no Senado e na Câmara Federal?

Afinal, com a obstrução da votação da Lei Geral da Copa, esses sinais de descontentamento ficaram muito explícitos, com participação do PMDB e do PR no movimento que contou com apoio de outras legendas, como PDT, PSD, PTdoB, PSC e PMN, além do PSDB e do PPS, que condicionaram a apreciação da proposta à definição de uma data para a votação do Código Florestal.

Não devem identificar a insatisfação geral porque as posturas continuam sendo as agressivas e de desrespeito, como a manifestada ontem pelo Líder do Governo, o Deputado Federal Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo, que afirmou que enfrentaria o que chamou de ameaças de obstrução e que não abriria mão de colocar em votação ontem mesmo a Lei Geral da Copa.

Ao invés de pacificar o entendimento e buscar o consenso, o enfrentamento levou a Ministra Relações Institucionais, Ideli Salvatti, a apoiar a iniciativa de colocação da matéria na pauta, fragilizando ainda mais o Governo Federal em sua deficiente articulação política.

A dificuldade do Governo Federal em votações na Câmara e no Senado é reflexo das insatisfações dos partidos que compõem a base, e o Congresso Nacional tem posicionado, tem exposto esse descontentamento.

O Código Florestal, por exemplo, já havia levado o Governo Federal a uma derrota em 2011, na primeira vez em que as regras ambientais foram analisadas na Câmara.

Na semana passada, a base aliada também havia sido responsável pela derrota do Governo, ao rejeitar o nome de um diretor para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

São sinais fortes de que a desarticulação e a inabilidade política dos líderes do Governo Federal podem tornar ainda mais difícil o diálogo com o Senado e com a Câmara dos Deputados.

Diante do desrespeito com o qual as forças políticas têm sido regularmente tratadas pelo Governo Federal, penso ser preciso que o Congresso Nacional continue a se posicionar com firmeza contra essa conduta, como também os partidos, e por isso reitero a defesa de que o meu partido, o Partido da República, declare formalmente a saída do bloco de sustentação do Governo e passe a integrar a base de oposição.

É necessária uma mudança de postura, uma reflexão sobre os erros cometidos pelo Governo Federal, para que o Congresso Nacional seja respeitado e possa, desta forma, como desejamos todos nós Parlamentares, contribuir para a consolidação da expansão econômica e social do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 256/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-14:56
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7793	VALDIR COLATTO-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa dos projetos sobre a Lei Geral da Copa e o novo Código Florestal brasileiro.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, convocada para discutir a Lei Geral da Copa, com certeza não vem ao encontro da proposta feita pelas Lideranças, no sentido de se votar a Lei da Copa e o Código Florestal. Se colocada em votação a Lei da Copa, queremos também que seja colocado o Código Florestal, concomitantemente. Queremos votar os dois projetos importantes para esta Casa, importantes para o Brasil. Agora, não podemos aqui votar esse projeto da Copa sem votar o Código Florestal brasileiro.

O Governo propôs o compromisso de marcar data. Temos que acertar isso, se for essa a questão, num acordo costurado aqui, nesta Casa, para marcar a data de votação do Código Florestal brasileiro. Do contrário, não temos condições de apoiar esta votação nesta sessão extraordinária. Com certeza, a semana que vem é a data limite que queremos para aprovar o Código Florestal brasileiro, e esta Casa tem que fazer isso.

Documento 257/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-15:10
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7797	CARLOS SOUZA-PSD -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inconformismo com o adiamento da votação dos projetos sobre a Lei Geral da Copa e o novo Código Florestal brasileiro.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com grande tristeza que nós Parlamentares - falo por mim e, tenho certeza absoluta, pela grande maioria deste Parlamento - não conseguimos votar

duas matérias importantíssimas não para este Parlamento, não para o Governo Federal, mas para o Brasil, para o povo brasileiro.

Esta é a casa do diálogo, da conversa, da negociação. Mas parece que isso não está funcionando. Arrastam-se dias e mais dias, semanas e mais semanas, e o grande prejudicado não é esta Casa, que não consegue chegar a um consenso, é o povo brasileiro, porque são matérias importantíssimas para o País, que estará em evidência. Nós não conseguimos colocar a Lei Geral da Copa em pauta, para votação, porque há itens dentro dela, exceções quanto ao uso de bebida nos estádios.

Ora, Sr. Presidente, enquanto 40 a 50 mil pessoas estão proibidas de beber dentro de um estádio, milhões e milhões assistem aos jogos da Copa do Mundo enchendo a cara, bebendo. Eu não sou a favor do álcool - por sinal, nem bebo -, mas temos que ter coerência quanto ao que vamos votar.

Parece que esta Casa quer jogar essa responsabilidade para os Governadores, no colo deles. Essa é uma decisão de Governo, uma decisão internacional, por meio da FIFA.

Nós temos a obrigação de, no Congresso Nacional, definir essa questão e ver o que é melhor para o povo brasileiro e para o Brasil.

Está aí também o Código Florestal. Há quantos anos ele se arrasta nesta Casa, e nós não conseguimos abrir essa porta para que o País possa continuar a produzir? Muito pelo contrário, determinadas questões que vieram aprovadas do Senado Federal colocam em situação de risco os pequenos e médios produtores; o povo da Amazônia; os ribeirinhos, que vivem da subsistência, da plantação de alface, cheiro verde, tomate, na beira dos grandes rios, onde moram, gerações após gerações. Eles estão na propensão de perder suas casas, seu local de trabalho.

Sr. Presidente, peço a esta Casa que leve mais a sério os trabalhos e que respeitemos a opinião do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 258/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-15:38
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7803	AROLDE DE OLIVEIRA-PSD -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ingerência da Federação Internacional de Futebol - FIFA em assuntos internos do País.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu gostaria de registrar uma posição a respeito da liberação de bebidas alcoólicas nos jogos da Copa do Mundo, que se realizará no Brasil.

Lembro que o Estatuto do Torcedor, a lei brasileira, já proíbe explicitamente o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, medida adotada buscando-se dar segurança ao torcedor nos momentos de emoção, na torcida por seus times.

As políticas públicas adotadas no Brasil, todas, seguem no sentido de restringir o consumo de bebidas, sempre que esse consumo ameace a saúde ou a segurança física do cidadão. As políticas de preservação da saúde orientam radicalmente contra o fumo, contra o álcool e contra as drogas, porque estes fazem mal à saúde.

Esses motivos já seriam mais do que suficientes para impedir a liberação contida na Lei Geral da Copa. Mas há um outro aspecto que temos de levar em conta. Trata-se também de uma ingerência da FIFA no sistema regulatório nacional, ao propor esse tipo de liberação. Na verdade, se houvesse um acordo assinado com o órgão internacional, esse acordo, como todos os outros, deveria ser previamente submetido à Câmara, ao Congresso Nacional. Não foram submetidos; não vieram até aqui. Talvez aqui pudéssemos criar uma exceção dentro do rito normal de aprovação de acordos. Mas não houve isso.

Por conseguinte, eu acredito, Sr. Presidente, nobres colegas, que nós não podemos permitir que a lei que nós criamos seja alterada para um evento que é temporário e transitório, o que, de qualquer forma, vai desmoralizar as nossas regulamentações internas. Inclusive tenho conhecimento de que este assunto será remetido aos Estados. Será uma agonia e um desgaste para a organização internacional responsável pela realização da Copa quando for discutir em cada Estado. Um ou outro Estado não vai aprovar essa regulamentação.

De maneira que deixo este registro.

Documento 259/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-15:58
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7807	RONALDO FONSECA-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento da bancada evangélica contrário ao comércio e ao consumo de bebida alcoólica em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade quero fazer uma pequena manifestação sobre a votação da Lei Geral da Copa. Vemos que o Governo está tentando trazer ao plenário uma proposta na qual ainda permanece a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Quero apenas deixar claro que nós da bancada evangélica não votaremos a liberação da venda de bebida alcoólica nos estádios na Copa do Mundo.

Vamos dar um chute no traseiro do álcool nos estádios, na Copa do Brasil.

Documento 260/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:04

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7808

IZALCI-PR -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à liberação de venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Necessidade de adoção pela Casa de providências a respeito de denúncia de envolvimento de Parlamentares com contraventores. Necessidade de intervenção do Conselho Regional de Medicina no Hospital Regional de Ceilândia, no Distrito Federal.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente quero manifestar minha posição com relação à Lei Geral da Copa. Sempre defendi e sempre vou defender, porque isso vem de berço, que compromisso é para se cumprir, promessa tem de ser cumprida. E o Executivo fez um monte de promessas. Firmaram um monte de compromissos, o nosso Presidente Lula e agora, recentemente, a Presidenta Dilma. Mas a decisão não é deles; a decisão é do Congresso Nacional. Confiaram demais. Eu quero dizer que sou totalmente contra a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. E esse mecanismo que encontraram de jogar a responsabilidade para os Estados, tudo bem, os Governadores também assinaram, mas quero ver como eles vão fazer nas Assembleias Legislativas. De qualquer forma, é mais um passo que tem de ser dado, e eu tenho certeza de que esta Casa vai exercer a sua soberania e não se curvará a um acordo feito sem se consultar o Congresso Nacional.

Outra questão, Sr. Presidente, que quero ressaltar aqui, e já venho falando isso, é a questão da CPI protocolada pelo nosso colega Protógenes para investigar Carlos Cachoeira. Está aí o Senador Demóstenes com um telefone, e também agora está na revista *QuidNovi* o diálogo com Carlos Abreu, que é da Delta, dizendo que o Secretário de Gabinete do Governador Agnelo também tem um celular. Então, nós temos de apurar isso. Não podemos aceitar essa conversa, que agora está sendo ventilada, de que vários Parlamentares estão nessa operação. Nós precisamos que a Mesa - e o Deputado Miro já protocolou um documento - tome providências, para que possamos saber quais os Parlamentares estão envolvidos nessa questão de Carlos Cachoeira.

E uma última observação, Sr. Presidente, e eu já tinha alertado aqui que o Conselho Regional de Medicina deveria fazer uma intervenção no Hospital da Ceilândia: ontem nosso colega Deputado Jhonatan estava lá e viu que havia pacientes já entubados e anestesiados, prontos para a cirurgia, quando houve falta de energia e o gerador estava quebrado.

Mais um motivo para que nós de fato cuidemos dessa questão de ordem aqui no DF, a questão da saúde pública, e também dessa questão que foi ventilada na *TV Globo* ontem, a da corrupção em nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-14:52

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7789

RICARDO IZAR-PSD -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Presença na Casa de paisagistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em busca de apoio à aprovação do projeto de lei sobre a regulamentação profissional da categoria. Apoio ao movimento de estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie contra a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM em substituição ao exame vestibular. Repúdio ao projeto governamental de construção de monotrilho no Bairro do Morumbi, Estado de São Paulo.

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a presença na Casa dos paisagistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro que vieram até aqui para lutar pela regulamentação da profissão, cujo projeto está sendo votado nas Comissões.

Quero também aproveitar o ensejo para manifestar meu apoio aos alunos do Mackenzie, que nesta quarta-feira se manifestaram contra o uso do Exame Nacional do Ensino Médio em substituição ao vestibular. O ENEM não foi criado com essa finalidade, e o uso dessa prova como único meio de seleção dos alunos não é aceitável em uma universidade com a tradição do Mackenzie. E, na condição de ex-mackenzista, não poderia deixar me silenciar sobre esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCA MINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de aproveitar o ensejo para manifestar meu apoio aos alunos do Mackenzie, que nesta quarta-feira se manifestaram contra o uso do ENEM em substituição ao vestibular. O ENEM não foi criado com essa finalidade, e o uso dessa prova como único meio de seleção dos alunos não é aceitável em uma universidade com a tradição do Mackenzie. Na condição de ex-mackenzista, não poderia me silenciar sobre este assunto.

Por fim, de antemão, gostaria de lembrar que no próximo dia 25 de março se comemorará o Dia da Imigração Árabe no Brasil. Todos os meus cumprimentos a esse povo que ajudou a construir essa nação, integrando as fileiras da Política, da Medicina, da Engenharia, do Direito e de tantos outros segmentos no Brasil. Também estendo esses cumprimentos a todos os descendentes da colônia sírio-libanesa paulista, a qual eu pertenço com muito orgulho e até mesmo certa devoção herdada de meu pai.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. No dia de hoje, dirijo-me a esse plenário para falar de uma incoerência que vem ocorrendo na Cidade de São Paulo, mais especificamente no Bairro do Morumbi.

Como se não bastasse os problemas no que diz respeito à segurança para os moradores da região, nós nos deparamos agora um projeto faraônico do Governo do Estado para a criação de um monotrilho, e que não resolve nada os problemas do transporte públicos na região.

A ideia do monotrilho é injustificável, o projeto foi desenvolvido visando unicamente a Copa do Mundo de 2014, que não terá mais o Estádio Cícero Pompeu de Toledo como uma das sedes do evento. O que o bairro precisa é de

planejamento viário de qualidade para melhorar a mobilidade na região e atender melhor a população.

Além do alcance limitado do presente projeto, a alegação da escolha do monotrilho por ser mais barato não é razoável, visto que, apesar do preço inferior para o Estado, o benefício para a população é imensamente menor.

O atual projeto exclui de seu traçado outras comunidades que realmente necessitam de transporte público, como, por exemplo: Peinha, Morro do Puma, Morro da Lua, Jardim Rebouças, Parque Arariba, Vila Andrade, Jardim Ingá, Vila Prel, Jardim Colombo, Jardim Jaqueline, Porto Seguro, Ferreira, Lambarito e Monte Kemel.

O caminho para atender de fato toda a população, tanto a local como aqueles que lá trabalham, seria o desenvolvimento de um metro subterrâneo que deveria ir do Terminal João Dias, passando pela Avenida Giovanni Gronchi até a vila Sônia, e que atenderia toda a Paraisópolis, o Estádio e o Bairro do Morumbi.

Outra questão é o rasgo na paisagem do bairro e a problemática ambiental nos arredores das casas que serão desapropriadas. Lá existem espécies silvestres e uma considerável quantidade de mata reflorestada que não pode ser desconsiderada. Em uma cidade ainda cinza como São Paulo, não poderia ser permitido mais desmatamento desnecessário.

Fico na expectativa de o Governo do Estado rever essa obra de pouca utilidade pública e que vem fazendo muito alarde na capital paulista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 262/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-14:48
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7783	LUIZ CARLOS SETIM-DEM -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Lançamento pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB da Campanha da Fraternidade de 2012, com o tema Fraternidade e Saúde Pública. Necessidade de realização de maiores investimentos governamentais na saúde.

O SR. LUIZ CARLOS SETIM (DEM-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, observamos que na pauta desta sessão extraordinária estão medidas sobre a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, mas acredito que é importante refletirmos também sobre a saúde.

Eu gostaria de dar como lido pronunciamento sobre a Campanha da Fraternidade de 2012 em que faço uma reflexão sobre a realidade da saúde no Brasil tendo em vista uma vida saudável e suscito o espírito fraterno e comunitário das pessoas na atenção aos enfermos.

Além do objetivo geral, a saúde, a Campanha da Fraternidade de 2012 fixa seis objetivos específicos: disseminar o conceito de bem viver e conscientizar a população para hábitos de vida saudável; sensibilizar as pessoas para o serviço

aos enfermos; alertar para a importância da Pastoral da Saúde nas comunidades; difundir dados sobre a saúde no Brasil e seus desafios; despertar nas comunidades a discussão sobre a realidade da saúde pública; e, principalmente, qualificar a comunidade para acompanhar as ações da gestão pública e exigir a aplicação dos recursos públicos com transparência, especialmente na saúde.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Campanha da Fraternidade, realizada pela CNBB, enfoca em 2012 o tema *Fraternidade e Saúde Pública*, tendo como objetivo refletir sobre a realidade da saúde no Brasil em vista de uma vida saudável, suscitando o espírito fraterno e comunitário das pessoas na atenção dos enfermos, e mobilizar pela melhoria no sistema público de saúde.

Mais do que qualquer outra coisa, a saúde é uma necessidade e também um direito da população. É uma pena que nos últimos anos este direito tenha se transformado em um negócio, fazendo com que pessoas carentes muitas vezes tenham dificuldade de ter acesso ao tratamento de que precisam. O ganho tem sido em cima da doença, e não da saúde.

Além do objetivo geral, a saúde, a Campanha da Fraternidade de 2012 apresenta mais seis objetivos específicos:

Disseminar o conceito de bem viver e conscientizar a população para hábitos de vida saudável;

Sensibilizar as pessoas para o serviço aos enfermos, o suprimento de suas necessidades e a integração na comunidade;

Alertar para a importância da Pastoral da Saúde nas comunidades;

Difundir dados sobre a saúde no Brasil e seus desafios;

Despertar nas comunidades a discussão sobre a realidade da saúde pública;

Qualificar a comunidade para acompanhar as ações da gestão pública e exigir a aplicação dos recursos públicos com transparência, especialmente na saúde.

O que se percebe são gastos estrondosos com estádios de futebol e outros inúmeros investimentos para a Copa do Mundo enquanto milhares de pessoas morrem nos leitos dos hospitais públicos sem conseguir atendimento. Isto é absolutamente revoltante. Neste País as prioridades parecem estar completamente invertidas.

Outros países investem mais do seu PIB em saúde do que o Brasil. O Governo deve diminuir sua iniquidade e reumanizar esse sistema. Está havendo uma grande troca de valores, e a CNBB, que desenvolve um excelente trabalho, traz para a Campanha da Fraternidade de 2012 uma reflexão sobre a saúde no País e levanta um tema interessante sobre a "humanização" do enfermo e de seu tratamento, buscando resgatar um relacionamento mais humano entre médico e paciente, para que mude o que acontece na maioria dos casos hoje, em que podemos descrever essa relação como uma relação de médico e "cliente".

Dessa forma esperamos despertar em nossos governantes a preocupação com as verdadeiras necessidades da população nesse setor, hoje tão carente de investimentos e atenção.

É importante ressaltar que os investimentos no esporte são válidos e necessários, porém a saúde é fundamental, também para se praticar esportes. Sem investimentos significativos na saúde preventiva, torna-se difícil dar à população uma vida com qualidade.

Documento 263/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-14:18
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7769		LUCI CHOINACKI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado Vicente Cândido, Relator do projeto sobre a Lei Geral da Copa.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado Vicente Cândido, Relator do projeto da Lei Geral da Copa, por ter nele incluído a meia-entrada para estudantes, idosos e pessoas de baixa renda, por ter reconhecido e premiado os ex-atletas dos anos 70, que estão necessitando de valorização, de reconhecimento, já que nos deram a alegria de ver o Brasil num patamar importante.

Hoje, com a Lei Geral da Copa, relatada pelo Deputado Vicente Cândido, estamos valorizando essas personalidades, dando importância a essas personalidades. No Brasil, muitas vezes, quando passa o momento da alegria, o tempo da contribuição, elas são esquecidas. E nós recuperamos isso. Estamos dando visibilidade e reconhecimento, merecidamente, pela contribuição.

(O microfone é desligado.)

Documento 264/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7813		RONALDO CAIADO-DEM -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil-Lei Geral da Copa). Protesto contra o descumprimento de acordo de Líderes para votação do novo Código Florestal Brasileiro.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o requerimento tem como objetivo pedir exatamente a retirada de pauta do projeto da Lei Geral da Copa. Com qual objetivo? Fazer com que os acordos que são feitos pelos Líderes partidários sejam cumpridos.

No final do ano passado, o Líder do PMDB, Henrique Alves, propôs na reunião de Líderes que a matéria do Código Florestal, que se arrasta nesta Casa desde 2004, tendo chegado do Senado, seria o primeiro tema a ser votado nos dias 6 e

7 de março. Esse acordo foi avalizado pelo Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia.

Com isso, ao que nós estamos assistindo? De repente, o Governo tenta procrastinar, impor uma votação sem data para o Código Florestal, com milhões de produtores rurais neste momento numa condição de angústia e de total insegurança jurídica. E o que o Governo aparece?

E neste momento, Sr. Presidente, eu quero também chamar a atenção para a maneira como o Jornal da Câmara está tratando a matéria. Uma tese maniqueísta, na qual coloca *"Impasse sobre Código Florestal adia votação da Lei Geral da Copa"*, como responsabilizando aqueles que defendem a produção nacional. Não é isso. O que o jornal deveria colocar aqui é *"O não cumprimento de acordo entre Líderes não vota Código Florestal e nem Lei Geral da Copa"*. Não é essa tese de tentar penalizar aqui os que defendem a agricultura brasileira, os que querem trazer paz ao campo, esse setor que é a sustentação desta Nação.

Agora, qual é o cronograma de votação para o Código? Não tem? Mas como? Isto é um Poder, é uma instituição. É o momento, mais do que nunca, de nós mantermos os acordos que foram feitos. E aí, Sr. Presidente, pode ter certeza absoluta que ninguém se coloca aqui contra discutir a Lei Geral da Copa, para trazer aquilo que é o sentimento do povo brasileiro.

Agora eu pergunto àqueles que querem atropelar o Código Florestal: por que não numa sessão única, uma extraordinária a partir das 9 horas até a que hora for da noite, votarmos tanto o Código quanto a Lei Geral da Copa? Por que não? A Lei Geral da Copa é prioridade, depois que o Secretário-Geral da FIFA ameaçou um chute no traseiro do Governo brasileiro? Ou essa Lei Geral da Copa é prioridade para o Governo, depois da pressão feita pela cervejaria Budweiser? Até então, ela estava calada, quieta, numa Comissão. De repente, ela aparece como sendo ponto principal.

Com todo o respeito à Copa do Mundo, mas o cidadão que trabalha e produz deveria merecer todo o apoio dessa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, eu solicito o voto "sim" ao requerimento. Peço o apoio de todos para que votem "sim" à retirada de pauta, dando condições ao Presidente de restabelecer o acordo de Líderes, para que tenhamos uma agenda que cumpra o que foi acordado no ano passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 265/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 -
7814

BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil-

Lei Geral da Copa). Protesto contra o condicionamento da votação do referido projeto à apreciação do novo Código Florestal Brasileiro.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam a situação em que a Câmara dos Deputados se encontra neste momento. O Brasil trabalhou tanto, o Presidente Lula, toda a sua equipe, as entidades brasileiras e os brasileiros torceram para que a Copa do Mundo fosse realizada no Brasil.

A Copa dialoga com esporte, economia, turismo e integração dos povos. A possibilidade de termos a Copa no Brasil faz com que nos orgulhemos de mostrar não só nossa habilidade esportiva, mas de oferecer ao mundo um espaço digno para realizarmos grandes atividades esportivas mundiais. Os acordos firmados à época são exatamente para termos condições de oferecer ao mundo estrutura para realizarmos a Copa no Brasil. Vários aspectos foram levantados, mas parece que o único diz respeito às bebidas.

Não lembram os Deputados que não era para haver meia-entrada para os idosos? Pois bem. O Brasil conseguiu negociar com a FIFA. Foi realizada uma votação na Comissão para que os idosos do Brasil pudessem ter meia-entrada. O mesmo debate foi feito em relação aos estudantes, que, de acordo com a orientação inicial, não poderiam ter meia-entrada. Pois foi o Brasil, foram os brasileiros, que querem a Copa no País, que definiram que os estudantes terão, sim, a possibilidade da meia-entrada para assistirem à Copa aqui.

Há quem venha à tribuna para falar em defesa do Código Florestal. Basta votar o que foi acordado no Senado e discutido com as entidades do mundo do trabalho, da agricultura familiar e empresarial, que fizeram a votação no Senado, e que o Governo tem interesse em votar. Nós estamos dispostos a votar porque queremos ajudar a dar estabilidade, sim, ao agricultor, principalmente ao agricultor familiar, para que ele possa produzir. Nós queremos votar.

O que está sendo dito aqui é uma tergiversação contra o que queremos votar, que é a Lei da Copa. É a Lei da Copa que precisamos votar para não colocar o Brasil como País que não deseja desenvolver a Copa.

Por isso, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para me posicionar contra o requerimento, porque o projeto está pronto. Nós queremos votá-lo hoje, e é necessário que mostremos ao Brasil nosso desejo de votar, nosso desejo de ver o idoso assistir à Copa com meia-entrada e o desejo de ver o estudante participar dessa atividade esportiva pagando apenas meia-entrada. Esse é o desejo do Brasil.

Portanto, nós rechaçamos toda e qualquer manobra em relação ao Código Florestal, por meio da qual queiram reeditar a medida da Emenda nº 164, para que o latifúndio seja anistiado, para que os grandes proprietários tenham suas áreas consolidadas, em nome de um discurso para agradar ao agricultor familiar. Se querem ajudar o agricultor familiar, votem de acordo com a posição do Senado. Essa é a real ajuda ao agricultor familiar.

Portanto, encaminho a votação contra o requerimento, para votarmos, para o bem do Brasil, a Lei Geral da Copa, assunto que está em debate neste momento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7815

VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO**Sumário**

Posicionamento favorável do PSDB ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil-Lei Geral da Copa).

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB manifesta posição favorável ao requerimento do Democratas. Nós estamos defendendo a votação do Código Florestal, mas também queremos votar a Lei Geral da Copa.

O que tem acontecido, Sr. Presidente, é que, nesse caso específico, a Lei Geral da Copa não está devidamente clara, quanto à posição do Governo. Ao longo das últimas semanas, o Governo titubeou, não se posicionando claramente sobre as bebidas alcoólicas. Esse é o ponto importante, que precisa ser esclarecido. Até mesmo o Relator tem reconhecido as dificuldades que há em tratar do assunto. Nós temos posição contrária.

Portanto, esperamos que neste processo o Relator venha ao plenário para discutir conosco qual é o caminho. Agora, fala-se em levar aos Estados a responsabilidade de liberar ou não as bebidas alcoólicas. Nós queremos saber o que está acontecendo. O Plenário está desinformado sobre a posição que o Governo vai adotar. É um pula para lá, um pula para cá, ninguém sabe o que está acontecendo. Há um desconcerto na base aliada do Governo, que não sabe para que lado vai.

Os Governadores já começam a se posicionar, como Cid Gomes, que chamou a postura do Governo de covarde, tal qual um avestruz. Nós queremos saber qual é a real proposta que o Governo traz para ser votada neste plenário. É isso que queremos.

Ainda não há, portanto, uma definição clara do caminho que vamos adotar. Queremos conhecer a proposta do Governo para nos posicionarmos.

Esta é a posição da bancada do PSDB.

Documento 267/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7815

GUILHERME CAMPOS-PSD -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO**Sumário**

Posicionamento favorável do PSD ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil-Lei Geral da Copa).

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD definiu, em reunião de bancada, uma prioridade: o Código Florestal. Nada temos contra a votação da Lei da Copa, muito pelo contrário. Mas, enquanto não tivermos uma definição clara do encaminhamento do Código Florestal, teremos que encaminhar pela não apreciação da matéria referente à Lei Geral da Copa neste momento.

Portanto, estamos encaminhando o voto "sim", a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PSD vota "sim".

Documento 268/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7815	BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS-PR - MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PR ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil-Lei Geral da Copa).

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR, nesta matéria, não entende essa verdadeira, digamos, inversão de pauta que ocorre. Não estamos preparados para votar a Lei Geral da Copa, porque o próprio Governo não se entendeu a respeito desse assunto. O Relator foi vítima desses equívocos depois de lutar como um Hércules na Comissão Especial, para depois ser desautorizado.

Por outro lado, temos o Código Florestal, uma discussão madura, avançada, já nos seus pontos finais, preparada. O desejo desta Casa é votá-lo. Não se pode, de forma alguma, deixar de levar em conta esse desejo, o preparo e os tantos anos.

Portanto, em vez de ser afoito, não vai ser não votar hoje que vai atrasar a Copa. As obras de infraestrutura estão correndo. Há coisas por aí com que se deve preocupar. O momento ideal seria terça-feira. "Sim".

Documento 269/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7816	ARTHUR LIRA-PP -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PP ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia

do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil-Lei Geral da Copa).

O SR. ARTHUR LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que não há inversão de pauta. O PP já externou a sua posição, quando foi votado o Código Florestal, à Liderança do Governo e ao próprio Governo. Conversou demoradamente com a sua bancada diversas vezes e hoje de manhã.

O PP encaminha "não", Sr. Presidente.

A Copa do Mundo é importante para o Brasil, e a população espera que esta Casa demonstre o interesse em votar a lei.

Os dois temas são importantes. Tenho certeza de que eles serão motivos de apreciação desta Casa.

Mas, na tarde de hoje, nós queremos apreciar a Lei Geral da Copa.

O PP encaminha "não".

Documento 270/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7816 ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO-DEM -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento favorável do DEM ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Críticas ao comportamento do Governo de impor a priorização da votação do referido projeto em detrimento da votação do novo Código Florestal Brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qual é a posição dos Democratas com referência a esta matéria que estamos examinando, a Lei Geral da Copa?

Nós somos a favor de que ela seja votada. Nós defendemos a realização da Copa do Mundo no Brasil, nós entendemos a importância. Que esta matéria possa ser examinada e deliberada por esta Casa, siga para o Senado Federal e, depois, esteja pronta para ser sancionada pela Presidente da República.

Assim como também defendemos e ressaltamos a importância da deliberação e da aprovação do Código Florestal. O Código Florestal está sendo debatido pelo Parlamento brasileiro há muito mais tempo do que a Lei Geral da Copa, há muito mais tempo...

E aí eu pergunto: por que a Lei Geral da Copa tem que ser aprovada de forma rápida, célere, imediata, e pode-se deixar em aberto o processo de votação do Código Florestal? Não há razão que justifique e que explique essa decisão.

Portanto, o que queremos é defender a apreciação das duas matérias: da Lei Geral da Copa e do Código Florestal. A nossa posição hoje é no sentido de

garantir que o Parlamento delibere, vote, seja afirmativo.

O que quer o Governo? O Governo quer aprovar a Lei da Copa e quer colocar na gaveta, dormitando de forma indefinida, o Código Florestal.

Acho até legítimo que o Governo apresente suas pretensões e suas prioridades ao Congresso Nacional. É legítimo. O que não é correto, o que não é aceitável, o que representa um desrespeito à independência dos Poderes, o que representa uma afronta a esta Casa é o Governo querer impedir que esta Casa trabalhe, é o Governo querer impedir que esta Casa vote uma matéria que vem sendo construída e debatida há muitos anos. Nós não podemos aceitar isso.

Que a Presidente diga que quer ver aprovada esta ou aquela matéria, tudo bem, mas ela não tem o direito de impedir que esta Casa vote o Código Florestal. E é isso que está em jogo no dia de hoje. E vamos logo desfazer esse mito, vamos logo contrapor o discurso do Governo de que o Brasil precisa, para ontem, da Lei Geral da Copa. Se por um lado é fato, é verdade, que o Brasil precisa da Lei da Copa; por outro lado, não vai fazer diferença se ela for aprovada hoje, daqui a uma semana ou daqui a um mês.

Vamos ser sinceros e transparentes. Não dá para achar que em discurso cabe tudo. Em discurso cabe muito, só não cabe se contrapor à verdade, porque a verdade acaba sempre prevalecendo.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano passado, esta Casa teve um momento digno, um momento de autoafirmação, um momento de elevada importância nacional, exatamente quando foi capaz de votar o Código Florestal.

Será que agora nós vamos dar vários passos atrás para aceitar uma vontade soberana, e por que não dizer autoritária, de quem não está aqui? Porque a Presidente da República - com todo respeito -, ao contrário dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, não anda dia e noite no interior do Brasil. Não tem que lidar dia e noite com a cobrança dos pequenos produtores rurais, que estão com medo, que vivem na insegurança, que reclamam e que apelam para que esta Casa vote o Código Florestal.

Por isso, Sr. Presidente, Marco Maia, eu confio na condução de V.Exa., eu confio na capacidade que tem V.Exa. de representar o Poder Legislativo. E eu tenho esperança de que hoje, aprovando o requerimento e tirando a Lei Geral da Copa de apreciação, a partir da semana que vem, Presidente Marco Maia, V.Exa. possa definir uma data de votação para o Código Florestal. E nós confiamos em V.Exa. Nunca o Presidente da Casa assumiu um compromisso que não tenha cumprido.

Por isso nós hoje vamos trabalhar para não votar a Lei da Copa. Na semana que vem, quem sabe... V.Exa., como Chefe deste Casa, pode nos trazer aqui a proposta de uma data de votação do Código. E aí estaremos prontos para votar a Lei Geral da Copa, aprovar a Lei Geral da Copa e reafirmar as prerrogativas do Poder Legislativo.

O que está em jogo aqui, acima de tudo, é o mandato de cada Deputado. E quero dizer que esta não é uma guerra entre Governo e Oposição, esta é uma guerra da soberania do Poder Legislativo, da independência do Congresso Nacional e acima de tudo do amor próprio dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas Federais do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7817

HENRIQUE EDUARDO ALVES-PMDB -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Razões da obstrução do PMDB à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu devo um esclarecimento a esta Casa. Como Líder da bancada do PMDB, entendo que é importantíssima a votação da Lei da Copa. Não é preciso detalhar, nem explicar, é importante para o nosso País, para o nosso Governo e para esta Casa.

Mas tenho que me curvar democraticamente à posição da minha bancada, que tem posições claras e diferentes. Então, em respeito à bancada, como seu fiel seguidor e Líder, para não radicalizar, para abrir um espaço de negociação necessária e importante para esta Casa, para o nosso Governo e para o País, o PMDB entra em obstrução. Esta é só uma explicação que eu devia a esta Casa. Muito obrigado, Presidente.

Documento 272/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7817

JILMAR TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Importância da votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa. Posicionamento do orador com relação a votação do novo Código Florestal brasileiro. Críticas à obstrução das votações pela Oposição.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, o que está em jogo aqui é se a Câmara vai cumprir o seu dever de votar uma legislação que facilite, que ajude o Brasil a sediar a Copa do Mundo.

O Brasil inteiro acompanhou o esforço que o Governo brasileiro fez, que o Presidente Lula fez para que o Brasil fosse escolhido sede da Copa do Mundo. E foi assinado um acordo, um tratado no qual o Brasil aceitava as condições da FIFA para sediar a Copa do Mundo de 2014.

Não é só o caso do Brasil, isso não é novidade para ninguém, porque a Alemanha, quando sediou a Copa, também fez um tratado, um acordo com a FIFA - e o cumpriu. Todos os países que já sediaram a Copa do Mundo, além do Qatar, país onde será sediada a Copa depois do Brasil, assumiram ou vão assumir compromissos com a FIFA.

E por quê? Não é só porque no Brasil o futebol é a paixão nacional. Isso não é

pouca coisa. Todos nós, brasileiros, gostamos que o Brasil seja sede da Copa, porque é, sem dúvida nenhuma, o esporte preferido do povo brasileiro. Mas porque a Copa do Mundo traz divisas, porque a Copa do Mundo coloca o Brasil em um outro patamar do ponto de vista econômico e do ponto de vista do turismo internacional.

A Copa do Mundo propicia e permite acelerarmos inclusive a infraestrutura, principalmente de portos e aeroportos e também das arenas ligadas à questão do futebol e de espetáculos.

A Copa do Mundo permite ao Brasil potencializar a segurança na Copa do Mundo - dos jogadores, da equipe técnica, dos turistas, dos Chefes de Estado que vêm para cá -; depois, fica um legado no Brasil, como *expertise* do ponto de vista da logística.

Então, votar essa legislação, aceitar e cumprir esse compromisso que o Governo brasileiro fez é uma obrigação do Parlamento. Imaginem se a Copa do Mundo deixar de ser sediada pelo Brasil porque a Câmara dos Deputados não votou esse tratado, esse compromisso!

O que está acontecendo hoje neste plenário é inadmissível, porque o tema principal que se discute aqui não é a Copa do Mundo, não é o compromisso que o Governo brasileiro assumiu com a FIFA; na verdade, estão querendo usar esse instrumento para forçar a votação do Código Florestal.

Nós do PT não nos recusamos a discutir o Código Florestal. Fizemos o debate aqui quando foi votado em primeira discussão, depois foi para o Senado.

Nós nos recusamos a votar o conteúdo do Código Florestal, porque nós do PT o que foi acordado no Senado vamos honrar, mesmo não concordando com o texto acordado no Senado.

Nós vamos cumprir o acordo feito no Senado em relação ao Código Florestal, que não contenta os ambientalistas nem os ruralistas, é uma mediação, o razoável, o possível.

Portanto, não vamos nos recusar a discutir o conteúdo do Código Florestal neste plenário, mas na hora certa, no momento certo.

O que os ruralistas estão querendo, o que a Oposição está querendo, na verdade, é atrapalhar o cronograma da Copa do Mundo. É disso que se trata. O debate em relação à venda de bebida alcoólica é falso.

Aqui, eu quero dialogar com os setores que defendem a saúde pública, com os evangélicos e católicos, com os médicos e aqueles militantes relacionados à questão da violência no trânsito.

Nós também defendemos, em relação à questão do álcool, uma legislação bastante dura. Aqueles que dirigem, se bebem, não podem dirigir depois que bebem.

Queremos, em relação à saúde pública, fazer um debate muito tranquilo e muito transparente. A verdade é que há uma legislação no Brasil, principalmente a partir dos Estados, em que se adverte que o uso da bebida alcoólica faz mal à saúde.

Não queremos escamotear a discussão, mas o que está em discussão aqui não é essa questão, o que está em discussão é se o Brasil vai assumir o acordo com a FIFA, até porque o que está sendo votado - e nós da bancada do PT vamos fazer um destaque em plenário, em relação à questão da bebida alcoólica - não vai entrar nessa legislação.

A excepcionalidade relacionada ao acordo com a FIFA...

Nós, no plenário, não vamos colocar a bebida alcoólica. Por isso, vamos fazer um destaque em relação ao texto do Relator, com muita tranquilidade, combinado inclusive com o Relator Vicente Candido, da minha bancada, a bancada do PT.

Sras. e Srs. Deputados evangélicos, senhoras e senhores que tratam da questão

da violência no trânsito, católicos, não vamos entrar nesse engodo, nessa chantagem que às vezes os predadores da agricultura tentam impor ao Governo. Querem derrotar o Governo, na verdade, não é querendo discutir uma legislação ambiental adequada, um Código Florestal adequado para o Brasil, à altura do que o Brasil é.

O SR. RONALDO CAIADO - A chantagem é do Governo!

O SR. JILMAR TATTO - Os predadores...

O SR. RONALDO CAIADO - A chantagem é do Governo!

O SR. JILMAR TATTO - V.Exa. seja educado e fale na sua vez. Eu sei que V.Exa. tem dificuldade em tratar dessa questão.

Os predadores ambientais... Aqui o que se trata não é a defesa, não é ser contra o produtor rural, porque nós defendemos o produtor rural, tanto é que estamos discutindo a questão da anistia. Nós defendemos o pequeno produtor rural, o médio produtor rural e - por que não? - o grande produtor rural?

Quem trabalhou na roça, quem é rural sabe que precisa preservar os mananciais, precisa preservar o leito dos rios, porque, se não preservar o leito dos rios, a produção sai prejudicada.

Se existe área degradada, principalmente no leito do rio, é preciso preservá-la, porque a agricultura necessita da água, a agricultura necessita de terreno fértil, a agricultura necessita de um ambiente saudável.

Os predadores, que aqui nesta Casa têm seus representantes, não são os representantes do setor rural, não são os representantes do pequeno e médio agricultor, não são aqueles que defendem o Brasil da agricultura. O Brasil da agricultura quer preservar a água, quer preservar o meio ambiente, quer preservar os rios, quer fazer a preservação para produzir mais.

O Brasil se encontrou com ele mesmo. Nós queremos o crescimento econômico sustentável. Nós queremos um crescimento em que o produtor rural possa produzir e, ao mesmo tempo, o povo possa melhorar a sua qualidade de vida. É disso que se trata.

Votar hoje a Lei Geral da Copa é, na verdade, darmos um passo a mais para o Brasil ter um ambiente saudável e mostrar ao mundo que nós cumprimos acordo. Todos aqui sabem que o meu partido tinha dificuldade em cumprir acordo com o FMI - fomos criticados em relação a isso -, mas, assumindo os acordos internacionais, cumprimos os acordos com o FMI, cumprimos os contratos.

O Brasil não pode, em 2012, sinalizar para o mundo que não cumpre contrato. O Brasil não pode dizer ao mundo que tem dificuldade jurídica para aprovar um acordo como esse com a FIFA.

Por isso, peço a todos os Deputados, principalmente da base aliada... Chamo à responsabilidade não só o meu partido, mas principalmente os partidos da base aliada, aqueles que acreditam que nós estamos executando um projeto que está mudando o Brasil, que está promovendo crescimento econômico e distribuição de renda, que está valorizando o salário mínimo.

Chamo à responsabilidade todos os partidos da base aliada. Não vamos cair no engodo da Oposição, não vamos cair no engodo dos predadores da agricultura, dos predadores do meio ambiente. *(Manifestação do Plenário.)*

Vamos votar pelo Brasil, pela Copa de 2014, para cumprir acordo contra os predadores da agricultura e do meio ambiente, pela votação hoje do estatuto, para que o Brasil cumpra com a FIFA esse compromisso.

Sumário

Obstrução do PDT à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT quer votar a Lei Geral da Copa. Temos plena consciência de que não precisamos evidentemente "linkar" um assunto ao outro, mas é público e notório, infelizmente, como disse aqui recentemente, a falta de tato do Governo em lidar principalmente com os pequenos produtores do nosso País, em pautar o Código Florestal. Então, o PDT, respeitando o posicionamento de vários membros da nossa bancada, mas, ao mesmo tempo, apelando para V.Exa., que, sabemos, tem sido um incansável em tentar pautar esse tema importante que é o Código Florestal, e nós, querendo votar, com o Governo, a Lei Geral da Copa, neste momento, entramos em obstrução. *(Manifestação no plenário.)*

Documento 274/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7819	JOVAIR ARANTES-PTB -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Desligamento do PTB do Bloco Parlamentar PSB/PTB/PCdoB. Obstrução do Partido à votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Defesa da priorização da votação do Projeto de Lei relativo ao novo Código Florestal Brasileiro.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, quero neste momento comunicar a este Plenário e a V.Exa que está sendo feito através de ofício, também a V.Exa, o desligamento do PTB do Bloco com o PCdoB e com o PSB, absolutamente longe de qualquer problema que pudéssemos ter tido com tais partidos. Aliás, quero ressaltar a atitude das Lideranças dos dois partidos, que foram muito corretas durante todo esse período em que estivemos fazendo parte do bloco. Mas, pela proximidade, pela discussão e pelo encaminhamento que temos tido sempre com o PSC, decidimos fazer um bloco parlamentar, evidentemente informal. A partir desta data, solicitamos que coloquem o nosso nome separado no painel e estaremos junto ao PSC, fazendo todos os encaminhamentos e votações. E comunicamos que, a partir de hoje, também entramos em obstrução para que possamos votar o Código Florestal, um desejo de todo o País. *(Palmas.)* E é necessário dizer mais: o PTB entende que a Copa do Mundo é um evento disputado por todos os países do mundo e que é muito importante para o Brasil, mas, mais importante do que uma atividade de 1 mês no Brasil será a atividade perene da agricultura e do meio ambiente.

Por essa razão, o PTB estará em obstrução, e nós solicitamos o mesmo ao Líder do Pcdob, do bloco de que fazemos parte até este momento.

Por isso, peço destaque do nome do PTB no painel, para que fiquemos em obstrução. O PTB está em obstrução até que possamos votar o Código Florestal. Era isso que nós queríamos comunicar.

A nossa relação com o Governo, com o PTB, continua a mesma. Queremos e fazemos parte da base da Presidente Dilma; estaremos votando como sempre votamos. Aliás, o PTB é um dos partidos que proporcionalmente mais respeita e tem mais dado voto ao Governo neste plenário. E continuaremos fazendo da mesma forma. Mas, com relação a esta matéria, neste momento, essa é a nossa posição. Sr. Presidente.

Documento 275/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7819

BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Realização de acordo entre o Governo brasileiro e a Federação Internacional de Futebol - FIFA em relação à venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que fica esclarecida de uma vez por todas a farsa sobre o acordo do Governo brasileiro com a FIFA em relação às bebidas.

Acabamos de receber do Ministério Público, do Promotor Antônio Baeta, de Minas Gerais, todo o histórico.

O Diretor de Segurança da FIFA esteve em Minas Gerais logo após a fixação do Brasil como país sede, e dizia que naquele momento um dos elementos que fortalecia a posição de Minas Gerais era o fato de aquele Estado não ter e não permitir a utilização de bebidas nos estádios. Mais ainda não sei se algum dos nossos 512 Deputados se deram ao trabalho de ler o protocolo entre o Governo brasileiro e a FIFA: abre aspas "afirmamos e garantimos também à FIFA e asseguramos que não existe e não existirão restrições legais ou proibições sobre a venda, publicidade e distribuição de produtos afiliados comerciais, inclusive alimentos e bebidas nos estádios".

Ora, não há restrição a bebidas alcoólicas ou a efetiva expressão "bebidas alcoólicas" porque, naquele instante, o regulamento geral de segurança da FIFA, vigente até o dia 1º de janeiro de 2010, no seu art. 19, dizia que para todos os seus jogos no planeta estão proibidas a venda e a distribuição de bebidas alcoólicas durante a partida em todas as imediações do estádio", fecha aspas.

Senhores, em 2010 a FIFA muda o seu regulamento mundial e passa a permitir a venda a bebidas. Ora, no nosso protocolo de 2007; o que a FIFA fez - como muitas vezes nós sabemos que se dá no futebol - foi mudar a regra no meio do jogo; a regra no meio do campeonato. E mais ainda: no ano de 2006, a CBF procura o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, presidido pelo Procurador-Geral da República, formado por todos os Procuradores-Gerais dos Estados, e firma o compromisso que se torna lei em praticamente todos os

Estados da Federação, proibindo a bebida, pela experiência do Estado de Minas, que reduziu, após a retirada da bebida alcoólica, mais de 78% da violência nos estádios. Mais ainda: o Comando da Polícia Militar teve que aumentar o efetivo feminino nos estádios porque as famílias retornaram aos estádios de futebol.

Portanto, está claro que nessa discussão o que o Governo brasileiro fez quando atendeu e firmou esse entendimento de não fazer restrições a alimentos e bebidas, sem referência à bebida alcoólica, e sobre o regulamento imperado na época em que a FIFA proibia nos seus eventos a possibilidade de consumo de bebidas alcoólicas; ou a FIFA mudou deliberadamente as regras depois dos tratados assinados ou o próprio Governo brasileiro se fez de rogado.

Agora, dá para entender o vai e vem do Governo, dá para entender o porquê de o PT dizer que não fazia restrições à bebida, e depois passou a fazer restrições à bebida, e depois voltou a dizer que tem restrições e que não tem, ninguém sabe o que o Partido dos Trabalhadores quer em relação a essa matéria!

O fato é que - prestem atenção ao que o Ministério Público está dizendo - se nós, como quer o Governo, suspendermos o Estatuto do Torcedor, a bebida vai ficar aberta *ad eternum*, vai-se mudar a cultura que levou alguns anos para se estabelecer. Nos últimos 4 a 6 anos se aplica no Brasil inclusive uma nova geração que começou a chegar aos estádios aos 12 anos de idade - e que hoje está na maioria - e não sabe o que é o consumo de bebida alcoólica misturada à emoção do futebol.

Por isso, nós queremos, Sr. Presidente, que este assunto não seja de Governo ou de Oposição, mas um assunto da família brasileira, dos jovens nos estádios, da mulher nos estádios, da família nos estádios.

Que nós possamos ter uma posição clara, absolutamente clara, por parte do Governo sobre o que ele quer, e não jogar responsabilidade nos Governadores - Governadores da base aliada ou não Governadores da base aliada -, porque esse não é o tema. O tema é não ter a coragem de decidir.

E mais ainda: que este Congresso Nacional, esta Câmara dos Deputados, tenham a coragem de reconhecer que, quando assinamos o protocolo de intenções, porque todos os senhores sabem que é este Congresso que confirma, ratifica, retifica ou nega os acordos assinados pelo Executivo, o que se deu naquele momento foi com a expressa decisão do art. 19, da FIFA, que proibia nos seus campeonatos a ingestão de bebida alcoólica. Portanto, Sr. Presidente, esperamos que, no momento em que esta matéria for apreciada, haja altivez de não nos separarmos entre Governo e Oposição, mas de nos juntarmos em defesa de algo muito caro, que é proteger a segurança da família e dos brasileiros nos estádios, que são o tempo da nossa cultura, do nosso esporte e da grande tradição esportiva do País.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 276/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7820		CARMEN ZANOTTO-PPS -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Obstrução do PPS à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil -

Lei Geral da Copa).

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Bloco PV/PPS está liberado, mas o PPS está em obstrução. O PPS tem muito clara sua posição com relação à nossa Lei Geral da Copa. Muito se discutiu, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante as reuniões da Comissão, e uma lei não pode ser rasgada. O Estatuto do Torcedor, no seu art. 13-A, é muito claro quando fala em portar objetos ou bebidas que possam gerar violência. Senhoras e senhores, não tenho a menor dúvida de que a bebida a que se refere o artigo trata de bebida que contém álcool. Portanto, Sr. Presidente, concordamos com a posição do Conselho Nacional dos Membros do Ministério Público; concordamos com uma resolução da Confederação Brasileira de Futebol, CBF, que fala na sua resolução em proibir a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios que sediarem partidas de futebol. É exatamente desse assunto que estamos falando. A violência está associada ao consumo de bebidas alcoólicas. Portanto, Sr. Presidente, a Bancada do PPS está em obstrução e o PV está liberado. Muito obrigada.

Documento 277/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7821		RATINHO JUNIOR-PSC -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Obstrução do PSC à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. RATINHO JUNIOR (PSC-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente eu gostaria de referendar o que o Líder Jovair disse há pouco sobre a formação do Bloco PSC/PTB, que considero uma formação importante, reafirmando o compromisso dos dois partidos com o Parlamento brasileiro e, claro, visando o fortalecimento dessas duas legendas. Fechamos nesse posicionamento porque sabemos da importância da Lei Geral da Copa; sabemos que o legado que a Copa irá deixar para o Brasil é extremamente importante; e, na visão do PSC e do PTB, também sabemos que a Lei Geral da Copa - ou a Copa propriamente dita - não é mais importante do que o Código Florestal, que é um posicionamento de Nação, é um posicionamento geopolítico para o mundo. Então, o PSC entra em obstrução porque entende que é necessário o Parlamento colocar em votação o Código Florestal. Muito obrigado.

Documento 278/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7821	JHONATAN DE JESUS-PRB -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PRB ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB acompanhou atento as palavras do Líder do Governo, o Líder do PT, mas não estamos querendo fazer nenhuma troca. Não se trata de trocar a Lei Geral da Copa pelo Código Florestal, mas eu sei, e todos nós sabemos, da importância de ser votado o Código Florestal nesta Casa. Como o Deputado Oziel é um grande empresário, um grande agricultor, nós queremos o fortalecimento da agricultura neste País. Mesmo assim, o PRB se mantém firme e acompanha a base do Governo. Foi o partido mais fiel ao Governo no ano passado, vai se manter fiel ao Governo e vai acompanhar o Governo. Portanto, o PRB vota "não", Sr. Presidente.

Documento 279/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7821	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento contrário do PSOL ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como dizem no mundo rural, que tantos aqui proclamam defender, a situação está de vaca a desconhecer bezerro. Em primeiro lugar, o requerimento de retirada de pauta é para colocar na pauta o outro projeto. A base do Governo, parte dela, chega aqui e diz que o Líder Tatto não teve tato. Para nós ele disse com clareza que não podemos permitir a decepção das regras ambientais do Brasil. Há muito predador ambiental no Brasil às vezes disfarçado de produtor rural. Nós entendemos também que a Lei Geral da Copa, em relação a qual temos forte visão crítica, para a qual temos 12 emendas, é Lei da Copa, mas parece que aqui é a Lei do Copo. Só se discute a questão, a qual nos opomos também,

da liberação de bebida nos jogos da Copa do Mundo.

Há muitos outros pontos referentes à Lei Penal, Código de Patente, direito de ir e vir nas cidades que esse projeto de Lei Geral da Copa contempla. Portanto, o PSOL quer debater essa lei, fazer a sua argumentação, trazer o principal, que é o gasto absurdo com construção de estádios. Temos estudos sobre isso, com base na CGU e no TCU, que mostram aditamentos criminosos em relação aos recursos públicos.

Por fim, nessa confusão geral, vale comunicar aos colegas do PTB que, segundo o art. 12, § 8º, do Regimento Interno, o partido que se desvincula de um Bloco Parlamentar não pode integrar outro na mesma sessão legislativa.

Ou seja, a confusão está ampla, geral e irrestrita. Não há hegemonia no Parlamento.

O PSOL vota "não".

Documento 280/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7821		JAQUELINE RORIZ-PMN -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Obstrução do PMN à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

A SRA. JAQUELINE RORIZ (PMN-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, os dois assuntos são de extrema relevância para o País. Porém, como disse o Deputado Jovair Arantes, Código Florestal é perene, a Copa do Mundo daqui a 5 anos já acabou. Portanto, o PMN entra em obstrução também. *(Palmas.)*

Documento 281/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7821		RUBENS BUENO-PPS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PPS contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou aqui acompanhando a discussão da Lei Geral da Copa. E

quando se trata da questão autorização, enfim, legalizar a venda da bebida alcóolica nos estádios, cuja venda o Estatuto do Torcedor já proíbe desde 2010, é apenas para rememorar - especialmente para rememorar - o Governo.

Em 2008 o Presidente Lula encaminhou uma mensagem à Câmara, ao Congresso Nacional propondo alteração da Lei de 1996. Para essa alteração, o Presidente Lula encaminhou uma exposição de motivos, assinada pelo Ministro da Saúde, pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro da Educação, além do Gabinete Institucional.

Nesse documento do Presidente Lula diminui-se, nessa lei, de 13 para 0,5 o teor de álcool na bebida para considerá-la não bebida alcóolica. Esse documento trata, e a proposta fala claramente: *"Consideram-se bebidas alcóolicas, para todos efeitos legais, as bebidas potáveis que contenham álcool em sua composição, com grau de concentração de meio grau Gay-Lussac ou mais."*

Essa proposta do Presidente Lula é embasada na exposição de motivos quando fala, no mesmo documento assinado pelo Presidente - dentre tantos -, que *"Outros estudos nacionais e internacionais têm demonstrado a ocorrência significativa de mortes e doenças associadas ao uso indevido de álcool, relatos de violência doméstica, lesões corporais, tentativas de homicídios consumados, assim como outras situações de conflitos interpessoais, cada vez mais evidentes em contextos nos quais o álcool se faz presente"*. São palavras do Presidente da República mandando alterar a lei existente de então.

Ora, Sr. Presidente, se esse documento é enviado pelo Governo, assinado pelo Presidente, com exposição de motivos do Ministro da Educação, do Ministro da Justiça e do Ministro da Saúde, não há nenhuma razão de estarmos aqui agora votando uma proposta como essa que está sendo imposta pela FIFA ao nosso País.

Por isso, a nossa bancada, a primeira a apresentar proposta na Comissão Especial proibindo a venda de bebida alcóolica na Copa, quer reafirmar esse compromisso pioneiro da bancada do PPS contra a votação de qualquer proposta que venha restabelecer a venda de bebida alcóolica nos estádios brasileiros.

Documento 282/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7822		NILSON LEITÃO-PSDB -MT
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Obstrução da Minoria Parlamentar à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós já temos votos "sim", "não", "obstrução" e alguns liberaram, mas eu quero encaminhar a Minoria também pela "obstrução" e lembrar que o Líder do PT não pode querer colocar esta Casa como contra a Lei Geral da Copa e nem os outros como predadores.

Ao contrário, o Código Florestal é sim uma segurança nacional, uma questão de cidadania para o pequeno, para o médio, para o assentado, para o grande. A Lei Geral da Copa também é necessária.

Queremos que esta Casa vote os dois. Dê segurança para quem mora no Brasil, se alimenta no Brasil, enriquece no Brasil e trabalha pelo Brasil.

Documento 283/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7822	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Liberação da base governista para votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro nós entendemos o fato de vários partidos da base optarem por fazer obstrução. Vários deles consultaram a Liderança do Governo e explicitaram os motivos.

Primeiro, que toda a base quer e, com a Oposição também, nós vamos votar a Lei Geral da Copa. Aqui, como ficou expresso por várias intervenções, a questão é o Código Florestal.

Repito em plenário o que disse ontem no Colégio de Líderes: o Governo quer votar; o Governo está buscando, através da Liderança, as aproximações possíveis no Código Florestal. Não estamos dando garantias de que isso vá ocorrer. A única coisa que podemos oferecer é boa vontade e trabalho.

Nesse sentido, em respeito a toda a base, em que pese a minha opinião pessoal, é...

(O microfone é desligado.)

... E, portanto, eu preferiria dizer "não", mas, neste momento, é meu dever, e respeito a base, liberar a base nesta votação.

Documento 284/472

050.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2012-16:14
Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7824	ANTONIO CARLOS MENDES THAME-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Correlação entre a ingestão de bebidas alcoólicas e a violência. Implantação de políticas educativas contra o uso de álcool entre crianças e jovens e de políticas coibitivas da venda de bebidas alcoólicas ao longo de rodovias e em locais de grandes eventos. Queda dos

índices de violência em estádios brasileiros após a implantação da Lei Seca. Posicionamento do orador contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos conhecimento de inúmeras, inúmeras pesquisas científicas que mostram uma correlação entre a ingestão de bebida alcoólica e a violência. E mais ainda, essas pesquisas científicas mostram que a pessoa que bebe, depois de um certo ponto, perde capacidade cognitiva. O que é capacidade cognitiva?

O cérebro fica mais lento; o raciocínio não é tão rápido; há perigo de acidentes quando a pessoa que ingere bebida alcóolica está dirigindo; a pessoa não tem muita percepção do ambiente em que está; a pessoa fica mais violenta, mais valente, mais corajosa, em suma, a bebida altera completamente o comportamento de inúmeras pessoas, inúmeras pessoas.

Por outro lado, existem pesquisas que mostram que há dois conjuntos de políticas públicas: umas voltadas para o indivíduo, aquela política da educação nas escolas, em que se tenta conscientizar as crianças e os jovens para os malefícios da ingestão de bebida alcóolica. Essa é uma política voltada para o indivíduo.

As outras políticas são aquelas voltadas para o ambiente. São as políticas que indicam que nós devemos proibir a bebida em beira de estrada, em locais de grandes eventos, em grandes concentrações. Essas políticas não colocam à disposição das pessoas, nos momentos mais perigosos, a bebida alcoólica.

As pesquisas mostram que as políticas voltadas para o ambiente são muito mais eficientes. E agora nós temos comprovações disso.

Pesquisas realizadas no Estado de Pernambuco mostram que, a partir do momento em que foi instituída a Lei Seca nos estágios de futebol em Pernambuco, a violência caiu 78%. É um dado incontestável. Não há mais o que discutir.

Temos também os dados de Minas Gerais, onde foram feitas as mesmas restrições. E, no momento em que se aboliu a bebida, o número de ocorrências em jogos, até em jogos de clássicos, chegou a quase zero. Há registro de um clássico entre o Atlético e o Cruzeiro em que o ambulatório médico ficou praticamente vazio, nenhuma ocorrência, num jogo com mais de 60 mil pessoas. E o nosso Líder do PSDB, Deputado Bruno Araújo, acabou de citar o caso de que lá em Minas as crianças e as mulheres estão voltando aos estádios, porque diminuiu a violência. É a família voltando a assistir aos jogos.

Pois bem. Isso não é novo. Esse detalhe de que a violência estava afastando as pessoas dos campos de futebol já tinha sido detectado pela Confederação Brasileira de Futebol, que até pediu ajuda ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais para conseguir a proibição da venda de bebida.

Inúmeros Estados já proibiram a venda de bebida. É assim no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, em São Paulo. No Estado de São Paulo, inclusive, não é só nos estádios, a proibição se estende a uma área de 200 metros ao longo dos estádios. Não há o caso de uma pessoa se embriagar em um boteco antes de entrar no estádio. Com isso, a violência diminuiu muito nos estádios.

Portanto, hoje, colocar aqui em votação a possibilidade de retirar do estatuto do frequentador de estádios de futebol o dispositivo que proíbe a ingestão de bebida alcóolica é algo gravíssimo, porque, quando eu o retiro, não o estou retirando só para a Copa - esse é o ponto básico -, estou retirando para sempre, para sempre, para todos os jogos. Acabou, é uma liberação geral.

Por outro lado, como também já foi dito pelo Líder Bruno Araújo, passar essa

decisão para os 12 Governadores dos Estados que vão sediar jogos da Copa é um ato de covardia, é uma omissão que não se pode admitir aqui nesta Casa. Esta Câmara tem que tomar medidas. Decidir dessa forma é um brutal retrocesso.

Por isso tudo é que nós - observando este painel, constatamos obstrução em praticamente todos os partidos, até o Governo está liberando a votação - fazemos a seguinte observação: na realidade, os Deputados estão querendo um tempo para o Governo chegar a um acordo e não estragar para sempre a nossa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Conclua, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Vou concluir, Sr. Presidente.

Esta Copa não pode deixar uma herança maldita, que é a liberação da bebida alcoólica nos estádios. Não é possível que esta última versão aqui traga esse malefício para o nosso arcabouço jurídico, para sempre. Esse é o detalhe gravíssimo desta decisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 285/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7825

LINCOLN PORTELA-PR -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios.
Apelo à Presidência de encerramento da sessão.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero deixar clara a posição do Partido da República para com a liberação de bebidas alcoólicas nos estádios. Quanto a essa questão, nós vamos liberar a bancada.

Eu, particularmente, Deputado que sou, por uma questão de mérito, não propriamente pela questão da bebida alcoólica, acho que álcool não combina com prática esportiva.

Já fui Secretário Municipal de Esportes de Belo Horizonte; joguei futebol no Cruzeiro Esporte Clube até os 17 anos; fui tetracampeão infantil de futsal pelo Cruzeiro, em Belo Horizonte; fui treinador de futebol de salão; fui técnico de futsal do Colégio Batista Mineiro. Então, conheço um pouco da área.

Ora, Sr. Presidente, não dá para combinar bebida alcoólica com esporte. Nesse sentido, o partido está liberado, como eu já disse, mas não nessa votação. Nesta votação estamos em obstrução. Estamos falando da questão da bebida - Não é para mudar, Presidente -, seguindo a linha de raciocínio do Líder do Governo, na questão de mérito.

Sr. Presidente, vou participar de uma manifestação agora no Salão Verde.

Já fomos colônia de Portugal. Fomos colonizados pelos portugueses. Mas é preciso tirar esse sentimento de colônia do Brasil. O Brasil ainda tem sentimento de colônia. Não somos colônia da FIFA! Não somos colônia da FIFA! Não somos! (*Palmas.*) O Brasil é livre e é soberano, Sr. Presidente. Uma organização internacional não pode vir aqui e por 30 dias mudar as leis do nosso País. Um

mínimo de brasilidade nós devemos ter, um mínimo de respeito com a nossa própria Pátria e com as leis que votamos aqui. Nós votamos essa lei aqui e vamos permitir que um organismo ou uma entidade internacional venha aqui desfazer o que fizemos com muito trabalho? Essa é a minha avaliação.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixo aqui o meu posicionamento, a minha indignação a essa proposta. Por certo daremos prosseguimento à discussão do problema da bebida alcoólica.

Agora, eu quero dar uma sugestão. O *quorum* está muito difícil de andar, Sr. Presidente. São 153 Deputados até agora, já temos 30 minutos. Está bem claro, Sr. Presidente, que não alcançaremos *quorum*. Então, peço a V.Exa. que, por favor, encerre a sessão.

Documento 286/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: - 22/03/2012 - 7843

GORETE PEREIRA-PR -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Congratulações à Associação Caatinga pela indicação do tatu-bola como mascote da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. GORETE PEREIRA (Bloco/PR-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a organização não governamental cearense Associação Caatinga pela brilhante ideia de lançar o tatu-bola como mascote da Copa do Mundo do Brasil.

No início de fevereiro, a campanha *Tatu-bola mascote da Copa 2014* foi apresentada nas redes sociais e pela Internet, pelo Secretário-Executivo da Associação, Rodrigo Castro, que uniu a preocupação e o compromisso ambiental ao maior evento esportivo do planeta.

A Associação Caatinga, além da excepcional iniciativa, também desenvolve um trabalho exemplar de proteção ambiental. Atualmente, a organização mantém a Reserva Natural Serra das Almas, localizada no Sertão dos Inhamuns, no Município de Crateús, numa área de 6.146 hectares, classificada pelo Ministério do Meio Ambiente como de alta importância para a conservação, tendo em vista que abriga uma amostra significativa da flora e fauna da Caatinga.

Sr. Presidente, para alegria maior, de acordo com os meios de comunicação nacionais e internacionais dos últimos dias, o tatu-bola venceu a difícil disputa em que concorria a arara, o Saci-Pererê e a onça pintada. A FIFA deverá anunciar o resultado oficial em outubro de 2012.

A escolha do tatu-bola é bastante oportuna. A espécie é genuinamente brasileira e ameaçada de extinção. O animal é encontrado apenas no norte de Minas Gerais, nos Estados do Nordeste e em algumas regiões do Centro-Oeste. Estudos revelam sua eliminação em no máximo 10 anos. Dessa forma, o momento é propício para salvá-lo da extinção.

Para o Município de Crateús, os efeitos da divulgação do mascote cearense já estão impulsionando o ecoturismo na região. Visitas da imprensa, de estudantes,

empresários gestores e autoridades municipais são recorrentes na Reserva Nacional Serra das Almas.

Como parceira do Prefeito Carlos Felipe e do Secretário de Governo Elder Leitão, recebo essa notícia com felicidade, tendo em vista a importância do turismo para a região, principalmente na geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável e melhoria na qualidade de vida da população.

Assim, manifesto minha satisfação e alegria em saber que foi uma entidade cearense, preocupada com a questão ambiental, a responsável pela ideia do mascote da Copa. Parabéns Associação Caatinga! Parabéns Crateús!

Muito obrigada.

Documento 287/472

050.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

21/03/2012-16:14

Publ.: DCD - 22/03/2012 - 7843

IRACEMA PORTELLA-PP -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Sucesso do Programa Bolsa-Atleta. Importância da prática desportiva para a manutenção da qualidade de vida.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. IRACEMA PORTELLA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna a importância de programas sociais como o Bolsa-Atleta, do Governo Federal.

Na semana passada, o Governo divulgou dados sobre essa ação e tivemos uma boa notícia.

O total de 4.243 esportistas a serem beneficiados em 2012 significa um aumento de mais de 30% em relação a 2011, como destacou a Presidente Dilma Rousseff, nesta segunda-feira, dia 19 de março.

"É um estímulo ao desenvolvimento do esporte brasileiro, um investimento no Brasil, no time do Brasil", avaliou Dilma, no programa semanal *Café com a Presidenta*. Ao todo, atletas de 53 modalidades olímpicas e paraolímpicas vão receber o auxílio.

De acordo com a Presidente, a partir deste ano, o Bolsa-Atleta apoiará também esportistas brasileiros que já contam com algum tipo de patrocínio. Até 2011, quem tinha patrocínio individual não preenchia os requisitos para ser beneficiado pelo programa.

"Vimos que era preciso mudar a lei para ampliar esse apoio. Porque o patrocínio que eles têm, muitas vezes, é temporário, voltado só para um campeonato ou por um período curto de tempo. Isso gera insegurança para o atleta poder planejar o seu treinamento, sua participação em competições e se dedicar integralmente ao esporte", disse a Presidente.

O valor mensal do benefício pode variar de R\$ 370,00 - no caso de atletas das categorias de base ou estudantil - a R\$ 3.100,00, quantia paga a esportistas olímpicos e paraolímpicos. De acordo com o Governo, devem ser aplicados, este

ano, no programa, cerca de 60 milhões de reais.

Dilma explicou que a seleção depende exclusivamente do mérito do atleta. São escolhidos os três primeiros colocados nas competições oficiais do ano anterior e os esportistas que participaram dos últimos Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos. O atleta recebe o dinheiro na própria conta, sem intermediários.

Até o momento, das 161 vagas brasileiras garantidas para os Jogos Olímpicos de Londres, 30 vagas são de bolsistas.

"Os investimentos que estamos fazendo no Bolsa-Atleta, na popularização do esporte e na construção de uma estrutura de qualidade para receber a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 são passos importantes para transformar o Brasil em uma potência também no esporte", afirmou Dilma.

Valorizar o esporte é fundamental. Não apenas porque é importante formar bons atletas, capazes de brilhar nas competições internacionais, trazendo prestígio para o Brasil também nessa área.

Na verdade, investir no esporte deve ser uma política pública ampla para beneficiar toda a população, sobretudo as crianças e os adolescentes.

O esporte deve ser encarado como um direito de todos e, dessa forma, são necessárias medidas e programas que estimulem a prática esportiva nas escolas e nas comunidades.

Praticar esportes é importante para que as pessoas tenham uma vida mais saudável e fiquem longe de doenças como obesidade, hipertensão, diabetes e até a dependência química, um problema grave de saúde pública.

A prática de esportes traz muito mais do que os benefícios físicos. Ajuda a fortalecer a autoestima, a disciplina, a convivência social, ensina a importância de ganhar e perder, atuar na coletividade, dividir responsabilidades, estabelecer metas e projetos.

Por isso, precisamos de políticas públicas de grande escala nessa área. Nesse sentido, é fundamental que programas como o Segundo Tempo, que foi alvo de sérias denúncias recentemente, sejam reestruturados para que possam beneficiar milhões de crianças, adolescentes e jovens em todo o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Documento 288/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-18:46
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7530	IRACEMA PORTELLA-PP -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Defesa da prioridade na Casa à tramitação do Projeto de Lei nº 1.435, de 2011, sobre os fundamentos e a política do agroturismo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

A SRA. IRACEMA PORTELLA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei, no ano passado, um projeto de

lei que julgo ser de grande importância para o desenvolvimento do nosso País. Trata-se do PL 1.435, de 2011, que dispõe sobre os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural e dá outras providências.

Essa proposição encontra-se atualmente na Comissão de Turismo e Desporto (CTD). É uma matéria de interesse nacional e que fará a diferença no trato das questões que envolvem o turismo rural no Brasil.

Faço um apelo, portanto, a esta Casa para que priorize a tramitação do referido projeto de lei.

O turismo é um setor com imensa capacidade de gerar emprego e renda. E o Brasil precisa, cada vez mais, criar mecanismos capazes de estimular essa atividade, em todas as suas vertentes, entre elas o agroturismo.

Com a perspectiva dos megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, é fundamental ampliar os investimentos na área do turismo e melhorar a infraestrutura de toda a rede turística, desde os grandes empreendimentos até os menores.

E, num País como o nosso, com tamanha diversidade cultural e artística e com tantas riquezas naturais, é imperioso adotar políticas públicas que desenvolvam ainda mais o setor.

Não há dúvidas de que o agroturismo é uma das faces mais inovadoras do turismo. Em vários países do mundo, essa atividade é amplamente incentivada pelo poder público justamente pelo seu alto poder de gerar emprego e renda, sobretudo para os pequenos empreendedores.

Temos que caminhar nessa mesma direção, colocando em prática políticas públicas e leis capazes de incrementar o agroturismo em todos os recantos deste imenso e maravilhoso País.

O turismo rural valoriza as atividades agropecuárias e o patrimônio cultural e natural do campo, com reflexos positivos para o produtor rural, para a comunidade, para os habitantes das cidades e para a natureza.

O agroturismo ou turismo rural, quando devidamente planejado e orientado, permite a diversificação da renda, a geração de empregos, a preservação do patrimônio cultural e natural, o desenvolvimento do espírito de parcerias, a melhoria da formação educacional do homem do campo e a melhoria da qualidade de vida local.

Em todo o País, os empreendimentos de agroturismo têm experimentado significativa expansão e criado alternativas para o aproveitamento econômico da propriedade, ao mesmo tempo em que proporcionam uma nova modalidade de lazer, bastante saudável, à população dos centros urbanos.

O ecoturismo é um dos segmentos mais fortes da indústria turística atual. Sua expansão reflete a valorização do conceito de desenvolvimento sustentável, que preconiza o crescimento econômico sem a destruição do patrimônio natural cultural e étnico.

Por isso, consideramos oportuno e conveniente o incentivo ao agroturismo ou turismo rural no Brasil.

Nossa proposta assegura às empresas que investirem nessa área o mesmo regime tributário, trabalhista e previdenciário que se aplica às empresas agropecuárias tradicionais, resguardando-lhes o direito de opção, quando possível, pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o SIMPLES Nacional.

Esta é mais uma forma de incentivar os empreendimentos nesse setor.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Documento 289/472

048.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

20/03/2012-18:36

Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7523

CARMEN ZANOTTO-PPS -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora contrário à liberação de venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros durante os jogos da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Protesto contra interferências externas na legislação brasileira. Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada à investigação de denúncias de violência contra a mulher.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero pedir que seja dado como lido e divulgado nos veículos de comunicação da Casa pronunciamento em que manifesto a nossa posição acerca da venda de bebidas alcoólicas durante os jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.

Tivemos hoje reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra a mulher. E mais uma vez reafirmo, Sras. e Srs. Deputados: tudo indica, todos os estudos nos mostram que abrir essa exceção para a venda de bebidas alcoólicas durante os jogos da Copa será um grande equívoco desta Casa.

Acredito que vamos conseguir manter a proibição do comércio de bebidas alcoólicas, como está previsto no Estatuto do Torcedor, durante os jogos da Copa do Mundo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Líderes presentes na Casa, venho novamente a esta tribuna para tratar de um tema da mais elevada importância, que é a questão da liberação da venda e do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Trata-se de um ataque frontal à nossa legislação, uma afronta aos trabalhos dedicados ao tema e aos estudos aprofundados que culminaram na criação do Estatuto do Torcedor, lei que representou um grande avanço e que foi diretamente responsável pela redução da violência em nossos estádios.

De acordo com o Ministério Público, desde o início da vigência do Estatuto, houve diminuição significativa de ocorrências policiais relacionadas a incidentes violentos nos estádios. Quero repetir aqui as palavras do Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas - ABED sobre a possível liberação das bebidas durante a Copa: *"Não se trata apenas de submissão, mas também de uma séria ameaça à saúde pública"*.

E por que isso, Sr. Presidente? Porque, após a entrada em vigência do Estatuto do Torcedor, a média anual de ocorrências policiais nos estádios caiu de 500 para menos de 100. Só em São Paulo, a redução foi de mais de 60%, de acordo com dados publicados pela ABED. São números que representam uma grande

conquista para o País. Mas o que acontece hoje é que tais conquistas da sociedade brasileira estão em risco, por causa de interesses comerciais particulares.

Apelo para os colegas desta Casa no sentido de que façamos uma profunda reflexão, representantes do povo que somos. Não podemos submeter nossa legislação e nossa soberania aos interesses da entidade organizadora da Copa do Mundo. Vejam que não estamos falando em proibir a publicidade dos patrocinadores do evento, que continuarão estampando suas marcas nos estádios. Estamos falando da suspensão de uma lei de fundamental importância e que contém também um simbolismo muito forte para a formação de nossas crianças e jovens. Esporte é sinônimo de saúde, de qualidade de vida. Bebidas alcoólicas não o são.

Segundo o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o Brasil precisa resistir ao pedido de exceção relacionado à venda de bebidas durante a competição. O Ministro também já apresentou dados que apontam o crescimento do consumo excessivo de bebidas alcoólicas entre os jovens e as mulheres. Ele declarou que o uso abusivo de álcool é o grande vilão da saúde brasileira.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero novamente fazer um apelo a todos os colegas, seja do Governo, seja da Oposição. A liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa será um precedente perigoso. Não apenas por representar a submissão do Estado brasileiro aos interesses comerciais da FIFA, mas principalmente porque, se aprovada, fará com que o Brasil retroceda anos nos avanços conseguidos na prevenção e conscientização sobre os males causados pelo álcool.

Os interesses da FIFA não podem sobrepujar os da sociedade brasileira. E o nosso trabalho, nesta Casa, como Deputados Federais, é justamente este: legislar e trabalhar pelo bem-estar da nossa população. Incondicionalmente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Documento 290/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-18:20
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7519	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Conclusão do relatório da Comissão Especial destinada ao estudo das causas e consequências do consumo abusivo de álcool entre os cidadãos brasileiros. Contrariedade à liberação da venda e consumo de bebidas alcólicas em estádios durante jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entregamos às 14h30min o relatório final da Comissão Especial estudou as causas e consequências do consumo abusivo de álcool entre os cidadãos brasileiros.

Na condição de Relator da Comissão, Sr. Presidente, entreguei hoje uma compilação de informações - que estão inseridas nas 365 páginas do relatório -,

que se consubstancia num verdadeiro banco de dados, o mais interessante, importante e completo do País, sobre as causas e consequências do excesso do uso de álcool no Brasil.

São alarmantes os dados, Sr. Presidente, as informações que nós recebemos ao longo desses 8 meses de trabalho. Fizemos mais de 30 audiências públicas com médicos, especialistas, universidades, ONGs, governos, em todas as esferas. Fizemos audiências públicas nos Estados do Mato Grosso do Sul e Ceará. Fizemos um trabalho em São Paulo, ouvindo especialistas em todas essas áreas. Aqui no Congresso Nacional, quantas audiências públicas, quantos dados, estatísticas, informações... Todos esses dados estão compilados na proposta final que apresentei como Relator da Comissão Especial.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que aqui temos um grupo de propostas - que será votado na próxima terça-feira - de legislação, de sugestões para entes federados, para o Governo Federal, para o Ministério da Saúde, para o Ministério das Cidades, para o Ministério dos Transportes, mostrando a necessidade de implementação de algumas ações, para minimizarmos o problema do alcoolismo no nosso País.

O excesso do uso de álcool é uma das maiores e mais problemáticas causas de desastres e mortes no trânsito. O excesso de álcool é um dos problemas mais sérios dentro de casa, dentro do lar; gera violência contra idosos, contra crianças, contra adolescentes. Precisamos começar a tomar consciência disso. Tal qual o tabaco, o fumo, temos que discutir detalhadamente esse problema e as consequências do excesso do uso de álcool.

Essa Comissão Especial, meu caro Presidente, foi muito importante. Apesar de não ter tido nenhuma visibilidade, fizemos um trabalho sério. Levantamos dados, informações, e hoje está aqui uma importante proposta para o nosso País, uma contribuição para que esse debate possa manter-se de forma permanente. Nós tivemos um avanço extraordinário quando tomamos consciência dos malefícios do tabaco, do fumo, do cigarro. Agora chegou a hora da bebida alcóolica. Este Parlamento não pode deixar de debruçar-se sobre os detalhes dessa questão, a fim de que os Governos possam começar a tomar consciência dos malefícios do excesso do uso de álcool.

Nós precisamos, Sr. Presidente, que este Parlamento continue contribuindo com esse debate. É um debate que agora permeia a Copa do Mundo, porque temos posição contrária à venda de bebida alcóolica nos estádios. Esse será um péssimo exemplo que o País dará, será um retrocesso nesse debate que começamos a partir de agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Documento 291/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-17:32
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7511		ZEZÉU RIBEIRO-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Implantação do Plano de Desenvolvimento Aeroportuário do Estado da Bahia.

O SR. ZEZÉU RIBEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Valdenor, da bancada da Bahia, está sendo hoje discutido em Salvador o Plano Aeroviário do Estado da Bahia. A Bahia dispõe de 79 aeródromos ou aeroportos, e nós estamos qualificando 34 desses aeroportos ou aeródromos numa rede que terá inclusive sistema de visão noturna, e atenderá a todo território baiano, num raio de até 120 quilômetros. Então, em distâncias de até 120 quilômetros teremos campos de pouso sinalizados, com iluminação e capacidade de transporte de pessoas, particularmente em situações de emergência, o que vai contribuir para o desenvolvimento do próprio Estado.

Hoje, com o avanço da medicina e da educação, é preciso haver atendimento técnico célere. Por outro lado, o crescimento do País exige a presença de empreendedores em rincões de difícil acesso. Nesses casos, tem-se de pagar um avião para fazer esses transportes específicos em Estados grandes como o nosso, Sr. Presidente. V.Exa., que é do Pará, sabe das dificuldades em situações como essas. E para fazer essa transformação contamos hoje com a presença, nesse debate, do Diretor da Infraestrutura da ANAC, Rubens Vieira, que é natural do Município de Condeúba, Bahia.

Desses 79 aeródromos estaduais, nós vamos equipar 34. Temos mais um aeródromo, cujo reequipamento é responsabilidade das Forças Armadas de Canavieiras, e três aeroportos da esfera federal, o de Salvador, o de Paulo Afonso e o de Ilhéus. Os de Salvador e de Paulo Afonso estão em pleno funcionamento; o de Salvador sofrerá melhoramentos agora para a Copa, e o de Paulo Afonso já está com uma linha funcionando regularmente, mas queremos ampliá-lo, porque atende a uma grande região, não só Bahia mas também Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Quando Secretário de Planejamento trabalhei na elaboração desse plano, e vê-lo agora materializado é uma honra para mim.

Era o registro que tinha a fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho) - Muito bem, Deputado Zezéu. V.Exa., que esteve quase 13 meses no Executivo, volta à Casa agora com as forças renovadas.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante todo o dia de hoje está sendo apresentado no auditório da Secretaria Estadual da Agricultura, em Salvador, o Plano de Desenvolvimento Aeroportuário da Bahia. A atividade é promovida pela Secretaria Estadual de Infraestrutura, e é considerada pela Agência Nacional de Ação Civil - ANAC um marco nacional, por buscar dotar a Bahia de uma rede de aeroportos e aeródromos em melhor condição, considerando que, dos 79 aeródromos ali existentes, 34 deles serão iluminados, para dar condições de visibilidade para voos noturnos, em um raio de 120 quilômetros. E, além desses, nossa rede aeroportuária compreende ainda três aeroportos federais, os de Salvador, Ilhéus e Paulo Afonso, e um das Forças Armadas.

O Governo do Estado informou que pretende investir, por meio de parcerias público-privadas, cerca de R\$ 150 milhões para tirar esse plano do papel, sendo de 60% a participação do Estado, cabendo os demais 40% à iniciativa privada. O investimento é necessário para dotar a economia baiana da competitividade e da agilidade que seu crescimento já vem demandando há alguns anos.

O primeiro passo desse plano será a divulgação, dentro de 60 dias, da licitação do novo aeroporto de Vitória da Conquista, um dos Municípios mais dinâmicos do Brasil, governado pelo Partido dos Trabalhadores há 15 anos. Com o novo equipamento, que deve começar a operar dentro de 3 anos, Conquista poderá receber aeronaves do tipo 737 e Airbus 320.

Também estão previstas ainda neste semestre as licitações para a construção dos aeroportos de Feira de Santana e Senhor do Bonfim e a ampliação das pistas dos aeroportos de Barreiras e Teixeira de Freitas.

Aqui, é mister destacar a importância que terá o novo aeroporto de Feira de Santana, localizado estrategicamente numa região com cerca de 1 milhão de habitantes e uma base econômica diversificada. O aeroporto, que leva o nome do Senador João Durval, será o Viracopos da Bahia, o coração da rede aeroportuária do nosso Estado, distribuindo passageiros, cargas e serviços para todas as regiões. E Feira tem ainda o privilégio de estar a 80 quilômetros do Porto de Aratu e a 108 quilômetros da Capital, Salvador.

Outra boa notícia, Sr. Presidente, é a de que parte dos recursos do fundo estratégico da aviação civil, cerca de R\$ 24,5 bilhões, oriundos da concessão dos aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília, serão destinados ao financiamento de redes aeroportuárias regionais como a que a Bahia começa a estruturar.

Por último, quero destacar a presença do Diretor de Infraestrutura da ANAC, Rubens Vieira, à atividade realizada hoje em Salvador. É uma honra para a Bahia ver esse seu filho de Condeúba desempenhando uma tarefa tão importante para a aviação civil do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 292/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-17:08
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7507	ARNALDO JORDY-PPS -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Votação pela Casa da proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro. Expectativa de votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Defesa de proibição do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante o evento. Repúdio a interferências externas na legislação brasileira.

O SR. ARNALDO JORDY (Bloco/PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Muito obrigado, Deputado Zequinha.

Como disse o Deputado Lira Maia, estamos com este imbróglio do Código Florestal, porque, parece-me, a Presidenta Dilma não abre mão de conduzir o processo, ou não gostaria que fosse alterado o texto do Senado, que eu acho que tem problemas. Enfim, é um debate que está Casa vai ter que enfrentar. Não sei se hoje, mas nós vamos ter que enfrentar.

A outra questão que está sendo objeto de discussão no Colégio de Líderes, anunciada pelo Presidente Marco Maia, é a votação da Lei Geral da Copa. A opinião pública em geral, Deputado Zequinha Marinho, está atônita, e nós mesmos, Deputados, com a perplexidade na posição do Governo. Uma hora é o Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia, militante da área da saúde, que é autor de projetos que propõem a proibição do consumo de bebidas alcólicas nos estádios. Aliás, essa foi uma luta de 25 anos da sociedade brasileira. O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID tem

dados revelando que tanto as lesões corporais graves como os homicídios são potencializados pelo consumo de álcool. As agressões nos estádios, mesmo sem o consumo de bebida alcóolica, já são trágicas. As cenas estão registradas na memória de todo brasileiro. Nos estádios, muitas vezes, as agressões entre torcidas organizadas são injustificadas.

Fiquei satisfeito, e acho que muita gente também, com o anúncio do Governo, na semana passada, de que iria recuar nessa posição, de que não iria insistir na quebra de soberania, no retrocesso do nosso ordenamento jurídico. Conquistamos, repito, a duras penas, a proibição do consumo de álcool nos estádios.

E não fica bem, quer do ponto de vista dos indicadores de saúde pública, quer sob a ótica da soberania e das conquistas civilizatórias que a sociedade brasileira teve, principalmente no combate e no enfrentamento da violência, o nosso País se curvar diante da imposição de uma multinacional, que vem aqui explorar o futebol brasileiro nesse grande evento, que é a Copa do Mundo. Não se pode subverter o ordenamento jurídico da Nação com uma imposição dessas. Eu espero que nós possamos continuar a merecer essa reflexão, que tem sido feita na base do Governo. O Brasil não pode se curvar a essa exigência, o que vai trazer prejuízos, inevitavelmente, à sociedade, à saúde pública, aumentando os indicadores de violência. Este é o apelo que nós fazemos.

Esperamos votar hoje a Lei Geral da Copa, evidentemente, sem que tenhamos de sucumbir a essa exigência imprópria da FIFA, ou seja, a venda de bebidas alcoólicas nos estádios onde serão realizados jogos da Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho) - Muito bem, Deputado Arnaldo Jordy.

Documento 293/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-16:42
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7502		ANDRÉ MOURA-PSC -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Desligamento do Sr. Ricardo Teixeira do Comitê-Executivo da Federação Internacional de Futebol - FIFA e da Presidência do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014. Visita do Deputado Estadual João Daniel, de Sergipe, à Casa.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro com alegria e satisfação, como membro da Comissão da Lei Geral da Copa do Mundo, a saída do Sr. Ricardo Teixeira, que ocupava vaga no Comitê Executivo da FIFA e a Presidência do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014.

Nós todos, que fazemos parte da Comissão, sentimo-nos muito felizes e livres desse mal que tomava conta da CBF há muitos anos, inclusive contando com o apoio de alguns dos Presidentes de Federações de Futebol do País.

Consigno também a presença do meu querido amigo, Deputado Estadual João Daniel, do PT de Sergipe, líder do Movimento dos Sem Terra do nosso Estado, que nos dá a honra da sua visita no Plenário desta Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os que estão acessando a Internet e redes sociais, além daqueles que sintonizam a *Rádio* e a *TV Câmara* em todo Brasil, em especial a população do Estado de Sergipe, a quem me orgulho de aqui representar, ocupo neste instante a tribuna desta Casa para falar da saída do Sr. Ricardo Teixeira da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, após 23 anos de poder. Foi uma verdadeira ditadura, onde os Presidentes das Federações nos Estados também perpetuaram seus mandatos.

E, como boas notícias trazem frutos bons, nesta segunda-feira, 19, a imprensa nacional também anunciou a renúncia deste cidadão, que em nada contribuiu para o engrandecimento do esporte no Brasil, do Comitê Executivo da FIFA à Presidência do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014 (COL). Hoje ele não possui nenhum cargo no futebol.

Esse cidadão criou um verdadeiro império, mansões, contratos obscuros, entre outras coisas, há muito noticiados pela imprensa brasileira e internacional. A saída de Ricardo Teixeira deixa para o sucessor, que é da mesma linhagem, inúmeros problemas a serem resolvidos, como a organização das Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de 2014, a busca de uma identidade para a Seleção Brasileira, restabelecer uma boa comunicação com o Governo Federal, principalmente com a Presidenta Dilma Rousseff, conseguir o apoio das Federações, tirar herdeiros de Ricardo da CBF e a obrigação de resolver a forma como o dinheiro dos patrocínios dos atuais campeonatos será distribuído à CBF e aos clubes.

Ao longo de duas décadas à frente da Confederação, Teixeira coleciona desastros e escândalos. Na lista de seus problemas, temos o voo da muamba de 1994 e o contrato milionário de 1996, no valor de 160 milhões de dólares, que a CBF assinou com a empresa de material esportivo Nike - mesmo assim a entidade CBF passou a ter prejuízo -, além das vendas de ingresso para a Copa de 2006 e o amistoso Brasil *versus* Portugal, com os superfaturamentos dos gastos dessa partida, entre outros.

Desta forma, Ricardo Teixeira foi alvo de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), a chamada CPI da Nike, que ocorreu na Câmara dos Deputados, e a CPI do Futebol, realizada no Senado. Ambas tiveram o auge entre 2000 e 2001, e a segunda gerou relatório com acusações de crimes cometidos pelo dirigente; porém, não foi punido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembro ainda que o hoje Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, comandou a CPI na Câmara e escreveu o livro *CBF-Nike* com Sílvio Torres, relatando as investigações sobre os negócios de Teixeira. Entretanto, em janeiro de 2002, o Presidente da CBF obteve liminar na Justiça proibindo a venda do livro.

Caros Parlamentares, são tantas irregularidades que o currículo de Ricardo Teixeira engloba ainda apropriação indébita (teria pago a advogados particulares com recursos da CBF), sonegação de impostos, evasão de divisas (teria forjado a compra de uma casa em Búzios, no Rio, para justificar envio ilegal de US\$ 500 mil a um paraíso fiscal) e desvio de recursos.

Essas denúncias estão à beira de um evento que leva e eleva o nome do nosso País no cenário mundial. Não podemos, portanto, deixar que fatos como estes sejam apagados ou levados para debaixo do tapete, como se nada tivesse ocorrido. A Câmara dos Deputados não pode passar incólume a toda essa bandalheira.

Independente da pessoa Ricardo Teixeira, temos que abrir essa caixa de pandora e investigar, levando os culpados, se existirem, a pagar pelos atos que

cometeram.

Peço que meu discurso seja amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação deste Parlamento.

Era o que tinha a dizer.

Documento 294/472

048.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

20/03/2012-16:28

Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7497

SEVERINO NINHO-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Aplausos à Presidenta Dilma Rousseff pelo posicionamento adotado em prol da moralidade pública. União do Parlamento em torno da aprovação do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e do novo Código Florestal brasileiro. Apoio do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à nomeação dos novos Líderes do Governo nas duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. SEVERINO NINHO (Bloco/PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, ocupo a tribuna nesta tarde para manifestar o nosso apoio à Presidenta Dilma Rousseff por sua firme posição de enfrentar certas práticas que não são aceitáveis em uma República. O País acostumou-se com certos modos que não condizem com a legalidade e a moralidade pública.

Quando a Presidenta Dilma Rousseff assume, com firmeza, a condução de atitudes moralizadoras, S.Exa. nada faz além de cumprir a Constituição, que estabelece, no art. 37, que os princípios norteadores da administração pública são a moralidade, a impessoalidade e a legalidade. Então, nós Parlamentares temos por obrigação - já que representamos o povo e temos também o dever de cumprir a Constituição, porque assim juramos no ato da posse - apoiar a Presidenta Dilma Rousseff. Não podemos permitir que S.Exa. se torne refém de caprichos pessoais ou de interesse de grupos. Temos que nos unir em torno da Lei Geral da Copa e do Código Florestal, votando o que é melhor para o País. Não estamos aqui para votar o que é melhor para grupos econômicos ou grupos financeiros, e, sim, o que é melhor para o País. Essa é a nossa obrigação, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E vejo com satisfação o apoio dado à Presidenta Dilma pelo ex-Presidente Lula, que vê a mudança dos Líderes do Governo no Congresso como uma atitude normal e que não deve trazer sequelas. Pelo que sei, no País, cargo vitalício só no Poder Judiciário. Não é possível que a Presidenta da República, quando entender necessário ao bom andamento das coisas do Governo e da República, não possa substituir um Líder do Governo no Senado.

Assim, Sras. e Srs. Deputados, a nossa presença aqui é para dizer que precisamos nos unir, que precisamos fortalecer a nossa jovem democracia, respeitar cada vez mais as leis e não permitir que aconteça no País o que vimos anteontem no *Fantástico*: quadrilhas tomando conta da administração pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 295/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-16:26
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7497		JOSÉ ROCHA-PR -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação de membros da Comissão de Turismo e Desporto no Fórum promovido pelos Estados não sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, realizado em Goiânia, Estado de Goiás.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro que a Comissão de Turismo e Desporto desta Casa foi convidada a participar do Fórum dos Estados não Sedes da Copa do Mundo, que está sendo realizado em Goiânia.

Nós estivemos presentes, hoje, na abertura do Fórum, representando a Comissão de Turismo e Desporto aqui da Casa. O Fórum foi aberto pelo Governador Marconi Perillo e contou com a presença do Vice-Governador; do Presidente da Federação Goiana de Futebol, André Pitta; dos representantes do Comitê Organizador Local - COL, Ronaldo, o Fenômeno, e Ricardo Trade, Diretor-Executivo de Operações; do Vice-Presidente da CBF, Weber Magalhães; dos representantes dos Ministérios do Turismo e do Esporte; dos Deputados de Goiás que participam da Comissão, Deputada Magda Mofatto e Deputado Valdivino; além do Secretário Vilmar Rocha, colega Deputado, e de Alexandre Baldi, Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Estado de Goiás.

Esse Fórum é de grande importância para que todos os Estados que não são sedes também possam compartilhar da Copa do Mundo, tendo em vista que, em 2014, a Copa do Mundo é do Brasil. Portanto, deverá ter a participação de todos os Estados da Federação.

Sr. Presidente, era esse o registro que queria fazer na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho) - Muito bem, Deputado José Rocha!

Documento 296/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-16:24
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7497		ANTONIO BULHÕES-PRB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de proibição do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção para a responsabilidade a nós atribuída neste momento em que discutimos a Lei Geral da Copa. Há muito temos alertado para o risco de realizarmos um dos maiores eventos do mundo atendendo aos interesses de grupos e de pessoas. O PRB tem-se esforçado para que a Copa do Mundo de Futebol no Brasil seja a Copa do Mundo do Brasil e não a de determinadas empresas e de determinados indivíduos.

Mudar uma lei aprovada pelo Congresso soberano, ainda que por curto intervalo de tempo, pode e deve ser visto como um perigoso precedente na história do nosso Legislativo.

A proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, prevista no Estatuto do Torcedor, trouxe benefícios inquestionáveis para a sociedade, contribuindo para diminuir a violência nos campos de futebol. Segundo cálculos do Ministério Público, a média anual de ocorrências policiais nos estádios caiu de 500 para menos de 100. Só em São Paulo, meu Estado, a redução foi de mais de 60%.

No País, onde 90% das internações em hospitais psiquiátricos, por dependência de drogas, acontecem devido ao álcool e onde motoristas alcoolizados são responsáveis por 65% dos acidentes fatais, o consumo de bebidas alcoólicas tem, gradativamente, sido visto como uma questão de saúde pública. Afinal, o alcoolismo é a terceira doença que mais mata no mundo. Além disso, causa 350 doenças, físicas e psiquiátricas, e torna dependente da droga um de cada dez usuários.

Eu concluo, Sr. Presidente, com um questionamento: manteremos a proibição do consumo de álcool em nossos estádios, de forma a não atender à FIFA mas respeitando o povo que nos elegeu, ou cederemos e deixaremos como legado da Copa, em vez da demonstração da capacidade de realização do povo brasileiro, uma desagradável sensação de ressaca moral?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 297/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-16:00
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7492	BENEDITA DA SILVA-PT-RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, outro tema que entendo como relevante que esta Casa precisa votar é a Lei Geral da Copa.

A Copa veio para o Brasil por conta de um ciclo de crescimento de importância da imagem do País e do investimento em grandes eventos esportivos, como os jogos pan-americanos.

O esporte alcança a dimensão lúdica do torcedor, da alegria e da competição saudável, e promove a amizade entre os povos. Além disso, é também um motor

da economia, cria empregos, gera impostos, estimula a hotelaria, os serviços, o comércio e promove a estrutura turística.

A Copa pode não ser a solução de soluções para os desafios brasileiros, mas é um bom ponto de partida para melhorar a nossa infraestrutura, avançar na profissionalização e na qualificação de nossos trabalhadores, acelerar nosso crescimento e criar no exterior uma imagem positiva do País, que decerto vai atrair novos investimentos.

A Lei Geral da Copa é instrumento que estabelece regras para a realização da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações, em 2013, no País. É fundamental para o País avançar e cumprir os compromissos. Não é tarefa de governo apenas, mas uma responsabilidade de toda a sociedade, empresários e atletas. Precisamos sair dessa Copa tratando o esporte como deve ser tratado, como fonte de economia, investimento e oportunidade.

Em 2011, cerca de 200 estudantes de 11 Estados se reuniram no Encontro de Adolescentes pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo, promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. Em seu manifesto à época, dizia que esse legado iria *"garantir o direito à prática esportiva para todas as crianças, adolescentes e jovens"*. Esse é um importante exemplo de que a sociedade já está se mobilizando para garantir um legado social para esse importante evento. Precisamos aproveitar o clima gerado pela realização dos eventos mundiais para que possibilitem a participação e a inclusão social, considerando as diversidades étnicas e culturais e a garantia de continuidade das ações implementadas em função dos megaeventos, e que toda a nossa população receba esse legado como um presente para futuras gerações.

Por isso, aprovar a Lei da Copa é dar um importante passo na construção desse legado social e econômico. É o Brasil cumprindo seus compromissos e ganhando cada vez mais o respeito da comunidade internacional.

O meu Estado do Rio de Janeiro, que estará sediando vários eventos, já está se preparando. Esse é o grande momento de não apenas fazermos inclusões na área social ou darmos oportunidade de emprego, mas de colocarmos os nossos talentos em investimentos que nós tivemos durante todo esse tempo nas nossas comunidades, preparando as nossas meninas, os nossos meninos. Quando o futebol feminino está em baixa, nós precisamos cada vez mais nos importarmos com essa situação e darmos condições para que esses eventos tragam, sim, benefícios para a nossa comunidade.

Recentemente, conversando com o Ministro do Esporte, eu pude ver que ele tem essa vontade e esse desejo de que essa Lei seja votada e que nós possamos alavancar, cada vez mais, essas ações que ora estamos fazendo em nossa comunidade.

Vamos olhar o lado bom da Lei Geral da Copa!

Muito obrigada.

Documento 298/472

048.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	20/03/2012-16:00
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7491	LINCOLN PORTELA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Temas incluídos na pauta de reunião do PR.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Benedita, sempre gentil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, surgiu uma notícia hoje. Alguns veículos de imprensa começaram a falar que nós não teríamos, no Partido da República, a reunião das 18h. Teremos, sim. A Bancada dos Deputados Federais do Partido da República se reunirá hoje, às 18h, para tratarmos de assuntos pertinentes a votações nesta Casa, como a Lei Geral da Copa, o Código Florestal e a renegociação das dívidas dos Estados. Só no meu Estado, são 60 bilhões de reais com juros de 7%. Essa dívida é impagável.

E também conversaremos sobre nosso posicionamento em relação ao Governo Federal.

Então, está mantida nossa reunião às 18h.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Deputada Benedita da Silva. Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 299/472

049.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	20/03/2012-18:48
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7556		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PSOL ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei 5.279 de 2009 (Estabelece normas para as eleições, em 3 de outubro de 2010, de Parlamentares do MERCOSUL).

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL entende que regras para as eleições do MERCOSUL são importantes. O MERCOSUL, que tem que ser um órgão não apenas econômico, mas também político e cultural - sobretudo neste mundo em que blocos regionais vão se afirmando, mundo que tenta não ser mais hegemônico por um modelo, já que não é mais bipolar -, tem sua importância e seu relevo.

Portanto, entendemos que, para a Câmara dos Deputados, votar essa matéria é importante. Todas as outras discussões - a Lei Geral da Copa, que julgamos desnecessária, inclusive, e a polêmica do Código Florestal - não têm urgência. Esta matéria é tranquila, é simples. Creio que deve e merece ser votada por este plenário.

O voto do PSOL, portanto, é "não" ao requerimento de retirada de pauta, pela afirmação de um MERCOSUL que contemple... *(O microfone é desligado.)*

Documento 300/472

049.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	20/03/2012-18:48
Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7560		BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE

Sumário

Criação de CPI destinada à investigação de fraudes em licitações públicas. Apreciação pela Casa das propostas referentes à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e à reformulação do Código Florestal brasileiro.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo o Brasil assistiu à matéria exibida pelo programa *Fantástico* no último domingo e aqui ouvimos o Deputado Chico Alencar. Assistimos à matéria e vimos algo que todos compreendem como endêmico, crônico, um absoluto processo de perdas e desvios de recursos públicos que ainda é mais grave do que em qualquer área, porque atinge diretamente a saúde e a vida dos brasileiros.

Acho que, antes de qualquer coisa, cabe este registro, sobretudo em nome do PSDB.

Queremos cumprimentar o Diretor daquela unidade hospitalar pela coragem de permitir, no uso de suas atribuições, que fosse feita reportagem com aquela configuração, para mostrar ao Brasil e a todos o que de fato impera de forma crônica e endêmica neste País.

Por isso essa CPI é hoje proposta, com fato determinado e específico de investigar os processos de licitação nos órgãos de saúde de empresas privadas que aliciam e têm a anuência de agentes públicos, tirando recursos que cuidam da saúde e da vida dos brasileiros.

Estamos encaminhando a criação da CPI não como uma proposta de partido, não como uma proposta com viés político. Aquela matéria a que assistimos não fazia enfrentamento ao Governo, apenas mostrava ao País a indignação em relação ao que assistimos.

Estamos fazendo um chamamento público a todos os partidos para que, de forma responsável, possamos identificar, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quais são os objetivos, quais são as saídas para, num processo de licitação, fecharmos as portas para o que vimos naquele domingo.

Nós assistimos ao relato criminoso de como se lesa o patrimônio público.

Nós assistimos ao relato criminoso de como se combina e se faz com que editais sejam retirados em repartições públicas.

Para que retirar editais em repartições públicas se se pode baixar na Internet - todo e qualquer brasileiro habilitado - e, sem o conhecimento do gestor, saber quais são as empresas que vão participar, para que não haja esse nível de combinação?

Nós estamos fazendo um chamamento ao Brasil, para que possamos investigar a fundo. Polícia Federal e Ministério Público podem, sim, cumprir o seu papel. Cumpriram no dia seguinte. Mas não queremos a investigação pontual. Queremos uma radiografia clara de quanto o Brasil perde com esse tamanho de irregularidades e quais são os caminhos que a CPI pode apontar para mudanças expressivas e objetivas que o Congresso Nacional pode promover na legislação. Queremos apoiar o Presidente Marco Maia, que sinalizou que quer pautar projetos que avancem no sentido também de penalizar ainda mais os corruptores. Queremos apoiar todas as medidas que se façam necessárias para ajudar a construir um novo modelo, onde o sistema de fiscalização ainda seja mais eficiente.

É inimaginável que o Congresso Nacional, ouvindo, assistindo e tendo materiais produzidos como naquela matéria, fique sentado, assistindo e dizendo que os

órgãos de fiscalização vão cumprir seu papel. Como, se a própria CGU identifica milhares de procedimentos que não se concluem? Portanto, é fundamental que nós tratemos, que avancemos na processo de instalação dessa CPI com uma posição conjunta e suprapartidária que atenda aos interesses do povo brasileiro.

O segundo assunto, Sras e Srs. Deputados, é que hoje, depois da nossa reunião de Líderes, vimos que não votaremos a Lei Geral da Copa. Dissemos com clareza que o PSDB vê a importância da Lei Geral da Copa, separada e destacada a nossa não concordância com essa situação absurda de cair perante a FIFA e permitir a venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Queremos, sim, na confiança de que o Presidente Marco Maia irá assumir, sob o seu aval, no exercício com o próprio Governo, a apresentação de uma data, entregar ao País um novo Código Florestal. E temos a certeza de que vamos dar, em pé de igualdade, a mesma importância ao entregar uma sinalização, um protocolo de compromisso internacional para uma Copa que vai acontecer daqui a 2 anos.

Sr. Presidente, para concluir digo que espero que possamos, sob a Presidência desta Casa, tirar uma posição uniforme. É importante a Lei Geral da Copa apresentar ao mundo os compromissos assumidos para daqui a 2 anos e meio. Espero também que esse evento tenha a mesma importância dos compromissos assumidos com todo o Congresso Nacional, com o povo brasileiro, com o produtor que gera divisas e com as preocupações que temos com o meio ambiente. Política não se faz não decidindo, política não se faz colocando para baixo do tapete as mudanças na legislação que são importantes.

Por isso esperamos que amanhã, sob a Presidência do Deputado Marco Maia, possamos ter uma data para votação do Código Florestal e avançar nas demais matérias relevantes para o País.

E vamos à CPI, à CPI responsável pelo bem do Brasil.

Documento 301/472

049.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

20/03/2012-18:48

Publ.: DCD - 21/03/2012 - 7595

OSMAR TERRA-PMDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento de membros do PMDB, favorável à aprovação do projeto de lei sobre a criação do novo Código Florestal brasileiro.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu queria comunicar que nós nos reunimos, o grupo da Corrente Afirmção Democrática do PMDB e o grupo dos Deputados novos, e entendemos que é crucial para nós a votação do Código Florestal, não separar a votação do Código Florestal da Lei Geral da Copa. Enquanto não ficar claramente definido isso, nós vamos trabalhar dentro do PMDB para ficarmos em

obstrução até que seja garantido prioridade para o Código Florestal. Depois discutiremos a Lei Geral da Copa.

Então, estamos trabalhando junto aos companheiros do PMDB para garantir prioridade para a votação do Código Florestal, principalmente da Emenda 164 ou do conteúdo igual ao da Emenda 164, que garante as áreas aos nossos agricultores que hoje vivem delas.

Documento 302/472

046.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

19/03/2012-15:24

Publ.: DCD - 20/03/2012 - 7329

AFONSO HAMM-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Celebração de contrato entre a construtora civil Andrade Gutierrez e o Sport Club Internacional, de Porto Alegre, para a realização das obras do Estádio Beira-Rio com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar meu discurso como lido e pedir a V.Exa. que autorize sua divulgação nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, é oficial: ocorreu hoje a assinatura do contrato de parceria entre a Andrade Gutierrez e o Internacional. A viabilização dessa obra tão importante consolida para Porto Alegre a garantia de que será cidade-sede da Copa do Mundo - e sei que o Deputado Bohn Gass, meu colega do Rio Grande do Sul, também abordará esse tema -, encerrando uma fase de angústias e preocupações do povo gaúcho.

Como ainda não tínhamos a assinatura desse contrato, houve a interrupção das obras e, mais do que isso, perdemos a oportunidade de sediar jogos da Copa das Confederações, em 2013. Agora, temos garantia em relação ao Mundial.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que os meios de comunicação dessem ciência deste pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna relatar que nesta segunda-feira, dia 19, foi concretizada a tão aguardada assinatura do contrato de parceria entre a construtora Andrade Gutierrez e o Sport Club Internacional, de Porto Alegre. As obras do Estádio Beira-Rio, que será palco da Copa do Mundo de 2014, terão início na próxima quarta-feira, dia 21 de março. Nesse dia, quando as máquinas começarem a trabalhar no estádio, um novo caminho começará a ser trilhado e construído na vida dos colorados e de todos os que estão na expectativa de prestigiar o evento.

Portanto, a assinatura se traduz em importante notícia para reafirmar que Porto Alegre, a Capital gaúcha que, em 2012, festeja 240 anos, será palco das competições do Mundial de Futebol.

O documento, que possui validade de 20 anos, prevê a remodelação das instalações do estádio mediante o direito de exploração de áreas específicas por

parte da empreiteira.

E as obras, que estavam paradas há 269, dias deverão ser concluídas até o final de 2013. No primeiro momento, elas envolverão mais de 300 operários, mas, na reta final, chegará a 1.600 o número de trabalhadores que vão completar todo o trabalho de remodelação.

Tenho certeza de que será um estádio moderno e empolgante, um símbolo para todos os colorados e gaúchos.

A assinatura do contrato foi efetivada por intermédio do Presidente do clube, Giovanni Luigi; do Presidente da Andrade Gutierrez, Otávio de Azevedo, e do Diretor Comercial da empresa, Ari Santos. A solenidade ocorreu no Salão Nobre do Conselho Deliberativo do clube. Também participaram do evento o Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati; o Governador do Estado, Tarso Genro; o Vice-Governador Beto Grill; o Presidente da Assembleia Legislativa, Alexandre Postal; o Secretário do Comitê Organizador Local da Copa, João Bosco Vaz, além de dirigentes, conselheiros e torcedores do clube e autoridades federais, estaduais e municipais.

Trata-se de momento histórico para o Sul do País. Após 64 anos, o Internacional será mais uma vez sede do maior evento do futebol mundial. O Sport Club Internacional será o único clube a sediar duas Copas do Mundo em um estádio particular.

O clube, que tem quase 103 anos de tradição, é coroado de grandes glórias e vitórias - campeonatos estaduais, campeonatos brasileiros, Copa do Brasil, Libertadores, Copa Sul-Americana e Recopa.

Foram muitas as vitórias em partidas de futebol, com gols marcados por ilustres craques que passaram pelo time. E sua torcida é sempre lembrada pela devoção incondicional ao vermelho e branco.

Além das melhorias e da remodelação do estádio, a realização da Copa do Mundo de Futebol no Rio Grande do Sul deixará grande legado à Capital e às rotas turísticas, do Estado que também serão muito visitadas. As obras de infraestrutura urbana, saneamento, melhorias no transporte e todos os preparativos que estão sendo efetivados para receber as seleções dos jogadores e os turistas resultarão na modernização das cidades gaúchas.

É com todas essas glórias que quero deixar registrado nos Anais desta Casa legislativa tão importante data para o futebol gaúcho.

Era o que tinha a manifestar, Sr. Presidente, pedindo mais uma vez a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 303/472

046.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	19/03/2012-17:51
Publ.: DCD - 20/03/2012 - 7356		ZEZÉU RIBEIRO-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Balanço da atuação do orador à frente da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia.

O SR. ZEZÉU RIBEIRO (PT/BA.) - Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, meu companheiro Pedro Ferreira, advogado das boas causas da Bahia, após 13 meses ausente desta Casa, período em que exerci o cargo de Secretário de Planejamento do Governo do Estado da Bahia, venho prestar contas dos trabalhos lá desenvolvidos.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de assumir cargo executivo após 18 anos de lides parlamentares. Desenvolvi atividades parlamentares sendo Governo e sendo Oposição, mas sempre construindo um projeto para o Brasil. Hoje mudo de trincheira, mas não de lado. Continuarei a luta com os mesmos objetivos de construção de uma sociedade justa, igualitária, de um projeto de Brasil soberano, que seja incluído na sua política.

Começamos a fazer isso a partir das Prefeituras, dos Governos Municipais, e de alguns Governos Estaduais, e depois com o companheiro Lula na Presidência. Estamos dando prosseguimento a esse trabalho com a companheira Dilma Rousseff. No segundo mandato do Governador Jaques Wagner, tive a oportunidade de exercer um cargo Executivo. Entendo sempre que é necessário termos instrumentos efetivos de superação do projeto neoliberal que ainda persiste na imagem, no subconsciente e na ação de muitos neste País.

O Brasil viveu um período de privatização, de destruição do Estado e de concentração de riquezas, onde se afirmava a máxima, no plano territorial, dos eixos de desenvolvimento, que eram necessariamente os corredores de exportação.

E eu dizia, à época, enquanto Vereador de Salvador, que os eixos de desenvolvimento eram três. Um deles, o Paraná-Tietê. Porque os recursos iam, indubitavelmente, todos, ou a grande maioria, para o Estado de São Paulo. O resto era abandonado.

Era o Brasil de costa para o Brasil, como bem cantou Milton Nascimento e Fernando Brant, em *Notícias do Brasil*, quando eles dizem que "*ficar de frente para o mar, de costas para o Brasil, não vai fazer desse lugar um bom país*".

E era sempre a concentração de renda, a concentração econômica, a concentração territorial, a concentração social.

Nós entendemos que era possível fazer diferente. Era possível pegarmos o conceito da criação de um mercado interno pujante de massas e promovermos a melhoria do padrão de vida da população, a melhoria do salário mínimo, da renda da população, do Bolsa Família como política assistencial e não assistencialista, com contrapartida social ao benefício que fosse recebido, descentralização do poder, interiorização de serviços e benefícios, assim constituindo uma sociedade mais bem qualificada.

Sobre esses parâmetros buscamos assumir o Planejamento no Estado da Bahia. Um Estado que é a 6ª economia do País, mas é o 23º em arrecadação tributária, e isso agravado pela extensão territorial que temos.

Há hoje um processo de desenvolvimento com uma diferenciação muito grande.

Na Secretaria de Planejamento, a partir das nossas suas funções fundamentais, de planejamento e orçamento, buscamos alterar esse panorama. Primeiro, trabalhando Orçamento e Plano Plurianual de forma distinta, com objetivos distintos, mas de forma a que se encontrem nas finalidades.

O PPA, Plano Plurianual, que é um planejamento de médio prazo, fixa metas e diretrizes e é um instrumento de planejamento; e o Orçamento reflete essas prioridades em atividades e programas como instrumento de gestão. O que nós víamos proliferar por este País eram atividades de planejamento e de orçamento misturadas, imbricadas, mas de forma administrativa e não de forma política, de gestão. Nós tínhamos os planos plurianuais, que eram a soma de quatro orçamentos, e muitas vezes, se nós usávamos uma linguagem que não era exatamente a mesma do Orçamento com o Plurianual, não podíamos executar a

obra, porque não havia correspondência entre um e outro, como se a correspondência fosse questão de nomenclatura e não o objetivo da criação do bem-estar social.

Tive oportunidade nesse período também de dirigir o Conselho Nacional de Secretários de Planejamento - CONSEPLAN. Neste final de março, irei a João Pessoa, abrir os trabalhos da quinta reunião sob minha gestão e passar a direção do CONSEPLAN à nossa 1ª Vice-Presidenta, que deverá realizar eleições neste período. Modificamos, então, fundamentalmente essa questão. Começamos a implementar um sistema de monitoramento e de planejamento estadual que não seja restrito nem ao monitoramento nem ao sistema de planejamento e gestão específicos da Secretaria de Planejamento, mas que sejam instrumentos do Estado como um todo.

Essa é a base fundamental do desenvolvimento que realizamos.

Deputado Luiz Couto, honra-me muito seu aparte.

O Sr. Luiz Couto - Deputado Zezéu Ribeiro, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo não apenas pelo pronunciamento, mas também pela sua atuação como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e, agora, Secretário de Planejamento. V.Exa., que foi também Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, conseguiu trabalhar diversas temáticas relativas à cidade, como fazer com que a cidade se torne cada vez mais um espaço bom de se viver, onde os serviços sejam de qualidade e para todos, não apenas para turista ver. Agora V.Exa. trabalha com o planejamento, não de uma cidade em particular, mas de todas as cidades do Estado, para que de fato o progresso esteja presente em todas elas, e de forma integrada, planejada. Efetivamente, é preciso fazer com que o planejamento tenha metas e diretrizes, mas também ações e cobranças, como V.Exa. coloca, referindo-se ao monitoramento, fundamental para que cada centavo utilizado seja revertido em qualidade de vida para a população. V.Exa. também relatou o projeto de recriação da SUDENE. V.Exa. trabalhou bastante em prol de um projeto muito bonito, mas, infelizmente, no final houve uma pressão para desqualificar e retirar aquele que era um elemento importante da SUDENE. Com certeza seu retorno a esta Casa nos alegra e nos honra muito. É motivo de orgulho a volta de V.Exa. a esta Casa. O povo da Bahia, é claro, terá um Parlamentar que vai discutir o Brasil como um todo, mas que também vai cobrar que as ações para a Bahia sejam implementadas e possam levar qualidade de vida à população. Parabéns pelo seu pronunciamento e pela ação em benefício da população brasileira, baiana e nordestina, principalmente. V.Exa. é um grande baluarte na defesa da economia do nosso Nordeste.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Eu acho que a experiência vivida no Planejamento estadual, no plano executivo, realimenta nossa atuação. Buscamos, com a experiência anteriormente adquirida, tratar a discussão da questão regional como ponto fundamental do CONSEPLAN. Desenvolvemos isso particularmente em relação ao Nordeste, mas também para todo o Brasil. Voltamos agora e já temos a incumbência de, com o Ministério da Integração, realizar a Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, com base nas incidências estaduais, macrorregionais e nacional. Já realizamos reuniões com o Ministro e com o IPEA nesse sentido.

No âmbito do CONSEPLAN, nossa preocupação, além da integração da Bahia com o Nordeste, é a integração da Bahia com o Brasil e da Bahia com a América do Sul, desafio que me foi colocado pela companheira Tânia Bacelar quando cheguei a esta Casa, há 9 anos. *"Tânia, vou me preocupar, no mandato, com a questão nordestina."* E ela então me perguntou: *"Já se preocupou com a América do Sul? Já pensou na América do Sul?"*

Eu tive a oportunidade de fazê-lo, Sr. Presidente, no momento em que assumi o

CONSEPLAN, e vi que havia um branco, um hiato, um vazio na parte referente à integração sul-americana com o Nordeste brasileiro. Buscamos integrar o Nordeste como um todo com o Centro-Oeste, que também não era beneficiado, e fazer a integração entre o Pacífico e o Atlântico, projeto histórico, há muito tempo firmado, mas que não virava realidade, não se constituía em projeto de governo. Nós fizemos isso.

Nós o transformamos num projeto do Ministério do Planejamento, assumido pela Presidente Dilma Rousseff, levado para a UNASUL. Hoje faz parte do calendário da UNASUL a integração do Nordeste com a América do Sul, o que nos fez voltar a esta Casa com a incumbência de participar da Comissão de Viação e Transportes, a fim de contribuirmos para aprofundar esse debate e desenvolver as atuações necessárias.

Trabalhamos com vista à observação do território da Bahia como um todo. A Bahia possui três biomas terrestres muito bem definidos e o bioma costeiro. Temos a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado, que funcionam, mas não se integram efetivamente. Muitas vezes, as atividades econômicas ficam utilizando-os de forma predatória, e os órgãos de licenciamento acabam tendo dificuldade para exercer o próprio licenciamento e a fiscalização.

Nós estamos constituindo o ZEE estadual nessa multiplicidade, trabalhando os diversos biomas e encarando a questão ambiental como ativo importante e necessário para o desenvolvimento da Bahia. É no próprio bioma que vamos encontrar os instrumentos para o desenvolvimento, não fazendo um processo paulista tardio, à semelhança de uma industrialização tardia. Um processo paulista na medida dos princípios adotados no processo da Revolução Industrial, mas com uma nova visão, de século XXI, em que o tema meio ambiente seja fundamental e, por meio do Zoneamento Econômico e Ecológico, se possa fazer o licenciamento com mais agilidade e presteza, e não como um entrave ao desenvolvimento, como muitas vezes se dá. Junto a isso, os planos de desenvolvimento sustentável para cada macrorregião estadual, articulando as políticas de território hoje adotadas como instrumento de planejamento. Instituímos e organizamos isso.

O PPA tem sua base na regionalização e nos territórios de identidade, e buscamos congrega-lo também em torno dos consórcios públicos para esse desenvolvimento.

O sentido da política, na nossa visão, é sempre o da constituição de uma cultura que venha a transformar a realidade. Isso se faz com o tempo. Para se mudar uma cultura, muitas vezes se necessita do tempo de uma geração, necessita-se de 20 anos. É claro que no Executivo a permanência é inferior a esse tempo, e há limitações. Infelizmente, ficamos apenas 1 ano e 3 meses lá. Firmamos conceitos, e não pudemos consolidá-los e vê-los frutificar. Mas, com certeza, o companheiro José Sergio Gabrielli, que me substitui, terá condições de fazê-lo, graças a sua experiência e aos 9 anos que ficou à frente da PETROBRAS, 7 deles na Presidência dessa que é uma das maiores empresas do mundo. Com certeza ele vai contribuir nesse sentido.

Duas questões nos levam a marcar aqui uma diferenciação sobre esse processo. São os procedimentos de manifestação de interesses para obras significativas na nossa Bahia. Um diz respeito à mobilidade urbana.

Quando assumi a Secretaria, havia um *lobby* muito forte de certas empresas para a definição de um modo de transporte que diziam se viabilizaria para ser executado na Copa, mas que não criava uma solução de longo prazo para o transporte e para a mobilidade urbana em Salvador.

Nós fizemos o debate público e chegamos à definição do metrô como oportunidade que a Copa nos oferecia para enfrentar a questão que envolve a mobilidade metropolitana.

Concluimos esse processo e devemos entrar no processo de uma parceria público-privada para a complementação da obra e gestão do sistema, articulado com o pequeno trecho que também deverá ser concluído. Possivelmente não estará funcionando durante a Copa, mas a Copa foi a oportunidade de uma cidade com o tamanho que tem Salvador poder contar com um transporte de massa eficiente.

Com isso, conseguimos mobilizar a sociedade baiana em defesa desse projeto, por meio do debate público e audiências, da participação social, dos empresários, de trabalhadores e de usuários do sistema como um todo.

O segundo aspecto, também fruto de um processo de discussão, quando muitos se colocavam contrários, é o chamado Sistema Viário Oeste. O Sistema Viário Oeste fixava uma ponte ligando Salvador a Itaparica. Muitos resumiam a obra como um todo à ponte Salvador-Itaparica, e outros viam nisso uma solução para a integração com o oeste da Bahia.

Nós entendíamos que não era essa a visão principal que tínhamos que adotar, que o fundamental da ponte, a ligação, era a integração urbanística e regional com a Ilha de Itaparica, com o litoral sul, o Recôncavo sul. Era a possibilidade de Salvador voltar a ser Recôncavo.

Salvador nasceu a partir da Baía de Todos os Santos, constituiu-se como Capital do Brasil, foi o maior porto do hemisfério sul, durante mais de 2 séculos, por ter a singularidade da Baía de Todos os Santos: a capacidade que tem a Baía de Todos os Santos de renovação de sua água. A Baía de Todos os Santos renova praticamente 100% da sua água todos os dias, o que significa um combate efetivo dos processos de poluição. O Porto de Salvador é um porto de águas calmas, tranquilas, e gera um abrigo efetivo. Salvador virou-se de costas para o Recôncavo.

Minha primeira grande luta pública, recém-formado em Arquitetura, foi contra a localização da CEASA na época. Quando poderíamos ter acesso à CEASA por três modais de transporte - o rodoviário, o ferroviário e o marítimo -, jogou-se a CEASA numa situação em que só havia acesso rodoviário. Nós combatemos muito isso.

E esse combate continua noutras trincheiras, noutras frentes. Agora, na retomada de Salvador, deixar de ser reconvexo, como foi, e voltar a ser recôncavo, que eu acho que é uma das suas características principais.

E aí vem um grande desafio: como é que manteremos esse ecossistema vibrante, ativo, com os investimentos que vêm sendo feitos? Não podemos fazer estaleiros, portos, central de regaseificação, criar ilhas de desenvolvimento, com a miséria expandida pelos lados. É necessário que a cada investimento desses se pense no seu entorno também, e que ao Estado caiba a responsabilidade de pensar a Baía de Todos os Santos como um todo.

Então, à medida que fazemos o zoneamento econômico e ecológico dos Estados, fazemos um recorte para discutir um termo de referência e um Plano Diretor da Baía de Todos os Santos.

Assim também em relação à implantação da Ferrovia Oeste-Leste. Não podíamos cair no modelo antigo do neoliberalismo de sermos apenas um corredor de exportação.

Como é que uma estrada da magnitude da FIOCRUZ poderá ser também um instrumento de desenvolvimento regional? A herança da estrada para a população - sua vizinha não pode ser o apito do trem - tem que gerar uma economia e ser um instrumento de circulação da riqueza local, de circulação das pessoas, de envolvimento disso como um agente efetivo de transformação dessa realidade, uma ferrovia que vai cortar esses três biomas aos quais me referi. Nasce lá no Cerrado e corta toda a Caatinga e a Mata Atlântica para chegar à área costeira.

Então, parece-me que essas são as questões fundamentais que desenvolvemos durante esses 13 meses de gestão à frente da Secretaria. Acho que muitas sementes foram plantadas. Muitas terão que ser bem cuidadas, para germinarem, frutificarem e não se encolherem diante dos interesses do grande capital. De lá virão para nós os desafios, para que agora, nesta trincheira da Câmara dos Deputados, possamos efetivamente desenvolvê-las.

Continuaremos nossa luta pela reforma urbana na Frente Parlamentar, participando ativamente da bancada do Nordeste, como fizemos quando tivemos a oportunidade de coordená-la, nos últimos 4 anos, e agora na Comissão de Viação e Transportes, onde assumimos vaga como membro titular.

Poderemos contribuir para esse programa de pensar os investimentos para o desenvolvimento regional, contribuir com os demais colegas, companheiros, para um projeto para que o Brasil se insira no mundo de forma soberana, gerando benefícios para o seu povo.

Que não sejamos um Brasil excludente e de inserção submissa; que sejamos agentes, nesta Casa, em cada Governo Estadual, em cada Governo Municipal, na Presidência da República, dos instrumentos da afirmação de um projeto de nação que contribua para a paz e o desenvolvimento do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 304/472

043.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/03/2012-09:24
Publ.: DCD - 17/03/2012 - 7229	ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Defesa de divisão equânime de royalties do petróleo da camada pré-sal entre os Estados e Municípios brasileiros.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, faz aproximadamente 2 anos que há um debate nesta Casa sobre um assunto da mais alta importância para o futuro do Brasil: a decisão sobre a forma de exploração das riquezas dos depósitos petrolíferos do pré-sal e a divisão dos ganhos delas resultantes entre os diversos entes federados do País.

Em 2010, após muitas e acaloradas discussões, o Congresso Nacional aprovou o novo modelo dos contratos de partilha de produção e uma nova divisão dos *royalties* do petróleo nas áreas do pré-sal e em áreas consideradas estratégicas para a produção no Brasil.

Seria, realmente, algo para se comemorar, e representaria mesmo um novo tempo para o País, no que diz respeito à divisão, entre todos os brasileiros, dos lucros resultantes da exploração do patrimônio público nacional.

Mas essa esperança, essa alegria durou bem pouco, pois, quando foram sancionados os projetos de lei pelo então Presidente da República, observou-se um claro desrespeito à decisão emanada do Congresso Nacional, já que o veto presidencial, no tocante à nova divisão dos *royalties* do petróleo, manteve o *status quo* altamente concentrador das rendas nas mãos dos Estados e

Municípios que se dizem confrontantes com as áreas de produção na plataforma continental, em prejuízo dos demais Estados e Municípios do País, desejosos de aumentar sua participação na divisão dos lucros das riquezas do petróleo, que são, em última análise, um bem público, que a todos deveria igualmente beneficiar.

Com isso resulta que continuam beneficiados apenas uns poucos, a saber, a própria União, cerca de 1 dezena de Estados e algumas centenas de Municípios, em detrimento da grande maioria, que continuará, indefinidamente, dependente da caridade, do senso de justiça ou da boa vontade do Poder Central - nem sempre é tão caridoso ou justo - a fim de garantir aos seus cidadãos as poucas migalhas que sobram aos mais afortunados.

A se manterem os critérios da atual legislação no que tange à divisão dos benefícios econômicos provenientes da exploração do petróleo no País, continuaremos a ver no Brasil odiosa divisão dos seus cidadãos, entre brasileiros de primeira e de segunda classes, sendo os primeiros das regiões que se dizem produtoras e os outros das que não foram afortunadas e ficaram impedidas de gozar dos benefícios dos demais Estados e Municípios. Por que, então, manter critério tão injusto e concentrador da renda num país já tão cheio de desigualdades e problemas?

Isso poderá ser observado, Sr. Presidente, em relação à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Vão-se investir verdadeiras fortunas nos Estados que serão sede da Copa do Mundo. Nas Olimpíadas, vai ser algo monstruoso, porque ocorrerá em um Estado só. Quanto à divisão do petróleo, a mesma coisa. Os demais Estados, infelizmente, serão prejudicados na divisão dos *royalties*. Na minha avaliação, o petróleo não é desse ou daquele Estado, o petróleo é do País, porque ele está 300 quilômetros, 400 quilômetros mar adentro.

Nós não temos nada contra o Rio de Janeiro nem contra o Espírito Santo. Eles que recebam aquilo que é justo. Mas os demais Estados não merecem ser punidos dessa forma. É injusto o que estão fazendo aos demais Estados relativamente à produção de petróleo do pré-sal. Os *royalties* do petróleo devem ser divididos por todos os Municípios. Há Municípios brasileiros em estado terrível por falta de recursos, enquanto há Municípios nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo que recebem verdadeiras fortunas.

O petróleo é do Brasil, o pré-sal é do Brasil, é dos brasileiros. Não é do brasileiro A ou B, é de todos nós. Por isso fazemos um apelo para que se vote. Agora, nós temos certeza de que vai acontecer, porque o Deputado Carlos Zarattini, de São Paulo, vai tomar providências.

Nesta semana, Sr. Presidente, eu, que sou do Sul do País, o Deputado Alceu Moreira, a Senadora Ana Amélia Lemos e outros Deputados participamos da entrega ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa de documento para que se vote, de uma vez por todas, o veto referente à divisão dos *royalties* do petróleo, a fim de que se faça justiça a todo o Brasil, de modo especial a todos os brasileiros. A divisão dos *royalties* do petróleo deve ser para todos os brasileiros. Nós não temos nada contra o Rio de Janeiro nem contra o Espírito Santo. Eles vão receber seu quinhão. Eu acho que eles merecem também, como todos os brasileiros. O que não é justo é dar tudo para uns, para dois ou três, e nada para os demais.

Imagine, Deputado Amauri Teixeira, quanto os Estados que vão sediar a Copa do Mundo receberão de investimento. E o que vai acontecer com os Estados que não serão sede? Esse valor vai ser distribuído em igualdade de condições para Estados que não vão participar da Copa do Mundo? Eu acho injusto. O que se vai investir no Rio de Janeiro por causa das Olimpíadas de 2016 é um verdadeiro absurdo. É uma quantia exorbitante.

Como ficam esses investimentos quanto aos demais Estados, Deputado? Nós

queremos que se invista no Rio de Janeiro, que se invista na Bahia, que se invista em Santa Catarina, que se invista no Paraná, que se invista no Rio Grande do Sul, mas em igualdade de condições. Trata-se de investir o dinheiro público, que é nosso. O dinheiro é nosso! O dinheiro do Brasil é de todos os brasileiros! O dinheiro do Orçamento da União, dos tributos é de todos os brasileiros, não pode ser destinado mais para uns e menos para outros.

Eu acho que é uma injustiça contra o povo brasileiro essa forma de distribuição. São feitos investimentos em Estados onde se realizará a Copa do Mundo, em detrimento das demais localidades. Eu acho que é uma verdadeira injustiça. Os Estados que não serão sede devem receber a mesma quantia daqueles em que serão realizados esses eventos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Acato o pedido de V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faz aproximadamente 2 anos que debatemos nesta Casa assunto da mais alta importância para o futuro do Brasil: a decisão sobre a forma de exploração das riquezas dos depósitos petrolíferos do pré-sal e a divisão dos ganhos delas resultantes entre os diversos entes federados de nosso País.

Em 2010, após muitas e acaloradas discussões, o Congresso Nacional aprovou o novo modelo dos contratos de partilha de produção e uma nova divisão dos *royalties* do petróleo nas áreas do pré-sal e em áreas consideradas estratégicas para a produção petrolífera no Brasil.

Seria, realmente, algo para se comemorar, e representaria mesmo um novo tempo para o País, no que diz respeito à divisão, entre todos os brasileiros, dos lucros resultantes da exploração do patrimônio público nacional.

Mas essa esperança, essa alegria durou bem pouco, pois, quando foram sancionados os projetos de lei pelo Presidente da República, observou-se um claro desrespeito à decisão emanada do Congresso Nacional, já que o veto presidencial, no tocante à nova divisão dos *royalties* petrolíferos, manteve o *status quo* altamente concentrador das rendas nas mãos dos Estados e Municípios considerados confrontantes com as áreas produtoras na plataforma continental, em prejuízo dos demais Estados e Municípios do País, desejosos de aumentar sua participação na divisão dos lucros das riquezas petrolíferas, que são, em última análise, um bem público, que a todos deveria igualmente beneficiar.

Com isso resulta que continuam beneficiados apenas uns poucos, a saber, a própria União, cerca de 1 dezena de Estados e algumas centenas de Municípios, em detrimento da grande maioria, que continuará, indefinidamente, dependente da caridade, do senso de justiça ou da boa vontade do Poder Central - nem sempre é tão caridoso ou justo -, a fim de garantir para seus cidadãos as poucas migalhas do que sobeja aos mais afortunados.

A se manterem os critérios da atual legislação no que tange à divisão dos benefícios econômicos provenientes da exploração petrolífera no País, continuaremos a ver, no Brasil, a odiosa divisão de seus cidadãos entre brasileiros de primeira e de segunda classe, sendo os primeiros os habitantes das regiões consideradas produtoras de petróleo, e os outros, os dos demais Estados e Municípios, que não foram tão afortunados e ficam impedidos de gozar dos privilégios desfrutados pelos habitantes dos Estados e Municípios mais bafejados pela sorte.

Por que, então, em vez de manter critérios tão injustos e concentradores de renda, num país já tão cheio de desigualdades e problemas, não adotar, para a divisão desses recursos financeiros tão necessários a todos, critérios mais justos e equitativos, como, por exemplo, os que foram definidos nas emendas aprovadas pelo Congresso Nacional?

Estamos de acordo com que a matéria é complexa e demanda, realmente, muita reflexão para a tomada das decisões mais equilibradas, mas, por isso mesmo, cremos que é imprescindível que se ouça a voz do povo brasileiro, emanada da decisão de seus representantes no Congresso Nacional, em vez de se manterem decisões tomadas em clima de conchavos nos gabinetes de uns poucos tecnocratas que nada parecem entender sobre tomar decisões políticas em favor de todos.

Cremos que uma riqueza de grande importância, como as reservas petrolíferas do pré-sal, além de garantir nossa independência energética por um longo período, permitirá ao Brasil alavancar, de maneira forte e sustentada, seu desenvolvimento econômico, permitindo acabar de vez com as dolorosas e gritantes desigualdades regionais e dar a todos os seus cidadãos iguais oportunidades de prosperidade, bem-estar e qualidade de vida.

Para que isso ocorra, porém, é urgente e necessário que tornemos mais justa e equânime a divisão dos *royalties* e demais participações governamentais resultantes da exploração do petróleo e do gás natural entre todos os entes federados.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conclamo todos os nobres pares deste Parlamento a batalharem na defesa dos interesses de todos os cidadãos de nosso País, para que todos, absolutamente todos, possam usufruir, em condições de justiça e igualdade, dos benefícios proporcionados pela exploração das riquezas naturais, que constituem um patrimônio comum de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

Documento 305/472

043.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/03/2012-10:21
Publ.: DCD - 17/03/2012 - 7238	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação pela Casa do parecer oferecido pelo Deputado Vicente Candido ao projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no tocante à liberação de venda de bebidas alcoólicas em estádios. Posicionamento do orador contrário à redução da idade da vítima para fins de configuração de crime de estupro de vulnerável.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Izalci, nobres Parlamentares, esta Casa se prepara para analisar, na próxima semana, aqui neste plenário, a Lei Geral da Copa. A Lei Geral da Copa virá ao plenário para ser avaliada, debatida. E ela nos traz uma surpresa. Fomos surpreendidos no dia de ontem pela informação de que o ilustre Relator, o Deputado Vicente Candido, do Partido dos Trabalhadores do

meu Estado de São Paulo, decidiu manter em seu parecer a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo.

No dia anterior a essa decisão, houve um acordo no Colégio de Líderes para que fosse retirada do texto essa proposta, que representa um grave retrocesso no processo que se tem construído em nosso País para o enfrentamento do alcoolismo, tema que foi colocado há poucos minutos pelo ilustre que nos antecedeu na tribuna, o Deputado Fernando Ferro. O alcoolismo é, sem dúvida nenhuma, um dos grandes males deste País, um mal até maior, Deputado Fernando Ferro, do que o *crack*, do que a cocaína, do que a maconha, por seu alcance social, afinal o álcool está dentro das casas, está no seio das famílias, e é um componente quase sempre presente nas tragédias domésticas, nas tragédias familiares, nos acidentes de trânsito.

Portanto nós estranhamos a decisão de se manter no relatório a liberação para venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol. Viemos ocupar a tribuna nesta ocasião, Deputado Izalci, Deputado Cleber Verde, para expressar que participaremos ativamente desse debate, bem como a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente Parlamentar da Família, a bancada da família, tão operante nesta Casa, tão forte. Estaremos aqui nos posicionando contra esse absurdo. Em nome de acordos econômicos de grupos poderosíssimos, o Brasil abre um precedente que já era matéria vencida, para permitir que o futebol, um esporte de massa, num campeonato internacional, num evento de grande envergadura como a Copa, seja relacionado com venda de bebidas alcólicas.

Mas não é somente essa a questão que nos preocupa, Deputado Izalci. Na última semana, um grupo de juristas apresentou no Senado Federal relatório sobre a reforma do Código Penal.

Eu quero chamar a atenção de V.Exas. para um ponto desse relatório, o que trata da redução da idade da vítima para fins de configuração de crime de estupro de vulnerável, de 14 para 12 anos. O que significa essa redução da idade penal? Se o texto for aprovado tal como está no Senado Federal, no Congresso Nacional, não será mais considerada crime no Brasil a relação sexual com uma criança de 14 anos, de 13 anos, ou de 12 anos. E, pior, Deputado Cleber Verde, falou-se nessa reunião em redução para 10 anos de idade. O que significa isso? Ora, a legalização da pedofilia no Brasil.

É preciso que a sociedade brasileira esteja atenta e reaja. Mas, antes de a sociedade reagir, apelo para o bom senso desta Casa, apelo para a sensibilidade dos nobres pares, para aqueles que têm dignidade, para aqueles que têm responsabilidade para com esta e as futuras gerações, a fim de que essa proposta não avance, não prospere nesta Casa. Aliás, espero que já no Senado, onde ela está nascendo, seja enterrada e devidamente sepultada.

Peço apenas 1 minuto para concluir meu pensamento, Sr. Presidente.

Essa coincidência é outro fator de estranheza, Presidente Izalci, porque estamos às vésperas da Copa do Mundo. O que será que está por trás disso? O que motiva que se coloque à mesa uma proposta tão louca, tão estranha como essa? Vamos nos posicionar. Teremos um debate importante na próxima semana.

Mas quero aplaudir a posição do nosso Presidente, o Deputado Marco Maia, que já disse que esse debate será feito pela Câmara dos Deputados com absoluta isenção. Meu aplauso ao nosso Presidente pela postura. Estaremos aqui juntos, Deputado Amauri Teixeira, para defender a nossa posição em nome do Brasil e em nome dos brasileiros, especialmente das brasileiras e dos brasileiros, como assim os chama a nossa Presidente Dilma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não à venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol do Brasil, nem antes da Copa, nem durante a Copa, nem depois da Copa.

Que Deus abençoe o Brasil.

Documento 306/472

043.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

16/03/2012-11:21

Publ.: DCD - 17/03/2012 - 7248

DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Efeitos negativos provocados pela sistemática de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional. Defesa da realização de Comissões Parlamentares de Inquérito destinadas à investigação de casos de corrupção no período dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Izalci, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pela *TV Câmara* ou pela *Rádio Câmara*, meus cumprimentos.

É a segunda vez que uso o Grande Expediente. No dia a dia, estou sempre tendo a oportunidade de debater com os colegas Parlamentares os mais variados temas, mas entendo que este é um espaço para se fazer uma reflexão sobre o nosso País. O tempo é um pouco mais amplo. Quero aproveitá-lo para me dirigir a todos os colegas da Câmara dos Deputados e a todos os brasileiros e brasileiras desarmado, mas imbuído de um forte propósito, que me trouxe esta Casa, o propósito de, juntos, construirmos um País melhor. É nessa linha que vou.

Não creio eu que, numa democracia verdadeira, alguém possa posar de paladino da verdade, muito menos desmerecer o papel de oposição, ou possa a Oposição fazê-lo com relação à base de governo. A verdadeira democracia pressupõe o respeito a todos e a conjugação de esforços.

É com esse espírito que me posiciono e sinto também que é o que norteia a ação da maioria dos colegas nesta Casa. O Deputado Amauri, que acaba de usar a tribuna, fez referência a mim. Eu retribuo na mesma linha, e o faço com a maior clareza e sinceridade. S.Exa. sabe disso. As divergências de natureza partidária e as de natureza ideológica só aumentam as nossas responsabilidades, não nos devem distanciar, pelo contrário, devem nos aproximar, num debate saudável, para que possamos construir um País melhor.

Mas, de fato, a realidade que temos é assustadora. É preciso dizer isso ao povo brasileiro. E essa não é uma declaração de oposição. Quero deixar isso bem claro desde o início.

Quando debatemos nos bastidores desta Casa com Deputados da base do Governo, de qualquer partido que seja, concordam com o que vou dizer agora: a nossa Casa está estruturada para não funcionar. Ao longo do tempo, a nossa democracia foi sendo corroída, foi sendo dominada pelas amarras não só da burocracia, mas do próprio Regimento Interno desta Casa, e a relação entre os Poderes não é aquela preconizada pela nossa Constituição, de harmonia e independência. Não é essa uma constatação de oposição, muito menos de natureza partidária, é considerada ao longo do tempo.

Já quando governava o PSDB, essas mazelas vinham se consolidando. Hoje, até porque não houve um movimento na direção contrária, para fortalecer a

democracia, a democracia interna desta Casa, esses vícios saltam aos olhos.

O próprio Supremo Tribunal Federal, há poucos dias, considerou inconstitucional a aprovação de relevante medida provisória, a que criou um dos órgãos mais importantes do País na área ambiental, o Instituto Chico Mendes. O STF agiu corretamente. A verdade é que o Supremo, para não desorganizar de pleno o Estado de Direito, houve por bem recuar e não atribuir à sua decisão o efeito dominó que tornaria nulas centenas de medidas provisórias.

A verdade é que a forma com que estamos trabalhando é ruim para o Brasil. Estamos instalando, de fato, um processo autocrático ao longo do tempo. Direi algo só para que alguns que nos acompanham nesta Casa do povo ou nos assistem compreendam de maneira sucinta aquilo a que estou me referindo. Uma medida provisória é editada, e, após sua publicação, o seu efeito é automático. Até aí, tudo bem, embora ela deva obedecer ao princípio constitucional da urgência e da extrema relevância pública, tratando especificamente do tema a que se propõe. Isso já é ignorado em praticamente todas elas. É quase um princípio, mas não é princípio constitucional, é a mazela de um Estado autocrático, em que se diz: *"Vamos fazendo assim porque virou rotina"*. Agir mal virou rotina.

Mas isso não é tudo. O mais grave é que, uma vez publicada, deveria ser submetida a uma Comissão Especial, para avaliação, de início, da sua admissibilidade constitucional.

Eu fui indicado, Sr. Presidente, por duas vezes. Na primeira vez, fiz por telefone o contato com a Secretaria do Congresso - a medida provisória é analisada por uma Comissão Especial Mista, do Congresso, composta por Deputados e Senadores. Na primeira vez que contactei a Secretaria, disseram-me: *"Deputado, acredito que não vai haver reunião de instalação, não, mas, se houver qualquer coisa, ligamos para o senhor"*. Estranhei, mas eu tinha conhecimento, devido a conversas com colegas de outras legislaturas, de que a prática era não se reunir.

Ao ser indicado pela segunda vez, há pouco mais de 1 semana, fui ao Senado, à sala da Comissão de Constituição e Justiça, exatamente no horário marcado, só para dar o testemunho, pois eu sabia o que ia acontecer. Nenhum outro Deputado ou Senador lá apareceu. Somente eu, o Deputado Domingos Sávio, e uma servidora, que estranhou a minha presença: *"Mas, Deputado, ninguém vem aqui para instalação de Comissão Especial que analisa medida provisória"*.

Virou uma rotina, a rotina antidemocrática, a rotina que destrói totalmente o princípio democrático da análise, do debate, do contraditório. Por que isso? Porque não é conveniente para o Governo, para qualquer governo - aquele que se propõe ser democrático quer que a matéria seja debatida, quer que a matéria venha a público, quer que a matéria receba emendas, alterações. E não se reúne, não se debate.

O Regimento prevê que, vencido o prazo da Comissão, o Presidente da Câmara indica o Relator. O Presidente sempre indica um Relator da base do Governo. Até aí, é compreensível, se o Presidente foi eleito pela maioria que compõe a base do Governo. No entanto, não é aceitável a subserviência desse Relator em não relatar a matéria. Nunca o Relator relata a matéria, com raríssimas exceções. O Relator espera o relatório do Governo. Não basta ter o Governo editado a medida provisória. O Governo vai fazer o relatório porque vai analisar se quer incluir alguma coisa na medida provisória. O Relator não tem a liberdade de debater com os seus colegas. O Relator não informa.

E qual é a importância do relatório? No caso da medida provisória, o relatório tem o condão, tem o poder de mudá-la literalmente e transformá-la em projeto de lei de conversão. Deixa de valer a medida provisória que foi publicada e que está valendo, e passa a valer o projeto de conversão aprovado, depois de lido o relatório apresentado pelo Relator. Ele pode mudar todos os artigos.

Eu me assustei quando testemunhei, por ocasião da análise da medida provisória sobre a criação da Autoridade Olímpica, que tinha dois artigos, que o Relator passou a ler um projeto de conversão com 41 artigos. O Deputado Amauri Teixeira se lembra do episódio. E nós aqui sorrimos com certa tristeza, ao ver como somos submetidos a algo autocrático.

A leitura foi feita em velocidade semelhante à de um locutor de jôquei quando narra a corrida. Era um volume grande de artigos e comentários, e faltava paciência ou tempo, porque estava para vencer o prazo regimental daquela sessão. Para que o Governo, que queria aprovar a matéria naquela noite, não tivesse o tempo regimental estourado, a leitura tinha que ser feita de maneira muito rápida. Nem Deputados da Oposição nem Deputados da base tinham conhecimento do teor dos artigos.

Pasmem, brasileiros! Estou dizendo que nós nos sentamos aqui, numa sessão extraordinária, às 8 horas da noite, e votamos uma proposta de lei que ninguém conhecia, nem o Presidente da sessão, nem o Presidente da Casa!

O Relator chega com o relatório pronto, apresenta projeto de lei de conversão, que é aprovado, e o País passa a ter uma nova lei. Naquele caso, além de criar a Autoridade Olímpica, mantendo os dois artigos originários, o Relator trazia mais 40 artigos aproximadamente, mudando a Lei de Licitações do País e criando regime especial de licitação para a Copa.

Vivemos, portanto, num Estado autocrático, porque o Congresso abdicou do seu poder e dever de legislar para o povo brasileiro. Diante disso, o Executivo assume essa função e tranca a pauta, e nós não podemos votar nenhuma outra matéria relevante para o País. Essa é outra característica da medida provisória.

Ademais, o Supremo, na ausência de definições claras - é missão do Supremo interpretar a Constituição -, acaba por determinar o que o povo brasileiro deve fazer. Isso vale, inclusive, para as regras eleitorais. A última é que um pré-candidato não pode sequer usar a rede social do Twitter para manifestar o seu pensamento, as suas ideias, se associadas a uma possível candidatura. O Supremo está errado? Não! Estamos errados nós, que temos de atuar, exercer com plenitude a nossa missão de legisladores e de fiscalizadores. Mas não, isso pode ser inconveniente para o Governo.

Neste momento, o Governo é do PT. Amanhã seguramente poderá e deverá haver alternância. É natural da democracia. Deus sabe quando. Eu lutarei para que seja no próximo pleito. O Deputado Amauri lutará para que seja o PT. A democracia plena pressupõe essa perspectiva. E nós estaremos, a cada dia mais, travados, calados, amordaçados, dizendo: *"Estamos num país livre, democrático"*. Falácia! Nós não temos liberdade sequer para decidir o que vamos votar neste plenário e, quando votamos, muitas das vezes votamos sem conhecer o teor da lei que estamos aprovando.

Com prazer, ouço o aparte do Deputado Amauri Teixeira.

O Sr. Amauri Teixeira - Meu caro Deputado Domingos Sávio, vou me ater à questão das medidas provisórias, no que se refere à tramitação. Já alteramos a Constituição, limitando a edição de medidas provisórias em relação a diversas matérias, o que foi positivo. Por meio de emenda constitucional, isso foi feito no passado. Mas acho que cabem outras modificações. É importante que V.Exa. traga aqui este tema: a medida provisória e seu trâmite. Há um claro desequilíbrio no trâmite da medida provisória. Quero me ater apenas, para contribuir com sua fala, que é importante, a esse aspecto. Há um desequilíbrio entre a Câmara e o Senado, o que cria um problema. A medida provisória pode ficar todo o tempo na Câmara e, faltando apenas 1 dia para vencer, é enviada ao Senado. Isso já aconteceu no caso da criação da Secretaria Previdenciária. Não é possível, isso cria um desequilíbrio entre as Casas. Então, há uma proposta, que se inspira na urgência constitucional. O projeto de lei com urgência constitucional passa 45

dias na Câmara, 45 dias no Senado e, se houver emenda, volta para o Senado, para que faça, em 15 dias, a apreciação da emenda. Acho que, quanto a esse aspecto, há consenso entre nós. A medida provisória não pode tramitar como está tramitando, havendo esse desequilíbrio entre as Casas. É um absurdo: podemos retê-la aqui e, 1 dia antes do vencimento, enviá-la ao Senado. É evidente que o Senado não tem como apreciar a matéria faltando 1 dia apenas para o término do prazo. Então, temos realmente que mudar uma série de aspectos da medida provisória. Não dá para extinguir a medida provisória. No Estado moderno, há matérias que precisam realmente ser tratadas com urgência e relevância, mas temos que alterar o processo. Como V.Exa. disse, a questão não é de Governo e Oposição, não é de momento, a questão é de estruturação das relações entre os Poderes.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Muito obrigado, Deputado Amauri. V.Exa. traz, sim, uma grande contribuição. Esse é outro aspecto que mostra como está frágil a nossa ritualística, o nosso Regimento Interno, o nosso processo legislativo. É fundamental no Estado de Direito que o processo legislativo seja democrático, seja transparente.

Trabalhei durante o ano passado, Deputado Amauri, para conseguir o número de assinaturas suficiente para protocolar um projeto de resolução no Congresso. A medida provisória tem o seu ritual no Congresso - nas duas Casas, portanto -, com essa natureza específica. O Regimento exige algo em torno de cem assinaturas de Deputados e pouco mais de 20 assinaturas de Senadores para que possamos debater um projeto de resolução que mude algo com relação à medida provisória. Consegui pouco mais de 120 assinaturas na Câmara e mais de 30 no Senado, para propor que, quando medida provisória for objeto de mudança por meio de projeto de lei de conversão, possamos, por prerrogativa de qualquer Líder, apresentar o pedido de retirada de pauta da matéria por duas sessões ordinárias, apenas duas.

Vejam, portanto, que não há, da minha parte, o propósito de postergar indefinidamente a análise da matéria ou dificultar a vida do Governo, mas sim o de assegurar a transparência necessária. Hoje, o Relator muda o texto da medida provisória, por meio de projeto de lei de conversão, que é lido, e só se a maioria do Plenário se manifestar é que ele sai de pauta. Ou seja, é preciso que seja apresentado um requerimento. Isso nós da Oposição sempre fazemos quando a medida provisória é alvo de mudança que entendemos mereça um debate mais profundo. Nessa hora, contudo, a maioria esmagadora, que é da base do Governo, é orientada a votar rejeitando o requerimento. Em todas as vezes o requerimento é rejeitado, e a medida acaba sendo votada de maneira atabalhoada.

Sr. Presidente, estamos dizendo ao povo brasileiro que esta Casa está sendo subordinada ao Executivo por meio das medidas provisórias, medidas essas que trancam a pauta, não deixam que votemos matérias relevantes da educação, da saúde, da segurança pública, as reformas de que o País precisa, a reforma eleitoral. Uma série de matérias ficam relegadas a segundo plano.

Nós votamos nesta legislatura, de 2011 até agora, quase só medida provisória. Nós não tivemos a possibilidade de avançar em outras questões importantes. Votamos a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Foi um desastre, porque o Governo Federal não concordou em aumentar os investimentos do Governo Federal para a saúde. Mantivemos os 15% dos Municípios e os 12% dos Estados e pífios investimentos do Governo Federal, uma clara demonstração de falta de coerência entre o discurso e a prática no que diz respeito à saúde. Quanto ao resto, é medida provisória dia e noite.

Pois bem, alguém pode questionar: *"Mas o que está havendo com os Srs. Deputados e com os Srs. Senadores, que não reagem?"* Entra então o segundo

aspecto da minha fala, Sr. Presidente. A democracia é o oxigênio da organização política de uma nação livre, que se pode submeter e deixar de ser uma nação livre. Nesse caso, não há que se falar em democracia. Mas nós, brasileiros, prezamos a liberdade. Essa é a essência da formação do nosso povo, do nosso sentimento de pátria. Agora, se a democracia já está comprometida no Brasil, algo mais grave está por trás disso, porque, se a essência do nosso povo é a liberdade, como os representantes dos milhões de brasileiros se curvam a isso e permitem que a Casa do povo brasileiro não seja um espaço verdadeiramente democrático?

Sr. Presidente, eu me refiro à maior de todas as mazelas, eu me refiro não só à corrupção explícita e nojenta, mas à subserviência, aos acordos espúrios que infelizmente fazem com que todos nós sejamos nivelados por baixo perante a opinião pública. Como me dizia agora há pouco um colega Deputado, afirmam: "Entrou para esta Casa, vestiu um terno, colocou na lapela o distintivo de Deputado, e pensam que esse é "mais um". Nós não podemos aceitar isso. Nós não podemos nos curvar a isso. Primeiro, porque isso não corresponde à realidade. Há centenas de homens e de mulheres dignos e sérios que optam pela vida pública com a intenção de melhorar este País. Não podemos aceitar que a negociata, que os acordos espúrios prevaleçam a ponto de manter esta Casa amordaçada.

No passado, esta Casa foi acusada. Continua acusada na pessoa daqueles que foram envolvidos no chamado mensalão. Estão para responder, nos próximos dias, no Supremo. Não se trata de acusação da Oposição - não está com ciúmes, com inveja do Governo do PT -, é da Procuradoria-Geral da República. Foi o Supremo que entendeu que havia ali, sim, uma verdadeira gangue, como foi dito. Só não estão sendo processados 40 porque um faleceu. Outro já foi condenado. O certo é que 39, pelo que me consta, estão sendo acusados formalmente de crime de corrupção.

Acabou essa época? Hoje vivemos num mar de rosas? Não há mais corrupção? Não é essa a realidade do Brasil. Nesta Casa tramitam duas propostas de CPI. Uma faz menção ao Governo do PSDB. Por intermédio dela se quer investigar as privatizações. Tem a alcunha de "CPI da Privatária". Outras iniciativas, que têm sido frustradas por intervenção do Governo, têm o propósito de investigar não só o DNIT, o Ministério do Esporte, mas uma série de denúncias recentes, que estão na ordem do dia. Já são objeto de investigação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal.

Num dia desses, perguntei: *"Por que não fazer a investigação desde o período das privatizações até o dia de hoje?"* Algum colega me disse: *"Deve ser a CPI do fim do mundo"*. Eu disse: *"Que seja do fim do mundo da corrupção, que seja do fim do submundo"*.

Por que não nos unimos todos para um combate firme à corrupção? É indiferente se ela está sendo protagonizada pelo atual Governo, da Presidenta Dilma, ou se foi pelo Governo do Presidente Lula, ou se foi no período do Governo do PSDB, do Presidente Fernando Henrique, ou no do Presidente Itamar, ou no de quem quer que seja. Ou corrupção tem prazo de validade? Ou desonestidade cola para um, e não cola para outro? Eu me refiro à corrupção nos dias de hoje como algo que se tornou endêmico.

Quando se chega ao ponto de se falar em *ranking* de corrupção, é porque se está banalizando algo seriíssimo. Esta Casa não pode ignorar que o modelo que está estruturado no Brasil é promíscuo, é propenso à corrupção, é o modelo do "toma lá, dá cá", é o modelo que estimula a corrupção.

No caso do mensalão, foi dito, à época, que era literalmente pagar na boca do caixa para votar a favor ou para votar contra. Hoje, ninguém esconde que o "toma lá, dá cá" é deste tipo: *"Esse Ministério é para tal partido, organizem-se ali"*

- para não dizer *"locupletem-se ali"* - *"e votem a favor ou contra, de acordo com a orientação do Governo"*.

É esse o país que nós queremos? É esse o modelo de organização de Estado que queremos? Onde estão os valores morais e éticos? A estrutura de corrupção no Brasil é tão nojenta e tão endêmica que ela não está, é óbvio, nunca estaria, restrita ao poder público. Nem haveria como o poder público se locupletar sem a conivência ou a parceria de empresários corruptos, de uma estrutura de mídia corrupta. É preciso que enfrentemos isso. É preciso que tenhamos a coragem de dizer isto: no Brasil, licitação é jogo de carta marcada, se as obras ultrapassam valores de milhões de reais. É meia dúzia de empreiteiras aqui, é meia dúzia de empreiteiras ali, que se acordam com os governantes ou entre si para dizer: *"Essa rodovia agora é minha. A sua vai ser a próxima"*. Já há quem afirme que existe até uma sequência programada de obras, negociadas entre as próprias empreiteiras, com a complacência do Governo, dos dirigentes que brigam entre si para pegar o Ministério ou o órgão público em função do orçamento de que dispõem, da perspectiva de roubo do dinheiro público que apresentam.

Sr. Presidente, é hora de realmente enfrentarmos as mazelas deste País. Vivemos numa Casa em que a democracia é apenas uma retórica: medidas provisórias são autocráticas; a definição da pauta é feita de cima para baixo, sem nenhum respeito a quem veio para cá eleito pelo povo, para decidir em favor e em nome do povo; a corrupção é tratada como algo banal; a distribuição de cargos é realizada em função de interesses pessoais e não de interesses nacionais.

Nós temos o dever de fazer essa reflexão com transparência, com clareza, sem ficar apontando o dedo para o nariz do outro, dizendo: *"O meu partido é bom, o seu é que é ruim"*. Isso é engodo, isso é tapeação. É preciso que neste momento tenhamos a coragem de assumir que a estrutura está podre, a democracia é um engodo. Esta Casa tem que mostrar altivez, tem que mudar uma série de questões internas para que ela seja soberana, não se curve à vontade do Executivo e não transfira ao Judiciário a sua função legislativa. É preciso enfrentar o modelo de Estado que aí está, que facilita a corrupção; um modelo de Estado que entrega para as empreiteiras até os editais que vão ser elaborados; um modelo de Estado que não respeita o Orçamento da União, em que a saúde e a segurança estão jogadas às traças. E depois ficam a se dizer como um Governo maravilhoso. Isso não representa a verdade dos fatos.

Portanto, Sr. Presidente, fica o registro, não só como desabafo, mas como provocação. Vamos reagir, vamos mostrar que o Congresso é a Casa do povo brasileiro e vamos trabalhar em benefício dessa gente com honestidade, com transparência, com decência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Deputado Domingos Sávio, quero parabenizar V.Exa. pela abordagem do tema.

Inclusive, com relação à reforma política, apresentei uma emenda para que a distribuição dos projetos, das medidas provisórias, tanto no plenário quanto nas Comissões, seja feita por sorteio. É algo importante, porque, pelo sorteio, não haverá tanta superveniência, como tem acontecido.

Não poderia deixar de aproveitar a fala de V.Exa. para ler aqui um discurso de Rui Barbosa que trata da situação a que estamos chegando. Ele disse:

*"Ao lado da vergonha de mim,
tenho tanta pena de ti,
povo brasileiro!*

*De tanto ver triunfar as nulidades,
de tanto ver prosperar a desonra,
de tanto ver crescer a injustiça,
de tanto ver agigantarem-se os poderes*

*nas mãos dos maus,
o homem chega a desanimar da virtude,
A rir-se da honra,
a ter vergonha de ser honesto."*
Esse foi um discurso feito por Rui Barbosa nesta Casa.

Documento 307/472

041.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	15/03/2012-10:24
Publ.: DCD - 16/03/2012 - 6992	ANTHONY GAROTINHO-PR -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo à Casa de apoio ao requerimento de instauração de CPMI destinada à apuração de irregularidades praticadas pelo ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, Ricardo Teixeira.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Deputados, aqui está a nova CPI da CBF.

A primeira - inclusive iniciei aqui a busca por assinaturas, muito bem-sucedida - foi alvejada por uma visita do Sr. Ricardo Teixeira a esta Casa, aos gabinetes de Líderes, ao próprio Presidente Marco Maia. E Deputados começaram a retirar assinaturas.

Diante do que eu afirmei diversas vezes, Presidente, "*Ricardo Teixeira não dirigirá a Copa do Mundo*", alguns riam de mim. Os colegas diziam: "*Garotinho, você está comprando uma briga perdida!*". Eu dizia: "*Não, nós estamos comprando a briga do povo brasileiro, que ama o futebol*".

Comecei ontem à tarde, Sr. Presidente, a colher as assinaturas. Esta CPI já tem mais elementos do que a anterior. Agora, Sr. Presidente, surgiu - Deputado Protógenes, V.Exa. que é Delegado Federal -, na conta da filha de Ricardo Teixeira, uma menina de 11 anos, um depósito de 3 milhões e 800 mil reais. Adivinhem quem fez o depósito? O ex-Diretor da Nike no Brasil e atual Presidente do Barcelona. Menina prodígio! Foi dito que ele é padrinho dela. Essa foi a defesa de Ricardo Teixeira quando inquirido pelo Ministério Público: "*Não, foi um presente que o Sr. Russel, Presidente do Barcelona, deu à minha filha, que é afilhada dele.*" Vergonha!

Sr. Presidente, eu peço encarecidamente a todos os meus colegas brasileiros, Deputados, amigos, amantes do futebol: vamos abrir essa caixa de maldades que o Ricardo Teixeira deixou na CBF.

Eu peço aqui, da tribuna, que não aceitemos os presentinhos dessa instituição, como ocorreu da outra vez com vários Deputados que receberam uma camisa da seleção brasileira e uma caneta Montblanc em seus gabinetes. Vamos assinar esta CPI e mostrar ao Brasil a vergonha que Ricardo Teixeira fez à frente do futebol brasileiro.

Peço aos colegas que a assinem já.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 308/472

041.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	15/03/2012-10:00
Publ.: DCD - 16/03/2012 - 6984		CESAR COLNAGO-PSDB -ES
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, proibitiva da adição de aromatizantes em produtos derivados de tabaco. Apoio à Consulta Pública de nº 112, de 2010, promovida pela entidade. Incoerência do discurso do PT no tocante ao processo de desestatização. Acerto da privatização de aeroportos brasileiros. Necessidade de fiscalização de concessões de serviços públicos.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido dois pronunciamentos. Trago boas notícias. A primeira delas é que, na terça-feira, a Diretoria Colegiada da ANVISA tomou a decisão de proibir o uso de aromatizantes em produtos derivados de tabaco. Essa decisão é muito importante para a saúde dos brasileiros, principalmente para os jovens. A segunda notícia: na campanha eleitoral de 2010, as privatizações foram demonizadas. Mas, finalmente, o Governo do PT, da Presidente Dilma, cedeu à realidade e, em uma iniciativa histórica, privatizou os aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília, que estão em situações completamente desatualizadas, sem eficiência. O aeroporto do Espírito Santo, em especial, é considerado o pior do Brasil, e é preciso de investimento maciço. Essa iniciativa do Governo foi importante, cedendo à realidade e demonstrando que a questão da privatização é importante para o Brasil.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa notícia para a saúde dos brasileiros a decisão da diretoria colegiada da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que aprovou, por unanimidade, nessa terça-feira, 13 de março, a proibição do uso de aromatizantes nos produtos derivados de tabaco. A resolução vai barrar o uso de substâncias como menta e cravo, que dão sabor ao cigarro. Segundo especialistas, esses aditivos são parte da estratégia da indústria do fumo para atrair jovens.

Esta Casa e o Senado Federal já tinham se manifestado contrariamente à liberação do uso de flavorizantes nos cigarros, em outubro último, quando se tentou incluir o famoso "jabuti" do cigarro na votação da MP 540, que criou o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, tratando de incentivos fiscais para a indústria nacional, com o objetivo de aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, e a Frente Parlamentar da Saúde teve papel fundamental na derrubada. Tive o prazer, naquela oportunidade, de ser um dos que se pronunciaram contra a matéria.

Felizmente, a forte pressão por parte da indústria do tabaco e organizações aliadas contra a Consulta Pública nº 112, de 2010, sob o argumento de que a aprovação da proibição dos flavorizantes poria em risco a sobrevivência de mais

de 50 mil famílias produtoras de tabaco e de que haveria prejuízos econômicos consideráveis ao setor fumageiro, fomentando inclusive o contrabando de cigarros, também não surtiu efeito.

A aprovação da Consulta Pública não afetará nenhum agricultor familiar ou produtor de fumo; não haverá diminuição de postos de trabalho no interior da indústria do tabaco, como também não haverá impacto direto nos cofres públicos, nem incentivará o mercado ilegal. Essa medida apenas influenciará direta e positivamente na diminuição do número de novos jovens fumantes, o que é um importante passo na luta pela melhoria da saúde pública.

A análise *Estudo dos Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação, pela ANVISA, dos Assuntos que tratam as Consultas Públicas 112 e 117, de 2010*, assinada pela Fundação Getúlio Vargas e realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde, pela Johns Hopkins School of Public Health, pela Tobacco Free Kids e pela Aliança de Controle do Tabagismo, dá conta de que as medidas preconizadas em ambas as consultas não fomentarão o contrabando de cigarros. Nos 20 anos em que vimos ampliando as medidas de controle do tabagismo, como a ratificação da CQCT, a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco; a restrição da publicidade; o uso de advertências sobre os impactos negativos do cigarro, entre outras, na verdade a área plantada com fumo cresceu 63%, e o volume da produção agrícola de tabaco no Brasil cresceu 72%, mostrando que a cada ano o País vem na verdade é reafirmando o seu papel de grande produtor mundial de tabaco.

A produção brasileira de fumo em folha cresceu 34% entre 2000 e 2009, mesmo com o consumo interno aparente caindo cerca de 33% de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal, o Levantamento da Produção Agrícola e o IBGE. Ressalte-se que 87% da produção de fumo em folha é destinada ao mercado externo. Portanto, as medidas previstas na CP 112 não afetarão a fumicultura.

Em contrapartida, a adição de sabores e açúcar mascara o sabor desagradável do cigarro, aumenta as chances de vício, sobretudo entre jovens, pois a cada dois que experimentam, um fica dependente. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer - INCA, o consumo de cigarros aromatizados entre adolescentes de 13 a 15 anos e adultos e jovens de 17 a 35 anos no País chega a 44%. Não bastasse, existem estudos científicos que revelam que aditivos como flavorizantes e adoçantes são deliberadamente usados para desenvolver os chamados "*produtos para iniciação*". Ainda segundo o INCA, em 2011, a indústria do tabaco oculta documentos internos que comprovam o desenvolvimento de patentes para tecnologias que permitem o uso do tabaco tipo Burley sem a inclusão de aditivos, sejam açúcares ou flavorizantes, os quais até já existem para venda no mercado nacional e internacional, mas que, para desespero dessa indústria, são menos atrativos ao público.

Lamentamos, no entanto, que o uso do açúcar, também uma reivindicação da indústria do tabaco, continuará permitido. Essa é outra luta que ainda temos pela frente e da qual os brasileiros e a saúde pública também sairão vencedores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, importante setor da nossa economia passará a ser explorado por empresas privadas em razão do leilão histórico de privatização de importantes aeroportos brasileiros.

Três dos principais terminais do País foram a leilão na segunda-feira, 6 de fevereiro: Cumbica, em Guarulhos, Viracopos, em Campinas, e Brasília. Juntos, movimentam 30% dos passageiros, 57% das cargas e 19% das aeronaves do sistema brasileiro. O Governo arrecadou R\$24,5 bilhões com o leilão. O valor a ser desembolsado por grupos nacionais e estrangeiros para o comando dos três aeroportos é quase cinco vezes o valor mínimo de R\$5,5 bilhões que o Governo pedia pelo controle dos terminais.

Segundo cronograma divulgado pela ANAC, os contratos devem ser assinados no início de maio, 45 dias após a homologação do resultado do leilão, prevista para 20 de março. Ou seja, os concessionários privados terão pouco mais de 2 anos para preparar minimamente os aeroportos brasileiros para a Copa do Mundo de 2014.

Para tanto, terão de acelerar os investimentos - previsão de R\$2,87 bilhões, no período - e fazer o que a INFRAERO não fez desde que o nosso País foi eleito como sede, em outubro de 2007. Nos últimos 9 anos, a INFRAERO nunca conseguiu executar mais que a metade de seu orçamento. Em 2011, deixou de utilizar R\$881 milhões previstos para construção e reforma de 23 aeroportos.

O aeroporto de Vitória, no meu Estado, o Espírito Santo, é um dos exemplos da inaptidão na administração dos recursos. Uma das maiores incógnitas do novo modelo, no entanto, é justamente a pesada participação que a INFRAERO terá nos grupos vencedores. A empresa ficará com 49% do capital de cada concessionária.

O Governo do PT resistiu à privatização dos aeroportos. A ideia de conceder a exploração à iniciativa privada foi defendida pelo PSDB e pelos demais partidos de oposição. No Governo Lula, foi rechaçada pelo então Presidente, ancorado na sua então Ministra-Chefe da Casa Civil.

Na campanha eleitoral de 2010, as privatizações continuaram demonizadas, e o PSDB atacado quanto à sua posição sobre o tema. Mas, eleita e empossada, S.Exa. a Presidente teve de admitir que, se continuasse a insistir contra a privatização dos aeroportos, certamente protagonizaria grande vexame na organização de uma Copa do Mundo.

Mais uma vez o PT faz no Governo o que sempre condenou quando estava fora dele.

Infelizmente, a demora em agir cobra seu preço. Enquanto o Governo do PT pensava se a privatização era a melhor maneira de solucionar o problema ou não, o fluxo de passageiros nos aeroportos brasileiros cresceu espantosos 153% desde 2003: o total saltou de 71 milhões para 179 milhões no período. Mesmo assim, o Governo, por meio da INFRAERO, pouco fez.

A INFRAERO serviu mesmo para gerar receita para o caixa único do Tesouro. Enquanto repassou R\$10,3 bilhões ao Governo Federal, entre 2002 e 2010, aplicou somente R\$ 4,6 bilhões em infraestrutura aeroportuária. Muitas dessas obras são conhecidas como "puxadinhos", uma marca do improvisado governamental.

Para contrabalançar o peso morto da estatal nos consórcios, a mão amiga do BNDES foi estendida aos futuros concessionários. O banco oficial de fomento financiará até 80% dos projetos, com juro máximo de 10,5% anuais e prazos de 15 a 20 anos. Registre-se que analistas do setor aéreo consideram que as regras formuladas para a concessão dos três terminais são precárias. Um dos aspectos criticados é a falta de metas bem definidas para aferir a qualidade dos serviços prestados no regime privado. Não se descarta que o modelo também pode resultar em tarifas mais altas para os cidadãos.

Obviamente, esperamos que haja efetiva melhora para os usuários, pois, ao contrário do PT, quando na Oposição, não somos da turma do "quanto pior melhor", mas alertamos para a necessidade da fiscalização desta Casa e da população diuturnamente.

041.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

15/03/2012-09:58

Publ.: DCD - 16/03/2012 - 6984

JUTAHY JUNIOR-PSDB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã acordei com esta belíssima manchete da *Folha de S.Paulo*: "*Governo cede à base e aceita veto a bebida na Copa-2014*". Vim a esta tribuna parabenizar o Governo pela sua atitude sensata, por perceber o risco que correriam todos os torcedores do Brasil ao se abrir um parêntese apenas para a Copa do Mundo, no que diz respeito a liberar o consumo de bebida alcoólica nos estádios durante os jogos. Mas, quando cheguei aqui e informei que faria este discurso, fui surpreendido por nota oficial do Governo, em que esclarece que, em relação à Lei Geral da Copa, o compromisso da venda de bebidas alcoólicas está mantido.

O Ministro Aldo Rebelo divulgou, na noite de quarta-feira, nota oficial sobre a Lei Geral da Copa, que deve ser votada na próxima semana pelo Plenário da Câmara. O Governo Federal esclarece que o compromisso assumido junto à FIFA relativo à venda de alimentos e bebidas nos estádios e outros locais durante a Copa do Mundo consta do projeto original e será mantido.

Documento 310/472

041.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

15/03/2012-10:44

Publ.: DCD - 16/03/2012 - 7026

LINCOLN PORTELA-PR -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio à questão de ordem formulada pelo Deputado Miro Teixeira. Posicionamento do orador contrário à liberação do consumo bebidas alcoólicas nos estádios de futebol. Repúdio às interferências externas na legislação brasileira.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, para corroborar com o Deputado Miro Teixeira, que já não está no plenário, pois foi preparar o requerimento, no Capítulo III da Procuradoria Parlamentar, no art. 21, nós entendemos esse posicionamento do Deputado Miro Teixeira. É importante o Dr. Sérgio estar assistindo.

"A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais."

Talvez o Deputado Miro Teixeira possa acrescentar alguma coisa em relação a esse trabalho à sua questão de ordem, à sua petição.

Mas, voltando ao pronunciamento que eu faria, o próprio Deputado Miro Teixeira disse que, às vezes, pessoas de fora vêm alterar as normas do nosso País. Eu, Presidenta, já dei o meu posicionamento em relação ao consumo da bebida alcoólica no Brasil, ao consumo da bebida alcoólica nos estádios de futebol. Esta Casa toda sabe, o Brasil sabe o meu posicionamento radicalmente contrário. E, como Líder do partido, encaminharei contra.

Todavia, a dificuldade maior que eu tenho é no mérito. E qual é o mérito? Virem pessoas de outros países para alterar leis brasileiras. Eu acho isso - perdoe-me a palavra, baixando um pouco o nível do discurso - o fim da picada. É o fim da picada organismos internacionais, grupos internacionais, virem de fora para alterar legislação brasileira. Eu não posso entender, como Parlamentar, e, em hipótese alguma, aceitar um posicionamento desse.

Fiquei sem entender um pouco qual o posicionamento do Governo, que, a princípio, teria - futuro do pretérito - dito que havia um acordo para que fosse votado da maneira que estava colocado no relatório. Depois que alguns líderes se reuniram votando contra isso, parece-me que o Governo teria voltado atrás. E agora, pela manhã, eu já ouvi que o Governo teria de novo - eu estou trabalhando com o futuro do pretérito - voltado atrás, dizendo que haveria um acordo.

Com acordo ou sem acordo - respeito os posicionamentos do Governo -, nós, do Bloco do Partido da República, continuaremos encaminhando "não" por uma questão de mérito, por entendermos que o Brasil é soberano e que o Brasil não pode permitir interferências externas nas nossas leis. Isso é um absurdo! Nós precisamos defender o nosso País nesse sentido.

Já nem entro na questão do uso de bebida alcoólica nos estádios e em outros lugares, que sou radicalmente contra. Não tem nada a ver com saúde, só a prejudica. Agora, no mérito, é um absurdo pessoas de outras nações, outros países virem querer mudar leis brasileiras. Isso é o cúmulo do absurdo, em nome da Liderança do Partido da República.

Obrigada, Sra. Presidenta.

Documento 311/472

041.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	15/03/2012-10:44
Publ.: DCD - 16/03/2012 - 7027	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Encaminhamento pelo PSOL de expediente à Mesa Diretora para investigação do recebimento ilícito de recursos de campanha pelo Deputado Rubens Otoni. Defesa de investigação, pela Procuradoria Parlamentar da Casa, de declarações do empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, sobre a distribuição de aparelhos de celular Nextel a políticos. Imediata instalação da CPI destinada à investigação de denúncias de exploração de máquinas caça-níqueis. Apresentação de requerimentos de informações aos Ministérios das Relações Exteriores e do Esporte a respeito de documentos assinados entre o Governo Federal e a Federação Internacional de Futebol - FIFA nos anos de 2004, 2005 e 2007.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores, todos que acompanham esta sessão, esta manhã de quinta-feira foi um pouco mais animada em função da cachoeira de ilícitos que está sendo verificada pela Polícia Federal, pela Justiça, pelo Ministério Público, e que, às vezes, paira sobre o Parlamento.

Então, nossas providências aqui, mais do que objetivas, estão definidas para que a culpa de uns não recaia sobre todos.

Nós, do PSOL, já na segunda-feira passada, tínhamos feito um memorando à Mesa para que a Corregedoria da Casa verificasse não só o recebimento possivelmente ilícito de recursos de campanha por um Deputado desta Casa, o Deputado Rubens Otoni, mas todas as demais denúncias decorrentes desse tipo de procedimento por parte do empresário contraventor preso.

Em segundo lugar - como o Deputado Miro Teixeira destacou agora, e o Deputado Lincoln Portela lembrou -, é dever da Procuradoria da Casa defender a honra do Parlamento pedindo todos os esclarecimentos sobre ligações telefônicas, telefones especiais, rádios, Nextel, no Brasil e nos Estados Unidos, de uso desse Carlos Cachoeira, de seus amigos e sócios de empreitadas escusas.

Por fim, o Deputado Protógenes informa que já tem - o que mostra altivez deste Parlamento - as assinaturas necessárias para a CPI da Operação Monte Carlo. Imagino que S.Exa. protocolará esse pedido de imediato, e até convida os Parlamentares que queiram acompanhá-lo nessa iniciativa.

Espero que essa CPI seja instalada para que possamos apurar o recorrente conluio do interesse privado com a função pública. Quem é autoridade pública não pode ter bandido de estimação, como disse nesta semana o jornalista Augusto Nunes, numa expressão muito contundente.

Por fim, Sr. Presidente, estou encaminhando um requerimento de informações, tanto ao Ministério das Relações Exteriores quanto ao Ministério do Esporte, no sentido de dar à luz documentos assinados pelo Brasil, em 2004, 2005 e 2007, com compromissos com a FIFA, para que isso seja esclarecido de vez.

Na verdade, hoje há uma contradição. O Ministro Aldo diz que o Brasil assumiu, sim, o compromisso de liberar a venda de bebida alcoólica em partidas das Copas das Confederações e do Mundo e o Líder do PT falou que esse compromisso, inclusive corretamente aliás, está sendo retirado do texto da Lei Geral da Copa, que tem outras impropriedades. A retirada da questão da bebida alcoólica é a retirada de uma pequena dose de absurdos dessa proposta.

Nós, do Parlamento, não sabemos exatamente que compromissos o Governo brasileiro, o Executivo assumiu com a FIFA. Não fomos informados. Sem transparência, a Copa do Mundo vai ser um jogo sem regra, e, em jogo sem regra, o dono da bola é que determina o resultado. E a FIFA quer ser a dona da bola, em todos os sentidos.

Documento 312/472

041.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

15/03/2012-10:44

Publ.: DCD - 16/03/2012 - 7033

ODAIR CUNHA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Participação na 108ª Reunião da Organização Internacional do Café - OIC, em Londres, Inglaterra. Eleição do Sr. Robério Silva para o cargo de diretor-executivo da instituição.

Posse do Deputado Pepe Vargas na Pasta do Desenvolvimento Agrário. Assunção pelo Deputado Arlindo Chinaglia do cargo de Líder do Governo na Casa. Saudação ao ex-Líder do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza. Concessão do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz à Presidenta Dilma Rousseff. Programas e ações do Governo Federal em prol do crescimento econômico brasileiro. Expectativa de votação, pelo Senado Federal, da Medida Provisória nº 545, de 2011, a respeito do regime tributário do setor cafeeiro. Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com a Chanceler da República Federal da Alemanha, Angela Dorothea Merkel, destinado ao debate da crise econômica mundial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço seja considerado lido discurso em que narro fatos importantes ocorridos esta semana no Parlamento brasileiro e as ações do Governo da Presidenta Dilma.

Aproveito para registrar que na semana passada estive na 108ª reunião da Organização Internacional do Café, em Londres. Esta foi a primeira reunião dirigida por um brasileiro, o Dr. Robério Silva, eleito na última sessão da Organização Internacional do Café. Foram discutidos temas importantes como o financiamento para o setor.

Como esse financiamento se dá no mundo inteiro, eu digo, Sr. Presidente, que vivemos um momento importante da afirmação do Brasil na liderança desse setor no mundo.

Mais uma vez parablenizo o Dr. Robério pela sua eleição para Diretor Executivo daquela organização.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. ODAIR CUNHA (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada gostaria de ressaltar três fatos importantes que ocorreram nesta semana no Parlamento. O primeiro foi a Posse do companheiro Pepe Vargas, deputado do PT do Rio Grande do Sul, para o cargo de Ministro do Desenvolvimento Agrário. Gostaríamos de cumprimentá-lo pela indicação e desejar força na resolução dos desafios da política agrária de nosso país. Estou certo que realizará um grande trabalho.

Cumprimento também os líderes do Governo Cândido Vaccarezza, que deixou o cargo depois de um brilhante trabalho nesta Casa, que defendeu e promoveu com competência e lealdade as prioridades para os Governos Lula e Dilma neste Parlamento, e saudar o líder que agora assume este posto, o ex-presidente desta Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, parlamentar que tem uma trajetória política e pessoal de sucesso, que ele consiga conduzir o processo de construção das leis e dos consensos de forma democrática e leal, a fim de contribuir para a continuidade de um Governo de coalização, que trabalha pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Ressalto também a vinda da Presidenta Dilma Rousseff a este parlamento, nesta semana, para receber o Prêmio Bertha Lutz, muito merecido, por sua grande contribuição e exemplo que deram fôlego à ampliação dos direitos e espaços da mulher na sociedade brasileira.

Como Vice-Líder do Governo nesta Casa, trazemos a esta tribuna o debate de questões e temas de repercussão nacional, especialmente no que se refere à atuação do Governo Federal e sua interação com o Poder Legislativo.

Sabemos que 2012 será um ano de grandes desafios. Na pauta de votações desta Casa, destacam-se, seja pelo alcance institucional, seja pelo potencial de polarização, as proposições relativas à Previdência Complementar do Servidor Público, ao Plano Nacional de Educação, ao Código Florestal e à Lei Geral da

Copa. Em todos os projetos, o Governo vem trabalhando com empenho e abertura ao diálogo, convencido da importância do amadurecimento das discussões e do significado de cada uma delas para o futuro do País.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, temos de ter em mente os grandes avanços já realizados, tanto na área social quanto no crescimento econômico. Não podemos esquecer o volume de recursos deslocados para o Programa de Aceleração do Crescimento, em especial para o programa Minha Casa Minha Vida, que atingiram patamares bastante promissores. Em janeiro de 2012, as despesas do PAC somaram 3,11 bilhões de reais, o que significou aumento de 5,6% em relação ao mesmo período em 2011. Para este ano, a dotação do PAC, com recursos do Orçamento da União, está em torno de 42,5 bilhões.

Já o Minha Casa Minha Vida, recebeu, no primeiro mês deste ano, cerca de 2,5 bilhões de reais, o que representa crescimento de 132% em relação a janeiro do ano passado. É importante lembrar que, já este ano, os recursos direcionados ao Programa passarão a ser contabilizados não como despesas do Governo, mas como investimentos, na expectativa de que, somados aos investimentos das estatais, sejam disponibilizados 165 bilhões.

O crescimento de investimentos é um dos objetivos do Governo Federal para o ano de 2012. Espera-se por um crescimento mais intenso, agora que se deu início ao segundo ano de mandato da Presidente Dilma e todos os rearranjos políticos e institucionais chegam a bom termo.

Nesse contexto, gostaríamos de ressaltar a preocupação do Governo com o crescimento dos produtos importados no mercado brasileiro, e a consequente priorização do estabelecimento de mecanismos de proteção da indústria nacional.

Como se sabe, a entrada de produtos desonerados de ICMS, especialmente vindos da China, tem ameaçado a competitividade da indústria brasileira, que se vê prejudicada pelo baixo custo dos produtos e ausência de barreiras alfandegárias. O programa Brasil Maior vem sendo desenvolvido nesse sentido, e deverá oferecer estímulos como isenção ou diminuição de alíquotas de tributos, ou manutenção do IPI baixo sobre material de construção e máquinas e equipamentos para a produção. A própria Presidente Dilma já afirmou que o plano é um primeiro passo e que o Governo tomará outras medidas de incentivo à produção, como o Supersimples, entre outros.

Vale lembrar, a propósito, a Medida Provisória nº 545, que garantiu novo regime tributário à cadeia produtiva do café. Prevê-se a suspensão do recolhimento do PIS/Cofins, que passará a recair sobre o último elo da cadeia, mais exatamente a empresa de moagem ou torrefação. Esta, por sua vez, terá direito a crédito presumido equivalente a 80% do valor da compra.

Todo esse processo, aqui brevemente apresentado, tem por objetivo impedir que empresas alheias à cadeia atravessem o mercado para revender o produto a exportadores, e se apropriem indevidamente dos créditos mencionados. Com isso, preserva-se a competitividade do café brasileiro e, naturalmente, o contingente de empregos no setor. A aprovação da medida, nesta Casa, foi saudada por representantes do Conselho Nacional de Café e pelos cafeicultores. Agora, aguardamos a votação da matéria no Senado Federal.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaríamos de assinalar nossa expectativa em relação às próximas viagens internacionais da Presidente Dilma, que consideramos essenciais à consolidação do protagonismo brasileiro na conjuntura contemporânea e à obtenção de condições mais favoráveis ao comércio com o Brasil.

Recém-chegada da Alemanha, a Presidente participou da Feira Internacional de Tecnologia da Informação, que este ano homenageou o Brasil, o sexto consumidor desse mercado em todo o mundo. Ela também conversou com a

chanceler Angela Merkel sobre questões concernentes à crise europeia, oferecendo o ponto de vista brasileiro sobre as decisões tomadas pelo bloco europeu.

Entre os próximos 28 e 30 de março, a Presidente irá a Nova Délhi, para uma reunião dos chamados BRICS, os cinco países emergentes, próximas potências mundiais: Brasil, Rússia, Índia, China e, a mais recentemente incluída, a África do Sul. É mais uma demonstração internacional da força das novas economias, que vêm conseguindo alterar o quadro geopolítico mundial, em favor de nova distribuição hegemônica e novas composições.

Por fim, a viagem aos Estados Unidos, nos próximos 9,10 e 11 de abril, quando Dilma Rousseff se encontrará com o Presidente Barack Obama e discutirá, em especial, sobre ciência e tecnologia e o intercâmbio respectivo entre as duas nações.

Não temos dúvidas, Senhor Presidente, de que vivemos momento especialmente promissor da economia e da política nacionais. O Brasil avança a passos largos para a melhoria na distribuição de riqueza, na geração de empregos, na consolidação de seu papel na nova cena internacional. Estejam todos certos de que a bancada do Governo nesta Casa não poupará esforços em secundar a Presidente Dilma, em seu extraordinário empenho pelo crescimento econômico, pelo desenvolvimento social e pela proeminência do Brasil no atual concerto das Nações.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 313/472

042.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

15/03/2012-17:21

Publ.: DCD - 16/03/2012 - 7093

LILIAM SÁ-PSD -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora contrário à redução da idade considerada para a qualificação do crime de estupro de vulnerável. Defesa da proibição de bebidas alcoólicas nos estádios pela Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A SRA. LILIAM SÁ (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Amauri Teixeira, Srs. Deputados presentes, Domingos Dutra, Zé Geraldo, Paes Landim, Luiz Carlos, Edmar Arruda, a todos minhas saudações.

O Deputado Roberto de Lucena falou sobre um relatório, apresentado por juristas, que propõe a redução para 12 anos da idade considerada para a qualificação de crime de estupro de vulnerável. Quero dizer a S.Exa. que foi aprovada nesta Casa a instalação de CPI para investigar o turismo sexual e a prostituição infantil no Brasil, bem como que nós vamos pedir maiores informações sobre a questão e vamos posicionar-nos contra essa redução proposta no relatório.

Sras. e Srs. Deputados, quero, em meu discurso, como antecipou o Deputado Roberto de Lucena, abordar a confusão que tomou conta desta Casa e de todo País a propósito da votação da Lei Geral da Copa. Refiro-me à venda de bebidas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo.

O Relator, Deputado Vicente Candido, anunciou que vai manter a permissão para venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios. O projeto deverá ser votado na próxima semana, e a confusão é geral; um diz uma coisa, outro diz outra, e o Governo diz que não há acordo com a FIFA. Enfim, a matéria é muito polêmica.

A venda de bebidas alcoólicas, como nós sabemos, além de ferir o Estatuto do Torcedor, que proíbe a comercialização de álcool nos estádios brasileiros, é uma medida que afronta a Lei Seca. Apesar de essa lei estar em vigor desde junho de 2008, ainda é grande o número de motoristas que insistem em beber e dirigir, e assim persistem os altos índices de mortes no trânsito causadas por motoristas sob efeito de bebidas alcoólicas, principalmente entre os jovens.

Infelizmente, também a ideia da impunidade se fortalece e se alastra em todo o território nacional.

Representantes do Ministério Público e dos Estados da União alertaram ainda que a eventual liberação da venda de bebida alcoólica apenas nos eventos da FIFA afrontaria o princípio da isonomia, o que revelaria uma postura discriminatória em desfavor do torcedor brasileiro.

É uma incoerência, num País onde se discute o aumento da pena para o motorista bêbado causador de morte, autorizar a venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol.

Os torcedores brasileiros já se acostumaram com a proibição da venda de bebidas alcoólicas, que representou um grande avanço na busca pela segurança do torcedor e resultou numa significativa redução da violência nas partidas de futebol, no interior e nos arredores dos estádios.

A UEFA, entidade europeia de futebol que é responsável pela Eurocopa e pelos torneios mais lucrativos do mundo, como a Liga dos Campeões da Europa e a Liga Europa, já determinou que na Eurocopa deste ano, que será realizada na Ucrânia e na Polônia, vai proibir a venda de bebidas alcoólicas. A decisão da UEFA é baseada no senso comum de que bebida alcoólica leva à violência nos estádios.

Sr. Presidente, não podemos priorizar a visão econômica, tampouco render-nos à pressão comercial que esta Casa está sofrendo, em detrimento da segurança, desprezando e aniquilando as conquistas e resultados já alcançados com a Lei Seca.

Não podemos esquecer que as mortes no trânsito, em grande parte, ainda são causadas por motoristas embriagados, e são motivo de tristeza para os familiares e de vergonha para o País.

No meu Estado, Deputado Domingos Dutra, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos, um motorista bêbado desceu uma ladeira e matou crianças que estavam na calçada. Isso aconteceu na semana passada, em São João do Meriti. Nós não podemos esquecer que essas mortes são causadas por motoristas que muitas vezes estão embriagados. Nos estádios de futebol acontece a mesma coisa. Às vezes, o torcedor bebe, sua mulher está ao seu lado, alguém mexe com ela, ele não gosta, e pronto, instala-se a violência no estádio. Uma cena como essa seria péssima para a imagem do Brasil no exterior, para a nossa imagem de brasileiros que queremos realizar uma Copa do Mundo bonita.

Ressalto ainda que o álcool, apesar de lícito, pode ser a porta de entrada para outras drogas. Nossos adolescentes têm morrido cada vez mais porque bebidas lhes são vendidas ilegalmente.

Sr. Presidente, quero dizer que a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente da Família, da qual faço parte, têm 76 Deputados que vão votar contra esse projeto. Bebida e esporte não combinam.

Muito obrigada.

Documento 314/472

042.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

15/03/2012-17:15

Publ.: DCD - 16/03/2012 - 7092

ROBERTO DE LUCENA-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Rejeição da proposta de redução da idade para qualificação do crime de estupro de vulnerável, apresentada por grupo de juristas ao ensejo da reforma do Código Penal.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Amauri Teixeira, ilustre Deputada Liliam Sá, demais Sras. e Srs. Parlamentares, esta Casa prepara-se para apreciar na próxima semana, neste plenário, a Lei Geral da Copa.

Alguns pontos da proposta que será analisada trazem-nos preocupações, e certamente serão alvo de importantes debates.

Chamo a atenção de V.Exas. neste momento para um ponto em especial: a liberação da venda de bebidas alcóolicas dentro dos estádios de futebol.

Após a reunião do Colégio de Líderes, ontem, teria havido a informação de que esse ponto não havia sido objeto de negociação entre o Governo Federal e a FIFA; no entanto, essa informação foi hoje revista, e o Relator da proposta, Deputado Vicente Candido, manterá no seu relatório o texto tal como estava.

Eu quero aqui aplaudir o que disse o Presidente Marco Maia a respeito desse assunto, no sentido de que o Parlamento não pode ser pressionado por interesses da FIFA, e o País, por ser democrático, discute exaustivamente todos os temas. O Presidente acrescentou que a venda de bebidas nos estádios é questão complexa, e sua liberação altera regras já existentes.

Muitas são as nossas preocupações em relação a esse assunto. Nada justifica esse retrocesso que se anuncia em relação à legislação existente, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas e que faz parte de um processo em andamento no País de enfrentamento de um dos maiores males desta Nação, maior inclusive do que as drogas: o alcoolismo.

Nossa preocupação, contudo, não é apenas com a liberação de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante a Copa. Preocupa-nos também, por exemplo, o relatório a respeito da reforma do Código Penal apresentado na última semana por um grupo de juristas. Nele, reduz-se de 14 para 12 anos a idade para caracterização de estupro de vulnerável, tendo-se até cogitado a redução para 10 anos. Ora, isso é legalizar a pedofilia no País!

É muito interessante, e muito coincidente, Presidente Amauri Teixeira, que isso chegue a esta Casa às vésperas da Copa do Mundo. O que se pretende com isso? Aonde se quer chegar?

Esta Casa, que tem responsabilidade, que é permeada de homens probos e dignos, certamente não permitirá que prospere essa insensatez proposta no referido relatório.

A Frente Parlamentar Evangélica votará contra a venda de bebidas alcoólicas

nos estádios de futebol, assim como a bancada da saúde, da qual faço parte, e a Frente Parlamentar da Família, da qual também faço parte.

Eu, particularmente, quero reafirmar minha posição absolutamente contrária à liberação de bebidas alcóolicas em estádios de futebol. Tenho apresentado nesta Casa iniciativas de projetos de lei que, visando promover o trânsito seguro, enfrentam o problema do alcoolismo no País. Portanto, refuto a liberação por considerá-la um retrocesso em relação ao que temos construído no enfrentamento das drogas e do alcoolismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputada Liliam Sá. Que Deus abençoe o Brasil.

Documento 315/472

042.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

15/03/2012-17:00

Publ.: DCD - 16/03/2012 - 7090

EDMAR ARRUDA-PSC -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao PSC pela indicação do orador para a presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Casa. Defesa de retirada, do bojo do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014, do dispositivo referente à liberação do consumo de bebidas alcóolicas em estádios. Destinação de recursos do Imposto de Renda para o Fundo da Infância e Adolescência. Importância da aprovação pela Casa de medida provisória em prol da acessibilidade dos portadores de deficiência. Colapso no abastecimento interno de álcool e açúcar.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSC-PR e como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com imensa alegria que nesta tarde eu utilizo esta tribuna para, primeiramente, agradecer ao meu partido, o Partido Social Cristão, que tem como missão o ser humano em primeiro lugar, pela indicação que foi feita do meu nome para assumir a Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa.

Eu, no primeiro mandato, ainda iniciando o meu segundo ano de mandato, tenho a honra de presidir essa Comissão representando esta Casa, mas, em especial, representando o meu partido e o Paraná, o meu Estado.

Eu fico feliz de poder contribuir com esta Casa e com o povo brasileiro na Presidência de uma Comissão que tem uma responsabilidade muito grande no sentido de fiscalizar aquele recurso que é recolhido do cidadão brasileiro e aplicado nos mais diversos setores deste País; que é aplicado na educação, na saúde, no transporte, nas obras do PAC, nas obras do Programa Minha Casa, Minha Vida, nas obras das Olimpíadas, da Copa do Mundo etc.

Queremos dar transparência a tudo o que chegar àquela Comissão.

Fiquei muito feliz na reunião das Lideranças quando discutimos, ontem, a Lei Geral da Copa e conseguimos avançar num entendimento para que pudéssemos retirar o item que autorizava a venda de bebida alcoólica nos estádios de futebol durante os jogos.

Por que digo isso? Porque o Brasil tem travado uma guerra contra quem dirige

embriagado. O Brasil tem travado essa guerra para que possamos diminuir os acidentes provocados pelas pessoas que dirigem alcoolizadas; o Brasil tem travado essa guerra para reduzir esses acidentes, reduzindo, assim, o custo para o Sistema Único de Saúde, e também para diminuir as sequelas que atingem o cidadão brasileiro.

Muitas vezes, quando provoca um acidente, uma pessoa embriagada ceifa vidas de pessoas que não têm nada a ver com o problema. São simplesmente envolvidas em acidentes fatais, em acidentes em que nossos irmãos têm perdido suas vidas.

Penso que foi um avanço mantermos na Lei Geral da Copa a proibição da venda de álcool nos estádios. Aliás, não é manter a proibição, é não permitir a venda, porque o Brasil já tem uma legislação com relação a isso. Então, o que nós estamos fazendo é não alterar a legislação, o que poderia macular a imagem do Brasil numa situação como essa.

Houve até alguns argumentos no sentido de que isso poderia comprometer a realização da Copa no Brasil pelo fato de alguns patrocinadores deixarem de patrocinar o evento por não poder vender bebida alcoólica nos estádios. Isso é uma falácia, porque sabemos que o que a AMBEV, empresa que vende produtos com álcool, quer é a propaganda pelo patrocínio do evento. Ela não está preocupada com o volume de bebida que vai ser vendido nos estádios brasileiros.

Foi com sabedoria que os Líderes da base, os Líderes da Oposição e o Governo Federal fizeram uma reavaliação. Estaremos aqui para aprovar uma lei equilibrada, atendendo às reivindicações da FIFA, permitindo a realização desse grande evento no Brasil, mas não cedendo à venda de álcool nos estádios. Isso comprometeria a vida daqueles que bebem e daqueles que muitas vezes são envolvidos em acidentes e não têm absolutamente nada a ver com o problema.

Também temos outras coisas boas para falar. No final do ano passado, estive reunido com o Secretário da Receita Federal, Dr. Carlos Alberto Barreto, e sua equipe. Ele nos atendeu com grandeza ao ouvir o que nós tínhamos para falar sobre o Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

Os nobres Deputados e Deputadas, os senhores que estão nos ouvindo sabem que temos uma lei que permite seja destinado parte do Imposto de Renda para um Fundo da Infância e Adolescência do seu Município.

Fiquei muito feliz quando, no início do ano, no dia 3 de fevereiro de 2012, foi editada a Instrução Normativa nº 1.246, permitindo que o cidadão e a cidadã brasileiros possam fazer agora a doação para o Fundo da Infância e Adolescência na data da entrega da declaração do Imposto de Renda. Ou seja, até o dia 30 de abril, todos aqueles que têm Imposto de Renda a pagar poderão indicar na sua declaração a doação para o Fundo da Infância e Adolescência do seu Município ou do seu Estado.

Por que isso é importante? Porque antes a instrução que tínhamos só permitia essa doação quando feita até o dia 31 de dezembro. Era uma dificuldade muito grande para o cidadão fazer uma prévia da declaração do Imposto de Renda até o dia 31 de dezembro para então calcular o valor do imposto e poder fazer a doação.

Faço um desafio: você que está nos assistindo, Srs. Deputados, servidores da Casa, assessores, não deixem de fazer a doação. Excepcionalmente, para este período até o dia 30 de abril, é de 3% do valor do Imposto de Renda.

É importante dizer que se a pessoa tem restituição do Imposto de Renda pode doar do mesmo jeito. Primeiro, ela calcula o seu imposto, faz a doação para o Fundo da Infância e Adolescência e depois deduz o que foi pago, e é restituída da mesma forma.

Portanto, é uma oportunidade que temos de fortalecer essas entidades, que

prestam um grande serviço em nossos Municípios, em especial os Municípios médios, os Municípios menores, onde faltam recursos. Esse recurso é importante para que entidades como as APAEs e como a ANPR, no caso da minha cidade; para que casas de repouso, como asilos, possam receber recursos diretamente do Fundo da Infância e Adolescência, para que possamos, então, melhorar a vida das nossas crianças, dando a elas uma oportunidade melhor.

Sr. Presidente, aprovamos, na noite de ontem, um projeto que reputo da mais alta importância para os portadores de deficiência do Brasil. Milito nesta área há muitos anos. Fui presidente de uma entidade de portadores de deficiência e sabemos da dificuldade existente para um portador de deficiência adquirir um equipamento, um aparelho. Hoje, existem tecnologias disponíveis que oferecem acessibilidade a essas pessoas e qualidade de vida, permitindo que elas exerçam sua profissão.

Ontem esta Casa deu um passo importante ao aprovar uma medida provisória que disponibiliza mais de 100 milhões de reais para aquisição desses equipamentos com financiamento, com uma taxa de juro subsidiada, uma taxa de juro bastante baixa, permitindo que essas pessoas possam adquirir esses equipamentos e contar com o que existe em termos de tecnologia disponível para melhorar sua vida.

Quero parabenizar esta Casa, em especial a Deputada Mara Gabrilli, que fez um relatório perfeito, não desviando do objetivo da medida provisória. Com certeza, o projeto será aprovado no Senado e a lei será sancionada pela Presidente Dilma. Assim, colocaremos esse financiamento à disposição de todos aqueles que precisam, para melhorar sua qualidade de vida.

Parabéns aos Deputados e Deputadas desta Casa.

Quero encerrar falando de um item, de um momento que estamos vivendo na economia sobre o qual reputo ser importante uma reflexão por parte do Governo brasileiro, por parte desta Casa. Tem a ver com a crise que estamos enfrentando com relação à oferta de álcool e de açúcar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devemos ter, neste ano, mais de 30 usinas paralisadas por falta de cana para moer. Isso está ocorrendo em função da crise que tivemos em 2008 e em 2009.

Ora, um país que tem como bandeira a produção de álcool, que é um produto verde, ou seja, ecologicamente correto - estamos brigando pela regulamentação desse produto para que possamos exportá-lo para outros países... De repente, vejo o Governo brasileiro preocupado com o pré-sal, investindo no pré-sal - aliás, nós já estamos aqui discutindo a divisão dos *royalties* do pré-sal, quando nem sabemos ainda quando, quanto e como vamos extraí-lo, uma vez que está a mais de 1.200 metros de profundidade.

Espero que possamos fazer a extração do pré-sal, que é uma riqueza nossa e que, estou certo, será muito importante para o Brasil. Mas não podemos nos esquecer do álcool, que é um produto brasileiro. Hoje, 85% dos carros no País são do tipo *flex*. Não é possível que seus motoristas não encontrem álcool nos postos de gasolina.

Portanto, devemos pedir ao Governo que olhe com carinho a questão. Precisamos, nos próximos anos, de no mínimo mais 120 usinas, para que a oferta do produto atenda à demanda que há no País. E ter 120 usinas funcionando e respondendo à demanda significa fazer um investimento de 95 bilhões de dólares. É, sim, um valor significativo, mas muito pequeno diante do que já temos instalado no País. Além do mais, hoje produção de álcool não é só isso: produzimos álcool, produzimos açúcar e fazemos cogeração de energia elétrica - conseguimos produzir energia num momento crucial para o Brasil e evitamos que faltasse energia em nossas casas e indústrias.

Portanto, Sr. Presidente, faço aqui um apelo ao Governo para que olhe com atenção o programa do álcool e não deixe o povo brasileiro na mão. Precisamos continuar produzindo álcool, produzido açúcar, produzindo energia elétrica, sobretudo avançando na produção e emprego de energia verde, e disso sermos um exemplo para o mundo.

Muito obrigado.

Documento 316/472

042.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/03/2012-15:03
Publ.: DCD - 16/03/2012 - 7069	NELSON BORNIER-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Sucesso da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, na Capital fluminense. Imediata inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre estabelecimento de piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares. Elogio à administração do setor de saúde pública no Estado e na Capital do Rio de Janeiro. Desatualização dos dados sobre a saúde pública fluminense divulgados pelo Ministério da Saúde. Importância da construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro. Colapso no abastecimento de água em bairros de Municípios da Baixada Fluminense, especialmente em Nova Iguaçu. Alerta à Presidenta Dilma Rousseff sobre a necessidade de criação de PAC específico para o setor de saneamento básico. Defesa de rejeição da proposta de distribuição de royalties de petróleo da camada pré-sal, apresentada pelo Senador Vital do Rêgo. Saudações à mulher brasileira pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje o horário reservado ao Grande Expediente desta Casa para tratar de temas relevantes para a população do meu Estado do Rio de Janeiro.

Trago ao debate, Sr. Presidente, propostas para melhorar a qualidade de vida do carioca, do fluminense, daquele cidadão que trabalha ou simplesmente mora na Baixada Fluminense, na nossa região metropolitana, onde se concentra mais da metade do povo do Estado que represento, há 5 mandatos, como Deputado Federal nesta Casa.

Ao traçar o roteiro deste discurso, procurei destacar temas prioritários e estratégicos para o Rio de Janeiro/Capital, o Rio de Janeiro/Baixada Fluminense e outras cidades que compõem o nosso entorno, em especial da região metropolitana.

Quando me refiro a prioridades, não posso deixar de começar a falar pela segurança pública. E falar neste tema é reconhecer melhorias e aplaudir com entusiasmo os resultados animadores das Unidades de Polícia Pacificadora, um audacioso e planejado projeto de segurança pública, que o Governo do Estado executa com êxito em 68 comunidades da nossa Capital.

As UPPs, criadas pelo Governo Sérgio Cabral, começaram há 3 anos a devolver

à cidadania, ao Estado Democrático de Direito os territórios antes ocupados pelo tráfico e pelas milícias. Para quem não sabe, o conceito das UPPs é de um policiamento comunitário, uma polícia da paz.

Recentemente, Sr. Presidente, quando a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro comemorou os primeiros 3 anos de UPPs, o Secretário José Mariano Beltrame destacou, numa solenidade, que esse projeto está cumprindo seu objetivo, que é o de devolver o território às populações sem disparar um tiro e sem derramar uma gota de sangue, seja de quem for.

É claro, Sr. Presidente, que ainda existem imperfeições que precisam e, com certeza, serão corrigidas ao longo do tempo, como a que vem acontecendo com a migração desses bandidos do tráfico para as cidades da Baixada Fluminense, Niterói, São Gonçalo, Macaé, Cabo Frio, entre outras, que estão sendo transformadas nas novas cidadelas de grupos armados, alterando negativamente os índices de violência.

No entanto, é digno de aplauso, por exemplo, a redução do controle territorial do tráfico na Capital do Rio nas áreas ocupadas pelas 19 UPPs instaladas até aqui.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o sucesso desse projeto das UPPs do Rio de Janeiro corre o mundo, ganha espaço positivo na mídia internacional e apresenta uma política pública que, aqui no Brasil, já começou a ser motivo de referência. Lembro-me bem, por exemplo, de que o Governo do Paraná mandou recentemente representantes a nosso Estado para examinar a possibilidade de instalar algo semelhante às UPPs em alguns bairros da cidade de Curitiba.

Quando registro nesta Casa que os resultados das UPPs são animadores, trago números que substanciam nosso discurso. Pois bem, mais de 1 milhão de pessoas voltaram a ter o direito de dormir em paz em 68 comunidades da nossa Capital. E mais, Sr. Presidente: até 2014, esse universo de UPPs chegará a 165 comunidades, beneficiando indiretamente milhão e meio de cidadãos. Durante a Copa do Mundo, o Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, investirá cerca de 720 milhões de reais ainda neste projeto.

Para se ter uma ideia da grandeza de gastos nesse setor, esses recursos são maiores do que o atual PIB de 60% das cidades do nosso Estado. Só no ano passado, o Governo Sérgio Cabral investiu cerca de 8,88% do orçamento total do Estado em segurança pública. Doze mil policiais passaram a trabalhar diretamente nas UPPs, aproximando a população e a polícia, além de fortalecer políticas sociais nas comunidades.

A UPP é um novo modelo de segurança pública que, até 2016, ano das Olimpíadas no Rio de Janeiro, terá um total de 60 mil policiais qualificados pela Academia de Polícia. A importância das UPPs na recuperação da imagem do Rio de Janeiro pode ser medida pelo reconhecimento do próprio Prefeito da Capital, o Prefeito Eduardo Paes, que gratifica mensalmente cada policial que trabalha dentro desse sistema com cerca de 500 reais, ou seja, um reconhecimento pelo trabalho que vem sendo desenvolvido nessa área.

E, mais do isso, é importante registrar também a valorização do patrimônio, ou seja, dos bens imóveis dessas localidades onde se encontram instaladas as UPPs.

Depois dessas considerações feitas, Sr. Presidente, não posso deixar de falar também da importância do Rio como cidade que sediará a Rio+20 dentro de 100 dias, com a presença de Chefes de Estado de todo o planeta, para discutir o futuro do meio ambiente.

Renovo ao Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, mais do que nunca, o pedido para que ponha em votação, já que o fizemos aqui em primeiro turno, e o mais rápido possível, a PEC 300, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido principalmente na cidade do Rio de Janeiro, esse instrumento político, institucional, administrativo e necessário para a melhoria dos salários dos

policiais civis, militares, agentes penitenciários e bombeiros, em todo o País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, outro assunto da maior importância é a saúde pública. Acompanhei com muita preocupação os últimos números divulgados pelos meios de comunicação, noticiados pelo Ministério da Saúde, sobre o desempenho da saúde pública no Brasil e, em especial, no meu Estado, como a Capital e em algumas cidades da Baixada Fluminense, na prestação de serviços básicos de saúde.

Quando o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, reagiu com firmeza à divulgação dos dados sobre o desempenho da Prefeitura que administra, a mim isso não me causou nenhuma surpresa, pois a sua administração, nos últimos 3 anos, foi destaque: ele criou cerca de 56 clínicas da família, atendendo perto de 2 milhões de pessoas, em diversos bairros espalhados na Capital. E, como ficou noticiado, a referida divulgação deu a impressão de que sua administração não estaria voltada para tal atividade. Basta ver que as pesquisas do Ministério da Saúde se deram tão somente no ano de 2008.

De qualquer forma, quero deixar aqui registrada, por uma questão de justiça, a determinação do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, que é vítima da ausência de uma política do Governo Federal que integre os Municípios da Baixada Fluminense na prestação de serviços de saúde pública, reafirmando, dessa forma, que os números do Rio não são os que o Ministro da Saúde divulgou para os meios de comunicação.

Na região da Baixada Fluminense, vítima maior da inexistência de ações públicas, surge uma oportunidade de dias melhores para o seu povo, já que o Governador Sérgio Cabral está anunciando a construção de 9 hospitais regionais. Vamos torcer para isso, vamos aplaudir; mas também vamos cobrar. E se faz necessário que as Prefeituras, através de suas Secretarias de Saúde, façam a sua parte dando atenção à saúde básica.

Sr. Presidente, já que meu discurso está tratando de projetos e temas estratégicos para o futuro da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro, quero falar da construção do Arco Rodoviário, obra importante, muito conhecida também como Arco Metropolitano, antiga RJ-109, que, com certeza, irá atrair a instalação de diversas empresas ao redor daquela rodovia que está em construção, em face da facilidade de escoamento de suas produções; e, conseqüentemente, aumentará consideravelmente o número de empregos.

Quero deixar registrada nesta Casa uma proposta que pode diminuir o sofrimento de milhares de pessoas da Baixada Fluminense que, de madrugada, saem para a Cidade do Rio de Janeiro e outras localidades, a fim de conseguirem emprego.

Sr. Presidente, também não posso deixar de registrar uma questão maior, que é a falta de água em dezenas de bairros dos Municípios da Baixada Fluminense. Refiro-me, em especial, à minha cidade de Nova Iguaçu, que possui estação de tratamento e mananciais no Guandu, um bairro sediado na nossa cidade. Dali sai água para todos os bairros do Rio de Janeiro. No entanto, em diversas localidades da nossa Baixada, que sedia realmente essa estação, há vários bairros sem essa água.

Chamo a atenção não só do nosso Governador Sérgio Cabral, mas também da nossa Presidente Dilma Rousseff. É preciso criar um PAC específico para o saneamento. E, quando digo saneamento, estou falando de água, para que se possa resolver de uma vez por todas essa questão na Baixada Fluminense, para que possamos utilizar a água também na nossa região, pelo tratamento que já fazemos da água ali na região, em vez de se procurar outras fórmulas de desempenho, como o que a sociedade vem tendo com aquele desdobramento, ao se procurar atender várias localidades. Hoje, um bairro tem água; mas,

amanhã, já não tem. Consequentemente, isso cria dificuldades para aquelas famílias, para aquela região.

Sr. Presidente, outra coisa também sobre a qual eu não poderia deixar de falar refere-se à nossa - Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo - maior briga hoje, que é nosso compromisso, não só meu, como da bancada desses Estados, em relação aos nossos interesses na disputa que vem sendo travada pelo Congresso Nacional em torno dos *royalties* do petróleo. Se depender de nós (Rio, Espírito Santo e São Paulo), que produzimos o petróleo, não perderemos essa luta. É necessário, no entanto, que a Presidenta arbitre e comande o acordo que está sendo costurado nesta Casa através da comissão paritária, que reúne Deputados de Estados produtores, de um lado, e, de outro lado, Deputados dos Estados que também querem participar na nova distribuição dos *royalties* do pré-sal. Como está, a proposta do Senador Vital do Rego não atende ao desejo de unidade desta Casa em torno de uma solução para a partilha dos *royalties*.

Se a Presidenta Dilma participar ativamente das negociações com essa comissão de Deputados e com os Governadores, preservando e honrando, no texto a ser aprovado, as áreas de exploração já licitadas, esta Casa poderá caminhar, nos próximos dias, para a votação e aprovação de uma lei que preservará direitos e ampliará a distribuição para Estados não produtores dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo.

Sr. Presidente, apenas para encerrar, já que, na última sessão, na semana passada, Dia Internacional da Mulher, dia 8, esta tribuna foi ocupada por diversos colegas, diversos Parlamentares, e nós não tivemos a oportunidade de mandar a nossa mensagem a todas as mulheres deste País, gostaria de aproveitar este momento para mandar meu abraço a todas as mulheres pelo Dia tão importante, que foi o 8 de Março, comemorado por todas essas mulheres.

Mando meu abraço, Sr. Presidente, e agradeço a V.Exa. e a todos os pares desta Casa pelo momento que me foi concedido neste Grande Expediente.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje o horário reservado ao Grande Expediente desta Casa para tratar de temas relevantes para a população do meu Estado do Rio de Janeiro.

Trago ao debate propostas para melhorar a qualidade de vida do carioca, do fluminense, daquele cidadão que trabalha ou simplesmente mora na Baixada Fluminense, na nossa região metropolitana, onde se concentra mais da metade do povo do Estado que represento há cinco mandatos como Deputado Federal nesta Casa.

Ao traçar o roteiro deste discurso, procurei destacar temas prioritários e estratégicos para o Rio de Janeiro/Capital, o Rio/Baixada e outras cidades que compõem o nosso entorno, e em especial da região metropolitana. Quando me refiro a prioridades, não posso deixar de começar a falar pela segurança pública. E falar neste tema é reconhecer melhorias e aplaudir com entusiasmo os resultados animadores das Unidades de Polícia Pacificadora, um audacioso e planejado projeto de segurança pública que o Governo do Estado executa com êxito em 68 comunidades da nossa capital.

As UPPs criadas pelo Governo Sérgio Cabral começaram há 3 anos a devolver à cidadania, ao Estado Democrático de Direito os territórios antes ocupados pelo tráfico e pelas milícias. Para quem não sabe, o conceito das UPPS é um policiamento comunitário, uma polícia da paz.

Recentemente, quando a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de

Janeiro comemorou os primeiros três anos de UPPs, o Secretário José Mariano Beltrame destacou, numa solenidade, que esse projeto está cumprindo seu objetivo, que é o de devolver o território às populações sem disparar um tiro e sem derramar uma gota de sangue, e seja de quem for.

É claro que ainda existem imperfeições que precisam e bem como, acredito com toda a certeza, serão corrigidas ao longo do tempo, como a que vem acontecendo com migração do tráfico para outras cidades. Como os Municípios da Baixada Fluminense, Niterói, São Gonçalo, Macaé, Cabo Frio, entre outros, que estão sendo transformados nas novas cidadelas de grupos armados, alterando negativamente os índices de violência. No entanto, é digno de aplauso, por exemplo, a redução do controle territorial do tráfico na Capital do Rio nas áreas ocupadas pelas 19 UPPs instaladas até aqui.

O sucesso deste projeto das UPPS do Rio de Janeiro corre o mundo, ganha espaço positivo na mídia internacional e apresenta uma política pública que, aqui no Brasil, já começou a ser motivo de referência. Lembro, por exemplo, que o Governo do Paraná mandou recentemente representantes a nosso Estado para examinar a possibilidade de instalar algo semelhante às UPPS em alguns bairros da cidade de Curitiba.

Quando registro nesta Casa que os resultados das UPPS são animadores, trago números que substanciam nosso discurso. Pois bem, mais de 1 milhão de pessoas voltaram a ter o direito de dormir em paz em 68 comunidades da capital. E mais: até 2014 este universo com UPPs chegará a 165 comunidades, beneficiando indiretamente milhão e meio de cidadãos. Durante a Copa do Mundo, o Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, estará investindo cerca de 720 milhões de reais nesse projeto.

Para se ter uma ideia da grandeza de gastos neste setor, estes recursos são maiores do que o atual PIB de 60% das cidades do nosso Estado. Só no ano passado, o Governo Sérgio Cabral investiu 8,88% do orçamento total do Estado em segurança pública. Cerca de 12 mil policiais passaram a trabalhar nas UPPs, aproximando a população e a polícia, além de fortalecer políticas sociais nas comunidades.

A UPP é um novo modelo de segurança pública. Até 2016, ano das Olimpíadas no Rio de Janeiro, haverá um total de 60 mil policiais qualificados pela Academia de Polícia. A importância das UPPS na recuperação da imagem do Rio pode ser medida pelo fato de o Prefeito Eduardo Paes contribuir mensalmente com a ajuda de 500 reais dos cofres municipais para cada policial que trabalha nesse projeto. E que o mercado imobiliário do Rio-Capital registrou um aumento substancial nos valores dos bens imóveis nas comunidades servidas pelas UPPS.

Depois destas considerações sobre o projeto das UPPS, importantíssimo para o Rio, cidade que sediará a Rio+20 dentro de 100 dias, com a presença de Chefes de Estado de todo o planeta, para discussão do futuro do meio ambiente, renovo ao Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, o pedido para que ponha em votação, o mais rápido possível, a PEC 300, instrumento político, institucional, administrativo e necessário para a melhoria dos salários dos policiais civis, militares, agentes penitenciários e bombeiros em todo o País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, outro assunto da maior importância é a saúde pública. Acompanhei com muita preocupação os últimos números divulgados pelos meios de comunicação, noticiado pelo Ministério da Saúde, sobre o desempenho da saúde pública no Brasil, em especial no meu Estado, como a Capital e em algumas cidades da Baixada Fluminense, na prestação de serviços básicos de saúde.

Quando o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, reagiu com firmeza à divulgação dos dados sobre o desempenho da Prefeitura que

administra, a mim não me causou nenhuma surpresa, pois a administração do mesmo, nos últimos 3 anos, foi destaque, pois o mesmo criou cerca de 56 Clínicas da Família, atendendo perto de 2 milhões de pessoas em diversos bairros espalhados na Capital. E, se como ficou noticiado, a referida divulgação deu a impressão de que sua administração não estaria voltada para tal atividade, basta ver que as pesquisas do Ministério da Saúde se deram no ano de 2008.

De qualquer forma, quero deixar aqui registrada, por uma questão de justiça, a determinação do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, que é vítima da ausência de uma política do Governo Federal que integre os Municípios da Baixada Fluminense na prestação de serviços de saúde pública.

Reafirmo, desta forma, que os números do Rio não são os que o Ministro da Saúde divulgou para os meios de comunicação.

Na região da Baixada Fluminense, vítima maior da inexistência de ações públicas, surge uma oportunidade de dias melhores para o seu povo, já que o Governador Sérgio Cabral está anunciando a construção de 9 hospitais regionais. Vamos torcer. Vamos aplaudir e vamos cobrar. Mas se faz necessário que as Prefeituras, através de suas Secretarias de Saúde, façam a sua parte, dando a atenção à saúde básica.

Sr. Presidente, já que meu discurso está tratando de projetos e temas estratégicos para o futuro do Estado do Rio de Janeiro, cito o caso da construção do arco metropolitano, também conhecido como Arco Rodoviário, antiga RJ-109, que, com certeza, irá atrair a instalação de diversas empresas para toda aquela região em face da facilidade de escoamento de suas produções. E, conseqüentemente, aumentará consideravelmente o número de empregos.

Sr. Presidente, deixo registrado nesta Casa uma proposta que pode diminuir o sofrimento de milhares de pessoas da Baixada Fluminense com a falta de água em dezenas de bairros daquelas localidades. Proponho ao Governo Federal a criação de um PAC específico para o saneamento básico de grandes cidades. E, quando falo em saneamento, estou falando em água.

A Presidente Dilma Rousseff e o Governador Sérgio Cabral precisam tornar realidade o projeto de duplicação do Sistema Guandu, fundamental para distribuir água aos moradores dos Municípios da Baixada. Ao invés de buscar outras fórmulas políticas para melhorar o desempenho da CEDAE, o Governo do Estado tem o dever de trabalhar intensamente junto ao Governo Federal a liberação de recursos para a ampliação do Sistema Guandu, ou seja, buscar um PAC exclusivo para essa questão.

O empenho do Rio pela duplicação do Guandu tem que ter o tamanho do esforço político que resultou na conquista de sediarmos a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. Trata-se, portanto, de um desafio e de uma proposta estratégica para o desenvolvimento da região da Baixada Fluminense.

O que não podemos permitir é que o Município de Nova Iguaçu, onde estão localizados mananciais de parte da água que a CEDAE fornece ao Rio, não tenha água para atender aos seus cidadãos. A Estação de Tratamento do Guandu, que abastece praticamente todo o Rio, fica sediada no Bairro Jardim Guandu, na cidade de Nova Iguaçu.

Ora, senhores, isto é um absurdo, uma falta de respeito com os moradores da Baixada e principalmente da cidade de Nova Iguaçu que é quem gera toda essa riqueza!

Finalizando, renovo o compromisso da bancada do Rio, particularmente a bancada do PMDB, na defesa dos interesses do nosso Estado na disputa que está sendo travada aqui no Congresso Nacional em torno dos *royalties* do petróleo. Se depender de nós, o Rio, o Espírito Santo e São Paulo, que produzem o petróleo, não perderemos esta luta.

É necessário, no entanto, que a Presidenta Dilma arbitre e comande o acordo

que está sendo costurado nesta Casa através da Comissão Paritária, que reúne Deputados dos Estados produtores de um lado, e, do outro lado, Deputados dos Estados que também querem participar da nova distribuição dos *royalties* do pré-sal. Como está, a proposta do Senador Vital do Rego não atende o desejo de unidade nesta Casa em torno de uma solução para a partilha dos *royalties*.

Se a Presidenta Dilma participar ativamente nas negociações com a comissão de Deputados e com os Governadores, preservando e honrando, no texto a ser aprovado, áreas de exploração já licitadas, esta Casa poderá caminhar, nos próximos dias, para a votação e aprovação de uma lei que preservará direitos e ampliará a distribuição para Estados não produtores dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo.

Era o que tinha a dizer.

Documento 317/472

039.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/03/2012-17:02
Publ.: DCD - 15/03/2012 - 6788		FÁBIO SOUTO-DEM -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Descumprimento, pelo Governo petista, da promessa da campanha eleitoral de instalação de Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs no País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. FÁBIO SOUTO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos principais jornais do país traz, na edição de hoje, uma matéria de página inteira que todos os eleitores brasileiros deveriam ler. Acredito que a leitura, no entanto, acarretaria o sentimento de indignação e levaria à reflexão sobre a validade ou não do voto nas eleições de 2010. A notícia mostra que o governo federal abandonou a principal promessa de campanha para a área de segurança. A Presidência da República engavetou o plano nacional de instalação de UPPs, as Unidades de Polícia Pacificadora. O projeto, que fazia parte do PAC 2, simplesmente acabou. Prometeram a construção de 2.883 postos de polícia comunitária em todo o Brasil e até agora nenhum, repito, nenhum real foi gasto na ação segundo dados do próprio governo. Ora, usaram de demagogia para iludir o povo brasileiro. Trata-se de um setor tão carente, tão necessitado de melhorias e de investimentos. Além de mentir e enganar a população, não corrigiram as falhas na segurança pública, atormentando os cidadãos que, sem proteção, se agarram esperançosos a promessas esquecidas, abandonadas e não cumpridas.

Trata-se de uma mentira vendida de forma muito cara para os brasileiros. Talvez a iniciativa de criar as quase três mil UPPs nunca tenha feito parte dos reais planos desse governo. Visto que o próprio Ministério da Justiça reconhece que a tal proposta, feita na antiga gestão, encampada e alardeada na campanha de 2010, foi calculada equivocadamente. Ou seja, que o plano nacional de polícia comunitária era impossível de ser implementado, que não seria, de veras,

concluído. A pasta informou que, com base nos dados do projeto, não haveria sequer efetivo policial para ocupar as bases pacificadoras em algumas cidades. Mentira que custou ao Brasil, talvez, a eleição de um governo que não cumpre promessas, que não se importa com a segurança da população.

Para construir as Unidades de Polícia Pacificadora em todo o Brasil, o governo federal pretendia gastar cerca de R\$ 1,6 bilhão. Nem um real desse montante foi empenhado efetivamente até agora. E não o será. O programa foi definitivamente abandonado. Diz-se que os recursos serão usados, agora, em ações de combate ao crack e investimento no policiamento de fronteira. São questões realmente muito importantes, mas que não apagam o erro cometido.

Enquanto isso, nobres pares, os estados que sofrem com o aumento contínuo e desenfreado da violência são obrigados a apelar para a iniciativa privada para garantir segurança à população. Foi o que aconteceu na Bahia, meu estado. O dinheiro estadual não foi suficiente para construir UPPs. Faltava tinta, material de construção, móveis. Bem como ainda falta verba para pagar mais dignamente os policiais que trabalham pela segurança da população. Não esqueçamos a greve recente que deflagrou o descaso com a classe policial.

Eu pergunto para o governo federal que tipo de atitude será tomada para garantir segurança para a população brasileira? O povo acreditou na promessa, feita de forma demagógica e descomprometida, e está, novamente, desamparado. As UPPs são eficazes na redução de homicídios, na diminuição dos casos de vítimas de balas perdidas, no aumento do acesso a serviços públicos e privados nas áreas atendidas. O Rio de Janeiro já vivencia esse clima de melhoria. Sabemos da força desse instrumento de segurança. É preciso saber apenas se o governo está disposto a cumprir as promessas, se vai alentar a população que está refém da criminalidade, ou se vai fazer apenas o que lhe convém momentaneamente, cortando gastos do Orçamento e ferindo áreas tão carentes. Peço para que a população brasileira enxergue a forma desrespeitosa como o nosso país está sendo governado. A economia decaiu, a indústria quase parou, a corrupção não tem fim, os serviços públicos estão cada vez mais precários e agora as promessas boas de governo não são cumpridas. Os cidadãos precisam acordar e cobrar que se governe para o povo e para o futuro do país e não para o sucesso de eventos momentâneos e para interesses internacionais. Parece que a preocupação com a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos é maior que o comprometimento com o bem-estar dos brasileiros.

Muito obrigado.

Documento 318/472

040.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

14/03/2012-19:16

Publ.: DCD - 15/03/2012 - 6818

JILMAR TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio do PT à recondução do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior ao Conselho Nacional do Ministério Público. Votos de profícua gestão ao novo Líder do Governo na Casa, Arlindo Chinaglia. Votação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e da proposta de reformulação do Código Florestal brasileiro. Posse do Deputado Pepe Vargas no cargo de Ministro do Desenvolvimento Agrário. Realização da reforma agrária pelo Governo petista. Valorização da agricultura familiar pelo Governo Dilma Rousseff.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que a bancada do PT apoia a indicação do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para ser membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É uma pessoa que já está lá e tem se dedicado, feito um trabalho com muita seriedade e com muita independência.

Por isso, merece a nossa indicação para continuar por mais um período.

Assim, a bancada do PT vota favorável à indicação do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público, que é tão importante para manter a transparência e os procedimentos de análise do que acontece no Ministério Público.

Esta semana, a Casa passou por um período, digamos, de bastante ajuste. Desejo boa sorte ao nosso novo Líder do Governo, Arlindo Chinaglia, que hoje se reuniu com os Líderes da base aliada, numa reunião bastante produtiva que nos permitiu, inclusive, acordar, junto à Oposição e à Presidência da Casa, no sentido de votarmos a Medida Provisória nº 550, muito bem relatada por Mara Gabrilli, que foi objeto de aprovação hoje.

Portanto, a Casa está entrando no seu ritmo, e, semana que vem, vamos fazer um bom debate e votar a Lei Geral da Copa, para que a Câmara a libere para o Senado e, depois, para a sanção da Presidência da República.

Alguns ajustes ainda precisam ser feitos. O Relator, Deputado Vicente Candido, do PT, fez um excelente trabalho. S.Exa. ouviu todos os setores, a FIFA, os Estados, e fez um ótimo relatório na Comissão Especial, que foi presidida pelo Deputado Renan Filho.

A partir disso, nós teremos condições de votar, na terça-feira da semana que vem, depois de amplo acordo e muita discussão, a Lei Geral da Copa. Vamos debater com muita tranquilidade e coragem o Código Florestal, pois não há nesta Casa assunto proibido. Nós vamos debater o Código Florestal. Nós o votamos na Câmara, ele foi para o Senado, que fez alterações, e nós vamos voltar a debater o Código Florestal assim que o Relator, o Deputado Paulo Piau, do PMDB, apresentar o relatório.

A bancada do PT vai estudar com carinho o relatório, vai estudar o que foi votado no Senado. Vai verificar o relatório do Relator Paulo Piau. A partir daí, vai-se posicionar em relação a cada item. O parâmetro, para nós, é que o Código Florestal é um código florestal, não é um código agrícola. Portanto, nós temos que pensar no que está sendo debatido em relação ao Código Florestal.

Vamos debater com muita tranquilidade cada item. O parâmetro, para nós da bancada do PT, é o que foi votado no Senado, que foi objeto de amplo acordo com os Líderes partidários, com o Governo e até mesmo com o partido do Relator, o Deputado Paulo Piau, bem como com as lideranças.

Portanto, o que vier do Senado é fruto de acordo. Assim, para nós, o parâmetro é o que foi votado no Senado.

Vamos discutir com tranquilidade e analisar as mudanças para que o Brasil tenha um Código Florestal à altura deste País, um código que preserve a agricultura, permita ao produtor rural produzir com qualidade, preservando o meio ambiente; um código que dê ao pequeno produtor a tranquilidade de que vai produzir; e que, ao mesmo tempo, em relação às áreas degradadas, principalmente as áreas de proteção permanente, que precisam ser recuperadas, façamos um acordo com o produtor rural, dando-lhe um prazo para que ele recupere a área degradada. A área de proteção permanente, se não recuperada, além de prejudicar o ecossistema, prejudica a produção.

Na medida em que ocorre uma erosão em determinada propriedade e a erosão

cai justamente no rio, é evidente que, se não há pelo menos uma metragem tecnicamente adequada, como a que os técnicos colocavam, de, no mínimo, 30 metros de preservação, no caso de um rio de 10 metros, e que depois o Senado mudou para 15, diminuindo, portanto, pela metade, pelo menos esses 15 metros nós temos que recuperar.

O Brasil não pode deixar que ocorra uma erosão e que toda a terra produtiva entre no leito do rio prejudique a própria produção agrícola.

Portanto, nós vamos fazer, com muita tranquilidade, o debate da área de preservação permanente - o PT não vai abrir mão de fazê-lo, porque temos a certeza de que estamos preservando não apenas o produtor rural, mas também o meio ambiente.

Esse é o bom debate, Sr. Presidente, que vamos fazer a partir da semana que vem, com muita tranquilidade, para o Brasil continuar crescendo. A propósito, tomou posse hoje no Ministério do Desenvolvimento Agrário o Deputado Pepe Vargas, do PT, que fez um pronunciamento à altura do que o Brasil precisa, manifestando a questão da reforma agrária e da agricultura familiar, sob o ponto de vista político e econômico, porque a agricultura familiar é que produz alimentos para o País. Setenta por cento dos nossos alimentos vêm da agricultura familiar.

O Ministro Pepe Vargas dá o exemplo da Serra Gaúcha, na região de Caxias do Sul, onde a reforma agrária, na época do Império, foi feita com distribuição de lotes para pequenos produtores, imigrantes da Europa, principalmente italianos e alemães. Hoje é uma região fantástica e rica, que produz para todo o País, principalmente os vinhedos, grande marca da região.

É essa reforma agrária que estamos fazendo.

O Ministro Pepe Vargas simplesmente tirou da lona preta aqueles que estão acampados à beira das estradas, que têm necessidade de um pedaço de terra, e trouxe a reforma agrária ao seu devido lugar, assentando os trabalhadores que precisam de terra para trabalhar, dando-lhes condições para que possam produzir, para que tenham maquinário, utensílios, sementes, assistência técnica e, a partir desse conjunto de coisas, possam produzir alimentos para si mesmo e para sua família, bem como para o povo brasileiro e, ao mesmo tempo, possam vender o excedente, a fim de que todo o povo brasileiro possa se alimentar.

Essa é a reforma agrária e a agricultura familiar que nós defendemos. Por isso, o Governo Dilma Rousseff valoriza muito a agricultura familiar, o pequeno produtor rural; é por isso que valoriza muito os que dão o suor para alimentar o povo da cidade e do campo.

Parabéns e boa sorte, Pepe Vargas, nessa nova empreitada.

Documento 319/472

040.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/03/2012-19:16
Publ.: DCD - 15/03/2012 - 6831	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Anúncio de votação do relatório da Comissão Especial, destinada ao estudo das causas e consequências do consumo abusivo de álcool entre a população brasileira. Defesa de proibição do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer uma comunicação a V.Exa. e ao Plenário. Provavelmente, na próxima terça-feira, estaremos apresentando o relatório final da Comissão que estudou o problema do excesso do uso de álcool no nosso País nos últimos 6 meses.

Realizamos mais de 30 audiências públicas. Ouvimos médicos, psiquiatras e uma série de autoridades no assunto, e vamos apresentar o relatório.

Quero dizer a V.Exa. que fiquei sabendo, ainda, hoje, que o Governo está reconsiderando a ideia de permitir bebida alcoólica nos estádios na Copa do Mundo. É um grande avanço. Na verdade, é a vitória do bom senso. Precisamos efetivamente manter a legislação brasileira e proibir o uso de bebida alcoólica nos estádios também durante a Copa.

Quero, portanto, saudar esse movimento do Governo, no sentido de se reposicionar em relação à autorização de uso de bebida alcoólica nos estádios. Muito obrigado.

Documento 320/472

040.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/03/2012-19:16
Publ.: DCD - 15/03/2012 - 6834		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação do orador em reunião de membros da Comissão de Turismo e Desporto com os Ministros do Turismo, Gastão Vieira, e do Esporte, Aldo Rebelo, destinada à discussão de projetos e ações relacionados com a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Aprovação, pela Comissão de Turismo e Desporto, de requerimento de realização de audiência pública destinada ao debate das potencialidades e ações estratégicas do setor nas cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, e do desenvolvimento turístico regional.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar meu discurso como lido junto à *A Voz do Brasil* e aos meios de comunicação, dando conhecimento de que, na condição de 1º Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, participei hoje de uma rodada com os Ministros do Turismo e do Esporte, quando tivemos encaminhamentos para tratar na Comissão, em especial, do requerimento que aprovei hoje: fazer uma grande discussão com todo o segmento, com o *trade* do turismo, para ver toda a potencialidade e o debate em relação à Copa do Mundo e às 12 cidades-sede.

É importante fazermos a divulgação dessas cidades-sede, promovermos o turismo no Brasil e, fundamentalmente, fortalecermos, por ocasião da Copa do Mundo, o destino turístico no País.

Sr. Presidente, peço seja dado como lido meu discurso.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a este plenário para destacar que nesta quarta-feira acompanhei, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, acompanhei o presidente desta Comissão, José Rocha e a terceira vice-presidente Luci Choinacki durante reunião com o Ministro do Turismo, Gastão Vieira e o Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo.

Tratamos de importantes assuntos como a realização da Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014, emendas parlamentares, projetos e ações voltadas ao turismo e esporte.

Além desses importantes encontros, informo que conquistamos aprovação nesta quarta-feira na Comissão de Turismo e Desporto do requerimento sugerindo a realização de audiência pública para tratar das potencialidades e ações estratégicas voltadas ao Turismo nas 12 cidades sedes da Copa do Mundo FIFA 2014 e também nos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional.

Esta proposta, de minha autoria, tem como objetivo reunir os representantes do trade turístico nacional para apresentar uma avaliação sobre o dinamismo do setor dentro do ambiente econômico nacional e internacional. Ainda visa debater sobre os principais desafios que a iniciativa pública e a privada terão para preparar o turismo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014. Para esse encontro estamos convidando as seguintes entidades - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR); Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo (MTur); o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, Roberto Rotter; Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos; Associação Brasileira de Agências de Viagens; Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo; Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux e Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

A atividade turística vem adquirindo enorme destaque no plano econômico, pela capacidade de movimentar extensa cadeia produtiva, criar emprego e renda, atrair investimentos e gerar divisas. Dessa forma, o Brasil vem se consolidando como um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico.

Dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), esta é uma das indústrias que mais cresce no mundo. Em 2012, a organização estima que o mundo atingirá, pela primeira vez, a marca histórica de um bilhão de chegadas internacionais de turistas e seus gastos de viagem deverão chegar a dois trilhões de dólares por ano.

Muito mais do que proporcionar momentos agradáveis, o turismo brasileiro é responsável pela geração de emprego e renda. Afinal, mais de dois milhões de trabalhadores atuam no setor. Conforme notícias publicadas no site do Ministério do Turismo, atualmente, 7,2 milhões de pessoas dependem das atividades características do turismo. De acordo com o Ministério do Esporte esse número tende a aumentar com a realização da Copa do Mundo 2014. Serão mais de 381 mil vagas temporárias criadas para o evento, onde 8% correspondem a lazer e 92% ao setor de hotéis, bares e restaurantes. A importância do setor turístico pode ser percebida ainda pela sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, de 3,6%, aproximadamente R\$ 132 bilhões.

No Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014, construído pelas principais entidades e lideranças do turismo nacional, apresenta-se uma estimativa que os desembarques domésticos saltem dos 56 milhões, registrados em 2009, para 73 milhões, em 2014. Projeta também a geração de dois milhões de empregos formais e informais de 2010 a 2014. A entrada de divisas internacionais deverá crescer 55%, no mesmo período, subindo de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 8,9 bilhões no ano de realização da Copa no Brasil.

É importante mencionar que o turismo também está contemplado na Lei Geral da

Copa (PL 2330/11), direcionando recursos para campanhas promocionais promovendo do ponto de vista de investimentos, e garantindo recursos inclusive oriundos da arrecadação da copa para potencialização do turismo brasileiro.

Ciente de que o Brasil deve se empenhar para receber parcela desses viajantes, a nossa preocupação tem sido a de contribuir na busca de soluções para os problemas que ainda impedem a expansão da atividade turística em nosso País. Entre esses, destaco a carga tributária, o custo de passagens e taxas aeroportuárias, o ambiente de criminalidade e de violência, além das más condições de infraestrutura, como os mais relevantes.

Apesar de todas essas dificuldades, os grandes investimentos previstos, especialmente em infraestrutura, para receber um evento como a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, permitem-nos vislumbrar melhores perspectivas de desenvolvimento do setor, além da afirmação do Brasil como importante roteiro internacional.

Portanto, esses eventos esportivos constituem oportunidades para o Turismo nacional e para a imagem do Brasil no exterior. Além disso, impõem desafios importantes a serem enfrentados para que os investimentos públicos e privados consolidem um legado para toda a população.

Nesse sentido, considero de extrema relevância debatermos esse assunto nesta Casa Legislativa para que nosso foco centralize ainda mais em relação aos preparativos para o Brasil sediar os mundiais esportivos. Temos que fiscalizar e acompanhar os preparativos para que com o propósito de oferecer melhor qualidade para receber os turistas e as seleções do mundial.

O sucesso na realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas oferecerá ao Brasil a possibilidade de dar mais um salto qualitativo no seu padrão de desenvolvimento, qualificando nossa indústria turística para ocupar um lugar proeminente no panorama internacional.

Peço divulgação desse discurso nos meios de comunicação desta Casa Legislativa e na Voz do Brasil.

Era o que eu tinha a manifestar.

Documento 321/472

040.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/03/2012-19:16
Publ.: DCD - 15/03/2012 - 6844	NILSON LEITÃO-PSDB -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação de projeto de lei sobre a proibição de descontos de repasses constitucionais a Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH abaixo da média nacional, ou com orçamento integralmente comprometido com a Lei de Responsabilidade Fiscal para o pagamento de dívidas da União decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu protocolei nesta Casa, na data de hoje, um projeto de lei, preocupado que estava com alguns assuntos da Copa do Mundo. Ninguém até agora levantou essa preocupação. Ninguém até agora conseguiu

demonstrar o valor que vai custar a Copa para o Brasil e para os Estados. Serão 12 as capitais que sediarão a Copa. No meu Estado, Mato Grosso, praticamente 3 bilhões de reais serão emprestados do BNDES para a Copa do Mundo. O problema é que esse recurso, todo esse dinheiro, será dividido para ser pago pelos 141 Municípios daquele Estado em 30 anos - e a Copa acontecerá somente na capital, Cuiabá.

Eu sou a favor da Copa, mas não posso admitir que um Município com IDH abaixo da média nacional ou um Município cujo orçamento é todo comprometido com a Lei de Responsabilidade Fiscal possa ter descontado dos seus repasses constitucionais a dívida da Copa do Mundo. Com isso, tentando proteger esses Municípios, são praticamente 1.500 Municípios do Brasil nos 12 Estados que devem ser protegidos dessa dívida que será imputada a eles durante 15 anos...

Eu quero ter a sensibilidade desta Casa, mas também do Palácio, para entender que é preciso buscar alternativas para o pagamento dessa dívida do legado da Copa do Mundo. Essa lei é justamente para proteger os Municípios, que às vezes não têm dinheiro para comprar uma Novalgina, um remédio, e agora podem ter descontados 10, 20 mil reais de fundos ou repasses constitucionais.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 322/472

040.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

14/03/2012-19:16

Publ.: DCD - 15/03/2012 - 6844

LUIZ NOÉ-PSB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Recuo do Governo Federal quanto à liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Apresentação, à Comissão de Educação e Cultura, de requerimento de realização de audiência pública destinada à discussão das dificuldades enfrentadas por Estados e Municípios na implantação do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Defesa da criação de indexador permanente para o reajuste anual do piso.

O SR. LUIZ NOÉ (Bloco/PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Tivemos nesta semana uma vitória, Sr. Presidente, do Parlamento, dos meios de comunicação, da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que se forçou a discussão, nós, Parlamentares, recebemos esse desafio, fizemos o enfrentamento e hoje sentimos no plenário, aqui na Casa a mudança de atitude do Governo quando se refere à Lei Geral da Copa do Mundo, quando nós estávamos para votar aqui a questão da venda da bebida alcóolica, que é um símbolo, porque em vários Estados, inclusive no Rio Grande do Sul, não se vende mais.

É um símbolo também de autonomia, de soberania, porque os índices que nós temos hoje diminuem o alcoolismo nos estádios, a violência, a briga, a questão do trânsito e faz com que as pessoas, as famílias voltem aos estádios, que os pais permitam que os filhos vão aos estádios. Valorizamos principalmente o público, as mulheres que, em grande massa, voltam aos estádios. Ora, o argumento também dizia: *"Poucos brasileiros vão assistir à Copa; portanto, liberar a venda de bebida é fazer com que os estrangeiros bebam, porque o valor do ingresso é muito caro. Os brasileiros não vão beber"*.

Havia outro fator discriminatório interessante: Assistirá à Copa é quem tem o poder aquisitivo alto e, portanto, não estará se metendo em briga.. E também havia o argumento de que o Governo tinha assinado esse contrato e que era responsabilidade nossa.

Se foi na época do Presidente Lula, não consultou o Congresso, eu não era Deputado nesse período.

Segundo, hoje o Governo demonstrou que é possível recuar, sim, e estamos consolidando, construindo esse consenso. Por mais que a marca da bebida seja vinculada, o que já é um erro, não será permitida a venda nos estádios, deixando para o Estatuto do Torcedor e para que os Estados discutam isso. Portanto, é uma vitória desta Casa e dos meios de comunicação que forçaram esse debate.

Sr. Presidente, nós aprovamos aqui o Piso Nacional dos Professores, que é justo, legítimo, e tem de ter essa atualização, mas na semana que passou inúmeros Prefeitos, Governadores começam a ver a necessidade de um debate profundo.

Como vamos sustentar esse aumento, principalmente nas reposições anuais? Por isso entrei com pedido nesta Casa, na Comissão de Educação, da qual sou titular, para que façamos uma audiência pública para criar um indexador que seja permanente, junto com o Conselho Nacional de Educação, com os Estados que cumprem o piso, com os Estados que não cumprem e com os Prefeitos, para que este debate seja sério.

Como, no próximo ano, os Municípios, os Estados vão conceder o aumento dos professores? Hoje a fórmula é muito falha porque leva em consideração também o número de alunos que ingressam no sistema. Sendo o Brasil é um País que a cada ano baixa a sua natalidade, isso tem reflexo direto na fórmula.

Uma das propostas que surge é a inflação e mais o PIB de cada Estado. De qualquer maneira, temos de ter uma fórmula que seja boa para os professores, para os nossos educadores e, também, uma maneira de os Municípios e Estados estarem preparados para enfrentar o piso, que é legítimo, que é legal e tem de ser cumprido.

A minha proposta se refere aos próximos anos após a fixação do piso. Assim como Minas Gerais e Santa Catarina cumpram o Piso Nacional, com esta nova fórmula... *(O microfone é desligado.)*

Obrigado.

Documento 323/472

040.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	14/03/2012-19:16
Publ.: DCD - 15/03/2012 - 6845		RENATO MOLLING-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Assunção pelo orador da coordenadoria da bancada federal do Estado do Rio Grande do Sul. Ações prioritárias constantes na pauta de trabalho da bancada gaúcha.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro e, neste momento especial, dirijo-me com grande carinho ao povo gaúcho.

A Bancada Gaúcha é o meu Rio Grande do Sul no Congresso Nacional. Composta pelos 31 deputados federais e três senadores democraticamente eleitos no meu Estado, é a guerreira e fiel representante desse povo guerreiro e fiel aos seus princípios.

Portanto, desta tribuna anuncio que, com muito orgulho, assumo neste ano a coordenação de uma bancada de deputados e senadores muito talentosos, destacadas personalidades no nosso Estado, figuras incríveis, para fazer um trabalho de união e concentração dos esforços de todos em prol do nosso Estado. Será com um trabalho incansável de aglutinação entre todos nós, deputados e senadores da bancada gaúcha no Congresso Nacional, que quero ter a honra de desempenhar essa função, dando continuidade ao trabalho do deputado Paulo Pimenta.

Não quero porém aproveitar esta oportunidade apenas para falar em abstrato, mas também para falar, em concreto, de algumas das prioridades que entendemos muito importantes para esta bancada: continuação da duplicação da BR 386; aeroportos 20 de Setembro, Salgado Filho e das Hortênsias; execução orçamentária 2012, já que a presidente Dilma anunciou corte de 55 bilhões, sendo 20 bi referentes de emendas gerais; início das obras da Ponte do Guaíba, já anunciado pela Presidente; obras de infra estrutura para recebimento da Copa do Mundo; recursos para ações preventivas quanto as chuvas; recursos para os hospitais; Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos - Pólos tecnológicos e Ambientes de Inovação; Apoio a Projetos de infra estrutura Turística: Rotas turísticas; setor agrícola e tantas outras ações que poderemos executar com a força da Bancada Gaúcha.

Peço que este discurso seja registrado nos órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 324/472

038.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2012-19:48
Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6495	AUGUSTO CARVALHO-PPS -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Exigência de transparência nos gastos com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS-DF. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2006, ficou decidido que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014. Com 8 anos de antecedência já se sabia disso.

Na época, a meio do foguetório que comemorou - e justamente - a decisão, não ocorreu a ninguém procurar saber que compromissos o Governo da época, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teria assumido junto à FIFA. E vale lembrar: a FIFA não é um país vizinho, nem distante; é uma entidade de caráter nitidamente comercial que se vale dos jogos de quaisquer seleções para auferir mais e mais ganhos. Fácil concluir, portanto, ser desnecessário convocar o Conselho de Segurança da ONU para mediar algum conflito na área, se e

quando surgir.

Porque nos parece que os debates sobre o assunto são os mais acalorados. Diante de exigências da Federação - meia-entrada e venda de bebidas alcoólicas nos estádios, para citar as mais encenqueiras - travam-se debates nos quais até mesmo a soberania nacional é considerada sob ameaça ou, pelo menos, sob ataques solertes.

Não queria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participar desse tipo de debate. E isto sem deixar de entender a importância da realização de um evento - o mais espetacular do mundo - em nosso País. Ademais da movimentação interna dos muitos milhões que procurarão assistir aos jogos em sua cidade ou em outras próximas, iremos receber muitos milhares de turistas estrangeiros, a quem nos orgulharemos de oferecer uma hospitalidade que, pelos tempos afora, tem sido característica relevante de nossa gente.

Mas, para mim, a discussão está um tanto fora de foco. É certo que se queira garantir a meia-entrada a jovens e idosos. Até porque o ingresso mais barato estará por perto dos 100 reais e sua redução é de lei em nosso País.

Está certo ainda que se entenda necessário coibir os abusos de bebidas alcoólicas que, pelo menos em princípio, seriam responsáveis pela violência nos estádios.

Para mim, o centro do problema está nos estádios mesmo e, antes de mais nada, na melhoria dos sistemas viários e de acessibilidade que permitirão a todos, nativos e estrangeiros, chegar às arenas onde se travarão as disputas. E seria de perguntar-se: o que resultou de prático e positivo do afrouxamento das normas de licitação para as obras a serem realizadas nessa área? Qual o volume de recursos públicos que está sendo aplicado? E sob que controle? E mais uma série de questionamentos que, esses, sim, devem ser travados para impedir que, uma vez mais, o dinheiro dos pagadores de impostos seja utilizado às cegas, sob a defesa de que a causa é mais que justa, é popular.

No meu entender, exigir transparência nesses gastos merece muito mais atenção dos Parlamentares que decidir quanto ao uso, moderado ou não, de bebidas alcoólicas, ou quanto ao pontapé no traseiro com que nos ameaçou o Secretário-Geral da FIFA.

Muito obrigado pela atenção.

Documento 325/472

038.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2012-19:48
Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6485		FÁBIO SOUTO-DEM -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Aumento do custo das obras de transposição de águas do Rio São Francisco. Posicionamento do orador contrário à realização do empreendimento e a favor da revitalização do rio.

O SR. FÁBIO SOUTO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a iniciativa do Governo Federal de transpor as águas do Rio São Francisco sempre foi uma questão muito polêmica. Tanto

na perspectiva ambiental quanto na dimensão socioeconômica da obra, a questão gera discussão e divergentes posicionamentos. Independentemente de ser a favor ou contra um tema tão complexo, o que nenhum brasileiro, principalmente os habitantes dos Estados por onde passa esse maravilhoso rio, pode fazer é se calar diante dos fatos absurdos em torno dessa transposição. Além das paralisações e dos atrasos nas obras, o custo total delas aumentam a cada ano.

Na semana passada, o Governo divulgou novo balanço do PAC 2. O programa é prova da incompetência no planejamento e na execução das obras prioritárias para o País. Uma delas é a transposição do Rio São Francisco. O custo da obra teve um aumento bilionário. No início era orçada em R\$4,6 bilhões, agora já está em mais de R\$8 bilhões. Desde 2007, teve um aumento de 77% no seu custo. O Governo atribui as alterações ao resultado de melhor detalhamento das obras e da mudança no acompanhamento dessas. Sabemos, porém, que isso é fruto de projetos malfeitos, mal-executados e afundados em casos de superfaturamento e beneficiamento de algumas empresas.

O custo aumenta, mas o andamento das obras continua péssimo. Algumas partes concluídas já apresentam problemas, tantas outras estão paralisadas. E essa paralisação se deve a uma questão de prioridade. O Governo se importa mais agora com a Olimpíada e com a Copa do Mundo, bem como com outras obras do PAC, menos polêmicas e mais bem aceitas pela opinião pública, do que a transposição do Rio São Francisco. Além disso, essas obras têm data para serem entregues. A transposição pode durar uma eternidade. O povo, supostamente beneficiado, que espere.

Sempre fui contra essa obra e a favor de um processo de revitalização das águas do rio. Porém temos que alertar a população para o abuso e o desrespeito do Governo com a população brasileira, com o uso dos recursos públicos, com o deflagrado atraso no andamento do empreendimento.

Membros do Governo Federal visitaram recentemente as obras, ou o canteiro onde elas deveriam ser realizadas, no Nordeste. Tal visita serviu para anunciar, de certa forma, o novo reajuste e a injeção de mais dinheiro. Aliás, em um ano eleitoral isso é ótimo. Novo gás na região, população local novamente iludida. E daí serão outros longos 4 ou 5 anos pela frente até termos a obra deveras concluída.

Ora, Sr. Presidente, é evidente o descaso do Governo com o uso da verba pública nessa obra, bem como é descomprometida a forma como os gestores federais administram o empreendimento e se esforçam por avanços. Já que a obra foi iniciada, que seja pelo menos bem gerida e não sirva de alavanca pessoal e financeira de nenhuma figura deste País.

Muito obrigado.

Documento 326/472

038.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

13/03/2012-19:48

Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6483

ANTONIO BULHÕES-PRB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Esportista. Importância da prática de atividade física para a manutenção da saúde. Defesa da realização de investimentos em modalidades esportivas,

em especial no esporte comunitário.

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 19 de fevereiro, comemoramos mais um Dia do Esportista. A data serve à realização de homenagens e de incentivo a todos os praticantes de esporte em nosso País, em razão dos imensos benefícios trazidos pela atividade seja ao corpo e à mente do indivíduo, seja ao estreitamento dos laços sociais.

De fato, o esporte, como atividade física, é extremamente importante para a manutenção da saúde, sobretudo quando praticado correta e frequentemente, sob a orientação de especialistas. Deve ser parte integrante da educação infantil e juvenil, uma vez que influencia, de modo definitivo, não apenas a construção de um corpo sadio, mas também a formação do caráter e a capacidade de socialização. É bastante conhecida a capacidade de o esporte potencializar experiências cruciais da vida humana, presentes na superação de desafios, no enfrentamento de fracassos ou derrotas, na convivência com adversários ou membros da própria equipe.

Não será exagero, pois, afirmar que o esporte, com seu conjunto de regras e convenções, tem função eminentemente pedagógica, no sentido da indução à disciplina e ao respeito à ética.

Mas o esporte não é apenas uma prática individual ou de grupos, com todos os benefícios físicos, psíquicos e sociais que propicia a seus praticantes. O esporte é também um aspecto integrante e significativo da cultura de uma nação.

Muito da identidade brasileira se manifesta na paixão pelo futebol e se enriqueceu com a adesão a novas modalidades esportivas, como o vôlei e o basquete. A participação e o bom desempenho em torneios mundiais têm sido fatores de reconhecimento nacional e internacional, colaborando na autoimagem do povo e na visão que dele se tem no exterior.

Lembremos ainda e a propósito que, nessa escala, o esporte é excelente oportunidade de convívio - pacífico e proveitoso - entre culturas e povos distintos, unidos na grande cena de confraternização que é um evento de proporções mundiais.

Às vésperas da próxima Copa do Mundo, a realizar-se no Brasil em 2014, e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, a importância do esporte como vetor de desenvolvimento fica ainda mais evidente. Não podemos desperdiçar a ocasião de intensificar os investimentos nas categorias de base e, assim, formar as futuras gerações de atletas, nas diversas modalidades do esporte e não apenas no futebol.

Como se vê, Sr. Presidente, o esporte deve realmente integrar a pauta de prioridades da agenda nacional. No plano individual, é responsável pela formação sadia de crianças e jovens, que assim têm a oportunidade de desenvolver-se pessoal e socialmente. No plano comunitário, especialmente na atual circunstância brasileira, é indispensável como alternativa ao caminho aberto pelas drogas e pela criminalidade. Está mais do que comprovado o papel do esporte na formação da autoestima, da perseverança, da vontade de crescer em uma perspectiva saudável, do desenvolvimento da capacidade de conviver, de forma proveitosa, com os colegas de equipe ou os adversários. Nesse aspecto, a facilitação do acesso às variadas práticas desportivas pode ser decisiva para milhares de jovens brasileiros, que poderão ali encontrar um hábito saudável, uma prática de lazer e mesmo uma profissão.

Felizmente, e apesar de ainda não receber a totalidade do apoio que merece, o esporte no Brasil já forneceu inúmeros ídolos de diversas modalidades a várias gerações. Como referência de talento e capacidade de luta, profissionalismo e

dedicação, os brasileiros cultivam as figuras de Pelé, Nilton Santos, Zico, Éder Jofre, Maria Esther Bueno, Gustavo Kuerten, Oscar, Hortência, Paula, César Cielo, Maurren Maggi, Giba, Fabiana Murer, Daiane dos Santos e tantos outros que fizeram e vêm fazendo a glória do esporte brasileiro ao longo da história. Esperamos que, no futuro, novos nomes venham a juntar-se a essa galeria de grandes atletas, como resultado de um amplo e irreversível processo de incentivo ao esporte no Brasil.

Sr. Presidente, assim como preconizamos a presteza e a eficiência das autoridades, no sentido da preparação do País para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, enfatizamos a urgência de investimentos no esporte comunitário, aí incluídas as obras de infraestrutura esportiva, especialmente nas áreas de maior risco social. Estamos convictos de que tal iniciativa garantirá alternativas sadias de lazer a milhares de jovens brasileiros, sobretudo àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, não podíamos deixar passar o transcurso do Dia do Esportista para encarecer às autoridades das áreas de educação e saúde que invistam de forma mais consistente em políticas públicas de incentivo ao esporte.

Aproveitamos a ocasião também para homenagear todos os atletas brasileiros, de todas as gerações, que lutaram e venceram desafios, para a glória do esporte e do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 327/472

038.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2012-19:34
Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6477	MAGDA MOFATTO-PTB -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudação especial ao ex-Líder do Governo na Casa, Deputado Cândido Vaccarezza. Realização, pelo Governo do Estado de Goiás, do Fórum de Turismo dos Estados não Sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Principais metas do fórum.

A SRA. MAGDA MOFATTO (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus cumprimentos especiais ao Deputado Cândido Vaccarezza, que muito orgulhou todos nós enquanto Líder do Governo nesta Casa. A postura e a pessoa de S.Exa. fazem com que, cada vez mais, nós Deputados nele nos espelhemos para trabalhar no Congresso.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, o Governo do Estado de Goiás realizará, através da Agência Goiana de Esporte e Lazer - AGEL, da Federação Goiana de Futebol - FGF e da Goiás Turismo, o Fórum de Turismo dos Estados não Sedes da Copa do Mundo de 2014.

É importante salientar que o Brasil, enquanto País, será sede da Copa. Há Estados que tiverem condição de se inscrever, de se preparar, de ter infraestrutura e, inclusive, melhorar ou criar suporte para essa infraestrutura, onde está havendo um grande investimento para o sucesso desse evento em

nosso País.

Porém, é importante lembrar que esporte e turismo andam de mãos dadas. O evento da Copa de 2014 movimentará o segmento turístico no País inteiro, quando os Estados não sedes terão oportunidade de receber os turistas que para cá virão - não só de outros países, mas também a movimentação do turista brasileiro.

O Estado de Goiás tomou a iniciativa de realizar esse fórum para discutir a participação dos Estados não sedes, haja vista, inclusive, a grande aproximação de Brasília, que, aliás, carinhosamente dizemos que está em nosso quintal.

Foram convidados os Estados do Acre, de Alagoas, do Amapá, do Espírito Santo, de Mato Grosso do Sul, do Maranhão, do Pará, da Paraíba, do Piauí, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e de Tocantins.

Os objetivos são: declaração de apoio dos Estados à Copa de 2014; conhecimento das oportunidades de negócios; estratégia para receber uma das 31 seleções nos centros de treinamento disponíveis; solicitação ao Comitê Organizador Local para participação dos Estados nos eventos que antecedem a Copa de 2014; apresentação das ações de cada Estado para o evento; e formatação do protocolo de intenções dos Estados.

O fórum conta com o apoio do Comitê Organizador Local da Copa FIFA/Brasil 2014, da Confederação Brasileira de Futebol, do Ministério do Esporte e do Ministério do Turismo.

É de extrema importância que todos participemos desse fórum que será realizado pelo Estado de Goiás, no qual serei, com certeza, a representante da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 328/472

038.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2012-17:54
Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6461	CÂNDIDO VACCAREZZA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Despedida do orador do cargo de Líder do Governo na Casa. Votos de sucesso ao novo Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia. Apoio ao Governo Dilma Rousseff.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiz desta tribuna um púlpito de defesa do Parlamento e um espaço de busca de acordo entre todos os Deputados desta Casa. Hoje uso a tribuna para parabenizar o Deputado Arlindo Chinaglia, para agradecer a cada uma das Deputadas e a cada um dos Deputados desta Casa, agradecer a V.Exa., Deputado Marco Maia, pela convivência que sempre tivemos, e continuaremos a ter, e para me despedir da Liderança do Governo. Há 3 anos e 6 meses, mais ou menos, ocupo nesta Casa a função de Líder. Fui Líder do PT no mandato passado. Fui Líder do Presidente Lula, a quem quero neste momento me dirigir e fazer um agradecimento especial. Quero dizer que o Presidente Lula sabe que, pela nossa amizade e pela relação que sempre tivemos, estaremos juntos e andaremos por este País por muitos anos para

defender posições políticas. Neste momento torcemos para que o nosso Presidente se recupere.

Conversei ontem com Lula por telefone. Conversei com Lula outras vezes nesse período em que enfrenta o tratamento do câncer. Sei que o Brasil torce por ele. Quero mandar um abraço ao amigo de sempre, o nosso Presidente. Agradeço-o por ter sido Líder ao final do seu Governo.

Agradeço à Presidente Dilma, que confiou em mim e me conduziu à Liderança. Estou na Liderança do Governo Dilma há 1 ano e 3 meses.

A Presidente Dilma, em conversa hoje comigo, informou-me que havia tomado a decisão de fazer rodízio das Lideranças. Iniciou agradecendo o nosso trabalho. Prontamente, eu a interrompi e lhe disse que quem deveria agradecer, no caso, era eu, e não S.Exa.

Sou um defensor do Governo da Presidente Dilma e vou continuar a ser. Aqui, no Parlamento, nas últimas discussões, nós aprovamos propostas extremamente importantes: a política para o salário mínimo, a DRU, o FUNPESP e diversas medidas provisórias, complicadas em alguns casos e difíceis em outros, como é o caso do RDC, que é um regime especial de contratação para a Copa. E estamos enfrentando agora a discussão do Código Florestal. Eu quero fazer um parêntese e pedir desculpas a alguns, se fui agressivo. E quero também dizer que na condução da discussão do Código Florestal, no primeiro semestre, nós construímos muito consenso nesta Casa, os quais quero destacar.

Quero agradecer imensamente aos meus amigos, atuais Líderes e ex-Líderes da Oposição. Sempre estabeleci uma relação com a Oposição de disputa política, mas, antes de qualquer coisa, de respeito. Várias vezes, deste microfone, fiz questão de dizer que a Oposição do Brasil, além de democrática e republicana, contribuiu para a construção de posições políticas. Várias vezes - não vou usar o termo "enfrentei" - discuti com o Governo para incorporar teses que a Oposição trouxe a esta Casa.

Quero agradecer imensamente a cada um dos Deputados da base e aos seus Líderes. Deixamos claro ao Governo em todos os momentos o papel do Parlamento brasileiro. O Deputado Marco Maia é testemunha disso. Os Deputados são testemunhas de que aqui, mesmo quando discutimos medidas provisórias, nós as reelaboramos e demos grandes contribuições ao Governo, modificando as medidas provisórias, acrescentando novas questões, que foram incorporadas e discutidas com o Executivo, muitas vezes convencendo-o. Portanto, o Parlamento brasileiro não é um homologador de decisões do Governo.

O Parlamento brasileiro foi partícipe, contribuinte, presença marcante na solução dos grandes problemas. Lembro-me quando eclodiu a crise econômica mundial, e aqui quero dar destaque importante para a base do Governo, que aprimorou as medidas provisórias, mas também deu contribuições nesse processo.

Tenho dito que sempre prefiro um grande acordo, ou mesmo quando o acordo não é bom para nós, mas é razoável, do que uma pequena briga ou uma grande briga que seja boa para nós, mas cujo resultado não seja razoável.

Conduzi a Liderança do Governo ouvindo todos os Deputados, ouvindo a Oposição e procurando o espaço no Parlamento. Para isso foi importante não a minha capacidade pessoal, porque acho que as vitórias que conseguimos tiveram muito do peso do Governo e da capacidade de cada um dos Srs. Deputados e Deputadas, em particular dos Líderes. Nós fizemos da Liderança do Governo um palco de negociação, de incorporação de propostas e de fortalecimento do Governo.

Quero parabenizar o Deputado Marco Maia e agradecer-lhe imensamente. Lembro-me dos debates que tivemos no PT. Lembro-me, inclusive, do processo de decisão de quem seria o Presidente da Casa. E quero dizer que o Presidente

Marco Maia se manteve de forma polida, com grande capacidade de articulação política, com grande capacidade de incorporação de posições, e teve comigo a relação mais digna que uma pessoa poderia ter com outra. Quero agradecer imensamente a postura ao Presidente Marco Maia.

Minha palavra hoje é só de agradecimento. Não tenho cobranças. Quero agradecer imensamente a cada um dos Líderes da Oposição. E quero pedir licença para não dizer o nome dos Líderes, porque há pessoas que não são mais Líderes e, como estou na Liderança há mais de 3 anos, eu teria de falar de uma lista muito grande de Deputados e Deputadas desta Casa que fizeram do trabalho da Liderança um sucesso. Não foi o trabalho do Líder, foi o trabalho de cada um dos senhores.

Por fim, quero fazer uma menção especial ao meu amigo particular Deputado Arlindo Chinaglia. O Arlindo e eu nos conhecemos lá no começo do PT. A maior parte trabalhamos juntos no partido. Quero desejar ao Arlindo a maior sorte, o maior sucesso que uma pessoa possa ter na Liderança do Governo. O Arlindo já foi Líder do Governo, foi Presidente desta Casa, foi Líder do PT, foi Presidente do Diretório Estadual do PT, sindicalista, médico, uma pessoa afável e que vai, tenho certeza, na condução dos trabalhos da Liderança, superar em muito o que eu fiz. Desejo que o Arlindo termine sua Liderança como o melhor Líder de Governo que esta Casa já teve.

E quero deixar aqui uma mensagem especial para a Presidenta Dilma: sou um soldado do Governo da Dilma e, como disse para ela, tanto estou preparado para exercer o papel de sargento quanto o de soldado. Agora sou soldado. Estarei na batalha do que o Governo precisar para nos ajudar a continuar tendo vitória nesta Casa.

Parabéns, Deputado Arlindo Chinaglia!

Quero encerrar minha fala, porque, como eu disse, minha fala hoje era apenas de agradecimento, e todo agradecimento que eu fizer ou repetir será pouco para o que recebi dos Deputados, para o acolhimento que tive dos Líderes desta Casa.

Eu saio daqui convencido de que muito do que aprendi na minha vida política aprendi com cada um de V.Exas. Esta Câmara é uma escola, e o exercício da Liderança também o é. A gente aprende humildade, aprende a ouvir e aprende, inclusive, a ser dirigente.

Então, muito obrigado a cada um dos Deputados e Deputadas e um forte abraço para V.Exas. *(Palmas.)*

Documento 329/472

038.2.54.O

Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6450

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

GRANDE EXPEDIENTE

13/03/2012-17:08

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Votos de sucesso ao novo Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, José Maria Marin. Êxito da gestão do Sr. Ricardo Teixeira à frente da entidade. Visita do orador a Municípios do Estado de São Paulo. Protesto contra a demissão de bombeiros militares pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por participação em movimento a favor da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a

criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. Defesa de votação da matéria pela Casa. Expectativa quanto ao reajuste de aposentadorias e pensões com valores superiores ao salário mínimo. Defesa de extinção do fator previdenciário. Repúdio à aprovação do projeto de lei sobre a criação do fundo de previdência complementar dos servidores públicos federais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, desta tribuna, desejar sucesso ao Sr. José Maria Marin, novo Presidente da CBF, que conhece futebol, já foi Presidente da Federação Paulista de Futebol, foi jogador do São Paulo Futebol Clube. Tenho certeza de que José Maria Marin fará uma grande administração à frente da CBF.

Quero também cumprimentar a administração da qual ele fez parte, junto com Ricardo Teixeira, que, sem dúvida, trouxe grandes resultados ao Brasil, conquistas importantes: duas Copas do Mundo, cinco Copas América, títulos importantes, Sub-20, Sub-17. Eu acho que só faltou mesmo o título olímpico, e continuaremos lutando para que isso possa ser uma realidade.

Cremos que a própria independência financeira e econômica da CBF devia incomodar muita gente. O fato de nós termos a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil mostra a força e a pujança da CBF. Portanto, sucesso ao Presidente José Maria Marin, e os nossos cumprimentos a toda a CBF pelos resultados até aqui alcançados.

Sr. Presidente, já fizemos hoje o registro de visita que tivemos a oportunidade de fazer à cidade de Manduri, assim como já fizemos o registro do evento ocorrido na cidade de Avaré. Sem dúvida, é importante o reconhecimento de nosso trabalho nessas cidades e também o conhecimento de nossa presença tanto na Câmara de Avaré, na Câmara de Manduri, bem como nas Câmaras de Santa Bárbara, Presidente Alves, Arandu e Águas de Santa Bárbara, cidades extremamente importantes daquela região paulista. Fizemos tais registros com muita alegria e muita satisfação.

Ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, queremos desta tribuna cobrar mais uma vez o que aconteceu com os bombeiros do Rio de Janeiro. Eles não podem ser demitidos do Corpo de Bombeiros apenas por terem feito uma movimentação natural pela regularização da PEC 300. Se a PEC 300 ainda não foi votada, grande parte da culpa é desta Casa, que não assumiu sua responsabilidade de tê-lo feito em segundo turno.

Portanto, desta tribuna, em nome do Cabo Daciolo, trazemos nossas lamentações por tudo o que aconteceu. Estamos à disposição para continuar a luta em defesa da reintegração desses bombeiros do Rio de Janeiro, como também pela votação da PEC 300.

Por fim, aguardamos com ansiedade a reunião amanhã dos aposentados e pensionistas com o Governo Federal, com vistas à possibilidade de ser corrigida a distorção causada pela grande perda acumulada sofrida pelos aposentados, que não tiveram aumento real, já que não teve aumento o salário mínimo.

Continua nossa luta nesta Casa para derrotar o maldito fator previdenciário, que prejudica o trabalhador brasileiro, depois de ter trabalhado por 35 anos, com a perda de cerca de 40% do valor do seu benefício, se for homem, porque, se for trabalhadora mulher, o prejuízo chega a 50% do benefício. Nós não podemos admitir que isso continue acontecendo.

Temos certeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de que a luta em defesa da previdência pública continuará de forma constante e permanente no Congresso Nacional, como se deu por ocasião da votação do Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos, quando lutamos muito para

que ele não fosse aprovado nesta Casa - mas o foi, pois, sabemos, se fez o jogo dos banqueiros que queriam sua administração, o que é a coisa mais absurda do mundo, porque o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos é de administração de natureza privada.

Trata-se de uma coisa inconcebível, inadmissível, que continuaremos a denunciar aqui enquanto continuar acontecendo, pois sabemos que é um jogo de cartas marcadas para acabar com a previdência pública em prol da previdência privada, como se fez na saúde. Nós não permitiremos que isso aconteça.

Obrigado, Presidente Inocêncio.

Documento 330/472

038.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

13/03/2012-16:52

Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6447

FERNANDO FERRO-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Renúncia do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, Ricardo Teixeira. Escalada de denúncias de corrupção contra a instituição. Necessidade de reformulação na CBF. Repúdio à ingerência na legislação brasileira a favor do comércio de bebidas alcoólicas em estádios de futebol.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o futebol representa, no imaginário do povo brasileiro, uma das características que nos identifica internacionalmente e que faz parte da alma do País. Temos uma identidade com a nossa Seleção, já maior em tempos passados. A Seleção é um dos símbolos da nossa identidade. A saída do Sr. Ricardo Teixeira, proposta deste assunto, não deixa de ser uma notícia muito boa, se bem que é insuficiente, porque não é compreensível, pelo bom senso, que uma pessoa passe 23 anos no comando de uma instituição. Aqui todo mundo critica os políticos longevos em cargos. Já ouvi críticas aqui a Hugo Chávez porque está há mais de 10 anos no governo, mas foi eleito diretamente pelo povo da Venezuela. No entanto, não vejo a mesma intensidade na crítica com relação à ocupação desse cargo da CBF, por exemplo, que, na verdade, é um cargo que deveria ter mais zelo por parte do Estado brasileiro para a sua utilização. Transformou-se num biombo de corrupção e de denúncias que deslustram o futebol brasileiro.

Felizmente, a saída de Ricardo Teixeira sinaliza para alguma coisa. Não acredito que a substituição pelo Sr. José Maria Marin vá trazer mudanças na CBF. Não acredito. Ela precisaria de uma reformulação de maior profundidade.

De qualquer jeito, entendo que deve ser responsabilidade de todo brasileiro a preocupação com a imagem e a gestão do nosso futebol. Não é uma coisa da iniciativa privada, não, diz respeito à juventude, diz respeito à educação, diz respeito ao lazer, ao desporto, à emoção, à alegria e à paixão do povo brasileiro. Portanto, deveria ser tratado com outras características e com outros procedimentos.

Então, quero neste momento somar-me inclusive às vozes, que já circulam nas torcidas organizadas e no meio do povo, de que existiu o movimento *Fora*,

Ricardo Teixeira, anunciado por torcidas organizadas, preocupadas com o andamento da CBF e da Copa do Mundo, das relações que se estabelecem entre grupos privados, empresas e a Copa do Mundo no Brasil.

É preocupante. Eu também não me sinto tranquilo vendo a imposição de medidas como esta, que afronta a legislação brasileira, de que determinada empresa de bebidas irá franquear e flexibilizar nossa legislação, para que sejam permitidas bebidas nos estádios no Brasil. Essa não é uma questão tão simples, merece reflexão, preocupação e que a discutamos com responsabilidade, sem submeter os interesses e a legislação do Brasil à conveniência de negócios momentâneos que querem estabelecer regras legais para o País.

Portanto, vemos possibilidades de ventos novos para o futebol brasileiro. Nós sofremos muito, já nos decepcionamos muito e estamos com uma seleção que não reflete mais a imagem do selecionado canarinho de outras épocas, sem saudosismo. Devemos, acima de tudo, compreender a Seleção como um dos símbolos deste País, que precisa de respeito, de credibilidade e de uma gestão adequada neste momento de crescimento e de expressão do Brasil no cenário internacional.

Muito obrigado.

Documento 331/472

038.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2012-16:38
Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6445		LUIZ NOÉ-PSB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário ao comércio e consumo de bebida alcoólica em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. LUIZ NOÉ (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, um tema em debate aqui na Câmara Federal estava com a sua matéria prevista para a nossa votação: a Lei Geral da Copa. É uma matéria que trata de futebol, de Copa do Mundo, desse Brasil que dá certo e é altamente competitivo, mas trata também de um assunto que, sem dúvida nenhuma, divide opiniões e vai ser fator de debate na Casa: a liberação de bebida alcóolica nos estádios.

Nós discutimos e nos aprofundamos em questões como a exclusão comercial, a preferência que os patrocinadores da FIFA têm sobre o evento, a comercialização dos patrocinadores e dos parceiros. E hoje houve a queda do presidente da instituição que congrega o futebol brasileiro, que deve ser investigado.

Há outro tema polêmico. A própria UEFA, nesta semana, proibiu a venda de bebidas alcóolicas nos países da Europa. Mas no Brasil, com um pacote feito pela CBF e pela FIFA, querem liberar esse tipo de venda nos nossos estádios de futebol, onde a venda já foi proibida.

Na semana passada, lancei uma pesquisa nos meios de comunicação que possuo: *blog*, Twitter e Facebook. Mais de 90% das pessoas que participaram dela opinaram contrariamente à liberação da venda de bebidas alcóolicas nos

estádios. O mais interessante é a opinião das pessoas que assistem aos jogos de futebol nos estádios: hoje é seguro ir a uma partida; os pais liberam os adolescentes para irem ao estádio; o número de mulheres nos estádios cresce a cada momento, numa participação sadia, como nos anos 40 e 50. Tudo isso ocorre sem bebida alcoólica, sem que aumente o número de acidentes de trânsito e a violência.

Permitir a venda de bebidas alcóolicas nos estádios no Brasil é dar um passo atrás, é voltar ao passado, é nos curvamos à FIFA, que parece querer impor suas leis e restrições aqui. Votar pela aprovação da venda de bebida alcoólica nos estádios é retroceder ao passado, é nos curvamos a todo esse jogo internacional.

Documento 332/472

038.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2012-15:32
Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6432	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 144, de 2012, concessiva de força de lei às decisões das Comissões Intergestores Bipartites e Tripartites da área de saúde. Projeto de lei de autoria do orador acerca da reeleição de dirigentes das federações estaduais de futebol e da Confederação Brasileira de Futebol - CBF. Artigo OMC descobre até US\$4 bi em subsídios dos EUA à Boeing, de Doug Palmer, publicado pela agência Reuters. Artigo Mr. Teixeira queria dar a CBF à Globo, veiculado pelo blog de Paulo Henrique Amorim.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente quero anunciar que ingressei hoje com a Proposta de Emenda à Constituição nº 144, que dá força de lei para as decisões das Comissões Intergestores Bipartites e Tripartites da área de saúde.

Nós sabemos que o SUS funciona pelo sistema de pactuação entre Município e Estado, nas Comissões Bipartites, e de pactuação entre Município, Estado e União, nas Comissões Tripartites. Como essas pactuações têm estabilidade jurídica precária, com a minha PEC ganham força de lei as pactuações feitas legitimamente, tanto nas Comissões Bipartites quanto nas Tripartites.

Sr. Presidente, recebi, pelo Twitter de um dos meus seguidores, um artigo bastante interessante, que diz que a OMC descobriu que os Estados Unidos da América injetaram 4 bilhões de dólares em subsídios do Governo americano na empresa Boeing.

Esse é o império do mercado livre. Os Estados Unidos fazem um discurso contra o subsídio dos países menos desenvolvidos, no entanto, para as suas empresas, concedem subsídio para aumentar a competitividade, burlando as regras da Organização Mundial do Comércio. Então, eu quero deixar aqui esta denúncia.

"O representante comercial dos Estados Unidos, Ron Kirk, considerou a decisão 'uma grande vitória' para o país porque dois painéis da OMC concluíram, no ano passado, que governos europeus forneceram US\$18 bilhões à Airbus".

Ou seja, os Estados Unidos estão financiando a Boeing; a Europa está financiando a Airbus. Eles estão sabotando, inclusive, a empresa brasileira EMBRAER. Os Estados Unidos cancelaram um contrato de 280 milhões ganho legitimamente pela empresa brasileira.

Então, quero registrar aqui o meu protesto e solicitar que o Governo brasileiro tome providências.

Sr. Presidente, também deixo registrada, mais uma vez, a minha satisfação com relação a um assunto sobre o qual tenho um projeto de lei, inclusive. Eu não considero a Confederação Brasileira de Futebol - CBF uma empresa inteiramente privada. Os times de futebol que são filiados à CBF, os times de futebol no Brasil que são filiados às federações recebem verba pública através da Timemania. Pelo meu projeto de lei, não pode haver mais de uma reeleição nem para as federações estaduais nem para a Confederação.

É uma vergonha que, numa república, um senhor fique 23 anos no cargo, como ocorreu com o Sr. Ricardo Teixeira - que, como disse o Deputado Fernando Ferro no seu Twitter, não caiu de maduro, caiu porque apodreceu.

Mas não está podre apenas a cabeça da estrutura, está podre toda a estrutura. Nós temos que limpar as federações estaduais e mudar o sistema de eleição para a Confederação Brasileira de Futebol, para não permitir que um novo Ricardo Teixeira ou um João Havelange, que era seu sogro e ocupou o cargo anteriormente, perpetuem-se no poder de uma instituição que lida com o que talvez seja o aspecto cultural mais forte no Brasil: o futebol.

Por isso, Sr. Presidente, também quero deixar como lido o artigo de Paulo Henrique Amorim, intitulado *"Mr. Teixeira queria dar a CBF à Globo"*.

Na verdade, por trás disso, sempre esteve o grande manipulador da opinião pública brasileira, o grande manipulador chamado Sistema Globo de Rádio, Televisão e Jornal, que usava a CBF para também carrear recursos para os seus cofres. O Ricardo Teixeira estava depositando na conta de sua filha de 13 anos, e a Globo também se estava beneficiando desse esquema altamente corrupto.

Chegaremos à Copa do Mundo. Com certeza, o sistema ainda está podre, mas sem Ricardo Teixeira na Presidência da CBF o Brasil começou a limpar essa mácula que tínhamos diante da pressão internacional.

É claro que Presidenta Dilma, que vem limpando diversas áreas, tem muito a ver com esta renúncia do Sr. Ricardo Teixeira.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro a matéria *OMC descobre até US\$4 bi em subsídios dos EUA à Boeing*, publicada pela agência Reuters e de autoria de Doug Palmer:

"A Organização Mundial do Comércio (OMC) concluiu que a fabricante norte-americana de aviões Boeing recebeu de US\$3 bilhões a US\$4 bilhões em subsídios ilegais na forma de bolsas federais de pesquisa e isenções fiscais locais, informou nesta segunda-feira a principal autoridade comercial dos EUA.

O representante comercial dos EUA, Ron Kirk, considerou a decisão 'uma grande vitória' para o país porque dois outros painéis da OMC concluíram, no ano passado, que governos europeus forneceram US\$18 bilhões em subsídios à Airbus.

'Agora está claro que subsídios europeus à Airbus são muito maiores e mais distorcidos do que qualquer coisa que os EUA fizeram pela Boeing', disse Kirk em um comunicado.

'Os EUA estão prontos para discutirem todas as descobertas da OMC, e esperamos que a Europa faça o mesmo. A Airbus é uma companhia madura e altamente capaz, com pronto acesso a financiamento comercial. Não precisa do

apoio que os governos europeus estão continuam a fornecer', acrescentou.
O órgão de recursos da OMC culpou os EUA por os fundos de pesquisa da Nasa e do Departamento de Defesa terem beneficiado a Boeing e por isenções fiscais concedidos pelo Estado de Washington e pela cidade de Wichita, Estado do Kansas."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro o artigo Mr. Teixeira queria dar a CBF à Globo, publicado no blog de Paulo Henrique Amorim e de autoria deste:

"O programa Entrevista Record Atualidade, que foi ao ar ontem, na Record News, às 22h15, logo após o programa do Heródoto Barbeiro, entrevistou Protógenes Queiroz e Cosme Rímoli, um infatigável repórter esportivo e o blogueiro mais acessado do portal R7.

Rímoli contou que o sonho de Mr. Teixeira, 'did you accept the bribe?', era fazer seu sucessor na CBF Marcelo Campos Pinto, manda chuva do Esporte da Globo (consegue mandar mais que o Cala a Boca Galvão e o Mano Menezes!).

Mr. Teixeira, provavelmente, só toparia ir para casa depois da Copa do Mundo no Brasil, quando acumulava - até a chegada de Dilma Rousseff - a presidência da CBF e da Comissão que ia tocar, localmente, a Copa em nome da FIFA.

Ele completaria 40 anos da Dinastia Havelange no controle do futebol brasileiro. E deu no que deu, amigo navegante.

Essa selecinha do Mano Menezes e um brasileirinho em que só jogam o Corinthians e o Flamengo, para servir à grade da Globo.

Com a chegada da JK de Saias ao poder, a vida do Mr. Teixeira passou a ser um pesadelo em que, todas as noites, aparecia aquele repórter da BBC vestido de Diabo.

Mr. Teixeira jamais conseguiu dialogar com a Presidenta: por telefone, pessoalmente, por e-mail ou SMS.

A Presidenta nomeou o Pelé Embaixador Plenipotenciário, exatamente para mostrar ao mundo quem representava o Brasil na hora em que se tornava sede da Copa.

Mr. Teixeira passou a desempenhar o papel de Adriano. Enfeita e não joga.

O sonho quase secreto de Teixeira seria a sopa no mel: a Globo mandar na seleção, no brasileirinho da CBF e da Globo.

A Globo e a CBF seriam, de fato, a mesma coisa.

Aí é que o Cala a Boca Galvão ia mandar na seleção e escolher o técnico: e, se quisesse, ele próprio seria o técnico.

Rímoli acredita que Mr. Teixeira saiu, e deixou a rede preparada.

Ele não fez Campos Pinto, mas cobriu a retaguarda.

Marin assumiu, tem 82 anos e, há muito tempo, não distingue um jogo de futebol de um de water polo (se estiver chovendo).

Quem vai mandar mesmo é o presidente da Federação de São Paulo, Marcelo Polo del Nero.

E Teixeira mandou dizer: o Mano fica e não tem nada de fazer faxina na CBF!

Acontece que a hegemonia paulista pode ter sequelas.

Já tem o Andres Sanchez, ex-presidente do Corinthians, que manda e desmanda na seleção.

Como fica o Fernando Sarney, outro vice-presidente preterido e representante do Nordeste?

Seja como for, del Nero, Marin, Sarney, Sanches e Campos Pinto - tudo isso é Globo.

E deu no que deu!"

Muito obrigado.

Documento 333/472

038.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

13/03/2012-14:28

Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6413

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Apoio do PSOL à instalação de CPI destinada à investigação da ligação de Parlamentares com o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Apresentação à Corregedoria da Casa de requerimento para apuração de denúncias contra o Deputado Rubens Otoni e outros. Artigo O senador esqueceu que defensores da lei não podem ter bandidos de estimação, sobre relações entre o Senador Demóstenes Torres e o contraventor Carlinhos Cachoeira, de Augusto Nunes, publicado pela revista Veja. Artigo E agora vai?, sobre a renúncia do Sr. Ricardo Teixeira da Presidência da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, de Fernando Calazans, publicado pelo jornal O Globo.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o empresário contraventor, doleiro e bicheiro Carlos Cachoeira, que está preso e cumprindo pena, é um arquivo vivo. Além de documentos mostrando relações, no mínimo, questionáveis do nosso colega Deputado Rubens Otoni e do Senador Demóstenes Torres com esse indivíduo, cuja história só não conhece quem não quer, há também recorrentes denúncias de que outros políticos, sobretudo de Goiás, de vários partidos, têm negócios escusos com esse senhor.

Por isso, não só assinamos o requerimento de constituição de CPI proposto pelo Deputado Protógenes para apurar tudo isso, em nome inclusive da dignidade do Parlamento, como também entramos com um memorando na Presidência para que a Corregedoria da Casa faça isso.

Quero registrar aqui um belo artigo do jornalista Augusto Nunes sobre os tais "bandidos de estimação", que autoridade pública nenhuma pode ter, e um artigo de Fernando Calazans sobre a mudança na CBF, que parece mudança para continuar tudo como está.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, órgãos de imprensa veiculam desde a semana passada diversas matérias acerca de relações mantidas entre congressistas e o "empresário da contravenção" Carlos Augusto Ramos - o bicheiro e doleiro Carlinhos Cachoeira. Dentre as muitas informações trazidas, há um vídeo em que Carlinhos Cachoeira oferece 100 mil reais ao Deputado Rubens Otoni, informando já ter doado outros 100 mil reais. O diálogo publicado no *site* do jornal *O Globo* é o seguinte:

"- Tomei a posição seguinte: te ajudei em 100 mil e vou de ajudar em mais 100 mil meu.

- *Eu agradeço - responde Otoni, antes de se levantar e sair.*

No segundo diálogo, também no sofá, Cachoeira diz, em tom de conspiração,

que a doação não deve ser declarada à Justiça Eleitoral. Por algum motivo, ele não poderia aparecer como autor da ajuda. O trecho divulgado da conversa é curto.

- E os 100 mil não declara não - pede Cachoeira.

Otoni ouve a proposta ilegal e imediatamente concorda.

- Não, claro que não - promete."

Trata-se de recebimento de doação de campanha sem declaração à Justiça Eleitoral, o que, de acordo com a legislação eleitoral, configuraria abuso de poder econômico, com a cassação de diploma e inelegibilidade por 8 anos, na forma dos arts. 1º, "d", e 22, XIV, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Outro Parlamentar que mantinha relações próximas com o bicheiro Carlos Cachoeira - tendo inclusive dele recebido presentes valiosos, cuja procedência o Fisco deve verificar -, o Senador Demóstenes Torres, asseverou, de público, que *"todo mundo, de todos os partidos, fala com Carlinhos e com os demais empresários"*.

Trata-se de generalização que deve ser repudiada por esta Casa, no interesse de lhe preservar a honra e a decência. Não! Nem todos os Parlamentares e nem todos os partidos podem ser atirados na vala comum dos que mantêm relações com o contraventor. Nem todas as autoridades públicas têm *"bandidos de estimação"*, para usar a contundente expressão do jornalista Augusto Nunes.

De acordo com matéria publicada no site de *O Globo*, em 29 de fevereiro de 2012, *"A PF e o MP suspeitam também do envolvimento de políticos com a organização"*.

Cumpra, pois, sejam disponibilizadas à Câmara dos Deputados as provas que embasam as suspeitas da Polícia Federal e do Ministério Público, para fins correccionais. Não podemos ficar indiferentes a estas gravíssimas suspeitas! O silêncio, neste momento, é cúmplice do desmando.

Faz-se necessária a imediata atuação da Corregedoria da Casa. A questão da época dos *"malfeitos"* é irrelevante.

O Conselho de Ética, em resposta à consulta realizada pela Presidência da Câmara dos Deputados referente à Questão de Ordem nº 111, de 2011, do Deputado Miro Teixeira, respondeu:

"(...) é possível a perda do mandato parlamentar por conduta praticada antes do exercício do mandato, desde que o fato fosse ilícito à época em que foi praticado, que o mesmo seja capaz de atingir a honra e a imagem da Câmara dos Deputados e, por fim, que tal conduta seja desconhecida do Parlamento."

Por isso, o PSOL não titubeou em assinar o requerimento de constituição da CPI da Operação Monte Carlo/Cachoeira, de iniciativa do Deputado Protógenes Queiroz! O PSOL também requereu ontem que seja realizada, no âmbito da Corregedoria da Câmara dos Deputados, detida apuração das denúncias (Memorando 31/12 LID): tanto a relativa à doação recebida pelo Deputado Rubens Otoni quanto as demais, oriundas das informações que deverão ser disponibilizadas pela Polícia Federal, através de solicitação ao Ministério da Justiça, e Ministério Público. Tudo para que sejam adotadas todas as medidas cabíveis, no curto prazo que a gravidade do caso requer.

Transcrevo a seguir, Sr. Presidente, artigo do jornalista Augusto Nunes, digno de ficar registrado nos Anais desta Casa:

"O Senador esqueceu que defensores da lei não podem ter bandidos de estimação

Integrante do Ministério Público de Goiás desde 1983 e Secretário de Segurança entre 1999 e 2002, o promotor licenciado Demóstenes Torres deveria saber que quem prende não pode conviver fraternalmente com candidatos à cadeia. Reeito em 2010 por brasileiros entusiasmados com o combate movido por Demóstenes contra a corrupção institucionalizada e impune, o Senador do DEM

deveria saber que a coerência proíbe a quem estigmatiza publicamente parcerias promíscuas o cultivo, na vida privada, de ligações igualmente perigosas. Deveria saber, mas não sabe. Ou finge que não, o que dá na mesma.

Se compreendesse que um defensor da lei não pode ser amigo de um caso de polícia, como ressalta o comentário de 1 minuto para o site de Veja, o Senador não teria admitido no círculo restrito aos muito íntimos o delinquente de estimação Carlos Augusto Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira, condenado há dias a dez anos e meio de prisão. Segundo reportagem de Veja, escutas telefônicas autorizadas pela Justiça registraram 288 diálogos travados em 2010 entre o Parlamentar oposicionista e o oficial graduado da máfia dos caça-níqueis. Uma conversa por dia. Coisa de irmão.

'Carlinhos é meu amigo', reconheceu. 'É uma figura conhecida em Goiás, simpática com todo mundo, é um empresário daqui'. A descrição pode ser estendida aos bicheiros cariocas - ou 'empresários carnavalescos do Rio', talvez prefira o Senador. 'Carlinhos não era conhecido entre nós por explorar jogos de azar', garantiu. 'Para os amigos, dizia que não mexia com nada ilegal'. Todo meliante diz a mesma coisa aos amigos, aos parentes e à polícia. Mas só índios das tribos isoladas ignoram que, desde o século passado, o risinho mafioso atropela o Código Penal com o desembaraço de quem confia nas relações especiais estabelecidas com poderosos em geral e, em particular, políticos sempre disponíveis para pedidos de socorro emitidos por celular.

Na terça-feira, Demóstenes escalou a tribuna para tratar da história mal contada. Tinha uma única e escassa chance de salvação: reconhecer a gravidade do pecado e pedir desculpas aos brasileiros decentes. Em vez disso, dirigiu-se ao Plenário para reafirmar a amizade constrangedora e proclamar a inocência. Depois de reiterar que não cometeu nenhum crime nem foi alvejado por acusações formais, foi homenageado por 44 apartes enfaticamente solidários. Representantes de todas as bancadas - de Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos a Romero Jucá e Lobão Filho, de Aécio Neves e Aloysio Nunes Ferreira a Alfredo Nascimento e Eduardo Suplicy - louvaram as virtudes do colega injustiçado.

Marta Suplicy, por exemplo, presenteou-o com o título de 'maior e mais brilhante opositor na Casa' e uma frase em dilmês primitivo: 'A atitude de ter vindo se colocar em plenário levou toda a Casa a ter uma postura uníssona, de Situação e Oposição, o que é muito raro', disse a Vice-Presidente do Senado. 'Deve ter sido agradável perceber o respeito que seus companheiros têm e a sua presunção de inocência, o gesto que todos lhe fizeram'. A novata Ana Amélia, do PP gaúcho, foi incentivada pelo balanço afirmativo de muitas cabelos ao enunciar a interrogação tremenda: 'A quem interessa calar a voz mais dura, mais contundente, às vezes até ferina, às denúncias das mazelas da corrupção em nosso País? A quem interessa?'

Interessa à maioria dos presentes à sessão, berraria um Senador sincero se tal raridade da fauna política ainda existisse. Quase todos os 44 apartes poderiam ser fundidos numa frase: 'Bem-vindo ao clube, Demóstenes Torres'. O que pareceu um desagravo coletivo a um colega exposto ao temporal não passou de uma demonstração de força corporativista dos presididos por José Sarney. O aplauso unânime da Casa do Espanto não deixou Demóstenes melhor no retrato. Como sempre, só reforçou a sensação de que o aplaudido fez algo de errado.

É difícil acreditar que o Senador nunca viu o vídeo, em cartaz desde 2004, em que Carlinhos Cachoeira contracena com Waldomiro Diniz, um dos incontáveis parceiros bandalhos de José Dirceu. Tenha mentido ou não, Demóstenes está obrigado a assistir à mais recente produção de Carlinhos Cachoeira, divulgada nesta sexta-feira. Agora, o mafioso sem cura trama pilantragens com o Deputado Federal Rubens Otoni, do PT goiano. 'Todo mundo, de todos os partidos, fala com Carlinhos e com os demais empresários', disse Demóstenes na terça-feira. É

verdade, comprova o vídeo.

É improvável que o Senador se anime a comentar as cenas de safadeza explícita. Caso resolva provar que já não anda em má companhia, e voltar à tribuna para condenar a dupla de gatunos, ouvirá em sucessivos apartes o mesmo lembrete formulado no diapasão dos indignados: não se abandona um velho amigo em apuros. A Casa do Espanto festejou o discurso de Demóstenes para inibir os próximos. Pela primeira vez, o Senador deverá calar-se diante de um escândalo. E o primeiro silêncio é a anunciação da mudez definitiva."

Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a propósito da sucessão de continuidade na Confederação Brasileira de Futebol - CBF, com a provável troca de "seis por meia dúzia" na entidade máxima do futebol profissional brasileiro, registro nos Anais da Casa a coluna de Fernando Calazans, publicada no Caderno de Esportes de O Globo deste 13 de março de 2012:

"E agora vai?

Fernando Calazans

Aí está a prova de que a situação de Ricardo Teixeira era mesmo incontornável, a partir da sequência de denúncias contra ele, aqui e lá fora, na CBF e na FIFA. Situação que se agravou pela sua perda de poder e prestígio na entidade internacional e também na esfera do Governo brasileiro. Por isso, Teixeira renunciou não apenas à presidência da CBF, mas também à presidência do COL. No caso da CBF, uma renúncia depois de 23 anos na presidência. Quem sabe, como pontapé inicial, passaremos a pensar de fato na mudança da legislação que permite a permanência de qualquer cidadão à frente de uma entidade esportiva de forma infinita, com uma reeleição atrás da outra?

Mas será que a saída de Teixeira abre uma perspectiva de mudança ao menos na estrutura do futebol brasileiro? A julgar pela turma que permanece em seu lugar, a esperança é pequena, ou mesmo inexistente. Até pretensos opositoristas de última hora, enquanto Teixeira balançava no cargo há duas ou três semanas, resolveram dar as mãos à situação assim que o chefe anunciou que continuaria no cargo. Entre esses 'oposicionistas', estava exatamente o Presidente da Federação do Rio, Rubens Lopes, que logo depois saudou a permanência do presidente.

Mas há outra forma de encarar a questão que não pode ser desprezada, até por seu caráter otimista. Respalado por um grande feito do futebol brasileiro aqui e ali, como as conquistas das Copas do Mundo de 1994 e de 2002 e, por fim, a conquista também da Copa do Mundo de 2014, ao menos como sede, Teixeira foi mestre em se manter no poder, mesmo com as tais denúncias de corrupção aqui e lá fora. Ninguém entre a nossa cartolagem se atreveu a lhe fazer uma oposição, digamos, mais séria. A gota de otimismo, agora, reside exatamente na dúvida de que seus atuais sucessores tenham esse poder político. Há indícios de que não, e os que pensam assim já imaginam o surgimento de manobras de oposição.

No meu caso particular, gostaria que essa oposição começasse pela união (algo também difícil) dos grandes clubes brasileiros, que, apesar de toda a sua força, procedem como cordeirinhos, curvando a espinha e a cabeça. Se querem mesmo ter voz ativa no futebol brasileiro e nas competições de que participam, eis o momento histórico propício para começarem a trabalhar.

Também porque, se o futebol brasileiro continuar sob domínio exclusivo das federações - aí, sim, é que não haverá mudança alguma. Então, o alvo primordial dos cartolas estaduais continuará sendo o poder na CBF, e não a situação dos clubes e do futebol brasileiro. O futebol brasileiro depende dos clubes e dos jogadores que estes formam, mas isso não é a preocupação dos cartolas que

ficam - como não foi a preocupação do cartola que saiu.

Agora teremos também as cabíveis especulações sobre como ficará a Copa do Mundo, dentro e fora do campo. Fora do campo, na sua organização, que ganha novas complicações, como se não bastassem as que já tem. Dentro, no comando da seleção brasileira. Permanecerão escudeiros de Ricardo Teixeira, como Andrés Sanchez, agora com o São Paulo já tão 'irmanado', de braços dados com o novo presidente da CBF? Quanto a Mano Menezes, pelo menos, acredito que a Olimpíada de Londres será o marco definitivo de sua permanência ou não."

Agradeço a atenção.

Documento 334/472

038.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2012-14:14
Publ.: DCD - 14/03/2012 - 6402	SEBASTIÃO BALA ROCHA-PDT -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Qualificação de trabalhadores com vistas à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos priorizar este ano na Comissão de Trabalho os grandes eventos que acontecerão no Brasil - Rio+20 este ano, Copa do Mundo em 2014 e outros grandes eventos esportivos -, com vista à criação de empregos perenes, de empregos permanentes.

Copa do Mundo é sinônimo de geração de muitos empregos, mas é importante que esses empregos não sejam empregos apenas transitórios. E só conquistaremos isso com qualificação. Portanto pediremos reforço do Plano Nacional de Qualificação, a fim de que as pessoas não só se qualifiquem para trabalhar na Copa do Mundo, mas possam continuar no mercado de trabalho após o encerramento do evento.

O mesmo vale para a Rio+20. Estamos partindo para o desenvolvimento sustentável, o que é bom, mas é importante também que, a partir da economia verde, possamos gerar novos empregos no Brasil, para substituir os empregos que podem ser suprimidos.

Documento 335/472

002.2.54.N	Sessão Extraordinária - CN	13/03/2012-00:00
Publ.: DCN - 01/01/1900 - 547	LILIAM SÁ-PSD -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e a entrega às agraciadas do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A SRª LILIAM SÁ (PSD - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todos, boa tarde à Presidente desta sessão, Luciana Santos, boa tarde à nossa Senadora Vanessa Grazziotin.

Senhoras e senhores, quero cumprimentar todos que participaram desta reunião, as agraciadas que foram laureadas com o prêmio Bertha Lutz: Rosali Scalabrin, Eunice Michiles, Ana Alice, Maria Prestes, e a primeira Senadora do Brasil, que foi Michiles Maltz.

Bem, nós comemoramos neste ano 80 anos do voto feminino no Brasil e, desde Carlota Pereira, que foi a primeira Deputada, passaram pela Câmara dos Deputados 176 mulheres deputadas federais. E nós temos muita esperança na reforma política, na paridade de gêneros, que essas cotas venham a ser respeitadas pelos partidos e que passe a aprovação dessa lei.

Comemoramos 80 anos do voto feminino, quando a Presidenta Dilma atingiu um índice recorde de aprovação, no fim de seu primeiro ano de governo, o maior índice alcançado neste período por todos os presidentes que a antecederam, o que vem consolidar o poder da mulher na política.

A gestão da Presidenta Dilma Rousseff tem sido fundamental para alavancar e estimular a participação feminina nas mais diversas esferas do poder, desmistificando o retrógrado conceito de que as mulheres não estão aptas a liderar, não sendo capazes de ocupar cargos de comando, seja chefia, seja diretoria, espaços tidos como exclusivamente masculinos. Exemplo disso são as 11 Ministras que fazem parte do Governo da nossa querida Presidenta, que foi laureada nesta manhã.

Quero ressaltar também o comprometimento da nossa Presidenta com a Saúde da Mulher, com a erradicação da pobreza, que minimizará o sofrimento de milhares de crianças nesse País. Quero falar também, como disse bem a nossa Presidenta Dilma, em nome das mulheres anônimas que têm galgado e conquistado o próprio espaço, seja dirigindo ônibus, seja trabalhando nas plataformas de petróleo, ou participando, cada vez mais, da mão de obra na construção civil, como temos visto nos estádios que estão sendo feitos para a Copa do Mundo. São essas mulheres, personalidades ilustres, celebridades ou não, que têm sido a força motriz e em muito têm contribuído para a soberania do nosso País.

Muitas têm superado os próprios limites e dramas pessoais para conquistar, por meio da dinâmica do seu trabalho, ser respeitadas, consideradas e admiradas; portanto, adquirindo o pleno direito de ter voz ativa e liberdade para decidir o próprio futuro.

É possível constatar ainda que, nas últimas décadas, o Brasil avançou consideravelmente em relação às políticas públicas para as mulheres. A força do patriarcado, a postura machista, o pensamento engessado e as inúmeras formas de intolerância nas quais as mulheres são discriminadas são entraves que ainda perduram.

A violência, inclusive a física, praticada principalmente por cônjuges ou companheiros, revela que muito ainda precisa ser mudado. Nesse contexto, há de se considerar que, apesar de as mulheres representarem quase 52% da população brasileira, a participação feminina tanto no mercado de trabalho quanto na educação é envolta de incoerências em relação ao universo masculino. Mesmo as mulheres representando a maior parte da população

economicamente ativa com nível superior nos cargos com nível superior completo, elas recebem apenas 63,5% do salário dos homens.

No que se refere à violência doméstica, embora a criação da Lei Maria da Penha tenha sido uma conquista, o panorama é bem preocupante. Quatro, em cada dez mulheres, já foram vítimas da violência doméstica.

Em todo o mundo, as mulheres são lembradas de forma especial nesta data. Porém, a maior parte das comemorações não interferem, de fato, na realidade dessas mulheres e meninas, vítimas da violência, da agressão física, das desigualdades salariais, do assédio sexual no trabalho, da discriminação racial, do uso do corpo como objeto de campanhas publicitárias ou como produto do turismo sexual, dos tráficos nacional e internacional.

Para terminar, Sr^a Presidente, se anteriormente éramos consideradas invisíveis como cidadãs, relegadas ao silêncio e ao confinamento, restritas a funções de cozinhar, costurar e bordar, preparadas para o chamado bom casamento, aos poucos fomos quebrando esse paradigma, aprendendo a ter consciência do próprio valor. Hoje, apesar da suposta liberdade existem outros desafios, a competitividade no mercado de trabalho, a violência doméstica, a baixa remuneração, a dupla jornada, a falta de creches, o estereotipo da chamada mulher "fruta". Mas essas dificuldades não neutralizam ou anulam a plena consciência de que é preciso ir além. É preciso ir muito além.

E termino com uma frase de Dilma Rousseff: "Sim, nós podemos. Nós podemos ir além".

Que Deus abençoe todas as mulheres brasileiras que, com sua garra e sensibilidade, constroem a nova história do Brasil.

Parabéns para todas as laureadas.

Que Deus possa nos guiar e nos abençoar para que possamos ser a maioria neste Congresso Nacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Documento 336/472

037.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/03/2012-14:09
Publ.: DCD - 13/03/2012 - 6256		AMAURI TEIXEIRA-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Saudação a correligionário do orador. Regozijo com a renúncia do Sr. Ricardo Teixeira à Presidência da Confederação Brasileira de Futebol - CBF. Necessidade de escoimação das Federações Estaduais de Futebol.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu caro Deputado Luiz Couto, inicialmente quero saudar Chiquinho, do Velho Chico, da cidade de Saúde, na Bahia, e sua filha Patrícia, que debutará no dia 16 de abril, ocasião em que estarei presente.

Venho hoje à tribuna, Sr. Presidente, para comemorar com os brasileiros fato dos mais relevantes para o Brasil. Nós nos livramos de uma mancha, de uma peste, e chegaremos à Copa do Mundo de Futebol de 2014 sem essa mácula, sem essa "mala" chamada Ricardo Teixeira, que tanto contribuiu para aumentar

a corrupção no nosso futebol.

A CBF é uma instituição que merece ser guardada e protegida, porque o futebol, Sr. Presidente, é um dos principais patrimônios socioculturais do Brasil. Por isso, quero comemorar com o povo brasileiro a renúncia do Sr. Ricardo Teixeira.

Mas é preciso que o povo comece a mudar as Federações dos Estados, porque são elas que elegem calhordas como o Sr. Ricardo Teixeira. São as Federações que lhe têm dado sustentação. Não basta tirar o Sr. Ricardo Teixeira, não basta pressionar para que renuncie. É preciso, Deputada Janete Capiberibe, limpar as Federações, é preciso renovar, é preciso que homens dignos cheguem à Presidência da CBF, para que, em 2014, além da melhor Copa do Mundo já realizada, tenhamos a Copa do Mundo mais limpa feita até hoje.

Muito obrigado.

Documento 337/472

037.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/03/2012-15:09
Publ.: DCD - 13/03/2012 - 6269	SEBASTIÃO BALA ROCHA-PDT -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Falecimento do Gerente do Núcleo de Edificações da Secretaria de Estado da Infraestrutura do Governo do Amapá, engenheiro João Nobre Lamarão. Texto de Raul Mareco a respeito do morte do engenheiro, veiculado pelo Blog da Alcilene Cavalcante. Falecimento do jornalista Antônio Bonfim Salgado. Posse do orador na Presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Linhas de atuação do orador à frente do órgão.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria que V.Exa. acrescentasse o tempo da Liderança do PDT, conforme expediente que chegou à mesa de V.Exa. Portanto, incluindo mais 3 minutos da Liderança do PDT.

Muito obrigado.

Na primeira parte do meu pronunciamento de hoje, quero saudar os Deputados da Casa em nome do Deputado, Senador e ex-Presidente desta Casa, Mauro Benevides.

Sr. Presidente, quero fazer dois tristes registros em relação a duas pessoas muito queridas que subiram aos céus entre a semana passada e esta semana. O primeiro, um amigo, irmão, companheiro de muitos encontros e também um atuante engenheiro do meu Estado, João Lamarão, que vinha desenvolvendo na Secretaria de Infraestrutura do Estado um excelente trabalho em apoio inclusive às emendas e aos projetos apresentados a partir das emendas parlamentares dos Deputados.

E eu queria, Sr. Presidente, pedir que fosse registrado nos Anais da Casa um texto escrito por Raul Mareco, jornalista do Amapá, a respeito de João Lamarão, baseado num livro escrito por Lamarão, chamado *Falar Tucuju*. O livro é muito interessante porque ele usa o palavrado caboclo da região da Amazônia. Vou ler dois ou três parágrafos aqui, mas gostaria que ficasse registrado na íntegra nos Anais da Casa.

Então, diz aqui o Raul Mareco - esse texto foi publicado no Blog de Alcilene Cavalcante, em 8 de março de 2012:

"Espia, Lamarão, não é potoca nenhuma, tu és um caboco por demais Nobre -- porque tinha um Nobre no sobrenome --, um João culhudo e talhudo, na vera! Pequeno inteligente, com muita sustância, que não afrouxa, com certeza porque a dona Luzia e o seu Sebastião - pais, portanto, do João - te fizeram comer um chibé dos porrudo e umas donzelas vitaminadas quando tu era gitinho que, disque, tu não deixava sobrar nem o cuí, égua, não, olha, João! Começaste a empinar o curica lá pra caixa prego, em Belém, todo pavulagem pra fazer as engenharia, e não adiantava te jogarem pissica, e nem o banzeiro do Amazonas, pense num mano que dibrava tudo que é dificuldade, até porque tu não era nenhum aru!"

O último trecho diz:

"Mas, João de Deus, vor-te cobra d'água pra tristeza, nosso eterno engenheiro da vida, escritor tucuju que alumia a todos desde o tempo do ronca -- que era o subtítulo do livro. Segura dicunforça na mão de Deus, e vai. 'Já me vu'. 'Qualquer dia, amigo, eu volto, a te encontrar. Qualquer dia amigo, a gente vai se encontrar'.

Do teu sobrinho 'adotivo', Raul Mareco, ou 'Raulzinho', como costumavas me chamar."

O segundo registro é a respeito de um jornalista muito querido também. Hoje pela manhã fomos surpreendidos com a notícia do seu falecimento, Antônio Bonfim Salgado, 63 anos de idade, que nasceu no Município de Amapá - portanto, genuinamente amapaense.

Bonfim deixa uma lacuna muito grande na imprensa do Amapá em função de que era um jornalista, embora com 63 anos, atualizado. Inseriu-se muito bem nas redes sociais, no Twitter, nos *blogs* - tinha o seu próprio *blog* -, no Facebook. Um jornalista ainda muito ativo, participativo, inteligente, que deixa, portanto, muita saudade para nós, do Amapá. Por isso, faço essa homenagem também ao amigo, irmão, Bonfim Salgado. Que Deus o receba em paz, assim como já fez com relação ao meu amigo João Lamarão.

Na segunda parte do meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero fazer alguns agradecimentos em razão de minha posse, na quarta-feira passada, à frente da Presidência da Comissão de Trabalho desta Casa. Agradecer, em primeiro lugar, a Deus, ao meu partido, o PDT, e também aos membros da Comissão de Trabalho, com quem espero compartilhar bons momentos em defesa de projetos que possam garantir ao Brasil um avanço na geração de emprego e renda, na qualidade do emprego, na qualificação do trabalhador, nas relações de trabalho, focado também nos direitos dos servidores públicos, nas melhorias salariais e também nas melhorias de condições de trabalho do servidor público, já que a Comissão também, além de cuidar da questão das relações de trabalho, foca na questão do servidor e dos serviços públicos.

Por isso, sinto-me honrado e preparado para dirigir a Comissão durante este ano e dar continuidade ao trabalho que os outros ex-Presidentes fizeram, como recentemente o Deputado Silvio Costa, e poder contribuir para que o Brasil possa continuar gerando mais emprego e melhorando a qualidade do emprego no nosso País.

Vamos estabelecer agendas importantes, nos campos que já mencionei, tanto na qualificação profissional quanto na desindustrialização.

Estamos preocupados com a desindustrialização do Brasil. Recentemente, a indústria brasileira mostrou um recuo em torno de 2,7% na industrialização do País. Isso é preocupante, haja vista que a crise mundial, a possível queda do PIB e a redução do crescimento da China nos preocupam, porque podem também trazer ao Brasil consequências na área do desemprego. Tínhamos uma previsão,

no ano passado, de criação de 3 milhões de emprego e, em razão da crise mundial, isso não foi possível.

Todos esses assuntos estarão na nossa pauta, mas sobretudo, com muito destaque, a questão do trabalho degradante - o combate ao trabalho degradante como o similar ao trabalho escravo, a questão do trabalho infantil, o trabalho com condições precárias. Vamos agir nesse sentido, dentro da nossa Comissão, com os nossos colegas, compartilhando responsabilidades, atribuições, democratizando nossas decisões, para que possamos também ter resultados melhores.

Pensamos em criar um indicador nacional da questão do emprego no Brasil, tanto da eficiência do emprego quanto da qualidade, baseado nos vários índices que temos, algo similar ao que já acontece no Ministério da Saúde, onde recentemente o Ministro pôde estabelecer, com sua assessoria e através do apoio de outras instituições, indicadores nacionais para a saúde. Assim também queremos fazer quanto à questão do trabalho.

Vamos incluir a Comissão do Trabalho na agenda da Copa do Mundo e dos grandes eventos esportivos que vão acontecer no Brasil no futuro próximo, haja vista que as obras, a infraestrutura, todo esse movimento que está havendo de investimento público não pode resultar apenas em empregos temporários. É importante que tenhamos, ao lado disso, a qualificação do trabalhador que vai operar na Copa do Mundo, visando todo esse macroevento que vai acontecer no Brasil em 2014, mas vislumbrando que é preciso qualificar esses trabalhadores agora para que eles possam ocupar espaço permanente no mercado de trabalho, não apenas temporariamente.

Por isso, vamos apresentar requerimento para criar uma subcomissão voltada exatamente ao acompanhamento da questão do trabalho, do emprego relacionado à Copa do Mundo.

A mesma coisa com relação a Rio+20, que tem muito a ver com a Comissão do Trabalho, qualquer conferência que trate do clima, do aquecimento global, das mudanças climáticas. Qual o impacto que isso pode ter na questão da indústria, da geração de emprego, na criação de novos empregos? Que prejuízos podem trazer para o Brasil e quais as vantagens que um País com uma economia verde pode usufruir? Quais as vantagens que poderemos ter? Quais as contrapartidas que os países ricos poderão dar para o Brasil - que tem, como eu disse, o propósito de estabelecer metas fixas de controle das emissões, enquanto os grandes países, como Estados Unidos e China, se negaram a estabelecer metas fixas? Isso é importante para nós. De que maneira nós vamos conseguir gerar mais emprego, contribuir para o crescimento do País através de uma economia verde, uma economia que preserve, que controle, que evite danos ambientais muito graves para o planeta?

Com base nisso, Sr. Presidente, quero também deixar registrado nos Anais da Casa pronunciamento em que evidencio que nós tivemos um círculo virtuoso na economia do nosso País, com uma classe média composta de 74% da população. Houve uma redução de 11% na desigualdade da renda entre 2002 e 2010, e houve a geração de 15 milhões de empregos nesse período de 2002 a 2010. Então, as perspectivas são boas. O Brasil está com a economia preparada pela enfrentar as crises. Mas é importante, sobretudo, investir na qualificação e impedir a desindustrialização, para que o PIB do Brasil continue crescendo e, portanto, crescendo a economia, mas, ao lado disso, crescendo a oferta de empregos e oportunidades para as pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, distintos colegas Parlamentares, servidores desta Casa, amigos e amigas, é com grande emoção que dirijo-me neste momento a todos os presentes em meu primeiro pronunciamento na condição de Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados do nosso amado Brasil. Quero lhes afirmar que recebo esta incumbência dos nobres pares com profunda honra e detido sentimento de responsabilidade, sabendo que este colegiado é dos mais importantes deste Parlamento e tem especial significância para o meu partido, o Partido Democrático Trabalhista, o qual tem no cerne de sua existência a saga das lutas dos trabalhadores por dignidade no trabalho, e na sua vocação ontológica a composição política entre as forças do capital e do trabalho, como pedras fundantes para a realização do progresso e da paz social.

Assim, repito, é com profunda honra e com detido sentimento de responsabilidade que assumo esta Presidência, exatos 20 anos após o Deputado Carlos Alberto Campista, último pedetista a comandar esta Comissão Temática. Comissão esta que teve como Presidentes vultos históricos na defesa do trabalhador, como o saudoso Deputado Floriceno Paixão, ícone trabalhista e autor da lei que instituiu o 13º salário.

Hoje vivemos um ciclo virtuoso na economia de nosso País. Temos uma classe média composta de 74% da população brasileira. Tivemos uma redução de 11% na desigualdade de renda entre 2002 e 2010. O salário mínimo teve aumento real de 57,3% entre 2002 e 2010, em patamares superiores à renda *per capita*. Nesse mesmo período foram criados 15 milhões de novos empregos, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste.

Contudo, devemos levar este virtuosismo econômico para dentro das relações de trabalho. Devemos transformar este crescimento quantitativo em melhoria qualitativa para a vida do trabalhador, missão esta que desde já compartilho com cada um dos nobres pares.

Devemos atacar com veemência o trabalho escravo e o trabalho infantil. Devemos extirpar do seio de nossa sociedade qualquer forma de trabalho degradante, devemos avançar em passos largos na democratização das empresas.

Teremos como paradigma de trabalho nesta Comissão a humildade, o respeito às opiniões divergentes, o trabalho coletivo, a transparência nas decisões e a democracia interna. Assim, tenho certeza, com a participação de todos os Deputados membros e com a ajuda de Deus, transformaremos este colegiado no mais produtivo desta Casa.

Muito obrigado. Deus abençoe o Brasil.

Documento 338/472

037.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	12/03/2012-15:21
Publ.: DCD - 13/03/2012 - 6272		DOMINGOS NETO-PSB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Eleição do orador para a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Casa. Temas incluídos na agenda do órgão. Participação em encontro com o Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e com o Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, destinado ao debate de projetos nas áreas de mobilidade urbana e saneamento básico. Defesa de ampliação de sistemas de limpeza pública no País. Referências elogiosas ao Deputado Mauro Benevides. Importância de programas governamentais do setor de transporte e mobilidade urbana, especialmente do Programa Mobilidade Urbana, do PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades e do Programa de Aceleração do Crescimento da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Dificuldades enfrentadas em processos de desapropriação para a realização de obras urbanas de infraestrutura. Anúncio de criação, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, de Subcomissão destinada ao acompanhamento de obras de mobilidade urbana integrantes da Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Relevância de projetos estratégicos de planejamento e de desenvolvimento urbano no âmbito municipal. Importância da apresentação de emendas populares ao Orçamento Geral da União para o custeamento do setor.

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero iniciar agradecendo a Deus e ao meu partido, o PSB, pela indicação para presidir a Comissão que nos cabe. Ficamos com a incumbência de presidir uma Comissão importante e estratégica para o ano de 2012, a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Casa.

É com gratidão e orgulho que venho a esta tribuna, após ter sido eleito Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano desta Casa. Como sabemos, essa Comissão faz o exame das proposições legislativas relacionadas ao desenvolvimento urbano no Brasil e suas matérias correlatas, como uso, parcelamento e ocupação do solo das cidades; habitação e seu sistema financeiro; infraestrutura e saneamento ambiental; trânsito e transportes públicos urbanos; coleta de lixo e resíduos sólidos; mobilidade urbana; acessibilidade.

Por isso, no mesmo dia em que tomei posse, fiz questão de visitar o Ministro das Cidades, o nosso companheiro Deputado Aguinaldo Ribeiro, acompanhando o Governador Cid Gomes, que tratava da agenda governamental, dos convênios importantes que temos na área de mobilidade, como o da construção da Linha Sul e da Linha Oeste do Metrofor; na área de saneamento, do PAC Saneamento do Rio Cocó; e, na área de habitação, o Programa Minha Casa, Minha Vida, para o qual o Governo do Estado contribuiu com a elaboração de projetos para 92 cidades do Estado do Ceará com menos de 50 mil habitantes.

A primeira reunião com os membros da Comissão será nesta quarta-feira, para tratarmos da nossa agenda e traçarmos os objetivos e as metas de trabalho para este ano. Temos de dar continuidade à deliberação de mais de 40 proposições.

Na área da habitação, estaremos atentos à concretização da Política e do Plano Nacional de Habitação, que, desde o Governo Lula, têm possibilitado às famílias brasileiras deixarem para trás o aluguel e realizarem o sonho da casa própria.

Acompanharemos não só o Programa Minha Casa, Minha Vida, que já entregou mais de 1 milhão de habitações desde a sua criação, mas também outros programas e ações, como o Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; o Habitar Brasil; o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat; o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social; o Carta de Crédito Individual; o Carta de Crédito Associativo; o Pró-Moradia; o Programa de Arrendamento Residencial; e o Programa Crédito Solidário. Todos esses programas fazem parte da política habitacional do

Governo Federal.

Quanto à questão da cobertura de água potável e de saneamento básico, lutaremos juntos para que todo brasileiro possa ter a cobertura desses serviços. Atualmente, cerca de 95% da população de nossas cidades têm acesso à água encanada, enquanto 85% são servidos por saneamento básico, sendo que há sistemas de esgoto para pouco mais de 50% dos habitantes. É importante, portanto, que trabalhem para que as soluções precárias, tais como fossas sépticas e poços absorventes, sejam substituídas, a fim de que se evite a destruição do meio ambiente urbano.

Juntos, acompanharemos os programas de governo nesse campo, como o de Drenagem Urbana; o de Fortalecimento da Gestão Urbana; o de Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano; o de Serviços Urbanos de Água e Esgoto; e, em especial, o de Saneamento para Todos.

Vale a pena ressaltar que continuaremos a tratar com especial atenção a questão dos resíduos sólidos urbanos, tema da última Conferência das Cidades, promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano no ano de 2011, fundamental às vésperas da realização da Rio+20. É primordial, portanto, que tratemos todos do apoio à implantação e à ampliação dos sistemas de limpeza pública, assim como do acondicionamento, da coleta, da disposição final e do tratamento de resíduos sólidos urbanos, não nos esquecendo de promover a inclusão e a emancipação econômica de catadores e o encerramento de lixões, cuja extinção está prevista para 2014, pela Lei de Resíduos Sólidos.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Domingos Neto?

O SR. DOMINGOS NETO - Pois não, Senador, Presidente e Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Sr. Deputado Domingos Neto, antes de mais nada, quero saudar a presença de V.Exa. na tribuna da Casa, neste Grande Expediente, 3 dias após ascender, pelos seus méritos incontáveis, à condição de Presidente de uma das mais atuantes Comissões desta Casa, a Comissão de Desenvolvimento Urbano. Tenho absoluta certeza de que, à frente daquele órgão permanente da Câmara dos Deputados, a atuação de V.Exa. será direcionada exclusivamente para a defesa dos interesses públicos, acompanhando os projetos que, originários do Poder Executivo, merecem apoio decidido do Poder Legislativo, a fim de que não surjam desvios ou incorreções no cumprimento de normas basilares, como, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida. V.Exa., atuante como é, ao representar o poder jovem do nosso Estado, chega a esta Casa com a mais surpreendente votação dos últimos tempos aqui registrada. V.Exa. chega e desta tribuna pode falar com absoluta autoridade, do alto de 250 mil sufrágios, o que mostra a aceitação do seu nome entre aqueles que decidiram o nosso destino na eleição dos 22 representantes cearenses nesta Casa. Tenho certeza de que a atuação de V.Exa. será marcada, sobretudo, por esse timbre de dignidade herdado dos seus pais, o ex-Presidente da Assembleia e hoje Vice-Governador Domingos Aguiar Filho, nome apontado indiscrepantemente como um dos homens públicos mais distinguidos do Estado do Ceará, e da Sra. Patrícia Aguiar, que ocupa o cargo de Secretária na municipalidade de Fortaleza. Se V.Exa. tem toda essa origem, sem dúvida, haverá de conduzir-se neste plenário e na Comissão que preside com dignidade, para que possam emergir das suas decisões os sentimentos mais nobres, com a certeza de que está cumprindo o dever de representante do povo do Ceará. Em nome dos colegas de V.Exa. nesta Casa, eu o saúdo no momento em que profere importante discurso da tribuna da Câmara dos Deputados, neste Grande Expediente.

O SR. DOMINGOS NETO - Agradeço ao Senador Mauro Benevides. Permita-me

sempre cumprimentá-lo como Senador, exemplo de homem público do Ceará. Todos nós jovens que estamos entrando na política nos espelhamos em políticos como o Senador Mauro Benevides. Muito nos orgulha, como cearenses, poder assistir ao seu trabalho na Câmara dos Deputados.

O Sr. Onofre Santo Agostini - Permite-me V.Exa. um aparte, Deputado Domingos Neto?

O SR. DOMINGOS NETO - Com certeza.

O Sr. Onofre Santo Agostini - Também quero cumprimentar o ilustre Deputado Domingos Neto, agora Presidente de uma das Comissões mais importantes desta Casa. Vindo para cá, ouvi o pronunciamento de V.Exa. pelo rádio do carro e fiquei imensamente feliz por sua posição quanto ao funcionamento daquela Comissão. Infelizmente, as Comissões desta Casa não funcionam. É incrível! Há Comissão - acho, não tenho certeza - em que mais de 200 projetos estão pendentes de análise, mas não são analisados. Um pede vista daqui, outro tira de pauta de lá. É uma coisa impressionante. Pelo pronunciamento de V.Exa., vejo que está preocupado em fazer a Comissão funcionar. Rogo a Deus que o proteja, que lhe dê ânimo e coragem e o motive a dar continuidade a esse pensamento. Sucesso! Parabéns a V.Exa. Peço a Deus que o ilumine, para bem presidir aquela Comissão.

O SR. DOMINGOS NETO - Agradeço muito a V.Exa., Deputado Onofre Santo Agostini. Certamente, acelerar o trâmite dos projetos que passam por aquela Comissão é uma missão importantíssima que temos, um compromisso com esta Casa e com todos os que nos colocaram aqui.

Como estava dizendo, a extinção dos lixões, segundo a Lei de Resíduos Sólidos, está prevista para o ano de 2014.

Sras. e Srs. Deputados, outra questão de extrema importância diz respeito ao transporte e à mobilidade urbana. Talvez sejam essas as áreas de maiores investimentos e programas do Governo Federal. Entre eles, citemos o Programa de Financiamento de Infraestrutura para Mobilidade Urbana - Pró-Mob; o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte; o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível; e o Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta - Bicicleta Brasil.

No entanto, destacamos três programas que se intercomunicam e são, portanto, fundamentais para a transformação das cidades brasileiras nesse campo: o Programa Mobilidade Urbana; o PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades; e o PAC da Copa.

O Programa Mobilidade Urbana é um dos programas do Ministério das Cidades com o qual se pretende promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 - Mobilidade nas Grandes Cidades visa melhorar a mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras através de investimentos integrados no sistema de transporte público coletivo.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Copa integra os compromissos realizados nas Matrizes de Responsabilidades para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. São mais de 50 obras nas 12 cidades-sedes da Copa do Brasil. Aqui, ficamos preocupados, pois menos de 30% delas têm as obras iniciadas. Por isso, nós nos comprometemos a trabalhar juntos com as Prefeituras e os Governos Estaduais para que todas estejam a pleno vapor, no máximo, até o meio do ano.

Sr. Presidente, no ano passado, eu fazia parte da Comissão de Turismo e Desporto desta Casa, pela qual foi promovido um fórum legislativo. Estivemos em todas as cidades-sedes da Copa do Mundo para conhecer a Matriz de Responsabilidades de cada uma delas. Pudemos constatar que os maiores

desafios estavam nas obras de intervenção de mobilidade urbana, obras que não precisavam ser feitas para a Copa do Mundo, que, ao contrário, eram obras que precisavam ser feitas, independentemente da realização de qualquer um desses eventos esportivos previstos para o Brasil.

As nossas cidades, por falta de planejamento estratégico, que deveria ter ocorrido há 20 ou 25 anos, quando do desenho de um plano diretor de qualidade, há muito tempo geraram problemas no trânsito, hoje latentes nos grandes centros urbanos do nosso País.

O Sr. Átila Lins - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Domingos Neto?

O SR. DOMINGOS NETO - Pois não, Deputado Átila Lins.

O Sr. Átila Lins - Quero cumprimentar V.Exa. pelo discurso que faz nesta tarde, no Grande Expediente desta sessão, com uma abordagem muito específica sobre a mobilidade urbana. V.Exa., Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Casa, está perfeitamente identificado com esta causa. Eu quero dizer que, no meu Estado, o Amazonas, estamos atuando muito decisivamente em prol da mobilidade urbana, porque, como Manaus é uma das subsedes da Copa do Mundo, estamos recebendo os investimentos necessários do PAC 2, da Presidenta Dilma Rousseff. Sei que o PAC 2 está enraizando-se em todas as grandes cidades do Brasil. No meu Estado, repito, o PAC está avançando, e sabemos que em algumas capitais há pequenos atrasos, o que é muito normal num país cuja legislação é muito burocratizada. A nossa obrigação era a de alterar a legislação licitatória exatamente para fazer avançarem as obras da Copa do Mundo, em face dos atrasos oriundos de uma legislação emperrada. Cumprimento V.Exa. pelo discurso que faz, por representar muito bem o Estado do Ceará nesta Casa. Tenho um pouco de cearense, pois meu pai era originário do Estado do Ceará, mais precisamente do Município de Milagres. Portanto, nós da família Lins de Albuquerque, temos raízes muito fortes no seu Estado, o Ceará. Saúdo V.Exa. pelo discurso e reitero que faz muito bem em trazer para o debate um tema muito difícil e muito complexo, mas que todos nós desta Casa precisamos encarar. Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS NETO - Agradeço o aparte a V.Exa., Deputado Átila Lins.

Eu também gostaria de debater a mobilidade urbana para a Copa do Mundo, diante do que V.Exa. citou sobre a burocracia. Vamos procurar o Poder Judiciário e o Ministério Público, para trabalharmos em conjunto na questão das desapropriações. Temos constatado que as desapropriações, para a ampliação de vias nos grandes centros urbanos, fazem parte do maior problema burocrático a ser enfrentado na implantação de obras de infraestrutura. Os custos são altíssimos, e o desenrolar judicial do processo de desapropriação tem atrapalhado a agenda de implantação das infraestruturas urbanas, o que aumenta sobremaneira os custos.

Portanto, das obras de intervenção urbana relativas à ampliação de vias, quero citar aqui o caso específico da Capital do meu Estado. A Prefeitura de Fortaleza, dentro da Matriz de Responsabilidades, ficou com a parte de ampliação de vias, como a Via Expressa e as Avenidas Alberto Craveiro, Dedé Brasil e Paulino Rocha, de acesso à Arena Castelão - essa faz parte da competência do Governo do Estado.

Cientes disso, nós já estivemos no Ministério das Cidades para acompanhar de perto esse processo, uma vez que o VLT - Veículo Leve sobre Trilhos das Linhas Sul e Leste faz parte de um convênio entre o Ministério e o Governo do Estado do Ceará. A Linha Sul já está próxima de ser inaugurada. Por isso, acompanhando o Governador do Estado, na última semana, pudemos convidar o Ministro para essa inauguração. Quanto à Linha Leste, a Presidente Dilma Rousseff, há 15 dias, esteve no Ceará e anunciou que faria um convênio de 2 bilhões de reais com o Governo do Estado - 1 bilhão como parte de convênio

direto do Governo Federal e mais 1 bilhão como parte de financiamento junto ao BNDES -, para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos da Linha Leste. Isso certamente fará uma diferença imensurável para um transporte público de qualidade na Região Metropolitana de Fortaleza.

Certamente realizaremos a melhor Copa do Mundo de todos os tempos e deixaremos um legado positivo para os cidadãos brasileiros. Para ter certeza de que, com o nosso trabalho na Comissão de Desenvolvimento Urbano, prepararemos esse legado, vamos instalar uma Subcomissão para acompanhar de perto as mais de 50 obras de mobilidade urbana que fazem parte da Matriz de Responsabilidades e que são o maior legado de infraestrutura a ser deixado pela Copa do Mundo de 2014. Essa Subcomissão acompanhará isso de perto, junto aos Governos Estaduais e Municipais. Assim, teremos certeza de que, de Brasília, contribuiremos para o sucesso da Copa de 2014.

Meus caros pares, é importante que se acrescente algo sobre as perspectivas de trabalho junto com os Prefeitos do nosso Brasil. Este é um ano de eleições municipais, e a nossa Comissão de Desenvolvimento Urbano trata das questões das nossas cidades. Este ano, projetos - não pessoas, mas sobretudo projetos - serão avaliados pelos eleitores de nosso País. Nesses projetos devem ser incluídas questões estratégicas sobre o planejamento e o desenvolvimento urbano das nossas cidades.

O planejamento na área de resíduos sólidos deve ser feito até o mês de agosto. A *Agência Senado* já publicou isso ontem, quando a Confederação Nacional dos Municípios criticava que esse planejamento não poderia ser feito por uma questão de custos.

Nós apresentaremos aos Prefeitos, a partir da Comissão de Desenvolvimento Urbano, as questões estratégicas que devem fazer parte dos planos de governo a serem apresentados à população no pleito eleitoral, nas áreas de saneamento, habitação, mobilidade urbana, acessibilidade. Assim, poderemos contribuir, na condição de Parlamentares e de representantes do povo, para que esses projetos tenham sucesso.

Quanto à questão da Confederação Nacional dos Municípios que citei, vamos propor ao Relator da Comissão de Orçamento - que, no ano passado, apresentou uma inovação importante: as emendas populares - uma forma de emenda popular para custear o planejamento estratégico do desenvolvimento urbano das nossas cidades. Esperamos que essa emenda popular ajude a custear o desenvolvimento urbano de muitos Municípios, sobretudo médios e pequenos, que não têm recursos para financiar um grande urbanista, um grande plano diretor. Esperamos que essa emenda popular leve as audiências públicas para a Câmara Municipal, para que a população possa construir, com um planejamento participativo, em conjunto, o desenvolvimento das nossas cidades.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade, pois o meu partido, o PSB, confiou-me essa missão. Doarei o melhor da minha juventude para prestar um grande serviço na Comissão de Desenvolvimento Urbano, junto com os meus pares. Certamente, neste ano, um ano de eleições municipais, temos uma obrigação ainda maior.

Tenham todos uma boa tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

Sumário

Importância da aprovação pela Casa do projeto de lei de autoria do orador sobre a concessão a doadores de sangue de isenção do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos e exames vestibulares de universidades federais, bem como do desconto de 50% na compra de ingresso para cinemas, exposições, teatros e jogos de futebol. Urgente necessidade de realização da reforma política. Inconformismo com a edição abusiva de medidas provisórias, em detrimento da apreciação de proposições de iniciativa parlamentar.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, no desempenho das minhas responsabilidades de Deputado Federal, tenho norteado o meu trabalho nesta Casa do Congresso Nacional pela defesa dos mais variados segmentos da sociedade.

Coloquei a palavra "defesa" na introdução desta minha fala de propósito. Desde que fui alçado à condição de homem público, tenho defendido os interesses daqueles que, de alguma forma, necessitam ser ajudados.

Entre as dezenas de projetos que já protocolei nesta Casa, existe um que pretendo ver aprovado com a maior brevidade possível, tendo em vista a sua magnitude e os benefícios que ele certamente provocará na sociedade brasileira. Refiro-me ao que isenta os doadores de sangue voluntários do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos e vestibulares das universidades federais, em todo o território nacional.

E isso ainda não é tudo. Por essa minha proposta, o doador voluntário de sangue também será beneficiado com desconto de 50% no preço de ingressos de cinemas, exposições, teatros e campos de futebol.

Em contrapartida, isto é, para que o doador exerça o direito à isenção da taxa de inscrição em concursos públicos e vestibulares de universidades federais, torna-se necessária a comprovação de três doações de sangue consecutivas para homens e duas para mulheres, em um período de 12 meses. E tem mais: a comprovação de que o doador cumpriu com esse requisito para ter direito à isenção está condicionada à apresentação de documento expedido pelo hemocentro de sua cidade, onde deverá constar o nome completo do doador, seu CPF e os dados referentes à doação, a ser apresentado no ato da inscrição.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, vocês devem estar se perguntando qual é o objetivo desta proposta. A resposta que posso oferecer-lhes é a mais direta possível: incentivo à doação voluntária, haja vista que vamos sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Quantos milhares de pessoas virão para o Brasil? Os hemocentros estão no limite do estoque desse líquido precioso que salva vidas, e é público e notório que a ausência de sangue nos hemocentros pode provocar um colapso em vários setores hospitalares, causando sérios transtornos à sociedade como um todo.

Os hemocentros públicos há muito tempo clamam por um aumento significativo de doadores. Quanto mais doadores, mais sangue para salvar vidas.

Esta iniciativa que no momento lhes apresento para análise certamente fará com que muitos brasileiros se transformem em doadores de sangue regulares.

O ato de salvar vidas não é prerrogativa de médicos, de médicos-cirurgiões, etc. É uma oportunidade dada a todos os brasileiros. Basta se dirigir ao hemocentro

mais próximo e doar seu precioso líquido, o sangue que salva, e assim demonstrar amor ao próximo, mesmo àquele que sequer conhecemos ou de cuja amizade não compartilhamos.

Doação de sangue é o processo pelo qual um doador voluntário tem o seu sangue coletado, para armazenamento em banco de sangue ou hemocentro e uso subsequente em uma transfusão de sangue. Trata-se de um processo de fundamental importância para o funcionamento de um hospital ou centro de saúde.

Todos os procedimentos médicos que demandam transfusão de sangue precisam dispor de um fornecimento regular e seguro desse elemento. Daí a importância de se manterem sempre abastecidos os bancos de sangue, por meio das doações, que não engrossam nem afinam o sangue do doador.

Muitos se assustam, Deputado. Eu fui doador de sangue, até que surgiu uma doença que não me permitiu mais doar. Doeí muito sangue na minha vida. Doeí para gente que eu nem conhecia. Quem sabe muitos foram salvos pelo líquido precioso que eu pude doar. Infelizmente veio a diabetes, e tive que parar de doar, e depois a própria idade me impediu.

Doar sangue é fácil e seguro, não há perigo. Muitos dizem: *"Ah, não vou doar porque isso vai afinar meu sangue, ou vai engrossá-lo"*. Não é verdade. Nada disso acontece. E não se pode mentir nem omitir informações, pois quem recebe o sangue poderia ser contaminado.

Doar sangue é um procedimento simples, rápido, sigiloso e seguro. Para o doador, em geral, não há riscos, porém algumas complicações podem eventualmente aparecer.

No Brasil, qualquer pessoa poderá doar sangue, desde que sejam observadas algumas condições, a fim de se garantir a segurança e a qualidade do procedimento.

A coleta de sangue para doação consiste na retirada de cerca de 450 mililitros de sangue, através de material descartável, de uso único e estéril. O tempo de permanência do doador no banco de sangue, incluída a coleta e a triagem, é de aproximadamente 12 minutos.

No Brasil, o Ministério da Saúde exige a realização de alguns procedimentos específicos antes e depois da doação, a fim de prevenir complicações para o doador e a contaminação do receptor durante o período de janela imunológica de doenças.

Em termos nacionais, a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, regulamenta o inciso IV do art. 199 da Constituição Federal, relativo a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades.

No Brasil, o trabalhador sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por 1 dia em cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

Os funcionários públicos civis federais, sem qualquer prejuízo, podem se ausentar do serviço por 1 dia para doação de sangue, sem limite anual de doação. E após três doações anuais é possível pagar meia-entrada em eventos culturais.

Nas Unidades da Federação, existem algumas leis que concedem benefícios aos doadores voluntários de sangue.

No Mato Grosso, lei autoriza o doador regular de sangue a receber isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado.

No Paraná, lei concede ao doador regular de sangue desconto de 50% em

eventos culturais e artísticos do Estado.

Aqui no Distrito Federal, a lei diz que os doadores regulares de sangue ficam dispensados do pagamento de taxa de inscrição em concurso público para preenchimento de vagas de administração pública direta, indireta e fundacional do Distrito Federal e da Câmara Legislativa".

Pois não, Deputado. É um prazer e uma honra ouvir o Deputado Leonardo Gadelha, a quem quero desde já cumprimentar, antes mesmo de ouvir. Gostei do pronunciamento de V.Exa. Dizia meu avô, Deputado, que o pêssego cai debaixo do pessegueiro. Nunca se viu pêssego cair debaixo da laranjeira. Evidentemente, digo isto pela sua procedência. Fiquei imensamente feliz quando ouvi a colocação de V.Exa. sobre a reforma política. E comungo no pensamento do ilustre Deputado.

O Sr. Leonardo Gadelha - Nobre Deputado Onofre Santo Agostini, inicialmente eu gostaria de agradecer as elogiosas palavras de V.Exa. Quero dizer que, entre as várias características que compõem a personalidade do bom Parlamentar, uma essencial é ter sensibilidade para observar as demandas que surgem do tecido social. V.Exa., ao apresentar um rol de matérias que dizem respeito à doação de sangue, demonstra possuir essa sensibilidade. A discussão que V.Exa. traz a lume esta manhã prova que V.Exa. está antenado com os anseios da sociedade, não só de Santa Catarina, como do Brasil. Há que se promover uma mudança cultural nesse sentido. Em outras nações, oferecem-se benefícios até pecuniários para que as pessoas doem sangue. Talvez não cheguemos a tanto aqui no Brasil, mas precisamos efetivamente quebrar o paradigma e fazer com que esse gesto se torne corriqueiro, um gesto comedido, e as pessoas percebam a relevância de doar sangue. Na condição de seu par e seu admirador, parabeno V.Exa. pela escolha do tema. E presto, obviamente, o meu apoio a todo tipo de matéria nesse sentido que venha a tramitar e que tenha saído da lavra de V.Exa. Parabéns.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço a V.Exa. a manifestação. Fico honrado e muito feliz de ver que um jovem político comunga nesse pensamento. Acho mesmo, Deputado, que não deveria ser preciso uma lei para nós, brasileiros, reconhecermos a qualidade do doador de sangue.

Em São Paulo, o doador de sangue é isento do pagamento de taxa de inscrição nos concursos públicos realizados pelas administrações direta ou indireta, fundações e universidades públicas do Estado.

No meu querido Estado de Santa Catarina, lei de 1997 isenta o doador do pagamento de taxas de inscrição para concursos públicos realizados pelo Estado, equiparando-se a doador de sangue, para os efeitos da lei, a pessoa que integre a associação de doadores e que contribua, comprovadamente, para estimular de forma direta e indireta a doação.

Finalmente, no Ceará, a Lei nº 12.634, de 14 de novembro de 1996, afirma que os servidores estaduais farão jus a uma semana para efeito de contagem de tempo de serviço para a aposentadoria por cada doação de sangue efetuada exclusivamente nos hemocentros vinculados à Secretaria de Saúde do Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que me ouve neste momento, senhoras e senhores, cito um dado interessante: o grande catarinense Oretes Golanovski, da cidade de Canoinhas, portanto um conterrâneo meu, foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde como o maior doador de sangue do Brasil e entrou, em 2011, para o RankBrasil Recordes Brasileiros. Até junho de 2006, meu amigo Orestes - que por sinal foi Vereador na cidade de Canoinhas - já havia feito, Sr. Presidente e Sr. Deputado Leonardo, 187 doações.

Sabem, Srs. Deputados, ele não doou mais - queria continuar doando - porque a idade não lhe permitiu. Já tem 73 anos. Com 65 não é mais possível. Mas assim

mesmo o grande brasileiro, homem simples, rude, comum, mas de uma tal sensibilidade, que criou uma associação de doadores voluntários de sangue na cidade de Canoinhas. Com a nossa ajuda e a ajuda de outros Deputados Estaduais da época, conseguiu comprar um ônibus, e reunia os doadores de sangue da cidade de Canoinhas e vizinhas e saía pelo Brasil doando sangue.

Quando algum hospital chamava, com necessidade urgente de doadores, lá ia Orestes com sua associação, com os seus doadores, oferecer sangue não só para Canoinhas, nem só para a região, mas para o Brasil.

Tive a oportunidade de recebê-lo um dia Orestes na Assembleia Legislativa: *"Deputado, me ajude que eu tenho que ir para o Paraná, para Curitiba, com a minha equipe, doar sangue para salvar vidas"*. Esse é o nosso amigo Orestes, hoje com 73 anos, impedido de doar sangue por causa da idade, mas, sem dúvida nenhuma, uma pessoa de muita importância, a quem presto a minha homenagem neste momento.

Não sei se Orestes está me assistindo. Não sei se o povo de Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, está me ouvindo. Mas faço esta referência, Deputado Leonardo Gadelha, como reconhecimento da pessoa voluntária, daquele que vai lá e, sem pensar em retorno, doa seu líquido precioso, o sangue, para tentar salvar vidas.

Sensibilizado até, presto minha homenagem a Orestes e a todos aqueles que voluntariamente vão aos hemocentros doar o sangue para tentar salvar vidas.

Eu vejo, Deputado Leonardo, que jovens estão neste Plenário nos ouvindo neste momento. Agradeço-lhes a presença. Que o exemplo de Orestes sirva de estímulo a vocês, jovens. Façam o que ele fez. Não sei de que cidade vocês são, não sei por que aqui vieram, e naturalmente é uma honra para este Parlamento receber a sua visita, mas levem consigo esta nossa mensagem. Se vocês podem doar sangue, se vocês não têm nenhum impedimento de saúde, vão aos hospitais, vão aos hemocentros, voluntariamente, fazer a doação.

Sabe como eu fazia, Sr. Presidente, quando eu podia doar sangue? No Natal, na Páscoa, no Dia da Independência, no carnaval, em dias importantes da história do Brasil, eu, voluntariamente, humildemente, ia ao hemocentro tirar sangue.

"Mas o senhor tem alguém a quem doar?" "Não. Dê ao primeiro que precisar." Essa é uma forma de ser útil. Como diz o ditado, *"o que a mão direita faz não precisa a esquerda saber"*. O importante é tentar ajudar o ser humano.

Por isso nesta sexta-feira, substituindo o Deputado que me pediu que aqui viesse, trago este argumento, esta solicitação. Já dei entrada ao projeto, e agora peço aos Deputados que me ajudem. Ele não vai causar grandes transtornos. Neste País se dá isenção a tanta coisa, então vamos isentar de taxas de concursos públicos e de vestibulares e vamos dar meia-entrada nas praças esportivas e nos cinemas às pessoas que ajudam o ser humano doando parte de si para salvar vidas.

Fico imensamente feliz de poder trazer este assunto a esta Casa. Muitos me disseram quando eu elaborava meu discurso: *"Mas, Deputado, que significado importante! O Congresso Nacional tem tantos assuntos de interesse da sociedade na pauta, tantos assuntos políticos, tantas medidas provisórias, e V.Exa. vai trazer um assunto tão simples para ser debatido."* Eu acho que às vezes é nas coisas simples, como disse o Deputado Leonardo Gadelha, na sensibilidade para as coisas de interesse do cidadão, da pessoa, que temos a solução para graves problemas.

Vejo aqui tratarem de assuntos importantes, evidentemente, mas este eu reputo de muita importância.

Eu ouvia o grande pronunciamento do Deputado Mauro Benevides, na minha opinião uma das grandes culturas desta Casa, Parlamentar de conhecimento magnífico, pessoa honrada, Deputado não só do Ceará, como eu já disse, e

repito, mas Deputado do Brasil, pessoa de suma importância para a Nação brasileira, por suas qualidades, por sua honradez, homem correto, culto, que traz luzes para esta Casa. S.Exa. trouxe um assunto que nós reputamos de muita importância: a reforma política. Este País, esta Casa, Deputado Leonardo, precisa tomar uma providência e dar um basta no que está acontecendo ou, V.Exa. tem toda a razão, aqui estão os que vão ser derrotados porque não têm dinheiro. Têm ideias, idealismo, princípio ético e bom costume, mas, infelizmente, falta-lhes o principal: recursos para aguentar a campanha daqueles que têm mais dinheiro e o usa até de forma escusa. Mas isto é conhecido, não é preciso comentar. Burlam a lei porque a lei é falha, e não há lei que consiga fiscalizar o abuso nas eleições. Não há. Pune-se um e outro, mas não se punem todos.

Há necessidade urgente da reforma política. Eu disse isso quando assumi. O primeiro discurso que fiz, Deputado Leonardo Gadelha, foi sobre isso. Não é preciso fazer reforma tributária, não é preciso fazer reforma nenhuma a não ser a reforma política.

É um absurdo! Eu não me conformo, Srs. Deputados, que esta Casa viva só votando medidas provisórias! Isso é uma vergonha para este Parlamento! É uma vergonha para esta Casa! Nós estamos agachados, estamos de quatro para o Poder Executivo! Vivemos votando medida provisória! É um absurdo!

Não estou dizendo que esta Presidenta é culpada. Não estou dizendo que é ela, ou que foi o Presidente Lula, ou o Fernando Henrique Cardoso. O problema está nesta Casa! Esta Casa não se impõe. Esta Casa não diz *"basta, vamos usar as nossas prerrogativas"*.

Eu acho, Srs. Deputados, que vou sair daqui sem ter votado projeto de lei no Parlamento. Só vou votar medida provisória. E a medida provisória - está na Constituição, Deputados! - é para ser usada em estado de calamidade pública, em estado excepcional. Houve medida provisória com 32 assuntos! Uma única medida provisória tinha 32 assuntos! E nós votamos.

Srs. Deputados, parece-me que o Supremo voltou atrás e ao menos começou a tomar providências para dar um basta nisso. Ou esta Casa, ou este Congresso Nacional toma medidas, ou nós vamos ficar chorando, Deputado Leonardo, e sairemos daqui decepcionados. Vi que V.Exa. é idealista e veio aqui imbuído de princípios éticos e de bons costumes. Mas vamos sair daqui frustrados, porque veremos este Congresso Nacional dizer amém, aleluia a todas as medidas provisórias.

Meu partido já declarou independência. Vamos votar a favor das coisas boas do Governo. Não tenho vergonha de dizer que não votei na Presidente Dilma Rousseff. Respeito aqueles que votaram. Mas acho excepcional o Governo. Na minha opinião, tivemos uma grande revelação. A Presidente tem coragem, é lúcida, está realmente preocupada com a Nação brasileira. Mandou-nos algumas matérias que nós reputamos de importância. A criação das escolas técnicas eu acho que é uma matéria relevante, aliás, sensacional. Votei a favor com muito prazer. Houve também o Minha Casa, Minha Vida e outras matérias interessantes para o País enviadas pela Presidente da República. Mas medida provisória só em caso excepcional, de calamidade pública, senão nós viramos um cartório homologatório que só irá carimbar as medidas provisórias: sim, senhor, amém, aleluia. E os interesses do povo brasileiro?

Não estou dizendo que nas medidas provisórias não haja coisas corretas. Há, sim, mas a matéria poderia ser tratada em lei ordinária. Um Deputado de partido que sustenta o Governo disse que eu tenho razão no meu ponto de vista, mas que, infelizmente, se não for através de medida provisória, nenhuma matéria será aprovada nesta Casa, porque a tramitação demora muito, porque é Comissão daqui e de lá... Não! Mandem as matérias em regime de urgência, qualquer matéria, e a votação será rápida, sem problema. Pode ser lei ordinária, lei

complementar, a lei que for. Se tramitar em regime de urgência, a votação é tão rápida quanto a de uma medida provisória. Mas se continuarmos apreciando só medidas provisórias, desta forma, este Parlamento continuará agachado para o resto da vida, agachado, apenas homologando a vontade do Poder Executivo. Eu agradeço a oportunidade. Muito obrigado por terem me ouvido. Agradeço em especial por terem ouvido minha primeira fala, sobre o doador de sangue.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Deputado Onofre Santo Agostini, parabênizo V.Exa. pela escolha de tema tão relevante como a doação de sangue e também pelo pronunciamento sobre a reforma política.

Documento 340/472

033.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	08/03/2012-10:20
Publ.: DCD - 09/03/2012 - 6017	JUTAHY JUNIOR-PSDB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Casa do requerimento de tramitação, em regime de urgência, do projeto sobre a Lei Geral da Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Defesa de rejeição de dispositivo do projeto relativo à permissão do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos do evento.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, ontem a Câmara dos Deputados aprovou, por acordo, a tramitação em regime de urgência do projeto da Lei Geral da Copa. E ficou acertado que na próxima quarta-feira, dia 14 de março, haverá votação específica sobre a matéria. Também ficou combinado que haverá votação nominal sobre vários itens, em relação à proposta do Relator.

Eu venho falar de um item específico que votaremos nominalmente. A FIFA, por pressão ilegítima no meu modo de entender e com a concordância do Governo, de forma equivocada está permitindo o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol. Essa é uma proposta que não tem cabimento, que é descabida, porque hoje há lei específica no Brasil que não permite o consumo de bebidas alcoólicas no interior dos estádios de futebol.

Sabemos que o futebol desperta emoções, paixões. Obviamente, se potencializarmos esses sentimentos com o álcool, levaremos riscos para a população e todos os torcedores do nosso País. Como é que vamos permitir consumo de bebida alcóolica durante a Copa do Mundo de Futebol, se não permitimos hoje e não permitiremos depois dela?

Percebo entre os Deputados um sentimento de mobilização para derrotar esse quesito, uma intervenção indevida no nosso País. Uma entidade supranacional vem dizer como devemos fazer as nossas leis, vem modificar leis que estão dando certo, que protegem a população e especificamente os torcedores?

Sou Deputado há várias legislaturas e percebo movimentos em várias bancadas, em vários setores, inclusive na base do Governo, que não aceitarão essa capitulação do nosso País a uma proposta que não traz nenhum benefício à sociedade e nenhuma segurança ao torcedor.

Por isso, assumo o compromisso de votar contra, de trabalhar, de mobilizar, de

tentar convencer, para ganharmos. Não é só um gesto de protesto. É possibilidade real de vitória. Não podemos permitir esse abuso da FIFA e essa capitulação do Governo Dilma Rousseff a uma imposição que só gera prejuízos para o nosso País.

Passa a ideia também de que o Brasil é uma republiqueta, à qual uma entidade supranacional pode dizer quando e como modificar a sua legislação interna. Se fosse algo que representasse avanço, que gerasse mais segurança e tranquilidade; se fosse algo em benefício do nosso povo, poderíamos até acolher sugestões. Mas se trata de uma posição que não nos traz nenhum benefício, que é um retrocesso em relação à luta pela paz nos estádios. Temos de derrotar esse item.

Sinto, mesmo que tenha sido feito um acordo com a FIFA e com o Governo, que esta Casa, soberanamente, tem todas as condições de derrotar esse item. Já recebi manifestações nesse sentido e conversei com membros de todos os partidos.

Vamos para a luta na quarta-feira que vem, para derrotar a FIFA!

Documento 341/472

033.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	08/03/2012-09:36
Publ.: DCD - 09/03/2012 - 6002		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, de uns anos para cá, no Dia Internacional da Mulher, adotei o hábito de "dar um pronunciamento como lido", mas rigorosamente dentro do que a expressão significa.

Peço àquelas que ajudam a fazer o meu mandato, às mulheres da minha equipe, que redijam um documento sobre o seu trabalho, o seu papel e a sua visão da luta da mulher contra a discriminação, o patriarcalismo e o machismo ainda imperantes e que estão dentro de nós - dentro do Deputado Fernando Marroni, dentro do tal Chico Alencar. Nós temos muitos elementos autoritários do domínio patriarcal ainda vigente. Portanto, hoje é o dia de dar a palavra às mulheres.

Quero registrar a palavra das mulheres que me ajudam a fazer este mandato - não sendo responsáveis pelos meus erros, evidentemente.

Viva a luta das mulheres, Presidenta Benedita da Silva, cuja saga de mulher de origem africana, lutadora e guerreira, enalteço.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva) - Obrigada, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos (as) os (as) que assistem a esta sessão ou nela trabalham, voto, logo existo! Afirmo uma companheira do mandato. O voto foi o ensaio para a liberdade... A mulher se afirma, sem perder a ternura, o sorriso, o charme, a alegria de ser e viver, complementa outra

parceira do dia a dia.

A cidadania brasileira comemora 80 anos da conquista pelas mulheres do direito ao voto. Essa luta, que é anterior à Proclamação da República, ganhou maior expressão a partir da organização de mulheres em movimentos e partidos políticos. Sob a liderança de Bertha Lutz, outras sufragistas como Almerinda Gama, Carmen Portinho, Maria Luisa Bittencourt, Josefina Álvares de Azevedo, Jerônima Mesquita, Chiquinha Gonzaga e **Natércia da Silveira** protagonizaram a conquista do voto.

As Nações Unidas calculam que, mantido o ritmo atual de evolução da participação feminina em cargos de representação, o mundo levará 400 anos para chegar a um patamar de equilíbrio de gênero. Nesse cenário, o Brasil está entre os 60 países com o pior desempenho no que se relaciona à presença de mulheres no Parlamento - pouco mais de 10% nos espaços legislativos.

Organizações feministas têm-se posicionado na perspectiva de uma reforma política que corrija distorções da democracia representativa e amplie a democracia participativa. Uma de suas bandeiras é a votação em lista fechada e com paridade e alternância de sexo.

Mas é no dia a dia que as mulheres travam outra árdua batalha. Na luta por direitos básicos, pela igualdade e contra todos os tipos de violência contra elas. Estamos nesta luta. A nota de nosso partido expressa o mundo que queremos construir com elas:

Não há vida digna para as mulheres com violência e sem direitos

Mulheres do PSOL no Dia Internacional de Luta das Mulheres

O PSOL vem às ruas novamente neste Dia Internacional de Luta das Mulheres para reafirmar que a luta contra o machismo e o capitalismo se faz todo dia. Resistindo e denunciando toda forma de violência sexista, a opressão e o controle sobre nossos corpos e decisões. Almejamos uma sociedade socialista e livre, na qual as mulheres tenham vez e voz, superando definitivamente a opressão de gênero e de classe.

"É nesse contexto que denunciamos e combatemos a violência sexista, resultante da ideologia machista e patriarcal que considera a mulher um ser menor, sem direitos, subalterno. Essa violência se repete diariamente e moldou um comportamento de aceitação e trivialidade que nos indigna. Ela se nos expressa vários tipos de violência que se impõem sobre as mulheres, seja a violência física, simbólica, patrimonial, institucional, seja a violência estrutural do sistema capitalista que retira direitos essenciais como saúde, educação, moradia, previdência social, em nome da manutenção do lucro do grande capital".

Se no primeiro mandato da presidenta Dilma houve, já no primeiro mês, cortes de orçamento em áreas sociais importantes para a vida das mulheres, hoje vemos em curso a consolidação de uma política de saúde da mulher vinculada à sua função procriativa e que criminaliza o aborto, como é o caso da Rede Cegonha, da sanção da MP 557 (Cadastro de Gravidez) e a nomeação do Senador Marcelo Crivella, principal figura pública da bancada pró-vida no senado, para o Ministério da Pesca.

Infelizmente, pautas das mulheres e LGBTs, como O PLC 122 e o kit anti-homofobia, são utilizadas como barganha com a bancada conservadora, evidenciando que o governo petista está do lado dos corruptos e do empresariado brasileiro, desenvolvendo o capitalismo brasileiro e não se preocupa em extinguir as estruturas de sua exploração e opressão.

Com o recrudescimento da violência machista em nosso país, que vem causando o aumento de assassinatos de mulheres, vítimas de seus companheiros ou de homens da família, assim como os casos de estupro de mulheres em transportes públicos e lesbofobia, torna-se urgente a implementação do Pacto de Enfrentamento à Violência contra Mulher. Porém, com os cortes nos orçamentos

federal e estaduais, não se garante a infraestrutura e os investimentos mínimos necessários para assegurar o funcionamento eficaz da Lei Maria da Penha, o que poderia garantir a vida e integridade física de milhares de mulheres brasileiras.

Por outro lado, a violência estrutural existente em nossa sociedade também traz consigo um viés de gênero e de raça. As mulheres negras e indígenas são maioria nos movimentos de luta por moradia e nas comunidades e territórios apropriados pelo setor privado, assim como pelo poder estatal.

É com a utilização do aparato policial e judiciário que o governo Dilma e diversos governos estaduais promovem remoções forçadas nessas comunidades e territórios para destiná-los às obras da Copa do Mundo, às obras do PAC e a obras de especulação imobiliária em geral, em várias partes do país, principalmente Amazônia e no semiárido nordestino. Um exemplo grave desse tipo de violência foi o ocorrido em Pinheirinho, cidade de São José dos Campos, e o que se anuncia novamente no Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia. Outros casos como esses se repetem em várias cidades que sediarão a Copa e em vários territórios indígenas e camponeses, com as obras de Belo Monte, da transposição do Rio São Francisco, entre outros.

Nesta conjuntura tão adversa, é preciso construir o protagonismo feminista e socialista nas lutas e na denúncia das violências sofridas pelas mulheres e pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira.

A atualidade do Dia Internacional de Luta das Mulheres, que foi inaugurado pelas mulheres russas em 1917, se expressa no enfrentamento da desigualdade de classe e entre homens e mulheres, da violência sexista e dos valores patriarcais ainda tão cristalizados em nossa sociedade. É por isso que as mulheres assumiram o protagonismo em vários movimentos e insurreições por todo o mundo. É por isso que o 8 de Março segue sendo uma inspiração na luta feminista do PSOL para continuar lutando por socialismo e liberdade!

Agradeço a atenção.

Documento 342/472

033.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	08/03/2012-09:34
Publ.: DCD - 09/03/2012 - 6002	SEVERINO NINHO-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à liberação da venda de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. SEVERINO NINHO (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, anteontem, na Comissão da Lei Geral da Copa, foi aprovada a liberação da venda de bebida alcóolica nos estádios. Eu me preocupo com esse assunto e acho que não deveríamos aprovar a liberação de bebidas nos estádios durante a Copa do Mundo.

Com a proibição da propaganda do fumo na televisão, vem diminuindo no País o vício em relação ao cigarro. Isso demonstra que não podemos abrir a guarda e liberar a bebida nos estádios durante o evento da Copa do Mundo em nosso País, porque o álcool é um malefício muito grande para a sociedade.

Desse modo, não devemos permitir que se altere o Estatuto do Torcedor para liberar a venda de bebida alcoólica nos estádios durante o evento mundial. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 343/472

033.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	08/03/2012-10:46
Publ.: DCD - 09/03/2012 - 6025	LINCOLN PORTELA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Declaração de voto do PR pela rejeição de dispositivo no texto da Lei Geral da Copa que permite a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Primeiro, Presidenta Rose de Freitas, quero parabenizá-la e, em nome de V.Exa., quero parabenizar todas as mulheres do Brasil, especialmente as mulheres desta Casa, pelo Dia Internacional da Mulher. Parabéns a essas denodadas mulheres que tanto trabalham para o desenvolvimento da nossa Nação!

Aproveitando esta oportunidade, Sra. Presidente, eu não poderia deixar de pontuar, em relação à Lei Geral da Copa, o nosso posicionamento sobre a venda de bebidas alcoólicas nos Estados, diga-se de passagem, até pelo bem das mulheres que sofrem com maridos alcoólatras, que sofrem com filhos alcoólatras. O álcool é a principal porta para a dependência química. Infelizmente, temos visto hoje crianças de nove, dez anos de idade já ingerindo bebidas a partir de casa, a partir do exemplo de seus pais.

Não quero nem questionar aquele que bebe, socialmente ou não, pois há controvérsias quanto a isso. Mas a quantidade de alcoólatras no Brasil é muito grande. Lamentavelmente, lembro que em países onde a Copa do Mundo foi realizada por diversas vezes foi proibido o uso da bebida alcoólica.

Agora, no Brasil, eles vêm com o sofisma de que é somente para a Copa do Mundo. Mas, depois, será dada abertura para que a venda de bebidas alcoólicas nos estádios continue, para que as pessoas saiam dos estádios dirigindo seus veículos irresponsavelmente, alcoolizadas ou com alto teor alcoólico no sangue, e cometam os crimes que estão ocorrendo por aí. Quem sai de um estádio de futebol com bebida à disposição, pega seu veículo para ir embora, juntamente com mais duas ou três pessoas. E em estádio de futebol não tem essa de motorista da rodada. Isso não existe. Não existe!

Então, nós nos posicionamos radicalmente contra a venda de bebida alcoólica nos estádios porque sabemos que isso é porta aberta para que volte aquele ciclo do passado nos esportes, prática a que nem perto deveria chegar a bebida alcoólica.

Este é o posicionamento da Liderança do Partido da República: votaremos contra na próxima semana por essa razão. Inclusive, já preparamos o nosso destaque; e vamos apresentá-lo em conjunto com os outros partidos. Cinco

partidos apresentaram destaque. Mas ontem demos a sugestão, no Colégio de Líderes, para que esse destaque acontecesse em conjunto, não apenas com dois e dois falando, mas com cinco e cinco falando a favor e contra, e com votação nominal no painel. É bom que coloquemos o nosso posicionamento de uma forma nítida, clara.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 344/472

033.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

08/03/2012-10:50

Publ.: DCD - 09/03/2012 - 6066

AFONSO HAMM-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Avanços do parecer oferecido pelo Deputado Vicente Candido ao projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014 (Projeto de Lei nº 2.330, de 2011). Aprovação da matéria pela respectiva Comissão Especial. Garantia da realização de jogos da Copa do Mundo de Futebol no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo este espaço para destacar, neste plenário, que na terça-feira, dia 6 de março, aprovamos a Lei Geral da Copa, durante a reunião da Comissão Especial formada para analisar o Projeto de Lei nº 2.330, de 2011. O texto-base apresentado pelo Relator Vicente Candido chegou a ser aprovado no dia 28 de fevereiro, no entanto, o debate foi retomado nesta semana, seguindo o Regimento Interno desta Casa Legislativa. Foi importante apreciarmos essa matéria com maior agilidade, uma vez que o mundial esportivo de futebol se aproxima.

Deveremos ter hoje uma sessão ordinária para finalizar os debates sobre a Lei Geral da Copa, neste plenário. Participamos da Comissão Especial, presidida por Renan Filho e que teve como Relator o Deputado Vicente Candido. Tivemos importante interação e aprofundamento dos debates desde o segundo semestre de 2011.

Quero registrar os importantes avanços que já foram aprovados na Comissão. Foi mantido no texto original do Relator no que se refere à meia-entrada. Os idosos poderão comprar ingressos pela metade do preço em todas as categorias, ou seja, com desconto de 50%. É importante esclarecer a todos que o Estatuto do Idoso está sendo reconhecido no texto apresentado pelo Relator. A Lei Geral trouxe a condição para os estudantes comprarem ingressos populares. Mesmo com as negociações rígidas com a FIFA, ficou garantida a disponibilização de 300 mil ingressos populares aos estudantes para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e 50 mil ingressos para a Copa das Confederações de 2013, mediante apresentação de carteira estudantil e também para os

beneficiários de programas de transferência de renda, como Bolsa Família. O turismo também foi contemplado na Lei Geral da Copa. O poder público poderá adotar providências, visando à celebração de acordos com a FIFA, com vistas à divulgação nos eventos de campanha com o tema social *Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo*, de campanha pelo trabalho decente e dos pontos turísticos brasileiros. Os caminhos indutores do turismo efetivamente são uma grande oportunidade para o turismo nacional e para a imagem do Brasil no exterior. Além disso, impõem desafios importantes a serem enfrentados para que os investimentos públicos e privados consolidem um legado para toda a população.

Nesse sentido, a cada dia que passa nosso foco deve centralizar ainda mais em relação aos preparativos para o Brasil sediar os mundiais esportivos. A Copa já começou, quando inúmeras pessoas já estão trabalhando e os investimentos estão chegando. Nas 12 cidades-sedes as obras já estão em pleno andamento com o propósito de oferecer melhor qualidade para receber os turistas e as seleções do mundial.

Quero agradecer ao Relator a inclusão da nossa proposta na Lei Geral da Copa para o futebol. Foi inserida no art. 30, na parte que trata do tema social, intitulado *Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo*. Trata-se da busca de um legado para o futebol com a formação dos futuros atletas por intermédio das receitas da FIFA com a realização da Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. A nossa ideia é que um percentual da realização dos eventos seja direcionado para construção dos Centros de Treinamentos. Devemos trabalhar para que em torno de 5% a 10% sejam destinados para, junto com a organização dos clubes confederados e organizados, construir os Centros de Treinamento (CTs) para formação de novos atletas da categoria de base e, assim, promover a inclusão social.

Durante a reunião da Comissão foram analisados os destaques, entre eles foi aprovado, por acordo, alteração no texto que permite que emissoras filiadas a uma rede nacional não tenham as mesmas obrigações que as geradoras.

Ao comentar sobre a Copa do Mundo também quero dar uma notícia em primeira mão. Na manhã desta quarta-feira, o Estádio Beira-Rio, do Sport Clube Internacional, escolhido para ser palco da Copa do Mundo em Porto Alegre, recebeu a visita de 36 delegados da FIFA e do Comitê Organizador Local (COL) com o propósito de acompanhar o andamento das operações no estádio e na Capital gaúcha para o Mundial de 2014. Na oportunidade, foi garantido pelo Presidente do Clube, Giovanni Luigi, que a assinatura do contrato com a Andrade Gutierrez sairá no máximo até terça-feira, dia 13 de março. O anúncio gerou uma nova expectativa de que finalmente as obras terão início. Portanto, estamos otimistas que esse impasse seja resolvido nos próximos dias.

A comitiva da FIFA também esteve na Capital gaúcha para ver as questões de estrutura, logística, transporte e transmissão.

Portanto, com esse anúncio está garantida que a Copa do Mundo de Futebol de 2014 também será realizada em Porto Alegre.

A Copa do Mundo transforma o Brasil num cenário de oportunidades. Estamos nos esforçando para ter uma lei que contemple as garantias que foram assumidas, a responsabilidade e uma boa execução, com resultados positivos que tornará o País uma vitrine.

Era o que tinha a manifestar.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste discurso nos meios de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 345/472

031.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/03/2012-14:28

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5669

COSTA FERREIRA-PSC -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos de futebol da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo, em 2014.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me posicionar contra a liberação do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa da Confederação (2013) e a Copa do Mundo (2014), patrocinados pela FIFA.

O texto com essa concessão foi aprovado ontem na Comissão Especial destinada a analisar o projeto, e deve ser votado hoje neste plenário. Liberar o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo extrapola a coerência dos ajustes da legislação que se espera dos países que hospedam esses eventos.

A alteração contraria o Estatuto do Torcedor, aprovado para combater a violência nos estádios. O Estatuto do Torcedor proíbe o uso de bebidas alcoólicas nos estádios e em suas imediações por causa dos constantes tumultos e brigas causadas pelos torcedores.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me posicionar contra a liberação do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa das Confederações (FIFA) de 2013 e da Copa do Mundo (FIFA) de 2014.

O texto com essa concessão foi aprovado ontem na Comissão Especial destinada a analisar o projeto, que deve ser votado hoje neste plenário.

Liberar o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios para a Copa das Confederações e Copa do Mundo extrapola a coerência dos ajustes da legislação que se esperam dos países que hospedam esses eventos.

A alteração contraria o Estatuto do Torcedor, aprovado para combater a violência nos estádios. O Estatuto do Torcedor proíbe o uso de bebidas alcoólicas nos estádios e em suas imediações por causa dos constantes tumultos e brigas causadas pelos torcedores, com mortes e sequelas ocorrendo com frequência crescente.

Adicionar bebida alcoólica num ambiente de grandes paixões já demonstrou ser trágico. Mesmo em países europeus, onde segurança e justiça são muito mais eficientes, a combinação sempre provoca brigas e arruaças, com resultados imprevisíveis.

Além do mais, temos a fama internacional de que as leis no Brasil não são para valer - mentalidade capaz de atrair torcedores dispostos a promover confusão

por crer na impunidade.

Temos um exemplo emblemático em 2003, quando a Federação Internacional de Automobilismo pediu mudança na legislação brasileira para adicionar propaganda de marcas de cigarros nos carros de Fórmula 1, cuja corrida aconteceria em alguns dias. O Governo brasileiro, então, editou a Medida Provisória nº 118, de 3 de abril de 2003, suprimindo parte da eficácia da legislação proibitiva de propaganda de cigarros em eventos esportivos.

Vários comentários jocosos foram feitos, questionando a firmeza de nossas leis. A imprensa publicou, antecipadamente, vários comentários de figurões da Fórmula 1 garantindo que a legislação mudaria porque o Brasil não é um país sério, lembrando frase atribuída a Charles de Gaulle.

Voltamos ao ponto de partida. Se as bebidas alcoólicas em estádios eram comprovadamente fator de desordem e crime, não podemos esperar que, num evento de proporções como os citados, tudo corra tranquilamente, apesar de as mentes de milhares de torcedores estarem embotadas pelo álcool.

Basta lembrar que a maior parte da violência praticada no Brasil tem o estímulo do álcool. Podemos ir mais além e restringir a abusiva e massificante propaganda de bebida alcoólica, sempre permeada de uma aura de mentira sobre os resultados da ingestão de álcool. O Conselho de Comunicação Social do Congresso que aprovou, dia 21/02/2006, moção que recomenda a elaboração de uma lei que restrinja as propagandas de bebidas alcoólicas pelos meios de comunicação, compreendendo televisões, rádios, jornais e revistas, de circulação nacional ou não. Mas o esforço foi ignorado, e o projeto, abandonado. Mas ainda é hora de avançarmos no aprimoramento da nossa legislação.

Muito obrigado.

Documento 346/472

031.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/03/2012-14:32
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5673		JOÃO ANANIAS-PCDOB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à liberação do consumo de bebidas alcóolicas nos estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Defesa de aprovação de destaque para votação em separado relativo à venda de ingressos de diferentes categorias aos estudantes, nos jogos do evento.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna da Casa para manifestar mais uma vez a minha posição absolutamente contrária à liberação da venda de bebidas alcóolicas nos estádios por conta de uma exigência da FIFA.

A FIFA não merece, pelo tratamento que vem dispensando ao País, pela forma como vem tratando nossos governantes, essa deferência, em prol do lucro, exclusivamente do lucro, submetendo ainda o País a este retrocesso: vender bebida alcóolica em estádios.

Apelamos aos Deputados para que hoje, na votação - há destaque em plenário para isso -, possamos garantir aos estudantes as categorias de ingressos 1, 2 e

3, como foi feito para os idosos. Cada um compra de acordo com suas posses. É uma conquista e um pedido da UNE.

Documento 347/472

031.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/03/2012-15:10

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5687

ZEQUINHA MARINHO-PSC -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de encontro de mulheres do PSC no Município de Ananindeua, Estado do Pará. Contrariedade com a decisão da Comissão Especial destinada ao exame do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014, favorável ao consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos do evento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, início o meu pronunciamento nesta tarde fazendo uma homenagem muito justa às mulheres brasileiras em função do seu dia, 8 de março, amanhã. Todos nós que conhecemos a história de luta das mulheres no Brasil e no mundo não poderíamos aqui deixar de registrar esse momento.

Aproveito para dizer que, no nosso Estado, o Pará, nós presidimos o Partido Social Cristão, que ali está fazendo um grande trabalho com as mulheres. Inclusive, no dia 10, teremos um grande encontro de senhoras do Partido Social Cristão em Ananindeua e região metropolitana, contando com a presença de mais de 70 Municípios das regiões norte e nordeste do Estado do Pará.

Então, homenageamos aqui as mulheres brasileiras, em especial as mulheres paraenses, as mulheres da luta, as mulheres que batalham pelo seu espaço e o conquistam cada dia mais, pela capacidade, pela sensibilidade, pela inteligência e pela habilidade.

Resta um desafio ainda um tanto grande para as mulheres: elas ainda estão um pouco longe das questões políticas. Nós sabemos que a mulher tem condição de avançar muito mais no campo da política, de estar mais presente aqui no Parlamento brasileiro, nas Assembleias Legislativas, assim como nas Câmaras Municipais. E nós estamos incentivando, neste momento, as mulheres a tomar posse desse seu espaço agora, nas eleições de 2012.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário aqui e até fazer um apelo a todos os companheiros desta Casa que comungam conosco da nossa visão de mundo e de sociedade.

Ontem, na Comissão Especial da Lei Geral da Copa - democraticamente, claro -, a maioria optou por se poder vender bebida alcoólica dentro dos estádios de futebol. Nós sabemos dos efeitos maléficos da bebida alcoólica. Sempre que ela está presente nas pessoas, a dificuldade vem pela frente.

Esta Casa tem aprovado leis para deixar o trânsito mais saudável no Brasil, tirando do volante o motorista que ingere bebida alcoólica, proibindo que ele chegue perto, porque todas as vezes em que há bebida alcoólica e volante juntos não há uma boa combinação, há tragédia, mortes, acidentes.

Segue-se uma série de prejuízos em decorrência disso tudo: uma Previdência abarrotada de pedidos de benefícios; uma área de saúde que hoje ocupa grande parte do seu tempo tratando de gente acidentada; um mercado de trabalho que é afetado diretamente por causa desses acidentes. Quer dizer, a bebida alcoólica traz lamentavelmente à sociedade uma gama de malefícios.

Regredir para permitir que se tome bebida alcoólica num momento de festa do esporte brasileiro, principalmente na próxima Copa do Mundo, não é bom. Esta Casa, este Parlamento não pode afrouxar nas suas decisões nem voltar atrás, porque abrir uma exceção significa enfraquecer o combate a um tipo de comportamento contra o qual nós, ao longo de nossas vidas aqui dentro, temos batalhado.

Então, eu quero fazer um pedido à bancada católica, à bancada evangélica, às Frentes Parlamentares da Saúde, em Defesa da Família e Evangélica, a todos os que enxergam da mesma forma que nós. Não sei se hoje ou na próxima semana iremos debater e votar essa lei, que está vindo com muita pressa, para o País se preparar para a Copa. Enfim, que não permitamos que isso venha a acontecer, porque entendemos ser um verdadeiro regresso a um momento que nós fazemos questão de esquecer. Bebida alcoólica não combina com alegria, com decência, com ordem, porque, infelizmente, tem trazido tragédias ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 348/472

031.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/03/2012-15:22

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5690

AFONSO HAMM-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Realização de obras no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Expectativa quanto à votação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, nos próximos instantes, durante o dia de hoje, em sessão ordinária e em sessão extraordinária, deveremos estabelecer aqui a finalização do debate em torno do planejamento da Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014.

Participamos da Comissão Especial para a elaboração da Lei Geral da Copa. Está aqui o nosso Presidente, Renan Filho, a quem cumprimento e em seu nome o também colega Vicente Candido, nosso Relator, e os demais colegas. Quero ressaltar a interação que tivemos ao longo do segundo semestre do ano passado e na virada de ano, com intensos debates na nossa Comissão Especial.

Queria dar uma notícia em primeira mão que recebemos lá do meu Estado, o Rio Grande do Sul. O Presidente do Internacional, Giovanni Luigi, informou que na segunda-feira ou, no máximo, terça-feira, assinaremos definitivamente contrato com a Andrade Gutierrez. Houve muitos esforços no sentido de garantir Porto

Alegre como cidade-sede. Portanto, o Sul do País poderá ter Porto Alegre como cidade-sede, por meio dos esforços do Prefeito, do Secretário de Esporte do Município, das Lideranças, do Governo do Estado, dos governantes e de nossa parte, Parlamentares. É importante o Estado do Rio Grande do Sul ter sua cidade-sede, Porto Alegre, confirmada.

Não obtivemos condição para sediar a Copa das Confederações de 2013, mas temos a garantia de Porto Alegre como cidade-sede da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

As obras estão em andamento, com alguns atrasos em alguns aspectos, mas com a certeza, com a segurança de realizar uma grande Copa do Mundo.

Refiro-me, nesses minutos que me restam, aos avanços que nós certamente aprovaremos na Lei Geral da Copa, que dará condição, por exemplo, para os estudantes que não tinham garantia de ingresso.

Conseguimos avançar graças à sensibilidade de todos e às duras negociações com a FIFA, que é impositiva, mas que passou a dialogar com este Parlamento, passou a dialogar com a nossa Comissão e nos cedeu espaço para garantir 300 mil ingressos para a Copa do Mundo de 2014. Teremos, ainda, 50 mil ingressos para a Copa das Confederações.

Garantimos acesso aos estudantes com carteira estudantil, identificados; garantimos acesso também, nesse bojo, aos idosos, de acordo com as nossas leis e com o Estatuto do Idoso. Os idosos terão, sim, graças a esse grande debate, acesso à compra de ingresso por 50% dos valores em todas as categorias. Isso é importante.

Para as pessoas do Bolsa Família, para as pessoas pobres nós conseguimos ingresso popular. Portanto, são garantias importantes, conquistas que nós temos que aqui referendar.

Outro aspecto importante: o turismo não estava contemplado no projeto originário do Governo. E o Brasil, com 12 cidades-sedes, com todos os caminhos indutores do turismo, tem nessa atividade uma vertente de oportunidade, uma grande oportunidade. Nós estamos garantindo também recursos da FIFA para promover destinos turísticos por ocasião da Copa do Mundo.

Quero dizer que colaborei para o legado do futebol - agradeço ao Relator, ao Presidente e a todos a aprovação da matéria na Comissão, que certamente será aprovada na Câmara e no Senado. Fui jogador de futebol profissional. Iniciei aos 14 anos de idade nas categorias de base do Grêmio Esportivo Bagé e depois nas do Brasil, de Pelotas.

Sr. Presidente, não havia nada que garantisse um legado para o futebol. Nós inserimos na lei, aprovada por todos, a construção de CETs para formação de atletas - buscaremos garantias, num segundo momento, com a FIFA e com a própria CBF - para nossos clubes confederados. Com o apoio do Deputado Romário, que está nos ajudando a liderar esse processo, num segundo momento, buscaremos essas garantias.

Por isso, eu queria agradecer esta oportunidade. O nosso discurso, a nossa fala tem um conteúdo muito maior, mas neste momento tenho que encerrar devido ao tempo.

Muito obrigado.

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5692

RENAN FILHO-PMDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO**Sumário**

Expectativa quanto à votação pela Casa do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Marçal Filho. Eu queria somente fazer um breve registro para informar ao Plenário, aos Deputados desta Casa e às pessoas que nos assistem pela TV Câmara que, na tarde de ontem, aprovamos a Lei Geral da Copa, como acabou de citar da tribuna o Deputado Afonso Hamm.

Nós vamos hoje votar um requerimento de urgência aqui no plenário e provavelmente votar o texto da Lei Geral da Copa. É muito importante que a Câmara dos Deputados cumpra seu papel. Por um lado, oferecer ao Brasil uma legislação que dê condições à FIFA de realizar aqui um grande mundial, e, por outro lado, garantir ao povo brasileiro os direitos que a nossa legislação estabelece.

Nós conseguimos consolidar isso na Lei Geral da Copa. Ontem, rapidamente, aprovamos o texto base da lei; votamos nove destaques de forma simbólica e um único destaque de forma nominal, o destaque sobre bebidas alcóolicas.

Portanto, queria informar à Casa que hoje teremos esse trabalho.

Documento 350/472

031.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/03/2012-15:34

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5696

MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO**Sumário**

Realização pela Prefeita Luizianne Lins, de Fortaleza, Estado do Ceará, de evento para divulgação de atrações turísticas da capital cearense, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Realização de obras no Metrô de Fortaleza, com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu pronunciamento objetiva destacar o incremento do turismo em Fortaleza, por meio do trabalho empreendido pela Prefeita Luizianne Lins, que foi a Nova York projetar nossa cidade e transformá-la num centro de atração turística, portanto nosso Estado do Ceará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Esse foi o Deputado, ex-Senador e ex-Presidente da República Mauro Benevides.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, numa promoção que objetivava incrementar o turismo em nossa capital, a Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, comandou, em Nova York, uma exposição promocional da cidade, objetivando atrair americanos para visitar o Ceará, em número bem maior do que o registrado no ano anterior.

O Vice-Governador Domingos Filho e a Secretária de Turismo Patrícia Aguiar, igualmente, fizeram-se presentes ao evento, cujos resultados refletir-se-ão ainda neste semestre, propiciando um fluxo mais estimulante, com reflexos positivos em nossa economia.

Todas as atrações de nossa metrópole foram expostas de maneira estilisticamente projetada, ensejando que os estadunidenses voltem a buscar a nossa terra em suas férias, aproveitando o mar e o sol, pelo Estado e pelos Municípios de Fortaleza.

Há, portanto, expectativa das mais auspiciosas, o que estará espelhado na presença de visitantes, em percentual estimulante, bem além do que o patamar alcançado no último trimestre.

O Ceará e a sua capital tornar-se-ão, assim, locais preferenciais para a presença de visitantes, com uma estrutura hoteleira de alto nível e uma mão de obra capacitada para atender à nossa projeção de uma demanda bem mais estimulante.

Para a Copa, a nossa capital e o Governo do Estado aprestam-se para cumprir as metas de um cronograma de largo espectro com a conclusão do metrô, recentemente visitado pela própria Presidente Dilma Rousseff.

A metrópole fortalezense tornar-se-á centro galvanizador da preferência das que buscarem o Nordeste brasileiro.

Documento 351/472

031.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/03/2012-15:36
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5697		ALBERTO FILHO-PMDB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Balanço da atuação parlamentar do orador em 2011. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Desempenho do orador em avaliação realizada pela revista Veja e pelo Núcleo de Estudos do Rio de Janeiro. Vigência da Lei da Ficha Limpa. Congratulações à Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney, pela atuação em prol do desenvolvimento do Estado.

O SR. ALBERTO FILHO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com imensa satisfação que ocupo, pela segunda vez, a tribuna desta Casa no horário destinado ao Grande Expediente, do qual só é possível participar através de sorteio realizado pela Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Portanto, este fato, por si só, faz deste momento uma ocasião privilegiada que todos os Parlamentares almejam alcançar pelo menos uma vez por ano.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, fazer uma avaliação deste primeiro ano do meu mandato apresentando aos nobres pares desta Casa, bem como

aos meus eleitores do Estado do Maranhão, o que pudemos realizar no ano de 2011. Vou também tecer algumas considerações a respeito da Lei da Limpa e, por último, como não poderia deixar de ser, quero homenagear desta tribuna as mulheres de todo o Brasil e do mundo pelo Dia Internacional da Mulher.

É com muita alegria e com muita satisfação que um Parlamentar como eu, que pela primeira vez assume mandato de Deputado Federal, obtém uma boa avaliação de uma revista importante e de alcance nacional. Estou falando do levantamento feito pela revista *Veja* e pelo Núcleo de Estudos do Rio de Janeiro, ao final do ano passado, no qual fui apontado como um dos Deputados mais atuantes do País, com a nota 4,9 e a posição de 78º lugar dentre os 513 Deputados desta Casa.

Recebi essa informação, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita tranquilidade e humildade, porque tenho plena consciência de que, quando o povo elege uma pessoa para exercer mandato nos dois níveis de poder na Nação, tanto no Executivo quanto no Legislativo, o que se espera é que essa pessoa, investida no cargo para o qual foi eleita, o exerça com dignidade, honradez, senso de profunda responsabilidade e, principalmente, dentro dos marcos da legalidade e da ética política.

Portanto, alcançar, no primeiro ano de mandato, a avaliação acima referida não é para se tornar orgulhoso e achar-se, como se diz o jargão popular, "por cima da carne seca". A minha atitude interna é, sem nenhuma demagogia, de humildade e de consciência de que tenho muito o que aprender e muito o que realizar para estar realmente à altura do que esperam as pessoas que me elegeram Deputado Federal pelo meu querido Estado do Maranhão.

Isso posto, gostaria de fazer a minha própria avaliação deste primeiro ano de mandato.

Em primeiro lugar, quero dizer que procurei dar destaque, em minha ação parlamentar, à questão da segurança pública em nosso País e ao tema do novo Código Florestal, além de projetos de lei que apresentei e que, mais adiante, irei mencionar, um a um.

O Sr. Mauro Benevides - Se V.Exa. me permite, nobre Deputado, quero cumprimentá-lo pela magnífica performance que a revista registrou, mostrando inequivocamente que V.Exa., no desempenho do mandato, tem procurado cumprir os seus encargos e, naturalmente, tem correspondido às expectativas de todos aqueles que sufragaram o seu honrado nome na competição passada. Portanto, para quem, no primeiro momento do exercício da atividade legislativa, consegue alçar-se a esse patamar em um órgão de divulgação como a revista *Veja* naturalmente é motivo de alegria. E nós queremos compartilhar essa alegria, até porque, se V.Exa. me permite, também integrei aquele rol dos que foram selecionados por aquele semanário de grande circulação em todo o País. Meus cumprimentos a V.Exa. pela merecida escolha que recaiu sobre sua atuação na condição de representante do povo brasileiro pelo Estado do Maranhão.

O SR. ALBERTO FILHO - Agradeço o aparte ao ex-Presidente do Senado da República e atual Deputado Federal Mauro Benevides. Na oportunidade, também o parabenizo pela boa avaliação que teve como um dos Deputados mais atuantes desta Casa, votação justa e merecida pelo grande trabalho que V.Exa. faz e que, com certeza, fará não só pelo seu Estado do Ceará, como por todo o Brasil.

Muito obrigado.

O Sr. Renan Filho - Nobre Deputado Alberto, sem querer interrompê-lo novamente, mas já que o Deputado Mauro Benevides pediu um aparte, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pelo mandato que vem exercendo.

O SR. ALBERTO FILHO - Pois não, Deputado Renan Filho.

O Sr. Renan Filho - Felicito o povo do Maranhão por tê-lo escolhido como um de seus representantes. V.Exa. teve a oportunidade de, antes de ser Deputado Federal, ser Vereador em sua terra, Bacabal. E eu não tenho dúvidas de que o povo de Bacabal, o povo do Maranhão, ao assistir a esta prestação de contas do seu mandato, como disse o Deputado Mauro Benevides, está feliz. Está feliz por ter conferido o voto a V.Exa. e feliz pelo mandato que V.Exa. vem exercendo. Meus parabéns. Tenho orgulho em ser seu companheiro de partido. Vamos passar estes 4 anos juntos, procurando construir um PMDB mais forte, um Nordeste mais forte e um Brasil melhor para os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. ALBERTO FILHO - Deputado Renan Filho, agradeço o aparte e aproveito para parabenizá-lo pelo grande e brilhante trabalho que exerceu à frente da Comissão Especial da Lei Geral da Copa, em que V.Exa. sempre defendeu a nossa Nação, o nosso futebol, apesar de ser um Parlamentar, assim como eu, de primeiro mandato. Quero parabenizá-lo não só pela defesa do País naquela Comissão, mas por todo o grande trabalho que vem realizando na Casa.

Dando continuidade, Sr. Presidente, no que se refere à segurança pública, interessei-me por este tema porque este assunto foi um dos itens de minha campanha, exatamente por ser esta uma questão nacional; ou seja, os problemas de segurança pública não estão restritos apenas a este ou àquele Estado da Federação.

Preocupa-me muito a questão da violência que atinge principalmente a juventude brasileira, uma vez que, a cada dez jovens, seis morrem vítimas da violência. Esse dado foi apresentado pelo estudo denominado Mapa da Violência no Brasil, feito pelo Instituto Sangari e divulgado pelo Ministério da Justiça. Infelizmente, esse estudo revelou que o Estado do Maranhão foi o que apresentou o maior aumento do número de homicídios de jovens - 360% em 10 anos -, liderando o *ranking* da violência que atinge os jovens do nosso País.

O aumento dos crimes no interior, o avanço do tráfico de drogas e das armas e a melhora nos registros públicos são os principais fatores.

De acordo com o estudo, Sr. Presidente, 63% dos jovens com idade entre 15 e 24 anos morreram vítimas da violência no País em 2008.

A taxa de homicídios, o dado mais confiável para medir a violência, subiu 74% no Nordeste de 1998 a 2008, de 18,5 para 32,1 casos por 100 mil habitantes. Com exceção de Pernambuco, que reduziu as suas elevadas taxas em 13,8%, os outros oito Estados do Nordeste registraram um aumento expressivo dos assassinatos, com saltos que vão de 79,1% (Ceará) a 237,5% (Bahia) e 297% (Maranhão).

A causa mais frequente das mortes violentas entre os jovens foram os homicídios. Logo depois, os acidentes de trânsito. Entre os adultos, menos de 3% tiveram mortes por causas violentas, contra 90% de óbitos por causas naturais.

Mas existem Estados em que carros e motos já matam mais do que as armas. Em São Paulo, Santa Catarina, Roraima, Tocantins e Piauí, isso já acontece.

O mapa da violência ainda traz informações assustadoras. Na Bahia, a alta foi de 280%. No Pará, de 273%. Em contrapartida, em São Paulo, esse tipo de violência caiu 56%.

Como se pode observar, Sr. Presidente, o quadro da violência em nosso País é assustador e continua a exigir das autoridades do Estado brasileiro, seja em nível nacional, seja em nível estadual, prioridade absoluta no combate à violência, que ceifa vidas, em sua maioria, de jovens brasileiros.

E o pior, Sr. Presidente, é que o crime organizado, diante do enfrentamento que ano a ano vem sendo feito pelo Estado brasileiro, principalmente no âmbito do Poder Judiciário, tem intimidado as autoridades da República e assassinado

magistrados que realizam o seu trabalho quando aplicam os rigores da lei aos bandidos que têm trazido tantos sofrimentos ao povo brasileiro.

Nesse sentido, logo após o assassinato da Juíza Patrícia Acioli, com 21 tiros, na porta de sua residência, no Bairro Jardim Imbuí, em Niterói, Rio de Janeiro, apresentei, na Comissão de Segurança Pública, requerimento de realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater as ameaças de morte que pesam sobre 100 juízes no exercício da magistratura em diversos Estados da Federação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Concedo um aparte ao Deputado Francisco Araújo, do Estado de Roraima.

O Sr. Francisco Araújo - Deputado Alberto Filho, sou maranhense como V.Exa., mas Deputado por Roraima. É meu primeiro mandato também. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que V.Exa. vem fazendo. Estive recentemente no Maranhão, perto de Bacabal; estive em Dom Pedro, onde V.Exa. tem grande prestígio. Quero dizer ao povo maranhense que está neste momento assistindo à *TV Câmara* que vejo seu empenho na luta pela segurança pública e também na luta por uma categoria da qual já fiz parte, que é a dos garimpeiros. V.Exa. é um guerreiro árduo na defesa dos direitos dos garimpeiros. Portanto, o Maranhão pode ter certeza de que está bem representado. V.Exa. está de parabéns, tanto que foi, como bem disse, citado pela revista *Veja* como Deputado atuante nesta Casa de leis. Parabéns, Deputado.

O SR. ALBERTO FILHO - Agradeço ao Deputado Francisco Araújo, conterrâneo e amigo, que tem desenvolvido um grande trabalho pelo seu Estado de Roraima. Aproveito para conceder um aparte ao nosso grande Deputado Domingos Dutra, do Estado do Maranhão.

O Sr. Domingos Dutra - Obrigado, Deputado Alberto Filho, pelo aparte. Em primeiro lugar, quero informar a V.Exa. que vieram especialmente para ouvir seu discurso o Prefeito Geames Ribeiro, de Igarapé Grande, que ali está, e o Prefeito Valdemar da Serraria, de Lago dos Rodrigues, onde há o único hospital no Estado com o programa Saúde é Vida funcionando. Parabenizo V.Exa. Os temas que V.Exa. tem abordado em sua atuação parlamentar e agora relata no seu pronunciamento são fundamentais. Destaco dois. O primeiro são as ameaças aos juízes, tema sobre o qual fizemos audiências conjuntas. Esse debate tem de continuar, porque há mais juízes, promotores, jornalistas e outros profissionais ameaçados em função da sua atividade profissional e não podemos deixar cair no esquecimento. E o segundo destaque é com relação aos acidentes envolvendo motos. Eu queria chamar atenção para isso, porque ajudei a regulamentar a profissão de mototaxistas e motoboys. Muitas vezes, o aumento no número de acidentes com motos é creditado aos mototaxistas por aqueles que são contra a profissão e querem, portanto, torná-la ilegal. Concordo que é preciso haver treinamento, orientação, para melhorar o trânsito, mas não se credite o aumento de trânsito e os custos que isso tem aos mototaxistas, cuja profissão é útil à população pobre. São mais de 5 milhões de mototaxistas no Brasil, 110 mil no Maranhão, que merecem ser protegidos, orientados, treinados e capacitados para evitar acidentes. Portanto, parabéns a V.Exa. Sou testemunha de que a região de Bacabal e o Maranhão estão orgulhosos com o mandato de V.Exa.

O SR. ALBERTO FILHO - Agradeço ao Deputado Domingos Dutra, também grande defensor do Estado do Maranhão, amigo e parceiro de bancada, e o parabenizo pelo grande trabalho que vem fazendo na Câmara dos Deputados, o que não é somente de agora, mas também de mandatos anteriores.

Concedo um aparte ao Deputado Benjamin Maranhão, do Estado da Paraíba.

O Sr. Benjamin Maranhão - Eu quero parabenizar o nosso companheiro de bancada do PMDB Deputado Alberto Filho, que tem feito um brilhante trabalho

em defesa do seu Estado, o Maranhão, especialmente da sua região, Bacabal, cidade progressista que se tem destacado pelo desenvolvimento. V.Exa. tem aqui tocado em temas importantes, como a garantia ao exercício profissional e a própria prestação realizada através do trabalho dos juízes e dos promotores, e vem aqui defender essa bandeira de proteção, para que eles continuem realizando um trabalho independente. Mais uma vez quero parabenizá-lo, Deputado Alberto Filho, e dizer que representa muito bem o nosso partido e também a juventude brasileira, sendo um dos Deputados mais jovens desta Casa.

O SR. ALBERTO FILHO - Agradeço o aparte ao Deputado Benjamin Maranhão, Parlamentar que também vem fazendo um grande trabalho pelo seu Estado, a Paraíba. Não foi à toa que foi um dos Deputados mais bem votados daquele Estado.

Concedo aparte ao meu amigo e Deputado por um Estado vizinho, o Piauí, Marlllos Sampaio.

O Sr. Marlllos Sampaio - Deputado Alberto, 1 ano de mandato, bem como eu, desempenhado aqui na Câmara dos Deputados. V.Exa., bem jovem, inicia suas atividades representando uma região importante do Maranhão, pertinho da minha Capital, Teresina. Nossos Estados são coirmãos, com afinidades, semelhanças, Estados que se gostam. Temos muito como fazer essas parceiras administrativas, políticas, trocando ideias com a sua juventude. Fomos parceiros no ano passado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, onde travamos inúmeras batalhas, discursos a favor das causas inerentes à segurança pública, sempre com um ponto de vista real, sem passar falsas expectativas para a população. Somos desses Parlamentares jovens que assumiram esse posto, que querem mudar algo de real sem aquela política ultrapassada, aquela política antiquada. Estamos fazendo essa política nova. V.Exa. é um dos jovens que ingressaram aqui e tentam dar um novo dinamismo a esta Casa dos Deputados. V.Exa. tem muito a oferecer ainda, juntamente com toda a bancada jovem do PMDB. Que possamos nos unir para que, juntos, possamos levar mais desenvolvimento ao Piauí e ao Maranhão, porque eles muito precisam. Somos muito injustiçados, tanto o Piauí como o Maranhão.

O SR. ALBERTO FILHO - Agradeço o aparte do Deputado Marlllos Sampaio, um grande lutador pelo seu Estado do Piauí que, com certeza, se Deus quiser, será o futuro Prefeito de Teresina. Parabéns e boa sorte na nova caminhada, Deputado!

Dando continuidade, Sr. Presidente, ainda no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, tornei-me, com muita honra, o porta-voz dos servidores públicos federais, que estão preocupados e inquietos com o processo de terceirização na Polícia Federal. Em razão de requerimento que apresentei e foi aprovado, foi constituído um grupo de trabalho para estudar e apresentar propostas de solução para esse problema. Infelizmente, não conseguimos avançar, apesar dos esforços que empreendi para efetivar as ações desse grupo de trabalho.

Buscamos, mas não conseguimos, abrir a agenda do Ministro da Justiça e da Ministra do Planejamento para tratar dessa questão. Encontrei, portanto, uma certa resistência do Governo em sentar para discutir não só a questão da terceirização de áreas fundamentais para a segurança do País, principalmente o setor de controle de entrada e saída de estrangeiros no País, nos aeroportos, bem como indisposição para discutir a questão do plano de carreira dos servidores da Polícia Federal.

No que se refere ao Código Florestal, Sr. Presidente, acompanhei de perto o debate que se estabeleceu nesta Casa durante todo o ano de 2011. O relatório do Deputado Aldo Rebelo teve o nosso apoio, uma vez que a proposta aprovada

por esta Casa refletiu um longo debate com todos os setores interessados nesse importante tema que envolve o futuro do País no que diz respeito ao desenvolvimento agropecuário com sustentabilidade ambiental.

Esperamos que o retorno da proposta à Câmara dos Deputados em razão das mudanças feitas pelo Senado não demore o mesmo tempo de sua tramitação até agora. O País precisa desse novo Código Florestal o mais rápido possível.

Demos entrada também, Sr. Presidente, a outros projetos de lei, como o que *"define as diretrizes da Política Brasileira de Ecologia Molecular para o uso sustentável da biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia e outros Biomas Nacionais"*.

Essa proposição foi inicialmente apresentada pelos ex-Deputados Mariângela Duarte e Luiz Bassuma e, por entender que iniciativa dessa natureza não poderia encerrar sua tramitação, decidi retomar a tramitação dessa proposição que se encontrava arquivada. O que motivou a apresentação desse projeto de lei foi a preocupação com a implantação do Centro de Biotecnologia da Mata Atlântica, nos moldes em que se propõe seja implantado o Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Sr. Presidente, o meu tempo já está encerrando. Peço a compreensão de V.Exa. para eu concluir. Quero tratar de mais dois temas.

Um se refere à Lei da Ficha Limpa. Quero, nesta oportunidade, referir-me à Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa, resultado de um amplo debate na sociedade e no Congresso Nacional. Não resta dúvida de que ela representa um dos avanços mais significativos ocorridos no ordenamento jurídico brasileiro nas últimas décadas.

A decisão recente da Corte Suprema do nosso País encerra um capítulo de dúvidas e incertezas. Agora é para valer e já para as próximas eleições municipais de 2012. Está fora do próximo pleito quem é ficha suja comprovada por condenação colegiada em segunda instância do Poder Judiciário por crimes de qualquer natureza ou por condenação transitada em julgado pelo Tribunal de Contas da União.

Em meu Estado, o Maranhão, quem é ficha suja sente escorregar pelos dedos das mãos o desejo de continuar exercendo a politicagem de sempre, perpetuando sua presença na política, tornando-se Prefeitos ou Prefeitas de cidades importantes como São Luís, Bacabal, Imperatriz e outras.

Para encerrar, às vésperas do Dia Internacional da Mulher, quero parabenizar, em primeiro lugar, as colegas Parlamentares da bancada feminina da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Quero também parabenizar a Vice-Presidenta da Câmara, Deputada Rose de Freitas, não só pelo Dia Internacional da Mulher, mas também pelo grande trabalho que vem realizando aqui na Câmara Federal.

Quero, ainda, parabenizar as mulheres que vêm cada vez mais ocupando espaços de poder e de gestão na administração pública e privada. E, parabenizando a Presidenta Dilma Rousseff, parabeno também todas as mulheres brasileiras, trabalhadoras, donas de casa, mães, gestoras públicas e privadas, bem como as que também exercem cargos nos Governos Estaduais.

Quero parabenizar especialmente nossa Governadora Roseana Sarney pelo grande trabalho que vem desenvolvendo no nosso Estado.

Sr. Presidente, como não pude fazer meu discurso na íntegra, solicito a V.Exa. que o faça registrar em todos os meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Parabéns, Deputado Alberto Filho, pelo brilhante pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Um Ano de Mandato: temos, sim, o que comemorar!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com imensa satisfação que ocupo pela segunda vez a tribuna desta Casa no horário destinado ao Grande Expediente, do qual só é possível participar através de sorteio realizado pela Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Portanto, este fato, por si só, faz deste momento uma ocasião privilegiada, que todos os Parlamentares almejam alcançar pelo menos uma vez por ano.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, fazer uma avaliação deste primeiro ano do meu mandato apresentando aos nobres pares desta Casa, bem como aos meus eleitores do Maranhão o que pudemos realizar em 2011. Vou também tecer algumas considerações sobre a Lei da Ficha Limpa e, por último, como não poderia deixar de ser, quero homenagear as mulheres do Brasil e do Mundo em seu Dia Internacional da Mulher.

É com grande alegria e muita satisfação que um Parlamentar como eu, que pela primeira vez assume um mandato de Deputado Federal, obtém uma boa avaliação de uma revista importante e de alcance nacional. Estou falando do levantamento feito pela revista *Veja* e pelo Núcleo de Estudos do Rio de Janeiro, ao final do ano passado, no qual fui apontado como um dos mais atuantes do País, com a nota 4.9 e a posição de 78º lugar entre os 100 Parlamentares mais bem avaliados.

Recebi, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta informação com muita tranquilidade e humildade, porque tenho plena consciência de que quando o povo elege uma pessoa para exercer um mandato nos dois níveis de poder na Nação, Executivo e Legislativo, o que se espera é que essa pessoa investida do cargo para o qual foi eleita o exerça com dignidade, honradez, senso de profunda responsabilidade e principalmente dentro dos marcos da legalidade e da ética política.

Portanto, alcançar, no primeiro ano de mandato, a avaliação acima referida não é para se tornar orgulhoso e achar-se, como se diz no jargão popular, "por cima da carne seca". A minha atitude interna é, sem nenhuma demagogia, de humildade e consciência de que tenho muito o que aprender e muito o que realizar para estar realmente à altura do que espera os que me elegeram Deputado Federal pelo meu querido Estado do Maranhão.

Isto posto, gostaria de fazer a minha própria avaliação deste primeiro ano de mandato.

Em primeiro lugar, quero dizer que procurei dar destaque em minha ação parlamentar à questão da segurança pública e ao tema do novo Código Florestal, além dos projetos de lei que apresentei que mais adiante irei mencionar, um a um.

A questão da segurança pública.

Interessei-me por este tema porque este assunto foi um dos itens de minha campanha, exatamente por ser esta uma questão nacional, ou seja, os problemas de segurança pública não estão restritos a este ou àquele Estado da Federação.

Preocupa-me muito a questão da violência que atinge a juventude brasileira, uma vez que, de cada dez jovens, seis morrem vítimas da violência. Este dado foi apresentado pelo estudo denominado Mapa da Violência no Brasil, feito pelo Instituto Sangari e divulgado pelo Ministério da Justiça. Infelizmente, este estudo revelou que o Estado do Maranhão foi o que apresentou o maior aumento do número de homicídios de jovens - 360% em 10 anos -, liderando o *ranking* da violência que atinge os jovens do País.

O aumento dos crimes no interior, o avanço do tráfico de drogas e de armas e a

melhora nos registros públicos são os principais fatores.

De acordo com o estudo, 63% dos jovens com idade entre 15 e 24 anos morreram vítimas da violência no País em 2008.

A taxa de homicídios, o dado mais confiável para medir a violência, subiu 74% no Nordeste de 1998 a 2008, de 18,5 para 32,1 casos por 100 mil habitantes. Com exceção de Pernambuco, que reduziu suas já elevadas taxas em 13,8%, os outros oito Estados registraram aumento expressivo dos assassinatos, com saltos que vão de 79,1% (Ceará) a 237,5% (Bahia) e 297% (Maranhão).

A causa mais frequente das mortes violentas entre os jovens foram os homicídios. Logo depois, os acidentes de trânsito. Entre os adultos, menos de 3% tiveram mortes por causas violentas, contra 90% de óbitos por causas naturais.

Mas existem Estados em que carros e motos já matam mais do que as armas. Em São Paulo, Santa Catarina, Roraima, Tocantins e Piauí isso já acontece.

O mapa da violência ainda traz informações assustadoras. Na Bahia, a alta foi de 280%. No Pará, de 273%. Em contrapartida, em São Paulo, esse tipo de violência caiu 56%. No Rio de Janeiro, 28%, e em Roraima, 20%. Acompanham a tendência do Nordeste as Regiões Sul (63,7% de aumento), Norte (63,1% de aumento) e Centro-Oeste (19,1%). A queda na taxa no Sudeste, de 39,7%, ajudou a manter estável o índice nacional, que cresceu 1,9% de 1998 a 2008, em 26,4%.

Como se pode observar, Sr. Presidente, o quadro da violência em nosso País é assustador e continua a exigir das autoridades do Estado brasileiro, seja em nível nacional ou estadual, prioridade absoluta no combate à violência, que ceifa vidas, em sua maioria, de jovens brasileiros.

Nesse sentido, procurei na Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado, da qual fiz parte em 2011, somar-me aos esforços dos Parlamentares daquela Comissão Permanente na direção de aprovar projetos de lei que propõem políticas públicas de enfrentamento deste quadro aterrorizador da violência em nosso País, bem como de apresentar ao Estado brasileiro, por meio do Ministério da Justiça, indicações de ações governamentais que, efetivamente, possam dar conta de atender às demandas nesta área advindas dos Estados da Federação.

E o pior, Sr. Presidente, é que o crime organizado, diante do enfrentamento que ano a ano vem sendo feito pelo Estado brasileiro, principalmente no âmbito do Poder Judiciário, tem buscado intimidar as autoridades da República ou mesmo assassinar magistrados que realizam o seu trabalho quando aplicam os rigores da lei aos bandidos que têm trazido tantos sofrimentos ao povo brasileiro.

Nesse sentido, logo após o assassinato da Juíza Patrícia Acioli, assassinada com 21 tiros, na porta de sua residência, no Bairro Jardim Imbuí, em Niterói, Rio de Janeiro, apresentei, na Comissão de Segurança Pública, requerimento de realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater as ameaças de morte que pesam sobre 100 juízes no exercício da magistratura em diversos Estados da Federação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Além disso, apresentei o importante Projeto de Lei nº 1.133, de 2011, em que proponho acrescentar inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que trata dos crimes hediondos, colocando no rol dos crimes hediondos o homicídio doloso praticado contra agente público encarregado da segurança pública, do Poder Judiciário ou dos órgãos e instituições essenciais à Justiça no exercício da função ou em razão dela.

Estas iniciativas que tomei, a meu ver, foram importantes para trazer ao debate desta Casa nossa contribuição sobre a problemática da segurança pública em nosso País.

Ainda no âmbito da Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado, tornei-me, com muita honra, o porta-voz dos servidores públicos federais que estão preocupados e inquietos com o processo de terceirização na Polícia Federal. Em razão de requerimento que apresentei e foi aprovado, foi constituído um grupo de trabalho para estudar e apresentar propostas de solução para este problema. Infelizmente, não conseguimos avançar, apesar dos esforços que empreendi para efetivar as ações deste grupo de trabalho.

Buscamos mas não conseguimos abrir a agenda do Ministro da Justiça e da Ministra do Planejamento para tratarmos desta questão. Encontrei, portanto, uma certa resistência do Governo em sentar para discutir não só a questão da terceirização de áreas fundamentais para a segurança do País, principalmente o setor de controle de entrada e saída de estrangeiros nos aeroportos, bem como indisposição para discutir a questão do plano de carreira dos servidores da Polícia Federal.

Fica aqui, portanto, um veemente apelo a estes dois Ministérios para que se disponham a debater com os líderes sindicais que representam os servidores da Polícia Federal sobre estas e outras questões importantes relacionadas com a segurança pública nos aeroportos e nas fronteiras do País.

Novo Código Florestal.

Quanto a este tema, Sr. Presidente, como suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, acompanhei de perto o debate que se estabeleceu nesta Casa durante todo o ano de 2011. O relatório do Deputado Aldo Rebelo teve o nosso apoio, uma vez que a proposta aprovada por esta Casa refletiu um longo debate com todos os setores interessados neste importante tema que envolve o futuro do País no estabelecimento de regras no que diz respeito ao desenvolvimento agropecuário com sustentabilidade ambiental.

Esperamos que o retorno da proposta à Câmara Federal em razão das mudanças feitas pelo Senado não demore o mesmo tempo de sua tramitação até agora. O País precisa deste novo Código Florestal o mais rápido possível.

Defesa da vida.

Um outro assunto que se tornou central no nosso trabalho neste primeiro ano de mandato foi a defesa da vida, desde a concepção. Quando assumi o mandato, não tinha dimensão do quanto este tema é importante. Sendo o meu chefe de gabinete, Jaime Ferreira Lopes, um dos articuladores desse trabalho não só aqui na Câmara dos Deputados como também na sociedade, sendo ele fundador do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil Sem Aborto, pude, através dele, conhecer mais perto as questões que dizem respeito à defesa da vida, como o Estatuto do Nascituro, que tramita desde 2007 nesta Casa, bem como a luta que se trava há muitos anos no âmbito do Congresso Nacional contra a legalização do aborto em nosso País.

Tenho posição clara sobre esta questão: sou contra a descriminalização do aborto e da eutanásia em nosso País, por entender que a vida é não só um bem jurídico que deve ser protegido pelo Estado, mas, antes de tudo, uma dádiva divina. Nesse sentido, devemos empreender todos os esforços para defender e proteger o nascituro, ou seja, a criança por nascer, como também para impedir que haja mudança na atual legislação brasileira sobre o aborto e a eutanásia, que são criminalizados pelo nosso Código Penal.

Quero aqui, desde já, expressar meu posicionamento contrário no que diz respeito a propostas descriminalizadoras que estão sendo ventiladas para modificar o Capítulo *Dos Crimes contra a Vida* do atual Código Penal brasileiro.

Creio que, se insistirem nesse intento, o que vai acontecer é a inviabilização da tramitação de outras mudanças necessárias para reformar o referido Código, e por uma razão muito simples: a maioria das duas Casas que compõem o

Congresso Nacional é contra estas proposições de mudanças relacionadas a temas tão fundamentais para a afirmação do direito à vida como o primeiro e mais fundamental de todos os direitos humanos. Tenho certeza de que aqui nesta Casa propostas de legalização do aborto, da eutanásia e das drogas não têm a mínima chance de prosperar, levando o Congresso Nacional a um desgaste desnecessário.

Ainda no âmbito desta temática da defesa da vida, quero aqui, na condição de Secretário-Executivo da Frente Parlamentar em Defesa da Vida do Congresso Nacional, parabenizar a Presidente Dilma Rousseff pela criação do Programa Rede Cegonha. S.Exa. mesma, em entrevista no programa de rádio *Café com a Presidenta*, informou ao País que já são 1.700 os Municípios de 23 Estados onde este programa está em pleno funcionamento e que já foram contempladas 900 mil mulheres gestantes, contribuindo, desta forma, para a queda dos índices de mortalidade materna no País.

Quero ainda me referir à Medida Provisória nº 557, de 2011, que logo será apreciada pelo Congresso Nacional, que *"institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna"* e que concede benefício financeiro no valor de R\$50,00 para que as mulheres pobres tenham dinheiro para pegar ônibus e ir ao SUS realizar as consultas do pré-natal. Esta é mais uma iniciativa muito importante da Presidente Dilma Rousseff, que não só está cumprindo o seu compromisso de campanha de não colocar o peso de seu Governo para descriminalizar o aborto, como tem ido além, propondo políticas públicas de atenção à maternidade. Parabéns, Presidente! E não se intimide com os que não comungam com a sua coerência em manter o seu compromisso eleitoral com o povo brasileiro, expresso no documento que apresentou à Nação, no que diz respeito à manutenção da atual legislação brasileira sobre o aborto.

Diretrizes da Política Brasileira de Ecologia Molecular.

Além do projeto de lei acima referido, apresentei também outras proposições, a saber: diversos requerimentos, duas indicações, sendo uma para o Ministério dos Transportes (obras da ponte de Bacabal) e outra para o Ministério das Cidades (regulamentação do uso de capacete para usuários de motocicleta), e oito projetos de lei.

Por conta do tempo, não posso me deter em cada um deles, mas gostaria de destacar o Projeto de Lei nº 2.644, de 2011, que *"define as diretrizes da Política Brasileira de Ecologia Molecular para o uso sustentável da biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia e outros Biomas Nacionais"*.

Esta proposição foi inicialmente apresentada pelos ex-Deputados Mariângela Duarte e Luiz Bassuma e, por entender que iniciativa desta natureza não poderia encerrar sua tramitação, decidi retomar a tramitação desta proposição que se encontrava arquivada. O que motivou a apresentação deste projeto de lei foi a preocupação com a implantação do Centro de Biotecnologia da Mata Atlântica, nos moldes em que se propõe seja implantado o Centro de Biotecnologia da Amazônia.

O Centro de Biotecnologia da Amazônia integra o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia - PROBEM, instituído através do Decreto nº 4.284, de 26 de junho de 2002. Configura-se de alta relevância a instituição de um programa como esse, e para a segurança de sua implementação e manutenção não só para a Amazônia, mas também para a Mata Atlântica, a Zona Costeira e Marítima e outros biomas nacionais, entendemos que as suas diretrizes devam ser estabelecidas através de lei, nos termos apresentados nessa proposição legislativa.

A Lei da Ficha Limpa.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, me referir à Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, mais conhecida como a Lei da Ficha Limpa, que foi resultado de um amplo debate na sociedade e no Congresso Nacional. Não resta dúvida de que ela representa um dos avanços mais significativos ocorridos no ordenamento jurídico brasileiro nas últimas décadas. A existência de uma lei como esta aponta para a real consolidação da democracia brasileira depois de anos de ditadura militar.

Logo após a sanção presidencial, advieram os questionamentos quanto a sua validade para as eleições de 2010 e, agora, para as eleições de 2012.

A decisão recente da Corte Suprema de nosso País encerra um capítulo de dúvidas e incertezas. Agora é para valer e já para as próximas eleições municipais de 2012. Está fora do próximo pleito quem é ficha suja comprovada por condenação colegiada em segunda instância do Poder Judiciário por crimes de qualquer natureza ou por condenação transitada em julgado pelo Tribunal de Contas da União.

Em meu Estado, o Maranhão, quem é ficha suja sente escorregar pelos dedos da mão o desejo de continuar exercendo a politicagem de sempre, perpetuando sua presença na política tornando-se Prefeitos ou Prefeitas de cidades importantes como São Luís, Bacabal, Imperatriz e outras.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que esta lei representa um passo enorme no combate à corrupção, retirando da vida pública aqueles que já demonstraram que não têm ética e que utilizaram os recursos públicos sob sua gestão para fins ilícitos e antiéticos.

Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia finalizar este pronunciamento, às vésperas do Dia Internacional da Mulher, sem parabenizar as colegas Parlamentares que compõem a bancada feminina desta Casa e do Senado Federal que, com sua ação firme e propositiva, têm trabalhado para fazer avançar as conquistas das mulheres em todos âmbitos da vida nacional.

Mas quero ressaltar a importância da eleição da Primeira Vice-Presidente da Mesa Diretora desta Casa, na pessoa da colega de partido do PMDB, a Deputada Rose de Freitas, bem como a instituição da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados, cuja indicação para procuradora coube também à colega de partido do PMDB Deputada Elcione Barbalho.

Parabéns às mulheres, que vêm cada vez mais ocupando espaços de poder e de gestão em administrações públicas e privadas, demonstrando que o preconceito tem que ser cada vez mais algo do passado em um país que almeja galgar posições cada vez mais importantes no cenário internacional.

Parabenizando a Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o maior cargo de representação de poder em nosso País. Parabenizo também todas as mulheres brasileiras, trabalhadoras, donas de casa, mães, gestoras públicas e privadas, bem como as que também exercem cargos políticos nos governos estaduais; em especial, parabenizo a incansável Roseana Sarney, Governadora do meu Estado do Maranhão, além das mulheres ocupantes de cargo eletivo nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

031.2.54.O
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5719
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD
MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO-PP -SP
GRANDE EXPEDIENTE
PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Congratulações às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Posicionamento do orador contrário à liberação de venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros. Apresentação de projeto de lei sobre a instituição do Dia de Adoração a Deus. Repúdio à tentativa de maculação da Igreja Mundial do Poder de Deus, no Estado do Paraná.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao iniciar minhas palavras, quero me congratular, pelo dia de amanhã, com todas as mulheres do nosso País, que têm feito um grande trabalho e hoje ocupam cargos importantes nesta Nação, nos Estados, nos Municípios e na União.

Deixo registrado, portanto, meu cumprimento a todas as mulheres.

Quero também deixar registrado meu voto contrário ao destaque que libera a venda de bebida alcoólica nos estádios de futebol. E tenho pedido apoio aos companheiros, porque bebida não combina com futebol. A torcida é importante, mas a bebida não deve ser liberada.

Sr. Presidente, protocolei nesta Casa projeto de lei que pretende instituir o Dia de Adoração a Deus, um feriado verdadeiramente destinado à adoração a Deus; um dia em que, além de adorarmos ao Senhor, independentemente do credo religioso - católico, espírita, evangélico, não estamos aqui discutindo religião -, poderemos fazer uma reflexão sobre nossos atos, sobre nossa conduta e como nos portar de acordo com os princípios cristãos. Esse feriado seria sempre no segundo sábado do mês de março.

A apresentação dessa proposta deve-se ao fato de que vejo, sim, a necessidade de os brasileiros separarem pelo menos um dia do ano para se dedicarem ao Criador, pois, segundo a própria palavra de Deus, *"Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor"*

Na oportunidade em que apresento esse pleito, peço o apoio de todos os Srs. Deputados e das Sras. Deputadas.

Quero ainda dar conhecimento à Casa acerca de triste fato acontecido no Paraná. A Igreja Mundial do Poder de Deus foi visitada por alguns obreiros de outras igrejas, que estão realmente preocupados com o crescimento da IMPD, na pessoa do Apóstolo Valdemiro Santiago. Eles traziam um DVD que desonra a imagem dessa Igreja, que tem realizado um grande trabalho para resgatar pessoas da droga e de outros vícios.

Foi um fato lamentável, Sr. Presidente. Tivemos de fazer um B.O. Quatro pessoas foram presas. Esses líderes deveriam se preocupar em ganhar as pessoas, em ganhar a sociedade, não em atrapalhar o trabalho que o apóstolo Valdemiro Santiago tem realizado e do qual a sociedade é testemunha.

É lamentável que um líder religioso tenha tentado destruir a imagem da Igreja Mundial do Poder de Deus, que, repito, tem realizado um trabalho sério e respeitado em todo o Brasil.

Como disse, infelizmente, tivemos de fazer um B.O., quatro pessoas foram autuadas, e houve a apreensão de 56 DVDs.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, apresentei a esta Casa projeto de lei que cria o Dia de Adoração a Deus, um feriado verdadeiramente destinado à adoração a Deus, um dia em que, além de adorarmos ao Senhor, venhamos a refletir sobre nossos atos, nossa conduta e nosso portar em relação aos princípios cristãos.

Esse feriado será sempre no segundo sábado do mês de março.

Vejo, sim, a necessidade de os brasileiros separarem ao menos um dia do ano para dedicar ao Criador, pois a própria palavra de Deus diz *"Bem-aventurada a nação cujo Deus é o Senhor"*.

Na oportunidade, quero trazer aqui um fato lamentável: no ultimo dia 4, ocorreu um ato covarde e maquiavélico por parte de uma determinada igreja, que tenta, de todas as formas, denegrir a imagem da Igreja Mundial do Poder de Deus e de seu fundador, o Apóstolo Valdemiro Santiago.

Diante do fato de obreiros e funcionários de outra igreja estarem distribuindo DVDs com conteúdos mentirosos e que não trazem benefício à sociedade e ao povo evangélico, exclusivamente com a intenção de difamar a imagem da Igreja Mundial do Poder de Deus e de seu fundador - sem dúvida, uma atitude de quem está desesperado por ver o crescimento da Igreja Mundial no Brasil e no mundo - , a IMPD se viu obrigada a registrar um B.O. Quatro pessoas que faziam esse serviço sujo foram autuadas, e houve a apreensão de 56 DVDs. Esse foi o resultado da vergonhosa e desesperada atitude de quem deseja atrapalhar a expansão do Evangelho no Brasil e no mundo.

Quero aqui deixar registrado que a Igreja Mundial do Poder de Deus é uma Instituição séria e que tem feito um belíssimo e importante trabalho de evangelização desenvolvido pelo Apóstolo Valdemiro Santiago, que vem salvando e resgatando vidas, não pregando religião, mas a salvação e a paz. E esse trabalho tem devolvido a muitas pessoas dignidade e respeito, reintegrando-as à sociedade - prova disso é o reconhecimento nacional e internacional que vem obtendo.

Esse reconhecimento também será feito na sessão solene em homenagem aos 14 anos da Fundação da Igreja Mundial do Poder de Deus, a realizar-se no dia 12 de março, às 10 horas, neste plenário, na qual o Parlamento brasileiro vai parabenizar a Igreja Mundial do Poder de Deus e o seu Fundador, o Apóstolo Valdemiro Santiago.

Para concluir, Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado

Documento 353/472

031.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/03/2012-16:56
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5722	EMANUEL FERNANDES-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Conveniência de início da sessão extraordinária para votação de propostas de emendas à Constituição de interesse das mulheres e do requerimento de apreciação, em regime de urgência, do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estamos com 347 Deputados presentes, e eu ouvi dizer que nesta sessão provavelmente não haverá votação alguma. Pergunto por que não começamos logo a sessão extraordinária para votar a PEC das Mulheres e o requerimento de urgência da Copa para economia processual.

Eu gostaria de saber, objetivamente, se não está começando por causa da instalação de alguma Presidência de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Nós já estamos consultando o Presidente. Vamos iniciar em seguida.

Documento 354/472

031.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/03/2012-17:06
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5724		OTAVIO LEITE-PSDB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição, no projeto de Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014, da liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos do evento.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção de V.Exas. para um ponto que me parece muito relevante no projeto da Lei Geral da Copa. O País precisa de uma lei, mas aprová-la liberando a venda e o consumo de bebida alcoólica nos estádios é algo realmente temerário, perigoso.

Depois de muitos conflitos, brigas e até mortes, a legislação brasileira houve por bem estabelecer uma proibição nesse sentido. E essa proibição está consagrada no Direito brasileiro. Qualquer mudança dessa regra é um retrocesso e abre uma janela para outras tentativas de reintroduzir a liberdade de venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios. Não está certo!

Há um interesse comercial extremamente exagerado embutido nessa questão. Que se dê publicidade, mas que não se venda o líquido. Aliás, a receita da venda do líquido durante a Copa do Mundo é insignificante para a marca, para o patrocinador.

O assunto vem ao plenário, e temos de debatê-lo com lucidez. Não tenho dúvida de que a maioria da população brasileira é contra a venda de bebida alcoólica nos estádios de futebol.

Muito obrigado.

Documento 355/472

031.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/03/2012-17:42
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5732		JONAS DONIZETTE-PSB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM

Sumário

Despedida do orador da Presidência da Comissão de Turismo e Desporto da Casa. Votos de profícua gestão ao novo Presidente do órgão, Deputado José Rocha. Agradecimento aos membros da Comissão e aos demais Parlamentares.

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero desta tribuna fazer um agradecimento a todos os Deputados, o que já fiz no plenário da Comissão de Turismo e Desporto. Nós acabamos de transmitir o cargo de Presidente ao Deputado José Rocha, ao qual desejo bastante êxito e sucesso no trabalho neste ano de 2012.

Quero também registrar agradecimento a todos os Deputados membros da Comissão e a todos os Deputados desta Casa, porque a Comissão fez várias visitas pelo Brasil. Nós fomos a 12 Estados, visitamos as 12 cidades-sede da Copa do Mundo e, em quase todas, contamos com a presença dos Deputados nos seus Estados, fortalecendo o nosso trabalho. Foi o caso do Deputado Amauri Teixeira, que esteve em Salvador, na Bahia, no Fórum Legislativo da Copa 2014 que fizemos lá.

Foi um ano de muitos desafios. Terminamos apresentando o nosso relatório nas áreas de esporte e de turismo - duas áreas que tiveram problemas no ano passado, com a queda de Ministros e denúncias - e precisamos ser fortes para levar adiante o nosso trabalho. Dizem que é na hora da dificuldade que se forja o caráter das pessoas. Então, eu vejo que foi uma oportunidade para podermos contribuir com o País nessas duas áreas, esporte e turismo, que agora caminham de forma mais tranquila e têm, nas suas direções, pessoas competentes que certamente continuarão o trabalho com êxito.

Para mim, na condição de Deputado de primeiro mandato, no primeiro ano nesta Casa foi um desafio muito grande presidir uma Comissão da importância da Comissão de Turismo e Desporto.

Quero agradecer, primeiro, a Deus, que nos deu sabedoria, que nos deu força para conduzir esse trabalho, e principalmente aos funcionários da Comissão de Turismo e Desporto e aos amigos Deputados, que foram muito leais.

Sr. Presidente, apenas para concluir, quero dizer um muito obrigado a V.Exa., um Deputado de tantos mandatos, que no seu Estado, Pernambuco, também esteve conosco no Fórum Legislativo, como tantos amigos desta Casa.

Obrigado, Sras. e Srs. Deputados; obrigado, Sr. Presidente.

Documento 356/472

031.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/03/2012-17:46

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5739

MARCO MAIA (PRESIDENTE)-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Indagação ao Plenário sobre a existência de acordo para votação de proposições constantes na pauta

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu quero saber de V.Exas. se nós teremos acordo para votar alguma coisa. Se não tiver acordo para votações, não há por que convocar sessão extraordinária.

Ontem eu fiz algumas propostas aqui, que foram, espero, discutidas por V.Exas. hoje, durante o dia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Presidente, veja, eu acho até...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Quais são os temas que estão na pauta para a sessão extraordinária que nós havíamos proposto no dia de ontem? Temos a discussão do Projeto de Lei nº 4.857-B, de 2009, que proíbe a discriminação contra a mulher no local de trabalho.

O segundo é o Projeto de Lei nº 2.740-B, de 2000, que torna obrigatória a prestação de atendimento cirúrgico-plástico a portadores de defeitos físicos causadores de sofrimento moral relevante, tendo pareceres da Comissão de Seguridade. Aqui é um projeto que vem do Senado Federal. É isso? E tem um apensado da Deputada Rebecca Garcia. Depois temos a PEC nº 515, de 2010, que trata da licença à gestante. Temos também o Projeto nº 2.330-A, de 2011, que trata da Lei Geral da Copa, que deverá vir precedido da votação do requerimento de urgência.

Para este projeto, da Lei Geral da Copa, eu queria ver com V.Exa. a possibilidade de construir nos moldes que nós já construímos em outros projetos, de que nós pudéssemos escolher os destaques de interesse dos partidos para serem votados nesse projeto e pudéssemos realizar essas votações de forma nominal, como nós temos realizado em outras oportunidades.

Eu já recebi um pedido do PSDB para que neste projeto se pudesse votar de forma nominal o destaque, que será apresentado, que trata sobre a liberalização ou o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Mundo.

É uma proposta razoável. Eu acho que nós podemos trabalhar nessa direção, construir um acordo nessa direção, para a sua votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Seriam esses os temas sobre a mesa para votação, e sobre eles nós temos que construir o acordo, o entendimento para votação na sessão extraordinária.

Documento 357/472

031.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/03/2012-17:46

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5739 ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO-DEM -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa da construção de acordo de procedimento para a votação do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria, se possível, começar do fim para o início. Por quê? A Lei Geral da Copa, eu concordo com V.Exa. que nós temos que fazer um

acordo de procedimentos para votação. Só que eu acho que esse acordo de procedimentos tem que ser discutido, liderado por V.Exa., e é claro que a gente pode chegar em plenário tendo condições de já saber o que é que vai ser votado ou não e agilizar a votação.

O que eu quero ponderar? Inclusive, eu fiz isso ao telefone agora com alguns Líderes partidários. Eu acho que não dá para votar hoje a Lei Geral da Copa. A gente poderia construir esse acordo de procedimentos para a votação na semana que vem, exatamente estabelecendo quais seriam os destaques com votação nominal. Aí chegaremos ao plenário e faremos a votação sem maior dificuldade.

A Lei Geral da Copa foi aprovada ontem na Comissão. Eu, particularmente, estou debatendo com a minha bancada ainda os temas mais polêmicos dessa lei. Eu quero ouvir a bancada antes de assumir uma posição.

Então, Presidente, exatamente porque não houve tempo suficiente de ontem para hoje para debater amplamente com os partidos, internamente com as suas bancadas, é que eu faço um apelo a V.Exa., desde já me colocando à disposição para fazer esse acordo de procedimentos para a votação na semana que vem, mas que a gente tenha um tempo mínimo para discutir com a bancada e ouvir da bancada qual é a sua opinião sobre os temas mais polêmicos, inclusive esse que V.Exa. já antecipou, da venda de bebida alcoólica.

Tenho que, por exemplo, submeter a minha bancada para saber se a maioria dela é a favor ou contra e chegar em plenário em condições de encaminhar pelo partido.

Sobre a Lei Geral da Copa, a proposta concreta que faço é esta: que a gente construa um acordo de procedimentos e tenha condições de votar, na semana que vem, sem obstrução e definindo quais serão as nominais.

Sobre os demais projetos, Sr. Presidente, não vejo problema na votação daquele projeto que vem do Senado com um apensado da Deputada Rebecca Garcia que trata da assistência pública e cirúrgica às pessoas que sofrem mutilações. Concordo com a votação deste item.

Acho que podemos avançar para a votação da PEC que trata da licença maternidade. *A priori*, o Democratas não vai se opor. Mas ainda temos dificuldades que não foram superadas da votação do Projeto de Lei nº 4.857-B. Sei que há um esforço grande, já faz 1 ano para votação desse projeto, mas não houve alterações concretas no mérito do projeto que permitissem a sua votação. Então, nesse, não há acordo. Dá para fazer acordo nos outros dois.

A proposta que fica do acordo de procedimentos liderado por V.Exa. é para semana que vem votarmos a Lei Geral da Copa. Aí votamos a urgência. Se for o caso, inclusive, Sr. Presidente, podemos votar a urgência hoje da Lei Geral da Copa, para não dizer que não demos um passo. Votamos urgência hoje e votamos a Lei Geral na semana que vem com esse acordo de procedimentos.

Documento 358/472

031.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/03/2012-17:46

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5742

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Ponderações sobre a conveniência de adiamento da apreciação do projeto sobre a Lei

Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quanto à sessão extraordinária, nós nem sequer usaremos o direito de requerer novo painel, caso se apreciem o projeto referente à cirurgia reparadora e a proposta de licença a gestante.

Quanto à Lei Geral da Copa, que V.Exa. também anunciou como possibilidade para apreciarmos, quero ponderar, a exemplo do Líder do DEM, que nossa pequena e dedicada assessoria está examinando o projeto. Nós temos algumas propostas e emendas que, no nosso entendimento, são muito importantes para o debate democrático.

Esta votação, aceleradíssima, acaba dando razão ao Sr. Valcke, que disse "*donner un coup de pied aux fesses*", o que significa acelerar o ritmo. Ele deve ter uma interpretação toda própria, toda particular, do francês. Nós estaríamos, assim, corroborando essa versão - tem que acelerar o ritmo -, como se deve acelerar para a mobilidade urbana e para outras coisas, não uma apreciação de uma matéria como esta, que merece ser examinada pelas bancadas, para ter as emendas necessárias, até mesmo o regime de urgência contra o qual também nós nos opomos, que limita tremendamente a possibilidade da discussão e das emendas.

Quero até sugerir que tenhamos a possibilidade, com o apoio de bancadas, de apresentar pelo menos uma parte das emendas à Lei Geral da Copa, que queremos trazer para o debate democrático e pensar nos direitos do País e no nosso futuro, no que diz respeito aos esportes. Há muita confusão nessa área. É prudente deixar para a semana que vem.

Nós apelamos, para garantir o nosso direito de apresentar algumas emendas. Não queremos nem todas, reconhecemos a nossa representatividade não tão grande pelo tamanho da bancada, mas algumas queremos discutir, porque talvez nenhum outro partido as apresente.

Documento 359/472

031.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/03/2012-17:46
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5743	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSDB com relação às votações de matérias constantes na pauta da sessão extraordinária. Defesa do adiamento da apreciação do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só para posicionar o PSDB, em nome do Líder Bruno Araújo, Sr. Presidente, e dizer que em relação à sessão extraordinária, sobre o Projeto de Lei nº 4.857, que fala sobre a prevenção e discriminação contra a mulher, a assessoria está analisando. Há dificuldades de acordo neste momento.

Em relação ao Projeto de Lei nº 2.740-B, que veio do Senado Federal, que tem

um apensado da Deputada Rebecca, não há dificuldade por parte do PSDB, tampouco a proposta de emenda constitucional que dispõe sobre o período de licença-maternidade. Não há dificuldade do PSDB para a votação desse projeto. Em relação à urgência da Lei Geral da Copa, a postura do PSDB era não criar dificuldade na votação da urgência, desde que nós tivéssemos um entendimento para a votação nominal da proposta da retirada do art. 29, que trata das bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa. De qualquer maneira, Sr. Presidente, nós nos alinhamos às posições do Democratas, do PPS, do PSOL, no sentido de que possamos votar na quarta-feira, mediante um grande entendimento, um grande acordo, a Lei Geral da Copa. Que a votação transcorra sem dificuldade, sem obstrução, e seja nominal nesse ponto específico. Essa é a vontade da bancada do PSDB, Sr. Presidente.

Documento 360/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:10
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5779		ELIENE LIMA-PSD -MT
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Capacitação de gestores públicos por meio do Projeto de Ensino a Distância - EAD, implantado pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso.

O SR. ELIENE LIMA (PSD-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que o Estado do Mato Grosso, sob o Governo de Silval Barbosa, implantou um sistema moderníssimo de mediação tecnológica. Através das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação, via satélite, temos um sistema que chega aos 141 Municípios do Estado.

Isso tem contribuído muito para a preparação de professores e de servidores, tanto que, a partir deste mês, os gestores públicos dos 141 Municípios de Mato Grosso serão capacitados pelo projeto de Ensino à Distância do Tribunal de Contas de Mato Grosso, com aulas presenciais via satélite.

Um convênio assinado nesta segunda-feira, 5 de março, entre o Tribunal de Contas e o Governo de Mato Grosso, com a participação da Secretaria de Educação e da Secretaria de Ciência e Tecnologia, permitirá que, através do Ensino à Distância, se utilize a estrutura técnica já montada desde agosto de 2011 para que se possa capacitar e qualificar todos os gestores públicos dos 141 Municípios do Estado.

O Ensino à Distância começa no dia 12 de março, com a aula inaugural ministrada pelo Presidente do TCU, Ministro Benjamim Zymler.

O projeto criado pela atual gestão tem o objetivo de reforçar a função orientadora do Tribunal e aperfeiçoar a gestão pública estadual e municipal.

Quero parabenizar o Presidente do Tribunal de Contas, José Carlos Novelli, e também o Governador Silval Barbosa, o Conselheiro Valter Albano e o Secretário Adriano Breunig por terem conseguido essa implantação que vai contribuir muito para a melhoria do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir deste mês, os gestores públicos dos 141 Municípios de Mato Grosso serão capacitados pelo projeto de Ensino à Distância do Tribunal de Contas de Mato Grosso através de aulas presenciais via satélite.

Um convênio assinado nesta segunda-feira, 5 de março, entre o Tribunal de Contas e o Governo de Mato Grosso permite que o EAD utilize a estrutura técnica já montada desde agosto de 2011 pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia -SECITEC para a realização de aulas em TV digital interativa e em tempo real nos 200 pontos existentes nas escolas estaduais.

O EAD começa no dia 12 de março com uma aula inaugural ministrada pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler. O projeto criado pela atual gestão tem o objetivo de reforçar a função orientadora do Tribunal e aperfeiçoar a gestão pública estadual e municipal. Novelli anunciou a realização de 18 cursos este ano e 30 em 2013.

A tecnologia usa imagens conduzidas via satélite com possibilidade de interação, ao vivo, entre professor e alunos, por voz e vídeo. A estrutura foi montada pela SECITEC para o programa MT Preparatório .

É importante que o Governo esteja colaborando com o TCE-MT na qualificação de todos os gestores do Estado que precisam estar atentos às novas normas da legislação e desafios da administração pública. Sr. Presidente, o Tribunal tem hoje reconhecimento nacional por ter avançado muito em qualidade, informatização e prevenção.

O projeto tem o objetivo de reforçar a função orientadora do Tribunal e aperfeiçoar a gestão pública estadual e municipal

O projeto de Ensino à Distância do TCE-MT é um dos itens que compõem o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado e meta do Planejamento Estratégico 2012-2013, com objetivo de aproximar a instituição do público fiscalizado, com foco na implantação do modelo de administração gerencial nas Prefeituras.

O EAD vai proporcionar a gestão gerencial melhorando a qualidade dos serviços prestados à população e os indicadores sociais, principalmente nas áreas de saúde e educação.

Nobres pares, os cursos serão voltados para temas que envolvem irregularidades mais comuns cometidas pelos gestores e detectadas nas auditorias realizadas pelo Tribunal, na maioria ligada à Lei de Licitações. Será utilizada a equipe técnica, que é bastante qualificada, e juristas brasileiros que estarão ministrando os cursos relacionados à Lei de Licitações e outros assuntos de relevância como a nova contabilidade pública.

O Presidente do TCE-MT, José Carlos Novelli, e o Governador Silval Barbosa, concederam entrevista coletiva, após assinatura de termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Contas de Mato Grosso e o Governo do Estado.

A otimização dos recursos públicos dos Municípios e do TCE-MT para a capacitação de servidores também foi ressaltada pelo Presidente Novelli durante a solenidade. Além de proporcionar a capacitação de gestores de todos os Municípios, o EAD irá otimizar os custos do Tribunal para realizar cursos no interior. Muitas Prefeituras não tinham recursos disponíveis para enviar seus funcionários para fazerem cursos na capital ou nas cidades-polo.

A aula inaugural acontece no dia 12 de março, com a participação do Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, e vai abordar o tema do Regime Diferenciado de Contratações, a nova modalidade de licitação a ser adotada para as obras da Copa e das Olimpíadas, mas que pode ser o marco de uma nova Lei Geral de Licitações, um tema pertinente e atual para todo o País

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 361/472

032.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

07/03/2012-19:16

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5781

ARMANDO VERGÍLIO-PSD -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do dispositivo do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a respeito da liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante à realização de jogos do evento.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero chamar a atenção dos Deputados e das Deputadas Federais, da sociedade brasileira para projeto extremamente importante que vamos discutir no plenário: a Lei Geral da Copa.

Um dos grandes pontos polêmicos é a questão da venda de bebida alcoólica nos estádios, que foi proibida, felizmente, no nosso País, pelo Estatuto do Torcedor.

No entanto, estamos às vésperas de um retrocesso. Acredito que esse retrocesso trará malefícios tanto para nosso País quanto para o torcedor, para as famílias que vão aos estádios, porque estarão muito mais fragilizadas e expostas à violência que o álcool, sabidamente, traz. Segundo o que tem ocorrido na Comissão Especial, isso possivelmente ocorrerá.

Quero chamar a atenção de todos, porque, hoje, a *BBC* trouxe a notícia, publicada no *Portal UOL* e no *Portal Terra*, de que a UEFA - União Europeia de Futebol Associado, que reúne todos os países da Europa, proibiu, na Eurocopa, competição que vai ser realizada este ano, muito parecida com a Copa do Mundo, a venda de bebida alcoólica nos estádios.

Deputado Onofre Santo Agostini e demais companheiros que têm atenção em relação a essa matéria, isso é um contrassenso. Enquanto a FIFA está pressionando os Deputados brasileiros a liberar a venda de bebida alcoólica, uma outra associada da FIFA, a União Europeia de Futebol, acaba de proibir a venda de bebida alcoólica em uma competição, a Eurocopa, que será realizada este ano.

Vejam que contrassenso. Impõe-nos a responsabilidade pela segurança nos estádios e, ao mesmo tempo, impõe-nos a venda de bebida alcóolica como uma necessidade, o que não agregará nenhum valor para a competição, pelo contrário.

Devemos ter firmeza em relação a isso. Está em jogo, principalmente, a autonomia do Parlamento brasileiro.

Não existe qualquer competição que valha a pena ser paga com vidas humanas, com a violência que não pode mais voltar em função da venda de bebidas alcóolicas.

Era esse o registro. Está aqui a notícia - vou passá-la em mão ao Deputado Onofre, porque há uma emenda de sua autoria que queremos ver votada aqui nominalmente, para retirar do texto essa questão.

Documento 362/472

032.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

07/03/2012-19:24

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5783

VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Anúncio de votação do requerimento de urgência ao projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Anúncio da apresentação de requerimento de destaque para votação em separado do art. 29 do projeto, a respeito da liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante à realização de jogos, com vistas à sua supressão.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós votaremos, daqui a alguns instantes, o requerimento de urgência para o projeto que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações e à Copa do Mundo, estabelecidas pela FIFA. A votação da urgência pressupõe que nós vamos votar o projeto dentro de mais alguns dias - de acordo com a reunião dos Líderes, na próxima quarta-feira, porque na terça votaremos o Código Florestal.

Pois bem, Sr. Presidente, quero dizer que, nessa discussão que fizemos na reunião de Lideranças, alguns partidos, como, por exemplo, o PSDB, o PSC, o PPS, já se comprometeram a assinar um pedido de destaque para o art. 29 do relatório da proposta de lei, que trata da venda e proibição de bebida alcóolica nos estádios. A manutenção do art. 29 libera a venda a bebida alcóolica. Nós queremos retirar e rejeitar essa liberação, para manter a legislação brasileira, que já proíbe a venda de bebida alcóolica nos estádios.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, seria importante que as demais Lideranças também pudessem assinar esse requerimento de destaque. Seria importante para que o Parlamento brasileiro tenha a devida liberdade de poder tomar essa decisão, que não é partidária, não é de oposição contra governo. Ela é uma questão de preservação da legislação brasileira, que, na verdade, ganha contornos importantes quando se coíbe o processo de violência que vem ao longo dos últimos anos se estabelecendo nos estádios de futebol.

Nós esperamos, Sr. Presidente, que este Parlamento tenha liberdade para tomar essa decisão com consciência, em função do interesse da sociedade brasileira. A lei hoje proíbe a venda de bebida alcóolica nos estádios e, com isso, preserva aqueles que para lá vão a fim de se deliciarem com uma partida de futebol, sem que as torcidas, sem que aqueles mais exaltados, sob o efeito de bebida alcóolica, cometam atos de violência.

Portanto, Sr. Presidente, é muito importante que esse destaque seja assinado também pelos demais Líderes, que os Deputados desta Casa votem com consciência, a fim de que retiremos do relatório a possibilidade de liberação de bebida alcóolica. O Brasil precisa preservar sua legislação. Este Congresso Nacional precisa preservar o interesse público da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 363/472

032.2.54.O

Sessão Extraordinária -
CD

07/03/2012-19:30

Publ.: DCD - 08/03/2012 -
5788

IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Avaliação crítica do Projeto de Lei e da atuação da FIFA.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSOL quer encaminhar contra a urgência desta matéria por várias razões. A primeira delas é relativa à questão conceitual.

Entendemos que o País é soberano e que não precisamos de uma lei geral da Copa. Existe uma legislação brasileira que, obedecida, segue no sentido de atender às necessidades para realizar a Copa do Mundo no Brasil. Não podemos aceitar a imposição de uma entidade privada, suíça, internacional, modificando no Brasil o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Torcedor, a legislação relativa às bebidas alcoólicas, a Lei da Meia Entrada. É inaceitável essa interferência política. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, Sr. Presidente, diz respeito ao que aconteceu esta semana, em que o Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, fez uma dura crítica ao Governo brasileiro, em termos chulos, que quero repetir aqui: o "pé no traseiro" que é preciso para acelerar os processos que visam, inclusive, atropelar licitações e outras coisas, e votar açodadamente a Lei Geral da Copa aqui, para favorecer comercialmente a FIFA.

Ora, se nós votamos ontem na Comissão Especial a Lei Geral, eu quero entender se a Comissão também precisa levar um pé no traseiro para acelerar a Copa, para o Sr. Jérôme Valcke ficar satisfeito e a FIFA também, porque o Plenário precisa discutir os aspectos de soberania que estão aqui colocados.

Então, eu me dirijo a todos os expectadores da TV Câmara para dizer o seguinte: realmente o que está contido aqui em matéria de imposições, de violações de direitos, do direito de ir e vir do povo brasileiro, de transformação de uma instituição respeitada como o INPI, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, num cartório do FIFA, é vergonhoso. Nós não podemos aceitar esse tipo de legislação.

Isso envergonha o nosso País. Se o povo brasileiro souber o que está sendo feito aqui, com todas essas concessões, sem dúvida não aprovaria a necessidade da Lei Geral da Copa.

Por isso, diante de tanta violação de soberania nacional e transformação do País em protetorado provisório de uma instituição privada chamada FIFA, nós do PSOL votaremos contra a Lei Geral da Copa. E também entendemos que não há necessidade de urgência nenhuma, porque não há necessidade de Lei Geral da Copa.

Quero que todo povo brasileiro tome conhecimento dessas questões, inclusive a

da mudança da legislação relativa às bebidas alcóolicas, o que apenas facilita as coisas para uma marca de cerveja associada à FIFA. Isso é vergonhoso, sob todos os aspectos.

Documento 364/472

032.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

07/03/2012-19:30

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5788

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, a respeito da Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Críticas ao comportamento da FIFA.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores, todos que acompanham esta sessão, o que está se pedindo aqui, e o Plenário vai apreciar, é a urgência para a votação da Lei Geral da Copa.

Na prática, aprovando essa urgência, estaremos aceitando a versão do Secretário-Geral da FIFA, o Sr. Jérôme Valcke, que disse: "*se donner un coup de pied aux fesses*" *du Brésil*. Ele disse que essa expressão francesa - e qualquer pessoa que conheça minimamente a língua francesa discordaria - significa acelerar o ritmo.

Além de deselegante, é um cascadeiro. Será que ele sabe o que é cascadeiro, lá na Suíça ou na França? Espero que sim. É um mentiroso, um farsante. Na verdade, ele tem a mentalidade do colonizador - talvez esteja ainda com a visão das invasões francesas da Baía de Guanabara ou do Maranhão -, para dizer que temos que andar rápido, não porque precisamos andar rápido para realizar um belo evento como a Copa do Mundo de Futebol, mas para viabilizar os negócios da FIFA. Essa é a questão.

A FIFA há muito tempo deixou de ser uma entidade aglutinativa do futebol, esse esporte maravilhoso, essa cultura forte em tantos países do mundo, em especial no nosso País, para ser uma grande agência de negócios mercantis transnacionais. Tanto que ela agora escolhe como sede de suas transações países como a África do Sul, que está cheia de elefantes brancos, como o Brasil, que ela julga ter muitas fragilidades, para impor os seus monopólios, e como futuramente, em 2018, a Rússia, com suas máfias, e depois o Kuwait.

Ora, a FIFA é uma entidade de negócios sob suspeitas seriíssimas de corrupção que envolvem até brasileiros internacionalizados, como João Havelange, ex-Presidente, e o atual e aparentemente perene Presidente da CBF.

Ora, o que nós temos de discutir aqui, além do detalhe da Lei Geral da Copa, que, como disse o Deputado Ivan Valente, acaba sobrepujando a nossa legislação, já muito boa para acolher esse tipo de evento - nós vamos criar um Estado futebolístico de exceção -, é que, na verdade, estaremos garantindo que cerveja, só Budweiser; refrigerante, só Coca-Cola; quem sabe, até frangos, só da Perdigão. A FIFA é que vai determinar.

Essa questão da bebida alcoólica, que merece uma discussão séria do ponto de vista da atratividade do evento e da paz nos estádios, foi aberta na Comissão

Especial como mera exceção: copo, só na Copa da Confederação e na Copa do Mundo. Num Fla-Flu, num Atlético Goianiense e Goiás, Deputado Caiado, num Ba-Vi, num São Paulo e Corinthians, isso não pode, porque os bárbaros, os brasileiros, devem ter uma absorção etílica que os estimula à violência. Agora, no evento da Copa do Mundo, nobre, com ingressos caríssimos, isso será possível.

O X da questão, Sr. Presidente: mais do que Lei Geral da Copa, os gastos de dinheiro público com a construção de estádios. O Tribunal de Contas da União, semana passada, já disse que a majoração dos preços iniciais atinge 47%; que quatro arenas, quatro estádios, tendem a ficar como elefantes brancos.

E o Contas Abertas disse que, do ponto de vista do legado, que são muito mais do que estádio de futebol, por exemplo, as obras de transporte, de mobilidade urbana, de BRTs, de VLTs, de transportes sobre trilho, só receberam até agora, a 2 anos do evento, 2,4% dos recursos necessários. Ou seja, o legado, o essencial, é próximo do zero.

Há um detalhe também: as escolas brasileiras não têm quadras esportivas, 80% das unidades educativas do nosso País não têm quadras esportivas.

Portanto, negócios da FIFA não merecem a nossa agilidade, a não ser que estejamos mesmo aceitando o "chute no traseiro", contra o interesse público.

Documento 365/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5789		SIBÁ MACHADO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PT ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria é fruto de um acordo e de um brilhante relatório do Deputado Vicente Candido. Hoje é a votação do requerimento de urgência para a semana que vem votarmos o projeto, quando estará definitivamente criada a lei que vai botar em funcionamento a Copa do Mundo. Portanto, o Partido dos Trabalhadores orienta neste momento o voto "sim" ao requerimento de urgência.

Documento 366/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5789		EDUARDO CUNHA-PMDB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PMDB ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB participou da Comissão Especial, através do Deputado Renan Filho, comandando a Comissão. Sabemos que o Brasil precisa da votação dessa lei para que possamos fazer a Copa do Mundo. O PMDB tem urgência e vota "sim".

Documento 367/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5790		VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSDB ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB, Sr. Presidente, orienta votar favoravelmente dentro desse acordo, desse entendimento que foi feito no sentido de que na próxima quarta-feira votemos a Lei Geral da Copa, com destaque já assinado pelos cinco partidos para que a questão da bebida alcóolica possa ser votada nominalmente.
O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - "Sim".

Documento 368/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5790		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PP ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Progressista, sob a Liderança do Deputado Arthur Lira, está trabalhando na Comissão há longa data, desde o segundo semestre passado. Aprofundamos esse tema e agora já temos, através do Relator, Deputado Vicente Candido, uma redação que traz avanços e tranquilidade. Por isso, o Plenário deve votar, e o Partido Progressista é favorável à urgência.

Documento 369/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5790	PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do DEM ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Inocêncio Oliveira, por proposta nossa, mesmo tendo já o texto dessa matéria pronto, nós não discutimos essa matéria na bancada. Portanto, sugerimos o adiamento dessa votação para a próxima semana, votando hoje a urgência, para que na próxima quarta-feira possamos discuti-la, votá-la e também votar os destaques. Portanto, a nossa orientação é "sim" para a urgência da Lei Geral da Copa.

Documento 370/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5790	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PDT ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Aproveitando para elogiar o trabalho do Relator, Deputado Vicente Candido, juntamente com toda a Comissão da Lei Geral da Copa, ressaltados evidentemente alguns destaques que faremos, o PDT encaminha "sim".

Documento 371/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5790		ROBERTO FREIRE-PPS -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do Bloco PV/PPS ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Aceitação pelo ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de exigências da FIFA.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PV/PPS vai encaminhar favoravelmente, mas eu gostaria de fazer um mero registro.

Há uma crítica em relação a discussões até mesmo de soberania. É importante não esquecermos que isso tudo é fruto de o Presidente Lula ter aceito todas as exigências da FIFA para trazer a Copa do Mundo e fazer disso uma das suas propagandas.

Nós estamos aqui aprovando algo em detrimento da nossa legislação, daquilo que não é aceito pela nossa convivência, pelo mundo esportivo brasileiro, porque Lula subjugou a Nação brasileira aos interesses da FIFA. É bom que fique claro isso.

Em segundo lugar, aquilo que foi completamente descabido e ante o que houve a reação do Governo, o descabido "chute" do Secretário-Geral da FIFA, parece que funcionou: tivemos agilidade. Essa agilidade falta nas obras, falta nas edificações, em algo de fundamental importância para o cumprimento das nossas obrigações. Parece que o "chute" funcionou, lamentavelmente.

Documento 372/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5790		ANDRÉ MOURA-PSC -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSC ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa). Empenho do PSC para retirada do texto da permissão de venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vai orientar que a bancada vote "sim", mas gostaria de deixar

o registro de que o nosso partido é totalmente contrário à venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol.

O PSC vai estar aqui no plenário lutando para que possamos ter garantido aquilo que está previsto no Estatuto do Torcedor. Não podemos ferir a nossa soberania para nos curvar à vontade da FIFA e àquilo que o Governo Federal não deveria ter admitido desde o primeiro momento.

Então, o PSC vai encaminhar "sim", mas o PSC já marca posição de que vai trabalhar, vai lutar para que possamos evitar a venda das bebidas alcólicas nos estádios de futebol.

Documento 373/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5791		IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PSOL ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, o PSOL quer registrar que quer a votação nominal da urgência.

Em segundo lugar, nós vamos votar "não" à urgência, porque entendemos, sem dúvida, que não é necessária uma Lei Geral da Copa que restrinja a soberania nacional e se agache às imposições de uma empresa privada internacional, mexendo no próprio calendário escolar, subordinando-se a pagar qualquer ônus de um evento privado e certamente criando restrições à liberdade de expressão e à criatividade no Brasil. Inclusive, na própria imprensa brasileira, o acesso à cobertura jornalística também será restrita.

Finalizo dizendo que a prioridade que está sendo dada aos Estádios deveria ser dada às creches, às escolas e aos hospitais.

O PSOL vota "não".

Documento 374/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5791		DR. CARLOS ALBERTO-PMN -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PMN ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil -

Lei Geral da Copa).

O SR. DR. CARLOS ALBERTO (PMN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
 - O PMN, Sr. Presidente, em relação ao acordado ainda agora no Colégio de Líderes e à preservação da imagem do nosso País no cumprimento de suas obrigações pretéritas, vota "sim", ressalvado o art. 29, com relação à utilização de bebidas nos estádios.

Documento 375/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5791	ANTONIO CARLOS MENDES THAME-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Ponderações sobre dados que mostram a bebida alcoólica como fator de desencadeamento da violência, para protestar contra a liberação de bebida alcoólica nos estádios durante a Copa do Mundo por imposição da FIFA. Posicionamento favorável da Minoria Parlamentar ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são inúmeras, inúmeras as pesquisas científicas comprovadas que correlacionam consumo de bebidas alcoólicas com aumento da violência, pesquisas que correlacionam consumo de bebidas alcoólicas com prática de crimes violentos.

Por quê? Porque essas pesquisas mostram que, quando a pessoa bebe e passa de certo limite... Algumas pessoas nem precisam passar desse limite, elas são pessoas dependentes: basta um pouco de álcool e já começam a ter um comportamento distorcido. Essas pesquisas mostram que há, na pessoa que bebe, que ingere bebida alcoólica, uma distorção conectiva.

O nome é complexo: distorção conectiva.

O que é isso? É uma queda de percepção, uma distorção na capacidade de reação. Cai a capacidade de reação. Há um déficit de atenção, uma dificuldade de tomar decisões e, às vezes, até erros de julgamento. Tudo isso levando ao aumento da violência.

Em outras palavras, essas pesquisas correlacionam o álcool com o maior índice de criminalidade, homicídios, suicídios, violência doméstica.

Nós fazemos um grande trabalho aqui para proteger na legislação as mulheres. Nós vamos ver como vai ser o voto das mulheres nessa questão.

Crimes sexuais, grande parte deles aliados ao consumo de bebida.

Atropelamentos e acidentes envolvendo o próprio motorista alcoolizado.

Temos também casos concretos, já comprovados, de como a proibição da bebida melhora a situação e diminui os homicídios.

A cidade de Diadema, reduto do PT, tinha 65% dos crimes contra pessoa diretamente ligados a bares ou ocorrendo dentro de bares, no entorno ou dentro de bares.

Em 2002, o que fez a legislação municipal? Uma lei seca, permitindo que os bares funcionassem somente até as 23 horas. A partir desse momento, o que ocorreu? Despencou o número de crimes contra as pessoas, os homicídios naquela cidade.

Mas isso não basta. Nós temos hoje dados da Organização Mundial da Saúde mostrando que as doenças correlacionadas ao álcool matam por ano 2,5 milhões de pessoas.

Por outro lado, é a própria Organização Mundial da Saúde que diz que, comparando as políticas voltadas para o indivíduo com as políticas voltadas para o ambiente no controle das bebidas, aquelas voltadas para o indivíduo são menos eficientes.

Que políticas são essas voltadas ao indivíduo? Por exemplo, a educação, a conscientização nas escolas. Elas funcionam menos do que aquelas políticas voltadas para o ambiente.

Intervenções no local onde se vende a bebida. Por exemplo, proibição de bebida ao longo das rodovias, proibição da bebida nos locais de aglomeração pública, proibição de publicidade de bebida. Essas são as medidas mais eficientes.

Pois bem, o Brasil já tem parte dessas medidas aprovadas, transformadas em lei, e agora, se votarmos esta Lei da Copa como está, nós teremos um brutal retrocesso, um brutal retrocesso, liberando a ingestão de álcool na Copa.

Com isso, aumenta o risco de violência, violência à qual estarão submetidas pessoas inocentes, que foram aos estádios para se divertir, e não para correr maior risco. Em segundo lugar, nós estaremos rasgando uma legislação já consolidada.

Sr. Presidente, nós vamos encaminhar "sim", com a ressalva de pedir esse destaque e votarmos esse destaque para retirar a autorização de venda de bebidas nos estádios.

Há pessoas que dizem que há momentos da vida em que o nosso caráter, as nossas atitudes definem a nossa postura. Há outras que dizem o contrário: que a nossa postura é que revela o nosso caráter.

Pois bem, se nós aceitarmos essas imposições da FIFA, essas imposições das indústrias que vendem bebidas, nós estaremos, aqui nesta Casa, de joelhos. A nossa postura será de submissão, prostrados perante os interesses dessas empresas e o interesse da FIFA em vender, em conseguir patrocinadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 376/472

032.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

07/03/2012-19:30

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5792

HUGO LEAL-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do Governo ao Requerimento de regime de urgência para votação do Projeto de Lei 2.330 de 2011 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil - Lei Geral da Copa).

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só quero registrar aqui, Sr. Presidente: a Liderança do Governo, que não está ali no painel ainda, obviamente pede a votação nesse projeto, exatamente pelo trabalho realizado pelo Relator, Deputado Vicente Candido, e pelo Deputado Renan Filho. Falo, então, em nome da Liderança do Governo para que ali no painel conste "sim", exatamente como o pedido da Liderança do Governo para os compromissos que serão cumpridos aqui pelo Congresso Nacional e depois pelo Governo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 377/472

032.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

07/03/2012-19:30

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5806

BRUNO ARAÚJO-PSDB-PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Submissão do Governo petista ao ditames da Federação Internacional de Futebol - FIFA. Posicionamento contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, era uma vez um partido neste País que tinha preconceito contra o capital; era uma vez um partido que pregava a moratória; era uma vez um partido que enfrentava o imperialismo. Acreditem V.Exas que este partido inclusive era contra as privatizações.

Esse partido chegou ao poder, e 10 anos depois, de vez por todas, caiu de joelhos - de joelhos! - ao capital estrangeiro e às determinações de organismos internacionais.

O que o Governo brasileiro faz? Ao não enfrentar as pressões da FIFA para permitir que o capital fale mais alto e imponha mudança na cultura e na legislação que nós, com muita luta, construímos e incorporamos no dia-a-dia do brasileiro, de evitar o álcool nos estádios de futebol, o Governo do PT cai de joelhos perante a FIFA.

A Copa é um evento importante para o País. A Lei Geral - temos a compreensão - precisa ser entregue como instrumento de religação das relações, mas vai a um limite ao qual um governo soberano não aceita e não deveria aceitar mudar algo culturalmente tão consolidado, que fez bem à prática da ida das famílias brasileiras aos estádios de futebol.

Assistimos agora à UEFA proibir bebidas nos estádios europeus, e assistimos aqui à FIFA apresentar essa imposição ao Governo brasileiro. E este Governo, exercido por um partido que enfrentava a influência estrangeira, que enfrentava o capital, e que, como pudemos assistir, vendeu os aeroportos há algumas semanas, mais uma vez cai de joelhos para atender a essa imposição.

O que vemos aqui é denegar e, sobretudo, não reconhecer um País que tem uma importante participação na economia mundial, que tem instituições sólidas não ter força para enfrentar essa posição a FIFA, não porque não há enfrentamento, mas porque assumiu e pactuou com essa pressão.

Nenhum de nós aqui acredita que a FIFA vá, um dia - como vai daqui para a

frente -, executar jogos da Copa do Mundo num país muçulmano, onde há restrições ao uso do álcool, fazer tal exigência. O que vai fazer esse país? Vai ceder para a FIFA?

É uma vergonha a alteração que se faz com esse dispositivo. Ele atenta contra a segurança da família, atenta contra a segurança dos brasileiros e estimula a violência. O Governo usa um discurso falso dizendo que, em *shows*, pode se utilizar bebidas alcóolicas. No esporte, nos jogos, onde há uma disputa de emoções, a emoção e o álcool não combinam. Nós, de forma coletiva, entendemos isso e fizemos um pacto nacional. Funcionou.

De forma vergonhosa - de forma vergonhosa! -, este Governo, mais uma vez, de forma sequenciada, demonstra sua incoerência, a incoerência de mudar sua filosofia econômica para aderir ao real; a incoerência de adotar as privatizações com atraso, prejudicando o povo brasileiro; a incoerência de adotar tantas outras posições, como vemos, de transformar em coadjuvantes os importantes partidos da base aliada, que governaram conosco, discutindo e participando das políticas públicas e não sendo tratados, única e exclusivamente, como um número que empresta seu voto à política definida do PT, à política definida por um Governo de um único partido.

Por isso esperamos, na semana que vem, com a votação do destaque, que será assinada por diversos partidos, para evitar, de forma soberana, dizermos ao mundo que o PT não é maior do que o Brasil e que a vontade do brasileiro de impor respeito e tranquilidade às convivências nos estádios deve imperar, não estimulando a bebida alcoólica no ambiente em que, culturalmente, tínhamos dado a devida tranquilidade.

Vamos e devemos mostrar que nossas convicções não estão definidas, que nossas convicções para esse dispositivo não estão divididas entre partidos de Oposição, entre partidos de Governo, entre partidos que são da base aliada e não são ouvidos pelo Governo do PT. Vamos mostrar que esse é um voto da família dos brasileiros, que esse é um voto em que temos tamanho de dizer "sim".

Nós estamos patrocinando este evento, nós estamos pagando essa conta, respeitamos as relações internacionais, mas vamos definir o que é efetivamente importante para preservar nossa autoridade em solo nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 378/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5812		IRINY LOPES-PT -ES
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO RELATOR DISCURSO

Sumário

Ponderações sobre o Substitutivo aos Projeto de Lei 4.857 de 2009 e 6653 de 2009, que criam mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher. Conveniência de adiamento da votação da matéria para que os parlamentares tomem conhecimento da proposição.

A SRA. IRINY LOPES (PT-ES.. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr.

Presidente.

Srs. Líderes, Sras. Líderes, Sras. e Srs. Deputados, Mesa da Câmara, recebi o projeto que ficou conhecido como legislação da igualdade da mulher no mundo do trabalho. Eu o recebi para relatar hoje.

Com base na iniciativa dos projetos da Deputada Alice Portugal e do Deputado Valtenir, com a presença de alguns Parlamentares e as assessorias de praticamente todos os partidos da Casa, fizemos um grande esforço, porque queremos marcar que a igualdade da mulher no mundo do trabalho é algo que o Congresso Nacional quer oferecer ao País. Mas o esforço que fizemos gerou um novo substitutivo e as Lideranças e as bancadas ainda não puderam conhecer detidamente o conjunto das proposições.

Dialoguei com as companheiras Deputadas que são dirigentes da bancada feminina nesta Casa e com o Presidente Marco Maia. E, por iniciativa e proposição de alguns Líderes das bancadas desta Casa, pensamos na possibilidade de acatarmos, com base em um acordo, a retirada do projeto de pauta.

Mas nós, da bancada feminina, queremos fazer um acordo claro com as Lideranças da Casa no sentido de que este projeto não irá para as calendas gregas - posso falar de cadeira porque sou filha de grego, então sei o que são as calendas gregas.

Então, queremos fazer este acordo, mas precisa ser um acordo muito claro, muito bem assentado, porque sabemos que a pauta da próxima semana já está sobrecarregada. Mesmo trabalhando lá, estávamos acompanhando o que ocorria no plenário e sabemos disso. Serão votados a Lei Geral da Copa e o Código Florestal.

A proposta que faço é no sentido de que as bancadas designem, para além das assessorias, pelo menos um ou dois Parlamentares para fazer uma revisão no substitutivo que produzimos hoje e busquemos votar, na semana que vem, por acordo, porque assim teremos condições de votar mesmo com a pauta sobrecarregada.

Esta era a proposta que tinha a apresentar ao Plenário, Sr. Presidente.

Documento 379/472

032.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

07/03/2012-19:30

Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5816

JOVAIR ARANTES-PTB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio ao requerimento de apreciação em regime de urgência do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Apelo à bancada do PTB de comparecimento às votações da matéria.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na votação da urgência da Lei Geral da Copa, além de encaminhar favoravelmente, como Líder do PTB, eu quero dizer da importância que tem essa votação na semana que vem e pedir aos Deputados do PTB que todos estejam realmente para votar. Uma matéria tão importante como essa, com a urgência necessária... Países que defendem a soberania tão

intensamente, como os Estados Unidos, já votaram uma lei semelhante para a Copa do Mundo. É importante, em algum momento que haja qualquer problema com a lei, com a legislação atual brasileira, lembrar que essa lei só serve para a Copa do Mundo em 2014.

Então, repito, quero dizer da importância da votação na semana que vem e pedir aos Deputados do PTB que nela estejam conosco, Sr. Presidente.

Documento 380/472

032.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2012-19:30
Publ.: DCD - 08/03/2012 - 5817	CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudações às Deputadas e às trabalhadoras brasileiras. Contrariedade ao consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Da mesma forma, quero cumprimentar todas as nossas colegas Deputadas, todas as trabalhadoras desta Casa, as mulheres do meu Estado, do meu Município e do Brasil pelo nosso dia amanhã.

E também quero dizer, Sr. Presidente, que as tarefas da semana que vem nesta Casa continuarão tão intensas quanto nesta semana.

Quero destacar aqui minha preocupação com relação à permissão da venda de bebidas alcoólicas nos campos de futebol. Participo da Comissão de Drogas, não como titular nem suplente, mas como Parlamentar; participo da Comissão do Alcool e participei da Comissão Especial da Lei Geral da Copa. É muito preocupante o Brasil retroceder e abrir mão do Estatuto do Torcedor, aqui aprovado pelos nobres colegas Deputados e Deputadas, em função de um evento pontual da Copa do Mundo. Na semana que vem, vamos aprovar esse projeto assim como o projeto de lei que traz a igualdade na relação do trabalho.

Não estaremos presentes em função de uma tarefa a serviço da Casa fora do País. Mas, com certeza, os nossos colegas Deputados e Deputadas que aqui estarão efetivamente dignificarão o trabalho do nosso Parlamento.

Então, a todas as mulheres os meus parabéns e aos colegas Deputados o meu agradecimento pelo respeito que os senhores têm conosco.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto de Lucena) - Meu aplauso e minhas homenagens, Deputada Carmen Zanotto.

Documento 381/472

029.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/03/2012-17:36
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5409	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Reafirmação do posicionamento do PSOL contrário à proposta de criação do novo Código Florestal brasileiro. Desnecessidade de criação da Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Arrogância da Federação Internacional de Futebol - FIFA no tocante à realização do evento no País.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, desta tribuna, tratar de duas questões. Uma refere-se à pauta de hoje, que trataria do Código Florestal. Apenas quero reafirmar a posição do Partido Socialismo e Liberdade. Quando da tramitação da matéria, resistiu ao máximo e votou contra o Relatório Aldo Rebelo. Considera-o um imenso retrocesso na política ambiental brasileira.

Tratar o Código Florestal como uma questão rural é algo criminoso. Ali, estamos tratando de política agrícola, de política agrária, de biodiversidade, de projeto de Nação, do nosso País. Não podemos tolerar a anistia ampla, geral e irrestrita que se quer dar aos desmatadores 13 anos depois da publicação da Lei de Crimes Ambientais. Assim como não aceitamos que propriedades de até quatro módulos fiscais (90% das propriedades deste País) não tenham de recuperar áreas desmatadas; não aceitamos que sejam invadidas as Áreas de Proteção Permanente (topos de morro, beiras de rio, nascentes); não aceitamos que não seja preservada a Reserva Legal.

Estamos com cientistas da SPBC e da ABC e com pesquisadores que querem um desenvolvimento sustentável e uma agricultura que propicie levar comida para o povo brasileiro, sem que fique subordinado à exportação de soja, de biocombustíveis e à reprimarização da economia brasileira. Nós precisamos ter outro projeto, com aumento da produtividade agrícola, sem desmatamento, com preservação.

A outra questão, Sr. Presidente, refere-se ao problema da Lei Geral da Copa. Nós entendemos que não existe necessidade de que haja uma lei para a Copa. Estamos violando as nossas próprias leis. O Estatuto do Idoso está sendo violado. No que se refere à meia-entrada, já existe legislação aprovada por esta Casa.

Quanto à declaração do Sr. Jérôme Valcke, que disse ser necessário dar um pé no traseiro do Governo brasileiro e do Brasil, eu indago o seguinte: quando o Sr. Jérôme Valcke depôs na Comissão Especial, todos estavam ali muito solícitos com ele, e sabem por quê? Na verdade, existe a arrogância e a prepotência da FIFA porque os Governos se esquecem da soberania nacional. Nós não temos de atender a todas as reivindicações de uma entidade privada. O Estado brasileiro é soberano. Não temos de fazer todas as obras que a FIFA pede, porque estádios se tornarão elefantes brancos - isso ocorreu na África do Sul -, enquanto faltam creches, escolas, hospitais, transporte coletivo de massa e moradia popular em nosso País.

Então, tudo isso é uma grande alegoria em nome da alegria do povo brasileiro. Ora, nós sabemos que o futebol é a alegria do povo brasileiro, mas não a submissão à FIFA. Esta é a hora, inclusive, de dizer que nem precisamos de lei da Copa. Nós não precisamos disso. Não podemos criar um protetorado dentro do nosso País, onde eles são soberanos até para decidir sobre venda de cerveja em estádios. Isso é inaceitável para a soberania nacional!

029.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

06/03/2012-17:28

Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5406

AMAURI TEIXEIRA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Artigo Governo endurece e FIFA pede desculpas alegando erro de tradução, de Vinícius Mansur, publicada pela revista eletrônica Carta Maior. Breve visita ao Brasil do Secretário-Geral da FIFA, e pivô da polêmica com autoridades brasileiras, Jêrôme Valcke. Caráter inoportuno de manifesto, assinado por integrantes da bancada federal do PMDB, de insatisfação com o tratamento dispensado ao partido pelo Governo Federal.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero deixar como lido o artigo da *Carta Maior*, de autoria de Vinicius Mansur, intitulado *Governo endurece e FIFA pede desculpas alegando erro de tradução*.

A FIFA só pode ter uma atitude como essa pela conduta desqualificada, deselegante e descabida do Sr. Jêrôme Valcke, que quero aqui repudiar. Um cidadão desses não pode fazer a interlocução com o Brasil, país soberano e respeitado no concerto internacional.

Sr. Presidente, quero, desta tribuna, fazer um apelo à bancada do PMDB, ao Líder da bancada do PMDB, com quem temos tido uma relação fraterna, de companheirismo, de base aliada, e dizer que o manifesto lançado por uma parte da bancada do PMDB - a verdade é essa -, não por toda a bancada, é totalmente descabido.

O manifesto que revela insatisfações da relação do PMDB com o Governo atribui essa insatisfação ao PT. Nós temos tido relação com membros do Governo, como, por exemplo, o Ministro Fernando Bezerra, que é do PSB, e que nos atende muito bem. Temos tido dificuldade de ser atendidos por alguns Ministros do PT. Não é privilégio do PMDB ter dificuldade de ser atendido por esse ou aquele Ministro. Não é por o Ministro ser do PT que se vai atribuir dificuldade de relação. Nós mesmos do PT temos essa dificuldade, às vezes, de nos encaixar na agenda do Ministro.

Eu só espero que essa parcela do PMDB, rebelde, como ela está se chamando, não use esse artifício para quebrar acordos.

Nós temos uma votação difícil que é a do Código Florestal, e o PMDB está nesse acordo de não termos retrocesso aqui na Câmara e de não abrimos para fazer votação que retroceda. Nós temos um acordo para, no mínimo, manter o texto do Senado ou para não votar o Código Florestal.

Eu só espero que essa parcela do PMDB não tenha se utilizado desse manifesto para quebrar acordo. Espero ainda que nós normalizemos a relação com esse partido importante da base aliada.

Chamo ao bom senso todos os membros do PMDB, inclusive aqueles que assinaram o manifesto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dar como lido matéria *Governo endurece e FIFA pede desculpas alegando erro de tradução*, do site *Carta Maior* e de autoria de Vinicius Mansur.

Segundo o texto, o Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, comunicou oficialmente à FIFA que o Governo brasileiro não aceita mais o Secretário-Geral da entidade, Jêrôme Valcke, como interlocutor. O assessor da Presidência da República para Assuntos Internacionais, os Presidentes da Câmara e do Senado, o Presidente da Comissão Especial que analisa a Lei Geral da Copa e o Deputado Romário apoiaram a posição de Rebelo. Valcke voltou atrás: disse ter sido mal interpretado e pediu desculpas.

No final da tarde desta segunda-feira (5), uma carta assinada pelo Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo (PCdoB), endereçada ao Presidente da FIFA, Joseph Blatter, comunicou oficialmente à entidade gestora do futebol mundial que o Governo brasileiro não reconhece mais o seu Secretário-Geral, Jêrôme Valcke, como interlocutor. No texto, o Ministro afirma ter recebido com espanto "as declarações inapropriadas" de Valcke à imprensa internacional.

No último fim de semana, o Secretário-Geral da FIFA criticou a organização do mundial e afirmou que o Brasil precisa de "um chute no traseiro". Ainda no fim de semana, Aldo Rebelo criticou a postura do francês e disse que o Governo não trataria mais com esse francês sobre a Copa de 2014. Em sua tréplica, Valcke chamou o Ministro dos Esportes de infantil.

Contudo, o Secretário-Geral da FIFA mudou rápido de ideia. Poucas horas depois de ter recebido a carta de Rebelo, ele respondeu, lamentando a interpretação incorreta de suas palavras. O Secretário-Geral disse que "em francês, 'se donner un coup de pied aux fesses' significa apenas "acelerar o ritmo", e que, infelizmente, essa expressão foi traduzida para o português usando-se palavras muito mais fortes." Entretanto, Valcke pediu desculpas ao Ministro e a todos que se sentiram ofendidos com suas palavras. No documento, ele reitera que o "Brasil é e sempre será a única opção para sediar a Copa do Mundo da FIFA 2014".

Na manhã da segunda-feira (5), o Assessor da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, em Hannover, Alemanha, onde acompanha a comitiva da Presidenta Dilma Rousseff, disse à imprensa que o interlocutor da FIFA "já está riscado" e o chamou de "vagabundo" e "boquirroto". O Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), que também está em Hannover, afirmou que a Presidenta Dilma aprovou a postura do Ministro dos Esportes.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), endossou o coro: *"É uma declaração que merece, na verdade, que a gente dê um chute de volta"*. Segundo Maia, nada é imposto ao Parlamento do Brasil "nem pelo governo, nem pelas entidades do País, nem muito menos por entidades de fora do País".

Para o Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), Aldo Rebelo "falou em nome de todo o povo brasileiro, do nosso sentimento dessa intromissão indevida".

O Deputado Romário (PSB-RJ), integrante da Comissão Especial que analisa a Lei Geral da Copa (PL 2330/11) e que já declarou à imprensa que lutaria "até onde puder para que a FIFA não monte um Estado dentro deste Estado", considerou, por meio do *Twitter*, como "mal colocadas e, no mínimo, mal-educadas" as expressões utilizadas por Valcke. Porém, Romário ponderou que o Secretário "tem 100% de razão quando fala que o Brasil está atrasado".

O Presidente da Comissão Especial, o Deputado Renan Filho (PMDB-AL) emitiu nota oficial chamando o francês de deselegante, inconsequente e desrespeitoso, além de garantir que o Relatório do Deputado Vicente Cândido sobre a Lei Geral da Copa será votado amanhã (6) e encaminhado ao plenário da Câmara ainda nesta quarta-feira (7).

De acordo com a assessoria do Comitê Organizador Local (COL) da Copa 2014, as polêmicas com o Governo não devem impedir a visita de Valcke ao Brasil,

agendada para o próximo dia 12. Segundo o assessor de imprensa do COL e da CBF, Rodrigo Paiva, a visita que irá acompanhar as obras é de "um grupo do COL e um grupo da FIFA, e não tem nada a ver com o Governo". A programação da visita deverá ser fechada ainda esta semana, mas a previsão é de que Valcke, acompanhado dos ex-jogadores Ronaldo e Bebeto, passe por Recife, Brasília e Cuiabá.
Muito obrigado.

Documento 383/472

029.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/03/2012-17:06
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5402		LUIZ NOÉ-PSB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da soberania brasileira perante as exigências da Federação Internacional de Futebol - FIFA no tocante à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Valorização dos servidores da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. LUIZ NOÉ (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos discutindo nesta Casa, na Comissão, a Lei Geral da Copa. Trata-se de um debate envolvente, no que diz respeito à organização, ao amor pelo futebol, à estrutura do Brasil. São temas apaixonantes.

Mas também há temas de princípios de nacionalidade, que envolvem o povo brasileiro.

Um deles, que passa despercebido, é a exclusão comercial.

A FIFA exige que no perímetro de 3 quilômetros em torno dos estádios somente seus produtos sejam comercializados.

O segundo ponto que é de princípio é a questão da bebida alcoólica.

Como é que nós vamos hoje - a sociedade cobra, e eu peço apoio aos colegas - autorizar a venda de bebidas dentro dos estádios?

Esse é um símbolo, é um exemplo que mostramos para fora!

Muitos dos nossos Estados proibiram a venda de bebida alcoólica e os resultados foram excelentes, no que diz respeito à redução da violência dentro e fora dos estádios e à organização do trânsito nas áreas que o circundam.

Isso também é uma questão de princípio. É a nossa autonomia como Nação!

E, falando em autonomia de Nação, sempre que falamos em bebidas e drogas pensamos na nossa fronteira. Hoje nós temos em torno de 17 mil quilômetros de fronteira, áreas com matas, com água e com terras, que é difícil cuidar. E se é por essa fronteira que entram armas e drogas de todas as espécies, nós temos também de valorizar aqueles servidores que formam um escudo de proteção.

É uma pauta justa a valorização da Receita Federal, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, instituições essas que servem de escudo de proteção para o nosso País. Depois que a droga, que a arma, que toda espécie de contrabando entra no País nós precisamos de outro tipo de comportamento e temos maior dificuldade de fiscalização.

Por isso estamos pedindo, na condição de Deputado Federal, aos órgãos da

Justiça a valorização dessa categoria que trabalha em defesa de uma fronteira segura.
Que lhes seja garantido um trabalho digno.

Documento 384/472

029.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/03/2012-17:00
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5401	CABO JULIANO RABELO-PSB -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Clima de insegurança pública reinante no Estado do Mato Grosso. Precariedade do sistema prisional do Município de Cárceres. Defesa de inclusão na pauta das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 300, de 2008, e 308, de 2004, respectivamente, sobre a instituição do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares e a criação das polícias penitenciárias federal e estaduais. Elevada carga horária de trabalho imposta aos policiais militares do Estado do Mato Grosso. Necessidade de discussão de novo modelo de polícia no País.

O SR. CABO JULIANO RABELO (Bloco/PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, retorno à tribuna, mais uma vez, para falar da nossa segurança pública, em especial a do Estado de Mato Grosso, onde recentemente mais um policial foi vitimado. Se a polícia está sendo vitimada no decorrer das ocorrências, imaginem a sociedade.

Está em questão também o nosso sistema prisional, Sr. Presidente. Para V.Exa. ter uma ideia, visitei há pouco uma unidade prisional no interior de Mato Grosso, mais precisamente em Cáceres, na divisa. Funcionava com esgoto totalmente estourado na frente, onde aqueles policiais e agentes penitenciários trabalhavam. O odor era forte, Sr. Presidente. É inadmissível a maneira como estão sendo tratados tanto os nossos policiais quanto os nossos agentes penitenciários.

Mais uma vez, para valorizar essas duas classes, tornamos a fazer o pedido para que sejam colocadas na pauta de votação a PEC 300, para nivelar o piso salarial - uma promessa da nossa Presidenta, diga-se de passagem -, e a PEC 308, que transforma o agente penitenciário em policial penal, para dar-lhes um poder maior.

Sras. e Srs. Parlamentares, estamos próximos de uma Copa do Mundo. No nosso Estado houve a promessa de se dobrar o efetivo, o que não irá ocorrer. Hoje, dos 16.900 policiais, há apenas 6.200, com previsão de mais 2.400. Mas muitos irão para a reserva. De outros Estados também as pessoas nos ligam para falar da demanda do efetivo, da carga horária imposta a esses policiais, que trabalham numa escala de 24 por 24 horas. São inúmeros fatores.

É muito cômodo para o Governo se impor sobre a segurança pública, sobre os policiais militares, que não têm voz, nem vez e não têm sequer como se manifestar e reivindicar seus direitos. Todos têm direitos, principalmente à carga horária. Todas as instituições têm sua carga horária, e o policial militar trabalha 60 horas, 70 horas, 80 horas semanais, não ganha hora extra para isso, não ganha adicional noturno.

Não é possível, Sr. Presidente, esse modelo de polícia que aí está. Temos que voltar a discutir sobre um modelo novo de polícia, para que tanto a sociedade quanto a segurança pública saiam ganhando. Temos que pensar em um modelo novo urgentemente para dar um respaldo maior à sociedade. Mais uma vez um banco foi roubado no interior do Mato Grosso, em virtude dessa fragilidade. Só neste mês já foram seis. Até quando, Sr. Presidente?
Muito obrigado.

Documento 385/472

029.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/03/2012-16:20
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5391		DÉCIO LIMA-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a inclusão de Gustavo Kuerten no International Tennis Hall of Fame & Museum, o hall da fama do tênis mundial. Relato da história do ex-tenista.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na condição de Parlamentar catarinense e até mesmo na condição de Parlamentar do Brasil, quero expressar - e o faço através de conteúdo escrito - as nossas homenagens a esse grande e ilustre catarinense e brasileiro Gustavo Kuerten, que fará parte do *hall* da fama do tênis mundial. Ele que foi tricampeão de Roland Garros e ex-número 1 do mundo, será anunciado oficialmente como um dos maiores da história da modalidade.

Sr. Presidente, rogo a V.Exa. que autorize a divulgação do conteúdo deste meu pronunciamento, em homenagem ao nosso querido Guga.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil, e mais especificamente Santa Catarina, estão em destaque mais uma vez no mundo esportivo. O nosso manezinho Gustavo Kuerten será nomeado para o *Hall* da Fama do tênis mundial. O tricampeão de Roland Garros e ex-número 1 do mundo será anunciado oficialmente como um dos maiores da história da modalidade na próxima quinta-feira, dia 8 de março, em São Paulo, onde receberá uma homenagem.

Guga deixou as quadras em 2008 e agora se torna o primeiro o brasileiro, entre os homens, a fazer parte dessa seleta galeria. Antes dele, só a campeã Maria Esther Bueno tinha conquistado a honra para o tênis brasileiro, em 1978.

Para entrar no seletor grupo de destaque do tênis mundial, o brasileiro Gustavo Kuerten precisou receber 75% dos votos da imprensa internacional. A eleição aconteceu em janeiro deste ano e contou com outros dois ex-jogadores de tênis: a americana Jennifer Capriati e o russo Yevgeny Kafelnikov. Eles foram indicados juntos com Guga.

O candidato ao *Hall* da Fama não pode ter resultados significativos nos últimos cinco anos, deve ter atingido o nível mais alto do esporte, além de mostrar integridade, esportividade e caráter.

O nosso querido Guga certamente atende a todos esses requisitos, já que foi um dos maiores tenistas da virada dos anos 90 para 2000, com três títulos em Roland Garros, que faz parte da série Grand Slam, e outros 17 na ATP - Associação Internacional de Tênis, incluindo a Masters Cup de 2000. Nesse mesmo ano, Guga Kuerten fechou a temporada como líder da Corrida dos Campeões. No total, são 20 títulos de simples e oito de duplas pela ATP. O catarinense passou 43 semanas no topo do *ranking* mundial.

Guga começou a praticar o esporte aos 6 anos de idade e, ainda pequeno, foi incentivado pelo pai, Aldo Kuerten, a se dedicar à carreira e apostar no futuro. O sonho do pai, falecido quando o tenista tinha apenas 8 anos de idade, e do próprio Guga, levou-o a caminhos que jamais poderia imaginar: a consagração num esporte considerado de elite e que o tenista ajudou a popularizar.

Quando tinha 14 anos, Guga conheceu Larri Passos, que foi seu técnico nos 15 anos seguintes. O treinador convenceu o jogador e sua família de que o jovem tenista tinha talento suficiente para se profissionalizar. A partir daí, Gustavo Kuerten e Larri Passos começaram a participar de torneios juniores no Brasil e no exterior. Em 1995, Guga tornou-se profissional.

Seu primeiro grande feito foi ajudar o time brasileiro da Copa Davis a derrotar a equipe da Áustria em 1996 e alcançar a primeira divisão da competição, o Grupo Mundial. Depois de dois anos como profissional, em 1997 Kuerten chegou à posição de jogador número 2 do Brasil. No mesmo ano, tornou-se o primeiro tenista masculino brasileiro a vencer um torneio em simples do Grand Slam, a série das quatro mais importantes competições de tênis do circuito profissional mundial. A partir daí, Guga construiu uma história de sucesso nas quadras de saibro, sagrando-se campeão em diversos torneios pelo mundo afora.

O tenista parou de jogar em 2008 e passou a se dedicar ao Instituto Guga Kuerten, uma entidade que nasceu no ano 2000, sem fins lucrativos, criada para atender a crianças de baixa renda na Grande Florianópolis. O atendimento do Instituto tem foco nas atividades esportivas, principalmente no tênis, esporte que consagrou Guga, mas os objetivos também envolvem educação e projetos sociais, além de estar voltado para o atendimento de pessoas com deficiência. O Instituto surgiu também como uma forma de organizar e ampliar o envolvimento da família de Guga em ações sociais.

Este, Sr. Presidente, é um breve relato da história de um campeão, um campeão no esporte e na vida pessoal. Um catarinense que ganhou o mundo e muito nos orgulha por seu exemplo de determinação e garra no esporte e de responsabilidade social e cidadania na vida.

Parabéns, Guga, pelas suas grandes conquistas!

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado!

Documento 386/472

029.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/03/2012-15:10
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5377		ROMÁRIO-PSB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agradecimento a familiares, servidores da Casa e Parlamentares pelo apoio recebido no exercício do mandato parlamentar. Balanço da atuação parlamentar do orador, com ênfase

na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e dos portadores de doenças raras; no combate às drogas e na fiscalização dos preparativos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Presença da mulher na vida do Parlamentar. Esperança no aumento da participação feminina no Legislativo nacional.

O SR. ROMÁRIO (Bloco/PSB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas.

Neste meu primeiro pronunciamento de 2012, eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer. Agradecer a Papai do Céu, à minha família, aos meus amigos e, claro, aos quase 150 mil eleitores que me colocaram nesta Casa.

Gostaria de agradecer também ao meu partido, o PSB, aos meus colegas de bancada e de outros partidos e aos Líderes, tanto da Situação como da Oposição, que me deram muito apoio no primeiro ano de mandato.

Também não poderia deixar de agradecer aos Presidentes da Câmara e do Senado a força que deles recebi. Sou muito grato aos Senadores que me ajudaram, como também aos Ministros com os quais pude ter contato, direta ou indiretamente.

Tenho certeza de que agora vou precisar de mais apoio ainda dos meus companheiros de partido, de outros Parlamentares e de políticos atuantes em diferentes esferas.

Agradeço ao Wester e a todo o pessoal dos meus gabinetes do Rio e de Brasília. Não poderia deixar de mencionar a Magda e toda a Liderança do PSB, pois, com certeza, sem essas pessoas eu não teria tido um ano tão positivo.

Eu entrei para a política com três bandeiras, três temas bem definidos, que hoje são quatro: a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, a defesa dos portadores de doenças raras, o combate às drogas e a fiscalização dos preparativos para Copa do Mundo de 2014.

Fico feliz em saber que nada me tirou do meu foco, e, com muita fé, nada vai me tirar. Fico feliz também em ver que consegui, nesse início de caminhada, resultados importantes e muito positivos.

Assumi a Vice-Presidência da Comissão de Turismo e Desporto, a Vice-Presidência da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Diretoria de Assuntos Esportivos e Acessibilidade da Frente Parlamentar da Atividade Física e fui suplente na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Legislação Participativa.

Como Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, participei de todos os fóruns realizados nas cidades-sede, sempre acompanhando de perto o que estava sendo feito, principalmente, como era o caso na maioria das cidades brasileiras, o que não estava sendo feito, ou era feito com muito atraso.

Tive a alegria de ser reconhecido como um dos quatro Parlamentares mais assíduos nas sessões deliberativas. Fiquei também muito contente por conseguir, com o apoio do Deputado André Figueiredo, incluir na Medida Provisória nº 529 duas emendas que garantem benefícios para as pessoas com deficiência, uma antiga reivindicação desse segmento.

Uma delas garante que a pessoa com deficiência contratada como aprendiz acumule salário e Benefício de Prestação Continuada, o chamado BPC, por até 2 anos. O BPC tem o valor de um salário mínimo. Ele é concedido a idosos e pessoas com deficiência que não exercem atividade remunerada e têm renda familiar de até um quarto de salário mínimo por pessoa. O artigo também garante que, se o beneficiado for efetivado no trabalho, o Benefício será suspenso e não mais cancelado, como ocorria antes. Caso deixe o emprego, a pessoa com deficiência poderá voltar a receber o benefício sem necessidade de nova perícia.

É uma mudança importante, que deverá incentivar a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho.

O outro artigo que incluímos na medida provisória assegura que as pessoas com deficiência mental ou intelectual sejam consideradas dependentes de contribuinte para fins de recebimento de pensão por morte ou invalidez, independente da idade. Com a alteração que nós fizemos, também terá direito ao benefício o filho "*que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz*", de acordo com a Justiça.

Muitos disseram que esse foi mais um golaço do Romário e, com certeza, senti um gosto muito especial.

Em relação a esse tema, tenho também lutado para que Governadores e Prefeitos tratem com a devida consideração as APAEs, os Institutos Pestalozzi e todas as instituições que apoiam pessoas com deficiência. Essas instituições dependem muito, para continuar existindo e fazendo seu trabalho, de repasses de recursos previstos em lei.

Sr. Presidente, quem acompanha o meu trabalho tem visto o meu empenho na fiscalização dos preparativos para a Copa das Confederações de 2013 e para a Copa do Mundo de 2014. Sou um apaixonado pelo futebol e devo muito a esse esporte. Em 1994, tive a oportunidade, como jogador, de ajudar o Brasil a conquistar o tetracampeonato, que, eu sei, trouxe muita alegria ao povo brasileiro. Portanto, eu não seria jamais um inimigo da Copa do Mundo, muito menos de uma Copa realizada no Brasil! Pelo contrário, quero que o Brasil realize uma Copa extraordinária, e, como torcedor, espero que a nossa Seleção conquiste o hexacampeonato.

Mas eu não posso, como Deputado, como brasileiro, permitir que esse evento seja realizado de forma escusa, desonesta, desrespeitosa. Não posso deixar de questionar obras com indícios de superfaturamento, ou seja, com desperdício de dinheiro público, pois sei que esse dinheiro, que é nosso, vai fazer falta lá na frente, na saúde, na educação, nos transportes, na segurança e na acessibilidade e outras coisas mais.

O Tribunal de Contas da União hoje considera que - como, aliás, eu já suspeitava - quatro das 12 arenas esportivas irão virar elefantes brancos. Acho que uma ou duas outras ainda poderão engrossar essa lista. Espero que não, mas parece que é isso o que teremos como legado da Copa do Mundo no que diz respeito aos estádios.

Infelizmente, se não mudarem a mentalidade, se não mudarem os procedimentos, também não teremos a mobilidade urbana, que era um dos principais legados previstos, ao lado dos aeroportos e dos estádios. Pelo que sei, apenas o Rio de Janeiro deu início às obras previstas para melhorar a circulação urbana, inclusive modernizando os transportes públicos. O Programa Mobilidade Urbana, do Governo Federal, teve seus recursos contingenciados e ficou praticamente parado no ano passado: do montante de 650 milhões de reais previstos para 2011, quase nada foi executado!

Além disso, no que se refere às arenas esportivas, eu considero um absurdo que se gaste mais de 1 bilhão de reais para descaracterizar um estádio como o Maracanã, com toda a sua importância e a sua história.

Não posso também permitir, Sr. Presidente, que esses preparativos sejam feitos atropelando os direitos das pessoas. Por isso, eu vim a público denunciar o modo como estavam sendo feitas algumas desapropriações para dar lugar às obras da Copa. Eu sou um Deputado que veio da favela, e sei que o legado da Copa do Mundo não pode ser, de maneira alguma, o aumento da favelização das cidades brasileiras.

Não posso permitir... aliás, esta Casa não pode admitir que a Lei Geral da Copa passe por cima da soberania brasileira para atender aos interesses da FIFA e

das suas parceiras. Nossas leis não podem ser alteradas para dar satisfação a dirigentes de federações, de confederações ou de empresas ligadas a esses eventos.

Não podemos atropelar, por causa de um evento, seja ele qual for, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Torcedor e o novo Estatuto da Juventude, que já passou por esta Casa e com certeza será aprovado pelo Senado. Muito menos podemos escutar calados declarações descabidas, como aquelas de um funcionário da FIFA cujo nome prefiro nem citar.

Temos de estar vigilantes para garantir que esses grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas, sejam realizados em estrito respeito à legislação vigente e deixem um legado para o nosso povo. Penso que isso é nossa obrigação.

Por isso, com o apoio da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, lutei para que fosse garantida a acessibilidade nos estádios da Copa. E fiquei satisfeito por termos conseguido o compromisso da CBF de destinar 32 mil ingressos para pessoas com deficiência de baixa renda. Acho que essa é uma sinalização importante.

Com o apoio do meu partido, o PSB, e da nossa Liderança aqui na Casa, conduzi no ano passado a realização de um seminário no Dia Nacional da Síndrome de Down, e acho que dessa forma contribuí para disseminar conhecimento sobre o tema, além de chamar atenção para as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com Down, principalmente as de baixa renda. São problemas como a dificuldade de acesso a tratamento adequado, a carência de hospitais e de escolas preparadas para recebê-las, além da discriminação no mercado de trabalho.

Realizamos também, na semana passada, um seminário para marcar o Dia Mundial das Doenças Raras, que contou com a presença de especialistas, do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e de colegas Parlamentares como minha amiga Mara Gabrilli, o Senador Eduardo Suplicy e muitos outros. Um dos objetivos do evento foi promover a conscientização do Poder Legislativo e da sociedade como um todo em relação a esse problema que muitos ainda ignoram. Estima-se, Sr. Presidente, nobres colegas, que cerca de 300 milhões de pessoas em todo o mundo tenham algum tipo de doença rara e que no Brasil sejam aproximadamente 13 milhões. É um número que pode parecer pequeno, comparado ao tamanho da nossa população, mas que representa um sofrimento imenso para muitas famílias. Isso porque ainda falta conhecimento sobre essas doenças, mesmo entre os médicos, e o acesso a diagnóstico e tratamento adequados ainda é muito difícil. A maior parte dessas doenças é de origem genética, por isso precisamos cobrar do Poder Executivo que a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, criada pelo Ministério da Saúde em 2009, através da Portaria nº 81, finalmente saia do papel e melhore o atendimento pelo SUS aos portadores de doença rara.

Pai de seis filhos, Deputado, cidadão, eu tenho acompanhado com preocupação o crescimento do flagelo da dependência das drogas e os tristes registros da violência relacionada ao tráfico. Tenho visto, como todo mundo, a disseminação do *crack* entre as camadas mais pobres e para além delas, atravessando as barreiras sociais, geralmente tão difíceis de atravessar, em nosso País.

Em vista da gravidade dessa situação, é com satisfação que eu tenho atendido a convites para dar o meu depoimento em várias regiões do País, compartilhando com os jovens a minha experiência como jogador de futebol e mostrando a importância que o esporte teve na minha vida, inclusive por me mostrar um caminho de vitórias e conquistas, muito diferente do caminho de sofrimento,

desespero e morte que é o da dependência química.

Estive, ao todo, em 18 Estados, em alguns mais de uma vez. E me coloquei à disposição dos seis Governadores do meu partido, além dos Ministros da Saúde, da Justiça e do Esporte, para que utilizem minha imagem em campanhas de conscientização contra as drogas.

Nós, Parlamentares, nós, sociedade, precisamos discutir mais, e com maior profundidade, o problema das drogas. Além de aperfeiçoar a legislação, precisamos reconhecer que os órgãos públicos ainda carecem de estrutura para ser um espaço de proteção do usuário, de reinserção dele na sociedade e também de qualificação para o trabalho.

O Sr. Henrique Eduardo Alves - Deputado Romário...

O SR. ROMÁRIO - Pois não.

O Sr. Henrique Eduardo Alves - Permita-me um aparte para expressar, com muita franqueza, em nome do meu partido, o PMDB, e da minha bancada, a grande surpresa que para todos nós se constituiu a presença de V.Exa. nesta Casa. Ídolo nacional, jogador que fazia com que o País tivesse tantas alegrias e tantas emoções no campo estritamente profissional da arte futebolística, V.Exa. de repente se aventura na carreira política, difícil e complicada, que conhecia apenas a distância, chega aqui e no seu primeiro ano se revela um homem também sensível na arte de fazer política. Então, é com muita honra que, como Líder da bancada do PMDB, quero expressar a V.Exa., aos seus eleitores, ao seu Estado parabéns pelo Deputado consciente, profundamente amadurecido, sério, cuidadoso dos temas que trata. Parabênz o Rio de Janeiro pela representação de V.Exa. nesta Casa. Parabéns, Deputado Romário!

O SR. ROMÁRIO - Muito obrigado.

O Sr. Domingos Neto - Conceda-me um aparte, Deputado Romário?

O SR. ROMÁRIO - Por favor.

O Sr. Domingos Neto - Eu gostaria também, neste momento, de manifestar a alegria que tenho de poder assistir ao pronunciamento de V.Exa., Deputado companheiro e amigo. Tive a oportunidade de acompanhar o seu trabalho na Comissão de Turismo e Desporto, durante os fóruns legislativos da Copa do Mundo de 2014, em que todo o País esteve bravamente lutando para que fossem garantidas as obras que deixarão um legado para a nossa população, assim como o seu trabalho nesta Casa na defesa das pessoas com deficiência. Não só eu, como todos os seus colegas de Câmara e do seu partido, o PSB, estamos muito felizes de ver que aquele que nos orgulhou nos campos hoje orgulha o nosso País na Câmara dos Deputados. Parabéns pelo seu trabalho!

O SR. ROMÁRIO - Obrigado, Deputado Domingos Neto.

O Sr. Luiz Noé - Companheiro Romário, 1 minuto, para um aparte. Quero parabenizá-lo pelo seu trabalho. A inteligência, a rapidez e a perspicácia que demonstrava em campo V.Exa. está conseguindo também revelar nesse outro campo, o da política. Acredito que, no primeiro ano de mandato, V.Exa. tenha enfrentado no início a discriminação: "*Será que tem condições de participar de um debate, de fazer encaminhamentos?*" Passado 1 ano, V.Exa. provou para os críticos e talvez para si mesmo que tem muita condição. A habilidade com que superou os desafios no campo e na vida, desde criança, também está tendo para colocar seus projetos em prática, com o auxílio e a cooperação de todos. Parabéns ao Romário político que sempre foi como homem, mas que agora disputa ideias no Congresso Nacional.

O SR. ROMÁRIO - Caro colega Manoel Junior, por favor.

O Sr. Manoel Junior - Deputado Romário, quero fazer um aparte a V.Exa. na condição de colega e de seu admirador na sua profissão original, que era a de encantar nos gramados o nosso povo, defendendo os clubes que defendeu - eu sou flamenguista e assisti muitas vezes, no campo, a V.Exa. fazer a alegria da

nossa torcida e também do povo brasileiro. Desta feita, V.Exa. brilha num gramado diferente, num gramado representativo das ideias populares, e traz aqui, e aprofunda, não só o tema da preparação deste Brasil continente para dias melhores, daqueles que vão substituí-lo no ataque da Seleção, mas também daqueles que jogam nos campos de pelada, daqueles que futuramente, com certeza, irão fazer aquilo que V.Exa. já conseguiu fazer, atrair multidões e nos orgulhar fazendo gol no plenário desta Casa, que é a Casa do povo brasileiro. Parabéns a V.Exa.

O SR. ROMÁRIO - Muito obrigado.

Por favor, Deputado Garotinho.

O Sr. Anthony Garotinho - Deputado Romário, eu gostaria de cumprimentá-lo, sem repetir o que já foi dito aqui em relação à sua luta pessoal, a luta de um garoto que se esforçou para chegar ao topo da carreira no futebol e, depois, chegar a esta Casa até com certo preconceito da mídia no que se refere à possibilidade de seu desempenho. Não quero voltar a esses assuntos que já foram tratados pelos nossos colegas. V.Exa. realmente tem demonstrado ser um excelente Parlamentar, o que, para mim, não constitui novidade. Em minha vida, sempre apostei e apostei nas pessoas que lutam para vencer. V.Exa. é um vencedor. Eu quero parabenizá-lo pela sua atuação firme na investigação à CBF. Quando V.Exa. chegou aqui, foi logo tachado de integrante da bancada da bola, mas não da bancada da bola para defender o esporte: da bancada da bola para defender o *capo* do futebol brasileiro, o Sr. Ricardo Teixeira. V.Exa. integrou, com a sua assinatura, a proposição que apresentei para a criação da CPI da CBF, e não a retirou, manteve a palavra, deu entrevistas, e apoiou, mostrando ser uma pessoa que tem autoridade moral para enfrentar os poderosos do futebol brasileiro. Então, deixo aqui o meu reconhecimento à sua postura. V.Exa. não é da bancada da bola. É da bancada do povo brasileiro, que ama o futebol e quer que o futebol seja um negócio do povo, e não de alguns. Parabéns!

O SR. ROMÁRIO - Muito obrigado.

O Sr. Esperidião Amin - Deputado Romário, V.Exa. me permite?

O SR. ROMÁRIO - Por favor.

O Sr. Esperidião Amin - Eu acho muito curioso. Sou o terceiro flamenguista da fila, porque o Deputado Garotinho não mencionou a circunstância de que também é flamenguista.

O SR. ROMÁRIO - É importante isso. (*Risos.*)

O Sr. Anthony Garotinho - V.Exa. está de provocação. Sabe que sou flamenguista.

O Sr. Esperidião Amin - Mas eu sou o terceiro - V.Exa. foi o segundo; só não declarou - a perfilar no reconhecimento à sua capacidade de exercer uma missão bem mais difícil do que a de finalizar no futebol, porque, na Câmara, como V.Exa. já percebeu e comentou, é difícil ver o fim do trabalho. Mas não tenho dúvida de que esse seu pronunciamento vem ao encontro do sentimento nacional de não aceitar ingerências desrespeitosas em nossas questões internas. Ao mesmo tempo, registro com muita satisfação o grande sucesso que V.Exa. fez em Santa Catarina, no mês de fevereiro, quando distinguiu os melhores eventos, entre eles a Feijoada do Cacau.

O SR. ROMÁRIO - Obrigado, Deputado.

O Sr. Severino Ninho - Deputado Romário, vou ser rápido. Mais um rubro-negro, só que do Sport Club do Recife. Sou do PSB, como V.Exa., e quero cumprimentá-lo pela posição firme em defesa da legislação brasileira, não permitindo que um evento venha mudar o que deve ser permanente. Como homem do futebol, V.Exa. poderia defender todas as mudanças, mas, não! V.Exa. demonstra maturidade, seriedade e compromisso com o nosso País e com o povo brasileiro. Eu o parabenizo pelo seu discurso e pela participação no

seminário que tratou das doenças raras. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. ROMÁRIO - Muito obrigado, nobre colega.

O Sr. Valadares Filho - Deputado Romário...

Por favor, Deputado.

O Sr. Valadares Filho - Deputado Romário, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que esta Casa, sem dúvida, sente-se orgulhosa pelo trabalho que fez neste primeiro ano no Parlamento brasileiro. Também tenho orgulho de ser seu companheiro de partido, de ser seu amigo pessoal e por V.Exa. alcançar na política o mesmo sucesso que obteve no futebol, sendo um Deputado operoso, trabalhador, que enfrenta os debates, como é da sua personalidade. Está de parabéns V.Exa. pelo grande Deputado Federal que é, representando o Rio de Janeiro e o Brasil! Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Permita-me V.Exa. um aparte?

O SR. ROMÁRIO - Por favor.

O Sr. Hugo Napoleão - Deputado Romário, receba de um representante do Piauí, seu vizinho de gabinete, a admiração pelo seu trabalho, sério e profundo. Já tive oportunidade de verificar intervenções de V.Exa. nas Comissões da Casa. Já tive a oportunidade, no 6º Comando da Aeronáutica, de verificar as brilhantes participações de V.Exa. em temas dos mais difíceis, a questão dos radares no Brasil. Então, o Deputado Romário também tem de ser olhado sob esse outro ângulo: ele é notável, aquele que todos admiramos nos campos de futebol, sim - sou um vascaíno quase doente -, mas não se trata só disso: trata-se de um homem que está pautando corretamente a sua vida e dando exemplo na Câmara dos Deputados. E fala um Deputado que chegou a esta Casa em 1975, que tem alguma vivência e, portanto, pode opinar, modéstia à parte. Quero registrar os meus cumprimentos pela sua elevada ação, praticamente, de estadista. Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMÁRIO - Muito obrigado, Excelência.

Continuo, Sr. Presidente.

E reconhecer também que o debate sobre esse tema - drogas - tem carecido, e muito, de informação especializada, consistente, livre de preconceitos, que contribua de fato para a busca de opções, para o combate eficiente das redes criminosas e o fortalecimento das instituições de apoio e recuperação do usuário. Quero também mencionar que estive com o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e com alguns militares do alto escalão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para fechar parceria muito importante voltada para crianças e adolescentes de baixa renda. Trata-se do Projeto Forças no Esporte, no qual ingressarão, este ano, de 5 a 15 mil jovens. O *know-how* que adquiri com o Projeto Romarinho, em que tive a oportunidade de trabalhar com 3 mil crianças, será, com prazer, repassado à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica.

Sr. Presidente, este meu primeiro ano como Deputado Federal trouxe-me alguns aborrecimentos, mas, com certeza, muita satisfação. Fiz novas amizades, apaixonei-me por uma nova cidade e percebi que posso fazer a diferença com o mandato que me foi conferido. Fico honrado e feliz por ter sido escolhido pelo *Congresso em Foco* o sexto melhor Deputado; o melhor político do ano pela *Revista Alfa*; e pelo jornal *O Globo* o terceiro Deputado Federal mais atuante.

Sei que ainda tenho muito a aprender, mas acho que posso dizer que esse começo não foi tão mau.

Peço licença para fazer uma referência ao Dia Internacional da Mulher. A minha vida é muito marcada pela presença da mulher, a começar, claro, pela minha querida mãe, Dona Lita, e pela minha segunda mãe, Tia Nelza; chega às minhas filhas Moniquinha, Dadá, Bellinha e ao meu anjinho Ivy, passa pelas minhas ex-companheiras Mônica e Danielle e, especialmente, pela Isabella, que me deu um

anjinho, a Ivy, que me fez ver a vida diferente e de forma muito mais humana. Considero-me hoje um homem muito melhor.

Sou um profundo admirador da mulher, e, por isso, vejo, com alegria, o aumento da participação feminina em todos os setores. Tenho certeza, minha querida Líder Sandra Rosado, de que, num futuro não muito distante, o número de Deputadas neste plenário será proporcional à importância das mulheres na vida brasileira.

Termino, Sr. Presidente, dirigindo-me novamente aos milhares de eleitores e eleitoras que me honraram com o seu voto, para dizer que sou muito grato a todos. Fico contente de ouvir gente dizendo que não votou em mim, mas que votará na próxima eleição, e gente que votou em mim dizendo que repetirá o voto.

Quero dizer que continuo sendo o mesmo Romário, focado nos mesmos objetivos que me levaram a percorrer o Estado do Rio de Janeiro, debaixo de chuva e debaixo de sol, muitas vezes ao raiar do dia, em busca de apoio para chegar a esta Casa.

Eu tenho o meu jeito de ser, que não agrada a todo o mundo - até porque nunca me preocupei com isso -, mas não tenho medo de trabalho, nem de cara feia, e sempre honrei as coisas que disse e os meus compromissos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado ao Sr. Presidente.

Documento 387/472

029.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/03/2012-14:58
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5374		JOSÉ AIRTON-PT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 25º e do 29º aniversários de emancipação político-administrativa, respectivamente, dos Municípios de Horizonte e Maracanaú, Estado do Ceará. Expansão da rede previdenciária no Estado. Transcurso do Dia Nacional do Turismo e do Dia Internacional da Mulher. Comemoração do 80º aniversário da conquista do direito de voto pela mulher brasileira.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar inicialmente o Município de Horizonte, criado em 6 de março de 1987 e que completou 25 anos de emancipação política. Estive lá ontem participando da inauguração da agência da Previdência Social, uma conquista muito importante para os trabalhadores e as trabalhadoras daquele Município da Região Metropolitana de Fortaleza, que está crescendo de forma exponencial.

Também presenciei a satisfação do povo com aquele equipamento público, que foi conquistado graças à sensibilidade e ao compromisso do Presidente Lula, que, a partir da reivindicação do Município de Horizonte, compreendeu a necessidade da expansão da rede da Previdência Social para o Brasil como um todo, lançando o plano de expansão de 720 novas agências, sendo 57 agências, dentre elas as de Horizonte, Morrinhos, Itarema, Montada, Pedra Branca,

Aquiraz, Beberibe, Jaguaruana. Enfim, várias agências, que estão prontas para serem entregues.

Então, quero parabenizar o Prefeito Manoel Gomes, o Nezinho, a Primeira-Dama, Jô Farias, pelos 25 anos de emancipação desse Município. Quero também parabenizar o nosso querido Município de Maracanaú - criado no dia 6 de janeiro de 1983 -, que está completando 29 anos de emancipação política. Tive o privilégio de participar das lutas pioneiras pela sua emancipação.

O Município se tornou o maior polo industrial do Estado do Ceará e é um dos Municípios mais importantes do nosso Estado, tendo à frente o Prefeito Roberto Pessoa, com quem estivemos, ontem, inclusive dando posse ao Secretário de Ciência, Tecnologia, Trabalho, Emprego e Empreendedorismo, Nailton Marques, que é um companheiro do Partido dos Trabalhadores.

Aproveito esta oportunidade para felicitar todos os maracanaenses pela passagem do aniversário dessa cidade tão importante e tão querida e, mais uma vez, o Prefeito Roberto Pessoa, um grande Prefeito, o Vice-Prefeito Firmo Camurça, todos os Vereadores e a população de Maracanaú.

Sr. Presidente, também quero registrar que o dia 2 de março passado foi o Dia Nacional do Turismo, uma data significativa pela importância que o turismo tem na geração de emprego e renda, nos inúmeros serviços, como hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento, entre alguns setores beneficiados pelo turismo na sua cadeia produtiva.

Sr. Presidente, também não poderia deixar de parabenizar todas as mulheres brasileiras pelo dia especial comemorado em 8 de março, dia escolhido - exatamente em 8 de março de 1857 - quando as operárias de uma fábrica de tecido situada na cidade norte-americana de Nova Iorque fizeram uma grande greve, ocuparam as fábricas e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como redução da carga horária e equiparação de salários com os homens, já que as mulheres chegavam a receber até um terço do salário deles.

E aqui no Brasil ainda comemoramos os 80 anos do direito ao voto feminino. É uma data importantíssima, conquistada em 1932. De lá para cá, as mulheres brasileiras têm conquistado seu espaço na luta, nas atividades profissionais, na política, ao ponto de hoje nos orgulharmos de ter a Presidência da República governada pela primeira vez por uma mulher, no caso, a nossa companheira Dilma Vana Rousseff. Em nome dela, saudamos e homenageamos todas essas mulheres guerreiras de luta do povo brasileiro. Que venham a cada dia mais se consolidar como uma força hegemônica na sociedade, graças à sua sensibilidade, garra e determinação.

Aproveito aqui, em nome da minha esposa, Ilanna Moura Azevedo Cirilo, para homenagear também as mulheres do meu Estado do Ceará.

Um abraço a todos.

Muito obrigado, e que Deus abençoe todas as mulheres do nosso querido Brasil.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, venho aqui socializar o dia 2 de março, que é o Dia Nacional do Turismo, quando comemoramos essa relevante atividade geradora de inúmeros serviços como hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento. Esses são alguns setores que se beneficiam do movimento trazido pelo turismo. Um setor muito vantajoso, pois o turismo atrai investimentos que geram empregos e permitem o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

É importante lembrar o nosso crescimento. A partir de 1994 as atividades turísticas no Brasil cresceram rapidamente, levando-nos para o 29º lugar no *ranking* mundial. Antes ocupávamos o 43º lugar, ou seja, em 5 anos o

crescimento do ramo turístico do País subiu quatorze lugares.

O Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014 foi construído pelas principais entidades e lideranças do turismo nacional para apresentar uma avaliação sobre o dinamismo do setor dentro do ambiente econômico nacional e internacional, e se antecipar aos principais desafios que a iniciativa pública e a privada terão para preparar o turismo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014. O estudo aponta para a consolidação do turismo como produto de consumo do brasileiro. Estima que os desembarques domésticos saltem dos 56 milhões, registrados em 2009, para 73 milhões, em 2014. Projeta também a geração de 2 milhões de empregos formais e informais de 2010 a 2014. A entrada de divisas internacionais deverá crescer 55%, no mesmo período, subindo de R\$6,3 bilhões para R\$8,9 bilhões no ano de realização da Copa no Brasil.

Vale à pena ressaltar que em todo o mundo o dia do turismo é comemorado em 27 de setembro, mas no Brasil a data escolhida é o dia 2 de março, devido à revolução industrial ter conquistado a diminuição da jornada de trabalho, proporcionando aos operários mais tempo para viagens de descanso. Isso fez aumentar a movimentação do comércio, gerando novos investimentos e ampliando a rede de empregabilidade do País. Parabéns para todos que fazem parte dessa importante cadeia produtiva do País.

Sr. Presidente, venho aqui parabenizar todas as mulheres brasileiras nesse dia especial em que é comemorado sua data, 8 de março. O dia foi escolhido porque exatamente no dia 8 de março de 1857 as operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte-americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como redução na carga diária de trabalho, equiparação de salários com os homens - as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem - e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano. Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU.

Apesar de toda luta a maioria dos estudos sobre a violência contra a mulher indicam que os crimes de violência contra a mulher são quase exclusivamente cometidos por homens, pois o maior risco para as mulheres parte de homens que elas conhecem. Os estudos ainda indicam que as mulheres e crianças são mais frequentemente vítimas de violência dentro da própria família e entre seus parceiros íntimos; existe abuso físico nas relações íntimas e quase sempre acompanhado por severos danos psicológicos e verbais; e, pior, as instituições sociais se dispõem a proteger cidadãos frequentemente culpados ou ignoram mulheres atacadas.

Em cada país onde estudos confiáveis em larga escala têm sido conduzidos, resultados indicam que entre 10% e 50% das mulheres relatam terem sofrido abusos físicos por um parceiro íntimo alguma vez em sua vida. Estudos da população relatam que entre 12 e 25% das mulheres sofreu ataques ou foi violentada sexualmente por seus parceiros ou ex-parceiros em alguma ocasião em sua vida.

O objetivo da data é continuar essa luta e não apenas comemorar. Lembro que na maioria dos países realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir os índices negativos e quem sabe um dia terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher. É lamentável saber que mesmo com todos os

avanços elas ainda sofrem com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional.

Finalizo lembrando que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nessa data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistaram, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e Legislativo. Hoje temos à frente do nosso País uma mulher que é um exemplo para todos brasileiros e brasileiras, Dilma Rousseff.

Meu muito obrigado.

Documento 388/472

029.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/03/2012-14:26
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5358	CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, pela reação contra declarações impróprias do Secretário-Geral da Federação Internacional de Futebol - FIFA, Jérôme Valcke, a respeito da organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Matérias "Aldo enviará à Fifa carta exigindo troca de interlocutor da Copa" e "José Sarney: 'Ministro Rebelo falou em nome do povo brasileiro'", publicadas no Portal Vermelho, na Internet.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a atitude do Ministro do Esporte, por ter coragem de rechaçar as palavras desse estrangeiro no Brasil, querendo decidir que tipo de Copa e como o País vai se comportar. Somos um País importante no cenário mundial e não podemos ficar presos a uma entidade que nem pública conseguiu ser e agora quer ditar o que deve acontecer no Brasil. O Ceará é bastante para provar que tudo o que ele diz é mentira, porque toda a nossa obra de esportes, tudo o que é necessário para a grande Copa o Ceará está cumprindo.

Portanto, solidariedade ao Ministro do Esporte.

Solicito publicação nos Anais de matérias sobre o assunto retiradas do Portal Vermelho, na Internet.

MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 389/472

029.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/03/2012-14:08

Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5341

JONAS DONIZETTE-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO**Sumário**

Aplausos ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, pela reação contra as declarações desrespeitosas do Secretário-Geral da Federação Internacional de Futebol - FIFA, Jérôme Valcke, a respeito da organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Anúncio de votação do parecer oferecido ao projeto sobre a Lei Geral da Copa. Posicionamento do orador contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante o evento.

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, por sua posição firme em resposta ao Secretário da FIFA, que, de forma desrespeitosa, dirigindo-se a nosso País, disse que o Brasil precisava de um chute no traseiro. O Ministro Aldo Rebelo, de forma ativa, pede agora a substituição do interlocutor da FIFA com o Brasil para a realização do Mundial de 2014.

Registro também, Sr. Presidente, que dentro em breve votaremos a Lei Geral da Copa, especialmente o destaque relativo à permissão da venda de bebida alcoólica nos estádios. Adianto que eu me posicionarei contrariamente, porque entendo que nós temos que dar uma sinalização forte. A bebida alcoólica tem causado muitos problemas no País - problemas sociais, acidentes de trânsito -, e acho que é o momento de aproveitar para afirmar que, se não pode haver consumo de bebida alcóolica nos jogos de nossos campeonatos, também não pode haver nos jogos da Copa do Mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 390/472

030.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

06/03/2012-20:04

Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5503

JILMAR TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO**Sumário**

Participação da Presidenta Dilma Rousseff na Feira Internacional de Tecnologias da Informação, realizada em Hannover, Alemanha. Empenho do Governo Federal no fortalecimento da área de tecnologia e inovação. Esforços empreendidos pelo Governo petista para a produção de fármacos no País. Meta governamental de crescimento da economia brasileira em 4% no exercício de 2012. Importância do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e do Programa Minha Casa, Minha Vida para o aquecimento da economia e a geração de novos empregos. Expectativa da sociedade brasileira quanto à redução da taxa básica de juros pelo Banco Central. Propósito do Governo Federal de ampliação do crédito a empresas, pessoas jurídicas e físicas para o aquecimento da economia. Valorização do salário mínimo. Desoneração da folha de pagamento do empresariado brasileiro. Desinteresse do Governo brasileiro na entrada de

recursos especulativos no País. Defesa da realização de investimentos no setor produtivo.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, nobres Sras. Deputadas, a Presidenta Dilma foi à Alemanha visitar uma importante feira tecnológica, não só para aprender, mas também para ouvir e trazer para o Brasil aquilo que há de melhor na feira de Hannover, a principal feira de tecnologia do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Jilmar Tatto, permita-me 1 minuto.

Chegou à Mesa um requerimento de urgência para a votação da Lei Geral da Copa, assinado por praticamente todos os Líderes, aí incluído o Líder da Minoria. Pergunto a V.Exas. se há acordo para a votação desse requerimento nesta sessão. Nesse caso, os Deputados terão que permanecer em plenário, porque também a votação desse requerimento será nominal.

PRESIDENTE (Marco Maia) - Devolvo a palavra ao Deputado Jilmar Tatto, que terá o tempo restaurado.

O SR. JILMAR TATTO - Obrigado, Sr. Presidente.

Como eu dizia, a feira de Hannover é a principal feira de tecnologia do mundo. E falo sobre isso porque há a preocupação do Governo brasileiro no sentido de o Brasil ter tecnologia própria, ter investimentos tanto no setor de tecnologia quanto no de inovação. Nós queremos no Brasil emprego de qualidade, emprego que trabalha a ciência, que trabalha a inteligência, emprego que, no setor de manufaturado, efetivamente possa fazer com que o País dê um salto de qualidade também nessa questão.

Nós não queremos exportar só *commodities*, nós não queremos exportar só grãos; nós queremos exportar também tecnologia. E a melhor maneira de termos tecnologia própria é investir na educação de base, investir no ensino superior, investir em tecnologia.

E quando nós trouxermos investimento de fora através de empresas de consórcios, a condição número 1 para que essas empresas possam participar de uma licitação, uma concorrência, uma concessão é que haja transferência de tecnologia.

Fizemos esse debate aqui quando da discussão sobre o trem de alta velocidade, o de que um dos elementos principais seria também fazer com que a transferência de tecnologia acontecesse.

Estamos fazendo um grande esforço para termos, no Brasil, empresas que produzam no setor de fármacos, no setor farmacêutico, para que também possamos exportar nessa área e o País, pela primeira vez, tenha competitividade nesse setor. Felizmente, através de convênio com empresas nacionais, junto com o BNDES, com o apoio do Governo Federal, poderemos ter competitividade também nessa área de fármacos.

Mas de tudo isso, Sr. Presidente, o mais importante para nós, a grande mensagem, o grande esforço do Governo Federal é no sentido de que em 2012 nós possamos crescer ao patamar de pelo menos 4%. Como se faz isso? Não pode ser apenas uma intenção, uma ideia. Para crescermos ao patamar de 4%, exigem-se muito planejamento, esforço, decisões políticas. É justamente isso que o Governo Federal está fazendo.

De que maneira? A primeira grande decisão da Presidenta Dilma é que o Orçamento deste ano possa ter sua execução já no primeiro semestre, principalmente no setor de investimento, naquilo que foi convencionado chamar como Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Bilhões serão investidos

nessa área através da construção de usinas, da construção e da reforma de estradas, da reforma e da ampliação de portos e aeroportos.

Então, o PAC é um elemento importante para que possamos aquecer a economia, crescer e gerar emprego.

Além do PAC, há também o Minha Casa, Minha Vida. O material de construção é um dos setores que mais empregam neste País, e com a vantagem de que a grande maioria dos produtos, se não 100%, com certeza 99%, dos materiais usados no setor de construção - cimento, areia, madeira, material elétrico, ferro - isso é produto nacional. Nós temos que investir muito no Minha Casa, Minha Vida, para alcançar esse patamar de 4% do crescimento.

Outras medidas estão sendo tomadas. A primeira, com certeza, é baixar os juros. Por isso, toda a sociedade brasileira está vendo com atenção, acompanhando, sem interferência, com olhar bastante direcionado ao Banco Central, para que baixemos os juros ao patamar de um dígito. Isso faz crescer a economia; isso faz com que as empresas possam ter a coragem de buscar empréstimos.

Falando em empréstimos, outro setor que o Governo está perseguindo é o de créditos. Facilitar o crédito, para que empresas, pessoas jurídicas, pessoas físicas possam realmente investir, comprar, consumir, aquece a economia. Nós temos um banco fundamental para que isso aconteça, o Banco do Brasil, além da Caixa Econômica Federal - principalmente o Banco do Brasil.

Devemos facilitar o crédito, através dos bancos, do BNDES, para que mais empresas possam captar recursos. Não é à toa que foi dado aporte ao BNDES maior do que o do ano passado, na ordem de 120 bilhões de reais, para que possamos, também na área do crédito, alcançar esse patamar de 4%. Assim, vamos conseguir, ainda através do crédito consignado, fazer com que as pessoas possam efetivamente aquecer a economia.

Valorização do salário mínimo. A lei que nós aprovamos na Casa, em que todo ano temos a valorização do salário mínimo no patamar daquilo que se convencionou chamar de PIB do ano anterior, da inflação também do ano anterior, para que possamos aumentar o salário mínimo.

Um outro elemento fundamental para haver crescimento econômico que o Brasil não pode deixar de debater - esta Casa tem papel fundamental nisso - é a desoneração da folha; desonerar aqueles que exportam através de diminuição ou mesmo o término principalmente do IPI; acabar com a guerra fiscal que existe nos Estados; desonerar a folha de pagamento para aqueles setores que empregam, que mais contratam funcionários; desonerar a folha para aqueles setores que trabalham na área de ciência, tecnologia e inovação; desonerar a folha para aqueles que exportam, para gerar empregos no Brasil.

Nós queremos investimentos estrangeiros; nós queremos investimentos de fora. O Brasil é um país aberto, que acolhe todo mundo; é a terra das oportunidades; tem segurança do ponto de vista político; é a maior democracia dos BRICS; tem segurança do ponto de vista econômico. Aprovamos inclusive o FUNPRESP na semana passada, o que ajuda a imagem do Governo brasileiro; temos segurança do ponto de vista econômico e social e inserimos na economia 40 milhões de pessoas, que saíram das classes D e E; temos segurança do ponto de vista macroeconômico dos objetivos do Governo.

Portanto, nós queremos que essas empresas venham para o Brasil. O que nós não queremos é moeda podre; o que nós não queremos são os especuladores - que vêm especular no Brasil; o que nós não queremos é essa enxurrada de euros, essa enxurrada de dólares, que vêm para cá não para aquecer nossa economia, não para gerar empregos, não para potencializar aquilo que nós temos de melhor da nossa mão de obra, dos nossos recursos naturais, da nossa inteligência, mas para especular.

Esse dinheiro não nos interessa; essa valorização irreal do real não nos interessa, porque enfraquece as empresas nacionais, desnacionaliza as empresas nacionais e faz com que sofram com esse aporte de recursos não saudáveis do ponto de vista da nossa economia.

Por isso, o Brasil está aberto para investimentos em produção, tecnologia, mão de obra para aqueles que acreditam que o Brasil é um porto seguro para se investir a curto, médio e longo prazos.

A curto prazo o investimento no mercado financeiro não nos interessa. O que nós queremos é investimento na produção.

É por isso que, para conseguirmos seguir nesse patamar de crescimento acima de 4%, é preciso esforço de todo mundo. A Câmara dos Deputados está dando o exemplo, quando votou a FUNPRESP; a Câmara dos Deputados está dando exemplo, quando vota medidas como essa de crédito suplementar para um setor tão importante como educação e ciência e tecnologia.

Essa é a pauta que o País precisa para crescer, prosseguir, distribuindo renda, compromisso com meio ambiente, com crescimento sustentável. Esse é o Brasil da Presidenta Dilma, esse é o Brasil que todos nós queremos.

Documento 391/472

030.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	06/03/2012-20:04
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5520	ANTHONY GAROTINHO-PR -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação aos Deputados evangélicos de rejeição ao parecer da Comissão Especial destinada ao exame do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em face da liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante o evento. Presença de familiares do orador na Casa.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a presença de todos os meus colegas no plenário, integrantes da bancada evangélica, para pedir que amanhã, em reunião, a bancada feche questão para votar contra o relatório da Comissão Especial da Copa, que aprovou a venda de bebidas alcólicas nos estádios. A bancada evangélica vai se reunir amanhã para fechar questão contra a venda de bebida alcóolica nos estádios, aprovada pela Comissão Geral da Copa. Aproveito para registrar, com muito orgulho, a presença do meu filho Wladimir e da minha nora Tassiana.

Documento 392/472

030.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	06/03/2012-20:04
Publ.: DCD - 07/03/2012 - 5521	AFONSO HAMM-PP -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização pela Casa do Seminário 80 anos do Voto Feminino - Mulher no Poder. Participação no 1º Encontro da Mulher Progressista da 4ª Colônia, realizado no Estado do Rio Grande do Sul. Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Relator ao projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de 2014. Importância do dispositivo do projeto sobre a destinação de parte dos lucros obtidos pela Federação Internacional de Futebol - FIFA com a realização do evento, para a formação de atletas e a construção de centros de treinamento.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito seja dado como lido discurso que faço em homenagem ao Dia da Mulher. Tenho dito que este é o século em que as mulheres estão atuantes, progredindo e buscando seus espaços, inclusive na política. Gostaria que o meu discurso fosse divulgado no *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação.

Quero fazer um último comentário sobre a Lei Geral da Copa, cuja votação foi consolidada no dia de hoje. Queria agradecer também a votação. Com a minha iniciativa, contemplada no art. 30, deveremos destinar os recursos dos lucros que a FIFA vai obter, por ocasião da Copa do Mundo de 2014, na formação dos jogadores, ajudando os clubes e construindo centros de treinamento.

Essa é uma conquista importante votada no dia de hoje e vamos votar em plenário provavelmente ainda no dia de amanhã ou na próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados ocupo este espaço para homenagear as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Pessoas guerreiras que dividem os afazeres domésticos e familiares com o trabalho. Sinônimos de persistente luta por um mundo mais justo e igualitário. Assim, reverencio a mulher, a mãe, a esposa, a trabalhadora, a cidadã, a companheira.

Ao mencionar essa data não poderia deixar de cumprimentar as colegas Parlamentares. E, em especial a minha esposa Rosele, minha mãe Ana, minhas irmãs Marta e Madalena, minha sogra Célia, cunhadas, amigas e as mulheres guerreiras da minha equipe de trabalho.

Esta data nos faz reviver um passado de lutas, marcado pelo ocorrido no dia 8 de março de 1857, quando centenas de trabalhadoras protestavam contra as condições impróprias que lhes eram oferecidas no ambiente de trabalho. O manifesto dessas guerreiras resultou em tragédia: dezenas morreram no incêndio acontecido na fábrica de tecidos, na cidade de Nova York, Estados Unidos. A vida dessas mulheres ficou consagrada na história internacional. Elas foram e são exemplos de coragem e garra.

De lá para cá muitos avanços ocorreram. As mulheres conquistaram seu espaço na sociedade e ganharam visibilidade na hora de conseguir um emprego dividindo muitas vezes a mesma área de atuação com os homens até mesmo nos serviços mais pesados. Dessa forma, podemos afirmar que os espaços estão sendo conquistados.

Desde 2011, o país é liderado pela primeira vez por uma mulher, a presidente Dilma Rousseff, ou seja, exemplo recente de que as mulheres também conquistaram poderes na política e nas decisões em prol do país. Outro fato recente que contribuirá para o crescimento da presença feminina na vida pública, política e eleitoral é em relação às mudanças recentes na legislação eleitoral. A

Lei 12.034 de 2009 obriga as coligações partidárias preencherem a cota mínima de 30% de candidatas do sexo feminino nas disputas proporcionais.

Esta data também está sendo comemorada no Congresso Nacional com a realização do Seminário no auditório Nereu Ramos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O evento está sendo organizado pela Câmara dos Deputados, a Procuradoria Especial da Mulher e a Bancada Feminina no Congresso Nacional. O tema escolhido para este ano foi "80 Anos do Voto Feminino - Mulher no Poder".

Ao falar sobre as mulheres na política saliento que no Rio Grande do Sul o Movimento da Mulher Progressista, liderado por Ana Regina Gorski Rodrigues, é elogiável. No último sábado participei do 1º Encontro da Mulher Progressista da 4ª Colônia quando diversos assuntos entraram em pauta, entre eles, o pleito eleitoral 2012 e a participação das mulheres na vida política.

Portanto, a mulher exerce uma diversidade de papéis, constituindo-se verdadeiro exemplo de luta para conquistar espaços mais justos e fraternais.

No mercado de trabalho ainda se evidenciam algumas diferenças, como salários proporcionalmente mais baixos do que os recebidos pelos homens e a permanência por mais tempo na busca de emprego.

Neste sentido, registro esse pronunciamento com o propósito de reivindicar mais garantias as mulheres em busca de seu fortalecimento e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, bem como nos processos de decisão. É fundamental que as esferas governamentais priorizem investimentos numa política de valorização da mulher.

Parabéns pelo Dia da Mulher!

Peço divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa Legislativa e na Voz do Brasil.

Era o que eu tinha a manifestar. Muito obrigado!

Documento 393/472

027.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	05/03/2012-14:18
Publ.: DCD - 06/03/2012 - 5201	MARCIO BITTAR-PSDB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidenta Dilma Rousseff de liberação de recursos aos Municípios atingidos pelas enchentes no Estado do Acre.

O SR. MARCIO BITTAR (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o carnaval deste ano, para o meu Estado, não foi o que esperávamos. O Acre foi acometido por uma tragédia, uma alagação de proporções históricas. Já foi decretado estado de calamidade pelo Governo Estadual e também pelo Município de Brasileira.

Para que V.Exas. tenham uma ideia, praticamente 30% da cidade de Rio Branco foi atingida por essa alagação. Imaginem se isso ocorresse em São Paulo, em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro. Com certeza, o País inteiro estaria mobilizado para a reconstrução dessas grandes cidades.

Da minha parte, liguei para o coordenador da bancada, o Deputado Taumaturgo, e sugeri uma reunião de todos os membros da bancada acreana, o que

aconteceu na semana retrasada. De antemão, ofereci as minhas emendas para que o Executivo nacional pudesse, dispondo dessa ferramenta, atender ao processo de reconstrução, que começa agora, das nossas cidades.

Outros tantos colegas e toda a bancada fizeram o mesmo oferecimento. Isso, Sr. Presidente, sem contar as contribuições que todos estamos dando, contribuições pessoais. Nós da Oposição, no Acre, fizemos uma cota entre os partidos, entre os Parlamentares, para comprar alimentos.

Reiterei ao Governador de São Paulo o pedido de ajuda que a Casa Civil do meu Estado fez para todos os Governos. O Governador Geraldo Alckmin mandou para o Estado 2 mil colchões e 500 sacolões, uma boa ajuda. Estivemos com a Ministra Ideli Salvatti e com o Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional.

Mas, Sr. Presidente, quero, nesta tarde, dizer do meu lamento e fazer um apelo para que o Executivo brasileiro, por intermédio da Presidente da República, se sensibilize com a questão acreana. Não é possível que, depois de uma catástrofe como essa - repito, praticamente 30% da Capital do meu Estado foi atingida -, o Governo brasileiro, a quinta economia do mundo, tenha conseguido mandar para o Acre apenas 5 milhões de reais até agora. Isso é menos de 1% do que este Governo gastou, ano passado, com viagens, do Orçamento da União. No Transparência Brasil, isso está dito de forma clara. Não é possível, o País está entre os dez mais ricos do mundo.

Sr. Presidente, já são 140 mil pessoas atingidas, mais de 30 mil famílias. Se distribuirmos um sacolão, a 40 reais, para 30 mil famílias, são 12 milhões de reais. Não dá para 1 semana. Em 30 dias, 4 semanas, são quase 50 milhões de reais.

Então, Sr. Presidente, eu faço, da tribuna desta Casa, esse apelo ao Governo brasileiro, à Presidenta da República, que agora está na Alemanha. É muito importante ir à Alemanha. É muito importante fazer política. Na semana passada, por exemplo, a imprensa nacional nos deu conta de mais uma nomeação em um Ministério por interferência política, para se tentar resolver o problema de São Paulo. Tudo isso eu entendo. Isso é quase nada. Portanto, reitero, em nome do acreano, em nome do Estado do Acre, que lutou muito para ser Brasil, o pedido para que a Presidenta da República, ao voltar dessa viagem, vá ao Estado do Acre, vá à Capital Rio Branco, para ver de perto a situação lastimável em que se encontra o nosso Estado.

Sr. Presidente, no ano que vem, completo 50 anos, e há mais de 30 anos participo da política. Há mais de 30 anos venho dizendo que o meu Estado e a Amazônia brasileira têm cedido a toda pressão nacional e internacional para transformar aquilo num patrimônio da humanidade sem nada em troca. Sem nada em troca! Agora, quando o meu Estado está nessa situação, esse é mais um exemplo. O que adiantou criar reservas e mais reservas? O que adiantou servir aos interesses estrangeiros, se agora, no instante em que o Estado precisa, mais uma vez tem que ficar de pires na mão, e, ainda por cima, diante de um Governo insensível ante uma realidade que podia ser muito diferente.

Eu peço, Sr. Presidente, que o Governo brasileiro libere as emendas do Orçamento, as de nossa autoria, as que oferecemos ao Executivo. E espero que ela, na volta, não se esqueça de que, se há um Estado que lutou para ser brasileiro, foi o Acre. E esse é um Estado que anda de maneira correta politicamente, sem ter as recompensas com que nos acenaram há tantos anos. Até agora, não chegaram.

Por fim, quero dizer que esse é o quarto mandato do PT no Governo do Estado. Depois de quatro mandatos consecutivos, o meu Estado ainda depende de bolsa-família e do Governo Federal. Portanto, economicamente, não avançamos. Mas haveremos de avançar, porque a história não termina assim.

Reitero o pedido para que a Presidenta, ao voltar, visite o Acre e veja a calamidade que nos afligiu.
Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna no dia de hoje para tratar sobre as enchentes que atingem o meu Estado, o Acre. Neste momento, são 140 mil pessoas diretamente atingidas, com prejuízo de 25 milhões de reais, apenas na agricultura. Na área urbana, os prejuízos ainda estão por ser calculados.

A situação é desesperadora, com Municípios, como Brasileia, com mais de 1 metro de lama, após a descida das águas. Aldeias indígenas perderam suas culturas de mandioca e banana. Mais de 70 escolas no Estado foram atingidas, atrasando, conseqüentemente, o ano letivo no Acre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora que as águas estão baixando, o cenário é de completa destruição. As casas, na sua maioria de madeira, estão perdidas. Moradores perderam toda a sua história de vida. Muitos bairros foram completamente destruídos. Se já não bastassem todos os transtornos que uma enchente causa, há ainda, após o recuo das águas, o alto risco de contaminação, que expõe a população a inúmeras doenças e ao aumento da incidência de acidentes, como afogamentos, lesões corporais e choques elétricos. Há também aumento quanto à proliferação dos vetores de doenças, como ratos e mosquitos, e de picadas de animais peçonhentos, como aranhas, escorpiões e cobras.

Diante das proporções catastróficas da enchente, o Governo Federal destina apenas 5 milhões de reais para auxiliar o Acre. A Presidente Dilma Rousseff sequer manifestou a intenção de visitar as áreas atingidas.

Há clara demonstração, por parte do Governo Federal, de despreço pelo povo acreano. Os valores prometidos ao Acre não correspondem sequer a 1% dos gastos do Governo Federal com diárias de seus funcionários no ano de 2011, que foi de 702 milhões.

Outra comparação: o Governo Federal, por meio do BNDES, destinou 4,8 bilhões de reais para construção de estádios de futebol para a Copa de 2014, e destina 5 milhões de reais para auxiliar a população atingida pelas cheias do Rio Acre.

Esse é o fiel retrato de um governo que tem um belo discurso de combate à miséria, mas não tem a capacidade de disponibilizar auxílio financeiro para o Acre, que é um Estado historicamente dependente dos recursos federais, em função das limitações impostas pela legislação de preservação ambiental.

A verdade é que o Acre se tornou vítima da política de contingenciamento do Orçamento promovida pelo Governo Federal como forma de diminuir o impacto da inflação causada por má gestão econômica do Governo petista. Em pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal, podemos conferir que, em 1999 e 2000, o Governo Federal assinou convênios com os diversos Municípios e com o Governo do Estado do Acre no valor de R\$267.178.934,03, e pagou R\$254.507.639,09. Já em 2010, o Governo Federal assinou convênios com os mesmos entes no valor de R\$180.156.296,12, e só pagou R\$80.491.769,05.

Em 2011 a situação foi ainda pior: o Governo Federal assinou convênios com o Acre no valor de R\$120.920.981,31, e só pagou R\$26.049.296,85.

Estamos falando de convênios para obras de infraestrutura que poderiam evitar a tragédia que se abateu sobre o Acre. Esse é o fiel retrato da insensibilidade do Governo Federal para com a população sofrida do Acre, que vê as verbas federais escasseando ano após ano e, quando a tragédia se abate, não merece uma visita da Presidente da República, recebe apenas a promessa de uma ajuda

pífia, que não servirá sequer para custear as perdas dos pequenos agricultores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil tem um orçamento para investimentos no valor de 106 bilhões de reais para o ano de 2012, já arrecadou mais de 102 bilhões de reais em impostos e contribuições, apenas no mês de janeiro de 2012, e ousa destinar apenas 5 milhões ao Acre para enfrentamento de uma situação de calamidade pública. Isso é um desrespeito ao nosso Estado. Não precisamos de caridade, precisamos da atenção que qualquer outro Estado merece, precisamos que as nossas emendas de bancada para a área de infraestrutura sejam liberadas imediatamente, de forma a evitar que essa tragédia se abata novamente sobre os acreanos.

Sras. e Srs. Deputados, outro assunto de que gostaria de tratar aqui é sobre a possibilidade de aprovação do novo Código Florestal.

Sr. Presidente, o atual Código Florestal brasileiro é o mais rígido do mundo. Tenho a esperança de que vamos aprovar um novo Código que venha a permitir a pacificação na área rural.

Apesar dos equívocos publicados pela imprensa, a aprovação do Código vai beneficiar diretamente o pequeno proprietário, pois quem tem até quatro módulos estará livre das multas, que, muitas vezes, são três ou quatro vezes mais elevadas que o valor da terra.

É importante destacar que o novo Código não muda substancialmente nada na minha região, a Região Amazônica. Todos os produtores rurais da Amazônia brasileira continuarão proibidos de trabalhar em até 80% de sua área. Não há também, no novo Código, hipótese de anistia ao grande latifundiário. Há, isso sim, a devolução da segurança jurídica ao produtor rural, que não será vítima de multas absurdas, baseadas em regras pouco claras.

Documento 394/472

027.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	05/03/2012-14:48
Publ.: DCD - 06/03/2012 - 5206		AMAUARI TEIXEIRA-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação do Requerimento nº 4.486, de 2012, para inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 5.476, de 2001, sobre a extinção da cobrança da taxa de assinatura básica da telefonia fixa. Relevância do serviço telefônico Disque-Câmara. Matéria Mulheres do MST ocupam fazenda, veiculada pelo site Bahia Todo Dia. Sucesso do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR. Matéria MDA participa de evento da ONU sobre a Situação da Mulher, a respeito da participação no evento da Diretora de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Andrea Butto, veiculada pelo portal da Pasta. Artigo Renda que mais cresce é a do empregado doméstico, de Arícia Martins, publicado pelo jornal Valor Econômico. Defesa de extensão de direitos trabalhistas à categoria.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou voltar daqui a pouco para falar sobre as mulheres. Vou destoar um pouco para falar de um projeto de lei que tem liderado os anseios da população.

Nós temos um serviço nesta Casa, meu caro Deputado João Ananias, que é o

Disque-Câmara, o 0800, que escuta a população. Até o final do ano passado, cerca de 2 milhões de pessoas ligaram para esse serviço. E lidera em absoluto, todos os anos, no Disque-Câmara, a necessidade ou a exigência popular de se votar o Projeto de Lei nº 5.476, de 2001, que dispõe sobre proibição da cobrança de assinatura básica na telefonia.

Não é um projeto de lei de minha autoria, mas eu estou entrando com um requerimento, em nome da população, para que esse projeto seja discutido e aprovado. Esta Casa precisa ser a ressonância do desejo do povo.

Sr. Presidente, quero parabenizar as mulheres do MST da Bahia que invadiram a Fazenda Nova Esperança, rompendo as cercas do latifúndio, as cercas da monocultura e abrindo uma discussão na semana em que o Código Florestal vem para esta Casa com uma postura agressiva dos ruralistas, com uma postura agressiva dos latifundiários, com uma postura inconsequente daqueles que fazem uso excessivo de agrotóxicos.

Nós, da Bahia, temos uma reflexão. O sul da Bahia está sendo recolonizado pelo monopólio, pela monocultura de eucalipto. A Veracel está devastando o sul da Bahia, devastando os rios e as matas. Quem sobrevoa fica assombrado ao ver o que a Veracel tem feito naquela região. As mulheres invadiram essa fazenda exigindo reforma agrária, exigindo um novo tipo de ocupação do solo naquela região. É preciso repensar isso, porque a monocultura levou à exaustão do solo, ao enriquecimento de poucos, ao empobrecimento de muitos e à expulsão do campo.

Quero também, Sr. Presidente, ainda na esteira da Semana da Mulher, registrar que o Governo Dilma bate mais um recorde: o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR já atendeu mais de 830 mil mulheres em todo o Brasil. Quase 1,5 milhão de documentos foram emitidos nos 3,3 mil mutirões realizados pelo MDA. Esta semana, caro Deputado Taumaturgo, se V.Exa. acessar o site do MDA verá que está havendo mutirões inclusive na sua região, em diversos Municípios do Acre, para regularizar a documentação das mulheres.

Deputado Luiz Couto, as mulheres são mais responsáveis do que os homens quanto à detenção da propriedade. O homem, muitas vezes, utiliza a mulher para especular, para vender, e a mulher não, ela tende a manter a propriedade para produzir e proteger a família.

Parabéns ao MDA!

No período de 27 de fevereiro a 9 de março, será realizado, na ONU, um seminário sobre a situação da mulher, e o MDA enviou uma representante de mulheres rurais do Brasil, Andrea Butto, que participará de uma das mesas.

Mais uma vez, parabéns às mulheres pela altivez, pela garra! Elas terão, em nosso mandato, todo apoio em ações que visem coibir a violência e assegurar o direito das mulheres.

Sr. Presidente, ainda quanto às mulheres, pela sensibilidade que V.Exa. tem em relação à causa, queremos deixar registrado que o jornal *Valor Econômico* publicou artigo informando que a renda que mais cresceu no Brasil nos últimos tempos foi a da empregada doméstica. A empregada doméstica está se qualificando, está se profissionalizando e tornando-se uma verdadeira profissional do lar. Não é mais uma relação escravista, como antes, quando se dava uma penca de banana e 20 reais.

Poderíamos aproveitar, quem sabe, este mês das mulheres para tirar a empregada doméstica da semiescravidão e igualar o seu direito ao dos demais trabalhadores urbanos e rurais, conforme convenção da OIT assinada pelo Brasil.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para informar que até o final do ano mais de 2 milhões de pessoas haviam acessado os serviços de participação popular da Câmara para manifestar apoio ao projeto de lei que proíbe a cobrança da assinatura básica na telefonia fixa (PL 5.476/01) desde 2001.

Gostaria de informar que entrei com o Requerimento nº 4.486, de 2012. Nele solicito ao Presidente Marco Maia inclusão desse projeto na Ordem do Dia, no plenário desta Casa, ou seja, pedindo a urgência na votação de tão importante tema para o povo brasileiro.

O objetivo dessa proposta é assegurar ao consumidor menos favorecido o acesso aos serviços telefônicos, ao determinar a proibição da cobrança da taxa de assinatura básica.

No último mês de setembro, 38.460 ligações (72,6%) de um total de 53.374 consultas ao Disque-Câmara (0800 619 619) se referiam à proposta. Agora entramos com um pedido para que o projeto seja incluído na Ordem do Dia do plenário, ou seja, seja votado o mais rápido possível.

Ao longo dos anos, o projeto tem sido o campeão no *ranking* de acessos ao serviço. Das ligações do mês passado relacionadas à proposta, apenas uma é contrária a sua aprovação.

Em 13 anos de existência, os serviços de atendimento prestados pela Câmara dos Deputados aos cidadãos, até o final do ano passado, já tinham atingido mais de 5 milhões de consultas. Isso serve para valorizar o crescimento da participação popular e todos os espaços nos canais de comunicação da Casa e para mostrar o que pensa o povo brasileiro que utiliza esses instrumentos.

Sabemos que temas importantes precisam ser votados - como *royalties* do pré-sal, Código Florestal, Lei Geral da Copa -, contudo não é possível ignorar as demandas que chegam da sociedade e que têm impacto direto na economia das famílias brasileiras.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dar como lida a matéria

Mulheres do MST ocupam fazenda, divulgada no site Bahia Todo Dia.

Segundo o texto, as trabalhadoras rurais do MST no extremo sul do Estado da Bahia dão um sinal claro de que se depender do movimento dos sem-terra, o pacto político firmado recentemente em Brasília, por mais de cem entidades do campo brasileiro, para intensificarem a luta contra o modelo do agronegócio, vai ser de fato pra valer. Elas acabam de romper mais uma cerca do latifúndio na conflituosa região baiana. Ocuparam, nesta quinta (1º de março), uma fazenda em Alcobaça. São 1.150 mulheres acampadas na Fazenda Nova Esperança, com 1.500 hectares, de propriedade da Suzano Papel e Celulose.

Esta é a segunda ocupação de mulheres do MST na região, pois, em março de 2011, elas ocuparam, no Município de Eunápolis, a Fazenda Nova América, de propriedade da Veracel.

As trabalhadoras rurais ligadas ao MST dizem que tem como objetivo denunciar o descaso social e ambiental que as empresas multinacionais vêm causando com o monocultivo de eucalipto. Segundo elas, gerando desemprego, expulsão do homem do campo, provocando o inchaço dos grandes centros urbanos e aumentando a violência.

Elas também reivindicam dos Governos Federal e Estadual agilidade nos processos de desapropriação de terra para assentamentos de reforma agrária, bem como nas liberações e execuções de estruturas para os assentamentos já

existentes.
Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, como já é de costume, venho a esta tribuna divulgar mais um número recorde do Governo Dilma. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) já atendeu mais de 830 mil mulheres em todo o Brasil. Quase 1,8 milhão de documentos foram emitidos nos 3,3 mil mutirões realizados entre 2004, quando o programa foi criado, e 2011. O público-alvo são mulheres acampadas, assentadas, agricultoras familiares, quilombolas, indígenas, pescadoras artesanais, extrativistas e atingidas por barragens. A iniciativa é do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O PNDTR é a porta de entrada para o acesso às demais políticas do Governo Federal. O trabalhador ou trabalhadora rural precisa ter documentação para conseguir participar dos programas de políticas públicas. O documento mais emitido é a Carteira de Identidade, seguido do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e da Carteira de Trabalho e Previdência Social. Os Estados mais atendidos pelos mutirões em 2011 foram Bahia, Minas Gerais e Ceará.

O reinício dos trabalhos de campo do mutirão de documentação para mulheres rurais em 2012 será na Terra Indígena Serra do Sol e São Marcos, em Roraima, entre 27 de fevereiro e 3 de março. O objetivo do PNDTR é realizar, neste ano, mais de 1,1 mil mutirões em todo o Brasil.

A taxa de pobreza, calculada pela Fundação Getúlio Vargas, recuou 52% entre 2002 e 2012, baixando de 26,7% para 12,8%. No período de 10 anos, o Coeficiente de Gini também caiu 8,9%, de acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). De 2002 a 2011, a variação foi de 0,589 para 0,541. E o salário mínimo nominal teve um ganho real de 66%, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, passando de R\$ 200 reais em 2002 para R\$ 622 em 2012.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dar como lida a matéria *MDA participa de evento na ONU sobre a Situação da Mulher*, divulgada no portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Segundo o texto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representado pela Diretora de Políticas para as Mulheres Rurais, Andrea Butto, participa, nesta semana, da 56ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU). O evento foi aberto na segunda-feira (27) e acontece até 9 de março na sede da ONU em Nova York, nos Estados Unidos. Butto integrou, na segunda-feira, a mesa-redonda de alto nível intitulada *Empoderamento das mulheres rurais e sua função para a erradicação da pobreza e da fome no desenvolvimento e nos problemas atuais*, um dos eventos que compõem as atividades da CSW, sigla em inglês para o evento.

Na mesa-redonda, representantes governamentais dos países membros da ONU tiveram a oportunidade de dialogar e trocar experiências sobre as medidas adotadas e seus avanços, boas práticas, aprendizados e desafios no que se refere ao cumprimento, em âmbito nacional, dos compromissos relativos ao tema do empoderamento das mulheres rurais.

Foram debatidas as medidas adotadas e os resultados obtidos no âmbito da segurança alimentar e a atenção prioritária dada às mulheres nos planos nacionais de desenvolvimento, estratégias de redução da pobreza, políticas setoriais, reforma agrária e financiamento da agricultura e desenvolvimento rural, além das medidas de ampliação do acesso das mulheres a terra, ao trabalho, a

financiamentos, a mercados, à infraestrutura e ao provimento de serviços de cuidados nas zonas rurais. O fomento à liderança de mulheres rurais com representação adequada em todos os níveis de discussão também tiveram relevância no debate.

Com o tema principal *Acesso e participação das mulheres e das jovens à educação, à formação, à ciência e tecnologia, inclusive para a promoção da igualdade de acesso das mulheres ao pleno emprego e trabalho decente*, representantes de 45 países participam do evento. O Brasil também foi representado na CSW pela Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPM), Eleonora Menicucci. Entre outras atividades, a Ministra participou, na quarta-feira (28), de duas reuniões com a Diretora-Executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet, para tratar de possibilidades de cooperação em relação às políticas para as mulheres e de igualdade de gênero.

A CSW é uma comissão funcional do Conselho Econômico e Social da ONU e é o principal órgão formulador de políticas globais dedicadas exclusivamente para igualdade de gênero e avanço das mulheres. Todos os anos, representantes dos países-membros se reúnem na sede da ONU para avaliar os progressos relativos à igualdade de gênero, identificar os desafios, definir padrões globais e formular políticas concretas para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todo o mundo.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dar como lida a matéria *Renda que mais cresce é a do empregado doméstico*, do jornal *Valor Econômico* e escrita por Arícia Martins. É importante ressaltar essa valorização da categoria, tão importante no País. Pessoas que cuidam de nossas casas - e muitas vezes dos nossos filhos - merecem nosso respeito e trabalho pela valorização profissional.

Assim está o texto:

"Em uma economia que caminha rumo à formalização, a renda que mais cresceu em nove anos é justamente a do trabalhador com menor nível de registro em carteira: a dos serviços domésticos. Entre dezembro de 2002 e igual mês de 2011, o rendimento real desse tipo de ocupação cresceu 38%, maior variação entre os sete grupos de atividade pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e quase o triplo do aumento médio de 13% nas seis principais regiões metropolitanas do país.

Mesmo com a alta expressiva, o salário médio do empregado doméstico ainda é o menor de todos os segmentos da economia analisados pelo IBGE. Em janeiro de 2012, de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), era de R\$ 669,70, equivalente a apenas 28% da renda de um ocupado na administração pública - R\$ 2.300, a maior entre os sete setores.

Para especialistas, a política de valorização do salário mínimo - que indexa os rendimentos nos serviços domésticos e mais que triplicou em termos nominais desde 2002 - impulsionou os ganhos desse trabalhador. Além disso, um número cada vez menor de pessoas dispostas a atuar no ramo, em um cenário de mercado de trabalho apertado e expansão da escolaridade, também aumenta o poder de barganha das domésticas: segundo dados do IBGE, em 2011, 94,8% dos ocupados no setor eram mulheres, e apenas 5,2%, homens.

"Já havia um vetor de valorização dessa renda via mínimo. Com a formalização e o crescimento econômico, abriu-se a possibilidade para que essas pessoas trabalhem com carteira assinada, em ramos que não exigem muita qualificação, principalmente no comércio e em serviços", diz Fabio Romão, da LCA Consultores.

Dados da PME corroboram a explicação: enquanto a população ocupada cresceu

21,3% entre 2003 e 2011, o emprego nos serviços domésticos avançou apenas 10,8% no período, menor variação de todos os segmentos pesquisados. Em 2003, 7,6% da população ocupada estava no segmento. Em 2011, o número caiu para 6,9%, ou 1,5 milhão de pessoas, fatia menos expressiva dentre os empregos pesquisados pelo IBGE.

Rosângela Dantas chegou a ganhar R\$ 1.700 em um mês como diarista, mas abandonou o trabalho em casas de família para se tornar microempresária. Desde setembro de 2011, ela administra com o marido uma pequena loja de materiais de construção em Itapevi, cidade da Grande São Paulo, onde mora.

Há três anos, a ex-diarista, de 44 anos, já havia tentado deixar o serviço doméstico para cuidar do negócio familiar - que existe desde 2007 -, mas como as contas de casa não fechavam, teve que voltar a ser doméstica temporariamente. "Eu estava sem capital de giro, mas agora estamos firmes. Não tem mais como voltar atrás, porque a clientela aumentou muito", conta Rosângela, que também já foi dona de casa e costureira.

Ela estudou até a oitava série e agora pretende fazer cursos técnicos no Senai para gerir melhor seu negócio. Também incentiva os quatro filhos a ter bom desempenho na escola. A mais velha, de 22 anos, está se graduando em contabilidade e vai ajudar os pais na loja quando se formar.

Naercio Menezes Filho, professor associado da FEA-USP e coordenador do Centro de Políticas Públicas, do Insper, aponta que, além da escassez de oferta, o aumento da renda da população faz com que a procura por esse tipo de profissional também suba e pressione os salários. "A demanda está aumentando muito e a oferta caminha em sentido contrário", movimento que, no entanto, ainda não foi suficiente para que o rendimento dos serviços domésticos ultrapasse o de algum outro setor da economia, diz ele.

"A maioria das trabalhadoras está no setor informal e, como a renda partiu de um nível muito baixo, não consegue atingir a de outras ocupações", explica Menezes Filho. Poucas delas saíram da informalidade, de acordo com o IBGE: em 2003, 64,8% não tinham registro em carteira, número que caiu para 61,4% no ano passado.

Para Luiz Scorzafeve, professor do Departamento de Economia da FEA-USP-Ribeirão Preto, a pouca instrução é um fator estrutural por trás da remuneração menor dos serviços domésticos, profissão que, historicamente, não tem o mesmo status de outras ocupações. A escolaridade dos ocupados nessa área melhorou em nove anos, mas segue baixa em relação a outros profissionais. Em 2011, 56,4% dos trabalhadores domésticos tinham oito anos ou menos de estudo - em 2003, esse percentual chegava a 69,7%.

Dependendo da evolução da oferta e da demanda, sustenta Menezes Filho, é possível que a renda desse segmento ultrapasse a de outro setor da economia já no curto prazo. Como reflexo dessa escalada, as pessoas terão de fazer elas mesmas suas tarefas domésticas ou, como ocorre em países desenvolvidos, a demanda será suprida por estrangeiras. "Já acontece isso no Brasil, mas vejo mais como casos isolados do que tendência por enquanto", diz ele.

Romão, da LCA, espera que a diferença entre o rendimento do empregado doméstico com relação a outras ocupações continue diminuindo, mas, segundo ele, é difícil imaginar uma renda maior que a média para esse trabalhador, devido à baixa qualificação. "A relação entre instrução e renda não é direta, mas existe."

Muito obrigado.

027.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

05/03/2012-15:06

Publ.: DCD - 06/03/2012 - 5212

JOÃO ANANIAS-PCDOB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Impropriedade das declarações do Secretário-Geral da Federação Internacional de Futebol - FIFA, Jérôme Valcke, a respeito dos organizadores da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna hoje para manifestar o meu mais veemente repúdio às últimas declarações do Secretário-Geral da FIFA, Sr. Jérôme Valcke, feitas no último dia 2, referindo-se ao nosso País ao afirmar: "*Os organizadores do Mundial do Brasil deveriam levar um chute no traseiro para acelerar as obras dos estádios e de infraestrutura*". Palavras do Secretário da FIFA! É assim que se dirige o Secretário da FIFA ao País, aos governantes de um país, aos coordenadores da Copa de 2014, aos Governadores e Prefeitos que estão dirigindo as obras de infraestrutura, dos estádios e de mobilidade nas cidades contempladas. É assim que se dirige a eles o Secretário da FIFA!

Fico a analisar essas declarações desatinadas, que representam um profundo desrespeito ao Brasil, com toda a história do seu futebol no mundo. Essas estúpidas palavras configuram uma agressão desnecessária aos dirigentes do nosso País, um desrespeito ao nosso Brasil.

O que está pensando o Secretário da FIFA? O que ele pensa que é? Ele acha que pode passar por cima da soberania das nações? Ele acha que a FIFA é mais importante que tudo isso? O futebol está aqui ou está na Alemanha ou está na Itália ou até em seu país, a França! E a FIFA, "oportunisticamente", acaba buscando a convergência disso tudo com o seu Secretário assim se dirigindo. Acho que deve haver reação a isso.

Nosso Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, já pediu para trocarem o interlocutor, para procurarem outro, inclusive também repudiou suas palavras. Mas acho que os Governadores, que a Presidente Dilma, que o Brasil, que se impôs pela sua coerência na política internacional e pela sua altivez, não podem aceitar o achincalhe de um indivíduo desses.

Não podemos aceitar isso! Fere a soberania nacional e as questões de governo. Fere o Parlamento, Sr. Presidente!

Olhem só a declaração dele, quando trata da questão da Lei Geral da Copa. Esse cidadão, de comentários estabados - talvez ele se ache um soberano -, diz: "*O grande problema que temos no Brasil é que quase nada avança. Há debates sem fim sobre a Lei Geral da Copa. Teríamos de ter recebido esse documento assinado em 2007, e estamos em 2012.*"

Então, essa sua desorientada análise também colide com a autonomia do Parlamento brasileiro. A Lei da Copa está tramitando aqui e sendo democraticamente debatida e discutida diante das inúmeras exigências da FIFA, como a volta da venda de bebidas nos estádios. Nós estamos inclusive contestando isso, e ele está reclamando que não chegou lá ainda, porque quer a FIFA redondinha. Quer a Lei da Copa do jeito dela, para poder tirar o lucro que ela quer, para poder fazer a Copa do jeito que ela quer, sem levar em consideração, Deputado Amauri Teixeira e Deputado Geraldo Resende, as inúmeras discrepâncias naturais existentes em um País continental como o

nosso, com as dificuldades que ainda temos.

Mas está tudo correndo direitinho, como no meu Estado, o Ceará, que, apesar de ser um Estado pobre, está com todas as iniciativas e procedimentos em curso. Claro que vamos concluir as obras em tempo, como serão concluídas em todo o Brasil.

Esse cidadão precisa de uma resposta. Como Parlamentar e cidadão brasileiro, eu me senti ofendido diante dessa arrogância, da presunção, da prepotência e, por que não dizer, da estupidez das palavras desse Secretário da FIFA.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Nós nos somamos à sua indignação.

Documento 396/472

027.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

05/03/2012-17:45

Publ.: DCD - 06/03/2012 - 5239

DANILO FORTE-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Aplausos aos Deputados Fernando Jordão e Íris Rezende por discursos proferidos. Improriedade de declaração de dirigente da Federação Internacional de Futebol - FIFA, a respeito da organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Solidariedade do PMDB à postura adotada pelo Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, com relação ao assunto. Manifesto assinado por membros da bancada do PMDB, em protesto contra a exclusão do partido da tomada de decisões políticas no âmbito do Governo petista.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Quero parabenizar o Deputado Fernando Jordão pelo belo pronunciamento e a nossa querida Deputada Íris Rezende, pela luta que desenvolve em prol da emancipação das mulheres no nosso País.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna, em nome do PMDB, é a discussão de duas questões que estão colocadas na pauta política do nosso dia a dia e que tiveram uma efervescência muito grande neste último fim de semana.

A primeira é o destempero verbal de um executivo da FIFA, que, num momento de azar para seu pronunciamento, nos tornou humilhados com sua fala. Dizendo asneira, colocou o Brasil numa situação vexatória diante do mundo, querendo oferecer um pontapé no traseiro do Brasil com relação à execução das obras da Copa do Mundo.

Quero aqui me solidarizar, em nome do PMDB, com o Ministro Aldo Rebelo. Com uma postura firme, que lhe é peculiar, uma postura íntegra, o Ministro, que é uma das grandes revelações políticas da nossa geração, que presidiu esta Casa com grande esmero e que tem dignificado muito o seu trabalho à frente da Pasta dos Esportes no País, colocou-se contrário a essa postura, que não condiz com a condição de um executivo do maior evento esportivo do mundo, e disse que o Brasil não aceita interlocutores desse nível, desse naipe e que não reconhecem a grandeza do nosso País.

O Brasil, que construiu a Capital da República em menos de 5 anos, o Brasil, que tem potencial e competência na área da construção civil extraordinária e reconhecida pelo mundo inteiro, saberá, com certeza, oferecer e cumprir todos

aqueles mandamentos que pactuou com a FIFA para a execução da Copa do Mundo, que, com certeza, será um dos melhores e um dos maiores eventos esportivos de todo o País.

O Ministro Aldo Rebelo conta com o apoio e a solidariedade do Partido Democrático Brasileiro.

O segundo tema, Sr. Presidente, é o registro de uma questão que está dinamizando o debate no nosso partido: o manifesto do PMDB, de que os Srs. Deputados devem ter conhecimento pelo que a mídia divulgou nos últimos dias.

Não vou fazer a leitura do documento porque não há tempo suficiente, mas quero anexar à minha fala uma cópia do manifesto, para registro nos Anais da Câmara. Este documento será entregue aos nossos Líderes partidários: o Vice-Presidente Michel Temer, nosso timoneiro nesta travessia; o Líder da nossa bancada, o Deputado Henrique Eduardo Alves; o Presidente do partido, Senador Waldir Raupp; e o nosso Líder no Senado, Senador Renan Calheiros.

Esclareço que o manifesto não traz declaração de guerra a quem quer que seja. Traz, sim, nosso posicionamento no cenário político, com a responsabilidade e o peso que deve ter um partido do tamanho do PMDB. Há uma insatisfação das bases com a acomodação do partido ao papel que nos relegaram. Não aceitamos ser chamados somente para votar as matérias de interesse do Governo. Queremos participar da definição das políticas públicas e de sua execução. Foi esse o nosso compromisso com o povo brasileiro ao nos associarmos na eleição presidencial que deu ao Brasil sua primeira Presidenta. E desejamos cumprir esse compromisso.

Solicito, Sr. Presidente, a divulgação deste pronunciamento.

Quero aqui, mais uma vez, deixar claro que a nossa preocupação é única e exclusivamente dar ao Brasil o respaldo necessário, para que as políticas públicas, principalmente no que diz respeito ao combate à miséria no nosso País, possam ter a participação efetiva do maior partido nacional. Não queremos um papel de subvocação para a classe política, principalmente para os militantes do PMDB. O PMDB, que trabalhou pela reconstrução democrática do nosso País; o PMDB, que esteve ao lado do Presidente Lula nos momentos mais difíceis do seu Governo; o PMDB, que ajudou a construir este projeto de inclusão social, que trouxe o poder de consumo para mais de 37 milhões de brasileiros, não pode ser um mero coadjuvante, um figurante de segunda categoria nesta nova proposição. O PMDB tem que se afirmar como partido político; o PMDB tem identidade própria; o PMDB tem uma postura nacional desenvolvimentista e não será relegado a um subpapel nesta nova construção.

Essa é a nossa preocupação. Essa é a preocupação que está contaminando toda a base do partido e fazendo-o convocar seus membros para um grande encontro nacional aqui em Brasília, no dia 25 de abril, quando todos os candidatos a Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos, os diretórios regionais, os Deputados Federais, os Deputados Estaduais e os Senadores do partido poderão traçar, juntos, uma estratégia, para que possamos apresentar ao País uma proposta do PMDB capaz de dar dimensão, dinamizar as ações políticas não só do Governo, mas também as necessárias para avançarmos no que diz respeito ao nosso desenvolvimento.

É um movimento de afirmação política, sim, de um partido que tem a história da grandeza que o nosso partido tem, de um partido de onde saiu a grande maioria dos partidos que hoje estão aqui representados nesta Casa, um partido que tem o compromisso assumido com o Brasil e que não poderá ser renegado a um papel menor dentro dessa nova construção. É isso o que nós queremos. Não queremos com isso transtornar a vida nacional, nem criar problemas administrativos. Muito pelo contrário! Temos votado com o Governo naquilo que a nossa convicção diz que é correto para o desenvolvimento do nosso País.

Na votação da semana passada, do FUNPRESP - Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais, tínhamos a compreensão de que era necessário um novo modelo para a Previdência Social do País, porque não poderíamos continuar com um déficit anual de 60 bilhões de reais só na aposentadoria do servidor público. Era necessária uma nova forma, capaz de garantir uma aposentadoria digna para os servidores públicos, mas, ao mesmo tempo, desobrigar o Orçamento da União no que diz respeito a outros investimentos prioritários para levar desenvolvimento, riqueza, distribuição de renda para milhões de brasileiros à margem do processo produtivo.

É essa a nossa preocupação. É dentro desse movimento que o PMDB tem se reafirmado, na sua luta municipalista, junto às Prefeituras do nosso País, principalmente as pequenas. No ano passado, apoiamos emendas populares para o Orçamento de 2012: a emenda da saúde pública, tema da Campanha da Fraternidade. Hoje o grande problema social do País é a falta de atendimento adequado, digno para os brasileiros que têm menos poder aquisitivo e não podem ter acesso a um plano de saúde.

É essa a nossa preocupação. É isso o que o PMDB quer propor dentro dessa nova ação. Para isso é necessária essa dinamização interna, esse compromisso das nossas lideranças com a construção desse novo futuro, que o PMDB tem traçado na sua história, comprometido com o Brasil e com as novas gerações.

Quero agradecer, Sr. Presidente, por esse espaço, e pedir a divulgação do nosso trabalho em todos os meios de comunicação da Câmara dos Deputados, ciente de que o PMDB arranca para uma nova caminhada junto com o Brasil rumo ao seu desenvolvimento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fomos saudados no sábado com a manchete dos grandes jornais em que o Secretário Geral da FIFA afirma seu desejo de dar um pé no traseiro do Brasil. Esta expressão chula, em que pesem as diferenças culturais e linguísticas, deixou-nos chocados. Creio que a todos os senhores.

Refletindo neste final de semana, eu, que já usaria o tempo da Liderança do meu partido para posicionar o movimento que encadeamos na quinta-feira, decidi abordar também essa questão. Quem é este senhor para tratar de forma tão deselegante nosso País? E quero aqui prestar minha solidariedade ao Ministro Aldo Rebelo, que reagiu prontamente ao destempero do Secretário-Geral da FIFA.

O axioma de uma pessoa certa, na hora certa e no lugar certo se aplica aqui ao Ministro Aldo Rebelo, que tem todo o nosso apoio. Sua trajetória de mais de 30 anos de vida pública imaculada o coloca como um dos políticos mais respeitados e influentes do cenário brasileiro. Militante do nacionalismo consequente, temos a convicção de que Aldo Rebelo não se furtará a este embate em respeito ao Brasil e aos brasileiros. Não somos uma republiqueta de bananas. É isso o que o Sr. Valcke não entendeu. Um país que construiu uma cidade do porte de Brasília em 4 anos tem capacidade de organizar uma Copa do Mundo e muito mais.

Estamos de acordo com a posição do Ministro Aldo Rebelo de não aceitar mais a interlocução desse senhor despreparado e arrogante, além de detentor de um ficha corrida mais apropriada às páginas policiais do que a um Caderno de Esportes.

O que se coloca aqui, Sr. Presidente, não é uma reação infantil, de forma alguma. É a reafirmação de nossa soberania. Há pouco mais de 50 dias, o Secretário-Geral da FIFA esteve no Brasil, visitou os estádios em obras para receber o mundial e foi até elogioso quanto ao ritmo dos trabalhos. O que mudou

de lá para cá? As obras estão paradas? Não. O que mudou, Sr. Presidente, é que não votamos na semana passada a Lei Geral da Copa do jeitinho que a FIFA quer. Este é o pano de fundo do debate: a submissão do Brasil aos interesses comerciais da entidade. E é quanto a esta interferência indevida que devemos nos posicionar, como o fez altivamente o Ministro Aldo Rebelo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o outro tema que desejo registrar é o manifesto do PMDB, de que os Srs. Deputados devem ter conhecimento pelo que a mídia divulgou nos últimos dias. Não vou aqui fazer a leitura do documento porque não há tempo suficiente, mas quero anexar a esta minha fala uma cópia do manifesto, para registro nas Anais da Câmara. Este documento será entregue aos nossos Líderes partidários: o Vice-Presidente Michel Temer, nosso timoneiro nesta travessia; o Líder de nossa bancada, o Deputado Henrique Eduardo Alves; o Presidente do partido, Senador Waldir Raupp, e o Líder no Senado, Renan Calheiros.

Esclareço que o manifesto não traz declaração de guerra a quem quer que seja. Traz, sim, nosso posicionamento no cenário político, com a responsabilidade e o peso que deve ter um partido do tamanho do PMDB. Há uma insatisfação das bases com a acomodação do partido ao papel a que nos relegaram. Não aceitamos ser chamados somente para votar as matérias de interesse do Governo. Queremos participar da definição das políticas públicas e da execução. Foi esse o nosso compromisso com o povo brasileiro ao nos associarmos na eleição presidencial que deu ao Brasil sua primeira presidenta. E desejamos cumprir este compromisso.

Solicito, Sr. Presidente, a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, na *TV Câmara* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 397/472

024.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	01/03/2012-09:46
Publ.: DCD - 02/03/2012 - 4929	CABO JULIANO RABELO-PSB -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da valorização dos profissionais da área de segurança pública. Déficit do efetivo policial no País. Defesa de reformulação do sistema de segurança pública nacional.

O SR. CABO JULIANO RABELO (Bloco/PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo novamente esta tribuna para chamar a atenção de todos os Parlamentares - estamos perto da Copa do Mundo - para a questão da segurança pública, assunto muito pertinente e que tem de ser tratado com muito carinho, sobretudo no tocante à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Corpo de Bombeiros e ao sistema prisional, porque haverá grande demanda em nosso País. Os turistas estrangeiros precisarão de tranquilidade.

E não vamos falar apenas de PECs - a PEC 300 e a PEC 308, que vai além disso -, vamos falar da valorização desses profissionais, o que se dá também por meio de moradia digna, algo que, lamentavelmente, não vemos.

Temos a questão do efetivo. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, no meu Estado, o efetivo previsto é de 16.900 policiais militares, mas há apenas 6.500 trabalhando. Então, há um déficit de mais de 50%. E o que é feito? Colocam os policiais para trabalhar numa escala de 24 horas por 24 horas. Todos falam da carga horária - e até mesmo nós cobramos a questão da carga horária.

O policial não tem uma carga horária digna. E, em inúmeros casos, não tem uma vida familiar digna. Muitas vezes, no interior - estou visitando muito o interior -, ele sai do serviço apenas quando consegue, vai para o seu lar, chega cansado e, no outro dia, tem de estar no serviço novamente. Em algumas oportunidades, não pode ir para casa porque tem de ir para uma delegacia lavar flagrante ou, muitas vezes, fazer um bico, permanecendo longe da sua família. Há muitas famílias de policiais se desfazendo devido ao estresse, ao cansaço.

Então, não se deve falar apenas sobre a PEC. Sim, a PEC vai trazer maior dignidade aos policiais, mas o principal é a consciência de que, por trás daquela farda, há um profissional que precisa ser valorizado.

É inadmissível o Governo de um Estado como o meu dizer que vai abrir um concurso com 2.400 vagas, dividido em 3 etapas de 800, para cumprir a demanda até a Copa, iludindo a sociedade, pois só na fila de espera há quase 700 policiais para se aposentar. Então, essa primeira remessa sequer vai cumprir a real necessidade.

Temos de valorizar a categoria. Temos de tratar a segurança pública com dignidade. Estamos nos aproximando da Copa, e todos já alertamos para fatos que já aconteceram e que poderão se repetir, mas não se está investindo na segurança pública.

Então, volto a chamar a atenção de todos nós, Parlamentares, para a necessidade de fazermos uma reforma na segurança pública de todo o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 398/472

024.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

01/03/2012-09:40

Publ.: DCD - 02/03/2012 - 4927

MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 25º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Horizonte, Estado do Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, iniciaram-se hoje as comemorações alusivas aos 25 anos de emancipação político-administrativa do Município cearense de Horizonte, que integra a Região Metropolitana de Fortaleza.

Dirigida presentemente pelo Prefeito Manoel Gomes de Farias Neto, o Nezinho, aquela urbe vivencia momentos de significativo desenvolvimento, graças a iniciativas de inquestionável relevância postas em prática na atual administração. Concentrando várias empresas de largo porte, Horizonte tornou-se ponto de atração dos que se deslocam da Capital, a fim de estabelecer contatos com

firmas que ali atuam proficientemente.

A programação, que é a mais vasta e envolve inaugurações e outros eventos de inquestionável magnitude, acha-se assim delineada: no dia 1º de março, quinta-feira, às 7h30min, Cavalgada Ecológica dos Produtores Rurais, e, às 8 horas, o hasteamento da Bandeira. Também no dia 1º, às 17 horas, inicia-se a XI Feira de Cultura e Empreendedorismo de Horizonte, que irá até o dia 4 e terá lugar na Praças de Eventos.

A entrega da Comenda 6 de Março será no dia 2 de março, sexta-feira, às 19 horas, no Centro Cultural Tasso Jereissati.

No dia seguinte, sábado, às 20 horas, será feita a escolha da Rainha do Município, também na Praça de eventos.

O Dia da Diversidade acontecerá no domingo, 4 de março, no Centro Cultural Tasso Jereissati.

Fechando a programação, haverá um jogo entre o Horizonte, time local, e o América, do Rio Grande do Norte, pela Copa do Brasil, às 20h30min da quarta-feira, dia 7 de março, no Estádio Domingão.

Sr. Presidente, ao fazer o presente registro, saúdo toda a população daquela cidade, particularmente os seus dirigentes e, por extensão, os mais variados segmentos sociais.

Muito obrigado.

Documento 399/472

024.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	01/03/2012-09:02
Publ.: DCD - 02/03/2012 - 4913		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elaboração de proposta consensual pelos membros da Comissão Especial destinada ao exame do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Apreensão do orador ante a paralisação das obras de reforma do Estádio Beira-Rio, exigida para a realização do evento.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Bom dia. É uma satisfação ocupar esta tribuna.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu discurso seja dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.

Quero manifestar, na condição de membro da Comissão Especial da Lei Geral da Copa - inclusive protocolei um requerimento de convocação do Presidente do Internacional, no Rio Grande do Sul, e da diretoria da Andrade Gutierrez -, nossa preocupação com a definição das obras que vão garantir a conclusão do Estádio Beira-Rio para a Copa do Mundo.

Na terça-feira, votaremos os destaques do projeto e definiremos os avanços quanto à preparação para a Copa do Mundo de 2014, de futebol, aqui no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão Especial da Lei Geral da Copa (PL 2.330/11) aprovou na terça-feira o texto-base. Ainda faltam 10 destaques para serem analisados e depois irá para votação no plenário da Câmara. Como membro desta Comissão, saliento que efetivamente está sendo apresentado um plano de avanços em relação à proposta original. Nesse sentido, parabenizo todos os integrantes da Comissão, o Presidente Renan Filho e o Relator Vicente Candido pelo trabalho que está sendo realizado.

O Relator tem trabalhado nas alterações no relatório para tentar chegar a um texto de consenso na Comissão Especial.

O debate segue com assuntos importantes, como a permissão para venda de bebida alcoólica nos estádios durante a Copa do Mundo de 2014. O Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03) proíbe a venda e o consumo de álcool em estádios, em qualquer competição. A última versão do relatório libera a venda de cerveja em copos plásticos em todo estádio e qualquer tipo de bebida nas áreas VIPs, somente nos jogos da Copa. Acredito que em relação a esse item trata-se de uma condição excepcional, em que a segurança é reforçada, e foi uma sensibilidade do Relator não estender a permissão aos campeonatos nacionais. Outra abordagem é sobre o visto eletrônico para estrangeiros a outros eventos desportivos. O relatório autoriza um processo simplificado de visto, pela Internet, caso o estrangeiro venha ao País para assistir aos jogos da Copa.

Um dos itens que estamos debatendo e que merece especial atenção é o artigo que proíbe a propaganda de marcas não patrocinadoras do evento nas imediações dos estádios. No total, são 10 destaques que ainda estão no impasse da aprovação, que também apresentam outros assuntos, como a ampliação das organizações estudantis autorizadas a expedir carteiras de estudante; a multa para o consumidor no caso de desistência da compra do ingresso; o uso irregular de marcas ligadas à Copa; retransmissoras de TV e geradoras.

Já conquistamos a aprovação no texto no que se refere ao estabelecimento da venda de meia-entrada para idosos e 300 mil ingressos populares para estudantes e beneficiários de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. A previsão é de que os ingressos populares sejam vendidos a US\$25, cerca de R\$43. São avanços significativos e importantes.

Outra proposta destacável que foi inserida recentemente na Lei é pauta sobre o turismo, com as campanhas promocionais promovendo do ponto de vista de investimentos e garantindo recursos inclusive oriundos da arrecadação da Copa, para potencialização do turismo brasileiro.

Agradeço o apoio de todos os Parlamentares da Comissão que foram favoráveis à minha sugestão, inserida no art. 30, para que a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014 deixem legado para os clubes profissionais de futebol.

A Comissão avançou na questão do tema social - *"Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo"*. O Brasil, através do mundial esportivo, se tornará vitrine, e por isso existe a necessidade e o dever de fazer e contribuir para a realização de uma grande Copa.

A nossa sugestão integra os temas sociais da Lei Geral da Copa. A proposta é de buscar um legado para o futebol com a formação dos futuros atletas por intermédio dos recursos obtidos com a FIFA com os eventos no Brasil, das arrecadações, venda de ingressos, direito de imagem, ou seja, de uma parte do lucro do megaevento esportivo.

Conforme dados publicados na imprensa, há uma estimativa oficial da FIFA de uma lucratividade da ordem de 200 milhões de dólares. Portanto, estamos buscando um percentual para construção dos centros de treinamentos para formar as categorias de base. Ressalto que junto com o Deputado José Rocha trabalhamos pela reformulação da Lei Pelé, que reconhece o clube formador. O

Relator Vicente Cândido comentou ontem na reunião que a FIFA em todos os momentos confirmou a nossa emenda e a intenção de que parte do lucro distribuído para as seleções aqui no Brasil será para esse projeto.

Ainda não temos ideia de qual percentual será trabalhado do total do lucro; no entanto, acreditamos que em torno de 5% a 10% poderão ser investidos para junto com a organização dos clubes confederados e organizados construir o Centros de Treinamento (CTs) para formação de novos atletas da categoria de base e, assim, promover a inclusão social. Sabemos da necessidade desses clubes e da importância de promover essas atividades. Tenho orgulho de ter frequentando esses clubes quando, na década de 60, fui jogador das categorias de base e profissional no Grêmio Esportivo Bagé e no Brasil de Pelotas.

Como o nosso destaque nesse pronunciamento é sobre a Copa de Futebol no Brasil, não poderia deixar de externar uma grande preocupação que está tomando conta do meu Estado de origem, o Rio Grande do Sul, que foi escolhido para ser sede do mundial esportivo em 2014. As obras no Estádio Beira-Rio, do Sport Club Internacional, em Porto Alegre, escolhido para ser sede das competições no mundial esportivo, encontram-se paralisadas desde junho de 2011. As reformas do Beira-Rio, necessárias para a Copa de 2014, estão sob a responsabilidade do clube, formadas por uma sociedade de propósito específico em parceria com a construtora Andrade Gutierrez.

No dia 30 de outubro de 2011, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) anunciou as cidades-sede da Copa das Confederações 2013, e o Rio Grande do Sul ficou de fora das partidas. A perda da condição de sede da Copa das Confederações 2013 gerou grande preocupação no Estado gaúcho. O motivo da exclusão, relatado na época pelo Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, foi a paralisação nas obras do Beira-Rio. No entanto, as obras no estádio colorado seguem paralisadas há mais de 8 meses.

No primeiro semestre de 2011, o Beira-Rio era uma das sedes mais adiantadas no País; no entanto, a demora da assinatura do contrato com a construtora Andrade Gutierrez fez com que as obras ficassem atrasadas. Em comunicado divulgado no mês de fevereiro, a empresa Andrade Gutierrez informou que busca recursos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas a assinatura do contrato ainda não foi concretizada e o cronograma de trabalho ainda não foi apresentado. A construtora havia procurado o banco com o intuito de conseguir um financiamento pela linha ProCopa Arenas. No entanto, o Presidente do BANRISUL, Túlio Zamin, informou que a proposta da empresa não poderia ser aceita sem a liquidez necessária. Ainda ontem, nova reunião foi realizada, que não teve qualquer acerto com a direção da instituição financeira. Somente em 2011, a Andrade Gutierrez faturou R\$12 bilhões. Portanto, é inconcebível que a empresa responsável pelas obras não consiga efetivar o trabalho.

Os prazos começam a diminuir e as definições ainda estão pendentes, colocando assim em xeque a realização da Copa do Mundo. Enquanto isso, a FIFA definiu que o prazo final para as reformas é dezembro de 2013. A Prefeitura de Porto Alegre deu prazo até 31 de março para que haja uma solução. A obra de recuperação tem um plano de 18 a 20 meses e deveria ser iniciada em 30 dias. A determinação da Presidente Dilma Rousseff é de que a empreiteira Andrade Gutierrez e o BANRISUL cheguem a um acordo a respeito das garantias exigidas pelo banco para fechar o negócio.

Conforme notícia publicada no Clic RBS desta quarta-feira, a Presidente Dilma Rousseff simplesmente não admite que a Andrade Gutierrez se retire do negócio e já mandou aviso aos representantes da empresa, segundo interlocutores da Presidente no Planalto. Ela está acompanhando, passo a passo, tudo o que acontece no Rio Grande do Sul e colocou o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo,

para monitorar as negociações. A Presidente também garantiu que não há possibilidade de Porto Alegre perder a Copa.

Informações da imprensa gaúcha relatam que existe o plano B do Internacional e que foi motivo de reunião na madrugada desta quarta-feira entre o Presidente do Internacional, Giovanni Luigi, e empresários gaúchos da construção civil. Durante mais de 3 horas, foi discutido o modelo de reforma do Beira-Rio. A proposta chegou a ser apresentada em 2011. Na época, as empresas pediram mais 10 dias para acertar detalhes da formatação. O prazo foi negado, sob o argumento que não haveria tempo a perder. O novo modelo gaúcho apresentado a Luigi prevê a entrega do estádio antes da Copa em troca da concessão de uso do espaço externo, onde seriam construídos edifícios, um hotel e garagem. As empresas gaúchas que estão capitaneando a iniciativa pertencem ao Nex Group - Capa Engenharia, Lomano Aita, EGL e DHZ. Outras construtoras também estão envolvidas. Um dos principais obstáculos à nova alternativa é o prazo para a concessão das licenças.

Dado o fator preocupante de o Rio Grande do Sul já não ter sido escolhido para a Copa das Confederações de 2013 e devido às indecisões e ao impasse das obras, que poderá prejudicar a situação como uma das sedes para a Copa do Mundo, apresentei um requerimento, convidando o Presidente do Sport Club Internacional, Giovanni Luigi, e o representante da construtora Andrade Gutierrez para relatar a situação das obras e o cronograma de ações. A presença do dirigente esportivo e da construtora é em função de expor com maior brevidade a situação e com o propósito de garantir que o Estado também não perca a condição de sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, sob pena de prejudicar todos os preparativos, investimentos, obras e as expectativas com a realização do megaevento esportivo no Estado.

Portanto, estamos mobilizados para que haja uma solução imediata e que o Rio Grande do Sul não perca a condição de sede do mundial esportivo.

Peço divulgação desse pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a manifestar.

Documento 400/472

024.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

01/03/2012-10:58

Publ.: DCD - 02/03/2012 - 4968

BRUNO ARAÚJO-PSDB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio à realização pela Casa de Comissão Geral destinada ao debate de privatizações.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, eu aproveito este momento como Líder para, quem sabe, firmarmos aqui um compromisso, de público, em plenário, sob a Presidência de V.Exa.

Nós propusemos ao Plenário desta Câmara uma Comissão Geral. Temos, Deputado Sibá, um requerimento pronto, que, quem sabe, podemos assinar de forma conjunta. Mais do que nunca, queremos o debate público no qual possamos convidar aqueles que nós acreditamos que enxergam, para

determinadas situações, que a participação da iniciativa privada junto com o Estado brasileiro é benéfica para a população, como queremos ouvir aqueles que disseram que isso nunca prestou, que satanizaram a participação da iniciativa privada como também uma importante colaboradora, prestadora de serviço à população brasileira.

Portanto, nós já tínhamos trazido essa proposta, vamos formalizá-la. Ficamos contentes de saber que o PT quer participar desse debate.

De uma vez por todas, as grandes estruturas, as grandes reformas que se deram neste País e que se apartaram a partir de 2002, vêm em 2003 com uma discreta reforma da Previdência. E com 10 anos de atraso, após 10 anos de sucessivas mentiras por parte do Partido dos Trabalhadores, em relação ao eleitor brasileiro, fica o maior dano, que não é só a mentira eleitoral, ou utilizar isso na eleição, é o dano de não termos entregue à população brasileira instrumentos de infraestrutura modernos e capazes de poder promover uma melhor qualidade de serviço, atendendo a quem interessa: a população como um todo.

Dinheiro como esses dos aeroportos que saíam do Tesouro Nacional, que podiam ir para a saúde, para a educação e para a segurança pública, essa era a visão que nós tínhamos. Quando o PT quer fugir e falar em privatização, como se fosse única e exclusivamente um tratamento de concessão, ora, vamos chamar as telecomunicações como universalização, quando 200 milhões de telefones celulares estão espalhados de forma democratizada pelo País. Ora, o que se compra é uma empresa de telefonia ou é a concessão de um serviço? Telefonia é o quê? É concessão? Mais do que isso!

Houve privatização sim, a iniciativa privada participou do desenvolvimento do País. A EMBRAER, que recolhia irrisórios 30 milhões de reais de tributos, hoje, recolhe mais de 1 bilhão e 800 milhões de reais de tributos. Fora a Vale que, no tocante à geração de empregos, antes, tinha mais de 11 mil brasileiros empregados e vai para um contingente de mais de 100 mil brasileiros.

Queremos sim - esse debate hoje está claro - uma Comissão Geral para expor com clareza, de uma vez por todas, esse fato. Tudo o que nós dizíamos continuamos dizendo; tudo o que dizíamos e fizemos seguramos, com a clareza de que era o melhor para o Brasil.

Queremos ouvir, sim, o que mudou para o PT. Mudou o País? Mudou o PT? Mudou a forma de governar? Repito e tenho dito sempre que aquele PT que sonhou com um Estado econômico, que tinha sua visão ideológica, teve de acordar com a economia de Pedro Malan.

O PT, que renegou as privatizações, teve de acordar com o modelo que defendemos. Pena que com 10 anos de atraso, com um prejuízo absurdo. Aqui, muitos têm se concentrado no fiasco que haveria, nos eventos da Copa e das Olimpíadas, com os aeroportos desestruturados. Aqui nós não estávamos para discutir única e exclusivamente o que o PT está fazendo para não passar vergonha na Copa, porque 10 anos de prejuízo, mais do que Copa e Olimpíadas, teve a população brasileira, que precisa utilizar-se dos benefícios de um serviço bem estruturado, bem prestado.

Portanto, queremos sim discutir em qualquer que seja o foro - televisão, rádio, plenário da Câmara. A Comissão Geral é bem vinda. Fica esse compromisso, essa sinalização para o Partido dos Trabalhadores de que o debate é bem-vindo, porque, de uma vez por todas, será esclarecido ao povo brasileiro com quem estava a verdade.

O tempo é o senhor da razão.

Documento 401/472

024.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

01/03/2012-10:58

Publ.: DCD - 02/03/2012 - 4976

LILIAM SÁ-PSD -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 447º aniversário de fundação do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Defesa de ampliação dos investimentos do Governo Federal nas áreas social e de infraestrutura fluminenses.

A SRA. LILIAM SÁ (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente Rose de Freitas, Srs. Deputados presentes, a minha fala é para parabenizar o Rio de Janeiro pelos 447 anos de existência, apesar de tantos problemas que tem enfrentado: a questão da saúde, a questão dos funcionários públicos... Há pouco tempo, vimos a questão dos bombeiros. Hoje, nós nos deparamos com uma manifestação contra o aumento de 60% no valor da passagem das barcas. Isso é um absurdo para o povo. O povo não aguenta mais isso.

Nós queremos ser solidários com o povo e fazer com que haja maiores investimentos, pois nós sabemos que, com a proximidade da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, o Estado do Rio de Janeiro terá a maior concentração de investimentos. Segundo previsão da FIRJAN, o Estado vai receber, até 2013, número recorde de investimentos e novas empresas. Serão investidos R\$181 bilhões em apenas 3 anos. Só a Baixada Fluminense vai receber mais de R\$10 bilhões nesse período.

Vamos ver se, com esse dinheiro todo, a população do Rio vai receber maiores investimentos na saúde, na educação, no transporte público.

Nós vimos greves, aquela briga toda dos trens na semana passada. O povo não aguenta mais isso, Sra. Presidente.

Quero deixar aqui o meu protesto e também as minhas considerações em relação à cidade do Rio de Janeiro. Nós temos outra briga aqui, a partir de março, com relação aos *royalties* do petróleo. Nós vamos brigar. O Rio merece porque é Estado produtor.

Minha fala é essa, Sra. Presidente.

Muito obrigada pelo espaço nesta hora.

A SRA. LILIAM SÁ (PSD-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os cidadãos brasileiros esperam que o Governo amplie os investimentos em áreas prioritárias como educação, saúde, esporte e combate às drogas. A mesma constatação é válida para o Estado do Rio de Janeiro, onde a população tem enfrentado graves problemas.

Na área da saúde, por exemplo, os recursos efetivamente aplicados em programas da pasta sofreram drástica redução nos últimos nove anos e, atualmente, não chegam a 1,7% do Produto Interno Bruto. Com isso, os problemas, deficiências e carências do setor persistem e se agravam a cada ano. Para proporcionar aos cidadãos atendimento realmente de qualidade, seria necessário elevar os gastos em saúde pública ao patamar de 10% do PIB.

Existe, sim, distância considerável entre os investimentos prometidos e o valor efetivamente aplicado no setor. De acordo com dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 56% do que é investido em saúde no Brasil vem de recursos públicos. Conforme dados divulgados pelo

Ministério da Saúde, incluindo os valores investidos pelos Estados e Municípios, o Poder Público tem destinado menos de 4% do PIB para a área de saúde a cada ano. Assim, os gastos do Brasil continuam muito abaixo do que é investido por países como Reino Unido, Alemanha, Canadá e Espanha, que investem no setor público de saúde ao menos 6% de seu PIB.

O investimento em saúde influencia o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, composto por indicadores de educação, saúde e renda, o que faz com que o Brasil, no IDH de 2010, não tenha passado da 73ª posição.

Também as limitações na área da educação são flagrantes por conta do volume insuficiente de investimentos. Na atualidade, o Brasil investe percentual equivalente à média dos países que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as nações mais industrializadas da economia de mercado, como a França, o Japão e a Alemanha. A média da OCDE é 5%, mas o PIB deles é maior que o nosso e a dívida educacional é menor que a nossa. Caberá ao Plano Nacional de Educação válido até 2020, que tramita na Câmara dos Deputados, definir a fatia do Orçamento destinada ao setor, e a expectativa é de que o investimento público em educação, nesse período, fique entre 7% e 10% do Produto Interno Bruto. É preciso, com efeito, aumentar os investimentos, tendo em vista reduzir a dívida educacional brasileira. Como agravante, no entanto, o Governo anunciou, no dia 15 de fevereiro, bloqueio da ordem de 55 bilhões no Orçamento de 2012, fato que, certamente, irá afetar até mesmo essas áreas prioritárias nas quais, hoje, já são bastante acentuados os problemas por falta de maiores investimentos.

Com a proximidade da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016, o Estado do Rio de Janeiro, por seu turno, terá a maior concentração de investimentos do mundo. Segundo previsão da Firjan (Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), o Estado do Rio vai receber, até 2013, número recorde de investimentos e novas empresas. Serão investidos R\$ 181 bilhões em apenas três anos. Só a Baixada Fluminense vai receber mais de R\$ 10 bilhões nesse período.

Outro desafio atual refere-se ao avanço das drogas no País, que requer, sem dúvida, providências urgentes e mais eficazes. Nesse sentido, o Governo Federal lançou, em dezembro do ano passado, o programa *Crack, é possível vencer*, com amplo envolvimento de diversas esferas do Poder Público, incluindo, entre outros órgãos e autoridades, os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e os Secretários de Segurança Pública de todo o País. Segundo informou o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o programa dispõe de R\$ 4,1 bilhões para repasse de recursos ou aplicação direta em ações de combate ao *crack* nos Estados.

Essa droga, de alto poder destrutivo, alastrou-se por todo o País, atingindo pessoas de diversas classes sociais e idades, principalmente jovens. O usuário de *crack*, conduzido quase que instantaneamente à condição de dependente químico, passa a ser prisioneiro de círculo vicioso de uso incontrolado. Todas as cidades brasileiras encontram-se, hoje, portanto, sob séria ameaça, diante dos graves efeitos sociais resultantes dessa escalada do uso do *crack*.

O esgotamento físico e mental acarretado pela droga provoca em pouco tempo o afastamento das atividades cotidianas, como estudo e trabalho. Para suprir a necessidade constante de consumo da droga supostamente barata, o usuário acaba gastando muito, de modo que se tornam comuns os furtos dentro da própria casa. Muitos usuários passam, em seguida, a viver na rua e, para conseguir dinheiro, recorrem também a assaltos e prostituição. A propósito, não se pode perder de vista a estreita relação entre drogas e prostituição infantil. Menores, adolescentes grávidas, crianças com 10 anos e até com menos idade são cada vez mais frequentes entre os personagens dessa grande tragédia.

O programa *Crack, é possível vencer* compreende três eixos de ação:

Prevenção, Tratamento e Autoridade, sendo este último o que diz respeito à parte policial de combate ao tráfico da droga. Além de uma série de medidas de assistência aos usuários da droga, propõe-se o Governo a promover rigoroso enfrentamento em relação ao tráfico, inclusive nas fronteiras do País.

Na oportunidade, importa fazer referência também ao problema das crianças desaparecidas, assinalando a utilidade do cadastro nacional de pessoas desaparecidas, que, apesar de ter sido sancionado por lei, ainda não está em pleno funcionamento. Portanto, é preciso ativar, por em prática, esse recurso realmente imprescindível para a solução do número alarmante de casos de desaparecimento de crianças no Brasil.

Seria necessário muito mais tempo para discorrer sobre tal variedade de temas. Em conclusão, no entanto, era isso, basicamente, o que tinha a dizer neste momento, e encarecer, de modo especial, a realização de mais investimentos em saúde, educação, combate às drogas e no devido apoio e desenvolvimento do esporte, em suas diversas modalidades, contribuindo, assim, para a qualidade de vida, a formação do caráter, o conhecimento e a qualificação profissional, a integração e a inclusão social, gerando, por conseguinte, seguros benefícios para o futuro do País, para a população em geral e, notadamente, para a juventude brasileira.

Muito obrigada.

Documento 402/472

024.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	01/03/2012-10:58
Publ.: DCD - 02/03/2012 - 4979	INOCÊNCIO OLIVEIRA-PR -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Realização, pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de projetos e equipamentos destinados aos portadores de deficiência, por meio do Programa Viver Sem Limite.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em tempos de tecnologias a bem da inclusão social, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) investe no financiamento da pesquisa e desenvolvimento de projetos e equipamentos destinados a pessoas com deficiência física ou intelectual. Agente financeiro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Finep desenvolve o programa interministerial "Viver sem limite", que reúne ações de 15 ministérios.

Como parte de nova linha de financiamento agora criada, as tecnologias de acessibilidade terão disponibilizados R\$ 150 milhões até 2014. O programa "Viver sem limite", no total, dispõe nesse período de R\$ 7,6 bilhões em linhas de crédito subsidiadas, subvenção econômica e a fundo perdido. Esta soma inclui projetos de acessibilidades, educação, saúde, inclusão social e mobilidade urbana. Entre tantos outros, dois exemplos ilustram o trabalho edificante

desenvolvimento com recursos da Finep: uma cadeira de rodas mais leve portátil e um piso podotátil, com textura em relevo que facilita a locomoção de pessoas portadoras de deficiência visual.

Com vistas aos futuros eventos esportivos internacionais, os investimentos em mobilidade urbana no âmbito da Copa do Mundo de Futebol estabelecem que os projetos arquitetônicos atendam aos critérios de acessibilidade. Este é um grande empreendimento e irá dispor de recursos de R\$ 11,8 bilhões. O programa Mobilidade Grandes Cidades vai além e soma R\$ 18 bilhões.

As concepções situam o Brasil na vanguarda internacional da arquitetura e da engenharia. Produtos inovadores desenvolvidos por empreendedores com o apoio da Finep comprovam a criatividade da engenharia nacional e dos nossos pesquisadores na chamada tecnologia assistiva, conforme o linguajar do setor. São equipamentos que podem ser utilizados por pessoas com necessidades especiais e por pacientes carentes do setor público.

Esta é uma realidade crescente no mundo contemporâneo. A demanda por tecnologias assistivas resulta das novas políticas públicas de inclusão social e da conscientização das pessoas.

Projeto do setor náutico no Rio de Janeiro foi contemplado com financiamento do Programa de Subvenção Econômica para a criação de uma cadeira de rodas em fibra de carbono, mais leve e manobrável. As cadeiras de alumínio disponíveis no mercado apresentam perfis tubulares e são capazes de realizar apenas curvas limitadas.

A legislação brasileira estabelece a obrigatoriedade de utilização de pisos táteis em locais públicos como plataformas de trem e metrô, para facilitar a locomoção de pessoas com necessidades especiais. Contando com financiamento da Finep, uma fábrica nacional desenvolveu uma alternativas de PVC e borracha para orientar o trajeto de deficientes visuais e idosos. O material é fácil de ser manipulado e aplicado em reformas de ambientes internos.

De sua parte, o Banco do Brasil criou o Crédito Acessibilidade, com aportes de R\$ 70 milhões, para financiar bens e serviços de pessoas com renda de até R\$ 30 mil. Os juros são de 0,64 % ao mês e o Tesouro Nacional vai entrar com R\$ 16,9 milhões para facilitar o financiamento com juros mais acessíveis.

Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, congratulo-me com a Finep por seu desempenho na linha de vanguarda e em sintonia com os novos tempos de inclusão social

Muito obrigado.

Documento 403/472

025.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	01/03/2012-18:15
Publ.: DCD - 02/03/2012 - 5031		RENAN FILHO-PMDB -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Defesa da distribuição de royalties de petróleo da camada pré-sal aos Estados e Municípios brasileiros, especialmente para as pequenas municipalidades. Razões da reapreciação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Deputado Vicente Candido ao projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Amauri Teixeira. Deputado Hugo Motta, Deputado Francisco Escórcio, é com muito prazer que volto hoje a esta tribuna para falar sobre a distribuição dos *royalties*. Nós, Deputados brasileiros, deveríamos nos revezar diariamente nesta tribuna para discutir esse tema, que, sem dúvida, representa a redenção dos Municípios pequenos e pobres do Brasil e, por que não?, de alguns Estados, a exemplo do Piauí, Deputado Assis Carvalho, Estado que V.Exa., representa nesta Casa.

Tenho discutido muito esse assunto por onde ando. Tenho sido muito cobrado pelos Prefeitos e Vereadores do meu Estado e pelas pessoas que entendem que os pequenos Municípios brasileiros não conseguem mais honrar suas despesas, fazer os investimentos necessários para melhorar a qualidade de vida dos munícipes e, sobretudo, para enfrentar os problemas que têm afligido as cidades brasileiras no que concerne à saúde pública, à educação e ao combate às drogas. E nós só faremos isso com novos recursos.

O advento do pré-sal é uma janela de oportunidades em torno da qual todos temos de nos unir para que os recursos daí advindos - tema sobre o qual falarei daqui a pouco no meu pronunciamento -, pela vez primeira, desde a Constituição de 1988, sejam repartidos em nosso País.

O País vem vergonhosamente concentrando recursos. A União, ano a ano, incha o seu orçamento, enquanto os Municípios e os Estados, sobretudo os que têm mais dificuldades econômicas, não conseguem elevar as suas receitas na mesma proporção da União.

Essa concentração de recursos, perversa, tem feito do Brasil um país desigual, e de agora em diante terá, sem dúvida alguma, mais dificuldades de combater e de erradicar a pobreza, porque agora, longe das grandes cidades, ela está nos rincões, nas pequenas cidades e na periferia das médias cidades. E se não dividirmos os recursos, os Municípios não terão condições de fazer esse enfrentamento. É nos Municípios onde o povo mora. Na minha opinião, o Município deveria ser o maior detentor dos recursos para poder enfrentar os problemas sociais que tanto afligem o povo.

Antes disso, Sr. Presidente, eu gostaria de falar um pouco a respeito da Comissão da Lei Geral da Copa. Tivemos a oportunidade, na última terça-feira, de aprovar o parecer do Deputado Vicente Candido. Parlamentar conhecedor dos problemas dos esportes, em especial do futebol, um estudioso do evento Copa do Mundo no Brasil, o Deputado Vicente Candido apresentou um parecer que conseguiu aglutinar a média das ideias da Comissão. O trabalho de S.Exa. foi elogiado até pelos quatro Deputados que votaram de forma contrária na última sessão.

Entretanto, tivemos um pequeno problema. Antes de concluirmos a votação na Comissão Geral da Lei da Copa, iniciou-se a Ordem do Dia no plenário. E como V.Exa. sabe, Deputado Francisco Escórcio, conhecedor que é do Regimento Interno, as votações nas Comissões não podem se sobrepor às votações em plenário. Portanto, por questão de 2 minutos, teremos de, na próxima terça-feira, refazer a votação do parecer e apreciar e votar os destaques.

Digo isso com muito tranquilidade, porque sei que a discussão foi feita de forma ampla. Rodamos o País inteiro, incorporamos no parecer opiniões de diversos Deputados. De forma que acredito que o projeto da Lei Geral da Copa, hoje, está muito melhor do que o que veio do Executivo.

Como tenho dito por onde ando, o papel da Câmara dos Deputados não é digerir pratos feitos. Nesta Casa é comum o debate, e temos que fazer isso para iluminar os pontos obscuros dos projetos que aqui chegam. E, sem dúvida, o projeto da Lei Geral da Copa do Mundo, que normatizará um dos principais

eventos que o Brasil realizará nesta década, sairá daqui com condições para, por um lado, permitir à FIFA realizar uma grande Copa do Mundo e, por outro, mostrar ao mundo dinamismo econômico do Brasil e também a sua capacidade e organicidade de realizar grandes eventos.

Sr. Presidente Amauri Teixeira, volto agora a falar dos *royalties*. Nesta semana, observamos a ocorrência de chicanas e manobras neste plenário para que as medidas provisórias não fossem votadas, fossem proteladas, atrasadas. Isso é tudo o que a população brasileira rejeita. Isso é tudo o que o nosso povo não quer. Quando chegamos aos nossos Estados, as pessoas nos perguntam: "*Por que passaram a semana sem votar em plenário? Por que não aprovaram a medida provisória que facilitaria o Governo Federal a intervir nos desastres naturais no Brasil?*" Não aprovamos porque, às vezes, os interesses de poucos se sobrepõem aos interesses da maioria. Observamos isso aqui com muito pesar.

Fiz questão de permanecer neste plenário - em nome do PMDB, o meu partido, em nome do Nordeste brasileiro, em nome dos Estados não produtores de petróleo, mas que merecem compartilhar da riqueza arrecadada pela União -, para que a Casa pudesse votar. E o Presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia, tinha assumido o compromisso de que, na segunda quinzena de março, iniciáramos a discussão do projeto dos *royalties* no plenário da Casa.

Nós precisamos deliberar, sim, sobre o substitutivo do Senador Vital do Rego, o qual vai ajudar o Brasil como um todo. Segundo a Constituição Federal de 88, senhores e senhoras que assistem aos trabalhos desta Casa, os Municípios brasileiros recebiam 19% da arrecadação federal. Hoje, 24 anos depois da sua promulgação, os Municípios brasileiros recebem 14% da arrecadação. E esse percentual está caindo: no próximo ano, serão 13%; no seguinte, 12%. Assim não dá. Precisamos repartir os recursos.

Na França, país com democracia mais consolidada do que a nossa - nós já seguimos alguns passos dados pelos franceses, que são mais antigos -, eles entendem que os Municípios devem administrar a maior parte dos recursos. Os Municípios franceses administram 51% de toda a receita da União; no Brasil, ao contrário, eles administram apenas 14%. Nos Estados Unidos, os Municípios são responsáveis pela segurança, os Municípios são responsáveis pela educação, enfim, os Municípios têm mais autonomia. Por isso Nova York dá exemplo ao mundo de como se combate a violência, de como se reduz o número de homicídios. E o Brasil tem que aprender com eles.

Com pouco dinheiro nos Municípios, os Prefeitos sofrem. E as pessoas têm muito mais contato com os Vereadores e com os Prefeitos do que com os Deputados Estaduais, Deputados Federais e Governadores.

Temos que discutir isso. Enquanto houver uma bandeira municipalista nesta Casa, eu estarei a empunhá-la. Durante 6 anos, fui Prefeito num Município pequeno e pobre do Nordeste e sei a dificuldade que é administrar com recursos escassos. Os *royalties* não serão a panaceia, não serão a varinha de condão para resolver os problemas do Brasil, mas, sem dúvida, precisamos agir em duas vertentes: primeiro, racionalizar o gasto público, combater a corrupção, dar eficiência à execução orçamentária dos recursos; segundo, garantir mais recursos para os Municípios e os Estados pobres do Brasil.

Não sou contra o Rio de Janeiro, nem contra o Espírito Santo, mas não acho justo do total de *royalties* distribuídos pela União os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo fiquem com 12,5 bilhões de reais - 10,7 bilhões para o Rio de Janeiro e 1,7 bilhão para Espírito Santo. Não é justo também que o Município de Campos, no Rio de Janeiro, arrecade 1,2 bilhão de reais de *royalties* por ano enquanto todos os outros Estados arrecadem 1 bilhão. Ou seja, somente o Município de Campos, no Rio de Janeiro, arrecada 20% a mais do que os demais

Estados brasileiros. Isso é um absurdo!

Quero dar o exemplo da minha querida Alagoas, que padece da falta de recurso para enfrentar os problemas que afligem a população. E eu digo isso com muita tranquilidade, porque faço oposição ao Governador do Estado. Alagoas precisa de mais recursos para combater a violência que assola o Estado, para melhorar a saúde pública, para investir em infraestrutura e permitir o crescimento sustentado do Estado. Em 2010, Alagoas recebeu 81 milhões e 500 mil reais. Se aprovarmos nesta Casa o substitutivo do Senador Vital do Rêgo, em 2012, o Estado arrecadará 283 milhões e 750 mil reais, o que representa um crescimento de mais de 200 milhões de reais. Isso é fundamental. E no ápice da produção do pré-sal, quando os campos já estiverem maduros e na plenitude da produção, Alagoas vai arrecadar 1 bilhão e 135 milhões com a distribuição de *royalties*.

Temos de acabar com a hipocrisia nesta Casa. Precisamos fazer um revezamento nesta tribuna. Cada Deputado, representando o seu Estado, deve subir a esta tribuna e cobrar do Presidente da Casa o que os Senadores fizeram no Senado Federal. Lá, graças ao Presidente Sarney, que pautou a matéria, o Senador Vital do Rêgo apresentou um substitutivo que dá ao País condição de fazer enfrentamento da miséria e melhorar os indicadores sociais dos próximos anos.

Temos de fazer a mesma coisa aqui, Presidente Amauri Teixeira. Temos de batalhar para que o projeto dos *royalties* venha ao plenário, porque o resultado, todos nós já sabemos, será a vitória do País e não a vitória de poucos sobre muitos.

O Brasil virou várias páginas da história. Uma das que viramos foi a de não permitir mais que poucos comandem todos. Vamos ter de, nesta Casa, escolher quem deve comandar é a maioria, e, sem dúvida, em relação aos *royalties*, a maioria está do nosso lado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me foi concedido. Solicito ainda a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 404/472

025.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	01/03/2012-16:10
Publ.: DCD - 27/06/2012 - 23038	JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Processo histórico da conquista do direito de voto pela mulher. Retrospecto da trajetória de luta das mulheres pela igualdade de gênero.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Amauri Teixeira, Deputada Rosane Ferreira, Deputado Antonio Imbassahy, Deputado Jesus Rodrigues, telespectadores da *TV Câmara* que ora nos assistem e ouvintes da *Rádio Câmara*, hoje é o primeiro dia do mês de março, quando comemoramos o mês da mulher, e no dia 8 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Este ano de 2012 é um marco nas lutas das mulheres no Brasil, porque comemoramos 80 anos do voto feminino, conquistado em 24 de fevereiro de 1932, e venho hoje a esta tribuna para fazer uma reflexão sobre o processo histórico dessa conquista do voto da mulher. Muitos livros asseguram que isso foi uma concessão, mas quero mostrar que foi um processo de luta dos movimentos das mulheres no mundo e no Brasil.

Desvendar a nossa história, o nosso passado de lutas por direitos, constitui o arcabouço, o pilar básico para podermos entender como foi o processo de "empoderamento" da mulher. Primeiro, farei uma breve retrospectiva da implantação do voto feminino, mas nós não podemos pular a história, e eu vou começar pela Grécia.

Há mais de 2 mil anos, na Grécia, especialmente em Atenas, os cidadãos reuniam-se em praça pública para decidir os destinos da cidade-Estado. Na época, a maior parte da cidade era constituída por mulheres, negros, escravos, estrangeiros e pobres, mas esses não eram considerados cidadãos e cidadãs, só os ricos.

Em Roma predominava o poder pátrio, o patriarcado; quem mandava era o pai, ou o marido, e até para a mulher frequentar os cultos religiosos era necessária a autorização paterna. Portanto, as mulheres não participavam de nenhuma instância da vida política.

Na Idade Média, no Concílio de Orange, em 441, proibiu-se a ordenação de mulheres em funções sacerdotais; logo, antes ela existia. A partir daí estabeleceram-se os mosteiros e as abadias, onde as mulheres podiam ser proprietárias de terra e estudar.

A Idade Média foi um período terrível para as mulheres, porque muitas morreram sob o timbre da Inquisição. Mas também foi quando se desenvolveu a roda de fiar, e as mulheres começaram a fazer um trabalho, o de tecelagem. Surgiram também corporações, as guildas, em que predominavam os homens. Os segredos industriais eram passados do mestre para o ajudante.

Na Idade Média, o casamento era uma combinação de aspectos econômicos e políticos.

A mulher, no fim da Idade Média, começa a destacar-se na produção têxtil e na vinicultura.

Quero ressaltar alguns nomes desse período, como Joana D'Arc, lutadora que conquistou oito cidades e foi queimada na fogueira como herege.

A Inquisição entrava no universo privado e aplicava tortura às pessoas para conseguir descobrir o que supostamente considerava heresia, e quase sempre tomava de suas vítimas as suas propriedades.

Desse período, quero destacar a escritora francesa Christine de Pizan (1364-1430), que escreveu o livro *A cidade das mulheres*, em que defende a igualdade por natureza entre os sexos. Vejam: na Idade Média!

Quero também ressaltar que desde a Antiguidade nós tivemos algumas rainhas importantes, como Nefertari, no Egito, que estabeleceu a paz, e ainda hoje reina no templo de Abu Simbel, que exibe uma bela escultura dessa rainha. Tivemos também a Rainha de Sabá, reino onde abundavam as fragrâncias, além de Cleópatra. Mas quero destacar principalmente Nzingha, uma rainha angolana, guerreira, diplomata, que pela primeira vez estabeleceu um acordo e uma aliança entre a Europa e a África.

Tivemos em Portugal várias rainhas. Eu gostaria de ressaltar, na Espanha, Joana I, considerada louca por ter unificado os reinos da Espanha e ter sido a primeira rainha espanhola. A partir daí, quero destacar que na França, que vivia em monarquismo absoluto, com a queda da monarquia - e antes da França nos Estados Unidos, em 1774, no I Congresso Continental da Filadélfia -, buscou-se a independência econômica e futuramente política daquela nação.

Nesse processo houve a participação muito interessante, Deputado Jesus Rodrigues, de uma mulher, Hannah Adams, entre outras. Ela escreveu o seguinte:

"E quanto ao facto de um sexo ser superior ao outro, deve-se considerar que os nossos primeiros pais foram criados, tanto um como o outro, à imagem de Deus. E que eles tiveram igual domínio sobre as criaturas [...]. A mulher não foi feita a partir da cabeça do homem para o governar, nem a partir dos seus pés para ser pisada por ele, mas do seu lado para ser igual a ele."

Quero dizer que anos depois, em 1789, eclodiu a Revolução Francesa, um movimento que primou e lutou por liberdade, igualdade e fraternidade.

Os iluministas consideravam a mulher uma besta imperfeita, sem fé. Esse era o pensamento iluminista. Mas existiram iluministas como o Marquês de Condorcet, que defendeu a igualdade de gênero.

Mostro, portanto, a quem me está ouvindo e assistindo a trajetória da luta pela igualdade entre homens e mulheres.

Na Revolução Francesa as mulheres tiveram uma participação importantíssima, apesar de não terem direito a voto. Já em 1791 conquistaram o direito ao divórcio e o direito à propriedade. Destaco Olympe de Gouges, que fez uma "Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã". Logicamente, por seus escritos e ousadia, ela foi parar na guilhotina.

Quero mostrar que a Revolução Francesa muito contribuiu para o desenvolvimento e o direito do cidadão e dos trabalhadores. Não vou desenvolver o tema da Revolução Francesa, mas vou destacar a Comuna de Paris, que em 1848 criou o voto para o cidadão comum, sendo que antes só tinham direito ao voto os que tinham título de nobreza.

Essas lutas na França repercutiram no mundo inteiro. Os operários e pobres franceses tiveram direito a voto, o que repercutiu em outros países.

Logicamente, não posso deixar de ressaltar a luta das mulheres no Século XIX, principalmente a luta das mulheres tecelãs em Nova Iorque, que em 8 de março de 1857 fizeram uma greve histórica. Por que a considero histórica? Porque elas não pararam de trabalhar, mas começaram a pintar todos os tecidos de algodão na cor lilás. As 130 mulheres morreram carbonizadas. Por que lutavam? Pela redução da jornada de trabalho. Queriam 8 horas de trabalho. Imaginem, continuamos hoje, com uma PEC, a lutar pelas 8 horas de trabalho! Lutavam por melhores condições de trabalho, e ainda hoje há essa luta, e a luta pela equiparação salarial. É o que se propõe no PL nº 6.653/09, defendido pela bancada feminina.

Em 1910, mulheres socialistas na Dinamarca estabeleceram que o dia 8 de março - a transcorrer na próxima semana - seria um marco para comemoração das mulheres, não para receberem flores, mas um dia de luta pelos seus direitos. Tudo bem se receberem flores, mas elas não querem flores, querem direitos garantidos: trabalho igual, salário igual, 8 horas semanais de trabalho, e para as enfermeiras 30 horas.

Quer dizer, a luta das mulheres é um processo histórico, mas hoje devemos continuá-lo.

Só em 1975 a ONU oficializou a data de 8 de março.

Gostaria também de ressaltar aos nobres pares que a legislação de que foi fruto o voto, a conquista do voto da mulher não foi obra apenas da vontade de alguns políticos, e sim resultado de um processo de luta em que muitas mulheres morreram. Não digam que foi uma concessão. É um direito conquistado numa trajetória histórica de lutas por séculos.

Ressalto que em 1893 o primeiro país a estabelecer o voto feminino foi Nova Zelândia; depois, em 1905, Finlândia; em 1913, Noruega; em 1915, Dinamarca; em 1916, Canadá; em 1917, com a queda do Czar, também a Rússia; em 1918 a

Inglaterra - e quero dar destaque à luta das mulheres na Inglaterra. Emily Davidson, sufragista, ativista, na luta pelo direito da mulher ao voto, jogou-se à frente do cavalo do rei, e foi morta, numa olimpíada realizada pelo rei, o que desencadeou protestos em todo o país, e em 1918 as inglesas conseguiram o direito ao voto, mas somente para as mulheres que tinham posses e mais de 30 anos. Só em 1928 se estabeleceu o voto a partir de 21 anos de idade.

Nos Estados Unidos, apesar de toda a luta pela independência, só em 1919 foi ratificada a emenda constitucional que terminava com a discriminação política com base no sexo.

Na América do Sul, em 1929, o Equador foi o pioneiro na implantação do voto feminino, que no Brasil só foi implantado em 1932, na Argentina em 1947 e no Paraguai em 1961.

Na África do Sul, eu gostaria de destacar que só em 1984 conquistaram o direito ao voto as mulheres negras, mestiças e índias.

Em 2005 o Kuwait instituiu o voto feminino.

Nessa primeira parte, procurei fazer um histórico da luta das mulheres pelo direito a ser cidadã.

A Sra. Rosane Ferreira - V.Exa. permite-me um aparte, Deputada?

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ - Pois não, Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira - Primeiro, quero parabenizá-la pelo resgate histórico da trajetória do voto feminino. V.Exa., mais do que uma excelente tribuna, busca nas ações nesta Casa o estímulo à participação das mulheres na política partidária. Quero realmente parabenizá-la e dizer-lhe que V.Exa. honra, e muito, o nosso partido, o povo da sua cidade, Guarulhos, o povo de São Paulo e do nosso Brasil. As mulheres têm em V.Exa. um exemplo de persistência. Finalizando, porque quero ouvi-la ainda mais, como Deputada de primeiro mandato quero fazer publicamente um agradecimento, em nome de todas as demais Deputadas de primeiro mandato, porque V.Exa. coordena nossa pequena bancada com maestria. V.Exa. acolhe-nos e dá-nos condições de crescer e desempenhar na Casa o papel que todas as mulheres brasileiras esperam de nós.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ - Obrigada, Deputada Rosane.

Nesta segunda parte, eu gostaria de abordar o voto feminino no Brasil. Há precursoras. Como o tempo está encerrando-se, eu gostaria de dizer que a bancada feminina, no ano passado, conseguiu uma síntese do trabalho das Parlamentares nesta Casa. Por isso, agradeço ao Presidente Marco Maia. É uma contribuição, uma síntese do papel da mulher no Parlamento que eu não vou ter tempo de abordar, mas destaco que só em 1879 a mulher obteve o direito de estudar. Em 1885, Chiquinha Gonzaga, a maestrina de *Ô Abre Alas*, sofreu muitos preconceitos por fazer música popular. Em 1887 formou-se a nossa primeira médica, Rita Lobato.

Quero destacar que em 1917, com todos os problemas causados pelas revoluções que ocorriam na Europa, Leolinda de Figueiredo Dalton fundou o Partido Republicano Feminino. Quero destacar a secretária do partido, a poetiza e escritora Gilka Machado, que em um belo poema declara: *"Ser mulher, e, oh! atroz, tantállica tristeza! ficar na vida qual uma águia inerte, presa nos pesados grilhões dos preceitos sociais!"*

Gostaria de ressaltar, no Rio Grande do Norte, Celina Viana, de Mossoró, e Alzira Teixeira, a primeira Prefeita brasileira, que foi cassada.

A democracia sofre sufocamento no Estado Novo, mas nós conseguimos o direito ao voto em 1932, porém só para as mulheres bem casadas, ou que tinham propriedades, ou funcionárias públicas. O voto real só conseguimos em 1946. Somente com a Constituição Cidadã as analfabetas obtiveram o direito de voto.

Quero destacar Bertha Lutz, que foi uma mulher incrível, que fez inclusive, como Deputada, o Estatuto da Mulher, que não foi votado; Olga Benário, que morreu

nos campos de concentração de Hitler; e Alice Tibiriçá, que participou da luta que tinha como lema "O Petróleo é Nosso".

A partir de 1948, com o fim das guerras, tivemos, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a igualdade entre homens e mulheres.

A Conferência Mundial das Mulheres de Nairóbi, em 1985, faz uma avaliação dos 10 anos das conferências anteriores, exigindo que os Governos estabeleçam normas políticas e executivas para o cumprimento dessas conferências nas esferas social, política e trabalhista.

Finalmente, a grande Conferência Internacional de Beijing, em Pequim, em 1995, elegeu como prioritário o "empoderamento" das mulheres no centro de sua plataforma política e redimensionou as relações de gênero.

Hoje, no Brasil, nós vivemos um momento histórico, Deputados e Deputadas, porque temos a primeira Presidenta eleita, e dez Ministras. Mesmo assim, ainda é um quadro vergonhoso, como vemos num quadro comparativo que fiz entre os seguintes países: em Ruanda, na África, do total de 80 Parlamentares, 45 são mulheres, o que corresponde a 56,3%; na Noruega, de 169 Parlamentares, 67 são mulheres, correspondendo a 39,6%; no Brasil, de 513 Parlamentares, 45 são mulheres, correspondendo a 8,8%; no Congo, de 137 Parlamentares, 10 são mulheres, correspondendo a apenas 7,3%.

O quadro, com esses quatro exemplos, mostra o quanto nós mulheres precisamos empenhar-nos no "empoderamento", na participação dos partidos e na luta para chegarmos ao patamar, pela reforma política, da igualdade entre homens e mulheres.

Concluo o meu pronunciamento apenas citando a terceira parte. Eu havia dividido este pronunciamento em três partes: a primeira, uma retrospectiva histórica mundial; a segunda, a história do voto no Brasil; a terceira, a situação da mulher, sob o ponto de vista do Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher, o CEDAW, sigla em inglês do Comitê. Eu não terei tempo de discorrer sobre os artigos do Comitê, mas V.Exas. terão acesso a eles. O enfoque principal é eliminar toda e qualquer discriminação contra a mulher.

Da conferência que ocorreu entre os dias 13 e 17 do mês passado, fevereiro, pude, comparativamente, constatar a realidade de três países, Congo, Brasil e Noruega, e fazer o seguinte paralelo: Congo, um país que saiu da guerra, abriga ainda refugiados políticos. Lá a situação da mulher é muito crítica, pois existe poligamia. Infelizmente, ainda hoje as mulheres sofrem mutilação dos seus órgãos genitais, além do aumento da DST AIDS. Quanto à educação, o índice de analfabetismo é muito grande. Quanto à representação política, o índice é de 7,3%. Está em curso a reforma do Código de Processo Civil, e há problemas sérios com as comunidades tradicionais pigmeias, de estatura pequena, e nômades. Na Noruega, um país diferenciado, pioneiro na questão da mulher, ainda hoje há uma diferença salarial de 15% entre homens e mulheres. No Brasil, essa diferença chega a 65%. Lá não há uma Secretaria da Mulher, como no Brasil, mas há um órgão com função de *ombudsman*. Dos 1717 Ministérios noruegueses, dez investem em políticas intersetoriais para a mulher.

Quanto ao Brasil, nós fomos muito elogiados pela magnífica Lei Maria da Penha, porém fomos cobrados em relação a se o que foi aprovado pelo Supremo Tribunal Federal é para valer e se a partir de agora se cumprirá a Lei Maria da Penha. Fomos cobrados - a Sra. Deputada Rosane Ferreira, na condição de enfermeira, sabe disto - em relação à mortalidade materna, quanto ao caso de Aline Pimentel, mulher negra, pobre, da periferia do Rio de Janeiro, Belford Roxo, porque, por falta de atendimento médico, morreram a mãe e a criança. O CEDAW tem muita clareza em relação a como o Brasil cresceu e desponta internacionalmente e às políticas que temos desenvolvido para a saída da miséria, mas cobrou muito a situação de pobreza e da mulher negra, da

trabalhadora doméstica e do trabalho escravo.

Ao finalizar, esclareço que esse organismo da ONU, que nos acompanha por meio de seus peritos, também cobrou a Medida Provisória nº 557/11 e principalmente a questão das cotas para a mulher na política. É vergonhoso termos uma representação parlamentar de apenas 8,8%. Agradeço, e digo que o CEDAW está acompanhando-nos, e que temos muito a fazer. Se avançamos - entramos para o Parlamento em 1933; hoje somos, em exercício, 48 -, temos muito ainda por fazer.

Faço uma convocação, um apelo a você, jovem mulher, negra, de todas as origens: participe, procure empenhar-se, porque só nós saberemos deixar claro quais são as nossas prioridades nas políticas públicas para o Brasil.

Muito obrigada a todas e a todos, e feliz mês da mulher.

Documento 405/472

025.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	01/03/2012-15:45
Publ.: DCD - 02/03/2012 - 5013	ONOFRE SANTO AGOSTINI-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Declaração do Presidente da Câmara dos Deputados a favor da apreciação de proposições de iniciativa parlamentar, especialmente nas Comissões da Casa. Declaração de voto contra a aprovação do projeto de lei sobre a criação do regime de previdência complementar dos servidores públicos federais. Importância da aprovação pela Casa de proposições apresentadas pelo orador.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este início dos trabalhos legislativos ocorre em contexto de expectativas altamente favoráveis para o País, em que o Parlamento terá oportunidade de aprovar muitas medidas úteis para a consolidação do desenvolvimento econômico sustentável, tão importante para a sociedade brasileira.

Na Câmara dos Deputados, alguns projetos de lei altamente relevantes estarão em discussão e certamente serão aprovados com a redação final que resultar do debate político envolvendo o Governo, a Oposição e os grupos sociais mais diretamente interessados.

Assistimos recentemente ao Presidente desta Casa dizer que vai dar oportunidade, a partir de agora, a que os projetos de origem parlamentar sejam votados, principalmente nas Comissões, uma vez que elas têm debatido muitas matérias de interesse do Governo e não do Parlamento.

Como eu disse, há projetos de lei altamente relevantes. Nessa categoria encontram-se, entre outros, os relacionados ao novo Código Florestal, que é de suma importância e, segundo consta, será votado nos dias 6 e 7 março; à distribuição dos *royalties* do petróleo; à Lei Geral da Copa e ao novo regime de previdência dos servidores públicos, matéria que foi aprovada ontem, contra o meu voto. Votei contra porque entendi que não era o momento, mas, felizmente ou infelizmente, a proposição foi aprovada.

É nesse contexto de otimismo e responsabilidade que gostaria de mencionar alguns dos projetos que apresentei no ano passado - encontram-se em

andamento nesta Casa -, cuja aprovação deverá contribuir para aprimorar as relações sociais e econômicas em nossa sociedade.

O PLP 13/11 exclui da base de cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal os recursos usados para remunerar pessoal que trabalha em programas federais. Isso é muito importante, Sras. e Srs. Deputados.

A propósito, vemos agora, quanto à fixação do teto dos professores, que os Prefeitos e os Governadores estão reclamando, porque não vão ter como cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PL 2.382/11 condiciona a transferência voluntária de recursos federais à existência de órgão de defesa civil no Município. A cidade que não tiver órgão de defesa civil municipal não receberá benefício do Governo.

O PLP 38/11 garante o pagamento de precatórios de valor equivalente ao triplo das obrigações de pequeno valor, ampliando os limites para 120 salários mínimos, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e 90 salários mínimos, no caso dos Municípios. Trata-se de precatórios no ano da decisão da Justiça.

Na área de meio ambiente, gostaria de destacar o PL 1.274/11 e o PL 1.908/11.

O primeiro estimula os proprietários rurais a tomar medidas de proteção ambiental, com a criação do Programa Nacional de Compensação por Serviços Ambientais e do Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. O segundo projeto estabelece tratamento diferenciado na cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados para indústrias cuja operação crie produtos reciclados que contenham resíduos sólidos.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, objetiva a permitir o trabalho de adolescentes maiores de 14 anos. A medida atende a exigência da realidade brasileira, na qual cabe de maneira perfeita o trabalho devidamente acompanhado desses menores, que, com isso, poderão complementar a renda da família. A atual proibição apenas estimula o trabalho informal, quando não empurra o jovem para as drogas e para o crime.

Nós estamos acompanhando esse tema, a imprensa tem mostrado a violência praticada por menores. Eles não têm o que fazer. É preciso dar trabalho a esses menores, com as devidas condições.

Na área de educação, destaco os Projetos de Lei nºs 629 e 1.813, ambos de 2011. O primeiro inclui a Educação Ambiental e a Educação no Trânsito entre as disciplinas obrigatórias do ensino fundamental. O segundo obriga o Poder Executivo a oferecer educação e tratamento especializado aos portadores de autismo.

Quanto à área de saúde, apresentei o PL 1.948/11, que destina ao Fundo Nacional de Saúde os recursos de prêmios de loterias não procurados, e também o PL 388/2011, que permite a inclusão de filho com doença grave como dependente de segurado do Regime Geral da Previdência Social.

Por fim, gostaria de destacar ainda o PL 1.774/11, que proíbe cobrança de pedágio em rodovias inacabadas. É um absurdo! Há rodovias não acabadas, e já estão cobrando pedágio. Deputado, chegaram a aumentar o valor do pedágio em rodovia não acabada. É um absurdo! Nós queremos proibir isso. Só se pode cobrar pedágio em rodovia...

(O microfone é desligado.);

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o início dos trabalhos legislativos ocorre em contexto de expectativas altamente favoráveis para o País, em que o Parlamento terá a oportunidade de aprovar medidas úteis para a consolidação do desenvolvimento econômico sustentável, que é tão importante para a

sociedade brasileira.

Na Câmara dos Deputados, alguns projetos de lei altamente relevantes estarão em discussão e certamente serão aprovados com a redação final que resultar do debate político envolvendo o Governo, a Oposição e os grupos sociais mais diretamente interessados.

Nessa categoria encontram-se, entre outros, os projetos que discutem o novo Código Florestal, a distribuição dos *royalties* do petróleo, a Lei Geral da Copa e o novo regime de previdência dos servidores públicos.

É nesse contexto de otimismo e responsabilidade que gostaria de mencionar alguns dos projetos que apresentei no ano passado, cuja aprovação deverá contribuir para aprimorar as relações sociais e econômicas em nossa sociedade.

O PLP 13/11 exclui da base de cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal os recursos usados para remunerar pessoal que trabalha em programas federais. Com isso, pretende-se permitir que os Municípios participem de programas importantes dos quais são excluídos pela LRF.

O PL 2.382/11 condiciona a transferência voluntária de recursos federais à existência de órgão de defesa civil no Município, criando, com isso, estímulo decisivo para que todas as cidades brasileiras disponham desse serviço fundamental ao bem-estar da comunidade.

O PLP 38/11 garante o pagamento de precatórios de valor equivalente ao triplo das obrigações de pequeno valor, ampliando os limites para 120 salários mínimos, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e 90 salários mínimos, no caso dos Municípios. A medida beneficiará cidadãos que têm créditos de pequeno valor a receber e que atualmente permanecem tempo demais na fila de espera.

Na área de meio ambiente, gostaria de destacar o PL 1.274/11 e o PL 1.908/11. O primeiro estimula os proprietários rurais a tomar medidas de proteção ambiental, com a criação do Programa Nacional de Compensação por Serviços Ambientais e do Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

O segundo projeto estabelece tratamento diferenciado, na cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, para indústrias cuja operação crie produtos reciclados que contenham resíduos sólidos. Espero, com isso, estimular a compra e a venda de material reciclado.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, altera o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, para permitir o trabalho de adolescentes maiores de 14 anos. A medida atende a exigência da realidade brasileira, na qual cabe perfeitamente o trabalho devidamente acompanhado desses menores, que, com isso, podem complementar a renda familiar. A atual proibição apenas estimula o trabalho informal, quando não empurra o jovem para as drogas e para o crime.

Na área de educação, destaco os Projetos de Lei nºs 629/11 e 1.813/11. O primeiro inclui a Educação Ambiental e a Educação no Trânsito entre as disciplinas obrigatórias do ensino fundamental. O segundo projeto obriga o Poder Executivo a oferecer educação e tratamento especializado aos portadores de autismo.

Na área de saúde, apresentei o PL 1.948/11, que destina ao Fundo Nacional de Saúde os recursos de prêmios de loterias federais que não forem procurados pelos ganhadores, e também o PL 388/11, que permite a inclusão de filho com doença grave como dependente de segurado do Regime Geral da Previdência Social.

Por fim, gostaria de destacar, ainda, o PL 1.774/11, que proíbe cobrança de pedágio em rodovias inacabadas; o PL 611/11, que regulamenta a profissão de motorista de ambulância; e o PL 2.662/2011, que estabelece que a recusa em

realizar o teste do bafômetro gera a presunção de uso de álcool pelo motorista. Essas são, portanto, algumas das proposições que apresentei a esta Casa no ano passado e com as quais pretendo contribuir para aprimorar a legislação de nosso País.

No mais, espero que o ano de 2012 satisfaça as boas expectativas com que foi iniciado, confirmando as amplas possibilidades que se descortinam para o Brasil neste momento.

Obrigado.

Documento 406/472

021.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/02/2012-10:26
Publ.: DCD - 01/03/2012 - 4550		RENAN FILHO-PMDB -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer oferecido pelo Deputado Vicente Candido ao Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações de 2013.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que, na tarde de ontem, a Comissão Especial da Lei Geral da Copa aprovou o parecer do Relator, Deputado Vicente Candido, passo muito importante para que este Parlamento dê respostas ao País e possibilite à FIFA realizar um grande mundial no Brasil, que exponha para o mundo a capacidade brasileira de organizar grandes eventos e resgate as nossas tradições futebolísticas. Também pudemos garantir os direitos sociais do povo brasileiro, com a meia-entrada para idosos e estudantes e ingressos populares para os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Foi importantíssimo termos aprovado na tarde de ontem o relatório do Deputado Vicente Candido. Hoje à tarde apreciaremos os destaques, para, enfim, enviarmos o texto ao Plenário da Casa e, posteriormente, ao Senado.

Documento 407/472

021.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/02/2012-12:18
Publ.: DCD - 01/03/2012 - 4614		ALEXANDRE SANTOS-PMDB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do 447º aniversário de fundação do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Comemoração de aniversário da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Elevação da renda média dos trabalhadores na Capital fluminense, segundo pesquisa do IBGE. Sucesso da política de reordenação urbana e da criação de Unidades de Polícia

Pacificadora no Rio de Janeiro. Realização de investimentos no setor de infraestrutura e educacional da Capital fluminense com vistas à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uso da tribuna para prestar homenagem à cidade do Rio de Janeiro, que no dia 01 de março irá completar seus 447 anos. Lembro, ainda, que no próximo dia 15 de março comemora-se a Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que em 1975, passou a ser a capital do Estado, recebendo o título de Município do Rio de Janeiro.

Cidade essa que nos orgulha com um passado e um presente marcante na história nacional, onde em 1808 foi sede do Império Português, após a chegada da Corte Portuguesa, depois, vindo a ser a capital federal do Brasil até abril de 1960, e hoje se desponta no cenário macroeconômico com a descoberta do pré-sal.

Podemos dizer que a cidade do Rio de Janeiro é a cidade brasileira mais conhecida no exterior, com a maior rota do turismo internacional no país, tendo como ícones de visitação o morro do Corcovado, o Pão de Açúcar, os bairros de Copacabana e Ipanema, dentre outras atrações, como o Reveillon na praia de Copacabana e o Carnaval. É uma cidade de importância nacional na economia, onde abriga as duas maiores empresas brasileiras - Petrobras e Vale, além de sediar as principais companhias petrolíferas instaladas no país.

Por circunstâncias naturais, o Rio de Janeiro foi sempre uma cidade aberta a todos.   aí que reside a sua principal característica: a alma carioca da cidade, essa alma tão conhecida pelo seu humor, pela sua espontaneidade, pela sua hospitalidade, pela sua grandeza em acolher a todos com o mesmo amor.

Quero aqui t mbem comentar sobre a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelando que, no universo pesquisado, a renda média do Rio de Janeiro foi a que mais cresceu no período de 2003 e 2011, temos, portanto, um bom motivo para nos alegrar: finalmente, a cidade do Rio de Janeiro está se tornando socialmente mais justa, e o meu Estado está na dianteira dessa corrida.

No caso específico do Rio de Janeiro, há outros fatores que podem explicar a posição de destaque e que permitem vislumbrar cenário ainda mais auspicioso: temos riquezas naturais fantásticas e reservas energéticas inestimáveis.

Devido as políticas estruturais e de distribuição de renda implementadas em âmbito nacional, que têm possibilitado ascensão social a milhões de pessoas em todo o País, o Rio de Janeiro tem sido objeto de administração responsável e consequente, que bem gerencia essas políticas em nível local e, com isso, abre novos horizontes, com relação a problemas históricos.

Um desses problemas é a violência urbana, sobretudo a decorrente do tráfico de drogas, instalado nos morros. Estampados nos jornais e mostrados na TV, os casos de violência amedrontavam e espantavam turistas. Para fazer frente a isso, está em curso uma bem-sucedida política de reordenação urbana, associada   criação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), cuja tarefa inicial   retomar para o Estado o domínio territorial das comunidades para, em seguida, colocar em prática as ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas ). Dessa forma, a população ordeira vai se sobrepondo ao crime, o temor vai-se desfazendo, e o número de visitantes aumenta.

Atentos a esse acréscimo de turistas e já com vistas à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016, governo e iniciativa privada estão realizando

investimentos maciços em infraestrutura, de modo a fazer da cidade um destino atraente, seguro e confortável para os visitantes que devem chegar em número cada vez mais elevado. Assim, está havendo grande aquecimento do setor de construção civil, sabidamente uma das molas mestras da economia.

O círculo virtuoso há de instalar-se em definitivo, com os investimentos em educação, para que os serviços prestados sejam de qualidade e para que a vocação natural do Rio de Janeiro seja explorada em sua plenitude.

Como se vê, não só os resultados são espetaculares, como o horizonte que se descortina para o Rio de Janeiro é alvissareiro. Como representante do Estado nesta Casa, não poderia deixar de vir à Tribuna, manifestar a alegria de meus conterrâneos diante dessa perspectiva, Senhor Presidente, aproveitando a oportunidade para deixar aqui o meu abraço caloroso a toda população da cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

Documento 408/472

022.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

29/02/2012-15:46

Publ.: DCD - 01/03/2012 - 4638

FLÁVIA MORAIS-PDT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional do Turismo. Importância do setor turístico para a economia brasileira.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT-GO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço que seja dado como lido meu pronunciamento que ressalta a importância do turismo. Será comemorado em 2 de março o Dia Nacional do Turismo. Essa atividade econômica é importante para nosso País. Ela gera emprego e, se bem planejada, não polui.

Eu, que sou de uma cidade turística e religiosa, Trindade, quero ressaltar a importância e a força que precisa ter essa atividade econômica no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Nacional do Turismo, comemorado em 2 de março, serve para desfazermos um engano comum: supor que o turismo seja feito só em nome do lazer. Na verdade, dentre as motivações para o turismo estão cursos escolares, tratamentos de saúde, a fé, congressos, viagens de negócio, entre outras.

A atividade que homenageamos gera serviços de hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento, entre outros. Serve, portanto, como potente alavanca para o crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população.

Países como França e Espanha têm grande parte de seus ganhos diretos e indiretos derivados do turismo. Barcelona, na Espanha, tornou-se destino conhecido internacionalmente após as Olimpíadas e aproveitou o evento para remodelar completamente seu urbanismo, em benefício da população local.

Mobilidade urbana e qualidade de vida devem ser os grandes legados da Copa e das Olimpíadas, além das obras de infraestrutura.

A criação de empregos duradouros e de qualidade, porém, assim como as melhorias da infraestrutura urbana e de serviços públicos, necessita de um planejamento consciente da atividade turística. Não basta fazer propaganda para atrair visitantes. É preciso recebê-lo de forma tal que ele retorne e divulgue. Como se diz no comércio, o importante não é garantir apenas uma venda, mas ganhar o cliente, para que ele continue voltando.

Em nossa pressa para "vendermos" o País para os eventos esportivos dos próximos anos, corremos o risco de perder uma clientela valiosa. É preciso ter cuidado. Bem ou mal planejados, os investimentos em turismo estão sendo feitos. Além do prazer e da diversão associados à atividade, há também a aquisição de conhecimentos e novos pontos de vista, com a consequente superação de preconceitos e abertura de novos horizontes intelectuais, emocionais e espirituais. Isso, sem falar em formas de turismo mais direcionadas, como o turismo de negócios, o turismo educativo, o turismo médico, turismo religioso, o turismo ecológico, todos com suas características específicas, mas com vários pontos comuns.

O Brasil registra um crescimento de turistas de todas as espécies, e é importante que essa atividade, potencialmente tão lucrativa, não resulte em danos ao patrimônio histórico, natural, cultural e urbanístico do País.

Senhoras e senhores, com potencial para afetar todas as áreas da economia e da cultura de um povo, o turismo é uma indústria de importância enorme, e é assim que deveria ser encarada. O Brasil, como todos os países que se desenvolvem, deixará de escorar sua balança comercial nas matérias-primas ou nos produtos industrializados, em prol do desenvolvimento do setor de serviços. E não existe alavanca melhor para o setor de serviços do que a indústria turística, na qual se calcula que cada dólar investido proporcione um retorno de 600%, não apenas para o investidor, mas para toda a cadeia turística: motoristas de táxi, faxineiras, comércio, lavradores, hotéis, restaurantes, prefeituras... Salários e qualidade de vida são gerados para os habitantes da cidade, mesmo os que acham que não dependem do turismo.

Das atividades parlamentares por mim desenvolvidas nesta casa, destaco minha luta pelo incentivo ao desenvolvimento econômico do meu Estado, Goiás, com base no aproveitamento do potencial turístico local, principalmente o turismo religioso.

Desde o início do meu mandato, estou numa peregrinação junto aos Ministérios na busca de incentivos para viabilizar a implantação do Projeto Caminho da Fé, projeto este que consiste na implantação de infraestrutura turística para atender a centenas de milhares de romeiros que por devoção percorrem a pé o trecho de 18,8km entre o Município de Goiânia, Goiás, e a basílica do Divino Pai Eterno, no Município de Trindade, no interior do Estado.

Destaco ainda o Projeto de Lei nº 1.276, de 2011, de minha autoria, que confere o título de Capital Nacional Ecumênica da Fé ao Município de Trindade, em Goiás.

Minha mensagem, portanto, é que passemos a encarar o turismo como alavanca estratégica para o desenvolvimento.

Obrigada.

022.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

29/02/2012-15:56

Publ.: DCD - 01/03/2012 - 4642

VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável à proibição da venda de bebidas alcoólicas em estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, ontem, a Comissão Especial que analisa a Lei Geral da Copa votou o projeto, deixando alguns destaques para serem votados hoje. Acontece que o desenrolar desta sessão não permitiu que a Comissão se reunisse. Nossa reunião estava, num primeiro momento, convocada para as 10 horas da manhã; depois, passou para as 14 horas, e, agora, foi transferida para as 16 horas. Temos conhecimento, porém, de que a votação final ficará para terça-feira, a partir das 14 horas.

Na verdade, um dos destaques que está sendo analisado na Comissão é relativo ao art. 29, que diz que a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos locais oficiais de competição serão admitidos, desde que o produto seja acondicionado em material plástico, sendo vedado o uso de qualquer tipo de embalagem.

Portanto, esse artigo permite a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa. Na verdade, com a presença do Relator, o Deputado Vicente Candido, houve um avanço na negociação em relação àquela primeira posição de abrir essa possibilidade para todos os jogos no Brasil e não apenas nos jogos na Copa do Mundo. Mesmo assim, Sr. Presidente, há um movimento forte no plenário desta Casa no sentido de proibir definitivamente o comércio e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa.

Ontem, ficou muito claro na Comissão que uma grande parte dos Parlamentares tem votade de votar pela retirada desse artigo, mantendo a legislação atual, o Estatuto do Torcedor, que proíbe a utilização de bebidas alcoólicas durante os jogos, porque a lei brasileira assim o especifica.

Na verdade, pretende a FIFA fazer uma intervenção na legislação brasileira. Se ela proíbe hoje a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, por que temos de mudar isso? Não! Devemos manter a legislação brasileira e garantir a proibição da venda de bebidas alcoólicas.

Digo isso com muita propriedade. Está aqui o Deputado Geraldo Resende, Presidente da Comissão que estuda exaustivamente a questão do excesso do consumo de bebidas alcoólicas no nosso País e da qual sou Relator. Estamos estudando várias alternativas e propostas para evitar a propaganda, comercialização e consumo, bem como as consequências do álcool no trânsito, e promover a prevenção do seu uso e o tratamento dos que têm problemas com bebidas alcoólicas. E esperamos que essas pessoas possam efetivamente ser atendidas pelo Estado brasileiro, que se preocupa muito mais com as drogas ilegais do que com o álcool, que é a porta de entrada para drogas mais fortes.

Portanto, Sr. Presidente, a manutenção da atual legislação é fundamental. A permissão da venda e consumo de bebida alcoólica nos estádios durante a Copa será, do ponto de vista pedagógico, um desastre para o Brasil, porque, ato contínuo, estabeleceremos um retrocesso, permitindo essa prática também nos demais jogos.

Na verdade, a saúde pública e, mais do que isso, a violência em que está envolvida a bebida precisam ser levadas a sério por este País.

É a nossa posição em relação a esse caso.

Documento 410/472

022.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/02/2012-16:22
Publ.: DCD - 01/03/2012 - 4648	JESUS RODRIGUES-PT -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à liberação do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para demonstrar minha preocupação quanto a dispositivo previsto na Lei Geral da Copa que permite a venda e o consumo de bebida alcóolica durante os jogos da Copa do Mundo. Sras. e Srs. Deputados, já há muita violência nos nossos estádios! Torcidas que mais parecem gangues organizadas, como vemos, por exemplo, em Minas Gerais e em São Paulo, conseguem promover toda a sorte de violência - e sem bebida alcóolica. Imaginem, então, como será depois da permissão de venda de bebida alcóolica durante os jogos. Somado ao entusiasmo normal de uma partida, o uso de bebida alcóolica durante os jogos, com certeza, provocará um crescimento muito grande da violência. Dessa forma, portanto, quero me manifestar contra essa permissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 411/472

022.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/02/2012-16:24
Publ.: DCD - 01/03/2012 - 4648	FRANCISCO FLORIANO-PR -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à autorização, na Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014, de venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios por ocasião do evento.

SR. FRANCISCO FLORIANO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, a Comissão Especial da Lei Geral da Copa aprovou o texto-base do substitutivo do Deputado Vicente Candido - os destaques serão apreciados hoje. Discordo inteiramente da opinião do nobre Relator quanto à manutenção do artigo que autoriza o comércio de bebidas nos estádios, e chamo a atenção

desta Casa para a necessidade de ser mantido no texto a proibição da venda e consumo dessas bebidas.

Não importa se os espectadores vão chegar aos estádios alcoolizados ou não. Importa, sim, como eles vão sair, podendo até causar danos, desordens. E, como ainda há pouco o nobre colega mencionou, se hoje com as grandes torcidas já temos sérios problemas, ainda mais torcidas alcoolizadas.

Então, é indispensável que a Casa esteja atenta para esse fato e, juntos, proibamos a venda de bebida alcoólica nos estádios, onde teremos grandes concentrações na Copa das Confederações e Copa do Mundo.

Somos representantes da Federação, no meu caso, do Estado do Rio de Janeiro, e responsáveis pela segurança pública, sim. A venda de bebidas alcoólicas em estádios é uma autorização para o uso de substância que pode vir a causar imprudências, desordens, violências.

O consumo de álcool é explicitamente proibido por algumas legislações estaduais e por regulamento da CBF. O Estatuto do Torcedor também veda o uso de bebidas alcoólicas, porque gera a possibilidade da prática de atos de violência. Bebida não combina com esporte. E muito menos com a saúde! Isso já está provado.

Pela ordem, vamos votar pela manutenção da proibição da venda e uso de bebidas alcoólicas em estádios na Lei Geral da Copa.

Que Deus abençoe o povo brasileiro.

Muito obrigado, meu Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 412/472

022.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

29/02/2012-16:50

Publ.: DCD - 01/03/2012 - 4660

ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

QUESTÃO DE ORDEM
QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Levanta questão de ordem sobre a aprovação do parecer ao Projeto de Lei 2.330 de 2011, relativo às normas gerais para realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, pela Comissão especial destinada a apreciar a matéria em reunião realizada simultaneamente com a Ordem do Dia em Plenário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - É sobre outra matéria, Sr. Presidente.

Ontem, V.Exa. anunciou o início da Ordem do Dia às 17 horas e 56 minutos. Nesse momento, estava reunida a Comissão que trata da Lei Geral da Copa. E, às 17 horas e 58 minutos, o Presidente da Comissão declarou aprovado o Relatório do Deputado Vicente Candido. Portanto, quando o Relatório foi declarado aprovado, a Ordem do Dia já tinha sido iniciada.

Eu faria esta questão de ordem na própria Comissão, mas, como a Comissão

não se reuniu hoje e a reunião ficou pendente para a semana que vem, quero chamar a atenção da Mesa, porque, já no início da Ordem do Dia, deu-se continuidade à reunião da Comissão da Lei Geral da Copa, que aprovou o Relatório às 17 horas e 58 minutos; portanto, após o início da Ordem do Dia. Essa é a questão de ordem que formulo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu acolho a questão de ordem de V.Exa. Nós vamos conferir as informações e, posteriormente, eu responderei a V.Exa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu as tenho em mão.

Documento 413/472

023.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	29/02/2012-19:28
Publ.: DCD - 01/03/2012 - 4772		CESAR COLNAGO-PSDB -ES
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de adiamento da votação da Medida Provisória 547 de 2011.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos aqui também fazer um apelo, o PSDB, que também fosse adiada, o trabalho que ele fez.

Aí, Sr. Presidente, quero fazer um registro aqui muito sério. Na verdade, muitas medidas provisórias, a da Copa do Mundo, o regime diferenciado, entrou em três medidas provisórias, estranhas às matérias.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu vou encaminhar... Deputado Colnago...

O SR. CESAR COLNAGO - Esta não é estranha, por incrível que pareça. Estudou um ano a matéria, aproveitou o que a Comissão fez. Quando nós podemos aqui colocar...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu quero só que o Deputado Glauber encerre o seu relatório e eu vou continuar a discussão. Aí V.Exa. tem todos os instrumentos regimentais...

O SR. CESAR COLNAGO - Eu sei, Presidente. Mas aí está uma questão de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - ... para encerrar a votação.

O SR. CESAR COLNAGO - Quando interessa, o Governo várias vezes já colocou matérias estranhas às MPs. Esta não é estranha. Como é dos Deputados, não pode?

Documento 414/472

019.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/02/2012-14:38

Sumário

Encaminhamento de indicação ao Ministro da Defesa, Celso Amorim, para a retomada de obras de reestruturação e ampliação do Aeroporto Internacional Cunha Machado, em São Luís, Estado do Maranhão.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dou como lido pronunciamento sobre indicação que encaminho ao Sr. Ministro de Estado da Defesa, solicitando providências quanto às obras de reestruturação e ampliação do Aeroporto Cunha Machado, em São Luís - solicitação feita reiteradas vezes desta tribuna.
Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou encaminhando ao Sr. Celso Amorim, Exmo. Ministro de Estado da Defesa, uma indicação na qual solicito imediatas providências para que as obras de reestruturação e ampliação do Aeroporto Cunha Machado, de São Luís, sejam retomadas e se apresente um cronograma seguro para sua conclusão.

A indicação corresponde aos anseios do povo maranhense pela retomada da normalidade no Aeroporto Marechal Cunha Machado, de São Luís. Fato que se justifica pelo caos instalado no aeroporto e que se arrasta desde março de 2011. O prazo de conclusão foi mudado três vezes, sendo o último em dezembro.

Embora as obras estejam atrasadas, a agravar a situação constam as ameaças de paralisação dos trabalhos por parte da construtora EP Engenharia, contratada sem licitação para realizar a reforma do aeroporto, numa ação reprovável que parece ter a conivência da INFRAERO.

O resultado é transtorno operacional, o que gera extremo desconforto aos passageiros e grande depreciação ao turismo em São Luís, condição que vem acumulando prejuízos incalculáveis ao Município e ao Estado do Maranhão.

Faz-se necessário uma atenção especial, tendo em vista que as obras do Aeroporto Cunha Machado enfrentam a concorrência de outros aeroportos de capitais que sediarão a Copa do Mundo de Futebol. Se não for tomada uma atitude terminante agora pela conclusão do aeroporto de São Luís, a maior proximidade da Copa pressionará em favor dos aeroportos-sedes.

O Aeroporto Cunha Machado espraia sua influência em São Luís e por todo o Estado do Maranhão, conforme a INFRAERO atesta em seu site:

"O Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado é a principal porta de entrada do Estado do Maranhão e contribui para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado. O Estado do Maranhão e em especial a área de influência metropolitana, da capital São Luís, vem se destacando como polo de investimentos industriais e turísticos com oportunidades de crescimento econômico sustentável, promoção da inclusão social e redução das desigualdades regionais."

Em outubro de 2011, o Aeroporto Cunha Machado ultrapassou seu limite operacional em 25%, com um crescimento três vezes a média nacional, o que justifica maior atenção por parte da INFRAERO e do Governo Federal.

Muito obrigado.

Documento 415/472

019.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

28/02/2012-15:06

Publ.: DCD - 29/02/2012 - 4206

JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Estado do Ceará. Anúncio pela Presidenta da República da realização de investimentos no Metrô de Fortaleza.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero nesta tarde anunciar, do plenário da Câmara, a importância da visita da Presidente Dilma ao meu Estado, o Ceará, ontem, segunda-feira. Tivemos oportunidade de acompanhar a visita às obras do PAC e também ouvimos o anúncio que a Presidenta fez de novos investimentos para o Ceará. Isso tem uma importância econômica muito grande para o nosso Estado. Em primeiro lugar, a Presidenta visitou a já quase concluída Linha Sul do Metrô de Fortaleza, que vai ligar parte da Região Metropolitana ao centro de Fortaleza, à Estação João Felipe. A obra, iniciada em 1997, no segundo mandato do Presidente Lula e no início do Governo da Presidenta Dilma, estava paralisada. É uma obra que já tem data para ser inaugurada para começar a operar uma linha de metrô de 24 quilômetros em Fortaleza. A Presidenta visitou duas estações e o trem que vai fazer a ligação da região sul metropolitana ao centro de Fortaleza.

O nosso Governo, o Governo Federal, investiu nessa obra 1 bilhão e 700 milhões de reais, só nessa Linha Sul, obra que tem um impacto enorme do ponto de vista - como o nosso Governo conceituou - do enfrentamento do problema da mobilidade urbana nas grandes regiões metropolitanas e capitais do País. O trem, chamado metrô, vai ter forte impacto no transporte urbano de massa em Fortaleza e recebeu investimento grande. A primeira etapa será inaugurada no dia 15 de junho e a segunda etapa, a integralidade da linha, no dia 15 de outubro. Vamos concluir essa obra até o final de outubro.

Ao mesmo tempo em que a Presidenta visitou essa obra do Metrô de Fortaleza, anunciou a Linha Leste, que vai ligar o centro de Fortaleza à UNIFOR, uma outra região da Água Fria, numa extensão de 12 quilômetros, uma obra toda subterrânea que será feita em parceria com o Governo do Estado do Ceará.

Para a Linha Leste do Metrô de Fortaleza, que faz parte de todos os investimentos feitos na área metropolitana e no centro da cidade, que integram todo o pacote de obras de mobilidade urbana, tendo em vista inclusive a Copa do Mundo de 2014, uma vez que será uma das cidades-sede, a Presidenta anunciou ontem investimento de 2 bilhões de reais - 1 bilhão do Orçamento Geral da União e 1 bilhão de financiamento para o Governo do Estado do Ceará, em uma extensão de 12 quilômetros, porque essa obra Leste terá muito impacto, sobretudo para o transporte de qualidade em Fortaleza. Foi, portanto, um investimento muito importante anunciado pela Presidenta Dilma.

Também em Fortaleza, a Presidenta visitou projeto que constitui uma revolução na periferia da cidade, o chamado Projeto Vila do Mar, uma obra executada pela

Prefeitura Municipal de Fortaleza, tendo à frente a Prefeita do PT, Luizianne Lins. A obra, que já custou aos cofres federal, estadual e municipal 185 milhões de reais - 100 milhões ainda do PAC 1, 55 milhões da Prefeitura Municipal de Fortaleza e 30 milhões do Governo do Estado do Ceará - tem um alcance social muito grande, porque além de reassentar as famílias que saem da orla dos bairros de Cristo Redentor, Nossa Senhora das Graças e Barra do Ceará, além de reurbanizar toda aquela parte da periferia da cidade, uma das maiores áreas de risco de Fortaleza, todas as famílias ribeirinhas na orla da beira-mar, nos três bairros a que me referi, vão receber os apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Quase mil unidades do Minha Casa, Minha Vida estão sendo construídas no entorno da região da Barra do Ceará. Trata-se de uma obra que tem impacto social em uma das regiões mais pobres de Fortaleza, Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, em uma dimensão articulada com as obras de mobilidade, especialmente do PAC 1 e do PAC 2.

A Presidenta também visitou um dos últimos trechos do chamado Eixão das Águas. O nosso Governo do Ceará está trazendo água do Castanhão. Com um sistema adutor e de abertura de canal vamos trazer água do Castanhão para toda a Região Metropolitana de Fortaleza, ligando-a ao Porto do Pecém, onde teremos a siderúrgica e a Refinaria Premium II.

É uma das maiores obras hídricas e que integra, inclusive, o projeto de interligação de Bacia do São Francisco, que corta também parte do Ceará. Com a transposição do São Francisco, a Transnordestina, a refinaria, a siderúrgica e outras obras menores, não tenho a menor dúvida - e não é conversa, não é palavra, são ações concretas que estão se realizando -, de que o Ceará, este ano, receberá o maior aporte de recursos orçamentários do Governo Federal para realização de obras vinculadas à conclusão dos PACs 1 e 2.

É assim, como eu dizia ontem em uma entrevista em Fortaleza, que o Governo da Presidente Dilma Rousseff está dando continuidade à revolução econômica que o Presidente Lula realizou no Nordeste. Foi assim que o Nordeste - eu sempre digo - deixou de ser uma região exportadora de mão de obra desqualificada para o Sul e hoje é porta de entrada para o investimento público, para o investimento privado, sobretudo para a melhoria da qualidade de vida do povo nordestino.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 416/472

019.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/02/2012-16:26
Publ.: DCD - 29/02/2012 - 4221		DÉCIO LIMA-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Geração de novos empregos formais no País. Ações do Governo Federal em prol da criação de novos postos de trabalho.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar, com alegria, com entusiasmo, os números

pertinentes à criação de empregos formais em nosso País. Desde janeiro de 2003, estamos próximos de contabilizar 18 milhões de novos empregos.

Trago aqui um relato desses anos que marcaram profundamente, de forma positiva, o nosso País - período inaugurado pelo Governo do Presidente Lula; consequência da eleição da primeira Presidenta -, com a promoção desse modelo de desenvolvimento, de crescimento sustentável, garantindo, sobretudo, empregos ao povo brasileiro, à nossa juventude. Faço, portanto, um relato, desde 2003, acerca dessa política exitosa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o sonho de milhões de trabalhadores, o emprego formal, com carteira assinada, tem-se tornado realidade para muitos brasileiros. No ano passado, o CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados registrou o segundo melhor resultado da série histórica do órgão, com a criação de 1,945 milhão de empregos formais. Somando-se aos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponíveis somente a partir de março deste ano, 2011 deve fechar com o total de 2,2 milhões de empregos formais criados. Esse número expressivo representa o fortalecimento da política de incentivos ao mercado de trabalho formal, que vem sendo consolidada nos últimos anos.

Desde janeiro de 2003, quando o Brasil começou a ser governado pelo Partido dos Trabalhadores, até dezembro de 2011, foram criados 17,3 milhões de empregos formais, segundo dados da RAIS. Assim como o emprego formal cresceu, há que se registrar também que a taxa de desemprego caiu vertiginosamente, constituindo as menores taxas desde 2002. Quando o PT assumiu o Governo, os índices de desemprego passavam de 12%, mas, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em novembro de 2011 esse índice reduziu para menos da metade, chegando a 5,2%.

Como uma forma de estimular a geração de emprego, o Governo Federal instituiu o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER. Financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e operado pelos bancos oficiais federais, o Programa disponibiliza recursos para linhas de crédito voltadas a micro e pequenos empreendimentos. O fortalecimento das micro e pequenas empresas é uma forma de estimular a criação de mais empregos.

Outra ação que merece destaque é o Programa do Seguro-Desemprego, criado pela Lei nº 7.998 e que tem também como fonte de recursos o FAT. O Programa tem como ações básicas, além do benefício do seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional.

Vale destacar também o empenho no desenvolvimento do novo sistema via *web* Portal MTE Mais Emprego, atualmente implantado em toda a rede de atendimento do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, resultando em agilidade e aprimoramento na concessão do benefício do seguro-desemprego e no processo de intermediação de mão de obra. A grande inovação é que qualquer trabalhador, ao solicitar o seguro-desemprego, está automaticamente inscrito no processo de intermediação de emprego do Sistema Nacional de Emprego - SINE e, havendo vaga compatível com seu perfil profissional, será convocado a participar do processo de seleção para novo emprego.

A intermediação de mão de obra e orientação profissional do SINE vem aumentando sua rede de atendimento, totalizando 1.492 postos espalhados em todo o território nacional. Como resultado, dados preliminares de 2011 apontam que foram colocados e recolocados 681.901 trabalhadores no mercado de trabalho por intermédio do SINE. A expectativa para 2012 é de mais de 1 milhão de colocações em postos de trabalho através do SINE.

Mais uma novidade é a implantação do Portal MTE Mais Emprego, que está criando um banco de dados único no País, concentrando as vagas por Estados e com a possibilidade de inscrição e reserva de vagas pelos trabalhadores via Internet.

A educação voltada para o ensino profissionalizante, através de programas como o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, lançado em 2011, também tem contribuído para a qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho e consequente aumento nos índices de empregos formais. Somente em 2011, por exemplo, mais de 23 mil jovens foram beneficiados com ações de qualificação profissional no âmbito da ação Juventude Cidadã, através de parcerias com 24 Estados e Municípios, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 50,5 milhões. Para este ano, serão beneficiados 203.039 jovens com a assinatura, já efetuada, de 214 parcerias com 16 Estados e 198 Municípios.

É importante destacar ainda, Sr. Presidente, a instituição de meta obrigatória nos convênios de 10% das vagas ofertadas para trabalhadores com deficiência; obrigatoriedade de carga horária mínima de aulas práticas; exigência de meta de 30% de inserção de trabalhadores qualificados no mercado; criação de novas modalidades de qualificação, entre elas a educação a distância e o Plano Brasil Sem Miséria - Qualificação e Emprego.

Dentro do Plano Brasil Sem Miséria, serão desenvolvidas ações do Plano Nacional de Qualificação com o objetivo de qualificar social e profissionalmente os trabalhadores beneficiários do Programa Bolsa Família e demais trabalhadores cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO, bem como seus familiares, com vistas à colocação no mercado de trabalho em setores que demandem mão de obra qualificada.

A meta para 2012 é atuar ainda mais na melhoria da política pública de qualificação, desenvolvendo ações que qualifiquem social e profissionalmente com vistas à inserção de ainda mais brasileiros no mercado de trabalho.

Para este ano merece destaque a qualificação de trabalhadores para atuarem em vagas a serem disponibilizadas em razão da realização da Copa do Mundo de 2014. São 50 mil vagas em diversos setores da economia, entre eles os de construção civil, turismo e serviços.

Todas essas ações do Governo Federal convergem no sentido de aumentar o número de trabalhadores formais no País, contribuindo para que mais e mais pessoas tenham garantidas a sua cidadania e dignidade através da inserção e ascensão no mercado de trabalho.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 417/472

019.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	28/02/2012-16:40
Publ.: DCD - 29/02/2012 - 4228		RONALDO CAIADO-DEM -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Incoerência do discurso do PT. Críticas ao Governo Dilma Rousseff. Privatização do Aeroporto Internacional de Brasília. Defesa de rejeição do projeto de lei sobre a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos assistindo a algo inédito no Governo do PT, um Governo bipolar; um Governo ciclotímico; um Governo de dois discursos; um Governo que, no palanque e na televisão, prega a ética, a moralidade e a dignidade, principalmente com o dinheiro público, mas, quando ocupa o poder, é primeiro lugar em escândalos, contaminando toda a Esplanada dos Ministérios. Até agora, só no atual Governo, já são sete os Ministros que caíram envolvidos em processo de corrupção. E o processo se alastra cada vez mais.

Mas há um outro ponto em que o PT, na campanha eleitoral, também faz um verdadeiro cavalo de batalha: as privatizações. O PT tenta criar toda uma situação, demonizando aqueles que privatizaram a telefonia celular - iniciativa que levou ao patamar de avanço que alcançamos no setor neste País - e a Vale do Rio Doce.

Pois bem. Eles assumiram o Governo, mas não têm competência para gerenciar, nem para fazer investimento. O PAC é muito mais um programa de ficção, nele não existe nada de concreto. O PAC não investe nada mais do que 17% do previsto, ou seja, numa previsão de 100%, ele investe apenas 17%. Essa é a realidade do PAC. Nós vemos as obras paradas, e a Presidente Dilma, agora, exigindo que as pessoas sejam mais atuantes e realmente respondam a um cronograma. E, vejam bem: a Presidente é aquela que, sem dúvida nenhuma, esteve, durante todo esse período, à frente do gerenciamento do PAC. E há essa decepção para toda a sociedade brasileira, às vésperas de uma Copa do Mundo. E a infraestrutura no País? O caos. Não há como recebermos uma Copa do Mundo hoje, pela estrutura que temos nos aeroportos, pelo tráfego das cidades, pela estrutura dos Estados na parte de hotelaria e de serviços. É um colapso generalizado.

No entanto, depois de vários anos, o Governo do PT agora está copiando aquilo que tanto criticou. Mas ele tem o hábito de apelidar as palavras. Assim, agora, privatização é concessão; mudou-se a palavra, apelidou-se a privatização.

O PT não é da privatização. Como não? Temos de fazer um grande evento mostrando o Aeroporto de Brasília, que foi privatizado pela Presidente Dilma. Está lá a grande obra da Presidente Dilma no final do ano de 2011 e início de 2012. Então, está lá a privatização do Aeroporto de Brasília, o Aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek, como tantos outros pelo Brasil afora.

Agora, eles estão exatamente se curvando àquilo que já havíamos dito há muito tempo, àquilo que já havíamos mostrado como alternativa para o País atender à demanda de toda a sociedade brasileira.

Mas, hoje, sem dúvida nenhuma, vamos discutir um outro tema, ou seja, o que foi anunciado pelo Presidente como a matéria a ser discutida na sessão extraordinária: exatamente o FUNPRESP.

Ora, todos nós estamos abertos a discutir um fundo de previdência para o servidor público federal. Ninguém aqui tem a disposição de ser refratário a essa discussão, nem mesmo os servidores públicos federais. Agora, sem dúvida alguma, ninguém pode admitir que algo nesse sentido venha com urgência constitucional, para ser votado de afogadilho, aqui e agora.

O Presidente está noticiando a votação na tarde de hoje, mas nós ainda não temos, Deputado Marcelo, o texto da proposta do Relator sobre a fundação da

previdência social dos funcionários públicos federais. Nós não temos o texto. Mas, vejam outro ponto maior: o que diz o projeto que nos foi distribuído? O projeto exclui todo e qualquer benefício, o auxílio-maternidade e o auxílio-doença. Quantos Parlamentares aqui foram duramente penalizados quando nós votamos a flexibilização da legislação trabalhista, e o PT e as centrais sindicais divulgaram uma lista dizendo que os Parlamentares estavam ali cassando o direito do auxílio-maternidade às mulheres e do auxílio-doença? Nunca existiu isso!

Neste texto do Governo (*exibe documento*), eles estão cassando o auxílio-maternidade e o auxílio-doença. Mostrem onde está aqui o contrário do que estou dizendo. O que eles diziam a nosso respeito - e que nunca existiu - está aqui: o cancelamento dos direitos de uma funcionária pública federal, que, ao ter a saúde comprometida por uma doença ou que se torne mãe, ficará com o seu salário restrito àquele valor máximo do INSS, R\$3.960,00.

Não existe aqui a garantia de que poderá completar o salário que ela recebe hoje como funcionária pública federal. No auxílio-doença, no momento mais crítico da vida de uma pessoa, o servidor vê o seu salário ser exatamente o que o INSS garante: R\$3.960,00.

Além de tantos problemas, criam-se duas categorias de funcionários públicos: a do funcionário que tem a garantia da aposentadoria com o seu salário pleno e a do outro, que terá como teto de aposentadoria o valor máximo pago pelo INSS; senão, terá de pagar um fundo complementar para poder garantir que, amanhã, receberá um valor próximo ao que percebe hoje. E, em todos os cálculos e planilhas feitas, o valor da aposentadoria será de mais ou menos 80% do salário da ativa. As melhores projeções chegam a algo em torno de 80% daquilo que ele recebe hoje como funcionário público federal.

Mas, há um ponto mais grave que aqui está colocado hoje - e não pelo Democratas, não pelos partidos da Oposição. A própria imprensa está dizendo que os partidos da base do Governo já estão de olho no novo cofre e já estão brigando entre si pela presidência desses novos fundos do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, que serão os maiores fundos da América Latina nos próximos 30 anos. É algo inimaginável! Só o ativo da PREVI soma 153 bilhões de reais. E esses fundos vão superar a PREVI, serão os maiores de toda a América Latina.

Vejam bem ao que estamos assistindo: o uso político desse fundo. E aí a nossa preocupação. Este Governo não tem credibilidade moral para propor um fundo dessa envergadura diante de todos os escândalos que estão ocorrendo. A motivação é muito mais política do que realmente a de atender ao funcionário público e à situação da Previdência no País.

Observem, Srs. Parlamentares, o que diz o art. 10:

"Art. 10. A FUNPRESP será mantida integralmente por suas receitas, oriundas das contribuições dos participantes".

Amanhã, se esse fundo falir, o Governo lavou as mãos, não há garantia alguma. O servidor não terá como receber mais do que os R\$3.960,00 de aposentadoria pelo INSS.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de debater o tema por mais tempo, ouvir técnicos e trazer aqui sugestões, para que pudéssemos ter uma controladoria mais eficiente desse fundo, fazer uma sabatina desses diretores e proceder à desvinculação político-partidária da gestão desses fundos.

Ao concluir, quero deixar claro que a posição do Democratas será contrária à votação desse projeto, que tenta criar, sem dúvida nenhuma, uma caixa-preta a mais.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado.

Documento 418/472

020.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

28/02/2012-17:40

Publ.: DCD - 29/02/2012 - 4249

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Marco Maia de liberação do acesso de manifestantes às galerias do plenário, para acompanhamento da votação do projeto de lei sobre a criação do fundo de previdência complementar dos servidores públicos federais. Defesa da rejeição da matéria. Repúdio às exigências da Federação Internacional de Futebol - FIFA, no tocante à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no País.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer dois comentários sobre debates e possíveis votações aqui na Casa.

Em primeiro lugar, esta sessão está convocada para votar o fundo complementar privado de previdência pública, projeto sobre o qual há uma grande má consciência, tanto que um dos argumentos fundamentais é dizer que só vigorará para os futuros servidores. Isso significa que ele não é intrinsecamente bom e que vai consolidar uma ideia nefasta, que muitos países do mundo, como a nossa vizinha Argentina, já estão revendo: contribuição definida, benefício imprevisível, ao sabor do cada vez mais oscilante mercado financeiro.

Mas, na hora própria de debate da matéria, o PSOL vai reiterar a sua posição. De início, digamos que o que dá sentido ao Plenário é o acompanhamento da população, seja através dos grandes meios eletrônicos de comunicação, como *TV Câmara* e *Rádio Câmara*, seja através da presença física aqui nas galerias, que têm muitos espaços vazios. Há interessados na matéria querendo acompanhar de perto, como é justo, como é democrático, como é necessário.

Portanto, reitero o apelo que já fiz ao Presidente Marco Maia para que garanta a democracia desta sessão, assegurando a presença de todos os interessados nessa importantíssima votação, que vai revelar se acreditamos na importância e na especificidade do serviço público e do princípio da solidariedade entre gerações para os benefícios previdenciários ou não, se queremos colocar tudo na ótica do negócio, do lucro e do individualismo e do mercado financeiro.

Outro ponto que quero destacar: a Comissão Especial está discutindo a Lei Geral da Copa do Mundo, que é a aberração da visão colonizada. Ali, a FIFA, que é uma entidade de negócios, com acusações seriíssimas de corrupção, que com o seu navio pirata já aportou aqui, como antes, na África do Sul, como em 2018 o fará na Rússia e depois, em 2022, no Kuwait. Ela não quer mais fazer Copas em países que têm uma legislação democrática consolidada, como a Alemanha, como a Inglaterra, como a França. Ela quer impor seus interesses negociais contra a lei brasileira.

Nós não precisamos de uma legislação excepcional, de exceção futebolística. Nós temos o Estatuto do Torcedor e não precisamos liberar bebida alcoólica como se o grau etílico em quem assiste a uma partida da Copa do Mundo viesse a ser diferente de um torcedor comum. Podemos contrariar até a livre concorrência tão decantada, estabelecermos zonas de exclusão para monopólio de produtos que a FIFA disser que são exclusivos dela, em áreas inclusive não

só de estádios, mas também para além deles, em vias públicas. Nós não podemos colocar o Instituto Nacional de Propriedade Industrial como órgão carimbador dos produtos que a FIFA definir como de seu interesse e de seu monopólio. Nós não podemos ficar no desconhecimento - e eu solicitei, como Líder do PSOL, há muito tempo, isso ao Governo - sobre a carta-compromisso do Governo brasileiro com a FIFA, realizada há 2 anos, em que parece que a soberania nacional fica secundarizada. Nós não podemos aceitar, inclusive, que remoções daqueles que vivem o seu direito sagrado à moradia sejam impostas a partir de uma ideia de higienização daquelas áreas onde vai ocorrer o certame de futebol.

Nós não podemos sequer aceitar essa mentalidade colonizada, atrasada, reveladora de incompetência da gestão pública, que diz que só com Copa do Mundo ou Olimpíada podem-se implementar políticas de mobilidade urbana, de transporte coletivo de massa, de massificação de esportes, de educação. Vejam só, isso é obrigação dos governantes! Isso devia ser política pública essencial, e se não gastar, como se faz, metade do Orçamento para pagamento de juros e serviços da dívida, como o nosso Deputado Ivan Valente sempre reitera.

Portanto, a Lei Geral da Copa é "Estado futebolístico de exceção" e negação da soberania nacional. Essa é a posição do PSOL, que vamos defender lá na Comissão, como já o fizemos, e aqui em Plenário.

Documento 419/472

018.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	27/02/2012-18:05
Publ.: DCD - 28/02/2012 - 3762	OSMAR TERRA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Urgente adoção, pelo Governo brasileiro, de medidas diante as exigências do Governo argentino a respeito da importação de produtos pelo país. Atraso nas obras do Estádio Beira Rio, Possibilidade de exclusão de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, como subsele da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Manutenção pelo PMDB de candidaturas ao cargo de Prefeito Municipal em grandes metrópoles.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer breves colocações, tentando aproveitar o tempo de 3 minutos.

Primeiro, quero falar sobre a preocupação do Rio Grande do Sul - e acredito que seja uma preocupação nacional -, com referência às exigências estabelecidas pela Argentina. Continuam as regras que o Governo argentino criou para dificultar as exportações brasileiras para o país. São milhões de reais por dia de prejuízo que as nossas indústrias estão sofrendo. E, por enquanto, não há nenhuma medida forte do Governo brasileiro em relação a isso.

Estou levando para a reunião das bancadas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, que vai ocorrer amanhã, uma proposta de audiência com o Ministro Mantega e com o Ministro Pimentel. Eu tinha pedido a eles que comparecessem à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, mas eles não puderam vir. Não se trata de

tentar constrangê-los, mas de pedir que tomem medidas com urgência. O prejuízo está sendo muito grande para a produção nacional, a Argentina é um grande centro para o qual nós exportamos. O Governo argentino não só está boicotando a importação dos produtos brasileiros, mas também está constrangendo as empresas situadas mais próximo às fronteiras a se transferirem para o outro lado, a Argentina, o que é um absurdo e gera desemprego no território nacional. O Rio Grande do Sul já é uma região que sofre muito com o êxodo populacional, principalmente na Bacia do Rio Uruguai.

Quero também aproveitar a oportunidade, Sra. Presidente, Srs. Deputados, para falar sobre minha preocupação relativamente à situação do Estádio do Beira Rio. A Andrade Gutierrez, empresa encarregada de fazer a obra para a Copa do Mundo, não começou nada ainda, e há uma negociação muito complicada: pediu recursos ao BANRISUL, Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Em virtude de uma avaliação técnica, o banco não encontrou possibilidade de conceder o financiamento.

Estamos vivendo um clima de confusão no Rio Grande do Sul. Já estamos bem perto da Copa, e não vemos os Governos tomarem uma atitude para enfrentar essa situação. Tanto o Governo Federal, quanto o Estadual e o Municipal têm de se juntar nessa hora para impor, de alguma forma, à empresa, ao clube, a quem for possível, uma solução. Tem de haver uma solução. O Rio Grande do Sul não pode ficar fora da Copa, até porque há uma série de investimentos direcionados para esse evento. Estamos vivendo uma situação constrangedora no Estado diante do silêncio das autoridades que estão assistindo, como se estivessem numa arquibancada, ao sonho de ter a Copa no Estado ir por água abaixo.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, além dessas duas colocações, gostaria ainda de fazer uma consideração política. Para isso, peço um minuto só além do meu tempo.

Na relação de poder que existe hoje no País, o PMDB desempenha um papel importante. Tem o Vice-Presidente da República, o Presidente do Congresso Nacional e, se tudo correr bem, terá como Presidente desta Casa no ano que vem o Deputado Henrique Eduardo Alves - é esse o nosso objetivo. E essa correlação de força com o PT, que é o grande partido hoje, o maior partido do Governo, depende do voto, da política eleitoral. É uma relação que tem de ser de igualdade, de respeito mútuo. E isso passa pelas eleições municipais.

O PMDB não pode, como foi aventado hoje no *Correio Braziliense*, nem pensar em retirar a candidatura do Deputado Chalita, em São Paulo, em troca de algo que já está acertado, a Presidência da Câmara dos Deputados no próximo período. O PMDB tem de manter as candidaturas em todas as grandes cidades, em todas as capitais, e mostrar que tem voto e que tem de ser respeitado por isso.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 420/472

018.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

27/02/2012-16:05

Publ.: DCD - 28/02/2012 - 3743

FRANCISCO PRACIANO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Avanços do País nas áreas social, econômica e política durante o Governo petista. Implantação de projeto de Estado para a Amazônia brasileira. Aumento dos índices de pobreza, de morte materna e do número de infectados com o vírus da AIDS na Região Amazônica. Precariedade dos serviços de saneamento básico na Amazônia. Elevada taxa de homicídios registrada na região. Carência de profissionais médicos na Região Norte. Necessidade de aquisição de mamógrafos e de tomógrafos para Municípios no Norte brasileiro, especialmente para os amazonenses. Defesa da instalação de novas agências bancárias oficiais na Região Amazônica. Defasagem do número de professores em municipalidades interioranas amazônicas. Estado de abandono de comunidades indígenas na região. Inclusão da Amazônia em programa de planejamento estratégico do País.

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, eu me chamo Francisco Praciano, sou Deputado Federal pelo Estado do Amazonas, ou seja, sou um Deputado amazônida, fui muito bem votado nos dois mandatos que ocupei e ocupo nesta Casa. Portanto, tenho que fazer a defesa também das comunidades do meu Estado, da sociedade e da Amazônia. Sou do PT e, obviamente, do Governo. O PT já desenvolveu três mandatos no Governo: dois do companheiro Lula, um da companheira Presidenta Dilma Rousseff. Orgulho-me dessa colaboração que o PT tem dado nos últimos anos ao Brasil e ao povo brasileiro. Na condição de petista, brasileiro e Parlamentar, companheiro Amauri, sou vaidoso, tenho orgulho do partido e do Governo a que pertenço, e reconheço os avanços por que passamos.

Na área econômica, não há dúvida de que os nossos Ministros trabalharam com muita maestria os fundamentos da economia brasileira. Há mais de 30 milhões de pessoas incluídas no consumo, o que é um elemento forte para a manutenção e crescimento do PIB nacional. As nossas poupanças, ao invés de estarem estocadas, estão sendo utilizadas para saneamento e habitação de forma inteligente. Nós temos aí um viés para tratar a questão do juro de forma equilibrada. Queremos um juro neutro, que permita o crescimento responsável e, ao mesmo tempo, o controle da inflação. Esse equilíbrio no tratamento do juro é uma maestria, uma virtude da nossa equipe econômica.

No campo da economia externa mantemos um câmbio flutuante, livre, mas inteligente, que mantém firme o volume de negócios do País com o resto do mundo. Um avanço, sem dúvida nenhuma, monumental, extraordinário do nosso partido, o que, obviamente, vem se fazendo mesmo antes do Governo Lula. Houve um avanço, e enfatizamos algumas políticas com mais concretude, com mais volume.

Na área social, nem se fala. Pela nossa história de partido, pelo perfil dos nossos militantes, pela forma de fazer política do PT, tivemos um avanço muito grande no campo social. Estamos eliminando a vergonha de um País rico ter fome. Estamos acabando com a fome. E, mais do que isso, estamos fazendo uma peneira para eliminar definitivamente a fome e a miséria neste País, com uma política social, como diz o companheiro Lula, nunca antes vista. É mais uma vaidade que temos.

Na área política também evoluímos. Como País, estamos crescendo há muitos anos em democratização. Temos uma democracia concretizada, embora precise ser aperfeiçoada, mais qualificada. Para isso, precisamos de reformas políticas que apontem para esse fim. Mas o que mais destaque na política deste País, nos últimos anos, é a participação democrática e popular da sociedade, da opinião pública nas decisões deste País.

Companheiro Amauri, só para lembrar, nos últimos anos, tivemos mais de 70 encontros da militância em todo o País sobre diversos temas, sobretudo aqui em

Brasília. Foram encontros nacionais, conferências nacionais de mulheres, de índios, de negros. Toda a política do Governo teve como base o grito popular, a consulta popular feita nos Municípios, nos Estados. A maioria desses Estados e Municípios elegem seus delegados e mandam-nos para Brasília para resumir, sintetizar esses gritos nacionais sobre diversos temas que têm embasado a política dos Governos Dilma e Lula. Portanto, não tenho dúvida de que avançamos bastante no emprego formal, na redução do desemprego, no aumento real do salário mínimo; crescemos significativamente nessa questão da redução da fome, da miséria, com uma economia equilibrada e bem fundamentada. Parabenizo os Ministros atuais e anteriores da área econômica.

Houve também outros avanços. Entretanto, companheiro, esse avanço que vimos no Brasil, infelizmente - aí fala o Parlamentar amazônida - não posso registrar com relação à Amazônia. A região não cresceu no mesmo ritmo e não foi fortemente um foco dos Governos Lula e Dilma, na minha opinião. A Amazônia ainda não está sendo entendida pelo Governo, pela sociedade brasileira e por esta Casa como uma região estratégica. Por acaso, a Amazônia não é uma região estratégica com quase 60% do território nacional? Se a Amazônia fosse um país, seria o quarto ou quinto maior país do mundo. De forma até infantil, juvenil, eu poderia falar com muito ufanismo das coisas da Amazônia, da beleza da sua flora, da quantidade dos seus animais, dos seus vegetais, da riqueza dos princípios ativos da floresta, do tamanho dos nossos rios. Isso é até meio juvenil, diante do quadro que vemos, companheiro Sibá, da Amazônia.

Quero fazer não uma crítica, mas um grito, para que todos nos ouçam: esta Casa, a sociedade - independente de o cidadão ser piauiense, cearense, ou do Amazonas - devem se acostumar a ver a Amazônia como brasileira. O pré-sal todo mundo considera uma atividade estratégica para o Brasil. A Amazônia também deve ser vista como um pré-sal para nós. É um pré-sal de longo prazo, pelas riquezas que comportam e que têm real e potencial importância na Amazônia. Seria o nosso pré-sal. Portanto, é necessário desenvolver mais do que políticas pontuais, como as que desenvolvemos para o Piauí, Acre e Paraíba. Precisamos de políticas pontuais, sim, mas considerando a Amazônia como uma região estratégica, ainda estou por ver a macropolítica. Estou sentindo, companheiro Sibá, a ausência de um Mangabeira Unger no Governo. Mangabeira Unger era um cidadão contratado do Governo Federal, que estava ao lado do Presidente, mas que pensava e chamava à reflexão o povo brasileiro e o Governo em relação à Amazônia. Parece-me que perdemos isso.

Mangabeira Unger dizia o seguinte: *"Os discursos sobre a Amazônia ainda estão no plano e no campo da abstração"*. Precisamos complementar, dar conteúdo a esse discurso e precisamos de uma política de Estado para a Amazônia, em vez de uma política de Governo. A Amazônia não pode ficar ao sabor de políticas de Governo ou de meras políticas.

Portanto, na qualidade de Parlamentar da Amazônia, volto a repetir: aqui está a merecer um projeto de Estado para a Amazônia brasileira. E por que digo isso? Eu poderia só falar de flores, mas lamento dizer que a Amazônia precisa de cuidados mais especiais.

Esse não é um problema do Lula, da Dilma, é, sim, da política nacional que há muito tempo não nos enxerga. Sou Deputado da Amazônia, mas sou cearense, conheço bem o Nordeste, como conheço bem a Amazônia. Sou nordestino, tenho a vaidade de sê-lo, como tenho orgulho e vaidade de representar o Estado do Amazonas, onde se situa a cidade de Manaus. Por sinal, nas próximas semanas, receberei o título de Cidadão Amazonense, o que me envaidece bastante.

Mas, parece-me que os indicadores do Nordeste, que o consideravam uma região caótica e cheia de problemas do País, estão se transferindo para o Norte.

Vou mostrar, com muita calma, esses dados, baseados em fontes como o

relatório do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon; em indicadores sociais do IPEA, do IBGE e de outras ONGs, a exemplo do CIMI e do Instituto Socioambiental da Amazônia.

Segundo avaliação de 2000 a 2010, 42% dos amazônidas se encontram em estado de miséria. Isso é incrível, porque essa região é potencial, real e concretamente rica. E temos 42% de sua população vivendo em estado de pobreza.

Ainda segundo o relatório do Imazon, apenas 53% das famílias têm alimentação suficiente. Espero que esse relatório não seja verdadeiro, apesar da credibilidade do Imazon. De coração, espero que exista uma falha nele, porque isso é quase inacreditável: 47% não tem alimentação suficiente e constante na Amazônia, e 11% têm alimentação sempre insuficiente.

Sabem qual a média no Brasil - e é por isso que eu digo que houve um avanço; sou vaidoso do meu Governo do PT, mas não estou identificando esse avanço na Amazônia. Sessenta e cinco por cento dos brasileiros dizem que têm alimentação suficiente, enquanto 47% da Amazônia não tem alimentação suficiente.

Cedo a palavras aos companheiros. Primeiro ao Deputado Sibá Machado, a quem peço que seja rápido.

O Sr. Sibá Machado - Não vou tomar o tempo de V.Exa. Quero só dizer que passei a primeira semana do mês de janeiro analisando a situação do Nordeste, com olhar voltado mais para a área da minha formação, que é geografia. Vi principalmente Fortaleza, o Parque Industrial de Fortaleza, e, em Recife, o Parque Industrial de Recife e o de São Luís. Enfim, portos, ferrovias, aeroportos, zonas de processamento de exportação, grandes cadeias industriais, refinarias, etc. Mas o Pará ficou de fora, com a maior jazida de ferro, não está lá a siderúrgica, que é um campo onde deveríamos atuar. E quero fazer uma observação com referência ao que disse V.Exa. sobre Mangabeira Unger. Eu acho que nós não precisamos importar mais ninguém. Acredito que, entre as cabeças pensantes da região, poderia haver simplesmente um conselho de Governadores, e esta bancada amazônica poderia se reunir pelo menos uma vez por ano para que nós formalizássemos algumas ideias e analisássemos os estudos desses centros e institutos que V.Exa. acaba de mencionar, para fazermos as disputas, que são normais, no Governo, neste Congresso e em outros espaços em que forem necessárias. Minha preocupação é que falamos muito sobre a situação da Amazônia, mas, na hora de formalizar um entendimento, até agora não vi nenhuma reunião de Governadores avançar nesta direção. Estou me aproximando do sétimo ano neste Congresso, mas ainda não vi nossa bancada fechar um entendimento mínimo sobre certas questões. Eu acho que está valendo a provocação. Nós podemos deixar o Mangabeira meio de lado e assumirmos, nós mesmos, essa referência, diante da provocação que V.Exa. nos traz na tarde de hoje. Parabéns pelo pronunciamento.

O Sr. Moreira Mendes - Ilustre Deputado Praciano, sou de Rondônia, vizinho de V.Exa., e estamos falando com um Deputado que é do Acre. Nós vivenciamos muito tudo o que V.Exa. está dizendo. Eu quero parabenizá-lo por ter tocado com profundidade em assuntos muito importantes para quem vive na Amazônia. Isso serve para acordar o resto do Brasil rico, o resto do Brasil que tem o que comer, o resto do Brasil que tem políticas de governo. Mas nós infelizmente, Deputado - V.Exa. foi exatamente neste caminho -, vivemos numa região que tem sido usada como moeda de troca. Eu não estou falando deste Governo nem do Governo de Lula. Estou falando, seguramente, dos últimos cinco governos, que sempre usaram a Amazônia como moeda de troca. Isso precisa acabar. É preciso que governantes e ONGs entendam que lá vivem quase 25 milhões de

brasileiros. Quando ouço V.Exa. dizer que temos quase 50% da população da Amazônia sem o mínimo necessário para comer, é uma vergonha. No entanto, a Amazônia continua servindo como moeda de troca. E a discussão do Código Florestal? *"Não podemos ter isso ou aquilo na Amazônia"*, dizem. Que história é essa? Será que todos imaginam que nós vamos continuar vivendo de catar coquinho da floresta e tomar leite da seringueira? Isso é uma piada! Parabéns a V.Exa. pela determinação e pela coragem de fazer um discurso como este, forte e consistente, para ver se conseguimos acordar o resto da população brasileira para a importância da Amazônia, não apenas para a floresta, preservada, que lá está, porque nós estamos preservando, mas, principalmente, pelos milhões de brasileiros que vivem em todos os Estados que compõem a Amazônia. Parabéns, Deputado Praciano.

O SR. FRANCISCO PRACIANO - Agradeço os apartes aos Deputados.

Quero dizer, companheiro Sibá Machado, que, quando me refiro a Mangabeira Unger, não significa que tenha que ser ele. Eu quero dizer que precisamos de gente no Governo pensando a Amazônia, refletindo sobre a Amazônia - e reflexão com conteúdo. Conteúdo significa colocar a Amazônia no foco do planejamento estratégico do Governo, traduzindo ações em orçamento, e este orçamento em execução, para que saíamos da abstração do discurso para a concretude de ações para a Amazônia, diante dos dados que vou continuar lendo.

Gostaria de mais tempo, mas, infelizmente, não tenho.

A pobreza extrema foi reduzida, no Brasil, de 20% para 11%. No meu Estado, o Amazonas, e no Amapá a pobreza aumentou. Outro dado lamentável é que ainda temos no Brasil 50 mortes maternas, no período de gravidez, no parto e no pós-parto, a cada 100 mil habitantes. É um dado triste. No Canadá, por exemplo, são cinco para 100 mil. A média, no Brasil, é de 50 mortes maternas para 100 mil. Na Amazônia, são 70 mortes maternas para 100 mil. Mais um dado triste sobre a Amazônia.

Taxa de AIDS. No Brasil a taxa de AIDS é de 18 por 100 mil; em Roraima, 32 por 100 mil - quase o dobro da taxa de AIDS no Brasil. Meu Estado, o Amazonas, são 26 por 100 mil, quase o dobro da taxa nacional.

Os dados oficiais mostram que é na Região Norte que a AIDS mais cresce. Infelizmente, não vou falar só de flores. Quero dar este grito para que o povo brasileiro, esta Casa e o Governo, que conhece estes dados, comecem a reagir em relação à Amazônia.

No que diz respeito à água e ao esgoto, nós vivemos na Pátria das águas, companheiro Moreira Mendes.

Em 2009, 34% da população da Amazônia não tinha água encanada. E acho que o quadro não mudou. Em 2008, em 81% dos Municípios não havia coleta de esgoto - na pátria das águas. A questão de água e esgoto é triste.

Segurança. Os dados do Imazon me espantaram. Foram analisadas as metas do milênio na Amazônia, se seriam ou não cumpridas a partir dos dados de 2012. Segundo os dados, 35% das cidades da região tinham taxas de homicídios superiores às da cidade do Rio de Janeiro, Deputado Amauri. As cidades no meio das florestas, as cidades amazônicas, que se pensa no Brasil serem cidades pacatas, apresentam um indicador de segurança muito triste. Vou repetir: 35% das cidades da Região Amazônica, em 2009, tinham taxas de homicídios superiores às do Rio de Janeiro.

A única meta do milênio atingida, segundo o Imazon, foi a de redução da mortalidade infantil na região - e ainda bem.

Vejamos mais alguns dados quanto à questão dos médicos na Amazônia. Aqui em Brasília, por exemplo, se ouve, se vê e se lê todo dia nos jornais reclamações de que faltam médicos. Faltam médicos no Distrito Federal. Mas o

Distrito Federal é a Unidade da Federação mais privilegiada com relação a isso. E a reclamação existe diariamente. São 4.02 médicos para cada mil habitantes em Brasília.

Olhem a situação do Norte. No Amazonas é 1.10. Basicamente, um médico para cada mil habitantes, enquanto no Distrito Federal são quatro. Em Manaus, 1.30; mas no interior do Estado do Amazonas temos 0.8, ou seja, menos de um médico para cada mil habitantes. O Acre, terra do companheiro Sibá Machado, que acaba de me apartear, também tem em média 1.03 médicos para mil habitantes. Na capital tem 1.34, mas no interior temos 1.0. Nossos companheiros do interior andam abandonados.

Para vocês terem uma ideia, mais um dado sobre o meu Estado: entre os 61 Municípios do interior do Amazonas, o maior Estado da Amazônia, não existe um mamógrafo funcionando. E ainda existem Governos que se dizem ser dos melhores do País, que ainda ficam vaidosos de suas administrações.

Tomógrafo, nem pensar! O único tomógrafo público que existia no Amazonas era o do Hospital Getúlio Vargas, um hospital federal, que passava 45 minutos para fazer uma tomografia. Este Deputado fez uma emenda para aquisição de um tomógrafo alemão - que já está implantado há 2 anos - que passa 10 segundos para fazer uma tomografia. Mas basicamente é o único que funciona no Estado do Amazonas, lamentavelmente.

Outro dado ainda sobre essa questão médica. Peritos médicos do INSS. Dos 61 Municípios do Estado do Amazonas só em Manaus existe perito. Nossos companheiros do interior que quiserem porventura tratar de aposentadoria ou de benefício do INSS, ou passam anos ou vão ter que se deslocar e pegar uma fila no INSS na Capital amazonense, que é Manaus.

Na capital do Pará, que é um grande Estado, o número de médicos é de 4.181; o número de médicos por habitante é 3 - está bem servida a Capital Belém -, entretanto, no interior é 0.3 para cada mil habitantes. Não existe praticamente médico no interior do Estado do Pará. Agora, quando se fala da Amazônia as coisas têm que ser melhor interpretadas. Se essa relação for pequena na Paraíba ou em São Paulo, o cidadão tem uma rede de estradas por onde se desloca: com meia hora para um Município vizinho, com 1 hora para 10 Municípios; com 1 a 2 horas está na capital. Já na Amazônia, dadas as distâncias, o cidadão só tem uma coisa a fazer: rezar, reclamar ao bispo e ao Padre Cícero. Infelizmente, nossas condições são essas.

Outros dados ainda sobre a Amazônia: há falta de bancos oficiais. Como podemos desenvolver a Amazônia se na maioria dos Municípios do interior não tem bancos oficiais, que são de fato hoje os bancos de fomento deste País. Ou seja, de 61 Municípios, por exemplo, do Amazonas, apenas 21 possuem alguma agência oficial. Quer dizer, não há Banco do Brasil, não há Caixa Econômica, não há BASA. Há dificuldades de se fazer pagamentos - Bolsa Família, programas de Governo -, pela ausência de bancos oficiais e de outros bancos, às vezes, particulares nos Municípios do interior da Amazônia.

Faltam professores em Municípios do interior, principalmente os de curso superior.

Companheiros, eu poderia passar aqui algum tempo falando sobre os problemas da Amazônia, mas, em resumo, quero dizer o seguinte: há um capítulo especial sobre os índios. O Amazonas, por exemplo, o meu Estado, é o que possui a maior quantidade de etnias e de índios de toda a Federação. Temos quase 850 mil índios no Brasil, dos quais um grande percentual está na Amazônia e, principalmente, no Estado do Amazonas.

Mas temos uma situação triste em relação ao índio. Das famílias, das pessoas que vivem em estado de pobreza, a maioria é de indígenas. Quanto ao Vale do Javari, há aqui um relatório de entidades que atestam que estamos perdendo,

estamos dizimando os índios. Nos últimos 10 anos, perdemos quase 10% da população indígena do Vale do Javari. E há suspeição de que 85% dos indígenas do Vale do Javari, no Município de Atalaia do Norte, estejam infectados com a Hepatite mais letal existente, a Hepatite B; toda uma comunidade indígena. Isso está a merecer do Ministério da Saúde, na realidade, uma tarefa urgente, uma força-tarefa para resolver o problema dos nossos índios, que estão abandonados.

Ora, se os brancos estão naquelas condições, sofrendo os efeitos de tais indicadores, imaginem como não estão os índios!

Enfim, os nossos índios, os nossos caboclos não podem esperar que a infraestrutura para a Copa esteja pronta até que se trate desses problemas. Não podemos, na Amazônia, esperar que se termine uma infraestrutura, como, por exemplo, uma ponte, licitada em 500 milhões e que saiu por 1,1 bilhão, diante do quadro dos indicadores sociais que nós estamos aqui mostrando ao País, a esta Casa e ao mundo.

Precisamos, portanto, e enfim, que o Governo Federal comece a entender da importância estratégica da Amazônia; que crie mecanismos para a inclusão da Amazônia no planejamento estratégico deste País. Precisamos sair do discurso abstrato para um discurso mais concreto, com mais conteúdo. Precisamos traduzir, criar um modelo de desenvolvimento para a região, que possa harmonizar defesa, soberania, desenvolvimento e conservação. Ou seja, a sustentabilidade é imprescindível, é indiscutível. A ciência deve estar paralela ao desenvolvimento da região.

Portanto, mais uma vez, quero dizer o seguinte: estou sentindo falta da Amazônia no planejamento estratégico deste País. Quero inclusive homenagear Mangabeira Unger, mas, ao mesmo tempo, chamo a atenção do Governo para que comece a colocar em seus quadros gente, pessoas e estruturas que pensem a Amazônia. A Amazônia, como disse Mangabeira Unger, é o futuro deste País. A Amazônia não é o problema deste País. A Amazônia faz o diferencial deste País no conjunto das Nações. E eu como Deputado amazônida do Estado do Amazonas tenho, sim, que ora tratar das coisas deste País, ora das coisas do meu Estado.

Viva a Amazônia! E que o Governo Federal comece a investir de forma mais clara, mais forte, mais concreta naquela região, cujos indicadores envergonham este País. Sou feliz, sou orgulhoso do Governo que temos, do avanço conquistado principalmente nos últimos 10 anos. O Governo Lula e o Governo Dilma certamente deram boa resposta. Mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de dizer que não vejo esse avanço em relação ao meu Estado e aos Estados do Norte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Parabéns, Deputado Francisco Praciano.

Documento 421/472

018.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

27/02/2012-15:20

Publ.: DCD - 28/02/2012 - 3734

CELSO MALDANER-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto ao êxito do Programa Rede Brasil Rural, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar no País, especialmente a importação de derivados de leite. Barreiras comerciais impostas a produtos brasileiros pela Argentina, com prejuízos às exportações do Estado de Santa Catarina.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar o colega Bohn Gass pelo pronunciamento e dizer que vamos torcer para dar certo o programa Rede Brasil Rural. Ele é muito importante, especialmente agora que estamos muito preocupados com a sucessão familiar. Inclusive, em Pinhalzinho, Santa Catarina, no último Itaipu Rural *Show*, debatemos esse tema.

Temos ainda alguns problemas no País, principalmente no que se refere à agricultura familiar. Um deles é o do clima, que tem prejudicado o Sul do País - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em nossa região, chove 2.200 a 2.300 milímetros por ano. Mas, infelizmente, nessa época, falta água. Há países, como a Austrália, em que chove 600 milímetros e não falta água.

Então, introduzimos um programa de captação de água da chuva. Temos que armazenar água da chuva e estruturar as pequenas propriedades, a bovinocultura de leite, a suinocultura, a avicultura. Não há outro jeito.

Temos outro problema, Deputado Bohn Gass: a regularização do mercado. V.Exa. disse há pouco que a Presidenta Dilma está cobrando muito do Ministro da Agricultura a implantação do SUAS. Não é o pé direito que dá o gosto, o salame, o copa, o queijo, o vinho, temos que ter médicos veterinários municipais que atestem a qualidade dos produtos, para que possamos vendê-los com agregação de valor em todo o Brasil.

Temos um outro problema: a conformidade legal. Esperamos vê-lo resolvido quando votarmos, no dia 6 ou 7 de março, o projeto de reformulação do Código Florestal brasileiro. O Senado melhorou muitos itens, mais de 200. Eu diria que em mais de 95% existe consenso com esta Casa. Inclusive, Deputados estão neste momento reunidos com o Ministro da Agricultura para discutir esse tema. Acredito que a agricultura familiar vai ganhar muito com o novo Código Florestal, especialmente com o que o Senado aprovou.

Todos esses temas são problemas que nós temos que superar para haver continuidade na agricultura familiar. A nossa grande preocupação é com a sucessão familiar. Ainda bem que haverá mais este programa, o Rede Brasil Rural, para evitar o êxodo rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago ao conhecimento de todos e divido com os colegas uma aflição acerca das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina.

Reportagem veiculada pelo jornal *Diário Catarinense* revelou que barreiras argentinas estão travando exportações, o que atinge diversos setores da indústria brasileira. As novas medidas protecionistas implantadas pelo governo argentino no início do mês já estão agravando a situação das exportações catarinenses para o país vizinho. Entre as 23 principais empresas exportadoras do Estado de Santa Catarina, 20 disseram que serão afetadas pelas barreiras. Para 17 delas, o impacto será muito forte.

A análise foi feita pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, a FIESC. A demora na liberação para entrada de produtos brasileiros na Argentina afeta principalmente os setores têxtil, cerâmico, de tecnologia, de alimentos e de eletrodomésticos. Quem quiser importar o que quer que seja na Argentina é obrigado a apresentar uma declaração juramentada e antecipada à Secretaria de Comércio Exterior do País.

A análise do documento para a liberação ou não da compra demora até 15 dias úteis. Como explica o Diretor de Relações Industriais da FIESC, Henry Quaresma, o atraso nos processos dessincroniza as exportações das empresas, principalmente das empresas de médio porte, que utilizam apenas o transporte rodoviário para enviar os pedidos.

O resultado são custos adicionais com artigos estocados e caminhões parados. Pior ainda para as empresas que trabalham com itens perecíveis. Além disso, o próprio importador argentino, devido ao excesso de burocracia e aos gastos extras, é levado a cancelar parcerias comerciais com outros países.

De acordo com a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais - ABTI, a nova barreira argentina já representa US\$ 800 milhões, cerca de R\$ 1,3 bilhão, em produtos que não atravessaram a fronteira na primeira quinzena deste mês.

Então, trago à Casa essa grande preocupação.

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa. Nossa principal preocupação é com a importação de derivados de lácteos. Infelizmente, no mês de janeiro, importamos quase 200 milhões, transformados em litros de leite. Não está sendo respeitado o acordo que temos com a Argentina de 3.600 toneladas/mês. Infelizmente, pelo Uruguai, fazem a triangulação com países da Europa, entrando derivados de leite do Uruguai.

Essa, portanto, é nossa grande preocupação, porque é a bovinocultura de leite que salva a agricultura familiar.

É um assunto muito importante, que temos que discutir com o Ministro Fernando Pimentel e com o Ministro da Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago ao conhecimento de todos e divido com os colegas uma aflição acerca das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina.

Reportagem veiculada pelo jornal *Diário Catarinense* revelou que barreiras argentinas estão travando exportações que atingem diversos setores da indústria brasileira. As novas medidas protecionistas implantadas pelo governo argentino no início do mês já estão agravando a situação das exportações catarinenses para o país vizinho. Entre as 23 principais empresas exportadoras do Estado, 20 disseram que serão afetadas pelas barreiras. Para 17 delas, o impacto será muito forte.

A análise foi feita pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, a FIESC. A demora na liberação para entrada de produtos brasileiros na Argentina afeta principalmente os setores têxtil, cerâmico, de tecnologia, de alimentos e de eletrodomésticos.

Quem quiser importar o que quer que seja na Argentina, é obrigado a apresentar uma declaração juramentada e antecipada à Secretaria de Comércio Exterior do país. A análise do documento para a liberação ou não da compra demora até 15 dias úteis. Como explica o Diretor de Relações Industriais da FIESC, Henry Quaresma, o atraso nos processos dessincroniza as exportações das empresas, principalmente das de médio porte, que utilizam apenas o transporte rodoviário para enviar os pedidos.

O resultado são custos adicionais com artigos estocados e caminhões parados. Pior ainda para as empresas que trabalham com itens perecíveis. Além disso, o próprio importador argentino, devido ao excesso de burocracia e aos gastos extras, é levado a cancelar parcerias comerciais com outros países.

De acordo com a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais - ABTI, a nova barreira argentina já representa US\$ 800 milhões, cerca de R\$ 1,3 bilhão, em produtos que não atravessaram a fronteira na primeira quinzena deste mês.

A entidade leva em conta os dois principais portos de saída de mercadorias para a Argentina: Uruguiana e São Borja, no Rio Grande do Sul, que detêm 98% da passagem de produtos. A FIESC ressalta que, apesar das intervenções da Confederação Nacional das Indústrias - CNI, o Governo brasileiro ainda não se manifestou contra a medida argentina.

Enquanto isso, do lado de cá, o ano se iniciou com aumento das importações de produtos lácteos. Se compararmos com dados de janeiro de 2011, perceberemos um aumento de 39%, com 5.643 toneladas importadas a mais.

Em termos de valores em dólares, o aumento foi de 47%. O saldo negativo da balança comercial no mês corrente foi 22% superior, em comparação com o do mês anterior: em janeiro, a balança fechou com saldo negativo de 17.740 toneladas frente ao déficit de 14.574 toneladas em dezembro. Analisando os valores que compõem a balança comercial, observa-se que houve redução de 36% das exportações e aumento de 10% nas importações, o que resultou nessa diferença mensal. O leite em pó integral e o desnatado foram os maiores responsáveis pela diferença. Foram importadas em janeiro, 11.753 toneladas de leite em pó, contra 5.725 toneladas em dezembro de 2011. Outro aspecto que deve ser apontado é a importação de leite em pó da Argentina bem acima do valor limite. No acordo de importação com a Argentina, foi estabelecida a cota de 3.600 toneladas mensais de leite em pó desnatado e integral. Entretanto, considerando-se o total de leite em pó originado daquele país, foram importados 5.182 toneladas do produto, um aumento de 135% frente ao mês passado. Na Subcomissão Permanente da Cadeia Produtiva do Leite, temos exaustivamente debatido o assunto do avanço das importações e buscado nos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior medidas para proteger os produtores brasileiros desse processo altamente prejudicial ao nosso mercado.

Os produtores de leite pediram ao Governo que investigue o expressivo crescimento das importações de lácteos, pois suspeita de triangulação nas vendas por países vizinhos. A proposta foi apresentada ontem ao Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, pelo Presidente da Câmara Setorial do Leite, Rodrigo Alvim. O Ministro se reuniu com dirigentes das 27 Câmaras Setoriais e sete temáticas vinculadas à Pasta.

Precisamos, portanto, ficar atentos para que os produtores de leite brasileiros não sejam prejudicados. A importância das relações comerciais não se discute, mas é preciso que se adote a política de reciprocidade, com mecanismos de controle de importações do País.

Muito obrigado.

Documento 422/472

018.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	27/02/2012-14:05
Publ.: DCD - 28/02/2012 - 3713		DR. UBIALI-PSB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Balanço dos trabalhos legislativos da Casa em 2011. Expectativa de aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto sobre a Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e da reforma política. Defesa de independência do Poder Legislativo em relação aos demais Poderes da República. Participação do orador no debate sobre as eleições municipais em Franca, Estado de São Paulo.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Em meu discurso faço uma reflexão sobre o trabalho que realizamos em 2001, em que conseguimos grandes avanços. Por exemplo, o salário mínimo, que hoje é de 622 reais, aproximadamente 400 dólares, foi uma conquista desta Casa, juntamente com o Executivo, que permitiu que isso acontecesse.

Também destaco a PEC da Música e o programa Minha Casa Minha Vida, que tem me dado muita satisfação, na medida em que percebo nele o aquecimento solar. Foi uma das emendas que fizemos e que foi aceita pelo Relator, Deputado Henrique Alves, no sentido de que essas casas possam, de fato, ter esse aquecimento, diminuindo o custo para as famílias que ali vivem, dando mais conforto.

Discutimos o Código Florestal. Temos que olhar com mais carinho esse Código para permitir a produção sem degradação ao meio ambiente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reiniciamos os trabalhos da Câmara dos Deputados. Gostaria de aproveitar para relatar parte do nosso trabalho realizado e os novos desafios que diariamente nos são colocados.

Em 2011, criamos e aprovamos uma política permanente de reajuste do salário mínimo. Isso permite que hoje o salário mínimo seja de R\$622, o que dá aproximadamente 400 dólares, mas que chegará a um patamar superior aos 500 dólares. Tais reajustes permitirão a distribuição de renda, com a diminuição progressiva das enormes diferenças sociais do nosso povo, além de propiciar, como já foi constatado, um vigoroso estímulo à nossa economia.

Finalmente, após mais de 10 anos de tramitação, conseguimos regulamentar a Emenda 29 que, se não resolveu o problema da saúde, ao menos deu uma definição de quais são os verdadeiros atos de saúde.

Votamos também a PEC da Música, que permitirá à indústria fonográfica e aos artistas desenvolverem seu trabalho de forma competitiva e oferecerem ao nosso povo produções artísticas a preços razoáveis.

Fizemos alterações no programa Minha Casa, Minha Vida melhorando-o e mantendo a minha emenda que coloca aquecedores solares em todas as moradias. Inovamos ao permitir que nessas novas áreas construídas haja espaço para construções comerciais, que darão suporte financeiro para a manutenção do condomínio.

Discutimos e aprovamos o novo Código Florestal, que aqui tramitava há 12 anos. Se não agrada plenamente agricultores e ambientalistas, também não desagrada totalmente, uma vez que permite a produção de alimentos fundamentais à vida e ao comércio exterior, sem prejudicar ainda mais o meio ambiente.

Ao discutirmos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - o PRONATEC, criamos oportunidades para que nossos jovens, homens e mulheres tenham a chance de estudar, e agora, com uma visão direta na oportunidade de empregos e nas necessidades específicas do desenvolvimento do nosso País.

A regulamentação do aviso prévio proporcional dá garantias ao trabalhador de uma sustentabilidade financeira em um momento delicado, que é o de ser dispensado do emprego, e, de uma forma indireta, faz com que o trabalhador tenha uma participação nos lucros.

A criação do Estatuto da Juventude foi outro avanço que permitirá à nossa sociedade ter claramente os direitos e deveres dos nossos jovens, direcionando-os para uma vida ativa e participativa na nossa sociedade.

A regulamentação do acesso às informações, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que estabeleceu regras quanto à definição do que seja informação acessível e sigilosa, é sem dúvida um grande avanço, pois dá maior transparência ao Governo e permite a fiscalização de todos os Poderes por todos.

Reiniciamos o trabalho e, certamente, teremos a discussão sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo de uma forma inovadora e justa, que proporcionará um importante volume de recursos a Estados e Municípios, permitindo desenvolver e aprimorar políticas públicas essenciais.

A regulamentação do trabalho terceirizado, que tanto interessa à nossa Franca, já foi aprovada na Comissão Especial, da qual fui membro titular, que estudou e elaborou um excelente projeto, e deverá ser votada ainda este ano no plenário da Casa.

O fundo de previdência do servidor público precisa ser mais bem discutido, pois da forma que foi apresentado não ajuda o Brasil e prejudica o servidor público.

Para este ano há a necessidade de aprovação da Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol como um instrumento que formatará a organização deste grandioso evento, que servirá de vitrine da cultura brasileira para o mundo.

Precisamos de uma urgente reforma política que impeça esse câncer, que é a corrupção no nosso País, tão prejudicial à nossa democracia.

A Câmara dos Deputados precisa recuperar sua autonomia e permitir a governabilidade, mas sem submissão, com independência, desenvolvendo e defendendo a pauta construída dentro do Poder Legislativo, sem a interferência subjugadora dos outros Poderes.

A Câmara deverá fiscalizar a si mesma e os outros Poderes, principalmente na realização de despesas e no combate à corrupção.

Os gastos públicos devem ser direcionados às prioridades da infraestrutura e geração de empregos, à manutenção da segurança e da saúde e serem sempre vinculados ao aumento da produção e do desenvolvimento econômico.

Proteger os empregos do nosso povo, nossa indústria e nossas riquezas naturais deverá ser nossa prioridade.

A vontade democrática será exercida nas eleições municipais deste ano. Cada vez que isso acontece consolida-se mais a nossa democracia. Nessa festa democrática, vamos compatibilizar nossos trabalhos na Câmara com a agenda eleitoral.

Em Franca, faremos com que a eleição municipal propicie um debate importante para todos nós, cidadãos francanos, pois é neste momento que questões e problemas que afligem o nosso cotidiano serão revelados com grande veemência, sempre buscando manter os avanços obtidos e aprimorando-os.

Para isso, vou procurar saber constantemente o que deseja o povo francano, de uma forma contínua e persistente. É dessa maneira que esperamos continuar nosso trabalho na política: sempre pelo bem e com honestidade. Gerenciaremos com a participação de todos e ajudaremos as pessoas a viverem mais confortavelmente, seguras e felizes.

Muito obrigado.

Documento 423/472

017.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	24/02/2012-09:20
Publ.: DCD - 25/02/2012 - 3685	AUGUSTO CARVALHO-PPS -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Aplausos à Presidenta Dilma Rousseff pela privatização de aeroportos brasileiros. Acerto da decisão do Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, de estabelecimento de parceria com instituições privadas para gestão de Unidades de Pronto Atendimento - UPA.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há 1 mês chamou a atenção de todos os partidos políticos, de todos os analistas dos fatos que marcam a política brasileira, a decisão do Governo Federal de privatizar três aeroportos, entre eles o de Brasília.

As Oposições fizeram um discurso duro, mostrando a contradição entre o discurso de campanha da candidata Dilma Rousseff e o tema da presença do Estado na economia, que, aliás, vem sendo a marca do debate ideológico desde a Assembleia Nacional Constituinte. Lembro-me de como foi forte o debate, logo depois da Constituinte - e estava lá o nosso querido Deputado Miro Teixeira -, sobre a presença do Estado na saúde, na educação, na exploração do petróleo. Lá na frente, este Congresso Nacional decidiu flexibilizar o monopólio da PETROBRAS no que tange à prospecção de petróleo. E me lembro de que nós do então Partido Comunista Brasileiro, depois PPS, fomos criticados em razão dessa decisão de acreditar que o mundo estava mudando, que a economia precisava de impulso, que o Estado não daria conta de todos os desafios em um mundo globalizado, especialmente os países emergentes, chamados à época de países de Terceiro Mundo, com grande dificuldade de financiamento dos seus investimentos.

Sr. Presidente, com anos de atraso, o Governo e o próprio PT fazem esse esforço supremo, suponho eu. Internamente, essa questão ainda não está pacificada. Teremos responsabilidades com os países que participarão de eventos internacionais de grande porte, como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. São eventos, encontros que demandarão uma capacidade de acolhimento de milhões de passageiros. Para não falar do próprio desenvolvimento interno do País, que deixa os aeroportos brasileiros numa situação de estrangulamento.

Então, Sr. Presidente, foram anos de atraso. E não adianta dizer que não se trata da privatização do modelo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, mas uma concessão, com 49% de participação da INFRAERO, uma empresa pública. Não! Existe a participação dos fundos de pensão e do próprio BNDES. De novo o BNDES, financiando 80% dos investimentos necessários para essa privatização.

Sr. Presidente, com muito tempo de atraso - foi preciso que os brasileiros e os visitantes que vêm ao nosso País padecessem verdadeiros calvários nos aeroportos -, finalmente essa questão veio a ser assumida pelo Governo da

Presidente Dilma, naturalmente ainda com a perplexidade de setores ponderáveis da sua própria base de sustentação.

Sr. Presidente, pediria a V.Exa. um pouco mais de tempo apenas para traçar um paralelo. Enquanto na esfera federal vimos essa decisão que considero corajosa - e aplaudo a decisão da Presidente Dilma de enfrentar as resistências internas do seu partido para tomar essa decisão, o que suponho ter sido muito difícil -, aqui no Distrito Federal, o Governo dirigido por Agnelo Queiroz decidiu fazer a convocação de organizações sociais sem fins lucrativos para a gestão das UPA, as Unidades de Pronto Atendimento, na área da saúde, sob o espanto daqueles que ficaram abismados com a decisão deste Parlamentar, quando era Secretário de Saúde, e que viam a dificuldade que tínhamos para a contratação de médicos.

O *Correio Braziliense* de hoje estampa a informação de que, mesmo dobrando o salário pago aos profissionais da rede pública de saúde, não houve aceitação por parte deles, especialmente de anestesistas, psiquiatras, pediatras e clínicos gerais. Eles não aceitam os salários pagos na rede pública de saúde.

Esta é a eterna situação, não só em Brasília, mas também em todo o País: falta de profissionais e de condições de atendimento. Houve quem me criticou de maneira feroz por admitir e por fazer a convocação de parcerias com o setor privado para a gestão do Hospital de Santa Maria - à época, foi a primeira experiência que fizemos, a exemplo de outras experiências exitosas pelo País afora, em Estados governados pelo PT, pelo PSDB, pelo PMDB. Enfim, não é uma questão ideológica, é uma questão de bom senso, é uma questão de constatar a realidade e as dificuldades que temos. A verdade é que a população exige, porque precisa, acolhimento, humanização na recepção nas unidades da rede pública de saúde. Não importa se é privada ou pública a iniciativa que a acolhe, que a atende com dignidade.

Sr. Presidente, não estou aqui a criticar o Governador Agnelo Queiroz. Acho que foi corajoso da sua parte fazer o que fizemos, sob a crítica feroz dos nossos oponentes na Câmara Legislativa, no Ministério Público, nas corporações sindicais e até nas instâncias de governo que ainda não estavam preparadas para essa decisão que tivemos a coragem de tomar. E agora, tardiamente, vemos o Governo do Distrito Federal convocar as instituições privadas para essa parceria na gestão da saúde pública. Essa, sim, eu creio, é uma possibilidade de melhoria do atendimento à população.

Obrigado.

Documento 424/472

015.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	17/02/2012-10:30
Publ.: DCD - 18/02/2012 - 3317	GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Nelson Trad. Alerta sobre a ocorrência de acidente automobilístico durante as festividades carnavalescas. Escassez de água na Região Nordeste. Realizações do Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos. Implantação do Programa Água para Todos no Nordeste brasileiro.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, quero aproveitar para cumprimentar o Deputado Fabio Trad, que assume a Presidência desta Casa. Eu olho para V.Exa, Presidente, e vejo, sentado nessa cadeira, Nelson Trad, meu eterno amigo, advogado, grande jurista, que ficou durante trinta e tantos anos aqui nos ensinando. E, sabiamente, nas eleições passadas, ele, com eleições garantidíssimas, disse assim: *"Eu vou mandar meu menino"*. E esse menino está aí, presidindo neste instante, Deputado Chico, comunista do Ceará, esta Casa.

Com certeza, ele estava sabendo que a sua passagem na Terra iria terminar no final do ano passado e que ele iria, perto de Deus, ficar de lá olhando os seus filhos, um já no segundo mandato de Prefeito da Capital de Mato Grosso do Sul, e o outro aqui o representando no Parlamento brasileiro. E aquele Nelsinho que está lá na Capital, como Prefeito já pelo segundo mandato, certamente vai ser Governador, porque este é o sonho do seu pai, que tanto trabalhou pelo Mato Grosso do Sul e pelo Brasil.

Então, faço essa referência, porque, além de vizinho de gabinete, Nelson Trad tinha comigo uma parceria de mangas. Eu trazia para ele uma caixa de mangas quentes da minha pequena chácara em Petrolina, aquela saborosíssima manga do Nordeste brasileiro, e ele trazia, com tanto cuidado, para mim, um "manguiquinho" do Mato Grosso do Sul, azedinho, pequenininho, mas com um cuidado extraordinário.

Fiz essa referência, Sr. Presidente, para prestar essa homenagem a um homem público que tanto trabalhou pelo Brasil. Com o seu conhecimento jurídico extraordinário naquela Comissão de Orçamento, ele esbarrava em discussões de Parlamentares com propostas antagônicas apenas com o seu conhecimento jurídico, mostrando qual o caminho que todos deveriam seguir; e a gente o seguia à unanimidade.

Começa o carnaval. Aliás, o carnaval, em Olinda e Recife, já começou há uma semana; em Salvador, também, assim como no Rio de Janeiro, agora com mais de 70 mil lugares naquela bela praça de desfiles carnavalescos.

Eu quero, antes do discurso, também aqui falar sobre o carnaval brasileiro, o carnaval do mundo. Eu até escrevi um artigo, um jornalista falando dos carnavais do mundo, mas o carnaval brasileiro está em primeiro lugar.

Quero aproveitar para dizer que, quando a Deputada Erika Kokay fala aqui dos cuidados com a vida, quase 40 mil pessoas morrem em acidentes de trânsito por ano no Brasil, mais 40 mil pessoas são assassinadas no Brasil, e uma grande parte, um grande número dessas pessoas é vítima de violência durante o carnaval.

Carnaval é para brincar, carnaval é para se solidarizar, carnaval é para se amar. Cada região tem o seu carnaval. No Rio de Janeiro e em São Paulo é o samba; no Nordeste, principalmente em Pernambuco, é o frevo.

Então, quero fazer um apelo aqui para os que estão brincando carnaval. Eu brinco carnaval desde criança. Amanhã estarei em várias cidades de Pernambuco. Vou começar por Petrolina, vou a Salgueiro, a Serra Talhada, a Triunfo, a Afogados da Ingazeira, já na segunda-feira, e a Sertânia. E, na terça-feira, com certeza, a milha mulher já deve estar um pouco debilitada de tanto pinotar, devendo me soltar para eu dar uns pinotinhos, uns saltinhos, lá em Recife e Olinda, para terminar o carnaval e voltar na quarta-feira para o trabalho.

Mas, Sr. Presidente, o pronunciamento que eu pretendo fazer hoje aqui é exatamente para, mais uma vez, chamar a atenção do Governo da Presidente Dilma sobre o problema da seca no Nordeste. Não adianta querer enfrentar a seca do Nordeste. Nós temos que conviver com a seca no Nordeste.

Eu já disse outras vezes que Deus, quando fez o mundo, fez o Brasil, e São Pedro, que era o homem encarregado das chuvas, Deputado Chico, disse:

"Senhor, você fez uma coisa errada. No Nordeste, pela sua posição geográfica, nessa região não vai haver chuva, não vai haver água". E Deus ainda estava terminando de montar os rios, emendando o Rio Amazonas, que vem lá da América do Sul, que vem lá de cima, com outros. Mas existia o Rio São Francisco, e Nosso Senhor disse: *"Eu vou colocar Pedro para trás aqui."* Pegou o Rio São Francisco - todo rio desce -, pegou as águas do Sudeste, uma parte de águas aqui do Centro-Oeste, jogou ali, a partir da Serra da Canastra, em Minas Gerais, e fez o rio descer subindo!

Ora, todo mundo sabe que o Brasil começa no Sul, passa pelo Sudeste, pelo Centro-Oeste e vai para o Nordeste. O Nordeste fica lá em cima. Mas Jesus fez o Rio São Francisco descer subindo lá para o Nordeste. Então, São Pedro ficou intrigado e disse: *"Mas não tem jeito para Nosso Senhor. Já falei, um dia, que ele fez uma coisa errada: um pezinho tão pequeno de jerimum com um fruto desse tamanho, e um juazeiro - do tamanho deste plenário - com um juazinho desse tamaninho. Isso está errado."* São Pedro estava deitado, numa rede, debaixo de um juazeiro, um juá caiu na cabeça dele. Aí Nosso Senhor disse: *"Se fosse um jerimum, Pedro, lá de cima, tu estavas frito!"*

Então, esse Rio São Francisco, Presidente Fabio Trad, desce subindo para abastecer o Nordeste. São 512 anos, imperadores, presidentes, interventores! Agora, com esses vinte e tantos anos do Brasil redemocratizado, eu volto aqui há 30 anos. Quando eu era Deputado Estadual, lá em Pernambuco, formei uma comitiva de Deputados. Aqui da Câmara foram o Deputado Mansueto de Lavor e a Deputada Cristina Tavares, e nos juntamos com os Deputados Estaduais para mostrar que o povo não podia mais continuar morrendo de sede, e o São Francisco com 2 milhões e 600 mil metros cúbicos de água por segundo caindo no oceano, até espantando os peixes de água salgada com água doce. Que a gente pudesse tirar 1%, 2%, 5% dessas águas e fazer um programa de abastecimento de água em toda a Região Nordeste. Ora, 30 anos se passaram! Aquela grande seca que arrasou o Nordeste foi de 1882 para 1983.

Eu disse aqui à Deputada Erika Kokay, num aparte, que as escravas brancas trabalham em frentes de emergência, carregam água em jumentos, em carroças, para abastecer o povo daquela região seca. Eu fiz isso como Deputado Estadual. Quando criança, lembro-me de minha mãe carregando uma lata d'água na cabeça, e eu, com um jegue, carregando duas ou quatro latas d'água de uma cacimba feita num riacho ou no fundo de uma barragem, durante as secas.

Ora, o Brasil cresceu tanto! O Brasil da Trasnordestina, o Brasil dos metrô de superfície e subterrâneos, o Brasil da Copa do Mundo, o Brasil das Olimpíadas, o Brasil da ciência, o Brasil da tecnologia, o Brasil do Presidente Lula, que fez esse trabalho extraordinário, mas que está faltando resolver o problema de água para a Região Nordeste.

No Ceará de V.Exa., Deputado Chico Lopes, temos aqueles grandes mananciais, e a água fica lá parada. Eu me lembro que o Deputado Ciro Gomes fez correndo lá um canal para acudir o povo de Fortaleza. E já nem funciona, porque não há política de manutenção, de preservação e de controle para aumentar e melhorar a distribuição de água daquele Açude de Orós e de tantos outros grandes mananciais que existem no Ceará ou em Pernambuco, como Entremontes e Parnamirim.

Acabaram com o DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que seria de convivência com a seca. Não podemos mais esperar, não podemos mais aceitar, não podemos mais dizer aos nossos eleitores que não vamos resolver isso.

Em Petrolina, o Vereador Pedro Norberto fez o Programa Água para Todos. Eu fiz com que esse programa chegasse às mãos do então Presidente Lula. E foram três vezes. O Presidente Lula me disse: *"Mais uma, Gonzaguinha, que você traz*

para mim? Já tem coisa demais, eu já estou fazendo o Luz para Todos". E terminou, na terceira vez, numa viagem - com Lula, a gente viajava; lamentavelmente, com a Presidente, não. Ela foi, na semana passada, a quatro cidades, onde eu tive mais de 30 mil votos. Infelizmente não dá para a gente conversar, nem com os seus Ministros, porque falar com um Ministro do PT aqui é a coisa mais difícil do mundo. Aliás, nem se fala, nem se recebe. Não se recebe para, talvez, não receber uma proposta de alguém que está há trinta e tantos anos no Parlamento.

Então, ao Presidente Lula mostramos o programa do Vereador Pedro Norberto, de Petrolina. E, na terceira vez, ele absorveu esse programa. O Ministro Fernando Bezerra, agora com a Presidente Dilma, já oficializa o Programa Água para Todos no Brasil, fazendo-o concomitante ao Programa Brasil sem Miséria. Mas queremos ver se isso sai do papel, porque, como eu falei aqui no Pequeno Expediente, arrecada-se tanto!

Eu acho, Presidente Fabio, que não é tanto o excesso de arrecadação. Em países civilizados da Europa, Suécia e tantos outros, vemos até 50% de tributação. No Brasil, eu falei aqui trinta e poucos, 40%. Talvez seja a distribuição, como distribuir o dinheiro que se arrecada de impostos no Brasil. Está certo investir muito mais no Sul e no Sudeste?

Infelizmente, Deputado Chico Lopes, quando o Ministro da Integração Nacional começou a implantar o Programa Água para Todos, inclusive na divisa entre Pernambuco e Ceará - ele foi ao Cedro e ao Jardim, que ficam no Ceará, com as cisternas, falando nas adutoras, em aumentar a água do canal que sai de Cabrobó para o Ceará e para o Rio Grande do Norte, ou que sai de Floresta, passando por Sertânia, na minha terra, que vai para a Paraíba e até a Capital pernambucana - muitos órgãos da imprensa, inclusive do Sudeste, grandes jornais quiseram derrubar o Ministro. "*O Ministro da Integração está botando muito dinheiro no Nordeste*". Que dinheiro? Quando o dinheiro vai para o Sudeste, para o Sul, não se vê isso? Eu acho que essa é uma maneira muito pejorativa de tratar uma região que tanto ajudou o Sudeste.

Ouçõ com atenção esse velho comunista, Deputado Chico Lopes, do Ceará.

O Sr. Chico Lopes - Obrigado. Primeiro, quero parabenizar V.Exa. não só pelo discurso, mas por conhecer realmente, como V.Exa. vem descrevendo, as agruras da Região Nordeste. Eu já fui muito entusiasmado com a literatura nordestina: *O Quinze*, *A Triste Partida*, a música, a literatura da reclamação, da promessa, da nossa fé nos santos: se no dia de São José não chover, não haverá inverno; se o jumento suar, vai haver inverno. Essas histórias da nossa literatura V.Exa. conhece bem. Agora, eu quero uma literatura como essa que V.Exa. está citando: água em abundância, para que possamos pensar em desenvolvimento. Antes do Governo Lula, eu lutei por uma refinaria no Ceará. No seu Governo, o Nordeste passou a ter 12, e o Norte uma. Estamos pensando na Transnordestina; estamos pensando em vários investimentos de monta em infraestrutura. Agora, a preocupação de V.Exa. é justa. Sem água é possível pensar nisso? Nós falamos em turismo. Em Fortaleza, e em todo o Ceará, graças ao nosso bom Deus, temos hoje bastante turismo. Mas quem vai se hospedar num hotel que não tenha água? O discurso de V.Exa. é importantíssimo. Se não pensarmos em rapidamente resolver o problema da transposição do Rio São Francisco... E o Estado mais beneficiado é o Ceará, que vai receber 1,6% da água que vai para o mar. Este 1,6%, em 5 anos, vai dar tranquilidade ao povo cearense, no sentido de não mais acontecer a triste partida. Portanto, eu parabenizo e concordo com V.Exa.: precisamos de uma política mais firme na questão da água para todos. No Ceará, mesmo com a transposição, com o Cinturão das Águas e com tantas outras iniciativas, ainda vamos continuar com cisternas, porque há lugares no Nordeste em que não vamos fazer açudes

porque não há condições, pois a natureza é cruel conosco em determinados locais. Mas, se nós resolvermos 70% dos problemas e com a capacidade que o nordestino tem de trabalhar, além de não ter medo da dificuldade, nós vamos sair da posição de patinho feio. Um articulista da Fundação Getúlio Vargas, na semana passada - ele já recebeu a resposta vinda de um cearense, o Dr. Cláudio, do Banco do Nordeste - veio dizer que nós não precisamos de nos preocupar com água, não devemos nos preocupar com investimentos, que nós temos é de investir em educação. Se esse cidadão for ao Ceará, ele terá de explicar essa conversa bem direitinho para os cearenses, porque ou ele é ignorante ou tem a vontade expressa numa música, da qual discordo, ou seja: "*O Nordeste dividido seria melhor*". Eu discordo dessa música. O Brasil unificado e com políticas públicas é o que somos hoje, e será muito melhor amanhã. Obrigado, companheiro de luta!

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Companheiro Chico Lopes, V.Exa. levantou uma ótima questão. Essa Fundação deveria afastar, demitir o elemento que escreveu aquele artigo. Ainda bem que o Dr. Cláudio, assessor parlamentar do Banco do Nordeste, já fez a contestação daquele infeliz artigo que diz que o Nordeste não precisa dessas políticas. É a mesma coisa que se viu quando o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, começou a implantar um pouco do Projeto Água para Todos no Nordeste. Imediatamente, jornalistas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Brasília, saíram, a mando de grandes órgãos de comunicação, para contestar: "*Não, investiu-se mais na Bahia, em Alagoas e em Pernambuco do que em Minas Gerais*".

E eu estive observando: foi mais dinheiro para Santa Catarina, para o Rio de Janeiro e para Minas Gerais do que para Pernambuco, Alagoas e Ceará, durante essas enchentes que ocorreram, recentemente - lamento - em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Então, temos que ver e separar isso. Não podemos permitir que isso continue dessa maneira. Como Coordenador da bancada do Nordeste, eu vou reunir a bancada agora, em março, para que possamos imediatamente encontrar o dinheiro no Orçamento da União, para continuarmos com esses programas.

Ainda bem que a Presidente já foi a Salgueiro, foi a Floresta, foi à região para dar continuidade àqueles dois canais. Não são grandes coisas. Talvez a metade ou menos da metade do lucro do Banco do Brasil no ano custeie isso, Deputada Kokay.

O Banco do Brasil - falei há pouco, no Pequeno Expediente -, graças a Deus, pela competência da sua administração, conseguiu 12 bilhões de reais. Queremos 5 bilhões de reais para concluirmos aqueles canais, para levarmos água para aqueles Estados. Mas o Piauí precisa também, outros Estados precisam também. Por exemplo, o Estado de Sergipe, hoje, praticamente não precisa de água. O ex-Governador João Alves, que até não é do meu partido, começou um programa que prosseguiu. E Marcelo Deda praticamente concluiu esse programa, com água para todos no Estado de Sergipe.

Nós temos os Municípios de São José do Egito, ou Itapetim, ali próximo, ou Brejinho, que estão concluindo, este ano, programa de água para todos dentro do Município, porque o Prefeito cismou de pegar a água daqueles açudes, colocar em um ponto mais alto, arranjar canos, fazer ligações, colocar hidrômetros e cobrar uma taxinha de 5 ou 10 reais por mês para não se gastar água a granel, como dizem na minha terra. E aí teremos água para todas as propriedades. É até uma maneira de evitar o êxodo rural, de a pessoa sair do campo e vir morar na cidade por falta d'água.

Então eu quero concluir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fazendo aqui este apelo. O Brasil é olhado pelo mundo. Lembro-me de que - eu já disse isso aqui - fiquei 12 anos na Comissão de Relações Exteriores. Viajava principalmente

para a Ásia. Quando chegava lá e descobriam que eu era brasileiro, diziam: "Ah, o Brasil de Pelé, o Brasil do futebol". Hoje é o Brasil da economia, da solidariedade. É o Brasil do crescimento, da educação, do desenvolvimento.

Para que isso se concretize, é preciso levar água para todos os nordestinos. A ferrovia está lá caminhando. Temos a industrialização, a montadora da FIAT está lá, a Volkswagen vai para lá também. O Governador Eduardo Campos, em Pernambuco, está fazendo a interiorização do Estado em todos os sentidos. Ele começou pela Universidade Federal Rural, que ficou, quase durante 200 anos, no litoral, na Capital, num bairro do Recife. Com o Presidente Lula, a Universidade foi para Caruaru, chegou a Garanhuns, a Serra Talhada e está indo para o Araripe.

A Universidade do Estado se interiorizou também, inclusive com o curso de Medicina. Chegou com uma expansão em Serra Talhada, em Salgueiro, em Afogados da Ingazeira. A gente vê as escolas técnicas também no Governo de Eduardo Campos se interiorizando por todo o Estado. A economia do Estado deixou de estar só no Porto de Suape. Ela foi para Salgueiro, com a Ferrovia Transnordestina, com a passagem da integração do São Francisco com outras bacias; Salgueiro que vai receber o maior centro de distribuição para a Transnordestina levar ao Porto de Suape e ao Porto de Pecém; Salgueiro que vai ter o maior abatedouro do Brasil, inclusive com mais de 20 confinamentos, para mandar diariamente, em média, 5 a 6 mil toneladas de carne para os Portos de Pecém e de Suape, a fim de serem distribuídos para vários países do mundo. Também a minha terra, Sertânia, recebe um dos maiores lagos do Rio São Francisco, na distribuição desse precioso líquido para o Estado da Paraíba e também para a região agrestina do Estado de Pernambuco.

Então o Governador Eduardo Campos tem olhado em todos os sentidos: na escola das crianças, que é obrigação do Município, ele fez parcerias; no ensino fundamental e médio, melhorou mais de mil escolas que viviam caindo nas cabeças dos professores; deu piso, deu computador, deu jornal aos professores - infelizmente não pôde dar mais ainda, mas vai dar com certeza; na segurança pública, avançou muito, colocando mais de 5 mil policiais militares, civis, bombeiros, agentes penitenciários, para melhorar a segurança do Estado, mas ao mesmo tempo também levar os direitos humanos para aqueles que prevaricaram, que erraram, que adentraram o mundo do crime e que estão presos.

O Governo de Eduardo Campos chega a todos os setores. Na saúde, por exemplo, ele esbarrou a entrada da Capital com três grandes hospitais: um hospital no sentido de quem vem da região central do Estado, em Vitória; outro lá em Paulista, de quem vem do lado norte; e outro lá do Cabo, de quem vem do lado sul do Estado.

Portanto, vemos o Governo presente em todos os setores, na educação, na segurança pública e na saúde. Por que o Governo Federal não toma como exemplo esse Governo de Eduardo Campos para fazer esses programas importantes para a Região Nordeste?

Concluo, Sr. Presidente - meu tempo está terminando -, fazendo, mais uma vez, um apelo aos que vão brincar o carnaval para que se cuidem.

Agradeço a atenção de todos e reitero o meu compromisso de em março fazer uma reunião com a bancada do Nordeste e tratar do Programa Água para Todos, porque ninguém aguenta mais o carro-pipa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Trad) - Agradeço a manifestação do Deputado Gonzaga Patriota, num discurso que dignifica esta Casa.

Documento 425/472

014.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

16/02/2012-17:33

Publ.: DCD - 17/02/2012 -
3266

INOCÊNCIO OLIVEIRA-PR -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARESDISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO**Sumário**

Destinação, pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, de recursos para a implementação de projetos de acessibilidade.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 2004, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP já destinou cerca de 30 milhões de reais para o setor da acessibilidade. Os resultados mais palpáveis desses investimentos realizados numa área tão importante para um universo todo especial de pessoas com deficiência física ou intelectual, até agora, foram uma cadeira de rodas mais leve e um piso podotátil - ou seja, de reconhecimento mais fácil pelos pés.

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) aplicará 150 milhões de reais, até 2014, no financiamento da pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias voltadas à inclusão de pessoas com deficiência física ou intelectual. Como agente financeiro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a FINEP deverá destinar os recursos em linhas de crédito subsidiado, subvenção econômica ou a fundo perdido. A ação faz parte do Programa Viver Sem Limite, que reúne ações de quinze Ministérios. Os 7 bilhões e 600 milhões de reais previstos para o período de 2012 a 2014 serão destinados a projetos em acessibilidade (4 bilhões de reais), educação (1,8 bilhão de reais), saúde (1,5 bilhão de reais) e inclusão social e mobilidade urbana (300 milhões de reais). Além desses recursos, os investimentos em mobilidade urbana no âmbito da Copa (11,8 bilhões de reais) e do Programa Mobilidade Grandes Cidades (18 bilhões de reais) já preveem a necessidade de que os projetos arquitetônicos e os veículos atendam aos critérios de acessibilidade.

Sr. Presidente, a criatividade da Engenharia nacional na produção de inovações em tecnologia assistiva está comprovada numa série de produtos cujo desenvolvimento foi apoiado pela FINEP. Além de oferecer soluções que poderão ser usadas por brasileiros e pelo setor público, há um mercado mundial crescente a ser explorado. A demanda por tecnologias assistivas se deve ao envelhecimento da população, especialmente em países do Hemisfério Norte.

Bens e serviços para auxiliar na acessibilidade para a pessoa com deficiência podem ser financiados por meio de uma linha de crédito de 70 milhões de reais, do Banco do Brasil. Como os juros serão reduzidos a 0,64% ao mês, sem taxa de abertura, o Tesouro Nacional vai aportar até 16 milhões e 900 mil reais para cobrir a diferença oferecida na facilitação do crédito, em até 60 meses. Os empréstimos do BB Crédito Acessibilidade poderão cobrir o valor total da compra feita por pessoas com renda de até 10 salários mínimos, dentro do limite máximo de 30 mil reais. A primeira prestação pode ser paga em até 59 dias. Entre os

itens financiáveis estão cadeiras de rodas, andadores e aparelhos auditivos. Essa é uma trilha que ainda estamos desbravando, Sr. Presidente, mas que promete muito, não apenas em termos econômicos, visto que a Engenharia brasileira é sem igual e pode competir ombro a ombro com os produtos estrangeiros, mas também e sobretudo porque, por meio do desenvolvimento dessa área, poderemos garantir uma qualidade de vida mais elevada para uma parcela da população brasileira que não pode, de maneira alguma, ser ignorada pelos seus governantes. Muito obrigado.

Documento 426/472

014.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	16/02/2012-16:12
Publ.: DCD - 17/02/2012 - 3256	ANTONIO BULHÕES-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	LÍDER DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo PRB de lista de proposições prioritárias para inclusão na pauta de votações da Casa em 2012. Anúncio da transmissão de programa do partido em rede nacional de rádio e televisão.

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Inocêncio Oliveira.

Nobres Parlamentares, o calendário eleitoral, com a escolha de Prefeitos e Vereadores em outubro, terá um impacto mais do que relevante na agenda do Congresso neste ano de 2012. E essa agenda não estará esvaziada de grandes temas, com suas consequências para a vida do cidadão.

A bancada do PRB definiu, diante de seu compromisso com o eleitor, do qual é representante, e de sua responsabilidade com a coisa pública, da qual é também fiscal, quais as suas prioridades neste ano legislativo, no qual o tempo pode até ser menor, mas as nossas demandas, não.

Uma das nossas metas é ver aprovados o aprimoramento do Super-SIMPLES e da legislação do microempreendedor individual, com novas facilidades para concessão de crédito para os microempresários. O Governo chegou até a encaminhar, no ano passado, a Medida Provisória 543, especificamente com relação ao microcrédito, cuja relatoria coube ao Deputado Heleno Silva, de nosso partido. Devido à experiência do nosso Parlamentar com o tema, já que foi relator de outra MP sobre o assunto, pleiteamos sua recondução à relatoria tão logo seja editada nova MP sobre o assunto.

Com o crescimento da exploração comercial da área do pré-sal, o Governo e o Congresso não poderão mais adiar a discussão sobre a partilha dos *royalties*. Essa polêmica tem impacto, inclusive, no equilíbrio federativo. Diante das repercussões em cada Unidade da Federação, o PRB optou por deixar cada Parlamentar de nossa bancada livre para votar, de acordo com suas convicções e os interesses de seu Estado.

Outra votação que engloba polêmicas na mesma proporção de sua prioridade é a da Lei Geral da Copa. Nós, do PRB, queremos uma copa para todos os brasileiros, e não que favoreça determinados grupos empresariais e até determinadas pessoas. Queremos uma competição que deixe como legado o

desenvolvimento de nossa infraestrutura, o crescimento de nossa economia e a valorização da autoestima do povo brasileiro, reconhecido em todo o mundo por sua hospitalidade e alegria.

Mas, para isso, não podemos concordar com a submissão de nossa soberania aos interesses de qualquer entidade que queira alterar nossa legislação vigente de forma a sujeitar nossas convicções ao lucro. Queremos votar a Lei da Copa o mais rápido possível, mas sem deixar de lado a nossa responsabilidade com a fiscalização.

Outra responsabilidade que se impõe neste ano é a avaliação da revisão, feita pelo Senado, do Código Florestal (PL 1.876, de 1999).

Por vezes, em nome de nossas convicções e de nosso compromisso com o cidadão, estaremos divorciados dos interesses do Governo, o qual seguimos apoiando. Nessa hora, com responsabilidade, exporemos nossas posições e defenderemos nossas crenças.

Talvez o caso mais emblemático, este ano, seja o da PEC 300. Não podemos mais deixar de discutir uma proposta que representa um piso mínimo para as corporações e investimento na área de segurança nacional, uma prioridade para o brasileiro em qualquer lugar do País. Não se trata de ceder ao que se cogita chamar de pressão, às vezes até espúria, feita por pessoas que não merecem usar a farda que usam, mas de atentar para o fato de que as pessoas que trabalham por nossa segurança estão privadas da própria. Queremos e vamos discutir a PEC 300, mas sem esquecer das especificidades de caixa e do impacto que tal proposta tem sobre o orçamento de cada Unidade federativa. Acreditamos que isso é mais um argumento para discutir a PEC, e não para esquecê-la. Colocar o tema sob o tapete do imobilismo não vai esconder a insatisfação, e, sim, por vez, fomentá-la.

Tratar de assuntos tão variados quanto importantes em um ano de calendário eleitoral vai exigir uma dedicação que a bancada republicana está mais do que disposta a empenhar. Afinal, foi esse compromisso que nos levou à vida pública, e foi a responsabilidade delegada pela população que nos colocou onde estamos.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para lembrar que hoje, nesta quinta-feira, em rede nacional, às 20h pelo rádio, e às 20h30min pela televisão, o nosso partido estará apresentando o seu programa partidário, que, com certeza, mostrará as faces do nosso partido, o quanto o nosso partido está interessado pelas coisas públicas. Com certeza, será um programa que vai trazer contentamento a todos os que a ele assistirem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Obrigado, Deputado Antonio Bulhões.

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. V.Exa. coloca com muita clareza que nós temos que trabalhar efetivamente para que tudo aquilo que nós fazemos seja dentro da perspectiva republicana.

Documento 427/472

014.2.54.O

Publ.: DCD - 17/02/2012 - 3241

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

PEQUENO EXPEDIENTE

16/02/2012-14:48

EDINHO BEZ-PMDB -SC

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Relato da viagem do orador à Itália e à República Popular da China, em missão oficial da Casa, para conhecimento de parques industriais. Desafio do País de melhoria do setor produtivo.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, uso a palavra nesta ocasião para dar ciência aos nobres pares sobre a rica experiência que tive no início do mês de fevereiro, em missão oficial à Europa e à República Popular da China, para conhecer as instalações de grandes empresas fabricantes de produtos avançados em muitas áreas, entre elas as de iluminação, construção civil e grandes construções.

Na qualidade de Deputado Federal, representante do Estado de Santa Catarina nesta Casa já pelo quinto mandato consecutivo, tenho atuado também junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional com temas de interesse desta área, entre outras, lembrando que fui Secretário de Estado da Infraestrutura em Santa Catarina.

Saímos de Florianópolis no dia 30 de janeiro, passamos por São Paulo e seguimos rumo a Milão. Neste pronunciamento há um roteiro das cidades que visitamos.

É importante dizer que os chineses e os italianos nos receberam muito bem. Grande é a expectativa de instalarem empresas em Santa Catarina.

Visitamos a empresa italiana Cimolai Indústria Metalúrgica, atualmente dividida em cinco plantas industriais, totalizando mais de 180 mil metros quadrados de área coberta. Entre os trabalhos mais recentes e em execução pela Cimolai Indústria Metalúrgica podemos citar as obras do Metrô de Nova Iorque, das comportas do Canal do Panamá e da segunda cobertura da Usina de Chernobyl. Dentre as principais obras executadas pela Cimolai Indústria Metalúrgica, vale destacar a construção do Estádio Olímpico de Varsóvia, na Polônia, para a Copa Europeia de Seleções de 2012; do Estádio Millennium, o principal do País de Gales; do Estádio Olímpico de Atenas, na Grécia, para as Olimpíadas de 2004; e do Estádio Olímpico de Joanesburgo, na África do Sul, para a Copa do Mundo de 2010.

Após a passagem pela Itália, partimos para a República Popular da China. A nossa primeira parada foi na cidade de Xangai, a maior cidade do país, com aproximadamente 20 milhões de habitantes. É considerada o centro financeiro da República Popular da China. Visitamos, na área industrial, uma fábrica de casas populares e outras fábricas importantes.

Enfim, visitamos várias outras cidades. Os dados estão neste pronunciamento, mas não vai ser possível citar todos, em função do tempo.

Nanning, a segunda cidade que visitamos na China, é a Capital da província de Guangxi e tem aproximadamente 52 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) da província é de 1,4 trilhão de dólares, equivalente ao PIB do Brasil. Lá, visitamos a construtora GHCB, a segunda maior da China, responsável por 60% da construção em Nanning, hoje com 60 obras em andamento. Já trabalha em mais de 10 países, entre eles o Brasil (em São Paulo e Minas Gerais).

Numa situação emergencial, os trabalhadores tocam até três turnos sem folga, compensando posteriormente. Mas as obras não param.

São culturas que precisamos avaliar aqui no Brasil.

Estamos tendo a oportunidade de trazê-la para Tubarão, Município em que resido e que represento aqui no Congresso Nacional. É importante que o Governo Federal e o Congresso Nacional participem.

Particpei de uma missão oficial, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, representando a Câmara dos Deputados, e foi realmente importante.

Quero cumprimentar todos os que colaboraram para isso, de forma direta ou indireta.

Uma das fábricas que visitamos produz produtos para marcas famosas em todo o mundo, como Phillips e Osram, além de possuir 16 marcas próprias. Isso realmente é importante.

Eu tive oportunidade, na minha vida, principalmente como membro do Congresso Nacional, de conhecer 47 países. Em grande parte, foram visitas oficiais. E quero dizer que voltei impressionado da China. Ninguém segura mais aquele país. Essa conversa de que a China tem produto ruim é coisa do passado. Pode até fazer para atender a determinado mercado, mas isso está fora de cogitação. O país é desenvolvido e detém alta tecnologia para grandes construções. Realmente impressionam o crescimento e o desenvolvimento da China.

Essa visita à China despertou em todo o grupo a constatação de que precisamos refletir, e muito, sobre a nossa cultura um pouco acomodada, se levamos em consideração a rapidez que hoje o mundo exige, em especial na área de comunicação e tecnologia.

Precisamos lembrar que, graças ao nosso potencial natural - expansão territorial; águas em abundância; maior reserva florestal; minérios; entre outras tantas riquezas que a natureza nos deu -, este país é um dos mais importantes do mundo. E o que estamos fazendo para corresponder à grandeza natural que Deus nos deu? O que estamos fazendo para colaborar com os demais países que muito esperam do Brasil? Eu acredito que já estamos correspondendo, mas a quem do que poderíamos.

Cumprimento o Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, que colocou o Governo à disposição, inclusive enviando o Secretário de Desenvolvimento Sustentável, o Deputado Federal e nosso colega Paulo Bornhausen; o Presidente da SC Parcerias, o ex-Deputado Ênio Branco; o Secretário de Articulação Internacional Alexandre Fernandes e o seu Diretor Amir Ternes Hamad; e a Presidente da COHAB, Sra. Maria Darci Mota.

Cumprimento também o Prefeito de Tubarão, Manoel Bertoncini, que, desde os primeiros momentos, quando o Deputado Estadual Manoel Mota e eu levamos ao seu conhecimento a possibilidade de virem empresas italianas e chinesas para o nosso Município, não mediu esforços com o intuito de viabilizar o terreno. Inclusive enviou o Vice-Prefeito, Felipe Luiz Colaço, bem como o Secretário de Indústria e Comércio, Celso Meneghel, para representá-lo na missão oficial, o Vereador Evandro de Souza Almeida, representando a Câmara Municipal, e este Deputado Federal, que, além de residir na cidade, tem no Município a sua principal base eleitoral, com domicílio eleitoral em Tubarão, a nossa querida Cidade Azul.

Agradeço também à Assessoria do Deputado Manoel Mota, em nome do Sr. Dicesar Ribeiro Vianna Filho.

Agradeço a todos os que colaboraram, objetivando trazer empresas importantes para Tubarão, Santa Catarina e o Brasil.

Registramos também a participação na missão oficial do Prefeito Municipal de Turvo, o amigo Ronaldo Carlessi.

Encerro prestando uma homenagem especial ao Sr. Paulo Medeiros, representante qualificado no Brasil da enorme empresa Cimolai, que foi o responsável maior por tudo. Foi um dos maiores prazeres da minha vida conhecê-lo e revê-lo. Apesar do pouco tempo de convivência, já sou seu fã incondicional.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tomo a palavra nesta ocasião para dar ciência aos nobres pares sobre a rica experiência que tive no início do mês de fevereiro, em Missão Oficial à Europa e à República Popular da China, para conhecer as instalações de grandes empresas fabricantes de produtos avançados em muitas áreas, entre elas a de iluminação.

Na qualidade de Deputado Federal, representante do Estado de Santa Catarina nesta Câmara já pelo quinto mandato consecutivo, tenho atuado também junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional com temas de interesse desta área, entre outras, lembrando que fui Secretário de Estado da Infraestrutura em Santa Catarina.

Saímos de Florianópolis no dia 30 de janeiro, rumo a Milão. Já em Milão, seguimos de ônibus para a cidade de Pordenone.

Dia 1º de fevereiro - Pordenone/Polencenigo/Fontanafredda/Roveredo in Piano/Pordenone.

Dia 2 de fevereiro - Pordenone/Porto Nogaro/Milão.

Dia 3 de fevereiro - saímos de Milão rumo a Xangai.

Já no dia 6 de fevereiro saímos de Xangai para a cidade de Nanning.

Dia 8 de fevereiro - Nanning/Guanghzou/Zhongshan.

Retornamos no dia 10 de fevereiro - Zhongshan/Guanghzou/Pequim/Paris/São Paulo, chegando em Florianópolis no dia 11 de fevereiro.

Fizeram parte desta Missão Oficial os seguintes membros:

- Edinho Bez, este Deputado Federal que vos fala;
- Manoel Mota, Deputado Estadual de Santa Catarina;
- Secretário de Desenvolvimento Sustentável, o Deputado Federal Paulo Bornhausen;
- o Presidente da SC Parcerias, ex-Deputado Ênio Branco;
- o Secretário de Articulação Internacional, Alexandre Fernandes, e o seu Diretor Amir Ternes Hamad;
- a Presidente da COHAB, Sra. Maria Darci Mota;
- o Vice-Prefeito de Tubarão, Felipe Luiz Colaço, bem como o Secretário de Indústria e Comércio, Celso Meneghel;
- o Vereador Evandro de Souza Almeida, representando a Câmara Municipal;
- o Prefeito de Turvo, Santa Catarina, Ronaldo Carlessi;
- o Assessor do Deputado Manoel Mota, Sr. Dicesar Ribeiro Vianna Filho;
- o representante qualificado no Brasil da Empresa Cimolai, Paulo C.G. Medeiros.

Iniciamos o nosso trabalho na cidade italiana de Pordenone, situada ao norte do país, com aproximadamente 52 mil habitantes. Lá, visitamos a Cimolai Indústria Metalúrgica, que está entre as 10 maiores do mundo em tecnologia na construção de estruturas metálicas de precisão, incluindo pontes, estádios de futebol, navios de cruzeiro, ferrovia, dentre outras linhas de produção.

Atualmente, ela está dividida em cinco plantas industriais, totalizando mais de 180 mil metros quadrados de área coberta. Entre os trabalhos mais recentes e em execução pela Cimolai Indústria Metalúrgica podemos citar as obras do Metrô de Nova Iorque, das comportas do Canal do Panamá e da segunda cobertura da Usina Chernobyl.

Dentre as principais obras executadas pela Cimolai Indústria Metalúrgica, vale destacar a construção do Estádio Olímpico de Varsóvia (Polônia) para Copa Europeia de Seleções de 2012; do Estádio Millennium de Cardiff, o principal do País de Gales; do Estádio Olímpico de Atenas (Grécia), para as Olimpíadas de

2004; e do Estádio Olímpico de Joanesburgo (África do Sul), para a Copa do Mundo de 2010.

Após a passagem pela Itália, partimos para a República Popular da China. Nossa primeira parada foi na cidade de Xangai, a maior cidade do país, com aproximadamente 20 milhões de habitantes. É considerada o centro financeiro da República Popular da China. Visitamos, na área industrial, uma fábrica de casas populares chamada Reyno Steel House. As casas são construídas em *steel framing*, utilizando OSB, placa cimentícia e estrutura de aço. Essas casas são resistentes a ventos de até 350 quilômetros por hora e a terremotos de até 9 graus na Escala Richter.

A fábrica entrega uma casa de 100 metros quadrados, com toda a parte elétrica, hidráulica, com louças e pintura, em até 15 dias. Eles oferecem uma garantia de até 80 anos.

Nanning, a segunda cidade que visitamos na China, é capital da província de Guangxi, que tem aproximadamente 52 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) da província é de 1,4 trilhão de dólares, equivalente ao PIB do Brasil. Lá, visitamos a construtora GHCB, a segunda maior da China, responsável por 60% da construção em Nanning, hoje com 60 obras em andamento. Já trabalha em mais de 10 países, entre eles o Brasil (São Paulo e Minas Gerais).

Numa situação emergencial, os trabalhadores tocam até três turnos sem folga, compensando posteriormente. Mas as obras não param.

Estamos tendo a oportunidade de trazê-la para Tubarão, Município no qual este Deputado reside e do qual é representante legítimo no Governo de Santa Catarina e Federal.

A GHCB já está autorizada a entrar no ramo imobiliário e de mineração. O Governo chinês considera o Brasil como a China, entre os maiores países do mundo. Sugeriram que o Brasil deve dar mais velocidade à qualificação técnica para as grandes obras, onde faltam profissionais qualificados.

A empresa possui vasta experiência na construção de barragens, usinas hidroelétricas, viadutos, pontes, estradas e construção habitacional.

Eles construíram um complexo de 13 viadutos, com 3 níveis e 47 quilômetros de extensão em apenas 8 meses. É impressionante a grandiosidade da obra.

Fomos recebidos em reunião pelo vice-governador da província, que demonstrou grande interesse em conhecer o nosso Estado e em melhorar as relações comerciais com Santa Catarina - obviamente, com o Brasil.

É importante destacar, mais uma vez, que o PIB dessa província é semelhante ao do Brasil inteiro. Esse dado comprova a importância econômica que este encontro teve para o nosso Estado e para o Brasil.

Guangzhou (Capital da Província de Guangdong) - China.

Localizada ao sul da China, Guangzhou, Capital da Província de Guangdong, possui uma população aproximada de 12 milhões de habitantes.

Visitamos a Ruai, fábrica de equipamentos elétricos e componentes eletrônicos. Atualmente, ela está entre as quatro maiores do segmento na China. Ela produz uma linha completa de luminárias, lustres, lâmpadas, conectores, dentre outros.

A fábrica produz produtos para marcas famosas em todo o mundo, como Phillips e Osram, além de possuir 16 marcas próprias.

Aproveito para parabenizar o amigo Deputado Estadual Manoel Mota, de cuja amizade desfruto há mais de 25 anos, trabalhando juntos pelos catarinenses e pelos brasileiros, responsável maior pela iniciativa de tentar trazer as empresas enunciadas para Tubarão, Santa Catarina.

Vale lembrar que tive a oportunidade de conhecer 47 países, de visitar inúmeras empresas, das melhores marcas do mundo, mas reconheço que as fábricas que visitamos na China estão entre as melhores.

O Brasil está entre os melhores países do mundo para investir e passa por um

bom momento, em especial pela realização da Copa de 2014.

Brasil e China poderão fazer juntos muitas coisas boas para o futuro. Este Deputado que é membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, Coordenador de Portos e Vias Navegáveis, reconhece que, além de atrasados no investimento nessa área, precisamos mudar a nossa cultura, como esta burocracia que dificulta a nossa velocidade nos investimentos para a área de infraestrutura.

Essa visita à China despertou em todo grupo a necessidade de refletir, e muito, sobre a nossa cultura um pouco acomodada, se levarmos em consideração a rapidez que hoje o mundo exige, em especial na área da comunicação e tecnologia.

Precisamos lembrar que, graças ao nosso potencial natural, como expansão territorial, águas em abundância, maior reserva florestal, minérios, entre outros, este País é um dos mais importantes do mundo. E o que estamos fazendo para corresponder com a grandeza natural que Deus nos deu? O que nós estamos fazendo para colaborar com os demais países que muito esperam do Brasil? Eu acredito que já estamos correspondendo, mas aquém do que poderíamos.

Cumprimento o Governador Raimundo Colombo, que colocou o Governo à disposição, inclusive enviando o Secretário de Desenvolvimento Sustentável, o Deputado Federal Paulo Bornhausen; o Presidente da SC Parcerias, o ex-Deputado Ênio Branco; o Secretário de Articulação Internacional, Alexandre Fernandes, e o seu Diretor Amir Ternes Hamad; a Presidente da COHAB, Sra. Maria Darci Mota.

Cumprimento também o Prefeito de Tubarão, Manoel Bertoncini, que, desde os primeiros momentos, quando o Deputado Manoel Mota e eu levamos ao seu conhecimento a possibilidade de virem empresas italianas e chinesas para o nosso Município, não mediu esforços com o intuito de viabilizar o terreno. Inclusive enviou o Vice-Prefeito, Felipe Luiz Colaço, bem como o Secretário de Indústria e Comércio, Celso Meneghel para representá-lo na Missão Oficial, o Vereador Evandro de Souza Almeida, que foi representando a Câmara Municipal, e este Deputado Federal, que, além de residir na cidade, tem ali a sua principal base eleitoral, com domicílio eleitoral em Tubarão, a nossa Cidade Azul. Agradeço também à Assessoria do Deputado Manoel Mota, em nome do Sr. Dicesar Ribeiro Vianna Filho.

Encerro agradecendo a todos os que têm colaborado, objetivando trazer as empresas importantes para Tubarão, Santa Catarina, e o Brasil.

Registramos também a participação na Missão Oficial do Prefeito do Município de Turvo, o amigo Ronaldo Carlessi.

Encerro prestando uma homenagem especial ao Sr. Paulo C. G. Medeiros, representante qualificado no Brasil da enorme empresa Cimolai, que foi o responsável maior por tudo. Foi um dos maiores prazeres da minha vida conhecê-lo e revê-lo. Apesar do pouco tempo de convivência, já sou seu fã incondicional.

Era o que tinha a dizer.

Documento 428/472

012.2.54.O

Publ.: DCD - 16/02/2012 - 2896

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

BREVES COMUNICAÇÕES

15/02/2012-10:00

AFONSO HAMM-PP -RS

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização, no Brasil, da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Importância da conclusão das obras de reforma do Estádio Beira-Rio, no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à realização do evento. Apelo aos Parlamentares de aprovação do Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, do Poder Executivo, (Projeto sobre a Lei Geral da Copa), especialmente dos dispositivos sobre a destinação a idosos, estudantes e torcedores de baixa renda de percentuais de ingressos para os jogos do evento, e sobre a aplicação na formação de atletas de 10% dos lucros auferidos pela Federação Internacional de Futebol - FIFA com a realização do evento.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Alex Canziani, colegas Deputados, utilizo a tribuna para falar de um tema fundamental para o País, um cenário de absoluta oportunidade, que é a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, com sede em 12 cidades do nosso País, e também da Copa das Confederações, que ocorre no ano de 2013, fazendo a preparação para essa Copa.

Nós tivemos a visita recente, nesta semana, do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, que esteve no Rio Grande do Sul, nosso Estado, onde estamos trabalhando exatamente para finalizar a condição de contratação do Sport Club Internacional, com sede no estádio Beira-Rio, com a empresa Andrade Gutierrez. É uma das obras que, inclusive, já estava iniciada. É importante para todos garantirmos a condição de cidade-sede, condição de estádio para a prática dessa Copa, e nós ainda não tivemos a finalização desse contrato.

Há uma preocupação, há um adiantamento em relação às condições de entendimento, mas não está ainda assinado. Portanto, há uma grande preocupação sob esse aspecto em todos os sentidos, até porque o Estado do Rio Grande do Sul já perdeu a condição de ser sede da Copa das Confederações.

Queria também dizer que estamos trabalhando para, na Comissão Especial da Lei Geral da Copa, da qual sou membro titular, e na Comissão de Esporte, oferecer aos brasileiros os 300 mil ingressos - a idosos, a estudantes, sendo metade desses ingressos destinados a eles, e a pessoas de baixa renda do País, pois as pessoas pobres também terão um percentual. Já é uma conquista, mas precisamos consolidá-la.

Quero compartilhar uma proposição minha ao art. 30, na área de ações sociais da Copa, já acatada pelo Relator, Deputado Vicente Cândido; pelo Presidente, Deputado Renan Filho, e por toda a Comissão, que é a formação dos atletas. Deixar um legado para o futebol é formar atletas através dos clubes profissionais, é construir os Centros de Treinamentos, para, aí sim, fazer inclusão social.

Quero dizer da importância de um projeto que deixa um legado efetivo. Além dos estádios, precisamos garantir a formação dos atletas e a condição desses futuros profissionais. Isso é muito importante.

Eu fui jogador profissional de futebol desde os 14 anos de idade, nas categorias de base, passei pelo clube que me deu oportunidade, o Grêmio Esportivo Bagé, depois no Brasil de Pelotas, treinado pelo Felipão, campeão brasileiro, lá no Mineirão, pelas seleções. Tive essa experiência. Eu morei cinco meses e meio embaixo da arquibancada de um estádio e sei da importância disso, hoje com meu curso profissional, com uma história de vida e como Deputado Federal.

Por isso faço questão de dizer que a Copa do Mundo tem de deixar um legado. Nós estamos buscando obter 10% dos lucros da FIFA para formar atletas,

através da formação dos CTs dos clubes.
Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão Especial que avalia o Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, do Poder Executivo (Lei Geral da Copa) retomou suas atividades nesta terça-feira com o intuito de agilizar a votação do projeto. Como integrante da Comissão Especial e Relator na região sul do País, aclamo os nobres colegas no sentido de que essa matéria tenha prioridade de votação no plenário.

A cada dia que passa, nosso foco deve centralizar-se ainda mais em relação aos preparativos para o Brasil sediar a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. A Copa já começou, inúmeras pessoas já estão trabalhando, os investimentos estão chegando, portanto, o mundial esportivo já é uma realidade. As 12 cidades-sedes já estão com as obras em andamento com o propósito de oferecer melhor qualidade para receber os turistas e as seleções do mundial. Nesta terça-feira, no meu Estado de origem, recebemos a visita do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, ao estádio Beira-Rio, estádio-sede da Copa 2014 no Rio Grande do Sul, do Sport Club Internacional. O Ministro também esteve na Arena do Grêmio - Campo Oficial de Treinamento (COT) para o Mundial, do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

As obras no Estádio Beira-Rio encontram-se paralisadas desde junho de 2011. As reformas do Beira-Rio necessárias para a Copa de 2014 estão sob a responsabilidade do clube em parceria com a construtora Andrade Gutierrez. Em outubro de 2011, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) anunciou as cidades-sedes da Copa das Confederações, e o Rio Grande do Sul ficou de fora das partidas que serão realizadas entre os dias 15 e 30 de junho. A perda da condição de sede da Copa das Confederações gerou grande preocupação no Estado gaúcho. O motivo da exclusão, relatado na época pelo Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, foi a paralisação nas obras do Beira-Rio. Portanto, trata-se de estádio estratégico, que já conta com investimentos e obras.

No primeiro semestre de 2011, o Beira-Rio era uma das sedes mais adiantadas no País, no entanto, a demora da assinatura do contrato com a construtora Andrade Gutierrez fez com que as obras ficassem atrasadas. Também é necessária a aceitação das garantias por parte do BNDES para que o dinheiro esteja disponível e as obras possam ser reiniciadas. Por esse motivo, estamos vigilantes e trabalhando para que o Rio Grande do Sul não perca a condição de cidade-sede da Copa de Futebol de 2014. Estamos na expectativa de que o Estado fique pronto até dezembro de 2013.

Apesar de os preparativos estarem em pleno andamento, ainda temos a Lei Geral da Copa em análise. Parabenizo o Presidente da Comissão Especial, Renan Filho, e o Relator, Vicente Cândido, pelo trabalho que vem desenvolvendo com o intuito de estabelecer uma Lei Geral da Copa com propósitos e objetivos oportunos para que o Brasil seja vitrine nesses grandes espetáculos futebolísticos. A proposta traz grandes desafios e alguns impasses de adequação das exigências da FIFA ao ordenamento jurídico brasileiro.

Alguns assuntos relevantes ainda estão em debate, como o controle de entrada e permanência nos estádios, ingressos, segurança, consumo e comercialização de produtos nos estádios, zona de restrição da FIFA, publicidade e proteção aos direitos comerciais da FIFA. Estamos atentos a todas as exigências e estamos trabalhando da melhor forma possível para que os preceitos constitucionais não sejam afrontados, como as garantias previstas pelos Estatutos do Idoso e do

Torcedor e também pelo Código de Defesa do Consumidor.

No Congresso Nacional, apresentei uma proposta ao PL, que foi acatada pelo Relator, Deputado Vicente Cândido. Ficou estabelecido no art. 30 que

"Art. 30. O Poder Público poderá adotar providências visando à celebração de acordos com a FIFA, com vistas à:

I - divulgação, nos eventos, de campanha com o tema social 'Por um mundo sem armas, sem drogas e sem violência e com trabalho decente' e inserindo a proposta de nossa autoria;

II - efetivação de aplicação voluntária, pela referida entidade, de recursos oriundos dos eventos, para a construção de centros de treinamento de atletas de futebol, conforme os requisitos determinados no art. 29, §2º, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 9.615, de 1998."

A minha sugestão tem como propósito regular a parceria da FIFA com o Governo para a construção de centros de treinamento dos clubes formadores de atletas, com o propósito de capacitar os jovens em categorias de base. A ideia é criar meios visando a formar os futuros atletas.

Como fui jogador da categoria de base e profissional, sei dos problemas que os clubes enfrentam e das reais necessidades; portanto, é importante propiciar um legado para formar atletas, aproveitando a reformulação da Lei Pelé, incluindo a proposta nas ações sociais, junto com a campanha do desarmamento para o combate as drogas e a violência. A proposta também objetiva evitar o descaminho das drogas e promover a inclusão social, com a formação de atletas, e assim fortalecer o futebol brasileiro.

Para finalizar, reforço o pedido de apoio aos nobres colegas para aprovar esse artigo, assim como os demais itens da Lei Geral da Copa.

Peço divulgação deste discurso nos meios de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que eu tinha a manifestar.

Documento 429/472

012.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	15/02/2012-10:14
Publ.: DCD - 16/02/2012 - 2900	JOÃO ANANIAS-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Divulgação pelo Ministério da Saúde, por meio Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, de estatística acerca do número de óbitos provocados pelo consumo abusivo de álcool no País. Promoção pela Igreja Católica da Semana Nacional Contra o Alcoolismo. Contrariedade à liberação do consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e ao Deputado Onix Lorenzoni a concessão.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que considere como lido pronunciamento sobre a publicação, no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, que o Ministério da Saúde publica todo ano, da importância do álcool na mortalidade geral.

Pasmem: o meu Estado, o Ceará, é o segundo do Brasil em óbitos ocasionados pelo consumo de álcool. O uso abusivo de álcool, como todos nós sabemos, causa inúmeros problemas de saúde pública. Apesar disso, vem a Lei Geral da Copa propor que se venda bebida alcoólica nos estádios.

Estou falando aqui dentro de uma visão de saúde pública. Sou médico sanitарista e ex-Secretário de Saúde do Estado do Ceará. Entendo que o Congresso Nacional não pode ficar com essa responsabilidade e assumir este retrocesso, para agradecer a FIFA e a indústria de álcool, de volta da venda de bebidas na Copa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi publicado estudo realizado pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que mostra as principais causas de mortes no Brasil. O consumo abusivo de álcool tem um peso importante como causa da mortalidade geral em nosso País.

Para dar um exemplo, o meu Estado, o Ceará, foi o segundo no Brasil em número de óbitos ocasionados pelo alcoolismo, além dos mortos em acidentes de moto e carro relacionados ao uso de álcool.

O uso abusivo de álcool, que causa inúmeros problemas orgânicos, também é responsável por graves problemas pessoais, familiares e principalmente de violência, com severas repercussões sociais.

Destaco a iniciativa da Pastoral da Sobriedade, da Igreja Católica, que lançou a Semana Nacional contra o Alcoolismo, que vai do dia 13 a 19 deste mês, com o intuito de chamar atenção e mobilizar a sociedade contra o alcoolismo.

É bom destacarmos que, diante de tudo isso, a Lei Geral da Copa, que está tramitando nesta Casa, ainda propõe, por exigência da FIFA, a liberação da venda de bebidas alcoólicas durante os jogos da Copa do Mundo de 2014. Essa proibição se deu em função do incremento indiscutível da violência associada a bebidas alcoólicas nos estádios.

Entendo ser um contrassenso essa posição que quer colocar o Congresso como responsável por esse retrocesso.

Era só, Sr. Presidente.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Documento 430/472

012.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	15/02/2012-10:22
Publ.: DCD - 16/02/2012 - 2902	CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à pretendida liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reunião prevista para ontem da Comissão Especial da Copa, da qual agora faço parte, representando o PPS, não se realizou, tendo sido transferida para a semana que vem. Mas quero aqui registrar, na mesma linha do que disse o Deputado João Ananias, minha preocupação, como profissional de saúde, em relação ao desrespeito ao Estatuto do Torcedor, aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, e no qual consta a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol.

Sr. Presidente, esta Casa precisa garantir que não venhamos a vender bebidas alcoólicas durante os jogos da Copa do Mundo nos estádios.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, líderes presentes, venho novamente a esta tribuna para reafirmar minha posição frontalmente contrária à liberação da venda de bebidas alcoólicas em estádios de futebol durante a Copa do Mundo de 2014.

Ora, Sr. Presidente, trata-se de uma ingerência inadmissível da entidade organizadora da Copa, a FIFA, em nossa legislação. O Estatuto do Torcedor, aprovado pelo Congresso Nacional em 2003, é claro no que diz respeito à proibição da venda, nos estádios, de bebidas que possam estimular atos de violência.

Essa lei foi reconhecida como um grande avanço para combater as recorrentes ondas de violência e confrontos, que em nada condizem com a prática esportiva, nos estádios. Em seu art. 13-A, inserido em 2010, o Estatuto é claro ao prever a proibição do porte de *"objetos, bebidas ou substâncias proibidas suscetíveis de gerar e possibilitar a prática de atos de violência"*. E o que se propõe é a supressão da referência às bebidas, restringindo a proibição aos *"objetos que possibilitem a prática de atos de violência"*.

Como integrante da Comissão Especial desta Casa que discute a Lei Geral da Copa, gostaria de apresentar aos senhores alguns dados já apurados por outra Comissão, a CEALCOOL, que estuda as consequências do consumo de bebidas alcoólicas.

Cinquenta e dois por cento daqueles que bebem regularmente apresentam algum tipo de problema. Trinta e oito por cento sofrem de problemas físicos decorrentes do uso do álcool e 18% convivem com problemas familiares. Além disso, Sr. Presidente, 23% da população de 18 a 24 anos relatou problemas com violência decorrente do consumo de bebidas alcoólicas.

Ainda segundo informações da CEALCOOL, o consumo excessivo reduz o autocontrole e a capacidade de processar informações sobre situações de risco. Também aumenta a susceptibilidade e a impulsividade emocional, fazendo com que aqueles que consomem bebidas alcoólicas estejam mais propensos a recorrer a violência e a confrontação, diminuindo, portanto, sua capacidade de negociar uma resolução não violenta aos conflitos.

Quero lembrar a todos, Sr. Presidente, que uma das recomendações da Organização Mundial de Saúde para o combate aos problemas decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas é justamente a restrição de sua venda e consumo em locais públicos, com grande concentração de pessoas.

Ora, Sr. Presidente, se permitirmos essa interferência em nossa legislação para não contrariar os interesses comerciais da FIFA, não estaremos apenas abrindo mão de nossa soberania, o que por si já é algo muito grave, mas também indo de encontro ao que recomenda a OMS.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero reafirmar meu compromisso de trabalhar com muito empenho na Comissão da Lei Geral da Copa para que o Estatuto do Torcedor seja respeitado e para que a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos nossos estádios permaneçam proibidos.

Documento 431/472

012.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	15/02/2012-11:08
Publ.: DCD - 16/02/2012 - 2947		INOCÊNCIO OLIVEIRA-PR -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Aumento do número de trabalhadores formais na construção civil nos últimos 5 anos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito prazer que assomo a esta tribuna para compartilhar com meus pares e com a população brasileira um fato verdadeiramente alvissareiro: o número de trabalhadores com carteira assinada na construção civil dobrou nos últimos 5 anos!

Sr. Presidente, ao final de 2011, o setor já contava com 2 milhões e 700 mil trabalhadores com carteira assinada - ou como eles mesmos costumam dizer, "fichados" - em todo o País.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, eles eram 1 milhão e 300 mil em janeiro de 2006 e passaram a ser 2 milhões e 700 mil em dezembro de 2011. E o balanço positivo no setor de emprego não para por aí. Outros três setores estiveram acima da média de crescimento total, segundo a mesma comparação: os setores de mineração, comércio e serviços, que empregaram em torno de 50% mais, um pouco acima dos 40% apurados para o total do aumento do emprego celetista, de 26 milhões e 800 mil no início de 2006 para 37 milhões e 800 mil em dezembro passado.

De acordo com o MTE, o fato de a expansão nas construtoras ser maior se deve a políticas públicas como o aumento do financiamento habitacional, as obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o programa Minha Casa, Minha Vida e os investimentos previstos por conta dos eventos esportivos Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016. Além disso, há todo um movimento bastante dinâmico que se nota em todo o território nacional, envolvendo a ampliação industrial ou comercial - isso implica a construção de mais galpões, lojas, escritórios e fábricas.

Em 2011, a Construção Civil foi responsável pela criação de 222.897 empregos com carteira assinada, registrando o maior crescimento relativo entre os setores, com elevação de 8,78% em relação ao total de dezembro de 2010. Os Estados

que geraram o maior número de empregos com carteira assinada foram São Paulo, com 41.191; Rio de Janeiro, com 37.026, e o meu querido Estado natal, Pernambuco, com 21.211 novos registros.

Creio que estamos no caminho certo, e é por isso que aproveito a oportunidade para reiterar, desta tribuna, o meu apoio ao Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 432/472

012.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	15/02/2012-11:08
Publ.: DCD - 16/02/2012 - 2952		JOSÉ CHAVES-PTB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão da Presidenta Dilma Rousseff de concessão de aeroportos brasileiros.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. JOSÉ CHAVES (Bloco/PTB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o leilão dos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Campinas ainda provoca debates e polêmicas entre o PT e o PSDB. Privatização ou concessão? Eis a questão.

No nosso entendimento, é uma discussão bizantina, tola e desprovida de importância ou de quaisquer méritos.

Antes de tudo, é bom registrar que uma siderúrgica se vende, e isso corresponde a uma privatização. É uma venda de ativo, no caso, de empreendimento de produtos de bens de consumo intermediário. O contrário acontece com um serviço público, do qual se leiloa a concessão.

Foi assim que fez o Governo FHC nos setores de telefonia, energia, estradas e aeroportos.

Vamos repetir: serviços públicos são objeto de concessão; no caso de venda de ativos há privatização.

E ponto final.

A maior virtude de ambos os processos é o pragmatismo.

O Brasil precisa de uma montanha considerável de dinheiro para se tornar um País eficiente, de logística comparável à da maioria dos países do chamado Primeiro Mundo.

O Brasil precisa de 900 bilhões de reais para atualizar e fortalecer sua infraestrutura econômica — portos, ferrovias, rodovias, aeroportos, telefonia e produção e transmissão de energia elétrica.

A esse propósito, especialistas anunciam que somente se o País investir 2% do PIB em sua infraestrutura durante 25 anos conseguirá chegar ao nível de hoje dos Estados Unidos, por exemplo.

O Prof. Fernando Fleury diz que isso não é impossível, porque em 1975 o Brasil investiu 1,8% do PIB, que se reduziu para menos da metade no ano passado, 0,8%".

O Prof. Fleury também assinala que *"entre 2004 e 2010, o transporte de mercadorias por aviões aumentou 26%; pelas rodovias, 23,6%; pelas ferrovias, 35%"*.

Por sua vez, o transporte aéreo de passageiros tem crescido a uma média de 10% ao ano.

Tudo isso tem exigido cada vez mais de todas as malhas de transporte do Brasil e o Estado sozinho não consegue acompanhar o brutal aumento das demandas. Lembramos, ademais, Sr. Presidente, que estamos às portas da Copa Mundial de Futebol, 2014, e dos Jogos Olímpicos, 2016, eventos que significarão o assentamento definitivo do Brasil entre as nações desenvolvidas, que exige decisões como as tomadas pela Presidenta Dilma Rousseff.

O País não pode ficar preso a picuinhas partidárias enquanto o tempo passa e aumenta o risco de nos apeguarmos diante da opinião pública mundial.

No mais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma tolice pensar que a Presidenta Dilma dá importância a essa falsa polêmica político-ideológica envolvendo privatização ou concessão.

O que ela objetiva mesmo é que as obras fiquem prontas e funcionem a contento, de forma a atender às demandas a preços compatíveis com a capacidade de pagamento da população.

A concessão deixará 24,5 bilhões de reais nos cofres do Tesouro Nacional, por um prazo de 30 anos, período em que os vencedores do leilão operarão os três aeroportos.

De resto, Sr. Presidente, a decisão da Presidenta não significou nenhuma adesão ao neoliberalismo, como provoca o PSDB, tampouco configurou abandono dos princípios que fazem parte do seu ideário político.

Foi apenas uma medida inteligente e pragmática de um Governo que prima pela responsabilidade e integral defesa dos interesses do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 433/472

013.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/02/2012-18:06
Publ.: DCD - 16/02/2012 - 3019		ANDRÉ MOURA-PSC -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Defesa da criação de agenda positiva pela Casa. Balanço da atuação parlamentar do orador em 2011. Corroboração da luta do orador em prol do municipalismo. Urgente necessidade de revisão do pacto federativo.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, quero falar um pouco dos trabalhos desenvolvidos no meu mandato em 2011. Lembro os grandes desafios depositados pelos cidadãos neste Parlamento e que são e serão cobrados porque deles depende, em grande parte, o futuro do nosso País.

Para que isso aconteça, como já foi dito anteriormente, há a necessidade imediata da criação de uma agenda propositiva, fortalecendo os trabalhos propostos, principalmente neste Parlamento, para que possamos discutir as ações da população.

Dentro daquilo que trabalhamos e desenvolvemos em 2011, apresentamos, dentre as várias bandeiras de luta, a PEC 57, de 2011. Neste momento, renovo nossa certeza e convicção plena da sua importância, já que trata da impunidade penal do menor de 16 anos, que será determinada por intermédio de perícia e decisão judicial, proferida em cada caso com fundamento nos fatores psicossociais e culturais do agente.

Não mais se acredita que menores com 16 ou 17 anos não tenham condições de compreender o caráter ilícito do que praticam, tendo em vista que o desenvolvimento mental acompanha, como é natural, a evolução dos tempos.

Tratamos a PEC 57 como uma das principais bandeiras de luta e, logicamente, contamos com o apoio deste Parlamento.

Também apresentamos a proposta do Plebiscito 494, de 2011, que possibilita que a população, já nas eleições que ocorrerão este ano, decida se os menores entre 16 e 18 anos deverão continuar sendo avaliados penalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, já que a população brasileira terá o poder de decidir e apoiar, tenho certeza, e esse é o interesse da maioria, a redução da maioridade penal.

Na área da saúde, apresentamos o PL 2.250, de 2011, que fixa o piso salarial dos médicos em R\$9.188,22 para uma jornada de 20 horas semanais de trabalho. O valor foi proposto pela FENAM - Federação Nacional dos Médicos, sendo resultado da atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, cujo índice acumulado em 2010 foi de 6,91%.

Este piso que propomos em parceria com a FENAM serve como referência para o PL 2.250, de 2011, além de ser parâmetro para orientar as reivindicações da categoria em dissídios, convenções, acordos coletivos de trabalho e demais negociações.

Quero me referir ao Projeto de Lei nº 2.774, de 2011, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de pedreiro e cria o piso salarial nacional da categoria.

O pedreiro é um profissional contratado ou avulso que atua nas áreas ligadas à construção civil. Vale salientar que o segmento da construção civil no Brasil é quem mais gera empregos; em 2011 milhões de vagas foram oferecidas. Tenho certeza que o PL é de fundamental importância para reconhecer essa categoria de trabalhadores tão importantes para nossa população.

Trato também aqui do piso salarial nacional dos jornalistas. Apresentamos, em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, o Projeto de Lei nº 2.960, de 2011, que fixa o piso salarial dos jornalistas em R\$3.270 mensais para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.

Pesquisas da entidade apontam que o piso salarial dos jornalistas nas regiões brasileiras divergem muito. Por exemplo, em Alagoas, o piso dos jornalistas é R\$2.114,84, o maior do País, seguido pelo do Paraná, R\$2.049,11, e de São Paulo, R\$2.075,78. Os menores pisos da categoria são, infelizmente, de Sergipe, meu Estado, R\$954,80, e do Rio Grande do Norte, R\$850,00.

Espero que a categoria que informa a população brasileira tenha o reconhecimento desta Casa, concedendo-lhe um piso salarial justo, pois são eles

os formadores de opinião.

Finalizo meu discurso, reavivando o municipalismo, bandeira que carrego desde a época em que administrei o meu querido Município de Pirambu.

Sobre este assunto focarei questões em defesa do orçamento impositivo. Hoje, inclusive, fomos surpreendidos com mais uma posição do Governo Federal, que anunciou o bloqueio de 55 bilhões no Orçamento de 2012, dos quais 20,3 bilhões das emendas parlamentares para este ano. Isso faz com que os Municípios brasileiros sejam penalizados. Os Prefeitos dos Municípios que se deslocaram até Brasília buscaram entendimento com seus Parlamentares. Naturalmente, quando retornam aos seus Municípios fazem uma verdadeira prestação de contas à sua população sobre o que veio fazer em Brasília, cria uma expectativa de obras que a população sonha em tornar realidade. Agora, o Governo Federal, como fez no ano passado, corta na questão do Orçamento.

Por isso, Sr. Presidente, volto a defender que o orçamento deve ser impositivo, porque se assim não for será um desrespeito a nós, Parlamentares, um desrespeito principalmente à população dos Municípios que mais depende das emendas do Orçamento. Este é um ano eleitoral. Portanto, teremos um ano curto para a tramitação de emendas. O corte dessas emendas naturalmente terminará frustrando a expectativa dos mais diversos Municípios do nosso País.

Vamos continuar lutando pelo fortalecimento do municipalismo, esperando que possamos respeitar não só este Parlamento com a questão do Orçamento, mas também os Municípios do nosso País, os seus Prefeitos que vieram a Brasília buscar as emendas e que agora, infelizmente, recebem esta notícia que não agrada a ninguém, muito menos o municipalismo do nosso País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento todos que nos acompanham pela *Rádio Câmara* e pela *TV Câmara*, em especial a população do meu Estado de Sergipe, que muito me orgulha aqui representar.

Ocupo este espaço para fazer um balanço dos meus trabalhos no ano de 2011, desde o início desta nova fase política no Parlamento Federal. O ano passado foi de aprendizado, sendo transformado em trabalho, beneficiando diretamente o povo sergipano e brasileiro.

Lembro-me dos grandes desafios que foram depositados pelos cidadãos sobre este Parlamento, desafios estes que são e nos serão cobrados, porque deles dependem em grande parte o futuro do nosso País, que luta para deixar de ser uma economia de Segundo Mundo, partindo em busca de um lugar junto aos países de desenvolvimento pleno.

Mas para que isso aconteça é necessária, como já disse em vários momentos, a imediata criação de uma agenda propositiva, fortalecendo os trabalhos propostos pelos meus partícipes de Parlamento, pois quando a lei é resolutiva para a população, os créditos ficam no ar ou são apadrinhados por outro Poder. Porém, quando o trabalho tem repercussão negativa, a culpa recai sobre nossos ombros. Dentro das várias bandeiras de lutas apresentadas em 2011, fruto de muito debate na imprensa como um todo, está a minha defesa pela PEC 57/2011, nesse momento renovado, que propõe a alteração do art. 228 da Constituição Federal. De acordo com a PEC, o artigo passa a ter a seguinte redação: "*São penalmente imputáveis os maiores de 16 (dezesseis) anos de idade*".

A PEC 57 também acrescenta o § 1º que diz: "*A imputabilidade penal do maior de 16 (dezesseis) anos será determinada por intermédio de perícia e decisão judicial, proferida em cada caso com fundamento nos fatores psicossociais e culturais do agente.*" E justifico que a lei penal criou uma presunção de que o menor de 18 anos, em face do desenvolvimento mental incompleto, não tem

condições de compreender o caráter ilícito do que faz ou capacidade de determinar de acordo com esse entendimento.

Não mais se acredita que menores com 16 ou 17 anos não tenham condições de compreender o caráter ilícito do que praticam, tendo em vista que o desenvolvimento mental acompanha, como é natural, a evolução dos tempos, tornando a pessoa mais precocemente preparada para a compreensão integral dos fatos cotidianos.

Por isso, apresentei logo em seguida à proposta de Plebiscito 494/2011, que possibilita que a população do Brasil, já nas eleições deste ano, decida se os menores entre 16 e 18 anos deverão continuar sendo avaliados penalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

E aqui abro um parêntese, lembrando-me das famílias que sofreram com violências cometidas por essas pessoas que compõe a faixa etária proposta. Aqui ratifico que essa lei não pune jovens que têm uma vida correta e dentro da lei, mas somente os inconsequentes que se utilizam da defesa de um importante Estatuto para cometer atos de barbáries do mais alto grau de violência. Por isso peço, mais uma vez, que deixemos que o povo brasileiro decida o que é melhor, inclusive os jovens de 16 e 17 anos, que têm constitucionalmente o direito ao voto.

Na área da Saúde, colegas, também defendi o PL 2.250/11 de minha autoria, que fixa o piso salarial dos Médicos em R\$9.188,22 (nove mil, cento e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos), para uma jornada de 20 horas semanais de trabalho.

O valor foi proposto pela FENAM - Federação Nacional dos Médicos, sendo resultado da atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, cujo índice acumulado em 2010 foi de 6,91%. Esse piso salarial estipulado pela FENAM serve como referência para o PL 2.250/11, além de ser parâmetro para orientar as reivindicações da categoria em dissídios, convenções, acordos coletivos de trabalho e demais negociações.

Encampamos também a sugestão apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, tendo como fundamento regulamentar a jornada dos profissionais da área de Enfermagem e, conseqüentemente, melhorar as condições de trabalho da categoria.

A jornada de 30 horas é uma luta pela valorização e dignidade dos trabalhadores da Enfermagem. Mais de 5 milhões de trabalhadores, entre eles Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, são responsáveis por grande parte das ações de prevenção de doenças e promoção da saúde no Brasil.

A luta pela jornada de trabalho de 30 horas para trabalhadores da área da saúde é uma reivindicação histórica. Algumas categorias profissionais da Seguridade Social já conquistaram essa máxima. Porém, há mais de uma década a Enfermagem brasileira luta para aprovar o Projeto de Lei nº 2.295/00, mais conhecido como PL 30 Horas, que estabelece a jornada máxima de 30 horas semanais para profissionais da Enfermagem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, citamos também o piso salarial nacional dos Agentes de Saúde. Mais uma vez agradeço aos meus colegas deste Parlamento, em especial da Comissão que analisou o Projeto de Lei 7.495/06, da qual fui membro, que criou o piso dos Agentes de Saúde e Agentes de Endemias, através do empenho dos Agentes de Saúde do Brasil e em especial de Sergipe e Aracaju.

Ratifico assim que esses profissionais são de suma importância no combate à dengue e prevenção de outras endemias, além de promoverem a educação em saúde dos usuários do SUS.

Além disso, protocolei Projeto de Lei nº 2.774/11, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de pedreiro e cria o piso salarial nacional da categoria.

O pedreiro é um profissional contratado ou avulso que atua nas áreas ligadas à construção civil de obras públicas ou privadas. Faz parte de sua função executar alvenarias exteriores e interiores em casas; edificar a estrutura de edifícios etc. Quando nos deparamos com os grandes arranha-céus, ficamos encantados com o cálculo perfeitos elaborado pelos arquitetos e engenheiros. Mas por trás disso tudo tem a firme e segura mão do pedreiro, que transforma tudo isso em realidade. Com o avanço no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, o pedreiro precisa se atualizar, o que gera custo para se tornar um técnico qualificado.

Saliento que o segmento da construção civil no Brasil é quem mais oferece empregos; em 2011 foram milhões de vagas. Por isso minha defesa veemente pela categoria dos pedreiros por um piso salarial justo, dando condições a esses profissionais a uma vida digna.

Uma outra etapa são os desafios esportivos que estão por vir. Os brasileiros são apaixonados por futebol. O futebol esta no sangue de cada menino que cresce acompanhando partidas com seu pai ou avô. São eles os principais responsáveis por influenciar as crianças logo muito cedo a gostar do futebol e escolher um time para torcer. Todos adoram ver seu time do coração jogando.

Com a Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, precisamos imediatamente transformar e reformular o Estatuto do Torcedor de 2003. Assim, é inquestionável a importância de se debater sobre o Estatuto em questão, de forma que todas as autoridades presentes neste plenário possam contribuir de forma efetiva este ano para a segurança e o bem-estar dos torcedores e atletas que farão parte desses eventos. Por isso registro o grupo de estudos que já vêm se reunindo desde o segundo semestre do ano passado, dando celeridade para, em grupo, podermos apresentar algo consistente.

Como um dos meus últimos atos de 2011, apresentei o Projeto de Lei 2.960/11, que fixa o piso salarial nacional dos jornalistas em R\$3.270,00 (três mil, duzentos e setenta reais) mensais, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, valor proposto em conjunto com a Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, através do Presidente Celso Schroder.

Pesquisas da entidade apontam que o piso dos jornalistas alagoanos (R\$ 2.114,84) é o maior do País, seguido pelos dos jornalistas do Paraná (R\$2.049,11) e de São Paulo (R\$2.075,78). Os menores pisos da categoria são, infelizmente, de Sergipe, meu Estado (R\$954,80) e o Rio Grande do Norte (R\$850,00).

Espero que a categoria que informa a população brasileira tenha o reconhecimento desta Casa, concedendo-lhe um piso salarial justo, pois são eles os formadores de opinião.

Finalizo meu discurso reavivando o municipalismo, bandeira que carrego desde a época que administrei meu querido Município de Pirambu. Sobre esse assunto focarei questões em defesa do orçamento impositivo, não esquecendo de uma reforma tributária mais justa para os Municípios, perpassando por um pacto federativo leal para todos.

Portanto, não podemos dizer que é urgente refazer o pacto federativo neste País, porque, rigorosamente falando, precisamos ser sinceros em admitir que ele nunca foi feito de verdade. Há muito convivemos com uma centralização excessiva das decisões relacionadas com a arrecadação e uso do dinheiro público no âmbito do Governo Federal, fato ainda mais agravado pelas constantes mudanças nas regras do jogo. Tudo isso faz dos Municípios e, em

menor grau, dos Estados, verdadeiros reféns de uma situação que eles não controlam e nem podem alterar. Em outras palavras, a existência de uma Federação formada por entes autônomos funcionando em harmonia permanece, no Brasil, um sonho bem distante da realidade.

Um aspecto importante a perceber, nesse ponto, é que não estamos falando de impostos arrecadados pela União e transferidos aos demais entes em momento posterior e nos termos da conveniência federal. A verdadeira Federação é constituída por entes fortes, o que significa dizer, inevitavelmente, detentores de competências tributárias próprias, em número e volume suficientes para atender às suas necessidades.

Mesmo porque a efetivação das transferências fica sujeita a circunstâncias que podem até ser de interesse do Governo Federal, mas não dos Governos Municipais ou Estaduais. Poderíamos citar, por exemplo, o estabelecimento de metas de ajuste fiscal, um objetivo que, no âmbito federal, parece estar sempre entre as prioridades mais importantes e urgentes do País. Entre os Municípios, embora as metas fiscais também sejam importantes, principalmente depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, os objetivos mais fundamentais estão sempre relacionados com o atendimento das populações, particularmente aquelas mais carentes. Essa clara divergência entre as políticas gerais de governo de um e de outro ente não pode, no entanto, manifestar-se porque os recursos estão todos sob o controle da União, cuja decisão acaba por prevalecer ao final.

E assim prosseguem os Municípios brasileiros, sempre sujeitos a uma instabilidade institucional que nunca lhes é favorável. Mais do que tudo, o que este País precisa é que, de uma vez por todas, façamos e mantenhamos na prática um verdadeiro pacto federativo.

Desta forma, encerro meu pronunciamento lembrando o verdadeiro papel deste Parlamento. Não podemos fugir dos compromissos firmados, independentemente das siglas, sendo resolutivos, precisos em legislar diretamente para o povo, e este, sim, ver nos nossos esforços a possibilidade de melhorar sua vida.

Sr. Presidente, solicito que meu discurso seja amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 434/472

013.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

15/02/2012-16:57

Publ.: DCD - 16/02/2012 - 3007

WELLINGTON FAGUNDES-PR -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Relato da visita de delegação parlamentar aos Emirados Árabes. Realização de obras de mobilidade urbana na Região Metropolitana de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. Expectativa quanto à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR-MT. Como Líder. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente registrar viagem que fizemos, liderados pelo Senador Raupp, que hoje é o Presidente Nacional do PMDB, juntamente com o Deputado Jaime Martins, do meu partido, o Relator da área de ferrovias, a Deputada Marinha Raupp, Deputada mais votada de Rondônia, bem como com o Deputado Pitman, do Distrito Federal. Estivemos nos países dos Emirados Árabes, principalmente o Catar, onde pudemos ver um país em desenvolvimento, aliás, o país que mais se desenvolve hoje no mundo, a nível de 15%. Aquele país vê o Brasil hoje como grande oportunidade de investimentos. Ele será a sede da Copa de 2020.

Ficamos bastante surpresos com a organização. Enquanto no Brasil ainda estamos preocupados com as obras para 2014, lá ele já está com todo o planejamento, com toda a estrutura montada, com uma vila olímpica completa para treinamento e capacitação dos jogadores, inclusive com intercâmbio com outros países.

Também fomos oferecer àquele país a possibilidade de um intercâmbio com o meu Estado, Mato Grosso, visto que ele será uma das subsedes da Copa do Mundo.

Aliás, hoje estivemos com o Governador Silval Barbosa, junto à Caixa Econômica Federal e ao Tesouro Nacional. Já podemos anunciar aqui à população, principalmente a do meu Estado, que está aprovado o financiamento da ordem de 1 bilhão e 100 milhões de reais para que façamos a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Cuiabá - ou seja, Cuiabá, Várzea Grande, interligando com o sistema moderno, que é o VLT. É uma opção que o Governador Silval Barbosa definiu e agora, na sexta-feira, já será lançada a licitação pelo Regime Diferenciado de Contratações - RDC, dispositivo que aprovamos nesta Casa para dar mais agilidade às obras da Copa do Mundo. Na sexta-feira, será lançado esse edital. Vemos com uma perspectiva muito grande para o meu Estado essa obra, que não é só em função da Copa do Mundo. Claro, nós queremos que a Copa do Mundo seja uma oportunidade de mostrar o Brasil lá fora, de mostrar o meu Estado lá fora, mas também queremos melhorar a qualidade de vida do nosso povo. A Região Metropolitana de Cuiabá, como muitas cidades brasileiras, hoje experimenta um grande desenvolvimento, e com isso vem o congestionamento e outras dificuldades enfrentadas pela população. Portanto, o VLT será um sistema para a população mato-grossense, principalmente para a população da região metropolitana. É um meio de transporte eficaz. Por isso, quero aqui também parabenizar o Secretário Eder Moraes, da Secretaria Extraordinária da Copa - SECOPA, que foi indicado pelo nosso partido.

Outra obra importante, em se tratando da Copa do Mundo, no nosso Estado é a passagem urbana de Cuiabá. Fizemos um convênio com o Ministério dos Transportes da ordem de 120 milhões de reais. A licitação também já está em curso. Com isso, vamos fazer também muitas obras de desobstrução das avenidas principais da nossa Capital, com viadutos e trincheiras. Essa é uma participação também do Ministério dos Transportes. Quero aqui agradecer ao Ministro Paulo Sérgio, que foi uma figura importante para viabilização dessa obra fundamental para melhorar a qualidade de vida da população da Região Metropolitana de Cuiabá.

Há ainda a obra de duplicação do trecho de Rondonópolis-Cuiabá até Posto Gil. Já existe o trecho de Posto Gil a Rosário em obras. Agora vamos lançar a licitação de Rondonópolis-Cuiabá, que é extremamente importante, visto que nesse trecho são três BRs - BR-364, BR-163, BR-070 -, por onde passam mais de 12 mil veículos por dia. Tudo que vai para a Amazônia tem de passar por esse trecho. Por essa razão, o congestionamento é grande, assim como o número de acidentes. O maior volume de veículos que passa por esse trecho,

chegando a 10 mil por dia, são carretas, bitrens, treminhões. Isso realmente tem causado muitos acidentes. Portanto, essa obra é extremamente importante.

Há também o contorno norte de Cuiabá, cujos empenhos já foram feitos. Essa obra é extremamente importante para desobstruir mais ainda a passagem de Cuiabá, visto que o contorno norte vai interligar as BRs, tirando o trânsito de caminhões e treminhões do centro de Cuiabá.

Queremos aqui registrar também outra obra importante. Estivemos agora no Ministério da Saúde, juntamente com o Governador Silval Barbosa, e vamos construir - já está na fase de licitação - o Hospital Júlio Müller, que é o hospital universitário de Cuiabá. Hoje o atendimento à saúde está muito concentrado na Capital, que atende não só pessoas do interior de Mato Grosso como também de Rondônia e da Amazônia. Por isso, queremos aqui registrar, com muito entusiasmo, que mesmo diante da dificuldade que temos no mundo - hoje, na Europa, viemos de lá e vimos como Portugal, Espanha e Grécia têm diminuído o salário da população, e nós aqui estamos conseguindo ainda ampliar os empregos...

Portanto, este é um momento de reflexão, mas também de parabenizar o Governo da Presidente Dilma, que está tendo a competência de fazer esta gestão, mesmo no momento de crise em que vive o resto do mundo. As perspectivas do Brasil são muito boas, porque o Brasil está sendo visto lá fora como um...

(O microfone é desligado.)

Documento 435/472

013.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	15/02/2012-16:09
Publ.: DCD - 16/02/2012 - 2998		DÉCIO LIMA-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Conquistas socioeconômicas do Brasil durante os Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Contestação às críticas da Oposição contra as gestões petistas.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós ocupamos este espaço da Liderança do Governo para registrar o sentimento desta Casa em relação a este novo período legislativo. É um sentimento que, na verdade, traduz as ruas, as praças. É o sentimento de que nós representamos o povo brasileiro, o sentimento de crença inabalável no projeto de governo em curso, liderado pela primeira mulher Presidenta da República, a Presidenta Dilma Rousseff.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também nos apresentamos com um grau de responsabilidade no momento em que a economia do mundo se encontra, com as sandálias da humildade, como tem sido a marca do Governo deste período do Partido dos Trabalhadores, a marca do Presidente operário e da representação do gênero da mulher no exercício da Presidência da República.

Em nenhum momento, o Governo aqui se apresentou com a soberba dos

doutores da Sorbonne. Por outro lado, os números revelados, já na mensagem presidencial de abertura dos trabalhos desta Casa, manifestam claramente um Brasil diferente, um Brasil que se torna um paradigma do ponto de vista de ser, pela primeira vez no planeta, uma potência econômica, mas, ao mesmo tempo, com um processo de inclusão do seu povo e de cuidado com os valores da natureza tão generosa que tem este País, enquanto as outras nações do mundo cresceram e se desenvolveram à base da destruição da natureza e da exclusão de muitos povos espalhados por este planeta.

As manifestações da Oposição que fazem parte deste debate democrático nos parecem um pouco distantes do Brasil, às vezes até nos causam espécie se estão falando do Brasil que estamos vivendo neste momento.

Querer, por exemplo, comparar o processo das privatizações, o processo de pilhagem do patrimônio público às três concessões feitas em três aeroportos recentemente, para atender à dinâmica, para atender à infraestrutura principalmente da Copa do Mundo, é realmente algo que nos causa espécie.

Querem comparar aquele momento com a venda da Vale do Rio Doce, quando, na verdade, naquele mesmo ano, só de faturamento, foi auferido quase quatro vezes mais do que o valor pelo qual ela foi vendida. É muito diferente, e não pode, absolutamente, entrar na inteligência do povo brasileiro, que sabe que essas comparações têm outro caminho.

O Brasil que nós vivemos, Sr. Presidente - e aqui é importante registrar esses números -, é o Brasil de 2,6 trilhões de Produto Interno Bruto. Quando o Presidente Lula assumiu, o Produto Interno Bruto era cinco vezes menor. Nós tínhamos, em 2002, um PIB *per capita* de 2,8 mil dólares, e hoje temos um PIB *per capita* de 13.300 dólares. A produção de automóveis no Brasil é a sexta do mundo, uma produção de 3,4 milhões de unidades. A safra brasileira de grãos hoje é a primeira do planeta, chegando ao patamar de 163 milhões de toneladas. Este é o Brasil que inauguramos neste ano de 2012, comandado pela Presidenta Dilma.

Para se ter uma ideia, em 2002, quando o Presidente Lula assumia a Presidência da República, a taxa de investimento do PIB era de 16,4%, contra 20,8% que serão realizados neste ano de 2012.

Os investimentos estrangeiros diretos pularam de 16,5 bilhões de dólares em 2002 para 66,6 bilhões de dólares em 2011. O País ocupa hoje o quarto lugar em ingressos de investimento estrangeiro no planeta.

O Brasil de 2002 contabilizava 12,5% de inflação. Em 2012, a nossa previsão é que fique no patamar de 4,7% a inflação acumulada nos últimos 12 meses.

Estes são números incontestáveis, Sr. Presidente, que não estão nos discursos da Oposição, no Brasil da Oposição.

A taxa de desemprego ficou, em março de 2002, em 12,9%, quase 13%, contra 4,7% deste último ano que passou, 2011. O salário mínimo, em valores nominais, em reais, era, em 2002, em torno de 200 reais, e chegamos este ano, a partir de janeiro, a 622 reais - ou seja, triplicamos o salário mínimo brasileiro. A taxa de pobreza caiu pela metade, o que revela um Brasil de inclusão. Em 2002, nós tivemos uma taxa de 26,7%, contra apenas 12,8% em 2012.

Por isso, Sr. Presidente, este é um Brasil que nós não podemos negar, do ponto de vista dos aspectos da realidade do povo brasileiro, da sua vida. Um Brasil que caminha a passos largos e seguros para um desenvolvimento e um modelo de desenvolvimento a se sustentar como paradigma para muitos países do mundo.

O número, por exemplo, das matrículas no ensino profissional quase que duplicou. Em 2002, tínhamos 565 mil, hoje são 924 mil matrículas. O número de vagas oferecidas nas instituições federais de ensino superior pulou de 124 mil, em 2002, para 248 mil.

Por isso, este é um Brasil diferente, que concede o dobro de bolsas de estudos,

que permite que os seus filhos possam hoje contabilizar, só neste ano, cerca de 13.304 novos doutores, quando, naquela época, não chegávamos a 7 mil doutores por ano, para melhorar a qualidade do ensino, da mão de obra e da vida intelectual dos brasileiros.

Este é um Brasil inegável, é o Brasil que o Presidente Lula legou e no qual a Presidente Dilma caminha com a segurança de concluir o seu mandato, até 2014, com 16 milhões de brasileiros afastados literalmente da miséria. Contabilizamos já 31 milhões de brasileiros que ascenderam à classe média.

Este é um Brasil que não voltará mais ao passado triste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 436/472

013.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

15/02/2012-15:06

Publ.: DCD - 16/02/2012 - 2981

ELIENE LIMA-PSD -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Importância da modernização da educação pública brasileira. Disponibilização, pelo Ministério da Educação, de tablets para escolas do Ensino Médio. Compromisso do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, pela promoção da mediação tecnológica e o ensino a distância. Conquista do título de Bicampeã Mato-Grossense de Futebol Feminino pela equipe da Associação Atlética Serra, na cidade de Tangará da Serra. Inauguração de agência da Caixa Econômica Federal no Município de Confresa, em Mato Grosso.

O SR. ELIENE LIMA (PSD-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Nelson Marquezelli, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro eu quero agradecer a confiança do nosso Líder Guilherme Campos em nos conceder este espaço da Liderança para que possamos aqui ter uma participação no plenário da Câmara dos Deputados. Eu gostaria também de agradecer a todos os Parlamentares do PSD, Deputados da bancada do Amazonas, Átila Lins, Carlos Souza, Silas Câmara, e aos demais 52 Deputados Federais do nosso partido.

Quero ressaltar aqui um assunto a que V.Exa. se referiu há pouco: a importância da modernização da educação. O nosso atual Ministro Aloizio Mercadante já está providenciando os *tablets*, atendendo a mais de 50 mil escolas de Ensino Médio e fazendo com que a nossa educação, que ainda está muito distante das melhores do mundo, possa diminuir a discrepância que apresenta na sua qualidade.

Sou professor do Instituto Federal desde 1981 e percebo que, da década de 1990 para cá, a educação tem melhorado muito, mas os números ainda apontam para um país que tem perspectiva de ocupar posições privilegiadas de primeiro mundo. O nosso PIB superou há pouco os da Itália e Inglaterra e deve superar os de outros países da Europa. Precisamos dar um salto de qualidade muito grande.

Segundo edição da revista da FINEP que li há pouco, apenas 10% de pessoas na faixa etária de 25 a 34 anos de idade estão formados em nível superior, enquanto na Coreia do Sul esse dado chega a ser de 56%, e, no Japão, a 54%.

Então, temos muito o que fazer.

O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, realmente está preocupado com isso. Tive uma conversa com S.Exa., que me estimulou quando Secretário de Ciência e Tecnologia do meu Estado, a promover a mediação tecnológica e o ensino a distância, que têm crescido muito no País, bem como a banda larga, entre outras providências.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de destacar a questão do esporte em nosso Estado. Está aqui o Deputado Júlio Campos, ex-Governador, ex-Senador de Mato Grosso, e nós temos a felicidade de sediar também a Copa de 2014. Pego nosso futebol estar em gatinha. Queremos fazer com que o futebol de Mato Grosso também faça como o de Santa Catarina e outros Estados, que avançou muito nos últimos anos. Pegando uma carona nesse evento da Copa do Mundo, queremos fazer com que isso ocorra.

E quero fazer um registro interessante. Estive no Município de Tangará da Serra no último dia 11, no último sábado, assistindo à final do campeonato feminino, e o time do Serra, do Município de Tangará da Serra, se sagrou campeão feminino, pela segunda vez, em nosso Estado.

Nós pudemos perceber a empolgação do povo, mesmo com o futebol feminino. Há uma participação muito grande do povo de Tangará da Serra e do povo do Estado de Mato Grosso. Estavam presentes mais de 2 mil pessoas no Estádio Mané Garrincha, em Tangará da Serra. Lá estavam presentes o Presidente da Federação Mato-Grossense de Futebol, o Dr. Carlos Orione, o Vice-Presidente João Carlos, o Prefeito de Saturnino Massom, o Deputado Estadual Wagner Ramos, O ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito Manuel do Presidente, a ex-Prefeita D. Ana, os Vereadores João Negrão e Paulinho Porfírio.

A gente percebe o entusiasmo do povo com o futebol no interior e na capital do Mato Grosso. Precisamos realmente fazer essa otimização e o nivelamento do futebol mato-grossense com a elite do futebol brasileiro.

Então, quero dizer que o povo de Tangará da Serra está de parabéns, pela empolgação que percebemos lá no Estádio Mané Garrincha, na sexta maior cidade do Mato Grosso, uma cidade emergente. Realmente, aquele é o retrato da vontade de se ter, no Estado de Mato Grosso, destaque não só para o futebol feminino, mas também para o masculino, elevando-o a um nível que possa ser competitivo no Brasil inteiro.

Por último, Sr. Presidente, quero registrar que, na última segunda-feira, estive no Município de Confresa, na inauguração da agência da Caixa Econômica Federal. Confresa é uma cidade que atende a 14 Municípios do norte do Araguaia, está próxima à divisa do Pará, distante mais de mil quilômetros da capital Cuiabá. Essa agência vai dar condições de concretizar muitas ações, tais como a questão de habitação, a questão das linhas que a Caixa Econômica Federal pode propiciar a uma região que tinha uma necessidade enorme nessa área.

Então quero parabenizar o Superintendente Carlos Alberto, parabenizar todos os servidores da Caixa, o Prefeito Gaspar, do Município de Confresa, e toda a população do Norte Araguaia, porque realmente esse é um fato novo e que vai propiciar mais ainda o desenvolvimento daquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, finalmente, os tangaraenses, que, para quem não conhece são os moradores de Tangará da Serra, puderam dar o grito que já estava preso na garganta há vários anos. É que a equipe feminina da Associação Atlética Serra, o Serra, conquistou pela segunda vez o Campeonato Mato-Grossense de Futebol Feminino em jogo ocorrido na noite do sábado, dia

11, no Estádio Mané Garrincha.

Mais de 2 mil pessoas assistiram à vitória do tricolor serrano por 3 a 1, de virada, sobre o Operário de Várzea Grande, apontado como favorito ao título de 2012.

Era um duelo de gigantes - de um lado o time várzea-grandense, formado por atletas do Imperial do Rio de Janeiro, e, de outro, as tangaraenses, juntas há vários anos e reforçadas por jogadoras do AD Centro Olímpico, de São Paulo.

À beira do gramado, o técnico Jedson Zanescio gritou, gritou e gritou. Antes de começar a partida ele declarava: *"Não existe favoritismo; vamos jogar de igual para igual"*.

O Serra começou o jogo partindo para o ataque. A jogadora Leia perdeu dois gols no comecinho da partida. Na segunda metade do primeiro tempo, o Operário cresceu e, em jogada duvidosa, a jogadora Rafaela, artilheira da competição, abriu o placar. A torcida pedia o impedimento da jogadora.

O gol das adversárias não intimidou o time tangaraense. Depois de jogada pela esquerda, Luana sofreu pênalti e cobrou sem chances para a goleira. A número 10 do Serra foi ovacionada pela torcida e o time respirou aliviado durante o intervalo. Faltavam ainda 40 minutos de jogo.

No segundo tempo só deu Serra. A entrada da jogadora Taís, aos 6 minutos, deu novo ritmo à partida. Ela marcou o segundo gol serrano, aos 14 minutos, de cabeça após cobrança de escanteio. Foi dela também o terceiro gol, aos 27 minutos. Taís recebeu a bola de Renatinha na cabeça da grande área e chutou no cantinho direito da goleira do Operário.

Cerca de 4 minutos mais tarde, Taís, a goleadora do Serra, foi expulsa depois de fazer falta no meio de campo. Ela saiu aplaudida pela torcida tangaraense. O Operário bem que pressionou, mas aos 35 minutos do segundo tempo os mais de 2 mil torcedores já gritavam em coro: *"É campeão! É campeão!"*

Fim de jogo! Euforia entre as jogadoras e a equipe técnica do Serra.

Sr. Presidente, a missão do Serra foi cumprida, o clube é campeão estadual e agora é pensar na Copa do Brasil.

As campeãs desfilaram em carro aberto pela avenida Brasil, acompanhadas por um caminhão do Corpo de Bombeiros e dezenas de automóveis.

Esta é a nossa homenagem a essas bravas meninas, nobres colegas!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 437/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2668		MIRO TEIXEIRA-PDT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retirada de Emenda destacada do PDT à Medida Provisória 544 de 2011 (Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências), relativa à aplicação de forma complementar da Lei de Licitações nos procedimentos licitatórios previstos na Medida Provisória, tendo em vista o atendimento da proposta pelo Relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, eu vou retirar, comemorando que o art. 15 do projeto de lei de conversão atende a uma postulação do PDT feita quando aqui foi votada a matéria relativa à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Tudo o que se conhece de malversação, de desvios, de corrupção, de roubalheira do dinheiro público aconteceu sob a égide da Lei nº 8.666. Isso não quer dizer que a lei seja uma pervertida. A lei não é uma pervertida. Acontece que ela foi incapaz de impedir certas perversões.

Não há por que não começarmos a avançar. Já naquela oportunidade queríamos avançar, com um regime diferenciado opcional em todas as áreas. Especialmente agora, Presidente, quando se trata de equipamentos militares, chega a ser ridículo nós estarmos amarrados a certas regras de licitação que obrigam à revelação até de segredos de Estado. Ou melhor, obrigariam. Diversos países já contratam empresas privadas, que não têm o menor controle público. O controle está na garantia do comportamento do servidor, isto sim. Então o fim da impunidade é que decreta a lisura dos procedimentos.

Com todo o louvor ao Relator, ao termo a que se chegou, temos que avançar em outras coisas, temos que começar a pagar no prazo certo, na data certa, os serviços que são prestados ao Estado brasileiro, para acabar com os *lobbies* dos pagamentos. E aos poucos nós vamos avançando.

A bancada me autorizou a retirar este destaque de bancada, porque a nossa posição está contemplada no art. 15.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Miro.

Documento 438/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2714		DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do art. 24 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 545 de 2011 (Altera a Lei 10.893 de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória 2.228-1 de 2001 e as Leis 11.434 de 2006, 11.196 de 2005, 10.865 de 2004, 8.685 de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências), que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede da Copa do Mundo, bem como para atividades de exploração do pré-sal, objeto de DVS.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa emenda propõe a supressão do art. 24. Para ser bem objetivo, vou me restringir ao fato de que essa matéria foi apreciada por esta Casa, já havia ocorrido uma manifestação contrária do PSDB, e a matéria acabou sendo vetada pela Presidenta Dilma, no final do ano passado. Agora, volta nesta medida provisória com um acréscimo: inclusão das questões ligadas às atividades de

petróleo e gás vinculadas ao pré-sal, para que elas também sejam financiadas pelo fundo ligado ao Fundo de Garantia, além das obras para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. A Presidenta, ao vetá-la, disse que já havia fonte de financiamento garantido para as obras das Olimpíadas e da Copa do Mundo.

Nós entendemos, em que pese a preocupação louvável de se querer assegurar fonte de financiamento para essas obras, que é a matéria precisaria de reflexão maior.

O PSDB se manifesta, portanto, pela retirada desse artigo, a favor da aprovação do destaque.

Documento 439/472

010.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

14/02/2012-17:08

Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2715

LEONARDO BARRETO--

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do art. 24 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 545 de 2011 (Altera a Lei 10.893 de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória 2.228-1 de 2001 e as Leis 11.434 de 2006, 11.196 de 2005, 10.865 de 2004, 8.685 de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências), que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede da Copa do Mundo, bem como para atividades de exploração do pré-sal, objeto de DVS.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvindo as palavras do Deputado Sávio, é importante notar que o texto não é o mesmo que foi vetado pela Presidenta Dilma. Foi retirada a questão de empreendimentos comerciais, que era o que gerou a polêmica na última votação, e é evidente a necessidade desses investimentos.

O Brasil tem um calendário extenso com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas, com a Copa das Confederações, com o evento Jornada Mundial da Juventude Católica, com a presença do Papa, e é evidente a necessidade de investimentos e empreendimentos hoteleiros em todas as cidades.

É muito simples. Às vezes, em Brasília, quando ocorre a marcha dos Prefeitos, um evento de grande repercussão, é impossível se encontrar vaga nos hotéis. Assim ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo, que são os dois maiores centros do País, e isso se reproduz em todas as cidades brasileiras.

São fontes de financiamentos - não é dinheiro dado a fundo perdido -, que retornarão a esses fundos e promoverão o desenvolvimento das cidades brasileiras, a geração de empregos e deixarão o País mais preparado para os desafios e eventos que têm pela frente.

Eu falo favoravelmente à manutenção do texto, saudando o Relator pelo trabalho.

Documento 440/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2715		MENDONÇA FILHO-DEM -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do DEM ao art. 24 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 545 de 2011 (Altera a Lei 10.893 de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória 2.228-1 de 2001 e as Leis 11.434 de 2006, 11.196 de 2005, 10.865 de 2004, 8.685 de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências), que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede da Copa do Mundo, bem como para atividades de exploração do pré-sal, objeto de DVS.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, nós votamos "não" e acompanhamos o posicionamento defendido pela bancada do PSDB.

Nós entendemos que não há sentido, não há razão para que utilizemos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em obras de infraestrutura, como se sabe, de baixa rentabilidade.

Já existe aporte considerável de iniciativas do Governo em favor de obras de infraestrutura direcionadas principalmente à realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil.

Nesse sentido, entendemos que não seja necessário aumentar, ampliar, por meio dessa emenda, a aplicação de recursos provenientes do FGTS, provocando assim mais aplicações de baixa rentabilidade, de baixo retorno para o trabalhador no Brasil.

Portanto, votamos "não".

Documento 441/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2715		PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PDT ao art. 24 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 545 de 2011 (Altera a Lei 10.893 de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante -

FMM; altera a Medida Provisória 2.228-1 de 2001 e as Leis 11.434 de 2006, 11.196 de 2005, 10.865 de 2004, 8.685 de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências), que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede da Copa do Mundo, bem como para atividades de exploração do pré-sal, objeto de DVS.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no ano passado, sob a direção da Comissão de Legislação Participativa, coordenamos um seminário sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E essa matéria, juntamente com os direitos previdenciários, trabalhistas e com a Seguridade Social, é estratégica para o PDT.

O PDT vota "não", por considerar que não é oportuno autorizarmos para esses empreendimentos anunciados, muitos deles com a arquitetura ainda completamente indefinida, o uso de recursos do Fundo de Garantia, embora o texto faça referência a remuneração equivalente. É uma jogada de risco. Não podemos permitir que se faça isso com um direito do trabalhador.

O PDT vota "não".

Documento 442/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2716		RUBENS BUENO-PPS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PPS ao art. 24 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 545 de 2011 (Altera a Lei 10.893 de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória 2.228-1 de 2001 e as Leis 11.434 de 2006, 11.196 de 2005, 10.865 de 2004, 8.685 de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências), que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede da Copa do Mundo, bem como para atividades de exploração do pré-sal, objeto de DVS.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PPS apresentou, em relação à Medida Provisória nº 540, destaque para retirar do texto este tipo de abuso: usar o Fundo de Garantia, dos trabalhadores, para financiar obras da Copa do Mundo.

Veja V.Exa. o que disse a Presidente da República, vetando o texto:

"Os empreendimentos relacionados à Copa do Mundo FIFA de 2014 e aos Jogos

Olímpicos de 2016 já dispõem de linhas de crédito disponíveis para o seu desenvolvimento além dos investimentos definidos como essenciais às realizações dos eventos, especificados na Matriz de Responsabilidades celebrada pela União, pelos Estados e pelos Municípios."

Além disso, Sr. Presidente, veja o que disse a Presidente da República:

"A proposta desvirtua a prioridade de aplicação do Fundo de Investimento nos setores previstos, especialmente do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço."

Por isso, Sr. Presidente, votamos "não" a essa proposta.

Documento 443/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2716		HELENO SILVA-PRB -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PRB ao art. 24 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 545 de 2011 (Altera a Lei 10.893 de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória 2.228-1 de 2001 e as Leis 11.434 de 2006, 11.196 de 2005, 10.865 de 2004, 8.685 de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências), que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede da Copa do Mundo, bem como para atividades de exploração do pré-sal, objeto de DVS.

O SR. HELENO SILVA (PRB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiro, Sr. Presidente, nós gostaríamos de parabenizar esta Casa, porque, no caso da Medida Provisória nº 545, nós prorrogamos a Lei nº 12.249, que diz respeito às dívidas do Nordeste, e suspendemos os leilões das pequenas propriedades. Quero parabenizar o Relator, que assumiu e coordenou a votação, e este Plenário, que disse "sim". Nós suspendemos os leilões das pequenas propriedades no Nordeste brasileiro, as dívidas dos produtores que estão sem condições de pagamento.

No que diz respeito a esse destaque, nós somos contra. O PRB diz "não".

Documento 444/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2716		ANTONIO CARLOS MENDES THAME-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário da Minoria Parlamentar ao art. 24 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 545 de 2011 (Altera a Lei 10.893 de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória 2.228-1 de 2001 e as Leis 11.434 de 2006, 11.196 de 2005, 10.865 de 2004, 8.685 de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências), que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede da Copa do Mundo, bem como para atividades de exploração do pré-sal, objeto de DVS.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós ficamos pasmos de olhar para esse painel e ver que, dos defensores do trabalhador, só o PDT vem a nós, juntamente com os partidos de oposição, defender o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que é um patrimônio do trabalhador.

É lamentável que o PT renegue até o seu próprio nome: Partido dos Trabalhadores. É incoerente na sua essência. No Senado, tramita um projeto, do tempo em que o Deputado Eduardo Azeredo era Senador, permitindo ao trabalhador que use o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagar seus estudos. E não se consegue aprovar esse projeto.

Aqui, esta medida, que é um jabuti. Nós sabemos que jabuti não dá em árvore. Alguém o colocou lá.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - V.Exa. hoje está com a corda toda, Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Obrigado, Sr. Presidente. Vou encerrar.

Está aqui e já foi vetado. O Deputado Rubens Bueno leu com tremenda propriedade os argumentos apresentados pela Presidente Dilma no sentido de que não há necessidade desses recursos. Tentam isso de novo. Não sabemos qual é a motivação espiritual que os leva a apresentar essas emendas. Mas nós, aqui, defendendo o bom nome, o bom conceito desta Casa, temos que encaminhar vigorosamente "não" a esse artigo.

Documento 445/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2716		ODAIR CUNHA-PT -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do Governo ao art. 24 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 545 de 2011 (Altera a Lei 10.893 de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória 2.228-1 de 2001 e as Leis 11.434 de 2006, 11.196 de 2005, 10.865 de 2004, 8.685 de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências), que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço - FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede da Copa do Mundo, bem como para atividades de exploração do pré-sal, objeto de DVS.

O SR. ODAIR CUNHA (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo entende que esse tema está posto. Vários partidos da base desejam ver esse texto mantido no PLV. Não há compromisso por parte do Governo em relação à sanção presidencial, mas, para viabilizar a votação desta medida provisória, nesta noite, nós encaminhamos "sim".

Documento 446/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2735	FERNANDO COELHO FILHO-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Êxito dos leilões de concessão de aeroportos brasileiros.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o êxito alcançado nos leilões das concessões de três dos principais aeroportos brasileiros, transcorridos na última segunda-feira, na Bolsa de Valores de São Paulo, atesta o grande acerto da decisão do Governo Federal quanto ao modelo e à sistemática processual para alavancar os investimentos necessários à infraestrutura do setor.

Toda a operação referente à disputa pelas concessões dos Aeroportos Juscelino Kubitschek, em Brasília; Cumbica, em Guarulhos, e Viracopos, em Campinas, transcorreu de maneira tranquila e rigorosamente de acordo com as regras previamente estabelecidas, num certame com absoluto caráter empresarial e concorrencial e com número expressivo de participantes interessados, o que levou à apresentação de propostas bem superiores aos valores mínimos constantes dos respectivos editais.

Desse modo, Sr. Presidente, o montante obtido chegou a R\$ 24,5 bilhões, 347% acima do projetado, a serem pagos pelos três grupos empresariais vencedores, com garantia de financiamento de 80% pelo BNDES.

Para o maior aeroporto do País, o de Guarulhos, em São Paulo, a concessão por 20 anos, vencida pelo consórcio firmado entre a OAS, fundos de pensão de empresas estatais e a administradora de nove aeroportos da África do Sul, cujo lance atingiu R\$ 16,1 bilhões, prevê-se investimento total em obras e melhorias da ordem de R\$ 4,6 bilhões, dos quais R\$ 1,4 bilhão a ser efetivado até a realização da Copa do Mundo, em 2014.

Trata-se, portanto, de uma resposta significativa a um dos maiores desafios impostos não somente para que o Brasil organize os dois grandes eventos esportivos programados para os próximos anos, a já citada Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, mas também para possibilitar melhor atendimento à crescente demanda interna pelos serviços aeroportuários,

graças à expansão da economia nacional e ao aumento constante do poder aquisitivo e do acesso ao crédito da população brasileira.

Eis um grande exemplo de como o País pode superar as limitações do nosso Orçamento público para realizar os indispensáveis investimentos. Assim, em razão da continuidade dos graves problemas econômicos e financeiros que atingem os países europeus e suas instituições de crédito, além das dificuldades impostas à recuperação da economia americana, ainda de forma muito lenta, o Governo brasileiro se vê compelido a trabalhar com muita cautela os gastos públicos, visando manter sob controle a inflação e, ao mesmo tempo, evitar a desaceleração das atividades produtivas.

A determinação governamental, em face desse cenário bastante delicado, é retomar o nível de aplicações de 2010, quando a União destinou R\$47,1 bilhões para investimentos, o correspondente a 1,27% do PIB, volume bem superior aos R\$42 bilhões, ou 1,03% do PIB, investidos em 2011, ano em que recrudesceu a crise internacional, trazendo mais preocupações ao Brasil e demais países emergentes.

O contingenciamento momentâneo aplicado sobre recursos previstos no Orçamento Geral da União do corrente ano assume, por conseguinte, papel estratégico, porque objetiva acima de tudo garantir a combinação de taxa inflacionária anual na meta estabelecida, ou próxima disso, e um ritmo de crescimento econômico compatível com a necessidade de geração de empregos para absorver novos contingentes de jovens que ingressam na chamada população economicamente ativa.

O fundamental, Sr. Presidente, é que a administração da conjuntura econômica nacional, tarefa delicada pela complexidade do conjunto de variáveis e fatores internos e externos, deve ter como foco principal agora, mais até do que em outro momento, a melhoria da infraestrutura mediante investimentos em obras e projetos de grande porte em diferentes setores.

É preciso acelerar, por exemplo, obras iniciadas na Região Nordeste que atendam a prioridades e demandas históricas do povo nordestino, especialmente quanto ao abastecimento regular de água, as ações de combate à seca, mas também relativamente às providências de prevenção a inundações, durante os fenômenos de chuvas com intensidade acima dos padrões de normalidade.

Os leilões das concessões dos três mencionados aeroportos brasileiros - Cumbica, Viracopos e Juscelino Kubitschek - ganha vital importância, porque, de um lado, transfere à iniciativa privada a responsabilidade de fazer investimentos naqueles terminais, livrando o poder público do correspondente desembolso de recursos, e, de outra parte, proporciona um aporte aos cofres da União em montante superior a R\$24 bilhões, sem dúvida, uma considerável receita extra a ser utilizada em outros empreendimentos e projetos de grande interesse social, regional e nacional.

Ficam aqui, portanto, os meus cumprimentos e aplausos pelo êxito da primeira grande operação de concessão de aeroportos, que foi concluída no início desta semana como parte de acertada estratégia de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, algo preconizado há bastante tempo e que deverá servir de exemplo para iniciativas semelhantes em outras áreas importantes da vida nacional.

Quero reafirmar minha posição, aqui tantas vezes transcrita nos Anais da Casa, de que decisões dessa natureza combinadas com as de implementar a continuação das obras de infraestrutura já programadas para regiões mais necessitadas, como é o caso da Região Nordeste, irão garantir o ciclo de prosperidade e desenvolvimento, não apenas para as áreas carentes diretamente beneficiadas, como igualmente para toda a Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 447/472

010.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	14/02/2012-17:08
Publ.: DCD - 15/02/2012 - 2737	CÂNDIDO VACCAREZZA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Artigo Congresso projeta o futuro, de autoria do orador, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço a transcrição nos Anais da Casa do artigo *Congresso projeta o futuro*, de minha autoria, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, na coluna *Tendência/Debates*, em 21/12/2011:

Congresso projeta o futuro

A Câmara cumpriu de forma corajosa o papel de promover os grandes debates nacionais e contribuiu para aperfeiçoar as políticas do Governo Federal

O balanço da produção legislativa em 2011 é positivo. Aprovamos matérias que ajudaram o País a enfrentar as consequências da crise internacional e a se preparar para o futuro, como a política de aumento real do salário mínimo, o Minha Casa, Minha Vida 2, o PRONATEC, o trem-bala, o Regime Diferenciado de Contratações, o Brasil sem Miséria e projetos do Plano Brasil Maior.

Resultado que expressa a capacidade de Governo e Congresso trabalharem em parceria para garantir conquistas ao conjunto da sociedade, algumas a serem celebradas por muitas gerações.

O Congresso mostrou visão de longo prazo ao enfrentar questões complexas como o Código Florestal e o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos. A iniciativa de pactuar um novo código foi reconhecida pelas Nações Unidas na Convenção do Clima por conciliar a preservação ambiental com a necessidade de produzir mais alimentos.

O acordo para concluir a votação do FUNPRESP na volta do recesso ajuda o Brasil a evitar, no futuro, uma crise semelhante à que atinge a Europa neste momento.

A articulação entre Governo e Congresso se repetiu nas votações das 37 medidas provisórias aprovadas neste ano. Em 30 delas, os textos foram aprovados com alterações substanciais dos deputados, que ajudaram a aperfeiçoar as propostas do Governo. A medida que criou o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para obras da Copa é emblemática dessa contribuição.

Matéria intensamente negociada com os Deputados, inclusive da Oposição, e com os técnicos do Tribunal de Contas da União, o RDC vai permitir a aplicação mais eficiente dos investimentos públicos e servir de parâmetro para o

aperfeiçoamento da Lei de Licitações.

Enfrentamos neste ano temas que tinham grandes resistências dentro e fora do Parlamento, como a reestruturação dos Correios, a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a Comissão da Verdade, as prorrogações da RGR (Reserva Global de Reversão) e da DRU (Desvinculação de Receitas da União), e a proposta que regulamenta a aplicação de recursos para a saúde pública (emenda 29).

Os partidos aliados cumpriram papel fundamental. Muitas vezes enfrentando votações que se estendiam pela madrugada, mantiveram-se comprometidos com as medidas de defesa da indústria nacional e de estímulo à inovação tecnológica, bem como no apoio ao reforço no ajuste fiscal.

Sempre estivemos abertos a incorporar as sugestões da sociedade e até da Oposição para aprimorar os projetos em votação. Merecem destaque a desoneração da folha de setores que empregam muita mão de obra; a lei do pequeno empreendedor individual; a política de atualização da tabela do Imposto de Renda; a ampliação do SuperSimples; as medidas de incentivo às exportações e às novas tecnologias na indústria do país.

Demos um salto de qualidade nas políticas sociais com o Brasil sem Miséria e com o Programa Nacional de Expansão do Ensino Técnico e Profissionalizante (PRONATEC).

A Câmara cumpriu de forma corajosa o papel de promover os grandes debates nacionais e, assim, contribuir para aperfeiçoar as políticas do Governo de desenvolvimento econômico com inclusão de parcelas cada vez maiores da população na riqueza nacional.

Documento 448/472

009.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	13/02/2012-16:06
Publ.: DCD - 14/02/2012 - 2459	ANTONIO CARLOS MENDES THAME-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Êxito das privatizações realizadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Concessão de aeroportos brasileiros pelo Governo Dilma Rousseff. Incoerência do discurso petista a respeito do processo de desestatização.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que mais interessa ao cidadão brasileiro? Esta é a pergunta chave que deve orientar a definição das prioridades de ação política.

Nós, do PSDB, acreditamos que, para a esmagadora maioria da população brasileira, interessa termos um governo honesto, que zele pela correta aplicação dos recursos públicos. Em segundo lugar, um governo eficiente na gestão das políticas públicas e na aplicação destes recursos. Terceiro, que tenha respeito pelos direitos humanos e preserve a democracia que vem sendo construída. Quarto, que contribua decisivamente para melhorar as condições presentes de

educação, saúde, segurança, emprego, habitação e transportes e promova as reformas para pavimentar o nosso futuro.

Quando um governo responsável planeja a realização do que é indispensável para atender ao bem-estar da população e ao crescimento da economia, imediatamente este governo responsável toma ciência de que o volume de investimentos de que o Brasil necessita, a curto e a médio prazo, nas diversas áreas de infraestrutura, é de tal magnitude que os recursos governamentais são absolutamente insuficientes.

Foi essa clara constatação que levou os Governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso a abrir oportunidades para o setor privado em setores da economia que vinham então sendo ocupados exclusivamente pelo setor público. Não foram, portanto, razões ideológicas que levaram o governo a definir áreas que poderiam ser desestatizadas, e desestatizadas visando trazer benefícios para os cidadãos brasileiros, podendo, a partir de então, aumentar a oferta e melhorar a qualidade desses serviços públicos, desatando nós e desafiando graves "gargalos" na telefonia, no abastecimento de eletricidade, nos transportes.

Ao introduzir a concorrência privada nesses setores, abriu-se a possibilidade de ganhos nítidos de eficiência, ganhos impossíveis no antigo regime de monopólio. Com as privatizações, transfere-se para o setor privado a responsabilidade por investimentos futuros que não mais serão viabilizados com recursos públicos. Com isso, o Estado pode concentrar seus investimentos naqueles setores onde sua presença é insubstituível: nas áreas sociais.

Por outro lado, o Estado deixa de ser produtor dos bens e serviços que podem ser supridos pelo setor privado e passa a ser regulador das concessões de serviços públicos, através das agências reguladoras criadas para cada setor.

Em diversos setores privatizados, o resultado foi auspicioso. Imensamente auspicioso. A Vale saltou de 11 mil para 55 mil empregados. Em 1997, recolhia de tributos ao Governo 31 milhões de dólares. Em 2010, pagou 1,8 bilhão de dólares. A EMBRAER, empresa praticamente quebrada, converteu em ativos sua capacidade tecnológica que, na época, estava sendo destruída e passou a produzir aviões de alta qualidade, capazes de competir no mundo todo e que hoje pousam em praticamente todos os principais aeroportos modernos dos mais diversos países do mundo, trazendo divisas para o Brasil.

As empresas de telecomunicações privatizadas em 1998 investiram, de lá para cá, 200 bilhões de reais na infraestrutura necessária, propiciando a elevação do número de telefones, que passou de 24 milhões para mais de 270 milhões de linhas e mais de 80 milhões de acessos à Internet, dos quais 50 milhões em banda larga.

Pois bem, durante todo este período, o "lulopetismo" condenou este exitoso processo, demonizando-o e taxando-o de dilapidação do patrimônio público.

Hoje, depois de mais de uma década, de uma forma meio envergonhada, o Governo Dilma reconhece corretamente que a INFRAERO não tem competência para administrar sozinha todos os aeroportos do País e fazer os investimentos indispensáveis à adequação dos grandes aeroportos brasileiros a fim de atender à demanda presente e à futura.

Não é útil gastar aqui muito tempo comentando esta verborragia do PT, que tomou conta do País nos últimos dias, na última semana, tentando justificar que "privatizaram fingindo não privatizar". Todo esse contorcionismo verbal patético, num ridículo esforço de retórica, para tentar dizer que aquilo que é, não é. Dizer que concessão é diferente de privatização é engodo, é farsa. Todos sabemos que serviços públicos não são vendidos. Por isso, na telefonia, nas estradas, na energia, nos aeroportos, esses serviços só podem ser concedidos, e não vendidos, por determinado período.

Assim fez Fernando Henrique, no caso de distribuição de energia, por exemplo, concessões essas que são chamadas popularmente de privatizações, mas são concessões, que, aliás, estão com os prazos prestes a vencer e, portanto, voltando ao patrimônio público. Vamos ver, cuidadosamente, se o PT vai simplesmente renovar essas concessões ou se vai proceder a licitações transparentes, voltadas para os interesses dos consumidores de energia elétrica. Portanto, a questão não é aqui ficar discutindo se é privatização ou concessão. A questão é muito mais grave. É preciso saber claramente qual é a posição do PT: se foi por puro preconceito que demoraram tanto para privatizar esses aeroportos ou se foi por incompetência mesmo. Afinal, os aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília já poderiam ter sido privatizados na década passada e, com isso, evitado o caos que neles se instalou.

Repetindo, o Governo Dilma está envergonhadamente admitindo que errou? Não. Que a partir de agora aderiu à modernidade? Não. Na verdade, a vergonha é por ter mentido descaradamente. O PT sempre usou a "mentira como método". Enquanto criticavam de forma paranoica e histriônica as privatizações do Governo FHC, o PT já vinha privatizando nestes últimos 9 anos.

Sim, enquanto os partidários de Lula, Dilma e José Dirceu passaram a última semana negando os fatos, ou seja, esta vistosa transferência de três dos principais aeroportos do País à iniciativa privada, na realidade, o PT já vem privatizando há muito tempo.

Nos anos Lula, foram transferidos para a iniciativa privada 3,3 mil quilômetros de rodovias federais, mais que o dobro da extensão concedida pelo Governo tucano. Não custa lembrar que a primeira telefônica a ir para mãos privadas foi a CETERP, de Ribeirão Preto, vendida pelo então Prefeito petista Antonio Palocci, em meados dos anos 1990. E que Dilma, quando assessorava os Governadores gaúchos Alceu Colares e Olívio Dutra, também nos anos 90, defendeu a privatização da antiga Companhia Riograndense de Telecomunicações.

Ainda no Governo Lula foram vendidos para o BRADESCO o Banco do Estado do Maranhão, o Banco do Estado do Ceará e quatro de suas subsidiárias - nesse caso, vendidos! As medidas davam sequência à desestatização do setor bancário, iniciada por Fernando Henrique como forma de pôr fim ao sorvedouro de dinheiro público em que as instituições estaduais haviam se transformado.

Na lista envergonhada do petismo também figuram a transferência da Ferrovia Norte-Sul para a Vale, a concessão de linhas de transmissão e de hidrelétricas como Jirau e Santo Antônio - hidrelétricas concedidas no Governo do PT.

O fato é que o PSDB tem certeza de ter feito um bem para o Brasil quando transferiu bens e serviços que, sob comando privado, passaram a atender muito melhor à população.

Queremos saber - e essa é a discussão; não é uma discussão retórica de ficar sabendo se é privatização ou não - se o PT tem a mesma convicção. Segundo os jornais, o resultado da privatização dos aeroportos "desagradou" a Presidente Dilma e contrariou Ministros como Guido Mantega, que, aliás, afirmou de público: chega de privatizações por enquanto.

"O clima pós-leilão é de autocrítica e cobrança sobre pontos dos editais que deram espaço para empresas sem tanta tradição. Não se descarta a possibilidade de desclassificar os vencedores se houver riscos à prestação do serviço", revelou a *Folha de S.Paulo* na edição de ontem.

Ou seja, o PT está reconhecendo a afobação com que colocou esses aeroportos para serem leiloados e privatizados em função da pressão decorrente da proximidade da Copa do Mundo, não pensando, a longo e médio prazos, no bem-estar da população.

O próprio PT parece ter dúvidas sobre suas dúbias atitudes e sua incoerência em relação àquilo que historicamente defendeu enquanto ainda não era governo. É

cada vez mais difícil saber o que pensa e o que defende de verdade o partido que está no poder.

É de se lamentar que em outros tantos casos, como o dos aeroportos, o PT tenha demorado tanto tempo para chegar às mesmas conclusões que o PSDB defende há tantos anos. O que não pode deixar o PT é de dizer que é responsável pelo atraso que causou.

Aliás, quanto ao fato de o PT ter chegado às mesmas conclusões que o PSDB defende há anos, o sempre bem-humorado colunista do *Estadão* Ethevaldo Siqueira diz que o PT só acerta na mosca quando nega seu ideário, quando relega seu discurso radical e faz exatamente o oposto daquilo que prometia fazer em 2002, ocasião em que propunha uma total ruptura com o modelo então vigente.

No poder, afortunadamente para o País, seguiu e preservou candidamente as linhas básicas dos regimes monetário, fiscal e cambial do Governo anterior.

Em outras palavras, o PT só acerta quando copia o PSDB.

Resumindo: a discussão sobre as privatizações é salutar ao País. Estudo recente do Instituto de Logística e Supply Chain - ILOS mostra que o Brasil precisa investir 900 bilhões de reais em infraestrutura. Cabe discutirmos com a população e com a sociedade organizada qual o papel verdadeiro do Estado. Nós defendemos que lhe cabe prioritariamente fiscalizar e proteger a sociedade. Os cidadãos livres e conscientes não precisam de um Estado totalitário que tudo faça, que tudo possa.

Ao lado dessa discussão atual, oportuna e relevante sobre o papel do Estado, precisamos muito mais do que discutir. Precisamos de ações, de uma infinidade de ações. Ações de alguém postando na Internet alguma coisa em que pensa, ações nas comunidades.

Acho que o melhor que temos a fazer é recordar a lição do jovem e corajoso estudante Vítor Soares Cunha ao deixar a UTI após ter sofrido seriíssima, covarde e quase fatal agressão ao defender um morador de rua do Rio de Janeiro, vítima de selvagem ataque de jovens de classe média. O que disse o jovem Vítor? *"Pelo menos uma, duas, três pessoas vão pensar alguma coisa, vão ensinar para os filhos deles. Não adianta pensar que uma atitude como a minha vai mudar o mundo, mas pequenas ações acabam mudando."*

É isso, Sra. Presidente. A somatória de pequenas atitudes mudam o mundo, quiçá um Governo. Que tal começar por pedir desculpas pelas mentiras deslavadas contadas em sua campanha presidencial, desculpas pelas mentiras assacadas contra seu adversário? Que tal, falando em nome de seu Governo e do seu partido, começar dizendo: *"Desculpem, brasileiros, eu não sabia do que antes falava. Privatizar faz bem ao País, faz bem à economia, faz bem a todos nós, cidadãos brasileiros."*

Muito obrigado.

Documento 449/472

008.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/02/2012-09:30
Publ.: DCD - 11/02/2012 - 2220	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Comemoração do 32º aniversário de fundação do PT. Sucesso do governo petista. Carta de Porto Alegre - Mídias Livres; Carta de Porto Alegre - Desenvolvimento Econômico e Social com Sustentabilidade Ambiental e Carta Aberta dos Candidatos Aprovados no Concurso para Procurador Federal (AGU) Realizado em 2010. Matéria PT: Nota da Executiva Nacional sobre a Função Social da Propriedade, publicada no site do PT Nacional. Reestruturação da Defensoria Pública da União.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, ainda em relação aos 32 anos de vida do Partido dos Trabalhadores, quero parabenizar todos os militantes que construíram e constroem esse partido, quero parabenizar, Deputado Bohn Gass, a nossa Presidenta Dilma, porque, no ano passado, com o mundo todo em crise, com o aumento do desemprego, a indústria brasileira cresceu 1% e a massa salarial da indústria cresceu mais de 5%. Esta é a cara do PT: mesmo diante da crise mundial, gera mais emprego e mais renda para o Brasil.

Está de parabéns o PT, está de parabéns a Presidenta Dilma!

Quero também, em homenagem aos 32 anos do Partido dos Trabalhadores, deixar aqui registrada nos Anais as Cartas de Porto Alegre em relação às mídias, com os títulos *Mídias Livres* e *Desenvolvimento Econômico e Social*. A Carta começa dizendo: "*Nós, participantes do III Fórum de Mídia Livre, realizado no âmbito do Fórum Social Temático, em Porto Alegre, entre os dias 27 e 28 de janeiro de 2012, vimos reafirmar o reconhecimento da comunicação como um direito humano e social e um bem comum*", que deve ser democratizado, que deve ser desmonopolizado e ao qual todas as pessoas devem ter acesso.

O PT, nos seus 32 anos, luta pela democratização da mídia, luta pela democratização das comunicações.

Ainda em homenagem aos 32 anos que completa hoje o Partido dos Trabalhadores, que fazer aqui outro registro. Hoje, vamos estar em festa, com a presença da Presidenta Dilma e do ex-Presidente Lula aqui em Brasília, assim como de todos os Prefeitos e Parlamentares do PT. Quero deixar registrada uma nota oficial do Partido dos Trabalhos em relação à função social da propriedade. O que aconteceu em Pinheirinho? Uma comunidade, há 8 anos, ocupava a área de um sonegador, de um especulador, de um doleiro. Já estava consolidada essa ocupação. E a Polícia pura e simplesmente expulsou essas pessoas, sem reconhecer o caráter social da propriedade dado pela Constituição.

Portanto, o PT exige um novo marco regulatório em relação ao caráter social da propriedade, para impedir esse tipo de ato muitas vezes consubstanciado por decisão judicial muitas vezes eivada de ilegalidade, nebulosamente impregnada pelo interesse econômico, pelo interesse de um proprietário que não tem legitimidade inclusive para manter aquela propriedade.

Sra. Presidenta, nós temos que avançar. Depois de 32 anos de existência do Partido dos Trabalhadores, já avançamos muito. Nós estamos fazendo uma revolução social neste País. Tiramos mais de 22 milhões de pessoas da miséria; estamos crescendo enquanto o mundo encolhe; estamos gerando emprego enquanto o mundo gera desemprego. Mas faço aqui um apelo para que continuemos avançando, a fim de que mantenhamos a política do ex-Presidente Lula - que a Presidenta Dilma vem fazendo - de estruturação de órgãos essenciais do Estado.

Apelo aqui no sentido de que nós venhamos a reforçar a Defensoria Pública da União, que tem apenas 482 defensores. A Defensoria Pública da União é fundamental para garantir o contraditório e a ampla defesa dos mais necessitados, bem como a universalização do acesso ao Judiciário dos mais pobres. Apelamos também para a Presidenta da República e a Ministra do

Planejamento no sentido de contratarem os 80 já treinados na Advocacia-Geral da União, que ajudarão inclusive a tirar os empecilhos jurídicos que tanto impedem a realização das obras do PAC e da Copa do Mundo.

Sra. Presidenta, quero deixar registrada aqui a *Nova Carta Aberta dos Candidatos Aprovados no Concurso para Procurador Federal (AGU) Realizado em 2010*. Apelo no sentido de que o Banco Central continue sendo fortalecido. Nós temos um conjunto de servidores do Banco Central que ainda não foram chamados. A Presidenta Dilma chamou, no ano passado, os Auditores da Receita, os Auditores Fiscais do Trabalho, o que foi importante; convocou uma série de concursados, abriu concurso para as universidades em número significativo, que foi uma importantíssima decisão - 36 mil. Há alguns resíduos, mas nós temos confiança de que a Presidenta Dilma e a Ministra Miriam Belchior vão continuar fortalecendo e investindo na estrutura do Estado para defender principalmente os mais necessitados.

Viva o Partido dos Trabalhadores! Viva os 32 anos do Partido dos Trabalhadores! Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero divulgar e pedir para constar nos Anais desta Casa a *Carta de Porto Alegre*, ou das mídias livres, conforme divulgado no site *forumdemidialivre.org* e no portal *vermelho.org.br*. Divulgo, ainda, a *Carta de Porto Alegre - Desenvolvimento Econômico e Social com Sustentabilidade Ambiental*.

Carta de Porto Alegre - Mídias Livres

Nós, participantes do III Fórum de Mídia Livre, realizado no âmbito do Fórum Social Temático, em Porto Alegre, entre os dias 27 e 28 de janeiro de 2012, vimos reafirmar o reconhecimento da comunicação como um direito humano e social e um bem comum, cuja defesa deve ser objeto da luta das mídias livres, do conjunto dos movimentos sociais e alcançar a sociedade como um todo.

Num momento em que a comunicação assume papel central nas lutas ao redor do mundo, como se tem visto na Primavera Árabe, no movimento dos indignados e de ocupações públicas e que, ao mesmo tempo, surgem ameaças de cerceamento à liberdade de expressão com medidas de controle da Internet, a exemplo dos projetos SOPA e PIPA em discussão nos Estados Unidos, e da Lei Azeredo, o "AI-5 Digital" no Brasil; violações de direitos na mídia e criminalização das rádios comunitárias e dos movimentos sociais, como no caso da desocupação violenta da área do Pinheirinho, na cidade de São José dos Campos; conclamamos todos a se unirem em torno da luta pela democratização da comunicação.

Nessa ação estratégica e unitária, ainda que levada a efeito dentro da diversidade de cada organização e iniciativa, através de suas redes de diálogos, é preciso reconhecer a comunicação não como mera ferramenta, mas compreender a sua potência mobilizadora, essencial à organização política. Objetivo central desse esforço é estabelecer de fato um contraponto à mídia comercial e hegemônica, não só no que diz respeito ao que é veiculado, mas sobretudo quanto à apropriação pela sociedade dos meios de acesso, produção, difusão e distribuição de informação e cultura.

Isso inclui estabelecer no Brasil um novo marco regulatório das comunicações, que faça cumprir os preceitos da Constituição Federal relativos ao setor; o fortalecimento das mídias livres (comunitárias, alternativas e populares); a universalização do acesso à Internet de qualidade; a neutralidade da rede e o

respeito à privacidade dos usuários como direitos garantidos por um marco civil da Internet e a reforma da Lei de Direitos Autorais; e fomentar o desenvolvimento, a formação e o uso de tecnologias que tenham como base o princípio da colaboração, compartilhamento e "hackeamento".

Para que tal meta se cumpra, é preciso que haja efetiva participação social na construção, implementação e monitoramento das políticas públicas, fortalecendo espaços de discussão como as conferências de comunicação, fóruns e observatórios das entidades do setor.

É ainda imperativo intensificar a mobilização social, que deve extrapolar os espaços de debate tradicionais e ganhar as ruas, para que nossas reivindicações repercutam no conjunto da sociedade. Comprometemo-nos assim com ações de massa, articuladas ao ativismo nas redes sociais.

Nesse sentido, nos somaremos às organizações que estarão na Cúpula dos Povos em junho próximo, no Rio de Janeiro, para as ações de comunicação que farão parte dessa luta global por um mundo em que os direitos humanos, sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sejam assegurados a todos os cidadãos e cidadãs do Planeta. No bojo dessa mobilização e conjuntamente, será realizado o II Fórum Mundial de Mídia Livre, para o qual fazemos um apelo de participação a todas as organizações e ativistas comprometidos com essa agenda transformadora.

Assim, em 2012, defendemos a tomada de ações que contemplem os encaminhamentos debatidos e acordados durante o III FML, visando concretizar os objetivos acima, entre as quais destacam-se:

Articulação global com os movimentos midialivristas;

Construção de um anteprojeto do Marco Regulatório para as Comunicações no Brasil;

Criar pontos de acesso, de formação e mobilização midialivrista;

Utilizar linguagem que não reproduza a mídia comercial hegemônica;

Criação e fomento de redes sociais livres, federadas e autônomas para compartilhamento da produção de conteúdo;

Investir na formação na produção de conteúdo, como oficinas, observatórios, formações livres e colaborativas;

Aproximar as iniciativas de mídia livre dos movimentos sociais e da população em geral;

Mapear o espaço que as mulheres ocupam na mídia alternativa para um debate mais amplo;

Ampliar o uso da webTV e outras ferramentas de audiovisual na Internet como ferramenta estratégica para o debate da mídia livre, priorizando o uso de ferramentas livres;

Construir um programa que discuta o tema da mídia livre na PosTV com as diversas organizações que atuam nesta pauta;

Difundir o uso de ferramentas de proteção de dados e Ips;

Potencializar as rádios comunitárias, de forma que a informação tenha mais alcance;

Trabalhar pela construção de um grande encontro da sociedade civil, em torno da comunicação, que reúna os diferentes setores que atuam nesta pauta, para o fortalecimento de agendas comuns;

Valorizar o papel e a participação das mídias não digitais, alternativas e populares, como as rádios livres e comunitárias, nos processos de construção das agendas das mídias livres;

Defender a adoção de tecnologias livres pelo Estado brasileiro;

Criação de GT para dar continuidade ao diálogo dos protocolos livres, entendendo esses como a pactuação política e tecnológica de ações, métodos, semântica e tecnologia entre os movimentos da sociedade civil. A organização do

GT será feita a partir de agora no pad <http://pontaopad.me/protocoloslivres>;
 Garantir a universalidade da banda larga, com políticas públicas de acesso livre e pontos populares de formação, além de provedores comunitários;
 Combate ao AI-5 digital e a todas as iniciativas de cerceamento da liberdade na Internet;
 Cobrar do Governo que retome os Pontos de Mídia Livre, ampliando essa política pública para Estados e prefeituras;
 Lutar por uma política pública de distribuição da verba governamental de publicidade, que promova a diversidade e a pluralidade e garanta o exercício da comunicação por todos e todas. Esta política deve considerar sobretudo as especificidades das mídias livres em termos de sustentabilidade econômica;
 Mapear iniciativas de políticas públicas de comunicação nos Estados;
 Incidir sobre outras políticas que dialogam com a questão do marco regulatório e estão sendo aprovadas de forma independente, como a regulamentação da Lei 12.485 e continuidade da classificação indicativa, em debate no Supremo Tribunal Federal;
 Reivindicar faixa de espectro para o rádio e a TV digital e políticas públicas de financiamento de transmissores de rádio e TV digital para pontos de mídia livre;
 Compartilhamento de informações e orientações de apoio jurídico para as mídias livres;
 Articular internacionalmente as lutas por políticas públicas e regulação que garantam liberdade e o combate a leis e políticas que restrinjam a liberdade;
 Lutar por políticas de abertura de espectro livre e white spaces para apropriação pelas mídias livres;
 Debater e tomar posição sobre o padrão de rádio digital a ser implementado pelo Brasil;
 Articular os espaços de mobilização on e offline, nas redes e nas ruas;
 Denunciar e combater a apropriação privada de dados pessoais por terceiros;
 Promover/participar do II FMML no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 18 de junho, concretizando o chamado da Carta de Dakar;
 Integrar o II FMML, evento inserido no processo dos Fóruns Sociais Mundiais, com o processo da Cúpula dos Povos da Rio+20, respeitando seus princípios e atuando desde já em seus grupos de diálogo e de trabalho, para construção da agenda da comunicação;
 Mapear as atuais experiências de desenvolvimento e uso de redes de compartilhamento de recursos pelos ativismos globais para contribuir no diálogo dos protocolos livres propostos para o II FMML;
 Promover uma ação de comunicação que seja definida de maneira conjunta e que produza impacto para além dos setores que acompanham o processo da Conferência da ONU;
 Traduzir os conceitos em debate na Conferência da ONU e na Cúpula dos Povos e das agendas dos movimentos, de forma a qualificar a compreensão do que está em jogo nos eventos da Rio+20;
 Dialogar com as organizações e movimentos da sociedade civil para que sua comunicação se integre ao processo de construção do II FMML;
 Criar um grupo local de organização e logística para, em diálogo internacional, realizar o II FMML. Este grupo estará aberto à participação de organizações de fora do Brasil;
 Promover no II FMML o diálogo internacional entre desenvolvedores e gestores de redes e recursos de comunicação voltados aos ativismos de Internet para a construção de protocolos internacionais;
 Organizar previamente ações de comunicação compartilhada e definir como coordenar as ações de forma autogestionada;
 Ampliar a participação das organizações brasileiras no debate internacional da

construção do II FMML;

Avaliar a possibilidade de extensão (participação à distância) do II FMML, com a organização de atividades e debates fora do Rio de Janeiro durante os dias do evento em junho.

Participar e estimular a participação das mídias livres na Comissão de Comunicação do Fórum Social Mundial.

Carta de Porto Alegre - Desenvolvimento Econômico e Social com Sustentabilidade Ambiental

1) O Brasil, em processo de conquista de um novo tipo de desenvolvimento, busca imperiosas articulações de suas políticas social, econômica, cultural e ambiental. Onde a política ambiental precisa ser consolidada e absorvida pela cultura da administração pública, de empreendedores, de consumidores, dos movimentos organizados da sociedade e do setor produtivo, na amplitude do atual estágio democrático do País, em etapas que exigem um constante e dinâmico repensar de estratégias na busca de um marco conceitual de desenvolvimento, com erradicação da pobreza e miséria, para responder às necessidades presentes sem comprometer, ainda mais, as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

2) O desenvolvimento sustentável se tornará uma realidade através da constante democratização de todos os espaços de gestão ambiental, com cidadania e empoderamento dos órgãos e conselhos de meio ambiente, na perspectiva de fortalecimento e efetiva implementação do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

3) Resgate da Carta de Brasília - I Encontro de Secretários de Meio Ambiente, no que tange à moção aprovada: Estados e Municípios destinarem minimamente 1% de suas receitas aos respectivos órgãos ambientais, pleiteando rubrica específica no Orçamento Geral da União para promoção da modernização e fortalecimento da governança dos órgãos ambientais brasileiros, principalmente os municipais. Isto é um imperativo histórico para que todos os Municípios possam constituir um órgão de gestão ambiental que contribua efetivamente para o desenvolvimento.

4) As políticas estruturantes de recursos hídricos, resíduos sólidos e de biodiversidade e florestas precisam ser entendidas na dimensão da democratização da tomada de decisões, ou seja, com efetiva e comprometida participação das instâncias republicanas de poder (União, Estados e Municípios) e da sociedade civil organizada, contribuindo e monitorando diretrizes, metas e ações em seu desempenho, no sentido de enfatizar o real desenvolvimento com sustentabilidade, sem retrocessos, com preservação do nosso patrimônio natural, que está na base de nosso desenvolvimento.

5) Ferramentas estratégicas e estruturantes para os objetivos discutidos e propostos neste II Encontro Brasileiro de Secretários de Meio Ambiente - Articulação pela Sustentabilidade:

A) Resgate da tripartite como elemento de gestão, em todos os 3 níveis.

B) Apoio e fortalecimento de projetos que visem ao pagamento de serviços ambientais no campo e na cidade.

C) Compromisso de articulação política republicana na implementação da LC-140.

D) Desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação como Patrimônio da Humanidade, e mecanismos de popularização e democratização ao acesso, buscando a sustentabilidade no desenvolvimento.

E) Difusão e efetivação da RDC, que trata de compras sustentáveis, como ferramenta e indução de gestão garantindo a obrigação legal e constitucional consagrada do desenvolvimento sustentável.

F) Educação Ambiental como política transversal de gestão, entendendo o ser humano como parte da natureza, com a compreensão do lugar da educação como espaço e ambiente estruturantes de criação e articulação do conhecimento para revisão de atitudes, comportamentos, valores da sociedade e do modelo de desenvolvimento.

Destaque-se o papel estratégico dos educadores ambientais.

Destaque-se, ademais, a necessidade de assegurar maiores níveis de responsabilização e engajamento dos órgãos de comunicação de massas em seu papel de educação ambiental, coerente e promotor de valores e comportamentos para o desenvolvimento sustentável.

G) Segurança alimentar como fator de soberania e segurança nacional.

H) Revisão da infraestrutura do País com mudanças estratégicas em mobilidade urbana e logística de transporte, integração de modais, matriz energética, entre outros fatores de sustentabilidade.

I) Estratégias integradas entre os entes federados para mitigação dos efeitos e concretização de políticas de monitoramento e ações de adaptação, com garantia de recursos para as medidas necessárias ao enfrentamento das mudanças climáticas.

J) Saneamento ambiental como direito universal de acesso e sua real concretização.

K) Criação e implementação, no âmbito dos Estados e Municípios, dos Conselhos e Desenvolvimento Sustentável, compartilhado com os diversos segmentos da sociedade.

Assim, a partir das ferramentas estratégicas e estruturantes acima apresentadas, propugnamos:

1) Diálogo contínuo, como pedra fundamental na busca dos consensos entre as correntes de pensamento da coletividade nacional, para as imprescindíveis articulações e ações políticas pela sustentabilidade.

2) Assinatura, pela ABEMA e ANAMA, do Protocolo de Adesão ao Programa Cidades Sustentáveis.

Assinam este documento:

Hélio Gurgel - Presidente da Associação Brasileira dos Secretários Estaduais de Meio Ambiente

Mauro Buarque - Presidente da Associação Nacional dos Secretários Municipais de Meio Ambiente

Jussara Cony - Secretária de Estado do Meio Ambiente do Governo do Estado do RS.

Giovani Cherini - Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Câmara Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar a matéria "PT: Nota da Executiva Nacional sobre a Função Social da Propriedade", publicada no site do PT Nacional.

De acordo com o texto, os recentes e lamentáveis episódios decorrentes de ações de repercussão nacional da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tanto na região conhecida como Cracolândia, na capital paulista, quanto na ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos, mereceram notas anteriores do Partido dos Trabalhadores em defesa dos direitos humanos e de políticas públicas que afastem a repressão policial de conflitos sociais.

O PT considera que tão importante quanto a denúncia da violência e de seus autores, a busca de reparação das vítimas da barbárie e a responsabilização criminal e civil das pessoas e instituições envolvidas, é a busca de soluções permanentes que impeçam as arbitrariedades hoje facultadas aos Poderes Executivo e Legislativo em situações limite em conflitos sociais, como as que

determinaram a violência policial contra famílias indefesas em São José dos Campos.

Para tanto, serão necessários tanto atos autorreguladores, como os que se esperam, por exemplo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, a partir da análise da participação dos vários agentes públicos nas decisões judiciais sobre a reintegração de posse da área do Pinheirinho, como a aprovação no Congresso Nacional de novas legislações sobre os limites e a função social da propriedade.

A Executiva Nacional do PT pretende, pois, lutar pela prevenção de novas ocorrências desta natureza com a apresentação de uma plataforma legislativa regulatória sobre mediação de conflitos, direitos humanos e organização de ações policiais de reintegração de posse em áreas rurais e urbanas de conflito social, explorando as possibilidades legais abertas por legislações já em vigor como o Estatuto da Terra e o Estatuto das Cidades. Terão igualmente prioridade na plataforma legislativa para 2012 a aprovação da PEC sobre propriedades exploradas com trabalho escravo, o Estatuto dos Povos Indígenas e outras que relacionem a propriedade da terra e os direitos humanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dar como lida a *Carta Aberta dos Candidatos Aprovados no Concurso Para Procurador Federal (AGU) Realizado em 2010*.

Gostaria de aqui reafirmar nosso posicionamento em relação ao fortalecimento do serviço público, e só se fortalece o serviço público com o fortalecimento das carreiras, com a contratação de servidores.

E com o anúncio feito pela Presidenta Dilma da criação de 182 novas agências do INSS até o fim deste ano, a intenção do Governo é diminuir as distâncias entre os segurados e os postos do INSS.

O INSS tem hoje uma rede de 1.353 agências pelo País e, de acordo com a Presidenta Dilma, para fazer a expansão, serão realizados concursos públicos nos Estados onde houver carência de servidores.

E nesse sentido é claro que a contratação de servidores concursados para a AGU é primordial para o sucesso da expansão da rede de assistência social.

Gostaria de informar também que estivemos reunidos com o Líder do PT, nosso companheiro Jilmar Tatto, que afirmou o apoio da bancada do PT em relação ao pleito dos concursados da AGU.

Esta é uma luta do nosso mandato e buscaremos a negociação junto ao Governo Federal para garantir que os concursados para a Procuradoria Federal da Advocacia Geral da União tomem posse.

Muito obrigado.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR

CARTA ABERTA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PARA PROCURADOR FEDERAL (AGU) REALIZADO EM 2010

Os candidatos aprovados no concurso para o provimento de vagas para o cargo de Procurador Federal (AGU) vêm protestar pela imediata nomeação de todos os candidatos aprovados pelos seguintes motivos:

A Procuradoria Geral Federal é uma carreira integrante da Advocacia Geral da União, de extrema relevância para a sociedade, já que cabe ao Procurador Federal promover e defender as políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do Estado e bem-estar da sociedade, dentre as quais se encontram os projetos do PAC (Belo Monte, Trem-bala, Angra III etc.), da Copa e das Olimpíadas, bem como representar em juízo e assessorar juridicamente mais de 150 autarquias e fundações federais que lidam diariamente com o interesse

público, como o IBAMA, a ANVISA e o INSS.

Devido ao corte orçamentário anunciado em fevereiro de 2011 pelo Governo Federal, o nosso concurso foi diretamente prejudicado, uma vez que já estava prevista a nomeação de 270 aprovados para o início do ano de 2011.

Muito embora nosso concurso já tenha realizado CURSO DE FORMAÇÃO, o qual gerou um custo de mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os cofres públicos, e que esta condição tenha sido considerada pelo MPOG como uma das exceções que viabilizariam a autorização imediata de nomeações, **dos 305 aprovados, após muita luta conseguimos nomear apenas 186 até o final do ano passado.**

Atualmente a Procuradoria Geral Federal possui cerca de 243 cargos vagos, restando apenas 79 candidatos interessados na nomeação. Desses, 45 estão dentro do número de vagas oferecidos no edital, com nova nomeação prevista para maio de 2012, e apenas 34 excedentes, que também pleiteiam a nomeação no mesmo período.

Desses 243 cargos, 35 são decorrentes de exoneração por posse em cargo inacumulável, o que não pode ser enquadrado como despesa, já que o servidor é desligado dos quadros da Instituição, passando a fazer parte de outra sem qualquer custo para a anterior. **Assim, se o MPOG levasse em consideração esses 35 cargos, seria suficiente para o esgotamento da lista já em maio de 2012.**

Isso possibilitaria a abertura imediata de um novo concurso, para preenchimento de, no mínimo, 150 vagas.

No final de 2011, o MPOG autorizou a realização de novo concurso para o preenchimento de vagas nas carreiras de Advogado da União e Procurador da Fazenda Nacional. **No entanto, entendemos que a prioridade que deve ser adotada é o esgotamento da lista do concurso de Procurador Federal, cujos profissionais se encontram extremamente sobrecarregados devido à falta de pessoal.**

A tendência é que a situação dos Procuradores Federais piore ainda mais, já que na semana passada a Presidenta Dilma Rousseff anunciou a criação de 182 agências do INSS até o final do ano de 2012, o que aumentará ainda mais as demandas em face da União, sobre as quais atuam diretamente os Procuradores Federais.

A falta de pessoal também causa danos à arrecadação das multas das agências reguladoras e de órgãos como o IBAMA, que, conforme veiculado em notícia no site do jornal *O Globo*, somente no período de 2008 a 2010, aplicou R\$ 24,030 bilhões em multas, tendo arrecadado, no entanto, somente R\$ 1,1 bilhão, ou 4,7%;

Outro dado relevante é a notícia de que **35% dos cargos de advogado público nas consultorias jurídicas dos Ministérios são comissionados**, ocorrendo, nas palavras do presidente da UNAFE, Luis Carlos Palácios, uma usurpação das atribuições do advogado público concursado.

Esclarece-se ainda que os candidatos possuem amplo apoio da sociedade, tendo sua carta aberta sido publicada em diversos sites, inclusive na *Folha de S.Paulo* e no *Consultor Jurídico*, além de sites de entidades associativas e de classe como o da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil - UNAFE, da Associação Nacional dos Procuradores Federais - ANPAF, da Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social - ANPPREV, da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal - OAB/DF, bem como nos Portais da JUSPODIVM, no PORTAL DO HOLANDA e no PRÓ-CURSOS.

Ratificam o pleito dos aprovados os **MAIS DE 1200 SIGNATÁRIOS do abaixo-assinado** veiculado no site .

Reitera-se que os cargos a serem preenchidos pelos candidatos do concurso de Procurador Federal visam à reposição de pessoal decorrente de aposentadorias e provimentos em outros cargos inacumuláveis, não criando, portanto, novas despesas.

Diante do exposto, os candidatos aprovados no concurso de Procurador Federal realizado em 2010 alertam sobre os potenciais prejuízos decorrentes da não reposição dos quadros da carreira, exigindo a sua nomeação imediata, mediante a posse de 79 aprovados para reposição de pelo menos parte dos 243 cargos vagos existentes na carreira.

Atenciosamente,

Aprovados no concurso de Procurador Federal de 2ª Categoria - 2010
 Mariana Tavares de Mattos - (11) 8179-9126 -
 marianatavares501@hotmail.com ; Lisandre Zulian - (19) 7808-5513 ou 9113-
 4080 - lisandrezulian@hotmail.com.

Documento 450/472

008.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/02/2012-11:06
Publ.: DCD - 11/02/2012 - 2264		PAULO TEIXEIRA-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Ponderações sobre a relação entre as crises do sistema capitalista internacional e as oportunidades de desenvolvimento de nações. Acerto da política de desenvolvimento socioeconômico adotadas pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Desafios para a continuidade do crescimento econômico brasileiro. Prioridades do PT em termos de ampliação das conquistas alcançadas. Relevância do papel desenvolvido pela bancada petista em prol da democracia. Transcurso do 32º aniversário de fundação do PT. Solidariedade ao Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, no tocante à greve de policiais militares. Agradecimento aos partidos e Líderes da base governista e ao Presidente Marco Maia. Elogio à atuação da ex-Ministra Iriny Lopes. Nomeação da Sra. Eleonora Menicucci para o cargo de Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides, Deputado Padre José Linhares, Deputados cearenses que demonstram a qualidade do perfil dos Parlamentares daquele Estado; Deputada Dalva Figueiredo, caudaloso amazônica que representa o querido Amapá, Deputado Vanderlei Siraque, Deputado Waldenor Pereira, meu pronunciamento é um balanço do momento político que estamos vivendo.

É com alegria que venho a esta tribuna, na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em um novo ano legislativo, compartilhar reflexões, fazer balanços e tentar iluminar, com nosso olhar e com nosso pensamento, os objetivos alcançados, as perspectivas abertas, os desafios e as conquistas que nos reservam neste ano.

É possível afirmar que há uma relação determinada entre as crises que

periodicamente se verificam nos países centrais do capitalismo e os avanços que ocorrem em países da periferia. Também é certo que a capacidade de cada país periférico tirar proveito de um momento de debilidade de suas metrópoles depende de seu acúmulo em diferentes campos: político, econômico, cultural etc. Muitos exemplos ilustram essa tese. Cito o colapso da Bolsa de Valores de Nova York, em 29 de outubro de 1929, que desencadeou aquela que até então era a mais grave crise do capitalismo mundial. Ela esteve na raiz da queda da República Velha e criou as condições para a vitória da Revolução de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder e abriria um período prolongado de industrialização do País, alterando, naquele momento, de forma significativa, sua configuração "essencialmente agrícola".

Também a Segunda Guerra Mundial, efeito da crise econômica global de 1929, contribuiria para reforçar o processo de industrialização e ajudaria a criar as condições para que o País chegasse ao fim do conflito com as contas equilibradas e sem dívida externa.

Registre-se que um dos efeitos das crises da primeira metade do século XX na América Latina foi o aparecimento de líderes como Getúlio Vargas, Juan Perón e Lázaro Cárdenas, com traços comuns. Eles eram nacionalistas, procuravam se apoiar nas massas populares e percebiam que existiam contradições entre os interesses nacionais e os interesses imperialistas das potências do Norte. Eles marcaram profundamente a vida de seus respectivos países e ainda hoje repercutem na memória dos povos.

É a leitura dessa história que nos permite sustentar que as crises no centro do sistema capitalista internacional podem ser encaradas como oportunidades para fazer com que o Brasil e seus vizinhos avancem no processo de desenvolvimento econômico, conquistem novos espaços no cenário mundial e incrementem o índice de desenvolvimento humano de seus povos. Isso ocorre certamente porque, nesses momentos, a capacidade de controle do centro sobre a periferia se enfraquece, o que facilita a tarefa dos países periféricos que buscam adotar políticas autônomas.

Mas é claro que, para adotar posições autônomas, é preciso que se tenha vontade política. Durante o Governo FHC, ocorreram várias crises na periferia do capitalismo: México, Rússia, Sudeste Asiático. Essas crises tiveram rebatimento sobre o Brasil. A reação do Governo foi sempre a mesma: adotar políticas pró-cíclicas. Ou seja, políticas que agravavam os efeitos da crise: aumento da taxa de juros, aumento da carga tributária, arrocho salarial. FHC, portanto, passou longe de fazer dessas crises uma oportunidade, e, por isso, o Brasil saiu menor delas.

Ele fez o oposto do que foi feito no Governo do Presidente Lula diante da crise de 2008. O que fez o Presidente Lula? Desoneração tributária, redução das taxas de juros, política de recuperação do salário mínimo. Essas políticas eram diametralmente opostas àquelas adotadas pelos tucanos e, por isso, produziram resultados diametralmente opostos. É isso que explica o fato de que, quando FHC entregou o Governo ao Presidente Lula, nossa economia estava próxima à catástrofe.

Agora, estamos enfrentando, sob a direção da Presidenta Dilma Rousseff, uma segunda fase da crise de 2008. Não só o Brasil, mas o continente sul-americano vem dando mostras de solidez. Estamos longe das pneumonias tucanas contraídas a cada resfriado que se manifestava no hemisfério norte.

Parece que a história reservou à nova geração de líderes da América do Sul o destino de conduzir, com sucesso, projetos ainda mais ambiciosos do que aqueles que foram liderados por seus antepassados ilustres. Pois hoje o continente marcha no mesmo passo conduzido por líderes como o ex-Presidente Lula e a Presidenta Dilma Rousseff; por Nestor Kirchner (*in memoriam*) e pela

Presidenta Cristina Kirchner; pelo Presidente Hugo Chávez; pelo Presidente Evo Morales; pelo Presidente Fernando Lugo; pelo Presidente José Mujica; pelo Presidente Rafael Correa; e pelo Presidente Ollanta Humalla. Essas são as caras de um continente que disse basta ao neoliberalismo e começou a caminhar com suas próprias pernas. Simon Bolívar e Salvador Allende mereciam participar dessa jornada.

Para ilustrar, aqui cabe registrar uma declaração de Ignacio Ramonet, editor do *Le Monde Diplomatique* em língua espanhola. Falando ao jornal *Página 12*, de Buenos Aires, ele disse que a maioria dos Governos da América do Sul cumpre a função dos social-democratas europeus dos anos 50 e que, se não cometerem erros, poderão aspirar a um ciclo longo de governo. Para ele, *"a construção do Estado de bem-estar social e o aumento do nível de vida acabam com qualquer tipo de recurso para as oposições tradicionais conservadoras. Agora, a população está percebendo como os seus países estão reconstruindo sociedades arrasadas."*

O paralelo traçado por Ramonet nos honra, e poderíamos até acrescentar uma vantagem da América do Sul com relação à Europa. Aqui, ninguém é ou pretende ser potência colonial. Assim, não corremos o risco de nos envolver em cruéis guerras coloniais como a Europa se envolveu, mesmo no período do esplendor de sua social-democracia.

Podemos cultivar a certeza de que o Brasil está no rumo certo. Já somos a sexta maior economia do mundo, temos relações harmônicas com todos os nossos vizinhos e estamos aumentando substancialmente nossa projeção na cena mundial. Ao mesmo tempo, estamos promovendo crescimento econômico com distribuição de renda, criando uma numerosa classe média e lutando para ampliar os programas sociais de forma a eliminar o que ainda resta de pobreza absoluta no nosso País.

No entanto, as conquistas realizadas não devem obscurecer o fato de que resta muito a ser feito em diferentes campos. Estamos falando da necessidade de ampliar substancialmente a nossa infraestrutura, de resolver as graves questões de segurança pública. Agora mesmo estamos vivenciando a ocorrência de greve na Bahia. Houve também um problema idêntico no Ceará, no começo do ano. Temos também de qualificar os nossos serviços de saúde e melhorar a qualidade da educação pública, além da questão particular, mas correlata, que diz respeito ao desenvolvimento em ciência e tecnologia.

Neste momento, cumprimento o Deputado Newton Lima.

Para preservar as conquistas já realizadas e ampliá-las cada vez mais, quero falar sobre como a bancada do Partido dos Trabalhadores, a qual com muito orgulho liderei neste último ano e hoje está sob o comando do Deputado Jilmar Tatto, contribuiu com lealdade ao Governo com a defesa das bandeiras partidárias, devendo prosseguir nessa batalha.

Elegemos as nossas prioridades para esses 3 anos que nos restam no Legislativo brasileiro.

Em primeiro lugar, nós continuaremos na luta pela reforma política para libertar a democracia brasileira do flagelo do financiamento privado das campanhas, o que faz com que o poder econômico capture o poder político.

Em segundo lugar, pretendemos conceder alta prioridade à aprovação de um marco regulatório para os meios de comunicação, a fim de garantir a liberdade de expressão em nosso País.

A terceira das nossas prioridades, à qual também muito nos dedicaremos, é contribuir na pauta da reforma tributária para fazer justiça às camadas populares, criando uma legislação que estabeleça que a tributação seja progressiva, que siga em relação com o ganho do cidadão. Ou seja, quem ganha mais, paga mais; quem ganha menos, paga menos, invertendo a atual e injusta situação.

Por último, é dever da nossa bancada encarar a reforma do Estado, diferentemente daquela reforma promovida pelo então Ministro Bresser Pereira. Devemos promover uma reforma do Estado que faça com que ele ocupe o território nacional em todas as suas dimensões nos aspectos de segurança, educação, saúde e desenvolvimento. Temos no Brasil espaços territoriais sem Estado, e temos que levar o Estado para esses espaços.

Cumprido o primeiro ano do mandato da Presidenta Dilma Rousseff, vale ressaltar o papel da bancada nessa jornada. Coube a membros da bancada a relatoria de alguns dos principais projetos do Governo: o Regime Diferenciado de Contratação, o Super CADE, o Trem de Alta Velocidade, o Super SIMPLES, a Lei Geral da Copa, o Programa Minha Casa, Minha Vida, a reforma do Código do Processo Civil, o Plano Nacional de Educação, a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, o Plano Nacional de Acesso ao Ensino Profissional e Técnico - PRONATEC. Membros da bancada relataram também matérias oriundas do próprio Poder Legislativo, como a regulamentação da Emenda Constitucional 29 e a proposta de reforma política.

Foi também de um membro da bancada, e quero daqui parabenizá-lo, a relatoria do Orçamento da União, sancionado sem vetos pela Presidenta Dilma Rousseff - coube ao Deputado Arlindo Chinaglia a boa realização dessa ilustre tarefa.

Ao longo do ano, não abrimos mão das bandeiras do partido em temas como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a questão das terras quilombolas, a questão indígena, a luta pela reforma agrária, a luta pela aprovação da PEC contra o trabalho escravo; a capacidade de diálogo permanente com os partidos da base aliada e a determinação de fazer a defesa do Governo, mesmo diante dos ataques mais delirantes de uma Oposição desarvorada.

Nem por isso, a bancada deixou de pontuar lealmente e nas instâncias próprias algumas divergências com o Governo em temas como o Fundo de Previdência dos Servidores Federais, que conseguimos finalmente aperfeiçoar; o Super SIMPLES, em que gostaríamos de ter ido além; o financiamento da saúde pública, que gostaríamos de ter dado uma resposta imediata; o Plano Nacional de Educação, ao qual oferecemos um índice que entendemos ser o melhor para o Brasil; e também no debate sobre o Orçamento da União.

A bancada manteve a firmeza na defesa do Governo, mesmo quando parte da chamada grande imprensa fez um estardalhaço diante da decisão do Banco Central de começar a reduzir a taxa de juros. Como a calúnia prescinde da lógica, parte da imprensa que clamava contra os juros mais altos do mundo entrou em pânico quando a Taxa SELIC começou a ser reduzida. Disfarçando mal sua condição de porta-voz dos "rentistas", essa imprensa tentava assombrar a população com o fantasma da inflação, com absoluta má-fé. Teve que amargar um fim de ano com a inflação dentro da meta, a economia em crescimento e um superávit recorde na balança comercial.

Estou certo de que neste novo ano manteremos a sustentação de um Governo que prossegue na execução de um projeto bem-sucedido, iniciado pelo Presidente Lula e com o qual a Presidenta Dilma Rousseff tem se destacado cada vez mais.

Esse projeto está transformando para melhor a vida de milhões de brasileiros e, por isso mesmo, é bem avaliado pelo povo. Estamos, no entanto, bem conscientes do muito que nos resta a fazer. Decorre daí a necessidade do empenho nas tarefas de democratização da sociedade. Isso requer o fim do escandaloso monopólio das comunicações exercido por meia dúzia de famílias; o aprofundamento da reforma agrária e a ampliação da democracia política.

É também tarefa do Partido dos Trabalhadores, de sua bancada e de todas as forças democráticas prosseguir na difusão da consciência da necessidade do

respeito, da proteção e da defesa dos povos indígenas e da preservação de seus costumes e de sua cultura. Como também é dever das forças democráticas manter o combate contra toda forma de discriminação contra as mulheres, os negros, outras minorias e as relacionadas à orientação sexual. Não basta propiciar o crescimento econômico com distribuição de renda, é preciso ganhar os corações e as mentes para uma visão humanista da vida.

Termino meu discurso para abrir espaço aos apertes, parabenizando o Partido dos Trabalhadores, parabenizando os seus milhares de filiados ao longo do território nacional, parabenizando aqueles que assumiram a tarefa de organizá-lo, de construí-lo, de batalhar pelas suas idéias no final da década de 70 e início da década de 80 do século passado;

Muitos deram a vida nessa luta: Chico Mendes, Margarida Maria Alves, Santos Dias da Silva e tantos outros. Hoje, podemos contar com essa história, porque houve pessoas que plantaram a semente da democracia no Brasil ao longo da sua vida, a começar de Tiradentes, de Zumbi dos Palmares, daqueles que fizeram o movimento sindical na República Velha, daqueles que contestaram a ditadura de Getúlio Vargas, daqueles que lutaram contra a ditadura militar e daqueles que hoje lutam por um País democrático.

Parabéns ao Partido dos Trabalhadores que hoje comemora 32 anos, a toda a sua direção, ao ex-Presidente Lula e à Presidenta Dilma Rousseff.

Daqui também envio parabéns ao Presidente Rui Falcão, ao Secretário-Geral Elói Pietá, a todos que participam da Fundação Perseu Abramo, à bancada do PT, enfim, à maravilhosa militância do PT.

Vejo presentes o Deputado Waldenor Pereira, o Deputado Vanderlei Siraque, o Deputado Francisco Praciano, o Deputado Assis Carvalho, o Deputado Newton Lima, a Deputada Dalva Figueiredo. Na presença de pessoas deles, parabenizo aqueles que lutam nos Parlamentos, aqueles que lutam na administração de suas respectivas cidades, aqueles que querem administrá-las, como o Deputado Francisco Praciano, que se coloca como pré-candidato a Prefeito Municipal de Manaus, e aqueles que governam os nossos Estados. Minha homenagem a todos eles.

Presto minha solidariedade ao Governador Jaques Wagner diante do delicado momento por que passa. Torço para que, com autoridade, ele possa recolocar o tema da segurança em termos melhores, visto que alguns policiais baianos têm extrapolado as ideias de corporação e abusado de seu poder. Minha solidariedade, portanto, ao Governador Jaques Wagner.

Cedo agora um aparte ao Deputado Waldenor Pereira, ex-Reitor da Universidade Estadual do Sul da Bahia e Deputado muito respeitado nesta Casa.

O Sr. Waldenor Pereira - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira. Ao parabenizá-lo pela brilhante exposição em que faz um balanço positivo do nosso projeto político, do primeiro ano de mandato da Presidenta Dilma e da atuação da bancada do Partido dos Trabalhadores no ano de 2011, quero dizer que V.Exa. foi um grande Líder da bancada do nosso partido nesta Casa no ano que passou. Em meu nome pessoal, quero agradecer a atenção que me permitiu assumir importantes missões no Parlamento brasileiro em meu primeiro ano de mandato como Deputado Federal. Tive a oportunidade de ser titular na Comissão de Educação, na Comissão da Reforma Política e na Comissão da Lei Geral da Copa. Também assumi a Vice-Liderança do Partido dos Trabalhadores, graças ao comportamento democrático e imparcial que V.Exa. teve no exercício da Liderança da bancada. Portanto, acho que esse êxito, tanto da nossa bancada quanto do nosso Governo no ano de 2011, se deve muito à atuação de V.Exa. na Liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Parabéns a V.Exa. e muito obrigado pela atenção que dispensou ao exercício do nosso mandato.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Obrigado, Deputado Waldenor Pereira.

Passo agora palavra ao Deputado Vanderlei Siraque, estreante nesta Casa, mas já doutor em Direito, profundo conhecedor do tema da segurança pública. Vereador na cidade de Santo André e Deputado Estadual por vários mandatos, S.Exa. muito honra a bancada do PT do Estado de São Paulo.

O Sr. Vanderlei Siraque - Deputado Paulo Teixeira, quero cumprimentá-lo nesta data, o aniversário de fundação do nosso partido. E quero dizer a V.Exa. - meu colega de Faculdade de Direito do Largo São Francisco, juntamente com a sua esposa, Alice, outra fundadora do nosso partido - que durante esses 32 anos tivemos figuras emblemáticas em nosso partido, como Lula, Dilma, Genoino, Newton Lima e tantos outros companheiros e companheiras. Tenho orgulho de tê-lo como Líder, sempre Líder da nossa bancada. V.Exa. deixa de ser líder do ponto de vista formal, mas continuará sendo uma das grandes lideranças do Partido dos Trabalhadores. Acompanhando o seu bem articulado discurso, vi que V.Exa. colocou a segurança pública como um dos centros da política nacional. Na verdade, Estado que não seja forte e que não assegure a segurança, não consegue garantir os outros direitos fundamentais dos cidadãos, não consegue garantir a ordem pública, não consegue garantir o direito de ir e vir, o direito ao lazer, o direito ao trabalho. V.Exa. é um dos orgulhos do Partido dos Trabalhadores. Parabéns pela sua atuação e parabéns ao nosso partido.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Siraque. Presidente, para concluir, quero agradecer também aos Líderes dos diversos partidos da base do Governo, com os quais me relacionei muito bem. Refiro-me também aos Líderes da Oposição, pois mantivemos relação profícua de diálogo nesta Casa.

Finalmente, agradeço ao Presidente Marco Maia, que tem conduzido esta Casa com muito equilíbrio, com imparcialidade, competência, permitindo-nos um extenso espaço para o exercício da política.

Mais vejo o Deputado Assis Carvalho no microfone de apartes. É uma honra poder ouvi-lo. S.Exa. foi Secretário de Saúde do Estado do Piauí e é um ilustre defensor de um Brasil sem desigualdades regionais.

O Sr. Assis Carvalho - Quero apenas poder abraçá-lo e parabenizá-lo pelo grande papel que desempenhou à frente da Liderança do nosso partido, deixando, sem sombra de dúvida, a sua marca, uma marca de que nos orgulhamos muito. Quero aproveitar também para agradecer a acolhida que tive aqui como Deputado de primeiro mandato, inclusive com a alegria de subscrever, juntamente com outros colegas desta Casa, dois grandes projetos, o que representou a realização de um grande sonho: a tributação das grandes fortunas, prevista no art. 153 da Constituição Federal, e a da isenção da incidência de impostos sobre a cesta básica, sobre o consumo de produtos consumidos por pessoas mais humildes. Então, ao aproveitar este momento para externar o meu abraço, quero reafirmar o compromisso de manter nossa bancada unida - e V.Exa. contribuiu muito para isso. Que Deus o abençoe!

O SR. PAULO TEIXEIRA - Muito obrigado.

Concluo parabenizando a Ministra Iriny Lopes, que está deixando o Ministério das Mulheres, onde fez um importante trabalho, para se candidatar à Prefeitura de Vitória, pleito em que certamente será vitoriosa. E recebo com alegria a nova Ministra Eleonora Menicucci, uma batalhadora pelo tema das mulheres.

Um abraço e muito obrigado pela atenção de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência, nobre Deputado Paulo Teixeira, não pode deixar de cumprimentá-lo V.Exa. pela magistral oração que acaba de proferir. Aliás, os apartes que V.Exa. recebeu dos eminentes colegas Waldenor Pereira, Vanderlei Siraque e Assis Carvalho já dispensariam a minha intervenção, mas, como Presidente da sessão, assisti atentamente ao pronunciamento em V.Exa. fez, num primeiro momento, uma retrospectiva

político-institucional da vida brasileira, apontando aqueles Líderes que tiveram maior expressão no fastos historiográficos da Nação. Assisti também a V.Exa. enumerar todas aquelas aspirações que reclamam solução do Poder Legislativo brasileiro, como a reforma política e a reforma tributária.

V.Exa. foi um Líder de atuação irrepreensível, procurando conduzir seu partido no contexto de outras agremiações que compõem a base de sustentação do Governo. V.Exa., que já pontificara como Líder, hoje se projetou simplesmente como Parlamentar, estendendo a forma de se comportar de maneira irrepreensível.

V.Exa. trouxe ao conhecimento da Casa uma postura da maior dignidade. E, como admirador que já era e continuo a ser de V.Exa., quero destacar sua exemplar atuação como Líder e como Parlamentar, que agora retoma o cotidiano dos pronunciamentos na condição de ilustre representante do Partido dos Trabalhadores, partido homenageado ao final do seu discurso pelo transcurso de mais um ano de serviços prestados ao povo brasileiro.

Deputado Paulo Teixeira, em nome da Mesa e, acredito, da Casa, cumprimento-o efusivamente, porque V.Exa. teve sempre como Líder e como Parlamentar um desempenho à altura das expectativas do povo brasileiro.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 451/472

008.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/02/2012-11:36
Publ.: DCD - 11/02/2012 - 2268		NEWTON LIMA-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do 32º aniversário de fundação do PT. Homenagem ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Homenagem à memória do militante político Apolônio de Carvalho. Sucesso do Governo petista. Posse da Sra. Eleonora Menicucci de Oliveira no cargo de Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides. Começo agradecendo a V.Exa. as generosas palavras. É uma honra poder falar, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, sob a Presidência de V.Exa. e ter tido o privilégio de suceder nesta tribuna o nosso grande colega, companheiro, Líder da nossa bancada até dias recentes, Deputado Paulo Teixeira.

Quero aqui sublinhar as palavras de V.Exa., Deputado Benevides, bem como os apartes feitos pelos nossos Deputados Waldenor Pereira, Vanderlei Siraque e Assis Carvalho. De fato, todos nós, 86 Parlamentares da bancada do Partido dos Trabalhadores, sentimo-nos extremamente honrados e felizes pela condução que o Paulinho Teixeira deu à nossa bancada neste ano e pelas tantas vitórias alcançadas. Contribuímos com o Legislativo, com o povo brasileiro e com o projeto do nosso partido, que tem à frente Dilma Rousseff, nossa Presidenta.

Sr. Presidente, hoje é um dia de festa para nós, petistas - ressaltando aqui todos os demais partidos que fazem parte do arcabouço político institucional partidário do País. Hoje completamos 32 anos de vida. É um dia que nos faz lembrar nossos sonhos e de que devemos prestar contas e fazer um balanço das nossa

realizações.

Falo aqui por delegação do Deputado Jilmar Tatto, nosso Líder recém-eleito, a quem desde já desejo uma tão brilhante condução dos trabalhos da bancada como fez Paulo Teixeira. E tenho certeza de que, pela história de Jilmar Tatto em São Paulo, pelo trabalho social, pelo engajamento nas pastorais sociais da Igreja Católica na capital paulista, certamente S.Exa. vai trazer seu brilho e talento para que novas vitórias deste ano legislativo de 2012 possamos conquistar.

E quero fazer minha homenagem, em nome da Liderança do meu partido, a dois grandes militantes do nosso partido: primeiro, àquele que assinou a ficha nº 1, Apolônio de Carvalho, com seus mais de 80 anos de idade, e que hoje será celebrado e festejado na festa que o partido faz aqui em Brasília, ele que sempre se opôs à ditadura e ao fascismo, que teve uma trajetória brilhante de lutas e foi o primeiro fundador, o fundador nº 1 do nosso partido. Segundo, ao nosso Presidente Lula, que nos ajudou a fundar o partido. Quero homenagear o Presidente Lula, exatamente neste momento de sua vida em que está enfrentando a doença do câncer com a mesma bravura com que enfrentou as questões do movimento sindical brasileiro, dos metalúrgicos do ABC, em São Bernardo e no ABC. Pela sua Liderança, ele nos ajudou a reconquistar a democracia no nosso País e a fazer o primeiro Governo democrático e popular, tendo, após 8 anos, elevado a condição do Brasil no cenário nacional e internacional. Promoveu a maior mobilidade social da nossa história, quando 62 milhões de brasileiros ascenderam de classe social; combateu a pobreza; estabilizou a nossa inflação com uma política econômica que nos traz à sexta potência mundial; com sucesso em várias áreas; com políticas públicas; com um salário mínimo cuja legislação aprovamos nesta Casa, que regulamenta e dá poder de compra; com a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros como um todo. Não é à toa que Lula sai com mais de 80% de aprovação.

E, para homenagear as mulheres, quero fazê-lo em nome de duas mulheres petistas, uma é essa mulher petista que está tomando posse neste momento na Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, minha colega da Universidade Federal de São Paulo, coirmã da Universidade Federal de São Carlos, da qual tive a honra ser reitor, como bem lembrou V.Exa. Pela sua trajetória de luta, em defesa da democracia, das mulheres, certamente ela vai dar continuidade ao brilhante trabalho que Iriny Lopes vinha fazendo à frente da Secretaria. A Presidenta Dilma não poderia ter encontrado uma pessoa melhor.

Aliás, a Presidenta Dilma Rousseff é a outra mulher petista a quem quero homenagear, neste momento, em nome das mulheres petistas, porque, como Presidenta da República e colega, amiga e companheira de Eleonora, nos tempos de luta contra a ditadura, pelo Estado Democrático de Direito no Brasil, foram presas juntas e mostraram a força, a coragem e a bravura da mulher brasileira em enfrentar o arbítrio e nos ajudar na reconstrução do País e nos rumos dos nossos projetos.

Não é à toa que, no seu primeiro ano de Governo, Dilma Rousseff atinge nada mais, nada menos do que 59% de aprovação, Deputado Linhares, com ótimo e bom conceito da população.

Não é à toa, Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides, que os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, hoje divulgados pela imprensa, dão ao Governo Dilma índices de otimismo e confiança de 69% da população brasileira. É exatamente essa a autoestima readquirida pelo povo brasileiro. O otimismo neste momento também não é à toa; vem dos resultados da ascensão social, do aumento do salário mínimo, da estabilidade inflacionária, da geração de mais de 1,9 milhão empregos formais no ano passado.

Além disso, o País está chegando à sexta potência mundial, a nossa economia está viva, os serviços públicos estão melhorando, as oportunidades educacionais

estão cada vez mais à disposição da nossa juventude. Tudo isso não poderia ser espelhado de forma mais contundente do que em um índice de otimismo da ordem, Sras. e Srs. Deputados, de 70% da população. Sete em cada dez brasileiros estão extremamente felizes e otimistas. Sabem dos desafios que há pela frente, da importância de fazermos a melhor Copa do Mundo e de trazermos, como o Presidente Lula trouxe, além da Copa, as Olimpíadas para o Brasil, e de termos implantado programas como o Programa de Aceleração do Crescimento e o Minha Casa, Minha Vida, que, ao mesmo tempo desenvolvem a nossa economia e dão para todo o País uma infraestrutura fundamental para darmos o salto de qualidade que queremos e, no caso habitacional, o direito à moradia.

Não é à toa que a Presidenta Dilma vai dobrar para 2 milhões o número de casas populares para aqueles que têm rendas salariais muito baixas, de zero a três salários mínimos, de três a cinco salários mínimos - com prevalência de zero a três, 60% das moradias este ano -, o que mostra claramente uma visão social de quem quer construir o Brasil como potência e com igualdade.

Eu estou muito feliz e quero cumprimentar os meus colegas de São Carlos, se me permitem. Sou dirigente e presidente do PT municipal de São Carlos. Quero cumprimentar todo o diretório e todos os petistas da minha cidade, em nome do Prefeito, do Partido dos Trabalhadores, Oswaldo Barba, e em nome da nossa executiva municipal, do Secretário Geral Vereador e Líder do Governo municipal, Lineu Navarro; quero cumprimentar todas as companheiras e companheiros do nosso Município.

Hoje é um dia de festa. Estamos absolutamente cientes do papel fundamental, transformador e inovador, da forma de fazer política do Partido dos Trabalhadores, tanto no Parlamento quanto no Executivo.

Como ex-Prefeito de São Carlos, coloquei a prioridade nos programas sociais, sem descuidar do desenvolvimento da nossa cidade. Por isso, ao terminar os meus dois mandatos, Deputado Mauro Benevides, São Carlos estava entre as 20 melhores cidades para se viver, a juízo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

É esse modo petista de governar Município, esse modo petista de governar os nossos Estados, e que o Presidente Lula inaugurou no Brasil em 2002 e a Presidenta Dilma tanto vem aperfeiçoando e avançando, que nos faz nos orgulharmos do nosso querido Partido dos Trabalhadores.

Viva o Partido dos Trabalhadores! Viva o Brasil! E, como diz a Presidenta Dilma, um país rico é um país sem pobreza.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Deputado Newton Lima, desejo cumprimentar V.Exa. pelo discurso que faz, em nome da Liderança do seu partido, exaltando o trabalho da agremiação a que V.Exa. pertence e que tem como figuras estelares o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, agora, a Presidenta Dilma Rousseff.

Na retrospectiva que fez das realizações do PT em todo o País, V.Exa. jamais dispensaria a menção explícita àquele metalúrgico que, nascido em Pernambuco, projetou-se, sobretudo aqui, na Constituinte. No Governo, sim, é proclamado por todos os brasileiros, mas, para nós, para mim, pessoalmente, porque quando esteve aqui o Vice-Presidente era eu na ocasião, e ele, Constituinte por São Paulo, aquela companhia permanente em defesa daquelas causas que significaram, através da Carta, a reconstrução do Estado Democrático de Direito em todo o País.

Portanto, cumprimento V.Exa., o grande Parlamentar, saúdo também o Magnífico Reitor, com projeção nos círculos universitários, enfim, um grande homem público, intelectual de méritos consagrados, que, ao ocupar a tribuna,

brindou a todos nós com uma oração marcadamente bem coordenada, exaltando, como seria natural, a agremiação política que tema honra de tê-lo entre os filiados mais ilustres.

Portanto, os cumprimentos da Mesa ao nobre Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA - Muito obrigado.

Documento 452/472

006.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	09/02/2012-10:32
Publ.: DCD - 10/02/2012 - 1975		CHICO LOPES-PCDOB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de investimentos governamentais expressivos na melhoria da mobilidade urbana, especialmente em Fortaleza, Estado do Ceará.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com prazer que retorno à tribuna desta Casa, aproveitando o reinício dos trabalhos em plenário, para chamar atenção para um dos temas mais urgentes que o Brasil precisa debater.

O ano de 2014 será um marco simbólico para o Brasil. Até lá, teremos a oportunidade de um olhar apurado sobre nossa realidade, que se modifica em largos passos com as políticas públicas implementadas ao longo dos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma.

Vivemos uma nova fase no nosso desenvolvimento, com um mercado interno cada vez mais fortalecido, com a inclusão social de dezenas de milhões de brasileiros, com um País que ainda possui grandes desafios, mas que caminha cada vez com mais convicção para, de fato, se tornar um Brasil de todos.

Neste prazo que dará conta tanto dos 4 anos do Governo da Presidente Dilma, quanto do grande momento em que os olhos do planeta estarão ainda mais voltados para o Brasil, devido à Copa do Mundo, temos grandes temas a tratar.

Um dos mais importantes - não pelos visitantes que estarão em nosso território, mas pelos cidadãos brasileiros, que no dia a dia constroem com seu trabalho este País - é o da mobilidade urbana, tema que tem frequentado debates, seminários, simpósios e rodas de conversas envolvendo os diversos segmentos sociais. E é fácil saber por quê: as cidades, especialmente as Capitais brasileiras e os Municípios de grande porte, enfrentam graves dificuldades em face do elevado número de veículos que passaram a circular em suas ruas. O uso de transportes alternativos aos automóveis e ônibus ainda não se disseminou no potencial que possui também devido à carência de infraestrutura urbana para isso, dada a falta de mais ciclovias. O transporte público coletivo, a única solução para amenizar esse cenário, vem sendo ampliado, mas ainda depende de mais investimentos e ações. Não por acaso, várias das Capitais brasileiras vivenciam esse problema.

Mas poucas cidades exemplificam tanto esse quadro, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quanto a Capital cearense. Em Fortaleza a situação chegou a tal ponto que a população aponta as dificuldades do trânsito como um dos problemas mais graves da cidade. A maior parte da população cearense

enfrenta diariamente muitas dificuldades para ir ao trabalho, à escola, à universidade ou até mesmo para ir a locais de lazer, como praias, cinemas, casas de espetáculos e praças esportivas.

A sensação entre os cidadãos é de habitar uma cidade inacessível. Para se chegar a um compromisso, é necessário planejar-se cada vez com mais antecedência, o que também não é garantia de pontualidade, diante das imprevisíveis dificuldades do trânsito. São grandes os transtornos para fazer até mesmo pequenos percursos, e já não há mais congestionamentos apenas nos chamados "horários de pico", mas ao longo da maior parte dia e até mesmo nos finais de semana, embora, claro, nos horários de maior movimentação, como início e fim de expediente, esse quadro se torne ainda mais agudo. A sensação é de desalento, de perda do direito de ir e vir. E, mais do que isso, do direito à própria cidade.

A longa perambulação em ônibus, imóveis nos congestionamentos da cidade, leva os trabalhadores a uma ampliação forçada da jornada de trabalho. Além das muitas horas no batente, operários, comerciários, secretárias, entre tantos profissionais, veem seu tempo minguar diante dos engarrafamentos diários. É inevitável a perda de qualidade de vida, de saúde do trabalhador, de tempo com a família, de cuidado com a educação dos filhos.

A classe média, com médicos, professores, vendedores e taxistas, por exemplo, profissionais que dependem de deslocamentos constantes ao longo do dia, também sofre com o problema e vê comprometida a qualidade dos seus serviços.

Assim se tem a real noção da questão, que está longe de ser um problema ligado apenas à preparação do Brasil para os grandes eventos internacionais que nosso País receberá. Antes disso, aflige e maltrata, hoje e há muito tempo, nossos próprios cidadãos.

Um pouco de saudosismo nos levaria a lembrar a Fortaleza dos velhos tempos, dos bondes circulando tranquilamente pela cidade - era tanta tranquilidade que as crianças mais marotas gostavam de fazer "bochecha" para pegar carona no transporte coletivo -, das largas avenidas que se destacavam mais pelas árvores frondosas do que pela quantidade de carros que passavam por elas. A lembrança dos tempos em que Fortaleza tinha menos de 500 mil habitantes - e desde então já se vão mais de 50 anos - pode nos fazer bem, mas não resolve o problema atual. Na verdade, o desafio está posto para os dias atuais e exige planejamento, apuro técnico e criatividade por parte dos gestores.

E aqui, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, colegas Deputados, está a essência do problema. A cidade com um todo, em vários setores da sua administração, sofre com a falta de planejamento. E com o trânsito não é diferente. Falta planejamento quanto à mobilidade urbana em Fortaleza. Infelizmente, o que se percebe em nossa Capital cearense é uma ausência total e completa de planejamento. Desde o final dos anos 1990, a administração de Fortaleza não conta mais com um órgão de planejamento, já que o então Prefeito Juraci Magalhães preferiu extinguir o Instituto de Planejamento do Município, o IPLAM, órgão que cumpriu um importante papel no desenvolvimento organizado da cidade.

Composto por profissionais altamente qualificados, o IPLAM foi extinto em 1999 e a partir de então a cidade ficou ao sabor de interesses segmentados, dos grupos econômicos e sociais que exercem maior pressão sobre os gestores, carentes de uma linha mestra de suas administrações.

Tal situação não pode continuar, sob pena de a população ser ainda mais prejudicada. Felizmente, o Presidente Lula teve a determinação de vincular as obras da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, ao desenvolvimento das cidades-sede, reconhecendo a necessidade do planejamento urbano e do enfrentamento

ao desafio da mobilidade. Com isso, as 12 Capitais brasileiras que sediarão os jogos do campeonato mundial de futebol estão tendo direito a recursos para fazer as intervenções em diversas áreas, particularmente quanto à melhoria da mobilidade urbana.

Em Fortaleza, isso está possibilitando a conclusão, ainda este ano, das obras do METROFOR. E já se projeta a ampliação do metrô. A Capital cearense também deverá contar com o Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, que ligará áreas de grande densidade populacional e possibilitará a integração entre diversos modais de transporte, permitindo uma maior circulação dos moradores entre diversos bairros. Tanto o METROFOR como o VLT estão sob a responsabilidade do Governo do Estado.

As obras para a Copa do Mundo também preveem intervenções sob a responsabilidade da Prefeitura de Fortaleza. Neste caso, porém, a falta de planejamento já provocou uma redução das obras anteriormente previstas, como alargamento de avenidas e definição de novos canais para tráfego rápido. Consequentemente, os benefícios à população, advindos do legado da Copa, serão mais tímidos do que os cidadãos fazem por merecer. Nossa cidade deixará de aproveitar essa valiosa oportunidade, em todo o seu potencial, porque, infelizmente, não se preparou a contento, não se planejou para isso.

Defendemos, Sr. Presidente, que as cidades brasileiras como um todo reforcem suas medidas de planejamento; que os recursos para investimento em melhorias de infraestrutura urbana e de mobilidade se façam acompanhar de exigências quanto aos planos diretores, ao debate com a sociedade e a medidas efetivas sobre o crescimento planejado e sustentável das cidades.

Fortaleza, por exemplo, sem dúvida alguma teria muito a ganhar se tornasse a contar com os grandes nomes que já fizeram o IPLAM e deram inestimáveis contribuições à cidade e ao seu desenvolvimento, porque o futuro de nossa cidade e de nossa gente não pode ser deixado a esmo, definido apenas pelas forças da especulação imobiliária e dos empreendimentos comerciais. Sem mobilidade urbana, a cidade cassa compulsoriamente o direito de ir e vir dos seus cidadãos - um direito constitucional, essencial à cidadania. Para mudar esse quadro e para contribuir em várias outras frentes com o futuro de Fortaleza, é urgente a retomada do planejamento urbano na Capital cearense. Precisamos de investimentos expressivos, mas também planejados e eficazes na mobilidade urbana, porque o povo cearense quer e merece mais.

Sr. Presidente, gostaria que o meu discurso fosse publicado pelos órgãos de imprensa da Casa, porque se trata de uma matéria importante, a imobilidade nas grandes Capitais, principalmente Fortaleza. Por falta de um órgão competente que faça essa política, nós estamos presos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 453/472

006.2.54.O	Sessão Extraordinária - CD	09/02/2012-09:36
Publ.: DCD - 10/02/2012 - 1959		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Exame das reivindicações de policiais e bombeiros militares pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Indignação do povo fluminense com a precariedade de

linhas de trem operadas pela iniciativa privada.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, o Rio de Janeiro amanhece de novo em situação de grande turbulência e que afeta, sobretudo, a população mais pobre. E não se trata da greve dos policiais militares, policiais civis e bombeiros militares, que estão numa campanha reivindicatória justa, pacífica. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro daqui a pouco vai-se debruçar sobre esses pleitos, sobre a proposta do Governo, para tentar melhorar. Isso é da democracia, é absolutamente justo e razoável.

Acontece que a SUPERVIA dos trens em concessão à empresa privada está operando pessimamente há muito tempo. A operadora principal desse serviço público de transportes que garante a locomoção em precárias condições de milhões de cariocas e fluminenses é a Odebrecht. Os trens pararam, a população está indignada, revoltada. A situação é bastante crítica.

Com isso, quero inclusive trazer aqui as nossas preocupações quanto à privatização dos aeroportos brasileiros, que nem sempre é...

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, registro nos Anais da Casa a nossa posição quanto à arriscada decolagem do Governo do PT no caminho da privatização dos aeroportos brasileiros. Houve muita comemoração. Na mídia grande, unanimidade. No plano político, tucanos celebram a rendição do PT ao modelo antes tão criticado. E petistas - já sem se avexar por contrariar, mais uma vez, o discurso de campanha - dizem que "não é bem assim".

O que será, na verdade? A porta para a melhoria efetiva do serviço à população viajante - não apenas em função da Copa de futebol - está aberta? O voo privatista dos espaços de pouso da aviação civil terá turbulências ainda não mencionadas, pois suas escalas são de alto risco. Eis algumas:

1) o grande avalista da privatização é o dinheiro público, com o BNDES financiando os consórcios privados em obras, máquinas e equipamentos. Fundos de pensão de estatais - como PREVI, PETROS e FUNCEF - também entraram no negócio. Não seria melhor garantir recursos para a própria INFRAERO, que, por sua natureza, está sob mais controle da sociedade?

2) os consórcios privados pagarão os "admiráveis" R\$24,5 bilhões não de imediato, mas ao longo de 12 a 20 anos, e só começarão a quitar a concessão em meados de 2013;

3) empresas privadas têm, como é de sua natureza, compromisso prioritário com o lucro, e não com o bem-estar dos usuários;

4) os ágios pagos revelam, sobretudo, que o Governo subestimou os valores dos aeroportos - construídos, aliás, com recursos públicos;

5) Guarulhos ficará com um grupo transacional cujo principal operador é uma empresa da África do Sul; Viracopos, com uma francesa; Brasília, com uma argentina. Detalhe relevante: o histórico dessas empresas no setor de modernização e administração de aeroportos não é nada significativo;

6) os aeroportos privatizados são os mais rentáveis do Brasil. A INFRAERO, que administra 66 dos 130 aeroportos do Brasil, trabalha com dimensão federativa, em sistema interligado. Coloca recursos derivados dos mais rentáveis para outros com precariedades. Os consórcios privados que controlarão os três

grandes aeroportos - 30% dos voos de passageiros, 57% dos de carga - não têm qualquer compromisso com a malha geral do Brasil;

7) os recursos da privatização vão para o Fundo Nacional da Aviação Civil. Mas, como reza a Lei nº 1.193, de 2009, podem ser destinados para o superávit primário voltado ao pagamento de juros e serviços da dívida, que consumiram, ano passado, 45,5% do Orçamento da União;

8) as empresas de aviação já anunciam aumento das tarifas aéreas: o que tende a acontecer é que a privatização, cuja justificativa é a melhoria dos terminais, venha a reduzir a demanda de usuários, ao tornar tudo mais caro nos "aeroshoppings" e embarques;

9) em todos os países do mundo, os aeroportos - e não só os de bases militares - são espaços importantes na defesa da soberania nacional, que ficará agora, no Brasil, refém dos interesses negociais transnacionais;

10) paulatinamente, funcionários da INFRAERO, com grande experiência - empresa pública considerada em 2011 a 2ª melhor gestora de aeroportos do mundo -, serão descartados e substituídos por outros, sem o seu acúmulo. Quem assegura que isso não poderá afetar inclusive a segurança de passageiros e tripulantes?

Apesar do foguetório, não há céu de brigadeiro previsível, e sim muitas zonas de turbulência.

Agradeço a atenção.

Documento 454/472

006.2.54.O

Sessão Extraordinária - CD

09/02/2012-10:58

Publ.: DCD - 10/02/2012 - 1988

ALEXANDRE SANTOS-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Aumento do rendimento médio dos assalariados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Recuperação da economia fluminense.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrado que, com muita satisfação, recebi do Governador do meu querido Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, a informação de que recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que trouxe dados comparativos entre os anos de 2003 e 2011, mostrou o aumento significativo do rendimento médio dos salários na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período, entre as seis Regiões Metropolitanas do País.

No Rio, os salários subiram 33,8%, reflexo direto de fatos econômicos como a descoberta do pré-sal, a chegada da Copa do Mundo de 2014 ao País e das Olimpíadas de 2016 ao Rio. A reorganização do Estado fluminense e a atração de investimentos produtivos, igualmente, contribuíram para o resultado.

A recente recuperação econômica do Estado tem sido puxada sobretudo pelos projetos das empresas ligadas ao setor de petróleo e gás e pela demanda de investimento criada com a Copa do Mundo, de 2014, e com os Jogos Olímpicos, em 2016.

Segundo Regina Madalozzo, professora de Economia do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), houve uma política de reordenação urbana bem-sucedida, como o avanço da política de segurança pública do Estado. Tais fatores foram decisivos para o aquecimento econômico do Rio de Janeiro, fazendo com que a demanda de trabalho crescesse mais do que em outras regiões e contribuindo para substancial aumento dos salários de todas as classes de trabalhadores.

Governador Sérgio Cabral, obrigado por conduzir o nosso Estado ao desenvolvimento sustentável, melhorando a vida de todas as classes e levando o Estado do Rio ao patamar de melhor renda salarial e econômica.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

::

Documento 455/472

007.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	09/02/2012-14:12
Publ.: DCD - 10/02/2012 - 1999	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Críticas ao PSDB. Excelência da atuação do Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, na condução das negociações com policiais militares em greve.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nazismo e o fascismo nasceram tendo partidos com braços armados. O ovo da serpente do autoritarismo é a criação de partidos políticos com braços armados. Nós temos uma experiência na Bahia que não se pode propagar. O PSDB tem na sua ala sindical um braço armado, que invadiu a Assembleia Legislativa e deu tiro no Corpo de Bombeiros na greve passada. Isso é característica de partido fascista, que se alia à extrema Direita para ameaçar as instituições democráticas, para chantagear as instituições democráticas, para ameaçar e tirar a paz da sociedade.

Não fosse o papel do Governador Wagner, não fosse a tranquilidade do Governador, a sua forma de tratar as questões... Inclusive, um dos Deputados que deu uma entrevista comigo disse que o Governador tinha que ser mais duro. Eles queriam que o Governador usasse a violência para que a violência se generalizasse. Mas o Governador se mostrou, como sempre, um homem equilibrado, um homem de diálogo, um homem sensível. Flexibilizou e negociou, mas também foi duro quando teve que ser duro. Não aceitou a sugestão. Nós

também não aceitaremos, Deputado Emiliano. O Deputado Arthur Maia também já declarou: *"Nós não aceitaremos anistiar mais criminosos, para não ficarmos reféns"*.

Em todo grande evento no Brasil, como carnaval e Copa do Mundo, nós não podemos ficar reféns de criminosos que ameacem a instabilidade das instituições democráticas. Eles não têm o nosso aval. Têm nosso aval, sim, os policiais que atuam pacificamente, reivindicando os seus direitos; mas bandidos, não!

Documento 456/472

007.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

09/02/2012-16:06

Publ.: DCD - 10/02/2012 - 2018

JOÃO ARRUDA-PMDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, diante de declarações proferidas a respeito de líderes evangélicos. Participação do orador em encontro da Federação Internacional de Educação Física - FIEP, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Relato de propostas apresentadas durante o evento.

O SR. JOÃO ARRUDA (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Minha solidariedade também ao Ministro Gilberto Carvalho, do meu Estado. Agradeço também ao Deputado João Paulo a paciência ao nos ceder aqui um pouco de espaço para falar sobre um assunto importante para mim.

Eu participei de encontro da Federação Internacional de Educação Física - FIEP, em Foz do Iguaçu, que reuniu mais de 2 mil professores de educação física de todo o Brasil e também professores de outros países do MERCOSUL.

Elaboramos três propostas de trabalho. A primeira é que todos os programas - e eu protocolarei uma indicação aqui na Câmara - do Governo Federal que oferecem ferramentas para a prática desportiva, como as Academias da Saúde e as Academias da Melhor Idade, tenham, por obrigação, um profissional de educação física, um professor de educação física vinculado ao Conselho Regional de Educação Física e ao Conselho Federal de Educação Física orientando os participantes na prevenção de lesões e também para otimizar, potencializar o trabalho realizado através do esporte e da atividade física.

Receber uma orientação de um profissional de educação física pode trazer muito mais resultados do que se a pessoa simplesmente começar a participar de atividades físicas sem a devida orientação.

Isso deve ampliar-se também para o uso de todos os equipamentos esportivos. Não podemos nesta Casa, nem nas Câmaras Municipais, apresentar um projeto de lei obrigando as Prefeituras a contratarem esses profissionais, mas podemos orientar as Prefeituras Municipais e os Estados, quando investirem em equipamentos esportivos, quadras cobertas, ginásios, praças e parques, a também contratarem um professor de Educação Física.

A segunda proposta trata da história das Olimpíadas em nosso País. Precisamos

inserir dentro da sala de aula um estudo sobre a trajetória das Olimpíadas. Vamos, através da nossa Frente Parlamentar da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano, protocolar um projeto para criação da Semana Olímpica nas escolas da rede pública do Brasil, para discutir a importância da tocha olímpica, da marcha olímpica e do Hino Nacional; para deixarmos em nosso País um legado no período que antecede as Olimpíadas e também no período posterior. Isso é muito mais importante do que qualquer bem material que possamos deixar nesse importante evento que são as Olimpíadas. Isso também vale para a Copa do Mundo.

A terceira proposta refere-se ao turismo. O evento foi em Foz do Iguaçu, no meu Estado, perto das Cataratas do Iguaçu. A partir daí falo um pouco do turismo, até porque justifico o trabalho em conjunto do turismo com o esporte.

Os professores de educação física me pediram, porque também sou membro da Comissão da Lei Geral da Copa, que fizesse uma proposta ao Relator para que, como contrapartida a tudo o que estamos fazendo em parceria com a FIFA, ela também ajudasse a divulgar o nosso País; que 25% das ações promocionais da FIFA e da competição da Copa do Mundo fossem para desenvolver um trabalho de divulgação dos pontos turísticos do nosso País; que promovêssemos os parceiros da FIFA na Copa, como a Nike, por exemplo, as empresas internacionais, mas que também valorizássemos o que temos aqui, tanto as empresas nacionais como o que o Brasil tem de melhor, os seus pontos turísticos, a exemplo do que poderíamos fazer no Paraná.

Poderíamos ter painéis vinculados aos estádios nas propagandas da Copa do Mundo, agora e durante todo o período que antecede à sua realização, durante e depois. Que houvesse veiculação de imagens de Copacabana, das Cataratas do Iguaçu, enfim, de pontos turísticos do Brasil, para que deixássemos em nosso País um grande legado para o turismo, que poderia aumentar muito sua participação com a presença de turistas de todo o mundo.

Afinal de contas, se a FIFA usa a Copa do Mundo para atrair parceiros que invistam na Copa como negócio, não vejo por que não investir no Brasil, que dá todas as contrapartidas necessárias para fazermos um grande evento, que repercute em nosso País muito mais do que em qualquer outro do mundo, porque é também uma paixão nacional.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes.

Documento 457/472

007.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

09/02/2012-16:12

Publ.: DCD - 10/02/2012 - 2019

JOÃO PAULO LIMA-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Greve dos policiais militares do Estado da Bahia. Apoio ao Governador Jaques Wagner. Efeitos da crise financeira mundial sobre a economia brasileira. Acerto da política macroeconômica implementada pelo Governo Dilma Rousseff. Necessidade de realização da reforma tributária. Dificuldades enfrentadas pelas gestões municipais com relação ao saneamento básico e à mobilidade urbana. Solicitação de apoio à criação da Frente Parlamentar em Defesa das Cidades Sustentáveis.

O SR. JOÃO PAULO LIMA (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Prezado Presidente Inocêncio Oliveira, sucedido de imediato pelo companheiro Deputado Amauri Teixeira, demais companheiras e companheiros Deputados, é com muita alegria que volto a esta tribuna.

Primeiro, Deputado Amauri, quero prestar minha solidariedade ao Ministro Gilberto Carvalho, que conheço desde o tempo de militância na Igreja Católica, na Igreja dos Oprimidos, nas CEBEs, nas Pastorais de Dom Hélder Câmara. Em 1978, tive a honra de estudar no CEDAL, na Europa, em curso coordenado por Paulo Freire. Gilberto Carvalho estudara lá no ano anterior.

Quem teve essa convivência conhece nossa concepção do cristianismo, a clareza de nossa relação com as diversas religiões do Brasil e o respeito que temos, acima de tudo.

Segundo, eu não poderia deixar de prestar minha solidariedade ao Governador Jaques Wagner, por entender que um governo tem a grande tarefa de gerir um orçamento, governando para o povo, atendendo saúde e educação, mas também, de forma equilibrada, servidores.

Um governo tem que governar para todos, mas também não pode tirar seu último centavo para pagar servidores. O Governo Jaques Wagner, sem sombra de dúvida, avançou muito nas conquistas sociais. Mas temos que compreender também que o Brasil ainda é um País pobre, um País subdesenvolvido, que não tem arrecadação suficiente para que Municípios, Estados e a própria União possam garantir uma vida digna ao conjunto de toda a população brasileira, apesar dos grandes e extraordinários avanços patrocinados pelo Governo do Presidente Lula e, agora, pelo Governo da Presidenta Dilma.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado João Paulo?

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Pois não, Deputado.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado João Paulo, faço uma breve intervenção para igualmente manifestar minha solidariedade ao Ministro Gilberto Carvalho, da mesma forma como, há poucos instantes, fez o Deputado Inocêncio Oliveira, que dirigia os nossos trabalhos. Ao secundar o Presidente, V.Exa. adita novos argumentos que objetivam realçar a personalidade do Ministro Gilberto Carvalho. Portanto, minha manifestação é também de apoio à postura íntegra do Ministro Gilberto Carvalho, que, desde a administração do Presidente Lula no Palácio do Planalto, tem revelado suas excepcionais qualidades de homem público. É a manifestação que faço em meu nome e em nome da bancada do PMDB, que represento neste momento.

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento, nobre Deputado.

Concedo um aparte ao Deputado Zé Geraldo.

O Sr. Zé Geraldo - Deputado João Paulo Lima, obrigado pelo aparte. Farei um breve comentário sobre o ponto de seu pronunciamento em que V.Exa. parou para conceder apartes: a greve dos policiais na Bahia. Ficou muito claro que essa é uma greve política, pois ela deveria começar pelos Estados que pagam menos, e a Bahia já está entre os Estados que pagam mais. Por que a greve não começou em São Paulo, que paga menos que a Bahia? E essa é uma coisa que não entendo, Deputado. São Paulo tem a maior arrecadação de ISS e ICMS do Brasil e paga menos aos policiais do que Sergipe, um Estado do Nordeste considerado pequeno e pobre. São Paulo é poderoso para muita coisa, mas, quando se trata do salário dos policiais, paga menos do que Sergipe e Bahia. O tiro saiu pela culatra, como diz o ditado popular, e o Governo da Bahia soube conduzir esse processo. Aproveito para parabenizar o Governo Federal pela contribuição que prestou à Bahia com o envio das forças federais.

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Deputado, incorporo seu aparte ao meu pronunciamento e aproveito para fazer um registro.

Eu militei em movimento sindical e em movimento clandestino de fábrica, fui cipeiro e delegado sindical, fui o primeiro Presidente da CUT em Pernambuco, exerci dois mandatos de Presidente da CUT e fui membro da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores. A meu ver, toda greve é política. Não há greve que não seja política. E digo isso porque participei de mais de mil greves no Brasil inteiro - fiz piquete em São Bernardo, na Brosol, junto com os companheiros do ABC Paulista, fiz campanha de solidariedade aos companheiros do ABC.

Mas, neste momento, eu quero dizer que cabe a nós termos a compreensão de que aqueles companheiros não são inimigos da classe. Na condição de Presidente da CUT em Pernambuco, acompanhei inúmeras greves, entre elas a da Polícia Militar do Estado, e posso dizer que, nos movimentos de massa, quando os companheiros se juntam, muitas vezes acham que são capazes de tudo, porque essa é a força da organização. Então, em um movimento normal como esse, de luta, de reivindicação, que é justo, é comum que existam companheiros que extrapolam os limites de uma ação sindical.

Mas eu também acho que talvez seja prudente não caracterizar o movimento como eminentemente uma greve no sentido clássico da luta de classes, em que a greve visa derrotar o Governo. A greve é um movimento justo dos trabalhadores, e acho até que a anistia é uma coisa a ser analisada em relação ao movimento.

Concedo um aparte ao companheiro Vicentinho, que também tem uma história no movimento sindical e que é metalúrgico como eu.

O Sr. Vicentinho - Caro companheiro João Paulo, parabéns por sua intervenção - o que V.Exa. acaba de falar sobre as lutas passadas é verdadeiro. Obrigado por sua presença entre nós, companheiro de bancada, companheiro de partido; obrigado por sua existência, porque, além de ser um grande dirigente sindical, foi um extraordinário Prefeito de Recife e é um grande Deputado Federal. Lembremo-nos de que nós atuamos juntos não só nas fábricas do ABC, mas também nas fábricas de Jaboatão, há alguns anos, na maravilhosa luta em defesa da dignidade humana. Eu só quero concordar com V.Exa. e aproveitar a oportunidade para mandar parabéns ao Governador Jaques Wagner, por ter mantido o equilíbrio na busca de soluções. Claro que S.Exa. atendeu reivindicações, claro que precisa de prazo, claro que não pode perder a autoridade. E evidentemente o caso não está resolvido, porque a questão da segurança pública não está resolvida no País, e se pressupõe um diálogo sobre segurança pública que inclua a melhoria de vida de seus profissionais. Por isso, fiquei muito preocupado quando eu vi a televisão mostrando as gravações do tal telefonema. Há duas coisas que têm de ser separadas. Uma coisa é quando alguém diz: *"Não, não aceite agora. Vamos parar num outro lugar."* Isso demonstra que se trata de um movimento nacional. Não há motivo para condenar por esse tipo de coisa, porque nós fizemos isso muitas vezes, fizemos greves nacionais, fizemos movimentos nacionais. Outra coisa é quando alguém diz: *"Vou queimar", "vou acabar na Rio-Bahia" ou "vou destruir"*. Isso tem que ser condenado veementemente, porque nós condenamos isso junto a nossos liderados a vida inteira. Isso depõe contra o movimento e cria dificuldades inclusive para a votação da PEC 300, que já é um problema entre nós para ser aprovada, porque há grandes divergências - não é uma coisa fácil. Governadores não têm coragem de dizer, mas não querem aprovar, aí incluído o Governador do Estado de São Paulo, que paga a metade do que paga o Estado de Sergipe, por exemplo, e agora usou a polícia para bater na Polícia Civil, quando ela fez greve, e usou a polícia de maneira truculenta no caso de

Pinheirinho, como eu disse aqui dia desses. Então, eu quero corroborar suas palavras, companheiro João Paulo, e dizer: vamos discutir uma política de segurança pública de maneira eficaz, ampla, e condenar tudo aquilo que é exagero. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Nobre Deputado Vicentinho, incorporo seu aparte a meu pronunciamento.

Eu falei sobre o processo educativo de uma greve. O grande revolucionário Lenin já dizia que os males de uma greve podem ser comparados aos males de uma guerra. E nós sabemos que o resultado de uma guerra pode trazer sequelas significativas, mesmo para o lado vitorioso.

O que estou dizendo é que, como houve a negociação - eu estou abstraindo daí os extrapolações e os exageros que, às vezes, são comuns na luta dos trabalhadores -, nós poderíamos olhar do ponto de vista dos trabalhadores e entender que também ali não estão companheiros inimigos de classe.

Há medidas que não podem ser tomadas, mas temos que aproveitar este episódio como instrumento de educação política para os trabalhadores.

Concedo aparte ao nosso companheiro Deputado Assis Carvalho.

O Sr. Assis Carvalho - Deputado João Paulo Lima, primeiro quero me somar a V.Exa. em sua fala, quando se solidariza com nosso querido Gilberto Carvalho. Todos o conhecemos, sabemos da sua seriedade e sensibilidade e lamentamos a reprodução dada à sua frase, mas que já foi muito bem explicada aqui. De um lado, eu gostaria também de me somar ao que ora está acontecendo na segurança. Eu já fui dirigente sindical, da CUT, da direção nacional da organização sindical dos bancários e compreendo que, numa luta de classes, às vezes, os ânimos ficam acirrados e há toda aquela situação. Mas tudo tem limite. Como sindicalista, eu nunca defendi a depredação seja do patrimônio público, seja do patrimônio privado. Eu acho que todos nós temos de condenar isso. De outro lado, há um debate que precisa ser aprofundado: tomar a inteligência pública, a inteligência que é do povo, os meios desenvolvidos para proteger a sociedade de assassinos e de pessoas que lhe causam prejuízos e utilizar contra o Estado, contra o Governo, transformando isso numa guerra meramente política é muito sério. Portanto, compreendemos que, numa situação como essa, os exageros que aconteceram precisam de uma posição clara. E nesta Casa devemos melhorar inclusive a legislação, porque a sociedade não pode ficar presa num conflito como este, com pessoas de arma na mão contra a própria sociedade. Quero externar, portanto, minha solidariedade ao grande Governador Jaques Wagner, pois sabemos da sua seriedade, das suas tratativas. Quando essas lutas se transformam num olhar meramente político, lamentavelmente elas perdem seu foco. A sociedade é inteligente e sabe diferenciar o joio do trigo.

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Nobre Deputado Assis Carvalho, eu só quero deixar claro que precisamos ter a compreensão do nível de consciência dos trabalhadores.

Veja bem, V.Exa. falou de um método utilizado no início da industrialização, quando a classe operária, os trabalhadores não tinham limite de hora e ainda havia exploração do trabalho infantil e da mulher. Somos contra qualquer tipo de depredação do patrimônio público. Não é disso que eu estou falando.

Estou falando é no processo educativo, para aqueles trabalhadores que não tiveram formação sindical, política, princípio de formação sindical, como trabalhadores. Eu digo isso por princípio. Fui formado nas lutas operárias, na condição de trabalhador, nas fábricas, nos piquetes; vivi concretamente esse processo de luta, de greve, de enfrentamentos.

Então, eu mantenho a matriz de que podemos reverter muitos atos que condenamos num instrumento de elevação e de formação política, até porque eles também fizeram grandes gestos. Se eles quisessem, poderiam tumultuar

todo o processo. Eu acho que a essência foi consagrada pelo processo de negociação e desocupação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Eu concedo um aparte.

Sr. Presidente, eu não comecei ainda a ler o discurso.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Quem decide sobre os apartes é V.Exa.

O Sr. Márcio Macêdo - Deputado João Paulo Lima, sou do PT do Sergipe. Cumprimento V.Exa. Sei que é um dos grandes expoentes da nossa bancada e que tem origem nas lutas populares e sindicais. Parabenizo V.Exa. pela sua explanação, pelo seu depoimento. Quem fala aqui é um Deputado que teve o apoio do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Sergipe. Fui uma das pessoas que, uma vez no Governo do Estado, quando Secretário, ajudei no processo de negociação para que a Polícia Civil e a Polícia Militar de Sergipe fossem, hoje, a segunda mais bem paga do Brasil, só perdendo para a do Distrito Federal. Meus companheiros lá sabem que tenho uma posição muito clara e transparente. O que temos que fazer nesta Casa, Deputado João Paulo Lima, é debater um projeto de segurança pública. Nós temos que enfrentar o debate da unificação das polícias, da valorização dos trabalhadores, da aquisição de equipamentos e de uma estrutura que não exponha os trabalhadores da segurança pública às intempéries da relação com os bandidos. Nós precisamos de um projeto que garanta a segurança da sociedade. A Câmara dos Deputados precisa fazer isso. Agora, o que quero fazer, de maneira muito transparente e respeitosa, é me solidarizar com o povo da Bahia, que ficou exposto a uma insegurança muito grande, com o Governador Jaques Wagner, que, de forma muito equilibrada, conduziu esse processo, e com o conjunto dos policiais militares que estavam na greve, ou estão, por salário. Mas temos que repudiar a relação de banditismo de alguns. Eles não podem ser aceitos numa democracia com armas em punho, promovendo vandalismo e negligenciando o crime. Isso não dá para aceitar num Estado Democrático de Direito. Então, quero corroborar seu pronunciamento, no sentido da necessidade de se fazer o debate sobre segurança pública e fortalecimento daqueles que são servidores da sociedade na segurança pública e sobre aqueles que utilizaram a greve para promoção política, desgaste político do outro projeto e para fazer banditismo através de um tema crucial para o Estado, a segurança pública.

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Nobre Deputado, eu incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento, reafirmando que os excessos, a meu ver, têm que ser condenados. Mas estou falando aqui do processo educativo que nós podemos fazer.

Sabemos que não é só salário que motiva o trabalhador a cumprir suas responsabilidades. O trabalhador, principalmente numa área estratégica como segurança pública, deve ter a visão cidadã, a visão da importância do serviço de que está participando, dos recursos públicos que está recebendo. Essa consciência é fundamental para a execução do seu trabalho, para que seja um trabalho de qualidade para o conjunto da sociedade brasileira.

Ainda escuto o Deputado Fernando Ferro, Sr. Presidente. Mas quero dizer que nem comecei ainda a ler meu discurso. *(Risos.)*

O Sr. Fernando Ferro - Deputado, V.Exa. sugere uma discussão que não é simples, mas que é real. Nós já participamos de mobilizações e enfrentamos situações - a minha categoria -, à época, que nos levaram a sermos presos, perseguidos e ameaçados pela Lei de Segurança Nacional e outras coisas. Isso num ambiente em que não havia democracia. Então, tinha outra característica. Hoje é muito mais fácil fazer greve do que naquele tempo, quando nós fazíamos. Lembro-me de uma greve geral em que fomos todos presos - quem não foi preso teve que fugir, por causa de uma greve. Mas isso, hoje, no regime democrático, é um processo de aprendizado de fato. Portanto, as pessoas entram numa greve

e, é claro, a pedagogia da greve ensina. Esses companheiros vão aprender, primeiro, que há limite; depois, que não vão derrubar governo, que não vão fazer guerra ou sublevação. Eu lembro que gritávamos: "*Greve geral! Derruba general!*". Alguns companheiros gritavam e achavam que derrubavam. Precisa ser uma senhora greve geral para fazer isso! Eu acho importante que se aprenda com isso. Os excessos praticados devem ser medidos, e as pessoas, punidas, dentro das regras, mas é preciso compreender que isso faz parte de um acúmulo e de um aprendizado político que a sociedade faz com esses eventos.

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Incorporo o aparte do Deputado Fernando Ferro ao meu pronunciamento e quero dizer a S.Exa. que é fundamental a formação sindical, a preparação dos trabalhadores, a noção de responsabilidade social para essa categoria tão importante para a segurança e o bem-estar das famílias. Dito isso, Sr. Presidente, sei que V.Exa. está pensativo, teve papel importante no apoio à greve, no sentido de encontrar...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje me dirijo a V.Exas. e aos demais presentes nesta Casa para evidenciar os efeitos da crise econômica mundial na economia brasileira e de que forma isso poderá impactar os Municípios.

Por maiores que tenham sido os avanços nas políticas públicas federais nos últimos 9 anos, as cidades ainda sofrem pela falta de recursos para resolver as demandas mais urgentes e essenciais da população.

Digo isso, Sr. Presidente, porque, na condição de Prefeito de Recife, quando assumi a gestão da Prefeitura, em 2000, não faz tanto tempo assim, só 60% da cidade tinham coleta de lixo. Então, as cidades, essencialmente, por mais avanço e crescimento na economia que tenhamos, ainda não têm condições de assumir e dar dignidade aos seus cidadãos, como qualquer ser necessita.

O crescimento do PIB previsto para este ano é de 3%, com inflação prevista de 5,3%, acima da meta do Governo, que é de 4,5%. Os sinais de desaquecimento da nossa economia já recaem sobre o setor da indústria, um dos mais atingidos.

Nós temos que entender o seguinte: há crescimento do consumo brasileiro. Pergunta-se: como a indústria caiu? Pela exportação, que é motivo de preocupação nossa, para que a indústria brasileira possa produzir para crescer o mercado e gerar mais emprego dentro do nosso Brasil.

A política macroeconômica mantida pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff é correta para o enfrentamento da crise atual. Sua primeira linha de ação é uma política monetária expansionista, por meio da redução da taxa básica da economia brasileira, a SELIC, que foi reduzida diversas vezes e, atualmente, encontra-se em 10,5%. A segunda linha diz respeito a reduções no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), muito utilizadas na crise de 2008, quando diversos segmentos tiveram esse benefício, como os setores automobilístico e da construção civil. A terceira linha de ação é a manutenção dos investimentos públicos, com destaque para as obras do PAC.

Hoje ainda há uma forte relação de dependência das prefeituras aos programas de investimentos e sociais do Governo Federal. Na medida em que esse cenário de crise avança, muitas prefeituras podem até fechar as suas portas.

Um dos principais problemas tem a ver com as desonerações tributárias do IPI, que são sentidas nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2009, o FPM foi atingido pelas reduções do IPI e do Imposto de Renda, provocando dificuldades na gestão financeira das prefeituras.

Prezados colegas, após a Constituição Federal de 1988, as cidades brasileiras assumiram atribuições complexas e numerosas, sem o devido suporte.

Como ex-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos por dois mandatos, além da experiência como Prefeito do Recife por 8 anos, pude conhecer de perto a situação dos Municípios brasileiros, seus problemas, desafios e potencialidades. Nós sabemos que essas atribuições não foram acompanhadas dos devidos

recursos, para que os Prefeitos pudessem enfrentá-las. Por isso, a nossa defesa da reforma tributária, para haver uma distribuição mais equânime dos recursos brasileiros, para que os Municípios - onde estão as maiores necessidades - possam proporcionar mais melhoria na qualidade de vida das pessoas. Embora tenham passado a depender menos dos Estados e da União, os Municípios brasileiros ainda têm um longo caminho a percorrer para conquistar, de fato, essa propaganda autonomia. Mas quero aqui fazer um parêntese para registrar os avanços obtidos pelos Municípios no Governo do ex-Presidente Lula e agora com a Presidente Dilma.

Apesar das dificuldades, desde 2003 as cidades brasileiras passaram a contar, inegavelmente, com mais apoio federal e canais de diálogo para solucionar os seus problemas. Na presidência da Frente, fui protagonista dessa evolução, que passou pelo respeito às diversas mobilizações, como a Marcha dos Prefeitos a Brasília, à criação do Pacto Federativo, do Ministério das Cidades, do Comitê de Articulação Federativa e do Programa Bolsa Família, que trouxe desenvolvimento econômico e social às pequenas cidades.

As políticas de educação, habitação, como o Minha Casa, Minha Vida, e os investimentos do PAC deram um novo impulso às gestões municipais, elevando a qualidade de vida nas cidades, principalmente para as camadas mais necessitadas da população. Muito já se fez nesses 9 anos, mas nossa dívida social é histórica e enorme.

Hoje os mais de 5.700 Municípios brasileiros enfrentam situações preocupantes, trazidas principalmente pela alta concentração populacional nas áreas urbanas. Segundo o último censo do IBGE, ela já chega a 84,36%. Grandes cidades brasileiras sofrem com o crescimento descontrolado das regiões metropolitanas e as consequências sociais que são geradas.

E esses problemas já ocorrem em cidades de médio e pequeno porte. Um exemplo é o pequeno Município de Queimada Nova, no Piauí, com 8,5 mil habitantes, onde não há abastecimento de água. A cidade é totalmente abastecida por carros-pipa, somente para quem tem condições, na sua maioria das vezes, de pagar.

As cidades brasileiras têm o encargo de responder às demandas mais imediatas da população, mas possuem poucos recursos e baixa capacidade de gestão. Hoje, duas áreas que trazem grandes problemas às gestões municipais, afetando diretamente a qualidade de vida da população, são saneamento e mobilidade urbana.

Sr. Presidente, se no primeiro ano de mandato eu dei uma grande prioridade à questão da mobilidade, neste segundo ano eu quero também incorporar a luta pelo saneamento básico, que é fundamental para a saúde e para a melhor qualidade de vida das famílias.

A última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada em 2008 pelo IBGE, demonstra avanços na área nos últimos anos, embora ainda fiquem num plano reduzido, considerando-se as gigantescas demandas. Uma comparação com o resultado obtido na mesma pesquisa em 2000 constata uma melhora nos serviços de saneamento básico em todo o País, principalmente pelo fato de quase 100% dos Municípios brasileiros possuírem hoje manejo de resíduos sólidos. Com relação à drenagem urbana, houve um acréscimo na prestação dos serviços por 929 Municípios. E tudo isso fruto da gestão do Governo do Presidente Lula e agora da Presidenta Dilma.

Mas, nesse mesmo período, segundo a pesquisa, houve um aumento de apenas 6,7% nos Municípios com rede coletora de esgoto, o que deixa 2.495 cidades sem esgotamento sanitário - isso é de uma gravidade muito grande -, ou seja, quase metade dos Municípios brasileiros. As diferenças regionais na questão do

saneamento são absurdas. Enquanto São Paulo conta com 99,8% de rede de esgoto, o Maranhão tem apenas 6,5% e o Piauí, 4,5%. Se o Deputado Domingos Dutra estivesse aqui, já sei a quem ele iria responsabilizar.

A pesquisa também mostra que apenas 28,5% dos Municípios brasileiros possuem esgotamento por rede geral, fazem tratamento de esgoto. Entre as regiões, o Sudeste lidera esse serviço, enquanto o Nordeste e o Norte ocupam os últimos lugares.

Na questão da mobilidade urbana, os desafios que as cidades brasileiras terão pela frente são enormes, mesmo com o grande esforço do Governo nesta área, com as obras do PAC da Copa e a aprovação da Lei nº 12.587, que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, após 17 anos de tramitação nesta Casa.

Quero registrar, ganhando aqui tempo, Sr. Presidente, que na Comissão de Desenvolvimento Urbano, da qual sou suplente, tive um papel fundamental em levar o tema, junto com a nossa companheira Rosane.

Presidente, só queria pedir à Presidência que tenha a mesma tolerância que eu tive, esperando para iniciar o meu discurso. Foram quase 30 minutos esperando os companheiros se pronunciarem.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Nós estamos dando aqui alguma tolerância, mas temos que avançar também.

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Não, estou dizendo que tive também uma tolerância grande. Eu podia ter levantado uma questão de ordem, ter pedido para que começasse no tempo.

Então, acho que isso faz parte do processo e estou tentando acelerar. Peço a compreensão de V.Exa. porque nós tivemos um fato nacional e eu gastei quase 20 minutos do meu tempo discutindo a questão e a solidariedade ao Governo e ao povo da Bahia, etc. Mas vou tentar aqui, Sr. Presidente, acelerar essa questão.

Gostaria de fazer o registro também do papel que o Senado teve ao aprovar em 3 dias. A nossa companheira Senadora, até do PSDB, teve um gesto significativo. Nós estivemos lá, ela mobilizou o Senado, que aprovou em 3 dias, e a Presidenta Dilma sancionou o verdadeiro marco na mobilidade brasileira.

Eu vou passar para as considerações finais, dizendo que vou deixar 3 folhas sem ler. Pela minha formação revolucionária, eu sou disciplinado e tolerante. Esperava que a recíproca fosse verdadeira. Mas como não foi, eu concluo aqui dizendo que é necessário buscar soluções para esses problemas que inviabilizam a qualidade de vida nas cidades e pensar num melhor gerenciamento.

Acredito ser imprescindível que o Poder Legislativo participe, criando um espaço de comunicação com a sociedade para pensar de forma ampla os problemas que afligem a população das cidades brasileiras.

Neste sentido, peço aos nobres colegas apoio dos para a criação, nobre Deputada Rose, de uma frente parlamentar -, eu já colhi as assinaturas -, em defesa das cidades sustentáveis.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado, boa tarde e um bom final de semana para todos.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Deputado João Paulo, eu lhe peço perdão, mas V.Exa. falou 33 minutos, na verdade. Nós tivemos a tolerância necessária, a compreensão necessária, mas temos vários Líderes que pediram a palavra, e nós temos que garantir a palavra a todos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje me dirijo a V.Exas. e aos demais

presentes nesta Casa para evidenciar os efeitos da crise econômica mundial na economia brasileira e de que forma isto poderá impactar os Municípios. Por maiores que tenham sido os avanços nas políticas públicas federais nos últimos 9 anos, as cidades ainda sofrem pela falta de recursos para resolver as demandas mais urgentes e essenciais da população.

O crescimento do PIB previsto para este ano é de 3%, com uma inflação de 5,3%, acima da meta do Governo, que é de 4,5%. Os sinais de desaquecimento da nossa economia já recaem sobre o setor da indústria, um dos mais atingidos. A política macroeconômica mantida pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff é correta para o enfrentamento da crise atual. Sua primeira linha de ação é uma política monetária expansionista, por meio da redução da taxa básica da economia brasileira, a SELIC, que foi reduzida diversas vezes e, atualmente, encontra-se em 10,5%. A segunda linha diz respeito a reduções no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), muito utilizadas na crise de 2008, quando diversos segmentos tiveram esse benefício, como os setores automobilístico e da construção civil. A terceira linha de ação é a manutenção dos investimentos públicos, com destaque para o PAC.

Hoje ainda há uma forte relação de dependência das prefeituras aos programas de investimentos e sociais do Governo Federal. Na medida em que esse cenário de crise avança, muitas prefeituras podem fechar as suas portas.

Um dos principais problemas tem a ver com as desonerações tributárias do IPI, que são sentidas nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2009, o FPM foi atingido pelas reduções do IPI e do Imposto de Renda, provocando dificuldades na gestão financeira das prefeituras.

Prezados colegas, após a Constituição Federal de 1988, as cidades brasileiras assumiram atribuições complexas e numerosas, sem o devido suporte. Como ex-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos por dois mandatos, além da experiência como Prefeito do Recife por 8 anos, pude conhecer de perto a situação dos Municípios brasileiros, seus problemas, desafios e as suas potencialidades.

Embora tenham passado a depender menos dos Estados e da União, os Municípios brasileiros ainda têm um longo caminho a percorrer para conquistar, de fato, essa propagada autonomia. Mas quero aqui fazer um parêntese para registrar os avanços obtidos pelos Municípios no Governo do ex-Presidente Lula e agora com a Presidente Dilma.

Apesar das dificuldades, desde 2003 as cidades brasileiras passaram a contar inegavelmente com mais apoio federal e canais de diálogo para solucionar os seus problemas. Na presidência da Frente, fui protagonista dessa evolução, que passou pelo respeito à Marcha dos Prefeitos a Brasília, à criação do Pacto Federativo, do Ministério das Cidades e do Bolsa Família, que trouxe desenvolvimento econômico e social às pequenas cidades.

As políticas de educação, habitação, com o Minha Casa, Minha Vida, e os investimentos do PAC deram um novo impulso às gestões municipais, elevando a qualidade de vida nas cidades, principalmente para as camadas mais necessitadas da população. Muito já se fez nesses 9 anos, mas nossa dívida social é histórica e enorme.

Hoje os mais de 5.700 Municípios brasileiros enfrentam situações preocupantes, trazidas principalmente pela alta concentração populacional nas áreas urbanas. Segundo o último censo do IBGE, ela já chega a 84,36%. Grandes cidades brasileiras sofrem com o crescimento descontrolado das regiões metropolitanas e as consequências sociais que são geradas.

E esses problemas já ocorrem em cidades de médio e pequeno porte. Um exemplo é o pequeno município de Queimada Nova, no Piauí, com 8,5 mil habitantes, onde não há abastecimento de água. A cidade é totalmente

abastecida por carros-pipa. Somente para quem tem condições de pagar, claro. As cidades brasileiras têm o encargo de responder às demandas mais imediatas da população, mas possuem poucos recursos e baixa capacidade de gestão. Duas áreas hoje que trazem grandes problemas às gestões municipais, afetando diretamente a qualidade de vida da população, são saneamento e mobilidade urbana.

A última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada em 2008 pelo IBGE, demonstra avanços na área nos últimos anos, embora ainda fiquem num plano reduzido, considerando-se as gigantescas demandas. Uma comparação com o resultado obtido na mesma pesquisa em 2000 constata uma melhora nos serviços de saneamento básico em todo o País, principalmente pelo fato de quase 100% dos Municípios brasileiros possuírem manejo de resíduos sólidos. Com relação à drenagem urbana, houve um acréscimo na prestação dos serviços por 929 Municípios.

Mas, nesse mesmo período, segundo a pesquisa, houve um aumento de apenas 6,7% nos Municípios com rede coletora de esgoto, o que deixa 2.495 cidades sem esgotamento sanitário, ou seja, quase a metade dos Municípios brasileiros. As diferenças regionais na questão do saneamento são absurdas. Enquanto São Paulo conta com 99,8% de rede de esgoto, o Maranhão tem apenas 6,5% e o Piauí 4,5%.

A pesquisa também mostra que apenas 28,5% dos Municípios brasileiros possuem esgotamento por rede geral, fazem tratamento de esgoto. Entre as regiões, o Sudeste lidera esse serviço, enquanto o Nordeste e o Norte ocupam os últimos lugares.

Na questão da mobilidade urbana, os desafios que as cidades brasileiras terão pela frente são enormes, mesmo com o grande esforço do Governo nesta área, com as obras do PAC da Copa e a aprovação da Lei nº 12.587, a lei que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, após 17 anos de tramitação no Congresso Nacional.

Essa Lei, por sinal, se reveste de grande importância para o meu mandato. Como suplente da Comissão de Desenvolvimento Urbano desta Casa, fui designado pelo presidente da Comissão, Deputado Manoel Júnior, para articular a aprovação do Projeto de Lei nº 166/2010 no Senado, junto à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A lei que cria a Política Nacional de Mobilidade Urbana, de autoria do ex-Deputado Alberto Goldman, foi aprovada num ambiente de discussão e participação da sociedade. Para isto, coordenei a realização do Seminário de Mobilidade Urbana desta Casa, em dezembro, quando discutimos intensamente os principais avanços da lei, que entrará em vigor no início de abril.

Um dos instrumentos mais avançados em termos de política urbana, o Estatuto das Cidades não dispôs sobre a mobilidade urbana, apenas sobre a obrigatoriedade da existência de plano de transporte urbano integrado para os Municípios com mais de 500 mil habitantes.

A aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, portanto, torna-se um importante marco na gestão das políticas públicas nas cidades. Segundo recente relatório do IPEA, o atual modelo de mobilidade urbana adotado nos Municípios brasileiros, sobretudo nas grandes cidades, caminha para a insustentabilidade, principalmente devido à baixa prioridade dada e à inadequação do transporte coletivo, aos problemas causados pelo uso intensivo dos automóveis, à carência de investimentos públicos e fontes de financiamento do setor, à fragilidade da gestão pública nos municípios e à necessidade de políticas públicas articuladas nacionalmente.

A lei sancionada visa a contribuir no enfrentamento desse quadro, a fim de instituir diretrizes e dotar os Municípios de instrumentos para melhorar as

condições de mobilidade das pessoas na cidade.

Sras. e Srs. Deputados, saindo da teoria para a prática, ressalto neste momento o importante papel que deverão ter as gestões municipais para detalhar e adequar os instrumentos da Política Nacional de Mobilidade Urbana à realidade de suas cidades e de seus Planos Diretores, bem como o maior desafio de colocar esses instrumentos na prática.

Diante de tantos problemas, fica claro que os Municípios dificilmente darão conta dos desafios que lhes são impostos no dia a dia. A parceria da União e dos Estados ainda não é suficiente para atender direta ou indiretamente às necessidades sociais.

Neste cenário, dirijo-me a V.Exas. para falar da criação da Frente Parlamentar em Defesa das Cidades Sustentáveis. E conclamo os nobres colegas a apoiar essa representação, que estabeleceu como objetivo a atuação em favor do fortalecimento de ações que contribuam com propostas para elevar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Sabemos que nos últimos 20 anos as cidades brasileiras, principalmente as grandes metrópoles, apresentaram um ritmo de crescimento elevado, afetando seriamente a qualidade de vida no espaço urbano. Esse crescimento sem atributos de urbanidade exacerba as diferenças socioambientais, onde uma pequena parte da população vive bem e a maioria excluída sobrevive, buscando como pode os serviços que não lhe são ofertados. Essa parte da população vive numa espécie de ilegalidade urbana.

Hoje as cidades não conseguem resolver satisfatoriamente questões elementares de direitos do cidadão, como saúde e educação. E para agravar a situação ainda enfrentam o esgotamento do atual modelo de segurança pública, que reproduz e perpetua a própria violência. Portanto, é urgente e necessário pensar e construir alternativas a esse modelo vigente, buscando propostas que alcancem os elementos geradores de violência e não somente correr atrás do prejuízo.

É necessário buscar soluções para esses problemas que inviabilizam a qualidade de vida nas cidades e pensar num melhor gerenciamento. Acredito ser imprescindível que o Poder Legislativo participe, criando um espaço de comunicação com a sociedade para pensar de forma ampla os problemas que afligem a população das cidades brasileiras. Neste sentido, peço o apoio dos nobres colegas para a criação desta Frente Parlamentar em Defesa das Cidades Sustentáveis.

Muito obrigado.

Documento 458/472

007.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	09/02/2012-17:42
Publ.: DCD - 10/02/2012 - 2036	RENAN FILHO-PMDB -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Eleição da Deputada Jô Moraes para a Presidência da CPMI destinada à investigação de denúncias de atos de violência contra a mulher. Congratulações à Justiça alagoana pela condenação imposta aos responsáveis pelo assassinato da Deputada Ceci Cunha. Apoio do PMDB à proposta de instituição do regime de previdência complementar dos servidores públicos federais e à privatização de aeroportos. Avanços do projeto sobre a

Lei Geral da Copa.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Amauri Teixeira, demais colegas presentes, volto hoje à tribuna, reiniciando o nosso trabalho na Câmara dos Deputados.

Eu iria proferir um discurso sobre a Lei Geral da Copa, Presidente Amauri, mas o tempo não o permitirá. Portanto, solicito a V.Exa. que dê como lido o meu pronunciamento e solicite a sua divulgação nos meios de comunicação da Casa, tanto no *Jornal da Câmara* quanto no programa *A Voz do Brasil*, por tratar de um tema muito importante que tem sido debatido em todos os lugares do nosso País.

Dito isso, eu queria parabenizar a Deputada Jô Moraes por ter sido conduzida para presidir a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigará, em todo o Brasil, atos de violência contra a mulher.

Digo isso porque em Alagoas, Sr. Presidente, nós tivemos há mais de 10 anos o assassinato de uma Deputada, o assassinato da Deputada Ceci Cunha, que demorou muito para ser julgado - mas, no último dia 16 de janeiro, os mandantes do crime, os assassinos da chacina ocorrida em Alagoas foram condenados, em média, a mais de 100 anos de prisão.

Eu parabenizo a Justiça alagoana pela pena dura. Acho que isso deveria ter sido feito com maior celeridade. É importante que possamos punir esse tipo de crime para que ele não venha a se perpetuar. Nós, em Alagoas, há tanto tempo sofremos com esse tipo de desmando!

Portanto, eu queria parabenizar a Deputada Jô Moraes, desejando-lhe sorte para que possa cumprir um bom papel, porque o Brasil precisa virar a página da violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha foi um grande avanço, mas nós precisamos não somente de leis, mas também de fazer com que as nossas leis, Presidente Amauri, sejam cumpridas.

Eu queria utilizar esse exíguo tempo que me resta para tratar de dois assuntos, rapidamente. Um deles é a criação do FUNPRESP, que estamos prestes a votar nesta Casa. O outro é sobre a concessão dos aeroportos, feita pelo Governo Dilma Rousseff, nos últimos dias.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que essas duas medidas modernizam o Brasil, colocam o Brasil no cenário dos países mais desenvolvidos do mundo.

A nossa Previdência prejudica o País, faz com que tenhamos de pagar taxas de juros maiores porque os credores não acreditam que o Brasil terá condição de pagar. O déficit da Previdência vem dificultando demais a solidez das nossas contas públicas. Enquanto o setor privado gera 30 bilhões de déficit para a Previdência, com mais de 28 milhões de beneficiários, o setor público gera 60 bilhões de déficit, com cerca de 960 mil beneficiários.

Isso precisa ser corrigido, Sr. Presidente. Está sendo enfrentado pelo Governo do qual V.Exa. faz parte, pelo Governo da Presidente Dilma, que tem tomado as medidas necessárias no sentido de modernizar o País.

Conceder aeroportos não é privatizar o patrimônio público, mas sim trazer para junto da gestão pública aqueles que têm condição de melhor administrar aquilo que o poder público não pode administrar com eficiência.

Portanto, eu quero parabenizar o Governo da Presidente Dilma e dizer que o PMDB, o meu partido, estará ao lado dele nesses momentos em que o Brasil precisa de tomar decisões para se modernizar e enfrentar as dificuldades econômicas que o mundo vive. Nós estaremos ao lado do Governo quanto a medidas que possam tornar o Brasil um país cada vez mais forte, mais sólido, mais próspero, que distribuam riqueza e tirem pessoas da miséria.

Pela primeira vez, o Governo dá oportunidade ao povo nordestino de crescer

mais do que o restante do País. É isso o que acontece em Pernambuco, o que acontece no Ceará, o que acontece na Bahia de V.Exa., e o que acontece na minha querida Alagoas.

Portanto, toda vez em que questões nacionais forem apresentadas, nós teremos de colocar o País acima dos interesses de qualquer categoria.

Muito obrigado. Um abraço a todos!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta primeira semana de reabertura dos trabalhos da Câmara, uma das prioridades é, sem dúvida, a votação da Lei Geral da Copa, cuja Comissão tenho a honra de presidir. Juntamente a outras demandas importantes, como a distribuição dos *royalties* do petróleo, o sistema previdenciário dos servidores públicos federais, o FUNPRESP, e a reforma do código penal, o texto da Lei Geral da Copa deve ser analisado e votado com celeridade.

Estamos trabalhando, desde outubro do ano passado, para estabelecer regras para a realização dos jogos de 2014 e da Copa das Confederações em 2013. Sabemos da necessidade de observar os 11 Compromissos assinados pelo Presidente Lula com a FIFA. Não podemos, entretanto, passar por cima da nossa legislação. É por isso que cada um dos pontos sensíveis teve de ser amplamente discutido com os diversos setores da sociedade relacionados com a Copa 2014.

Durante as reuniões da Comissão Especial obtivemos vitórias para o povo brasileiro, amante do futebol. Um exemplo é a criação do grupo especial de ingressos a preços populares, que custarão 25 dólares, o que equivale a cerca de 50 reais. Esse grupo beneficiará estudantes, indígenas e participantes do Bolsa-Família. Serão comercializados pelo menos 300 mil ingressos exclusivos para brasileiros que se enquadrem nessas condições.

Em relação ao consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, decidimos que o texto não vai propor a liberação de forma definitiva. Dessa maneira, será permitida a venda de bebidas alcoólicas apenas durante o período de realização da Copa do Mundo. A comercialização será feita de forma controlada e em copos de plástico para evitar possíveis acidentes. Esse processo aconteceu de forma bastante tranquila nos estádios de todas as Copas do Mundo, e não tenho dúvidas de que aqui não será diferente.

É fundamental que pensemos no legado social que o evento deixará para o País. Além das construções, obras de infraestrutura e mobilidade urbana, é valioso que seja adotado um tema social que dê visibilidade mundial às nossas políticas públicas. Por sermos o país que mais mata com arma de fogo no mundo, eu e o Relator Vicente Cândido acatamos a sugestão da Rede Desarma Brasil, ou seja, de que adotássemos o tema *Por um mundo sem armas*. Cerca de 95 brasileiros são assassinados por arma de fogo a cada dia no Brasil. Então, adotar este tema seria uma maneira de promover a cultura da paz, de mostrar que o Brasil está preocupado em transformar o cenário de violência que assola o nosso País.

À sugestão do Deputado Wilson Filho, acrescentamos a prevenção contra as drogas no tema social da Copa, outra mazela do nosso Brasil. O tema foi ampliado para *Por um mundo sem armas e sem drogas*.

Com esse breve relato que faço hoje acerca da Lei Geral da Copa, gostaria de reafirmar o compromisso de aprovar, na Câmara, uma lei que dê, por um lado, condições à FIFA de realizar no Brasil um grande evento, e, por outro, que garanta os nossos direitos sociais.

Tenho certeza de que, com isso, teremos condições de sediar um evento inesquecível, à altura do povo brasileiro.

Obrigado.

Documento 459/472

005.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	08/02/2012-15:28
Publ.: DCD - 09/02/2012 - 1653	ALESSANDRO MOLON-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 32º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores. Atuação do partido em defesa da democracia brasileira. Desempenho dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Congratulação ao Deputado Mauro Benevides pela apresentação de emenda sobre a instituição de salário mínimo nacional. Desafios do Congresso Nacional para inclusão na pauta de votações de proposições de relevante interesse do País, em especial das propostas de realização das reformas política e tributária. Prioridade na realização de investimentos governamentais nos setores de educação, Ciência e Tecnologia. Necessidade de aprimoramento da gestão do Sistema Único de Saúde - SUS. Importância do projeto de lei sobre a instituição do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Defesa de ampliação de investimentos em programas de proteção a pessoas ameaçadas de morte. Empenho do orador no encaminhamento de emendas orçamentárias destinadas a programas de proteção a testemunhas. Imediata aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, sobre a expropriação de propriedades rurais no caso de constatação da exploração de trabalho escravo. Revisão dos critérios de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE. Defesa de aprovação do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Não realização pelo PT do Estado do Rio de Janeiro de aliança com o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para proferir o meu terceiro pronunciamento. Nesta ocasião, diante da proximidade do dia 10 de fevereiro, quando será comemorado o aniversário de 32 anos do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, acredito que seja oportuno fazer um balanço de sua história e de sua contribuição para o desenvolvimento do País.

Embora tenha sido oficializado em 1980, o Partido dos Trabalhadores começou a nascer no final da década anterior, fruto de um movimento então chamado de "Movimento Pró-PT". Isso por si só mostra o DNA do PT: um partido que nasceu de baixo para cima, a partir das bases, tendo sua origem nos movimentos sociais.

O tempo mostrou que foram basicamente três as raízes que deram origem ao Partido dos Trabalhadores: a Igreja progressista, com especial participação de pastorais como a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral Operária, além das Comunidades Eclesiais de Base; o novo sindicalismo brasileiro - a segunda raiz - , cujo principal ícone foi o então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Presidente Lula; e os intelectuais e militantes de esquerda - a terceira raiz, o terceiro tronco que deu origem ao PT -, muitos retornando do exílio, um dos quais será homenageado nesta sexta-feira: o grande Apolônio de Carvalho. Essa diversidade de contribuições foi uma das principais virtudes do partido, que

via surgir núcleos seus ora em universidades, ora em acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra.

Outra característica marcante do PT desde o início foi a busca da descentralização de decisões e de ampliação da participação democrática interna. Prova disso foram as pré-convenções realizadas ainda em 1982 e, mais recentemente, a adoção do sistema de prévias para a escolha de seus candidatos majoritários. Esse sistema, aliás, que dificulta que os candidatos sejam escolhidos por cúpulas fechadas, deve vir a ser adotado por outros partidos em breve, inclusive por aqueles que mais frontalmente dizem se opor ao PT, por reconhecerem os méritos do referido sistema.

A preocupação com a democracia interna, por sinal, já estava explícita no *Manifesto de Fundação do Partido*:

"Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases."

Eis aí, certamente, uma das principais razões do crescimento e do sucesso do PT.

Outra característica que marcou o PT desde a fundação foi sua organização em tendências internas, uma novidade na história política do Brasil. Essa característica foi, em muitos momentos, um verdadeiro motor do debate interno; em outros, no entanto, quando a disputa entre as mesmas se tornou um fim em si mesma, levou à luta fratricida e a sérias derrotas. O desafio, nesse caso, é o de conseguirmos manter a pluralidade de posições internas, evitando que essa virtude se transforme em defeito.

O partido, que nasceu lutando pela redemocratização do País e, logo depois, pelas Diretas Já, disputou, em 1989, a eleição presidencial com chances reais de vitória - a primeira eleição direta depois da ditadura, Sr. Presidente. Perdemos, mas nos firmamos como alternativa para o Brasil. Disputamos novamente, em 1994 e em 1998, mas somente em 2002 conseguimos levar, pela primeira vez na história do Brasil, um operário à Presidência da República.

Antes das eleições, só o que se ouvia dizer é que o PT não conseguiria governar o Brasil. Diziam que, se o PT vencesse as eleições, empresários fugiriam do País; que a inflação voltaria; e que o País não seria respeitado no exterior se tivesse um Presidente que não soubesse falar inglês...

Lembro-me como se fosse hoje, Sr. Presidente, de muitas pessoas me dizendo isto: *"Se o Brasil tiver um Presidente que não sabe falar inglês, não será respeitado no estrangeiro."*

O que vimos foi exatamente o contrário: o Brasil em franco desenvolvimento, como não experimentávamos há muito tempo, com a inflação sob controle. Conseguimos promover crescimento com distribuição de renda. Diminuímos fortemente a pobreza e caminhamos para erradicar a miséria em nosso País. O Brasil tornou-se a sexta maior economia do mundo. O Estado voltou a ser estruturado, com a abertura de concursos públicos nas mais diversas áreas e com a retomada de sua capacidade de atuação. Reduzimos imensamente nossa vulnerabilidade externa, deixando de ser devedores para ser credores internacionais. Estimulamos fortemente a geração de empregos, razão pela qual temos hoje a menor taxa de desemprego da série histórica. Só para se ter uma ideia, em dezembro de 2011, ela era de 4,7%, menos da metade dos 10,5% de dezembro de 2002, 1 mês antes de Lula assumir a Presidência da República.

Com Lula, ao contrário do que se dizia, o País passou a ser respeitado internacionalmente, ocupando um novo espaço no cenário mundial, invertendo a lógica de nossa política externa, o que se mostrou extremamente acertado.

Coroando todo esse processo e para continuá-lo e aprofundá-lo, o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher para a Presidência da República: Dilma Rousseff. Como Lula, também lançaram suspeitas sobre a capacidade de Dilma de vencer as eleições e, depois, de governar. Com 1 ano de governo, os fatos derrubaram por terra todos os ataques: com a maior aprovação já recebida em um primeiro ano de mandato, intolerante com desvios de conduta, séria e discreta, a Presidenta já mostrou a que veio. Colocando em prática o mote da campanha, de fazer mais e melhor para o Brasil, o Governo Dilma leva adiante o crescimento com distribuição de renda, acompanhado de uma importante redução na taxa básica de juros, o que permitirá que tenhamos mais alguns bilhões de reais para investir em saúde e educação. Tudo isso continua a alimentar a certeza entre nós, brasileiras e brasileiros, de que o Brasil vai se tornando, passo a passo, a Nação com que sonhamos.

Antes de falar dos desafios que temos pela frente, Sr. Presidente, concedo com prazer um breve aparte ao Deputado Fernando Ferro.

O Sr. Fernando Ferro - Obrigado, Deputado Alessandro Molon. Parabéns pelo pronunciamento, que é um registro histórico da trajetória do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Como V.Exa. falou, o PT cresceu numa conjuntura em refluxo da esquerda internacional. No final dos anos 70 e início dos anos 80, houve todo um processo de desencanto e de fracassos com o socialismo real - assim chamado na União Soviética -, que apontava para uma hegemonia de visões conservadoras da política. E o PT, na contramão dessa maré, conseguiu rearticular um discurso e se fundar noutras bases, fazendo inclusive uma crítica ao burocratismo das correntes políticas de esquerda que foram vencidas nesse processo. Mas o PT não pode negar a sua origem na esquerda histórica brasileira, no acúmulo da luta dos trabalhadores, da qual é, sem sombra de dúvida, um seguidor e que hoje fornece para o nosso continente uma experiência importante. V.Exa. ilustra os ganhos hoje reais da população brasileira, que têm a ver com esse projeto político que identifica, no PT, a base que transformou em realidade a melhoria da vida dessa população. Nós temos uma grande tarefa, e o pronunciamento de V.Exa. revela a necessidade do aprendizado de que nós devemos ter cuidado com a nossa trajetória. É preciso zelar por essa trajetória, para que não nos enveredemos por caminhos que destruíram outras experiências da esquerda de matriz socialista. O PT tem um aprendizado importante a fazer. V.Exa., com o seu pronunciamento, ajuda a refletir e a consolidar essa grande experiência política da democracia, da institucionalidade, da luta do povo trabalhador neste País, que expressa muito bem. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Deputado Fernando Ferro. Agradeço o aparte a V.Exa. e concedo um aparte a dois outros companheiros de bancada.

O Sr. Zé Geraldo - Obrigado pelo aparte, Deputado Alessandro Molon. Serei rápido. Nesses 12 anos em que tentamos chegar à Presidência da República com o Presidente Lula, eu estava na Amazônia, no Estado do Pará, construindo por lá o nosso partido. Vivi os anos de abandono: não se cuidava das rodovias, não existia o Programa Luz para Todos, não havia o Programa Bolsa Família nem investimentos na educação. Hoje, na Região Norte do Brasil antes esquecida, no Estado do Pará, temos universidades, escolas técnicas, Luz para Todos, PRONAF, que não existia e que hoje chega a todos os agricultores familiares daquela região. Cito ainda a construção de hidrelétricas como a de Belo Monte, que estava sendo estudada há anos e não ia ser liberada. O Governo refez um plano energético para o Brasil, refez o projeto na Região. Isso nos deixa muito felizes porque, além de estarmos melhorando a economia do País, estamos distribuindo renda para todos os brasileiros. Esse é o grande feito

do nosso partido para o nosso Brasil. Obrigado pelo aparte.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Deputado. V.Exa. Lembra bem que, além disso tudo, há equilíbrio no desenvolvimento regional.

O Sr. Artur Bruno - Deputado Alessandro Molon, para nós é muito relevante que uma das mais expressivas lideranças do nosso partido no Rio de Janeiro faça este pronunciamento, em comemoração aos 32 anos do PT. Pedi o aparte para parabenizá-lo. V.Exa. está traçando o histórico do nosso partido e sobretudo os desafios para o futuro. Nós trabalhamos muito para o crescimento do País. Hoje, o Brasil é a sexta economia do mundo, mas ainda ocupa a 84^a posição no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano. Por isso, a Presidenta Dilma Rousseff escolheu como grande bandeira do seu Governo a redução da pobreza neste País. Há no Brasil 16 milhões de miseráveis. Tenho certeza de que vamos chegar a 2014 com um número bastante residual. Nós queremos tirar esses 16 milhões de brasileiros da miséria com as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas. Portanto, parabéns pelo pronunciamento. Creio que o nosso partido merece essa homenagem que V.Exa. faz neste momento. Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Deputado Artur Bruno.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite, nobre Deputado Alessandro Molon? Eu estou aqui na fila, aguardando a oportunidade de aparteá-lo.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Com muito prazer, nobre Deputado Mauro Benevides.

Deputado Reguffe, é um prazer ouvir V.Exa.

O Sr. Reguffe - Deputado Alessandro Molon, quero apenas fazer um registro. V.Exa. tem uma trajetória construída com retidão, com muita luta, desde o tempo da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Trata-se de uma luta em defesa dos direitos humanos, da ética na política. Quero daqui deixar o registro de que é muito importante a luta de V.Exa. para que a política seja algo a mais do que vemos às vezes nas páginas dos jornais. A política não pode ser dominada pelo fisiologismo, pelo clientelismo. Lamento que seu partido no Rio de Janeiro não tenha valorizado V.Exa. da forma como deveria. Digo isso com minhas palavras, não com as suas, porque eu acho que pode, sim, haver uma boa gestão, de forma honesta, com retidão e com princípios. V.Exa. tem mantido coerência, inclusive de luta no seu partido, para que este mantenha os princípios que o construíram. Então, eu só posso fazer daqui o registro de louvor a um homem público que está na política, com tudo o que sofrem hoje as pessoas que estão na política. Aliás, a política vem sendo criminalizada pela opinião pública. Mas V.Exa. tem mantido a coerência e seus princípios. Isso é digno de louvor e merece o meu aplauso.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Deputado Reguffe, quero agradecer imensamente a V.Exa. por suas palavras, para mim um alento, pelo respeito que tenho por sua trajetória e por sua seriedade. Tenha certeza disso. Agradeço-lhe sinceramente as palavras.

Concedo um aparte ao Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Alessandro Molon, desejo aparteá-lo para juntar a minha homenagem ao Partido dos Trabalhadores, no transcurso de cujo aniversário V.Exa. projeta essa agremiação e os serviços que prestou ao País ao longo do tempo. Como homem público já com alguns mandatos acumulados, eu me permitiria lembrar o apoio que recebi do PT quando, na Assembleia Nacional Constituinte, de cuja Mesa Diretora, como V.Exa. sabe, fui o 1º Vice-Presidente, apresentei uma proposta de emenda estabelecendo o salário mínimo unificado em todo o País. E veja V.Exa.: o PT imediatamente apoiou a minha proposição. O grande Líder, sempre lembrado em todos os momentos, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então Constituinte, fez questão de firmar aquela iniciativa,

que, inserida na Carta, significou uma das grandes conquistas dos trabalhadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que estavam escalonados hierarquicamente numa posição inferiorizada. Portanto, relembro apenas esse fato para dizer que a existência de um partido dedicado às causas populares merece o aplauso de todos aqueles quantos, militando em outras legendas, vivenciam também a conjuntura democrática do País. Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides. E aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo por aquela felicíssima iniciativa mencionada por V.Exa. em seu pronunciamento.

Sr. Presidente, depois desses importantíssimos apartes, eu quero falar um pouco dos desafios que temos pela frente. Depois das considerações sobre aquilo que já acumulamos, temos muitos desafios para fazer o Brasil avançar ainda mais.

O País precisa, por exemplo, de uma reforma política que diminua a distância entre representantes e representados, que evite distorções na representação - permitida especialmente pelas coligações nas eleições proporcionais; que aperfeiçoe os partidos políticos, arejando-os e dando-lhes maior consistência programática e ideológica; que institua o financiamento público de campanhas, barateando campanhas e reduzindo o peso do poder econômico nas eleições.

Aliás, Sr. Presidente, o Relator da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, que abrilhanta a nossa bancada, tem dedicado enormes esforços, com o apoio da nossa bancada, nesse sentido.

O País precisa também de uma reforma tributária que desonere a folha salarial; que substitua a regressividade pela progressividade, protegendo os trabalhadores e as classes médias e taxando mais sobretudo as grandes fortunas e os mais abastados; que preserve e proteja os pequenos e microempresários, aqueles que mais geram emprego; que simplifique a legislação e que acabe com a guerra fiscal entre Estados.

Nos últimos dias, o PT protocolou projetos que representam passos fundamentais para que esta reforma realmente aconteça.

O Brasil precisa dar especial atenção à educação e à Ciência e Tecnologia. O PRONATEC e o Brasil Maior foram passos positivos dados nesse sentido, no ano passado. Ao lado de outras medidas, contribuem para tornar possível outra inserção do Brasil no mercado mundial, deixando de ter como principais produtos de exportação bens primários, para ter em seu lugar produtos de alto valor agregado. Só assim mudaremos de patamar no comércio internacional.

O desafio, Sr. Presidente, de garantir saúde para todas e todos permanece atual. A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, no ano passado, foi um passo importantíssimo. Além disso, é preciso garantir melhor gestão do SUS, combater a corrupção e o desperdício e também carrear mais recursos para a área. Essas são tarefas ainda necessárias para proteger, especialmente, a vida dos mais pobres. É sobretudo na saúde, na falta de saúde pública, que morrem os mais esquecidos da nossa sociedade.

Outro desafio é o de garantir cada vez mais segurança aos cidadãos. Nesse sentido, é fundamental aprimorar a qualidade e aumentar a quantidade de informações de que dispomos nacionalmente sobre segurança pública. Por isso, o projeto de lei assinado no final do ano passado pela Presidenta Dilma, sob a apreciação desta Casa, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, é um passo importante nesta direção. Além disso, qualificar a atividade investigativa, através de perícias independentes e bem equipadas, e investir preventivamente em segurança, garantindo oportunidades de estudo, de esporte e de cultura e arte para nossos adolescentes e jovens, parece ser a aposta mais acertada. Por fim, criar uma nova consciência sobre segurança pública, mostrando-a como indissociável do respeito aos direitos humanos,

permanece uma tarefa atual.

Por falar em direitos humanos, outro passo importante a ser dado é o de reforçar a proteção a pessoas ameaçadas, como testemunhas e defensores de direitos humanos. Ontem mesmo participei da abertura de encontro nacional de gestores estaduais dos programas de proteção e defendi a ampliação dos programas e o aumento dos recursos disponíveis para os mesmos. No ano passado, destinei 200 mil reais, através de emenda parlamentar, para esses programas. Cada testemunha protegida, Sr. Presidente, custa 20 mil reais por ano para o País. Portanto, se cada um de nós, de alguma maneira, contribuir com emendas para programas de proteção a testemunhas, acredito que ajudaremos no combate à injustiça e à impunidade e na proteção à vida. Se cada um de nós, Deputadas e Deputados Federais, fizer o mesmo para o ano que vem, o programa poderá proteger outras 5.130 testemunhas, além das 700 que protege hoje. Isto é, a capacidade dos programas seria aumentada em sete vezes!

Outro ponto fundamental da luta por direitos humanos é o da aprovação da PEC nº 438, de 2001, que pune com a expropriação dos bens imóveis em que se constatar a prática de trabalho escravo. É um absurdo que, onze anos depois de sua apresentação, a nossa Casa não tenha ainda aprovado esta PEC. A boa notícia, hoje estampada em um grande jornal, é a de que a Presidenta da República decidiu apoiar fortemente a sua aprovação neste ano. Façamos, portanto, a nossa parte.

Além desses desafios que estão na pauta do nosso País, temos alguns desafios próprios do Congresso Nacional para o ano de 2012. Um deles é a decisão sobre novas regras de repasses de recursos públicos do Fundo de Participação dos Estados. A regra antiga, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, privilegiava alguns Estados em detrimento de outros, sem qualquer razão objetiva para isso. Precisamos debater e criar regras justas que contribuam para reforçar, em vez de enfraquecer, o nosso pacto federativo.

Outro desafio é o novo Plano Nacional de Educação, que precisa ser aprovado o quanto antes para poder garantir a qualidade que queremos para a educação em nosso País ou, pelo menos, caminharmos em sua direção. Diversos projetos da área da cultura também aguardam a apreciação da nossa Casa. São fundamentais para garantir o apoio à nossa diversidade cultural, uma das nossas maiores riquezas. Fortalecer a produção cultural, descentralizá-la e garantir o acesso à cultura, eis alguns dos objetivos de tais projetos, que precisamos apreciar e aprovar na Câmara.

Há outros desafios, a que vou me dedicar especialmente neste ano, Sr. Presidente, sobretudo o da conclusão dos trabalhos da Subcomissão de Crimes e Penas, que tem por objetivo reequilibrar as penas aplicadas no País, considerando a gravidade dos crimes; a Subcomissão de Controle de Armas e Munições, que tem por objetivo contribuir para o desarmamento - portanto, proteger a vida em nosso País; e, por fim, a Comissão do Legado da Copa e das Olimpíadas, que deve contribuir para que todos os investimentos feitos para a realização desse megaevento esportivo, que duram poucos dias, sirvam para melhorar a qualidade de vida da população. Às vezes, restam dívidas enormes a serem pagas.

Mas o Brasil não é só o Governo Federal e o Congresso Nacional. É também os Estados e os Municípios. Se esses avanços que procuramos fazer acontecer não chegarem e se repetirem em nossos Estados e Municípios, teremos ficado no meio do caminho.

Por falar nisso, Sr. Presidente, preocupo-me com a situação do meu Estado, o Rio de Janeiro. Vejamos, por exemplo, uma dessas áreas que mencionei como desafio: a área da saúde. No Rio de Janeiro, ela está sendo entregue a organizações sociais, as OS, que nós do PT sempre combatemos por

entendermos que se trata, no fundo, de abrir mão de uma obrigação do Estado e delegá-la à iniciativa privada.

A reforma do Maracanã, Sr. Presidente, que há pouco tempo consumiu 400 milhões, agora vai consumir mais 1 bilhão, dinheiro esse que depois será todo carreado para a iniciativa privada, a quem será concedida a administração.

Os trabalhadores sofrem com os meios de transporte. Barcas e Metrô muito afligem a população do meu Estado. É neles que os trabalhadores ficam às vezes 4 horas por dia, tentando chegar ao trabalho e voltar para casa.

Cito ainda as remoções que têm sido feitas na cidade do Rio de Janeiro. Com a desculpa da realização dos megaeventos esportivos, têm deixado muitos pobres sem moradia.

E o investimento em BRT, um transporte sujo; em ônibus, em vez de VLT, um transporte limpo e de massa?

Por tudo isso, Sr. Presidente, tenho defendido que o Partido dos Trabalhadores do meu Estado não mais integre o Governo Estadual e o Governo da Capital.

Comecei o meu pronunciamento falando do Partido dos Trabalhadores, dos avanços que ele tem trazido para o Brasil, e vou concluir dizendo que acredito que o meu partido pode contribuir muito mais no meu Estado e na cidade do Rio de Janeiro, apresentando-se como alternativa de poder, defendendo o programa que tem implementado em âmbito nacional, que tanto bem tem feito ao País. No Rio de Janeiro isso não acontece porque integramos o Governo Estadual e o Governo Municipal, que tanto se distanciam do que defendemos desde o nosso nascimento.

Esta é uma das grandes virtudes do PT: a possibilidade do debate democrático, aberto, franco e público, Sra. Deputada Rose de Freitas. Por isso, vou continuar defendendo essa posição do PT do meu Estado, por coerência com aquilo que o nosso partido vem fazendo em todo o Brasil, por querer que isso aconteça e que façam mais e melhor pela população que vive na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, para que o PT, no Rio de Janeiro, reencontre-se com a sua história, com suas bandeiras e com as suas melhores tradições.

Essa é a posição que tenho defendido publicamente e que vou continuar a defender, Sra. Presidente.

Agradeço a V.Exa. e a todos os Parlamentares pela atenção.

Documento 460/472

005.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	08/02/2012-18:58
Publ.: DCD - 09/02/2012 - 1705		ALESSANDRO MOLON-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do 32º aniversário de fundação do PT. Características marcantes do partido. Sucesso da administração federal petista. Defesa de realização das reformas política e tributária. Maior atenção governamental para com as áreas de educação, ciência e tecnologia. Importância da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a destinação de percentuais mínimos à saúde pela União, Estados e Municípios. Fortalecimento da área de segurança pública. Ampliação de ações e programas de proteção as pessoas ameaçados de morte, a exemplo de testemunhas e defensores dos

direitos humanos. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, acerca da desapropriação de terras no caso de constatação da prática de trabalho escravo. Estabelecimento de novas regras para repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Estados - FPE. Defesa de aprovação do projeto de lei sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação - PNE. Posicionamento do orador contrário a participação do PT no Governo do Estado do Rio de Janeiro e no Governo do Rio de Janeiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para o meu terceiro pronunciamento. Nesta ocasião, diante da proximidade do dia 10 de fevereiro, quando será comemorado o aniversário de 32 anos de meu partido, o Partido dos Trabalhadores, acredito que seja oportuno fazer um balanço de sua história e de sua contribuição ao desenvolvimento do País.

Embora tenha sido oficializado em 1980, o Partido dos Trabalhadores começou a nascer no final da década anterior, fruto de um movimento então chamado Movimento Pró-PT. Isto por si só mostra o DNA do PT: um partido que nasceu de baixo para cima, a partir das bases, tendo sua origem nos movimentos sociais. O tempo mostrou que foram basicamente três as raízes que deram origem ao PT: a Igreja progressista, com especial participação de pastorais como a CPT e a Pastoral Operária, além das Comunidades Eclesiais de Base; o novo sindicalismo brasileiro, cujo principal ícone foi o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Presidente Lula; e os intelectuais e militantes de esquerda, muitos dos quais retornando do exílio, como é o caso de Apolônio de Carvalho, que será homenageado na sexta-feira. Esta diversidade de contribuições foi uma das principais virtudes do partido, que via surgir núcleos seus ora em universidades, ora em acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

Outra característica marcante do PT desde o início foi a busca de descentralização de decisões e de ampliação da participação democrática interna. Prova disso eram as pré-convenções realizadas ainda em 1982 e, mais recentemente, a adoção do sistema de prévias para escolha de seus candidatos majoritários. Este sistema, aliás, que dificulta que os candidatos sejam escolhidos por cúpulas fechadas, deve vir a ser adotado por outros partidos em breve, inclusive por aqueles que mais frontalmente se opõem ao PT, por reconhecer os méritos do referido sistema. A preocupação com a democracia interna, por sinal, já estava explícita no manifesto de fundação do partido:

"Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases."

Eis aí, certamente, uma das razões do crescimento e do sucesso do PT.

Outra característica que marcou o PT desde sua fundação foi sua organização em tendências internas, uma novidade na história política do Brasil. Esta característica foi, em muitos momentos, um verdadeiro motor do debate interno; em outros, no entanto, quando a disputa entre as mesmas se tornou um fim em si mesmo, levou à luta fratricida e a sérias derrotas. O desafio, neste caso, é manter a pluralidade de posições internas, evitando que esta virtude se transforme em defeito.

O partido, que nasceu lutando pela redemocratização do País e, logo depois, pelas Diretas Já, disputou, em 1989, a eleição presidencial com chances reais de vitória. Perdemos, mas nos firmamos como alternativa para o Brasil. Disputamos novamente em 1994 e 1998, mas somente em 2002 conseguimos levar, pela primeira vez na história do Brasil, um operário à Presidência da República.

Antes das eleições, só o que se ouvia dizer é que o PT não conseguiria governar o Brasil. Diziam que se o PT vencesse as eleições, empresários fugiriam do País; que a inflação voltaria; que o País não seria respeitado no exterior, se tivesse um presidente que não soubesse falar inglês. O que vimos foi exatamente o contrário: um Brasil em franco desenvolvimento, como não experimentava há muito tempo, com a inflação sob controle. Conseguimos promover crescimento com distribuição de renda. Diminuímos fortemente a pobreza e caminhamos para a erradicação da miséria. O Brasil tornou-se a sexta maior economia do mundo. O Estado voltou a ser estruturado, com a abertura de concursos públicos nas mais diversas áreas e com a retomada de sua capacidade de atuação. Reduzimos imensamente nossa vulnerabilidade externa, deixando de ser devedores para ser credores internacionais. Estimulamos fortemente a geração de empregos, razão pela qual temos hoje a menor taxa de desemprego da série histórica. Só para se ter uma ideia, em dezembro de 2011 ela era de 4,7%, menos da metade dos 10,5% de dezembro de 2002, às vésperas de Lula assumir a Presidência.

Com Lula, ao contrário do que se dizia, o País passou a ser respeitado internacionalmente, ocupando um novo espaço no cenário mundial, invertendo a lógica de nossa política externa, o que se mostrou extremamente acertado.

Como coroamento de todo este processo, e para continuá-lo e aprofundá-lo, o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher para a Presidência da República: Dilma Rousseff.

Como Lula, também lançaram suspeitas sobre a capacidade de Dilma de vencer as eleições e depois de governar. Com um ano de governo, os fatos derrubaram por terra todos os ataques: com a maior aprovação já recebida em um primeiro ano de mandato, intolérante com desvios de conduta, séria e discreta, a Presidenta já mostrou a que veio. Colocando em prática o mote da campanha, de fazer mais e melhor para o Brasil, o Governo Dilma leva adiante o crescimento com distribuição de renda, acompanhado de uma importante redução na taxa básica de juros, o que permitirá que tenhamos mais alguns bilhões de reais para investir em saúde e educação. Tudo isto continua a alimentar a certeza entre nós, brasileiros e brasileiras, de que o Brasil vai continuar se tornando, passo a passo, a nação com que sonhamos.

Neste caminho, temos desafios a enfrentar. O País precisa de uma reforma política que diminua a distância entre representantes e representados; que evite distorções na representação - permitida especialmente pelas coligações proporcionais; que aperfeiçoe os partidos políticos, arejando-os e dando-lhes maior consistência programática; que institua o financiamento público de campanha, barateando campanhas e reduzindo o peso do poder econômico nas eleições. O Relator da Comissão Especial para a Reforma Política, Deputado Henrique Fontana, tem dedicado enormes esforços, com o apoio de nossa bancada, neste sentido.

O País precisa também de uma reforma tributária que desonere a folha salarial, que substitua a regressividade pela progressividade, protegendo os trabalhadores e as classes médias e taxando mais as grandes fortunas. Uma reforma tributária que preserve o micro e o pequeno empresários, que simplifique a legislação e que acabe com a guerra fiscal entre Estados. Nos últimos dias, o PT protocolou projetos que representam passos fundamentais para que esta reforma aconteça.

O Brasil precisa dar uma especial atenção à educação e à ciência e tecnologia. O PRONATEC e o Brasil Maior foram passos positivos dados no ano passado. Ao lado de outras medidas, contribuem para tornar possível uma outra inserção do Brasil no mercado mundial, deixando de ter como principais produtos de exportação bens primários, para ter em seu lugar produtos de alto valor agregado. Só assim mudaremos de patamar no comércio internacional.

O desafio de garantir saúde para todos e todas permanece atual. A regulamentação da Emenda Constitucional 29 foi um passo importante que demos ano passado. Além disso, garantir melhor gestão no SUS, combater a corrupção e o desperdício e também carrear mais recurso para a área são tarefas ainda necessárias para proteger a vida especialmente dos mais pobres. É sobretudo ali que estes morrem.

Outro desafio é garantir cada vez mais segurança aos cidadãos. Neste sentido, é fundamental aprimorar a qualidade e aumentar a quantidade de informações de que dispomos nacionalmente sobre segurança pública. Por isto, o PL assinado no final do ano passado pela Presidenta Dilma, sob apreciação desta Casa, constitui um passo importante nesta direção. Além disso, qualificar a atividade investigativa, através de perícias independentes e bem equipadas, e investir preventivamente em segurança, garantindo oportunidades de estudo, de esporte e de cultura e arte para nossos adolescentes e jovens, parece ser a aposta mais acertada. Por fim, criar uma nova consciência sobre segurança pública, mostrando-a como indissociável do respeito aos direitos humanos, permanece uma tarefa atual.

Por falar em direitos humanos, outro passo fundamental é reforçar a proteção a pessoas ameaçadas, como testemunhas e defensores de direitos humanos. Ontem mesmo participei da abertura do Encontro Nacional de Gestores Estaduais dos Programas de Proteção a Testemunhas e defendi a ampliação dos programas. No ano passado, destinei R\$200 mil através de emenda parlamentar para estes programas. Se cada um de nós, Deputados e Deputadas Federais, fizer o mesmo para o ano que vem, o programa poderá proteger outras 5.130 testemunhas, além das 700 que protege hoje. Isto é, a capacidade dos programas seria aumentada em sete vezes.

Outro ponto fundamental da luta por direitos humanos é a aprovação da PEC 438, de 2001, que pune com a expropriação dos bens imóveis em que se constatar a prática de trabalho escravo. É um absurdo que, 11 anos depois de sua apresentação, a nossa Casa não tenha ainda aprovado esta PEC. A boa notícia hoje estampada em um grande jornal é de que a Presidenta decidiu apoiar fortemente sua aprovação neste ano. Façamos a nossa parte.

Além destes desafios que estão na pauta de nosso País, temos alguns desafios próprios do Congresso Nacional para o ano em que estamos. Um deles é a decisão sobre novas regras de repasses de recursos públicos do Fundo de Participação dos Estados. A regra antiga, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, privilegiava alguns Estados em detrimento dos outros, sem qualquer razão objetiva para isto. Precisamos debater e criar regras justas que contribuam para reforçar, em vez de enfraquecer, o nosso pacto federativo.

Outro desafio é o novo Plano Nacional de Educação, que precisa ser aprovado para poder garantir a qualidade que queremos para a educação em nosso País, ou pelo menos caminharmos em sua direção. Diversos projetos também da área da cultura aguardam apreciação. São fundamentais para garantir o apoio à nossa diversidade cultural, uma de nossas maiores riquezas. Fortalecer a produção cultural, descentralizá-la e garantir o acesso à cultura, eis alguns dos objetivos de tais projetos que precisamos apreciar e aprovar na Câmara.

Outros desafios a que vou me dedicar mais especialmente são: crimes e penas;

controle de armas e munições; legado da Copa e das Olimpíadas.

Mas o Brasil não é só o Governo Federal e o Congresso. São também os Estados e os Municípios. Se estes avanços que procuramos fazer acontecer aqui não chegarem e se repetirem em nossos Estados e Municípios, teremos ficado no meio do caminho. E, por falar nisso, olho com preocupação o meu Rio de Janeiro.

Vejamos, por exemplo, a área da saúde; o Maracanã; trens, barcas e metrô, remoções, BRT, em vez de VLT

Por isso, tenho defendido publicamente que o PT do Rio de Janeiro deixe de participar dos Governos Estadual e da capital. Comecei falando de PT e termino falando de PT. Para que, no Rio, o PT se reencontre com sua história, com suas bandeira e com suas melhores tradições.

Era o que tinha a dizer.

Documento 461/472

005.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	08/02/2012-18:58
Publ.: DCD - 09/02/2012 - 1710	DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ-PSD -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Apreensão do orador ante o atraso nas obras de reforma do Estádio Beira Rio, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande Sul, com vistas à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (PSD-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, utilizo esta tribuna para demonstrar minha preocupação diante do atraso das obras do Estádio Beira-Rio, que foi escolhido para ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Estamos a pouco mais de dois anos e meio do início da Copa do Mundo e até agora as duas cidades que estão com os cronogramas atrasados são: Natal e Porto Alegre.

Em 2011 participamos ativamente da Subcomissão da Copa de 2014, que teve como principal objetivo fiscalizar o andamento das obras em todas as cidades que sediarão a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol e ainda apontar soluções para que o País possa proporcionar um evento de alto nível, e a minha grande preocupação sempre foi com a morosidade das obras em Porto Alegre, principalmente no estádio que foi escolhido pela FIFA para sediar os jogos.

Já se vão 230 dias desde que foi prometida a assinatura do contrato entre o Sport Club Internacional e a empresa escolhida para efetuar a obra, porém o mesmo não foi assinado até o presente momento.

Devido ao atraso e às indefinições tanto por parte do clube quanto por parte da empresa, Porto Alegre será sede de apenas cinco jogos da competição, quatro

da primeira fase e um das oitavas de final. E ainda perdemos a oportunidade de sediar da Copa das Confederações, perdendo investimentos, turismo e o fomento de negócios local.

Não podemos esquecer a importância do Estado para o Brasil e a importância dos clubes gaúchos para o futebol brasileiro e mundial. Os dois maiores clubes do Estado, Grêmio e Internacional, já foram campeões mundiais e são respeitados em todo o mundo, pelo futebol aguerrido e de alto nível. O povo gaúcho respira futebol. Sabemos o quanto será importante mostrar ao mundo a nossa capacidade de proporcionar eventos grandiosos.

Venho aqui solicitar uma data limite à FIFA para a assinatura do contrato e início das obras no Beira-Rio para não termos um final desastroso como foi a exclusão de Porto Alegre da Copa das Confederações.

Sendo assim, aproveito este espaço para dizer que espero que a situação atual não venha a impedir que a Copa de 2014 aconteça no Rio Grande do Sul. O Governo brasileiro tem a obrigação de se posicionar diante do fato. Precisamos solucionar urgentemente o impasse entre as duas partes, para que nós, gaúchos e o Brasil, não sejamos alvo de críticas pesadas que poderão surgir, caso Porto Alegre seja retirada da Copa do Mundo de 2014. O povo gaúcho não é responsável pela irresponsabilidade de certas pessoas. Queremos a Copa e sabemos que poderemos oferecer outras opções para que isso aconteça.

No exercício do meu papel de legislador e fiscalizador dos interesses da Nação, em especial do povo gaúcho, solicito aos meus colegas Parlamentares, em especial à bancada do meu Estado, que juntos consigamos resolver a situação delicada que Porto Alegre enfrenta neste momento.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 462/472

005.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	08/02/2012-18:58
Publ.: DCD - 09/02/2012 - 1711		DIMAS FABIANO-PP -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Balanço dos trabalhos legislativos da Casa no exercício de 2011.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. DIMAS FABIANO (PP-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para, em poucas palavras, fazer uma breve análise dos trabalhos parlamentares nesta Casa. Já estamos findando os 12 meses do início da atual Legislatura. Este período foi marcado por amplas discussões, debate de idéias e intensa produtividade legislativa, dentro de um novo cenário de forças políticas, consolidando a importância deste Parlamento como esteio insubstituível da democracia brasileira.

O que faço neste momento, Sr. Presidente, é uma reflexão sobre os desafios do

nosso País, desafios que o Legislativo deve enfrentar e vencer a partir do próximo ano para consolidar o Brasil como uma das principais potências mundiais.

Aprovamos importantes leis. Preponderantemente, porém, a atenção da Nação está voltada para as reformas estruturais de que o Brasil necessita, aliadas a outros temas debatidos este ano no Congresso Nacional e de suma importância para o nosso País. Podemos destacar entre eles o Código Florestal, a Emenda 29, o Plano Nacional de Educação, e o principal assunto que foi o norte de várias discussões na Casa, a realização da Copa do Mundo de 2014 em nosso País.

O Brasil, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pela sua expressão continental, suas potencialidades, pela pujança de sua economia e pelo valoroso povo, ocupa um lugar de destaque estratégico na cena internacional. Esta é uma realidade incontestável, objeto de reconhecimento nos fóruns internacionais e pelos países desenvolvidos.

A Câmara dos Deputados, embora muitas vezes com discordâncias, contradições e demandas da sociedade junto a esta Casa, tem avançado muito. É lógico que existem segmentos que vêm a esta Casa as vezes emblemáticos e difíceis, mas o Parlamento existe é para isso. No decorrer do ano recebemos comitivas do Brasil inteiro que cobraram do Parlamento votações importantes.

Tivemos bons momentos em votações de grande relevo, sobretudo nos entendimentos para a pauta do Congresso. Conseguimos criar espaços para votar matérias relevantes. No próximo ano tenho certeza de que teremos novamente um Congresso trabalhando com pauta de interesse da sociedade, e não apenas do Governo.

São estas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, as contribuições que julguei pertinentes trazer ao conhecimento desta Casa, ao fazer uma breve síntese dos importantes trabalhos realizados no decorrer do ano de 2011.

É fato, Sr. Presidente, que não posso deixar de mencionar aqui os escândalos políticos e as ondas de denúncias que invadiram a Esplanada dos Ministérios e infelizmente marcaram o início do Governo Dilma, que no decorrer do ano teve que dar muita atenção à crise política instaurada no Congresso Nacional. Diante desse desgaste, percebo que o Governo deixou de discutir assuntos de interesse nacional para apenas se defender das suspeitas de irregularidades.

Com relação à apreciação das reformas pelo Plenário da Casa, é lamentável que no encerramento do ano não tenhamos conseguido debater as reformas tributária, política previdenciária, trabalhista, do Judiciário, entre outras matérias de suma importância.

Ao concluir, deixo, para reflexão desta Casa, a mensagem de Gracián, extraída do livro *O político Dom Fernando, o Católico*, que diz:

"Aprovar tudo costuma ser ignorância;

Reprovar tudo, malícia"

Muito obrigado.

Documento 463/472

004.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/02/2012-14:22
Publ.: DCD - 08/02/2012 - 1210		IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Protesto contra a privatização de aeroportos brasileiros.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo entrega aeroportos ao capital estrangeiro. Quero dizer da nossa imensa surpresa com a posição privatista do Governo do Partido dos Trabalhadores. Os mesmos argumentos foram usados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Não há condições, a INFRAERO... Entregaram de bandeja o imenso ágio, com financiamento do BNDES, vergonhosamente. Ora, se há dinheiro do BNDES para a empresa privada, por que não há para a INFRAERO? É uma vergonha! Neste discurso eu analiso exatamente por que essas privatizações são nocivas ao interesse nacional.

Hoje voltarei à tribuna para falar do massacre de trabalhadores do Pinheirinho e da greve da polícia da Bahia, onde nós estivemos, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta segunda-feira, mais um setor público estratégico para o desenvolvimento do País foi entregue ao capital estrangeiro. Contrariando seu discurso de campanha, a Presidenta Dilma Rousseff privatizou os três maiores e mais rentáveis aeroportos do País: Cumbica, Viracopos e o Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek, que respondem, juntos por 30% dos passageiros, 57% do volume de cargas e 19% das aeronaves que passam pelos terminais brasileiros. Juntos, os três aeroportos também são responsáveis por 70% do faturamento da INFRAERO, sustentando a rede de aeroportos regionais em operação em todo o País.

A justificativa do Governo é a de que não havia caixa no orçamento público para garantir os investimentos nos três aeroportos na velocidade necessária para a Copa de 2014. O que não se diz é que foi o dinheiro público, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que financiou a privatização, emprestando aos compradores internacionais para que estes participassem do leilão desta segunda-feira. Ora, se o BNDES estava disposto a fazer empréstimos para financiar investimentos nos aeroportos, por que não fazer isso através da INFRAERO, uma empresa pública estatal que administra 66 aeroportos no País? O papel de um banco como este é ajudar o desenvolvimento do País e a iniciativa privada e estrangeira?

Também não se explica como a INFRAERO agora subsidiará investimentos nos demais aeroportos do País, a maioria deficitários. Hoje, apenas cerca de 20 aeroportos são rentáveis e mantém os demais com repasse de verba, no esquema de subsídios cruzados, diminuindo as desigualdades regionais e sociais do País. Ou seja, até agora a lucratividade - crescente, vale lembrar - de Cumbica, Viracopos e Juscelino Kubitschek, de Brasília, era fundamental para manter todo o sistema aéreo em bom funcionamento no País. Como o Governo pretende enfrentar agora este déficit?

O Planalto diz que, além do valor arrecadado com o leilão, os consórcios recolherão anualmente uma contribuição ao sistema, que varia de 2% a 10% da receita bruta de cada aeroporto. Mas essa arrecadação vai para o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, que deve destinar recursos a projetos de desenvolvimento e fomento da aviação civil. Sequer o funcionamento do FNAC foi definido; será regulamentado posteriormente por decreto, numa completa falta de transparência sobre a utilização desses recursos. Ou seja, esse dinheiro não vai para a INFRAERO, Sr. Presidente, e os demais aeroportos seguirão sem o

aporte que recebiam anteriormente.

Nem com os recursos que a suposta benéfica privatização dos aeroportos gerará ao País o Governo parece estar preocupado. Antes da revisão feita pelo Tribunal de Contas da União nos valores mínimos para leilão dos três terminais, e que se apresentava na minuta do edital eram módicas quantias de R\$2,3 bilhões para Cumbica, R\$521 milhões para Viracopos e absurdos R\$75 milhões para o Juscelino Kubitschek.

Há ainda um grande risco para os trabalhadores do setor. O Sindicato Nacional dos Aeroportuários - SINA tentou barrar o pregão na Justiça, afirmando que o edital do leilão descumpria o acordo firmado com a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC durante a última greve, que garantia a estabilidade dos trabalhadores da INFRAERO nos terminais privatizados. O contrato de concessão diz apenas que *"a concessionária deverá desenvolver um plano de transferência operacional a fim de assegurar uma transição eficaz das operações aeroportuárias"*. Ou seja, não há qualquer garantia para os trabalhadores que precisarem recorrer à Justiça - a mesma que manteve o leilão -, caso seus direitos trabalhistas não sejam garantidos, o que há grandes chances de ocorrer. As precarizações e demissões são iminentes. Por isso, já estamos requerendo audiência com o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região em Brasília.

Nosso mandato participou inclusive de uma audiência do Comitê Contra as Privatizações de Aeroportos com o Procurador Paulo Gomes, do Ministério Público Federal em Campinas. O MPF está estudando os impactos urbanísticos das privatizações e intervenções motivadas pelos grandes eventos e já levantou uma série de problemas em relação ao aspecto ambiental das obras previstas para estes aeroportos. Em Viracopos, por exemplo, das cerca de 70 medidas previstas para amenizar os impactos ambientais, apenas duas foram cumpridas até agora. O restante virou exigência do processo.

Ao contrário do que afirma a grande imprensa - entusiasta histórica das privatizações no País - sequer os passageiros sairão ganhando com a entrega de Cumbica, Viracopos e Juscelino Kubitschek às empresas estrangeiras. Está prevista no contrato de concessões a cobrança de taxas de conexão nesses aeroportos, o que não era feito anteriormente pela INFRAERO. Alguém duvida que essa taxa será imediatamente repassada pelas companhias aéreas para o preço das passagens, ou seja, para o bolso do consumidor, afetando sobretudo as classes menos favorecidas, que recentemente passaram a utilizar o transporte aéreo? Sobre isso, o cidadão brasileiro não foi consultado, apesar de o País ser signatário de documentos da Organização da Aviação Civil Internacional - OACI que preveem a consulta aos usuários de aeroportos em caso de aumento ou criação de novas tarifas.

Vale lembrar que a crise aérea que atingiu o País nos últimos anos foi gerada por problemas causados sobretudo por etapas do transporte de passageiros sob responsabilidade, sobretudo, das empresas aéreas, como *overbooking* e atrasos no *check in*. A ANAC, que deveria ter agido de imediato, foi omissa, afetando milhares de pessoas. O que não justifica, no entanto, é usar este tipo de problema para privatizar a gestão e operação dos aeroportos.

Há ainda um risco para a qualidade e segurança das operações, já que o transporte aéreo passará a ser orientado pelo lucro dessas empresas. Lucros estes que serão remetidos para o exterior, em vez de ficarem no mercado brasileiro e gerarem emprego e renda para a nossa população.

Por fim, Sras. e Srs. Deputados, toda essa entrega do patrimônio público nacional se dá colocando em risco a própria soberania nacional. O art. 170 da nossa Constituição Federal é muito claro ao tratar da vulnerabilidade de zonas fronteiriças aéreas. Mas o Governo Dilma parece ignorar essa questão, ao passa para as mãos de empresas estrangeiras o controle da entrada de bens e pessoas

no País, com o agravante da proximidade da Copa do Mundo e das Olimpíades, quando o fluxo de cargas e passageiros aumentará significativamente no País sem poder de ingerência do Estado brasileiro nesses aeroportos.

Diante de tamanhos problemas, não é possível achar que o País fez um bom negócio ao privatizar seus três principais aeroportos. A aviação nacional está em plena ascensão.

Em 2011, os terminais de cargas registraram um aumento de 5,4% em seu volume transportado. Viracopos teve um aumento de 35,9%, e Cumbica, de 28%. Mas o Governo Duma preferiu fechar os olhos e se livrar de um suposto futuro problema, com a chegada da Copa de 2014.

Saiu perdendo o País como um todo, que entregou de bandeja mais uma vez seu patrimônio público para estrangeiros, com prejuízos para trabalhadores e consumidores e riscos à soberania nacional.

Muito obrigado.

Documento 464/472

004.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/02/2012-15:14

Publ.: DCD - 08/02/2012 - 1228

DOMINGOS NETO-PSB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 1.667, de 2011, sobre a obrigatoriedade da contratação de jovens na faixa etária entre 16 a 24 anos por pessoas jurídicas beneficiadas com incentivos fiscais ao ensejo da realização no País da Copa do Mundo em 2014 e a Copa das Confederações em 2013.

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, teremos em 2013 a Copa das Confederações e em 2014 a Copa do Mundo, dois grandes eventos para o País. Estamos sempre discutindo que legados nós queremos que esses eventos deixem para o País e para o povo, legados em termos de infraestrutura, de capacitação, de promoção turística internacional. Ora, temos de aproveitar o momento para deixar também um legado para a juventude, com desenvolvimento econômico e social, por meio do Primeiro Emprego.

Os nossos jovens não têm perspectivas de emprego por falta de experiência, e essa torna-se uma discussão quase filosófica: não adquirem experiência por não terem a oportunidade de obter um primeiro emprego, e não conseguem um primeiro emprego porque não têm experiência. Pensando nisso, no ano passado apresentei o Projeto de Lei nº 1.667, que dispõe que as empresas que venham a obter incentivos fiscais para os eventos da Copa do Mundo e da Copa das Confederações sejam obrigadas a destinar 10% dos seus postos de emprego a jovens de 16 a 24 anos, isso porque 36,7% dos jovens de 16 a 24 anos no País não têm a carteira assinada. Na Capital do meu Estado, Fortaleza, 16,7% dos jovens nessa faixa de idade estão desempregados, e o principal motivo é exatamente a falta de experiência.

A Copa do Mundo não pode ser para nós apenas um evento festivo. Tenho certeza do sucesso do nosso empenho para que as arenas estejam prontas e

para que o Bem Receber Copa, do Ministério do Turismo, possa capacitar o receptivo turístico brasileiro, mas esperamos que todas essas oportunidades que venham gerar emprego e desenvolvimento econômico para o País sejam compartilhadas com a juventude. Nesse sentido, peço apoio aos pares para darmos urgência a esse projeto, na certeza de que estaremos deixando um grande legado para a juventude brasileira com a Copa do Mundo e a Copa das Confederações.
Muito obrigado.

Documento 465/472

004.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/02/2012-16:36
Publ.: DCD - 08/02/2012 - 1245	MENDONÇA FILHO-DEM -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Incoerência do PT no tocante ao processo de desestatização. Acerto da privatização de aeroportos brasileiros.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero usar a tribuna nesse instante para felicitar o Governo do PT pelo fato econômico de grande relevância ocorrido ontem, qual seja, a entrada com todo o vigor do PT no programa de privatização. Ontem, como se sabe, foram privatizados os aeroportos de Cumbica, Brasília e Campinas. Isso mostra claramente que a administração petista durante a campanha política tinha um discurso, o de demonizar o programa de privatização do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Passada a campanha política, resistiram, resistiram, mas tiveram que ceder à razão. É visível o caos aéreo vivido no cenário brasileiro, as dificuldades com relação à infraestrutura aeroportuária e a necessidade de investimento cada vez maior no setor aeroportuário.

O Governo tem limitações sérias com relação à disponibilidade de recursos públicos e foi buscar na iniciativa privada a oportunidade para que mais recursos possam colaborar na expansão da estrutura aeroportuária do Brasil. Embora envergonhada, embora tímida, embora numa situação até certo ponto constrangedora, a privatização saiu no Governo do PT.

Então, temos que comemorar. Este é o PT neoliberal, que adere a uma nova lógica de Governo, trazendo a iniciativa privada para ajudar o Brasil a avançar no que se refere à infraestrutura necessária à realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas, eventos extremamente relevantes para a realidade esportiva brasileira e, ao mesmo tempo, criando também a infraestrutura necessária para o seu crescimento e desenvolvimento.

Então, parabéns à gestão da Presidenta Dilma por ter aderido, embora tardiamente, à tese das privatizações.

Dessa forma, fica claro que aquele discurso de campanha era apenas discurso de campanha, não havia nenhum compromisso. O compromisso verdadeiro é esse que se assiste aí: o Governo neoliberal do PT privatizando aeroportos no Brasil.

Documento 466/472

004.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

07/02/2012-16:46

Publ.: DCD - 08/02/2012 - 1247

AFONSO HAMM-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à inclusão na pauta de relevantes proposições de interesse do País. Apelo à Casa de aprovação do requerimento para tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, acerca da instituição da Política Nacional de Irrigação.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao iniciarmos o ano legislativo de 2012, precisamos definir prioridades e dar uma resposta ao desenvolvimento econômico e social do País, principalmente no que se refere aos Municípios. Precisamos votar o projeto dos *royalties* do petróleo, estabelecendo a equiparação na sua distribuição de modo a promover a redução das desigualdades regionais que há no País.

É importante finalizarmos a votação do Código Florestal, para levar segurança jurídica aos produtores, aos agricultores e aos pecuaristas. Precisamos votar o projeto que trata da Lei Geral da Copa, de minha autoria, cujo art. 30 incentiva a formação, por meio de 10% dos lucros da FIFA obtidos por ocasião da Copa no Brasil, dos nossos jovens e dos futuros jogadores profissionais mediante a construção de centros de treinamento.

Estou levando, agora, ao Colégio de Líderes requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 6.381, que estabelece a Política Nacional para a Irrigação.

O Rio Grande do Sul, o meu Estado, tem mais de 300 Municípios em situação de emergência por causa da seca prolongada. Começou a chover agora, mas não de forma regular, e os prejuízos são grandes. Precisamos de uma política de irrigação para todo o País.

Esse projeto, que está pronto para ser votado e que tem a aprovação dos Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, estabelece políticas para a inter-relação do aproveitamento de água para consumo humano, geração de energia e agricultura destinada à produção de alimentos. É, portanto, de absoluta prioridade esse projeto que estamos pautando e debatendo nos espaços da Câmara dos Deputados.

Ao finalizar esta intervenção, ressalto que contamos com um excelente desempenho, a fim de estabelecer as políticas necessárias para o País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao saudá-los, quero lhes desejar um excelente 2012. Que este novo ano e os trabalhos desta Casa Legislativa sejam coroados de êxito e resultados.

Neste primeiro pronunciamento do ano, não poderia deixar de externar os meus mais profundos sentimentos de pesar pela perda de um colega, um bom amigo e Parlamentar eficiente. Moacir Micheletto, que estava no seu sexto mandato, sempre foi exemplo de atuação parlamentar. Membro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar da Agropecuária, defendeu com afinco o setor agropecuário brasileiro.

Recordo que, no mês de dezembro de 2011, participei de reunião liderada por Micheletto com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho. Em pauta, as propostas para o fortalecimento da cadeia produtiva do trigo.

Sua morte é uma perda irreparável para todos os brasileiros. Muito atuante ao longo de sua vida política e de produtor rural no Estado do Paraná, competência, seriedade e responsabilidade sempre foram referências no seu trabalho.

Neste momento de dor, solidarizo-me com os seus familiares, eleitores, colegas parlamentares e amigos.

Apesar da perda desse inesquecível companheiro de Legislatura, damos continuidade ao trabalho neste início da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura. Temas importantes entrarão em pauta nos próximos meses. Entre eles, destaco a votação do projeto de lei que trata da divisão dos *royalties* do petróleo (PL 2.565/11) e do novo Código Florestal (EMS 1.876/99), ambos já aprovados na Câmara dos Deputados em 2011, e que retornam a esta Casa devido as alterações propostas pelos Senadores.

Não podemos esquecer que na pauta também deve ser priorizada a votação das PECs 446/09 e 300/08, que tratam do piso salarial de policiais militares e bombeiros.

Sr. Presidente, aproveito este espaço para relatar que estamos na expectativa de que o Projeto de Lei nº 6.381/05, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, entre na pauta em regime de prioridade ou urgência.

Na Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, fui autor do substitutivo que apresenta 10 instrumentos necessários para atualizar os fundamentos que norteiam essa política, para o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil. Os temas inseridos são relevantes e foram definidos de forma democrática durante cinco audiências realizadas no País. O substitutivo apresentado é importante porque garante aos agricultores uma política com sustentação para o bom uso da irrigação das lavouras e da agricultura brasileira.

O Brasil tem hoje mais de 4 milhões de hectares irrigados, com potencial para mais de 26 milhões de hectares. A agricultura irrigada no País, embora represente apenas 8% da área física agricultável, está em quase 20% da produção agrícola brasileira.

Entre os instrumentos, destaca-se o incentivo à participação privada nos investimentos, disciplinando os perímetros públicos irrigados. Além disso, são criadas condições para ampliação da área irrigada e aumento da produtividade das áreas plantadas em bases ambientalmente sustentáveis.

Quanto às demais prioridades de nossa atuação parlamentar, ressalto a necessidade de pautarmos a votação da Lei Geral da Copa. Integro a Comissão Especial destinada para avaliar a proposta e sou o Relator da Região Sul do País. No final de 2011, o Relator-Geral, o Deputado Vicente Cândido, inseriu no PL proposta que apresentei visando fazer com que parte da arrecadação da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, no que se refere aos ingressos, transmissão e utilização das imagens, seja direcionada aos clubes profissionais de futebol habilitados para formação de futuros atletas. O Relator acatou essa sugestão com o intuito de regular a

parceria da FIFA com o Governo para a construção dos Centros de Treinamento dos Clubes Formadores de Atletas de Futebol com o propósito de capacitar jovens em categoria de base.

O carvão mineral é outro assunto que deve ser tratado com muita atenção e prioridade no Congresso Nacional. Na condição de Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral, tenho liderado diversas ações em prol da efetivação de políticas públicas para o carvão mineral, importante matriz energética, cuja produção é geradora de empregos e promotora do desenvolvimento do Sul do País. As usinas termelétricas de carvão mineral ficaram fora do leilão A-5 de energia elétrica realizado no dia 20 de dezembro e do Plano Decenal de Energia 2011-2020.

Nos próximos dias, vou apresentar projeto de lei que contemple políticas de curto, médio e longo prazos para o carvão mineral. A ideia é consolidar uma proposta e iniciar também um programa de modernização do parque térmico a carvão atual.

Esse PL terá como objetivo definir as diretrizes para a indústria do carvão mineral nacional, com o propósito de estabelecer uma política que corrija as assimetrias fiscais, tributárias e financeiras. Visará ainda definir recursos para programas de pesquisa tecnológica para um mundo de baixo carbono, um programa de modernização do atual parque termelétrico e mineiro, contemplando os mecanismos previstos em lei que nunca foram implantados.

Destaco também a importância do PL nº 3.321/08, de minha autoria, que cria política de incentivos nas faixas de fronteira, já aprovado na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Esse PL altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, criando condições de incentivo para o desenvolvimento das faixas de fronteira. As empresas que se instalarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem seus empreendimentos nas faixas de fronteira terão direito à redução de 75% do Imposto de Renda no prazo de 10 anos. A faixa limítrofe do País, formada por 588 municípios e habitada por cerca de 10 milhões de pessoas, tem agravada a situação de estagnação econômica, e o projeto visa alterar esse quadro.

Ao finalizar este pronunciamento, peço aos nobres colegas Parlamentares apoio para pautarmos a discussão e votação desses assuntos, que são de grande relevância para o País.

Por fim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a manifestar.

Documento 467/472

004.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	07/02/2012-18:58
Publ.: DCD - 08/02/2012 - 1291		AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO
		DISCURSO

Sumário

Saudações aos Parlamentares ao ensejo do reinício dos trabalhos legislativos. Homenagem póstuma ao Deputado Moacir Micheletto. Expectativa quanto à apreciação

pela Casa de proposições de relevante interesse do País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao saudar os nobres pares quero cumprimentá-los e desejá-los um excelente 2012. Que este novo ano e o início dos trabalhos nesta Casa legislativa sejam coroados de êxitos, muito trabalho e resultados.

No primeiro pronunciamento deste ano, não poderia deixar de externar os nossos mais profundos sentimentos de pesar, neste momento em que perdemos um colega, amigo e eficiente Parlamentar. Moacir Micheletto, do PMDB do Paraná, no seu sexto mandato sempre foi exemplo de atuação parlamentar. Membro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar da Agropecuária, defendeu com afinco o setor agropecuário brasileiro.

Recordo, que no mês de dezembro de 2011, participei de uma reunião liderada por Micheletto com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho. Em pauta, as propostas para o fortalecimento da cadeia produtiva do trigo.

Sua morte é uma perda irreparável para todos os brasileiros por ter sido muito atuante ao longo da sua vida política e de produtor rural no Estado do Paraná. Competência, seriedade e responsabilidade sempre foram referências no trabalho do Parlamentar.

Neste momento de dor e ausência, solidarizo-me com os seus familiares, eleitores, colegas Parlamentares e amigos.

Colegas, mesmo com a perda desse inesquecível companheiro de legislatura, damos continuidade ao trabalho, durante esta sessão solene do Congresso Nacional, destinada a inauguração dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura. Temas importantes entrarão em pauta nos próximos meses. Entre eles, destaco o projeto de lei que trata da divisão dos *royalties* do petróleo, o PL 2.565, de 2011, e o novo Código Florestal (EMS 1.876/99), ambos já aprovados na Câmara dos Deputados em 2011 e que retornam a esta Casa devido às alterações propostas pelos Senadores.

Não podemos esquecer que na pauta também deve ser priorizada a votação das PECs 446, de 2009, e 300, de 2008, esta última referente ao piso salarial de policiais militares e bombeiros.

Sr. Presidente, aproveito este espaço para relatar que estamos na expectativa de que o Projeto de Lei 6.381, de 2005, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, entre na pauta em regime de prioridade ou urgência na Ordem do Dia. Na Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural fui autor do substitutivo que apresenta 10 novos instrumentos necessários para atualizar os fundamentos e instrumentos que norteiam a política para o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil. Os temas inseridos são relevantes e foram definidos de forma democrática durante cinco audiências realizadas no País. O substitutivo apresentado é importante porque garante aos agricultores uma política com sustentação para o bom uso na irrigação das lavouras e da agricultura brasileira.

O Brasil tem hoje mais de 4 milhões de hectares irrigados, com potencial para mais de 26 milhões de hectares irrigados. A agricultura irrigada no País embora represente apenas 8% da área física agricultável, está em quase 20% da

produção agrícola brasileira.

Nos instrumentos, destaca-se o incentivo à participação privada nos investimentos, disciplinando os perímetros públicos irrigados. Além disso, cria condições para ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade das áreas plantadas em bases ambientalmente sustentáveis.

Entre as demais prioridades da nossa atuação parlamentar destaco que o nosso trabalho estará pautado na votação da Lei Geral da Copa. Integro a Comissão Especial destinada a avaliar a lei e sou Relator da Região Sul do País. No final de 2011, o Relator, Deputado Vicente Cândido, inseriu a nossa proposta no PL visando que parte da arrecadação da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, no que se refere aos ingressos, transmissão e utilização das imagens, seja direcionada aos clubes profissionais de futebol habilitados para formação de futuros atletas. O Relator acatou a nossa sugestão com o intuito de regular a parceria da FIFA com o Governo para construção de Centros de Treinamento dos Clubes Formadores de Atletas. E, para atender à proposta, estabeleceu no art. 30 da Lei Geral da Copa, no que se refere às campanhas sociais, a efetiva aplicação voluntária pela FIFA de recursos oriundos dos eventos para construção de Centros de Treinamento de Atletas de Futebol, com o propósito de capacitar os jovens em categorias de base.

O carvão mineral é outro assunto que acreditamos que deva ser tratado com muita atenção e prioridade no Congresso Nacional. Como vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral, tenho liderado diversas ações em prol da efetivação de políticas públicas para o carvão mineral - importante matriz energética, geradora de empregos e que promove o desenvolvimento do Sul do País. As usinas termelétricas de carvão mineral ficaram fora do leilão A-5 de energia elétrica, realizado no dia 20 de dezembro, e do Plano Decenal de Energia 2011-2020.

Nos próximos dias, vamos apresentar um projeto de lei que contemple políticas de curto, médio e longo prazo para o carvão mineral. A ideia é consolidar uma proposta e iniciar também um programa de modernização do parque térmico a carvão atual.

O PL visa definir as diretrizes para a indústria do carvão mineral nacional, com o propósito de estabelecer uma política que corrija as assimetrias fiscais, tributárias e financeiras. Ainda visa definir recursos para programas de pesquisa tecnológica para um mundo de baixo carbono, um programa de modernização do atual parque termelétrico e mineiro, contemplando os mecanismos que estão previstos em lei e nunca foram implantados.

Ainda destaco a importância do PL 3.321/2008, de minha autoria, que cria política de incentivos na faixa de fronteira, já aprovado na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. O PL altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, criando condições de incentivo para o desenvolvimento da faixa de fronteira. As empresas que se instalarem, que se modernizarem, que ampliarem ou diversificarem seus empreendimentos na faixa de fronteira terão direito à redução de 75% do Imposto de Renda no prazo de 10 anos. A faixa limítima do País, formada por 588 Municípios e habitada por cerca de 10 milhões de pessoas, tem agravada a situação de estagnação econômica, e o projeto visa alterar esse quadro.

Ao finalizar esse pronunciamento, peço apoio a todos os Parlamentares para esses assuntos de grande relevância para o País.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que eu tinha a manifestar.

Documento 468/472

002.2.54.O

Sessão Ordinária - CD

06/02/2012-16:27

Publ.: DCD - 07/02/2012 - 918

DÉCIO LIMA-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Balanço dos trabalhos realizados pela Casa no exercício de 2011. Elogio ao Deputado Paulo Teixeira pela atuação na Liderança do PT.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço a deferência e o carinho do Líder Chico Alencar.

Trago, nesta tarde, registro dos números e dos fatos que marcaram, no meu entender, positivamente, o ano passado no Congresso Nacional.

Em perfeita sintonia com este novo Brasil inaugurado pelo Presidente Lula, os números são realmente extraordinários, numa agenda que conduz o Brasil a uma situação histórica nunca registrada nos 512 anos de seu descobrimento, que vamos comemorar no dia 21 de abril, com desenvolvimento sustentável, levando o País a um novo paradigma.

Quero também dizer da alegria de ver os colegas Deputados. No ano passado, tive o orgulho e a honra de, juntamente com meus colegas, ter sido liderado pelo querido Deputado Paulo Teixeira, um dos protagonistas da agenda positiva desta Casa, juntamente com a base aliada do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que compõe o sucesso desses resultados.

No momento em que este Poder Legislativo iniciou seus trabalhos, a mensagem de S.Exa. a Presidenta da República revelou o entusiasmo inegável com o Brasil, na medida em que os números são incontestáveis, sobretudo porque o País, pela vez primeira, pode vir a ser a quinta economia do planeta, tendo, neste momento, a possibilidade de realizar uma nova fase para servir de espelho para a humanidade, crescendo, dividindo riquezas e preocupações com o planeta no tocante aos problemas ambientais.

Portanto, solicito de V.Exa. que receba este pequeno relato que traz os números efetivados pela Câmara dos Deputados sob a Presidência do nosso querido Deputado Marco Maia.

Volto a registrar nossa alegria, nosso contentamento com a grande liderança que teve nosso partido. E nós depositamos a confiança e este extraordinário resultado ao Deputado Paulo Teixeira.

Obrigado, Deputado Paulo Teixeira. V.Exa. marcou presença na bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, retomamos, na quinta-feira passada, dia 2 de fevereiro, os trabalhos na Câmara dos Deputados. Uma Sessão Solene do Congresso Nacional marcou a abertura dos trabalhos da 2ª

Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos efetivamente as atividades do ano de 2012, gostaria de fazer uma retrospectiva do trabalho realizado no ano passado na Câmara dos Deputados.

Em 2011 fechamos o ano com 370 sessões realizadas, entre sessões preparatórias, ordinárias deliberativas e não deliberativas, para debates e trabalho de Comissões, extraordinárias deliberativas, sessões solenes e Comissões Gerais. Essas sessões resultaram na aprovação de 463 matérias, das 464 proposições apreciadas pelo Plenário. Portanto, apenas uma delas foi rejeitada.

Aprovamos quatro propostas de emenda à Constituição, sendo duas em primeiro turno; 37 medidas provisórias; 2 projetos de lei complementar; 35 projetos de lei; 55 projetos de decreto legislativo; 9 projetos de resolução; e 2 objetos de deliberação. Além disso, mais 319 outras matérias foram apreciadas pelo Plenário. A única proposta rejeitada foi uma representação.

Nas 20 Comissões Permanentes, aconteceram, no ano passado, 1.401 reuniões. Já as 33 Comissões Temporárias, sendo 25 especiais e 8 externas, fecharam 2011 com 293 reuniões.

Embora os números sejam significativos, mais ainda são os temas das matérias aprovadas. Entre os principais projetos aprovados estão a Lei 12.424/2011, que se refere ao extraordinário e único programa de habitação, o Minha Casa, Minha Vida. A lei trata da segunda etapa do programa, que vai garantir 2 milhões de moradias para famílias de baixa renda até 2014.

Outro programa que merece destaque é o Brasil sem Miséria, que aplicará mais de R\$1 bilhão para que o Brasil possa desenhar um Mapa Nacional de Oportunidades, identificando os meios mais eficientes para tirar da linha de pobreza extrema 16 milhões de pessoas, dando-lhes condições melhores de vida através de projetos de inclusão social.

Na área de desenvolvimento econômico e social ainda foram aprovados: a Lei 12.382/2011, que trata da Política de Recuperação do Salário Mínimo; a MP 528/2011, que corrige a tabela do Imposto de Renda; a PEC 61/2011, sobre a Desvinculação das Receitas da União; a MP 529/2011, sobre o Programa Empreendedor Individual; a Lei 12.407/2011, que subsidia a indústria automotiva; a Lei 12.431/2011, que trata da Reserva Global de Reversão; a Lei 12.404/2011, que versa sobre o trem-bala; a Lei 12.397/2011, que aumenta a capacidade de financiamento através do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; a Lei 12.431/2011, de incentivo à Energia Nuclear; a Lei 12.414/2011, que estabelece o cadastro positivo para dados sobre pagamentos em dia; além da ampliação da atuação dos Correios; do Programa de Inclusão Digital, com a implantação de *tablets* nas escolas; dos incentivos aos exportadores; do estímulo à inovação; da desoneração da folha de pagamentos; da ampliação dos limites da Lei do Super-SIMPLES, a Lei 12.529/2011 (Super-CADE); e a importante PEC da Música, pela qual tenho um carinho especial.

Na área do meio ambiente e agricultura, o Plenário aprovou o PL 1.876/1999, que trata do Código Florestal; a Lei 12.512/2011, chamada de Bolsa Verde; e a Lei 12.384/2011, que concede crédito para garantir a safra.

No que diz respeito à educação, outros importantes projetos foram aprovados pela Câmara, como a Lei 12.513/2011, que trata do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; a Lei 12.425/2011, que versa sobre a contratação de professores; além de projeto que estabelece parceria com as *lan houses* na educação, recursos para o programa Brasil Escolarizado e o Plano Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública.

Na saúde, destaco a regulamentação da Emenda 29, por meio do PLP 306/2008; a MP 520/2010, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; e MP

521/2010, sobre o reajuste do valor da bolsa para médicos-residentes.

No que diz respeito às Olimpíadas de 2016 e à Copa do Mundo de Futebol de 2014, o Plenário da Câmara aprovou a MP 527/2011, que trata do regime diferenciado de contratações; a Lei 12.395/2011, a chamada Bolsa Atleta; e a MP 503/2010, que versa sobre a Autoridade Pública Olímpica.

Na área do trabalho, apreciamos a PEC 270, o aviso prévio de até 90 dias, a criação de 137 Varas do Trabalho em 12 Estados e a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho.

No combate à corrupção e aos crimes em geral, aprovamos o PL 3.443/2011, que reforça o COAF, combatendo a lavagem de dinheiro; a Lei 12.433/2011, de redução de pena ao presidiário estudante; a Lei 12.403/2011, que estabelece mudanças nas prisões preventivas; a Lei 12.408/2011, que proíbe a compra de *spray* por menores de 18 anos; a Lei 12.398/2011, que garante o direito de visita aos avós; e o PL 4.529/2004, que cria o Estatuto da Juventude.

No quesito relações internacionais, criamos a UNASUL, por meio do PDC 2.600/2010; além de aprovarmos os acordos de Itaipu, com o PDC 1669/09, e do FMI.

Feito este breve histórico, Sr. Presidente, quero destacar que esta Casa tem cumprido seu importante papel perante a sociedade brasileira, apresentando, discutindo e aprovando matérias importantes para que o nosso Brasil continue se desenvolvendo, crescendo econômica e socialmente e se fortalecendo em todos os setores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 469/472

002.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	06/02/2012-14:21
Publ.: DCD - 07/02/2012 - 895	MAURO BENEVIDES-PMDB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Visita da Presidenta Dilma Rousseff às obras do Metrô de Fortaleza e da ferrovia Transnordestina, no Estado do Ceará. Expectativa quanto à continuidade das obras de transposição de águas do Rio São Francisco.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores da *TV Câmara*, o Ceará recebe, amanhã, a visita da Presidente Dilma Rousseff, que inspecionará obras federais e estaduais, numa comprovação de seu vivo interesse em conhecer, de perto, realizações que se efetivam ali com recursos da União, ao lado de iniciativas do Governo Estadual, confiado a Cid Ferreira Gomes, que cumpre, agora, seu segundo mandato, com desempenho considerado proficiente por todos os nossos coestaduanos.

Na Capital, a Primeira Magistrada do País avaliará os trabalhos do metrô de Fortaleza, empreendimento que necessita ser ultimado, inclusive pela proximidade da Copa de 2014, com a natural afluência de turistas, além da

própria comunidade local que buscará aquela alternativa de interligação entre o Estádio do Castelão e outras áreas de nossa urbe.

Na quarta-feira, a Titular do Planalto deslocar-se-á para a região do Cariri, quando, a partir de Juazeiro do Norte, acompanhará, juntamente com os Governadores do Ceará, Pernambuco e Piauí, o andamento da construção da Transnordestina, cometimento sobre o qual me manifestei em longo discurso, no final da sessão legislativa passada, mostrando a imperiosa necessidade de ser a mesma concluída, com o término dos trabalhos entre Missão Velha e a cidade piauiense de Eliseu Martins, o que permitirá que, através dos Portos de Pecém e Suape, processe-se a exportação de produtos agrícolas originários do chamado Polígono das Secas, e abrirá, assim, perspectivas mais favoráveis para a expansão de nossas atividades produtivas.

Aguarda-se, igualmente, que, no âmbito do Ministério da Integração, confiado ao Ministro Fernando Bezerra Coelho, sejam reajustados os cronogramas de desembolso para acelerar a Transposição do Rio São Francisco - grandioso sonho acalentado pela população brasileira, cujo início apontou para a concretização, sem retardamentos, daquela ousada proposta de gestões passadas.

A bancada cearense estará atenta, para posterior comentário, nesta Casa e no Senado Federal, relativamente ao esforço do Poder Executivo para a efetivação, sem mais delongas, de empreendimento de tão marcante significação para todos nós, que aqui temos a responsabilidade de representar o povo cearense e de estimular a União a tornar realidade planos de reconhecida magnitude, como os que, modorrentamente, estão sendo levados a efeito naquela faixa territorial do País.

Documento 470/472

001.2.54.O	Sessão Ordinária - CD	03/02/2012-12:24
Publ.: DCD - 04/02/2012 - 274		AMAUURI TEIXEIRA-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Congratulações à Deputada Erika Kokay pelo lançamento do site da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Tradicionais de Terreiro. Apelo a policiais grevistas no Estado de Bahia de restabelecimento das negociações com o Governador Jaques Wagner. Razões do elevado índice de aprovação popular da Presidenta Dilma Rousseff. Manutenção, pelo Supremo Tribunal Federal, da prerrogativa de investigação de magistrados conferida ao Conselho Nacional de Justiça. Artigos Desemprego é o menor da história e O Brasil está no caminho certo, divulgados pelo site Conversa Afiada, do jornalista Paulo Henrique Amorim.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Erika Kokay, primeiro quero parabenizá-la. V.Exa., ontem, 2 de fevereiro, dia da abertura dos trabalhos legislativos, conseguiu reunir os membros da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Tradicionais de Terreiro, da qual é Presidente, e lançar um *site*. Depois participamos da festa de Iemanjá em

Brasília.

V.Exa. mostrou que tem pulso e vontade de trabalhar e de defender os maiores ameaçados pela especulação imobiliária, pelo poder econômico, pela elite deste País. E mostrou também que nesta Casa há Parlamentares que trabalham.

Muita gente achava que não haveria trabalho nenhum nesta semana. Já estamos trabalhando desde ontem, quando saímos daqui mais de 8 horas da noite. Inclusive, estivemos presentes ao lançamento da referida Frente Parlamentar. Por isso quero parabenizá-la.

Sra. Presidenta, quero fazer um registro importante. Nós criticamos o Supremo Tribunal Federal esse tempo todo pela postura que vinha mantendo, ameaçando retirar competência do Conselho Nacional de Justiça.

Nós elogiamos aqui a postura firme e determinante da Ministra Eliana Calmon, cobrando que o Conselho tivesse mantida sua competência para investigar magistrados.

Quero parabenizar o STF e citar os Ministros - a população brasileira deve conhecer seus nomes - que tiveram coragem de manter a competência do CNJ, inclusive a prerrogativa constitucional de transparência no processo. O juiz deve submeter o processo à Constituição, que garante a transparência e o acesso da população ao processo, exceto em pouquíssimos casos.

Então, quero parabenizar os Ministros Joaquim Barbosa, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ayres Britto e Gilmar Mendes pelo voto a favor da manutenção das prerrogativas e competências do CNJ, uma das instituições mais importantes dos últimos tempos na República brasileira.

Por outro lado, Sra. Presidenta, quero fazer um apelo à Polícia Militar da Bahia. Aliás, à Polícia não, porque a maioria dos policiais da Bahia estão trabalhando. Das quatro associações de policiais existentes no Estado, apenas uma, sem negociar, sem abrir interlocução com o Governador, está causando tumulto e pânico, expondo a população desnecessariamente.

O Governador Jaques Wagner, um democrata, tem mostrado que é capaz de dialogar com os movimentos sociais, tem feito um diálogo permanente, inclusive com as Polícias Militar e Civil.

Não faz sentido deflagrar um processo grevista sem abrir o diálogo, sem esgotar as possibilidades de negociação, mormente num momento em que a Bahia é vitrine para o mundo, praticamente às vésperas do Carnaval. Essa atitude é nefasta à população, à Bahia, a Salvador.

Essas pessoas que precipitaram, de forma irresponsável, o movimento estão prestando um desserviço à população baiana. Quero fazer um apelo a todos os policiais para que mantenham a atitude responsável e continuem com seu trabalho e estabeleçam negociação com o Governador, que chegou do exterior e imediatamente abriu o diálogo. Continuem dialogando porque temos certeza de que logo se encontrará uma solução para o problema.

Sra. Presidenta, não poderia deixar, no retorno a esta Casa, de elogiar a Presidenta Dilma e o Brasil, que tem sido modelo para o mundo.

Quero deixar registrado artigo de Paulo Henrique Amorim, um dos palestrantes num fórum de 42 presidentes de grandes empresas, no qual mostrou a unanimidade do otimismo dos presidentes de empresas em relação à economia brasileira. Ele compara, inclusive, o desenvolvimento do Brasil com o de Estados Unidos e China.

Essa confiança foi traduzida, Sra. Presidente, na última pesquisa. Quem ouve a Oposição na tribuna desta Casa imagina que o Brasil é o pior País do mundo. Essa não é a realidade.

A população brasileira deu à Presidenta Dilma o maior índice de aceitação já conquistado em primeiro mandato em toda época. Nem Lula, um fenômeno - como diz meu amigo Manolo: "*Lula é um popstar.*" - pelo seu carisma, pelo

carinho que tem e pelo que fez pelo Brasil, conseguiu aprovação tão grande quanto a da Presidenta Dilma.

A população brasileira confia na Presidenta Dilma por sua seriedade, austeridade, postura ética na condução da Presidência da República; por sua política de desenvolvimento e sua política social, voltada para os mais pobres.

Nós alcançamos mais um índice positivo: o menor índice de desemprego de todas as épocas, no último mês. Foi divulgado pelo IBGE que o desemprego, que era de 5,2% - um dos menores índices já alcançados -, recuou para 4,7%, em dezembro. Em novembro era de 5,2%, recorde, e recuou para 4,7% em dezembro. Enquanto os Estados desenvolvidos têm índice de 9%, os países desenvolvidos, de 10%, 11%, 12%, o Brasil tem índice de apenas 4,7%. Isso se faz, sobretudo, pela política de investimento. E vamos aumentar os investimentos.

Isso se faz pela política de crescimento econômico, alavancado, sobretudo, pelo investimento público nas obras do PAC, no Programa Minha Casa, Minha Vida, nas diversas obras de infraestrutura que estão ocorrendo no Brasil.

A Presidenta Dilma tem reafirmado aqui e lá fora que vai continuar investindo e apostando no Brasil. E tem dito para os países que estão sofrendo a crise, tanto da Europa quanto os Estados Unidos, que a saída não é corte de gasto, não é demissão de servidores públicos.

Este ano, a Presidenta Dilma já autorizou uma série de contratações e de abertura de concursos, inclusive para o Banco do Brasil - V.Exa. é bancária - e outras instituições importantes. Abriu 36 mil postos para propiciar a criação de novas universidades, três delas no Nordeste, duas na minha Bahia, e de novos institutos federais de tecnologia.

Gostaria de deixar registrados esses artigos, que demonstram que a Presidenta Dilma está no caminho certo: investimento, mais investimento, redução da taxa de juros...

O novo ciclo é o da redução da taxa de juros. Cada vez mais estamos baixando os juros. E vai continuar essa política, segundo a Presidenta Dilma, o Ministro Mantega, a Ministra Miriam Belchior. Vamos continuar com a política de queda na taxa de juros, de investimento e de combate à inflação. É possível combinar contenção de inflação com crescimento econômico, distribuição de renda e aplicação de recursos em programas sociais.

Parabéns, Presidenta Dilma. A população brasileira confia em V.Exa., e nós também. Continue atuando dessa forma, que o povo brasileiro reconheceu como acertada. Nós temos plena confiança no seu Governo e na sua equipe.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem o Supremo Tribunal Federal manteve a autonomia do Conselho Nacional de Justiça para investigar e punir juízes. Uma das decisões mais importantes daquela instituição na história recente da nossa democracia, não apenas pela importância do CNJ, mas por ter o órgão ouvido a opinião pública nesse caso. No entanto, ainda é necessário concluir o julgamento sobre as prerrogativas do órgão.

Para seis dos 11 ministros, o CNJ pode iniciar investigações, independentemente da ação das corregedorias regionais. A decisão foi contrária ao que defendeu o Relator do caso, Ministro Marco Aurélio, para quem a atuação do órgão deveria ser subsidiária, de auxílio.

Votaram pela autonomia do Conselho os Ministros Joaquim Barbosa, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ayres Britto e Gilmar Mendes. Os outros quatro Ministros -Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Celso de Mello e Cezar Peluso - acompanharam o Relator.

Segundo defende o Relator, *"o poder fiscalizatório, administrativo e disciplinar conferido pela Constituição Federal ao Conselho Nacional da Justiça não o autoriza a invadir o campo de atuação dos tribunais"*. Ele ainda completa que *"verifica-se a invasão da autonomia administrativa dos tribunais para regular o procedimento disciplinar"*. Aliás, todo o julgamento se deve a liminar concedida em dezembro do ano passado por Marco Aurélio, que suspendeu alguns dispositivos de uma resolução do CNJ editada para uniformizar procedimentos disciplinares e penalidades a juízes.

No entanto, há opiniões divergentes e sensatas no Supremo. Como muito bem disse o Ministro Gilmar Mendes, impedir o CNJ de atuar de forma independente seria *"um esvaziamento brutal da função do Conselho Nacional de Justiça"*.

A Suprema Corte também manteve nesta quinta-feira o entendimento do CNJ que impede sessões sigilosas de julgamento de juízes suspeitos, além de confirmar que qualquer cidadão poderá denunciar magistrados.

Na quarta-feira, o STF já havia definido que penas previstas em lei sobre abuso de autoridade não se aplicam a juízes, o que diminui os poderes de sanção do CNJ.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar desta tribuna a matéria intitulada *Desemprego é o menor da história*, publicada no site Conversa Afiada, de Paulo Henrique Amorim, e escrita por Diogo Martins, do site Valor Econômico.

Segundo o texto, a taxa de desemprego ficou em 4,7% em dezembro, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME divulgada nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A taxa mostrou recuo em relação aos 5,2% registrados em novembro, e ficou abaixo do desemprego de 5,3% da população economicamente ativa registrado em dezembro de 2010. A taxa de dezembro é a menor, para qualquer mês, desde o início da série histórica, em março de 2002.

O rendimento real mensal habitual ficou em R\$ 1.650,00 o que representou avanço de 1,1% sobre novembro do ano passado e alta de 2,6% na comparação com dezembro de 2010. A massa de rendimentos real mensal habitual alcançou R\$ 37,8 bilhões, valor 0,7% maior que o total registrado em novembro, e foi 3,4% mais alta que a observada em dezembro de 2010.

A população ocupada ficou em 22,7 milhões em dezembro, número que representa estabilidade em relação a novembro, e alta de 1,3% em relação a dezembro de 2010. O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado alcançou 11,2 milhões - estabilidade na comparação com novembro e avanço de 6% na comparação com dezembro de 2010.

A PME abrange as seis maiores regiões metropolitanas do País.

Sr. Presidente, transcrevo artigo intitulado *O Brasil está no caminho certo*, publicado no site Conversa Afiada, de autoria de Paulo Henrique Amorim.

Assim está o texto:

"O ansioso blogueiro foi nesta segunda-feira um dos expositores numa reunião fechada com presidentes de empresas brasileiras.

O outro palestrante é CEO para o Brasil de um dos maiores bancos do mundo.

Veja o que diz ele:

- a crise do endividamento das pessoas físicas americanas acabou.

O problema agora é político.

- a economia americana vai crescer 2,5% em 2012.
 2,5% em cima de um PIB de US\$ 14 trilhões não é de se jogar fora ...
 Para comparar, quando o Brasil crescer 3,5% ou 4% em 2012 será sobre um PIB de US\$ 2 trilhões.

- o problema é a Europa, enquanto D. Merkel não abrir o cofre para salvar o Euro. Mais cedo ou mais tarde, ela ou o sucessor fará isso.
 A alternativa será uma corrida aos bancos.
 Mas, o Euro ficará de pé e a Grécia não sairá da zona do Euro.
 D. Merkel e Sarkozy vão ter que esticar a dívida dos bancos e engolir um bom prejuízo.

A Europa - Alemanha e França - vão ter que aceitar um Plano Brady (que os bancos americanos tiveram que engolir com a dívida dos latino-americanos: algo como 30% de prejuízo).
 Se a Europa quebrar, o risco de crédito dos bancos americanos é de 12%, o do Brasil é 13% e o da Inglaterra ... de 70% !
 Quer dizer, a Inglaterra deve rezar todo dia para que nenhum banco europeu quebre.

E, para não quebrar, D Merkel não pode viver nessa boa vida de exportar com o Euro com a cotação subavaliada do dracma grego, da lira italiana ou do peso espanhol.

Assim, qualquer um cresce e mantém o emprego, como D Merkel.
 A lira, o dracma e o peso não podem se desvalorizar, para voltar a exportar.
 Tem que ir de pires na mão ao Banco Central Europeu.
 Mas, o Euro vai ter que se desvalorizar ainda mais para ajudar a recuperação.
 Como diz um economista americano - segundo este CEO: ao fim e ao cabo nenhum grande banco europeu vai quebrar como o Lehman americano.
 O que vai haver é um monte de Citibanks, bancos estatais disfarçados.
 Os bancos franceses, italianos são falsamente privados.
 Até o Deutsche Bank é hoje semiestatal.

- a China vai crescer 7% este ano, o que é uma aterrissagem suave, com solavancos.
 A China tem US\$ 3 trilhões em reservas cambiais.
 A maior fatia em títulos americanos - ou seja, é a maior garantidora da solvência americana.

- o Brasil está no caminho certo.
 Se crescer mais de 4%, vai faltar mão-de-obra e a infra-estrutura não aguenta.
 O arsenal de estímulos de que o Governo brasileiro dispõe para reanimar a economia é imenso.
 A economia mundial se recupera no segundo semestre e o Brasil, de novo, como na crise de 2008, vai saltar na frente.
 O Brasil tem US\$ 350 bi de reservas e \$300 em títulos do Tesouro americano que rendem 0,25%.
 O que eu faria no lugar do Alexandre Tombini (presidente do Banco Central) ?
 Exatamente a mesma coisa.
 O Brasil lançou títulos no mercado mundial e pagou 3,5%; a Vale, 4%.
 Muito bom, embora a demanda tenha sido um pouco menor do que das últimas vezes.

A China passou a investir em portfólio brasileiro - títulos, papéis - além de investimento direto em empresas.
 O que acentua a integração econômica do Brasil com a China.
 Para onde a China for, o Brasil vai.
 Qual o único temor ?
 A inflação com a memória da indexação.
 O que fazer ?

O que o Tombini faz.

E as obras do PAC, Minha Casa, Copa, Olimpíadas - isso é consumo na veia.

Classe C empregada e comprando.

Dez por cento do corpo de funcionários desse banco no Brasil é de estrangeiros, especialmente argentinos e uruguaios.

Única zona cinza no cenário: D. Merkel vai pagar a conta ou vai haver uma corrida aos bancos europeus ?

No banco desse CEO acredita-se que há entre 10% e 15% de possibilidades de uma corrida.

Em tempo: ao fim de duas horas de exposição e acalorados debates, nenhum presidente de empresa invocou argumentos extraídos da Urubologia.

Estão todos - eram 42 presentes - otimistas.

E ninguém ali parecia Dilmista.

Coitada da Urubologia.

Não faz sucesso em Madureira nem entre Presidentes.

Deve ser triste."

Muito obrigado.

Documento 471/472

001.2.54.N	Sessão Solene - CN	02/02/2012-16:57
Publ.: DCN - 03/02/2012 - 520	MARCO MAIA- (PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)--	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	OUTROS DISCURSO

Sumário

Discurso proferido em sessão solene do Congresso Nacional, ao ao ensejo da instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Marco Maia) - Muito obrigado ao Exmo. Sr. Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, também um amigo e parceiro que tem, em conjunto com a Câmara dos Deputados, conduzido de forma exemplar os trabalhos do nosso Congresso Nacional.

Início a minha saudação, portanto, saudando o Presidente do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Senador José Sarney. Saúdo também a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Exma. Sra. Gleisi Hoffmann.

Saúdo o representante do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, o Exmo. Sr. Ministro Ricardo Lewandowski; a 1ª Vice-Presidente da Mesa Diretora do Congresso Nacional, a Exma. Sra. Deputada Rose de Freitas; o 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Senador Waldemir Moka; o 1º Secretário da Mesa Diretora do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Deputado Eduardo Gomes, que, como integrante do PSDB na Câmara dos Deputados, leu a mensagem da Presidenta Dilma com um certo entusiasmo; o 2º Secretário da Mesa Diretora do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Senador João Ribeiro; o 3º Secretário da Mesa Diretora do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Deputado Inocêncio Oliveira.

Saúdo também o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho; o Ministro de Estado da Previdência

Social, o Senador Garibaldi Alves Filho; a Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, a Sra. Ideli Salvatti; a Governadora do Rio Grande do Norte, a Sra. Rosalba Ciarlini; comandando o Exército, o Exmo. Sr. General Enzo Martins Peri; o Chefe de Estado-Maior da Armada, o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra João Afonso Prado Maia de Faria, que aqui representa o Comando da Marinha; o Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, que aqui representa o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito; o Núncio Apostólico no Brasil, o Exmo. Sr. Dom Lourenzo Baldisseri; os Exmos. Sras. e Srs. Membros do Corpo Diplomático; os Exmos. Sras. e Srs. Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores.

No ano passado, Senador Sarney, a Câmara dos Deputados participou da formulação de muitas matérias de grande interesse para a sociedade brasileira, como, por exemplo, uma política permanente de reajuste do salário mínimo, a regulamentação da Emenda 29, a votação da PEC da Música, as alterações do Programa Minha Casa, Minha Vida e a votação da primeira fase do novo Código Florestal, após 12 anos de tramitação nesta Casa, desde 1999.

Discutimos e deliberamos também sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, sobre a regulamentação do aviso prévio proporcional, sobre a Comissão da Verdade, sobre a criação do Estatuto da Juventude, além da regulamentação do acesso às informações transformadas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que estabelece regras quanto à definição do que seja informação acessível e sigilosa e certamente modificará o padrão de relacionamento entre as instituições e a cidadania.

Vale ainda destacar a implementação, em caráter permanente, da política de valorização do salário mínimo, que nos levará em pouco tempo a um patamar superior aos 500 dólares, caracterizando uma efetiva política e distribuição de renda, com a diminuição das enormes diferenças sociais em nosso País, além de propiciar um vigoroso estímulo à nossa economia.

Enfim, em 2011, a Câmara aprovou 637 matérias, sendo 144 em Plenário e 493, em caráter conclusivo, nas 20 Comissões Permanentes.

Entre outros temas de que estamos amadurecendo o entendimento e que retomaremos já a partir do primeiro semestre de 2012, está a discussão sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo, que certamente proporcionará um importante volume de recursos a Estados e Municípios, que lhes permitirão desenvolver ou aprimorar políticas públicas essenciais, bem como o atendimento em geral das demandas que mais afligem as suas respectivas comunidades.

Também nos impõe o debate a implantação de uma maior proteção aos trabalhadores terceirizados, bem como a análise do Fundo de Previdência do Servidor Público, que, aliás, já conta com um forte indicativo de acordo entre as Lideranças desta Casa.

De igual modo, nossas atenções não podem perder a consideração da premência pela aprovação da Lei Geral da Copa, instrumento que formatará a organização desse tão grandioso evento e que servirá de vitrine da cultura brasileira para o mundo.

Daremos também atenção especial e imediata ao aperfeiçoamento da chamada Lei Seca, de modo a enrijecer ainda mais os dispositivos legais para aqueles que misturam álcool e direção, na incessante busca pela redução dos tão nefastos acidentes de trânsito, que vitimam ou mutilam milhares de brasileiros ano após ano.

Por fim, outro tema que está em nossa permanente consideração é o da reforma política. Devemos nessa matéria manter nossa perseverança e nossa paciência, pois se trata de um tema não apenas delicado, mas, ao mesmo tempo,

imprescindível para o avanço da nossa democracia. Se conseguirmos efetivar a reforma política do possível, já teremos avançado sobremaneira rumo à configuração de um novo país.

Não podemos perder de vista, de igual modo, a responsabilidade que a Câmara tem para com a governabilidade. Em outras palavras, devemos, com independência, desenvolver e defender a pauta construída dentro do Poder Legislativo, graças a um esforço contínuo entre os partidos e seus Parlamentares, compatibilizando-a, sempre que possível e com a habilidade política, com os projetos oriundos dos outros Poderes.

É esta perspectiva que nos leva, sobretudo neste período de conjuntura econômica mundial duvidosa, a ter muito cuidado com a realização de despesas. Em outras palavras, temos como certo que os gastos públicos neste momento devem estar diretamente ligados com o aumento da produção e com o desenvolvimento econômico do nosso País.

Pelo mesmo motivo, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal devem estar alertas e preparados para, se necessário, votar medidas que protejam nossa economia, nossas indústrias, nossos trabalhadores, enfim, nosso País.

Neste ano, também viveremos importante momento da democracia, que são as eleições municipais. Por conta disso, o tempo de que disporemos para as votações estará reduzido, o que demanda uma compatibilização entre a pauta dos nossos trabalhos e a agenda eleitoral. Vale ressaltar, contudo, que a eleição municipal sempre propicia um debate importante para todos nós, Parlamentares e cidadãos, pois é nesse momento que questões e problemas que afligem o cotidiano são revelados com grande veemência. Certamente, desse debate eleitoral também surgirão novos desafios para o Legislativo Federal, o que nos permitirá continuar desenvolvendo nossos trabalhos em plena concordância com os anseios e as necessidades de nosso País. Aliás, esta deve ser nossa obsessão, procurar aferir continuamente o que deseja o povo brasileiro. E o nosso esforço nesse sentido tem de ser contínuo.

Posso afirmar com tranquilidade que todos os sentidos da Câmara dos Deputados estão completamente voltados para a manifestação da nossa sociedade através das variadas formas de participação direta, inclusive aquelas que a Internet vem nos propiciando. Asseguro-lhes que nossa alma como Parlamentares está em perfeita sintonia com os anseios e com as necessidades do nosso povo. A pauta do Poder Legislativo é a pauta do povo, é a pauta da democracia. Nosso otimismo é irrefreável em busca desses ideais.

Que façamos, em 2012, um grande ano de transformações e mudanças para o povo brasileiro, esse povo que merece e que tem no Parlamento brasileiro sua representação maior.

Sejam bem-vindos os Parlamentares!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Documento 472/472

001.2.54.N	Sessão Solene - CN	02/02/2012-16:45
Publ.: DCN -	EDUARDO GOMES(1º SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA	
03/02/2012 - 519	DO CONGRESSO NACIONAL)--	
CONGRESSO	HOMENAGEM	OUTROS
NACIONAL		DISCURSO

Sumário

Leitura da Mensagem da Presidente Dilma Rousseff ao Congresso Nacional, ao ensejo da instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP) - O Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Eduardo Gomes, irá proceder à leitura da Mensagem que agora foi entregue ao Congresso Nacional. (Palmas.)

É lida a seguinte:

"Mensagem da Exmª Srª Presidenta da República ao Congresso Nacional - 2 de fevereiro de 2012.

Senhoras e Senhores Parlamentares, a abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em um novo ano legislativo é expressão da maturidade e da força da democracia brasileira. Por isso, muito me honra dirigir-me aos Parlamentares brasileiros para prestar contas das principais iniciativas do Executivo em 2011 e apresentar nossas expectativas para o ano que se inicia.

Primeiro ano de meu mandato como Presidenta da República, 2011 permitiu a reafirmação de nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Brasil.

No ano em que as grandes potências mundiais cresceram pouco ou, em alguns casos, retrocederam, o Brasil manteve-se em crescimento, com inflação sob controle, juros descendentes e aumento das reservas internacionais, e gerou quase 2 milhões de empregos, o segundo melhor resultado da nossa história.

Esses resultados são expressão do novo modelo de desenvolvimento que estamos consolidando, centrado no fortalecimento do mercado interno, na geração de emprego, distribuição de renda e investimentos. Com responsabilidade fiscal e monetária, temos adotado uma combinação de políticas macroeconômicas - fiscal e monetária - para manter o crescimento vigoroso e continuado e garantir a transformação do Brasil em um país de classe média.

A melhoria da nota do Brasil concedida pelas maiores agências de classificação de risco e os recorrentes recordes de entrada de investimento estrangeiro no País mostram o reconhecimento internacional da solidez de nossa economia e referendam o acerto de nossas ações no ano que passou.

Mas hoje não contamos apenas com o reconhecimento internacional. Contamos sobretudo com a confiança crescente dos brasileiros de que caminhamos, cada vez mais, rumo ao pleno desenvolvimento, com oportunidades para todos.

Chegamos a 2012 certos de que o Brasil é capaz de dar continuidade ao seu desenvolvimento, enfrentando - com firmeza e otimismo - o cenário adverso que se vislumbra e que marcará a economia mundial neste ano.

A economia brasileira apresenta fundamentos sólidos. Possuímos instrumentos para manter uma trajetória de crescimento sustentável, sem desequilíbrios fiscais, inflacionários ou externos. Mais da metade da população brasileira já pertence aos estratos médios de renda. O motor de nosso crescimento tem sido, e continuará sendo, o fortalecimento de nosso mercado interno e o combate à pobreza.

Reafirmo o compromisso com a erradicação da extrema pobreza no Brasil. Para alcançar este objetivo, lançamos o Programa Brasil sem Miséria, que mobiliza instrumentos e parcerias para tirar 16 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza.

Os resultados alcançados nos primeiros seis meses do Plano mostram que estamos no caminho certo. Incluímos mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes no Programa Bolsa Família. Por meio da Busca Ativa, localizamos 407 mil famílias que tinham direito ao Bolsa Família e ainda não o recebiam. Levamos assistência técnica a 37 mil famílias de agricultores familiares e distribuimos 375 toneladas de sementes. Iniciamos a construção de 315 mil cisternas, e 16 mil

famílias já se habilitaram ao recebimento do Bolsa Verde.

A mobilização de Estados e Municípios foi fundamental para o alcance desses resultados. Firmamos pactos com todos os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, região por região. Mais importante: foram integrados ao Bolsa Família programas de transferência de renda de nove Unidades da Federação - Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo - que complementarão o valor dos benefícios financeiros concedidos às famílias.

Em 2012, queremos avançar ainda mais nessas parcerias. Integrar mais programas estaduais de transferência de renda ao Bolsa Família, construir ações complementares para inserção produtiva urbana e acelerar a Busca Ativa em parcerias com Governos Estaduais e Municipais são estratégias a serem fortalecidas.

Vamos garantir que, até ao final deste ano, 200 mil famílias de agricultores familiares extremamente pobres estejam recebendo assistência técnica para aprimorar sua capacidade de produção e de geração de renda. Anteciparemos o cumprimento da meta do Bolsa Verde, que será pago, até o final de 2012, a 100% das famílias extremamente pobres que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federal e que ajudam a preservar o ativo ambiental.

Trabalharemos, em parceria, para avançar mais celeremente em direção à meta de tornar o Brasil um país sem miséria.

Já começamos a enfrentar uma das maiores demandas e preocupações da população brasileira, a melhoria da qualidade nos serviços de saúde. Em fevereiro de 2011, lançamos o Programa Saúde não tem Preço, que até dezembro já havia distribuído, gratuitamente, remédios para 2,7 milhões de pacientes em tratamento da hipertensão e para 990 mil em tratamento de diabetes nas mais de 20 mil unidades do Aqui tem Farmácia Popular. Em seguida veio o Rede Cegonha, para oferecer assistência às mulheres desde a confirmação da gravidez até os dois anos de vida do bebê, e que já conta com a adesão de nove Estados, 800 Municípios e 600 mil gestantes atendidas. Lançamos também o Plano Nacional de Fortalecimento das Ações de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e da Mama, que envolverá, até 2014, investimentos de R\$ 4,5 bilhões. Em 2011, foram realizados 8,9 milhões de exames citopatológicos preventivos de câncer de colo de útero e 2,8 milhões de mamografias de rastreamento, fundamentais para a prevenção e o tratamento precoce dessas doenças.

A rede de atendimento da saúde também recebeu especial atenção. Iniciamos a reforma e a expansão das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS), para desafogar os hospitais e conferir maior racionalidade à gestão da rede.

Com o Programa Melhor em Casa, vamos oferecer atenção domiciliar aos pacientes do SUS. Até 2014, mil equipes de atenção domiciliar e 400 de apoio estarão atuando em todo o Brasil, para levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos, sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Em parceria com Municípios, em 2012, vamos implantar 250 equipes de atenção domiciliar e 100 equipes de apoio em todas as regiões do País.

Em 2011, começamos, com o Programa SOS Emergências, a enfrentar o desafio de melhorar a gestão e o atendimento das urgências e emergências. Em parceria com hospitais de excelência, iniciamos as ações para mudar a realidade dos prontos-socorros brasileiros de onze grandes hospitais de referência em nove capitais. Até 2014, implementaremos essas ações em 40 hospitais.

Na área da Educação, nossa estratégia central é assegurar acesso ao ensino de

qualidade para todos, da creche à pós-graduação, como um dos eixos do projeto de desenvolvimento que queremos para o Brasil.

Aprovamos, em 2011, a construção de 1.484 creches e pré-escolas por todo o Brasil, e, em 2012, serão contratadas mais 1.500. Iniciamos nova etapa de expansão da rede federal de ensino superior e tecnológico, que prevê, até 2014, a criação de mais 208 unidades de educação profissional e tecnológica e quatro novas universidades federais, além de 47 campi universitários. Em 2012, 88 unidades de educação profissional e tecnológica e 20 campi universitários serão concluídos.

Demos continuidade ao ENEM, ao SISU, ao PROUNI e aprimoramos o FIES, iniciativas fundamentais para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Com o Programa Ciência sem Fronteiras, ofereceremos, até 2014, 101 mil bolsas de estudo para que nossos melhores estudantes tenham oportunidade de formação nas melhores universidades do exterior. Neste início de 2012, 1.500 alunos de graduação já viajaram para começar seus estudos e outros 12.500 deverão fazê-lo ainda no primeiro trimestre.

Aprovado com celeridade, graças ao empenho do Congresso Nacional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) entrou em vigor em outubro de 2011. Com ele, vamos oferecer, até 2014, 8 milhões de vagas em ensino profissionalizante e qualificação profissional aos nossos jovens e trabalhadores para que ocupem os bons empregos que estão sendo criados com o crescimento econômico do Brasil. Em 2012, somente na modalidade de Bolsa Formação, oferecida pelas redes públicas e pelas escolas do Sistema S, serão ofertadas 550 mil vagas em curso de formação inicial e continuada e 130 mil vagas em cursos técnicos para estudantes de ensino médio, trabalhadores reincidentes do seguro-desemprego e pessoas beneficiadas pelos programas de inclusão produtiva.

Também neste ano as ações previstas no âmbito do Viver Sem Limite alcançarão plena implementação. Serão investidos R\$ 7,6 bilhões até 2014 em ações de apoio e estímulo às pessoas com deficiência. Atuaremos na garantia de acesso à escola e de atendimento à saúde, no apoio à inserção profissional e na proteção, para reduzir os obstáculos que excluem ou limitam seu convívio social.

No ano que se inicia, queremos ampliar nossas políticas voltadas à primeira infância. Vamos avaliar as ações já em curso, para aprimorá-las, desenhar novas políticas e integrar as existentes, orientados pelo propósito de dar mais eficácia e escala ao atendimento às crianças de 0 a 5 anos, porque, se formos capazes de garantir mais e melhor atenção e proteção a essa faixa etária, estaremos atuando sobre uma das origens da desigualdade em nosso País.

O Programa 'Crack, é possível vencer' terá especial atenção em 2012. Em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil, aceleraremos a implantação de uma rede integrada de serviços e ações para garantir cuidado e tratamento para os dependentes químicos, reprimir o tráfico de drogas e o crime organizado e aprofundar o trabalho de prevenção e educação para evitar o consumo de drogas.

Não faltarão recursos orçamentários para as políticas sociais. O mesmo tratamento está garantido aos empreendimentos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e ao Minha Casa, Minha Vida, ambos fundamentais para propiciar a ampliação do investimento no País.

Mais emprego, desenvolvimento e infraestrutura continuarão sendo gerados pelo amplo e articulado conjunto das obras do PAC, que, em 2012, ganharão ímpeto ainda maior, em todo o território nacional, com investimentos de R\$ 42,6 bilhões.

Avançaremos nas parcerias com Estados e Municípios em obras de saneamento, de mobilidade urbana, de prevenção a desastres naturais. A melhoria e a expansão da nossa malha rodoviária, a expansão da malha ferroviária, os

investimentos em hidrovias e intervenções em portos permitirão dar sequência aos esforços de melhoria da logística de escoamento de bens e serviços, com ganhos para a competitividade brasileira.

A segunda fase do Minha Casa, Minha Vida já está em curso. São mais dois milhões de moradias destinadas à população de renda baixa, com ênfase nas famílias com renda até R\$ 1.600, às quais destinaremos 1,2 milhão de moradias. O investimento total do Minha Casa, Minha Vida 2 será de R\$ 125,7 bilhões, dos quais R\$ 72,6 bilhões para subsidiar a construção de moradias para as famílias de mais baixa renda.

Até dezembro de 2011, já haviam sido contratadas 457 mil moradias do Minha Casa, Minha Vida 2, além de 1,005 milhão de unidades do Minha Casa, Minha Vida 1. Mais importante, 540 mil moradias, construídas nas duas fases do programa, já foram entregues às famílias. Em 2012, contrataremos mais 600 mil unidades, deverão ser entregues 500 mil moradias às famílias beneficiárias e estarão em obra 700 mil unidades.

Iniciamos, em 2011, profunda reformulação do setor aeroportuário brasileiro. Fizemos mudanças institucionais, juntamente com a adoção de mecanismos de aprimoramento de gestão dos principais aeroportos. Os investimentos foram ampliados, e realizamos a concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal, à iniciativa privada, entre outras ações.

Em 2012, investiremos mais e continuaremos aprimorando a gestão dos aeroportos públicos. Mas também faremos a concessão de três outros aeroportos à iniciativa privada - Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, e o de Brasília. Queremos parcerias para garantir que os aeroportos brasileiros se modernizem e expandam em ritmo adequado e compatível com o extraordinário crescimento da demanda por esses serviços no Brasil.

Em 2011, adotamos ações para aprimorar a capacidade de resposta a desastres naturais e para diminuir seus efeitos sobre a população. Criamos o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), a Força Nacional de Resgate do SUS e a Força Nacional de Apoio Técnico, com geólogos e hidrólogos. Ampliamos e modernizamos o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD). Em 2012, manteremos e aperfeiçoaremos esses sistemas, mas queremos avançar na implementação de projetos estruturantes, que equacionem o risco em áreas que, no passado recente, têm sido as mais afetadas pelos desastres naturais. Iniciamos a adoção dessa estratégia com os investimentos em contenção de encostas e drenagem. Avançaremos também, neste ano, na identificação de intervenções necessárias nas regiões críticas do País.

Os preparativos para a Copa de 2014 avançaram. Assim que o Congresso Nacional concluir a análise do Projeto de Lei Geral da Copa, teremos finalizado todos os ajustes na legislação necessários ao cumprimento dos compromissos firmados com a FIFA. Todos os estádios estão em obra, apoiados por financiamento de R\$ 3,4 bilhões do Governo Federal, por meio do BNDES, e os Estados sede estimam que oito deles estarão prontos ao final deste ano e os demais, em 2013. A rede hoteleira está em expansão, também apoiada por financiamento do BNDES e dos fundos constitucionais. Iniciaremos, no corrente ano, a implementação, em parceria com Estados sede da Copa, das ações necessárias ao plano de segurança para este evento.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, os preparativos também já foram iniciados, inclusive a formação de nossos atletas, cujo principal mecanismo de apoio, o Bolsa Atleta, foi aprimorado em 2011 e continuará sendo fortalecido em 2012.

Lançamos o Plano Estratégico de Fronteiras para fortalecer nossas fronteiras,

prevenir e reprimir a criminalidade e intensificar a cooperação com os países vizinhos. O Plano integra de maneira inédita as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública e está assentado em duas operações: a Sentinela, de fiscalização ostensiva e permanente, com ênfase em operações de inteligência, sob coordenação do Ministério da Justiça; e a Ágata, com intervenções concentradas e de caráter temporário, para ampliar a presença em pontos focais de nossas fronteiras, sob coordenação do Ministério da Defesa. Em 2011, foram realizadas duas Operações Ágata - na região dos Municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e na região da Tríplice Fronteira.

Em 2012, as ações do Plano Fronteiras terão continuidade, e já estão planejadas três outras Operações Ágata. Atuar de forma decisiva na proteção e no policiamento de nossas fronteiras é fundamental para evitar, cada vez mais, que drogas e armas cheguem aos nossos centros urbanos.

Frente à instabilidade do cenário internacional em 2012, a gestão econômica do nosso País nos exigirá disciplina e ousadia. Disciplina para assegurar a solidez de nossos fundamentos macroeconômicos, o que passa pelo alcance do superávit fiscal proposto para o corrente ano, pela atenção constante sobre a evolução dos preços e pela continuidade da redução da dívida pública brasileira como proporção do PIB e melhoria de seu perfil. Ousadia para adotar todas as medidas necessárias à continuidade do crescimento da produção e do emprego e para proteger a nossa estrutura produtiva.

Começamos 2012 com importantes medidas nesta última direção. O reajuste do salário mínimo para R\$ 622, em linha com a política de valorização proposta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional em 2011, permitirá ganhos salariais a parcela importante dos nossos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas da Previdência Social, mantendo o dinamismo do mercado interno. Também já está em vigor a correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas.

A correção das faixas de enquadramento do Super-SIMPLES, fruto da atuação célere e cooperativa do Executivo e Congresso Nacional, reduziu a tributação incidente sobre empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, fundamentais para a geração de riqueza e de emprego em nosso País.

Desde janeiro, estão em vigor as novas faixas para enquadramento nos benefícios tributários para as micro e pequenas empresas, corrigidas em 50%: no caso das microempresas, passando de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil, e para as pequenas empresas, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. Para os microempreendedores individuais, a faixa de enquadramento foi corrigida em 67%, passando de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

Com o Crescer - Programa Nacional de Microcrédito, estamos oferecendo crédito barato aos pequenos empreendedores brasileiros, que podem tomar empréstimos de até R\$ 15 mil, com taxa de juros de 8% ao ano e taxa de abertura de crédito de apenas 1%. Nossa meta em 2012 é atingir uma carteira ativa de 2,2 milhões de clientes.

Várias iniciativas adotadas quando do lançamento do Plano Brasil Maior exercerão impactos mais expressivos em 2012. Merecem destaque os programas de estímulos à inovação por meio da FINEP e do BNDES, a política de margens de preferências para produtos nacionais nas compras governamentais, iniciada em novembro com os setores de calçados e confecções, a desoneração da folha de pagamentos para empresas de setores intensivos em mão de obra, o novo regime do setor automotivo e a desoneração das exportações.

Neste ano, avançaremos ainda mais no aprimoramento das nossas políticas de defesa comercial, para garantir que nossa indústria não seja submetida a práticas concorrenciais desleais, que podem colocar em risco o emprego e o próprio crescimento brasileiros.

A estratégia do Executivo em 2012 será, portanto, continuar fomentando um crescimento vigoroso da economia, lastreado em sólidos fundamentos, com estabilidade macroeconômica, redução das desigualdades, qualificação da força de trabalho, estímulos à inovação tecnológica e investimentos em infraestrutura. Queremos estimular o ingresso de investimentos produtivos, o adensamento maior de cadeias industriais e, principalmente, garantir a geração de cada vez mais oportunidades de ascensão econômica e social para os brasileiros e brasileiras.

Nossa política externa é um componente essencial de um projeto nacional de desenvolvimento que articula crescimento e inclusão social, associa a preservação do meio ambiente ao atendimento das necessidades materiais de nosso povo e busca superar o subdesenvolvimento num marco de pleno respeito e aprofundamento da democracia.

O entorno regional seguirá como prioritário na política externa brasileira. Os países do continente são valiosos parceiros políticos e econômicos do Brasil. Com o MERCOSUL e a UNASUL estamos avançando na coordenação nas esferas política, energética, de infraestrutura, de defesa, tecnológica, de saúde e de combate ao narcotráfico, o que revela o desejo da região de enfrentar de forma conjunta os desafios da globalização. Com a criação da Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe - a CELAC -, reafirmamos nosso desejo de atuar juntos sem tutela externa, com base em uma agenda traçada pela própria região.

Seguimos estreitando nossas relações diplomáticas e abrindo novos canais de diálogo político e de cooperação com os continentes africano e asiático e com o Oriente Médio. Com o grupo BRICS reforçamos a concertação entre os principais países emergentes. Estados Unidos e Europa seguirão representando importantes parceiros com os quais manteremos intensas relações construtivas e equilibradas. Em todos esses quadrantes do globo, nossa rede consular continuará aperfeiçoando o tratamento conferido aos milhões de brasileiros que vivem no exterior.

Em um mundo em rápida transformação, é inadiável lidar com a reforma da governança global. A crise financeira internacional comprovou que a concentração do processo decisório nas mãos de poucos é inadequada. Sem a participação ativa dos países emergentes no G-20, os desequilíbrios globais não serão resolvidos. A chamada 'primavera árabe' e o persistente conflito do Oriente Médio demonstram que a busca da paz e da segurança não pode depender da ação de poucos países e de receitas tradicionais. Precisamos reformar as Nações Unidas para torná-las mais eficientes e legítimas. O Conselho de Segurança deve refletir as realidades atuais do mundo multilateral e multipolar que se consolida no limiar do século XXI.

O Brasil sabe, por experiência própria, que o desenvolvimento sustentável é a única forma de legarmos um mundo mais seguro e pacífico para as próximas gerações. Isso é o que nos move em nosso principal desafio multilateral em 2012, o de organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Essa será uma excelente oportunidade para recolocarmos o tema do desenvolvimento no centro da agenda internacional para os próximos anos e reafirmarmos o compromisso com a erradicação da pobreza no mundo.

A situação privilegiada de nosso País é resultado, sem sombra de dúvida, de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra cada vez mais consciente e atuante.

Quanto à relação entre Executivo e Congresso Nacional em 2011, o Brasil tem muito para se orgulhar dessa Casa, que, sempre que estiveram em debate temas estratégicos para nosso País e nossa população, atuou de forma crítica e

independente, mas colaborativa, acima das divergências partidárias, para oferecer a melhor solução legislativa aos desafios de nosso processo de desenvolvimento.

Quero agradecer, portanto, ao Congresso Nacional pela grande contribuição que vem dando ao País, aprovando projetos fundamentais como o Plano Brasil Maior, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a política de valorização do salário mínimo, a criação do PRONATEC e a legislação do Brasil Sem Miséria, entre outras medidas de igual importância.

Destaco também a unanimidade na aprovação da Comissão da Verdade e na aprovação da Lei de Acesso a Informações Públicas, dois avanços significativos, que contribuem para fortalecer e consolidar a democracia no Brasil e cuja ação efetiva e efeitos práticos já começarão a ser vivenciados em 2012.

Continuaremos trabalhando em conjunto com essa Casa para, através do debate democrático, avançar na reforma política. Entendemos que são necessárias mudanças que fortaleçam o sentido programático dos partidos brasileiros e aperfeiçoem as instituições, permitindo maior transparência ao conjunto da atividade pública.

Conto com a parceria do Congresso Nacional para darmos sequência, em 2012, à grande empreitada coletiva de construir um Brasil com uma economia dinâmica e mais justo. Um país sem miséria e repleto de oportunidades.

Muito obrigada.

Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil"

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP.) - Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, vou receber, por intermédio do Ministro Ricardo Lewandowski, a Mensagem do Poder Judiciário. *(Palmas.)*
